Processo Licitatório nº 10/2025

Modalidade:

Pregão Eletrônico

n° 08/2025

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos para viabilizar o deslocamento da equipe multidisciplinar aos municípios aderidos ao Programa VISA-CIS.

LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 10/2025
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 08/2025
Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos para viabilizar o deslocamento da equipe multidisciplinar aos municípios aderidos ao Programa VISA-CIS.

Autuação

Em 25 de março de 2025, autuei o presente procedimento com a numeração, modalidade e objeto acima indicados. E, para constar, lavrei o presente termo que subscrevo.

Gabriel Gustavo Ferraz
Agente de Contratação

Assinado por 1 pessoa: GABRIEL GUSTAVO FERRAZ
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/3598-6BBB-32B3-FFA1 e informe o código 3598-6BBB-32B3-FFA1

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 3598-6BBB-32B3-FFA1

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

GABRIEL GUSTAVO FERRAZ (CPF 068.XXX.XXX-92) em 25/03/2025 16:08:26 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/3598-6BBB-32B3-FFA1

PORTARIA Nº 004/2025

Designa empregados públicos para, sem prejuízo das atribuições em suas respectivas unidades de lotação, atuarem como Agentes de Contratação nos procedimentos regidos pela Lei nº 14.133/2021 e dá outras providências.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga - CISAMAPI, no uso das atribuições legais e regimentais.

CONSIDERANDO o disposto nos incisos L e LX do art. 6º, bem como no artigo 8º, da Lei 14.133/2021;

CONSIDERANDO que o agente de contratação é a pessoa designada por ato específico da autoridade competente, entre servidores efetivos do quadro permanente da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação;

CONSIDERANDO que a comissão de contratação é o conjunto de agentes públicos indicados pela Administração, em caráter permanente ou especial, com a função de receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo para, sem prejuízo das atribuições laborais em suas respectivas unidades de lotação, atuarem como Agentes de Contratação nos procedimentos regidos pela Lei nº 14.133/2021:

I Gabriel Gustavo Ferraz;
II- Rakelly Evangelista Georgino.

Parágrafo único. Os agentes de contratação designados serão responsáveis, entre outras atribuições, pela operacionalização, condução e julgamento das dispensas eletrônicas no Portal eletrônico que o CISAMAPI utiliza.

Art. 2º Designar os Agentes de Contratação acima nominados para atuarem como Pregoeiros, conforme o disposto no art. 8º, §5º da Lei 14.133/21.

Art. 3º Designar os empregados públicos abaixo relacionados para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão Permanente de Contratação deste Consórcio, na qualidade de membros titulares:

I. Micharquelem Gomes Costa – Membro
II. Bruno Gomides Crivelaro – Membro
III. Anderson Luiz Gonzaga– Membro

Art. 4º Designar a empregada pública Cristiane Aparecida Coridola de Souza, para membro suplente da Comissão Permanente de Contratação.

Art. 5º Designar como membros da equipe de apoio aos Agentes de Contratação:

I. Micharquelem Gomes Costa – Membro
II. Bruno Gomides Crivelaro – Membro
III. Anderson Luiz Gonzaga– Membro

Art. 6º Designar a empregada pública Cristiane Aparecida Coridola de Souza, para membro suplente da Equipe de Apoio dos Agentes de Contratação.

Art. 7º As designações em epígrafe terão caráter permanente, até que outro ato as modifique ou as revogue.

Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo os seus efeitos a 01/01/2025.

Ponte Nova, 03 de janeiro de 2025.

Eder Elói Alves Pena
Prefeito Municipal de Sem Peixe
Presidente do CISAMAPI

Memorando 260/2025

De: Almiro X. - VISA-CIS

Para: DLCCP-LIC - Licitações e Contratações - A/C Gabriel F.

Data: 07/03/2025 às 09:07:50

Setores envolvidos:

DLCCP-LIC, VISA-CIS

ETP_PARA_LOCACAO_VEÍCULO

Prezado, segue processo (revisado) para aluguel de veículo, conforme solicitado.

Atenciosamente,

–

Almiro Luna Xavier
Assistente Administrativo

Anexos:
DFD_VISACIS_Contratacao_aluguel_veiculo_Minivan.pdf
ETP_PARA_LOCACAO_VEICULO.pdf
PNCP_Consorcio_Intermunicipal_de_Saude_da_Microrregiao_Norte_do_Rio_Doce.pdf
PNCP_Consorcio_Intermunicipal_Multifinalitario_do_Medio_Rio_das_Velhas.pdf
PNCP_Municipio_de_Conselheiro_Lafaiete.pdf
PTP_MG_ATA_43_2024_PLANEJAMENTO_393_2023_COMPRA_CENTRAL_LOCACAO_DE_VEICULOS.pdf

Assinado por 1 pessoa: ÉRICA DE SANTANA FAUSTINO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/8E25-E3A9-CA70-EAC0 e informe o código 8E25-E3A9-CA70-EAC0

FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

DADOS DA ÁREA REQUISITANTE	
Setor Requisitante: Programa VISA-CIS	
Responsável pela Demanda: Érica de Santana Faustino	Cargo: Coordenadora
E-mail institucional: coordenacaovisacis@cisamapi.mg.gov.br	Telefone institucional: (31) 9-8473-1730

1. IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA/OBJETO:

Transporte para os colaboradores do VISA-CIS, de modo a propciar a estruturação administrativa para implamtação do Programa VISA-CIS (Programa de Apoio Técnico as Ações de Vigilância Sanitária Municipal via Consórcio Público de Saúde) sob atenção às suas normas gerais de financiamento seguindo a Deliberação CIB-SUS/ MG n° 4.799, de 17 de Julho de 2024.

( ) Serviço não continuado

(X) Serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra

( ) Serviço continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra

( ) Material de consumo

( ) Material permanente / equipamentos

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO DO(S) BEM(NS) OU CONTRATAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S):

O CISAMAPI aderiu ao Programa VISA-CIS (Programa de Apoio Técnico as Ações de Vigilância Sanitária Municipal via Consórcio Público de Saúde) de acordo com a Deliberação CIB-SUS/MG n° 4.799, de 17 de Julho de 2024, e sob a égide da Resolução SES/MG N° 9.637, de 17 de Julho de 2024.

Sendo assim, faz-se necessário a contratação de serviço de aluguel de veículo para viabilizar o deslocamento da equipe multidisciplinar (composta por oito pessoas) aos municípios aderidos ao Programa VISA-CIS. As análises de campo deverão ser feitas simultaneamente pelos membros da equipe, surgindo daí a necessidade de um veículo tipo Minivan, dotado de atributos aptos a suprir às demandas (transporte de pessoas e instrumental), em áreas urbanas e rurais, para trabalhos de diagnóstico, coleta de dados, fomento, apoio, etc.

3- DESCRIÇÃO

Item	**Especificação**	**UNID. de Aquisição**	**Quant. de Meses**	**Quan. de Veículos**	**VALOR UNITÁRIO (mensal)**	**VALOR TOTAL (12 meses)**
01	Prestação de serviço de locação de veículo, tipo minivan, sem motorista e sem combustível, com quilometragem livre e seguro total, pelo período de 01 (um) ano, motorização mínima 130 CV, com capacidade mínima para 07 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros a travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, ano de fabricação mínima 2022, com manutenção preventiva e corretiva.	Mês	12	01	R$3.106,21	R$37.274,52

- O quantitativo foi definido com base no número de colaboradores do VISA-CIS.

Assinado por 1 pessoa: ÉRICA DE SANTANA FAUSTINO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/8E25-E3A9-CA70-EAC0 e informe o código 8E25-E3A9-CA70-EAC0

- Como parâmetro de preços, seguem, em anexo, Atas de Registro de Preços que compõem o Estudo Técnico Preliminar (ETP).

4-EQUIPE DE PLANEJAMENTO:

Membro/ Cargo:

- ✓ Setor requisitante: Érica de Santana Faustino
- ✓ Fiscal: Almiro Luna Xavier

Assumo que os colaboradores designados como membros da equipe de planejamento e responsável pela fiscalização ficarão à disposição para dirimir eventuais dúvidas sobre esta requisição, bem como para acompanhar todo o procedimento de contratação, fornecendo todas as informações técnicas necessárias junto ao agente de contratação, pregoeiro e sua equipe de apoio. Certifico que a formalização da demanda acima identificada se faz necessária pelos motivos expostos na justificativa da contratação do presente documento.

Submeto Documento de Formalização da Demanda para avaliação.

Ponte Nova (MG), 24 de fevereiro de 2025.

Érica de Santana Faustino
Coordenadora Programa VISA-CIS

Assinado por 1 pessoa: ÉRICA DE SANTANA FAUSTINO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/8E25-E3A9-CA70-EAC0 e informe o código 8E25-E3A9-CA70-EAC0

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO ETP:

Autoridade responsável pela demanda: **Érica de Santana Faustino.**

Agente Público da área de licitações responsável pelo acompanhamento da elaboração do ETP: **Fernanda Rodrigues Hermenegildo.**

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O presente Estudo Técnico Preliminar é requisito necessário para assegurar a viabilidade técnica e econômica da pretensa, mensurando os riscos e determinar estratégias, fornecendo subsídios para a elaboração do Termo de Referência e, bem como, definir um plano de sustentação para a solução demandada.

O objetivo aqui é pautar elementos que, fundamentadamente, tem a capacidade e potencial para, em tese, considerando o caso concreto, melhor atender ao Interesse Público.

O presente estudo tem por objetivo a necessidade de deslocamento contínuo para a execução das atividades do Programa VISACIS por meio da RESOLUÇÃO SES/MG N° 9.637, de 17 de Julho de 2024, foi instituído o Programa de Apoio Técnico às ações de Vigilância Sanitária Municipal via Consórcio Público de Saúde. Juntamente com a Deliberação CIB-SUS/MG N° 4.948, de 21 de Outubro de 2024 e Resolução SES/MG N° 9.793, de 21 de Outubro de 2024.

A inovadora política tem como objetivo fortalecer de modo regionalizado, as ações da Vigilância Sanitária dos municípios VISA nos Consórcios de saúde para execução e apoio técnico as ações municipais. E para implantar o programa precisa-se de uma equipe técnica composta por 09 (nove) pessoas que irão realizar visitas inloco aos municípios da macro Leste do Sul para efetivar o que se pede o programa do VISACIS e cumprir seus indicadores.
Sendo assim torna-se imprescindível a locação de um veículo para garantir a mobilidade da equipe técnica.

O programa envolve ações de vigilância em saúde, visitas técnicas, reuniões institucionais e atividades de monitoramento sanitário, muitas vezes em locais de difícil acesso.

De acordo com a Deliberação CIB-SUS/MG N°4.948, de 21 de outubro de 2024 e Resolução SES/MG N° 9.793, de 21 de Outubro de 2024, que estabelece diretrizes para a execução do Programa VISACIS, é fundamental que as equipes de vigilância em saúde disponham de infraestrutura adequada para desempenhar suas funções de forma eficiente. A impossibilidade de deslocamento pode comprometer o cumprimento dos objetivos do programa, impactando diretamente no assistencialismo a esses municípios consorciados e no cumprimento das ações e indicadores do Programa VISACIS.

3. ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO A INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

No CISAMAPI, até no presente momento, não há plano de contratação anual vigente para o exercício de 2025 neste segmento.

Assinado por 1 pessoa: ÉRICA DE SANTANA FAUSTINO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/8E25-E3A9-CA70-EAC0 e informe o código 8E25-E3A9-CA70-EAC0

4. DIRETRIZES QUE NORTEARÃO O ETP

LeiFederal Nº 14.133/2021;
ABNT NBR 14781 (Manutenção, inspeção, reparação e/ou substituição de sistemas de exaustão de veículos rodoviários);
https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A locação mensal de veículos é necessária para atender às demandas contínuas de transporte da equipe do Programa VISA CIS, otimizando a logística de deslocamento para reuniões, visitas aos municípios e outras atividades. Além disso, busca-se reduzir custos fixos associados à aquisição e manutenção de frota própria, como depreciação, seguro, manutenção e impostos.

A contratação do serviço de locação mensal de veículos tem como objetivos assegurar a disponibilidade contínua do veículo para as operações do Programa supracitado, reduzir custos operacionais com manutenção, seguro e gestão de frota própria, além de flexibilizar a logística operacional.

O veículo a ser alugado mensalmente deverá atender a requisitos específicos. Será necessário um veículo de 07 lugares para deslocamentos na zona urbana e rural. O veículo deve ter no mínimo 03 anos de fabricação, preferencialmente modelos atuais para maior segurança e conforto. Deve ser equipado com airbags frontais, freios ABS, cintos de segurança de três pontos em todos os assentos, ar-condicionado, direção hidráulica/elétrica e sistema de som com conectividade Bluetooth. A locação deve incluir manutenção preventiva e corretiva, com substituição do veículo em caso de falhas mecânicas, seguro total contra roubo, furto, colisão e danos a terceiros, assistência 24 horas e veículo reserva em caso de manutenção prolongada. A franquia de quilometragem deverá ser livre, conforme necessidade operacional.

A locadora deve garantir a disponibilidade imediata do veículo conforme as necessidades mensal do locatário.

Os serviços descritos são considerados comuns, pois se enquadram nos termos do parágrafo XIII,do art. 6°, da Lei 14.133, de 2021: "Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado". Ainda, o serviço descrito é considerado comum, pois seus requisitos e padrões de desempenho podem ser claramente especificados com base em características usuais no mercado, conforme o parágrafo XIII, do art. 6° da Lei nº 14.133, de 2021. Isso assegura que as especificações sejam objetivas e padronizadas, permitindo ampla competitividade entre fornecedores, sem prejuízo da qualidade requerida.

Dessa forma, assegura-se que a contratação atenda ao princípio da isonomia, promovendo condições equitativas de participação e ampliando a concorrência, o que contribui para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Serviços de Manutenção: A locadora deve ser responsável pela manutenção preventiva e corretiva dos veículos, além de garantir que o serviço de manutenção seja realizado de forma ágil.

Assinado por 1 pessoa: ÉRICA DE SANTANA FAUSTINO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/8E25-E3A9-CA70-EAC0 e informe o código 8E25-E3A9-CA70-EAC0

Seguros: Os veículos devem possuir seguro completo (danos a terceiros, furto, incêndio, etc.) que deve ser coberto pela locadora.

Seguro de Responsabilidade Civil: A locadora deve apresentar contrato de seguro que cubra danos ao patrimônio público e terceiros durante o uso dos veículos.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE AQUISÃO	QUANT. DE MESES	QUANT. DE VEICULOS	Valor unit. (mensal)	Valor total (12 meses)
01	Prestação de serviço de locação de veículo, tipo minivan, sem motorista e sem combustível, com quilometragem livre e seguro total, pelo período de 01 (um) ano, motorização mínima 130 CV, com capacidade mínima para 07 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros a travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, ano de fabricação mínima 2022, com manutenção corretiva e preventiva.	MÊS	12	01	R$3.106,21	R$37.274,52

Assinado por 1 pessoa: ÉRICA DE SANTANA FAUSTINO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/8E25-E3A9-CA70-EAC0 e informe o código 8E25-E3A9-CA70-EAC0

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O presente levantamento de mercado tem como objetivo identificar as opções, fornecedores e condições relacionadas ao aluguel de veículos, com o intuito de atender ao CISAMAPI por soluções de transporte para atender as demandas do Programa VISACIS como: viagens corporativas, transporte de equipe, operações diárias, etc. Este estudo visa oferecer uma análise detalhada das alternativas disponíveis no mercado, com foco na relação custo-benefício, atendendo às necessidades específicas da empresa. A aquisição do veículo geraria custos fixos aumentando assim o orçamento do Programa VISA CIS. Além disso, o aluguel de veículos oferece flexibilidade na gestão de transporte, evitando custos fixos associados à manutenção, seguro e depreciação de frota própria. Essa solução também permite adaptar a quantidade e o tipo de veículo conforme as variações de demanda, promovendo maior eficiência logística.

Outro fator relevante é a necessidade de assegurar a disponibilidade imediata de transporte confiável, especialmente para, minimizar interrupções nas operações e garantindo a continuidade dos serviços prestados pelo Programa VISACIS.

Diante da necessidade do objeto deste estudo, foi realizado a análise de mercado no intuito de prospectar e avaliar soluções para a pretensão contratual, que atendam aos critérios de vantajosidade para a Administração, sob aspectos da conveniência, economicidade e eficiência.

No modelo de locação de veículos, o serviço consiste na disponibilização de veículos por empresa contratada, a qual se responsabiliza pelos gastos e manutenções advindas da disponibilização do veículo.

Outro fator relevante sobre a compra de um veiculo para o Programa VISA CIS e de acordo com a Deliberação CIB-SUS/MG N° 4.799, DE 17 DE JULHO DE 2024 o repasse de Incentivo de Capital não é exíguo para adquirir veiculo e outros serviços relacionados ao mesmo, como: seriços de manutenção, seguros, seguro de responsabilidade civil.

A empresa CISAMAPI possui as seguintes necessidades em relação ao aluguel de veículos:

Quantidade de veículos: Necessidade de 01 minivan para atendimento das operações diárias, viagens e deslocamento da equipe do Programa VISACIS.
Tipos de veículos: Preferência por veículos de médio porte (MINIVAN, 07 lugares) para garantir conforto e eficiência no transporte dos colaboradores**.**
Duração do aluguel: O aluguel será realizado principalmente de forma mensal, com flexibilidade para ajustes conforme necessidade.
Necessidades adicionais: Locadoras que ofereçam assistência 24h, seguro completo e quilometragem ilimitada, visando maior tranquilidade e flexibilidade no uso dos veículos.

Por fim, a contratação busca promover maior controle e previsibilidade dos custos com transporte, possibilitando uma melhor gestão orçamentária e o atendimento às diretrizes de economicidade e eficiência administrativa.

Assinado por 1 pessoa: ÉRICA DE SANTANA FAUSTINO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/8E25-E3A9-CA70-EAC0 e informe o código 8E25-E3A9-CA70-EAC0

8. ESTIMATIVA DO VALOR DO ESTUDO

Visando analisar a viabilidade econômica da contratação, foi realizada pesquisa de preços no Portal Nacional de Contratações Públicas: <https://pncp.gov.br/app/atas?q=&status=vigente&pagina=1>; Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais / Secretaria do Estado de Planejamento e Gestão (MG): <https://www.mg.gov.br/planejamento/pagina/logistica/central-de-compras/atas-de-registro-de-precos>; conforme quadro demonstrativo abaixo e documentos em anexo a este estudo

ITEM	Especificação	PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS – Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião Norte do Rio Doce	PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - Secretaria do Estado de Planejamento e Gestão (MG)	PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS – Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Médio Rio das Velhas	PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS – Município de Conselheiro Lafaiete	MÉDIA DOS PREÇOS OBTIDOS
01	Prestação de serviço de locação de veículo, tipo minivan, sem motorista e sem combustível, com quilometragem livre e seguro total, pelo período de 01 (um) ano, motorização mínima 130 CV, com capacidade mínima para 07 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros a travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, ano de fabricação mínima 2022, com manutenção preventiva e corretiva.	R$5.972,00	R$3.106,21	R$6.490,00	R$ 3.462,50	R$4.757,50

Assinado por 1 pessoa: ÉRICA DE SANTANA FAUSTINO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/8E25-E3A9-CA70-EAC0 e informe o código 8E25-E3A9-CA70-EAC0

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A descrição da solução como um todo abrange a contratação de serviço de locação de veículo, para atender às ações do Programa VISA-CIS (Programa de Apoio Técnico as Ações de Vigilância Sanitária Municipal via Consórcio Público de Saúde), seguindo a Deliberação CIB-SUS/ MG n° 4.799, de 17 de Julho de 2024.
A contratação pretendida tem caráter continuado (prazo de um ano) e é essencial, conforme já exposto no tópico "Descrição da Necessidade da Contratação".

Durante a pesquisa de preços realizada no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais, identificamos melhores condições de valores, economicidade e eficiencia.
Tomando como base os valores encontrados, optou-se pela realização de um pregão eletrônico (Conforme Capítulo III – Das Definições, art. 6º, Inciso XLI, da lei nº14.133/2021).

10. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

O contrato oriundo do presente procedimento terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura e publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas, para prestação de serviço imediato

O contrato poderá ser prorrogado nos termos do Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21 até o limite máximo de 10 (dez) anos, desde que devidamente comprovada que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contrato ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

11. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Não haverá parcelamento da solução uma vez que, trata – se de item único para a pretensão contratual.

12. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação do serviço de aluguel de carros visa alcançar uma série de resultados que contribuam para a eficiência operacional e econômica do Programa VISACIS. Espera-se otimizar a logística e a mobilidade, garantindo a disponibilidade contínua de veículos para atender às demandas de deslocamento de maneira eficiente e pontual. Com isso, pretende-se reduzir o tempo de espera e aprimorar a logística de transporte para a equipe, além de proporcionar maior flexibilidade operacional, permitindo uma adaptação rápida às variações de demanda, como picos sazonais ou eventos específicos, sem a necessidade de investimento em frota própria.

A redução de custos operacionais é um dos principais objetivos da contratação. A eliminação de despesas associadas à posse de veículos, como manutenção preventiva e corretiva, pagamento de seguro, licenciamento, impostos e depreciação, permitirá maior controle

Assinado por 1 pessoa: ÉRICA DE SANTANA FAUSTINO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/8E25-E3A9-CA70-EAC0 e informe o código 8E25-E3A9-CA70-EAC0

financeiro. Com pagamentos fixos e programados, a empresa terá uma previsibilidade orçamentária mais precisa, evitando gastos imprevistos com reparos ou substituição de veículos.

Outro resultado esperado é o aumento da eficiência e da produtividade, facilitando o deslocamento da equipe para reuniões externas, visitas técnicas, eventos e outras atividades operacionais. Isso contribuirá para o melhor aproveitamento do tempo e para a maximização da produtividade da equipe. Além disso, a garantia de veículos modernos e adequados às necessidades específicas de transporte proporcionará conforto e segurança aos colaboradores durante as viagens.

A melhoria na gestão e controle de frotas é um importante resultado a ser alcançado. Com o serviço de aluguel, será possível implementar um controle eficiente do uso do veículo, monitorando a quilometragem, o consumo de combustível e gerando relatórios detalhados de utilização. Essa prática permitirá uma análise mais precisa do desempenho e dos custos operacionais, além de possibilitar a adoção de políticas de uso consciente e responsável do veículo, contribuindo para a sustentabilidade e a redução da pegada de carbono.

A segurança e a confiabilidade também estão entre os resultados pretendidos. O veículo deverá estar em conformidade com as normas de segurança e manutenção preventiva, minimizando o risco de falhas mecânicas e aumentando a confiabilidade no transporte. O contrato de aluguel incluirá suporte 24 horas e a disponibilidade de veículos reserva em casos de emergências, o que evitará interrupções nas operações críticas.

Espera-se, ainda, atender integralmente às normas e diretrizes administrativas, especialmente no que tange à economicidade, eficiência administrativa e transparência nos gastos públicos, em conformidade com as normativas vigentes para contratações públicas ou com a política de compliance da empresa. A contratação do serviço de aluguel de carros também contribuirá para a conformidade com as exigências legais e regulatórias relacionadas ao transporte de pessoas e cargas.

Por fim, busca-se promover a sustentabilidade e a responsabilidade ambiental. A utilização de veículos modernos, preferencialmente com tecnologia flex ou híbrida, reduzirá a emissão de poluentes e contribuirá para uma mobilidade mais sustentável. Alinhando-se às metas de responsabilidade social corporativa, essa contratação reforçará o compromisso do Programa VISACIS com a sustentabilidade ambiental e com a promoção de práticas responsáveis.

Dessa forma, a contratação do serviço de aluguel de carros visa agregar valor às operações, otimizando recursos, aumentando a eficiência logística e contribuindo diretamente para o alcance dos objetivos estratégicos organizacionais.

Assinado por 1 pessoa: ÉRICA DE SANTANA FAUSTINO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/8E25-E3A9-CA70-EAC0 e informe o código 8E25-E3A9-CA70-EAC0

13. IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1. IMPACTOS AMBIENTAIS NEGATIVOS:

- Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE): O uso de veículos movidos a combustíveis fósseis (gasolina e diesel) contribui para a emissão de CO_2 e outros gases poluentes, aumentando o efeito estufa e a poluição atmosférica.

- Modelos menos eficientes emitem maiores quantidades de GEE por quilômetro rodado.

- Poluição do Ar: Emissão de poluentes como óxidos de nitrogênio (NOx) e partículas finas, que afetam a qualidade do ar e a saúde da população.

- Poluição Sonora: O uso intensivo de veículos aumenta o nível de ruído em áreas urbanas, impactando o bem-estar da comunidade.

- Consumo exacerbado de Recursos Naturais: A produção e a manutenção de veículos exigem recursos como água, energia e matérias-primas (metais, plásticos, borracha).

- Resíduos Sólidos: Ao final da vida útil, os veículos geram resíduos sólidos, incluindo baterias, pneus e sucata, que precisam de descarte adequado

13.2. IMPACTOS AMBIENTAIS POSITIVOS:

- **Redução do Número de Veículos em Circulação**: O aluguel otimiza o uso de veículos, evitando a compra de carros próprios, o que pode reduzir a frota total em circulação e, consequentemente, as emissões globais.

- **Renovação Frequente da Frota**: Locadoras geralmente renovam suas frotas com frequência, o que resulta na utilização de veículos mais novos e eficientes, com menor consumo de combustível e menor emissão de poluentes.

- **Uso de Veículos Elétricos e Híbridos**: Algumas locadoras oferecem veículos elétricos ou híbridos, que emitem menos poluentes e têm menor impacto ambiental.

- **Uso Racional e Compartilhamento**: O aluguel promove o uso racional e compartilhado dos veículos, evitando ociosidade e otimizando o transporte.

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

A contratação de serviço de aluguel de carros mostra-se viável, pois oferece flexibilidade e otimização de recursos, eliminando custos com aquisição, manutenção e depreciação de veículos próprios. Além disso, permite a atualização constante da frota, garantindo maior eficiência energética e menor emissão de poluentes, especialmente ao optar por veículos elétricos ou híbridos. Assim, o aluguel atende às necessidades operacionais com menor impacto ambiental e custo-benefício favorável.

Assinado por 1 pessoa: ÉRICA DE SANTANA FAUSTINO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/8E25-E3A9-CA70-EAC0 e informe o código 8E25-E3A9-CA70-EAC0

15. MATRIZ DE RISCOS

Risco 01		
Risco:	Definição de exigências desnecessárias, de caráter restritivo no Edital, especialmente no que diz respeito à qualificação técnica	
Possibilidade:	Baixa	
Impacto:	Médio	
Nível de Risco:	Baixo	
Fase do processo de contratação:	Planejamento da contratação	
Alocação do Risco:	Contratante	
Danos:	Possibilidade de impugnações do edital na fase de seleção do fornecedor ou o certame restar deserto ou fracassado	
	Atrasos para início e, consequentemente, para entrega dos Serviços	
Ações preventivas/Setor responsável	Observar o que dispõe o Art. 67 da Lei n. 14133/2021	Setor de Licitações/Agente de Contratação
	Observar as orientações dos órgãos de orientação e fiscalização da Administração Pública como a Advocacia Geral da União e o Tribunal de Contas da União, em especial o Acórdão nº 2.882/2008 – Plenário e a Súmula nº 263/2011,dentre outros	Setor de Licitações/Agente de Contratação
	Adotar como parâmetro de orientação as considerações feitaspelo órgão Técnico e pelo relator do processo 1141265/TCE/MG	Setor de Licitações/Agente de Contratação
Ações de contingência/Setor responsável:	Em caso de impugnação, republicação do certame, com a revisão dos itens de qualificação técnica	Setor de Licitações/Agente de Contratação
Risco 02		
Risco:	Impugnações do Edital de licitação, por motivos diversos, principalmente relacionados a erros de edital, termo de referência, especificações técnicas, etc.	
Possibilidade:	Baixa	
Impacto:	Médio	
Nível de Risco:	Baixo	
Fase do processo de contratação:	Planejamento da contratação	
Alocação do Risco:	Contratante	

Assinado por 1 pessoa: ÉRICA DE SANTANA FAUSTINO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/8E25-E3A9-CA70-EAC0 e informe o código 8E25-E3A9-CA70-EAC0

Danos:	Possibilidade de impugnações do edital na fase de seleção do fornecedor ou o certame restar deserto ou fracassado	
	Atrasos para início e, consequentemente, para entrega dos serviços	
Ações preventivas/Setor responsável	Observar o que dispõe o Art. 19 daLei n. 14133/2021	Setor de Licitações/Agente de Contratação
	Observar as orientações dos órgãos de orientação e fiscalização do CISAMAPI	Setor de Licitações/Agente de Contratação
Ações de contingência/Setor responsável:	Em caso de impugnação, republicação do certame	Setor de Licitações/Agente de Contratação
Risco 03		
Risco:	O certame licitatório restar deserto, caso nenhuma empresa se interesse por sua execução ou fracassado, caso nenhuma das propostas apresentadas estejam dentro dos parâmetros estimados pela Administração	
Possibilidade:	Média	
Impacto:	Alto	
Nível de Risco:	Médio	
Fase do processo de contratação:	Seleção do fornecedor	
Alocação do Risco:	Contratante	
Danos:	Necessidade da republicação da licitação	
	Atrasos para início e, consequentemente, para entrega dos serviços	
Ações preventivas/Setor responsável	Correto planejamento das exigências para a contratação	Setor de Licitações/Agente de Contratação
Ações de contingência/Setor responsável:	Verificar junto às empresas do ramo de atividade quais seriam os motivos do desinteresse pelo serviço no caso da licitação deserta ou revisão dos valores estimados no caso de licitação fracassada para uma possível repetição do certame	Setor de Licitações/Setor Demandante
Risco 04		
Risco:	A empresa vencedora do certame quando convocada, não assinar a ata de registro de preço e/ou o termo de contrato	
Possibilidade:	Baixa	
Impacto:	Alto	

Assinado por 1 pessoa: ÉRICA DE SANTANA FAUSTINO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/8E25-E3A9-CA70-EAC0 e informe o código 8E25-E3A9-CA70-EAC0

DEFINIÇÕES:

Probabilidade: chance de algo acontecer, não importando se definida, medida ou determinada objetiva ou subjetivamente, qualitativa ou quantitativamente, ou se descrita utilizando-se termos gerais ou matemáticos.

Impacto: resultado de um evento que afeta os objetivos.

Nível de Risco: magnitude de um risco ou combinação de riscos, expressa em termos da combinação das consequências e de suas probabilidades.

Ponte Nova (MG), 06 de março de 2025.

Érica de Santana Faustino
Coordenadora Programa VISA-CIS

Assinado por 1 pessoa: ÉRICA DE SANTANA FAUSTINO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/8E25-E3A9-CA70-EAC0 e informe o código 8E25-E3A9-CA70-EAC0

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 8E25-E3A9-CA70-EAC0

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

ÉRICA DE SANTANA FAUSTINO (CPF 089.XXX.XXX-63) em 07/03/2025 09:11:02 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/8E25-E3A9-CA70-EAC0

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PUBLICADO

Nº. 239/2024

Celebrado entre o Município de Conselheiro Lafaiete e LIG & LOKA Locadora de Veículos LTDA.

MUNICÍPIO: Município de Conselheiro Lafaiete.
FORNECEDOR: LIG & LOKA Locadora de Veículos LTDA
VALOR: R$ 1.700.548,92
PRAZO: 12 meses

O **MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº. 19.718.360/0001-51, com sede nesta cidade, na Avenida Prefeito Mário Rodrigues Pereira, nº. 10, Centro, CEP 36.400-026, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Mário Marcus Leão Dutra, residente e domiciliado neste município, portador do CPF nº. 597.156.426-91, de ora em diante denominado **MUNICÍPIO**, e de outro lado, **LIG & LOKA LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA.,** inscrito no CNPJ sob o nº. 26.825.176/0001-76, com sede na Rua Lauro Sodre Nogueira, nº 293 Loja 03, Bairro São Pedro Ribeirão das Neves/MG, CEP 33805-600, Tel. (37) 99837-7491, e-mail bcrlicitacao@gmail.com, neste ato representado por sua sócio administrador, Carlos Eduardo da Silva, brasileiro, empresário, portador do CPF nº. 042.196.046-93 e RG M7796069 SSP/MG, doravante denominados **FORNECEDOR**, considerando o **Processo Licitatório 87/2024 – Pregão 039/2024 - Registro de Preço 022/2024** e amparados no inciso II do artigo 90 da Lei Orgânica do Município, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1° de abril de 2021, da Lei Complementar de n° 123, de 14 de dezembro de 2006 e do Decreto Municipal nº 932, de 15 de fevereiro de 2024, e subsidiariamente pelas demais normas e condições estabelecidas no edital de convocação e em face à classificação das propostas apresentadas no pregão supramencionado, registram os preços para a aquisição de produtos constantes nesta ata, observadas as condições enunciadas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para prestação de serviço de locação de veículos, sem condutor, com sistema de gerenciamento e compartilhamento veicular, visando atendimento das demandas do Município de Conselheiro Lafaiete/MG, de acordo com as especificações, condições e quantidades detalhadas no item 19 e Anexo I do Edital.

Parágrafo Único – O fornecedor vai registrar o lote 01(lote único) constante e especificado no anexo I do edital de licitação, conforme abaixo:

Avenida Mário Rodrigues Pereira, nº 10, Centro, Conselheiro Lafaiete/MG
CEP. 36.400-026, Tel. (31) 3764-9800, e-mail: depjuridico1@conselheirolafaiete.mg.gov.br

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Item	Unid.	Quant.	Descrição Detalhada dos Materiais	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
01	Unid.	25	Veículo com motorização 1.0, 04 portas, com capacidade para 05 (cinco) pessoas, qualquer cor, motor do veículo: tipo flex, 1.0, direção hidráulica, elétrica ou elétrica/hidráulica, mínimo de 05 (cinco) marchas à frente e uma à ré, câmbio manual, dimensões: tanque de combustível tamanho padrão para os veículos cotados, com sistema de gerenciamento e compartilhamento veicular, sem condutor.	R$ 2.262,49	R$ 678.747,00
02	Unid	04	Veículo com motorização mínima de 1.4, 02 portas, com capacidade para 02 (duas) pessoas, qualquer cor, motor do veículo: tipo flex, 1.4, direção hidráulica, elétrica ou elétrica/hidráulica, mínimo de 05 (cinco) marchas à frente e uma à ré, câmbio manual, dimensões: tanque de combustível tamanho padrão para os veículos cotados, com sistema de gerenciamento e compartilhamento veicular, sem condutor..	R$ 2.362,50	R$ 113.400,00
03	Unid	07	Veículo com motorização mínima de 1.6, 04 portas, cabine dupla, com capacidade para 05 (cinco) pessoas, qualquer cor, motor do veículo: tipo flex, 1.6, direção hidráulica, elétrica ou elétrica/hidráulica, mínimo de 05 (cinco) marchas à frente e uma à ré, câmbio manual, dimensões: tanque de combustível tamanho padrão para os veículos cotados, com sistema de gerenciamento e compartilhamento veicular, sem condutor	R$ 3.562,50	R$ 299.250,00
04	Unid	05	Veículo com motorização mínima de 1.8, 04 portas, com capacidade para 07 (sete) pessoas, qualquer cor, motor do veículo: tipo flex, 1.8, direção hidráulica, elétrica ou elétrica/hidráulica, mínimo de 05 (cinco) marchas à frente e uma à ré, câmbio manual, dimensões: tanque de combustível tamanho padrão para os veículos cotados, com sistema de gerenciamento e compartilhamento veicular, sem condutor.	R$ 3.462,50	R$ 207.750,00
05	Unid	04	Veículo com motorização mínima de 2.0, 04 portas, com capacidade para 18 (dezoito) pessoas (17 pessoas + 01 motorista), qualquer cor, motor do veículo: tipo diesel, 2.0, direção hidráulica, elétrica ou elétrica/hidráulica, mínimo de 05 (cinco) marchas à frente e uma à ré, câmbio manual, dimensões: tanque de combustível tamanho padrão para os veículos cotados, com sistema de gerenciamento e compartilhamento veicular, sem condutor..	R$ 8.362,54	R$ 401.401,92
TOTAL:					**R$ 1.700.548,92**

Avenida Mário Rodrigues Pereira, nº 10, Centro, Conselheiro Lafaiete/MG
CEP. 36.400-026, Tel. (31) 3764-9800, e-mail: depjuridico1@conselheirolafaiete.mg.gov.br

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

A presente Ata terá os preços discriminados na proposta do Fornecedor, nos quais estão incluídos todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.

Parágrafo Único - Os preços propostos serão fixos e irreajustáveis durante o período de vigência desta Ata, de acordo com o § 1°, do Art. 28, da Lei Federal n°. 9.069/1995, ou outro instrumento legal que a substitua, tomando-se por base a proposta de preços.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO

O valor total estimado desta Ata é de R$ 1.700.548,92 (um milhão e setecentos mil, quinhentos e quarenta e oito reais e noventa e dois centavos), sendo efetuado pagamento de acordo com o consumo, reservando o direito de a Administração utilizar ou não a totalidade do saldo previsto.

Parágrafo Primeiro - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo prerrogativa do ente público adquirir ou não a totalidade dos itens licitados constantes neste processo licitatório, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurada ao fornecedor registrado a preferência em igualdade de condições, conforme a Lei 14.133/21 e Decreto Municipal n°. 932/2024.

Parágrafo Segundo - As aquisições adicionais ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, conforme art. 86, § 4°, da Lei n° 14.133/21.

Parágrafo Terceiro - O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem, conforme art. 86, § 5°, da Lei n° 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE

A presente Ata terá validade pelo período de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada nos moldes do art. 84 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUINTA - DA UTILIZAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

O presente Registro de Preços poderá ser utilizado, para fornecimento do respectivo objeto, por todos os Órgãos da Administração direta e indireta do Município.

Parágrafo Único - A contratação dos itens registrados será formalizada através da emissão de Empenho Prévio e Nota de Autorização de Fornecimento, nos termos do artigo 95 da Lei 14.133/21 e artigo 63, §2°, inciso II da Lei Federal n°. 4.320/64.

CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS

Os produtos deverão ser entregues, de acordo com a solicitação da Secretaria Municipal, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

Parágrafo Único- Na hipótese de substituição, o fornecedor deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Secretaria Municipal solicitante, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contado da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente da Ata.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento do objeto desta Ata será efetuado até o 30 (trinta) dias útil do mês subsequente ao da apresentação da competente nota fiscal, que deverá estar

Avenida Mário Rodrigues Pereira, n° 10, Centro, Conselheiro Lafaiete/MG
CEP. 36.400-026, Tel. (31) 3764-9800, e-mail: depjuridico1@conselheirolafaiete.mg.gov.br

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

acompanhada do pedido e documentação de regularidade fiscal do fornecedor, atestados pela fiscalização da Secretaria Municipal solicitante.

Parágrafo Primeiro - A Nota Fiscal correspondente deverá constar o número do Procedimento Licitatório e Registro de Preços que lhe deu origem, e ser entregue pelo fornecedor diretamente na Secretaria Municipal solicitante, que somente atestará o fornecimento e liberará a referida Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pelo fornecedor, todas as condições pactuadas.

Parágrafo Segundo - Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida ao fornecedor e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Governo do Município de Conselheiro Lafaiete.

Parágrafo Terceiro - Em hipótese alguma haverá pagamento antecipado.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A dotação orçamentária para o exercício de 2024, destinada ao pagamento do objeto licitado está prevista e indicada no processo pela área competente da Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete, sob os seguintes números:

3.3.90.39.00.00.00.00.00 – Ficha 71 – Fonte 1.500.000.000

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

9.1. O fornecimento somente estará caracterizado mediante a apresentação do pedido/Ordem de Fornecimento.

9.2. O Fornecedor fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que o fornecimento esteja previsto para data posterior à do seu vencimento.

9.3. O fornecimento será realizado de forma parcelada, feito de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal Solicitante.

9.4. O Município reserva-se o direito de não aceitar as mercadorias em desacordo com o previsto na presente Ata, no edital de licitação e no Termo de Referência, sob pena de cancelamento da Ata e repasse dos itens adjudicados pelo Fornecedor e aplicação penalidades pertinentes ao caso.

9.5. O quantitativo previsto nesta Ata é apenas informativo, não sendo obrigada a aquisição pelo Município nas quantidades indicadas.

9.6. O Fornecedor obriga-se a fornecer o material nas mesmas condições e preços registrados, no local e na quantidade prevista na Ordem de Fornecimento emitida pelo setor responsável.

9.7. O Fornecedor deverá responder pelas despesas relativas ao frete, encargos trabalhistas, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras despesas que forem devidas e referentes ao fornecimento dos produtos objetos da presente Ata.

9.8. O Fornecedor deverá responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros, em razão da ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente, de outras cominações contratuais e/ou legais a que estiver sujeita.

9.9. O Município não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência da responsabilidade do Fornecedor para outras entidades/empresas;

9.10. O acondicionamento e transporte deverão ser feitos dentro do preconizado. Os

Avenida Mário Rodrigues Pereira, nº 10, Centro, Conselheiro Lafaiete/MG
CEP. 36.400-026, Tel. (31) 3764-9800, e-mail: depjuridico1@conselheirolafaiete.mg.gov.br

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

produtos deverão estar devidamente protegidos contra danos que possam ser causados por agentes externos.
9.11. Na Nota Fiscal deverão constar os números dos itens correspondentes aos produtos entregues.
9.12. Não serão aceitas entregas de mercadorias sem Notas Fiscais, ou preenchidas erroneamente.
9.13. Toda Nota Fiscal deverá, obrigatoriamente, conter o número da NAF, empenho e processo licitatório a qual está vinculada.
9.14. O Fornecedor declara estar ciente e compromete-se a cumprir todas as exigências e especificações para o fornecimento dos produtos constantes e discriminados nesta Ata, dentro das condições previstas no Processo Licitatório e seus anexos, em especial, o Termo de Referência, que faz parte integrante da presente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES
Sem prejuízo das disposições em Lei, constituem obrigações das Partes:

10.1. DO FORNECEDOR:
a) Fornecer o especificado no objeto desta Ata, de acordo com as determinações da Secretaria Municipal Solicitante, observadas as normas legais vigentes, bem como as cláusulas e condições previstas no Processo Licitatório;
b) Emitir as Notas Fiscais/Fatura tendo em vista o fornecimento realizado anteriormente à emissão da Nota;
c) Manter, durante todo o fornecimento, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório;
d) Responsabilizar-se pelas relações trabalhistas de seus funcionários que laborarem em função do fornecimento objeto desta Ata;
e) Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados por seus empregados ou prepostos, ao Município ou a terceiros no fornecimento dos produtos;
f) Assumir integralmente o ônus tributário incidente sobre as notas fiscais que emitir, permitindo-se, no pagamento das faturas, os descontos legais.
g) Demais obrigações constantes do Edital de Licitação.

10.2. DO MUNICÍPIO:
a) Credenciar, através da Secretaria Municipal solicitante os setores que serão beneficiados com a entrega do produto, bem como providenciar a sua distribuição, conforme requisições;
b) Através das Secretarias Municipais Solicitantes no Município, proceder à recepção e conferência das Notas Fiscais/Fatura emitidas pelo Fornecedor, encaminhando-as à Diretoria de Material para devido processamento;
c) Aprovar as Notas Fiscais/Fatura apresentadas pelo Fornecedor, assegurando o pagamento das mesmas mediante a compatibilização desta com a efetiva entrada dos produtos no almoxarifado municipal;
d) Acompanhar e conferir o fornecimento;
e) Efetuar os pagamentos ao Fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS
11.1. Incorre em infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133 de 2021 quais sejam:

Avenida Mário Rodrigues Pereira, nº 10, Centro, Conselheiro Lafaiete/MG
CEP. 36.400-026, Tel. (31) 3764-9800, e-mail: depjuridico1@conselheirolafaiete.mg.gov.br

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - dar causa à inexecução total do contrato;
IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - não celebrar o contrato ou Ata de Registo de Preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
XIII - tumultuar a sessão pública da licitação;
XIV - propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;
XV - deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o infrator enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
XVI - deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato;
XVII - permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
XVIII - deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;
XIX - deixar de devolver eventuais valores recebidos indevidamente após ser devidamente notificado;
XX – manter empregado, responsável técnico ou qualquer pessoa sob sua responsabilidade com qualificação em desacordo com as exigências do edital ou do contrato, durante a execução do objeto.
XXI - utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;
XXII - tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
XXIII - deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual - EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
XXIV - deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;
XXV - deixar de repor funcionários faltosos;
XXVI - deixar de apresentar, quando solicitado pela administração, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao:
a) registro de ponto;
b) recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

Avenida Mário Rodrigues Pereira, nº 10, Centro, Conselheiro Lafaiete/MG
CEP. 36.400-026, Tel. (31) 3764-9800, e-mail: depjuridico1@conselheirolafaiete.mg.gov.br

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

c) comprovante de depósito do FGTS;
d) recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;
e) recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;
f) recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.
XXVII - deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
XXVIII - entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidades contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;
XXIX - ofender agentes públicos no exercício de suas funções;
XXX - induzir a administração em erro;
XXXI - deixar de manter empregados, que fiquem nas dependências e à disposição da administração nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;
XXXII - compartilhar recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos por parte do contratado, nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;
XXXIII - impossibilitar a fiscalização pelo contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos, em relação aos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;
XXXIV - apresentar proposta inexequível com finalidade de tumultuar o procedimento;
XXXV - deixar de demonstrar exequibilidade da proposta quando exigida pela administração;
XXXVI - subcontratar serviço em contrato em que não há essa possibilidade;
XXXVII - deixar de apresentar no prazo do art. 96, §3º da Lei 14.133/21, garantia pelo contratado quando optar pela modalidade seguro garantia;
XXXVIII - deixar de comprovar, quando solicitado, na execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas;
XXXIX - deixar de manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representar o contratado na execução do contrato;
XL - deixar de aceitar as supressões e acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento) em relação aos contratos.
11.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
a) de **advertência** que consiste em comunicação formal ao infrator do descumprimento de uma obrigação do edital, da Ata de Registros de Preços ou da inexecução parcial do contrato quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
b) de **multa**, o infrator que, injustificadamente, descumprir a legislação, cláusulas do edital ou cláusulas contratuais, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor de referência do certame ou do contrato nos termos estabelecidos nos respectivos instrumentos, devendo ser observados, preferencialmente, os seguintes percentuais e diretrizes:
I - multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 10% (dez por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte

Avenida Mário Rodrigues Pereira, nº 10, Centro, Conselheiro Lafaiete/MG
CEP. 36.400-026, Tel. (31) 3764-9800, e-mail: depjuridico1@conselheirolafaiete.mg.gov.br

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;
II - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação do certame ou do valor da contratação direta em caso de recusa do infrator em assinar o contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;
III - multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor de referência do certame, nas hipóteses constantes do item 12.1, subitens I, IV, V, XIII, XIV e XV, deste instrumento;
IV - multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da adjudicação, nas hipóteses constantes do item 12.1, subitens XVI, XVII, XVIII, XX, XXI, XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXXI, XXXIII, XXXVIII e XXXIX deste instrumento;
VI - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor de referência do certame, nas hipóteses constantes do item 12.1, subitens II, III, VI, VII,,VIII, IX, X, XI, XII, XXIX, XXX, XXXIV e XXXV deste instrumento;
VI - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação, nas hipóteses constantes do item 12.1, subitens XIX, XXII, XVIII, XXXII, XXXVI, XXXVII e XL, deste instrumento;
VII - multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do contrato e sua conduta implicar em gastos à administração, superiores aos contratados.
c) de **impedimento de licitar e contratar**, que impedirá o infrator de participar de licitação e contratar com a administração:
I - por até 01 (um) ano, caso o infrator: a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do certame sem motivo justificado;
II - por até 02 (dois) anos, caso o infrator:
a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o mesmo ou durante a execução do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - por até 03 (três) anos, caso o infrator:
a) não celebrar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
b) fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
c) der causa à inexecução total do contrato.
d) de declaração de Inidoneidade de contratar com a Administração Pública, será aplicada por prazo não superior a 6 (seis) anos, nas seguintes hipóteses:
I - por período de 3 (três) a 4 (quatro) anos, no caso de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
II - por período de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos, nos casos de:
a) fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
b) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
III - por período de 5 (cinco) a 6 (seis) anos, nos casos de:
a) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/13;
b) dar causa à inexecução total do contrato, por ato doloso que cause lesão ao erário.
11.3. Na aplicação das sanções será observado Decreto nº 932/2024.

Avenida Mário Rodrigues Pereira, nº 10, Centro, Conselheiro Lafaiete/MG
CEP. 36.400-026, Tel. (31) 3764-9800, e-mail: depjuridico1@conselheirolafaiete.mg.gov.br

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Parágrafo Primeiro - Em caso de o valor da multa ser superior ao valor da garantia apresentada, ou da parcela devida, responderá a notificada pela sua diferença nas maneiras supracitadas.
Parágrafo Segundo - O não pagamento da penalidade de multa ensejará a inscrição da notificada em dívida ativa e aplicação de penalidade mais gravosa.
Parágrafo Terceiro - A pena de Multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções.
Parágrafo Quarto - A penalidade de suspensão terá seus efeitos apenas no âmbito da Administração Pública Municipal.
Parágrafo Quinto - São competentes para aplicar a penalidades supramencionadas a Procuradoria Municipal e o Gestor da pasta, ordenador de despesa, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório e, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto da licitação, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar a Ata ou qualquer documento hábil que venha substituí-lo.
Parágrafo Sexto - A aplicação das penalidades de suspensão, impedimento e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal implicará, obrigatoriamente, na inscrição do infrator no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Municipal.
Parágrafo Sétimo - A aplicação de qualquer penalidade, salvo de multa, deverá ser publicadas em jornal de circulação local e regional, além de encaminhamento de cópia ao Ministério Público, quando houver indícios da prática de crime contra Administração Pública.
Parágrafo Oitavo - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

12.2. Da Rescisão
O presente instrumento poderá ser rescindido, de pleno direito, pelo Contratante, quando:
a) O Contratado não cumprir as obrigações constantes deste contrato;
b) O Contratado não retirar qualquer Ordem de Serviço, no prazo estabelecido, e o Contratante não aceitar sua justificativa;
c) O Contratado der causa a rescisão administrativa de contrato;
d) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato, se assim for decidido pelo Contratante;
e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas, ou na ocorrência das hipóteses dos arts. 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021;
f) A lentidão de seu cumprimento, levando o Contratante a contrair prejuízos;
g) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
h) A paralisação da prestação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação ao Contratante;

Avenida Mário Rodrigues Pereira, nº 10, Centro, Conselheiro Lafaiete/MG
CEP. 36.400-026, Tel. (31) 3764-9800, e-mail: depjuridico1@conselheirolafaiete.mg.gov.br

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://oasamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

i) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da Contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no contrato;
j) O não atendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e gerenciar a execução, assim como as de seus superiores;
k) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas pelo setor gerenciador deste contrato;
l) A decretação de falência ou instauração de insolvência civil;
m) A dissolução da sociedade;
n) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do Contrato.

12.2. Do Cancelamento
Poderá ser solicitado o cancelamento do presente instrumento:
a) Mediante solicitação, por escrito, do Contratado, com comprovação da impossibilidade de cumprir as exigências deste contrato;
b) À juízo do Contratante, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 137, §2°, da Lei Federal 14.133/2021.
Parágrafo Único - A solicitação do Contratado para cancelamento do contrato deverá ser formulada com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, facultada ao Contratante a aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima Primeira, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO GERENCIAMENTO

A presente Ata será acompanhada pelo servidor Willer Barros de Paula, Encarregado da Garagem Municipal lotado na Secretaria Municipal de Administração que ficará responsável por fiscalizar a execução do mesmo, verificando a procedência do serviço prestado, registrando todas as ocorrências e deficiências verificadas em relatório, devendo manter contatos com o Contratado para a solução dos problemas detectados, e o servidor Luciano da Silva Pedrosa lotado na Secretaria Municipal de Administração que ficará responsável pela gestão do contrato/ata, ficando responsável por verificar-lhe as condições de prazo de vigência, saldo contratual, ou outras que se fizerem necessárias para seu bom e fiel cumprimento, nos termos do art. 117 e seguintes da Lei 14.133/21.

Parágrafo Primeiro - As exigências e a atuação da fiscalização pelo Município de Conselheiro Lafaiete em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva do fornecedor no que concerne à execução do objeto da Ata.

Parágrafo Segundo – O Fornecedor permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência desta Ata, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização/gestor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REAJUSTAMENTO

14.1. Por força das Leis Federais nº 9.069/95 e 10.192/2001, o valor do contrato será reajustado mediante iniciativa da Contratada, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, a contar da data do orçamento estimado ou do último reajuste, tendo como base a variação de índice oficial.

Avenida Mário Rodrigues Pereira, nº 10, Centro, Conselheiro Lafaiete/MG
CEP. 36.400-026, Tel. (31) 3764-9800, e-mail: depjuridico1@conselheirolafaiete.mg.gov.br

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

14.2. Decorrido o prazo acima estipulado, os preços unitários serão corrigidos monetariamente pelo INPC (IBGE) ou outro índice que venha a substituí-lo por força de determinação governamental.
14.3. A aplicação do índice dar-se-á de acordo com a variação acumulada do INPC (IBGE) ocorrida nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
15.1. Integram esta Ata, o edital de convocação e as propostas das empresas classificadas no certame supramencionado.
15.2. O Fornecedor terá até o 5º (quinto) dia útil após a homologação do certame, ocorrida em 16/09/2024 para assinatura da presente Ata, sob pena de decair o direito a registrar os preços, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei 14.133/21.
15.3. Sendo cumpridas todas as obrigações e findo o prazo de vigência, este instrumento por si só se encerra.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO
O extrato da presente Ata será publicado por conta do Município de Conselheiro Lafaiete.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO
As partes elegem o foro da Comarca de Conselheiro Lafaiete/MG, para dirimir as questões oriundas desta Ata.

E por estarem justas e contratadas, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que cumpra seus efeitos legais.

CARLOS EDUARDO DA SILVA:04219604693 Assinado de forma digital por CARLOS EDUARDO DA SILVA:04219604693 Dados: 2024.09.26 14:03:02 -03'00'

Conselheiro Lafaiete, 03 de outubro de 2024.

LIG & LOKA Locadora de Veículos LTDA
CNPJ: 24.059.434/0001-25

Elisa Cláudia Lopes
Secretário Municipal de Administração

Mário Marcus Leão Dutra
Prefeito Municipal

Fiscal:
Willer Barros de Paula
Servidor Municipal

Gestor:
Luciano da Silva Pedrosa
Servidor Municipal

Visto:
Álvaro Faria de Andrade
Procurador Coordenador Geral

Jorcelino de Oliveira
Procurador Municipal
P. ____/2024.

Avenida Mário Rodrigues Pereira, nº 10, Centro, Conselheiro Lafaiete/MG
CEP. 36.400-026, Tel. (31) 3764-9800, e-mail: depjuridico1@conselheirolafaiete.mg.gov.br

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

gov.br | Instituto Nacional de Tecnologia da Informação

VALIDAR

Serviço de validação de assinaturas eletrônicas

Simples > Completo

Atenção: O conteúdo do documento é de inteira responsabilidade do(s) signatário(s).

Informações gerais do arquivo:

Nome do arquivo: Ata xxx - LIG & LOKA Locadora de VeÃculos LTDA- PregÃ£o 039-2024 Processo 87-2024 RP 22-2024.pdf
Hash: 752842503ff5e52b3441644bbd3a4ac16ebe3f58474722f94dadcbb54e09ea93
Data da validação: 03/10/2024 12:34:27 BRT

Informações da Assinatura:

Assinado por: CARLOS EDUARDO DA SILVA
CPF: ***.196.046-**
Nº de série de certificado emitente: 0x990c71e66d85d3ba0f4d
Data da assinatura: 26/09/2024 14:03:02 BRT

ASSINATURA ELETRÔNICA QUALIFICADA
ICP Brasil
Conforme MP 2.200-2/01 e Lei 14.063/20

Assinatura aprovada.

Ver Relatório de Conformidade

AVALIE O SERVIÇO QUE VOCÊ UTILIZOU

Sua opinião é importante para o aprimoramento de nossos serviços

Avaliar

ACESSO RÁPIDO

Validar | Sobre | Dúvidas | Informações

Fale Conosco

ASSUNTOS

Auditoria ICP-Brasil

Cadastro de Agente de Registro - CAR

Certificado Digital

Comitê Gestor

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Consulta Pública

Credenciamento

Fiscalização

Homologação

ICP-Brasil

Legislação

Notícias

Protocolo Digital ITI

Publicações Técnicas

Repositório

Navegadores

ACESSO À INFORMAÇÃO

Institucional

Ações e Programas

Participação Social

Auditorias

Convênios e Transferências

Receitas e Despesas

Licitações e Contratos

Servidores ITI

Informações Classificadas

Serviço de Informação ao Cidadão - SIC

Perguntas Frequentes

Dados Abertos

Sensações Administrativas

Ferramentas e aspectos tecnológicos

Agendas do ITI

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Privacidade e Proteção de Dados

CENTRAIS DE CONTEÚDO

Aplicativos

Glossário

Opinião do Diretor Presidente

Artigos

CANAIS DE ATENDIMENTO

Imprensa

Ouvidoria

Serviço de Informação ao Cidadão - SIC

REDES SOCIAIS/CANAIS

Facebook

Twitter

Linkedin

Instagram

Youtube

Flickr

Telegram

CERTFORUM

REDES SOCIAIS

Texto destinado a exibição de informações relacionadas a licença de uso.

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Assunto **Re: Ata para conferência e assinatura**

De BCR Consultoria e Assessoria em Licitações <bcrlicitacao@gmail.com>

Para <depjuridico1@conselheirolafaiete.mg.gov.br>

Cópia Transporte <transporte@conselheirolafaiete.mg.gov.br>, <administracao@conselheirolafaiete.mg.gov.br>

Data 2024-10-01 15:07

- Ata xxx - LIG & LOKA Locadora de Veículos LTDA- Pregão 039-2024 Processo 87-2024 RP 22-2024 (1).pdf(~313 KB)

Boa Tarde!

Prezados, conforme conversamos, infelizmente o e-mail com o contrato assinado não foi enviado no dia 26/09/2024, porém, o mesmo foi assinado nesta data, conforme segue em anexo.

O Senhor Eduardo, sócio administrador da empresa, esteve pessoalmente na prefeitura, após o envio do Contrato conversando e resolvendo sobre os trâmites do mesmo. O que aconteceu foi uma falta de comunicação online, porém, presencialmente, estivemos na Prefeitura, cuidando para que o serviço seja prestado de forma rápida e eficiente.

Espero que aceitem nosso Contrato, que está assinado dentro da data estipulada.

Em sex., 27 de set. de 2024 às 13:41, <depjuridico1@conselheirolafaiete.mg.gov.br> escreveu:

> Prezados, boa tarde!
>
> A Procuradoria Municipal, no intuito de zelar pela probidade da Administração Pública vem por meio deste solicitar a Assinatura do Contrato, visto que o e-mail foi encaminhado no dia 18/09/2024.
>
> Devido a urgência da questão fixamos prazo de 24 horas para o envio do contrato assinado.
>
> Pontuamos que o descumprimento do item 15 do Edital referente ao Processo Licitatório 87/2024 – Pregão 039/2024 - Registro de Preço 022/2024 acarretará penalidades descritas no Item 15.3, 15.7 e seguintes do Edital.
>
> 15.3. Após a homologação do processo licitatório, o(s) ganhador(es), através do(s) representante(s) legal(s), deverão comparecer em até 05 (cinco) dias úteis, contados da homologação do certame, para assinatura do Contrato, no horário estabelecido, no Setor de Contratos, situado na Av. Prefeito Mário Rodrigues Pereira, nº 10, Centro, Conselheiro Lafaiete/MG, tel.: (31) 3764-9800, Ramal 1007.
>
> 15.7. A Administração Pública estabelece que o ganhador que não comparecer no prazo determinado, não retirar o Contrato ou não o devolver no prazo hábil, sofrerá penalidades, sob infortúnio de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo art. 156 da Lei 14.133/21.
>
> Att.
>
> ---
> Procuradoria Municipal de Conselheiro Lafaiete
> Departamento Consultivo - Contratos e Licitações
> Avenida Prefeito Mário Rodrigues Pereira, nº. 10, Centro
> (31) 3764-9800
>
> -------- Mensagem original --------
>
> **Assunto:**Ata para conferência e assinatura
> **Data:**2024-09-18 16:47
> **De:**depjuridico1@conselheirolafaiete.mg.gov.br
> **Para:**bcrlicitacao@gmail.com
> **Cópia:**Transporte <transporte@conselheirolafaiete.mg.gov.br>, Administracao <administracao@conselheirolafaiete.mg.gov.br>
>
> Prezados, boa tarde!
>
> Segue em anexo Ata de Registro de Preços para conferência e assinatura.

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Pedimos que seja realizada conferência do termo. Após, solicitamos que seja realizada a assinatura, que poderá ser efetivada mediante sistema físico ou digital.

Caso a empresa opte pela assinatura digital, pedimos que o arquivo PDF assinado seja encaminhado em resposta a esta comunicação de e-mail.

Caso a empresa opte pela assinatura física, pedimos que sejam impressas duas vias do termo, que deverão ser assinadas e encaminhadas a esta Procuradoria, conforme endereço de rodapé.

Att.

--

Procuradoria Municipal de Conselheiro Lafaiete
Departamento Consultivo - Contratos e Licitações
Avenida Prefeito Mário Rodrigues Pereira, nº. 10, Centro
(31) 3764-9800

--

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Assunto	**Re: RES: RES: Ata para conferência e assinatura**
De	<depjuridico1@conselheirolafaiete.mg.gov.br>
Para	<administracao@conselheirolafaiete.mg.gov.br>
Encaminhar para	Transporte <transporte@conselheirolafaiete.mg.gov.br>
Data	2024-10-03 12:30
Prioridade	Mais alta

Prezada, conforme decisão da Secretaria de Administração sendo gestora do contrato, foi encaminhado para o Setor de Licitação ofício recomendando a suspensão da tentativa de repasse para o segundo colocado, permanecendo a empresa Lig e Loka Locação de Veículos como contratada do município. Os trâmites do contrato serão feitos normalmente, mas salientamos que a notificação preliminar deverá ser encaminhada primeiramente pela secretaria ou pelo fiscal do contrato, informando da justificativa acerca da aceitação da assinatura, visto se tratar de fiscalização do processo licitatório.

Caso ocorram descumprimentos na prestação do serviço, a secretaria deverá notificar preliminarmente a empresa e caso persista, encaminhar a esta Procuradoria um ofício solicitando abertura de processo administrativo para apuração de descumprimentos contratuais, instruído com a notificação preliminar e as ordens de fornecimento emitidas.

Atenciosamente;

Procuradoria Municipal de Conselheiro Lafaiete
Departamento Consultivo - Contratos e Licitações
Avenida Prefeito Mário Rodrigues Pereira, nº. 10, Centro
(31) 3764-9800

Em 2024-10-01 17:32, administracao@conselheirolafaiete.mg.gov.br escreveu:

> Prezados (as),
>
> Decidimos aceitar a justificativa e permanecer com a 1ª colocada.
>
> Porém, já estamos notificando a empresa e peço que conste no contrato.
>
> Seguem em anexo.
>
> Atenciosamente,
>
> Elisa Cláudia Lopes
>
> Secretária Municipal de Administração
>
> administracao@conselheirolafaiete.mg.gov.br
>
> (31) 3764.9801 – Ramal 1031
>
> (31) 98865.1314
>
> **De:** depjuridico1@conselheirolafaiete.mg.gov.br <depjuridico1@conselheirolafaiete.mg.gov.br>
> **Enviada em:** terça-feira, 1 de outubro de 2024 17:28
> **Para:** administracao@conselheirolafaiete.mg.gov.br

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Assunto: Re: RES: Ata para conferência e assinatura
Prioridade: Alta

Prezada, boa tarde!

Foi solicitado repasse via Oficio pela Secretaria e encaminhado para o setor de licitação para o prosseguimento, após as novas situações, aguardamos o posicionamento da Secretaria quanto ao prosseguimento da solicitação do Oficio ou prosseguimento com a primeira colocada.

Att.

Procuradoria Municipal de Conselheiro Lafaiete
Departamento Consultivo - Contratos e Licitações
Avenida Prefeito Mário Rodrigues Pereira, nº. 10, Centro
(31) 3764-9800

Em 2024-10-01 17:13, depjuridico1@conselheirolafaiete.mg.gov.br escreveu:

> A situação em tela depende de variáveis e para melhor explicação solicitamos que entre em contato com a Procuradoria por telefone, estamos tentando contato com a Sra. mas o telefone cai na caixa postal.
>
> Att.
>
> ---
>
> Procuradoria Municipal de Conselheiro Lafaiete
> Departamento Consultivo - Contratos e Licitações
> Avenida Prefeito Mário Rodrigues Pereira, nº. 10, Centro
> (31) 3764-9800
>
> Em 2024-10-01 16:03, administracao@conselheirolafaiete.mg.gov.br escreveu:
>
> > Prezados (as),
> >
> > De acordo com o edital , a ata foi homologada em 16/09/2024 e pela cláusula 15.3 a empresa vencedora não se manifestou em 05 (cinco) dias úteis para assinatura da ATA. O prazo encerrou 23/09/2024 sem qualquer manifestação.
> >
> > Hoje 01/10 recebemos a ata assinada em 26/09/2024.
> >
> > Ontem já havíamos solicitado oi repasse para o segundo colocado , pois dia 10/10 estamos sem veículos.
> >
> > A empresa LIG e LOKA está ameaçando Mandado de Segurança.
> >
> > Gostaria de saber se prosseguirmos com o repasse , temos defesa para este mandado ? Se futuramente a empresa conseguir , qual a consequência para administração ?
> >
> > Aguardo retorno.

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Elisa Cláudia Lopes

Secretária Municipal de Administração

administracao@conselheirolafaiete.mg.gov.br

(31) 3764.9801 – Ramal 1031

(31) 98865.1314

De: BCR Consultoria e Assessoria em Licitações <bcrlicitacao@gmail.com>
Enviada em: terça-feira, 1 de outubro de 2024 15:08
Para: depjuridico1@conselheirolafaiete.mg.gov.br
Cc: Transporte <transporte@conselheirolafaiete.mg.gov.br>; administracao@conselheirolafaiete.mg.gov.br
Assunto: Re: Ata para conferência e assinatura

Boa Tarde!

Prezados, conforme conversamos, infelizmente o e-mail com o contrato assinado não foi enviado no dia 26/09/2024, porém, o mesmo foi assinado nesta data, conforme segue em anexo.

O Senhor Eduardo, sócio administrador da empresa, esteve pessoalmente na prefeitura, após o envio do Contrato conversando e resolvendo sobre os trâmites do mesmo. O que aconteceu foi uma falta de comunicação online, porém, presencialmente, estivemos na Prefeitura, cuidando para que o serviço seja prestado de forma rápida e eficiente.

Espero que aceitem nosso Contrato, que está assinado dentro da data estipulada.

Em sex., 27 de set. de 2024 às 13:41, <depjuridico1@conselheirolafaiete.mg.gov.br> escreveu:

> Prezados, boa tarde!
>
> A Procuradoria Municipal, no intuito de zelar pela probidade da Administração Pública vem por meio deste solicitar a Assinatura do Contrato, visto que o e-mail foi encaminhado no dia 18/09/2024.
>
> Devido a urgência da questão fixamos prazo de 24 horas para o envio do contrato assinado.
>
> Pontuamos que o descumprimento do item 15 do Edital referente ao Processo Licitatório 87/2024 – Pregão 039/2024 - Registro de Preço 022/2024 acarretará penalidades descritas no Item 15.3, 15.7 e seguintes do Edital.
>
> 15.3. Após a homologação do processo licitatório, o(s) ganhador(es), através do(s) representante(s) legal(s), deverão comparecer em até 05 (cinco) dias úteis, contados da homologação do certame, para assinatura do Contrato, no horário estabelecido, no Setor de Contratos, situado na Av. Prefeito Mário Rodrigues Pereira, nº 10, Centro, Conselheiro Lafaiete/MG, tel.: (31) 3764-9800, Ramal 1007.
>
> 15.7. A Administração Pública estabelece que o ganhador que não comparecer no prazo determinado, não retirar o Contrato ou não o devolver no prazo hábil, sofrerá penalidades, sob

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

infortúnio de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo art. 156 da Lei 14.133/21.

Att.

Procuradoria Municipal de Conselheiro Lafaiete
Departamento Consultivo - Contratos e Licitações
Avenida Prefeito Mário Rodrigues Pereira, n°. 10, Centro
(31) 3764-9800

-------- Mensagem original --------

Assunto: Ata para conferência e assinatura

Data: 2024-09-18 16:47

De: depjuridico1@conselheirolafaiete.mg.gov.br

Para: bcrlicitacao@gmail.com

Cópia: Transporte <transporte@conselheirolafaiete.mg.gov.br>, Administracao <administracao@conselheirolafaiete.mg.gov.br>

Prezados, boa tarde!

Segue em anexo Ata de Registro de Preços para conferência e assinatura.

Pedimos que seja realizada conferência do termo. Após, solicitamos que seja realizada a assinatura, que poderá ser efetivada mediante sistema físico ou digital.

Caso a empresa opte pela assinatura digital, pedimos que o arquivo PDF assinado seja encaminhado em resposta a esta comunicação de e-mail.

Caso a empresa opte pela assinatura física, pedimos que sejam impressas duas vias do termo, que deverão ser assinadas e encaminhadas a esta Procuradoria, conforme endereço de rodapé.

Att.

--

Procuradoria Municipal de Conselheiro Lafaiete
Departamento Consultivo - Contratos e Licitações
Avenida Prefeito Mário Rodrigues Pereira, n°. 10, Centro
(31) 3764-9800

--

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços n. 001/2024

Pregão Eletrônico n. 001/2024

Processo Licitatório n. 007/2024

O **CONSONORTE – Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião Norte do Rio Doce**, inscrito no CNPJ sob o nº 00.784.548/0001-70, com sede na Wilson Melado, 436 – Centro, em Mantena, CEP 35.290-000, Estado de Minas Gerais, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. João Rufino Sobrinho, residente e domiciliado no município de MANTENA/MG, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS** nº **001/2024**, **Processo Administrativo 007/2024**, RESOLVE registrar os preços da empresa **LOCASIL LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Placidino Angelo de Freitas, nº 235, Bairro Aparecida, município de São Grabriel da Palha/ES, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 28.571.660/0001-41, neste ato representado(a) por JOÃO HENRIQUE JULIATTI, brasileiro, solteito, empresário, inscrito no CPF sob nº 160.312.517-52, RG nº 3.558.349-ES, SSPES, residente e domiciliado na Av. Presidente Castelo Branco, nº 443, Centro, São Gabriel da Palha/ES, conforme atos constitutivos da empresa, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações, na Portaria 001/2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.0 DO OBJETO:

1.1. Futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos automotores incluindo manutenção mecânica, elétrica e substituição de pneus, inclusive seguro total, sem motorista, para atender eventuais necessidades dos munícipios consorciados, especificados no Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão Eletrônico SRP nº 001/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

2.0 DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedores e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Item	Descrição dos produtos	Marca/Modelo	Qtde máxima de veículos	Unid.	Qtde	Valor Unitário mensal por veículo	Valor total
1	Locação de veículo tipo passeio, flex, com capacidade para 05 passageiros, 04 portas, com ar condicionado e direção hidráulica, câmbio manual, motor com potência mínima de 75 CV, ano de fabricação no mínimo 2020 em diante, sem limite de quilometragem. Combustível e motorista por conta da Contratante. Todos os equipamentos obrigatórios exigidos por lei. Manutenção preventiva e corretiva e cobertura de seguro total do veículo locado, e danos materiais a terceiros, por conta da contratada.	Fiat/Argo	68	Locação mensal	816	R$ 2.894,00	R$ 2.361.504,00
2	Locação de veículo tipo sedan, flex, com capacidade para 05 passageiros, 04 portas, com ar condicionado e direção hidráulica, câmbio manual, motor com potência mínima de 107 CV, ano de fabricação no mínimo 2022 em diante, sem limite de quilometragem. Combustível e motorista por conta da Contratante. Todos os equipamentos obrigatórios exigidos por lei. Manutenção preventiva e corretiva e cobertura de seguro total do veículo locado, e danos materiais a terceiros, por conta da contratada.	Fiat/Cronos	26	Locação mensal	312	R$ 3.679,00	R$ 1.147.848,00
3	Locação de veículo tipo pick-up, flex, com capacidade para 02 passageiros, 02 portas, com ar condicionado e direção hidráulica, câmbio manual, motor com potência mínima de 85 CV, ano de fabricação mínimo 2022, sem limite de quilometragem. Combustível e motorista por conta da Contratante. Todos os equipamentos obrigatórios exigidos por lei. Manutenção preventiva e corretiva e cobertura de seguro total do veículo locado, e danos materiais a terceiros, por conta da contratada.	VW/SaveiroCS	20	Locação mensal	240	R$ 3.922,00	R$ 941.280,00
4	Locação de veículo tipo pick-up, flex, com capacidade para 05 passageiros, 04 portas, com ar condicionado e direção hidráulica, câmbio manual, motor com potência mínima de 85 CV, ano/modelo mínimo 2022, em diante, sem limite de quilometragem. Combustível e motorista por conta da Contratante. Todos os equipamentos obrigatórios exigidos por lei. Manutenção preventiva e corretiva e cobertura de seguro total do veículo locado, e danos materiais a terceiros, por conta da contratada.	Fiat/StradaCD	16	Locação mensal	192	R$ 4.555,00	R$ 874.560,00
5	Locação de veículo tipo SUV, flex, com capacidade para 05 passageiros, 04 portas, com ar condicionado e direção hidráulica, câmbio automático, motor com potência mínima de 118 CV, ano de fabricação no mínimo 2022, sem limite de quilometragem. Combustível e motorista por conta da Contratante. Todos os equipamentos obrigatórios exigidos por lei. Manutenção preventiva e corretiva e cobertura de seguro total do veículo locado, e danos materiais a terceiros, por conta da contratada.	Renaut/Duster	16	Locação mensal	192	R$ 6.450,00	R$ 1.238.400,00

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

6	Locação de veículo tipo Minivan, flex, com capacidade para 07 passageiros, 04 portas, com ar condicionado e direção hidráulica, câmbio automático, motor com potência mínima de 106 CV, ano de fabricação no mínimo 2022. Sem limite de quilometragem. Combustível e motorista por conta da Contratante. Todos os equipamentos obrigatórios exigidos por lei. Manutenção preventiva e corretiva e cobertura de seguro total do veículo locado, e danos materiais a terceiros, por conta da contratada.	Chevrolet/Spin 7L	20	Locação mensal	240	R$ 5.972,00	R$ 1.433.280,00
7	Locação de veículo tipo VAN, com capacidade mínima para 15 passageiros, 03 portas, com ar condicionado e direção hidráulica, combustível diesel, câmbio manual, motor com potência mínima de 130 CV, ano de fabricação mínimo 2022. Sem limite de quilometragem. Combustível e motorista por conta da Contratante. Todos os equipamentos obrigatórios exigidos por lei. Manutenção preventiva e corretiva e cobertura de seguro total do veículo locado, e danos materiais a terceiros, por conta da contratada.	Renaut/Master 16L Minibus	10	Locação mensal	120	R$ 15.860,00	R$ 1.903.200,00
8	Locação de veículo tipo executivo, com capacidade para 05 passageiros, 04 portas com ar condicionado e direção hidráulica, c/ trava elétrica, alarme, motor com potência mínima de 150 CV, ano de fabricação mínimo 2022, câmbio de transmissão automática, flex, sistema de som e mídia com bluetooth, AIRBAGS. Sem limite de quilometragem. Combustível e motorista por conta da Contratante. Todos os equipamentos obrigatórios exigidos por lei. Manutenção preventiva e corretiva e cobertura de seguro total do veículo locado, e danos materiais a terceiros, por conta da contratada.	Toyota/Corolla	4	Locação mensal	48	R$ 6.294,00	R$ 302.112,00
9	Locação de veículo utilitário tipo caminhonete/pick-up, cabine dupla, ano/modelo mínimo 2021, com 04 portas, combustível diesel, câmbio manual, motor com potência mínima de 170 CV, direção hidráulica, ar condicionado, vidros elétricos, trava elétrica, tração 4 x 4, com capacidade para 05 (cinco) passageiros, AIRBAGS. Sem limite de quilometragem. Combustível e motorista por conta da Contratante. Todos os equipamentos obrigatórios exigidos por lei. Manutenção preventiva e corretiva e cobertura de seguro total do veículo locado, e danos materiais a terceiros, por conta da contratada.	Chevrolet/S10 LS 4x4 CD	14	Locação mensal	168	R$ 9.982,00	R$ 1.676.976,00

3.0 DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

3.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133, de 2021;

3.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública da utilização da ata de registro de preços;

3.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, ao máximo 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao máximo dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

3.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

3.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

3.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

4.0 VALIDADE DA ATA

4.1 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme o disposto no art. 84 da Lei n. 14.133/21.

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

5.0 REVISÃO E CANCELAMENTO

5.1 A Administração poderá realizar a qualquer tempo pesquisa de mercado a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

5.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

5.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

5.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

5.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

5.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

5.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.9.1. por razão de interesse público; ou

5.9.2. a pedido do fornecedor.

6. DAS PENALIDADES:

6.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

6.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos da legislação.

6.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade, conforme legislação.

6.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer descumprimento pelo fornecedor, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

7. ÓRGÃOS PARTICIPANTES

CONSONORTE – Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microregião Norte do Rio Doce, e os Municípios da área de abrangência do Consórcio, quais sejam: Central de Minas, Cuparaque, Itabirinha, Mantena, Mendes Pimentel, Nova Belém, São Félix de Minas, São João do Manteninha.

8. CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado,

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/21.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Mantena/MG, 30 de setembro de 2024.

CONSONORTE
João Rufino Sobrinho
ÓRGÃO GERENCIADOR

João Henrique Juliatti
REPRESENTANTE LEGAL
LOCASIL LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA

TESTEMUNHAS:

1 – _____

2 – _____

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07.0098.2024.10

UNIDADE ADMINISTRATIVA: GER-ADM - GERÊNCIA ADMINISTRATIVA
PROCEDIMENTO: ADMINISTRATIVO - **TIPO DE PROCESSO:** LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
DEPARTAMENTO/PROGRAMA ATUAL: PROGRAMA DE LICITAÇÕES CONTRATAÇÕES E COMPRAS COMPARTILHADAS
SITUAÇÃO: EM TRAMITAÇÃO - **POSSUI PROCESSO FILHOTE:**
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE LOCAÇÃO DE VÉICULOS LEVES
ABERTO EM: 07/05/2024 às 14:18:41

DOCUMENTOS JUNTADOS (24)

ID	TIPO DE DOCUMENTO	QTD PÁGS	JUNTADO EM
5E8.B41	TERMO DE ABERTURA	1	07/05/2024 às 14:18:41
5E8.C06	MEMORANDO	1	07/05/2024 às 14:25:36
5E9.B43	APROVAÇÃO E AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DA LICITAÇÃO	1	07/05/2024 às 15:19:30
60A.8C1	TERMO DE REFERÉNCIA - RETIFICADO	30	10/05/2024 às 16:44:30
60B.7E7	MINUTA DE EDITAL	115	13/05/2024 às 08:50:30
60B.A47	MEMORANDO	1	13/05/2024 às 08:54:42
61D.6BA	RELATÓRIO	2	14/05/2024 às 15:22:19
629.45E	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - RETIFICADO	28	16/05/2024 às 09:43:13
629.4F7	TERMO DE REFERÉNCIA - RETIFICADO	34	16/05/2024 às 09:46:03
660.C2A	MINUTA DE EDITAL	117	22/05/2024 às 15:48:31
662.13E	RELATÓRIO	1	22/05/2024 às 16:53:46
666.604	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - RETIFICADO	29	23/05/2024 às 11:00:51
66F.C96	MINUTA DE EDITAL - RETIFICADO	117	23/05/2024 às 15:41:43
68F.D74	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - RETIFICADO	28	29/05/2024 às 09:31:28
68E.B13	TERMO DE REFERÉNCIA - RETIFICADO	33	29/05/2024 às 09:06:15
69A.6D3	TERMO DE REFERÉNCIA - RETIFICADO	33	03/06/2024 às 13:49:54
69D.7EE	MINUTA DE EDITAL	111	03/06/2024 às 15:15:16
6A0.4F7	PARECER JURÍDICO	8	03/06/2024 às 17:01:47
6A9.050	EDITAL DE LICITAÇÃO	123	04/06/2024 às 17:10:24
6BA.341	EXTRATO DE PUBLICAÇÃO	3	06/06/2024 às 14:52:45
6B1.AA4	DIÁRIO	3	05/06/2024 às 16:09:39
6BA.619	EXTRATO DE PUBLICAÇÃO	2	06/06/2024 às 14:56:25
6C2.FE3	EXTRATO DE PUBLICAÇÃO	2	07/06/2024 às 11:50:47
6C3.8FC	EXTRATO DE PUBLICAÇÃO	2	07/06/2024 às 12:03:06

Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

CIMVALPI
CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA

TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO

Aos 07 dias do mês de maio de 2024, procedemos a abertura do Processo Nº **98/2024**

Para constar, eu IGOR GABRIEL DA SILVA portador do CPF nº 120.165.466-11, lavro o presente TERMO DE ABERTURA que constará nos auto administrativos.

Assinatura do Documento

Documento Assinado Eletronicamente por **IGOR GABRIEL DA SILVA** , **CPF:** 120.16*.**6-*1 em **07/05/2024 14:18:41**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **14R3.4718.4413.U477.0414**, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.

Informações do Documento

ID do Documento: **5E8.B41** - Tipo de Documento: **TERMO DE ABERTURA**.

Elaborado por **IGOR GABRIEL DA SILVA**, **CPF:** 120.16*.**6-*1 , em **07/05/2024 14:18:41**, contendo 39 palavras.

Código de Autenticidade deste Documento: 1465.5718.241X.8511.2405

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: **https://zeropapel.cimvalpi.mg.gov.br/verdocumento**

Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

ASSINADO POR(1): CPF:120.16*.**6-*1

ID: 5E8.B41, IGOR GABRIEL DA SILVA(07/05/2024 14:18:41) Palavras:39
Cód. Autenticidade: 1465.5718.241X.8511.2405 - https://zeropapel.cimvalpi.mg.gov.br/verdocumento

CIMVALPI
CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA

MEMORANDO

Nº 2.245/2024

PONTE NOVA/MG, 07 de maio de 2024.

Para: Diretoria Técnica Administrativa

A/C: Júlio Correa Guimarães

De: Equipe de Apoio

Referente: Solicita Autorização

Senhor Diretor Técnico Administrativo,

Considerando solicitação de processo licitatório para contratação de empresa especializada em prestação de serviços contínuos de locação de veículos leves, solicito autorização para abertura do procedimento administrativo licitatório definitivo.

Igor Gabriel
Equipe de Apoio - Licitação

Assinatura do Documento

Documento Assinado Eletronicamente por **IGOR GABRIEL DA SILVA**, **CPF:** 120.16*.**6-*1 em **07/05/2024 14:25:36**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **1443.1E25.636W.485W.1442**, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.

Informações do Documento

ID do Documento: **5E8.C06** - Tipo de Documento: **MEMORANDO - Nº 2.245/2024**

Elaborado por **IGOR GABRIEL DA SILVA**, **CPF:** 120.16*.**6-*1 , em **07/05/2024 14:25:36**, contendo 62 palavras.

Código de Autenticidade deste Documento: 1441.5425.0369.K22E.6428

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: **https://zeropapel.cimvalpi.mg.gov.br/verdocumento**

Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

ASSINADO POR(1): CPF:120.16*.**6-*1

APROVAÇÃO E AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DA LICITAÇÃO

PONTE NOVA/MG, 07 de maio de 2024.

Para: Equipe de Apoio
A/C: Igor Gabriel da Silva
De: Diretoria Técnica Administrativa
Referente: Autorização de Abertura de Processo Licitatório

Autorizo a abertura de Processo administrativo licitatório definitivo para contratação de empresa especializada em prestação de serviços contínuos de locação de veículos leves.

Recomendo que sejam observados e respeitados os limites fixados na Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei 14.133/2021 e regulamentações do CIMVALPI.

Júlio Correa Guimarães
Diretor Técnico Administrativo

Assinatura do Documento

Documento Assinado Eletronicamente por **JÚLIO CORREA GUIMARÃES - DIRETOR TÉCNICO ADMINISTRATIVO** , **CPF:** 012.04*.**6-*0 em **07/05/2024 15:19:30**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **15E8.5819.6308.V44Z.2802**, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.

Informações do Documento

ID do Documento: **5E9.B43** - Tipo de Documento: **APROVAÇÃO E AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DA LICITAÇÃO**.

Elaborado por **JÚLIO CORREA GUIMARÃES**, **CPF:** 012.04*.**6-*0 , em **07/05/2024 15:19:30**, contendo 79 palavras.

Código de Autenticidade deste Documento: 15V4.6H19.530X.W032.2404

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: **https://zeropapel.cimvalpi.mg.gov.br/verdocumento**

Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

ASSINADO POR(1): CPF:012.04*.**6-*0

ID: 5E9.B43, JÚLIO CORREA GUIMARÃES(07/05/2024 15:19:30) Palavras:79
Cód. Autenticidade: 15V4.6H19.530X.W032.2404 - https://zeropapel.cimvalpi.mg.gov.br/verdocumento

CIMVALPI
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA

Termo de Referência

1. DA INDICAÇÃO DO OBJETO - Definição, Natureza, Quantitativo, Prazos e Possibilidade prorrogação

1.1. - Contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos para o transporte de pessoas, materiais, documentos e pequenas cargas, para atender demanda do CIMVALPI, bem como do Município de Dom Silvério.

1.2. - No presente caso, o serviço é caracterizado como comum e de natureza continuada. Posto isto, a previsão de vigência do contrato é de 12 meses, a contar da data de sua assinatura, dessa forma, a Ata de Registro de Preços deverá vigorar pelo mesmo período, e expirar-se-á ao término do respectivo exercício financeiro.

1.3. - Ao presente Termo, aplicam-se as estimativas quantitativas, apresentadas no Estudo Técnico Preliminar e replicados no item 3 deste Termo.

1.4. - O presente serviço será prestado sob demanda, de acordo com a necessidade da administração. Só será efetuado o contrato administrativo em caso de necessidade e em cumprimento ao disposto na Lei nº 14.133/21. Ao final do processo licitatório será realizada a assinatura da ata de registro de preços, válida por 12 meses conforme exposto no subitem "1.2". É previsto a possiblidade de sua prorrogação pelo período de até 05 (cinco) anos, prorrogável por até 10 (dez) anos, com amparo legal nos termos do artigo 105 e seguintes da lei 14.133/21.

2. DA JUSTIFICATIVA – Fundamentação e Descrição da necessidade da contratação.

2.1. - Conforme apresentado em DFD expedido pela gerência administrativa do CIMVALPI, no intuito de elaborar estudo prévio para análise de viabilidade técnica, financeira e orçamentária para LOCAÇÃO DE VEÍCULOS utilitários que comportem 05 (cinco) passageiros; SUV's; Sedans; utilitários que comportem 07 (sete) passageiros (tipo minivans); Pick-up que comportem 02 (dois) passageiros e Caminhonete 4x4, sem fornecimento de combustível e sem motorista, incluindo manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças, seguro e/ou proteção veicular, inclusive contra terceiros, para o transporte de pessoas, materiais, documentos e pequenas cargas, com a finalidade de atender demanda do CIMVALPI, bem como dos Municípios que o integram. Ampliou-se desta forma o Estudo, com amplo levantamento das soluções de mercado para atendimento das necessidades tanto do CIMVALPI, quanto para os demais entes consorciados interessados na contratação destes serviços via Consórcio. Com levantamento realizado dentro da Coordenadoria de Planejamento e Direção de Contatos administrativos do CIMVALPI, considerou-se ainda a possibilidade de interesse por parte dos entes consorciados apresentarem demandas durante a fase de publicação da intenção de Registro de Preços.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 16H5.2344.330X.A04R.8188 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

3. DO QUANTITATIVO E CUSTO ESTIMADO – Especificação, Requisitos de qualidade, durabilidade e segurança

3.1. - Após Consolidada Pesquisas de Preços constante no item 12 do Estudo Técnico Preliminar, dado as especificidades de cada veículo, a metodologia aplicada para a definição da precificação se deu por itens. A média aritmética dos valores obtidos nas pesquisas de preços foram realizadas considerando os parâmetros dispostos no artigo 6º, inciso IV, da IN 07/2022 no âmbito do Consórcio CIMVALPI, que dispõe sobre o procedimento para realização de pesquisa de preços.

3.2. - Foram consultados os preços através de pesquisa direta com fornecedores, através de solicitação via email e celular android com empresas do ramo de locação de veículos, no âmbito do Estado de Minas Gerais, onde se situa o CIMVALPI e os municípios consorciados Insta elucidar que procedimento anterior realizado no Pregão 001/2024, cujo objeto foi o mesmo deste, a licitação resultou em sobrepreço, tendo sido assim, determinado pela Diretoria Técnica Administrativa do Consórcio a realização de novo certame, havendo desta vez a realização de cotação de preços diretamente com locadoras de automóveis no Estado de Minas Gerais afim de se buscar preços compatíveis ao mercado.

As locadoras foram escolhidas de maneira aleatória, sendo feito contato com várias do ramo de locação de veículos, findando o balizamento de preços com aquelas que enviaram cotações referente a demanda feita pelo Consórcio.

3.3. - Através de levantamento realizado junto da Coordenadoria de Planejamento e Direção de Contratos administrativos do CIMVALPI e demanda apresentada pelo município de Dom Silvério, apontou necessidade de locação dos respectivos quantitativos e qualificativos (modelos) de veículos:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE FRANQUIA (ANO)	UNIDADE	VALOR MENSAL ESTIMADO
1	Veículo, capacidade de 5 (cinco) passageiros, motorização mínima de 1.0, potência acima de 75 CV, direção elétrica ou hidráulica, combustível flex (gasolina/álcool), 04 (quatro) portas, ar condicionado, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade,	108 (CIMVALPI)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.090,00 RACHID VEÍCULOS S/A R$2.750,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS R$3.559,48

Cod. de Autenticidade do Doc.: 16H5.2344.330X.A04R.8188 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

	faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	80 (DOM SILVÉRIO		M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$3.220,59 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.155,01
2	Veículo, Sedan ou Sedan Executivo, 04 (quatro) portas, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, distância mínima entre os eixos de 2,60 cm, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	108 (CIMVALPI)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.700,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$2.989,98 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$4.648,59 LOCALIZA
		50 (DOM SILVÉRIO)		**MÉDIA TOTAL R$3.779,52**
3	Veículo, tipo Minivan, motorização mínima 130 CV, com capacidade mínima para 07 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros	18 (CIMVALPI)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$4.150,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$6.415,98 M&M ALUGUEL DE CARROS

Cod. de Autenticidade do Doc.: 16H5.2344.330X.A04R.8188 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

	e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;			R$4.340,39 LOCALIZA
		30 (DOM SILVÉRIO)		**MÉDIA TOTAL R$4.968,79**
4	Veículo, tipo SUV, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	108 (CIMVALPI)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.990,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$4.700,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
		20 (DOM SILVÉRIO)		R$2.570,90 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$4.035,19 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.824,02
5	Veículo, pick-up, motorização mínima de 75 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica,	36 (CIMVALPI)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$4.100,00 RACHID VEÍCULOS S/A

Cod. de Autenticidade do Doc.: 16H5.2344.330X.A04R.8188 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

	combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;			R$3.850,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$3.998,95 M&M ALUGUEL DE CARROS
		30 (DOM SILVÉRIO)		R$3.457,39 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.851,58
6	Veículo, caminhonete 4x4, cabine dupla, motorização mínima de 160 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS e AIRBAG, combustível diesel, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	18 (CIMVALPI)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$7.990,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$7.500,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
		20 (DOM SILVÉRIO)		R$9.789,88 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$9.990,19 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$8.817,51
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:		**R$2.507.552,18**		

3.4. - Conforme acima demonstrado, a estimativa do valor da contratação é de R$2.507.552,18 (dois milhões, quinhentos e sete mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e dezoito centavos).

Cod. de Autenticidade do Doc.: 16H5.2344.330X.A04R.8188 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

3.5. - Aplicam-se aos requisitos de qualidade, durabilidade e segurança dos veículos as especificações apresentadas pelo fabricante, e condições de segurança apontadas no item "3.4" do Estudo Preliminar, mormente aos critérios para exigência mínima de ano de fabricação e itens de segurança obrigatórios e indispensáveis, bem como a realização periódica das manutenções preventivas, preditivas e corretivas quanto for o caso.

3.6. - As unidades de franquia basearam-se nas quilometragens normalmente utilizadas mensalmente para cada veículo locado. Sendo que no limite da franquia mensal (3.000 km) o quantitativo será abatido. Já em que pese haver excedente de quilometragem mensal, será feito pagamento proporcional a quilometragem utilizada, o que se dará em caso excepcional, posto que, ao servidor responsável pela fiscalização do contrato, caberá se atentar ao limite da unidade de quilometragem contratada.

3.7. - O quantitativo das franquias (ano) se estabeleceu visto que como citado em certidão anexa ao processo, o CIMVALPI possui atualmente locado 7 veículos **1.0/1.6**; 6 veículos **Sedan's**; 6 veículos **SUV's**; 1 veículo **4x4**; 1 veículo **4x2**, podendo haver um aumento no número de locação de veículos em razão da ampliação do quadro de funcionários do Consórcio e um possível excedente de quilometragem utilizado. Sendo assim para cada mês vigente do ano foi estimado 1 (uma) franquia, com uma reserva de franquia caso seja necessária para utilização. Vejamos exemplo abaixo:

Veículo, capacidade de 5 (cinco) passageiros: 7 (locados atualmente) x 12 (meses do ano) = 84 (franquias) + 24 (franquias/reserva) = **108 (franquias/ano)**

4. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E REGIME DE EXECUÇÃO

O critério de julgamento da proposta será o menor valor unitário por objeto, que consiste no valor necessário para locação de 1 (um) veículo, pelo período de 1 (um) mês. Sendo o regime de execução indireto.

5. LOCAL DE ENTREGA – Regras de Recebimento

5.1. - Os veículos deverão ser entregues na sede do CIMVALPI, situado na Rua Jaime Pereira, nº 127, Bairro Progresso, Ponte Nova/MG, ou na sede dos Municípios consorciados, nos locais indicados pela Administração Pública Municipal que contratarem e os solicitarem.

5.2. - Considerando que a contratação por determinado modelo de veículo contemplado em Estudo se dará por demanda de determinado departamento, programa, ou secretaria, tanto para o CIMVALPI, quanto para os Municípios interessados na contratação, a entrega se dará mediante formalização do contrato relativo ao(s) respectivo(s) veículo(s).

Cod. de Autenticidade do Doc.: 16H5.2344.330X.A04R.8188 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

5.3. - O prazo de entrega dos veículos será de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da solicitação. Dentro do mesmo período, o veículo solicitado deverá ser vistoriado na sede do CIMVALPI, ou do Município que o tenha solicitado.

5.4. - O recebimento provisório do objeto, para efeito de posterior verificação da sua conformidade com as especificações, será realizado no ato da vistoria do veículo no local de recebimento. Em se tratando de ente consorciado, a vistoria será acompanhada pelo departamento responsável vinculado à Secretaria de Transportes do Município indicado no pedido, que reportará ao CIMVALPI, as condições de recebimento do veículo, manifestando aceite ou recusa, fundamentando os motivos no segundo caso. Recebido provisoriamente o objeto, o Gestor/Fiscal do Contrato terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para efetuar o recebimento definitivo.

5.5. - Na hipótese de haver concluído através da vistoria que o veículo solicitado atende as especificações exigidas na proposta, reputar-se-á como realizada a entrega, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo indicado no subitem anterior.

5.6. - Os veículos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando solicitado e entregue mais de um item, e havendo desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação à Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.7. - Na hipótese de substituição do item conforme estabelecido no subitem anterior, o prazo do gestor do contrato para o recebimento definitivo elencado no subitem 5.4 será suspenso, passando a correr novamente após a realização da vistoria.

5.8. - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

6.1. - Com a efetiva demanda do CIMVALPI e município de Dom Silvério, a solução para atendimento contempla a contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos. Naquilo que concerne ao ciclo de vida do objeto, caberá à Administração solicitar da empresa contratada relatório trimestral das revisões realizadas em cada veículo, sendo, portanto, 04 (quatro revisões) a cada período de 12 (doze) meses, acompanhado de cópia das notas fiscais e serviços de revisão realizados. Caberá ainda ao gestor do contrato delegar quando for o caso ao servidor responsável pelo gerenciamento da frota dos veículos do CIMVALPI e do Município, informar e reportar ao gestor do contrato as condições relativas à banda de rodagem dos pneus, não podendo em hipótese alguma os pneus

Cod. de Autenticidade do Doc.: 16H5.2344.330X.A04R.8188 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

apresentarem desgastes além dos limites impostos pelo fabricante, bem como eventuais deformidades como bolhas ou rachaduras.

6.2. - Os relatórios sugeridos no subitem anterior devem observar as especificações da montadora naquilo que concerne limites de quilometragens e tempo para substituição de óleos, fluidos e lubrificantes, bem como as margens de segurança relativas a banda de rodagem de pneus, promovendo a troca e substituição sempre que necessário, observando neste último caso, a imediata substituição dos pneus, garantindo a segurança dos condutores e passageiros.

6.3. - Conforme previsto em estudo, sugere-se que a contratação se dê mediante realização de Pregão através do Menor Preço, em seu formato eletrônico com procedimento auxiliar de Registro de Preços, uma vez que trata-se de produtos comuns e da existência da inviabilidade de se precisar número exato de contratos a serem celebrados, já que a solicitação se dará por demanda apresentada pelos departamentos e programas do CIMVALPI, e secretarias dos Municípios.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO - Especificação da garantia exigida, Condições de manutenção e Assistência técnica

Além das garantias exigidas quanto aos itens de segurança obrigatórios e indispensáveis apontados em Estudo Preliminar e garantidas exigidas quanto aos serviços de revisão dos veículos, será regiamente observado as disposições contidas no Capítulo IX, Seções I e II da Lei 9.503/1977 que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro.

7.1 - DAS OBRIGAÇÕES

7.1.1. - **São obrigações da Contratante:**

I – Receber o objeto no prazo e condições avençadas neste termo, e pormenorizadas em Edital e seus anexos;

II – Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos itens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

III – Comunicar à Contratada dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, por escrito via e-mail sobre defeitos, imperfeições, mau funcionamento, falhas ou irregularidades verificadas nos veículos fornecidos, para que seja substituído, reparado ou corrigido, bem como do recolhimento dos veículos findo a vigência do contrato ou por quaisquer outros motivos que justifiquem a devolução;

IV – Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/empregado especialmente designado;

Cod. de Autenticidade do Doc.: 16H5.2344.330X.A04R.8188 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

V – Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no instrumento contratual e seus anexos;

VI – O CIMVALPI não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.1.2. - São obrigações da Contratada:

I – A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no instrumento contratual, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

II – Efetuar a entrega do objeto dentro dos critérios de exigência mínima de ano de fabricação e com todos os itens de segurança obrigatórios e indispensáveis apontados no subitem 3.4 do ETP. A entrega do objeto deverá ocorrer dentro do prazo e no local indicado.

III – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

IV – Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, bem como proceder com o recolhimento dos veículos findo a vigência do contrato ou por quaisquer outros motivos que justifiquem a devolução, devendo proceder ao recolhimento ou substituição dentro do prazo de até 05 (cinco) dias úteis;

V – Comunicar à Administração do CIMVALPI, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

VI – Manter, durante toda a vigência do instrumento contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

VII – Fornecer relatório trimestral informando as eventuais revisões realizadas nos veículos, descrevendo os serviços porventura realizados, descrevendo peças e componentes reparados ou substituídos;

VIII – Com base nas pesquisas no mercado automobilístico os veículos serão franqueados da seguinte forma:

a) **Veículo utilitário de passageiros**, capacidade de 5 (cinco) passageiros, motorização mínima de 1.0, potência acima de 75 CV, direção elétrica ou hidráulica, combustível flex (gasolina/álcool), 04 (quatro) portas, ar

Cod. de Autenticidade do Doc.: 16H5.2344.330X.A04R.8188 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

condicionado, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED ano de fabricação mínimo 2022, tendo franquia mensal de até 3 (três) mil km rodados, havendo pagamento proporcional para os casos em que ocorrer excedente de quilometragem;

b) **Veículo Sedan,** 04 (quatro) portas, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freios ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022, tendo franquia mensal de até 3 (três) mil km rodados, havendo pagamento proporcional para os casos em que ocorrer excedente de quilometragem;

c) **Veículo utilitário de passageiros, tipo Minivan**, motorização mínima 130 CV, com capacidade mínima para 7 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022, tendo franquia mensal de até 3 (três) mil km rodados, havendo pagamento proporcional para os casos em que ocorrer excedente de quilometragem;

d) **Veículo tipo SUV**, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022, tendo franquia mensal de até 3 (três) mil km rodados, havendo pagamento proporcional para os casos em que ocorrer excedente de quilometragem;

e) **Veículo pick-up**, motorização mínima de 75 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022, tendo franquia mensal de até 3 (três) mil km rodados, havendo pagamento proporcional para os casos em que ocorrer excedente de quilometragem;

f) **Veículo caminhonete**, 4x4, cabine dupla, motorização mínima de 160 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS e AIRBAG, combustível diesel, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022, tendo franquia mensal de até 3 (três) mil km

Cod. de Autenticidade do Doc.: 16H5.2344.330X.A04R.8188 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse o site https://oficialvirtual.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

rodados, havendo pagamento proporcional para os casos em que ocorrer excedente de quilometragem;

IX – Os veículos deverão ter Seguro Total, com franquia de acordo com valores praticado pelas seguradoras, nos casos de colisão furto ou incêndio ou perda total; e proteção total contra terceiros para danos morais e materiais**.** Deverá ser contemplado as seguintes coberturas:

Seguro:

Danos Corporais a terceiros.....R$ 100.000,00
Danos Materiais a terceiros.....R$ 100.000,00
Danos Morais a terceiros.....R$ 10.000,00
Ocorrência de morte.....R$ 13.500,00
Invalidez permanente e/ou total.....R$ 13.500,00
Despesas médico hospitalares.....R$ 2.700,00

X – No caso de problemas mecânicos, acidentes ou outras indisponibilidades, a contratada deverá substituir o veículo por outro com as mesmas especificações ou superior, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, sem nenhum ônus adicional para o CIMVALPI;

XI – Haverá um termo de recebimento e devolução constando a data e o horário, subscrito pelas partes, sendo que tanto para um quanto para o outro, estabelece-se que ambos ocorrerão respectivamente na sede do CIMVALPI ou do ente consorciado.

XII – Quando das revisões recomendadas pelo fabricante ou quando da execução dos serviços de que trata o presente Termo, a contratada, deverá providenciar a retirada e entrega do veículo nas dependências do CIMVALPI ou mesmo do ente consorciado que esteja vinculado;

XIII – No caso de revisões obrigatórias pelo fabricante, a contratada obriga-se a deixar outro veículo similar ou superior no lugar do veículo retirado;

XIV – A administração CIMVALPI, reserva-se o direito de efetuar sempre que for necessário, para verificação do desempenho dos veículos, podendo solicitar da contratada a substituição imediata daqueles veículos que não estejam atendendo ao contrato.

XV – A Contratada deverá colocar os veículos em adequadas condições de uso, correndo por sua conta toda e qualquer despesa com conservação, manutenção, reposição de pneus, peças e acessórios, funilaria e pintura de pequena monta.

XVI – Efetuar o pagamento das multas decorrentes de infrações de trânsito cometidas na condução dos veículos locados e solicitar o reembolso dos

Cod. de Autenticidade do Doc.: 16H5.2344.330X.A04R.8188 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://oficinadigital.com.br/verificador e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

valores junto ao CIMVALPI ou do Município, e, este por sua vez, junto ao condutor responsável.

XVII – Responsabilizar-se por todas as despesas dos veículos utilizados na execução dos serviços, tais como licenciamento, seguro total, manutenção e outras que incidam direta ou indiretamente sobre os serviços ora contratados, inclusive acidente, para o que os veículos deverão estar segurados.

XVIII – Manter todas as condições jurídicas, bem como as condições de habilitação e qualificação previstas em ETP e exigidas no Edital durante todo o período da contratação, devendo comunicar à CONTRATANTE, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. - Fica vedado neste ato, à Contratada, transferir, ceder, subcontratar, negociar, utilizar em qualquer hipótese como garantia ou instrumento de fiança ou caução, seja comercial ou bancária, bem como transacionar com terceiros de qualquer personalidade jurídica, as obrigações, responsabilidades e demais cláusulas estabelecidas no instrumento.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. - O modelo de execução do objeto observará o disposto na Lei 14. 133/21, condições dispostas em Edital, Contrato e instrumentos anexos, e naquilo que couber, observará o disposto na Lei nº 8.078, de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor, garantindo providências outras, bem como ainda as normas elencadas na Lei 9.503/1977 que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro.

10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1. - O contrato, quando assinado, deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, as normas da Lei 14. 133/2021, e naquilo que couber as disposições contidas em legislação civilista.

10.2. - Conforme já previsto, estima-se a vigência do contrato em 12 (doze) meses.

10.3. - As comunicações entre o CIMVALPI/MUNICÍPIO e o CONTRATADO, devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagens eletrônicas para este fim.

10.4. - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

10.5. - O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 16H5.2344.330X.A04R.8188 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://oficinadigital.com.br/verificador e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://oficinadigital.com.br/verificador e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

10.6. - O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

10.7. - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

10.8. - O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapasse sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

10.9. - O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

10.10. - O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

10.11. - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

10.12. - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

10.13. - O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO PARA PAGAMENTO E REAJUSTE

11.1. - Não será necessária apresentação de garantia de execução contratual, posto que o pagamento é condicionado ao recebimento do objeto, resguardado o direito de responsabilização caso não haja entrega dos veículos nos prazos avençados.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 16H5.2344.330X.A04R.8188 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://oasaopublico.com.br/verificar/ e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

11.2. - A Fatura deverá ser emitida no último dia útil do mês referente à prestação dos serviços e encaminhado ao Gestor do contrato para atesto;

11.3. - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após emissão da Nota Fiscal, devidamente atestada, por servidor designado pela Administração.

11.4. - Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal ou de Faturamento, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

11.5. - O pagamento será efetuado no prazo acima assinalado, de acordo com a quantidade veículos locados, no período, mediante emissão de ordem bancária em favor do contratado, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada, observado os prazos acima descritos.

11.6. - A Nota Fiscal deverá ser apresentada juntamente com o relatório dos serviços realizados, devidamente firmado por servidor competente, documentação hábil para comprovação da despesa.

11.7. - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá no mesmo prazo definido no subitem acima, após a data de sua apresentação válida.

11.8. - Nenhum pagamento isentará a licitante vencedor das responsabilidades contratuais, nem implicará em aprovação definitiva da prestação dos serviços total ou parcial.

11.9. - Não será permitida previsão de sinal, ou qualquer outra forma de antecipação de pagamento na formulação das propostas, devendo ser desclassificada, de imediato, a proponente que assim o fizer.

11.10 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o contratado não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

EM = I x N x VNF

EM= Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originalmente devido

I= Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

I = (1/100)

365

Cod. de Autenticidade do Doc.: 16H5.2344.330X.A04R.8188 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://oficinadigital.com.br/verificar/D440-F4E3-835F-E00A informe o código D440-F4E3-835F-E00A

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento.

VNF = Valor da Nota Fiscal ou de Faturamento

12. DA FORMA DE PAGAMENTO

12.1. - Para efeito de pagamento será observada o disposto na Instrução Normativa 017/2023 e artigos 141 a 146 da Lei 14.133/2021.

12.2. - A atividade de recebimento é condição prévia e essencial ao pagamento, representando a confirmação de que o objeto do contrato foi efetivamente executado em conformidade com os requisitos quantitativos, qualitativos, bem como o preço, a forma e prazo estipulados, tudo conforme previsto em Edital.

12.3. - Em se tratando de locação de bens, o recebimento é condição prévia da contraprestação pelo CIMVALPI/MUNICÍPIO do fornecimento do objeto, representando a confirmação de que o objeto do contrato foi efetivamente executado em conformidade com os requisitos qualitativos, quantitativos, bem como o preço (art. 6º, inc. II alínea "a" IN CIMVALPI 017/2023).

12.4. - Para fins do contrato celebrado, será emitido Nota Fiscal ou Fatura de Locação como documento para liquidação e pagamento com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis do vencimento.

12.5. - Caso os dados do documento de cobrança estejam incorretos, a Administração informará ao fornecedor e este emitirá novo documento de cobrança, escoimada daquelas incorreções, abrindo-se, então, novo prazo de pagamento.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13.1. - Contratação de pessoa jurídica (empresas), que tenha compatibilidade com o objeto quanto à execução do serviço de locação e entrega dos veículos abaixo reiterados:

13.1.1. - Veículo utilitário de passageiros, capacidade de 5 (cinco) passageiros, motorização mínima de 1.0, potência acima de **75 CV**, direção elétrica ou hidráulica, combustível flex (gasolina/álcool), 04 (quatro) portas, ar condicionado, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;

13.1.2. - Veículo Sedan 04 (quatro) portas, motorização mínima de **111 CV**, ar condicionado, trio elétrico, direção

Cod. de Autenticidade do Doc.: 16H5.2344.330X.A04R.8188 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://oficialvirtual.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://oficialvirtual.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, distância mínima entre os eixos de 2,60 cm, ano de fabricação mínimo 2022;

13.1.3. - Veículo utilitário de passageiros, tipo Minivan, motorização mínima **130 CV**, com capacidade mínima para 7 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;

13.1.4. - Veículo tipo SUV, motorização mínima de **111 CV**, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;

13.1.5. - Veículo pick-up, motorização mínima de **75 CV**, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;

13.1.6. - Veículo caminhonete, 4x4, cabine dupla, motorização mínima de **160 CV**, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS e AIRBAG, combustível diesel, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;

13.2. - Pessoas jurídicas poderão participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas contidas no art. 15 da Lei 14.133/2021.

13.3. - O critério de aceitabilidade de preços será o valor unitário por item, estimado para a contratação.

13.3.1. - O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (Art. 59, §3º da Lei 14.133/2021 e IN CIMVALPI nº 007/2022 - **https://www.cimvalpi.mg.gov.br/phocadownload/instrucao_normativa_007_2022.pdf)**

13.4. - Ultrapassado o atendimento quanto à exigência de Requisitos Descritivos acima elencados, para seleção do fornecedor, deverá ser regiamente observados os Requisitos de Habilitação respectivamente quanto à pessoa

Cod. de Autenticidade do Doc.: 16H5.2344.330X.A04R.8188 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://oficinadigital.com.br/verificar/D440-F4E3-835F-E00A informando o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://oficinadigital.com.br/verificar/D440-F4E3-835F-E00A informando o código D440-F4E3-835F-E00A

jurídica, bem como os Requisitos Obrigacionais sobretudo de regularidade fiscal, incluindo participação de cooperativas conforme a abaixo reiterado:

13.4.1. - **Requisitos Obrigacionais**

Os requisitos obrigacionais mínimos exigidos, deverão atender às disposições contidas no OBJETO deste Estudo, além daqueles previstos em Lei, dos quais podemos destacar: "REQUISITOS DE HABILITAÇÃO" e "REQUISITOS DE REGULARIDADE FISCAL", "REGULARIDADE SOCIAL E FUNDIÁRIA" Mas conforme mencionado, para além disso, deverá ser observado o regramento legal contido na Lei 14.133/21, bem como as exigências contratuais.

As condições de habilitação, informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante serão divididos em jurídica; técnica; fiscal; social; fundiária; trabalhista e econômico-financeiro, conforme previsto nos artigos 62 e 65 da Lei 14.133/202.

Conforme disposto no § 4º do artigo 69 da nova lei, a Administração CIMVALPI, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio liquido equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contração.

A documentação referida deverá ser apresentada na forma prevista no artigo 70 da Lei 14.133/2021.

13.4.2. - **Regularidade Fiscal**: O licitante deverá encontrar-se de forma regular perante suas obrigações com a legislação tributária federal, estadual, municipal, seguridade social e o fundo de garantia por tempo de serviço. Cumpre aqui ressaltar que regularidade não implica em quitação. Regularidade é a comprovação de que a empresa atende todas as exigências do fisco.

São os seguintes documentos exigidos por lei que provam sua regularidade:

a) **Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoas Física e Jurídica:** Cadastro de Pessoa Física – CPF e Cadastro Nacional de Pessoa Jurídicas – CNPJ. Ambos são expedidos pela Secretaria da Receita Federal
b) **Prova de Inscrição no cadastro de contribuintes, ICMS/ISS:** Inscrição Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação. A Inscrição Estadual é emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda e Planejamento.
c) **Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais emitida pela Receita Federal**. Poderá ser solicitada na Agência da Receita Federal, em qualquer localidade do respectivo Estado, cuja validade é de 180 (cento e oitenta) dias. Também poderá ser emitida pelo site www.receita.fazenda.gov.br com validade de 30 (trinta) dias a contar da sua emissão.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 16H5.2344.330X.A04R.8188 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

d) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual: Certidão emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual, podendo ser solicitada em qualquer posto de atendimento da Secretaria de Fazenda Estadual. Esta certidão terá validade de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.

e) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal: Esta certidão deverá ser emitida pela Secretaria Municipal do Município onde o imóvel encontra-se localizado.

f) Certificado de regularidade do FGTS.

13.5. – RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a. Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, observado o prazo de validade da respectiva certidão, considerando tratar-se de haver unidades da federação que dispões de prazos de validade distintos, bem como prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

a.1. Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

b. Balanço patrimonial e demonstração do resultado (DRE) do último exercício social exigível, devidamente assinado pelo responsável legal da empresa e por contador habilitado, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

b.1. Para aquelas empresas constituídas a menos de 01 (um) ano ou no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da empresa, devidamente assinados pelo seu representante legal e pelo contador responsável, em cópia autenticada ou via original.

c. Demonstrações que comprovem a boa situação econômico-financeira da licitante será efetuada com base nos índices e resultados financeiros, extraídos do balanço apresentado na forma acima. a empresa deverá apresentar alternativamente Índice de Liquidez Geral = igual ou superior a 1 (um); Índice de Liquidez Corrente = igual ou superior a 1 (um) ou Comprovação de Patrimônio Líquido ou Capital Social, **com valor igual ou superior a 10% (dez por cento) do total estimado da prestação de serviços para o período de 12 (doze) meses.** ***(grifo nosso)***

Acerca da indevida exigência cumulatividade de índices de liquidez e capital social, vejamos entendimento da Corte de Contas da União:

REPRESENTAÇÕES. CONCORRÊNCIA. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE PASSAGEIROS.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 16H5.2344.330X.A04R.8188 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://oficinadigital.com.br/verificador e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

POSSÍVEL RESTRIÇÃO AO CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME E DIRECIONAMENTO DO SEU RESULTADO. CONCESSÃO DE CAUTELAR. OITIVAS. AGRAVO DA ENTIDADE LICITANTE. PERICULUM IN MORA REVERSO. CONHECIMENTO DO RECURSO E SUSPENSÃO DA CAUTELAR ANTERIORMENTE CONCEDIDA. CUMULAÇÃO INDEVIDA DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO E GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL PARA FINS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. PROCEDÊNCIA PARCIAL. DAS REPRESENTAÇÕES. REVOGAÇÃO DA CAUTELAR. PERDA DE OBJETO DO AGRAVO, EM DECORRÊNCIA DA APRECIAÇÃO DO MÉRITO DA MATÉRIA REPRESENTADA. **"Para fins de qualificação econômico-financeira, a Administração pode exigir das licitantes, de forma não cumulativa, capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo ou garantias que assegurem o adimplemento do contrato a ser celebrado, no caso de compras para entrega futura e de execução de obras e serviços .**". Enunciado da Súmula de Jurisprudência do TCU 275.

(TCU - RP: 02938620144, Relator: MARCOS BEMQUERER, Data de Julgamento: 26/10/2016, Plenário)

Para além disso, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, na Instrução Normativa nº 02/2010, expressamente definiu que, caso o licitante apresente Índice de Liquidez inferior a 01 (um), **lhe é facultada, para comprovação da qualificação financeira, a apresentação do capital mínimo ou do patrimônio líquido mínimo ao atendimento do certame**:[1]

Art. 43. Os atos convocatórios devem conter cláusulas que assegurem o cumprimento das disposições contidas nesta norma, bem como as descritas nos incisos seguintes, de modo a explicitar que: V – a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas (...).

V – a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas (...).

Art. 44. O instrumento convocatório deverá prever, também, que as empresas que apresentarem resultado igual ou menor que 01 (um), em qualquer dos índices referidos no inciso V do art. 43 desta norma, quando da habilitação, deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo...

13.5.1. Os documentos solicitados que não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento serão considerados válidos aqueles que emitidos (ou cujas pesquisas tenham sido realizadas) em data não superior a 60 (sessenta) dias retroativos, a contar da data da sessão pública de abertura deste certame.

[1] https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas-revogadas/instrucao-normativa-no-02-de-11-de-outubro-de-2010-revogada-pela-in-no-3-de-2018

Cod. de Autenticidade do Doc.: 16H5.2344.330X.A04R.8188 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse o site https://oficinadigital.com.br e utilize o código D440-F4E3-835F-E00A

13.5.2. Será inabilitada a licitante que não comprovar sua regularidade, deixando de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido em Edital, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

13.5.3. No caso de inabilitação, a Pregoeira retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

13.6 - **Possibilidade de participação de cooperativas -** Em que pese o entendimento sumulado pelo Tribunal de Contas da União, no enunciado nº 281, de acordo com o qual é vedada a participação de cooperativas em certame licitatório quando houver necessidade de subordinação de mão de obra, **verifica-se que tal entendimento não é aplicável ao presente caso, quando a prestação do serviço de locação não demanda a subordinação de mão de obra**. Isso porque, o objeto do presente procedimento licitatório gira em torno da contratação de empresa de locação de veículos (enquadramento dos CNAE 7711-0/00 (locação de veículos sem motorista)), não restando caracterizada situação de subordinação, o que afasta a vedação da Corte de Contas.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

01.01.03.04.122.0001.2012 Locação de Máquinas, Veículos e Equipamentos.
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00104
Fonte: 1.500.000

01.01.01.04.122.0001.2005 Manutenção das Atividades do Fórum dos Prefeitos
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00047
Fonte: 1.703.000

01.01.01.04.122.0001.2007 Manutenção das Atividades dos Serviços Administrativos – Recursos Consórcio
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00060
Fonte: 1.501.000

01.01.01.06.182.0001.2006 Manutenção das Atividades do Corpo de Bombeiros
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00070

Cod. de Autenticidade do Doc.: 16H5.2344.330X.A04R.8188 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Fonte: 1.500.000

01.01.02.04.122.0001.2008 Manutenção das Atividades da Diretoria Institucional
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00082
Fonte: 1.501.000

01.01.03.04.122.0001.2010 Manutenção das Atividades dos Serviços de Licitações, Contratações e Compras Compartilhadas -
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00098
Fonte: 1.501.000

01.01.03.04.122.0001.2016 Compras compartilhadas (recurso municípios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00114
Fonte: 1.500.000

01.01.04.08.243.0014.2018 Manutenção das Atividades dos Serviços de Acolhimento Institucional provisório para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00129
Fonte: 1.501.000
Fonte: 1.500.000

01.01.05.20.609.0001.2020 Manutenção das Atividades dos Serviços de Fiscalização Industrial e Sanitária
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00148
Fonte: 1.501.000
Fonte: 1.500.000

01.01.06.18.542.0001.2021 Manutenção das Atividades dos Serviços de Resíduos Sólidos Urbanos
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00160
Fonte: 1.501.000
Fonte: 1.500.000

01.01.06.18.542.0001.2022 Manutenção das Atividades dos Serviços de Resíduos Sólidos de Saúde
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00169
Fonte: 1.501.000

01.01.06.18.542.0001.2023 Manutenção das atividades dos serviços ambientais
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Ficha: 00180

Cod. de Autenticidade do Doc.: 16H5.2344.330X.A04R.8188 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse o link https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Fonte: 1.501.000

01.01.07.15.451.0001.2026 Manutenção das Atividades dos Serviços e Obras Civis de Engenharia.
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00226
Fonte: 1.501.000

01.01.07.22.662.0001.2039 Manutenção da Usina de Asfalto
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00328
Fonte: 1.501.000

01.01.08.25.752.0001.2040 Manutenção Serviço de Engenharia Eletrica
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00342
Fonte: 1.501.000

01.01.09.06.182.0001.2043 Manutenção das Atividades da Defesa Civil
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00361
Fonte: 1.500.000
01.01.11.12.122.0001.2054 Manutenção dos Serviços Administrativos na Educação (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00384
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.361.0001.2047 Manutenção Ensino Fundamental (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00368
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.362.0001.2055 Manutenção Ensino Médio (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00370
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.363.0001.2048 Manutenção Ensino Profissional (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00372
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.364.0001.2049 Manutenção Ensino Superior (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00370
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.365.0001.2050 Manutenção Ensino Infantil (Municipios)

Cod. de Autenticidade do Doc.: 16H5.2344.330X.A04R.8188 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://oficinadigital.com.br/verificador e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://oficinadigital.com.br/verificador e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00376
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.366.0001.2051 Manutenção Educação de Jovens e Adultos (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00378
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.367.0001.2052 Manutenção Educação Especial (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00380
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.368.0001.2053 Manutenção Educação Básica (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00382
Fonte: 1.500.000

15. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1. - O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, na forma do Termo de Referência, do Edital de Licitação e da legislação aplicável, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

15.2. - Celebrado o respectivo instrumento contratual, será indicado o servidor responsável pela fiscalização quanto a execução do contrato.

15.3. - A designação do Fiscal do Contrato deverá ser efetuada por meio de Portaria.

15.4. - As responsabilidades atribuídas ao Fiscal do Contrato estão determinadas no artigo 4º , inc. II da IN CIMVALPI 005/2023, da qual deverão acompanhar e fiscalizar o contrato, avaliando a execução do objeto nos moldes contratados aferindo, a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação do objeto em confronto com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, exercendo suas atividades sob a coordenação e subordinação da gestão de contratos.

15.5 - Relativo ao CIMVALPI, durante a vigência deste a gestão do contrato competirá a empregada do CONSÓRCIO Sra. Iderde Graziane Gomes Corcini - GESTORA DE CONTRATOS.

15.6. - Relativo ao CIMVALPI, durante a vigência deste a fiscalização do contrato competirá ao empregado do CONSÓRCIO Sr. Carlos Eduardo Gonçalves da Silva (carloseduardo@cimvalpi.mg.gov.br).

Cod. de Autenticidade do Doc.: 16H5.2344.330X.A04R.8188 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://oficinadigital.com.br/verificar com o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://oficinadigital.com.br/verificar com o código D440-F4E3-835F-E00A

15.7. - Caberá ao município definir seu Gestor/Fiscal do Contrato.

16. DAS SANÇÕES CONTRATUAIS

16.1. - Comete infração administrativa a Contratada que inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação, ensejar o retardamento da execução do objeto, fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

16.2. - Em caso de descumprimento contratual, total ou parcial, qualquer inadimplemento ou infração contratual, ao CONTRATADO, sem prejuízo da responsabilidade civil, e criminal que couber, ficará sujeito às penalidades previstas no artigo 156 da Lei 14.133/2021.

17. RESCISÃO

17.1. - O CIMVALPI/MUNICÍPIO poderá rescindir o Termo de Contrato, sem qualquer ônus, em caso de descumprimento total ou parcial de qualquer cláusula contratual imposta ao Contratante, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, observado o disposto no artigo 137 da Lei 14.133/2021

17.2. - Também constitui motivo para a rescisão do contrato a ocorrência das hipóteses enumeradas nos incisos I, II e VIII do artigo supramencionado.

17.3. - Caso haja razões de interesse público devidamente justificadas nos termos do inciso VIII do artigo 137 da Lei n° 14.133/21.

17.4. - O procedimento formal de rescisão terá início mediante notificação escrita, encaminhada via postal, com aviso de recebimento, ou qualquer meio de notificação previsto em Lei.

17.5. - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

18. DOS CASOS OMISSOS

18.1. - Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste contrato reger-se-ão pelas disposições contidas nas Leis Federais 14.133/21; 8.078/90 e 10.406/2002 que fazem parte integrante deste contrato, independentemente de suas transcrições.

19. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

19.1. - A proposta deverá ser apresentada levando-se em consideração todas as exigências de seguro e encargos com todos os requisitos de habilitação da

Cod. de Autenticidade do Doc.: 16H5.2344.330X.A04R.8188 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://cosampi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A informe o código D440-F4E3-835F-E00A

empresa, devendo ser detalhada com valores unitários em reais, contendo todos os requisitos descritivos dos itens licitados.

19.2. - Poderá ser prorrogado, a qualquer tempo, os prazos para credenciamento, recebimento das propostas ou lances.

19.3. - A presente licitação não importa necessariamente em Contratação, podendo revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato supervenientes comprovados ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

19.4. - A proponente contratante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a ilegalidade ou inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado ou, caso tenha sido vencedor, o cancelamento da ata de registro de preços, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

19.5. - É facultado ao (a) pregoeiro (a) ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

19.6. - Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela pregoeira, sob pena de desclassificação/inabilitação.

19.7. - O não atendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua habilitação e a exata compreensão da sua proposta.

19.8. - As normas que disciplinam este processo serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre proponentes, desde que não comprometam o interesse da administração, a finalidade e a segurança da contratação.

19.9. - Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais

19.10. - A proponente vencedora assumirá integral responsabilidade pelos danos que causar ao Município ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes na execução dos serviços contratados.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 16H5.2344.330X.A04R.8188 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse o link https://oficinadigital.com.br/verificar com o código D440-F4E3-835F-E00A

CIMVALPI
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA

Ponte Nova, 10 de maio de 2024

João Paulo Ferreira
Gerente Administrativo

Hilton Antônio de Oliveira
Responsável pela Revisão
Oficial de Assessoramento Jurídico

Cod. de Autenticidade do Doc.: 16H5.2344.330X.A04R.8188 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://oficinadigital.com.br/verificar/ e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://oficinadigital.com.br/verificar/ e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

CIMVALPI
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA

Assinaturas do Documento

Documento Assinado Eletronicamente por **HILTON ANTONIO DE OLIVEIRA**, **CPF:** 042.21*.**6-*7 em **10/05/2024 16:48:46**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **16R2.3848.846U.V253.5273**, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.

Documento Assinado Eletronicamente por **JOAO PAULO FERREIRA**, **CPF:** 052.42*.**6-*3 em **10/05/2024 16:44:30**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **16K0.6644.1306.8304.2008**, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.

Informações do Documento

ID do Documento: **60A.8C1** - Tipo de Documento: **TERMO DE REFERÊNCIA - RETIFICADO**.

Elaborado por **JOAO PAULO FERREIRA**, **CPF:** 052.42*.**6-*3 , em **10/05/2024 - 16:44:30**

Código de Autenticidade deste Documento: 16H5.2344.330X.A04R.8188

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
https://zeropapel.cimvalpi.mg.gov.br/verdocumento

Cod. de Autenticidade do Doc.: 16H5.2344.330X.A04R.8188 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse o link https://zeropapel.cimvalpi.mg.gov.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas acesse o link https://zeropapel.cimvalpi.mg.gov.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A informe o código D440-F4E3-835F-E00A

QUANTITATIVO DOM SILVÉRIO PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE FRANQUIA (ANO)	UNIDADE	VALOR MENSAL ESTIMADO
1	Veículo, capacidade de 5 (cinco) passageiros, motorização mínima de 1.0, potência acima de 75 CV, direção elétrica ou hidráulica, combustível flex (gasolina/álcool), 04 (quatro) portas, ar condicionado, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	80 (DOM SILVÉRIO)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.090,00 RACHID VEÍCULOS S/A R$2.750,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS R$3.559,48 M&M ALUGUEL DE CARROS R$3.220,59 LOCALIZA **MÉDIA TOTAL R$3.155,01**
2	Veículo, Sedan ou Sedan Executivo, 04 (quatro) portas, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, distância mínima entre os eixos de 2,60 cm, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	50 (DOM SILVÉRIO)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.700,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS R$2.989,98 M&M ALUGUEL DE CARROS R$4.648,59 LOCALIZA **MÉDIA TOTAL R$3.779,52**

Cod. de Autenticidade do Doc.: 16H5.2344.330X.A04R.8188 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0093.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
ROBERTA BARCELLOS GUIMARAES: 46974458649 Assinado de forma digital por ROBERTA BARCELLOS GUIMARAES:46974458649 Dados: 2024.05.06 16:29:58 -03'00'
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://assinaturas.1doc.com.br/verificador/0240-F4E3-835F-E00A informando o código D440-F4E3-835F-E00A

3	Veículo, tipo Minivan, motorização mínima 130 CV, com capacidade mínima para 07 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	30 (DOM SILVÉRIO)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$4.150,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$6.415,98 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$4.340,39 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$4.968,79
4	Veículo, tipo SUV, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, **faróis em LED,** ano de fabricação mínimo 2022;	20 (DOM SILVÉRIO)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.990,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$4.700,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$2.570,90 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$4.035,19 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.824,02

Cod. de Autenticidade do Doc.: 16H5.2344.330X.A04R.8188 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0093.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://dosarquivo.com.br/verificador/D440-F4E3-835F-E00A informe o código D440-F4E3-835F-E00A

ROBERTA BARCELLOS GUIMARAES:46974458649 Assinado de forma digital por ROBERTA BARCELLOS GUIMARAES:46974458649 Dados: 2024.05.06 16:30:20 -03'00'

5	Veículo, pick-up, motorização mínima de 75 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	30 (DOM SILVÉRIO)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$4.100,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$3.850,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$3.998,95 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$3.457,39 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.851,58
6	Veículo, caminhonete 4x**4, cabine** dupla, motorização mínima de 160 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS e AIRBAG, combustível diesel, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, **faróis em LED, ano de fab**ricação mínimo 2022;	20 (DOM SILVÉRIO)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$7.990,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$7.500,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$9.789,88 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$9.990,19 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$8.817,51

Cod. de Autenticidade do Doc.: 16H5.2344.330X.A04R.8188 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0093.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://oficial.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A informando o código D440-F4E3-835F-E00A
ROBERTA BARCELLOS GUIMARAES: 46974458649

MINUTA DE EDITAL

PROCEDIMENTO AUXILIAR DE REGISTRO DE PREÇOS
CONSÓRCIO CIMVALPI

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

1.1.1. Procedimento auxiliar de registro de preços, conforme especificação sumária do objeto constante do Anexo I CEE 01 (cláusula de condição específica do edital CEE 01), observado o detalhamento do objeto constante do termo de referência, anexo IV deste edital.

1.2. DADOS DE AUTUAÇÃO DO PROCESSO

1.2.1. Número do processo administrativo: Anexo I – CEE 1.2.
1.2.2. Data autuação processo administrativo: Anexo I – CEE 1.2
1.2.3. Tipo de procedimento: Procedimento Auxiliar de Registro de Preços
1.2.4. Número do tipo de procedimento: Anexo I – CEE 1.2

1.3. PADRONIZAÇÃO DO EDITAL

1.3.1. Em conformidade com o permissivo do inciso IV do *caput* do art. 19 e §1° do art. 25 da Lei n° 14.133/2021 é adotada minuta padronizada de edital, previamente aprovada pelos órgãos de controle e jurídico do CIMVALPI.
1.3.2. Dado o enquadramento do objeto no conceito inserto no inciso XIII do *caput* do art. 6° da Lei n° 14.133/2021, são estabelecidas no edital as normas padronizadas de caráter uniforme e geral aplicáveis ao certame e no Anexo I as especificidades do processo da licitação e do objeto – CONDIÇÕES ESPECIFICAS DO EDITAL (CEE).

1.4. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

1.4.1. O objeto deste certame possui padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no Anexo IV do edital, se enquadrando no conceito legal de bens e serviços comuns conforme inciso XIII do *caput* do art. 6° da Lei n° 14.133/2021.

1.5. NORMAS APLICÁVEIS

1.5.1. Lei n° 14.133/2021
1.5.2. Lei n° 11.107/2005
1.5.3. Decreto n° 6.007/2007
1.5.4. Estatuto e Contrato do consórcio público
1.5.5. Normas regulamentadoras da lei n° 14.133/2021 expedidas pelo consórcio disponíveis em: www.cimvalpi.mg.gov.br/instrucoes-normativas
1.5.6. Normas específicas aplicáveis ao objeto do certame constantes do Anexo IV

1.6. PRINCÍPIOS APLICÁVEIS

1.6.1. A motivação de atos expedidos e a fundamentação de decisões prolatadas no âmbito do processo administrativo a que se vincula o presente ato convocatório, deverão observar:
1.6.1.1. O princípio do formalismo moderado;
1.6.1.2. Os princípios Insertos no art. 5° da Lei n° 14.133/2021;
1.6.1.3. As disposições constantes do decreto-lei n° 4.657/1942;

Rua Jaime Pereira, n° 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

1.7. DISPONIBILIZAÇÃO EDITAL

1.7.1. O edital e seus anexos se encontram disponíveis para consulta no endereço eletrônico: https://cimvalpi.mg.gov.br

1.7.2. Os pedidos de esclarecimentos e informações e as impugnações e recursos deverão ser formalizadas conforme Anexo I CEE 03

1.8. INTIMAÇÕES E COMUNICAÇÕES DO PROCESSO

Eventuais comunicações e/ou intimações referentes ao andamento do presente instrumento convocatório serão formalizadas aos licitantes e demais interessados através de publicação no Diário Oficial do Consórcio disponível no endereço: https://diariooficial.cimvalpi.mg.gov.br

1.9. LOCAL, DATA E HORÁRIO DA LICITAÇÃO

1.9.1. A licitação será realizada em meio eletrônico, observadas as condições de segurança, criptografia e autenticação em plataforma eletrônica indicada no Anexo I CEE 04.

1.9.2. A sessão pública será aberta na data e horário indicados no Anexo I CEE 05.

1.9.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do em sentido contrário.

1.9.4. A referência temporal será o horário oficial de Brasília/DF.

2. PARTICIPAÇÃO

2.1. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1.1. Respeitadas as condições normativas próprias e as constantes deste Edital, poderá participar desta licitação o interessado que promova o credenciamento na forma do item 04 deste edital, atenda aos requisitos de habilitação e qualificação constantes do edital e, ainda, de forma complementar, atenda as seguintes condições:

2.1.1.1. Seja pessoa jurídica legalmente estabelecida no País e possua objeto constante de contrato social ou ato constitutivo equivalente compatível com o objeto da licitação;

2.1.1.2. Consórcio, desde que previsto no Anexo I – CEE 06;

2.1.1.3. Empresa estrangeira, desde que apresente decreto de autorização para funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir e, ainda, atenda às exigências de habilitação mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por Tradutor Público e Intérprete Comercial, devendo ter representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

2.2. VEDAÇÕES

2.2.1. Não poderá participar direta ou indiretamente desta licitação o licitante enquadrado em qualquer das seguintes hipóteses:

2.2.1.1. Que esteja impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, na forma do art. 7° da Lei n° 10.520/02 pelo período correspondente ao cumprimento da penalidade;

Rua Jaime Pereira, n° 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://oisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

2.2.1.2. Que esteja impedido de licitar ou contratar com os Municípios consorciados e/ou com o Consórcio, nos termos do art. 87, *caput,* inciso III da Lei nº 8666/93 pelo período correspondente ao cumprimento da penalidade;
2.2.1.3. Que tenha sido declarado inidôneo, nos termos do art. 87, *caput,* inciso IV da Lei nº 8666/93 pelo período correspondente ao cumprimento da penalidade;
2.2.1.4. Que esteja de impedido de licitar e contratar ou declarados inidôneos, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 pelo período correspondente ao cumprimento da penalidade ou de reabilitação devidamente comprovada nos termos do art. 163 da citada lei nº 14.133/2021.
2.2.1.5. Empresa proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei n.º 9.605/1998 pelo período correspondente ao cumprimento da penalidade;
2.2.1.6. Empresa proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/1992 pelo período correspondente ao cumprimento da penalidade;
2.2.1.7. Com decretação de falência, em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, exceto se houver decisão judicial específica autorizando sua participação neste certame, e se comprovada a capacidade econômica de arcar com o cumprimento do objeto contratual.
2.2.1.8. Submisso a concurso de credores, em liquidação ou em dissolução;
2.2.1.9. Em que o ramo de atividade não seja pertinente ou compatível com o objeto desta licitação.
2.2.1.10. Nas hipóteses de vedação constantes do art. 14 da Lei nº 14.133/2021.
2.2.1.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.
2.2.1.12. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendido aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.
2.2.2. Nenhum licitante poderá participar desta licitação com mais de uma proposta por lote.
2.2.3. As vedações de que tratam os itens 2.2.1.1 a 2.2.1.6 o item 2.7.4 serão também aplicadas ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
2.2.4. A observância das vedações supra é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

2.3. PARTICIPAÇÃO DIFERENCIADA DE ME´S E EPP´S

2.3.1. A participação do presente certame em relação as ME´s e EPP´s ocorrerá de forma diferenciada conforme respectiva indicação:
2.3.1.1. No Anexo I CEE 07 em relação ao desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional (art. 47 da LC 123/06) se indicado no referido item;
2.3.1.2. No Anexo I CEE 08 em relação a participação ampla ou restrita de ME´s e EPP´s desde que previsto no referido item e na proporção/parcela ali indicada.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

2.3.1.3. No Anexo I CEE 09 quanto a obrigação de subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno se indicado no referido item.

2.4. DISPOSIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

2.4.1. A participação na presente licitação implica:

2.4.1.1. A aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do procedimento.

2.4.1.2. Autorização de tratamento de dados constantes das propostas apresentadas e dos documentos de habilitação e qualificação da empresa participante, inclusive os eventuais tratamentos de dados pessoais na forma do art. 7°, *caput,* inciso I da lei n° 13.709/2018 mediante divulgação em sítio eletrônico de transparência para fins de reprodução, na íntegra, de todo o processo de licitação instaurado e desenvolvido.

3. ENTE PÚBLICO GERENCIADOR E ENTES PÚBLICOS PARTICIPANTES

3.1. O Ente Público gerenciador da ata de registro de preços é o CIMVALPI sendo que nos termos do art. 86 da Lei n° 14.133/2021 integram o presente ato convocatório, na condição de Entes públicos participantes, os órgãos ou entidades e respectivas indicações, quantidades e valores que se encontram indicados no Anexo I CEE 10.

3.2. O objeto deste ato convocatório, nos termos do art. 181 da Lei n° 14.133/2021, atenderá, por delegação prevista no art. 13 da Lei n° 11.107/2005, os Municípios consorciados que se encontram indicados no Anexo I CEE 11.

4. CREDENCIAMENTO

4.1. O registro de preços será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.

4.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação do registro de preços regulado por este ato convocatório deverão dispor de chave de identificação ou "login" e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do sítio da plataforma eletrônica indicada no Anexo I CEE 04.

4.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao CIMVALPI, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.

4.4. O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao procedimento de registro de preços na forma eletrônica.

4.5. A participação se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.

4.6. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

Rua Jaime Pereira, n° 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://oisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

4.7. É de responsabilidade do licitante cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas/plataforma indicada no Anexo I CEE 04 e mantê-los atualizados, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
4.8. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
4.9. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. Os licitantes deverão encaminhar proposta inicial até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, exclusivamente no sistema eletrônico referido no Anexo I CEE 04, quando se encerrará a fase de recebimento de propostas.
5.2. O licitante deverá apresentar a proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos e/ou informações:
5.2.1. Valor unitário e total do item (sendo consideradas até 02 casas decimais após a vírgula, salvo se o Anexo II indicar número maior);
5.2.2. Marca dos produtos ofertados e respectivo modelo, quando cabíveis.
5.2.3. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência – Anexo IV, indicando, no que for aplicável: modelo, prazo de garantia etc.
5.2.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.
5.3. As propostas deverão ter prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias a contar da data da abertura da licitação.
5.3.1. Se não constar o prazo de validade, entende-se 60 (sessenta) dias.
5.4. A proposta final deverá manter inalteradas as características, bem como a marca e modelo indicados no item 5.2.
5.5. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos no Anexo IV Termo de Referência.
5.5.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Anexo IV Termo de referência.
5.6. No momento do envio da proposta, o licitante deverá prestar, por meio do sistema eletrônico, as seguintes declarações:

- ✓ Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos cumprem plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a minha participação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrência posterior.
- ✓ Declaro para fins do disposto no inciso VI do *caput* do art. 68, da Lei nº 14.133/2021, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas vá ao site https://oficialmapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

✓ Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

✓ Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º, e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.

✓ Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 15 da lei nº 14.133/2021.

✓ Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

✓ Declaro que cumpro os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, se for o caso.

✓ Declaro que assumo o compromisso de guardar todos os documentos originais/autenticados, anexados eletronicamente ou apresentados para digitalização, se for o caso, pelo prazo de 10 (dez) anos, e apresentá-los quando requeridos pelo CIMVALPI.

✓ Declaro que os documentos anexados eletronicamente ou apresentados para digitalização, se for o caso, são fiéis aos originais e válidos para todos os efeitos legais, incorrendo nas sanções legais em caso de declaração falsa, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal.

✓ Autorizo o tratamento de dados constantes das propostas apresentadas e dos documentos de habilitação e qualificação da empresa participante, inclusive os eventuais tratamentos de dados pessoais na forma do art. 7º, *caput,* inciso I da lei nº 13.709/2018 desde que seja efetivado mediante divulgação em sítio eletrônico de transparência para fins de reprodução, na íntegra, de todo o processo de licitação instaurado e desenvolvido.

5.7. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.8.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.8.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://oisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.9. As declarações mencionadas no item 5.6, e nos itens 5.7 e 5.8 conforme o caso, são condicionantes para a participação do certame.

5.10. Nos casos de emissão de declaração falsa, o licitante estará sujeito às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital, sem prejuízo das sanções de caráter penal.

5.11. Após a abertura da sessão, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo resultante de fato superveniente e aceito pelo agente de contratação.

5.12. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital, que forem omissas ou apresentarem irregularidades.

5.13. O preço proposto será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.14. Não será admitida a subcontratação, salvo nos casos em que houver serviço agregado ao fornecimento do bem, limitados ao serviço, desde que previsto no Anexo I – CEE 13 e, ainda, na hipótese do Anexo I CEE 09.

5.15. Os licitantes deverão consignar o valor da proposta, conforme indicado no Anexo I CEE 12, já consideradas inclusas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.16. A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo o licitante pleitear acréscimo após a abertura da sessão pública.

5.17. É de inteira responsabilidade do licitante obter dos órgãos competentes informações sobre a incidência ou não de tributos de qualquer natureza relativos ao objeto desta licitação, nos mercados interno e/ou externo, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária, ou outras correlatas.

5.17.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.17.2. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.17.3. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.18. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

5.19. A fase de habilitação poderá anteceder as fases de apresentação de propostas, lances caso indicado no Anexo I CEE 14.

5.19.1. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item 5.1,

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://oisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto ou retorno econômico.

5.20. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.21. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante (na hipótese de inversão fases – item 5.18), o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.22. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.22.1. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo consórcio ou de sua desconexão.

5.22.2. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.22.3. O licitante deverá comunicar imediatamente qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5.22.4. Deverá ser observado pelo licitante a obrigação constante do item 8.16.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no Anexo I CEE 04 e CEE 05.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o agente de contratação e os licitantes.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://oisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

6.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
6.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor respectivo constante do Anexo IV Termo de Referência.
6.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
6.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
6.12. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá observar o Anexo I CEE 15.
6.13. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
6.14. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado indicado no Anexo I CEE 16.
6.15. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
6.16. A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez)** minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **02 (dois)** minutos do período de duração da sessão pública.
6.17. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de **02 (dois)** minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
6.18. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
6.19. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
6.20. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
6.21. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
6.22. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 minutos sendo que após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até **10 (dez) minutos**, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
6.23. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10%

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://oisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

(dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até **05 (cinco)** minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.24. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.25. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até **05 (cinco)** minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.26. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.27. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.28. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.27. Poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.29. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.30. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.31. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.32. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.33. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.34. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.35. No caso de desconexão com o agente de contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.36. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o agente de contratação persistir por tempo superior a **10 (dez)** minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas **24 (vinte e quatro)** horas da comunicação do fato pelo agente de contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.37. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Página 96 de 1137 Pág: 45

6.38. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial.
6.38.1. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.
6.39. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
6.40. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **05 (cinco)** minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
6.41. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
6.42. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
6.43. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
6.44. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
6.44.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
6.44.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
6.44.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
6.44.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
6.45. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
6.45.1. Empresas estabelecidas no território do CIMVALPI integrado pela soma dos territórios dos Entes consorciados conforme disposto no Anexo I CEE 17;
6.45.2. Em sequência, empresas estabelecidas no estado de Minas Gerais;
6.45.3. Em sequência empresas brasileiras;
6.45.4. Em sequência empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

6.45.5. E, por fim, em sequência empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
6.46. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
6.47. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
6.48. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
6.49. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
6.50. O agente de contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02 (duas)** horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
6.51. É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
6.52. Após a negociação do preço, o agente de contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta, devendo ser observado o item 8.16.

7. NEGOCIAÇÃO

7.1. Após o encerramento da etapa de lances e da aplicação do empate ficto, se for o caso, o agente de contratação poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, visando a que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento estabelecido, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital.
7.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8. DA ACEITABILIDADE E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. Encerrada a fase de negociação, o agente de contratação procederá a consulta com a finalidade de verificar se o licitante classificado em primeiro lugar não incorre em nenhuma das hipóteses de vedação de participação do certame, conforme redação do item 2.2, especialmente quanto a realização de consulta consolidada do licitante pessoa jurídica disponibilizada pelo Tribunal de Contas da União – TCU quanto licitantes inidôneos (TCU); condenações cíveis por ato de improbidade administrativa e inelegibilidade (CNJ); empresas inidôneas e suspensas (CEIS - CGU) e empresa punidas (CNEP- GCU) através do endereço eletrônico/URL: https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/
8.1.1. Na hipótese de a consulta indicar a existência de fato impeditivo à participação do certame, o licitante será convocado para manifestação pelo prazo

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

mínimo de **30 (trinta)** minutos, e caso não seja apresentada justificativa que permita afastar o impedimento, o licitante será declarado desclassificado por falta de condição de requisito objetivo à participação.

8.2. Atendidas as condições de participação, na forma dos itens precedentes, o licitante classificado em primeiro lugar, por convocação e no prazo definido pelo agente de contratação de, no mínimo **02 (duas) horas**, deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao valor proposto, por meio eletrônico no endereço constante do Anexo I CEE 04.

8.3. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação solicitada, será desclassificado e estará sujeito às sanções previstas neste Edital.

8.4. O agente de contratação poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal e terceirizados do CIMVALPI, para orientar sua decisão.

8.5. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

8.6. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie expressamente à parcela ou à totalidade de remuneração.

8.7. Na verificação da conformidade da melhor proposta apresentada com os requisitos deste Edital, será desclassificada aquela que:

8.7.1. Não atenda às exigências do ato convocatório da licitação, incluídas as especificações contidas no Anexo IV – Termo de Referência, desde que insanável.

8.7.2. Apresentar preços em desacordo com os critérios de aceitabilidade estabelecidos no Anexo I – CEE 18.

8.7.3. Apresentar preços manifestamente inexequíveis não comprovando sua exequibilidade, observados os critérios indicados no Anexo I – CEE 19.

8.8. Em caso de divergência entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso.

8.9. O consórcio concederá ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.

8.10. O agente de contratação poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante a sua demonstração;

8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, o agente de contratação poderá adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

8.11.1. Questionamentos junto ao licitante para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade.

8.11.2. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas.

8.11.3. Verificação de outros contratos que o licitante mantenha com a Administração Pública ou com a iniciativa privada.

8.11.4. Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes.

8.11.5. Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo licitante.

8.11.6. Estudos setoriais.

8.11.7. Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o licitante disponha para o fornecimento.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

8.11.8. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.
8.12. Será considerada inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.
8.13. Caso o Anexo IV - Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
8.13.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
8.13.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
8.13.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo agente de contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas no Anexo IV – Termo de Referência, a proposta do licitante será recusada.
8.13.4. Se a amostra apresentada pelo primeiro classificado não for aceita, o agente de contratação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado.
8.13.4.1. Seguir-se-á com a verificação da amostra e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Anexo IV - Termo de Referência.
8.14. Será vencedor o licitante que atender a íntegra do Edital e ofertar o menor preço ou o maior desconto ou retorno econômico, considerando o critério de julgamento previsto no Anexo I – CEE 18.
8.15. A classificação dos lances apresentados, a indicação da proposta vencedora e demais informações relativas à sessão pública constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.
8.16. Concluídas as providências do item 8.15, competirá ao licitante vencedor e aos demais licitantes participantes no cadastro de reserva da ata de registro de preços, providenciar, na plataforma eletrônica do certame, a geração do arquivo em formato PDF referente a proposta final, devendo ainda providenciar pelos próprios meios a assinatura qualificada prevista no art. 4º, caput, inciso III da Lei 14063/2020, encaminhando ao pregoeiro por intermédio da própria plataforma eletrônica de realização do certame.

9. HABILITAÇÃO

9.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
9.2. Documentos Relativos à Habilitação Jurídica:
9.2.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

9.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
9.2.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
9.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
9.3. Documentos Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:
9.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
9.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, mediante apresentação do comprovante de inscrição ou outro documento hábil expedido pela respectiva fazenda pública que indique o número da inscrição.
9.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede do licitante;
9.3.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
9.3.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
9.4. Documentos Relativos à Qualificação Técnica:
9.4.1. A comprovação de aptidão para o fornecimento do objeto se dará mediante apresentação da documentação constante do Anexo I CEE 20, se indicado.
9.5. Documentos Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:
9.6. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.
9.7. Demais documentos constantes do Anexo I CEE 21.
9.8. A entrega da documentação física original ou autenticada fica dispensada, podendo ser solicitada a qualquer momento em prazo estabelecido pelo agente de contratação, observada a sua guarda pelo agente de contratação pelo prazo de 10 (dez) anos.
9.9. 9. A documentação física original ou autenticada, quando solicitada deverá ser encaminhada ao endereço indicado no Anexo I – CEE 22.
9.10. Na falta de consignação do prazo de validade dos documentos, exceto item 9.2 e subitens, serão considerados válidos pelo prazo de 90 (noventa) dias contados da data de sua emissão.
9.11. Os documentos referentes à habilitação do licitante deverão estar válidos no dia de abertura da sessão pública.
9.12. Caso a data do julgamento da habilitação não coincidir com a da abertura da sessão, e não for possível ao agente de contratação verificar esta condição por meio de consulta a sites oficiais, o licitante será convocado a encaminhar no prazo de no mínimo **02 (duas)** horas, documento válido que comprove sua condição de habilitação na data da convocação, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

quanto à comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

9.13. Quando da apreciação dos documentos para habilitação, o agente de contratação procederá ao que segue:

9.13.1. Se os documentos para habilitação não estiverem completos e corretos, ou contrariarem qualquer dispositivo deste Edital, o agente de contratação considerará o licitante inabilitado;

9.13.2. No caso de inabilitação do primeiro classificado, serão retomados os procedimentos, respeitada a ordem de classificação do licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, e assim sucessivamente, até que sejam atendidas as condições do Edital.

9.14. Os licitantes remanescentes ficam obrigados a atender à convocação e a assinar, quando for o caso, a ata de registro de preços e o contrato no prazo fixado pelo consórcio, ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa.

10. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

10.1. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

10.1.1. Os esclarecimentos quanto ao edital poderão ser solicitados ao agente de contratação em até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da licitação, conforme informado no Anexo I – CEE 23.

10.1.2. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.1.2.1. As impugnações ao Edital deverão ser dirigidas ao agente de contratação nos endereços indicados no Anexo I – CEE 24.

10.1.2.2. O licitante que apresentar impugnação deverá encaminhar suas razões fundamentadas ao agente de contratação, que responderá e submeterá à aprovação da autoridade competente.

10.1.2.3. A impugnação feita tempestivamente não impedirá o licitante de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

10.1.2.4. Acolhida a impugnação contra o instrumento convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame, quando da resposta resultar alteração que interfira na elaboração da proposta.

10.1.3. Decairá do direito de impugnação ao Edital ou de solicitar esclarecimento o licitante ou interessando que não se manifestar no prazo e forma estabelecidos nos itens 10.1 e 10.2.

10.1.4. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada na forma do item 1.8 deste edital no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.1.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.1.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

10.2. RECURSOS

10.2.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021 e, de forma complementar, o regulamento expedido pelo CIMVALPI disponível no endereço eletrônico/URL indicado no item 1.5.5.

10.2.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.2.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.2.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

10.2.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

10.2.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.2.5. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema eletrônico/plataforma responsável pela realização do certame.

10.2.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.2.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.2.8. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, na forma do item 1.8 do edital, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.2.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.2.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.2.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico indicado no Anexo I – CEE 25.

11. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do agente de contratação, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

11.2. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

11.3. Os atos de adjudicação e homologação observarão a forma e procedimento estabelecidos nos regulamentos expedidos pelo CIMVALPI disponíveis no endereço eletrônico/URL indicado no item 1.5.5.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

12. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATO

12.1. O licitante vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da convocação para assinatura da ata de registro de preços junto ao órgão gerenciador, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de não atendimento da demanda.

12.1.1. O prazo previsto poderá ser prorrogado, por justo motivo, a critério do CIMVALPI, mediante solicitação fundamentada do interessado.

12.2. A assinatura da ata de registro de preços será realizada, preferencialmente, de forma eletrônica, nos termos da lei nº 14.630/2020.

12.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de acordo com o estabelecido no Anexo I – CEE 26.

12.4. O início da vigência da Ata de Registro de Preços será de acordo com o estabelecido no Anexo I – CEE 27.

12.5. A ata de registro de preços observará a minuta constante de Anexo do edital.

12.6. A formalização de contrato observará a minuta consta de Anexo do edital, as disposições constantes neste item 12 e, por fim, o regulamento expedido pelo CIMVALPI disponível no endereço eletrônico/IURL indicado no item 1.5.5.

13. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

13.1. A fiscalização e a gestão da execução do contrato competirão, respectivamente, ao fiscal e ao gestor de contrato indicados no Anexo IV – Termo de Referência ou na Ata de Registro de Preços ou no termo de contrato a ser firmado.

13.2. A fiscalização e a gestão do contrato observarão o regulamento específico fiscalização e de gestão de contratos expedidos pelo CIMVALPI disponível no endereço eletrônico/URL indicado no item 1.5.5 deste edital.

14. ENTREGA DO OBJETO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1. A atividade de recebimento é condição prévia e essencial ao pagamento da contraprestação pelo CIMVALPI do fornecimento do objeto, representando a confirmação de que o objeto do contrato foi efetivamente executado em conformidade com os requisitos qualitativos, quantitativos, bem como o preço, a forma e prazo estipulados.

14.2. O recebimento será realizado com obediência às regras previstas no Anexo IV – Termo de Referência, observadas as seguintes diretrizes:

14.2.1. Em se tratando de compras, locação de equipamentos e bens, serviços profissionais não enquadrados como de engenharia:

14.2.2. Provisoriamente, pelo fiscal designado na ata de registro de preços e/ou no contrato, mediante relatório lançado no documento fiscal ou similar, que ateste a qualidade, especificação e quantidade do material, bem, serviço ou locação e sua aceitação, no prazo estipulado no contrato;

14.2.3. Definitivamente, a cargo do gestor de contrato designado por ato formal expedido pelo CIMVALPI, com base na verificação do trabalho realizado pela fiscalização.

14.3. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

14.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.
14.5. Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão definidos na ata de registro de preços e/ou no contrato.
14.6. O pagamento será realizado somente após a conclusão da fase de liquidação da despesa.
14.6.1. Na realização dos pagamentos deverão ser observadas as disposições dos arts. 141 a 146 da Lei nº 14.133/2021 e, de forma complementar, os regulamentos expedidos pelo CIMVALPI referentes à fiscalização e gestão de contratos e ao recebimento provisório e definitivo, conforme endereço eletrônico indicado no item 1.5.5.
14.6.2. São documentos para fins de liquidação e pagamento:
14.6.2.1. Nota fiscal;
14.6.2.2. Fatura de locação;
14.6.2.3. Recibo de pagamento autônomo;
14.6.2.4. Nota de liquidação e pagamento;
14.6.3. Os processos de pagamento devem ser instruídos com os documentos que habilitem a correspondente liquidação e pagamento.
14.6.4. Competirá ao gestor de contratos promover junto a autoridade administrativa competente a formalização da liquidação do empenho para fins de pagamento, devendo apurar:
14.6.4.1. A origem e o objeto do que se deve pagar;
14.6.4.2. A importância exata a pagar;
14.6.4.3. A quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação.
14.6.4.4. A comprovação da regular prestação do objeto contratado.

15. REAJUSTAMENTO E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

15.1. O reajustamento da ata de registro de preços e/ou do contrato ocorrerá a cada período de 12 (doze) meses, adotando por referência a data de formalização da proposta.
15.2. O reajustamento adotará o índice indicado no Anexo I – CEE 28 acumulado no período indicado no item anterior.
15.3. O reequilíbrio econômico-financeiro da ata de registro de preços e/ou do contrato, conforme o caso, observará a matriz de riscos indicada no item 16.

16. MATRIZ DE RISCOS

16.1. O contrato poderá identificar os riscos contratuais previstos e presumíveis e prever matriz de alocação de riscos, alocando-os entre contratante e contratado, mediante indicação daqueles a serem assumidos pelo CIMVALPI ou pelo contratado ou daqueles a serem compartilhados.
16.2. A alocação de riscos de que trata o item precedente considerará, em compatibilidade com as obrigações e os encargos atribuídos às partes no contrato,

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

a natureza do risco, o beneficiário das prestações a que se vincula e a capacidade de cada parte para melhor gerenciá-lo.

16.3. Os riscos que tenham cobertura oferecida por seguradoras serão preferencialmente transferidos ao contratado.

16.4. A alocação dos riscos contratuais será quantificada para fins de projeção dos reflexos de seus custos no valor estimado da contratação.

16.5. A matriz de alocação de riscos definirá o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em relação a eventos supervenientes e deverá ser observada na solução de eventuais pleitos das partes.

16.6. Sempre que atendidas as condições do contrato e da matriz de alocação de riscos, será considerado mantido o equilíbrio econômico-financeiro, renunciando as partes aos pedidos de restabelecimento do equilíbrio relacionados aos riscos assumidos, exceto no que se refere:

16.6.1. Às alterações unilaterais determinadas pela Administração.

16.6.2. Ao aumento ou à redução, por legislação superveniente, dos tributos diretamente pagos pelo contratado em decorrência do contrato.

16.7. São aplicáveis a alocação de riscos as normas e regulamentos expedidos pelo CIMVALPI disponíveis no endereço eletrônico/URL indicado no item 1.5.5.

17. GARANTIAS

17.1. A formalização de garantia observará o disposto nos arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021 e, de forma complementar, o regulamento expedido pelo CIMVALPI constante de endereço eletrônico/URL indicada no item 1.5.5.

17.2. A critério do CIMVALPI, poderá ser exigida garantia, mediante indicação no Anexo I – CEE 29.

17.3. Serão admitidas as seguintes modalidades de garantia:

17.3.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

17.3.2. Seguro-garantia;

17.3.3. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

17.4. A garantia observará os seguintes percentuais calculados sobre o valor do contrato:

17.4.1. Até 5% (cinco por cento) nas contratações de serviços e fornecimentos;

17.4.2. Até 10% (dez por cento) nas contratações em que exista justificativa decorrente de complexidade técnica e dos riscos envolvidos conforme indicação constante da matriz de riscos;

17.5. O **CIMVALPI** poderá exigir a prestação de garantia adicional como condição para o pagamento antecipado.

17.5.1. O valor da garantia oferecida corresponderá, em regra, à integralidade do valor previsto como pagamento antecipado na hipótese do item 17.4.

17.6. O valor da garantia poderá ser reduzido com base na matriz de riscos do contrato.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

18. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Nos termos dos arts. 155 a 162 da Lei nº 14.133/2021, serão aplicadas as sanções administrativas nas seguintes hipóteses:
18.1.1. Advertência, aplicável ao responsável que der causa à inexecução parcial do contrato quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
18.1.2. Impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, aplicável ao responsável que:
18.1.2.1. Incorrer na inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CIMVALPI, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
18.1.2.2. Incorrer na inexecução total do contrato;
18.1.2.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
18.1.2.4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
18.1.2.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.1.2.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
18.1.3. Declaração de idoneidade para licitar ou contratar, aplicável ao responsável que:
18.1.3.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
18.1.3.2. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
18.1.3.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
18.1.3.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
18.1.3.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013[1];

[1] Lei nº 12.846/2013:
[...]
Art. 5º Constituem atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, para os fins desta Lei, todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas mencionadas no parágrafo único do art. 1º , que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, assim definidos:
I - Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
II - Comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei;
III - comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
IV - No tocante a licitações e contratos:
a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
V - Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.
§ 1º Considera-se administração pública estrangeira os órgãos e entidades estatais ou representações diplomáticas de país estrangeiro, de qualquer nível ou esfera de governo, bem como as pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro.
§ 2º Para os efeitos desta Lei, equiparam-se à administração pública estrangeira as organizações públicas internacionais.
§ 3º Considera-se agente público estrangeiro, para os fins desta Lei, quem, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, exerça cargo, emprego ou função pública em órgãos, entidades estatais ou em representações diplomáticas de país estrangeiro, assim como em pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro ou em organizações públicas internacionais.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

18.1.3.6. Nas infrações administrativas indicadas no subitem 18.1.2 e subitens que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar.
18.1.4. Multa, a ser aplicada ao responsável que der causa a infrações administrativas será calculada observando o valor mínimo de 0,5% (meio por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor estimado para a licitação, da ata registrada ou do contrato licitado ou celebrado no caso de contratação direta na hipótese do responsável que der causa a infrações administrativas puníveis com as sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade indicadas neste edital, observada a cumulação de aplicação de sanções prevista no §7° do art. 156 da Lei n° 14.133/2021.
18.1.4.1. Sem prejuízo de aplicação do disposto no item 18.1.4, será aplicável a penalidade de multa:
18.1.4.1.1. Igual ou superior a 0,5% (meio por cento) e igual ou inferior a 15% (quinze por cento) para as seguintes infrações administrativas:
18.1.4.1.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
18.1.4.1.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
18.1.4.1.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
18.1.4.1.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
18.1.4.1.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
18.1.4.1.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;
18.1.4.1.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
18.1.4.1.1.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.1.4.1.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
18.1.4.1.2. Superior a 15% (quinze por cento) e inferior ou igual a 30% (trinta por cento) para as seguintes infrações administrativas:
18.1.4.1.2.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
18.1.4.1.2.2. Fraudar a licitação.
18.1.4.1.2.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
18.1.4.1.2.3.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei.
18.1.4.1.2.3.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento.
18.1.4.1.2.3.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
18.1.4.1.2.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
18.1.4.1.2.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.
18.2. A sanção administrativa de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito do CIMVALPI pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

Rua Jaime Pereira, n° 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

18.3. A sanção administrativa de inidoneidade para licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração direta e indireta de todos os Entes públicos da federação pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.
18.4. Se o valor aplicado pela sanção, somado às indenizações cabíveis, ultrapassar o valor de pagamento eventualmente devido pelo CIMVALPI ao contratado, será promovida de forma cumulativa:
18.4.1. A compensação da sanção e eventuais indenizações no valor pendente de pagamento ao contratado;
18.4.2. Eventual diferença não compensada no item anterior seja descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
18.5. A aplicação das sanções administrativas previstas neste ato convocatório não exclui, nem afasta, a obrigação de reparação de integral de eventual dano causado ao CIMVALPI.
18.6. A dosimetria das sanções administrativas e o respectivo processo administrativo de apuração e eventual responsabilização mediante aplicação de sanção administrativa observará o regulamento próprio expedido constante de endereço eletrônico no sítio oficial do CIMVALPI indicado no item 1.5.5

19. DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
19.2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse do CIMVALPI, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação e aos demais princípios indicados no item 1.6 deste edital.
19.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o CIMVALPI não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
19.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, somente se iniciando ou encerrando os prazos em dias de expediente no CIMVALPI.
19.5. Na contagem dos prazos, na hipótese de publicação do ato em mais de um meio, será considerado como parâmetro para a contagem de início do prazo a última publicação realizada.
19.6. É facultado ao agente de contratação ou a autoridade competente, em qualquer fase do processo, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.
19.7. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para fornecimento de produtos, decorrentes desta
19.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
19.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

19.10. O agente de contratação, nos processos de licitação em que a modalidade seja o pregão, adotará a indicação/nomenclatura de "PREGOEIRO".
19.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e Anexo I – CEE 25.

20. ANEXOS
20.1. Anexo I – Condições Específicas do Edital – CEE;
20.2. Anexo II – DFD;
20.2.1. Anexo III – Estudo Técnico Preliminar;
20.2.2. Anexo IV – Matriz de Risco
20.2.3. Anexo V – Termo de Referência;
20.3. Anexo VI – Minuta de Ata de Registro de Preços;
20.4. Anexo VII– Minuta de Contrato.

Ponte Nova, xx de xxx de 2024

Richele Ap. Silva de Jesus
Agente de Contratação

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pmamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG

CIMVALPI
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA

ANEXO I
CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO EDITAL (CEE)

Cláusula da Condição Específica do Edital (CEE)	Referência	Condição Específica do Edital
CEE 01	Descrição do objeto	Registro de preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos para o transporte de pessoas, materiais, documentos e pequenas cargas, para atender demanda do CIMVALPI e do Município de Dom Silvério.
CEE 02	Dados de atuação do processo	Número do processo administrativo: 07.0098.2024.10 Data autuação processo administrativo: 07/05/2024 Número do tipo de procedimento: Pregão Eletrônico: 010/2024
CEE 03	Pedidos de esclarecimentos, informações, impugnações e recursos	Pedidos de esclarecimentos e informações: https://licitar.digital Impugnações e recursos: https://licitar.digital
CEE 04	Plataforma eletrônica de realização do procedimento	URL da plataforma de disputa: https://licitar.digital
CEE 05	Data e horário sessão pública	Data: XX/XX/2024 Horário: XX:XX h (horário de Brasília)
CEE 06	Empresas participando na forma de consórcio	Pessoas jurídicas poderão participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas contidas no Art. 15 da Lei 14.133/2021.
CEE 07	Desenvolvimento econômico e social local e regional – art. 47 da LC 123/06	Contratação restrita local e/ou regional Não se aplica
CEE 08	Participação ampla e restrita – art. 48, I da LC 123/06	Participação restrita a ME´s e/ou EPP´s: Não se aplica

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

CIMVALPI
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA

CEE 09	Subcontratação de ME´s e EPP´s – art. 48, II da LC 123/06	Obrigação de subcontratação de ME´s e EPP´s Não se aplica
CEE 10	Entes Públicos Participantes	Nos termos do art. 86, caput, da Lei n° 14.133/2021: Municípios de Amparo do Serra MG, Dom Silvério – MG e Sericita - MG
CEE 11	Entes Públicos Consorciados	Se aplica o art. 181 da Lei n° 14.133/2021 visando o atendimento dos seguintes Municípios consorciados: Abre Campo, Acaiaca, Alvinópolis, Amparo do Serra, Araponga, Barra Longa, Cajuri, Canaã, Caputira, Carangola, Coimbra, Congonhas, Desterro de Entre Rios, Diogo de Vasconcelos, Dionísio, Divinésia, Dom Silvério, Guaraciaba, Itabirito, Jequeri, Mariana, Matipó, Oratórios, Ouro Preto, Paula Cândido, Pedra do Anta, Piedade de Ponte Nova, Piranga, Ponte Nova, Porto Firme, Presidente Bernardes, Raul Soares, Rio Casca, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado, Santo Antônio do Grama, São Geraldo, São José do Goiabal, São Miguel do Anta, São Pedro dos Ferros, Sem Peixe, Sericita, Teixeiras, Urucânia, Visconde do Rio Branco e Viçosa.
CEE 12	Formato/descrição da proposta	Menor Preço por Item
CEE 13	Subcontratação	Não será admitida a subcontratação
CEE 14	Inversão fases – Habilitação precedendo apresentação de propostas e lances	Não será aplicada a inversão de fases
CEE 15	Intervalo mínimo de lance	R$ 0,01 (um centavo)
CEE 16	Modo de disputa	Aberto
CEE 17	Território Consórcio	O Território do Consórcio é formado pela soma dos territórios dos seguintes Entes consorciados: Abre Campo, Acaiaca, Alvinópolis, Amparo do Serra, Araponga, Barra Longa, Cajuri, Canaã, Caputira, Carangola, Coimbra, Congonhas, Desterro de Entre Rios, Diogo de Vasconcelos, Dionísio, Divinésia, Dom Silvério, Guaraciaba,

Rua Jaime Pereira, n° 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG

		Itabirito, Jequeri, Mariana, Matipó, Oratórios, Ouro Preto, Paula Cândido, Pedra do Anta, Piedade de Ponte Nova, Piranga, Ponte Nova, Porto Firme, Presidente Bernardes, Raul Soares, Rio Casca, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado, Santo Antônio do Grama, São Geraldo, São José do Goiabal, São Miguel do Anta, São Pedro dos Ferros, Sem Peixe, Sericita, Teixeiras, Urucânia, Visconde do Rio Branco e Viçosa.
CEE 18	Critérios de aceitabilidade de preços	Valor máximo conforme consta no Anexo V - Termo de Referência
CEE 19	Critérios de exequibilidade	A exequibilidade será apurada conforme consta no no item 13.3.1. Anexo V – Termo de Referência
CEE 20	Qualificação Técnica	**Habilitação técnica:** Não será exigida
CEE 21	Qualificação econômico-financeira	**a**. Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, observado o prazo de validade da respectiva certidão, considerando tratar-se de haver unidades da federação que dispões de prazos de validade distintos, bem como prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. a.1. Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor. **b**. Balanço patrimonial e demonstração do resultado (DRE) do último exercício social exigível, devidamente assinado pelo responsável legal da empresa e por contador habilitado, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

CIMVALPI
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA

		b.1. Para aquelas empresas constituídas a menos de 01 (um) ano ou no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da empresa, devidamente assinados pelo seu representante legal e pelo contador responsável, em cópia autenticada ou via original. **c**. Demonstrações que comprovem a boa situação econômico-financeira da licitante será efetuada com base nos índices e resultados financeiros, extraídos do balanço apresentado na forma acima. a empresa deverá apresentar alternativamente Índice de Liquidez Geral = igual ou superior a 1 (um); Índice de Liquidez Corrente = igual ou superior a 1 (um) ou Comprovação de Patrimônio Líquido ou Capital Social, **com valor igual ou superior a 10% (dez por cento) do total estimado da prestação de serviços para o período de 12 (doze) meses.**
CEE 22	Documentação original ou autenticada	Caso seja necessário, a documentação original ou autenticada deverá ser encaminhada ao seguinte endereço, constando no envelope externo os seguintes dados: ENDEREÇO DE ENCAMINHAMENTO: Rua Jaime Pereira, 127, Bairro Progresso – Ponte Nova – MG CEP: 35.430-186 ENVELOPE DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO/PROPOSTA NÚMERO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO, MODALIDADE E NÚMERO DA MODALIDADE RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE CNPJ OU DOCUMENTO EQUIVALENTE
CEE 23	Esclarecimentos	As solicitações de esclarecimentos exclusivamente de forma eletrônica e deverão ser encaminhadas pela plataforma https://licitar.digital

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

CIMVALPI
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA

CEE 24	Impugnações	As impugnações ao edital deverão ser encaminhadas da seguinte forma: Eletrônica, através da plataforma https://licitar.digital A impugnação eletrônica deverá conter assinatura que possa identificar o signatário, observado o disposto na Lei nº 14.630/2020. Presencial mediante protocolo no endereço e horário: Rua Jaime Pereira, 127, Bairro Progresso, Ponte Nova – MG CEP:35.430-186
CEE 25	Vista dos autos	A vista dos autos será eletrônica, mediante baixa/download dos arquivos no endereço eletrônico/URL: https://cimvalpi.mg.gov.br/pregao
CEE 26	Prazo de Vigência da Ata de Registro de Preços	O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 meses, podendo ser prorrogada por até mais 12 meses, mediante previa e formal justificativa de interesse Público da manutenção da ata, vantajosidade de preços, e existência de saldo.
CEE 27	Início vigência da ata de registro de preços	A ata de registro de preços vigorará a partir da data de sua publicação.
CEE 28	Índice de reajustamento	Será adotado o índice de reajuste de preço INPC – Índice Nacional de Preços
CEE 29	Garantia	Não será exigida garantia

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Anexo II

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

Setor requisitante: Gerência Administrativa **Responsável pela demanda:** João Paulo Ferreira. **E-mail:** joaopaulo@cimvalpi.mg.gov.br

1 – Objeto:

( ) Serviço não continuado;
(X) Serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra;
( ) Serviço continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra;
( ) Material de consumo;
( ) Material permanente/equipamento;

2 – Justificativa da necessidade da contratação:

Avaliar a viabilidade técnica e financeira para atendimento às necessidades do CIMVALPI e Municípios consorciados com intuito de elaboração e formalização de processo administrativo para a contratação de empresa especializada na locação de veículos leves.

3 – Descrição dos serviços:

- Locação de veículos utilitários que comportem até 5 passageiros; SUV; Sedan ou Sedan Executivo; Veículos utilitários que comportem no mínimo 7 passageiros (minivans); pick-up; e caminhonete 4x4.

4 – Observações gerais

4.1 – Unidade e servidor responsável para esclarecimentos: Gerência Administrativa – João Paulo Ferreira.

João Paulo Ferreira
Gerente Administrativo

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pmamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Anexo III

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE LOCAÇÃO DE VÉICULOS

- Setor Responsável pela formalização da demanda: Gerência Administrativa.
- Agente Público da área de licitações responsável pelo acompanhamento da elaboração do ETP: Richele Aparecida Silva de Jesus – Agente de contratação.
- Oficial de Assessoramento Jurídico responsável pela revisão do ETP: Hilton Antônio de Oliveira.

INTRODUÇÃO:

O presente Estudo Técnico Preliminar é requisito necessário para assegurar a viabilidade técnica e econômica da pretensa contratação de empresa especializada em LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, mensurando os riscos e determinar estratégias, fornecendo subsídios para a elaboração do Termo de Referência e, bem como, definir um plano de sustentação para a solução demandada.

O estudo aqui apresentado recai sobre a realização de licitação centralizada, para eventual e futura contratação de serviços de aluguel de veículos, em favor do Consórcio Intermunicipal e Multissetorial do Vale do Piranga – CIMVALPI e Municípios que o integram que demandam por este serviço.

Trata-se de um modelo de serviço adotado de forma comum e habitual pela Administração Pública, tendo obtido bons resultados tanto para o Contratante CIMVALPI, quanto para os Municípios integrantes (consorciados).

Em outras linhas, o presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade avaliar o histórico do modelo de Locação de Veículos atualmente em execução pelos Municípios (consorciados) e pelo próprio CIMVALPI, observando as necessidades do executivo municipal, levantar os requisitos técnicos em consonância com requisitos legais necessários para atender essas necessidades, aferindo as condições que o mercado oferece e, por fim, analisar a viabilidade da contratação sob o prisma da legalidade.

O objetivo aqui é pautar elementos que, fundamentadamente, tem a capacidade e potencial para, em tese, considerando o caso concreto, melhor atender ao Interesse Público.

Assim, a delimitação da solução nos termos e condições estipulados, não é decisão de livre arbítrio deste estudo. Aqui estão pautados elementos que, fundamentadamente, tem a capacidade e potencial para, em tese, considerando o caso concreto, melhor atender ao Interesse Público.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

1) OBJETO:

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objeto à análise prévia e condições de viabilidade para contratação de serviços contínuos de LOCAÇÃO DE VEÍCULOS utilitários que comportem 05 (cinco) passageiros; SUV's; Sedan ou Sedan Executivo; utilitários que comportem 07 (sete) passageiros tipo (minivans); Pick-up que comportem 02 (dois) passageiros e Caminhonete 4x4, sem fornecimento de combustível, incluindo manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças, seguro e/ou proteção veicular, inclusive contra terceiros, para o transporte de pessoas, materiais, documentos e pequenas cargas, com a finalidade de atender demanda do CIMVALPI, bem como dos Municípios que o integram. Tendo em vista a expiração da vigência da atual contratação aliada à caracterização destes serviços como contínuos, dado sua essencialidade, visando atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, de modo que sua interrupção pode comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional do CIMVALPI.

2) ESTIMATIVA DE PRAZO – Vigência e Prorrogação da Contratação

Para a presente contratação, estima-se vigência mínima de 12 (doze) meses, a depender da demanda do Município (demandante), contados do ato da assinatura do contrato, observado a cada exercício financeiro (art. 105 Lei 14.133/21), a disponibilidade de créditos orçamentários. Ainda para efeitos de prorrogação do contrato, poderá ser celebrado por até 05 (cinco) anos, prorrogável sucessivamente pelo prazo máximo de até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133 de 2021.

2.1. – A prorrogação de que trata o parágrafo anterior é condicionada à necessidade da demanda por parte dos Municípios (consorciados), bem como pelo ateste da autoridade administrativa competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para Administração, permitida a negociação mediante o cumprimento das seguintes condições:

2.1.1) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
2.1.2) Anexação de relatório anual que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
2.1.3) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na continuação da realização do serviço;
2.1.4) Haja manifestação expressa da empresa contratada informando o interesse na prorrogação;
2.1.5) Anexação de comprovado que a empresa contratada mantém as condições iniciais de habilitação;
2.1.6) Previsões outras previstas em Edital.

2.2. - A prorrogação do contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

2.3. – Na eventual prorrogação do contrato, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.4. - O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação previstas em Lei.

3) - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO EM RAZÃO DA DEMANDA A SER ATENDIDA SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO

3.1 - Justificativa e Necessidade

O presente Estudo Técnico Preliminar foi elaborado em conformidade com as necessidades apresentadas pela Gerência Administrativa através do Documento de Formalização de Demanda. Além disso foram observados os parâmetros qualitativos, (modelos e categorias) de veículos já anteriormente demandados pela Administração Pública dos Municípios (consorciados) e do próprio CIMVALPI.

Conforme já acima mencionado, este modelo de contratação é habitualmente utilizado pela Administração Pública para suprir a necessidade de frota limitada ou inexistente de veículos dentro dos Municípios (consorciados).

Sob pena de inviabilizar a missão institucional do ente público, tendo em vista que, para atender suas demandas operacionais e administrativas, à Administração Pública necessita diariamente deslocar e movimentar pequenas cargas e documentos, servidores e munícipes.

No caso do CIMVALPI, não há frota própria, e seus servidores deslocam-se diariamente para exercer atividades que vão desde fiscalizações, operações e visitas técnicas, eventos profissionais, reuniões e para o transporte de materiais, para dar apoio às diversas atividades desenvolvidas pelo Consórcio.

Ressalte-se, que a forma como os serviços já vem sendo prestados em modelo utilizado pela Administração, o serviço de locação de veículos mantém-se como solução técnica e econômica viável à alternativa, que seria aquisição por meio de compra. Quando o órgão público não conta com estrutura de manutenção de veículos ou quando a locação não se mostra uma opção viável ou ainda, quando a localização do órgão torna inviável a adoção de modelo de contratação diverso.

3.2. - Descrição da Contratação

Tendo em vista a natureza do serviço a ser prestado, o presente estudo observou o disposto no artigo 2º inc. III da Lei 14.133/2021, além dos normativos contidos nas Instruções Normativas 007/2022 e 008/2022 do CIMVALPI, considerando num primeiro momento, que o modelo de locação de veículos para atender demanda

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

do CIMVALPI e dos entes consorciados registra maior vantajosidade para administração, o que será objeto de análise e conclusão apresentadas neste Estudo. Em levantamento realizado dentro da Coordenadoria de Planejamento e de Direção de Contratos Administrativos do CIMVALPI, constatou-se que os entes consorciados demandam habitualmente por veículos de modelos e características a seguir apresentados:

I) veículos compactos utilitários que comportem até 05 (cinco) passageiros, incluindo o motorista;
II) veículos SUV's, com capacidade mínima de até 05 (cinco) passageiros, incluindo o motorista;
III) veículos Sedan's ou Sedan's Executivos, que comportem até 05 (cinco) passageiros, incluindo o motorista;
IV) veículos utilitários (minivans) que comportem no mínimo 07 (sete) passageiros;
V) veículos Pick-up's, que comportem no mínimo 02 (dois) passageiros, incluindo o motorista e com capacidade de carga de no mínimo 550 kg;
VI) veículos Caminhonete 4x4, que comportem até 05 (cinco) passageiros, incluindo o motorista e com capacidade de carga de no mínimo 1.000 kg.

Os órgãos e entidades constitutivos da Administração Pública do Poder Executivo Municipal necessitam para a execução logística de suas atividades, promover o deslocamento de suas autoridades, servidores e terceiros a ela vinculados, além de pequenas cargas, objetos e documentos.

Para tanto, fazem uso de serviços de locação de veículos automotores, visto que a frota própria se apresenta por vezes insuficiente, e em determinados casos inexistente. Desta feita, se torna necessário promover a locação de veículos automotores, para a realização regular das atividades acima referenciadas.

Nesta classificação, por meio de levantamento realizado pela coordenadoria do departamento de licitações e contratos, foram considerados as categorias de veículos comumente utilizados elencados nos incisos acima, com as seguintes especificidades:

a) Veículos com capacidade de 5 (cinco) passageiros, potência acima de ***75 CV***, direção elétrica ou hidráulica, combustível flex (gasolina/álcool), 04 (quatro) portas, ar condicionado, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis de LED ano de fabricação mínimo 2022;

b) Veículo, Sedan 04 (quatro) portas, motorização mínima de ***111 CV***, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, distância mínima entre os eixos de 2,60 cm, faróis de LED, ano de fabricação mínimo 2022;

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Página 120 de 1137 Pág: 69

c) Veículo, tipo Minivan, motorização mínima ***130 CV,*** com capacidade mínima para 07 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis de LED, ano de fabricação mínimo 2022;

d) Veículo, tipo SUV, motorização mínima de ***111 CV***, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis de LED, ano de fabricação mínimo 2022;

e) Veículo, pick-up, mínima de ***75 CV***, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis de LED, ano de fabricação mínimo 2022;

f) Veículo, caminhonete 4x4, cabine dupla, motorização mínima de ***160 CV,*** ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS e AIRBAG, combustível diesel, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis de LED. ano de fabricação mínimo 2022;

A motivação do conjunto de exigências para os veículos acima elencados, se dá pelo fato de que dentro do mercado de locação de veículos, a exigência do consumidor por veículos mais novos e em condições de proporcionar maior conforto e segurança ao condutor e passageiro (s), é condição determinante na hora de fazerem sua escolha.

Não diferente deve ser o posicionamento da administração pública no momento de contratar pelo serviço, buscando da mesma forma assegurar condições mínimas de conforto e segurança para seus servidores e passageiros.

Podemos aqui também pontuar, que a Comissão de Desenvolvimento Econômico da Indústria e Comércio, aprovou proposta que proíbe as locadoras de veículos de usar automóveis com mais de 120 mil quilômetros rodados ou mais e dois anos de uso, daí comunga-se entendimento de ser razoável a exigência de veículos fabricados à partir de 2022.

Pela proposta, ***"(...)a administração pública também deverá seguir a proibição em licitações de transporte e locação de veículos. Até o momento, a PL 1529/2015 encontra-se com a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania"***.[2]

Em relação aos critérios que amparam a exigência de motorização mínima sugerida dentro deste Estudo, as justificativas encontram-se explanadas no subitem a seguir, mas já podemos mencionar que os critérios utilizados buscam assegurar ampla participação, contemplando todas as montadoras de veículos que mormente atuam no mercado nacional, e por conseguinte, os respectivos fornecedores do mercado de locação.

[2] https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1278737

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

3.3. - Critérios de motorização exigidos:

Durante pesquisa realizada em sites e revistas especializadas no seguimento automotivo, fato não controverso é de que nas últimas décadas houve downsizing no mercado.

A prática de substituir motores maiores e aspirados por propulsores menores e sobrealinhamentados tornou-se possível, por exemplo, fazer um pequeno motor 1.0 de 3 cilindros render quase tanto quanto um motor 2.0 do passado. Por esse motivo, e buscando não restringir a competição entre as diferentes montadoras, o critério de exigência elencado neste Estudo, pauta pelo parâmetro de potência em CV mínima exigida.[3]

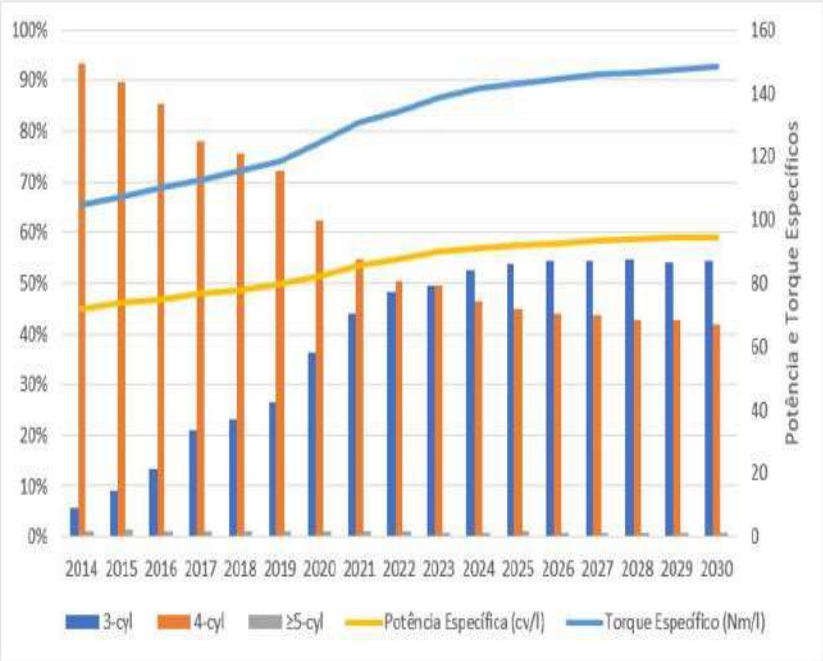
Há portanto, uma previsão de que mais da metade dos veículos vendidos no Brasil em 2023 sejam equipados com motores de três cilindros e a participação de turbo e injeção direta deve ultrapassar 50% em 2028. Nesse contexto, apesar da redução da cilindrada média, o aumento do uso de turbo e da injeção direta vai fazer com que a potência específica (cavalos por litro) e o torque específico (Newton metro por litro) cresçam 31% e 42%, respectivamente, em 2030 quando comparadas a 2014.

[3] https://motor1.uol.com.br/news/539999/motores-1000-turbo-brasil-tecnologias/
https://pt.linkedin.com/pulse/downsizing-tend%C3%AAncia-automobil%C3%ADstica-do-futuro-jared-rocha/
https://www.webmotors.com.br/wm1/dicas/o-que-e-downsizing
https://autoesporte.globo.com/carros/noticia/2014/11/tecnologia-entenda-porque-dowsizing-nao-significa-menos-potencia.ghtml

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

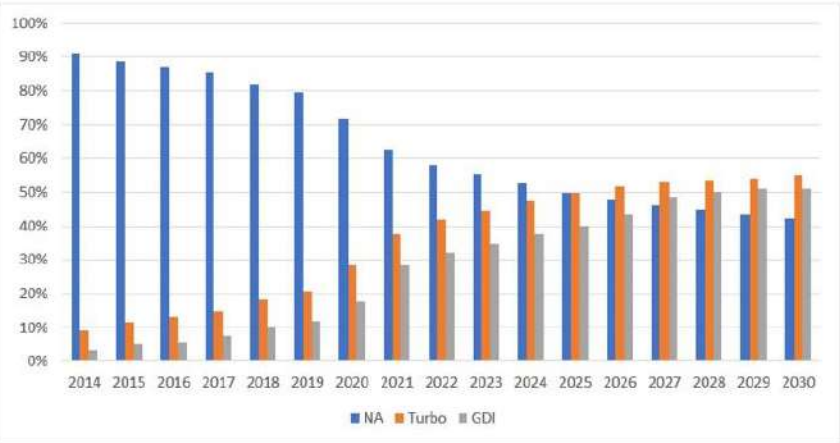
Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Evolução da adoção do downsizing x crescimento de potência e torque específicos - Brasil



Fonte: IHS Markit VPaC - Vehicle Performance and Compliance – setembro de 2019

Substituição de motor aspirado por motor turbo e com injeção direta - Brasil



Fonte: IHS Markit VPaC - Vehicle Performance and Compliance – Setembro de 2019

Considerando os vários parâmetros adotados pelas montadoras de veículos, existe uma diversidade de nomenclaturas e pontuações dentro de tipos e modelos de veículos, logo, em suas respectivas motorizações, a exemplo de veículos turbos e aspirados.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

De forma a garantir que haja ampla e irrestrita participação no certame, estabeleceu-se dentro deste Estudo parâmetros mínimos de ***potência em "CV"*** a serem considerados, sem que contudo, deixem de atender as demais especificidades e itens de segurança descritos e previstos neste ETP.

3.4. - Critérios para exigência mínima de ano de fabricação - Itens de segurança obrigatórios e indispensáveis:

A exigência de veículos cujo ano de fabricação não seja inferior a 2022, justifica-se principalmente pela Resolução CONTRAN (567/2015) que trata sobre a obrigatoriedade do controle de estabilidade em veículos produzidos e fabricados a partir do ano de 2020. A regra vale para modelos inéditos, inclusive populares e também para os que passarem por grandes mudanças, como troca de geração. Por estas razões, pensando em garantir a segurança dos condutores e passageiros, além dos itens de segurança obrigatórios mais comuns como freios ABS e Airbag, encontram-se descritos neste estudo, itens de segurança indispensáveis e considerados obrigatórios e inseridos em veículos fabricados à partir de 2020 tais como:

a) Controle de estabilidade

O controle de estabilidade conforme acima mencionado é um item de segurança do carro que passou a ser obrigatório em 2020. O sistema tem o objetivo de detectar quando o carro está prestes a perder o controle e cortar a aceleração do motor, freando uma ou mais rodas. Esse cuidado pode impedir, por exemplo, que o veículo rode ao fazer uma curva.

b) Barras de proteção lateral

As barras de proteção lateral são travessas de aço fixadas entre as colunas do veículo, por dentro das portas, para proteger o motorista e os passageiros em casos de colisão lateral. Apesar de simples, esse tipo de solução é muito efetivo, pois diminui o impacto sofrido pelo ocupante do carro. As barras de proteção lateral passaram a ser obrigatórias somente em 2020, mas muitos veículos do país já contam com esse item de segurança.

c) Freios ABS

Com a *vênia* pela redundância, o sistema ABS — assim como a direção hidráulica e o ar-condicionado, que já foram diferenciais — hoje são itens mais do que mandatórios. Desde janeiro de 2014 os carros novos comercializados no Brasil já saem de fábrica com o sistema ABS de frenagem.

d) Distância mínima entre os eixos de 2,60 cm (Sedan's)

Visto que os veículos Sedan's alugados pelo Consórcio andam quase que diariamente com número máximo de passageiros, tal característica se faz necessária perfazendo maior conforto aos passageiros e maior estabilidade aos veículos.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

e) Faróis de LED

Quanto a exigência aos faróis de LED, esses são mais eficientes do que os convencionais por algumas razões. Eles consomem menos energia em comparação com as lâmpadas convencionais, como as de halogênio. Portanto, os faróis de LED são mais econômicos em termos de consumo de energia do veículo, o que pode resultar até mesmo em menor consumo de combustível.

Além disso, os LEDs têm uma vida útil mais longa do que as lâmpadas convencionais. Enquanto as lâmpadas halógenas geralmente precisam ser substituídas após algumas centenas de horas de uso, os faróis de LED podem durar até 25.000 horas ou mais, dependendo do modelo. Isso significa que os veículos com faróis de LED não precisam substituí-los com tanta frequência, o que pode resultar em economia de dinheiro e tempo a longo prazo.

Outra vantagem dos faróis de LED é a sua capacidade de proporcionar melhor visibilidade. Eles produzem uma luz mais brilhante e clara em relação às lâmpadas convencionais, algo especialmente útil durante a noite e em condições climáticas adversas, como chuva ou neblina. Os faróis de LED também iluminam a estrada de forma mais eficiente e proporcionam uma melhor percepção de profundidade, o que contribui para a segurança ao dirigir.

Por fim, os faróis de LED têm uma resposta mais rápida em comparação com as lâmpadas tradicionais. Eles ligam e atingem o brilho máximo quase instantaneamente, enquanto as lâmpadas de halogênio precisam de um breve período para aquecer. Essa resposta rápida é particularmente útil ao alternar entre os modos alto e baixo dos faróis ou ao utilizar sistemas de iluminação adaptativa, proporcionando maior conveniência e segurança ao motorista.[4]

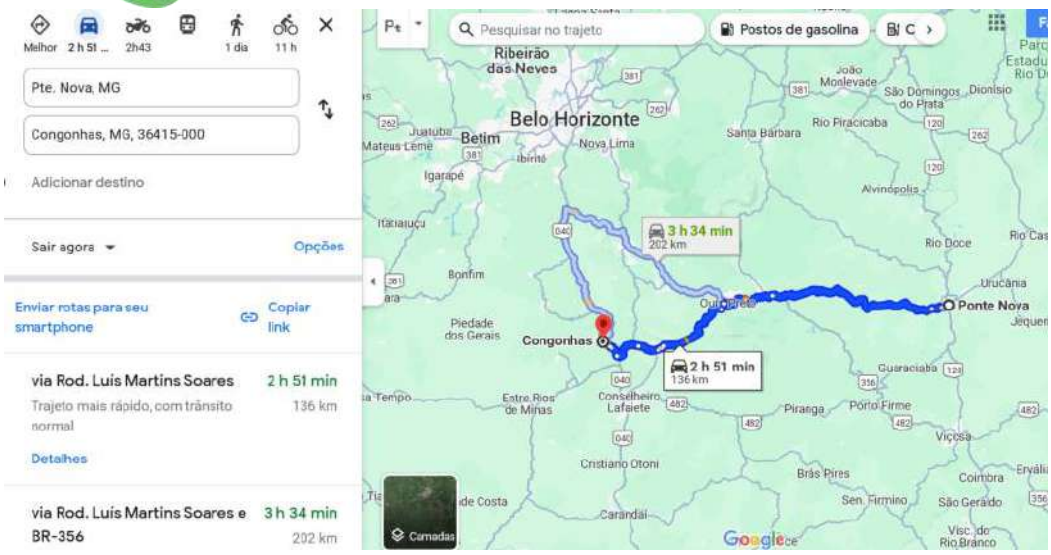
Reiteramos que atualmente o CIMVALPI é composto por 46 (quarenta e seis) municípios localizados principalmente dentro da Zona da Mata Mineira, Vale do Piranga e Região dos Inconfidentes. É justificadamente razoável que haja para além das exigências quanto aos itens de segurança acima apontados, que os veículos fornecidos possuam baixa quilometragem, de forma a garantir a ininterrupta continuidade dos trabalhos realizados pelo CIMVALPI, minimizando contratempos no que se refere a manutenções corretivas decorrente de quebra ou mau funcionamento.

A título meramente exemplificativo, podemos citar o município consorciado de Congonhas/MG, localizado a mais de 130km de distância da sede do CIMVALPI. Os atendimentos realizados não somente a este município, como para tantos outros, demandam deslocamentos quase que semanais, o que deve ser assegurado por veículo em excepcionais condições de segurança e conforto, como a exigência por veículos com faróis de LED, haja visto que em razão das distâncias entre os Municípios, estes veículos certamente retornarão à sede já em horário noturno.

[4] https://www.karvi.com.br/blog/por-que-farois-de-led-sao-mais-eficientes/

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A



4) CONTRATAÇÕES CORRELATAS E INTERDEPENDENTES;

A Contratada deverá proceder com a manutenção preventiva e corretiva, incluindo reposição de peças quando necessário, seguro total e/ou plataforma de proteção veicular, inclusive contra terceiros.

Correlata à presente contratação o Processo: 0903217202310 Gerenciamento informatizado de frota de veículos, mediante rede credenciada para fornecimento de combustíveis; manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças e serviços; higienização de veículos.

Esta contratação pospor-se processo licitatório 001/2022, portanto, trata-se de processo cujo objeto e modelo de contrato já possui precedentes dentro do departamento de licitações do CIMVALPI.

5) REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Tendo em vista a natureza do serviço a ser contratado, a previsão da contratação encontra-se inserida no artigo 2º, inc. III da Lei 14.133/2021. Para além deste imperativo legal contido na novel Lei de Licitações, observa-se o disposto na Consolidação do Contrato de Consórcio Público e Consolidação Estatuto CIMVALPI, além das Instruções Normativas 007/2022 e 008/2022 ambas também do CIMVALPI.

Para além na Novel Lei de Licitações e legislação civilista aplicadas no presente Estudo, considerar-se-á como requisitos da contratação todas as demais exigências previstas em Edital e Contrato.

Poderá participar deste processo licitatório empresas do ramo de atividade relacionada ao objeto, que não possuam registro de sanção que impeça sua contratação, bem como estejam devidamente regulares com as Fazendas

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Públicas Municipal, Estadual e Federal, com o FGTS, INSS e com a Justiça do Trabalho.

Os serviços que constituem o objeto deste estudo e eventual contratação, deverão ser executados de acordo com a solicitação da contratante e/ou Município consorciado, por ordem de serviço e orientação/fiscalização da equipe técnica designada pelo CIMVALPI, devendo o veículo estar disponível no período e local, conforme a necessidade apresentada, além das disposições expostas no Termo de Referência, Edital e condições contratuais.

Previamente dispõe-se que na proposta de preço apresentada, deverá ser considerado pela licitante, que o objeto licitado deverá ser fornecido em até 15 (quinze) dias úteis após a data de solicitação.

O veículo em referência, deverá ser entregue na área patrimonial indicada pela contratante e/ou ente consorciado.

Estabelece-se ainda que o custo de mobilização, desmobilização, seguros e todos os demais custos/encargos envolvidos estão a cargo da contratada, ou seja, **na proposta de preço deverá compreender todas as despesas decorrentes da locação.**

Os veículos deverão estar segurados e/ou cobertos por plataformas de proteção veicular devendo o valor de franquia ser apresentado à parte da proposta ou se já inserido na mesma, que seja especificado o percentual de franquia dentro da proposta.

É necessário entender que não existe um valor fixo para a franquia do seguro. Seu valor vai depender de fatores como o perfil do condutor, modelo do carro e outros pontos avaliados durante a cotação.

Além disso, existem diferentes tipos disponíveis de franquias que pode optar na contratação do seguro, ficando a cargo da licitante qual modelo de franquia será utilizada, se reduzida, majorada ou normal.

Como não há no mercado regulamentação acerca de alíquota relativa a valor de franquia em caso de sinistro, será considerado pelo CIMVALPI a proposta que não exceda o valor máximo de 4% (quatro) por cento do valor da tabela fipe em consonância a alíquota de IPVA cobrado dentro do Estado de Minas Gerais.

Deverá ser contemplado as seguintes coberturas:

Seguro:

Danos Corporais a terceiros.....R$100.000,00
Danos Materiais a terceiros.....R$ 100.000,00
Danos Morais a terceiros.....R$ 10.000,00
Ocorrência de morte.....R$ 13.500,00
Invalidez permanente e/ou total.....R$ 13.500,00

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Despesas médico hospitalares.....R$ 2.700,00

O presente serviço será realizado sob demanda, de acordo com a necessidade da administração e dos Municípios interessados na contratação.

Só será efetuado o contrato administrativo em caso de necessidade e em cumprimento ao disposto na Lei nº 14.133/21. Ao final do processo licitatório será realizada a assinatura da ata de registro de preços, válida por 12 meses. Ainda para efeitos de prorrogação do contrato, poderá ser celebrado por até 05 (cinco) anos, prorrogável sucessivamente pelo prazo máximo de até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133 de 2021.

Os requisitos para contratação de empresa especializada em aluguel de veículos, devem seguir os pressupostos pela contratada de comprovar capacidade técnica e operacional, demostrada através de atestados de capacidade técnica profissional, documentação de enquadramento de empresa do ramo de locação de veículos sem motorista e cumpridos os requisitos apresentados neste Estudo.

6) LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DE MERCADO

Neste tópico, urge apresentar as soluções capazes de atender satisfatoriamente os ambientes produtivos, setores de atuação, departamentos e programas da gestão do CIMVALPI, e dos Municípios que o integram – que por sua vez, todos alinhadas aos princípios e regras que regem a Administração Pública.

Nosso estudo tem o condão de identificar empreendimentos possíveis de aproximar as compras públicas da Administração CIMVALPI às práticas adotadas pelo mercado, impondo inovações que se fundamentam no princípio da eficiência, imprimindo um uso racional dos recursos públicos.

Assim, observou-se que, em matéria de soluções para o serviço de transporte, a Administração Pública em geral costuma adotar ao menos dois modelos considerados mais tradicionais para execução deste serviço, são eles:

a) Aquisição de Veículos

No modelo de aquisição de veículos, a Administração Pública adquire o veículo e assume todos os custos dele decorrentes, contratando, de forma independente, motorista em empresa terceirizada ou designando servidor do próprio órgão para a função. É solução adotada em situações específicas como, por exemplo, quando o órgão público conta com estrutura de manutenção de veículos ou quando a locação não se mostra uma opção viável ou ainda, quando a localização do órgão torna inviável a adoção de modelo de contratação diverso.

b) Locação de Veículos

No modelo de locação de veículos, o serviço consiste na disponibilização de veículos por empresa contratada, a qual se responsabiliza pelos gastos e manutenções advindas da disponibilização do veículo.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

O mercado de potenciais prestadores para os serviços de locação de veículos é bastante vasto, contudo, em determinadas situações como no caso em tela, o fracionamento do objeto licitado em vários itens permitirá a participação de um maior número de licitantes e que tal fato democratiza o acesso às contratações públicas. Quanto a tal fato, não resta a menor dúvida. É de fácil constatação, que, não obstante a locação de veículos não sejam objetos tão complexos, no mercado, sob o ponto de vista pragmático há uma grande distinção entre um e outro.

O seguimento de locação de veículos de pequeno e médio porte como veículos utilitários Hatchs, Sedans, SUV's, Pick–ups e Caminhonetes, referem-se às locadoras cujos registros da atividade, no Ministério da Economia, têm enquadramento dos CNAE 7711-0/00 (locação de veículos sem motorista) e CNAE 4923-0/02 (locação de veículos com motorista). São as chamadas locadoras que atuam somente com a atividade de locação de veículos, com CNPJ ativo na Receita Federal e frota registrada nos órgãos competentes de Trânsito. Cumpre esclarecer ainda que, compete à Administração proceder estudo detalhado sobre as características do objeto, modo de comercialização e preços praticados no mercado, a fim de delimitar os procedimentos que serão desenvolvidos na licitação. No caso em apreço, define-se a possibilidade jurídica, e viabilidade técnica e econômica de dividir o objeto em vários itens/lotes, permitindo que um número maior de interessados participe da disputa, o que, em decorrência, aumenta a competitividade e viabiliza a obtenção de melhores propostas

7) ANÁLISE DA POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO DO OBJETO

7.1. Conforme acima elencado, a contratação por item possibilita a participação de um maior número de interessados, independente da categoria de seu produto, desde que atendido as exigências contidas no Estudo. Isto, consequentemente aumenta a competitividade do certame e viabiliza a obtenção de melhores propostas, sem perda da economia de escala. Nesse interim cabe destacar entendimento sumulado pelo Tribunal de Contas da União no Enunciado nº 247, de acordo com o qual sempre que o objeto da contratação for divisível, é obrigatória a sua adjudicação por item, conforme texto abaixo colacionado:

SÚMULA TCU 247:

"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade."

Conforme verificado em pesquisa e discussões do mercado, o nicho de locação de veículos, apresenta variações de acordo com as diferentes categorias de

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

automóveis, o que permite o parcelamento do objeto sem prejuízo à economia de escala.

Na prática, isso permitirá, por exemplo, que locadoras que não tenham determinada categoria de veículo disponível em sua frota, ainda possam participar do certame licitatório e, inclusive, sagrarem-se vencedoras, vez que não estarão obrigadas a apresentar propostas para um lote, mas apenas para os itens que tenham real disponibilidade de fornecer. Assim, no que tange à forma de contratação, é recomendável que o modelo do Registro de Preços seja dividido por itens, visando uma melhor negociação, com estímulo à competitividade, sempre objetivando à obtenção de ganho de escala e economia.

8) REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Requisitos Obrigacionais

Os requisitos obrigacionais mínimos exigidos, deverão atender às disposições contidas no OBJETO deste Estudo, além daqueles previstos em Lei, dos quais podemos destacar: "REQUISITOS DE HABILITAÇÃO" e "REQUISITOS DE REGULARIDADE FISCAL". Mas conforme mencionado, para além disso, deverá ser observado o regramento legal contido na Lei 14.133/21, bem como as exigências contratuais a *posteriori* dispostas em Termo de Referência.

As condições de habilitação, informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante serão divididos em jurídica; técnica, fiscal social e trabalhista; e econômico financeiro, conforme previsto nos artigos 62 e 65 da Lei 14.133/202.

Conforme disposto no § 4º do artigo 69 da nova lei, a Administração CIMVALPI, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio liquido equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contração.

A documentação referida deverá ser apresentada na forma prevista no artigo 70 da Lei 14.133/2021:

> *Art. 70. A documentação referida neste Capítulo poderá ser:*
>
> *I – apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração;*
>
> *II – substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que previsto no edital e que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto nesta Lei;*
>
> *III – dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de*

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Parágrafo único. As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo federal.

8.2. Regularidade Fiscal: O licitante deverá encontrar-se de forma regular perante suas obrigações com a legislação tributária federal, estadual, municipal, seguridade social e o fundo de garantia por tempo de serviço. Cumpre aqui ressaltar que regularidade não implica em quitação. Regularidade é a comprovação de que a empresa atende todas as exigências do fisco.

8.2.1 **-** São os seguintes documentos exigidos por lei que provam sua regularidade fiscal:

8.2.1.1 **- Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoas Física e Jurídica:** Cadastro de Pessoa Física – CPF e Cadastro Nacional de Pessoa Jurídicas – CNPJ. Ambos são expedidos pela Secretaria da Receita Federal

8.2.1.2 **- Prova de Inscrição no cadastro de contribuintes, ICMS/ISS:** Inscrição Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação. A Inscrição Estadual é emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda e Planejamento.

8.2.1.3 - **Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais emitida pela Receita Federal**. Poderá ser solicitada na Agência da Receita Federal, em qualquer localidade do respectivo Estado, cuja validade é de 180 (cento e oitenta) dias. Também poderá ser emitida pelo site www.receita.fazenda.gov.br com validade de 30 (trinta) dias a contar da sua emissão.

8.2.1.4 **- Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual:** Certidão emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual, podendo ser solicitada em qualquer posto de atendimento da Secretaria de Fazenda Estadual. Esta certidão terá validade de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.

8.2.1.5 **- Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal:** Esta certidão deverá ser emitida pela Secretaria Municipal do Município onde o imóvel encontra-se localizado.

8.2.1.6 – **Cerfiicado de regularidade do FGTS**

9) POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA

Em que pese o entendimento sumulado pelo Tribunal de Contas da União, no enunciado nº 281, de acordo com o qual é vedada a participação de

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Página 131 de 1137 Pág: 80

cooperativas em certame licitatório quando houver necessidade de subordinação de mão de obra, **verifica-se que tal entendimento não é aplicável ao presente caso, quando a prestação do serviço de locação não demanda a subordinação de mão de obra**. Isso porque, o objeto do presente procedimento licitatório gira em torno da contratação de empresa de locação de veículos (enquadramento dos CNAE 7711-0/00 (locação de veículos sem motorista), não restando caracterizada situação de subordinação, o que afasta a vedação da Corte de Contas.

Ademais, a possibilidade de participação de cooperativa em certame licitatório é matéria de ordem legal e sua vedação, fora dos parâmetros configuraria violação ao disposto no §2º do art. 10 da Lei nº 12.690/12, que dispõe:

> *Art. 10. A Cooperativa de Trabalho poderá adotar por objeto social qualquer gênero de serviço, operação ou atividade, desde que previsto no seu Estatuto Social.*
> *§ 1º [...]*
> ***§ 2º A Cooperativa de Trabalho não poderá ser impedida de participar de procedimentos de licitação pública que tenham por escopo os mesmos serviços, operações e atividades previstas em seu objeto social.***

Assim, sob pena de violação de dispositivo legal, não há óbice à participação de cooperativas no presente certame licitatório, desde que a demanda do objeto não implique na contratação do serviço de locação de veículo, máquina ou equipamento com emprego de mão de obra, e desde que os serviços prestados pela mesma sejam condizentes claramente com o objeto da licitação.

Contudo, é de conhecimento geral a existência de falsas cooperativas, que na prática, são empresas intermediadoras de mão de obra subordinada. A fim de afastar do certame a participação destas entidades, requer-se apresentação de **Modelo de Gestão Operacional,** a fim de comprovar se a proponente detém autonomia, autogestão e não exercício de atividades de sujeição, pessoalidade e habitualidade dos cooperados, reiterando que não será admitida a contratação de cooperativas ou instituições sem fins lucrativos cujo estatuto e objetivos sociais não prevejam ou não estejam de acordo com o objeto contratado.

10) DEMAIS REQUISISTOS DE PARTICIPAÇÃO

10.1. Além dos requisitos obrigacionais e regularidade fiscal elencados no item 8; subitens 8.1 e seguintes; 8.2 e seguintes; notadamente no subitem 8.2.1.6 – Certificado de Regularidade FGTS, que poder-se-á ser enquadra como garantia da regularidade social.

10.2. A habilitação das licitantes será realizada mediante a apresentação da seguinte documentação complementar:

10.2.1. Comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor anual estimado da contratação, quando qualquer dos índices Liquidez

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, informados pelo Sicaf, for igual ou inferior a 1;

10.2.2. Comprovante de inscrição e situação cadastral emitido pela Receita Federal do Brasil que comprove a atividade econômica principal ou secundária como sendo Locação de Automóveis sem Condutor (CNAE);

10.2.3. Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante;

10.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011;

10.2.5. Um ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove(m):

10.2.6. Aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com os objetos desta licitação, demonstrando que a licitante gerencia ou gerenciou serviços de locação de veículos, com no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do número de veículos que serão necessários para suprir a demanda em decorrência desta licitação;

10.2.7. Experiência mínima de 3 (anos) anos na prestação de serviços de locação de veículos, ininterruptos ou não, até a data da sessão pública de abertura do Pregão. Os períodos concomitantes serão computados uma única vez;

10.2.8. Para a comprovação de tempo de experiência, poderão ser aceitos cópias de contratos ou outros documentos idôneos, mediante diligência da Pregoeira.

10.2.9. Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica.

10.2.10. O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica deverá(ão) se referir a serviços prestados, no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária, especificada no contrato social, devidamente registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB.

10.2.11. As licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados.

10.2.12 Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do respectivo contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

11) DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS

11.1. - A contratação pretendida tem como objeto a prestação de serviços de locação de veículos, sem motorista e sem combustível, a serem executados na região de abrangência de atuação do CIMVALPI, notadamente em cerca de 46 (quarenta e seis) Municípios, sobretudo na grande região da Zona da Mata, microrregiões do Vale do Piranga e Inconfidentes.

11.2. - Os serviços a serem contratados possuem natureza continuada, de modo que sua interrupção pode comprometer as atividades da Administração e sua necessidade deve se estender por mais de um exercício financeiro.

11.3. - O prazo de vigência do contrato será previsto em Edital, (Art. 105), observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 01 (um) exercício financeiro, estimando-se no presente estudo, vigência inicial de 12 (doze) meses.

11.4. - Será de inteira responsabilidade da contratada todos os encargos relativos ao veículo, como IPVA, seguro obrigatório e taxa de emplacamento, com exceção das multas provenientes de infração às leis de trânsito, previstas no Código de Trânsito Brasileiro, que tenham sido causadas por dolo ou culpa dos prepostos do CIMVALPI e dos MUNICÍPIOS nas locações "sem condutor".

11.5. - Caberá a contratada encaminhar ao CIMVALPI com cópia aos MUNICÍPIOS, dentro do prazo máximo de 03 (três) dias úteis de seu recebimento a notificação de autuação de infração de trânsito referente ao veículo locado para verificação, apuração de responsabilidade e indicação dos dados do condutor infrator, conforme previsto no Código de Trânsito Brasileiro.

11.6. - Os veículos deverão ter seguro e/ou plataforma de proteção veicular contra roubo, furto, danos materiais e pessoais, inclusive contra terceiros, cobertura total para caso de destruição parcial ou total do bem durante todo o prazo de vigência contratual, cabendo à contratante o pagamento da franquia correspondente nos casos em que o sinistro ocorrer por culpa/dolo do preposto por ela designada para condução do veículo.

11.7. - A Contratada responsabiliza-se por todas as despesas decorrentes da utilização dos veículos, como troca de óleo e reparos mecânicos necessários à sua manutenção.

11.8. - A Contratada deverá realizar manutenção preventiva e corretiva dos veículos, de acordo com as recomendações do fabricante, incluindo os serviços de funilaria, lubrificação, bem como, substituição de pneus, mantendo a regulagem dos veículos para que sejam minimizados os níveis de emissão de poluentes, visando

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

contribuir com o atendimento dos programas de qualidade do ar, observados os limites máximos de emissão de gases, conforme legislação vigente.

11.9. Manter atualizada e em ordem a documentação relativa ao veículo.

11.10. Apresentar na sede do CIMVALPI, e quando solicitado pela administração do consórcio, no MUNICÍPIO onde se encontra o veículo, para vistorias iniciais e periódicas.

11.11. Equipar os veículos com todos os itens de segurança previstos em Lei e exigidos pelo Código Nacional de Trânsito.

11.12. Os veículos que se encontrarem em situação de impedimento no que se refere ao item anterior, terão o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para regularizar a situação ou substituir o mesmo por outro de características similar.

11.13. A Contratada deverá prestar os esclarecimentos que lhes forem solicitados e atender prontamente às reclamações sobre seus serviços.

12) ESTIMATIVA DOS ITENS E DE LEVANTAMENTO DE PREÇOS - Da Metodologia aplicada às quantidades estimadas, conforme anexos.

Levantamento realizado dentro Coordenadoria de Planejamento e Direção de Contratos administrativos do CIMVALPI, onde foi demandado pelos respectivos quantitativos e qualificativos (modelos) de veículos:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE FRANQUIA (ANO)	UNIDADE	VALOR MENSAL ESTIMADO
1	Veículo, capacidade de 5 (cinco) passageiros, motorização mínima de 1.0, potência acima de 75 CV, direção elétrica ou hidráulica, combustível flex (gasolina/álcool), 04 (quatro) portas, ar condicionado, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, ano de fabricação mínimo 2022;	108	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.090,00 RACHID VEÍCULOS S/A R$2.750,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS R$3.559,48 M&M ALUGUEL DE CARROS

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

				R$3.220,59 LOCALIZA **MÉDIA TOTAL** **R$3.155,01**
2	Veículo, Sedan ou Sedan Executivo, 04 (quatro) portas, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, distância mínima entre os eixos de 2,60 cm, ano de fabricação mínimo 2022;	108	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.700,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS R$2.989,98 M&M ALUGUEL DE CARROS R$4.648,59 LOCALIZA **MÉDIA TOTAL** **R$3.779,52**
3	Veículo, tipo Minivan, motorização mínima 130 CV, com capacidade mínima para 07 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros	18	Franquia Mensal (3.000 km)	R$4.150,00 RACHID VEÍCULOS S/A R$6.415,98 M&M ALUGUEL DE CARROS

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

	e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, ano de fabricação mínimo 2022;			R$4.340,39 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$4.968,79
4	Veículo, tipo SUV, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, ano de fabricação mínimo 2022;	108	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.990,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$4.700,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$2.570,90 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$4.035,19 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.824,02
5	Veículo, pick-up, motorização mínima de 75 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica,	36	Franquia Mensal (3.000 km)	R$4.100,00 RACHID VEÍCULOS S/A

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

	combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, ano de fabricação mínimo 2022;			R$3.850,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$3.998,95 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$3.457,39 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.851,58
6	Veículo, caminhonete 4x4, cabine dupla, motorização mínima de 160 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS e AIRBAG, combustível diesel, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, ano de fabricação mínimo 2022;	18	Franquia Mensal (3.000 km)	R$7.990,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$7.500,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$9.789,88 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$9.990,19 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$8.817,51
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:		**R$1.548.733,68**		

As unidades de franquia basearam-se nas quilometragens normalmente utilizadas mensalmente para cada veículo locado. Sendo que no limite da franquia mensal (3.000 km) o quantitativo será abatido. Já em que pese haver excedente de

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

quilometragem mensal, será feito pagamento proporcional a quilometragem utilizada, o que se dará em caso excepcional, posto que, ao servidor responsável pela fiscalização do contrato, caberá se atentar ao limite da unidade de quilometragem contratada.

O quantitativo das franquias (ano) se estabeleceu visto que como citado em certidão anexa ao processo, o CIMVALPI possui atualmente locado 7 veículos **1.0/1.6**; 6 veículos **Sedan's**; 6 veículos **SUV's**; 1 veículo **4x4**; 1 veículo **4x2**, podendo haver um aumento no número de locação de veículos em razão da ampliação do quadro de funcionários do Consórcio e um possível excedente de quilometragem utilizado. Sendo assim para cada mês vigente do ano foi estimado 1 (uma) franquia, com uma reserva de franquia caso seja necessária para utilização. Vejamos exemplo abaixo:

Veículo, capacidade de 5 (cinco) passageiros: 7 (locados atualmente) x 12 (meses do ano) = 84 (franquias) + 24 (franquias/reserva) = **108 (franquias/ano)**

13) PESQUISA DE PREÇO

As pesquisas de preço foram realizadas conforme estabelecidas pela instrução Normativa 07/2022, âmbito do Consórcio CIMVALPI, que dispõe sobre o procedimento para realização de pesquisa de preços.

A pesquisa de preço foi realizada considerando os parâmetros dispostos no artigo 6º, inciso IV, da IN 07/2022 do Consórcio CIMVALPI. Foram consultados os preços através de pesquisa direta com fornecedores, através de email e celular android com empresas do ramo de locação de veículos, no âmbito do Estado de Minas Gerais, onde se situa o Consórcio e os municípios consorciados, visto que após a realização do Pregão 001/2024, cujo objeto foi o mesmo deste, a licitação se restou com sobrepreço, tendo sido assim analisada pela Diretoria Técnica Administrativa do Consórcio a conclusão de realizar a cotação de preços diretamente com locadoras dos automóveis no Estado de Minas Gerais afim de se buscar preços compatíveis ao mercado.

As locadoras foram escolhidas de maneira aleatória, sendo feito contato com várias do ramo de locação de veículos, findando o balizamento de preços com aquelas que enviaram cotações referente a demanda feita pelo Consórcio.

14) ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Conforme acima apresentado, a estimativa do valor do contrato é de **R$1.548.733,68 (um milhão, quinhentos e quarenta e oito mil, setecentos e trinta e três reais e sessenta e oito centavos).**

15) JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

De início, a possibilidade de parcelamento ou não do objeto da licitação deve ser auferida sempre no caso concreto, essencialmente, deve a Administração prezar

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

acerca da viabilidade técnica e econômica do parcelamento e da divisibilidade do objeto, de conformidade com o pronunciado pelo Tribunal de Contas da União por meio do Acórdão nº 732/2008. Nos termos do art. 47, inc. II da Lei 14.133/21, a opção pelo critério de julgamento por item é obrigatória e deve ser aplicada sempre que se comprovar técnica e economicamente viável a sua adoção, a fim de ampliar a competitividade sem perda da economia de escala. Nesse sentido, por meio do **Acórdão 2529/2021-TCU-Plenário[5], o Tribunal de Contas da União,** onde "empreende-se, pois, da leitura da parte dispositiva do sobredito acórdão que, sob a ótica do TCU, a ausência de parcelamento do objeto da licitação representa, por si só, restrição ao caráter competitivo da disputa, havendo situações, no entanto, em que tal restrição poderia ser devidamente justificada. Estaria assim sujeita à reprimenda da Corte de Contas tão somente a ausência de parcelamento que configurasse injustificada restrição à competitividade do certame.

No caso em análise, considerando a diversidade de modelos de veículos, e ante a pluralidade de fornecedores disponíveis no mercado de locação, torna-se economicamente mais vantajoso o parcelamento do objeto, porquanto pode atrair um maior número de interessados, resultando em melhores preços para a Administração.

Ademais, os itens do presente certame abrange gêneros de veículos automotores de categorias diferentes, motivo pelo qual a reunião, em lotes, de veículos com especificações distintas, implicaria em restrição à competitividade do certame.

Pelo exposto, a opção por realizar a licitação por item decorre de aspectos técnico-econômicos, com vistas a melhor atender o interesse público, com eficiência e racionalidade dos gastos.

16) ALINHAMENTO CONTRATAÇÃO E PLANEJAMENTO

Diretrizes que nortearam o ETP:

- Lei Federal nº. 14.133/2021;
- Instruções Normativas CIMVALPI nº. 07/2022 e 08/2022;
- Lei 9.503/1997 (CTB)

16.1. A pretensa contratação destes serviços por parte deste ente público, encontra previsão na CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO CIMVALPI, naquilo que concerne a prestação de atividades de planejamento, execução e gestão associada de serviços públicos nas mais diversas áreas, *art. 7º inc. I,* bem como ainda no art. 6º, parágrafo único, inc. I, *alíneas "e,h,k,p,s"* da CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO.

[5] https://www.migalhas.com.br/depeso/354484/parcelamento-do-objeto-da-licitacao-e-ampliacao-da-competitividade

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

16.2. Em consonância a função institucional para qual o consórcio foi criado, fato não controverso é de que os entes consorciados se depararam com baixa oferta de quadros técnicos qualificados, pouca experiência na elaboração das políticas públicas e baixa capacidade de gestão. Nesse contexto, buscando melhorar e aprimorar a gerência na gestão pública dos entes consorciados, o CIMVALPI planeja com a presente contratação objeto deste estudo, trazer benefícios de Redução de custos fixos para os Municípios; Ganho de escala; Fortalecimento da gestão local; Melhora na qualidade dos serviços prestados, dentre outros.

17) POSICIONAMENTO CONCLUSIVO QUANTO A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A conclusão que pode extrair deste Estudo, é que a contratação de empresa especializada em locação de veículos, atende satisfatoriamente demanda existente entre os entes consorciados e o próprio CIMVALPI, posto que, conforme apresentado, os entes consorciados apresentam uma frota deficitária e em alguns casos inexistente.

Ignorar à existência por demanda de veículos por parte da administração, implica em obstaculizar suas atividades dado o essencial atendimento à necessidade pública de forma permanente e contínua. A interrupção deste serviço que resulta na atividade de deslocamento de servidores, munícipes, objetos e cargas pode comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

A contratação pretendida, desde que observados os requisitos de negócio estabelecidos no presente estudo, com a vantagem de permitir melhor adequação dos serviços às efetivas necessidades dos entes consorciados e do próprio CIMVALPI, apresenta-se indubitavelmente viável.

18) DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO;

Nesse ínterim, o certame licitatório para contratação de empresa especializada na locação de veículos acima especificados para atender demanda do CIMVALPI e Municípios consorciados, apresenta-se como solução mais comum e viável seja do ponto de vista técnico, seja do ponto de vista econômico. Considerando o modelo alternativo, que seria AQUISIÇÃO (compra), dentro do contexto econômico dos Municípios que integram o Consórcio apresenta-se inviável, posto que além do alto valor inicialmente despendido pelo poder público, advém custos oriundos de manutenção de frota. Dentro do modelo de locação, conforme previsto neste Estudo, os custos e despesas de manutenção e impostos, ficam exclusivamente a cargo do contratante, o que assegura maior economicidade e melhor aproveitamento dos recursos humanos, não havendo necessidade da administração em dispor de mão-de-obra voltada para esta finalidade.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

19) DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS;

Tem-se em vista que, com a instituição do procedimento, a gestão CIMVALPI visa preservar o caráter ininterrupto das atividades administrativas e operacionais dos Municípios que demandam pelo serviço e notadamente do próprio Consórcio, agindo de forma planejada, a fim de prevenir riscos e prejuízos ao erário, ambicionando melhorias de gestão – tais como o aumento do poder de barganha e a obtenção de economia de escala.

Noutros passos, com o condão de atender satisfatoriamente as necessidades identificadas, observando as peculiaridades do objeto e para alcançar os resultados pretendidos, é oportuno o emprego de alguns recursos tais como:

a. Publicação do presente Estudo para apresentação e verificação das demandas dos Municípios que demonstrarem interesse; com vistas a estabelecer uma maior margem de negociação no certame e, também, para mensurar, em estimativa aproximada, a dimensão do pleito;
b. Disponibilização dos meios pertinentes, sejam físicos ou eletrônicos, para a realização da pesquisa de mercado e da pesquisa de preços, as quais possibilitam a mensuração da dimensão do pleito e a verificação da aproximação do trabalho às práticas vigentes no mercado;

A presente demanda é proveitosa na medida em que identifica-se que o serviço de locação de veículos, de forma a atender satisfatoriamente o Interesse Público, constituem uma necessidade em comum dos Municípios consorciados e do próprio consórcio. Pelo exposto até aqui, os resultados pretendidos são:

a. O atendimento satisfatório da contratação;
b. O alcance de uma larga racionalização e economia aos gastos públicos;
c. A preservação do caráter ininterrupto das atividades administrativas e operacionais do CIMVALPI;
d. A prevenção de riscos ao Erário; e
e. O alcance de indicadores para a medição e aperfeiçoamento da gestão.

20) PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO;

20.1. A Administração do Consórcio Intermunicipal e Multissetorial do Vale do Piranga, objetivando a necessidade de contratação de empresa especializada locação de veículos irá licitar o serviço. Após os resultados, será elaborado Termo de Referência, Publicação de Edital, a após os tramites da disputa, celebração de contrato.

20.2. Haverá necessidade de indicar servidores para a correta fiscalização do contrato em tela, evitando-se vícios ou desvios de conduta, bem como garantir o

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

cumprimento das metas de eficiência e eficácia necessárias para o atendimento do objeto dessa contratação.

21) DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL

21.1. Sob inteira responsabilidade da contratante, realizar manutenção preventiva e corretiva dos veículos, de acordo com as recomendações do fabricante, bem como substituição e descarte adequado de pneus, fluidos e lubrificantes.

21.2. Manutenção da regulagem dos veículos para que sejam minimizados os níveis de emissão de poluentes, visando contribuir com o atendimento dos programas de qualidade do ar, observados os limites máximos de emissão de gases, conforme legislação vigente.

22) PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÃO:

Não obstante haver sido concluído o PCA do CIMVALPI encontra-se em faze de finalização, havendo contido no mesmo previsão para esta pretensa contratação.

23) CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Nos termos do art. 47, inc. II da Lei 14.133/21, a opção pelo critério de julgamento por item é obrigatória e deve ser aplicada sempre que se comprovar técnica e economicamente viável a sua adoção, a fim de ampliar a competitividade sem perda da economia de escala, como no caso em tela, será realizado por meio de pregão eletrônico através de menor preço por item

Ponte Nova, 23 de abril de 2024

João Paulo Ferreira
Gerente Administrativo

Hilton Antônio de Oliveira
Responsável pela Revisão
Oficial de Assessoramento Jurídico

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Anexo IV

MATRIZ DE RISCOS		
Risco 01		
Risco:	Definição de exigências desnecessárias, de caráter restritivo no Edital, especialmente no que diz respeito à qualificação técnica.	
Possibilidade:	Baixa	
Impacto:	Médio	
Nível de Risco:	Baixo	
Fase do processo de contratação:	Planejamento da contratação	
Alocação do Risco:	Contratante	
Danos:	Possibilidade de impugnações do edital na fase de seleção do fornecedor ou o certame restar deserto ou fracassado.	
	Atraso no certame e consequentemente, atraso para locação dos veículos.	
Ações preventivas/Setor responsável	Observar o que dispõe a Lei 14.133/2021.	Setor de Licitações/Agente de Contratação.
	Observar as orientações dos órgãos de orientação e fiscalização do CIMVALPI e/ou Municípios.	Setor de Licitações/Agente de Contratação.
Ações de contingência /Setor responsável:	Em caso de impugnação, republicação do certame, com a revisão dos itens de qualificação técnica.	Setor de Licitações/Agente de Contratação.
Risco 02		
Risco:	Impugnações do Edital de licitação, por motivos diversos, principalmente relacionados a erros de planilha e/ou de edital, termo de referência, especificações técnicas etc.	
Possibilidade:	Baixa	
Impacto:	Médio	
Nível de Risco:	Baixo	
Fase do processo de contratação:	Planejamento da contratação	
Alocação do Risco:	Contratante	
Danos:	Possibilidade de impugnações do edital na fase de seleção do fornecedor ou o certame restar deserto ou fracassado.	
	Atraso no certame e consequentemente, atraso para locação dos veículos.	

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Ações preventivas/Setor responsável:	Observar o que dispõe o Art. 19 da Lei 14.133/2021.	Setor de Licitações/Agente de Contratação.
	Observar as orientações dos órgãos de orientação e fiscalização do CIMVALPI e/ou Municípios.	Setor de Licitações/Agente de Contratação.
Ações de contingência /Setor responsável:	Em caso de impugnação, republicação do certame.	Setor de Licitações/Agente de Contratação.
Risco 03		
Risco:	O certame licitatório restar deserto, caso nenhuma empresa se interesse por sua execução ou fracassado, caso nenhuma das propostas apresentadas estejam dentro dos parâmetros estimados pela Administração.	
Possibilidade:	Média	
Impacto:	Alto	
Nível de Risco:	Baixo	
Fase do processo de contratação:	Seleção do fornecedor	
Alocação do Risco:	Contratante	
Danos:	Necessidade da republicação da licitação.	
	Atraso no certame e consequentemente, atraso para entrega dos veículos.	
Ações preventivas/Setor responsável:	Correto planejamento das exigências postas para a contratação.	Setor de Licitações/Agente de Contratação.
Ações de contingência /Setor responsável:	Verificar junto às empresas do ramo de atividade quais seriam os motivos do desinteresse pelo serviço no caso da licitação deserta ou revisão dos valores estimados no caso de licitação fracassada para uma possível repetição do certame.	Setor de Licitações/Setor demandante.
Risco 04		
Risco:	A empresa vencedora do certame quando convocada, não assinar a ata de registro de preço e/ou o termo de contrato.	
Possibilidade:	Baixa	

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Impacto:	Alto	
Nível de Risco:	Baixo	
Fase do processo de contratação:	Formalização contratual	
Alocação do Risco:	Contratante	
Danos:	Atrasos para entrega dos veículos.	
Ações preventivas/Setor responsável:	Prever, dentre as cláusulas do Termo de Referência, sanções que contemplem esta situação.	Setor demandante.
	Observar o prazo de validade da proposta apresentada na fase de licitação e enviar o contrato para assinatura dentro do prazo de vigência da proposta.	Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos administrativos.
Ações de contingência /Setor responsável:	Nos termos dos §2° e 4° do Art. 90 da Lei 14.133/2021, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração da ata de registro de preços e/ou contrato.	Setor de Licitações/Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos administrativos.
	Aplicar as sanções previstas na contratação, Art. 90, §5°, da Lei 14.133/2021.	Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos administrativos.
Risco 05		
Risco:	Atrasos na assinatura do contrato ou na entrega das garantias contratuais.	
Possibilidade:	Média	
Impacto:	Baixo	
Nível de Risco:	Baixo	
Fase do processo de contratação:	Execução contratual	
Alocação do Risco:	Contratante	
Danos:	Atrasos para entrega dos veículos.	
Ações preventivas/Setor	Prever, dentre as cláusulas do Termo de Referência,	Setor demandante.

Rua Jaime Pereira, n° 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pmamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

responsável:	sanções que contemplem esta situação.	
	Observar os prazos previstos para entrega do contrato assinado e das garantias contratuais e acompanhar a entrega, notificando a contratada caso seja verificada a ocorrência de atrasos.	Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos administrativos.
Ações de contingência /Setor responsável:	Aplicar as sanções previstas na contratação, Art. 90, §5º, da Lei 14.133/2021.	Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos administrativos.
Risco 06		
Risco:	Risco de inadimplência da Contratante.	
Possibilidade:	Baixa	
Impacto:	Alto	
Nível de Risco:	Baixo	
Fase do processo de contratação:	Execução contratual	
Alocação do Risco:	Contratante	
Danos:	Em caso de atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, o Contratado poderá optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.	
Ações preventivas/Setor responsável:	Formalização do contrato para execução da locação dos veículos, preferencialmente com a garantia da disponibilidade do recurso orçamentário, indicada pelo setor competente.	Contabilidade/Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos administrativos.
Ações de contingência /Setor responsável:	Em caso de dificuldades no repasse de recursos orçamentários pelo ente consorciado, planejamento dos pagamentos para evitar a suspensão da execução da locação dos veículos pela Contratada.	Fiscalização técnica/Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos administrativos.
Risco 07		

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Risco:	Rescisão ou anulação do contrato, por culpa da Contratada.	
Possibilidade:	Baixa	
Impacto:	Alto	
Nível de Risco:	Baixo	
Fase do processo de contratação:	Execução contratual	
Alocação do Risco:	Contratada	
Danos:	Atrasos para entrega dos veículos.	
	Alteração dos custos inicialmente previstos para execução da entrega dos veículos.	
	Necessidade de realização de nova licitação ou de contratação de remanescente(s).	
Ações preventivas/Setor responsável:	Prever, dentre as cláusulas do Termo de Referência, sanções que contemplem esta situação.	Setor demandante.
Ações de contingência /Setor responsável:	Instaurar processo para aplicação das penalidades à Contratada.	Fiscalização técnica/Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos administrativos.
	Realizar a contratação do(s) remanescente(s), nos termos do Art. 90, §7º, da Lei 14.133/2021 ou realizar novo processo de licitação.	Setor demandante/Diretoria de Administração.
Risco 08		
Risco	Entrega do veículo com qualidade inferior à especificada no Termo de Referência.	
Possibilidade:	Média	
Impacto:	Alto	
Nível de Risco:	Médio	
Fase de processo de contratação:	Execução contratual	
Alocação do Risco:	Contratada	
Danos:	Inexecução do contrato.	
	Ausência de entrega dos itens para atender as necessidades.	
Ações Preventivas/Setor responsável:	Fiscalizar continuamente a execução do contrato.	Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos administrativos.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

	Prever, dentre as cláusulas do Termo de Referência, sanções que contemplem esta situação.	Setor Demandante.
	Fazer a conferência dos veículos solicitados no ato do recebimento, tendo em mãos a descrição dos veículos licitados.	Setor demandante e/ou responsável designado pela fiscalização do contrato.
Ações de contingência/Setor responsável:	Notificar prontamente a Contratada sempre que verificada a necessidade de substituição do veículo a fim de adequar ao descritivo do Termo de Referência.	Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos.
	Aplicação das sanções previstas na contratação.	
Risco 09		
Risco:	Descrição dos itens/objetos incompleta ou muito restritiva.	
Possibilidade:	Baixa	
Impacto:	Alto	
Nível de Risco:	Baixo	
Fase do processo de contratação:	Planejamento da contratação	
Alocação do Risco:	Contratante	
Danos:	Locação de veículos de qualidade inferior à pretendida.	
	A licitação restar-se frustrada ou deserta.	
	Necessidade de republicação do certame ocasionando atraso na aquisição dos produtos.	
Ações preventivas/Setor responsável:	Identificar a necessidade a ser atendida e descrever o objeto de forma clara e suscinta.	Setor demandante.
Ações de contingência /Setor responsável:	Descrição dos itens/objetos mantendo apenas as características essenciais no detalhamento dos veículos, para aumentar a chance de sucesso na locação de um veículo de qualidade.	Setor demandante.
Risco 10		

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Risco:	Atrasos no recebimento dos veículos.	
Possibilidade:	Média	
Impacto:	Alto	
Nível de Risco:	Médio	
Fase do processo de contratação:	Execução Contratual	
Alocação do Risco:	Contratada	
Danos:	Ausência de itens indispensáveis para utilização dos veículos.	
Ações preventivas/Setor responsável:	Prever, dentre as cláusulas do Termode Referência, sanções que contemplem esta situação.	Setor demandante.
Ações de contingência/Setor responsável:	Instaurar processo para aplicação das penalidades à Contratada nos termos da *IN CIMVALPI Nº 014/23* e alterações posteriores.	Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos.
Risco 11		
Risco:	Modificação da legislação, regulamentos e normas que causem alterações no item inicialmente contratado.	
Possibilidade:	Baixa	
Impacto:	Baixo	
Nível de Risco:	Baixo	
Fase de processo de contratação:	Execução Contratual	
Alocação do Risco:	Contratante	
Danos:	Alteração dos custos e/ou prazos inicialmente previstos para execução da locação do veículo.	
Ações preventivas/Setor responsável:	Não identificadas.	
Ações de contingência/Setor responsável:	Revisão do escopo da contratação, realizando-se uma alteração contratual de prazo e/ou financeira, a ser analisada no caso concreto.	Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pmamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

ANEXO V

Termo de Referência

1. DA INDICAÇÃO DO OBJETO - Definição, Natureza, Quantitativo, Prazos e Possibilidade prorrogação

1.1 - Contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos para o transporte de pessoas, materiais, documentos e pequenas cargas, para atender demanda do CIMVALPI e do Município de Dom Silvério, na forma pré-estabelecida e extraída do Estudo Técnico Preliminar.

1.2 - No presente caso, o serviço é caracterizado como comum e de natureza continuada. Posto isto, a previsão de vigência do contrato é de 12 meses, a contar da data de sua assinatura, dessa forma, a Ata de Registro de Preços deverá vigorar pelo mesmo período, e expirar-se-á ao término do respectivo exercício financeiro.

1.3 - Ao presente Termo, aplicam-se as estimativas quantitativas, apresentadas no Estudo Técnico Preliminar e replicados no item 3 deste Termo.

1.4 - O presente serviço será prestado sob demanda, de acordo com a necessidade da administração. Só será efetuado o contrato administrativo em caso de necessidade e em cumprimento ao disposto na Lei nº 14.133/21. Ao final do processo licitatório será realizada a assinatura da ata de registro de preços, válida por 12 meses conforme exposto no subitem "1.2". É previsto a possiblidade de sua prorrogação pelo período de até 05 (cinco) anos, prorrogável por até 10 (dez) anos, com amparo legal nos termos do artigo 105 e seguintes da lei 14.133/21.

2. DA JUSTIFICATIVA – Fundamentação e Descrição da necessidade da contratação.

2.1 - Conforme apresentado em DFD expedido pela gerência administrativa do CIMVALPI, no intuito de elaborar estudo prévio para análise de viabilidade técnica, financeira e orçamentária para LOCAÇÃO DE VEÍCULOS utilitários que comportem 05 (cinco) passageiros; SUV's; Sedans; utilitários que comportem 07 (sete) passageiros (tipo minivans); Pick-up que comportem 02 (dois) passageiros e Caminhonete 4x4, sem fornecimento de combustível e sem motorista, incluindo manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças, seguro e/ou proteção veicular, inclusive contra terceiros, para o transporte de pessoas, materiais, documentos e pequenas cargas, com a finalidade de atender demanda do CIMVALPI, bem como dos Municípios que o integram. Ampliou-se desta forma o Estudo, com amplo levantamento das soluções de mercado para atendimento das necessidades tanto do CIMVALPI, quanto para os demais entes consorciados interessados na contratação destes serviços via Consórcio. Com levantamento realizado dentro da Coordenadoria de Planejamento e Direção de Contatos

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

administrativos do CIMVALPI, considerou-se ainda a possibilidade de interesse por parte dos entes consorciados apresentarem demandas durante a fase de publicação da intenção de Registro de Preços.

3. DO QUANTITATIVO E CUSTO ESTIMADO – Especificação, Requisitos de qualidade, durabilidade e segurança

3.1 - Após Consolidada Pesquisas de Preços constante no item 12 do Estudo Técnico Preliminar, dado as especificidades de cada veículo, a metodologia aplicada para a definição da precificação se deu por itens. A média aritmética dos valores obtidos nas pesquisas de preços foram realizadas considerando os parâmetros dispostos no artigo 6º, inciso IV, da IN 07/2022 no âmbito do Consórcio CIMVALPI, que dispõe sobre o procedimento para realização de pesquisa de preços.

3.2. - Foram consultados os preços através de pesquisa direta com fornecedores, através de solicitação via email e celular android com empresas do ramo de locação de veículos, no âmbito do Estado de Minas Gerais, onde se situa o CCIMVALPI e os municípios consorciados Insta elucidar que procedimento anterior realizado no Pregão 001/2024, cujo objeto foi o mesmo deste, a licitação resultou em sobrepreço, tendo sido assim, determinado pela Diretoria Técnica Administrativa do Consórcio a realização de novo certame, havendo desta vez a realização de cotação de preços diretamente com locadoras de automóveis no Estado de Minas Gerais afim de se buscar preços compatíveis ao mercado.

As locadoras foram escolhidas de maneira aleatória, sendo feito contato com várias do ramo de locação de veículos, findando o balizamento de preços com aquelas que enviaram cotações referente a demanda feita pelo Consórcio.

3.3. – Através de levantamento realizado junto da Coordenadoria de Planejamento e Direção de Contratos administrativos do CIMVALPI e demanda apresentada pelo município de Dom Silvério, apontou necessidade de locação dos respectivos quantitativos e qualificativos (modelos) de veículos:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE FRANQUIA (ANO)	UNIDADE	VALOR MENSAL ESTIMADO
1	Veículo, capacidade de 5 (cinco) passageiros, motorização mínima de 1.0, potência acima de 75 CV, direção elétrica ou hidráulica, combustível flex (gasolina/álcool), 04 (quatro) portas, ar condicionado, vidros e travas elétricas, freio ABS	108 (CIMVALPI)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.090,00 RACHID VEÍCULOS S/A R$2.750,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

	e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	80 (DOM SILVÉRIO		R$3.559,48 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$3.220,59 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.155,01
2	Veículo, Sedan ou Sedan Executivo, 04 (quatro) portas, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, distância mínima entre os eixos de 2,60 cm, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	108 (CIMVALPI)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.700,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$2.989,98 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$4.648,59 LOCALIZA
		50 (DOM SILVÉRIO)		**MÉDIA TOTAL R$3.779,52**
3	Veículo, tipo Minivan, motorização mínima 130 CV, com capacidade mínima para 07 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros	18 (CIMVALPI)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$4.150,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$6.415,98 M&M ALUGUEL DE CARROS

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

	e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;			R$4.340,39 LOCALIZA
		30 (DOM SILVÉRIO)		**MÉDIA TOTAL R$4.968,79**
4	Veículo, tipo SUV, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	108 (CIMVALPI)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.990,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$4.700,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$2.570,90 M&M ALUGUEL DE CARROS
		20 (DOM SILVÉRIO)		R$4.035,19 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.824,02
5	Veículo, pick-up, motorização mínima de 75 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica,	36 (CIMVALPI)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$4.100,00 RACHID VEÍCULOS S/A

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

	combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;			R$3.850,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$3.998,95 M&M ALUGUEL DE CARROS
		30 (DOM SILVÉRIO)		R$3.457,39 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.851,58
6	Veículo, caminhonete 4x4, cabine dupla, motorização mínima de 160 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS e AIRBAG, combustível diesel, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	18 (CIMVALPI)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$7.990,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$7.500,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$9.789,88 M&M ALUGUEL DE CARROS
		20 (DOM SILVÉRIO)		R$9.990,19 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$8.817,51
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:		**R$2.507.552,18**		

3.4 – Conforme acima demonstrado, a estimativa do valor da contratação é de R$2.507.552,18 (dois milhões, quinhentos e sete mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e dezoito centavos).

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

3.5 - Aplicam-se aos requisitos de qualidade, durabilidade e segurança dos veículos as especificações apresentadas pelo fabricante, e condições de segurança apontadas no item "3.4" do Estudo Preliminar, mormente aos critérios para exigência mínima de ano de fabricação e itens de segurança obrigatórios e indispensáveis, bem como a realização periódica das manutenções preventivas, preditivas e corretivas quanto for o caso.

3.6. – As unidades de franquia basearam-se nas quilometragens normalmente utilizadas mensalmente para cada veículo locado. Sendo que no limite da franquia mensal (3.000 km) o quantitativo será abatido. Já em que pese haver excedente de quilometragem mensal, será feito pagamento proporcional a quilometragem utilizada, o que se dará em caso excepcional, posto que, ao servidor responsável pela fiscalização do contrato, caberá se atentar ao limite da unidade de quilometragem contratada.

3.7 - O quantitativo das franquias (ano) se estabeleceu visto que como citado em certidão anexa ao processo, o CIMVALPI possui atualmente locado 7 veículos **1.0/1.6**; 6 veículos **Sedan's**; 6 veículos **SUV's**; 1 veículo **4x4**; 1 veículo **4x2**, podendo haver um aumento no número de locação de veículos em razão da ampliação do quadro de funcionários do Consórcio e um possível excedente de quilometragem utilizado. Sendo assim para cada mês vigente do ano foi estimado 1 (uma) franquia, com uma reserva de franquia caso seja necessária para utilização. Vejamos exemplo abaixo:

Veículo, capacidade de 5 (cinco) passageiros: 7 (locados atualmente) x 12 (meses do ano) = 84 (franquias) + 24 (franquias/reserva) = **108 (franquias/ano)**

4 – CRITÉRIO DE JULGAMENTO E REGIME DE EXECUÇÃO

O critério de julgamento da proposta será o menor valor unitário por objeto, que consiste no valor necessário para locação de 1 (um)veículo, pelo período de 1 (um) mês. Sendo o regime de execução indireto.

5. LOCAL DE ENTREGA – Regras de Recebimento

5.1 - Os veículos deverão ser entregues na sede do CIMVALPI, situado na Rua Jaime Pereira, nº 127, Bairro Progresso, Ponte Nova/MG, ou na sede dos Municípios consorciados, nos locais indicados pela Administração Pública Municipal que contratarem e os solicitarem.

5.2 - Considerando que a contratação por determinado modelo de veículo contemplado em Estudo se dará por demanda de determinado departamento, programa, ou secretaria, tanto para o CIMVALPI, quanto para os Municípios interessados na contratação, a entrega se dará mediante formalização do contrato relativo ao(s) respectivo(s) veículo(s).

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

5.3 - O prazo de entrega dos veículos será de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da solicitação. Dentro do mesmo período, o veículo solicitado deverá ser vistoriado na sede do CIMVALPI, ou do Município que o tenha solicitado.

5.4 - O recebimento provisório do objeto, para efeito de posterior verificação da sua conformidade com as especificações, será realizado no ato da vistoria do veículo no local de recebimento. Em se tratando de ente consorciado, a vistoria será acompanhada pelo departamento responsável vinculado à Secretaria de Transportes do Município indicado no pedido, que reportará ao CIMVALPI, as condições de recebimento do veículo, manifestando aceite ou recusa, fundamentando os motivos no segundo caso. Recebido provisoriamente o objeto, o Gestor/Fiscal do Contrato terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para efetuar o recebimento definitivo.

5.5 - Na hipótese de haver concluído através da vistoria que o veículo solicitado atende as especificações exigidas na proposta, reputar-se-á como realizada a entrega, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo indicado no subitem anterior.

5.6 - Os veículos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando solicitado e entregue mais de um item, e havendo desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação à Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.7 - Na hipótese de substituição do item conforme estabelecido no subitem anterior, o prazo do gestor do contrato para o recebimento definitivo elencado no subitem 5.4 será suspenso, passando a correr novamente após a realização da vistoria.

5.8 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

6.1 - Com a efetiva demanda do CIMVALPI e município de Dom Silvério, a solução para atendimento contempla a contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos. Naquilo que concerne ao ciclo de vida do objeto, caberá à Administração solicitar da empresa contratada relatório trimestral das revisões realizadas em cada veículo, sendo, portanto, 04 (quatro revisões) a cada período de 12 (doze) meses, acompanhado de cópia das notas fiscais e serviços de revisão realizados. Caberá ainda ao gestor do contrato delegar quando for o caso ao servidor responsável pelo gerenciamento da frota dos veículos do CIMVALPI e do Município, informar e reportar ao gestor do contrato as condições relativas à banda de rodagem dos pneus, não podendo em hipótese alguma os pneus apresentarem desgastes além dos limites impostos pelo fabricante, bem como eventuais deformidades como bolhas ou rachaduras.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

6.2 - Os relatórios sugeridos no subitem anterior devem observar as especificações da montadora naquilo que concerne limites de quilometragens e tempo para substituição de óleos, fluidos e lubrificantes, bem como as margens de segurança relativas a banda de rodagem de pneus, promovendo a troca e substituição sempre que necessário, observando neste último caso, a imediata substituição dos pneus, garantindo a segurança dos condutores e passageiros.

6.3 - Conforme previsto em estudo, sugere-se que a contratação se dê mediante realização de Pregão através do Menor Preço, em seu formato eletrônico com procedimento auxiliar de Registro de Preços, uma vez que trata-se de produtos comuns e da existência da inviabilidade de se precisar número exato de contratos a serem celebrados, já que a solicitação se dará por demanda apresentada pelos departamentos e programas do CIMVALPI, e secretarias dos Municípios.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO - Especificação da garantia exigida, Condições de manutenção e Assistência técnica

Além das garantias exigidas quanto aos itens de segurança obrigatórios e indispensáveis apontados em Estudo Preliminar e garantidas exigidas quanto aos serviços de revisão dos veículos, será regiamente observado as disposições contidas no Capítulo IX, Seções I e II da Lei 9.503/1977 que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro.

7.1 - DAS OBRIGAÇÕES

7.1.1 - **São obrigações da Contratante:**

I – Receber o objeto no prazo e condições avençadas neste termo, e pormenorizadas em Edital e seus anexos;

II – Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos itens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

III – Comunicar à Contratada dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, por escrito via e-mail sobre defeitos, imperfeições, mau funcionamento, falhas ou irregularidades verificadas nos veículos fornecidos, para que seja substituído, reparado ou corrigido, bem como do recolhimento dos veículos findo a vigência do contrato ou por quaisquer outros motivos que justifiquem a devolução;

IV – Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/empregado especialmente designado;

V – Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no instrumento contratual e seus anexos;

VI – O CIMVALPI não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.1.2 - São obrigações da Contratada:

I – A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no instrumento contratual, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

II – Efetuar a entrega do objeto dentro dos critérios de exigência mínima de ano de fabricação e com todos os itens de segurança obrigatórios e indispensáveis apontados no subitem 3.4 do ETP. A entrega do objeto deverá ocorrer dentro do prazo e no local indicado.

III – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

IV – Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, bem como proceder com o recolhimento dos veículos findo a vigência do contrato ou por quaisquer outros motivos que justifiquem a devolução, devendo proceder ao recolhimento ou substituição dentro do prazo de até 05 (cinco) dias úteis;

V – Comunicar à Administração do CIMVALPI, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

VI – Manter, durante toda a vigência do instrumento contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

VII – Fornecer relatório trimestral informando as eventuais revisões realizadas nos veículos, descrevendo os serviços porventura realizados, descrevendo peças e componentes reparados ou substituídos;

VIII – Com base nas pesquisas no mercado automobilístico os veículos serão franqueados da seguinte forma:

a) **Veículo utilitário de passageiros**, capacidade de 5 (cinco) passageiros, motorização mínima de 1.0, potência acima de 75 CV, direção elétrica ou hidráulica, combustível flex (gasolina/álcool), 04 (quatro) portas, ar condicionado, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED ano de fabricação mínimo 2022, tendo franquia mensal de até 3 (três) mil km rodados, havendo pagamento proporcional para os casos em que ocorrer excedente de quilometragem;

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

b) **Veículo Sedan,** 04 (quatro) portas, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freios ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022, tendo franquia mensal de até 3 (três) mil km rodados, havendo pagamento proporcional para os casos em que ocorrer excedente de quilometragem;

c) **Veículo utilitário de passageiros, tipo Minivan**, motorização mínima 130 CV, com capacidade mínima para 7 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022, tendo franquia mensal de até 3 (três) mil km rodados, havendo pagamento proporcional para os casos em que ocorrer excedente de quilometragem;

d) **Veículo tipo SUV**, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022, tendo franquia mensal de até 3 (três) mil km rodados, havendo pagamento proporcional para os casos em que ocorrer excedente de quilometragem;

e) **Veículo pick-up**, motorização mínima de 75 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022, tendo franquia mensal de até 3 (três) mil km rodados, havendo pagamento proporcional para os casos em que ocorrer excedente de quilometragem;

f) **Veículo caminhonete**, 4x4, cabine dupla, motorização mínima de 160 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS e AIRBAG, combustível diesel, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022, tendo franquia mensal de até 3 (três) mil km rodados, havendo pagamento proporcional para os casos em que ocorrer excedente de quilometragem;

IX – Os veículos deverão ter Seguro Total, com franquia de acordo com valores praticado pelas seguradoras, nos casos de colisão furto ou incêndio ou perda total; e proteção total contra terceiros para danos morais e materiais**.** Deverá ser contemplado as seguintes coberturas:

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Seguro:

Danos Corporais a terceiros.....R$ 100.000,00
Danos Materiais a terceiros.....R$ 100.000,00
Danos Morais a terceiros.....R$ 10.000,00
Ocorrência de morte.....R$ 13.500,00
Invalidez permanente e/ou total.....R$ 13.500,00
Despesas médico hospitalares.....R$ 2.700,00

X – No caso de problemas mecânicos, acidentes ou outras indisponibilidades, a contratada deverá substituir o veículo por outro com as mesmas especificações ou superior, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, sem nenhum ônus adicional para o CIMVALPI;

XI – Haverá um termo de recebimento e devolução constando a data e o horário, subscrito pelas partes, sendo que tanto para um quanto para o outro, estabelece-se que ambos ocorrerão respectivamente na sede do CIMVALPI ou do ente consorciado.

XII – Quando das revisões recomendadas pelo fabricante ou quando da execução dos serviços de que trata o presente Termo, a contratada, deverá providenciar a retirada e entrega do veículo nas dependências do CIMVALPI ou mesmo do ente consorciado que esteja vinculado;

XIII – No caso de revisões obrigatórias pelo fabricante, a contratada obriga-se a deixar outro veículo similar ou superior no lugar do veículo retirado;

XIV – A administração CIMVALPI, reserva-se o direito de efetuar sempre que for necessário, para verificação do desempenho dos veículos, podendo solicitar da contratada a substituição imediata daqueles veículos que não estejam atendendo ao contrato.

XV – A Contratada deverá colocar os veículos em adequadas condições de uso, correndo por sua conta toda e qualquer despesa com conservação, manutenção, reposição de pneus, peças e acessórios, funilaria e pintura de pequena monta.

XVI – Efetuar o pagamento das multas decorrentes de infrações de trânsito cometidas na condução dos veículos locados e solicitar o reembolso dos valores junto ao CIMVALPI ou do Município, e, este por sua vez, junto ao condutor responsável.

XVII – Responsabilizar-se por todas as despesas dos veículos utilizados na execução dos serviços, tais como licenciamento, seguro total, manutenção e outras que incidam direta ou indiretamente sobre os serviços ora contratados, inclusive acidente, para o que os veículos deverão estar segurados.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

XVIII – Manter todas as condições jurídicas, bem como as condições de habilitação e qualificação previstas em ETP e exigidas no Edital durante todo o período da contratação, devendo comunicar à CONTRATANTE, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Fica vedado neste ato, à Contratada, transferir, ceder, subcontratar, negociar, utilizar em qualquer hipótese como garantia ou instrumento de fiança ou caução, seja comercial ou bancária, bem como transacionar com terceiros de qualquer personalidade jurídica, as obrigações, responsabilidades e demais cláusulas estabelecidas no instrumento.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1 - O modelo de execução do objeto observará o disposto na Lei 14. 133/21, condições dispostas em Edital, Contrato e instrumentos anexos, e naquilo que couber, observará o disposto na Lei nº 8.078, de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor, garantindo providências outras, bem como ainda as normas elencadas na Lei 9.503/1977 que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro.

10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1 - O contrato, quando assinado, deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, as normas da Lei 14. 133/2021, e naquilo que couber as disposições contidas em legislação civilista.

10.2 - Conforme já previsto, estima-se a vigência do contrato em 12 (doze) meses.

10.3 - As comunicações entre o CIMVALPI/MUNICÍPIO e o CONTRATADO, devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagens eletrônicas para este fim.

10.4 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

10.5 - O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

10.6 - O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

10.7 - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

10.8 - O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapasse sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

10.9 - O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

10.10 - O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

10.11 - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

10.12 - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

10.13 - O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO PARA PAGAMENTO E REAJUSTE

11.1 - Não será necessária apresentação de garantia de execução contratual, posto que o pagamento é condicionado ao recebimento do objeto, resguardado o direito de responsabilização caso não haja entrega dos veículos nos prazos avençados.

11.2 - A Fatura deverá ser emitida no último dia útil do mês referente à prestação dos serviços e encaminhado ao Gestor do contrato para atesto;

11.3 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após emissão da Nota Fiscal, devidamente atestada, por servidor designado pela Administração.

11.4 - Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal ou de Faturamento, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

11.5 - O pagamento será efetuado no prazo acima assinalado, de acordo com a quantidade veículos locados, no período, mediante emissão de ordem bancária em favor do contratado, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada, observado os prazos acima descritos.

11.6 - A Nota Fiscal deverá ser apresentada juntamente com o relatório dos serviços realizados, devidamente firmado por servidor competente, documentação hábil para comprovação da despesa.

11.7 - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá no mesmo prazo definido no subitem acima, após a data de sua apresentação válida.

11.8 - Nenhum pagamento isentará a licitante vencedor das responsabilidades contratuais, nem implicará em aprovação definitiva da prestação dos serviços total ou parcial.

11.9 - Não será permitida previsão de sinal, ou qualquer outra forma de antecipação de pagamento na formulação das propostas, devendo ser desclassificada, de imediato, a proponente que assim o fizer.

11.11 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o contratado não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

EM = I x N x VNF

EM= Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originalmente devido

I= Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

I = (1/100)

365

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento.

VNF = Valor da Nota Fiscal ou de Faturamento

12. DA FORMA DE PAGAMENTO

12.1 - Para efeito de pagamento será observada o disposto na Instrução Normativa 017/2023 e artigos 141 a 146 da Lei 14.133/2021.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

12.2 - A atividade de recebimento é condição prévia e essencial ao pagamento, representando a confirmação de que o objeto do contrato foi efetivamente executado em conformidade com os requisitos quantitativos, qualitativos, bem como o preço, a forma e prazo estipulados, tudo conforme previsto em Edital.

12.3 - Em se tratando de locação de bens, o recebimento é condição prévia da contraprestação pelo CIMVALPI/MUNICÍPIO do fornecimento do objeto, representando a confirmação de que o objeto do contrato foi efetivamente executado em conformidade com os requisitos qualitativos, quantitativos, bem como o preço (art. 6º, inc. II alínea "a" IN CIMVALPI 017/2023).

12.4 - Para fins do contrato celebrado, será emitido Nota Fiscal ou Fatura de Locação como documento para liquidação e pagamento com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis do vencimento.

12.5 - Caso os dados do documento de cobrança estejam incorretos, a Administração informará ao fornecedor e este emitirá novo documento de cobrança, escoimada daquelas incorreções, abrindo-se, então, novo prazo de pagamento.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13.1 - Contratação de pessoa jurídica (empresas), que tenha compatibilidade com o objeto quanto à execução do serviço de locação e entrega dos veículos abaixo reiterados:

13.1.1 - Veículo utilitário de passageiros, capacidade de 5 (cinco) passageiros, motorização mínima de 1.0, potência acima de **75 CV**, direção elétrica ou hidráulica, combustível flex (gasolina/álcool), 04 (quatro) portas, ar condicionado, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;

13.1.2 - Veículo Sedan 04 (quatro) portas, motorização mínima de **111 CV**, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, distância mínima entre os eixos de 2,60 cm, ano de fabricação mínimo 2022;

13.1.3 - Veículo utilitário de passageiros, tipo Minivan, motorização mínima **130 CV**, com capacidade mínima para 7 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

13.1.4 - Veículo tipo SUV, motorização mínima de **111 CV**, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;

13.1.5 - Veículo pick-up, motorização mínima de **75 CV**, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;

13.1.6 - Veículo caminhonete, 4x4, cabine dupla, motorização mínima de **160 CV**, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS e AIRBAG, combustível diesel, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;

13.2. - Pessoas jurídicas poderão participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas contidas no art. 15 da Lei 14.133/2021.

13.3. - O critério de aceitabilidade de preços será o valor unitário por item, estimado para a contratação.

13.3.1. - O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (Art. 59, §3º da Lei 14.133/2021 e IN CIMVALPI nº 007/2022 - **https://www.cimvalpi.mg.gov.br/phocadownload/instrucao_normativa_007_2022.pdf)**

13.4 - Ultrapassado o atendimento quanto à exigência de Requisitos Descritivos acima elencados, para seleção do fornecedor, deverá ser regiamente observados os Requisitos de Habilitação respectivamente quanto à pessoa jurídica, bem como os Requisitos Obrigacionais sobretudo de regularidade fiscal, incluindo participação de cooperativas conforme a abaixo reiterado:

13.4.1 - **Requisitos Obrigacionais**

Os requisitos obrigacionais mínimos exigidos, deverão atender às disposições contidas no OBJETO deste Estudo, além daqueles previstos em Lei, dos quais podemos destacar: "REQUISITOS DE HABILITAÇÃO" e "REQUISITOS DE REGULARIDADE FISCAL", "REGULARIDADE SOCIAL E FUNDIÁRIA" Mas conforme mencionado, para além disso, deverá ser observado o regramento legal contido na Lei 14.133/21, bem como as exigências contratuais.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

As condições de habilitação, informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante serão divididos em jurídica; técnica; fiscal; social; fundiária; trabalhista e econômico-financeiro, conforme previsto nos artigos 62 e 65 da Lei 14.133/202.

Conforme disposto no § 4º do artigo 69 da nova lei, a Administração CIMVALPI, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio liquido equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contração.

A documentação referida deverá ser apresentada na forma prevista no artigo 70 da Lei 14.133/2021.

13.4.2 - **Regularidade Fiscal**: O licitante deverá encontrar-se de forma regular perante suas obrigações com a legislação tributária federal, estadual, municipal, seguridade social e o fundo de garantia por tempo de serviço. Cumpre aqui ressaltar que regularidade não implica em quitação. Regularidade é a comprovação de que a empresa atende todas as exigências do fisco.

São os seguintes documentos exigidos por lei que provam sua regularidade:

a) **Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoas Física e Jurídica:** Cadastro de Pessoa Física – CPF e Cadastro Nacional de Pessoa Jurídicas – CNPJ. Ambos são expedidos pela Secretaria da Receita Federal
b) **Prova de Inscrição no cadastro de contribuintes, ICMS/ISS:** Inscrição Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação. A Inscrição Estadual é emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda e Planejamento.
c) **Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais emitida pela Receita Federal**. Poderá ser solicitada na Agência da Receita Federal, em qualquer localidade do respectivo Estado, cuja validade é de 180 (cento e oitenta) dias. Também poderá ser emitida pelo site www.receita.fazenda.gov.br com validade de 30 (trinta) dias a contar da sua emissão.
d) **Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual:** Certidão emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual, podendo ser solicitada em qualquer posto de atendimento da Secretaria de Fazenda Estadual. Esta certidão terá validade de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.
e) **Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal:** Esta certidão deverá ser emitida pela Secretaria Municipal do Município onde o imóvel encontra-se localizado.
f) **Certificado de regularidade do FGTS.**

13.5 – RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

a. Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, observado o prazo de validade da respectiva certidão, considerando tratar-se de haver unidades da federação que dispões de prazos de validade distintos, bem como prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

a.1. Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

b. Balanço patrimonial e demonstração do resultado (DRE) do último exercício social exigível, devidamente assinado pelo responsável legal da empresa e por contador habilitado, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

b.1. Para aquelas empresas constituídas a menos de 01 (um) ano ou no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da empresa, devidamente assinados pelo seu representante legal e pelo contador responsável, em cópia autenticada ou via original.

c. Demonstrações que comprovem a boa situação econômico-financeira da licitante será efetuada com base nos índices e resultados financeiros, extraídos do balanço apresentado na forma acima. a empresa deverá apresentar alternativamente Índice de Liquidez Geral = igual ou superior a 1 (um); Índice de Liquidez Corrente = igual ou superior a 1 (um) ou Comprovação de Patrimônio Líquido ou Capital Social, **com valor igual ou superior a 10% (dez por cento) do total estimado da prestação de serviços para o período de 12 (doze) meses.** ***(grifo nosso)***

Acerca da indevida exigência cumulatividade de índices de liquidez e capital social, vejamos entendimento da Corte de Contas da União:

REPRESENTAÇÕES. CONCORRÊNCIA. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE PASSAGEIROS. POSSÍVEL RESTRIÇÃO AO CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME E DIRECIONAMENTO DO SEU RESULTADO. CONCESSÃO DE CAUTELAR. OITIVAS. AGRAVO DA ENTIDADE LICITANTE. PERICULUM IN MORA REVERSO. CONHECIMENTO DO RECURSO E SUSPENSÃO DA CAUTELAR ANTERIORMENTE CONCEDIDA. CUMULAÇÃO INDEVIDA DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO E GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL PARA FINS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. PROCEDÊNCIA PARCIAL. DAS REPRESENTAÇÕES. REVOGAÇÃO DA CAUTELAR. PERDA DE OBJETO DO AGRAVO, EM DECORRÊNCIA DA APRECIAÇÃO DO MÉRITO DA MATÉRIA REPRESENTADA. **"Para fins de qualificação econômico-financeira, a Administração pode exigir das licitantes, de forma não cumulativa, capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo ou garantias que assegurem o adimplemento do contrato a ser celebrado, no caso de compras para entrega futura e de execução de obras e serviços .**". Enunciado da Súmula de Jurisprudência do TCU 275.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

(TCU - RP: 02938620144, Relator: MARCOS BEMQUERER, Data de Julgamento: 26/10/2016, Plenário)

Para além disso, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, na Instrução Normativa nº 02/2010, expressamente definiu que, caso o licitante apresente Índice de Liquidez inferior a 01 (um), **lhe é facultada, para comprovação da qualificação financeira, a apresentação do capital mínimo ou do patrimônio líquido mínimo ao atendimento do certame**:[6]

Art. 43. Os atos convocatórios devem conter cláusulas que assegurem o cumprimento das disposições contidas nesta norma, bem como as descritas nos incisos seguintes, de modo a explicitar que: V – a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas (...).

V – a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas (...).

Art. 44. O instrumento convocatório deverá prever, também, que as empresas que apresentarem resultado igual ou menor que 01 (um), em qualquer dos índices referidos no inciso V do art. 43 desta norma, quando da habilitação, deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo...

13.5.1. Os documentos solicitados que não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento serão considerados válidos aqueles que emitidos (ou cujas pesquisas tenham sido realizadas) em data não superior a 60 (sessenta) dias retroativos, a contar da data da sessão pública de abertura deste certame.

13.5.2. Será inabilitada a licitante que não comprovar sua regularidade, deixando de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido em Edital, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

13.5.3. No caso de inabilitação, a Pregoeira retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

13.6 - **Possibilidade de participação de cooperativas -** Em que pese o entendimento sumulado pelo Tribunal de Contas da União, no enunciado nº 281, de acordo com o qual é vedada a participação de cooperativas em certame licitatório quando houver necessidade de subordinação de mão de obra, **verifica-se que tal entendimento não é aplicável ao presente caso, quando a prestação do serviço**

[1] https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas-revogadas/instrucao-normativa-no-02-de-11-de-outubro-de-2010-revogada-pela-in-no-3-de-2018

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

de locação não demanda a subordinação de mão de obra. Isso porque, o objeto do presente procedimento licitatório gira em torno da contratação de empresa de locação de veículos (enquadramento dos CNAE 7711-0/00 (locação de veículos sem motorista)), não restando caracterizada situação de subordinação, o que afasta a vedação da Corte de Contas.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
01.01.03.04.122.0001.2012 Locação de Máquinas, Veículos e Equipamentos.
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00104
Fonte: 1.500.000

01.01.01.04.122.0001.2005 Manutenção das Atividades do Fórum dos Prefeitos
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00047
Fonte: 1.703.000

01.01.01.04.122.0001.2007 Manutenção das Atividades dos Serviços Administrativos – Recursos Consórcio
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00060
Fonte: 1.501.000

01.01.01.06.182.0001.2006 Manutenção das Atividades do Corpo de Bombeiros
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00070
Fonte: 1.500.000

01.01.02.04.122.0001.2008 Manutenção das Atividades da Diretoria Institucional
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00082
Fonte: 1.501.000

01.01.03.04.122.0001.2010 Manutenção das Atividades dos Serviços de Licitações, Contratações e Compras Compartilhadas -
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00098
Fonte: 1.501.000

01.01.03.04.122.0001.2016 Compras compartilhadas (recurso municípios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00114
Fonte: 1.500.000

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

01.01.04.08.243.0014.2018 Manutenção das Atividades dos Serviços de Acolhimento Institucional provisório para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00129
Fonte: 1.501.000
Fonte: 1.500.000

01.01.05.20.609.0001.2020 Manutenção das Atividades dos Serviços de Fiscalização Industrial e Sanitária
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00148
Fonte: 1.501.000
Fonte: 1.500.000

01.01.06.18.542.0001.2021 Manutenção das Atividades dos Serviços de Resíduos Sólidos Urbanos
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00160
Fonte: 1.501.000
Fonte: 1.500.000

01.01.06.18.542.0001.2022 Manutenção das Atividades dos Serviços de Resíduos Sólidos de Saúde
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00169
Fonte: 1.501.000

01.01.06.18.542.0001.2023 Manutenção das atividades dos serviços ambientais
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Ficha: 00180
Fonte: 1.501.000

01.01.07.15.451.0001.2026 Manutenção das Atividades dos Serviços e Obras Civis de Engenharia.
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00226
Fonte: 1.501.000

01.01.07.22.662.0001.2039 Manutenção da Usina de Asfalto
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00328
Fonte: 1.501.000

01.01.08.25.752.0001.2040 Manutenção Serviço de Engenharia Eletrica
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00342
Fonte: 1.501.000

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

01.01.09.06.182.0001.2043 Manutenção das Atividades da Defesa Civil
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00361
Fonte: 1.500.000
01.01.11.12.122.0001.2054 Manutenção dos Serviços Administrativos na Educação (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00384
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.361.0001.2047 Manutenção Ensino Fundamental (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00368
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.362.0001.2055 Manutenção Ensino Médio (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00370
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.363.0001.2048 Manutenção Ensino Profissional (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00372
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.364.0001.2049 Manutenção Ensino Superior (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00370
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.365.0001.2050 Manutenção Ensino Infantil (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00376
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.366.0001.2051 Manutenção Educação de Jovens e Adultos (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00378
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.367.0001.2052 Manutenção Educação Especial (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00380
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.368.0001.2053 Manutenção Educação Básica (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00382
Fonte: 1.500.000

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

15. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1 - O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, na forma do Termo de Referência, do Edital de Licitação e da legislação aplicável, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

15.2 - Celebrado o respectivo instrumento contratual, será indicado o servidor responsável pela fiscalização quanto a execução do contrato.

15.3 - A designação do Fiscal do Contrato deverá ser efetuada por meio de Portaria.

15.4 - As responsabilidades atribuídas ao Fiscal do Contrato estão determinadas no artigo 4º , inc. II da IN CIMVALPI 005/2023, da qual deverão acompanhar e fiscalizar o contrato, avaliando a execução do objeto nos moldes contratados aferindo, a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação do objeto em confronto com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, exercendo suas atividades sob a coordenação e subordinação da gestão de contratos.

15.5 - Relativo ao CIMVALPI, durante a vigência deste a gestão do contrato competirá a empregada do CONSÓRCIO Sra. Iderde Graziane Gomes Corcini - GESTORA DE CONTRATOS.

15.6. - Relativo ao CIMVALPI, durante a vigência deste a fiscalização do contrato competirá ao empregado do CONSÓRCIO Sr. Carlos Eduardo Gonçalves da Silva (carloseduardo@cimvalpi.mg.gov.br).

15.7. - Caberá ao município definir seu Gestor/Fiscal do Contrato.

16. DAS SANÇÕES CONTRATUAIS

16.1 - Comete infração administrativa a Contratada que inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação, ensejar o retardamento da execução do objeto, fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

16.2 - Em caso de descumprimento contratual, total ou parcial, qualquer inadimplemento ou infração contratual, ao CONTRATADO, sem prejuízo da responsabilidade civil, e criminal que couber, ficará sujeito às penalidades previstas no artigo 156 da Lei 14.133/2021.

17. RESCISÃO

17.1 - O CIMVALPI/MUNICÍPIO poderá rescindir o Termo de Contrato, sem qualquer ônus, em caso de descumprimento total ou parcial de qualquer cláusula contratual

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

imposta ao Contratante, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, observado o disposto no artigo 137 da Lei 14.133/2021

17.2 - Também constitui motivo para a rescisão do contrato a ocorrência das hipóteses enumeradas nos incisos I, II e VIII do artigo supramencionado.

17.3 - Caso haja razões de interesse público devidamente justificadas nos termos do inciso VIII do artigo 137 da Lei nº 14.133/21.

17.4 - O procedimento formal de rescisão terá início mediante notificação escrita, encaminhada via postal, com aviso de recebimento, ou qualquer meio de notificação previsto em Lei.

17.5 - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

18. DOS CASOS OMISSOS

18.1 - Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste contrato reger-se-ão pelas disposições contidas nas Leis Federais 14.133/21; 8.078/90 e 10.406/2002 que fazem parte integrante deste contrato, independentemente de suas transcrições.

19. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

19.1 - A proposta deverá ser apresentada levando-se em consideração todas as exigências de seguro e encargos com todos os requisitos de habilitação da empresa, devendo ser detalhada com valores unitários em reais, contendo todos os requisitos descritivos dos itens licitados.

19.2 – Poderá ser prorrogado, a qualquer tempo, os prazos para credenciamento, recebimento das propostas ou lances.

19.3 - A presente licitação não importa necessariamente em Contratação, podendo revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato supervenientes comprovados ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

19.4 - A proponente contratante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a ilegalidade ou inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado ou, caso tenha sido vencedor, o cancelamento da ata de registro de preços, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

19.5 - É facultado ao (a) pregoeiro (a) ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

19.6 - Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela pregoeira, sob pena de desclassificação/inabilitação.

19.7 - O não atendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua habilitação e a exata compreensão da sua proposta.

19.8 - As normas que disciplinam este processo serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre proponentes, desde que não comprometam o interesse da administração, a finalidade e a segurança da contratação.

19.9 - Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais

19.10 - A proponente vencedora assumirá integral responsabilidade pelos danos que causar ao Município ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes na execução dos serviços contratados.

Ponte Nova, 10 de maio de 2024

João Paulo Ferreira
Gerente Administrativo

Hilton Antônio de Oliveira
Responsável pela Revisão
Oficial de Assessoramento Jurídico

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

QUANTITATIVO DOM SILVÉRIO PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE FRANQUIA (ANO)	UNIDADE	VALOR MENSAL ESTIMADO
1	Veículo, capacidade de 5 (cinco) passageiros, motorização mínima de 1.0, potência acima de 75 CV, direção elétrica ou hidráulica, combustível flex (gasolina/álcool), 04 (quatro) portas, ar condicionado, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	05 (DOM SILVÉRIO)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.090,00 RACHID VEÍCULOS S/A R$2.750,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS R$3.559,48 M&M ALUGUEL DE CARROS R$3.220,59 LOCALIZA **MÉDIA TOTAL R$3.155,01**
2	Veículo, Sedan ou Sedan Executivo, 04 (quatro) portas, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, distância mínima entre os eixos de 2,60 cm, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	03 (DOM SILVÉRIO)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.700,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS R$2.989,98 M&M ALUGUEL DE CARROS R$4.648,59 LOCALIZA **MÉDIA TOTAL R$3.779,52**

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.009B.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://pmdomsilverio.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
ROBERTA BARCELLOS GUIMARAES: 46974458649 Assinado de forma digital por ROBERTA BARCELLOS GUIMARAES:46974458649 Dados: 2024.05.06 14:33:27 -03'00'

3	Veículo, tipo Minivan, motorização mínima 130 CV, com capacidade mínima para 07 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	02 (DOM SILVÉRIO)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$4.150,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$6.415,98 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$4.340,39 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$4.968,79
4	Veículo, tipo SUV, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, **faróis em LED,** ano de fabricação mínimo 2022;	01 (DOM SILVÉRIO)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.990,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$4.700,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$2.570,90 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$4.035,19 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.824,02

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.009.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

ROBERTA BARCELLOS GUIMARAES: 46974458649 Assinado de forma digital por ROBERTA BARCELLOS GUIMARAES:46974458649 Dados: 2024.05.06 14:33:56 -03'00'
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

5	Veículo, pick-up, motorização mínima de 75 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	02 (DOM SILVÉRIO)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$4.100,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$3.850,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$3.998,95 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$3.457,39 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.851,58
6	Veículo, caminhonete 4x**4, cabine** dupla, motorização mínima de 160 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS e AIRBAG, combustível diesel, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, **faróis em LED, ano de fab**ricação mínimo 2022;	01 (DOM SILVÉRIO)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$7.990,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$7.500,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$9.789,88 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$9.990,19 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$8.817,51

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.009.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

ROBERTA BARCELLOS GUIMARAES:46974458649 Assinado de forma digital por ROBERTA BARCELLOS GUIMARAES:46974458649 Dados: 2024.05.06 14:34:15 -03'00'

ANEXO VI

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - CIMVALPI**, pessoa jurídica de direito público na forma de associação pública, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.738.706/0001-83, com endereço à Rua Jaime Pereira, 127, bairro Progresso, Ponte Nova, Minas Gerais, representado neste ato pelo Diretor Técnico, **Júlio Corrêa Guimarães**, brasileiro, residente e domiciliado na rua Cristóvão Jacques, 367, apto 304 Bairro Imbaúbas, Ipatinga - MG, portador do RG nº 11.063.317 SSP/MG e inscrito no CPF: 012.041.256-00, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, institui a presente ARP - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, decorrente da licitação na modalidade Pregão Eletrônico, sob o número 010/2024 cujo objeto é o o Registro de preços para futura e eventual - Contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos para o transporte de pessoas, materiais, documentos e pequenas cargas, para atender demanda do CIMVALPI e do Município de Dom Silvério, conforme as condições especificadas no Edital, processada nos termos do Processo Administrativo nº 07.0098.2024.10, o qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, à luz da permissão inserta no art. 40, inciso II c/c o art. 78 inciso IV c/c os arts. 82 e 86, todos da Lei nº 14.133/2021 e regulamento do consórcio Instrução Normativa 019/2023 observadas as cláusulas e condições seguintes:

Órgãos gerenciador e participantes

1. A presente ARP é integrada apenas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR identificado no preâmbulo.

Registros formalizados

2. A presente ARP estabelece as cláusulas e condições gerais para o REGISTRO DE PREÇOS referente ao objeto descrito no preâmbulo, cujas especificações, preço, marca/modelo, quantitativo e fornecedor foram previamente definidos por meio do procedimento licitatório supracitado, conforme abaixo descrito resumidamente:

EMPRESA:					
CNPJ:		Telefone:		e-mail:	
Endereço:					
ITEM	QUANT	DESCRIÇAO	MARCA/MODELO	UNID	PREÇO (R$)
01					

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

VALOR TOTAL -	

2.1. Ao participar do procedimento licitatório, o fornecedor obriga-se ao cumprimento de todos os encargos estabelecidos na presente ARP, nos exatos termos do resultado final obtido no procedimento licitatório, quanto ao preço, a quantidade e as especificações do objeto registrado, integrando e complementado a presente ARP os seguintes documentos, os quais devem ser totalmente observados e cumpridos:
2.2. Termo de Referência (ou Projeto Básico) contendo as especificações técnicas completas e todas as condições gerais de execução do objeto.
2.3. Proposta comercial final com preço ajustado.
2.4. Edital Processo nº 07.0098.2024.10, referente ao Pregão Eletrônico nº 010/2024.

Cadastro reserva de fornecedores

3. Conforme consta no ANEXO A, também fica FORMALIZADO, conjuntamente com a presente ARP, CADASTRO RESERVA de licitante interessado em eventualmente assumir a titularidade do registro de preços, havendo REVOGAÇÃO ou RESCISÃO da ARP e segundo a ordem de classificação final no certame, POR GRUPO DO OBJETO, nos termos fixados no art. 82, inciso VII, e § 5º, inciso VI, da Lei 14.133/2021.
3.1. A formação de CADASTRO RESERVA vincula o licitante ao preço da proposta do titular, obrigando-se a assumir a titularidade em caso de cancelamento do registro do titular, observada a ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO.
3.2. A alteração da titularidade do registro dependerá da comprovação das condições de participação do particular registrado no cadastro reserva, da avaliação da qualidade do objeto indicado na sua proposta e do cumprimento das condições de habilitação, nos termos fixados no edital do certame.
3.3. Caberá ao agente de contratação responsável pelo julgamento do certame para seleção do titular da presente ARP realizar o procedimento de análise dos critérios indicados no item anterior.
3.4. Havendo alteração da titularidade do registro com base no CADASTRO RESERVA, deverá a ARP ser republicada para fins de eficácia.

Vigência da ARP

4. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 meses, podendo ser prorrogada por até mais 12 meses, mediante prévia e formal justificativa de interesse público da manutenção da ata, vantajosidade de preços, e existência de saldo., nos termos permitidos no art. 84 da Lei 14.133/2021.
4.1. A prorrogação da vigência da ARP dependerá da concordância das partes e de comprovação da vantajosidade dos preços.
4.2. A prorrogação da vigência da ARP será registrada mediante termo de prorrogação pactuado pelas partes nos autos de gestão da ARP.
4.3. prorrogação da vigência da ARP deverá ser publicada e divulgada nos termos previstos no item 20 deste documento.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
:: 10/05/2024 10:45:20 ::

Contratações futuras

5. As contratações decorrentes da presente ARP poderão ser realizadas diretamente pelo órgão gerenciador, ou por cada um dos participantes (se houver, conforme indicação item 01), observados os quantitativos respectivamente previstos para cada procedimento de licitação, e as demais exigências e formalidades previstas na legislação.
5.1. Poderá haver, a critério do órgão gerenciador e desde que haja expressa concordância dos interessados envolvidos, REMANEJAMENTO DE QUANTITATIVOS previstos na ARP entre os ÓRGÃOS PARTICIPANTES, ou entre este(s) e o ÓRGÃO GERENCIADOR.
5.2. Em caso de licitação com critério de julgamento por GRUPO DE ITENS, as contratações futuras deverão ser realizadas, em regra, de forma proporcional para todos os itens de cada grupo, salvo justificativa técnica e desde que o valor registrado seja igual ou inferior aos preços contidos nas propostas dos demais licitantes e compatíveis com os preços de mercado, nos termos contidos no art. 82, § 2º, da Lei 14.133/2021.
5.3. A contratação decorrente deverá observar as condições fixadas no Edital Do Pregão Eletrônico nº 010/2024 e seus anexos.

Vínculos da ARP

6. A existência desta ARP não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.
7. O titular do registro de preços vincula-se integralmente, durante a vigência da ARP, ao cumprimento das obrigações contidas na ARP, bem como à formalização das contratações dela decorrentes, salvo cancelamento ou rescisão do registro, sob pena de sofrer as sanções administrativas previstas no Termo de Referência anexo.

Adesão de órgão ou entidade pública não participante

8. Desde que devidamente justificada a vantagem, qualquer órgão ou entidade da Administração Pública poderá solicitar a utilização da presente ARP (POR ADESÃO), durante sua vigência, independentemente da participação ou não na licitação sobredita, mediante anuências do órgão gerenciador e do particular titular do registro, nos termos previstos no art. 86, §§ 2º a 5º, da Lei 14.133/2021, desde que observadas as disposições abaixo:
9. O órgão ou entidade pública interessado na adesão deverá consultar prévia e diretamente o fornecedor titular da ARP, visando obter a concordância formal com a contratação pretendida.
9.1. É faculdade do fornecedor titular da ARP, observadas as condições nela estabelecidas, a aceitação ou não da contratação decorrente de adesão, independentemente de qualquer justificativa formal.
9.2. Cabe ao órgão ou entidade aderente encaminhar ao GERENCIADOR a concordância do fornecedor.
10. Proceder à consulta formal ao GERENCIADOR, por meio de ofício ou outro expediente competente, encaminhado para o e-mail institucional licitacao@cimvalpi.mg.gov.br, no qual deverá constar o objeto que interessa

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

contratar, o respectivo quantitativo pretendido e a concordância do fornecedor para fins de análise e manifestação sobre a possibilidade de adesão.

11. O GERENCIADOR poderá recusar a adesão requerida, quer em face do fato de haver a possibilidade de prejuízo ao atendimento de suas próprias contratações, ou de participante da ARP, quer por não cumprimento de um dos requisitos fixados nesta ARP, sempre por intermédio de despacho fundamentado.

13. As contratações adicionais por adesão à presente ARP deverão cumprir rigorosamente os seguintes requisitos:

13.1. Não exceder, por órgão ou entidade pública aderente, a 100% do quantitativo total registrado para o órgão gerenciador e participante(s) (se houver), cumulativamente;

13.2. Não exceder no total das adesões já realizadas a 500% do quantitativo total registrado para o órgão gerenciador e participante(s) (se houver), independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem;

13.3. No caso de ITEM(NS)/GRUPO(S) com participação EXCLUSIVA À ME'S E EPP'S na licitação, o total das contratações decorrente da presente ARP (inclusive por adesões) não poderão totalizar mais que R$ 80.000,00.

13.4. Em caso de licitação com critério de julgamento por GRUPO DE ITENS, a contratação por adesão será realizada, em regra, de forma proporcional para todos os itens do grupo, salvo justificativa técnica e desde que o valor registrado seja igual ou inferior aos preços contidos nas propostas dos demais licitantes e compatíveis com os preços de mercado, nos termos contidos no art. 82, § 2º, da Lei 14.133/2021.

14. Autorizada a utilização da ARP pelo Órgão Gerenciador, o órgão ou entidade pública não participante (aderente) apenas poderá realizar a contratação autorizada, caso estejam presentes os seguintes requisitos temporais conjuntamente:

14.1. Em até 90 DIAS corridos, contados do recebimento da autorização, em razão da caducidade do ato, podendo o prazo ser prorrogado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, desde que solicitado pelo interessado e ainda vigente a ARP; e,

14.2. Apenas durante a vigência da presente ARP.

15. Quando da realização efetiva da respectiva contratação por adesão, deverá o órgão ou entidade aderente enviar ao GERENCIADOR, no prazo máximo de 05 DIAS ÚTEIS, contados da contratação, informar formalmente a contratação para fins de registro definitivo;

16. Caberá ao órgão ou entidade pública aderente a gestão de sua contratação, inclusive aplicando, garantida a ampla defesa e o contraditório, eventual sanção administrativa decorrente de descumprimento das obrigações contratuais, obrigando-se a informar as ocorrências e sanções aplicadas ao GERENCIADOR para fins de registro, observadas as regras e procedimentos fixados no Edital e seus anexos.

Atribuições do gerenciador da ARP

17. O GERENCIADOR promoverá o gerenciamento permanente e formal da presente ARP, inclusive com registro em processo administrativo de gestão de todas as contratações dela decorrentes, como também de todos os demais atos inerentes aos procedimentos de gestão.

17. Cabe ao setor ou servidor designado do ÓRGÃO GERENCIADOR, conforme regulamento operacional interno, as atribuições inerentes ao gerenciamento da presente ARP, particularmente quanto a(ao):

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

17.1. Providenciar a elaboração e publicação da presente ARP;
17.2. Encaminhar ao(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participantes a presente ARP, como também suas eventuais e posteriores alterações, devidamente assinadas e publicadas;
17.3. Controlar, de forma permanente, a utilização da ARP para fins de contratações, durante toda sua vigência;
17.4. Receber, analisar, controlar e pronunciar-se quanto à solicitação de contratação interna do ÓRGÃO GERENCIADOR com base na presente ARP, ou em relação à solicitação de ADESÃO realizada por órgão ou entidade não participante desta ARP, inclusive indicando providência complementar necessária ou até recomendando o indeferimento fundamentado, observada a legislação vigente.
17.5. Emitir e encaminhar ofício formalizando a autorização para utilização da ARP por órgão ou entidade aderente, inclusive com a indicação do nome do fornecedor, quantitativos autorizados, valores unitários e totais, prazo de validade da autorização e demais condições de adesão.
17.6. Conduzir eventuais procedimentos de alterações dos preços registrados para fins de adequação às novas condições de mercado, observada a legislação vigente.
17.7. Propor, conduzir e pronunciar-se nos procedimentos de eventuais reajustes e revisões de preços, como também de cancelamentos e rescisões de registro contidos na presente ARP, bem como realizar, nesses casos, a publicação das novas condições da ARP e comunicação aos órgãos e às entidades participantes;
17.8. Propor aplicação, garantida a ampla defesa e o contraditório, de sanções decorrentes do descumprimento das obrigações assumidas na ARP, ou até em relação ao descumprimento das obrigações contratuais, unicamente referentes às contratações realizadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;
17.9. Receber e registrar as contratações efetivamente realizadas pelos órgãos ou entidades aderentes, bem como eventuais sanções por estes aplicadas ao(s) particular contratado(s) por descumprimento das obrigações assumidas na presente ARP;
17.10. Instruir os autos de gestão da presente ARP.

Atribuições do participante

18. Ao órgão ou entidade PARTICIPANTE cabe:
18.1. Tomar conhecimento da ARP, incluindo eventuais alterações, cancelamentos e revogações, a fim de utilizá-la de forma correta;
18.2. Verificar a conformidade das condições registradas na ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas para fins de renegociação ou cancelamento;
18.3. Observar e controlar o quantitativo máximo dos itens registrados em seu interesse, evitando contratações acima do limite permitido, bem como a utilização de itens diversos daqueles para os quais solicitou participação no certame;
18.4. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na ARP, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular;
18.5. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao ÓRGÃO GERENCIADOR.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Obrigações do fornecedor

19. O FORNECEDOR cujo preço conste registrado na presente ARP obriga-se a:
19.1. Retirar a respectiva nota de empenho ou ordem de fornecimento/serviços, bem como assinar o termo de contrato (se for o caso), no prazo máximo de 05 dias úteis, contados da convocação;
19.2. Indicar, no prazo máximo de 05 dias úteis, a concordância ou não em relação à(s) solicitação de adesão por órgão ou entidade da Administração Pública não participante, indicando expressamente que tal contratação não prejudicaria as obrigações presentes e futuras assumidas para com o ÓRGÃO GERENCIADOR e os participantes;
19.3. Observar rigorosamente todos as especificações técnicas, marcas, modelos, condições e prazos fixados no Termo de Referência (ou Projeto Básico) integrante da presente ARP, como também na sua respectiva proposta de preços, ressalvado prova idônea da ocorrência superveniente de fato impeditivo ou dificultador do cumprimento da obrigação, devidamente aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que justifique o fornecimento de bem de qualidade semelhante ou superior, ou a execução de forma diversa que resulte em igual ou superior resultado à contratante;
19.4. Respeitar as demais condições e obrigações contidas nos documentos indicados no item 2.1 desta ARP, ressalvada a ocorrência de fato(s) superveniente(s), comprovados(s) e aceito(s) pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;
19.5. Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela(s) CONTRATANTE(S) referentes às condições firmadas na presente ARP;
19.6. . Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
19.7. Prover condições que possibilitem o atendimento das obrigações firmadas a partir da data de homologação do procedimento licitatório;
19.8. Ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos contratantes e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na ARP;
19.9. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
19.10. Manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas na proposta, todas as condições de participação e de habilitação exigidas na licitação.

Publicidade e divulgação

20. A formalização da ARP, como também suas possíveis alterações, prorrogações, cancelamento e rescisões, serão publicados e divulgados no PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas, bem como, em forma de extrato, no Diário Oficial do Consórcio.
20.1. Todas as informações do presente registro de preço serão também disponibilizadas, durante sua vigência, no site do Consórcio na internet: https://diariooficial.cimvalpi.mg.gov.br

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Alterações dos preços registrados

21. Os preços registrados poderão ser REAJUSTADOS, para mais ou para menos, com base na variação anual do INPC (IBGE), ou outro índice que venha a sucedê-lo, desde que decorridos 12 MESES, contados da assinatura da ARP.
22. A qualquer tempo, o preço registrado poderá sofrer REVISÃO em decorrência de comprovado desequilíbrio econômico-financeiro ocorrida no mercado, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR providenciar a pactuação/negociação de novo valor compatível com o de mercado, para cada ITEM/GRUPO do objeto registrado, observada a distribuição do ônus na forma da matriz de riscos, vinculada ao certame que deu origem à presente ARP.
22.1. Caberá a parte prejudicada a demonstração do impacto efetivo nos custos em decorrência da álea econômica extraordinária havida no mercado, não cabendo revisão de preços em casos de variação inflacionária ordinária, observando-se as regras previstas no art. 124 da Lei 14.133/2021.
22.2. Não havendo acordo em relação a pactuação/negociação do preço registrado, será o respectivo registro CANCELADO/REVOGADO, por cada ITEM/GRUPO do objeto registrado, sem aplicação de qualquer sanção ao particular, mantendo-se hígidas e vigentes as contratações já formalizadas ou solicitadas, bem como os demais itens/grupos não afetados pelo desequilíbrio de preços de mercado.
22.3. Em caso do CANCELAMENTO, e havendo CADASTRO RESERVA para o respectivo ITEM/GRUPO, deverão ser realizados os procedimentos previstos no item 4 desta ARP.
22.4. Toda alteração da presente ARP será publicada e divulgada, nos termos fixados no item 20 desta ARP.

Sanções administrativas por descumprimento de obrigações contidas na ARP

23. As empresas com preços registrados nesta ARP e signatárias dos respectivos contratos estarão sujeitas às sanções administrativas previstas no Termo de Referência, sem prejuízo de outras previstas em legislação pertinente e da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem.
23.1. Ao órgão gerenciador caberá a aplicação de sanções administrativas em relação ao descumprimento direto de obrigação contida nesta ARP, como também aos contratos por ele firmados em decorrência do presente registro de preços.
23.2. Cabe a cada órgão ou entidade participante a realização de procedimento para fins de apuração de responsabilidade e aplicação de sanções administrativas nos casos de inadimplemento em suas próprias contratações, comunicando ao gerenciador para fins de registro quaisquer sanções aplicadas.

Cancelamento/revogação e rescisão da ARP

24. O registro de preços poderá ser CANCELADO/REVOGADO, por ITEM/GRUPO, por iniciativa do ÓRGÃO GERENCIADOR, quando:
24.1. Por iniciativa do próprio titular do registro, desde que apresente solicitação formal, bem como haja comprovação de situação que impossibilite o cumprimento das exigências insertas nesta ARP, tendo em vista fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

25. Presentes razões de conveniência e oportunidade ao interesse público, devidamente justificadas, o registro de preços poderá ser RESCINDIDO, por iniciativa do ÓRGÃO GERENCIADOR, observada a gravidade da conduta e os reflexos em relação ao interesse público, quando o titular do registro:

25.1. Não executar de forma total ou parcial qualificada as obrigações presentes nesta ARP;

25.2. Recusar-se a retirar e assinar a nota de empenho ou instrumento contratual no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pelo órgão ou entidade Contratante;

25.3. Der causa à rescisão administrativa de dois ou mais contratos firmados com base neste ARP;

25.4. Não mantiver as condições de participação e de habilitação exigidas na licitação, salvo irregularidade temporária e sanável em até 30 DIAS;

25.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/2002;

26. O cancelamento/revogação do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado da autoridade competente do ÓRGÃO GERENCIADOR, mediante registro em termo de cancelamento/revogação assinado pelas partes interessadas.

26.1. Havendo cancelamento/revogação do registro, não caberá a aplicação de qualquer espécie de sanção administrativa ao titular do registro.

27. O cancelamento/revogação do registro desta ARP não poderá ser aceita em prejuízo ao interesse público.

28. A rescisão do registro de preços será determinada em decisão unilateral e fundamentada do ÓRGÃO GERENCIADOR, garantido o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo.

28.1. A rescisão do registro de preços poderá ensejar a abertura de procedimento de apuração da responsabilidade e aplicação de sanções administrativas em face do titular do registro.

Disposições finais

29. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com a legislação vigente, particularmente com a Lei 14.133/2021 e Instrução Normativa 19/2023.

30. Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Foro da Comarca de Ponte Nova – MG.

- CIMVALPI	

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

TESTEMUNHA:

Nome:
CPF/CI:

TESTEMUNHA:

Nome:
CPF/CI:

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

ANEXO VII

MINUTA CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO

Contrato nº _____/2024
Processo Administrativo n° 07.0098.2024.10

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - CIMVALPI, pessoa jurídica de direito público na forma de associação pública, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 19.738.706/0001-83, com endereço à Rua Jaime Pereira, 127, bairro Progresso, Ponte Nova, Minas Gerais, representando neste ato pelo Diretor Técnico **Júlio Corrêa Guimarães**, brasileiro, residente e domiciliado na rua Cristóvão Jacques, 367, apto 304 Bairro Imbaúbas, Ipatinga - MG, portador do RG nº 11.063.317 SSP/MG e inscrito no CPF: 012.041.256-00, denominado CONTRATANTE e [**RAZÃO SOCIAL DO CONTRATADO**], inscrito no CNPJ n° [**NÚMERO CNPJ**], com endereço [**ENDEREÇO COMPLETO**], representado por [**NOME COMPLETO, CPF E CARGO EXERCIDO NA EMPRESA**], tendo em vista o que consta no Processo nº 07.0098.2024.10 e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente de processo administrativo de contratação n° [**NÚMERO DO PROCESSO**], mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA

O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos para o transporte de pessoas, materiais, documentos e pequenas cargas, para atender demanda do CIMVALPI e do Município de Dom Silvério.

1.1. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade

1.2. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
1.2.1. O Termo de Referência anexo ao edital e a proposta final ajustada que embasou a contratação e eventuais anexos;

Rua Jaime Pereira, n° 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pmapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

2.1. O prazo de vigência da contratação é de até ___ de _____ de 2024, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2022, prorrogável nos termos do art. 107 Lei nº 14.133/2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual será o Regime Indireto.

3.2. A gestão do contrato competirá à servidora Iderde Graziane G. Corcini.

3.3. Os prazos e condições de conclusão, entrega constam do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório de acordo com o previsto no Termo de Referência, Anexo IV do edital.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. PREÇO

5.1.1. O valor total da contratação é de R$ ..... (.....), observados os valores unitários e total por item abaixo indicados:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.1.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos de objeto efetivamente executados, apurados na periodicidade mensal.

5.2. **FORMA DE PAGAMENTO**

5.2.1. O pagamento será realizado através de transferência eletrônica em conta bancária de titularidade da contratada, a ser indicada no documento fiscal ou por outro meio formal.

5.2.1.1 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a transferência eletrônica de pagamento.

5.3. **PRAZO DE PAGAMENTO**

5.3.1. O pagamento será efetuado no prazo até [**XXXXXX**], contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pmapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

5.3.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

5.4. **CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento do objeto mediante ateste por parte do fiscal do contrato e do gestor de contrato.

5.4.2. Quando houver glosa parcial do valor a ser pago, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.4.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) a data da emissão;
b) os dados do contratante;
c) o período respectivo de execução do contrato;
d) o valor a pagar; e
e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.4.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.4.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.4.5.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.4.5.2. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE

O Contratante e a Contratada têm o direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato, em consonância com o disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

6.1. Reajuste de Preços:

6.1.1. Conceder-se-á reajuste de preços após o decurso de prazo de um ano, contado do 1º dia (inclusive) do mês subsequente ao da assinatura de contrato.

6.1.2. O índice de reajustamento será apurado pelo INPC.

6.1.3. Os preços contratuais não serão reajustáveis no caso de atrasos injustificados por parte da CONTRATADA, que impactem no prazo contratual de entrega do objeto.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pmapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

6.1.4. As condições de reajustamento de preços estipuladas anteriormente poderão vir a ser alteradas, caso ocorra à superveniência de normas federais ou estaduais que disponham de forma diferente sobre a matéria ou ainda no caso de extinção do índice utilizado como parâmetro.

6.2. Repactuação de Preços:

6.2.1. Ocorrendo fatores que impliquem em desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, considerando as bases pactuadas, poderá o contratado requerer revisão dos valores face ao art. 124, inciso II, alínea "d" da Lei Federal nº 14.133/2021. O equilíbrio econômico–financeiro só será admitido na hipótese de alteração de preços do(s) bem(ns), devidamente comprovada e espelhada a variação, que deve ser apresentada para avaliação do Contratante.

6.2.2. A Repactuação de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal n.º 14.133/2021e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente Instrumento, sendo que:

6.2.2.1. A Empresa Contratada deverá formular ao CIMVALPI requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações por ela contraídas;

6.2.2.2. A comprovação será realizada por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, publicações de data-base, alteração da legislação, alusivas à época da elaboração da proposta ou da última repactuação e do momento do pedido de revisão;

6.2.2.3. Com o requerimento, a Empresa Contratada deverá apresentar planilhas de custos unitários comparativa entre a data da formulação da proposta ou da última repactuação, e do momento do pedido de revisão, contemplando os custos unitários envolvidos, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor item pactuado; e

6.2.2.4. O CIMVALPI examinará o requerimento e, após análise e conferência dos valores, informará à Empresa Contratada quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

6.2.3. Independentemente de solicitação, o CIMVALPI poderá convocar a Empresa Contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o objeto registrado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

6.2.4. Os efeitos financeiros da repactuação de preços serão devidos a contar da data do evento que aumentou/diminuiu os custos, cabendo à parte interessada a iniciativa e o ônus de demonstrar, de forma analítica, o aumento ou redução do custo, observando-se que não serão devidos juros de mora e/ou atualização monetária.

6.2.5. As alterações decorrentes de repactuações e de reajustes de preços serão formalizadas por meio de Aditivos ao contrato.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pmapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência ou Projeto Básico;

7.3. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

7.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.5. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

7.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao objeto executado, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato, conforme cronograma físico-financeiro;

7.7. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato e pelas demais infrações administrativas sujeitas à fiscalização do Contratante;

7.8. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações, inclusive de restabelecimento do reequilíbrio econômico-financeiro, e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste (Lei nº 14.133/2021, art. 123, caput).

7.10. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21.

7.11. Não praticar atos de ingerência na administração do Contratado, tais como:

7.11.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratado, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

7.11.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar no Contratado;

7.11.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores do Contratado, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

7.11.4. Considerar os trabalhadores do Contratado como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

7.12. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

7.13. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pmapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

7.14. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
7.15. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
7.16. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1. Cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
8.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
8.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
8.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior.
8.4. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
8.5. Substituir no prazo fixado pelo fiscal do contrato os empregados alocados que não se mostrem adequados para a execução do objeto.
8.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
8.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.
8.8. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
8.9. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.
8.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pmapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, salvo na hipótese do §2º do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

8.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

8.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

8.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

8.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

8.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

8.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

8.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta.

8.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei nº 14.133/2021).

8.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

8.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

8.22. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

8.23. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.

8.24. Garantir o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

8.25. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pmapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

8.26. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
8.27. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.
8.28. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
8.29. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
8.30. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
8.31. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
8.32. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
8.33. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
8.34. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.
8.35. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
8.36. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
8.37. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:
8.37.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.
8.37.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.
8.38. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pmapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

9. CLÁUSULA NONA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência da garantia da contratação de que tratam o art. 96 da Lei nº 14.133/21, por se tratar de contratação de baixo risco ou complexidade que justifique a exigência de garantia de execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Nos termos dos arts. 155 a 162 da Lei nº 14.133/2021, serão aplicadas as sanções administrativas nas seguintes hipóteses:

11.1.1. Advertência, aplicável ao responsável que der causa à inexecução parcial do contrato quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.1.2. Impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, aplicável ao responsável que:

11.1.2.1. Incorrer na inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CONSÓRCIO, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.2.2. Incorrer na inexecução total do contrato;

11.1.2.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.2.4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.2.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.2.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.1.3. Declaração de idoneidade para licitar ou contratar, aplicável ao responsável que:

11.1.3.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

11.1.3.2. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.3.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.3.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.3.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013[7];

[7] Lei nº 12.846/2013:
[...]
Art. 5º Constituem atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, para os fins desta Lei, todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas mencionadas no parágrafo único do art. 1º , que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, assim definidos:
I - prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
II - comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei;

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pmapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

11.1.3.6. Nas infrações administrativas indicadas no subitem 11.1.2 e subitens que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar.
11.1.4. Multa, a ser aplicada ao responsável que der causa a infrações administrativas será calculada observando o valor mínimo de 0,5% (meio por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do contrato licitado ou celebrado no caso de contratação direta na hipótese do responsável que der causa a infrações administrativas puníveis com as sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade indicadas neste edital, observada a cumulação de aplicação de sanções prevista no §7° do art. 156 da Lei n° 14.133/2021.
11.1.4.1. Sem prejuízo de aplicação do disposto no item 11.1.4, será aplicável a penalidade de multa:
11.1.4.1.1. Igual ou superior a 0,5% (meio por cento) e igual ou inferior a 15% (quinze por cento) para as seguintes infrações administrativas:
11.1.4.1.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
11.1.4.1.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
11.1.4.1.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
11.1.4.1.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
11.1.4.1.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
11.1.4.1.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;
11.1.4.1.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
11.1.4.1.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

III - comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
IV - no tocante a licitações e contratos:
a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
V - dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.
§ 1º Considera-se administração pública estrangeira os órgãos e entidades estatais ou representações diplomáticas de país estrangeiro, de qualquer nível ou esfera de governo, bem como as pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro.
§ 2º Para os efeitos desta Lei, equiparam-se à administração pública estrangeira as organizações públicas internacionais.
§ 3º Considera-se agente público estrangeiro, para os fins desta Lei, quem, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, exerça cargo, emprego ou função pública em órgãos, entidades estatais ou em representações diplomáticas de país estrangeiro, assim como em pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro ou em organizações públicas internacionais.

Rua Jaime Pereira, n° 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

11.1.4.1.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
11.1.4.1.2. Superior a 15% (quinze por cento) e inferior ou igual a 30% (trinta por cento) para as seguintes infrações administrativas:
11.1.4.1.2.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
11.1.4.1.2.2. Fraudar a licitação.
11.1.4.1.2.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
11.1.4.1.2.3.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei.
11.1.4.1.2.3.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento.
11.1.4.1.2.3.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
11.1.4.1.2.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
11.1.4.1.2.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.
11.2. A sanção administrativa de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito do CONSÓRCIO pelo prazo máximo de 03 (três) anos.
11.3. A sanção administrativa de inidoneidade para licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração direta e indireta de todos os Entes públicos da federação pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.
11.4. Se o valor aplicado pela sanção, somado às indenizações cabíveis, ultrapassar o valor de pagamento eventualmente devido pelo CONSÓRCIO ao contratado, será promovida de forma cumulativa:
11.4.1. A compensação da sanção e eventuais indenizações no valor pendente de pagamento ao contratado;
11.4.2. Eventual diferença não compensada no item anterior seja descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
11.5. A aplicação das sanções administrativas previstas neste ato convocatório não exclui, nem afasta, a obrigação de reparação de integral de eventual dano causado ao CONSÓRCIO.
11.6. A dosimetria das sanções administrativas e o respectivo processo administrativo de apuração e eventual responsabilização mediante aplicação de sanção administrativa observará o regulamento próprio expedido constante de endereço eletrônico no sítio oficial do CONSÓRCIO.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1 Ressalvada a hipótese de prorrogação contratual prevista no item 2.1, o contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes, sem prejuízo de aplicação das penalidades indicadas na cláusula décima primeira.
12.1 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
12.2 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
12.3 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

12.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
12.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; E
12.3.3 Indenizações e multas

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

INDICAR A DOTAÇÃO ESPECÍFICA DO ÓRGÃO (Conforme item 12 e subitens do Termo de Referência)

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13.3. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, pelas normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento no Diário Oficial do CIMVALPI nos termos e condições previstas no art. 94 c/c o art. 176, ambos da Lei nº 14.133/21.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

16.1. É eleito o Foro da Comarca de Ponte Nova para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

....., ... de..... de 20.....

_____
Representante legal do CONTRATANTE

_____
Representante legal do CONTRATADO

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

TESTEMUNHAS:
1-
2-

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Informações do Documento

ID do Documento: **60B.7E7** - Tipo de Documento: **MINUTA DE EDITAL.**

Juntado por **RICHELE APARECIDA SILVA DE JESUS**, **CPF:** 070.67*.**6-*3 , em **13/05/2024 - 08:50:30**

Código de Autenticidade deste Documento: 08U5.8750.6308.E28E.8036

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
https://zeropapel.cimvalpi.mg.gov.br/verdocumento

Cod. de Autenticidade do Doc.: 08U5.8750.6308.E28E.8036 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pmapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

MEMORANDO

Nº 2.335/2024

PONTE NOVA/MG, 13 de maio de 2024.

Para: Controle Interno
De: Agente de Contratação
Referente: Parecer de Conformidade

Prezada Senhora,

Encaminho os autos do presente processo administrativo para que seja analisado e emitido o parecer quanto à regularidade da Minuta do Edital.

Richele Ap. Silva de Jesus
Agente de Contratação

Assinatura do Documento

Documento Assinado Eletronicamente por **RICHELE APARECIDA SILVA DE JESUS**, **CPF:** 070.67*.**6-*3 em **13/05/2024 08:54:42**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **08R3.6654.742R.643X.5315**, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.

Informações do Documento

ID do Documento: **60B.A47** - Tipo de Documento: **MEMORANDO - Nº 2.335/2024**

Elaborado por **RICHELE APARECIDA SILVA DE JESUS**, **CPF:** 070.67*.**6-*3 , em **13/05/2024 08:54:42**, contendo 50 palavras.

Código de Autenticidade deste Documento: 0873.0254.042K.W05X.7007

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: **https://zeropapel.cimvalpi.mg.gov.br/verdocumento**

Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

ASSINADO POR(1): CPF:070.67*.**6-*3

ID: 60B.A47, RICHELE APARECIDA SILVA DE JESUS(13/05/2024 08:54:42) Palavras:50
Cód. Autenticidade: 0873.0254.042K.W05X.7007 - https://zeropapel.cimvalpi.mg.gov.br/verdocumento

RELATÓRIO

PONTE NOVA/MG, 14 de maio de 2024.

Após verificação realizada no processo administrativo, que tem como objeto a **contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos**

para o transporte de pessoas, materiais, documentos e pequenas cargas, para atender demanda do CIMVALPI, bem como do Município de Dom Silvério, e levando em consideração os documentos que constam nos autos até a presente data, o procedimento se dará por pregão eletrônico, nos termos do art. 6º, inciso XLI da Lei 14.133/21.

Aberto o processo administrativo de nº 09.0237.2024.10, foi juntado o DFD (ID 4EA.526), contendo a justificativa da necessidade da contratação, bem como a portaria de nomeação da agente de contratações e da equipe de apoio (ID 46D.E05).

Em seguida, foram juntados aos autos a autorização para abertura da fase preparatória expedida pela autoridade competente (ID 4EC.E50), além da consolidação das pesquisas de preços (ID 583.8AC).

Após, foi juntado o documento técnico que avaliou a viabilidade técnica e financeira da contratação, qual seja, o Estudo Técnico Preliminar (ID 584.F24), assim como a comprovação da existência de dotação orçamentária para contratação (ID 59E.402).

Por fim, foram juntados aos autos a comprovação da publicação de IRP enviado aos municípios consorciados (ID 598.285) e Matriz de Riscos (ID5E6.73A).

Concluída a fase preparatória da contratação, foi aberto o processo administrativo de nº 07.0098.2024.10, acompanhado de autorização para tanto (ID 5E9.B43).

Ao final, passou a constar nos autos o Termo de Referência (ID 60A.8C1), sendo neste anexada a demanda solicitada pelo município de Dom Silvério, e a minuta do edital acompanhada de seus anexos (ID 60B.7E7).

Nesta oportunidade, foi observado que não consta nos autos a dotação orçamentária do município de Dom Silvério, sendo este documento inerente à sua participação no certame. Sendo assim, preconiza este controle interno que a mesma seja juntada.

Além disso, nota-se que no TR não há menção aos requisitos técnicos exigidos no item 10 do ETP, dessa forma, sugere-se que estes sejam listados no referido documento, bem como mencionados na CEE 20 da minuta do Edital.

Ainda, recomenda-se que seja retificada nos documentos técnicos a menção à realização de levantamento da estimativa de quantidades demandadas pelo CIMVALPI junto ao setor de contratos, tendo em vista que este foi realizado junto à gestão de frotas.

Por fim, no que diz respeito à minuta do edital, sugere-se que seja reavaliado a CEE 10, uma vez que foram identificadas inconsistências no que diz respeito aos Entes Públicos Participantes, eis que apenas o município de Dom Silvério manifestou interesse de participação no processo licitatório.

Feitas as considerações de entendimento deste controle interno, recomenda-se pela retificação dos apontamentos acima mencionados, não sendo necessária nova remessa do processo ao presente setor.

Flora Silva Maia
Oficial de Análise de Riscos e Controle Interno de Licitações e Contratos Públicos

Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
ASSINADO POR(1): CPF:016.56*.**6-*3

ID: 61D.6BA, FLORA SILVA MAIA(14/05/2024 15:22:19) Palavras:462
Cód. Autenticidade: 1522.2Z22.1182.E40A.4088 - https://zeropapel.cimvalpi.mg.gov.br/verdocumento

CIMVALPI
CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA

Assinatura do Documento

Documento Assinado Eletronicamente por **FLORA SILVA MAIA - CONTROLE INTERNO**, **CPF:** 016.56*.**6-*3 em **14/05/2024 15:22:19**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **15V1.6222.6182.8774.0362**, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.

Informações do Documento

ID do Documento: **61D.6BA** - Tipo de Documento: **RELATÓRIO**.

Elaborado por **FLORA SILVA MAIA**, **CPF:** 016.56*.**6-*3 , em **14/05/2024 15:22:19**, contendo 462 palavras.

Código de Autenticidade deste Documento: 1522.2Z22.1182.E40A.4088

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: **https://zeropapel.cimvalpi.mg.gov.br/verdocumento**

Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

ASSINADO POR(1): CPF:016.56*.**6-*3

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE LOCAÇÃO DE VÉICULOS

- Setor Responsável pela formalização da demanda: Gerência Administrativa.
- Agente Público da área de licitações responsável pelo acompanhamento da elaboração do ETP: Richele Aparecida Silva de Jesus – Agente de contratação.
- Oficial de Assessoramento Jurídico responsável pela revisão do ETP: Hilton Antônio de Oliveira.

INTRODUÇÃO:

O presente Estudo Técnico Preliminar é requisito necessário para assegurar a viabilidade técnica e econômica da pretensa contratação de empresa especializada em LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, mensurando os riscos e determinar estratégias, fornecendo subsídios para a elaboração do Termo de Referência e, bem como, definir um plano de sustentação para a solução demandada.

O estudo aqui apresentado recai sobre a realização de licitação centralizada, para eventual e futura contratação de serviços de aluguel de veículos, em favor do Consórcio Intermunicipal e Multissetorial do Vale do Piranga – CIMVALPI e Municípios que o integram que demandam por este serviço.

Trata-se de um modelo de serviço adotado de forma comum e habitual pela Administração Pública, tendo obtido bons resultados tanto para o Contratante CIMVALPI, quanto para os Municípios integrantes (consorciados).

Em outras linhas, o presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade avaliar o histórico do modelo de Locação de Veículos atualmente em execução pelos Municípios (consorciados) e pelo próprio CIMVALPI, observando as necessidades do executivo municipal, levantar os requisitos técnicos em consonância com requisitos legais necessários para atender essas necessidades, aferindo as condições que o mercado oferece e, por fim, analisar a viabilidade da contratação sob o prisma da legalidade.

O objetivo aqui é pautar elementos que, fundamentadamente, tem a capacidade e potencial para, em tese, considerando o caso concreto, melhor atender ao Interesse Público.

Assim, a delimitação da solução nos termos e condições estipulados, não é decisão de livre arbítrio deste estudo. Aqui estão pautados elementos que, fundamentadamente, tem a capacidade e potencial para, em tese, considerando o caso concreto, melhor atender ao Interesse Público.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09E2.5V43.613R.2169.6476 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

1) OBJETO:

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objeto à análise prévia e condições de viabilidade para contratação de serviços contínuos de LOCAÇÃO DE VEÍCULOS utilitários que comportem 05 (cinco) passageiros; SUV's; Sedan ou Sedan Executivo; utilitários que comportem 07 (sete) passageiros tipo (minivans); Pick-up que comportem 02 (dois) passageiros e Caminhonete 4x4, sem fornecimento de combustível, incluindo manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças, seguro e/ou proteção veicular, inclusive contra terceiros, para o transporte de pessoas, materiais, documentos e pequenas cargas, com a finalidade de atender demanda do CIMVALPI, bem como dos Municípios que o integram. Tendo em vista a expiração da vigência da atual contratação aliada à caracterização destes serviços como contínuos, dado sua essencialidade, visando atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, de modo que sua interrupção pode comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional do CIMVALPI.

2) ESTIMATIVA DE PRAZO – Vigência e Prorrogação da Contratação

Para a presente contratação, estima-se vigência mínima de 12 (doze) meses, a depender da demanda do Município (demandante), contados do ato da assinatura do contrato, observado a cada exercício financeiro (art. 105 Lei 14.133/21), a disponibilidade de créditos orçamentários. Ainda para efeitos de prorrogação do contrato, poderá ser celebrado por até 05 (cinco) anos, prorrogável sucessivamente pelo prazo máximo de até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133 de 2021.

2.1. - A prorrogação de que trata o parágrafo anterior é condicionada à necessidade da demanda por parte dos Municípios (consorciados), bem como pelo ateste da autoridade administrativa competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para Administração, permitida a negociação mediante o cumprimento das seguintes condições:

2.1.1) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
2.1.2) Anexação de relatório anual que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
2.1.3) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na continuação da realização do serviço;
2.1.4) Haja manifestação expressa da empresa contratada informando o interesse na prorrogação;
2.1.5) Anexação de comprovado que a empresa contratada mantém as condições iniciais de habilitação;
2.1.6) Previsões outras previstas em Edital.

2.2. - A prorrogação do contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09E2.5V43.613R.2169.6476 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

2.3. - Na eventual prorrogação do contrato, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.4. - O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação previstas em Lei.

3) - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO EM RAZÃO DA DEMANDA A SER ATENDIDA SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO

3.1 - Justificativa e Necessidade

O presente Estudo Técnico Preliminar foi elaborado em conformidade com as necessidades apresentadas pela Gerência Administrativa através do Documento de Formalização de Demanda. Além disso foram observados os parâmetros qualitativos, (modelos e categorias) de veículos já anteriormente demandados pela Administração Pública dos Municípios (consorciados) e do próprio CIMVALPI.

Conforme já acima mencionado, este modelo de contratação é habitualmente utilizado pela Administração Pública para suprir a necessidade de frota limitada ou inexistente de veículos dentro dos Municípios (consorciados).

Sob pena de inviabilizar a missão institucional do ente público, tendo em vista que, para atender suas demandas operacionais e administrativas, à Administração Pública necessita diariamente deslocar e movimentar pequenas cargas e documentos, servidores e munícipes.

No caso do CIMVALPI, não há frota própria, e seus servidores deslocam-se diariamente para exercer atividades que vão desde fiscalizações, operações e visitas técnicas, eventos profissionais, reuniões e para o transporte de materiais, para dar apoio às diversas atividades desenvolvidas pelo Consórcio.

Ressalte-se, que a forma como os serviços já vem sendo prestados em modelo utilizado pela Administração, o serviço de locação de veículos mantém-se como solução técnica e econômica viável à alternativa, que seria aquisição por meio de compra. Quando o órgão público não conta com estrutura de manutenção de veículos ou quando a locação não se mostra uma opção viável ou ainda, quando a localização do órgão torna inviável a adoção de modelo de contratação diverso.

3.2. - Descrição da Contratação

Tendo em vista a natureza do serviço a ser prestado, o presente estudo observou o disposto no artigo 2º inc. III da Lei 14.133/2021, além dos normativos contidos nas Instruções Normativas 007/2022 e 008/2022 do CIMVALPI, considerando num primeiro momento, que o modelo de locação de veículos para atender demanda do CIMVALPI e dos entes consorciados registra maior vantajosidade para administração, o que será objeto de análise e conclusão apresentadas

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09E2.5V43.613R.2169.6476 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://cisasp.inf.br/verificador/ e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://cisasp.inf.br/verificador/ e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

neste Estudo. Em levantamento realizado dentro da Coordenadoria de Planejamento e de Direção de Contratos Administrativos do CIMVALPI, constatou-se que os entes consorciados demandam habitualmente por veículos de modelos e características a seguir apresentados:

I) Veículos compactos utilitários que comportem até 05 (cinco) passageiros, incluindo o motorista;
II) Veículos SUV's, com capacidade mínima de até 05 (cinco) passageiros, incluindo o motorista;
III) Veículos Sedan's ou Sedan's Executivos, que comportem até 05 (cinco) passageiros, incluindo o motorista;
IV) veículos utilitários (minivans) que comportem no mínimo 07 (sete) passageiros;
V) Veículos Pick-up's, que comportem no mínimo 02 (dois) passageiros, incluindo o motorista e com capacidade de carga de no mínimo 550 kg;
VI) Veículos Caminhonete 4x4, que comportem até 05 (cinco) passageiros, incluindo o motorista e com capacidade de carga de no mínimo 1.000 kg.

Os órgãos e entidades constitutivos da Administração Pública do Poder Executivo Municipal necessitam para a execução logística de suas atividades, promover o deslocamento de suas autoridades, servidores e terceiros a ela vinculados, além de pequenas cargas, objetos e documentos.

Para tanto, fazem uso de serviços de locação de veículos automotores, visto que a frota própria se apresenta por vezes insuficiente, e em determinados casos inexistente. Desta feita, se torna necessário promover a locação de veículos automotores, para a realização regular das atividades acima referenciadas.

Nesta classificação, por meio de levantamento realizado pelo departamento de licitações e contratos, foram considerados as categorias de veículos comumente utilizados elencados nos incisos acima, com as seguintes especificidades:

a) Veículos com capacidade de 5 (cinco) passageiros, potência acima de ***75 CV***, direção elétrica ou hidráulica, combustível flex (gasolina/álcool), 04 (quatro) portas, ar condicionado, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis de LED ano de fabricação mínimo 2022;

b) Veículo, Sedan 04 (quatro) portas, motorização mínima de **111 *CV***, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, distância mínima entre os eixos de 2,60 cm, faróis de LED, ano de fabricação mínimo 2022;

c) Veículo, tipo Minivan, motorização mínima ***130 CV,*** com capacidade mínima para 07 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09E2.5V43.613R.2169.6476 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://casadigital.ponte.mg.gov.br/verificador e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Página 208 de 1137 Pág: 15

AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis de LED, ano de fabricação mínimo 2022;

d) Veículo, tipo SUV, motorização mínima de ***111 CV***, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade**,** faróis de LED, ano de fabricação mínimo 2022;

e) Veículo, pick-up, mínima de ***75 CV***, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis de LED, ano de fabricação mínimo 2022;

f) Veículo, caminhonete 4x4, cabine dupla, motorização mínima de ***160 CV,*** ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS e AIRBAG, combustível diesel, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis de LED. ano de fabricação mínimo 2022;

A motivação do conjunto de exigências para os veículos acima elencados, se dá pelo fato de que dentro do mercado de locação de veículos, a exigência do consumidor por veículos mais novos e em condições de proporcionar maior conforto e segurança ao condutor e passageiro (s), é condição determinante na hora de fazerem sua escolha.

Não diferente deve ser o posicionamento da administração pública no momento de contratar pelo serviço, buscando da mesma forma assegurar condições mínimas de conforto e segurança para seus servidores e passageiros.

Podemos aqui também pontuar, que a Comissão de Desenvolvimento Econômico da Indústria e Comércio, aprovou proposta que proíbe as locadoras de veículos de usar automóveis com mais de 120 mil quilômetros rodados ou mais e dois anos de uso, daí comunga-se entendimento de ser razoável a exigência de veículos fabricados à partir de 2022.

Pela proposta, ***"(...)a administração pública também deverá seguir a proibição em licitações de transporte e locação de veículos. Até o momento, a PL 1529/2015 encontra-se com a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania"***.[1]

Em relação aos critérios que amparam a exigência de motorização mínima sugerida dentro deste Estudo, as justificativas encontram-se explanadas no subitem a seguir, mas já podemos mencionar que os critérios utilizados buscam assegurar ampla participação, contemplando todas as montadoras de veículos que mormente atuam no mercado nacional, e por conseguinte, os respectivos fornecedores do mercado de locação.

3.3. - Critérios de motorização exigidos:

[1] https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1278737

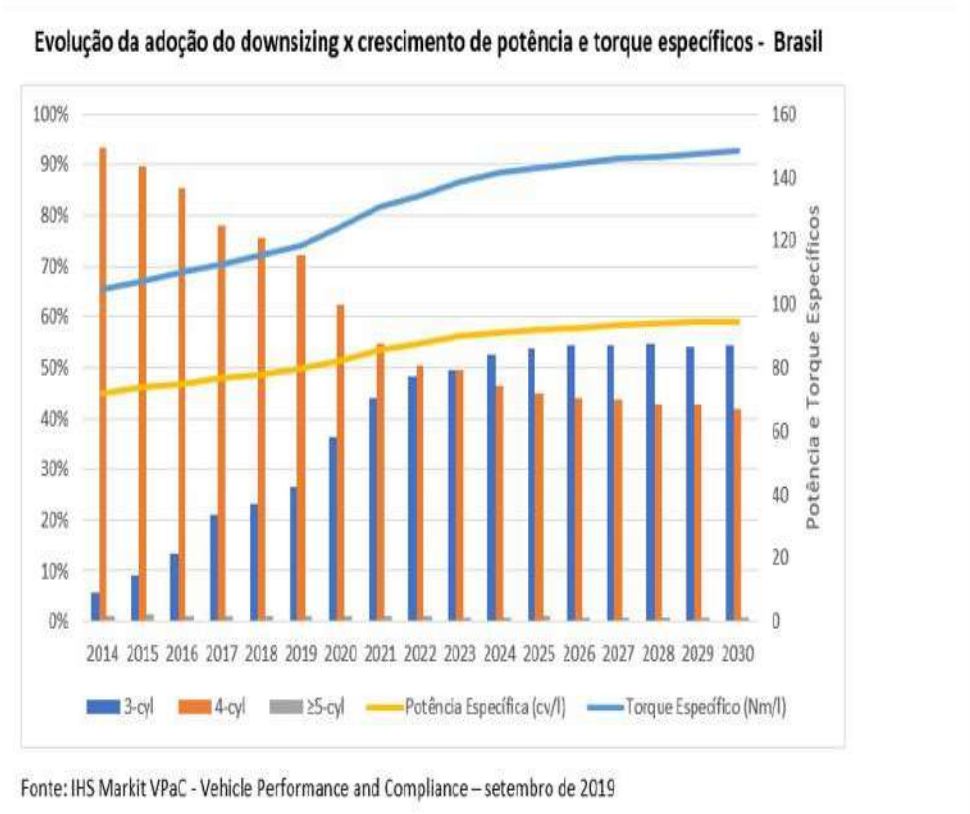
Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09E2.5V43.613R.2169.6476 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Página 209 de 1137 Pág: 15

Durante pesquisa realizada em sites e revistas especializadas no seguimento automotivo, fato não controverso é de que nas últimas décadas houve downsizing no mercado.

A prática de substituir motores maiores e aspirados por propulsores menores e sobrealinhamentados tornou-se possível, por exemplo, fazer um pequeno motor 1.0 de 3 cilindros render quase tanto quanto um motor 2.0 do passado. Por esse motivo, e buscando não restringir a competição entre as diferentes montadoras, o critério de exigência elencado neste Estudo, pauta pelo parâmetro de potência em CV mínima exigida.[2]

Há, portanto, uma previsão de que mais da metade dos veículos vendidos no Brasil em 2023 sejam equipados com motores de três cilindros e a participação de turbo e injeção direta deve ultrapassar 50% em 2028. Nesse contexto, apesar da redução da cilindrada média, o aumento do uso de turbo e da injeção direta vai fazer com que a potência específica (cavalos por litro) e o torque específico (Newton metro por litro) cresçam 31% e 42%, respectivamente, em 2030 quando comparadas a 2014.

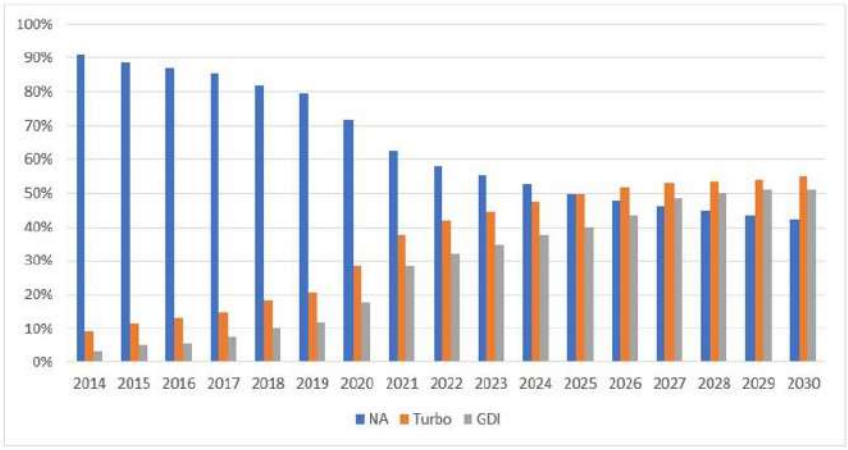


Fonte: IHS Markit VPaC - Vehicle Performance and Compliance – setembro de 2019

[2] https://motor1.uol.com.br/news/539999/motores-1000-turbo-brasil-tecnologias/
https://pt.linkedin.com/pulse/downsizing-tend%C3%AAncia-automobil%C3%ADstica-do-futuro-jared-rocha/
https://www.webmotors.com.br/wm1/dicas/o-que-e-downsizing
https://autoesporte.globo.com/carros/noticia/2014/11/tecnologia-entenda-porque-dowsizing-nao-significa-menos-potencia.ghtml

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09E2.5V43.613R.2169.6476 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A



Fonte: IHS Markit VPaC - Vehicle Performance and Compliance – Setembro de 2019

Considerando os vários parâmetros adotados pelas montadoras de veículos, existe uma diversidade de nomenclaturas e pontuações dentro de tipos e modelos de veículos, logo, em suas respectivas motorizações, a exemplo de veículos turbos e aspirados.

De forma a garantir que haja ampla e irrestrita participação no certame, estabeleceu-se dentro deste Estudo parâmetros mínimos de ***potência em "CV"*** a serem considerados, sem que contudo, deixem de atender as demais especificidades e itens de segurança descritos e previstos neste ETP.

3.4. - Critérios para exigência mínima de ano de fabricação - Itens de segurança obrigatórios e indispensáveis:

A exigência de veículos cujo ano de fabricação não seja inferior a 2022, justifica-se principalmente pela Resolução CONTRAN (567/2015) que trata sobre a obrigatoriedade do controle de estabilidade em veículos produzidos e fabricados a partir do ano de 2020. A regra vale para modelos inéditos, inclusive populares e também para os que passarem por grandes mudanças, como troca de geração. Por estas razões, pensando em garantir a segurança dos condutores e passageiros, além dos itens de segurança obrigatórios mais comuns como freios ABS e Airbag, encontram-se descritos neste estudo, itens de segurança indispensáveis e considerados obrigatórios e inseridos em veículos fabricados à partir de 2020 tais como:

a) Controle de estabilidade

O controle de estabilidade conforme acima mencionado é um item de segurança do carro que passou a ser obrigatório em 2020. O sistema tem o objetivo de detectar quando o carro está prestes a perder o controle e cortar a aceleração do motor, freando uma ou mais rodas. Esse cuidado pode impedir, por exemplo, que o veículo rode ao fazer uma curva.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09E2.5V43.613R.2169.6476 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://casadigital.ponte.mg.gov.br/verificador/ e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://casadigital.ponte.mg.gov.br/verificador/ e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

b) Barras de proteção lateral

As barras de proteção lateral são travessas de aço fixadas entre as colunas do veículo, por dentro das portas, para proteger o motorista e os passageiros em casos de colisão lateral. Apesar de simples, esse tipo de solução é muito efetivo, pois diminui o impacto sofrido pelo ocupante do carro. As barras de proteção lateral passaram a ser obrigatórias somente em 2020, mas muitos veículos do país já contam com esse item de segurança.

c) Freios ABS

Com a *vênia* pela redundância, o sistema ABS — assim como a direção hidráulica e o ar-condicionado, que já foram diferenciais — hoje são itens mais do que mandatórios. Desde janeiro de 2014 os carros novos comercializados no Brasil já saem de fábrica com o sistema ABS de frenagem.

d) Distância mínima entre os eixos de 2,60 cm (Sedan's)

Visto que os veículos Sedan's alugados pelo Consórcio andam quase que diariamente com número máximo de passageiros, tal característica se faz necessária perfazendo maior conforto aos passageiros e maior estabilidade aos veículos.

e) Faróis de LED

Quanto a exigência aos faróis de LED, esses são mais eficientes do que os convencionais por algumas razões. Eles consomem menos energia em comparação com as lâmpadas convencionais, como as de halogênio. Portanto, os faróis de LED são mais econômicos em termos de consumo de energia do veículo, o que pode resultar até mesmo em menor consumo de combustível.

Além disso, os LEDs têm uma vida útil mais longa do que as lâmpadas convencionais. Enquanto as lâmpadas halógenas geralmente precisam ser substituídas após algumas centenas de horas de uso, os faróis de LED podem durar até 25.000 horas ou mais, dependendo do modelo. Isso significa que os veículos com faróis de LED não precisam substituí-los com tanta frequência, o que pode resultar em economia de dinheiro e tempo a longo prazo.

Outra vantagem dos faróis de LED é a sua capacidade de proporcionar melhor visibilidade. Eles produzem uma luz mais brilhante e clara em relação às lâmpadas convencionais, algo especialmente útil durante a noite e em condições climáticas adversas, como chuva ou neblina. Os faróis de LED também iluminam a estrada de forma mais eficiente e proporcionam uma melhor percepção de profundidade, o que contribui para a segurança ao dirigir.

Por fim, os faróis de LED têm uma resposta mais rápida em comparação com as lâmpadas tradicionais. Eles ligam e atingem o brilho máximo quase

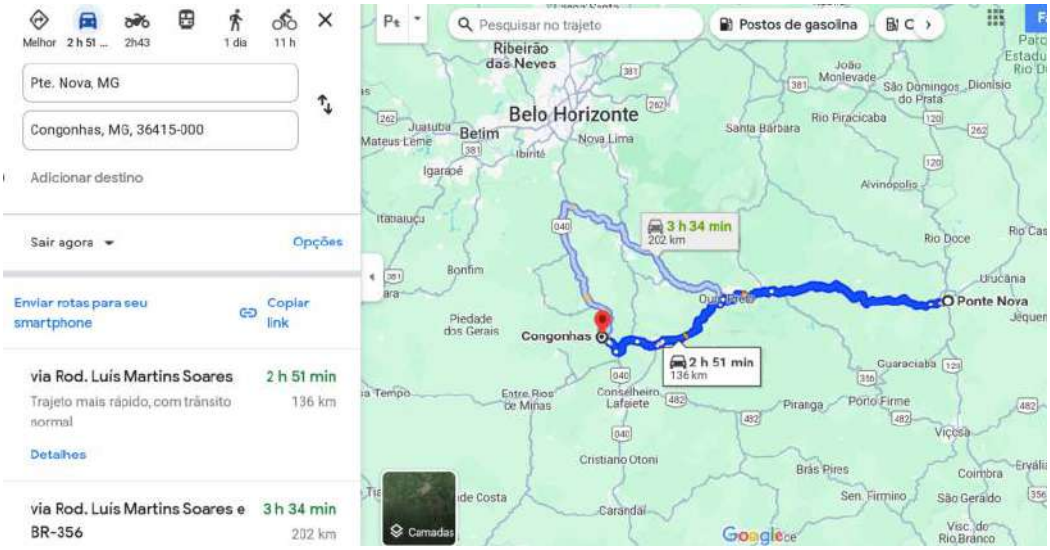
Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09E2.5V43.613R.2169.6476 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cisasp.inf.br/verificador/ e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://cisasp.inf.br/verificador/ e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

instantaneamente, enquanto as lâmpadas de halogênio precisam de um breve período para aquecer. Essa resposta rápida é particularmente útil ao alternar entre os modos alto e baixo dos faróis ou ao utilizar sistemas de iluminação adaptativa, proporcionando maior conveniência e segurança ao motorista.[3]

Reiteramos que atualmente o CIMVALPI é composto por 46 (quarenta e seis) municípios localizados principalmente dentro da Zona da Mata Mineira, Vale do Piranga e Região dos Inconfidentes. É justificadamente razoável que haja para além das exigências quanto aos itens de segurança acima apontados, que os veículos fornecidos possuam baixa quilometragem, de forma a garantir a ininterrupta continuidade dos trabalhos realizados pelo CIMVALPI, minimizando contratempos no que se refere a manutenções corretivas decorrente de quebra ou mau funcionamento.

A título meramente exemplificativo, podemos citar o município consorciado de Congonhas/MG, localizado a mais de 130km de distância da sede do CIMVALPI. Os atendimentos realizados não somente a este município, como para tantos outros, demandam deslocamentos quase que semanais, o que deve ser assegurado por veículo em excepcionais condições de segurança e conforto, como a exigência por veículos com faróis de LED, haja visto que em razão das distâncias entre os Municípios, estes veículos certamente retornarão à sede já em horário noturno.



4) CONTRATAÇÕES CORRELATAS E INTERDEPENDENTES;

A Contratada deverá proceder com a manutenção preventiva e corretiva, incluindo reposição de peças quando necessário, seguro total e/ou plataforma de proteção veicular, inclusive contra terceiros.

[3] https://www.karvi.com.br/blog/por-que-farois-de-led-sao-mais-eficientes/

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09E2.5V43.613R.2169.6476 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://casadigital.ponte-nova.mg.gov.br/verificacao/2440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Página 213 de 1137 Pág: 16

Correlata à presente contratação o Processo: 0903217202310 Gerenciamento informatizado de frota de veículos, mediante rede credenciada para fornecimento de combustíveis; manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças e serviços; higienização de veículos.

Esta contratação pospor-se processo licitatório 001/2022, portanto, trata-se de processo cujo objeto e modelo de contrato já possui precedentes dentro do departamento de licitações do CIMVALPI.

5) REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Tendo em vista a natureza do serviço a ser contratado, a previsão da contratação encontra-se inserida no artigo 2º, inc. III da Lei 14.133/2021. Para além deste imperativo legal contido na nova Lei de Licitações, observa-se o disposto na Consolidação do Contrato de Consórcio Público e Consolidação Estatuto CIMVALPI, além das Instruções Normativas 007/2022 e 008/2022 ambas também do CIMVALPI.

Para além na Novel Lei de Licitações e legislação civilista aplicadas no presente Estudo, considerar-se-á como requisitos da contratação todas as demais exigências previstas em Edital e Contrato.

Poderá participar deste processo licitatório empresas do ramo de atividade relacionada ao objeto, que não possuam registro de sanção que impeça sua contratação, bem como estejam devidamente regulares com as Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal, com o FGTS, INSS e com a Justiça do Trabalho.

Os serviços que constituem o objeto deste estudo e eventual contratação, deverão ser executados de acordo com a solicitação da contratante e/ou Município consorciado, por ordem de serviço e orientação/fiscalização da equipe técnica designada pelo CIMVALPI, devendo o veículo estar disponível no período e local, conforme a necessidade apresentada, além das disposições expostas no Termo de Referência, Edital e condições contratuais.

Previamente dispõe-se que na proposta de preço apresentada, deverá ser considerado pela licitante, que o objeto licitado deverá ser fornecido em até 15 (quinze) dias úteis após a data de solicitação.

O veículo em referência, deverá ser entregue na área patrimonial indicada pela contratante e/ou ente consorciado.

Estabelece-se ainda que o custo de mobilização, desmobilização, seguros e todos os demais custos/encargos envolvidos estão a cargo da contratada, ou seja, **na proposta de preço deverá compreender todas as despesas decorrentes da locação.**

Os veículos deverão estar segurados e/ou cobertos por plataformas de proteção veicular devendo o valor de franquia ser apresentado à parte da proposta ou se

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09E2.5V43.613R.2169.6476 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse o site https://visanet.com.br/verificacao/D2A0.F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas acesse o site https://visanet.com.br/verificacao/D2A0.F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

já inserido na mesma, que seja especificado o percentual de franquia dentro da proposta.

É necessário entender que não existe um valor fixo para a franquia do seguro. Seu valor vai depender de fatores como o perfil do condutor, modelo do carro e outros pontos avaliados durante a cotação.

Além disso, existem diferentes tipos disponíveis de franquias que pode optar na contratação do seguro, ficando a cargo da licitante qual modelo de franquia será utilizada, se reduzida, majorada ou normal.

Como não há no mercado regulamentação acerca de alíquota relativa a valor de franquia em caso de sinistro, será considerado pelo CIMVALPI a proposta que não exceda o valor máximo de 4% (quatro) por cento do valor da tabela fipe em consonância a alíquota de IPVA cobrado dentro do Estado de Minas Gerais.

Deverá ser contemplado as seguintes coberturas:

Seguro:

Danos Corporais a terceiros.....R$100.000,00
Danos Materiais a terceiros.....R$100.000,00
Danos Morais a terceiros.....R$10.000,00
Ocorrência de morte.....R$13.500,00
Invalidez permanente e/ou total.....R$13.500,00
Despesas médico hospitalares.....R$2.700,00

O presente serviço será realizado sob demanda, de acordo com a necessidade da administração e dos Municípios interessados na contratação.

Só será efetuado o contrato administrativo em caso de necessidade e em cumprimento ao disposto na Lei nº 14.133/21. Ao final do processo licitatório será realizada a assinatura da ata de registro de preços, válida por 12 meses. Ainda para efeitos de prorrogação do contrato, poderá ser celebrado por até 05 (cinco) anos, prorrogável sucessivamente pelo prazo máximo de até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133 de 2021.

Os requisitos para contratação de empresa especializada em aluguel de veículos, devem seguir os pressupostos pela contratada de comprovar capacidade técnica e operacional, demostrada através de atestados de capacidade técnica profissional, documentação de enquadramento de empresa do ramo de locação de veículos sem motorista e cumpridos os requisitos apresentados neste Estudo.

6) LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DE MERCADO

Neste tópico, urge apresentar as soluções capazes de atender satisfatoriamente os ambientes produtivos, setores de atuação, departamentos e programas da gestão do CIMVALPI, e dos Municípios que o integram – que por sua vez, todos alinhadas aos princípios e regras que regem a Administração Pública.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09E2.5V43.613R.2169.6476 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse o link https://visaoagil.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas acesse o link https://verificador.iti.gov.br
Federal 14.063

Nosso estudo tem o condão de identificar empreendimentos possíveis de aproximar as compras públicas da Administração CIMVALPI às práticas adotadas pelo mercado, impondo inovações que se fundamentam no princípio da eficiência, imprimindo um uso racional dos recursos públicos.

Assim, observou-se que, em matéria de soluções para o serviço de transporte, a Administração Pública em geral costuma adotar ao menos dois modelos considerados mais tradicionais para execução deste serviço, são eles:

a) Aquisição de Veículos

No modelo de aquisição de veículos, a Administração Pública adquire o veículo e assume todos os custos dele decorrentes, contratando, de forma independente, motorista em empresa terceirizada ou designando servidor do próprio órgão para a função. É solução adotada em situações específicas como, por exemplo, quando o órgão público conta com estrutura de manutenção de veículos ou quando a locação não se mostra uma opção viável ou ainda, quando a localização do órgão torna inviável a adoção de modelo de contratação diverso.

b) Locação de Veículos

No modelo de locação de veículos, o serviço consiste na disponibilização de veículos por empresa contratada, a qual se responsabiliza pelos gastos e manutenções advindas da disponibilização do veículo.

O mercado de potenciais prestadores para os serviços de locação de veículos é bastante vasto, contudo, em determinadas situações como no caso em tela, o fracionamento do objeto licitado em vários itens permitirá a participação de um maior número de licitantes e que tal fato democratiza o acesso às contratações públicas. Quanto a tal fato, não resta a menor dúvida. É de fácil constatação, que, não obstante a locação de veículos não sejam objetos tão complexos, no mercado, sob o ponto de vista pragmático há uma grande distinção entre um e outro.

O seguimento de locação de veículos de pequeno e médio porte como veículos utilitários Hatchs, Sedans, SUV's, Pick–ups e Caminhonetes, referem-se às locadoras cujos registros da atividade, no Ministério da Economia, têm enquadramento dos CNAE 7711-0/00 (locação de veículos sem motorista) e CNAE 4923-0/02 (locação de veículos com motorista). São as chamadas locadoras que atuam somente com a atividade de locação de veículos, com CNPJ ativo na Receita Federal e frota registrada nos órgãos competentes de Trânsito. Cumpre esclarecer ainda que, compete à Administração proceder estudo detalhado sobre as características do objeto, modo de comercialização e preços praticados no mercado, a fim de delimitar os procedimentos que serão desenvolvidos na licitação. No caso em apreço, define-se a possibilidade jurídica, e viabilidade técnica e econômica de dividir o objeto em vários itens/lotes, permitindo que um número maior de interessados participe da

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09E2.5V43.613R.2169.6476 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://oficinadigital.com.br/verificar/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

disputa, o que, em decorrência, aumenta a competitividade e viabiliza a obtenção de melhores propostas

7) ANÁLISE DA POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO DO OBJETO

7.1. Conforme acima elencado, a contratação por item possibilita a participação de um maior número de interessados, independente da categoria de seu produto, desde que atendido as exigências contidas no Estudo. Isto, consequentemente aumenta a competitividade do certame e viabiliza a obtenção de melhores propostas, sem perda da economia de escala. Nesse interim cabe destacar entendimento sumulado pelo Tribunal de Contas da União no Enunciado nº 247, de acordo com o qual sempre que o objeto da contratação for divisível, é obrigatória a sua adjudicação por item, conforme texto abaixo colacionado:

SÚMULA TCU 247:

"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade."

Conforme verificado em pesquisa e discussões do mercado, o nicho de locação de veículos, apresenta variações de acordo com as diferentes categorias de automóveis, o que permite o parcelamento do objeto sem prejuízo à economia de escala.

Na prática, isso permitirá, por exemplo, que locadoras que não tenham determinada categoria de veículo disponível em sua frota, ainda possam participar do certame licitatório e, inclusive, sagrarem-se vencedoras, vez que não estarão obrigadas a apresentar propostas para um lote, mas apenas para os itens que tenham real disponibilidade de fornecer. Assim, no que tange à forma de contratação, é recomendável que o modelo do Registro de Preços seja dividido por itens, visando uma melhor negociação, com estímulo à competitividade, sempre objetivando à obtenção de ganho de escala e economia.

8) REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Requisitos Obrigacionais

Os requisitos obrigacionais mínimos exigidos, deverão atender às disposições contidas no OBJETO deste Estudo, além daqueles previstos em Lei, dos quais podemos destacar: "REQUISITOS DE HABILITAÇÃO" e "REQUISITOS DE

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09E2.5V43.613R.2169.6476 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pisa.portalfederal.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

REGULARIDADE FISCAL". Mas conforme mencionado, para além disso, deverá ser observado o regramento legal contido na Lei 14.133/21, bem como as exigências contratuais a *posteriori* dispostas em Termo de Referência.

As condições de habilitação, informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante serão divididos em jurídica; técnica, fiscal social e trabalhista; e econômico financeiro, conforme previsto nos artigos 62 e 65 da Lei 14.133/202.

Conforme disposto no § 4º do artigo 69 da nova lei, a Administração CIMVALPI, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio liquido equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contração.

A documentação referida deverá ser apresentada na forma prevista no artigo 70 da Lei 14.133/2021:

> *Art. 70. A documentação referida neste Capítulo poderá ser:*
>
> *I – apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração;*
>
> *II – substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que previsto no edital e que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto nesta Lei;*
>
> *III – dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais).*
>
> *Parágrafo único. As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo federal.*

8.2. Regularidade Fiscal: O licitante deverá encontrar-se de forma regular perante suas obrigações com a legislação tributária federal, estadual, municipal, seguridade social e o fundo de garantia por tempo de serviço. Cumpre aqui ressaltar que regularidade não implica em quitação. Regularidade é a comprovação de que a empresa atende todas as exigências do fisco.

8.2.1 **-** São os seguintes documentos exigidos por lei que provam sua regularidade fiscal:

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09E2.5V43.613R.2169.6476 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse o site https://verificador.iti.gov.br e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas, acesse o site https://verificador.iti.gov.br e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

8.2.1.1 **- Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoas Física e Jurídica:** Cadastro de Pessoa Física – CPF e Cadastro Nacional de Pessoa Jurídicas – CNPJ. Ambos são expedidos pela Secretaria da Receita Federal

8.2.1.2 **- Prova de Inscrição no cadastro de contribuintes, ICMS/ISS:** Inscrição Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação. A Inscrição Estadual é emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda e Planejamento.

8.2.1.3 **- Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais emitida pela Receita Federal**. Poderá ser solicitada na Agência da Receita Federal, em qualquer localidade do respectivo Estado, cuja validade é de 180 (cento e oitenta) dias. Também poderá ser emitida pelo site www.receita.fazenda.gov.br com validade de 30 (trinta) dias a contar da sua emissão.

8.2.1.4 **- Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual:** Certidão emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual, podendo ser solicitada em qualquer posto de atendimento da Secretaria de Fazenda Estadual. Esta certidão terá validade de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.

8.2.1.5 **- Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal:** Esta certidão deverá ser emitida pela Secretaria Municipal do Município onde o imóvel encontra-se localizado.

8.2.1.6 **- Certificado de regularidade do FGTS.**

9) POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA

Em que pese o entendimento sumulado pelo Tribunal de Contas da União, no enunciado nº 281, de acordo com o qual é vedada a participação de cooperativas em certame licitatório quando houver necessidade de subordinação de mão de obra, **verifica-se que tal entendimento não é aplicável ao presente caso, quando a prestação do serviço de locação não demanda a subordinação de mão de obra**. Isso porque, o objeto do presente procedimento licitatório gira em torno da contratação de empresa de locação de veículos (enquadramento dos CNAE 7711-0/00 (locação de veículos sem motorista), não restando caracterizada situação de subordinação, o que afasta a vedação da Corte de Contas.

Ademais, a possibilidade de participação de cooperativa em certame licitatório é matéria de ordem legal e sua vedação, fora dos parâmetros configuraria violação ao disposto no §2º do art. 10 da Lei nº 12.690/12, que dispõe:

> *Art. 10. A Cooperativa de Trabalho poderá adotar por objeto social qualquer gênero de serviço, operação ou atividade, desde que previsto no seu Estatuto Social.*
> *§ 1º [...]*
> ***§ 2º A Cooperativa de Trabalho não poderá ser impedida de participar de procedimentos de licitação***

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09E2.5V43.613R.2169.6476 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pisa.ponnenova.com.br/verificador/ e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pisa.ponnenova.com.br/verificador/ e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

pública que tenham por escopo os mesmos serviços, operações e atividades previstas em seu objeto social.

Assim, sob pena de violação de dispositivo legal, não há óbice à participação de cooperativas no presente certame licitatório, desde que a demanda do objeto não implique na contratação do serviço de locação de veículo, máquina ou equipamento com emprego de mão de obra, e desde que os serviços prestados pela mesma sejam condizentes claramente com o objeto da licitação.

Contudo, é de conhecimento geral a existência de falsas cooperativas, que na prática, são empresas intermediadoras de mão de obra subordinada. A fim de afastar do certame a participação destas entidades, requer-se apresentação de **Modelo de Gestão Operacional, a** fim de comprovar se a proponente detém autonomia, autogestão e não exercício de atividades de sujeição, pessoalidade e habitualidade dos cooperados, reiterando que não será admitida a contratação de cooperativas ou instituições sem fins lucrativos cujo estatuto e objetivos sociais não prevejam ou não estejam de acordo com o objeto contratado.

10) DEMAIS REQUISISTOS DE PARTICIPAÇÃO

10.1. - Além dos requisitos obrigacionais e regularidade fiscal elencados no item 8; subitens 8.1 e seguintes; 8.2 e seguintes; notadamente no subitem 8.2.1.6 – Certificado de Regularidade FGTS, que poder-se-á ser enquadrado como garantia da regularidade social. A habilitação das licitantes será realizada mediante a apresentação da seguinte documentação complementar:

10.1.1. - Comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor anual estimado da contratação, quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, informados pelo Sicaf, for igual ou inferior a 1;

10.1.2. - Comprovante de inscrição e situação cadastral emitido pela Receita Federal do Brasil que comprove a atividade econômica principal ou secundária como sendo Locação de Automóveis sem Condutor (CNAE);

10.1.3. - Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante;

10.1.4. - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011;

10.1.5. - Um ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove(m):

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09E2.5V43.613R.2169.6476 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse o site https://oficinadigital.com.br/verificar/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

10.1.6. - Aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com os objetos desta licitação, demonstrando que a licitante gerencia ou gerenciou serviços de locação de veículos, com no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do número de veículos que serão necessários para suprir a demanda em decorrência desta licitação;

10.1.7. - Experiência mínima de 3 (anos) anos na prestação de serviços de locação de veículos, ininterruptos ou não, até a data da sessão pública de abertura do Pregão. Os períodos concomitantes serão computados uma única vez;

10.1.8. - Para a comprovação de tempo de experiência, poderão ser aceitos cópias de contratos ou outros documentos idôneos, mediante diligência da Pregoeira.

10.1.9. - Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica.

10.1.10. - O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica deverá(ão) se referir a serviços prestados, no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária, especificada no contrato social, devidamente registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB.

10.1.11. - As licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados.

10.1.12. - Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do respectivo contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

11) DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS

11.1. - A contratação pretendida tem como objeto a prestação de serviços de locação de veículos, sem motorista e sem combustível, a serem executados na região de abrangência de atuação do CIMVALPI, notadamente em cerca de 46 (quarenta e seis) Municípios, sobretudo na grande região da Zona da Mata, microrregiões do Vale do Piranga e Inconfidentes.

11.2. - Os serviços a serem contratados possuem natureza continuada, de modo que sua interrupção pode comprometer as atividades da Administração e sua necessidade deve se estender por mais de um exercício financeiro.

11.3. - O prazo de vigência do contrato será previsto em Edital, (Art. 105), observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09E2.5V43.613R.2169.6476 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse o site https://verificador.iti.gov.br e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas, acesse o site https://verificador.iti.gov.br e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

plurianual, quando ultrapassar 01 (um) exercício financeiro, estimando-se no presente estudo, vigência inicial de 12 (doze) meses.

11.4. - Será de inteira responsabilidade da contratada todos os encargos relativos ao veículo, como IPVA, seguro obrigatório e taxa de emplacamento, com exceção das multas provenientes de infração às leis de trânsito, previstas no Código de Trânsito Brasileiro, que tenham sido causadas por dolo ou culpa dos prepostos do CIMVALPI e dos MUNICÍPIOS nas locações "sem condutor".

11.5. - Caberá a contratada encaminhar ao CIMVALPI com cópia aos MUNICÍPIOS, dentro do prazo máximo de 03 (três) dias úteis de seu recebimento a notificação de autuação de infração de trânsito referente ao veículo locado para verificação, apuração de responsabilidade e indicação dos dados do condutor infrator, conforme previsto no Código de Trânsito Brasileiro.

11.6. - Os veículos deverão ter seguro e/ou plataforma de proteção veicular contra roubo, furto, danos materiais e pessoais, inclusive contra terceiros, cobertura total para caso de destruição parcial ou total do bem durante todo o prazo de vigência contratual, cabendo à contratante o pagamento da franquia correspondente nos casos em que o sinistro ocorrer por culpa/dolo do preposto por ela designada para condução do veículo.

11.7. - A Contratada responsabiliza-se por todas as despesas decorrentes da utilização dos veículos, como troca de óleo e reparos mecânicos necessários à sua manutenção.

11.8. - A Contratada deverá realizar manutenção preventiva e corretiva dos veículos, de acordo com as recomendações do fabricante, incluindo os serviços de funilaria, lubrificação, bem como, substituição de pneus, mantendo a regulagem dos veículos para que sejam minimizados os níveis de emissão de poluentes, visando contribuir com o atendimento dos programas de qualidade do ar, observados os limites máximos de emissão de gases, conforme legislação vigente.

11.9. - Manter atualizada e em ordem a documentação relativa ao veículo.

11.10. - Apresentar na sede do CIMVALPI, e quando solicitado pela administração do consórcio, no MUNICÍPIO onde se encontra o veículo, para vistorias iniciais e periódicas.

11.11. - Equipar os veículos com todos os itens de segurança previstos em Lei e exigidos pelo Código Nacional de Trânsito.

11.12. - Os veículos que se encontrarem em situação de impedimento no que se refere ao item anterior, terão o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para regularizar a situação ou substituir o mesmo por outro de características similar.

11.13. - A Contratada deverá prestar os esclarecimentos que lhes forem solicitados e atender prontamente às reclamações sobre seus serviços.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09E2.5V43.613R.2169.6476 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse o site https://visaoagil.com.br/verificar com o código D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas acesse o site https://validar.iti.gov.br e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

12) ESTIMATIVA DOS ITENS E DE LEVANTAMENTO DE PREÇOS - Da Metodologia aplicada às quantidades estimadas, conforme anexos.

Levantamento realizado junto a Diretoria Técnica Administrativa e Setor de Frotas do CIMVALPI, onde foi demandado pelos respectivos quantitativos e qualificativos (modelos) de veículos:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE FRANQUIA (ANO)	UNIDADE	VALOR MENSAL ESTIMADO
1	Veículo, capacidade de 5 (cinco) passageiros, motorização mínima de 1.0, potência acima de 75 CV, direção elétrica ou hidráulica, combustível flex (gasolina/álcool), 04 (quatro) portas, ar condicionado, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, ano de fabricação mínimo 2022;	108	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.090,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$2.750,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$3.559,48 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$3.220,59 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.155,01
2	Veículo, Sedan ou Sedan Executivo, 04 (quatro) portas, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo,	108	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.700,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$2.989,98 M&M ALUGUEL DE CARROS

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09E2.5V43.613R.2169.6476 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://cisanarp.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

	controle de tração e estabilidade, distância mínima entre os eixos de 2,60 cm, ano de fabricação mínimo 2022;			R$4.648,59 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.779,52
3	Veículo, tipo Minivan, motorização mínima 130 CV, com capacidade mínima para 07 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, ano de fabricação mínimo 2022;	18	Franquia Mensal (3.000 km)	R$4.150,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$6.415,98 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$4.340,39 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$4.968,79
4	Veículo, tipo SUV, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de	108	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.990,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$4.700,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09E2.5V43.613R.2169.6476 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÃO - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse o site https://visaoagil.com.br/verificacao/ e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas acesse o site https://verificador.iti.gov.br

	tração e estabilidade, ano de fabricação mínimo 2022;			R$2.570,90 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$4.035,19 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.824,02
5	Veículo, pick-up, motorização mínima de 75 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, ano de fabricação mínimo 2022;	36	Franquia Mensal (3.000 km)	R$4.100,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$3.850,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$3.998,95 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$3.457,39 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.851,58
6	Veículo, caminhonete 4x4, cabine dupla, motorização mínima de 160 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS e AIRBAG, combustível diesel, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo,	18	Franquia Mensal (3.000 km)	R$7.990,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$7.500,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09E2.5V43.613R.2169.6476 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse o link: https://visaogeral.adm.br/verificar com o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas acesse o link: https://visaogeral.adm.br/verificar com o código D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

	controle de tração e estabilidade, ano de fabricação mínimo 2022;			R$9.789,88 M&M ALUGUEL DE CARROS R$9.990,19 LOCALIZA **MÉDIA TOTAL R$8.817,51**
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:		**R$1.548.733,68**		

As unidades de franquia basearam-se nas quilometragens normalmente utilizadas mensalmente para cada veículo locado. Sendo que no limite da franquia mensal (3.000 km) o quantitativo será abatido. Já em que pese haver excedente de quilometragem mensal, será feito pagamento proporcional a quilometragem utilizada, o que se dará em caso excepcional, posto que, ao servidor responsável pela fiscalização do contrato, caberá se atentar ao limite da unidade de quilometragem contratada.

O quantitativo das franquias (ano) se estabeleceu visto que como citado em certidão anexa ao processo, o CIMVALPI possui atualmente locado 7 veículos **1.0/1.6**; 6 veículos **Sedan's**; 6 veículos **SUV's**; 1 veículo **4x4**; 1 veículo **4x2**, podendo haver um aumento no número de locação de veículos em razão da ampliação do quadro de funcionários do Consórcio e um possível excedente de quilometragem utilizado. Sendo assim para cada mês vigente do ano foi estimado 1 (uma) franquia, com uma reserva de franquia caso seja necessária para utilização. Vejamos exemplo abaixo:

Veículo, capacidade de 5 (cinco) passageiros: 7 (locados atualmente) x 12 (meses do ano) = 84 (franquias) + 24 (franquias/reserva) = **108 (franquias/ano)**

13) PESQUISA DE PREÇO

As pesquisas de preço foram realizadas conforme estabelecidas pela instrução Normativa 07/2022, âmbito do Consórcio CIMVALPI, que dispõe sobre o procedimento para realização de pesquisa de preços.

A pesquisa de preço foi realizada considerando os parâmetros dispostos no artigo 6º, inciso IV, da IN 07/2022 do Consórcio CIMVALPI. Foram consultados os preços através de pesquisa direta com fornecedores, através de email e celular android com empresas do ramo de locação de veículos, no âmbito do Estado de Minas Gerais, onde se situa o Consórcio e os municípios consorciados, visto que após a realização do Pregão 001/2024, cujo objeto foi o mesmo deste, a licitação se restou com sobrepreço, tendo sido assim analisada pela Diretoria Técnica Administrativa do Consórcio a conclusão de realizar a cotação de

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09E2.5V43.613R.2169.6476 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pisa.negrobi.com.br/verificador/ e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pisa.negrobi.com.br/verificador/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

preços diretamente com locadoras dos automóveis no Estado de Minas Gerais afim de se buscar preços compatíveis ao mercado.

As locadoras foram escolhidas de maneira aleatória, sendo feito contato com várias do ramo de locação de veículos, findando o balizamento de preços com aquelas que enviaram cotações referente a demanda feita pelo Consórcio.

14) ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Conforme acima apresentado, a estimativa do valor do contrato é de **R$1.548.733,68 (um milhão, quinhentos e quarenta e oito mil, setecentos e trinta e três reais e sessenta e oito centavos).**

15) JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

De início, a possibilidade de parcelamento ou não do objeto da licitação deve ser auferida sempre no caso concreto, essencialmente, deve a Administração prezar acerca da viabilidade técnica e econômica do parcelamento e da divisibilidade do objeto, de conformidade com o pronunciado pelo Tribunal de Contas da União por meio do Acórdão nº 732/2008. Nos termos do art. 47, inc. II da Lei 14.133/21, a opção pelo critério de julgamento por item é obrigatória e deve ser aplicada sempre que se comprovar técnica e economicamente viável a sua adoção, a fim de ampliar a competitividade sem perda da economia de escala. Nesse sentido, por meio do **Acórdão 2529/2021-TCU-Plenário[4], o Tribunal de Contas da União,** onde "empreende-se, pois, da leitura da parte dispositiva do sobredito acórdão que, sob a ótica do TCU, a ausência de parcelamento do objeto da licitação representa, por si só, restrição ao caráter competitivo da disputa, havendo situações, no entanto, em que tal restrição poderia ser devidamente justificada. Estaria assim sujeita à reprimenda da Corte de Contas tão somente a ausência de parcelamento que configurasse injustificada restrição à competitividade do certame.

No caso em análise, considerando a diversidade de modelos de veículos, e ante a pluralidade de fornecedores disponíveis no mercado de locação, torna-se economicamente mais vantajoso o parcelamento do objeto, porquanto pode atrair um maior número de interessados, resultando em melhores preços para a Administração.

Ademais, os itens do presente certame abrangem gêneros de veículos automotores de categorias diferentes, motivo pelo qual a reunião, em lotes, de veículos com especificações distintas, implicaria em restrição à competitividade do certame.

Pelo exposto, a opção por realizar a licitação por item decorre de aspectos técnico-econômicos, com vistas a melhor atender o interesse público, com eficiência e racionalidade dos gastos.

[4] https://www.migalhas.com.br/depeso/354484/parcelamento-do-objeto-da-licitacao-e-ampliacao-da-competitividade

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09E2.5V43.613R.2169.6476 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pmpn.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

16) ALINHAMENTO CONTRATAÇÃO E PLANEJAMENTO

Diretrizes que nortearam o ETP:

- Lei Federal nº. 14.133/2021;
- Instruções Normativas CIMVALPI nº. 07/2022 e 08/2022;
- Lei 9.503/1997 (CTB)

16.1. A pretensa contratação destes serviços por parte deste ente público, encontra previsão na CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO CIMVALPI, naquilo que concerne a prestação de atividades de planejamento, execução e gestão associada de serviços públicos nas mais diversas áreas, *art. 7º inc. I,* bem como ainda no art. 6º, parágrafo único, inc. I, *alíneas "e,h,k,p,s"* da CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO.

16.2. Em consonância a função institucional para qual o consórcio foi criado, fato não controverso é de que os entes consorciados se depararam com baixa oferta de quadros técnicos qualificados, pouca experiência na elaboração das políticas públicas e baixa capacidade de gestão. Nesse contexto, buscando melhorar e aprimorar a gerência na gestão pública dos entes consorciados, o CIMVALPI planeja com a presente contratação objeto deste estudo, trazer benefícios de Redução de custos fixos para os Municípios; Ganho de escala; Fortalecimento da gestão local; Melhora na qualidade dos serviços prestados, dentre outros.

17) POSICIONAMENTO CONCLUSIVO QUANTO A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A conclusão que pode extrair deste Estudo, é que a contratação de empresa especializada em locação de veículos, atende satisfatoriamente demanda existente entre os entes consorciados e o próprio CIMVALPI, posto que, conforme apresentado, os entes consorciados apresentam uma frota deficitária e em alguns casos inexistente.

Ignorar à existência por demanda de veículos por parte da administração, implica em obstaculizar suas atividades dado o essencial atendimento à necessidade pública de forma permanente e contínua. A interrupção deste serviço que resulta na atividade de deslocamento de servidores, munícipes, objetos e cargas pode comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

A contratação pretendida, desde que observados os requisitos de negócio estabelecidos no presente estudo, com a vantagem de permitir melhor adequação dos serviços às efetivas necessidades dos entes consorciados e do próprio CIMVALPI, apresenta-se indubitavelmente viável.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09E2.5V43.613R.2169.6476 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse o site https://visanet.com.br/verificador e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas acesse o site https://verificador.iti.gov.br
Página 228 de 1137 Pág: 17

18) DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO;

Nesse ínterim, o certame licitatório para contratação de empresa especializada na locação de veículos acima especificados para atender demanda do CIMVALPI e Municípios consorciados, apresenta-se como solução mais comum e viável seja do ponto de vista técnico, seja do ponto de vista econômico. Considerando o modelo alternativo, que seria AQUISIÇÃO (compra), dentro do contexto econômico dos Municípios que integram o Consórcio apresenta-se inviável, posto que além do alto valor inicialmente despendido pelo poder público, advém custos oriundos de manutenção de frota. Dentro do modelo de locação, conforme previsto neste Estudo, os custos e despesas de manutenção e impostos, ficam exclusivamente a cargo do contratante, o que assegura maior economicidade e melhor aproveitamento dos recursos humanos, não havendo necessidade da administração em dispor de mão-de-obra voltada para esta finalidade.

19) DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS;

Tem-se em vista que, com a instituição do procedimento, a gestão CIMVALPI visa preservar o caráter ininterrupto das atividades administrativas e operacionais dos Municípios que demandam pelo serviço e notadamente do próprio Consórcio, agindo de forma planejada, a fim de prevenir riscos e prejuízos ao erário, ambicionando melhorias de gestão – tais como o aumento do poder de barganha e a obtenção de economia de escala.

Noutros passos, com o condão de atender satisfatoriamente as necessidades identificadas, observando as peculiaridades do objeto e para alcançar os resultados pretendidos, é oportuno o emprego de alguns recursos tais como:

a. Publicação do presente Estudo para apresentação e verificação das demandas dos Municípios que demonstrarem interesse; com vistas a estabelecer uma maior margem de negociação no certame e, também, para mensurar, em estimativa aproximada, a dimensão do pleito;
b. Disponibilização dos meios pertinentes, sejam físicos ou eletrônicos, para a realização da pesquisa de mercado e da pesquisa de preços, as quais possibilitam a mensuração da dimensão do pleito e a verificação da aproximação do trabalho às práticas vigentes no mercado;

A presente demanda é proveitosa na medida em que se identifica que o serviço de locação de veículos, de forma a atender satisfatoriamente o Interesse Público, constituem uma necessidade em comum dos Municípios consorciados e do próprio Consórcio. Pelo exposto até aqui, os resultados pretendidos são:

a. O atendimento satisfatório da contratação;
b. O alcance de uma larga racionalização e economia aos gastos públicos;

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09E2.5V43.613R.2169.6476 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse o site https://visanet.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Página 229 de 1137 Pág: 17

c. A preservação do caráter ininterrupto das atividades administrativas e operacionais do CIMVALPI;
d. A prevenção de riscos ao Erário; e
e. O alcance de indicadores para a medição e aperfeiçoamento da gestão.

20) PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO;

20.1. A Administração do Consórcio Intermunicipal e Multissetorial do Vale do Piranga, objetivando a necessidade de contratação de empresa especializada em locação de veículos irá licitar o serviço. Após os resultados, será elaborado Termo de Referência, Publicação de Edital, a após os tramites da disputa, celebração de contrato.

20.2. Haverá necessidade de indicar servidores para a correta fiscalização do contrato em tela, evitando-se vícios ou desvios de conduta, bem como garantir o cumprimento das metas de eficiência e eficácia necessárias para o atendimento do objeto dessa contratação.

21) DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL

21.1. Sob inteira responsabilidade da contratante, realizar manutenção preventiva e corretiva dos veículos, de acordo com as recomendações do fabricante, bem como substituição e descarte adequado de pneus, fluidos e lubrificantes.

21.2. Manutenção da regulagem dos veículos para que sejam minimizados os níveis de emissão de poluentes, visando contribuir com o atendimento dos programas de qualidade do ar, observados os limites máximos de emissão de gases, conforme legislação vigente.

22) PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÃO:

O CIMVALPI, no presente momento, se encontra com o plano anual de contratações vigente, conforme IN 30/2024.

23) CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Nos termos do art. 47, inc. II da Lei 14.133/21, a opção pelo critério de julgamento por item é obrigatória e deve ser aplicada sempre que se comprovar técnica e economicamente viável a sua adoção, a fim de ampliar a competitividade sem perda da economia de escala, como no caso em tela, será realizado por meio de pregão eletrônico através de menor preço por item.

Ponte Nova, 16 de maio de 2024.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09E2.5V43.613R.2169.6476 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://oficinadigital.com.br/verificar/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

João Paulo Ferreira
Gerente Administrativo

Hilton Antônio de Oliveira
Responsável pela Revisão
Oficial de Assessoramento Jurídico

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09E2.5V43.613R.2169.6476 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://oficinadigital.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Assinaturas do Documento

Documento Assinado Eletronicamente por **HILTON ANTONIO DE OLIVEIRA**, **CPF:** 042.21*.**6-*7 em **16/05/2024 09:55:23**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **09Z7.5V55.523H.H089.5068**, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.

Documento Assinado Eletronicamente por **JOAO PAULO FERREIRA**, **CPF:** 052.42*.**6-*3 em **16/05/2024 09:43:13**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **0935.1943.1138.V54W.1163**, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.

Informações do Documento

ID do Documento: **629.45E** - Tipo de Documento: **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - RETIFICADO**.

Elaborado por **JOAO PAULO FERREIRA**, **CPF:** 052.42*.**6-*3 , em **16/05/2024 - 09:43:13**

Código de Autenticidade deste Documento: 09E2.5V43.613R.2169.6476

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
https://zeropapel.cimvalpi.mg.gov.br/verdocumento

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09E2.5V43.613R.2169.6476 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse o link: https://zeropapel.cimvalpi.mg.gov.br/verificarcodigo/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas acesse o link: https://zeropapel.cimvalpi.mg.gov.br/verificarcodigo/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Termo de Referência

1. DA INDICAÇÃO DO OBJETO - Definição, Natureza, Quantitativo, Prazos e Possibilidade prorrogação

1.1. - Contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos para o transporte de pessoas, materiais, documentos e pequenas cargas, para atender demanda do CIMVALPI, bem como do Município de Dom Silvério.

1.2. - No presente caso, o serviço é caracterizado como comum e de natureza continuada. Posto isto, a previsão de vigência do contrato é de 12 meses, a contar da data de sua assinatura, dessa forma, a Ata de Registro de Preços deverá vigorar pelo mesmo período, e expirar-se-á ao término do respectivo exercício financeiro.

1.3. - Ao presente Termo, aplicam-se as estimativas quantitativas, apresentadas no Estudo Técnico Preliminar e replicados no item 3 deste Termo.

1.4. - O presente serviço será prestado sob demanda, de acordo com a necessidade da administração. Só será efetuado o contrato administrativo em caso de necessidade e em cumprimento ao disposto na Lei nº 14.133/21. Ao final do processo licitatório será realizada a assinatura da ata de registro de preços, válida por 12 meses conforme exposto no subitem "1.2". É previsto a possiblidade de sua prorrogação pelo período de até 05 (cinco) anos, prorrogável por até 10 (dez) anos, com amparo legal nos termos do artigo 105 e seguintes da lei 14.133/21.

2. DA JUSTIFICATIVA – Fundamentação e Descrição da necessidade da contratação.

2.1. - Conforme apresentado em DFD expedido pela gerência administrativa do CIMVALPI, no intuito de elaborar estudo prévio para análise de viabilidade técnica, financeira e orçamentária para LOCAÇÃO DE VEÍCULOS utilitários que comportem 05 (cinco) passageiros; SUV's; Sedans; utilitários que comportem 07 (sete) passageiros (tipo minivans); Pick-up que comportem 02 (dois) passageiros e Caminhonete 4x4, sem fornecimento de combustível e sem motorista, incluindo manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças, seguro e/ou proteção veicular, inclusive contra terceiros, para o transporte de pessoas, materiais, documentos e pequenas cargas, com a finalidade de atender demanda do CIMVALPI, bem como dos Municípios que o integram. Ampliou-se desta forma o Estudo, com amplo levantamento das soluções de mercado para atendimento das necessidades tanto do CIMVALPI, quanto para os demais entes consorciados interessados na contratação destes serviços via Consórcio. Com levantamento realizado dentro da Coordenadoria de Planejamento e Direção de Contatos administrativos do CIMVALPI, considerou-se ainda a possibilidade de interesse por parte dos entes consorciados apresentarem demandas durante a fase de publicação da intenção de Registro de Preços.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09V1.3646.3034.R851.0487 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

3. DO QUANTITATIVO E CUSTO ESTIMADO – Especificação, Requisitos de qualidade, durabilidade e segurança

3.1. - Após Consolidada Pesquisas de Preços constante no item 12 do Estudo Técnico Preliminar, dado as especificidades de cada veículo, a metodologia aplicada para a definição da precificação se deu por itens. A média aritmética dos valores obtidos nas pesquisas de preços foram realizadas considerando os parâmetros dispostos no artigo 6º, inciso IV, da IN 07/2022 no âmbito do Consórcio CIMVALPI, que dispõe sobre o procedimento para realização de pesquisa de preços.

3.2. - Foram consultados os preços através de pesquisa direta com fornecedores, através de solicitação via email e celular android com empresas do ramo de locação de veículos, no âmbito do Estado de Minas Gerais, onde se situa o CIMVALPI e os municípios consorciados Insta elucidar que procedimento anterior realizado no Pregão 001/2024, cujo objeto foi o mesmo deste, a licitação resultou em sobrepreço, tendo sido assim, determinado pela Diretoria Técnica Administrativa do Consórcio a realização de novo certame, havendo desta vez a realização de cotação de preços diretamente com locadoras de automóveis no Estado de Minas Gerais afim de se buscar preços compatíveis ao mercado.

As locadoras foram escolhidas de maneira aleatória, sendo feito contato com várias do ramo de locação de veículos, findando o balizamento de preços com aquelas que enviaram cotações referente a demanda feita pelo Consórcio.

3.3. - Através de levantamento realizado junto da Diretoria Técnica Administrativa e Setor de Frotas do CIMVALPI, além de demanda apresentada pelo município de Dom Silvério, apontou necessidade de locação dos respectivos quantitativos e qualificativos (modelos) de veículos:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE FRANQUIA (ANO)	UNIDADE	VALOR MENSAL ESTIMADO
1	Veículo, capacidade de 5 (cinco) passageiros, motorização mínima de 1.0, potência acima de 75 CV, direção elétrica ou hidráulica, combustível flex (gasolina/álcool), 04 (quatro) portas, ar condicionado, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade,	108 (CIMVALPI)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.090,00 RACHID VEÍCULOS S/A R$2.750,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS R$3.559,48

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09V1.3646.3034.R851.0487 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

	faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	80 (DOM SILVÉRIO		M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$3.220,59 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.155,01
2	Veículo, Sedan ou Sedan Executivo, 04 (quatro) portas, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, distância mínima entre os eixos de 2,60 cm, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	108 (CIMVALPI)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.700,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$2.989,98 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$4.648,59 LOCALIZA
		50 (DOM SILVÉRIO)		**MÉDIA TOTAL R$3.779,52**
3	Veículo, tipo Minivan, motorização mínima 130 CV, com capacidade mínima para 07 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros	18 (CIMVALPI)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$4.150,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$6.415,98 M&M ALUGUEL DE CARROS

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09V1.3646.3034.R851.0487 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

	e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;			R$4.340,39 LOCALIZA
		30 (DOM SILVÉRIO)		**MÉDIA TOTAL R$4.968,79**
4	Veículo, tipo SUV, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	108 (CIMVALPI)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.990,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$4.700,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
		20 (DOM SILVÉRIO)		R$2.570,90 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$4.035,19 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.824,02
5	Veículo, pick-up, motorização mínima de 75 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica,	36 (CIMVALPI)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$4.100,00 RACHID VEÍCULOS S/A

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09V1.3646.3034.R851.0487 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

	combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;			R$3.850,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$3.998,95 M&M ALUGUEL DE CARROS
		30 (DOM SILVÉRIO)		R$3.457,39 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.851,58
6	Veículo, caminhonete 4x4, cabine dupla, motorização mínima de 160 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS e AIRBAG, combustível diesel, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	18 (CIMVALPI)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$7.990,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$7.500,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
		20 (DOM SILVÉRIO)		R$9.789,88 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$9.990,19 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$8.817,51
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:		**R$2.507.552,18**		

3.4. - Conforme acima demonstrado, a estimativa do valor da contratação é de R$2.507.552,18 (dois milhões, quinhentos e sete mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e dezoito centavos).

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09V1.3646.3034.R851.0487 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

3.5. - Aplicam-se aos requisitos de qualidade, durabilidade e segurança dos veículos as especificações apresentadas pelo fabricante, e condições de segurança apontadas no item "3.4" do Estudo Preliminar, mormente aos critérios para exigência mínima de ano de fabricação e itens de segurança obrigatórios e indispensáveis, bem como a realização periódica das manutenções preventivas, preditivas e corretivas quanto for o caso.

3.6. - As unidades de franquia basearam-se nas quilometragens normalmente utilizadas mensalmente para cada veículo locado. Sendo que no limite da franquia mensal (3.000 km) o quantitativo será abatido. Já em que pese haver excedente de quilometragem mensal, será feito pagamento proporcional a quilometragem utilizada, o que se dará em caso excepcional, posto que, ao servidor responsável pela fiscalização do contrato, caberá se atentar ao limite da unidade de quilometragem contratada.

3.7. - O quantitativo das franquias (ano) se estabeleceu visto que como citado em certidão anexa ao processo, o CIMVALPI possui atualmente locado 7 veículos **1.0/1.6**; 6 veículos **Sedan's**; 6 veículos **SUV's**; 1 veículo **4x4**; 1 veículo **4x2**, podendo haver um aumento no número de locação de veículos em razão da ampliação do quadro de funcionários do Consórcio e um possível excedente de quilometragem utilizado. Sendo assim para cada mês vigente do ano foi estimado 1 (uma) franquia, com uma reserva de franquia caso seja necessária para utilização. Vejamos exemplo abaixo:

Veículo, capacidade de 5 (cinco) passageiros: 7 (locados atualmente) x 12 (meses do ano) = 84 (franquias) + 24 (franquias/reserva) = **108 (franquias/ano)**

4. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E REGIME DE EXECUÇÃO

O critério de julgamento da proposta será o menor valor unitário por objeto, que consiste no valor necessário para locação de 1 (um) veículo, pelo período de 1 (um) mês. Sendo o regime de execução indireto.

5. LOCAL DE ENTREGA – Regras de Recebimento

5.1. - Os veículos deverão ser entregues na sede do CIMVALPI, situado na Rua Jaime Pereira, nº 127, Bairro Progresso, Ponte Nova/MG e/ou no escritório do Consórcio em Itabirito/MG, situado na Rua Pio XII, nº 109, sala 303, Bairro Centro, e também na sede dos Municípios consorciados, nos locais indicados pela Administração Pública Municipal que contratarem e os solicitarem.

5.2. - Considerando que a contratação por determinado modelo de veículo contemplado em Estudo se dará por demanda de determinado departamento, programa, ou secretaria, tanto para o CIMVALPI, quanto para os Municípios interessados na contratação, a entrega se dará mediante formalização do contrato relativo ao(s) respectivo(s) veículo(s).

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09V1.3646.3034.R851.0487 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

5.3. - O prazo de entrega dos veículos será de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da solicitação. Dentro do mesmo período, o veículo solicitado deverá ser vistoriado na sede do CIMVALPI, ou do Município que o tenha solicitado.

5.4. - O recebimento provisório do objeto, para efeito de posterior verificação da sua conformidade com as especificações, será realizado no ato da vistoria do veículo no local de recebimento. Em se tratando de ente consorciado, a vistoria será acompanhada pelo departamento responsável vinculado à Secretaria de Transportes do Município indicado no pedido, que reportará ao CIMVALPI, as condições de recebimento do veículo, manifestando aceite ou recusa, fundamentando os motivos no segundo caso. Recebido provisoriamente o objeto, o Gestor/Fiscal do Contrato terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para efetuar o recebimento definitivo.

5.5. - Na hipótese de haver concluído através da vistoria que o veículo solicitado atende as especificações exigidas na proposta, reputar-se-á como realizada a entrega, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo indicado no subitem anterior.

5.6. - Os veículos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando solicitado e entregue mais de um item, e havendo desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação à Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.7. - Na hipótese de substituição do item conforme estabelecido no subitem anterior, o prazo do gestor do contrato para o recebimento definitivo elencado no subitem 5.4 será suspenso, passando a correr novamente após a realização da vistoria.

5.8. - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

6.1. - Com a efetiva demanda do CIMVALPI e município de Dom Silvério, a solução para atendimento contempla a contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos. Naquilo que concerne ao ciclo de vida do objeto, caberá à Administração solicitar da empresa contratada relatório trimestral das revisões realizadas em cada veículo, sendo, portanto, 04 (quatro revisões) a cada período de 12 (doze) meses, acompanhado de cópia das notas fiscais e serviços de revisão realizados. Caberá ainda ao gestor do contrato delegar quando for o caso ao servidor responsável pelo gerenciamento da frota dos veículos do CIMVALPI e do Município, informar e reportar ao gestor do contrato as condições relativas à banda de rodagem dos pneus, não podendo em hipótese alguma os pneus

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09V1.3646.3034.R851.0487 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

apresentarem desgastes além dos limites impostos pelo fabricante, bem como eventuais deformidades como bolhas ou rachaduras.

6.2. - Os relatórios sugeridos no subitem anterior devem observar as especificações da montadora naquilo que concerne limites de quilometragens e tempo para substituição de óleos, fluidos e lubrificantes, bem como as margens de segurança relativas a banda de rodagem de pneus, promovendo a troca e substituição sempre que necessário, observando neste último caso, a imediata substituição dos pneus, garantindo a segurança dos condutores e passageiros.

6.3. - Conforme previsto em estudo, sugere-se que a contratação se dê mediante realização de Pregão através do Menor Preço, em seu formato eletrônico com procedimento auxiliar de Registro de Preços, uma vez que trata-se de produtos comuns e da existência da inviabilidade de se precisar número exato de contratos a serem celebrados, já que a solicitação se dará por demanda apresentada pelos departamentos e programas do CIMVALPI, e secretarias dos Municípios.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO - Especificação da garantia exigida, Condições de manutenção e Assistência técnica

Além das garantias exigidas quanto aos itens de segurança obrigatórios e indispensáveis apontados em Estudo Preliminar e garantidas exigidas quanto aos serviços de revisão dos veículos, será regiamente observado as disposições contidas no Capítulo IX, Seções I e II da Lei 9.503/1977 que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro.

7.1 - DAS OBRIGAÇÕES

7.1.1. - **São obrigações da Contratante:**

I – Receber o objeto no prazo e condições avençadas neste termo, e pormenorizadas em Edital e seus anexos;

II – Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos itens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

III – Comunicar à Contratada dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, por escrito via e-mail sobre defeitos, imperfeições, mau funcionamento, falhas ou irregularidades verificadas nos veículos fornecidos, para que seja substituído, reparado ou corrigido, bem como do recolhimento dos veículos findo a vigência do contrato ou por quaisquer outros motivos que justifiquem a devolução;

IV – Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/empregado especialmente designado;

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09V1.3646.3034.R851.0487 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

V – Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no instrumento contratual e seus anexos;

VI – O CIMVALPI não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.1.2. - São obrigações da Contratada:

I – A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no instrumento contratual, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

II – Efetuar a entrega do objeto dentro dos critérios de exigência mínima de ano de fabricação e com todos os itens de segurança obrigatórios e indispensáveis apontados no subitem 3.4 do ETP. A entrega do objeto deverá ocorrer dentro do prazo e no local indicado.

III – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

IV – Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, bem como proceder com o recolhimento dos veículos findo a vigência do contrato ou por quaisquer outros motivos que justifiquem a devolução, devendo proceder ao recolhimento ou substituição dentro do prazo de até 05 (cinco) dias úteis;

V – Comunicar à Administração do CIMVALPI, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

VI – Manter, durante toda a vigência do instrumento contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

VII – Fornecer relatório trimestral informando as eventuais revisões realizadas nos veículos, descrevendo os serviços porventura realizados, descrevendo peças e componentes reparados ou substituídos;

VIII – Com base nas pesquisas no mercado automobilístico os veículos serão franqueados da seguinte forma:

a) **Veículo utilitário de passageiros**, capacidade de 5 (cinco) passageiros, motorização mínima de 1.0, potência acima de 75 CV, direção elétrica ou hidráulica, combustível flex (gasolina/álcool), 04 (quatro) portas, ar

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09V1.3646.3034.R851.0487 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

condicionado, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED ano de fabricação mínimo 2022, tendo franquia mensal de até 3 (três) mil km rodados, havendo pagamento proporcional para os casos em que ocorrer excedente de quilometragem;

b) **Veículo Sedan,** 04 (quatro) portas, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freios ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022, tendo franquia mensal de até 3 (três) mil km rodados, havendo pagamento proporcional para os casos em que ocorrer excedente de quilometragem;

c) **Veículo utilitário de passageiros, tipo Minivan**, motorização mínima 130 CV, com capacidade mínima para 7 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022, tendo franquia mensal de até 3 (três) mil km rodados, havendo pagamento proporcional para os casos em que ocorrer excedente de quilometragem;

d) **Veículo tipo SUV**, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022, tendo franquia mensal de até 3 (três) mil km rodados, havendo pagamento proporcional para os casos em que ocorrer excedente de quilometragem;

e) **Veículo pick-up**, motorização mínima de 75 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022, tendo franquia mensal de até 3 (três) mil km rodados, havendo pagamento proporcional para os casos em que ocorrer excedente de quilometragem;

f) **Veículo caminhonete**, 4x4, cabine dupla, motorização mínima de 160 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS e AIRBAG, combustível diesel, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022, tendo franquia mensal de até 3 (três) mil km

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09V1.3646.3034.R851.0487 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

rodados, havendo pagamento proporcional para os casos em que ocorrer excedente de quilometragem;

IX – Os veículos deverão ter Seguro Total, com franquia de acordo com valores praticado pelas seguradoras, nos casos de colisão furto ou incêndio ou perda total; e proteção total contra terceiros para danos morais e materiais**.** Deverá ser contemplado as seguintes coberturas:

Seguro:

Danos Corporais a terceiros.....R$ 100.000,00
Danos Materiais a terceiros.....R$ 100.000,00
Danos Morais a terceiros.....R$ 10.000,00
Ocorrência de morte.....R$ 13.500,00
Invalidez permanente e/ou total.....R$ 13.500,00
Despesas médico hospitalares.....R$ 2.700,00

X – No caso de problemas mecânicos, acidentes ou outras indisponibilidades, a contratada deverá substituir o veículo por outro com as mesmas especificações ou superior, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, sem nenhum ônus adicional para o CIMVALPI;

XI – Haverá um termo de recebimento e devolução constando a data e o horário, subscrito pelas partes, sendo que tanto para um quanto para o outro, estabelece-se que ambos ocorrerão respectivamente na sede do CIMVALPI ou do ente consorciado.

XII – Quando das revisões recomendadas pelo fabricante ou quando da execução dos serviços de que trata o presente Termo, a contratada, deverá providenciar a retirada e entrega do veículo nas dependências do CIMVALPI ou mesmo do ente consorciado que esteja vinculado;

XIII – No caso de revisões obrigatórias pelo fabricante, a contratada obriga-se a deixar outro veículo similar ou superior no lugar do veículo retirado;

XIV – A administração CIMVALPI, reserva-se o direito de efetuar sempre que for necessário, para verificação do desempenho dos veículos, podendo solicitar da contratada a substituição imediata daqueles veículos que não estejam atendendo ao contrato.

XV – A Contratada deverá colocar os veículos em adequadas condições de uso, correndo por sua conta toda e qualquer despesa com conservação, manutenção, reposição de pneus, peças e acessórios, funilaria e pintura de pequena monta.

XVI – Efetuar o pagamento das multas decorrentes de infrações de trânsito cometidas na condução dos veículos locados e solicitar o reembolso dos

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09V1.3646.3034.R851.0487 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse o site https://verificador.iti.gov.br e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

valores junto ao CIMVALPI ou do Município, e, este por sua vez, junto ao condutor responsável.

XVII – Responsabilizar-se por todas as despesas dos veículos utilizados na execução dos serviços, tais como licenciamento, seguro total, manutenção e outras que incidam direta ou indiretamente sobre os serviços ora contratados, inclusive acidente, para o que os veículos deverão estar segurados.

XVIII – Manter todas as condições jurídicas, bem como as condições de habilitação e qualificação previstas em ETP e exigidas no Edital durante todo o período da contratação, devendo comunicar à CONTRATANTE, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. - Fica vedado neste ato, à Contratada, transferir, ceder, subcontratar, negociar, utilizar em qualquer hipótese como garantia ou instrumento de fiança ou caução, seja comercial ou bancária, bem como transacionar com terceiros de qualquer personalidade jurídica, as obrigações, responsabilidades e demais cláusulas estabelecidas no instrumento.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. - O modelo de execução do objeto observará o disposto na Lei 14. 133/21, condições dispostas em Edital, Contrato e instrumentos anexos, e naquilo que couber, observará o disposto na Lei nº 8.078, de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor, garantindo providências outras, bem como ainda as normas elencadas na Lei 9.503/1977 que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro.

10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1. - O contrato, quando assinado, deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, as normas da Lei 14. 133/2021, e naquilo que couber as disposições contidas em legislação civilista.

10.2. - Conforme já previsto, estima-se a vigência do contrato em 12 (doze) meses.

10.3. - As comunicações entre o CIMVALPI/MUNICÍPIO e o CONTRATADO, devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagens eletrônicas para este fim.

10.4. - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

10.5. - O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09V1.3646.3034.R851.0487 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

10.6. - O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

10.7. - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

10.8. - O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapasse sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

10.9. - O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

10.10. - O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

10.11. - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

10.12. - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

10.13. - O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO PARA PAGAMENTO E REAJUSTE

11.1. - Não será necessária apresentação de garantia de execução contratual, posto que o pagamento é condicionado ao recebimento do objeto, resguardado o direito de responsabilização caso não haja entrega dos veículos nos prazos avençados.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09V1.3646.3034.R851.0487 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

11.2. - A Fatura deverá ser emitida no último dia útil do mês referente à prestação dos serviços e encaminhado ao Gestor do contrato para atesto;

11.3. - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após emissão da Nota Fiscal, devidamente atestada, por servidor designado pela Administração.

11.4. - Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal ou de Faturamento, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

11.5. - O pagamento será efetuado no prazo acima assinalado, de acordo com a quantidade veículos locados, no período, mediante emissão de ordem bancária em favor do contratado, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada, observado os prazos acima descritos.

11.6. - A Nota Fiscal deverá ser apresentada juntamente com o relatório dos serviços realizados, devidamente firmado por servidor competente, documentação hábil para comprovação da despesa.

11.7. - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá no mesmo prazo definido no subitem acima, após a data de sua apresentação válida.

11.8. - Nenhum pagamento isentará a licitante vencedor das responsabilidades contratuais, nem implicará em aprovação definitiva da prestação dos serviços total ou parcial.

11.9. - Não será permitida previsão de sinal, ou qualquer outra forma de antecipação de pagamento na formulação das propostas, devendo ser desclassificada, de imediato, a proponente que assim o fizer.

11.10 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o contratado não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

EM = I x N x VNF

EM= Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originalmente devido

I= Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

I = (1/100)

365

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09V1.3646.3034.R851.0487 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://zeropapel.com.br/verificar com o código D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento.

VNF = Valor da Nota Fiscal ou de Faturamento

12. DA FORMA DE PAGAMENTO

12.1. - Para efeito de pagamento será observada o disposto na Instrução Normativa 017/2023 e artigos 141 a 146 da Lei 14.133/2021.

12.2. - A atividade de recebimento é condição prévia e essencial ao pagamento, representando a confirmação de que o objeto do contrato foi efetivamente executado em conformidade com os requisitos quantitativos, qualitativos, bem como o preço, a forma e prazo estipulados, tudo conforme previsto em Edital.

12.3. - Em se tratando de locação de bens, o recebimento é condição prévia da contraprestação pelo CIMVALPI/MUNICÍPIO do fornecimento do objeto, representando a confirmação de que o objeto do contrato foi efetivamente executado em conformidade com os requisitos qualitativos, quantitativos, bem como o preço (art. 6º, inc. II alínea "a" IN CIMVALPI 017/2023).

12.4. - Para fins do contrato celebrado, será emitido Nota Fiscal ou Fatura de Locação como documento para liquidação e pagamento com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis do vencimento.

12.5. - Caso os dados do documento de cobrança estejam incorretos, a Administração informará ao fornecedor e este emitirá novo documento de cobrança, escoimada daquelas incorreções, abrindo-se, então, novo prazo de pagamento.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13.1. - Contratação de pessoa jurídica (empresas), que tenha compatibilidade com o objeto quanto à execução do serviço de locação e entrega dos veículos abaixo reiterados:

13.1.1. - Veículo utilitário de passageiros, capacidade de 5 (cinco) passageiros, motorização mínima de 1.0, potência acima de **75 CV**, direção elétrica ou hidráulica, combustível flex (gasolina/álcool), 04 (quatro) portas, ar condicionado, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;

13.1.2. - Veículo Sedan 04 (quatro) portas, motorização mínima de **111 CV**, ar condicionado, trio elétrico, direção

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09V1.3646.3034.R851.0487 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://crisanto.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, distância mínima entre os eixos de 2,60 cm, ano de fabricação mínimo 2022;

13.1.3. - Veículo utilitário de passageiros, tipo Minivan, motorização mínima **130 CV**, com capacidade mínima para 7 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;

13.1.4. - Veículo tipo SUV, motorização mínima de **111 CV**, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;

13.1.5. - Veículo pick-up, motorização mínima de **75 CV**, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;

13.1.6. - Veículo caminhonete, 4x4, cabine dupla, motorização mínima de **160 CV**, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS e AIRBAG, combustível diesel, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;

13.2. - Pessoas jurídicas poderão participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas contidas no art. 15 da Lei 14.133/2021.

13.3. - O critério de aceitabilidade de preços será o valor unitário por item, estimado para a contratação.

13.3.1. - O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (Art. 59, §3º da Lei 14.133/2021 e IN CIMVALPI nº 007/2022 - **https://www.cimvalpi.mg.gov.br/phocadownload/instrucao_normativa_007_2022.pdf)**

13.4. - Ultrapassado o atendimento quanto à exigência de Requisitos Descritivos acima elencados, para seleção do fornecedor, deverá ser regiamente observados os Requisitos de Habilitação respectivamente quanto à pessoa

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09V1.3646.3034.R851.0487 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse o site https://verificador.portaldeassinaturas.com.br:443 e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas acesse o site https://verificador.portaldeassinaturas.com.br:443 e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

jurídica, bem como os Requisitos Obrigacionais sobretudo de regularidade fiscal, incluindo participação de cooperativas conforme a abaixo reiterado:

13.4.1. - Requisitos Obrigacionais

Os requisitos obrigacionais mínimos exigidos, deverão atender às disposições contidas no OBJETO deste Estudo, além daqueles previstos em Lei, dos quais podemos destacar: "REQUISITOS DE HABILITAÇÃO" e "REQUISITOS DE REGULARIDADE FISCAL", "REGULARIDADE SOCIAL E FUNDIÁRIA" Mas conforme mencionado, para além disso, deverá ser observado o regramento legal contido na Lei 14.133/21, bem como as exigências contratuais.

As condições de habilitação, informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante serão divididos em jurídica; técnica; fiscal; social; fundiária; trabalhista e econômico-financeiro, conforme previsto nos artigos 62 e 65 da Lei 14.133/202.

Conforme disposto no § 4º do artigo 69 da nova lei, a Administração CIMVALPI, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio liquido equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contração.

A documentação referida deverá ser apresentada na forma prevista no artigo 70 da Lei 14.133/2021.

13.4.2. - Regularidade Fiscal: O licitante deverá encontrar-se de forma regular perante suas obrigações com a legislação tributária federal, estadual, municipal, seguridade social e o fundo de garantia por tempo de serviço. Cumpre aqui ressaltar que regularidade não implica em quitação. Regularidade é a comprovação de que a empresa atende todas as exigências do fisco.

São os seguintes documentos exigidos por lei que provam sua regularidade:

a) **Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoas Física e Jurídica:** Cadastro de Pessoa Física – CPF e Cadastro Nacional de Pessoa Jurídicas – CNPJ. Ambos são expedidos pela Secretaria da Receita Federal
b) **Prova de Inscrição no cadastro de contribuintes, ICMS/ISS:** Inscrição Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação. A Inscrição Estadual é emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda e Planejamento.
c) **Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais emitida pela Receita Federal**. Poderá ser solicitada na Agência da Receita Federal, em qualquer localidade do respectivo Estado, cuja validade é de 180 (cento e oitenta) dias. Também poderá ser emitida pelo site www.receita.fazenda.gov.br com validade de 30 (trinta) dias a contar da sua emissão.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09V1.3646.3034.R851.0487 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse o site https://verificador.iti.gov.br e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

d) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual: Certidão emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual, podendo ser solicitada em qualquer posto de atendimento da Secretaria de Fazenda Estadual. Esta certidão terá validade de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.

e) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal: Esta certidão deverá ser emitida pela Secretaria Municipal do Município onde o imóvel encontra-se localizado.

f) Certificado de regularidade do FGTS.

13.5. – RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a. Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, observado o prazo de validade da respectiva certidão, considerando tratar-se de haver unidades da federação que dispões de prazos de validade distintos, bem como prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

a.1. Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

b. Balanço patrimonial e demonstração do resultado (DRE) do último exercício social exigível, devidamente assinado pelo responsável legal da empresa e por contador habilitado, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

b.1. Para aquelas empresas constituídas a menos de 01 (um) ano ou no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da empresa, devidamente assinados pelo seu representante legal e pelo contador responsável, em cópia autenticada ou via original.

c. Demonstrações que comprovem a boa situação econômico-financeira da licitante será efetuada com base nos índices e resultados financeiros, extraídos do balanço apresentado na forma acima. a empresa deverá apresentar alternativamente Índice de Liquidez Geral = igual ou superior a 1 (um); Índice de Liquidez Corrente = igual ou superior a 1 (um) ou Comprovação de Patrimônio Líquido ou Capital Social, **com valor igual ou superior a 10% (dez por cento) do total estimado da prestação de serviços para o período de 12 (doze) meses.** ***(grifo nosso)***

Acerca da indevida exigência cumulatividade de índices de liquidez e capital social, vejamos entendimento da Corte de Contas da União:

REPRESENTAÇÕES. CONCORRÊNCIA. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE PASSAGEIROS.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09V1.3646.3034.R851.0487 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

POSSÍVEL RESTRIÇÃO AO CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME E DIRECIONAMENTO DO SEU RESULTADO. CONCESSÃO DE CAUTELAR. OITIVAS. AGRAVO DA ENTIDADE LICITANTE. PERICULUM IN MORA REVERSO. CONHECIMENTO DO RECURSO E SUSPENSÃO DA CAUTELAR ANTERIORMENTE CONCEDIDA. CUMULAÇÃO INDEVIDA DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO E GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL PARA FINS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. PROCEDÊNCIA PARCIAL. DAS REPRESENTAÇÕES. REVOGAÇÃO DA CAUTELAR. PERDA DE OBJETO DO AGRAVO, EM DECORRÊNCIA DA APRECIAÇÃO DO MÉRITO DA MATÉRIA REPRESENTADA. **"Para fins de qualificação econômico-financeira, a Administração pode exigir das licitantes, de forma não cumulativa, capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo ou garantias que assegurem o adimplemento do contrato a ser celebrado, no caso de compras para entrega futura e de execução de obras e serviços"**. Enunciado da Súmula de Jurisprudência do TCU 275.

(TCU - RP: 02938620144, Relator: MARCOS BEMQUERER, Data de Julgamento: 26/10/2016, Plenário)

Para além disso, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, na Instrução Normativa nº 02/2010, expressamente definiu que, caso o licitante apresente Índice de Liquidez inferior a 01 (um), **lhe é facultada, para comprovação da qualificação financeira, a apresentação do capital mínimo ou do patrimônio líquido mínimo ao atendimento do certame**:[1]

Art. 43. Os atos convocatórios devem conter cláusulas que assegurem o cumprimento das disposições contidas nesta norma, bem como as descritas nos incisos seguintes, de modo a explicitar que: V – a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas (...).

V – a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas (...).

Art. 44. O instrumento convocatório deverá prever, também, que as empresas que apresentarem resultado igual ou menor que 01 (um), em qualquer dos índices referidos no inciso V do art. 43 desta norma, quando da habilitação, deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo...

13.5.1. Os documentos solicitados que não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento serão considerados válidos aqueles que emitidos (ou cujas pesquisas tenham sido realizadas) em data não superior a 60 (sessenta) dias retroativos, a contar da data da sessão pública de abertura deste certame.

[1] https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas-revogadas/instrucao-normativa-no-02-de-11-de-outubro-de-2010-revogada-pela-in-no-3-de-2018

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09V1.3646.3034.R851.0487 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

13.5.2. Será inabilitada a licitante que não comprovar sua regularidade, deixando de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido em Edital, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

13.5.3. No caso de inabilitação, a Pregoeira retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

13.6. - **Possibilidade de participação de cooperativas -** Em que pese o entendimento sumulado pelo Tribunal de Contas da União, no enunciado nº 281, de acordo com o qual é vedada a participação de cooperativas em certame licitatório quando houver necessidade de subordinação de mão de obra, **verifica-se que tal entendimento não é aplicável ao presente caso, quando a prestação do serviço de locação não demanda a subordinação de mão de obra**. Isso porque, o objeto do presente procedimento licitatório gira em torno da contratação de empresa de locação de veículos (enquadramento dos CNAE 7711-0/00 (locação de veículos sem motorista)), não restando caracterizada situação de subordinação, o que afasta a vedação da Corte de Contas.

13.7. - DEMAIS REQUISISTOS DE PARTICIPAÇÃO

13.7.1. - Além dos requisitos obrigacionais e regularidade fiscal elencados; notadamente no subitem 13.4.2. – Certificado de Regularidade FGTS, que poder-se-á ser enquadrado como garantia da regularidade social. A habilitação das licitantes será realizada mediante a apresentação da seguinte documentação complementar:

13.7.1.1. - Comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor anual estimado da contratação, quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, informados pelo Sicaf, for igual ou inferior a 1;

13.7.1.2. - Comprovante de inscrição e situação cadastral emitido pela Receita Federal do Brasil que comprove a atividade econômica principal ou secundária como sendo Locação de Automóveis sem Condutor (CNAE);

13.7.1.3. - Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante;

13.7.1.4. - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011;

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09V1.3646.3034.R851.0487 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse o site https://verificador.iti.gov.br informando o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas, acesse o site https://verificador.iti.gov.br informando o código D440-F4E3-835F-E00A

13.7.1.5. - Um ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove(m):

13.7.1.6. - Aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com os objetos desta licitação, demonstrando que a licitante gerencia ou gerenciou serviços de locação de veículos, com no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do número de veículos que serão necessários para suprir a demanda em decorrência desta licitação;

13.7.1.7. - Experiência mínima de 3 (anos) anos na prestação de serviços de locação de veículos, ininterruptos ou não, até a data da sessão pública de abertura do Pregão. Os períodos concomitantes serão computados uma única vez;

13.7.1.8. - Para a comprovação de tempo de experiência, poderão ser aceitos cópias de contratos ou outros documentos idôneos, mediante diligência da Pregoeira.

13.7.1.9. - Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica.

13.7.1.10. - O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica deverá(ão) se referir a serviços prestados, no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária, especificada no contrato social, devidamente registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB.

13.7.1.11. - As licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados.

13.7.1.12. - Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do respectivo contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

CIMVALPI:

01.01.03.04.122.0001.2012 Locação de Máquinas, Veículos e Equipamentos.
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00104

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09V1.3646.3034.R851.0487 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse o site https://verificador.iti.gov.br e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Fonte: 1.500.000

01.01.01.04.122.0001.2005 Manutenção das Atividades do Fórum dos Prefeitos
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00047
Fonte: 1.703.000

01.01.01.04.122.0001.2007 Manutenção das Atividades dos Serviços Administrativos – Recursos Consórcio
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00060
Fonte: 1.501.000

01.01.01.06.182.0001.2006 Manutenção das Atividades do Corpo de Bombeiros
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00070
Fonte: 1.500.000

01.01.02.04.122.0001.2008 Manutenção das Atividades da Diretoria Institucional
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00082
Fonte: 1.501.000

01.01.03.04.122.0001.2010 Manutenção das Atividades dos Serviços de Licitações, Contratações e Compras Compartilhadas -
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00098
Fonte: 1.501.000

01.01.03.04.122.0001.2016 Compras compartilhadas (recurso municípios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00114
Fonte: 1.500.000

01.01.04.08.243.0014.2018 Manutenção das Atividades dos Serviços de Acolhimento Institucional provisório para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00129
Fonte: 1.501.000
Fonte: 1.500.000

01.01.05.20.609.0001.2020 Manutenção das Atividades dos Serviços de Fiscalização Industrial e Sanitária
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00148
Fonte: 1.501.000
Fonte: 1.500.000

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09V1.3646.3034.R851.0487 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse o site https://verificador.iti.gov.br e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas, acesse o site https://verificador.iti.gov.br e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

01.01.06.18.542.0001.2021 Manutenção das Atividades dos Serviços de Resíduos Sólidos Urbanos
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00160
Fonte: 1.501.000
Fonte: 1.500.000

01.01.06.18.542.0001.2022 Manutenção das Atividades dos Serviços de Resíduos Sólidos de Saúde
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00169
Fonte: 1.501.000

01.01.06.18.542.0001.2023 Manutenção das atividades dos serviços ambientais
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Ficha: 00180
Fonte: 1.501.000

01.01.07.15.451.0001.2026 Manutenção das Atividades dos Serviços e Obras Civis de Engenharia.
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00226
Fonte: 1.501.000

01.01.07.22.662.0001.2039 Manutenção da Usina de Asfalto
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00328
Fonte: 1.501.000

01.01.08.25.752.0001.2040 Manutenção Serviço de Engenharia Eletrica
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00342
Fonte: 1.501.000

01.01.09.06.182.0001.2043 Manutenção das Atividades da Defesa Civil
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00361
Fonte: 1.500.000
01.01.11.12.122.0001.2054 Manutenção dos Serviços Administrativos na Educação (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00384
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.361.0001.2047 Manutenção Ensino Fundamental (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00368
Fonte: 1.500.000

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09V1.3646.3034.R851.0487 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://crisan.tsp.gov.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

01.01.11.12.362.0001.2055 Manutenção Ensino Médio (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00370
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.363.0001.2048 Manutenção Ensino Profissional (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00372
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.364.0001.2049 Manutenção Ensino Superior (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00370
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.365.0001.2050 Manutenção Ensino Infantil (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00376
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.366.0001.2051 Manutenção Educação de Jovens e Adultos (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00378
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.367.0001.2052 Manutenção Educação Especial (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00380
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.368.0001.2053 Manutenção Educação Básica (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00382
Fonte: 1.500.000

DOM SILVÉRIO:

10.302.0428.2069.3.3.90.39.00 Manutenção da Assistência Médica e Odontológica
Ficha: 431
Fonte: 1.500.000.1002

26.782.0534.2087.3.3.90.39.00 Manutenção das Estradas Vicinais
Ficha: 627
Fonte: 1.500.000.0000

15.452.0323.2078.3.3.90.39.00 Manutenção do Setor de Obras
Ficha: 648
Fonte: 1.500.000.0000

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09V1.3646.3034.R851.0487 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

15.452.0575.2089.3.3.90.39.00 Manutenção dos Serviços Urbanos
Ficha: 707
Fonte: 1.500.000.0000

04.122.0021.2077.3.3.90.39.00 Manutenção Atividades Secretaria Obras, Manut. E Agricultura
Ficha: 611
Fonte: 1.500.000.0000

04.122.0021.2007.3.3.90.39.00
Ficha: 96
Fonte: 1.500.000.0000

15. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1. - O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, na forma do Termo de Referência, do Edital de Licitação e da legislação aplicável, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

15.2. - Celebrado o respectivo instrumento contratual, será indicado o servidor responsável pela fiscalização quanto a execução do contrato.

15.3. - A designação do Fiscal do Contrato deverá ser efetuada por meio de Portaria.

15.4. - As responsabilidades atribuídas ao Fiscal do Contrato estão determinadas no artigo 4º , inc. II da IN CIMVALPI 005/2023, da qual deverão acompanhar e fiscalizar o contrato, avaliando a execução do objeto nos moldes contratados aferindo, a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação do objeto em confronto com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, exercendo suas atividades sob a coordenação e subordinação da gestão de contratos.

15.5 - Relativo ao CIMVALPI, durante a vigência deste a gestão do contrato competirá a empregada do CONSÓRCIO Sra. Iderde Graziane Gomes Corcini - GESTORA DE CONTRATOS.

15.6. - Relativo ao CIMVALPI, durante a vigência deste a fiscalização do contrato competirá ao empregado do CONSÓRCIO Sr. Carlos Eduardo Gonçalves da Silva (carloseduardo@cimvalpi.mg.gov.br).

15.7. - Caberá ao município definir seu Gestor/Fiscal do Contrato.

16. DAS SANÇÕES CONTRATUAIS

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09V1.3646.3034.R851.0487 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://carmo.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

16.1. - Comete infração administrativa a Contratada que inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação, ensejar o retardamento da execução do objeto, fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

16.2. - Em caso de descumprimento contratual, total ou parcial, qualquer inadimplemento ou infração contratual, ao CONTRATADO, sem prejuízo da responsabilidade civil, e criminal que couber, ficará sujeito às penalidades previstas no artigo 156 da Lei 14.133/2021.

17. RESCISÃO

17.1. - O CIMVALPI/MUNICÍPIO poderá rescindir o Termo de Contrato, sem qualquer ônus, em caso de descumprimento total ou parcial de qualquer cláusula contratual imposta ao Contratante, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, observado o disposto no artigo 137 da Lei 14.133/2021

17.2. - Também constitui motivo para a rescisão do contrato a ocorrência das hipóteses enumeradas nos incisos I, II e VIII do artigo supramencionado.

17.3. - Caso haja razões de interesse público devidamente justificadas nos termos do inciso VIII do artigo 137 da Lei nº 14.133/21.

17.4. - O procedimento formal de rescisão terá início mediante notificação escrita, encaminhada via postal, com aviso de recebimento, ou qualquer meio de notificação previsto em Lei.

17.5. - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

18. DOS CASOS OMISSOS

18.1. - Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste contrato reger-se-ão pelas disposições contidas nas Leis Federais 14.133/21; 8.078/90 e 10.406/2002 que fazem parte integrante deste contrato, independentemente de suas transcrições.

19. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

19.1. - A proposta deverá ser apresentada levando-se em consideração todas as exigências de seguro e encargos com todos os requisitos de habilitação da empresa, devendo ser detalhada com valores unitários em reais, contendo todos os requisitos descritivos dos itens licitados.

19.2. - Poderá ser prorrogado, a qualquer tempo, os prazos para credenciamento, recebimento das propostas ou lances.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09V1.3646.3034.R851.0487 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://crisanto.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

19.3. - A presente licitação não importa necessariamente em Contratação, podendo revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato supervenientes comprovados ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

19.4. - A proponente contratante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a ilegalidade ou inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado ou, caso tenha sido vencedor, o cancelamento da ata de registro de preços, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

19.5. - É facultado ao (a) pregoeiro (a) ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

19.6. - Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela pregoeira, sob pena de desclassificação/inabilitação.

19.7. - O não atendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua habilitação e a exata compreensão da sua proposta.

19.8. - As normas que disciplinam este processo serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre proponentes, desde que não comprometam o interesse da administração, a finalidade e a segurança da contratação.

19.9. - Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais

19.10. - A proponente vencedora assumirá integral responsabilidade pelos danos que causar ao Município ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes na execução dos serviços contratados.

Ponte Nova, 16 de maio de 2024.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09V1.3646.3034.R851.0487 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse o site https://verificador.iti.gov.br e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Para verificar a validade das assinaturas, acesse o site https://verificador.iti.gov.br e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

João Paulo Ferreira
Gerente Administrativo

Hilton Antônio de Oliveira
Responsável pela Revisão
Oficial de Assessoramento Jurídico

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09V1.3646.3034.R851.0487 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://crisanto.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

CIMVALPI
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA

Assinaturas do Documento

Documento Assinado Eletronicamente por **HILTON ANTONIO DE OLIVEIRA**, **CPF:** 042.21*.**6-*7 em **16/05/2024 09:55:23**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **09R8.8X55.8234.7573.4873**, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.

Documento Assinado Eletronicamente por **JOAO PAULO FERREIRA**, **CPF:** 052.42*.**6-*3 em **16/05/2024 09:46:03**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **0994.1Z46.0039.2624.0805**, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.

Informações do Documento

ID do Documento: **629.4F7** - Tipo de Documento: **TERMO DE REFERÊNCIA - RETIFICADO**.

Elaborado por **JOAO PAULO FERREIRA**, **CPF:** 052.42*.**6-*3 , em **16/05/2024 - 09:46:03**

Código de Autenticidade deste Documento: 09V1.3646.3034.R851.0487

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
https://zeropapel.cimvalpi.mg.gov.br/verdocumento

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09V1.3646.3034.R851.0487 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse o site https://zeropapel.cimvalpi.mg.gov.br e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas acesse o site https://verificador.iti.gov.br e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

QUANTITATIVO DOM SILVÉRIO PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE FRANQUIA (ANO)	UNIDADE	VALOR MENSAL ESTIMADO
1	Veículo, capacidade de 5 (cinco) passageiros, motorização mínima de 1.0, potência acima de 75 CV, direção elétrica ou hidráulica, combustível flex (gasolina/álcool), 04 (quatro) portas, ar condicionado, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	80 (DOM SILVÉRIO)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.090,00 RACHID VEÍCULOS S/A R$2.750,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS R$3.559,48 M&M ALUGUEL DE CARROS R$3.220,59 LOCALIZA **MÉDIA TOTAL R$3.155,01**
2	Veículo, Sedan ou Sedan Executivo, 04 (quatro) portas, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, distância mínima entre os eixos de 2,60 cm, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	50 (DOM SILVÉRIO)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.700,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS R$2.989,98 M&M ALUGUEL DE CARROS R$4.648,59 LOCALIZA **MÉDIA TOTAL R$3.779,52**

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09V1.3646.3034.R851.0487 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0093.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://verificador.iti.gov.br/ e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
ROBERTA BARCELLOS GUIMARAES:46974458649 Assinado de forma digital por ROBERTA BARCELLOS GUIMARAES:46974458649 Dados: 2024.05.06 16:29:58 -03'00'

3	Veículo, tipo Minivan, motorização mínima 130 CV, com capacidade mínima para 07 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	30 (DOM SILVÉRIO)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$4.150,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$6.415,98 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$4.340,39 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$4.968,79
4	Veículo, tipo SUV, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, **faróis em LED,** ano de fabricação mínimo 2022;	20 (DOM SILVÉRIO)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.990,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$4.700,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$2.570,90 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$4.035,19 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.824,02

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09V1.3646.3034.R851.0487 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0093.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pirangadovale.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

ROBERTA BARCELLOS GUIMARAES:46974458649 Assinado de forma digital por ROBERTA BARCELLOS GUIMARAES:46974458649 Dados: 2024.05.06 16:30:20 -03'00'

5	Veículo, pick-up, motorização mínima de 75 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	30 (DOM SILVÉRIO)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$4.100,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$3.850,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$3.998,95 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$3.457,39 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.851,58
6	Veículo, caminhonete 4x**4, cabine** dupla, motorização mínima de 160 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS e AIRBAG, combustível diesel, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, **faróis em LED, ano de fab**ricação mínimo 2022;	20 (DOM SILVÉRIO)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$7.990,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$7.500,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$9.789,88 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$9.990,19 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$8.817,51

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09V1.3646.3034.R851.0487 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0093.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://verificador.iti.gov.br/ e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
ROBERTA BARCELLOS GUIMARAES: 46974458649

Praça Presidente Vargas,143 - Centro
Dom Silvério / MG | CEP: 35440-000
Tel.: (31) 3857-1310 / 38571311
www.domsilverio.mg.gov.br
E-mail: gabinete@domsilverio.mg.gov.br

Ofício nº. 096/2024
Assunto: Indicação de Dotações
Serviço: Gabinete do Prefeito
Data: Dom Silvério/MG, 16 de maio de 2024.

Sra. Rozeli Aparecida Irias Contarini
Equipe de Apoio - Setor de Licitação - CIMVALPI

Segue abaixo a dotação visando contratação de serviço de agenciamento de passagens aéreas e terrestre:

Setor	Dotação	Ficha	Fonte
Manutenção do Gabinete	04.122.0020.2004.3.3.90.39.00	27	1.500.000.0000
Manutenção Atividades Secretaria Finanças e Administração	04.122.0021.2007.3.3.90.39.00	96	1.500.000.0000

Segue abaixo as dotações visando contratação de serviços contínuos de locação de veículos:

Setor	Dotação	Ficha	Fonte
Manutenção da Assistência Médica e Odontológica	10.302.0428.2069.3.3.90.39.00	431	1.500.000.1002
Manutenção das Estradas Vicinais	26.782.0534.2087.3.3.90.39.00	627	1.500.000.0000
Manutenção do Setor de Obras	15.452.0323.2078.3.3.90.39.00	648	1.500.000.0000
Manutenção dos Serviços Urbanos	15.452.0575.2089.3.3.90.39.00	707	1.500.000.0000
Manutenção Atividades Secretaria Obras, Manut. e Agricultura	04.122.0021.2077.3.3.90.39.00	611	1.500.000.0000
Manutenção Atividades Secretaria Finanças e Administração	04.122.0021.2007.3.3.90.39.00	96	1.500.000.0000

Assinado digitalmente por:
Jose Braulio Aleixo
CPF: ***.722.006-**
Certificado emitido por AC DOM SILVERIO
Data: 16/05/2024 08:36:11 -03:00

José Bráulio Aleixo
Prefeito Municipal de Dom Silvério

Esse documento foi assinado por Jose Braulio Aleixo. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://portaldeassinaturas.domsilverio.mg.gov.br/validate/MMNLH-C5E4N-D8MSR-2FA63

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09V1.3646.3034.R851.0487 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://portaldeassinaturas.domsilverio.mg.gov.br/verificar/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

MANIFESTO DE ASSINATURAS

Código de validação: MMNLH-C5E4N-D8MSR-2FA63

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- Jose Braulio Aleixo (CPF ***.722.006-**) em 16/05/2024 08:36

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

https://portaldeassinaturas.domsilverio.mg.gov.br/validate/MMNLH-C5E4N-D8MSR-2FA63

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

https://portaldeassinaturas.domsilverio.mg.gov.br/validate

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09V1.3646.3034.R851.0487 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://portaldeassinaturas.domsilverio.mg.gov.br/validate e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

MINUTA DE EDITAL

PROCEDIMENTO AUXILIAR DE REGISTRO DE PREÇOS
CONSÓRCIO CIMVALPI

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

1.1.1. Procedimento auxiliar de registro de preços, conforme especificação sumária do objeto constante do Anexo I CEE 01 (cláusula de condição específica do edital CEE 01), observado o detalhamento do objeto constante do termo de referência, anexo IV deste edital.

1.2. DADOS DE AUTUAÇÃO DO PROCESSO

1.2.1. Número do processo administrativo: Anexo I – CEE 1.2.
1.2.2. Data autuação processo administrativo: Anexo I – CEE 1.2
1.2.3. Tipo de procedimento: Procedimento Auxiliar de Registro de Preços
1.2.4. Número do tipo de procedimento: Anexo I – CEE 1.2

1.3. PADRONIZAÇÃO DO EDITAL

1.3.1. Em conformidade com o permissivo do inciso IV do *caput* do art. 19 e §1° do art. 25 da Lei n° 14.133/2021 é adotada minuta padronizada de edital, previamente aprovada pelos órgãos de controle e jurídico do CIMVALPI.
1.3.2. Dado o enquadramento do objeto no conceito inserto no inciso XIII do *caput* do art. 6° da Lei n° 14.133/2021, são estabelecidas no edital as normas padronizadas de caráter uniforme e geral aplicáveis ao certame e no Anexo I as especificidades do processo da licitação e do objeto – CONDIÇÕES ESPECIFICAS DO EDITAL (CEE).

1.4. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

1.4.1. O objeto deste certame possui padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no Anexo IV do edital, se enquadrando no conceito legal de bens e serviços comuns conforme inciso XIII do *caput* do art. 6° da Lei n° 14.133/2021.

1.5. NORMAS APLICÁVEIS

1.5.1. Lei n° 14.133/2021
1.5.2. Lei n° 11.107/2005
1.5.3. Decreto n° 6.007/2007
1.5.4. Estatuto e Contrato do consórcio público
1.5.5. Normas regulamentadoras da lei n° 14.133/2021 expedidas pelo consórcio disponíveis em: www.cimvalpi.mg.gov.br/instrucoes-normativas
1.5.6. Normas específicas aplicáveis ao objeto do certame constantes do Anexo IV

1.6. PRINCÍPIOS APLICÁVEIS

1.6.1. A motivação de atos expedidos e a fundamentação de decisões prolatadas no âmbito do processo administrativo a que se vincula o presente ato convocatório, deverão observar:
1.6.1.1. O princípio do formalismo moderado;
1.6.1.2. Os princípios Insertos no art. 5° da Lei n° 14.133/2021;
1.6.1.3. As disposições constantes do decreto-lei n° 4.657/1942;

Rua Jaime Pereira, n° 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://disamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

1.7. DISPONIBILIZAÇÃO EDITAL

1.7.1. O edital e seus anexos se encontram disponíveis para consulta no endereço eletrônico: https://cimvalpi.mg.gov.br

1.7.2. Os pedidos de esclarecimentos e informações e as impugnações e recursos deverão ser formalizadas conforme Anexo I CEE 03

1.8. INTIMAÇÕES E COMUNICAÇÕES DO PROCESSO

Eventuais comunicações e/ou intimações referentes ao andamento do presente instrumento convocatório serão formalizadas aos licitantes e demais interessados através de publicação no Diário Oficial do Consórcio disponível no endereço: https://diariooficial.cimvalpi.mg.gov.br

1.9. LOCAL, DATA E HORÁRIO DA LICITAÇÃO

1.9.1. A licitação será realizada em meio eletrônico, observadas as condições de segurança, criptografia e autenticação em plataforma eletrônica indicada no Anexo I CEE 04.

1.9.2. A sessão pública será aberta na data e horário indicados no Anexo I CEE 05.

1.9.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do em sentido contrário.

1.9.4. A referência temporal será o horário oficial de Brasília/DF.

2. PARTICIPAÇÃO

2.1. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1.1. Respeitadas as condições normativas próprias e as constantes deste Edital, poderá participar desta licitação o interessado que promova o credenciamento na forma do item 04 deste edital, atenda aos requisitos de habilitação e qualificação constantes do edital e, ainda, de forma complementar, atenda as seguintes condições:

2.1.1.1. Seja pessoa jurídica legalmente estabelecida no País e possua objeto constante de contrato social ou ato constitutivo equivalente compatível com o objeto da licitação;

2.1.1.2. Consórcio, desde que previsto no Anexo I – CEE 06;

2.1.1.3. Empresa estrangeira, desde que apresente decreto de autorização para funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir e, ainda, atenda às exigências de habilitação mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por Tradutor Público e Intérprete Comercial, devendo ter representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

2.2. VEDAÇÕES

2.2.1. Não poderá participar direta ou indiretamente desta licitação o licitante enquadrado em qualquer das seguintes hipóteses:

2.2.1.1. Que esteja impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, na forma do art. 7° da Lei n° 10.520/02 pelo período correspondente ao cumprimento da penalidade;

Rua Jaime Pereira, n° 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://disamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

2.2.1.2. Que esteja impedido de licitar ou contratar com os Municípios consorciados e/ou com o Consórcio, nos termos do art. 87, *caput,* inciso III da Lei nº 8666/93 pelo período correspondente ao cumprimento da penalidade;
2.2.1.3. Que tenha sido declarado inidôneo, nos termos do art. 87, *caput,* inciso IV da Lei nº 8666/93 pelo período correspondente ao cumprimento da penalidade;
2.2.1.4. Que esteja de impedido de licitar e contratar ou declarados inidôneos, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 pelo período correspondente ao cumprimento da penalidade ou de reabilitação devidamente comprovada nos termos do art. 163 da citada lei nº 14.133/2021.
2.2.1.5. Empresa proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei n.º 9.605/1998 pelo período correspondente ao cumprimento da penalidade;
2.2.1.6. Empresa proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/1992 pelo período correspondente ao cumprimento da penalidade;
2.2.1.7. Com decretação de falência, em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, exceto se houver decisão judicial específica autorizando sua participação neste certame, e se comprovada a capacidade econômica de arcar com o cumprimento do objeto contratual.
2.2.1.8. Submisso a concurso de credores, em liquidação ou em dissolução;
2.2.1.9. Em que o ramo de atividade não seja pertinente ou compatível com o objeto desta licitação.
2.2.1.10. Nas hipóteses de vedação constantes do art. 14 da Lei nº 14.133/2021.
2.2.1.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.
2.2.1.12. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendido aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.
2.2.2. Nenhum licitante poderá participar desta licitação com mais de uma proposta por lote.
2.2.3. As vedações de que tratam os itens 2.2.1.1 a 2.2.1.6 o item 2.7.4 serão também aplicadas ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
2.2.4. A observância das vedações supra é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

2.3. PARTICIPAÇÃO DIFERENCIADA DE ME´S E EPP´S

2.3.1. A participação do presente certame em relação as ME´s e EPP´s ocorrerá de forma diferenciada conforme respectiva indicação:
2.3.1.1. No Anexo I CEE 07 em relação ao desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional (art. 47 da LC 123/06) se indicado no referido item;
2.3.1.2. No Anexo I CEE 08 em relação a participação ampla ou restrita de ME´s e EPP´s desde que previsto no referido item e na proporção/parcela ali indicada.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://disamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

2.3.1.3. No Anexo I CEE 09 quanto a obrigação de subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno se indicado no referido item.

2.4. DISPOSIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

2.4.1. A participação na presente licitação implica:

2.4.1.1. A aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do procedimento.

2.4.1.2. Autorização de tratamento de dados constantes das propostas apresentadas e dos documentos de habilitação e qualificação da empresa participante, inclusive os eventuais tratamentos de dados pessoais na forma do art. 7°, *caput,* inciso I da lei n° 13.709/2018 mediante divulgação em sítio eletrônico de transparência para fins de reprodução, na íntegra, de todo o processo de licitação instaurado e desenvolvido.

3. ENTE PÚBLICO GERENCIADOR E ENTES PÚBLICOS PARTICIPANTES

3.1. O Ente Público gerenciador da ata de registro de preços é o CIMVALPI sendo que nos termos do art. 86 da Lei n° 14.133/2021 integram o presente ato convocatório, na condição de Entes públicos participantes, os órgãos ou entidades e respectivas indicações, quantidades e valores que se encontram indicados no Anexo I CEE 10.

3.2. O objeto deste ato convocatório, nos termos do art. 181 da Lei n° 14.133/2021, atenderá, por delegação prevista no art. 13 da Lei n° 11.107/2005, os Municípios consorciados que se encontram indicados no Anexo I CEE 11.

4. CREDENCIAMENTO

4.1. O registro de preços será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.

4.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação do registro de preços regulado por este ato convocatório deverão dispor de chave de identificação ou "login" e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do sítio da plataforma eletrônica indicada no Anexo I CEE 04.

4.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao CIMVALPI, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.

4.4. O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao procedimento de registro de preços na forma eletrônica.

4.5. A participação se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.

4.6. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

Rua Jaime Pereira, n° 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

4.7. É de responsabilidade do licitante cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas/plataforma indicada no Anexo I CEE 04 e mantê-los atualizados, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
4.8. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
4.9. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. Os licitantes deverão encaminhar proposta inicial até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, exclusivamente no sistema eletrônico referido no Anexo I CEE 04, quando se encerrará a fase de recebimento de propostas.
5.2. O licitante deverá apresentar a proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos e/ou informações:
5.2.1. Valor unitário e total do item (sendo consideradas até 02 casas decimais após a vírgula, salvo se o Anexo II indicar número maior);
5.2.2. Marca dos produtos ofertados e respectivo modelo, quando cabíveis.
5.2.3. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência – Anexo IV, indicando, no que for aplicável: modelo, prazo de garantia etc.
5.2.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.
5.3. As propostas deverão ter prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias a contar da data da abertura da licitação.
5.3.1. Se não constar o prazo de validade, entende-se 60 (sessenta) dias.
5.4. A proposta final deverá manter inalteradas as características, bem como a marca e modelo indicados no item 5.2.
5.5. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos no Anexo IV Termo de Referência.
5.5.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Anexo IV Termo de referência.
5.6. No momento do envio da proposta, o licitante deverá prestar, por meio do sistema eletrônico, as seguintes declarações:

- ✓ Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos cumprem plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a minha participação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrência posterior.
- ✓ Declaro para fins do disposto no inciso VI do *caput* do art. 68, da Lei nº 14.133/2021, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse o link: https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

✓ Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

✓ Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º, e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.

✓ Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 15 da lei nº 14.133/2021.

✓ Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

✓ Declaro que cumpro os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, se for o caso.

✓ Declaro que assumo o compromisso de guardar todos os documentos originais/autenticados, anexados eletronicamente ou apresentados para digitalização, se for o caso, pelo prazo de 10 (dez) anos, e apresentá-los quando requeridos pelo CIMVALPI.

✓ Declaro que os documentos anexados eletronicamente ou apresentados para digitalização, se for o caso, são fiéis aos originais e válidos para todos os efeitos legais, incorrendo nas sanções legais em caso de declaração falsa, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal.

✓ Autorizo o tratamento de dados constantes das propostas apresentadas e dos documentos de habilitação e qualificação da empresa participante, inclusive os eventuais tratamentos de dados pessoais na forma do art. 7º, *caput,* inciso I da lei nº 13.709/2018 desde que seja efetivado mediante divulgação em sítio eletrônico de transparência para fins de reprodução, na íntegra, de todo o processo de licitação instaurado e desenvolvido.

5.7. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.8.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.8.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://disamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.9. As declarações mencionadas no item 5.6, e nos itens 5.7 e 5.8 conforme o caso, são condicionantes para a participação do certame.

5.10. Nos casos de emissão de declaração falsa, o licitante estará sujeito às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital, sem prejuízo das sanções de caráter penal.

5.11. Após a abertura da sessão, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo resultante de fato superveniente e aceito pelo agente de contratação.

5.12. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital, que forem omissas ou apresentarem irregularidades.

5.13. O preço proposto será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.14. Não será admitida a subcontratação, salvo nos casos em que houver serviço agregado ao fornecimento do bem, limitados ao serviço, desde que previsto no Anexo I – CEE 13 e, ainda, na hipótese do Anexo I CEE 09.

5.15. Os licitantes deverão consignar o valor da proposta, conforme indicado no Anexo I CEE 12, já consideradas inclusas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.16. A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo o licitante pleitear acréscimo após a abertura da sessão pública.

5.17. É de inteira responsabilidade do licitante obter dos órgãos competentes informações sobre a incidência ou não de tributos de qualquer natureza relativos ao objeto desta licitação, nos mercados interno e/ou externo, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária, ou outras correlatas.

5.17.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.17.2. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.17.3. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.18. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

5.19. A fase de habilitação poderá anteceder as fases de apresentação de propostas, lances caso indicado no Anexo I CEE 14.

5.19.1. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item 5.1,

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://disamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto ou retorno econômico.

5.20. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.21. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante (na hipótese de inversão fases – item 5.18), o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.22. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.22.1. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo consórcio ou de sua desconexão.

5.22.2. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.22.3. O licitante deverá comunicar imediatamente qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5.22.4. Deverá ser observado pelo licitante a obrigação constante do item 8.16.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no Anexo I CEE 04 e CEE 05.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o agente de contratação e os licitantes.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://disamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

6.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
6.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor respectivo constante do Anexo IV Termo de Referência.
6.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
6.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
6.12. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá observar o Anexo I CEE 15.
6.13. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
6.14. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado indicado no Anexo I CEE 16.
6.15. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
6.16. A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez)** minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **02 (dois)** minutos do período de duração da sessão pública.
6.17. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de **02 (dois)** minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
6.18. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
6.19. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
6.20. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
6.21. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
6.22. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 minutos sendo que após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até **10 (dez) minutos**, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
6.23. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10%

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://disamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

(dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até **05 (cinco)** minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.24. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.25. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até **05 (cinco)** minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.26. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.27. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.28. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.27. Poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.29. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.30. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.31. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.32. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.33. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.34. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.35. No caso de desconexão com o agente de contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.36. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o agente de contratação persistir por tempo superior a **10 (dez)** minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas **24 (vinte e quatro)** horas da comunicação do fato pelo agente de contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.37. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

6.38. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial.
6.38.1. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.
6.39. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
6.40. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **05 (cinco)** minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
6.41. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
6.42. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
6.43. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
6.44. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
6.44.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
6.44.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
6.44.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
6.44.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
6.45. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
6.45.1. Empresas estabelecidas no território do CIMVALPI integrado pela soma dos territórios dos Entes consorciados conforme disposto no Anexo I CEE 17;
6.45.2. Em sequência, empresas estabelecidas no estado de Minas Gerais;
6.45.3. Em sequência empresas brasileiras;
6.45.4. Em sequência empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

6.45.5. E, por fim, em sequência empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
6.46. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
6.47. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
6.48. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
6.49. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
6.50. O agente de contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02 (duas)** horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
6.51. É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
6.52. Após a negociação do preço, o agente de contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta, devendo ser observado o item 8.16.

7. NEGOCIAÇÃO

7.1. Após o encerramento da etapa de lances e da aplicação do empate ficto, se for o caso, o agente de contratação poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, visando a que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento estabelecido, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital.
7.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8. DA ACEITABILIDADE E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. Encerrada a fase de negociação, o agente de contratação procederá a consulta com a finalidade de verificar se o licitante classificado em primeiro lugar não incorre em nenhuma das hipóteses de vedação de participação do certame, conforme redação do item 2.2, especialmente quanto a realização de consulta consolidada do licitante pessoa jurídica disponibilizada pelo Tribunal de Contas da União – TCU quanto licitantes inidôneos (TCU); condenações cíveis por ato de improbidade administrativa e inelegibilidade (CNJ); empresas inidôneas e suspensas (CEIS - CGU) e empresa punidas (CNEP- GCU) através do endereço eletrônico/URL: https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/
8.1.1. Na hipótese de a consulta indicar a existência de fato impeditivo à participação do certame, o licitante será convocado para manifestação pelo prazo

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

mínimo de **30 (trinta)** minutos, e caso não seja apresentada justificativa que permita afastar o impedimento, o licitante será declarado desclassificado por falta de condição de requisito objetivo à participação.

8.2. Atendidas as condições de participação, na forma dos itens precedentes, o licitante classificado em primeiro lugar, por convocação e no prazo definido pelo agente de contratação de, no mínimo **02 (duas) horas**, deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao valor proposto, por meio eletrônico no endereço constante do Anexo I CEE 04.

8.3. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação solicitada, será desclassificado e estará sujeito às sanções previstas neste Edital.

8.4. O agente de contratação poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal e terceirizados do CIMVALPI, para orientar sua decisão.

8.5. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

8.6. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie expressamente à parcela ou à totalidade de remuneração.

8.7. Na verificação da conformidade da melhor proposta apresentada com os requisitos deste Edital, será desclassificada aquela que:

8.7.1. Não atenda às exigências do ato convocatório da licitação, incluídas as especificações contidas no Anexo IV – Termo de Referência, desde que insanável.

8.7.2. Apresentar preços em desacordo com os critérios de aceitabilidade estabelecidos no Anexo I – CEE 18.

8.7.3. Apresentar preços manifestamente inexequíveis não comprovando sua exequibilidade, observados os critérios indicados no Anexo I – CEE 19.

8.8. Em caso de divergência entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso.

8.9. O consórcio concederá ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.

8.10. O agente de contratação poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante a sua demonstração;

8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, o agente de contratação poderá adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

8.11.1. Questionamentos junto ao licitante para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade.

8.11.2. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas.

8.11.3. Verificação de outros contratos que o licitante mantenha com a Administração Pública ou com a iniciativa privada.

8.11.4. Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes.

8.11.5. Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo licitante.

8.11.6. Estudos setoriais.

8.11.7. Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o licitante disponha para o fornecimento.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

8.11.8. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.
8.12. Será considerada inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.
8.13. Caso o Anexo IV - Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
8.13.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
8.13.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
8.13.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo agente de contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas no Anexo IV – Termo de Referência, a proposta do licitante será recusada.
8.13.4. Se a amostra apresentada pelo primeiro classificado não for aceita, o agente de contratação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado.
8.13.4.1. Seguir-se-á com a verificação da amostra e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Anexo IV - Termo de Referência.
8.14. Será vencedor o licitante que atender a íntegra do Edital e ofertar o menor preço ou o maior desconto ou retorno econômico, considerando o critério de julgamento previsto no Anexo I – CEE 18.
8.15. A classificação dos lances apresentados, a indicação da proposta vencedora e demais informações relativas à sessão pública constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.
8.16. Concluídas as providências do item 8.15, competirá ao licitante vencedor e aos demais licitantes participantes no cadastro de reserva da ata de registro de preços, providenciar, na plataforma eletrônica do certame, a geração do arquivo em formato PDF referente a proposta final, devendo ainda providenciar pelos próprios meios a assinatura qualificada prevista no art. 4º, caput, inciso III da Lei 14063/2020, encaminhando ao pregoeiro por intermédio da própria plataforma eletrônica de realização do certame.

9. HABILITAÇÃO

9.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
9.2. Documentos Relativos à Habilitação Jurídica:
9.2.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

9.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
9.2.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
9.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
9.3. Documentos Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:
9.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
9.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, mediante apresentação do comprovante de inscrição ou outro documento hábil expedido pela respectiva fazenda pública que indique o número da inscrição.
9.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede do licitante;
9.3.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
9.3.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
9.4. Documentos Relativos à Qualificação Técnica:
9.4.1. A comprovação de aptidão para o fornecimento do objeto se dará mediante apresentação da documentação constante do Anexo I CEE 20, se indicado.
9.5. Documentos Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:
9.6. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.
9.7. Demais documentos constantes do Anexo I CEE 21.
9.8. A entrega da documentação física original ou autenticada fica dispensada, podendo ser solicitada a qualquer momento em prazo estabelecido pelo agente de contratação, observada a sua guarda pelo agente de contratação pelo prazo de 10 (dez) anos.
9.9. 9. A documentação física original ou autenticada, quando solicitada deverá ser encaminhada ao endereço indicado no Anexo I – CEE 22.
9.10. Na falta de consignação do prazo de validade dos documentos, exceto item 9.2 e subitens, serão considerados válidos pelo prazo de 90 (noventa) dias contados da data de sua emissão.
9.11. Os documentos referentes à habilitação do licitante deverão estar válidos no dia de abertura da sessão pública.
9.12. Caso a data do julgamento da habilitação não coincidir com a da abertura da sessão, e não for possível ao agente de contratação verificar esta condição por meio de consulta a sites oficiais, o licitante será convocado a encaminhar no prazo de no mínimo **02 (duas)** horas, documento válido que comprove sua condição de habilitação na data da convocação, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

quanto à comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

9.13. Quando da apreciação dos documentos para habilitação, o agente de contratação procederá ao que segue:

9.13.1. Se os documentos para habilitação não estiverem completos e corretos, ou contrariarem qualquer dispositivo deste Edital, o agente de contratação considerará o licitante inabilitado;

9.13.2. No caso de inabilitação do primeiro classificado, serão retomados os procedimentos, respeitada a ordem de classificação do licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, e assim sucessivamente, até que sejam atendidas as condições do Edital.

9.14. Os licitantes remanescentes ficam obrigados a atender à convocação e a assinar, quando for o caso, a ata de registro de preços e o contrato no prazo fixado pelo consórcio, ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa.

10. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

10.1. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

10.1.1. Os esclarecimentos quanto ao edital poderão ser solicitados ao agente de contratação em até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da licitação, conforme informado no Anexo I – CEE 23.

10.1.2. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.1.2.1. As impugnações ao Edital deverão ser dirigidas ao agente de contratação nos endereços indicados no Anexo I – CEE 24.

10.1.2.2. O licitante que apresentar impugnação deverá encaminhar suas razões fundamentadas ao agente de contratação, que responderá e submeterá à aprovação da autoridade competente.

10.1.2.3. A impugnação feita tempestivamente não impedirá o licitante de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

10.1.2.4. Acolhida a impugnação contra o instrumento convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame, quando da resposta resultar alteração que interfira na elaboração da proposta.

10.1.3. Decairá do direito de impugnação ao Edital ou de solicitar esclarecimento o licitante ou interessando que não se manifestar no prazo e forma estabelecidos nos itens 10.1 e 10.2.

10.1.4. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada na forma do item 1.8 deste edital no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.1.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.1.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

10.2. RECURSOS

10.2.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021 e, de forma complementar, o regulamento expedido pelo CIMVALPI disponível no endereço eletrônico/URL indicado no item 1.5.5.

10.2.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.2.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.2.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

10.2.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

10.2.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.2.5. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema eletrônico/plataforma responsável pela realização do certame.

10.2.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.2.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.2.8. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, na forma do item 1.8 do edital, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.2.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.2.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.2.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico indicado no Anexo I – CEE 25.

11. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do agente de contratação, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

11.2. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

11.3. Os atos de adjudicação e homologação observarão a forma e procedimento estabelecidos nos regulamentos expedidos pelo CIMVALPI disponíveis no endereço eletrônico/URL indicado no item 1.5.5.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

12. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATO

12.1. O licitante vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da convocação para assinatura da ata de registro de preços junto ao órgão gerenciador, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de não atendimento da demanda.

12.1.1. O prazo previsto poderá ser prorrogado, por justo motivo, a critério do CIMVALPI, mediante solicitação fundamentada do interessado.

12.2. A assinatura da ata de registro de preços será realizada, preferencialmente, de forma eletrônica, nos termos da lei nº 14.630/2020.

12.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de acordo com o estabelecido no Anexo I – CEE 26.

12.4. O início da vigência da Ata de Registro de Preços será de acordo com o estabelecido no Anexo I – CEE 27.

12.5. A ata de registro de preços observará a minuta constante de Anexo do edital.

12.6. A formalização de contrato observará a minuta consta de Anexo do edital, as disposições constantes neste item 12 e, por fim, o regulamento expedido pelo CIMVALPI disponível no endereço eletrônico/IURL indicado no item 1.5.5.

13. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

13.1. A fiscalização e a gestão da execução do contrato competirão, respectivamente, ao fiscal e ao gestor de contrato indicados no Anexo IV – Termo de Referência ou na Ata de Registro de Preços ou no termo de contrato a ser firmado.

13.2. A fiscalização e a gestão do contrato observarão o regulamento específico fiscalização e de gestão de contratos expedidos pelo CIMVALPI disponível no endereço eletrônico/URL indicado no item 1.5.5 deste edital.

14. ENTREGA DO OBJETO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1. A atividade de recebimento é condição prévia e essencial ao pagamento da contraprestação pelo CIMVALPI do fornecimento do objeto, representando a confirmação de que o objeto do contrato foi efetivamente executado em conformidade com os requisitos qualitativos, quantitativos, bem como o preço, a forma e prazo estipulados.

14.2. O recebimento será realizado com obediência às regras previstas no Anexo IV – Termo de Referência, observadas as seguintes diretrizes:

14.2.1. Em se tratando de compras, locação de equipamentos e bens, serviços profissionais não enquadrados como de engenharia:

14.2.2. Provisoriamente, pelo fiscal designado na ata de registro de preços e/ou no contrato, mediante relatório lançado no documento fiscal ou similar, que ateste a qualidade, especificação e quantidade do material, bem, serviço ou locação e sua aceitação, no prazo estipulado no contrato;

14.2.3. Definitivamente, a cargo do gestor de contrato designado por ato formal expedido pelo CIMVALPI, com base na verificação do trabalho realizado pela fiscalização.

14.3. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

14.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.
14.5. Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão definidos na ata de registro de preços e/ou no contrato.
14.6. O pagamento será realizado somente após a conclusão da fase de liquidação da despesa.
14.6.1. Na realização dos pagamentos deverão ser observadas as disposições dos arts. 141 a 146 da Lei nº 14.133/2021 e, de forma complementar, os regulamentos expedidos pelo CIMVALPI referentes à fiscalização e gestão de contratos e ao recebimento provisório e definitivo, conforme endereço eletrônico indicado no item 1.5.5.
14.6.2. São documentos para fins de liquidação e pagamento:
14.6.2.1. Nota fiscal;
14.6.2.2. Fatura de locação;
14.6.2.3. Recibo de pagamento autônomo;
14.6.2.4. Nota de liquidação e pagamento;
14.6.3. Os processos de pagamento devem ser instruídos com os documentos que habilitem a correspondente liquidação e pagamento.
14.6.4. Competirá ao gestor de contratos promover junto a autoridade administrativa competente a formalização da liquidação do empenho para fins de pagamento, devendo apurar:
14.6.4.1. A origem e o objeto do que se deve pagar;
14.6.4.2. A importância exata a pagar;
14.6.4.3. A quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação.
14.6.4.4. A comprovação da regular prestação do objeto contratado.

15. REAJUSTAMENTO E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

15.1. O reajustamento da ata de registro de preços e/ou do contrato ocorrerá a cada período de 12 (doze) meses, adotando por referência a data de formalização da proposta.
15.2. O reajustamento adotará o índice indicado no Anexo I – CEE 28 acumulado no período indicado no item anterior.
15.3. O reequilíbrio econômico-financeiro da ata de registro de preços e/ou do contrato, conforme o caso, observará a matriz de riscos indicada no item 16.

16. MATRIZ DE RISCOS

16.1. O contrato poderá identificar os riscos contratuais previstos e presumíveis e prever matriz de alocação de riscos, alocando-os entre contratante e contratado, mediante indicação daqueles a serem assumidos pelo CIMVALPI ou pelo contratado ou daqueles a serem compartilhados.
16.2. A alocação de riscos de que trata o item precedente considerará, em compatibilidade com as obrigações e os encargos atribuídos às partes no contrato,

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

a natureza do risco, o beneficiário das prestações a que se vincula e a capacidade de cada parte para melhor gerenciá-lo.

16.3. Os riscos que tenham cobertura oferecida por seguradoras serão preferencialmente transferidos ao contratado.

16.4. A alocação dos riscos contratuais será quantificada para fins de projeção dos reflexos de seus custos no valor estimado da contratação.

16.5. A matriz de alocação de riscos definirá o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em relação a eventos supervenientes e deverá ser observada na solução de eventuais pleitos das partes.

16.6. Sempre que atendidas as condições do contrato e da matriz de alocação de riscos, será considerado mantido o equilíbrio econômico-financeiro, renunciando as partes aos pedidos de restabelecimento do equilíbrio relacionados aos riscos assumidos, exceto no que se refere:

16.6.1. Às alterações unilaterais determinadas pela Administração.

16.6.2. Ao aumento ou à redução, por legislação superveniente, dos tributos diretamente pagos pelo contratado em decorrência do contrato.

16.7. São aplicáveis a alocação de riscos as normas e regulamentos expedidos pelo CIMVALPI disponíveis no endereço eletrônico/URL indicado no item 1.5.5.

17. GARANTIAS

17.1. A formalização de garantia observará o disposto nos arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021 e, de forma complementar, o regulamento expedido pelo CIMVALPI constante de endereço eletrônico/URL indicada no item 1.5.5.

17.2. A critério do CIMVALPI, poderá ser exigida garantia, mediante indicação no Anexo I – CEE 29.

17.3. Serão admitidas as seguintes modalidades de garantia:

17.3.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

17.3.2. Seguro-garantia;

17.3.3. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

17.4. A garantia observará os seguintes percentuais calculados sobre o valor do contrato:

17.4.1. Até 5% (cinco por cento) nas contratações de serviços e fornecimentos;

17.4.2. Até 10% (dez por cento) nas contratações em que exista justificativa decorrente de complexidade técnica e dos riscos envolvidos conforme indicação constante da matriz de riscos;

17.5. O **CIMVALPI** poderá exigir a prestação de garantia adicional como condição para o pagamento antecipado.

17.5.1. O valor da garantia oferecida corresponderá, em regra, à integralidade do valor previsto como pagamento antecipado na hipótese do item 17.4.

17.6. O valor da garantia poderá ser reduzido com base na matriz de riscos do contrato.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

18. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Nos termos dos arts. 155 a 162 da Lei nº 14.133/2021, serão aplicadas as sanções administrativas nas seguintes hipóteses:

18.1.1. Advertência, aplicável ao responsável que der causa à inexecução parcial do contrato quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

18.1.2. Impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, aplicável ao responsável que:

18.1.2.1. Incorrer na inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CIMVALPI, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

18.1.2.2. Incorrer na inexecução total do contrato;

18.1.2.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

18.1.2.4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

18.1.2.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.1.2.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

18.1.3. Declaração de idoneidade para licitar ou contratar, aplicável ao responsável que:

18.1.3.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

18.1.3.2. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

18.1.3.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

18.1.3.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

18.1.3.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013[1];

---

[1] Lei nº 12.846/2013:

[...]

Art. 5º Constituem atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, para os fins desta Lei, todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas mencionadas no parágrafo único do art. 1º , que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, assim definidos:

I - Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II - Comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei;

III - comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV - No tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V - Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

§ 1º Considera-se administração pública estrangeira os órgãos e entidades estatais ou representações diplomáticas de país estrangeiro, de qualquer nível ou esfera de governo, bem como as pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro.

§ 2º Para os efeitos desta Lei, equiparam-se à administração pública estrangeira as organizações públicas internacionais.

§ 3º Considera-se agente público estrangeiro, para os fins desta Lei, quem, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, exerça cargo, emprego ou função pública em órgãos, entidades estatais ou em representações diplomáticas de país estrangeiro, assim como em pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro ou em organizações públicas internacionais.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

18.1.3.6. Nas infrações administrativas indicadas no subitem 18.1.2 e subitens que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar.
18.1.4. Multa, a ser aplicada ao responsável que der causa a infrações administrativas será calculada observando o valor mínimo de 0,5% (meio por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor estimado para a licitação, da ata registrada ou do contrato licitado ou celebrado no caso de contratação direta na hipótese do responsável que der causa a infrações administrativas puníveis com as sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade indicadas neste edital, observada a cumulação de aplicação de sanções prevista no §7° do art. 156 da Lei n° 14.133/2021.
18.1.4.1. Sem prejuízo de aplicação do disposto no item 18.1.4, será aplicável a penalidade de multa:
18.1.4.1.1. Igual ou superior a 0,5% (meio por cento) e igual ou inferior a 15% (quinze por cento) para as seguintes infrações administrativas:
18.1.4.1.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
18.1.4.1.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
18.1.4.1.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
18.1.4.1.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
18.1.4.1.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
18.1.4.1.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;
18.1.4.1.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
18.1.4.1.1.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.1.4.1.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
18.1.4.1.2. Superior a 15% (quinze por cento) e inferior ou igual a 30% (trinta por cento) para as seguintes infrações administrativas:
18.1.4.1.2.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
18.1.4.1.2.2. Fraudar a licitação.
18.1.4.1.2.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
18.1.4.1.2.3.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei.
18.1.4.1.2.3.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento.
18.1.4.1.2.3.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
18.1.4.1.2.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
18.1.4.1.2.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.
18.2. A sanção administrativa de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito do CIMVALPI pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

Rua Jaime Pereira, n° 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

18.3. A sanção administrativa de inidoneidade para licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração direta e indireta de todos os Entes públicos da federação pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.
18.4. Se o valor aplicado pela sanção, somado às indenizações cabíveis, ultrapassar o valor de pagamento eventualmente devido pelo CIMVALPI ao contratado, será promovida de forma cumulativa:
18.4.1. A compensação da sanção e eventuais indenizações no valor pendente de pagamento ao contratado;
18.4.2. Eventual diferença não compensada no item anterior seja descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
18.5. A aplicação das sanções administrativas previstas neste ato convocatório não exclui, nem afasta, a obrigação de reparação de integral de eventual dano causado ao CIMVALPI.
18.6. A dosimetria das sanções administrativas e o respectivo processo administrativo de apuração e eventual responsabilização mediante aplicação de sanção administrativa observará o regulamento próprio expedido constante de endereço eletrônico no sítio oficial do CIMVALPI indicado no item 1.5.5

19. DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
19.2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse do CIMVALPI, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação e aos demais princípios indicados no item 1.6 deste edital.
19.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o CIMVALPI não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
19.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, somente se iniciando ou encerrando os prazos em dias de expediente no CIMVALPI.
19.5. Na contagem dos prazos, na hipótese de publicação do ato em mais de um meio, será considerado como parâmetro para a contagem de início do prazo a última publicação realizada.
19.6. É facultado ao agente de contratação ou a autoridade competente, em qualquer fase do processo, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.
19.7. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para fornecimento de produtos, decorrentes desta
19.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
19.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

19.10. O agente de contratação, nos processos de licitação em que a modalidade seja o pregão, adotará a indicação/nomenclatura de "PREGOEIRO".
19.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e Anexo I – CEE 25.

20. ANEXOS
20.1. Anexo I – Condições Específicas do Edital – CEE;
20.2. Anexo II – DFD;
20.2.1. Anexo III – Estudo Técnico Preliminar;
20.2.2. Anexo IV – Matriz de Risco
20.2.3. Anexo V – Termo de Referência;
20.3. Anexo VI – Minuta de Ata de Registro de Preços;
20.4. Anexo VII– Minuta de Contrato.

Ponte Nova, xx de xxx de 2024

Richele Ap. Silva de Jesus
Agente de Contratação

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://pmsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

CIMVALPI
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA

ANEXO I
CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO EDITAL (CEE)

Cláusula da Condição Específica do Edital (CEE)	Referência	Condição Específica do Edital
CEE 01	Descrição do objeto	Registro de preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos para o transporte de pessoas, materiais, documentos e pequenas cargas, para atender demanda do CIMVALPI e do Município de Dom Silvério.
CEE 02	Dados de atuação do processo	Número do processo administrativo: 07.0098.2024.10 Data autuação processo administrativo: 07/05/2024 Número do tipo de procedimento: Pregão Eletrônico: 010/2024
CEE 03	Pedidos de esclarecimentos, informações, impugnações e recursos	Pedidos de esclarecimentos e informações: https://licitar.digital Impugnações e recursos: https://licitar.digital
CEE 04	Plataforma eletrônica de realização do procedimento	URL da plataforma de disputa: https://licitar.digital
CEE 05	Data e horário sessão pública	Data: XX/XX/2024 Horário: XX:XX h (horário de Brasília)
CEE 06	Empresas participando na forma de consórcio	Pessoas jurídicas poderão participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas contidas no Art. 15 da Lei 14.133/2021.
CEE 07	Desenvolvimento econômico e social local e regional – art. 47 da LC 123/06	Contratação restrita local e/ou regional Não se aplica
CEE 08	Participação ampla e restrita – art. 48, I da LC 123/06	Participação restrita a ME´s e/ou EPP´s: Não se aplica

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

CIMVALPI
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA

CEE 09	Subcontratação de ME´s e EPP´s – art. 48, II da LC 123/06	Obrigação de subcontratação de ME´s e EPP´s Não se aplica
CEE 10	Entes Públicos Participantes	Nos termos do art. 86, caput, da Lei n° 14.133/2021: Município de Dom Silvério – MG.
CEE 11	Entes Públicos Consorciados	Se aplica o art. 181 da Lei n° 14.133/2021 visando o atendimento dos seguintes Municípios consorciados: Abre Campo, Acaiaca, Alvinópolis, Amparo do Serra, Araponga, Barra Longa, Cajuri, Canaã, Caputira, Carangola, Coimbra, Congonhas, Desterro de Entre Rios, Diogo de Vasconcelos, Dionísio, Divinésia, Dom Silvério, Guaraciaba, Itabirito, Jequeri, Mariana, Matipó, Oratórios, Ouro Preto, Paula Cândido, Pedra do Anta, Piedade de Ponte Nova, Piranga, Ponte Nova, Porto Firme, Presidente Bernardes, Raul Soares, Rio Casca, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado, Santo Antônio do Grama, São Geraldo, São José do Goiabal, São Miguel do Anta, São Pedro dos Ferros, Sem Peixe, Sericita, Teixeiras, Urucânia, Visconde do Rio Branco e Viçosa.
CEE 12	Formato/descrição da proposta	Menor Preço por Item
CEE 13	Subcontratação	Não será admitida a subcontratação
CEE 14	Inversão fases – Habilitação precedendo apresentação de propostas e lances	Não será aplicada a inversão de fases
CEE 15	Intervalo mínimo de lance	R$ 0,01 (um centavo)
CEE 16	Modo de disputa	Aberto
CEE 17	Território Consórcio	O Território do Consórcio é formado pela soma dos territórios dos seguintes Entes consorciados: Abre Campo, Acaiaca, Alvinópolis, Amparo do Serra, Araponga, Barra Longa, Cajuri, Canaã, Caputira, Carangola, Coimbra, Congonhas, Desterro de Entre Rios, Diogo de Vasconcelos, Dionísio, Divinésia, Dom Silvério, Guaraciaba,

Rua Jaime Pereira, n° 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG

		Itabirito, Jequeri, Mariana, Matipó, Oratórios, Ouro Preto, Paula Cândido, Pedra do Anta, Piedade de Ponte Nova, Piranga, Ponte Nova, Porto Firme, Presidente Bernardes, Raul Soares, Rio Casca, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado, Santo Antônio do Grama, São Geraldo, São José do Goiabal, São Miguel do Anta, São Pedro dos Ferros, Sem Peixe, Sericita, Teixeiras, Urucânia, Visconde do Rio Branco e Viçosa.
CEE 18	Critérios de aceitabilidade de preços	Valor máximo conforme consta no Anexo V - Termo de Referência
CEE 19	Critérios de exequibilidade	A exequibilidade será apurada conforme consta no no item 13.3.1. Anexo V – Termo de Referência
CEE 20	Qualificação Técnica	**Habilitação técnica:** Não será exigida
CEE 21	Qualificação econômico-financeira	**a**. Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, observado o prazo de validade da respectiva certidão, considerando tratar-se de haver unidades da federação que dispões de prazos de validade distintos, bem como prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. a.1. Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor. **b**. Balanço patrimonial e demonstração do resultado (DRE) do último exercício social exigível, devidamente assinado pelo responsável legal da empresa e por contador habilitado, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

CIMVALPI
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA

		b.1. Para aquelas empresas constituídas a menos de 01 (um) ano ou no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da empresa, devidamente assinados pelo seu representante legal e pelo contador responsável, em cópia autenticada ou via original. **c**. Demonstrações que comprovem a boa situação econômico-financeira da licitante será efetuada com base nos índices e resultados financeiros, extraídos do balanço apresentado na forma acima. a empresa deverá apresentar alternativamente Índice de Liquidez Geral = igual ou superior a 1 (um); Índice de Liquidez Corrente = igual ou superior a 1 (um) ou Comprovação de Patrimônio Líquido ou Capital Social, **com valor igual ou superior a 10% (dez por cento) do total estimado da prestação de serviços para o período de 12 (doze) meses.**
CEE 22	Documentação original ou autenticada	Caso seja necessário, a documentação original ou autenticada deverá ser encaminhada ao seguinte endereço, constando no envelope externo os seguintes dados: ENDEREÇO DE ENCAMINHAMENTO: Rua Jaime Pereira, 127, Bairro Progresso – Ponte Nova – MG CEP: 35.430-186 ENVELOPE DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO/PROPOSTA NÚMERO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO, MODALIDADE E NÚMERO DA MODALIDADE RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE CNPJ OU DOCUMENTO EQUIVALENTE
CEE 23	Esclarecimentos	As solicitações de esclarecimentos exclusivamente de forma eletrônica e deverão ser encaminhadas pela plataforma https://licitar.digital

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG

CEE 24	Impugnações	As impugnações ao edital deverão ser encaminhadas da seguinte forma: Eletrônica, através da plataforma https://licitar.digital A impugnação eletrônica deverá conter assinatura que possa identificar o signatário, observado o disposto na Lei nº 14.630/2020. Presencial mediante protocolo no endereço e horário: Rua Jaime Pereira, 127, Bairro Progresso, Ponte Nova – MG CEP:35.430-186
CEE 25	Vista dos autos	A vista dos autos será eletrônica, mediante baixa/download dos arquivos no endereço eletrônico/URL: https://cimvalpi.mg.gov.br/pregao
CEE 26	Prazo de Vigência da Ata de Registro de Preços	O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 meses, podendo ser prorrogada por até mais 12 meses, mediante previa e formal justificativa de interesse Público da manutenção da ata, vantajosidade de preços, e existência de saldo.
CEE 27	Início vigência da ata de registro de preços	A ata de registro de preços vigorará a partir da data de sua publicação.
CEE 28	Índice de reajustamento	Será adotado o índice de reajuste de preço INPC – Índice Nacional de Preços
CEE 29	Garantia	Não será exigida garantia

Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Anexo II

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

Setor requisitante: Gerência Administrativa **Responsável pela demanda:** João Paulo Ferreira. **E-mail:** joaopaulo@cimvalpi.mg.gov.br

1 – Objeto:

( ) Serviço não continuado;
(X) Serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra;
( ) Serviço continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra;
( ) Material de consumo;
( ) Material permanente/equipamento;

2 – Justificativa da necessidade da contratação:

Avaliar a viabilidade técnica e financeira para atendimento às necessidades do CIMVALPI e Municípios consorciados com intuito de elaboração e formalização de processo administrativo para a contratação de empresa especializada na locação de veículos leves.

3 – Descrição dos serviços:

- Locação de veículos utilitários que comportem até 5 passageiros; SUV; Sedan ou Sedan Executivo; Veículos utilitários que comportem no mínimo 7 passageiros (minivans); pick-up; e caminhonete 4x4.

4 – Observações gerais

4.1 – Unidade e servidor responsável para esclarecimentos: Gerência Administrativa – João Paulo Ferreira.

João Paulo Ferreira
Gerente Administrativo

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pmsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Anexo III
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE LOCAÇÃO DE VÉICULOS

- Setor Responsável pela formalização da demanda: Gerência Administrativa.
- Agente Público da área de licitações responsável pelo acompanhamento da elaboração do ETP: Richele Aparecida Silva de Jesus – Agente de contratação.
- Oficial de Assessoramento Jurídico responsável pela revisão do ETP: Hilton Antônio de Oliveira.

INTRODUÇÃO:

O presente Estudo Técnico Preliminar é requisito necessário para assegurar a viabilidade técnica e econômica da pretensa contratação de empresa especializada em LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, mensurando os riscos e determinar estratégias, fornecendo subsídios para a elaboração do Termo de Referência e, bem como, definir um plano de sustentação para a solução demandada.

O estudo aqui apresentado recai sobre a realização de licitação centralizada, para eventual e futura contratação de serviços de aluguel de veículos, em favor do Consórcio Intermunicipal e Multissetorial do Vale do Piranga – CIMVALPI e Municípios que o integram que demandam por este serviço.

Trata-se de um modelo de serviço adotado de forma comum e habitual pela Administração Pública, tendo obtido bons resultados tanto para o Contratante CIMVALPI, quanto para os Municípios integrantes (consorciados).

Em outras linhas, o presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade avaliar o histórico do modelo de Locação de Veículos atualmente em execução pelos Municípios (consorciados) e pelo próprio CIMVALPI, observando as necessidades do executivo municipal, levantar os requisitos técnicos em consonância com requisitos legais necessários para atender essas necessidades, aferindo as condições que o mercado oferece e, por fim, analisar a viabilidade da contratação sob o prisma da legalidade.

O objetivo aqui é pautar elementos que, fundamentadamente, tem a capacidade e potencial para, em tese, considerando o caso concreto, melhor atender ao Interesse Público.

Assim, a delimitação da solução nos termos e condições estipulados, não é decisão de livre arbítrio deste estudo. Aqui estão pautados elementos que, fundamentadamente, tem a capacidade e potencial para, em tese, considerando o caso concreto, melhor atender ao Interesse Público.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

1) OBJETO:

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objeto à análise prévia e condições de viabilidade para contratação de serviços contínuos de LOCAÇÃO DE VEÍCULOS utilitários que comportem 05 (cinco) passageiros; SUV's; Sedan ou Sedan Executivo; utilitários que comportem 07 (sete) passageiros tipo (minivans); Pick-up que comportem 02 (dois) passageiros e Caminhonete 4x4, sem fornecimento de combustível, incluindo manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças, seguro e/ou proteção veicular, inclusive contra terceiros, para o transporte de pessoas, materiais, documentos e pequenas cargas, com a finalidade de atender demanda do CIMVALPI, bem como dos Municípios que o integram. Tendo em vista a expiração da vigência da atual contratação aliada à caracterização destes serviços como contínuos, dado sua essencialidade, visando atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, de modo que sua interrupção pode comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional do CIMVALPI.

2) ESTIMATIVA DE PRAZO – Vigência e Prorrogação da Contratação

Para a presente contratação, estima-se vigência mínima de 12 (doze) meses, a depender da demanda do Município (demandante), contados do ato da assinatura do contrato, observado a cada exercício financeiro (art. 105 Lei 14.133/21), a disponibilidade de créditos orçamentários. Ainda para efeitos de prorrogação do contrato, poderá ser celebrado por até 05 (cinco) anos, prorrogável sucessivamente pelo prazo máximo de até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133 de 2021.

2.1. - A prorrogação de que trata o parágrafo anterior é condicionada à necessidade da demanda por parte dos Municípios (consorciados), bem como pelo ateste da autoridade administrativa competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para Administração, permitida a negociação mediante o cumprimento das seguintes condições:

2.1.1) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
2.1.2) Anexação de relatório anual que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
2.1.3) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na continuação da realização do serviço;
2.1.4) Haja manifestação expressa da empresa contratada informando o interesse na prorrogação;
2.1.5) Anexação de comprovado que a empresa contratada mantém as condições iniciais de habilitação;
2.1.6) Previsões outras previstas em Edital.

2.2. - A prorrogação do contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

2.3. - Na eventual prorrogação do contrato, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.4. - O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação previstas em Lei.

3) - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO EM RAZÃO DA DEMANDA A SER ATENDIDA SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO

3.1 - Justificativa e Necessidade

O presente Estudo Técnico Preliminar foi elaborado em conformidade com as necessidades apresentadas pela Gerência Administrativa através do Documento de Formalização de Demanda. Além disso foram observados os parâmetros qualitativos, (modelos e categorias) de veículos já anteriormente demandados pela Administração Pública dos Municípios (consorciados) e do próprio CIMVALPI.

Conforme já acima mencionado, este modelo de contratação é habitualmente utilizado pela Administração Pública para suprir a necessidade de frota limitada ou inexistente de veículos dentro dos Municípios (consorciados).

Sob pena de inviabilizar a missão institucional do ente público, tendo em vista que, para atender suas demandas operacionais e administrativas, à Administração Pública necessita diariamente deslocar e movimentar pequenas cargas e documentos, servidores e munícipes.

No caso do CIMVALPI, não há frota própria, e seus servidores deslocam-se diariamente para exercer atividades que vão desde fiscalizações, operações e visitas técnicas, eventos profissionais, reuniões e para o transporte de materiais, para dar apoio às diversas atividades desenvolvidas pelo Consórcio.

Ressalte-se, que a forma como os serviços já vem sendo prestados em modelo utilizado pela Administração, o serviço de locação de veículos mantém-se como solução técnica e econômica viável à alternativa, que seria aquisição por meio de compra. Quando o órgão público não conta com estrutura de manutenção de veículos ou quando a locação não se mostra uma opção viável ou ainda, quando a localização do órgão torna inviável a adoção de modelo de contratação diverso.

3.2. - Descrição da Contratação

Tendo em vista a natureza do serviço a ser prestado, o presente estudo observou o disposto no artigo 2º inc. III da Lei 14.133/2021, além dos normativos contidos nas Instruções Normativas 007/2022 e 008/2022 do CIMVALPI, considerando num primeiro momento, que o modelo de locação de veículos para atender demanda do CIMVALPI e dos entes consorciados registra maior vantajosidade para

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pmapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

administração, o que será objeto de análise e conclusão apresentadas neste Estudo. Em levantamento realizado dentro da Coordenadoria de Planejamento e de Direção de Contratos Administrativos do CIMVALPI, constatou-se que os entes consorciados demandam habitualmente por veículos de modelos e características a seguir apresentados:

I) Veículos compactos utilitários que comportem até 05 (cinco) passageiros, incluindo o motorista;
II) Veículos SUV's, com capacidade mínima de até 05 (cinco) passageiros, incluindo o motorista;
III) Veículos Sedan's ou Sedan's Executivos, que comportem até 05 (cinco) passageiros, incluindo o motorista;
IV) veículos utilitários (minivans) que comportem no mínimo 07 (sete) passageiros;
V) Veículos Pick-up's, que comportem no mínimo 02 (dois) passageiros, incluindo o motorista e com capacidade de carga de no mínimo 550 kg;
VI) Veículos Caminhonete 4x4, que comportem até 05 (cinco) passageiros, incluindo o motorista e com capacidade de carga de no mínimo 1.000 kg.

Os órgãos e entidades constitutivos da Administração Pública do Poder Executivo Municipal necessitam para a execução logística de suas atividades, promover o deslocamento de suas autoridades, servidores e terceiros a ela vinculados, além de pequenas cargas, objetos e documentos.

Para tanto, fazem uso de serviços de locação de veículos automotores, visto que a frota própria se apresenta por vezes insuficiente, e em determinados casos inexistente. Desta feita, se torna necessário promover a locação de veículos automotores, para a realização regular das atividades acima referenciadas.

Nesta classificação, por meio de levantamento realizado pelo departamento de licitações e contratos, foram considerados as categorias de veículos comumente utilizados elencados nos incisos acima, com as seguintes especificidades:

a) Veículos com capacidade de 5 (cinco) passageiros, potência acima de ***75 CV***, direção elétrica ou hidráulica, combustível flex (gasolina/álcool), 04 (quatro) portas, ar condicionado, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis de LED ano de fabricação mínimo 2022;

b) Veículo, Sedan 04 (quatro) portas, motorização mínima de **111 *CV***, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, distância mínima entre os eixos de 2,60 cm, faróis de LED, ano de fabricação mínimo 2022;

c) Veículo, tipo Minivan, motorização mínima ***130 CV,*** com capacidade mínima para 07 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis de LED, ano de fabricação mínimo 2022;

d) Veículo, tipo SUV, motorização mínima de ***111 CV***, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis de LED, ano de fabricação mínimo 2022;

e) Veículo, pick-up, mínima de ***75 CV***, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis de LED, ano de fabricação mínimo 2022;

f) Veículo, caminhonete 4x4, cabine dupla, motorização mínima de ***160 CV,*** ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS e AIRBAG, combustível diesel, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis de LED. ano de fabricação mínimo 2022;

A motivação do conjunto de exigências para os veículos acima elencados, se dá pelo fato de que dentro do mercado de locação de veículos, a exigência do consumidor por veículos mais novos e em condições de proporcionar maior conforto e segurança ao condutor e passageiro (s), é condição determinante na hora de fazerem sua escolha.

Não diferente deve ser o posicionamento da administração pública no momento de contratar pelo serviço, buscando da mesma forma assegurar condições mínimas de conforto e segurança para seus servidores e passageiros.

Podemos aqui também pontuar, que a Comissão de Desenvolvimento Econômico da Indústria e Comércio, aprovou proposta que proíbe as locadoras de veículos de usar automóveis com mais de 120 mil quilômetros rodados ou mais e dois anos de uso, daí comunga-se entendimento de ser razoável a exigência de veículos fabricados à partir de 2022.

Pela proposta, ***"(...)a administração pública também deverá seguir a proibição em licitações de transporte e locação de veículos. Até o momento, a PL 1529/2015 encontra-se com a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania"***.[2]

Em relação aos critérios que amparam a exigência de motorização mínima sugerida dentro deste Estudo, as justificativas encontram-se explanadas no subitem a seguir, mas já podemos mencionar que os critérios utilizados buscam assegurar ampla participação, contemplando todas as montadoras de veículos que mormente atuam no mercado nacional, e por conseguinte, os respectivos fornecedores do mercado de locação.

3.3. - Critérios de motorização exigidos:

[2] https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1278737

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Durante pesquisa realizada em sites e revistas especializadas no seguimento automotivo, fato não controverso é de que nas últimas décadas houve downsizing no mercado.

A prática de substituir motores maiores e aspirados por propulsores menores e sobrealinhamentados tornou-se possível, por exemplo, fazer um pequeno motor 1.0 de 3 cilindros render quase tanto quanto um motor 2.0 do passado. Por esse motivo, e buscando não restringir a competição entre as diferentes montadoras, o critério de exigência elencado neste Estudo, pauta pelo parâmetro de potência em CV mínima exigida.[3]

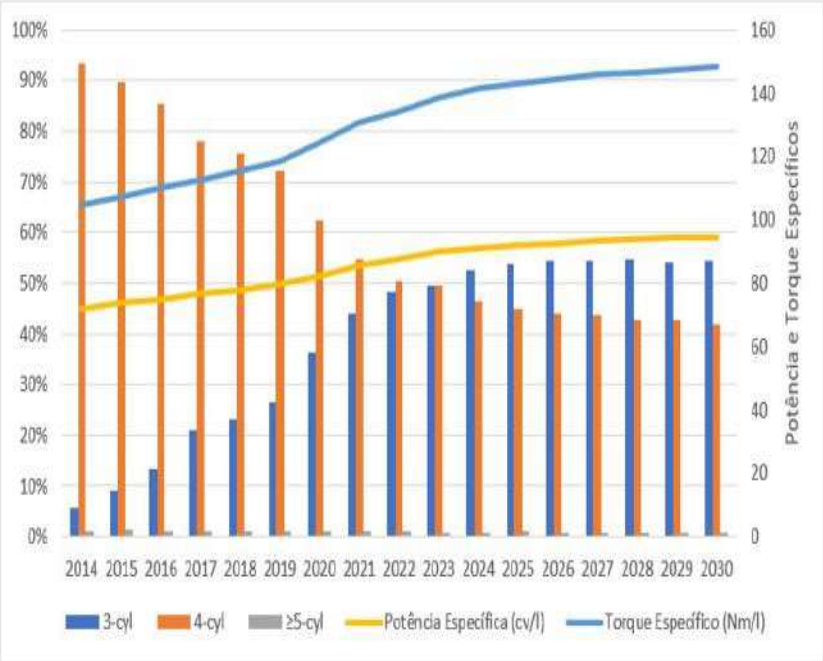
Há, portanto, uma previsão de que mais da metade dos veículos vendidos no Brasil em 2023 sejam equipados com motores de três cilindros e a participação de turbo e injeção direta deve ultrapassar 50% em 2028. Nesse contexto, apesar da redução da cilindrada média, o aumento do uso de turbo e da injeção direta vai fazer com que a potência específica (cavalos por litro) e o torque específico (Newton metro por litro) cresçam 31% e 42%, respectivamente, em 2030 quando comparadas a 2014.

[3] https://motor1.uol.com.br/news/539999/motores-1000-turbo-brasil-tecnologias/
https://pt.linkedin.com/pulse/downsizing-tend%C3%AAncia-automobil%C3%ADstica-do-futuro-jared-rocha/
https://www.webmotors.com.br/wm1/dicas/o-que-e-downsizing
https://autoesporte.globo.com/carros/noticia/2014/11/tecnologia-entenda-porque-dowsizing-nao-significa-menos-potencia.ghtml

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

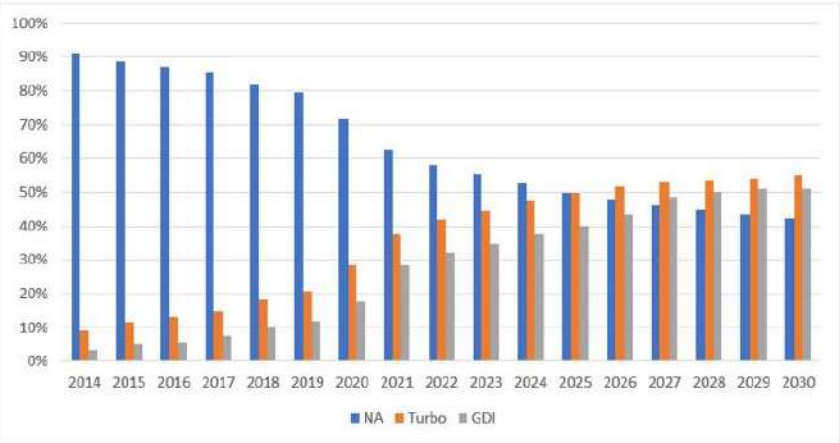
Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pmsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Evolução da adoção do downsizing x crescimento de potência e torque específicos - Brasil



Fonte: IHS Markit VPaC - Vehicle Performance and Compliance – setembro de 2019

Substituição de motor aspirado por motor turbo e com injeção direta - Brasil



Fonte: IHS Markit VPaC - Vehicle Performance and Compliance – Setembro de 2019

Considerando os vários parâmetros adotados pelas montadoras de veículos, existe uma diversidade de nomenclaturas e pontuações dentro de tipos e modelos de veículos, logo, em suas respectivas motorizações, a exemplo de veículos turbos e aspirados.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

De forma a garantir que haja ampla e irrestrita participação no certame, estabeleceu-se dentro deste Estudo parâmetros mínimos de ***potência em "CV"*** a serem considerados, sem que contudo, deixem de atender as demais especificidades e itens de segurança descritos e previstos neste ETP.

3.4. - Critérios para exigência mínima de ano de fabricação - Itens de segurança obrigatórios e indispensáveis:

A exigência de veículos cujo ano de fabricação não seja inferior a 2022, justifica-se principalmente pela Resolução CONTRAN (567/2015) que trata sobre a obrigatoriedade do controle de estabilidade em veículos produzidos e fabricados a partir do ano de 2020. A regra vale para modelos inéditos, inclusive populares e também para os que passarem por grandes mudanças, como troca de geração. Por estas razões, pensando em garantir a segurança dos condutores e passageiros, além dos itens de segurança obrigatórios mais comuns como freios ABS e Airbag, encontram-se descritos neste estudo, itens de segurança indispensáveis e considerados obrigatórios e inseridos em veículos fabricados à partir de 2020 tais como:

a) Controle de estabilidade

O controle de estabilidade conforme acima mencionado é um item de segurança do carro que passou a ser obrigatório em 2020. O sistema tem o objetivo de detectar quando o carro está prestes a perder o controle e cortar a aceleração do motor, freando uma ou mais rodas. Esse cuidado pode impedir, por exemplo, que o veículo rode ao fazer uma curva.

b) Barras de proteção lateral

As barras de proteção lateral são travessas de aço fixadas entre as colunas do veículo, por dentro das portas, para proteger o motorista e os passageiros em casos de colisão lateral. Apesar de simples, esse tipo de solução é muito efetivo, pois diminui o impacto sofrido pelo ocupante do carro. As barras de proteção lateral passaram a ser obrigatórias somente em 2020, mas muitos veículos do país já contam com esse item de segurança.

c) Freios ABS

Com a *vênia* pela redundância, o sistema ABS — assim como a direção hidráulica e o ar-condicionado, que já foram diferenciais — hoje são itens mais do que mandatórios. Desde janeiro de 2014 os carros novos comercializados no Brasil já saem de fábrica com o sistema ABS de frenagem.

d) Distância mínima entre os eixos de 2,60 cm (Sedan's)

Visto que os veículos Sedan's alugados pelo Consórcio andam quase que diariamente com número máximo de passageiros, tal característica se faz necessária perfazendo maior conforto aos passageiros e maior estabilidade aos veículos.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pmsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

e) Faróis de LED

Quanto a exigência aos faróis de LED, esses são mais eficientes do que os convencionais por algumas razões. Eles consomem menos energia em comparação com as lâmpadas convencionais, como as de halogênio. Portanto, os faróis de LED são mais econômicos em termos de consumo de energia do veículo, o que pode resultar até mesmo em menor consumo de combustível.

Além disso, os LEDs têm uma vida útil mais longa do que as lâmpadas convencionais. Enquanto as lâmpadas halógenas geralmente precisam ser substituídas após algumas centenas de horas de uso, os faróis de LED podem durar até 25.000 horas ou mais, dependendo do modelo. Isso significa que os veículos com faróis de LED não precisam substituí-los com tanta frequência, o que pode resultar em economia de dinheiro e tempo a longo prazo.

Outra vantagem dos faróis de LED é a sua capacidade de proporcionar melhor visibilidade. Eles produzem uma luz mais brilhante e clara em relação às lâmpadas convencionais, algo especialmente útil durante a noite e em condições climáticas adversas, como chuva ou neblina. Os faróis de LED também iluminam a estrada de forma mais eficiente e proporcionam uma melhor percepção de profundidade, o que contribui para a segurança ao dirigir.

Por fim, os faróis de LED têm uma resposta mais rápida em comparação com as lâmpadas tradicionais. Eles ligam e atingem o brilho máximo quase instantaneamente, enquanto as lâmpadas de halogênio precisam de um breve período para aquecer. Essa resposta rápida é particularmente útil ao alternar entre os modos alto e baixo dos faróis ou ao utilizar sistemas de iluminação adaptativa, proporcionando maior conveniência e segurança ao motorista.[4]

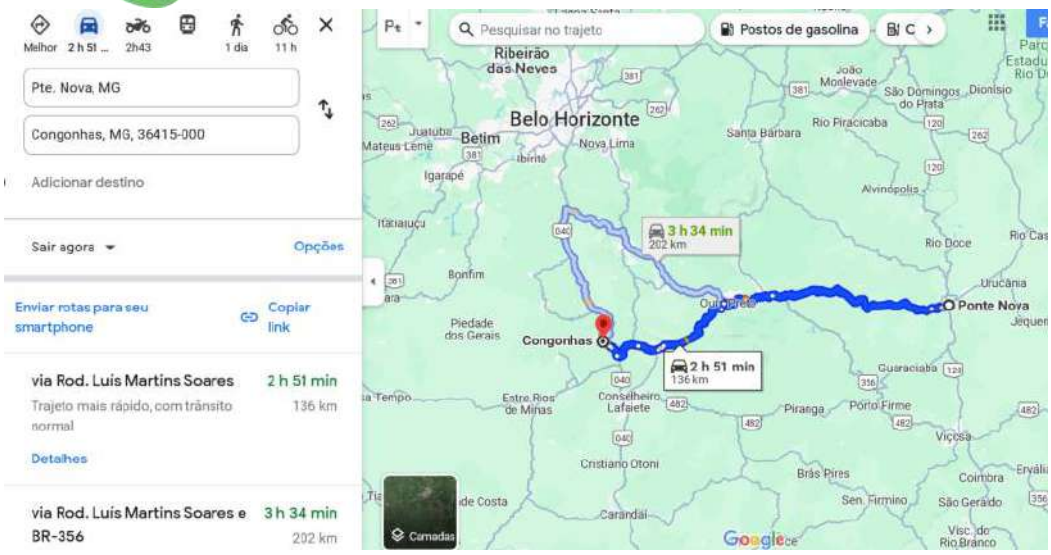
Reiteramos que atualmente o CIMVALPI é composto por 46 (quarenta e seis) municípios localizados principalmente dentro da Zona da Mata Mineira, Vale do Piranga e Região dos Inconfidentes. É justificadamente razoável que haja para além das exigências quanto aos itens de segurança acima apontados, que os veículos fornecidos possuam baixa quilometragem, de forma a garantir a ininterrupta continuidade dos trabalhos realizados pelo CIMVALPI, minimizando contratempos no que se refere a manutenções corretivas decorrente de quebra ou mau funcionamento.

A título meramente exemplificativo, podemos citar o município consorciado de Congonhas/MG, localizado a mais de 130km de distância da sede do CIMVALPI. Os atendimentos realizados não somente a este município, como para tantos outros, demandam deslocamentos quase que semanais, o que deve ser assegurado por veículo em excepcionais condições de segurança e conforto, como a exigência por veículos com faróis de LED, haja visto que em razão das distâncias entre os Municípios, estes veículos certamente retornarão à sede já em horário noturno.

[4] https://www.karvi.com.br/blog/por-que-farois-de-led-sao-mais-eficientes/

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A



4) CONTRATAÇÕES CORRELATAS E INTERDEPENDENTES;

A Contratada deverá proceder com a manutenção preventiva e corretiva, incluindo reposição de peças quando necessário, seguro total e/ou plataforma de proteção veicular, inclusive contra terceiros.

Correlata à presente contratação o Processo: 0903217202310 Gerenciamento informatizado de frota de veículos, mediante rede credenciada para fornecimento de combustíveis; manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças e serviços; higienização de veículos.

Esta contratação pospor-se processo licitatório 001/2022, portanto, trata-se de processo cujo objeto e modelo de contrato já possui precedentes dentro do departamento de licitações do CIMVALPI.

5) REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Tendo em vista a natureza do serviço a ser contratado, a previsão da contratação encontra-se inserida no artigo 2º, inc. III da Lei 14.133/2021. Para além deste imperativo legal contido na nova Lei de Licitações, observa-se o disposto na Consolidação do Contrato de Consórcio Público e Consolidação Estatuto CIMVALPI, além das Instruções Normativas 007/2022 e 008/2022 ambas também do CIMVALPI.

Para além na Novel Lei de Licitações e legislação civilista aplicadas no presente Estudo, considerar-se-á como requisitos da contratação todas as demais exigências previstas em Edital e Contrato.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Poderá participar deste processo licitatório empresas do ramo de atividade relacionada ao objeto, que não possuam registro de sanção que impeça sua contratação, bem como estejam devidamente regulares com as Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal, com o FGTS, INSS e com a Justiça do Trabalho.

Os serviços que constituem o objeto deste estudo e eventual contratação, deverão ser executados de acordo com a solicitação da contratante e/ou Município consorciado, por ordem de serviço e orientação/fiscalização da equipe técnica designada pelo CIMVALPI, devendo o veículo estar disponível no período e local, conforme a necessidade apresentada, além das disposições expostas no Termo de Referência, Edital e condições contratuais.

Previamente dispõe-se que na proposta de preço apresentada, deverá ser considerado pela licitante, que o objeto licitado deverá ser fornecido em até 15 (quinze) dias úteis após a data de solicitação.

O veículo em referência, deverá ser entregue na área patrimonial indicada pela contratante e/ou ente consorciado.

Estabelece-se ainda que o custo de mobilização, desmobilização, seguros e todos os demais custos/encargos envolvidos estão a cargo da contratada, ou seja, **na proposta de preço deverá compreender todas as despesas decorrentes da locação.**

Os veículos deverão estar segurados e/ou cobertos por plataformas de proteção veicular devendo o valor de franquia ser apresentado à parte da proposta ou se já inserido na mesma, que seja especificado o percentual de franquia dentro da proposta.

É necessário entender que não existe um valor fixo para a franquia do seguro. Seu valor vai depender de fatores como o perfil do condutor, modelo do carro e outros pontos avaliados durante a cotação.

Além disso, existem diferentes tipos disponíveis de franquias que pode optar na contratação do seguro, ficando a cargo da licitante qual modelo de franquia será utilizada, se reduzida, majorada ou normal.

Como não há no mercado regulamentação acerca de alíquota relativa a valor de franquia em caso de sinistro, será considerado pelo CIMVALPI a proposta que não exceda o valor máximo de 4% (quatro) por cento do valor da tabela fipe em consonância a alíquota de IPVA cobrado dentro do Estado de Minas Gerais.

Deverá ser contemplado as seguintes coberturas:

Seguro:

Danos Corporais a terceiros.....R$100.000,00
Danos Materiais a terceiros.....R$100.000,00

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Danos Morais a terceiros.....R$10.000,00
Ocorrência de morte.....R$13.500,00
Invalidez permanente e/ou total.....R$13.500,00
Despesas médico hospitalares.....R$2.700,00

O presente serviço será realizado sob demanda, de acordo com a necessidade da administração e dos Municípios interessados na contratação.

Só será efetuado o contrato administrativo em caso de necessidade e em cumprimento ao disposto na Lei nº 14.133/21. Ao final do processo licitatório será realizada a assinatura da ata de registro de preços, válida por 12 meses. Ainda para efeitos de prorrogação do contrato, poderá ser celebrado por até 05 (cinco) anos, prorrogável sucessivamente pelo prazo máximo de até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133 de 2021.

Os requisitos para contratação de empresa especializada em aluguel de veículos, devem seguir os pressupostos pela contratada de comprovar capacidade técnica e operacional, demostrada através de atestados de capacidade técnica profissional, documentação de enquadramento de empresa do ramo de locação de veículos sem motorista e cumpridos os requisitos apresentados neste Estudo.

6) LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DE MERCADO

Neste tópico, urge apresentar as soluções capazes de atender satisfatoriamente os ambientes produtivos, setores de atuação, departamentos e programas da gestão do CIMVALPI, e dos Municípios que o integram – que por sua vez, todos alinhadas aos princípios e regras que regem a Administração Pública.

Nosso estudo tem o condão de identificar empreendimentos possíveis de aproximar as compras públicas da Administração CIMVALPI às práticas adotadas pelo mercado, impondo inovações que se fundamentam no princípio da eficiência, imprimindo um uso racional dos recursos públicos.

Assim, observou-se que, em matéria de soluções para o serviço de transporte, a Administração Pública em geral costuma adotar ao menos dois modelos considerados mais tradicionais para execução deste serviço, são eles:

a) Aquisição de Veículos

No modelo de aquisição de veículos, a Administração Pública adquire o veículo e assume todos os custos dele decorrentes, contratando, de forma independente, motorista em empresa terceirizada ou designando servidor do próprio órgão para a função. É solução adotada em situações específicas como, por exemplo, quando o órgão público conta com estrutura de manutenção de veículos ou quando a locação não se mostra uma opção viável ou ainda, quando a localização do órgão torna inviável a adoção de modelo de contratação diverso.

b) Locação de Veículos

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

No modelo de locação de veículos, o serviço consiste na disponibilização de veículos por empresa contratada, a qual se responsabiliza pelos gastos e manutenções advindas da disponibilização do veículo.

O mercado de potenciais prestadores para os serviços de locação de veículos é bastante vasto, contudo, em determinadas situações como no caso em tela, o fracionamento do objeto licitado em vários itens permitirá a participação de um maior número de licitantes e que tal fato democratiza o acesso às contratações públicas. Quanto a tal fato, não resta a menor dúvida. É de fácil constatação, que, não obstante a locação de veículos não sejam objetos tão complexos, no mercado, sob o ponto de vista pragmático há uma grande distinção entre um e outro.

O seguimento de locação de veículos de pequeno e médio porte como veículos utilitários Hatchs, Sedans, SUV's, Pick–ups e Caminhonetes, referem-se às locadoras cujos registros da atividade, no Ministério da Economia, têm enquadramento dos CNAE 7711-0/00 (locação de veículos sem motorista) e CNAE 4923-0/02 (locação de veículos com motorista). São as chamadas locadoras que atuam somente com a atividade de locação de veículos, com CNPJ ativo na Receita Federal e frota registrada nos órgãos competentes de Trânsito. Cumpre esclarecer ainda que, compete à Administração proceder estudo detalhado sobre as características do objeto, modo de comercialização e preços praticados no mercado, a fim de delimitar os procedimentos que serão desenvolvidos na licitação. No caso em apreço, define-se a possibilidade jurídica, e viabilidade técnica e econômica de dividir o objeto em vários itens/lotes, permitindo que um número maior de interessados participe da disputa, o que, em decorrência, aumenta a competitividade e viabiliza a obtenção de melhores propostas

7) ANÁLISE DA POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO DO OBJETO

7.1. Conforme acima elencado, a contratação por item possibilita a participação de um maior número de interessados, independente da categoria de seu produto, desde que atendido as exigências contidas no Estudo. Isto, consequentemente aumenta a competitividade do certame e viabiliza a obtenção de melhores propostas, sem perda da economia de escala. Nesse interim cabe destacar entendimento sumulado pelo Tribunal de Contas da União no Enunciado nº 247, de acordo com o qual sempre que o objeto da contratação for divisível, é obrigatória a sua adjudicação por item, conforme texto abaixo colacionado:

SÚMULA TCU 247:

"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade."

Conforme verificado em pesquisa e discussões do mercado, o nicho de locação de veículos, apresenta variações de acordo com as diferentes categorias de automóveis, o que permite o parcelamento do objeto sem prejuízo à economia de escala.

Na prática, isso permitirá, por exemplo, que locadoras que não tenham determinada categoria de veículo disponível em sua frota, ainda possam participar do certame licitatório e, inclusive, sagrarem-se vencedoras, vez que não estarão obrigadas a apresentar propostas para um lote, mas apenas para os itens que tenham real disponibilidade de fornecer. Assim, no que tange à forma de contratação, é recomendável que o modelo do Registro de Preços seja dividido por itens, visando uma melhor negociação, com estímulo à competitividade, sempre objetivando à obtenção de ganho de escala e economia.

8) REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Requisitos Obrigacionais

Os requisitos obrigacionais mínimos exigidos, deverão atender às disposições contidas no OBJETO deste Estudo, além daqueles previstos em Lei, dos quais podemos destacar: "REQUISITOS DE HABILITAÇÃO" e "REQUISITOS DE REGULARIDADE FISCAL". Mas conforme mencionado, para além disso, deverá ser observado o regramento legal contido na Lei 14.133/21, bem como as exigências contratuais a *posteriori* dispostas em Termo de Referência.

As condições de habilitação, informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante serão divididos em jurídica; técnica, fiscal social e trabalhista; e econômico financeiro, conforme previsto nos artigos 62 e 65 da Lei 14.133/202.

Conforme disposto no § 4º do artigo 69 da nova lei, a Administração CIMVALPI, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio liquido equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contração.

A documentação referida deverá ser apresentada na forma prevista no artigo 70 da Lei 14.133/2021:

> *Art. 70. A documentação referida neste Capítulo poderá ser:*
>
> *I – apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração;*
>
> *II – substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que previsto no edital e que o*

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

registro tenha sido feito em obediência ao disposto nesta Lei;

III – dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Parágrafo único. As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo federal.

8.2. Regularidade Fiscal: O licitante deverá encontrar-se de forma regular perante suas obrigações com a legislação tributária federal, estadual, municipal, seguridade social e o fundo de garantia por tempo de serviço. Cumpre aqui ressaltar que regularidade não implica em quitação. Regularidade é a comprovação de que a empresa atende todas as exigências do fisco.

8.2.1 **-** São os seguintes documentos exigidos por lei que provam sua regularidade fiscal:

8.2.1.1 **- Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoas Física e Jurídica:** Cadastro de Pessoa Física – CPF e Cadastro Nacional de Pessoa Jurídicas – CNPJ. Ambos são expedidos pela Secretaria da Receita Federal

8.2.1.2 **- Prova de Inscrição no cadastro de contribuintes, ICMS/ISS:** Inscrição Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação. A Inscrição Estadual é emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda e Planejamento.

8.2.1.3 **- Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais emitida pela Receita Federal**. Poderá ser solicitada na Agência da Receita Federal, em qualquer localidade do respectivo Estado, cuja validade é de 180 (cento e oitenta) dias. Também poderá ser emitida pelo site www.receita.fazenda.gov.br com validade de 30 (trinta) dias a contar da sua emissão.

8.2.1.4 **- Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual:** Certidão emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual, podendo ser solicitada em qualquer posto de atendimento da Secretaria de Fazenda Estadual. Esta certidão terá validade de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.

8.2.1.5 **- Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal:** Esta certidão deverá ser emitida pela Secretaria Municipal do Município onde o imóvel encontra-se localizado.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

8.2.1.6 **- Certificado de regularidade do FGTS.**

9) POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA

Em que pese o entendimento sumulado pelo Tribunal de Contas da União, no enunciado nº 281, de acordo com o qual é vedada a participação de cooperativas em certame licitatório quando houver necessidade de subordinação de mão de obra, **verifica-se que tal entendimento não é aplicável ao presente caso, quando a prestação do serviço de locação não demanda a subordinação de mão de obra**. Isso porque, o objeto do presente procedimento licitatório gira em torno da contratação de empresa de locação de veículos (enquadramento dos CNAE 7711-0/00 (locação de veículos sem motorista), não restando caracterizada situação de subordinação, o que afasta a vedação da Corte de Contas.

Ademais, a possibilidade de participação de cooperativa em certame licitatório é matéria de ordem legal e sua vedação, fora dos parâmetros configuraria violação ao disposto no §2º do art. 10 da Lei nº 12.690/12, que dispõe:

> *Art. 10. A Cooperativa de Trabalho poderá adotar por objeto social qualquer gênero de serviço, operação ou atividade, desde que previsto no seu Estatuto Social.*
> *§ 1º [...]*
> ***§ 2º A Cooperativa de Trabalho não poderá ser impedida de participar de procedimentos de licitação pública que tenham por escopo os mesmos serviços, operações e atividades previstas em seu objeto social.***

Assim, sob pena de violação de dispositivo legal, não há óbice à participação de cooperativas no presente certame licitatório, desde que a demanda do objeto não implique na contratação do serviço de locação de veículo, máquina ou equipamento com emprego de mão de obra, e desde que os serviços prestados pela mesma sejam condizentes claramente com o objeto da licitação.

Contudo, é de conhecimento geral a existência de falsas cooperativas, que na prática, são empresas intermediadoras de mão de obra subordinada. A fim de afastar do certame a participação destas entidades, requer-se apresentação de **Modelo de Gestão Operacional, a** fim de comprovar se a proponente detém autonomia, autogestão e não exercício de atividades de sujeição, pessoalidade e habitualidade dos cooperados, reiterando que não será admitida a contratação de cooperativas ou instituições sem fins lucrativos cujo estatuto e objetivos sociais não prevejam ou não estejam de acordo com o objeto contratado.

10) DEMAIS REQUISISTOS DE PARTICIPAÇÃO

10.1. - Além dos requisitos obrigacionais e regularidade fiscal elencados no item 8; subitens 8.1 e seguintes; 8.2 e seguintes; notadamente no subitem 8.2.1.6 – Certificado de Regularidade FGTS, que poder-se-á ser enquadrado como

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

garantia da regularidade social. A habilitação das licitantes será realizada mediante a apresentação da seguinte documentação complementar:

10.1.1. - Comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor anual estimado da contratação, quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, informados pelo Sicaf, for igual ou inferior a 1;

10.1.2. - Comprovante de inscrição e situação cadastral emitido pela Receita Federal do Brasil que comprove a atividade econômica principal ou secundária como sendo Locação de Automóveis sem Condutor (CNAE);

10.1.3. - Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante;

10.1.4. - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011;

10.1.5. - Um ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove(m):

10.1.6. - Aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com os objetos desta licitação, demonstrando que a licitante gerencia ou gerenciou serviços de locação de veículos, com no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do número de veículos que serão necessários para suprir a demanda em decorrência desta licitação;

10.1.7. - Experiência mínima de 3 (anos) anos na prestação de serviços de locação de veículos, ininterruptos ou não, até a data da sessão pública de abertura do Pregão. Os períodos concomitantes serão computados uma única vez;

10.1.8. - Para a comprovação de tempo de experiência, poderão ser aceitos cópias de contratos ou outros documentos idôneos, mediante diligência da Pregoeira.

10.1.9. - Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica.

10.1.10. - O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica deverá(ão) se referir a serviços prestados, no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária, especificada no contrato social, devidamente registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

10.1.11. - As licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados.

10.1.12. - Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do respectivo contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

11) DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS

11.1. - A contratação pretendida tem como objeto a prestação de serviços de locação de veículos, sem motorista e sem combustível, a serem executados na região de abrangência de atuação do CIMVALPI, notadamente em cerca de 46 (quarenta e seis) Municípios, sobretudo na grande região da Zona da Mata, microrregiões do Vale do Piranga e Inconfidentes.

11.2. - Os serviços a serem contratados possuem natureza continuada, de modo que sua interrupção pode comprometer as atividades da Administração e sua necessidade deve se estender por mais de um exercício financeiro.

11.3. - O prazo de vigência do contrato será previsto em Edital, (Art. 105), observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 01 (um) exercício financeiro, estimando-se no presente estudo, vigência inicial de 12 (doze) meses.

11.4. - Será de inteira responsabilidade da contratada todos os encargos relativos ao veículo, como IPVA, seguro obrigatório e taxa de emplacamento, com exceção das multas provenientes de infração às leis de trânsito, previstas no Código de Trânsito Brasileiro, que tenham sido causadas por dolo ou culpa dos prepostos do CIMVALPI e dos MUNICÍPIOS nas locações "sem condutor".

11.5. - Caberá a contratada encaminhar ao CIMVALPI com cópia aos MUNICÍPIOS, dentro do prazo máximo de 03 (três) dias úteis de seu recebimento a notificação de autuação de infração de trânsito referente ao veículo locado para verificação, apuração de responsabilidade e indicação dos dados do condutor infrator, conforme previsto no Código de Trânsito Brasileiro.

11.6. - Os veículos deverão ter seguro e/ou plataforma de proteção veicular contra roubo, furto, danos materiais e pessoais, inclusive contra terceiros, cobertura total para caso de destruição parcial ou total do bem durante todo o prazo de vigência contratual, cabendo à contratante o pagamento da franquia correspondente nos casos em que o sinistro ocorrer por culpa/dolo do preposto por ela designada para condução do veículo.

11.7. - A Contratada responsabiliza-se por todas as despesas decorrentes da utilização dos veículos, como troca de óleo e reparos mecânicos necessários à sua manutenção.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

11.8. - A Contratada deverá realizar manutenção preventiva e corretiva dos veículos, de acordo com as recomendações do fabricante, incluindo os serviços de funilaria, lubrificação, bem como, substituição de pneus, mantendo a regulagem dos veículos para que sejam minimizados os níveis de emissão de poluentes, visando contribuir com o atendimento dos programas de qualidade do ar, observados os limites máximos de emissão de gases, conforme legislação vigente.

11.9. - Manter atualizada e em ordem a documentação relativa ao veículo.

11.10. - Apresentar na sede do CIMVALPI, e quando solicitado pela administração do consórcio, no MUNICÍPIO onde se encontra o veículo, para vistorias iniciais e periódicas.

11.11. - Equipar os veículos com todos os itens de segurança previstos em Lei e exigidos pelo Código Nacional de Trânsito.

11.12. - Os veículos que se encontrarem em situação de impedimento no que se refere ao item anterior, terão o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para regularizar a situação ou substituir o mesmo por outro de características similar.

11.13. - A Contratada deverá prestar os esclarecimentos que lhes forem solicitados e atender prontamente às reclamações sobre seus serviços.

12) ESTIMATIVA DOS ITENS E DE LEVANTAMENTO DE PREÇOS - Da Metodologia aplicada às quantidades estimadas, conforme anexos.

Levantamento realizado junto a Diretoria Técnica Administrativa e Setor de Frotas do CIMVALPI, onde foi demandado pelos respectivos quantitativos e qualificativos (modelos) de veículos:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE FRANQUIA (ANO)	UNIDADE	VALOR MENSAL ESTIMADO
1	Veículo, capacidade de 5 (cinco) passageiros, motorização mínima de 1.0, potência acima de 75 CV, direção elétrica ou hidráulica, combustível flex (gasolina/álcool), 04 (quatro) portas, ar condicionado, vidros e travas elétricas, freio ABS	108	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.090,00 RACHID VEÍCULOS S/A R$2.750,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://samapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

	e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, ano de fabricação mínimo 2022;			R$3.559,48 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$3.220,59 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.155,01
2	Veículo, Sedan ou Sedan Executivo, 04 (quatro) portas, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, distância mínima entre os eixos de 2,60 cm, ano de fabricação mínimo 2022;	108	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.700,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$2.989,98 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$4.648,59 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.779,52
3	Veículo, tipo Minivan, motorização mínima 130 CV, com capacidade mínima para 07 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros	18	Franquia Mensal (3.000 km)	R$4.150,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$6.415,98 M&M ALUGUEL DE CARROS

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

	e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, ano de fabricação mínimo 2022;			R$4.340,39 LOCALIZA **MÉDIA TOTAL R$4.968,79**
4	Veículo, tipo SUV, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, ano de fabricação mínimo 2022;	108	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.990,00 RACHID VEÍCULOS S/A R$4.700,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS R$2.570,90 M&M ALUGUEL DE CARROS R$4.035,19 LOCALIZA **MÉDIA TOTAL R$3.824,02**
5	Veículo, pick-up, motorização mínima de 75 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica,	36	Franquia Mensal (3.000 km)	R$4.100,00 RACHID VEÍCULOS S/A

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

	combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, ano de fabricação mínimo 2022;			R$3.850,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$3.998,95 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$3.457,39 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.851,58
6	Veículo, caminhonete 4x4, cabine dupla, motorização mínima de 160 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS e AIRBAG, combustível diesel, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, ano de fabricação mínimo 2022;	18	Franquia Mensal (3.000 km)	R$7.990,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$7.500,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$9.789,88 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$9.990,19 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$8.817,51
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:		**R$1.548.733,68**		

As unidades de franquia basearam-se nas quilometragens normalmente utilizadas mensalmente para cada veículo locado. Sendo que no limite da franquia mensal (3.000 km) o quantitativo será abatido. Já em que pese haver excedente de

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pmsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

quilometragem mensal, será feito pagamento proporcional a quilometragem utilizada, o que se dará em caso excepcional, posto que, ao servidor responsável pela fiscalização do contrato, caberá se atentar ao limite da unidade de quilometragem contratada.

O quantitativo das franquias (ano) se estabeleceu visto que como citado em certidão anexa ao processo, o CIMVALPI possui atualmente locado 7 veículos **1.0/1.6**; 6 veículos **Sedan's**; 6 veículos **SUV's**; 1 veículo **4x4**; 1 veículo **4x2**, podendo haver um aumento no número de locação de veículos em razão da ampliação do quadro de funcionários do Consórcio e um possível excedente de quilometragem utilizado. Sendo assim para cada mês vigente do ano foi estimado 1 (uma) franquia, com uma reserva de franquia caso seja necessária para utilização. Vejamos exemplo abaixo:

Veículo, capacidade de 5 (cinco) passageiros: 7 (locados atualmente) x 12 (meses do ano) = 84 (franquias) + 24 (franquias/reserva) = **108 (franquias/ano)**

13) PESQUISA DE PREÇO

As pesquisas de preço foram realizadas conforme estabelecidas pela instrução Normativa 07/2022, âmbito do Consórcio CIMVALPI, que dispõe sobre o procedimento para realização de pesquisa de preços.

A pesquisa de preço foi realizada considerando os parâmetros dispostos no artigo 6º, inciso IV, da IN 07/2022 do Consórcio CIMVALPI. Foram consultados os preços através de pesquisa direta com fornecedores, através de email e celular android com empresas do ramo de locação de veículos, no âmbito do Estado de Minas Gerais, onde se situa o Consórcio e os municípios consorciados, visto que após a realização do Pregão 001/2024, cujo objeto foi o mesmo deste, a licitação se restou com sobrepreço, tendo sido assim analisada pela Diretoria Técnica Administrativa do Consórcio a conclusão de realizar a cotação de preços diretamente com locadoras dos automóveis no Estado de Minas Gerais afim de se buscar preços compatíveis ao mercado.

As locadoras foram escolhidas de maneira aleatória, sendo feito contato com várias do ramo de locação de veículos, findando o balizamento de preços com aquelas que enviaram cotações referente a demanda feita pelo Consórcio.

14) ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Conforme acima apresentado, a estimativa do valor do contrato é de **R$1.548.733,68 (um milhão, quinhentos e quarenta e oito mil, setecentos e trinta e três reais e sessenta e oito centavos).**

15) JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

De início, a possibilidade de parcelamento ou não do objeto da licitação deve ser auferida sempre no caso concreto, essencialmente, deve a Administração prezar acerca da viabilidade técnica e econômica do parcelamento e da divisibilidade

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

do objeto, de conformidade com o pronunciado pelo Tribunal de Contas da União por meio do Acórdão nº 732/2008. Nos termos do art. 47, inc. II da Lei 14.133/21, a opção pelo critério de julgamento por item é obrigatória e deve ser aplicada sempre que se comprovar técnica e economicamente viável a sua adoção, a fim de ampliar a competitividade sem perda da economia de escala. Nesse sentido, por meio do **Acórdão 2529/2021-TCU-Plenário[5], o Tribunal de Contas da União,** onde "empreende-se, pois, da leitura da parte dispositiva do sobredito acórdão que, sob a ótica do TCU, a ausência de parcelamento do objeto da licitação representa, por si só, restrição ao caráter competitivo da disputa, havendo situações, no entanto, em que tal restrição poderia ser devidamente justificada. Estaria assim sujeita à reprimenda da Corte de Contas tão somente a ausência de parcelamento que configurasse injustificada restrição à competitividade do certame.

No caso em análise, considerando a diversidade de modelos de veículos, e ante a pluralidade de fornecedores disponíveis no mercado de locação, torna-se economicamente mais vantajoso o parcelamento do objeto, porquanto pode atrair um maior número de interessados, resultando em melhores preços para a Administração.

Ademais, os itens do presente certame abrangem gêneros de veículos automotores de categorias diferentes, motivo pelo qual a reunião, em lotes, de veículos com especificações distintas, implicaria em restrição à competitividade do certame.

Pelo exposto, a opção por realizar a licitação por item decorre de aspectos técnico-econômicos, com vistas a melhor atender o interesse público, com eficiência e racionalidade dos gastos.

16) ALINHAMENTO CONTRATAÇÃO E PLANEJAMENTO

Diretrizes que nortearam o ETP:

- Lei Federal nº. 14.133/2021;
- Instruções Normativas CIMVALPI nº. 07/2022 e 08/2022;
- Lei 9.503/1997 (CTB)

16.1. A pretensa contratação destes serviços por parte deste ente público, encontra previsão na CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO CIMVALPI, naquilo que concerne a prestação de atividades de planejamento, execução e gestão associada de serviços públicos nas mais diversas áreas, *art. 7º inc. I,* bem como ainda no art. 6º, parágrafo único, inc. I, *alíneas "e,h,k,p,s"* da CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO.

16.2. Em consonância a função institucional para qual o consórcio foi criado, fato não controverso é de que os entes consorciados se depararam com baixa oferta

[5] https://www.migalhas.com.br/depeso/354484/parcelamento-do-objeto-da-licitacao-e-ampliacao-da-competitividade

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

de quadros técnicos qualificados, pouca experiência na elaboração das políticas públicas e baixa capacidade de gestão. Nesse contexto, buscando melhorar e aprimorar a gerência na gestão pública dos entes consorciados, o CIMVALPI planeja com a presente contratação objeto deste estudo, trazer benefícios de Redução de custos fixos para os Municípios; Ganho de escala; Fortalecimento da gestão local; Melhora na qualidade dos serviços prestados, dentre outros.

17) POSICIONAMENTO CONCLUSIVO QUANTO A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A conclusão que pode extrair deste Estudo, é que a contratação de empresa especializada em locação de veículos, atende satisfatoriamente demanda existente entre os entes consorciados e o próprio CIMVALPI, posto que, conforme apresentado, os entes consorciados apresentam uma frota deficitária e em alguns casos inexistente.

Ignorar à existência por demanda de veículos por parte da administração, implica em obstaculizar suas atividades dado o essencial atendimento à necessidade pública de forma permanente e contínua. A interrupção deste serviço que resulta na atividade de deslocamento de servidores, munícipes, objetos e cargas pode comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

A contratação pretendida, desde que observados os requisitos de negócio estabelecidos no presente estudo, com a vantagem de permitir melhor adequação dos serviços às efetivas necessidades dos entes consorciados e do próprio CIMVALPI, apresenta-se indubitavelmente viável.

18) DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO;

Nesse ínterim, o certame licitatório para contratação de empresa especializada na locação de veículos acima especificados para atender demanda do CIMVALPI e Municípios consorciados, apresenta-se como solução mais comum e viável seja do ponto de vista técnico, seja do ponto de vista econômico. Considerando o modelo alternativo, que seria AQUISIÇÃO (compra), dentro do contexto econômico dos Municípios que integram o Consórcio apresenta-se inviável, posto que além do alto valor inicialmente despendido pelo poder público, advém custos oriundos de manutenção de frota. Dentro do modelo de locação, conforme previsto neste Estudo, os custos e despesas de manutenção e impostos, ficam exclusivamente a cargo do contratante, o que assegura maior economicidade e melhor aproveitamento dos recursos humanos, não havendo necessidade da administração em dispor de mão-de-obra voltada para esta finalidade.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

19) DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS;

Tem-se em vista que, com a instituição do procedimento, a gestão CIMVALPI visa preservar o caráter ininterrupto das atividades administrativas e operacionais dos Municípios que demandam pelo serviço e notadamente do próprio Consórcio, agindo de forma planejada, a fim de prevenir riscos e prejuízos ao erário, ambicionando melhorias de gestão – tais como o aumento do poder de barganha e a obtenção de economia de escala.

Noutros passos, com o condão de atender satisfatoriamente as necessidades identificadas, observando as peculiaridades do objeto e para alcançar os resultados pretendidos, é oportuno o emprego de alguns recursos tais como:

a. Publicação do presente Estudo para apresentação e verificação das demandas dos Municípios que demonstrarem interesse; com vistas a estabelecer uma maior margem de negociação no certame e, também, para mensurar, em estimativa aproximada, a dimensão do pleito;
b. Disponibilização dos meios pertinentes, sejam físicos ou eletrônicos, para a realização da pesquisa de mercado e da pesquisa de preços, as quais possibilitam a mensuração da dimensão do pleito e a verificação da aproximação do trabalho às práticas vigentes no mercado;

A presente demanda é proveitosa na medida em que se identifica que o serviço de locação de veículos, de forma a atender satisfatoriamente o Interesse Público, constituem uma necessidade em comum dos Municípios consorciados e do próprio Consórcio. Pelo exposto até aqui, os resultados pretendidos são:

a. O atendimento satisfatório da contratação;
b. O alcance de uma larga racionalização e economia aos gastos públicos;
c. A preservação do caráter ininterrupto das atividades administrativas e operacionais do CIMVALPI;
d. A prevenção de riscos ao Erário; e
e. O alcance de indicadores para a medição e aperfeiçoamento da gestão.

20) PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO;

20.1. A Administração do Consórcio Intermunicipal e Multissetorial do Vale do Piranga, objetivando a necessidade de contratação de empresa especializada em locação de veículos irá licitar o serviço. Após os resultados, será elaborado Termo de Referência, Publicação de Edital, a após os tramites da disputa, celebração de contrato.

20.2. Haverá necessidade de indicar servidores para a correta fiscalização do contrato em tela, evitando-se vícios ou desvios de conduta, bem como garantir o cumprimento das metas de eficiência e eficácia necessárias para o atendimento do objeto dessa contratação.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pmapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

21) DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL

21.1. Sob inteira responsabilidade da contratante, realizar manutenção preventiva e corretiva dos veículos, de acordo com as recomendações do fabricante, bem como substituição e descarte adequado de pneus, fluidos e lubrificantes.

21.2. Manutenção da regulagem dos veículos para que sejam minimizados os níveis de emissão de poluentes, visando contribuir com o atendimento dos programas de qualidade do ar, observados os limites máximos de emissão de gases, conforme legislação vigente.

22) PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÃO:

O CIMVALPI, no presente momento, se encontra com o plano anual de contratações vigente, conforme IN 30/2024.

23) CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Nos termos do art. 47, inc. II da Lei 14.133/21, a opção pelo critério de julgamento por item é obrigatória e deve ser aplicada sempre que se comprovar técnica e economicamente viável a sua adoção, a fim de ampliar a competitividade sem perda da economia de escala, como no caso em tela, será realizado por meio de pregão eletrônico através de menor preço por item.

Ponte Nova, 16 de maio de 2024.

João Paulo Ferreira
Gerente Administrativo

Hilton Antônio de Oliveira
Responsável pela Revisão
Oficial de Assessoramento Jurídico

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://pmsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Anexo IV

MATRIZ DE RISCOS		
Risco 01		
Risco:	Definição de exigências desnecessárias, de caráter restritivo no Edital, especialmente no que diz respeito à qualificação técnica.	
Possibilidade:	Baixa	
Impacto:	Médio	
Nível de Risco:	Baixo	
Fase do processo de contratação:	Planejamento da contratação	
Alocação do Risco:	Contratante	
Danos:	Possibilidade de impugnações do edital na fase de seleção do fornecedor ou o certame restar deserto ou fracassado.	
	Atraso no certame e consequentemente, atraso para locação dos veículos.	
Ações preventivas/Setor responsável	Observar o que dispõe a Lei 14.133/2021.	Setor de Licitações/Agente de Contratação.
	Observar as orientações dos órgãos de orientação e fiscalização do CIMVALPI e/ou Municípios.	Setor de Licitações/Agente de Contratação.
Ações de contingência /Setor responsável:	Em caso de impugnação, republicação do certame, com a revisão dos itens de qualificação técnica.	Setor de Licitações/Agente de Contratação.
Risco 02		
Risco:	Impugnações do Edital de licitação, por motivos diversos, principalmente relacionados a erros de planilha e/ou de edital, termo de referência, especificações técnicas etc.	
Possibilidade:	Baixa	
Impacto:	Médio	
Nível de Risco:	Baixo	
Fase do processo de contratação:	Planejamento da contratação	
Alocação do Risco:	Contratante	
Danos:	Possibilidade de impugnações do edital na fase de seleção do fornecedor ou o certame restar deserto ou fracassado.	
	Atraso no certame e consequentemente, atraso para locação dos	

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

	veículos.	
Ações preventivas/Setor responsável:	Observar o que dispõe o Art. 19 da Lei 14.133/2021.	Setor de Licitações/Agente de Contratação.
	Observar as orientações dos órgãos de orientação e fiscalização do CIMVALPI e/ou Municípios.	Setor de Licitações/Agente de Contratação.
Ações de contingência /Setor responsável:	Em caso de impugnação, republicação do certame.	Setor de Licitações/Agente de Contratação.
Risco 03		
Risco:	O certame licitatório restar deserto, caso nenhuma empresa se interesse por sua execução ou fracassado, caso nenhuma das propostas apresentadas estejam dentro dos parâmetros estimados pela Administração.	
Possibilidade:	Média	
Impacto:	Alto	
Nível de Risco:	Baixo	
Fase do processo de contratação:	Seleção do fornecedor	
Alocação do Risco:	Contratante	
Danos:	Necessidade da republicação da licitação.	
	Atraso no certame e consequentemente, atraso para entrega dos veículos.	
Ações preventivas/Setor responsável:	Correto planejamento das exigências postas para a contratação.	Setor de Licitações/Agente de Contratação.
Ações de contingência /Setor responsável:	Verificar junto às empresas do ramo de atividade quais seriam os motivos do desinteresse pelo serviço no caso da licitação deserta ou revisão dos valores estimados no caso de licitação fracassada para uma possível repetição do certame.	Setor de Licitações/Setor demandante.
Risco 04		
Risco:	A empresa vencedora do certame quando convocada, não assinar a ata de registro de preço e/ou o termo de contrato.	

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Possibilidade:	Baixa	
Impacto:	Alto	
Nível de Risco:	Baixo	
Fase do processo de contratação:	Formalização contratual	
Alocação do Risco:	Contratante	
Danos:	Atrasos para entrega dos veículos.	
Ações preventivas/Setor responsável:	Prever, dentre as cláusulas do Termo de Referência, sanções que contemplem esta situação.	Setor demandante.
	Observar o prazo de validade da proposta apresentada na fase de licitação e enviar o contrato para assinatura dentro do prazo de vigência da proposta.	Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos administrativos.
Ações de contingência /Setor responsável:	Nos termos dos §2º e 4º do Art. 90 da Lei 14.133/2021, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração da ata de registro de preços e/ou contrato.	Setor de Licitações/Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos administrativos.
	Aplicar as sanções previstas na contratação, Art. 90, §5º, da Lei 14.133/2021.	Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos administrativos.
Risco 05		
Risco:	Atrasos na assinatura do contrato ou na entrega das garantias contratuais.	
Possibilidade:	Média	
Impacto:	Baixo	
Nível de Risco:	Baixo	
Fase do processo de contratação:	Execução contratual	
Alocação do Risco:	Contratante	
Danos:	Atrasos para entrega dos veículos.	

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Ações preventivas/Setor responsável:	Prever, dentre as cláusulas do Termo de Referência, sanções que contemplem esta situação.	Setor demandante.
	Observar os prazos previstos para entrega do contrato assinado e das garantias contratuais e acompanhar a entrega, notificando a contratada caso seja verificada a ocorrência de atrasos.	Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos administrativos.
Ações de contingência /Setor responsável:	Aplicar as sanções previstas na contratação, Art. 90, §5º, da Lei 14.133/2021.	Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos administrativos.
Risco 06		
Risco:	Risco de inadimplência da Contratante.	
Possibilidade:	Baixa	
Impacto:	Alto	
Nível de Risco:	Baixo	
Fase do processo de contratação:	Execução contratual	
Alocação do Risco:	Contratante	
Danos:	Em caso de atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, o Contratado poderá optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.	
Ações preventivas/Setor responsável:	Formalização do contrato para execução da locação dos veículos, preferencialmente com a garantia da disponibilidade do recurso orçamentário, indicada pelo setor competente.	Contabilidade/Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos administrativos.
Ações de contingência /Setor responsável:	Em caso de dificuldades no repasse de recursos orçamentários pelo ente consorciado, planejamento dos pagamentos para evitar a suspensão da execução da locação dos veículos pela Contratada.	Fiscalização técnica/Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos administrativos.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Risco 07		
Risco:	Rescisão ou anulação do contrato, por culpa da Contratada.	
Possibilidade:	Baixa	
Impacto:	Alto	
Nível de Risco:	Baixo	
Fase do processo de contratação:	Execução contratual	
Alocação do Risco:	Contratada	
Danos:	Atrasos para entrega dos veículos.	
	Alteração dos custos inicialmente previstos para execução da entrega dos veículos.	
	Necessidade de realização de nova licitação ou de contratação de remanescente(s).	
Ações preventivas/Setor responsável:	Prever, dentre as cláusulas do Termo de Referência, sanções que contemplem esta situação.	Setor demandante.
Ações de contingência /Setor responsável:	Instaurar processo para aplicação das penalidades à Contratada.	Fiscalização técnica/Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos administrativos.
	Realizar a contratação do(s) remanescente(s), nos termos do Art. 90, §7º, da Lei 14.133/2021 ou realizar novo processo de licitação.	Setor demandante/Diretoria de Administração.
Risco 08		
Risco	Entrega do veículo com qualidade inferior à especificada no Termo de Referência.	
Possibilidade:	Média	
Impacto:	Alto	
Nível de Risco:	Médio	
Fase de processo de contratação:	Execução contratual	
Alocação do Risco:	Contratada	
Danos:	Inexecução do contrato.	
	Ausência de entrega dos itens para atender as necessidades.	
Ações Preventivas/Setor	Fiscalizar continuamente a execução do contrato.	Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pmsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

responsável:		administrativos.
	Prever, dentre as cláusulas do Termo de Referência, sanções que contemplem esta situação.	Setor Demandante.
	Fazer a conferência dos veículos solicitados no ato do recebimento, tendo em mãos a descrição dos veículos licitados.	Setor demandante e/ou responsável designado pela fiscalização do contrato.
Ações de contingência/Setor responsável:	Notificar prontamente a Contratada sempre que verificada a necessidade de substituição do veículo a fim de adequar ao descritivo do Termo de Referência.	Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos.
	Aplicação das sanções previstas na contratação.	
Risco 09		
Risco:	Descrição dos itens/objetos incompleta ou muito restritiva.	
Possibilidade:	Baixa	
Impacto:	Alto	
Nível de Risco:	Baixo	
Fase do processo de contratação:	Planejamento da contratação	
Alocação do Risco:	Contratante	
Danos:	Locação de veículos de qualidade inferior à pretendida.	
	A licitação restar-se frustrada ou deserta.	
	Necessidade de republicação do certame ocasionando atraso na aquisição dos produtos.	
Ações preventivas/Setor responsável:	Identificar a necessidade a ser atendida e descrever o objeto de forma clara e suscinta.	Setor demandante.
Ações de contingência /Setor responsável:	Descrição dos itens/objetos mantendo apenas as características essenciais no detalhamento dos veículos, para aumentar a chance de sucesso na locação de um veículo de qualidade.	Setor demandante.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Risco 10		
Risco:	Atrasos no recebimento dos veículos.	
Possibilidade:	Média	
Impacto:	Alto	
Nível de Risco:	Médio	
Fase do processo de contratação:	Execução Contratual	
Alocação do Risco:	Contratada	
Danos:	Ausência de itens indispensáveis para utilização dos veículos.	
Ações preventivas/Setor responsável:	Prever, dentre as cláusulas do Termode Referência, sanções que contemplem esta situação.	Setor demandante.
Ações de contingência/Setor responsável:	Instaurar processo para aplicação das penalidades à Contratada nos termos da *IN CIMVALPI Nº 014/23* e alterações posteriores.	Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos.
Risco 11		
Risco:	Modificação da legislação, regulamentos e normas que causem alterações no item inicialmente contratado.	
Possibilidade:	Baixa	
Impacto:	Baixo	
Nível de Risco:	Baixo	
Fase de processo de contratação:	Execução Contratual	
Alocação do Risco:	Contratante	
Danos:	Alteração dos custos e/ou prazos inicialmente previstos para execução da locação do veículo.	
Ações preventivas/Setor responsável:	Não identificadas.	
Ações de contingência/Setor responsável:	Revisão do escopo da contratação, realizando-se uma alteração contratual de prazo e/ou financeira, a ser analisada no caso concreto.	Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

ANEXO V

Termo de Referência

1. DA INDICAÇÃO DO OBJETO - Definição, Natureza, Quantitativo, Prazos e Possibilidade prorrogação

1.1. - Contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos para o transporte de pessoas, materiais, documentos e pequenas cargas, para atender demanda do CIMVALPI, bem como do Município de Dom Silvério.

1.2. - No presente caso, o serviço é caracterizado como comum e de natureza continuada. Posto isto, a previsão de vigência do contrato é de 12 meses, a contar da data de sua assinatura, dessa forma, a Ata de Registro de Preços deverá vigorar pelo mesmo período, e expirar-se-á ao término do respectivo exercício financeiro.

1.3. - Ao presente Termo, aplicam-se as estimativas quantitativas, apresentadas no Estudo Técnico Preliminar e replicados no item 3 deste Termo.

1.4. - O presente serviço será prestado sob demanda, de acordo com a necessidade da administração. Só será efetuado o contrato administrativo em caso de necessidade e em cumprimento ao disposto na Lei nº 14.133/21. Ao final do processo licitatório será realizada a assinatura da ata de registro de preços, válida por 12 meses conforme exposto no subitem "1.2". É previsto a possiblidade de sua prorrogação pelo período de até 05 (cinco) anos, prorrogável por até 10 (dez) anos, com amparo legal nos termos do artigo 105 e seguintes da lei 14.133/21.

2. DA JUSTIFICATIVA – Fundamentação e Descrição da necessidade da contratação.

2.1. - Conforme apresentado em DFD expedido pela gerência administrativa do CIMVALPI, no intuito de elaborar estudo prévio para análise de viabilidade técnica, financeira e orçamentária para LOCAÇÃO DE VEÍCULOS utilitários que comportem 05 (cinco) passageiros; SUV's; Sedans; utilitários que comportem 07 (sete) passageiros (tipo minivans); Pick-up que comportem 02 (dois) passageiros e Caminhonete 4x4, sem fornecimento de combustível e sem motorista, incluindo manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças, seguro e/ou proteção veicular, inclusive contra terceiros, para o transporte de pessoas, materiais, documentos e pequenas cargas, com a finalidade de atender demanda do CIMVALPI, bem como dos Municípios que o integram. Ampliou-se desta forma o Estudo, com amplo levantamento das soluções de mercado para atendimento das necessidades tanto do CIMVALPI, quanto para os demais entes consorciados interessados na contratação destes serviços via Consórcio. Com levantamento realizado dentro da Coordenadoria de Planejamento e Direção de Contatos administrativos do CIMVALPI, considerou-se ainda a possibilidade de interesse por

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

parte dos entes consorciados apresentarem demandas durante a fase de publicação da intenção de Registro de Preços.

3. DO QUANTITATIVO E CUSTO ESTIMADO – Especificação, Requisitos de qualidade, durabilidade e segurança

3.1. - Após Consolidada Pesquisas de Preços constante no item 12 do Estudo Técnico Preliminar, dado as especificidades de cada veículo, a metodologia aplicada para a definição da precificação se deu por itens. A média aritmética dos valores obtidos nas pesquisas de preços foram realizadas considerando os parâmetros dispostos no artigo 6º, inciso IV, da IN 07/2022 no âmbito do Consórcio CIMVALPI, que dispõe sobre o procedimento para realização de pesquisa de preços.

3.2. - Foram consultados os preços através de pesquisa direta com fornecedores, através de solicitação via email e celular android com empresas do ramo de locação de veículos, no âmbito do Estado de Minas Gerais, onde se situa o CIMVALPI e os municípios consorciados Insta elucidar que procedimento anterior realizado no Pregão 001/2024, cujo objeto foi o mesmo deste, a licitação resultou em sobrepreço, tendo sido assim, determinado pela Diretoria Técnica Administrativa do Consórcio a realização de novo certame, havendo desta vez a realização de cotação de preços diretamente com locadoras de automóveis no Estado de Minas Gerais afim de se buscar preços compatíveis ao mercado.

As locadoras foram escolhidas de maneira aleatória, sendo feito contato com várias do ramo de locação de veículos, findando o balizamento de preços com aquelas que enviaram cotações referente a demanda feita pelo Consórcio.

3.3. - Através de levantamento realizado junto da Diretoria Técnica Administrativa e Setor de Frotas do CIMVALPI, além de demanda apresentada pelo município de Dom Silvério, apontou necessidade de locação dos respectivos quantitativos e qualificativos (modelos) de veículos:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE FRANQUIA (ANO)	UNIDADE	VALOR MENSAL ESTIMADO
1	Veículo, capacidade de 5 (cinco) passageiros, motorização mínima de 1.0, potência acima de 75 CV, direção elétrica ou hidráulica, combustível flex (gasolina/álcool), 04 (quatro) portas, ar condicionado, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade,	108 (CIMVALPI)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.090,00 RACHID VEÍCULOS S/A R$2.750,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS R$3.559,48

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://pmsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

	faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	80 (DOM SILVÉRIO		M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$3.220,59 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.155,01
2	Veículo, Sedan ou Sedan Executivo, 04 (quatro) portas, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, distância mínima entre os eixos de 2,60 cm, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	108 (CIMVALPI)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.700,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$2.989,98 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$4.648,59 LOCALIZA
		50 (DOM SILVÉRIO)		**MÉDIA TOTAL R$3.779,52**
3	Veículo, tipo Minivan, motorização mínima 130 CV, com capacidade mínima para 07 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros	18 (CIMVALPI)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$4.150,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$6.415,98 M&M ALUGUEL DE CARROS

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

	e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;			R$4.340,39 LOCALIZA
		30 (DOM SILVÉRIO)		**MÉDIA TOTAL R$4.968,79**
4	Veículo, tipo SUV, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	108 (CIMVALPI)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.990,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$4.700,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$2.570,90 M&M ALUGUEL DE CARROS
		20 (DOM SILVÉRIO)		R$4.035,19 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.824,02
5	Veículo, pick-up, motorização mínima de 75 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica,	36 (CIMVALPI)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$4.100,00 RACHID VEÍCULOS S/A

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

	combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;			R$3.850,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$3.998,95 M&M ALUGUEL DE CARROS
		30 (DOM SILVÉRIO)		R$3.457,39 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.851,58
6	Veículo, caminhonete 4x4, cabine dupla, motorização mínima de 160 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS e AIRBAG, combustível diesel, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	18 (CIMVALPI)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$7.990,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$7.500,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$9.789,88 M&M ALUGUEL DE CARROS
		20 (DOM SILVÉRIO)		R$9.990,19 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$8.817,51
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:		**R$2.507.552,18**		

3.4. - Conforme acima demonstrado, a estimativa do valor da contratação é de R$2.507.552,18 (dois milhões, quinhentos e sete mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e dezoito centavos).

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

3.5. - Aplicam-se aos requisitos de qualidade, durabilidade e segurança dos veículos as especificações apresentadas pelo fabricante, e condições de segurança apontadas no item "3.4" do Estudo Preliminar, mormente aos critérios para exigência mínima de ano de fabricação e itens de segurança obrigatórios e indispensáveis, bem como a realização periódica das manutenções preventivas, preditivas e corretivas quanto for o caso.

3.6. - As unidades de franquia basearam-se nas quilometragens normalmente utilizadas mensalmente para cada veículo locado. Sendo que no limite da franquia mensal (3.000 km) o quantitativo será abatido. Já em que pese haver excedente de quilometragem mensal, será feito pagamento proporcional a quilometragem utilizada, o que se dará em caso excepcional, posto que, ao servidor responsável pela fiscalização do contrato, caberá se atentar ao limite da unidade de quilometragem contratada.

3.7. - O quantitativo das franquias (ano) se estabeleceu visto que como citado em certidão anexa ao processo, o CIMVALPI possui atualmente locado 7 veículos **1.0/1.6**; 6 veículos **Sedan's**; 6 veículos **SUV's**; 1 veículo **4x4**; 1 veículo **4x2**, podendo haver um aumento no número de locação de veículos em razão da ampliação do quadro de funcionários do Consórcio e um possível excedente de quilometragem utilizado. Sendo assim para cada mês vigente do ano foi estimado 1 (uma) franquia, com uma reserva de franquia caso seja necessária para utilização. Vejamos exemplo abaixo:

Veículo, capacidade de 5 (cinco) passageiros: 7 (locados atualmente) x 12 (meses do ano) = 84 (franquias) + 24 (franquias/reserva) = **108 (franquias/ano)**

4. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E REGIME DE EXECUÇÃO

O critério de julgamento da proposta será o menor valor unitário por objeto, que consiste no valor necessário para locação de 1 (um) veículo, pelo período de 1 (um) mês. Sendo o regime de execução indireto.

5. LOCAL DE ENTREGA – Regras de Recebimento

5.1. - Os veículos deverão ser entregues na sede do CIMVALPI, situado na Rua Jaime Pereira, nº 127, Bairro Progresso, Ponte Nova/MG e/ou no escritório do Consórcio em Itabirito/MG, situado na Rua Pio XII, nº 109, sala 303, Bairro Centro, e também na sede dos Municípios consorciados, nos locais indicados pela Administração Pública Municipal que contratarem e os solicitarem.

5.2. - Considerando que a contratação por determinado modelo de veículo contemplado em Estudo se dará por demanda de determinado departamento, programa, ou secretaria, tanto para o CIMVALPI, quanto para os Municípios interessados na contratação, a entrega se dará mediante formalização do contrato relativo ao(s) respectivo(s) veículo(s).

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pmsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

5.3. - O prazo de entrega dos veículos será de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da solicitação. Dentro do mesmo período, o veículo solicitado deverá ser vistoriado na sede do CIMVALPI, ou do Município que o tenha solicitado.

5.4. - O recebimento provisório do objeto, para efeito de posterior verificação da sua conformidade com as especificações, será realizado no ato da vistoria do veículo no local de recebimento. Em se tratando de ente consorciado, a vistoria será acompanhada pelo departamento responsável vinculado à Secretaria de Transportes do Município indicado no pedido, que reportará ao CIMVALPI, as condições de recebimento do veículo, manifestando aceite ou recusa, fundamentando os motivos no segundo caso. Recebido provisoriamente o objeto, o Gestor/Fiscal do Contrato terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para efetuar o recebimento definitivo.

5.5. - Na hipótese de haver concluído através da vistoria que o veículo solicitado atende as especificações exigidas na proposta, reputar-se-á como realizada a entrega, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo indicado no subitem anterior.

5.6. - Os veículos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando solicitado e entregue mais de um item, e havendo desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação à Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.7. - Na hipótese de substituição do item conforme estabelecido no subitem anterior, o prazo do gestor do contrato para o recebimento definitivo elencado no subitem 5.4 será suspenso, passando a correr novamente após a realização da vistoria.

5.8. - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

6.1. - Com a efetiva demanda do CIMVALPI e município de Dom Silvério, a solução para atendimento contempla a contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos. Naquilo que concerne ao ciclo de vida do objeto, caberá à Administração solicitar da empresa contratada relatório trimestral das revisões realizadas em cada veículo, sendo, portanto, 04 (quatro revisões) a cada período de 12 (doze) meses, acompanhado de cópia das notas fiscais e serviços de revisão realizados. Caberá ainda ao gestor do contrato delegar quando for o caso ao servidor responsável pelo gerenciamento da frota dos veículos do CIMVALPI e do Município, informar e reportar ao gestor do contrato as condições relativas à banda de rodagem dos pneus, não podendo em hipótese alguma os pneus apresentarem desgastes além dos limites impostos pelo fabricante, bem como eventuais deformidades como bolhas ou rachaduras.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

6.2. - Os relatórios sugeridos no subitem anterior devem observar as especificações da montadora naquilo que concerne limites de quilometragens e tempo para substituição de óleos, fluidos e lubrificantes, bem como as margens de segurança relativas a banda de rodagem de pneus, promovendo a troca e substituição sempre que necessário, observando neste último caso, a imediata substituição dos pneus, garantindo a segurança dos condutores e passageiros.

6.3. - Conforme previsto em estudo, sugere-se que a contratação se dê mediante realização de Pregão através do Menor Preço, em seu formato eletrônico com procedimento auxiliar de Registro de Preços, uma vez que trata-se de produtos comuns e da existência da inviabilidade de se precisar número exato de contratos a serem celebrados, já que a solicitação se dará por demanda apresentada pelos departamentos e programas do CIMVALPI, e secretarias dos Municípios.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO - Especificação da garantia exigida, Condições de manutenção e Assistência técnica

Além das garantias exigidas quanto aos itens de segurança obrigatórios e indispensáveis apontados em Estudo Preliminar e garantidas exigidas quanto aos serviços de revisão dos veículos, será regiamente observado as disposições contidas no Capítulo IX, Seções I e II da Lei 9.503/1977 que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro.

7.1 - DAS OBRIGAÇÕES

7.1.1. - **São obrigações da Contratante:**

I – Receber o objeto no prazo e condições avençadas neste termo, e pormenorizadas em Edital e seus anexos;

II – Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos itens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

III – Comunicar à Contratada dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, por escrito via e-mail sobre defeitos, imperfeições, mau funcionamento, falhas ou irregularidades verificadas nos veículos fornecidos, para que seja substituído, reparado ou corrigido, bem como do recolhimento dos veículos findo a vigência do contrato ou por quaisquer outros motivos que justifiquem a devolução;

IV – Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/empregado especialmente designado;

V – Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no instrumento contratual e seus anexos;

VI – O CIMVALPI não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.1.2. - São obrigações da Contratada:

I – A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no instrumento contratual, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

II – Efetuar a entrega do objeto dentro dos critérios de exigência mínima de ano de fabricação e com todos os itens de segurança obrigatórios e indispensáveis apontados no subitem 3.4 do ETP. A entrega do objeto deverá ocorrer dentro do prazo e no local indicado.

III – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

IV – Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, bem como proceder com o recolhimento dos veículos findo a vigência do contrato ou por quaisquer outros motivos que justifiquem a devolução, devendo proceder ao recolhimento ou substituição dentro do prazo de até 05 (cinco) dias úteis;

V – Comunicar à Administração do CIMVALPI, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

VI – Manter, durante toda a vigência do instrumento contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

VII – Fornecer relatório trimestral informando as eventuais revisões realizadas nos veículos, descrevendo os serviços porventura realizados, descrevendo peças e componentes reparados ou substituídos;

VIII – Com base nas pesquisas no mercado automobilístico os veículos serão franqueados da seguinte forma:

a) **Veículo utilitário de passageiros**, capacidade de 5 (cinco) passageiros, motorização mínima de 1.0, potência acima de 75 CV, direção elétrica ou hidráulica, combustível flex (gasolina/álcool), 04 (quatro) portas, ar condicionado, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED ano de fabricação mínimo 2022, tendo franquia mensal de até 3 (três) mil km rodados, havendo pagamento proporcional para os casos em que ocorrer excedente de quilometragem;

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

b) **Veículo Sedan,** 04 (quatro) portas, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freios ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022, tendo franquia mensal de até 3 (três) mil km rodados, havendo pagamento proporcional para os casos em que ocorrer excedente de quilometragem;

c) **Veículo utilitário de passageiros, tipo Minivan**, motorização mínima 130 CV, com capacidade mínima para 7 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022, tendo franquia mensal de até 3 (três) mil km rodados, havendo pagamento proporcional para os casos em que ocorrer excedente de quilometragem;

d) **Veículo tipo SUV**, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022, tendo franquia mensal de até 3 (três) mil km rodados, havendo pagamento proporcional para os casos em que ocorrer excedente de quilometragem;

e) **Veículo pick-up**, motorização mínima de 75 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022, tendo franquia mensal de até 3 (três) mil km rodados, havendo pagamento proporcional para os casos em que ocorrer excedente de quilometragem;

f) **Veículo caminhonete**, 4x4, cabine dupla, motorização mínima de 160 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS e AIRBAG, combustível diesel, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022, tendo franquia mensal de até 3 (três) mil km rodados, havendo pagamento proporcional para os casos em que ocorrer excedente de quilometragem;

IX – Os veículos deverão ter Seguro Total, com franquia de acordo com valores praticado pelas seguradoras, nos casos de colisão furto ou incêndio ou perda total; e proteção total contra terceiros para danos morais e materiais**.** Deverá ser contemplado as seguintes coberturas:

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Seguro:

Danos Corporais a terceiros.....R$ 100.000,00
Danos Materiais a terceiros.....R$ 100.000,00
Danos Morais a terceiros.....R$ 10.000,00
Ocorrência de morte.....R$ 13.500,00
Invalidez permanente e/ou total.....R$ 13.500,00
Despesas médico hospitalares.....R$ 2.700,00

X – No caso de problemas mecânicos, acidentes ou outras indisponibilidades, a contratada deverá substituir o veículo por outro com as mesmas especificações ou superior, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, sem nenhum ônus adicional para o CIMVALPI;

XI – Haverá um termo de recebimento e devolução constando a data e o horário, subscrito pelas partes, sendo que tanto para um quanto para o outro, estabelece-se que ambos ocorrerão respectivamente na sede do CIMVALPI ou do ente consorciado.

XII – Quando das revisões recomendadas pelo fabricante ou quando da execução dos serviços de que trata o presente Termo, a contratada, deverá providenciar a retirada e entrega do veículo nas dependências do CIMVALPI ou mesmo do ente consorciado que esteja vinculado;

XIII – No caso de revisões obrigatórias pelo fabricante, a contratada obriga-se a deixar outro veículo similar ou superior no lugar do veículo retirado;

XIV – A administração CIMVALPI, reserva-se o direito de efetuar sempre que for necessário, para verificação do desempenho dos veículos, podendo solicitar da contratada a substituição imediata daqueles veículos que não estejam atendendo ao contrato.

XV – A Contratada deverá colocar os veículos em adequadas condições de uso, correndo por sua conta toda e qualquer despesa com conservação, manutenção, reposição de pneus, peças e acessórios, funilaria e pintura de pequena monta.

XVI – Efetuar o pagamento das multas decorrentes de infrações de trânsito cometidas na condução dos veículos locados e solicitar o reembolso dos valores junto ao CIMVALPI ou do Município, e, este por sua vez, junto ao condutor responsável.

XVII – Responsabilizar-se por todas as despesas dos veículos utilizados na execução dos serviços, tais como licenciamento, seguro total, manutenção e outras que incidam direta ou indiretamente sobre os serviços ora contratados, inclusive acidente, para o que os veículos deverão estar segurados.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pmsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

XVIII – Manter todas as condições jurídicas, bem como as condições de habilitação e qualificação previstas em ETP e exigidas no Edital durante todo o período da contratação, devendo comunicar à CONTRATANTE, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. - Fica vedado neste ato, à Contratada, transferir, ceder, subcontratar, negociar, utilizar em qualquer hipótese como garantia ou instrumento de fiança ou caução, seja comercial ou bancária, bem como transacionar com terceiros de qualquer personalidade jurídica, as obrigações, responsabilidades e demais cláusulas estabelecidas no instrumento.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. - O modelo de execução do objeto observará o disposto na Lei 14. 133/21, condições dispostas em Edital, Contrato e instrumentos anexos, e naquilo que couber, observará o disposto na Lei nº 8.078, de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor, garantindo providências outras, bem como ainda as normas elencadas na Lei 9.503/1977 que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro.

10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1. - O contrato, quando assinado, deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, as normas da Lei 14. 133/2021, e naquilo que couber as disposições contidas em legislação civilista.

10.2. - Conforme já previsto, estima-se a vigência do contrato em 12 (doze) meses.

10.3. - As comunicações entre o CIMVALPI/MUNICÍPIO e o CONTRATADO, devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagens eletrônicas para este fim.

10.4. - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

10.5. - O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

10.6. - O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

10.7. - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

10.8. - O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapasse sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

10.9. - O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

10.10. - O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

10.11. - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

10.12. - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

10.13. - O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO PARA PAGAMENTO E REAJUSTE

11.1. - Não será necessária apresentação de garantia de execução contratual, posto que o pagamento é condicionado ao recebimento do objeto, resguardado o direito de responsabilização caso não haja entrega dos veículos nos prazos avençados.

11.2. - A Fatura deverá ser emitida no último dia útil do mês referente à prestação dos serviços e encaminhado ao Gestor do contrato para atesto;

11.3. - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após emissão da Nota Fiscal, devidamente atestada, por servidor designado pela Administração.

11.4. - Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal ou de Faturamento, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

11.5. - O pagamento será efetuado no prazo acima assinalado, de acordo com a quantidade veículos locados, no período, mediante emissão de ordem bancária em favor do contratado, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada, observado os prazos acima descritos.

11.6. - A Nota Fiscal deverá ser apresentada juntamente com o relatório dos serviços realizados, devidamente firmado por servidor competente, documentação hábil para comprovação da despesa.

11.7. - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá no mesmo prazo definido no subitem acima, após a data de sua apresentação válida.

11.8. - Nenhum pagamento isentará a licitante vencedor das responsabilidades contratuais, nem implicará em aprovação definitiva da prestação dos serviços total ou parcial.

11.9. - Não será permitida previsão de sinal, ou qualquer outra forma de antecipação de pagamento na formulação das propostas, devendo ser desclassificada, de imediato, a proponente que assim o fizer.

11.10 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o contratado não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

EM = I x N x VNF

EM= Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originalmente devido

I= Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

I = (1/100)

365

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento.

VNF = Valor da Nota Fiscal ou de Faturamento

12. DA FORMA DE PAGAMENTO

12.1. - Para efeito de pagamento será observada o disposto na Instrução Normativa 017/2023 e artigos 141 a 146 da Lei 14.133/2021.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

12.2. - A atividade de recebimento é condição prévia e essencial ao pagamento, representando a confirmação de que o objeto do contrato foi efetivamente executado em conformidade com os requisitos quantitativos, qualitativos, bem como o preço, a forma e prazo estipulados, tudo conforme previsto em Edital.

12.3. - Em se tratando de locação de bens, o recebimento é condição prévia da contraprestação pelo CIMVALPI/MUNICÍPIO do fornecimento do objeto, representando a confirmação de que o objeto do contrato foi efetivamente executado em conformidade com os requisitos qualitativos, quantitativos, bem como o preço (art. 6º, inc. II alínea "a" IN CIMVALPI 017/2023).

12.4. - Para fins do contrato celebrado, será emitido Nota Fiscal ou Fatura de Locação como documento para liquidação e pagamento com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis do vencimento.

12.5. - Caso os dados do documento de cobrança estejam incorretos, a Administração informará ao fornecedor e este emitirá novo documento de cobrança, escoimada daquelas incorreções, abrindo-se, então, novo prazo de pagamento.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13.1. - Contratação de pessoa jurídica (empresas), que tenha compatibilidade com o objeto quanto à execução do serviço de locação e entrega dos veículos abaixo reiterados:

13.1.1. - Veículo utilitário de passageiros, capacidade de 5 (cinco) passageiros, motorização mínima de 1.0, potência acima de **75 CV**, direção elétrica ou hidráulica, combustível flex (gasolina/álcool), 04 (quatro) portas, ar condicionado, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;

13.1.2. - Veículo Sedan 04 (quatro) portas, motorização mínima de **111 CV**, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, distância mínima entre os eixos de 2,60 cm, ano de fabricação mínimo 2022;

13.1.3. - Veículo utilitário de passageiros, tipo Minivan, motorização mínima **130 CV**, com capacidade mínima para 7 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

13.1.4. - Veículo tipo SUV, motorização mínima de **111 CV**, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;

13.1.5. - Veículo pick-up, motorização mínima de **75 CV**, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;

13.1.6. - Veículo caminhonete, 4x4, cabine dupla, motorização mínima de **160 CV**, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS e AIRBAG, combustível diesel, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;

13.2. - Pessoas jurídicas poderão participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas contidas no art. 15 da Lei 14.133/2021.

13.3. - O critério de aceitabilidade de preços será o valor unitário por item, estimado para a contratação.

13.3.1. - O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (Art. 59, §3º da Lei 14.133/2021 e IN CIMVALPI nº 007/2022 - **https://www.cimvalpi.mg.gov.br/phocadownload/instrucao_normativa_007_2022.pdf)**

13.4. - Ultrapassado o atendimento quanto à exigência de Requisitos Descritivos acima elencados, para seleção do fornecedor, deverá ser regiamente observados os Requisitos de Habilitação respectivamente quanto à pessoa jurídica, bem como os Requisitos Obrigacionais sobretudo de regularidade fiscal, incluindo participação de cooperativas conforme a abaixo reiterado:

13.4.1. - **Requisitos Obrigacionais**

Os requisitos obrigacionais mínimos exigidos, deverão atender às disposições contidas no OBJETO deste Estudo, além daqueles previstos em Lei, dos quais podemos destacar: "REQUISITOS DE HABILITAÇÃO" e "REQUISITOS DE REGULARIDADE FISCAL", "REGULARIDADE SOCIAL E FUNDIÁRIA" Mas conforme mencionado, para além disso, deverá ser observado o regramento legal contido na Lei 14.133/21, bem como as exigências contratuais.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

As condições de habilitação, informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante serão divididos em jurídica; técnica; fiscal; social; fundiária; trabalhista e econômico-financeiro, conforme previsto nos artigos 62 e 65 da Lei 14.133/202.

Conforme disposto no § 4º do artigo 69 da nova lei, a Administração CIMVALPI, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio liquido equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contração.

A documentação referida deverá ser apresentada na forma prevista no artigo 70 da Lei 14.133/2021.

13.4.2. - **Regularidade Fiscal**: O licitante deverá encontrar-se de forma regular perante suas obrigações com a legislação tributária federal, estadual, municipal, seguridade social e o fundo de garantia por tempo de serviço. Cumpre aqui ressaltar que regularidade não implica em quitação. Regularidade é a comprovação de que a empresa atende todas as exigências do fisco.

São os seguintes documentos exigidos por lei que provam sua regularidade:

a) **Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoas Física e Jurídica:** Cadastro de Pessoa Física – CPF e Cadastro Nacional de Pessoa Jurídicas – CNPJ. Ambos são expedidos pela Secretaria da Receita Federal
b) **Prova de Inscrição no cadastro de contribuintes, ICMS/ISS:** Inscrição Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação. A Inscrição Estadual é emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda e Planejamento.
c) **Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais emitida pela Receita Federal**. Poderá ser solicitada na Agência da Receita Federal, em qualquer localidade do respectivo Estado, cuja validade é de 180 (cento e oitenta) dias. Também poderá ser emitida pelo site www.receita.fazenda.gov.br com validade de 30 (trinta) dias a contar da sua emissão.
d) **Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual:** Certidão emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual, podendo ser solicitada em qualquer posto de atendimento da Secretaria de Fazenda Estadual. Esta certidão terá validade de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.
e) **Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal:** Esta certidão deverá ser emitida pela Secretaria Municipal do Município onde o imóvel encontra-se localizado.
f) **Certificado de regularidade do FGTS.**

13.5. – RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

a. Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, observado o prazo de validade da respectiva certidão, considerando tratar-se de haver unidades da federação que dispões de prazos de validade distintos, bem como prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

a.1. Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

b. Balanço patrimonial e demonstração do resultado (DRE) do último exercício social exigível, devidamente assinado pelo responsável legal da empresa e por contador habilitado, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

b.1. Para aquelas empresas constituídas a menos de 01 (um) ano ou no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da empresa, devidamente assinados pelo seu representante legal e pelo contador responsável, em cópia autenticada ou via original.

c. Demonstrações que comprovem a boa situação econômico-financeira da licitante será efetuada com base nos índices e resultados financeiros, extraídos do balanço apresentado na forma acima. a empresa deverá apresentar alternativamente Índice de Liquidez Geral = igual ou superior a 1 (um); Índice de Liquidez Corrente = igual ou superior a 1 (um) ou Comprovação de Patrimônio Líquido ou Capital Social, **com valor igual ou superior a 10% (dez por cento) do total estimado da prestação de serviços para o período de 12 (doze) meses.** ***(grifo nosso)***

Acerca da indevida exigência cumulatividade de índices de liquidez e capital social, vejamos entendimento da Corte de Contas da União:

REPRESENTAÇÕES. CONCORRÊNCIA. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE PASSAGEIROS. POSSÍVEL RESTRIÇÃO AO CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME E DIRECIONAMENTO DO SEU RESULTADO. CONCESSÃO DE CAUTELAR. OITIVAS. AGRAVO DA ENTIDADE LICITANTE. PERICULUM IN MORA REVERSO. CONHECIMENTO DO RECURSO E SUSPENSÃO DA CAUTELAR ANTERIORMENTE CONCEDIDA. CUMULAÇÃO INDEVIDA DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO E GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL PARA FINS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. PROCEDÊNCIA PARCIAL. DAS REPRESENTAÇÕES. REVOGAÇÃO DA CAUTELAR. PERDA DE OBJETO DO AGRAVO, EM DECORRÊNCIA DA APRECIAÇÃO DO MÉRITO DA MATÉRIA REPRESENTADA. **"Para fins de qualificação econômico-financeira, a Administração pode exigir das licitantes, de forma não cumulativa, capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo ou garantias que assegurem o adimplemento do contrato a ser celebrado, no caso de compras para entrega futura e de execução de obras e serviços"**. Enunciado da Súmula de Jurisprudência do TCU 275.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pmamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

(TCU - RP: 02938620144, Relator: MARCOS BEMQUERER, Data de Julgamento: 26/10/2016, Plenário)

Para além disso, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, na Instrução Normativa nº 02/2010, expressamente definiu que, caso o licitante apresente Índice de Liquidez inferior a 01 (um), **lhe é facultada, para comprovação da qualificação financeira, a apresentação do capital mínimo ou do patrimônio líquido mínimo ao atendimento do certame**:[6]

Art. 43. Os atos convocatórios devem conter cláusulas que assegurem o cumprimento das disposições contidas nesta norma, bem como as descritas nos incisos seguintes, de modo a explicitar que: V – a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas (...).

V – a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas (...).

Art. 44. O instrumento convocatório deverá prever, também, que as empresas que apresentarem resultado igual ou menor que 01 (um), em qualquer dos índices referidos no inciso V do art. 43 desta norma, quando da habilitação, deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo...

13.5.1. Os documentos solicitados que não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento serão considerados válidos aqueles que emitidos (ou cujas pesquisas tenham sido realizadas) em data não superior a 60 (sessenta) dias retroativos, a contar da data da sessão pública de abertura deste certame.

13.5.2. Será inabilitada a licitante que não comprovar sua regularidade, deixando de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido em Edital, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

13.5.3. No caso de inabilitação, a Pregoeira retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

13.6. - **Possibilidade de participação de cooperativas -** Em que pese o entendimento sumulado pelo Tribunal de Contas da União, no enunciado nº 281, de acordo com o qual é vedada a participação de cooperativas em certame licitatório quando houver necessidade de subordinação de mão de obra, **verifica-se que tal entendimento não é aplicável ao presente caso, quando a prestação do**

[1] https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas-revogadas/instrucao-normativa-no-02-de-11-de-outubro-de-2010-revogada-pela-in-no-3-de-2018

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

serviço de locação não demanda a subordinação de mão de obra. Isso porque, o objeto do presente procedimento licitatório gira em torno da contratação de empresa de locação de veículos (enquadramento dos CNAE 7711-0/00 (locação de veículos sem motorista)), não restando caracterizada situação de subordinação, o que afasta a vedação da Corte de Contas.

13.7. - DEMAIS REQUISISTOS DE PARTICIPAÇÃO

13.7.1. - Além dos requisitos obrigacionais e regularidade fiscal elencados; notadamente no subitem 13.4.2. – Certificado de Regularidade FGTS, que poder-se-á ser enquadrado como garantia da regularidade social. A habilitação das licitantes será realizada mediante a apresentação da seguinte documentação complementar:

13.7.1.1. - Comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor anual estimado da contratação, quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, informados pelo Sicaf, for igual ou inferior a 1;

13.7.1.2. - Comprovante de inscrição e situação cadastral emitido pela Receita Federal do Brasil que comprove a atividade econômica principal ou secundária como sendo Locação de Automóveis sem Condutor (CNAE);

13.7.1.3. - Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante;

13.7.1.4. - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011;

13.7.1.5. - Um ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove(m):

13.7.1.6. - Aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com os objetos desta licitação, demonstrando que a licitante gerencia ou gerenciou serviços de locação de veículos, com no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do número de veículos que serão necessários para suprir a demanda em decorrência desta licitação;

13.7.1.7. - Experiência mínima de 3 (anos) anos na prestação de serviços de locação de veículos, ininterruptos ou não, até a data da sessão pública de abertura do Pregão. Os períodos concomitantes serão computados uma única vez;

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

13.7.1.8. - Para a comprovação de tempo de experiência, poderão ser aceitos cópias de contratos ou outros documentos idôneos, mediante diligência da Pregoeira.

13.7.1.9. - Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica.

13.7.1.10. - O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica deverá(ão) se referir a serviços prestados, no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária, especificada no contrato social, devidamente registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB.

13.7.1.11. - As licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados.

13.7.1.12. - Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do respectivo contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

CIMVALPI:

01.01.03.04.122.0001.2012 Locação de Máquinas, Veículos e Equipamentos.
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00104
Fonte: 1.500.000

01.01.01.04.122.0001.2005 Manutenção das Atividades do Fórum dos Prefeitos
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00047
Fonte: 1.703.000

01.01.01.04.122.0001.2007 Manutenção das Atividades dos Serviços Administrativos – Recursos Consórcio
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00060
Fonte: 1.501.000

01.01.01.06.182.0001.2006 Manutenção das Atividades do Corpo de Bombeiros

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://samapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00070
Fonte: 1.500.000

01.01.02.04.122.0001.2008 Manutenção das Atividades da Diretoria Institucional
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00082
Fonte: 1.501.000

01.01.03.04.122.0001.2010 Manutenção das Atividades dos Serviços de Licitações, Contratações e Compras Compartilhadas -
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00098
Fonte: 1.501.000

01.01.03.04.122.0001.2016 Compras compartilhadas (recurso municípios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00114
Fonte: 1.500.000

01.01.04.08.243.0014.2018 Manutenção das Atividades dos Serviços de Acolhimento Institucional provisório para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00129
Fonte: 1.501.000
Fonte: 1.500.000

01.01.05.20.609.0001.2020 Manutenção das Atividades dos Serviços de Fiscalização Industrial e Sanitária
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00148
Fonte: 1.501.000
Fonte: 1.500.000

01.01.06.18.542.0001.2021 Manutenção das Atividades dos Serviços de Resíduos Sólidos Urbanos
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00160
Fonte: 1.501.000
Fonte: 1.500.000

01.01.06.18.542.0001.2022 Manutenção das Atividades dos Serviços de Resíduos Sólidos de Saúde
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00169
Fonte: 1.501.000

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

01.01.06.18.542.0001.2023 Manutenção das atividades dos serviços ambientais
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Ficha: 00180
Fonte: 1.501.000

01.01.07.15.451.0001.2026 Manutenção das Atividades dos Serviços e Obras Civis de Engenharia.
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00226
Fonte: 1.501.000

01.01.07.22.662.0001.2039 Manutenção da Usina de Asfalto
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00328
Fonte: 1.501.000

01.01.08.25.752.0001.2040 Manutenção Serviço de Engenharia Eletrica
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00342
Fonte: 1.501.000

01.01.09.06.182.0001.2043 Manutenção das Atividades da Defesa Civil
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00361
Fonte: 1.500.000
01.01.11.12.122.0001.2054 Manutenção dos Serviços Administrativos na Educação (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00384
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.361.0001.2047 Manutenção Ensino Fundamental (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00368
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.362.0001.2055 Manutenção Ensino Médio (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00370
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.363.0001.2048 Manutenção Ensino Profissional (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00372
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.364.0001.2049 Manutenção Ensino Superior (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00370

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.365.0001.2050 Manutenção Ensino Infantil (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00376
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.366.0001.2051 Manutenção Educação de Jovens e Adultos (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00378
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.367.0001.2052 Manutenção Educação Especial (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00380
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.368.0001.2053 Manutenção Educação Básica (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00382
Fonte: 1.500.000

DOM SILVÉRIO:

10.302.0428.2069.3.3.90.39.00 Manutenção da Assistência Médica e Odontológica
Ficha: 431
Fonte: 1.500.000.1002

26.782.0534.2087.3.3.90.39.00 Manutenção das Estradas Vicinais
Ficha: 627
Fonte: 1.500.000.0000

15.452.0323.2078.3.3.90.39.00 Manutenção do Setor de Obras
Ficha: 648
Fonte: 1.500.000.0000

15.452.0575.2089.3.3.90.39.00 Manutenção dos Serviços Urbanos
Ficha: 707
Fonte: 1.500.000.0000

04.122.0021.2077.3.3.90.39.00 Manutenção Atividades Secretaria Obras, Manut. E Agricultura
Ficha: 611
Fonte: 1.500.000.0000

04.122.0021.2007.3.3.90.39.00
Ficha: 96
Fonte: 1.500.000.0000

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

15. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1. - O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, na forma do Termo de Referência, do Edital de Licitação e da legislação aplicável, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

15.2. - Celebrado o respectivo instrumento contratual, será indicado o servidor responsável pela fiscalização quanto a execução do contrato.

15.3. - A designação do Fiscal do Contrato deverá ser efetuada por meio de Portaria.

15.4. - As responsabilidades atribuídas ao Fiscal do Contrato estão determinadas no artigo 4º , inc. II da IN CIMVALPI 005/2023, da qual deverão acompanhar e fiscalizar o contrato, avaliando a execução do objeto nos moldes contratados aferindo, a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação do objeto em confronto com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, exercendo suas atividades sob a coordenação e subordinação da gestão de contratos.

15.5 - Relativo ao CIMVALPI, durante a vigência deste a gestão do contrato competirá a empregada do CONSÓRCIO Sra. Iderde Graziane Gomes Corcini - GESTORA DE CONTRATOS.

15.6. - Relativo ao CIMVALPI, durante a vigência deste a fiscalização do contrato competirá ao empregado do CONSÓRCIO Sr. Carlos Eduardo Gonçalves da Silva (carloseduardo@cimvalpi.mg.gov.br).

15.7. - Caberá ao município definir seu Gestor/Fiscal do Contrato.

16. DAS SANÇÕES CONTRATUAIS

16.1. - Comete infração administrativa a Contratada que inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação, ensejar o retardamento da execução do objeto, fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

16.2. - Em caso de descumprimento contratual, total ou parcial, qualquer inadimplemento ou infração contratual, ao CONTRATADO, sem prejuízo da responsabilidade civil, e criminal que couber, ficará sujeito às penalidades previstas no artigo 156 da Lei 14.133/2021.

17. RESCISÃO

17.1. - O CIMVALPI/MUNICÍPIO poderá rescindir o Termo de Contrato, sem qualquer ônus, em caso de descumprimento total ou parcial de qualquer cláusula contratual

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pmsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

imposta ao Contratante, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, observado o disposto no artigo 137 da Lei 14.133/2021

17.2. - Também constitui motivo para a rescisão do contrato a ocorrência das hipóteses enumeradas nos incisos I, II e VIII do artigo supramencionado.

17.3. - Caso haja razões de interesse público devidamente justificadas nos termos do inciso VIII do artigo 137 da Lei nº 14.133/21.

17.4. - O procedimento formal de rescisão terá início mediante notificação escrita, encaminhada via postal, com aviso de recebimento, ou qualquer meio de notificação previsto em Lei.

17.5. - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

18. DOS CASOS OMISSOS

18.1. - Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste contrato reger-se-ão pelas disposições contidas nas Leis Federais 14.133/21; 8.078/90 e 10.406/2002 que fazem parte integrante deste contrato, independentemente de suas transcrições.

19. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

19.1. - A proposta deverá ser apresentada levando-se em consideração todas as exigências de seguro e encargos com todos os requisitos de habilitação da empresa, devendo ser detalhada com valores unitários em reais, contendo todos os requisitos descritivos dos itens licitados.

19.2. - Poderá ser prorrogado, a qualquer tempo, os prazos para credenciamento, recebimento das propostas ou lances.

19.3. - A presente licitação não importa necessariamente em Contratação, podendo revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato supervenientes comprovados ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

19.4. - A proponente contratante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a ilegalidade ou inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado ou, caso tenha sido vencedor, o cancelamento da ata de registro de preços, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

19.5. - É facultado ao (a) pregoeiro (a) ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

19.6. - Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela pregoeira, sob pena de desclassificação/inabilitação.

19.7. - O não atendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua habilitação e a exata compreensão da sua proposta.

19.8. - As normas que disciplinam este processo serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre proponentes, desde que não comprometam o interesse da administração, a finalidade e a segurança da contratação.

19.9. - Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais

19.10. - A proponente vencedora assumirá integral responsabilidade pelos danos que causar ao Município ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes na execução dos serviços contratados.

Ponte Nova, 16 de maio de 2024.

João Paulo Ferreira
Gerente Administrativo

Hilton Antônio de Oliveira
Responsável pela Revisão
Oficial de Assessoramento Jurídico

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

QUANTITATIVO DOM SILVÉRIO PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE FRANQUIA (ANO)	UNIDADE	VALOR MENSAL ESTIMADO
1	Veículo, capacidade de 5 (cinco) passageiros, motorização mínima de 1.0, potência acima de 75 CV, direção elétrica ou hidráulica, combustível flex (gasolina/álcool), 04 (quatro) portas, ar condicionado, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	80 (DOM SILVÉRIO)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.090,00 RACHID VEÍCULOS S/A R$2.750,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS R$3.559,48 M&M ALUGUEL DE CARROS R$3.220,59 LOCALIZA **MÉDIA TOTAL R$3.155,01**
2	Veículo, Sedan ou Sedan Executivo, 04 (quatro) portas, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, distância mínima entre os eixos de 2,60 cm, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	50 (DOM SILVÉRIO)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.700,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS R$2.989,98 M&M ALUGUEL DE CARROS R$4.648,59 LOCALIZA **MÉDIA TOTAL R$3.779,52**

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0093.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
ROBERTA BARCELLOS GUIMARAES: 46974458649 Assinado de forma digital por ROBERTA BARCELLOS GUIMARAES:46974458649 Dados: 2024.05.06 16:29:58 -03'00'
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://assinapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

3	Veículo, tipo Minivan, motorização mínima 130 CV, com capacidade mínima para 07 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	30 (DOM SILVÉRIO)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$4.150,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$6.415,98 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$4.340,39 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$4.968,79
4	Veículo, tipo SUV, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, **faróis em LED,** ano de fabricação mínimo 2022;	20 (DOM SILVÉRIO)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.990,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$4.700,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$2.570,90 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$4.035,19 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.824,02

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0093.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://gsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

ROBERTA BARCELLOS GUIMARAES:46974458649 Assinado de forma digital por ROBERTA BARCELLOS GUIMARAES:46974458649 Dados: 2024.05.06 16:30:20 -03'00'

5	Veículo, pick-up, motorização mínima de 75 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	30 (DOM SILVÉRIO)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$4.100,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$3.850,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$3.998,95 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$3.457,39 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.851,58
6	Veículo, caminhonete 4x**4, cabine** dupla, motorização mínima de 160 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS e AIRBAG, combustível diesel, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, **faróis em LED, ano de fab**ricação mínimo 2022;	20 (DOM SILVÉRIO)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$7.990,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$7.500,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$9.789,88 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$9.990,19 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$8.817,51

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0093.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pmsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
ROBERTA BARCELLOS GUIMARAES: 46974458649

Praça Presidente Vargas,143 - Centro
Dom Silvério / MG | CEP: 35440-000
Tel.: (31) 3857-1310 / 38571311
www.domsilverio.mg.gov.br
E-mail: gabinete@domsilverio.mg.gov.br

Ofício nº. 096/2024
Assunto: Indicação de Dotações
Serviço: Gabinete do Prefeito
Data: Dom Silvério/MG, 16 de maio de 2024.

Sra. Rozeli Aparecida Irias Contarini
Equipe de Apoio - Setor de Licitação - CIMVALPI

Segue abaixo a dotação visando contratação de serviço de agenciamento de passagens aéreas e terrestre:

Setor	Dotação	Ficha	Fonte
Manutenção do Gabinete	04.122.0020.2004.3.3.90.39.00	27	1.500.000.0000
Manutenção Atividades Secretaria Finanças e Administração	04.122.0021.2007.3.3.90.39.00	96	1.500.000.0000

Segue abaixo as dotações visando contratação de serviços contínuos de locação de veículos:

Setor	Dotação	Ficha	Fonte
Manutenção da Assistência Médica e Odontológica	10.302.0428.2069.3.3.90.39.00	431	1.500.000.1002
Manutenção das Estradas Vicinais	26.782.0534.2087.3.3.90.39.00	627	1.500.000.0000
Manutenção do Setor de Obras	15.452.0323.2078.3.3.90.39.00	648	1.500.000.0000
Manutenção dos Serviços Urbanos	15.452.0575.2089.3.3.90.39.00	707	1.500.000.0000
Manutenção Atividades Secretaria Obras, Manut. e Agricultura	04.122.0021.2077.3.3.90.39.00	611	1.500.000.0000
Manutenção Atividades Secretaria Finanças e Administração	04.122.0021.2007.3.3.90.39.00	96	1.500.000.0000

Assinado digitalmente por:
Jose Braulio Aleixo
CPF: ***.722.006-**
Certificado emitido por AC DOM SILVERIO
Data: 16/05/2024 08:36:11 -03:00

José Bráulio Aleixo
Prefeito Municipal de Dom Silvério

Esse documento foi assinado por Jose Braulio Aleixo. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://portaldeassinaturas.domsilverio.mg.gov.br/validate/MMNLH-C5E4N-D8MSR-2FA63

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

MANIFESTO DE ASSINATURAS

Código de validação: MMNLH-C5E4N-D8MSR-2FA63

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- Jose Braulio Aleixo (CPF ***.722.006-**) em 16/05/2024 08:36

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

https://portaldeassinaturas.domsilverio.mg.gov.br/validate/MMNLH-C5E4N-D8MSR-2FA63

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

https://portaldeassinaturas.domsilverio.mg.gov.br/validate

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

ANEXO VI

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - CIMVALPI**, pessoa jurídica de direito público na forma de associação pública, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.738.706/0001-83, com endereço à Rua Jaime Pereira, 127, bairro Progresso, Ponte Nova, Minas Gerais, representado neste ato pelo Diretor Técnico, **Júlio Corrêa Guimarães**, brasileiro, residente e domiciliado na rua Cristóvão Jacques, 367, apto 304 Bairro Imbaúbas, Ipatinga - MG, portador do RG nº 11.063.317 SSP/MG e inscrito no CPF: 012.041.256-00, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, institui a presente ARP - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, decorrente da licitação na modalidade Pregão Eletrônico, sob o número 010/2024 cujo objeto é o o Registro de preços para futura e eventual - Contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos para o transporte de pessoas, materiais, documentos e pequenas cargas, para atender demanda do CIMVALPI e do Município de Dom Silvério, conforme as condições especificadas no Edital, processada nos termos do Processo Administrativo nº 07.0098.2024.10, o qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, à luz da permissão inserta no art. 40, inciso II c/c o art. 78 inciso IV c/c os arts. 82 e 86, todos da Lei nº 14.133/2021 e regulamento do consórcio Instrução Normativa 019/2023 observadas as cláusulas e condições seguintes:

Órgãos gerenciador e participantes

1. A presente ARP é integrada apenas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR identificado no preâmbulo.

Registros formalizados

2. A presente ARP estabelece as cláusulas e condições gerais para o REGISTRO DE PREÇOS referente ao objeto descrito no preâmbulo, cujas especificações, preço, marca/modelo, quantitativo e fornecedor foram previamente definidos por meio do procedimento licitatório supracitado, conforme abaixo descrito resumidamente:

EMPRESA:					
CNPJ:		Telefone:		e-mail:	
Endereço:					
ITEM	QUANT	DESCRIÇAO	MARCA/MODELO	UNID	PREÇO (R$)

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://cimamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

01					
VALOR TOTAL -					

2.1. Ao participar do procedimento licitatório, o fornecedor obriga-se ao cumprimento de todos os encargos estabelecidos na presente ARP, nos exatos termos do resultado final obtido no procedimento licitatório, quanto ao preço, a quantidade e as especificações do objeto registrado, integrando e complementado a presente ARP os seguintes documentos, os quais devem ser totalmente observados e cumpridos:
2.2. Termo de Referência (ou Projeto Básico) contendo as especificações técnicas completas e todas as condições gerais de execução do objeto.
2.3. Proposta comercial final com preço ajustado.
2.4. Edital Processo nº 07.0098.2024.10, referente ao Pregão Eletrônico nº 010/2024.

Cadastro reserva de fornecedores

3. Conforme consta no ANEXO A, também fica FORMALIZADO, conjuntamente com a presente ARP, CADASTRO RESERVA de licitante interessado em eventualmente assumir a titularidade do registro de preços, havendo REVOGAÇÃO ou RESCISÃO da ARP e segundo a ordem de classificação final no certame, POR GRUPO DO OBJETO, nos termos fixados no art. 82, inciso VII, e § 5º, inciso VI, da Lei 14.133/2021.
3.1. A formação de CADASTRO RESERVA vincula o licitante ao preço da proposta do titular, obrigando-se a assumir a titularidade em caso de cancelamento do registro do titular, observada a ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO.
3.2. A alteração da titularidade do registro dependerá da comprovação das condições de participação do particular registrado no cadastro reserva, da avaliação da qualidade do objeto indicado na sua proposta e do cumprimento das condições de habilitação, nos termos fixados no edital do certame.
3.3. Caberá ao agente de contratação responsável pelo julgamento do certame para seleção do titular da presente ARP realizar o procedimento de análise dos critérios indicados no item anterior.
3.4. Havendo alteração da titularidade do registro com base no CADASTRO RESERVA, deverá a ARP ser republicada para fins de eficácia.

Vigência da ARP

4. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 meses, podendo ser prorrogada por até mais 12 meses, mediante prévia e formal justificativa de interesse público da manutenção da ata, vantajosidade de preços, e existência de saldo., nos termos permitidos no art. 84 da Lei 14.133/2021.
4.1. A prorrogação da vigência da ARP dependerá da concordância das partes e de comprovação da vantajosidade dos preços.
4.2. A prorrogação da vigência da ARP será registrada mediante termo de prorrogação pactuado pelas partes nos autos de gestão da ARP.
4.3. prorrogação da vigência da ARP deverá ser publicada e divulgada nos termos previstos no item 20 deste documento.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Contratações futuras

5. As contratações decorrentes da presente ARP poderão ser realizadas diretamente pelo órgão gerenciador, ou por cada um dos participantes (se houver, conforme indicação item 01), observados os quantitativos respectivamente previstos para cada procedimento de licitação, e as demais exigências e formalidades previstas na legislação.
5.1. Poderá haver, a critério do órgão gerenciador e desde que haja expressa concordância dos interessados envolvidos, REMANEJAMENTO DE QUANTITATIVOS previstos na ARP entre os ÓRGÃOS PARTICIPANTES, ou entre este(s) e o ÓRGÃO GERENCIADOR.
5.2. Em caso de licitação com critério de julgamento por GRUPO DE ITENS, as contratações futuras deverão ser realizadas, em regra, de forma proporcional para todos os itens de cada grupo, salvo justificativa técnica e desde que o valor registrado seja igual ou inferior aos preços contidos nas propostas dos demais licitantes e compatíveis com os preços de mercado, nos termos contidos no art. 82, § 2º, da Lei 14.133/2021.
5.3. A contratação decorrente deverá observar as condições fixadas no Edital Do Pregão Eletrônico nº 010/2024 e seus anexos.

Vínculos da ARP

6. A existência desta ARP não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.
7. O titular do registro de preços vincula-se integralmente, durante a vigência da ARP, ao cumprimento das obrigações contidas na ARP, bem como à formalização das contratações dela decorrentes, salvo cancelamento ou rescisão do registro, sob pena de sofrer as sanções administrativas previstas no Termo de Referência anexo.

Adesão de órgão ou entidade pública não participante

8. Desde que devidamente justificada a vantagem, qualquer órgão ou entidade da Administração Pública poderá solicitar a utilização da presente ARP (POR ADESÃO), durante sua vigência, independentemente da participação ou não na licitação sobredita, mediante anuências do órgão gerenciador e do particular titular do registro, nos termos previstos no art. 86, §§ 2º a 5º, da Lei 14.133/2021, desde que observadas as disposições abaixo:
9. O órgão ou entidade pública interessado na adesão deverá consultar prévia e diretamente o fornecedor titular da ARP, visando obter a concordância formal com a contratação pretendida.
9.1. É faculdade do fornecedor titular da ARP, observadas as condições nela estabelecidas, a aceitação ou não da contratação decorrente de adesão, independentemente de qualquer justificativa formal.
9.2. Cabe ao órgão ou entidade aderente encaminhar ao GERENCIADOR a concordância do fornecedor.
10. Proceder à consulta formal ao GERENCIADOR, por meio de ofício ou outro expediente competente, encaminhado para o e-mail institucional licitacao@cimvalpi.mg.gov.br, no qual deverá constar o objeto que interessa contratar, o respectivo quantitativo pretendido e a concordância do fornecedor

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

para fins de análise e manifestação sobre a possibilidade de adesão.

11. O GERENCIADOR poderá recusar a adesão requerida, quer em face do fato de haver a possibilidade de prejuízo ao atendimento de suas próprias contratações, ou de participante da ARP, quer por não cumprimento de um dos requisitos fixados nesta ARP, sempre por intermédio de despacho fundamentado.

13. As contratações adicionais por adesão à presente ARP deverão cumprir rigorosamente os seguintes requisitos:

13.1. Não exceder, por órgão ou entidade pública aderente, a 100% do quantitativo total registrado para o órgão gerenciador e participante(s) (se houver), cumulativamente;

13.2. Não exceder no total das adesões já realizadas a 500% do quantitativo total registrado para o órgão gerenciador e participante(s) (se houver), independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem;

13.3. No caso de ITEM(NS)/GRUPO(S) com participação EXCLUSIVA À ME'S E EPP'S na licitação, o total das contratações decorrente da presente ARP (inclusive por adesões) não poderão totalizar mais que R$ 80.000,00.

13.4. Em caso de licitação com critério de julgamento por GRUPO DE ITENS, a contratação por adesão será realizada, em regra, de forma proporcional para todos os itens do grupo, salvo justificativa técnica e desde que o valor registrado seja igual ou inferior aos preços contidos nas propostas dos demais licitantes e compatíveis com os preços de mercado, nos termos contidos no art. 82, § 2º, da Lei 14.133/2021.

14. Autorizada a utilização da ARP pelo Órgão Gerenciador, o órgão ou entidade pública não participante (aderente) apenas poderá realizar a contratação autorizada, caso estejam presentes os seguintes requisitos temporais conjuntamente:

14.1. Em até 90 DIAS corridos, contados do recebimento da autorização, em razão da caducidade do ato, podendo o prazo ser prorrogado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, desde que solicitado pelo interessado e ainda vigente a ARP; e,

14.2. Apenas durante a vigência da presente ARP.

15. Quando da realização efetiva da respectiva contratação por adesão, deverá o órgão ou entidade aderente enviar ao GERENCIADOR, no prazo máximo de 05 DIAS ÚTEIS, contados da contratação, informar formalmente a contratação para fins de registro definitivo;

16. Caberá ao órgão ou entidade pública aderente a gestão de sua contratação, inclusive aplicando, garantida a ampla defesa e o contraditório, eventual sanção administrativa decorrente de descumprimento das obrigações contratuais, obrigando-se a informar as ocorrências e sanções aplicadas ao GERENCIADOR para fins de registro, observadas as regras e procedimentos fixados no Edital e seus anexos.

Atribuições do gerenciador da ARP

17. O GERENCIADOR promoverá o gerenciamento permanente e formal da presente ARP, inclusive com registro em processo administrativo de gestão de todas as contratações dela decorrentes, como também de todos os demais atos inerentes aos procedimentos de gestão.

17. Cabe ao setor ou servidor designado do ÓRGÃO GERENCIADOR, conforme regulamento operacional interno, as atribuições inerentes ao gerenciamento da presente ARP, particularmente quanto a(ao):

17.1. Providenciar a elaboração e publicação da presente ARP;

17.2. Encaminhar ao(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participantes a presente ARP,

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pmapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

como também suas eventuais e posteriores alterações, devidamente assinadas e publicadas;

17.3. Controlar, de forma permanente, a utilização da ARP para fins de contratações, durante toda sua vigência;

17.4. Receber, analisar, controlar e pronunciar-se quanto à solicitação de contratação interna do ÓRGÃO GERENCIADOR com base na presente ARP, ou em relação à solicitação de ADESÃO realizada por órgão ou entidade não participante desta ARP, inclusive indicando providência complementar necessária ou até recomendando o indeferimento fundamentado, observada a legislação vigente.

17.5. Emitir e encaminhar ofício formalizando a autorização para utilização da ARP por órgão ou entidade aderente, inclusive com a indicação do nome do fornecedor, quantitativos autorizados, valores unitários e totais, prazo de validade da autorização e demais condições de adesão.

17.6. Conduzir eventuais procedimentos de alterações dos preços registrados para fins de adequação às novas condições de mercado, observada a legislação vigente.

17.7. Propor, conduzir e pronunciar-se nos procedimentos de eventuais reajustes e revisões de preços, como também de cancelamentos e rescisões de registro contidos na presente ARP, bem como realizar, nesses casos, a publicação das novas condições da ARP e comunicação aos órgãos e às entidades participantes;

17.8. Propor aplicação, garantida a ampla defesa e o contraditório, de sanções decorrentes do descumprimento das obrigações assumidas na ARP, ou até em relação ao descumprimento das obrigações contratuais, unicamente referentes às contratações realizadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;

17.9. Receber e registrar as contratações efetivamente realizadas pelos órgãos ou entidades aderentes, bem como eventuais sanções por estes aplicadas ao(s) particular contratado(s) por descumprimento das obrigações assumidas na presente ARP;

17.10. Instruir os autos de gestão da presente ARP.

Atribuições do participante

18. Ao órgão ou entidade PARTICIPANTE cabe:

18.1. Tomar conhecimento da ARP, incluindo eventuais alterações, cancelamentos e revogações, a fim de utilizá-la de forma correta;

18.2. Verificar a conformidade das condições registradas na ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas para fins de renegociação ou cancelamento;

18.3. Observar e controlar o quantitativo máximo dos itens registrados em seu interesse, evitando contratações acima do limite permitido, bem como a utilização de itens diversos daqueles para os quais solicitou participação no certame;

18.4. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na ARP, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular;

18.5. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao ÓRGÃO GERENCIADOR.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pmapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Obrigações do fornecedor

19. O FORNECEDOR cujo preço conste registrado na presente ARP obriga-se a:
19.1. Retirar a respectiva nota de empenho ou ordem de fornecimento/serviços, bem como assinar o termo de contrato (se for o caso), no prazo máximo de 05 dias úteis, contados da convocação;
19.2. Indicar, no prazo máximo de 05 dias úteis, a concordância ou não em relação à(s) solicitação de adesão por órgão ou entidade da Administração Pública não participante, indicando expressamente que tal contratação não prejudicaria as obrigações presentes e futuras assumidas para com o ÓRGÃO GERENCIADOR e os participantes;
19.3. Observar rigorosamente todos as especificações técnicas, marcas, modelos, condições e prazos fixados no Termo de Referência (ou Projeto Básico) integrante da presente ARP, como também na sua respectiva proposta de preços, ressalvado prova idônea da ocorrência superveniente de fato impeditivo ou dificultador do cumprimento da obrigação, devidamente aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que justifique o fornecimento de bem de qualidade semelhante ou superior, ou a execução de forma diversa que resulte em igual ou superior resultado à contratante;
19.4. Respeitar as demais condições e obrigações contidas nos documentos indicados no item 2.1 desta ARP, ressalvada a ocorrência de fato(s) superveniente(s), comprovados(s) e aceito(s) pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;
19.5. Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela(s) CONTRATANTE(S) referentes às condições firmadas na presente ARP;
19.6. . Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
19.7. Prover condições que possibilitem o atendimento das obrigações firmadas a partir da data de homologação do procedimento licitatório;
19.8. Ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos contratantes e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na ARP;
19.9. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
19.10. Manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas na proposta, todas as condições de participação e de habilitação exigidas na licitação.

Publicidade e divulgação

20. A formalização da ARP, como também suas possíveis alterações, prorrogações, cancelamento e rescisões, serão publicados e divulgados no PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas, bem como, em forma de extrato, no Diário Oficial do Consórcio.
20.1. Todas as informações do presente registro de preço serão também disponibilizadas, durante sua vigência, no site do Consórcio na internet: https://diariooficial.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pmapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Alterações dos preços registrados

21. Os preços registrados poderão ser REAJUSTADOS, para mais ou para menos, com base na variação anual do INPC (IBGE), ou outro índice que venha a sucedê-lo, desde que decorridos 12 MESES, contados da assinatura da ARP.
22. A qualquer tempo, o preço registrado poderá sofrer REVISÃO em decorrência de comprovado desequilíbrio econômico-financeiro ocorrida no mercado, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR providenciar a pactuação/negociação de novo valor compatível com o de mercado, para cada ITEM/GRUPO do objeto registrado, observada a distribuição do ônus na forma da matriz de riscos, vinculada ao certame que deu origem à presente ARP.
22.1. Caberá a parte prejudicada a demonstração do impacto efetivo nos custos em decorrência da álea econômica extraordinária havida no mercado, não cabendo revisão de preços em casos de variação inflacionária ordinária, observando-se as regras previstas no art. 124 da Lei 14.133/2021.
22.2. Não havendo acordo em relação a pactuação/negociação do preço registrado, será o respectivo registro CANCELADO/REVOGADO, por cada ITEM/GRUPO do objeto registrado, sem aplicação de qualquer sanção ao particular, mantendo-se hígidas e vigentes as contratações já formalizadas ou solicitadas, bem como os demais itens/grupos não afetados pelo desequilíbrio de preços de mercado.
22.3. Em caso do CANCELAMENTO, e havendo CADASTRO RESERVA para o respectivo ITEM/GRUPO, deverão ser realizados os procedimentos previstos no item 4 desta ARP.
22.4. Toda alteração da presente ARP será publicada e divulgada, nos termos fixados no item 20 desta ARP.

Sanções administrativas por descumprimento de obrigações contidas na ARP

23. As empresas com preços registrados nesta ARP e signatárias dos respectivos contratos estarão sujeitas às sanções administrativas previstas no Termo de Referência, sem prejuízo de outras previstas em legislação pertinente e da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem.
23.1. Ao órgão gerenciador caberá a aplicação de sanções administrativas em relação ao descumprimento direto de obrigação contida nesta ARP, como também aos contratos por ele firmados em decorrência do presente registro de preços.
23.2. Cabe a cada órgão ou entidade participante a realização de procedimento para fins de apuração de responsabilidade e aplicação de sanções administrativas nos casos de inadimplemento em suas próprias contratações, comunicando ao gerenciador para fins de registro quaisquer sanções aplicadas.

Cancelamento/revogação e rescisão da ARP

24. O registro de preços poderá ser CANCELADO/REVOGADO, por ITEM/GRUPO, por iniciativa do ÓRGÃO GERENCIADOR, quando:
24.1. Por iniciativa do próprio titular do registro, desde que apresente solicitação formal, bem como haja comprovação de situação que impossibilite o cumprimento das exigências insertas nesta ARP, tendo em vista fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.
25. Presentes razões de conveniência e oportunidade ao interesse público,

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pmapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

devidamente justificadas, o registro de preços poderá ser RESCINDIDO, por iniciativa do ÓRGÃO GERENCIADOR, observada a gravidade da conduta e os reflexos em relação ao interesse público, quando o titular do registro:

25.1. Não executar de forma total ou parcial qualificada as obrigações presentes nesta ARP;

25.2. Recusar-se a retirar e assinar a nota de empenho ou instrumento contratual no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pelo órgão ou entidade Contratante;

25.3. Der causa à rescisão administrativa de dois ou mais contratos firmados com base neste ARP;

25.4. Não mantiver as condições de participação e de habilitação exigidas na licitação, salvo irregularidade temporária e sanável em até 30 DIAS;

25.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/2002;

26. O cancelamento/revogação do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado da autoridade competente do ÓRGÃO GERENCIADOR, mediante registro em termo de cancelamento/revogação assinado pelas partes interessadas.

26.1. Havendo cancelamento/revogação do registro, não caberá a aplicação de qualquer espécie de sanção administrativa ao titular do registro.

27. O cancelamento/revogação do registro desta ARP não poderá ser aceita em prejuízo ao interesse público.

28. A rescisão do registro de preços será determinada em decisão unilateral e fundamentada do ÓRGÃO GERENCIADOR, garantido o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo.

28.1. A rescisão do registro de preços poderá ensejar a abertura de procedimento de apuração da responsabilidade e aplicação de sanções administrativas em face do titular do registro.

Disposições finais

29. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com a legislação vigente, particularmente com a Lei 14.133/2021 e Instrução Normativa 19/2023.

30. Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Foro da Comarca de Ponte Nova – MG.

- CIMVALPI	
TESTEMUNHA:	TESTEMUNHA:
Nome: CPF/CI:	Nome: CPF/CI:

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pmapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

ANEXO VII

MINUTA CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO

Contrato nº _____/2024
Processo Administrativo n° 07.0098.2024.10

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - CIMVALPI, pessoa jurídica de direito público na forma de associação pública, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 19.738.706/0001-83, com endereço à Rua Jaime Pereira, 127, bairro Progresso, Ponte Nova, Minas Gerais, representando neste ato pelo Diretor Técnico **Júlio Corrêa Guimarães**, brasileiro, residente e domiciliado na rua Cristóvão Jacques, 367, apto 304 Bairro Imbaúbas, Ipatinga - MG, portador do RG nº 11.063.317 SSP/MG e inscrito no CPF: 012.041.256-00, denominado CONTRATANTE e [**RAZÃO SOCIAL DO CONTRATADO**], inscrito no CNPJ n° [**NÚMERO CNPJ**], com endereço [**ENDEREÇO COMPLETO**], representado por [**NOME COMPLETO, CPF E CARGO EXERCIDO NA EMPRESA**], tendo em vista o que consta no Processo nº 07.0098.2024.10 e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente de processo administrativo de contratação n° [**NÚMERO DO PROCESSO**], mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA

O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos para o transporte de pessoas, materiais, documentos e pequenas cargas, para atender demanda do CIMVALPI e do Município de Dom Silvério.

1.1. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade

1.2. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
1.2.1. O Termo de Referência anexo ao edital e a proposta final ajustada que embasou a contratação e eventuais anexos;

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pmapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

2.1. O prazo de vigência da contratação é de até ___ de _____ de 2024, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2022, prorrogável nos termos do art. 107 Lei nº 14.133/2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual será o Regime Indireto.

3.2. A gestão do contrato competirá à servidora Iderde Graziane G. Corcini.

3.3. Os prazos e condições de conclusão, entrega constam do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório de acordo com o previsto no Termo de Referência, Anexo IV do edital.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. PREÇO

5.1.1. O valor total da contratação é de R$ ..... (.....), observados os valores unitários e total por item abaixo indicados:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.1.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos de objeto efetivamente executados, apurados na periodicidade mensal.

5.2. **FORMA DE PAGAMENTO**

5.2.1. O pagamento será realizado através de transferência eletrônica em conta bancária de titularidade da contratada, a ser indicada no documento fiscal ou por outro meio formal.

5.2.1.1 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a transferência eletrônica de pagamento.

5.3. **PRAZO DE PAGAMENTO**

5.3.1. O pagamento será efetuado no prazo até [**XXXXXX**], contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pmapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

5.3.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

5.4. **CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento do objeto mediante ateste por parte do fiscal do contrato e do gestor de contrato.

5.4.2. Quando houver glosa parcial do valor a ser pago, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.4.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) a data da emissão;
b) os dados do contratante;
c) o período respectivo de execução do contrato;
d) o valor a pagar; e
e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.4.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.4.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.4.5.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.4.5.2. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE

O Contratante e a Contratada têm o direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato, em consonância com o disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

6.1. Reajuste de Preços:

6.1.1. Conceder-se-á reajuste de preços após o decurso de prazo de um ano, contado do 1º dia (inclusive) do mês subsequente ao da assinatura de contrato.

6.1.2. O índice de reajustamento será apurado pelo INPC.

6.1.3. Os preços contratuais não serão reajustáveis no caso de atrasos injustificados por parte da CONTRATADA, que impactem no prazo contratual de entrega do objeto.

6.1.4. As condições de reajustamento de preços estipuladas anteriormente poderão vir a ser alteradas, caso ocorra à superveniência de normas federais ou

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pmapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

estaduais que disponham de forma diferente sobre a matéria ou ainda no caso de extinção do índice utilizado como parâmetro.

6.2. Repactuação de Preços:

6.2.1. Ocorrendo fatores que impliquem em desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, considerando as bases pactuadas, poderá o contratado requerer revisão dos valores face ao art. 124, inciso II, alínea "d" da Lei Federal nº 14.133/2021. O equilíbrio econômico–financeiro só será admitido na hipótese de alteração de preços do(s) bem(ns), devidamente comprovada e espelhada a variação, que deve ser apresentada para avaliação do Contratante.

6.2.2. A Repactuação de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal n.º 14.133/2021e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente Instrumento, sendo que:

6.2.2.1. A Empresa Contratada deverá formular ao CIMVALPI requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações por ela contraídas;

6.2.2.2. A comprovação será realizada por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, publicações de data-base, alteração da legislação, alusivas à época da elaboração da proposta ou da última repactuação e do momento do pedido de revisão;

6.2.2.3. Com o requerimento, a Empresa Contratada deverá apresentar planilhas de custos unitários comparativa entre a data da formulação da proposta ou da última repactuação, e do momento do pedido de revisão, contemplando os custos unitários envolvidos, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor item pactuado; e

6.2.2.4. O CIMVALPI examinará o requerimento e, após análise e conferência dos valores, informará à Empresa Contratada quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

6.2.3. Independentemente de solicitação, o CIMVALPI poderá convocar a Empresa Contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o objeto registrado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

6.2.4. Os efeitos financeiros da repactuação de preços serão devidos a contar da data do evento que aumentou/diminuiu os custos, cabendo à parte interessada a iniciativa e o ônus de demonstrar, de forma analítica, o aumento ou redução do custo, observando-se que não serão devidos juros de mora e/ou atualização monetária.

6.2.5. As alterações decorrentes de repactuações e de reajustes de preços serão formalizadas por meio de Aditivos ao contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pmapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

7.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência ou Projeto Básico;
7.3. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
7.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
7.5. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
7.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao objeto executado, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato, conforme cronograma físico-financeiro;
7.7. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato e pelas demais infrações administrativas sujeitas à fiscalização do Contratante;
7.8. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
7.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações, inclusive de restabelecimento do reequilíbrio econômico-financeiro, e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste (Lei nº 14.133/2021, art. 123, caput).
7.10. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21.
7.11. Não praticar atos de ingerência na administração do Contratado, tais como:
7.11.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratado, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
7.11.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar no Contratado;
7.11.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores do Contratado, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;
7.11.4. Considerar os trabalhadores do Contratado como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
7.12. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
7.13. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
7.14. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pmapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

7.15. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
7.16. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1. Cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
8.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
8.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
8.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior.
8.4. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
8.5. Substituir no prazo fixado pelo fiscal do contrato os empregados alocados que não se mostrem adequados para a execução do objeto.
8.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
8.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.
8.8. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
8.9. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.
8.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, salvo na hipótese do §2º do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pmapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

8.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
8.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
8.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
8.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
8.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
8.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
8.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
8.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta.
8.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei nº 14.133/2021).
8.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
8.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.
8.22. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.
8.23. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.
8.24. Garantir o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
8.25. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado.
8.26. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pimapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

8.27. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.
8.28. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
8.29. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
8.30. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
8.31. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
8.32. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
8.33. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
8.34. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.
8.35. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
8.36. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
8.37. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:
8.37.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.
8.37.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.
8.38. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9. CLÁUSULA NONA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pmapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência da garantia da contratação de que tratam o art. 96 da Lei nº 14.133/21, por se tratar de contratação de baixo risco ou complexidade que justifique a exigência de garantia de execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Nos termos dos arts. 155 a 162 da Lei nº 14.133/2021, serão aplicadas as sanções administrativas nas seguintes hipóteses:
11.1.1. Advertência, aplicável ao responsável que der causa à inexecução parcial do contrato quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
11.1.2. Impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, aplicável ao responsável que:
11.1.2.1. Incorrer na inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CONSÓRCIO, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
11.1.2.2. Incorrer na inexecução total do contrato;
11.1.2.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
11.1.2.4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
11.1.2.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
11.1.2.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
11.1.3. Declaração de idoneidade para licitar ou contratar, aplicável ao responsável que:
11.1.3.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
11.1.3.2. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
11.1.3.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
11.1.3.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
11.1.3.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013[1];

[1] Lei nº 12.846/2013:
[...]
Art. 5º Constituem atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, para os fins desta Lei, todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas mencionadas no parágrafo único do art. 1º , que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, assim definidos:
I - prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
II - comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei;
III - comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
IV - no tocante a licitações e contratos:
a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pmapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

11.1.3.6. Nas infrações administrativas indicadas no subitem 11.1.2 e subitens que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar.
11.1.4. Multa, a ser aplicada ao responsável que der causa a infrações administrativas será calculada observando o valor mínimo de 0,5% (meio por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do contrato licitado ou celebrado no caso de contratação direta na hipótese do responsável que der causa a infrações administrativas puníveis com as sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade indicadas neste edital, observada a cumulação de aplicação de sanções prevista no §7° do art. 156 da Lei n° 14.133/2021.
11.1.4.1. Sem prejuízo de aplicação do disposto no item 11.1.4, será aplicável a penalidade de multa:
11.1.4.1.1. Igual ou superior a 0,5% (meio por cento) e igual ou inferior a 15% (quinze por cento) para as seguintes infrações administrativas:
11.1.4.1.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
11.1.4.1.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
11.1.4.1.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
11.1.4.1.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
11.1.4.1.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
11.1.4.1.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;
11.1.4.1.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
11.1.4.1.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
11.1.4.1.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
11.1.4.1.2. Superior a 15% (quinze por cento) e inferior ou igual a 30% (trinta por cento) para as seguintes infrações administrativas:
11.1.4.1.2.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o

---

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
V - dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.
§ 1º Considera-se administração pública estrangeira os órgãos e entidades estatais ou representações diplomáticas de país estrangeiro, de qualquer nível ou esfera de governo, bem como as pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro.
§ 2º Para os efeitos desta Lei, equiparam-se à administração pública estrangeira as organizações públicas internacionais.
§ 3º Considera-se agente público estrangeiro, para os fins desta Lei, quem, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, exerça cargo, emprego ou função pública em órgãos, entidades estatais ou em representações diplomáticas de país estrangeiro, assim como em pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro ou em organizações públicas internacionais.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pmapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
11.1.4.1.2.2. Fraudar a licitação.
11.1.4.1.2.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
11.1.4.1.2.3.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei.
11.1.4.1.2.3.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento.
11.1.4.1.2.3.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
11.1.4.1.2.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
11.1.4.1.2.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.
11.2. A sanção administrativa de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito do CONSÓRCIO pelo prazo máximo de 03 (três) anos.
11.3. A sanção administrativa de inidoneidade para licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração direta e indireta de todos os Entes públicos da federação pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.
11.4. Se o valor aplicado pela sanção, somado às indenizações cabíveis, ultrapassar o valor de pagamento eventualmente devido pelo CONSÓRCIO ao contratado, será promovida de forma cumulativa:
11.4.1. A compensação da sanção e eventuais indenizações no valor pendente de pagamento ao contratado;
11.4.2. Eventual diferença não compensada no item anterior seja descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
11.5. A aplicação das sanções administrativas previstas neste ato convocatório não exclui, nem afasta, a obrigação de reparação de integral de eventual dano causado ao CONSÓRCIO.
11.6. A dosimetria das sanções administrativas e o respectivo processo administrativo de apuração e eventual responsabilização mediante aplicação de sanção administrativa observará o regulamento próprio expedido constante de endereço eletrônico no sítio oficial do CONSÓRCIO.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1 Ressalvada a hipótese de prorrogação contratual prevista no item 2.1, o contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes, sem prejuízo de aplicação das penalidades indicadas na cláusula décima primeira.
12.1 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
12.2 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
12.3 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
12.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
12.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; E
12.3.3 Indenizações e multas

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pimapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

INDICAR A DOTAÇÃO ESPECÍFICA DO ÓRGÃO (Conforme item 12 e subitens do Termo de Referência)

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13.3. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, pelas normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento no Diário Oficial do CIMVALPI nos termos e condições previstas no art. 94 c/c o art. 176, ambos da Lei nº 14.133/21.

....., ... de..... de 20.....

_____
Representante legal do CONTRATANTE

_____
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:
1-
2-

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pmapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Informações do Documento

ID do Documento: **660.C2A** - Tipo de Documento: **MINUTA DE EDITAL.**

Juntado por **RICHELE APARECIDA SILVA DE JESUS**, **CPF:** 070.67*.**6-*3 , em **22/05/2024 - 15:48:31**

Código de Autenticidade deste Documento: 1514.1448.6318.V829.0511

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
https://zeropapel.cimvalpi.mg.gov.br/verdocumento

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1514.1448.6318.V829.0511 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://piranga.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

RELATÓRIO

PONTE NOVA/MG, 22 de maio de 2024.

Realizada nova análise do presente processo administrativo, verificou-se que não foram levados em consideração todos os apontamentos indicados no parecer de ID 61D.6BA.

Em vista disto, mantem-se as considerações anteriormente descritas no documento supramencionado.

Sendo este o entendimento do controle interno, sugere-se que sejam seguidas as recomendações já indicadas. Diante disso, não há necessidade de nova remessa dos autos ao presente setor.

Flora Silva Maia
Oficial de Análise de Riscos e Controle Interno de Licitações e Contratos Públicos

Assinatura do Documento

Documento Assinado Eletronicamente por **FLORA SILVA MAIA - CONTROLE INTERNO**, **CPF:** 016.56*.**6-*3 em **22/05/2024 16:53:46**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **1691.0853.746U.3167.8621**, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.

Informações do Documento

ID do Documento: **662.13E** - Tipo de Documento: **RELATÓRIO**.

Elaborado por **FLORA SILVA MAIA**, **CPF:** 016.56*.**6-*3 , em **22/05/2024 16:53:46**, contendo 85 palavras.

Código de Autenticidade deste Documento: 16X8.1453.646W.160H.5867

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: **https://zeropapel.cimvalpi.mg.gov.br/verdocumento**

Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

ASSINADO POR(1): CPF:016.56*.**6-*3

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE LOCAÇÃO DE VÉICULOS

- Setor Responsável pela formalização da demanda: Gerência Administrativa.
- Agente Público da área de licitações responsável pelo acompanhamento da elaboração do ETP: Richele Aparecida Silva de Jesus – Agente de contratação.
- Oficial de Assessoramento Jurídico responsável pela revisão do ETP: Hilton Antônio de Oliveira.

INTRODUÇÃO:

O presente Estudo Técnico Preliminar é requisito necessário para assegurar a viabilidade técnica e econômica da pretensa contratação de empresa especializada em LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, mensurando os riscos e determinar estratégias, fornecendo subsídios para a elaboração do Termo de Referência e, bem como, definir um plano de sustentação para a solução demandada.

O estudo aqui apresentado recai sobre a realização de licitação centralizada, para eventual e futura contratação de serviços de aluguel de veículos, em favor do Consórcio Intermunicipal e Multissetorial do Vale do Piranga – CIMVALPI e Municípios que o integram que demandam por este serviço.

Trata-se de um modelo de serviço adotado de forma comum e habitual pela Administração Pública, tendo obtido bons resultados tanto para o Contratante CIMVALPI, quanto para os Municípios integrantes (consorciados).

Em outras linhas, o presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade avaliar o histórico do modelo de Locação de Veículos atualmente em execução pelos Municípios (consorciados) e pelo próprio CIMVALPI, observando as necessidades do executivo municipal, levantar os requisitos técnicos em consonância com requisitos legais necessários para atender essas necessidades, aferindo as condições que o mercado oferece e, por fim, analisar a viabilidade da contratação sob o prisma da legalidade.

O objetivo aqui é pautar elementos que, fundamentadamente, tem a capacidade e potencial para, em tese, considerando o caso concreto, melhor atender ao Interesse Público.

Assim, a delimitação da solução nos termos e condições estipulados, não é decisão de livre arbítrio deste estudo. Aqui estão pautados elementos que, fundamentadamente, tem a capacidade e potencial para, em tese, considerando o caso concreto, melhor atender ao Interesse Público.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 11A4.5H00.251K.E767.1244 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Página 385 de 1137 Pág: 33

1) OBJETO:

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objeto à análise prévia e condições de viabilidade para contratação de serviços contínuos de LOCAÇÃO DE VEÍCULOS utilitários que comportem 05 (cinco) passageiros; SUV's; Sedan ou Sedan Executivo; utilitários que comportem 07 (sete) passageiros tipo (minivans); Pick-up que comportem 02 (dois) passageiros e Caminhonete 4x4, sem fornecimento de combustível, incluindo manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças, seguro e/ou proteção veicular, inclusive contra terceiros, para o transporte de pessoas, materiais, documentos e pequenas cargas, com a finalidade de atender demanda do CIMVALPI, bem como dos Municípios que o integram. Tendo em vista a expiração da vigência da atual contratação aliada à caracterização destes serviços como contínuos, dado sua essencialidade, visando atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, de modo que sua interrupção pode comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional do CIMVALPI.

2) ESTIMATIVA DE PRAZO – Vigência e Prorrogação da Contratação

Para a presente contratação, estima-se vigência mínima de 12 (doze) meses, a depender da demanda do Município (demandante), contados do ato da assinatura do contrato, observado a cada exercício financeiro (art. 105 Lei 14.133/21), a disponibilidade de créditos orçamentários. Ainda para efeitos de prorrogação do contrato, poderá ser celebrado por até 05 (cinco) anos, prorrogável sucessivamente pelo prazo máximo de até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133 de 2021.

2.1. - A prorrogação de que trata o parágrafo anterior é condicionada à necessidade da demanda por parte dos Municípios (consorciados), bem como pelo ateste da autoridade administrativa competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para Administração, permitida a negociação mediante o cumprimento das seguintes condições:

2.1.1) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
2.1.2) Anexação de relatório anual que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
2.1.3) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na continuação da realização do serviço;
2.1.4) Haja manifestação expressa da empresa contratada informando o interesse na prorrogação;
2.1.5) Anexação de comprovado que a empresa contratada mantém as condições iniciais de habilitação;
2.1.6) Previsões outras previstas em Edital.

2.2. - A prorrogação do contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 11A4.5H00.251K.E767.1244 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cisasp.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Página 386 de 1137 Pág: 33

2.3. - Na eventual prorrogação do contrato, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.4. - O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação previstas em Lei.

3) - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO EM RAZÃO DA DEMANDA A SER ATENDIDA SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO

3.1 - Justificativa e Necessidade

O presente Estudo Técnico Preliminar foi elaborado em conformidade com as necessidades apresentadas pela Gerência Administrativa através do Documento de Formalização de Demanda. Além disso foram observados os parâmetros qualitativos, (modelos e categorias) de veículos já anteriormente demandados pela Administração Pública dos Municípios (consorciados) e do próprio CIMVALPI.

Conforme já acima mencionado, este modelo de contratação é habitualmente utilizado pela Administração Pública para suprir a necessidade de frota limitada ou inexistente de veículos dentro dos Municípios (consorciados).

Sob pena de inviabilizar a missão institucional do ente público, tendo em vista que, para atender suas demandas operacionais e administrativas, à Administração Pública necessita diariamente deslocar e movimentar pequenas cargas e documentos, servidores e munícipes.

No caso do CIMVALPI, não há frota própria, e seus servidores deslocam-se diariamente para exercer atividades que vão desde fiscalizações, operações e visitas técnicas, eventos profissionais, reuniões e para o transporte de materiais, para dar apoio às diversas atividades desenvolvidas pelo Consórcio.

Ressalte-se, que a forma como os serviços já vem sendo prestados em modelo utilizado pela Administração, o serviço de locação de veículos mantém-se como solução técnica e econômica viável à alternativa, que seria aquisição por meio de compra. Quando o órgão público não conta com estrutura de manutenção de veículos ou quando a locação não se mostra uma opção viável ou ainda, quando a localização do órgão torna inviável a adoção de modelo de contratação diverso.

3.2. - Descrição da Contratação

Tendo em vista a natureza do serviço a ser prestado, o presente estudo observou o disposto no artigo 2º inc. III da Lei 14.133/2021, além dos normativos contidos nas Instruções Normativas 007/2022 e 008/2022 do CIMVALPI, considerando num primeiro momento, que o modelo de locação de veículos para atender demanda do CIMVALPI e dos entes consorciados registra maior vantajosidade para administração, o que será objeto de análise e conclusão apresentadas

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 11A4.5H00.251K.E767.1244 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://cisasp.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

neste Estudo. Em levantamento realizado pela Diretoria Técnica Administrativa e Setor de Frotas do CIMVALPI do CIMVALPI, constatou-se que os entes consorciados demandam habitualmente por veículos de modelos e características a seguir apresentados:

I) Veículos compactos utilitários que comportem até 05 (cinco) passageiros, incluindo o motorista;
II) Veículos SUV's, com capacidade mínima de até 05 (cinco) passageiros, incluindo o motorista;
III) Veículos Sedan's ou Sedan's Executivos, que comportem até 05 (cinco) passageiros, incluindo o motorista;
IV) veículos utilitários (minivans) que comportem no mínimo 07 (sete) passageiros;
V) Veículos Pick-up's, que comportem no mínimo 02 (dois) passageiros, incluindo o motorista e com capacidade de carga de no mínimo 550 kg;
VI) Veículos Caminhonete 4x4, que comportem até 05 (cinco) passageiros, incluindo o motorista e com capacidade de carga de no mínimo 1.000 kg.

Os órgãos e entidades constitutivos da Administração Pública do Poder Executivo Municipal necessitam para a execução logística de suas atividades, promover o deslocamento de suas autoridades, servidores e terceiros a ela vinculados, além de pequenas cargas, objetos e documentos.

Para tanto, fazem uso de serviços de locação de veículos automotores, visto que a frota própria se apresenta por vezes insuficiente, e em determinados casos inexistente. Desta feita, se torna necessário promover a locação de veículos automotores, para a realização regular das atividades acima referenciadas.

Nesta classificação, por meio de levantamento realizado pela Diretoria Técnica Administrativa e Setor de Frotas do CIMVALPI, foram considerados as categorias de veículos comumente utilizados elencados nos incisos acima, com as seguintes especificidades:

a) Veículos com capacidade de 5 (cinco) passageiros, potência acima de ***75 CV***, direção elétrica ou hidráulica, combustível flex (gasolina/álcool), 04 (quatro) portas, ar condicionado, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis de LED ano de fabricação mínimo 2022;

b) Veículo, Sedan 04 (quatro) portas, motorização mínima de **111 *CV***, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, distância mínima entre os eixos de 2,60 cm, faróis de LED, ano de fabricação mínimo 2022;

c) Veículo, tipo Minivan, motorização mínima ***130 CV,*** com capacidade mínima para 07 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 11A4.5H00.251K.E767.1244 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cisasun.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Página 388 de 1137 Pág: 33

elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis de LED, ano de fabricação mínimo 2022;

d) Veículo, tipo SUV, motorização mínima de ***111 CV***, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis de LED, ano de fabricação mínimo 2022;

e) Veículo, pick-up, mínima de ***75 CV***, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis de LED, ano de fabricação mínimo 2022;

f) Veículo, caminhonete 4x4, cabine dupla, motorização mínima de ***160 CV,*** ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS e AIRBAG, combustível diesel, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis de LED. ano de fabricação mínimo 2022;

A motivação do conjunto de exigências para os veículos acima elencados, se dá pelo fato de que dentro do mercado de locação de veículos, a exigência do consumidor por veículos mais novos e em condições de proporcionar maior conforto e segurança ao condutor e passageiro (s), é condição determinante na hora de fazerem sua escolha.

Não diferente deve ser o posicionamento da administração pública no momento de contratar pelo serviço, buscando da mesma forma assegurar condições mínimas de conforto e segurança para seus servidores e passageiros.

Podemos aqui também pontuar, que a Comissão de Desenvolvimento Econômico da Indústria e Comércio, aprovou proposta que proíbe as locadoras de veículos de usar automóveis com mais de 120 mil quilômetros rodados ou mais e dois anos de uso, daí comunga-se entendimento de ser razoável a exigência de veículos fabricados à partir de 2022.

Pela proposta, ***"(...)a administração pública também deverá seguir a proibição em licitações de transporte e locação de veículos. Até o momento, a PL 1529/2015 encontra-se com a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania"***.[1]

Em relação aos critérios que amparam a exigência de motorização mínima sugerida dentro deste Estudo, as justificativas encontram-se explanadas no subitem a seguir, mas já podemos mencionar que os critérios utilizados buscam assegurar ampla participação, contemplando todas as montadoras de veículos que mormente atuam no mercado nacional, e por conseguinte, os respectivos fornecedores do mercado de locação.

3.3. - Critérios de motorização exigidos:

[1] https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1278737

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 11A4.5H00.251K.E767.1244 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Durante pesquisa realizada em sites e revistas especializadas no seguimento automotivo, fato não controverso é de que nas últimas décadas houve downsizing no mercado.

A prática de substituir motores maiores e aspirados por propulsores menores e sobrealinhamentados tornou-se possível, por exemplo, fazer um pequeno motor 1.0 de 3 cilindros render quase tanto quanto um motor 2.0 do passado. Por esse motivo, e buscando não restringir a competição entre as diferentes montadoras, o critério de exigência elencado neste Estudo, pauta pelo parâmetro de potência em CV mínima exigida.[2]

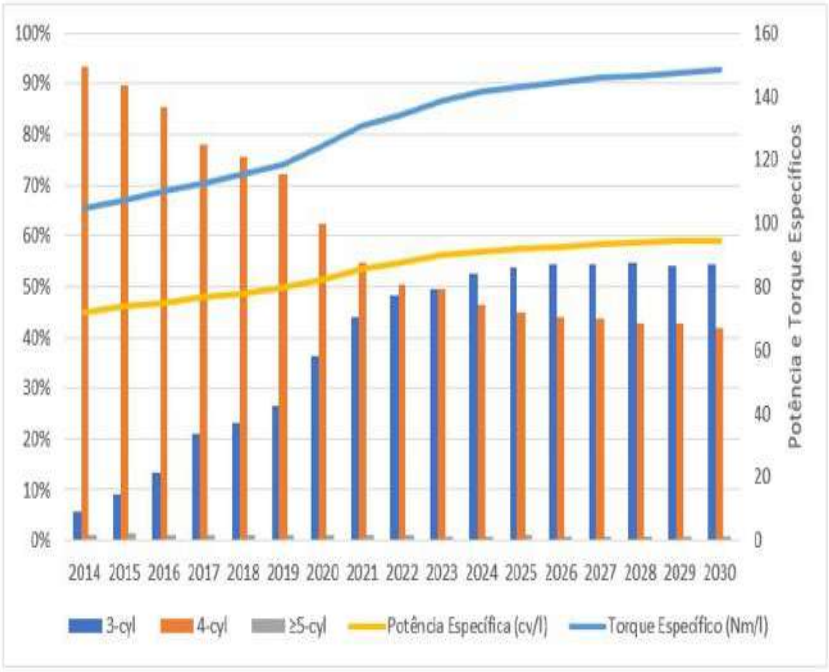
Há, portanto, uma previsão de que mais da metade dos veículos vendidos no Brasil em 2023 sejam equipados com motores de três cilindros e a participação de turbo e injeção direta deve ultrapassar 50% em 2028. Nesse contexto, apesar da redução da cilindrada média, o aumento do uso de turbo e da injeção direta vai fazer com que a potência específica (cavalos por litro) e o torque específico (Newton metro por litro) cresçam 31% e 42%, respectivamente, em 2030 quando comparadas a 2014.

[2] https://motor1.uol.com.br/news/539999/motores-1000-turbo-brasil-tecnologias/
https://pt.linkedin.com/pulse/downsizing-tend%C3%AAncia-automobil%C3%ADstica-do-futuro-jared-rocha/
https://www.webmotors.com.br/wm1/dicas/o-que-e-downsizing
https://autoesporte.globo.com/carros/noticia/2014/11/tecnologia-entenda-porque-dowsizing-nao-significa-menos-potencia.ghtml

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

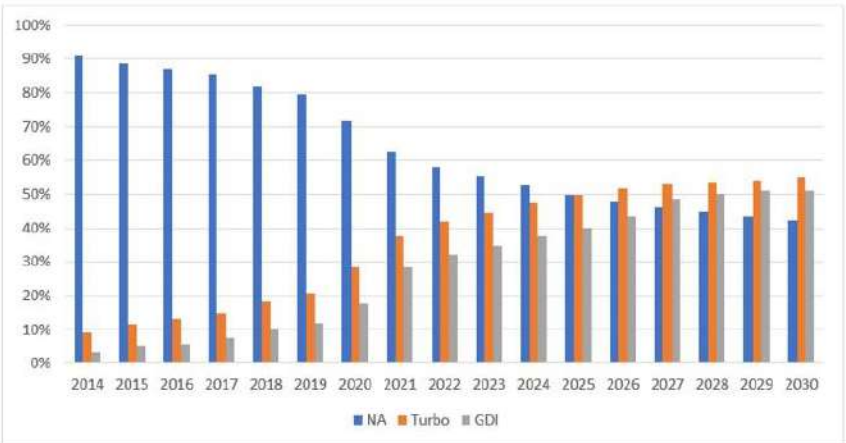
Cod. de Autenticidade do Doc.: 11A4.5H00.251K.E767.1244 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/11A4-5H00-251K-E767 e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Evolução da adoção do downsizing x crescimento de potência e torque específicos - Brasil



Fonte: IHS Markit VPaC - Vehicle Performance and Compliance – setembro de 2019

Substituição de motor aspirado por motor turbo e com injeção direta - Brasil



Fonte: IHS Markit VPaC - Vehicle Performance and Compliance – Setembro de 2019

Considerando os vários parâmetros adotados pelas montadoras de veículos, existe uma diversidade de nomenclaturas e pontuações dentro de tipos e modelos de veículos, logo, em suas respectivas motorizações, a exemplo de veículos turbos e aspirados.

De forma a garantir que haja ampla e irrestrita participação no certame, estabeleceu-se dentro deste Estudo parâmetros mínimos de ***potência em "CV"*** a

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 11A4.5H00.251K.E767.1244 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/2A40-F4E3-835F-E00A e informe o código 2A40-F4E3-835F-E00A

serem considerados, sem que contudo, deixem de atender as demais especificidades e itens de segurança descritos e previstos neste ETP.

3.4. - Critérios para exigência mínima de ano de fabricação - Itens de segurança obrigatórios e indispensáveis:

A exigência de veículos cujo ano de fabricação não seja inferior a 2022, justifica-se principalmente pela Resolução CONTRAN (567/2015) que trata sobre a obrigatoriedade do controle de estabilidade em veículos produzidos e fabricados a partir do ano de 2020. A regra vale para modelos inéditos, inclusive populares e também para os que passarem por grandes mudanças, como troca de geração. Por estas razões, pensando em garantir a segurança dos condutores e passageiros, além dos itens de segurança obrigatórios mais comuns como freios ABS e Airbag, encontram-se descritos neste estudo, itens de segurança indispensáveis e considerados obrigatórios e inseridos em veículos fabricados à partir de 2020 tais como:

a) Controle de estabilidade

O controle de estabilidade conforme acima mencionado é um item de segurança do carro que passou a ser obrigatório em 2020. O sistema tem o objetivo de detectar quando o carro está prestes a perder o controle e cortar a aceleração do motor, freando uma ou mais rodas. Esse cuidado pode impedir, por exemplo, que o veículo rode ao fazer uma curva.

b) Barras de proteção lateral

As barras de proteção lateral são travessas de aço fixadas entre as colunas do veículo, por dentro das portas, para proteger o motorista e os passageiros em casos de colisão lateral. Apesar de simples, esse tipo de solução é muito efetivo, pois diminui o impacto sofrido pelo ocupante do carro. As barras de proteção lateral passaram a ser obrigatórias somente em 2020, mas muitos veículos do país já contam com esse item de segurança.

c) Freios ABS

Com a *vênia* pela redundância, o sistema ABS — assim como a direção hidráulica e o ar-condicionado, que já foram diferenciais — hoje são itens mais do que mandatórios. Desde janeiro de 2014 os carros novos comercializados no Brasil já saem de fábrica com o sistema ABS de frenagem.

d) Distância mínima entre os eixos de 2,60 cm (Sedan's)

Visto que os veículos Sedan's alugados pelo Consórcio andam quase que diariamente com número máximo de passageiros, tal característica se faz necessária perfazendo maior conforto aos passageiros e maior estabilidade aos veículos.

e) Faróis de LED

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 11A4.5H00.251K.E767.1244 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cisasgp.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Quanto a exigência aos faróis de LED, esses são mais eficientes do que os convencionais por algumas razões. Eles consomem menos energia em comparação com as lâmpadas convencionais, como as de halogênio. Portanto, os faróis de LED são mais econômicos em termos de consumo de energia do veículo, o que pode resultar até mesmo em menor consumo de combustível.

Além disso, os LEDs têm uma vida útil mais longa do que as lâmpadas convencionais. Enquanto as lâmpadas halógenas geralmente precisam ser substituídas após algumas centenas de horas de uso, os faróis de LED podem durar até 25.000 horas ou mais, dependendo do modelo. Isso significa que os veículos com faróis de LED não precisam substituí-los com tanta frequência, o que pode resultar em economia de dinheiro e tempo a longo prazo.

Outra vantagem dos faróis de LED é a sua capacidade de proporcionar melhor visibilidade. Eles produzem uma luz mais brilhante e clara em relação às lâmpadas convencionais, algo especialmente útil durante a noite e em condições climáticas adversas, como chuva ou neblina. Os faróis de LED também iluminam a estrada de forma mais eficiente e proporcionam uma melhor percepção de profundidade, o que contribui para a segurança ao dirigir.

Por fim, os faróis de LED têm uma resposta mais rápida em comparação com as lâmpadas tradicionais. Eles ligam e atingem o brilho máximo quase instantaneamente, enquanto as lâmpadas de halogênio precisam de um breve período para aquecer. Essa resposta rápida é particularmente útil ao alternar entre os modos alto e baixo dos faróis ou ao utilizar sistemas de iluminação adaptativa, proporcionando maior conveniência e segurança ao motorista.[3]

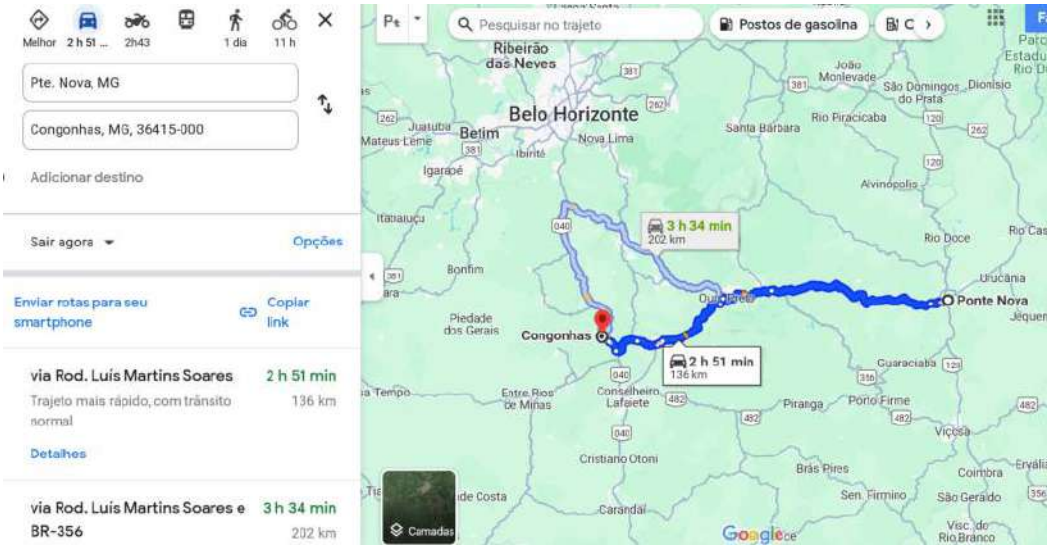
Reiteramos que atualmente o CIMVALPI é composto por 46 (quarenta e seis) municípios localizados principalmente dentro da Zona da Mata Mineira, Vale do Piranga e Região dos Inconfidentes. É justificadamente razoável que haja para além das exigências quanto aos itens de segurança acima apontados, que os veículos fornecidos possuam baixa quilometragem, de forma a garantir a ininterrupta continuidade dos trabalhos realizados pelo CIMVALPI, minimizando contratempos no que se refere a manutenções corretivas decorrente de quebra ou mau funcionamento.

A título meramente exemplificativo, podemos citar o município consorciado de Congonhas/MG, localizado a mais de 130km de distância da sede do CIMVALPI. Os atendimentos realizados não somente a este município, como para tantos outros, demandam deslocamentos quase que semanais, o que deve ser assegurado por veículo em excepcionais condições de segurança e conforto, como a exigência por veículos com faróis de LED, haja visto que em razão das distâncias entre os Municípios, estes veículos certamente retornarão à sede já em horário noturno.

[3] https://www.karvi.com.br/blog/por-que-farois-de-led-sao-mais-eficientes/

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 11A4.5H00.251K.E767.1244 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cisasgp.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Página 393 de 1137 Pág: 34



4) CONTRATAÇÕES CORRELATAS E INTERDEPENDENTES;

A Contratada deverá proceder com a manutenção preventiva e corretiva, incluindo reposição de peças quando necessário, seguro total e/ou plataforma de proteção veicular, inclusive contra terceiros.

Correlata à presente contratação o Processo: 0903217202310 Gerenciamento informatizado de frota de veículos, mediante rede credenciada para fornecimento de combustíveis; manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças e serviços; higienização de veículos.

Esta contratação pospor-se processo licitatório 001/2022, portanto, trata-se de processo cujo objeto e modelo de contrato já possui precedentes dentro do departamento de licitações do CIMVALPI.

5) REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Tendo em vista a natureza do serviço a ser contratado, a previsão da contratação encontra-se inserida no artigo 2º, inc. III da Lei 14.133/2021. Para além deste imperativo legal contido na nova Lei de Licitações, observa-se o disposto na Consolidação do Contrato de Consórcio Público e Consolidação Estatuto CIMVALPI, além das Instruções Normativas 007/2022 e 008/2022 ambas também do CIMVALPI.

Para além na Novel Lei de Licitações e legislação civilista aplicadas no presente Estudo, considerar-se-á como requisitos da contratação todas as demais exigências previstas em Edital e Contrato.

Poderá participar deste processo licitatório empresas do ramo de atividade relacionada ao objeto, que não possuam registro de sanção que impeça sua

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 11A4.5H00.251K.E767.1244 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

contratação, bem como estejam devidamente regulares com as Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal, com o FGTS, INSS e com a Justiça do Trabalho.

Os serviços que constituem o objeto deste estudo e eventual contratação, deverão ser executados de acordo com a solicitação da contratante e/ou Município consorciado, por ordem de serviço e orientação/fiscalização da equipe técnica designada pelo CIMVALPI, devendo o veículo estar disponível no período e local, conforme a necessidade apresentada, além das disposições expostas no Termo de Referência, Edital e condições contratuais.

Previamente dispõe-se que na proposta de preço apresentada, deverá ser considerado pela licitante, que o objeto licitado deverá ser fornecido em até 15 (quinze) dias úteis após a data de solicitação.

O veículo em referência, deverá ser entregue na área patrimonial indicada pela contratante e/ou ente consorciado.

Estabelece-se ainda que o custo de mobilização, desmobilização, seguros e todos os demais custos/encargos envolvidos estão a cargo da contratada, ou seja, **na proposta de preço deverá compreender todas as despesas decorrentes da locação.**

Os veículos deverão estar segurados e/ou cobertos por plataformas de proteção veicular devendo o valor de franquia ser apresentado à parte da proposta ou se já inserido na mesma, que seja especificado o percentual de franquia dentro da proposta.

É necessário entender que não existe um valor fixo para a franquia do seguro. Seu valor vai depender de fatores como o perfil do condutor, modelo do carro e outros pontos avaliados durante a cotação.

Além disso, existem diferentes tipos disponíveis de franquias que pode optar na contratação do seguro, ficando a cargo da licitante qual modelo de franquia será utilizada, se reduzida, majorada ou normal.

Como não há no mercado regulamentação acerca de alíquota relativa a valor de franquia em caso de sinistro, será considerado pelo CIMVALPI a proposta que não exceda o valor máximo de 4% (quatro) por cento do valor da tabela fipe em consonância a alíquota de IPVA cobrado dentro do Estado de Minas Gerais.

Deverá ser contemplado as seguintes coberturas:

Seguro:

Danos Corporais a terceiros.....R$100.000,00
Danos Materiais a terceiros.....R$100.000,00
Danos Morais a terceiros.....R$10.000,00
Ocorrência de morte.....R$13.500,00
Invalidez permanente e/ou total.....R$13.500,00

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 11A4.5H00.251K.E767.1244 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Despesas médico hospitalares.....R$2.700,00

O presente serviço será realizado sob demanda, de acordo com a necessidade da administração e dos Municípios interessados na contratação.

Só será efetuado o contrato administrativo em caso de necessidade e em cumprimento ao disposto na Lei nº 14.133/21. Ao final do processo licitatório será realizada a assinatura da ata de registro de preços, válida por 12 meses. Ainda para efeitos de prorrogação do contrato, poderá ser celebrado por até 05 (cinco) anos, prorrogável sucessivamente pelo prazo máximo de até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133 de 2021.

Os requisitos para contratação de empresa especializada em aluguel de veículos, devem seguir os pressupostos pela contratada de comprovar capacidade técnica e operacional, demostrada através de atestados de capacidade técnica profissional, documentação de enquadramento de empresa do ramo de locação de veículos sem motorista e cumpridos os requisitos apresentados neste Estudo.

6) LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DE MERCADO

Neste tópico, urge apresentar as soluções capazes de atender satisfatoriamente os ambientes produtivos, setores de atuação, departamentos e programas da gestão do CIMVALPI, e dos Municípios que o integram – que por sua vez, todos alinhadas aos princípios e regras que regem a Administração Pública.

Nosso estudo tem o condão de identificar empreendimentos possíveis de aproximar as compras públicas da Administração CIMVALPI às práticas adotadas pelo mercado, impondo inovações que se fundamentam no princípio da eficiência, imprimindo um uso racional dos recursos públicos.

Assim, observou-se que, em matéria de soluções para o serviço de transporte, a Administração Pública em geral costuma adotar ao menos dois modelos considerados mais tradicionais para execução deste serviço, são eles:

a) Aquisição de Veículos

No modelo de aquisição de veículos, a Administração Pública adquire o veículo e assume todos os custos dele decorrentes, contratando, de forma independente, motorista em empresa terceirizada ou designando servidor do próprio órgão para a função. É solução adotada em situações específicas como, por exemplo, quando o órgão público conta com estrutura de manutenção de veículos ou quando a locação não se mostra uma opção viável ou ainda, quando a localização do órgão torna inviável a adoção de modelo de contratação diverso.

b) Locação de Veículos

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 11A4.5H00.251K.E767.1244 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://oficinadigital.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

No modelo de locação de veículos, o serviço consiste na disponibilização de veículos por empresa contratada, a qual se responsabiliza pelos gastos e manutenções advindas da disponibilização do veículo.

O mercado de potenciais prestadores para os serviços de locação de veículos é bastante vasto, contudo, em determinadas situações como no caso em tela, o fracionamento do objeto licitado em vários itens permitirá a participação de um maior número de licitantes e que tal fato democratiza o acesso às contratações públicas. Quanto a tal fato, não resta a menor dúvida. É de fácil constatação, que, não obstante a locação de veículos não sejam objetos tão complexos, no mercado, sob o ponto de vista pragmático há uma grande distinção entre um e outro.

O seguimento de locação de veículos de pequeno e médio porte como veículos utilitários Hatchs, Sedans, SUV's, Pick–ups e Caminhonetes, referem-se às locadoras cujos registros da atividade, no Ministério da Economia, têm enquadramento dos CNAE 7711-0/00 (locação de veículos sem motorista) e CNAE 4923-0/02 (locação de veículos com motorista). São as chamadas locadoras que atuam somente com a atividade de locação de veículos, com CNPJ ativo na Receita Federal e frota registrada nos órgãos competentes de Trânsito. Cumpre esclarecer ainda que, compete à Administração proceder estudo detalhado sobre as características do objeto, modo de comercialização e preços praticados no mercado, a fim de delimitar os procedimentos que serão desenvolvidos na licitação. No caso em apreço, define-se a possibilidade jurídica, e viabilidade técnica e econômica de dividir o objeto em vários itens/lotes, permitindo que um número maior de interessados participe da disputa, o que, em decorrência, aumenta a competitividade e viabiliza a obtenção de melhores propostas

7) ANÁLISE DA POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO DO OBJETO

7.1. Conforme acima elencado, a contratação por item possibilita a participação de um maior número de interessados, independente da categoria de seu produto, desde que atendido as exigências contidas no Estudo. Isto, consequentemente aumenta a competitividade do certame e viabiliza a obtenção de melhores propostas, sem perda da economia de escala. Nesse interim cabe destacar entendimento sumulado pelo Tribunal de Contas da União no Enunciado nº 247, de acordo com o qual sempre que o objeto da contratação for divisível, é obrigatória a sua adjudicação por item, conforme texto abaixo colacionado:

SÚMULA TCU 247:

"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 11A4.5H00.251K.E767.1244 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://cisanarp.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade."

Conforme verificado em pesquisa e discussões do mercado, o nicho de locação de veículos, apresenta variações de acordo com as diferentes categorias de automóveis, o que permite o parcelamento do objeto sem prejuízo à economia de escala.

Na prática, isso permitirá, por exemplo, que locadoras que não tenham determinada categoria de veículo disponível em sua frota, ainda possam participar do certame licitatório e, inclusive, sagrarem-se vencedoras, vez que não estarão obrigadas a apresentar propostas para um lote, mas apenas para os itens que tenham real disponibilidade de fornecer. Assim, no que tange à forma de contratação, é recomendável que o modelo do Registro de Preços seja dividido por itens, visando uma melhor negociação, com estímulo à competitividade, sempre objetivando à obtenção de ganho de escala e economia.

8) REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Requisitos Obrigacionais

Os requisitos obrigacionais mínimos exigidos, deverão atender às disposições contidas no OBJETO deste Estudo, além daqueles previstos em Lei, dos quais podemos destacar: "REQUISITOS DE HABILITAÇÃO" e "REQUISITOS DE REGULARIDADE FISCAL". Mas conforme mencionado, para além disso, deverá ser observado o regramento legal contido na Lei 14.133/21, bem como as exigências contratuais a *posteriori* dispostas em Termo de Referência.

As condições de habilitação, informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante serão divididos em jurídica; técnica, fiscal social e trabalhista; e econômico financeiro, conforme previsto nos artigos 62 e 65 da Lei 14.133/202.

Conforme disposto no § 4º do artigo 69 da nova lei, a Administração CIMVALPI, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio liquido equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contração.

A documentação referida deverá ser apresentada na forma prevista no artigo 70 da Lei 14.133/2021:

> *Art. 70. A documentação referida neste Capítulo poderá ser:*
>
> *I – apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração;*
>
> *II – substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que previsto no edital e que*

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 11A4.5H00.251K.E767.1244 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

o registro tenha sido feito em obediência ao disposto nesta Lei;

III – dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Parágrafo único. As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo federal.

8.2. Regularidade Fiscal: O licitante deverá encontrar-se de forma regular perante suas obrigações com a legislação tributária federal, estadual, municipal, seguridade social e o fundo de garantia por tempo de serviço. Cumpre aqui ressaltar que regularidade não implica em quitação. Regularidade é a comprovação de que a empresa atende todas as exigências do fisco.

8.2.1 **-** São os seguintes documentos exigidos por lei que provam sua regularidade fiscal:

8.2.1.1 **- Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoas Física e Jurídica:** Cadastro de Pessoa Física – CPF e Cadastro Nacional de Pessoa Jurídicas – CNPJ. Ambos são expedidos pela Secretaria da Receita Federal

8.2.1.2 **- Prova de Inscrição no cadastro de contribuintes, ICMS/ISS:** Inscrição Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação. A Inscrição Estadual é emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda e Planejamento.

8.2.1.3 **- Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais emitida pela Receita Federal**. Poderá ser solicitada na Agência da Receita Federal, em qualquer localidade do respectivo Estado, cuja validade é de 180 (cento e oitenta) dias. Também poderá ser emitida pelo site www.receita.fazenda.gov.br com validade de 30 (trinta) dias a contar da sua emissão.

8.2.1.4 **- Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual:** Certidão emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual, podendo ser solicitada em qualquer posto de atendimento da Secretaria de Fazenda Estadual. Esta certidão terá validade de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.

8.2.1.5 **- Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal:** Esta certidão deverá ser emitida pela Secretaria Municipal do Município onde o imóvel encontra-se localizado.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 11A4.5H00.251K.E767.1244 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

8.2.1.6 **- Certificado de regularidade do FGTS.**

9) POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA

Em que pese o entendimento sumulado pelo Tribunal de Contas da União, no enunciado nº 281, de acordo com o qual é vedada a participação de cooperativas em certame licitatório quando houver necessidade de subordinação de mão de obra, **verifica-se que tal entendimento não é aplicável ao presente caso, quando a prestação do serviço de locação não demanda a subordinação de mão de obra**. Isso porque, o objeto do presente procedimento licitatório gira em torno da contratação de empresa de locação de veículos (enquadramento dos CNAE 7711-0/00 (locação de veículos sem motorista), não restando caracterizada situação de subordinação, o que afasta a vedação da Corte de Contas.

Ademais, a possibilidade de participação de cooperativa em certame licitatório é matéria de ordem legal e sua vedação, fora dos parâmetros configuraria violação ao disposto no §2º do art. 10 da Lei nº 12.690/12, que dispõe:

> *Art. 10. A Cooperativa de Trabalho poderá adotar por objeto social qualquer gênero de serviço, operação ou atividade, desde que previsto no seu Estatuto Social.*
> *§ 1º [...]*
> ***§ 2º A Cooperativa de Trabalho não poderá ser impedida de participar de procedimentos de licitação pública que tenham por escopo os mesmos serviços, operações e atividades previstas em seu objeto social.***

Assim, sob pena de violação de dispositivo legal, não há óbice à participação de cooperativas no presente certame licitatório, desde que a demanda do objeto não implique na contratação do serviço de locação de veículo, máquina ou equipamento com emprego de mão de obra, e desde que os serviços prestados pela mesma sejam condizentes claramente com o objeto da licitação.

Contudo, é de conhecimento geral a existência de falsas cooperativas, que na prática, são empresas intermediadoras de mão de obra subordinada. A fim de afastar do certame a participação destas entidades, requer-se apresentação de **Modelo de Gestão Operacional, a** fim de comprovar se a proponente detém autonomia, autogestão e não exercício de atividades de sujeição, pessoalidade e habitualidade dos cooperados, reiterando que não será admitida a contratação de cooperativas ou instituições sem fins lucrativos cujo estatuto e objetivos sociais não prevejam ou não estejam de acordo com o objeto contratado.

10) DEMAIS REQUISISTOS DE PARTICIPAÇÃO

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 11A4.5H00.251K.E767.1244 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

10.1. - Além dos requisitos obrigacionais e regularidade fiscal elencados no item 8; subitens 8.1 e seguintes; 8.2 e seguintes; notadamente no subitem 8.2.1.6 – Certificado de Regularidade FGTS, que poder-se-á ser enquadrado como garantia da regularidade social. A habilitação das licitantes será realizada mediante a apresentação da seguinte documentação complementar:

10.1.1. - Comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor anual estimado da contratação, quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, informados pelo Sicaf, for igual ou inferior a 1;

10.1.2. - Comprovante de inscrição e situação cadastral emitido pela Receita Federal do Brasil que comprove a atividade econômica principal ou secundária como sendo Locação de Automóveis sem Condutor (CNAE);

10.1.3. - Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante;

10.1.4. - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011;

10.1.5. - Um ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove(m):

10.1.6. - Aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com os objetos desta licitação, demonstrando que a licitante gerencia ou gerenciou serviços de locação de veículos, com no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do número de veículos que serão necessários para suprir a demanda em decorrência desta licitação;

10.1.7. - Experiência mínima de 3 (anos) anos na prestação de serviços de locação de veículos, ininterruptos ou não, até a data da sessão pública de abertura do Pregão. Os períodos concomitantes serão computados uma única vez;

10.1.8. - Para a comprovação de tempo de experiência, poderão ser aceitos cópias de contratos ou outros documentos idôneos, mediante diligência da Pregoeira.

10.1.9. - Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica.

10.1.10. - O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica deverá(ão) se referir a serviços prestados, no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária, especificada no contrato social,

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 11A4.5H00.251K.E767.1244 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

devidamente registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB.

10.1.11. - As licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados.

10.1.12. - Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do respectivo contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

11) DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS

11.1. - A contratação pretendida tem como objeto a prestação de serviços de locação de veículos, sem motorista e sem combustível, a serem executados na região de abrangência de atuação do CIMVALPI, notadamente em cerca de 46 (quarenta e seis) Municípios, sobretudo na grande região da Zona da Mata, microrregiões do Vale do Piranga e Inconfidentes.

11.2. - Os serviços a serem contratados possuem natureza continuada, de modo que sua interrupção pode comprometer as atividades da Administração e sua necessidade deve se estender por mais de um exercício financeiro.

11.3. - O prazo de vigência do contrato será previsto em Edital, (Art. 105), observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 01 (um) exercício financeiro, estimando-se no presente estudo, vigência inicial de 12 (doze) meses.

11.4. - Será de inteira responsabilidade da contratada todos os encargos relativos ao veículo, como IPVA, seguro obrigatório e taxa de emplacamento, com exceção das multas provenientes de infração às leis de trânsito, previstas no Código de Trânsito Brasileiro, que tenham sido causadas por dolo ou culpa dos prepostos do CIMVALPI e dos MUNICÍPIOS nas locações "sem condutor".

11.5. - Caberá a contratada encaminhar ao CIMVALPI com cópia aos MUNICÍPIOS, dentro do prazo máximo de 03 (três) dias úteis de seu recebimento a notificação de autuação de infração de trânsito referente ao veículo locado para verificação, apuração de responsabilidade e indicação dos dados do condutor infrator, conforme previsto no Código de Trânsito Brasileiro.

11.6. - Os veículos deverão ter seguro e/ou plataforma de proteção veicular contra roubo, furto, danos materiais e pessoais, inclusive contra terceiros, cobertura total para caso de destruição parcial ou total do bem durante todo o prazo de vigência contratual, cabendo à contratante o pagamento da franquia correspondente nos casos em que o sinistro ocorrer por culpa/dolo do preposto por ela designada para condução do veículo.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 11A4.5H00.251K.E767.1244 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://casadigital.ponte.mg.gov.br/verificador e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://casadigital.ponte.mg.gov.br/verificador e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

11.7. - A Contratada responsabiliza-se por todas as despesas decorrentes da utilização dos veículos, como troca de óleo e reparos mecânicos necessários à sua manutenção.

11.8. - A Contratada deverá realizar manutenção preventiva e corretiva dos veículos, de acordo com as recomendações do fabricante, incluindo os serviços de funilaria, lubrificação, bem como, substituição de pneus, mantendo a regulagem dos veículos para que sejam minimizados os níveis de emissão de poluentes, visando contribuir com o atendimento dos programas de qualidade do ar, observados os limites máximos de emissão de gases, conforme legislação vigente.

11.9. - Manter atualizada e em ordem a documentação relativa ao veículo.

11.10. - Apresentar na sede do CIMVALPI, e quando solicitado pela administração do consórcio, no MUNICÍPIO onde se encontra o veículo, para vistorias iniciais e periódicas.

11.11. - Equipar os veículos com todos os itens de segurança previstos em Lei e exigidos pelo Código Nacional de Trânsito.

11.12. - Os veículos que se encontrarem em situação de impedimento no que se refere ao item anterior, terão o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para regularizar a situação ou substituir o mesmo por outro de características similar.

11.13. - A Contratada deverá prestar os esclarecimentos que lhes forem solicitados e atender prontamente às reclamações sobre seus serviços.

12) ESTIMATIVA DOS ITENS E DE LEVANTAMENTO DE PREÇOS - Da Metodologia aplicada às quantidades estimadas, conforme anexos.

Levantamento realizado junto a Diretoria Técnica Administrativa e Setor de Frotas do CIMVALPI, onde foi demandado pelos respectivos quantitativos e qualificativos (modelos) de veículos:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE FRANQUIA (ANO)	UNIDADE	VALOR MENSAL ESTIMADO
1	Veículo, capacidade de 5 (cinco) passageiros, motorização mínima de 1.0, potência acima de	108	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.090,00 RACHID VEÍCULOS S/A

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 11A4.5H00.251K.E767.1244 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://zeropapel.com.br/autenticidade com o código D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

	75 CV, direção elétrica ou hidráulica, combustível flex (gasolina/álcool), 04 (quatro) portas, ar condicionado, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, ano de fabricação mínimo 2022;			R$2.750,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$3.559,48 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$3.220,59 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.155,01
2	Veículo, Sedan ou Sedan Executivo, 04 (quatro) portas, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, distância mínima entre os eixos de 2,60 cm, ano de fabricação mínimo 2022;	108	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.700,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$2.989,98 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$4.648,59 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.779,52
3	Veículo, tipo Minivan, motorização mínima 130 CV, com capacidade mínima para 07 (sete)	18	Franquia Mensal (3.000 km)	R$4.150,00 RACHID VEÍCULOS S/A

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 11A4.5H00.251K.E767.1244 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

	lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, ano de fabricação mínimo 2022;			
				R$6.415,98 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$4.340,39 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$4.968,79
4	Veículo, tipo SUV, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, ano de fabricação mínimo 2022;	108	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.990,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$4.700,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$2.570,90 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$4.035,19 LOCALIZA

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 11A4.5H00.251K.E767.1244 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

				MÉDIA TOTAL R$3.824,02
5	Veículo, pick-up, motorização mínima de 75 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, ano de fabricação mínimo 2022;	36	Franquia Mensal (3.000 km)	R$4.100,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$3.850,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$3.998,95 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$3.457,39 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.851,58
6	Veículo, caminhonete 4x4, cabine dupla, motorização mínima de 160 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS e AIRBAG, combustível diesel, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, ano de fabricação mínimo 2022;	18	Franquia Mensal (3.000 km)	R$7.990,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$7.500,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$9.789,88 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$9.990,19 LOCALIZA

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 11A4.5H00.251K.E767.1244 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://zeropapel.com.br/autenticidade com o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://zeropapel.com.br/autenticidade com o código D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

				MÉDIA TOTAL R$8.817,51
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:		**R$1.548.733,68**		

As unidades de franquia basearam-se nas quilometragens normalmente utilizadas mensalmente para cada veículo locado. Sendo que no limite da franquia mensal (3.000 km) o quantitativo será abatido. Já em que pese haver excedente de quilometragem mensal, será feito pagamento proporcional a quilometragem utilizada, o que se dará em caso excepcional, posto que, ao servidor responsável pela fiscalização do contrato, caberá se atentar ao limite da unidade de quilometragem contratada.

O quantitativo das franquias (ano) se estabeleceu visto que como citado em certidão anexa ao processo, o CIMVALPI possui atualmente locado 7 veículos **1.0/1.6**; 6 veículos **Sedan's**; 6 veículos **SUV's**; 1 veículo **4x4**; 1 veículo **4x2**, podendo haver um aumento no número de locação de veículos em razão da ampliação do quadro de funcionários do Consórcio e um possível excedente de quilometragem utilizado. Sendo assim para cada mês vigente do ano foi estimado 1 (uma) franquia, com uma reserva de franquia caso seja necessária para utilização. Vejamos exemplo abaixo:

Veículo, capacidade de 5 (cinco) passageiros: 7 (locados atualmente) x 12 (meses do ano) = 84 (franquias) + 24 (franquias/reserva) = **108 (franquias/ano)**

13) PESQUISA DE PREÇO

As pesquisas de preço foram realizadas conforme estabelecidas pela instrução Normativa 07/2022, âmbito do Consórcio CIMVALPI, que dispõe sobre o procedimento para realização de pesquisa de preços.

A pesquisa de preço foi realizada considerando os parâmetros dispostos no artigo 6º, inciso IV, da IN 07/2022 do Consórcio CIMVALPI. Foram consultados os preços através de pesquisa direta com fornecedores, através de email e celular android com empresas do ramo de locação de veículos, no âmbito do Estado de Minas Gerais, onde se situa o Consórcio e os municípios consorciados, visto que após a realização do Pregão 001/2024, cujo objeto foi o mesmo deste, a licitação se restou com sobrepreço, tendo sido assim analisada pela Diretoria Técnica Administrativa do Consórcio a conclusão de realizar a cotação de preços diretamente com locadoras dos automóveis no Estado de Minas Gerais afim de se buscar preços compatíveis ao mercado.

As locadoras foram escolhidas de maneira aleatória, sendo feito contato com várias do ramo de locação de veículos, findando o balizamento de preços com aquelas que enviaram cotações referente a demanda feita pelo Consórcio.

14) ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 11A4.5H00.251K.E767.1244 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Conforme acima apresentado, a estimativa do valor do contrato é de **R$1.548.733,68 (um milhão, quinhentos e quarenta e oito mil, setecentos e trinta e três reais e sessenta e oito centavos).**

15) JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

De início, a possibilidade de parcelamento ou não do objeto da licitação deve ser auferida sempre no caso concreto, essencialmente, deve a Administração prezar acerca da viabilidade técnica e econômica do parcelamento e da divisibilidade do objeto, de conformidade com o pronunciado pelo Tribunal de Contas da União por meio do Acórdão nº 732/2008. Nos termos do art. 47, inc. II da Lei 14.133/21, a opção pelo critério de julgamento por item é obrigatória e deve ser aplicada sempre que se comprovar técnica e economicamente viável a sua adoção, a fim de ampliar a competitividade sem perda da economia de escala. Nesse sentido, por meio do **Acórdão 2529/2021-TCU-Plenário[4], o Tribunal de Contas da União,** onde "empreende-se, pois, da leitura da parte dispositiva do sobredito acórdão que, sob a ótica do TCU, a ausência de parcelamento do objeto da licitação representa, por si só, restrição ao caráter competitivo da disputa, havendo situações, no entanto, em que tal restrição poderia ser devidamente justificada. Estaria assim sujeita à reprimenda da Corte de Contas tão somente a ausência de parcelamento que configurasse injustificada restrição à competitividade do certame.

No caso em análise, considerando a diversidade de modelos de veículos, e ante a pluralidade de fornecedores disponíveis no mercado de locação, torna-se economicamente mais vantajoso o parcelamento do objeto, porquanto pode atrair um maior número de interessados, resultando em melhores preços para a Administração.

Ademais, os itens do presente certame abrangem gêneros de veículos automotores de categorias diferentes, motivo pelo qual a reunião, em lotes, de veículos com especificações distintas, implicaria em restrição à competitividade do certame.

Pelo exposto, a opção por realizar a licitação por item decorre de aspectos técnico-econômicos, com vistas a melhor atender o interesse público, com eficiência e racionalidade dos gastos.

16) ALINHAMENTO CONTRATAÇÃO E PLANEJAMENTO

Diretrizes que nortearam o ETP:

- Lei Federal nº. 14.133/2021;
- Instruções Normativas CIMVALPI nº. 07/2022 e 08/2022;
- Lei 9.503/1997 (CTB)

[4] https://www.migalhas.com.br/depeso/354484/parcelamento-do-objeto-da-licitacao-e-ampliacao-da-competitividade

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 11A4.5H00.251K.E767.1244 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://cisancap.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

16.1. A pretensa contratação destes serviços por parte deste ente público, encontra previsão na CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO CIMVALPI, naquilo que concerne a prestação de atividades de planejamento, execução e gestão associada de serviços públicos nas mais diversas áreas, *art. 7º inc. I,* bem como ainda no art. 6º, parágrafo único, inc. I, *alíneas "e,h,k,p,s"* da CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO.

16.2. Em consonância a função institucional para qual o consórcio foi criado, fato não controverso é de que os entes consorciados se depararam com baixa oferta de quadros técnicos qualificados, pouca experiência na elaboração das políticas públicas e baixa capacidade de gestão. Nesse contexto, buscando melhorar e aprimorar a gerência na gestão pública dos entes consorciados, o CIMVALPI planeja com a presente contratação objeto deste estudo, trazer benefícios de Redução de custos fixos para os Municípios; Ganho de escala; Fortalecimento da gestão local; Melhora na qualidade dos serviços prestados, dentre outros.

17) POSICIONAMENTO CONCLUSIVO QUANTO A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A conclusão que pode extrair deste Estudo, é que a contratação de empresa especializada em locação de veículos, atende satisfatoriamente demanda existente entre os entes consorciados e o próprio CIMVALPI, posto que, conforme apresentado, os entes consorciados apresentam uma frota deficitária e em alguns casos inexistente.

Ignorar à existência por demanda de veículos por parte da administração, implica em obstaculizar suas atividades dado o essencial atendimento à necessidade pública de forma permanente e contínua. A interrupção deste serviço que resulta na atividade de deslocamento de servidores, munícipes, objetos e cargas pode comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

A contratação pretendida, desde que observados os requisitos de negócio estabelecidos no presente estudo, com a vantagem de permitir melhor adequação dos serviços às efetivas necessidades dos entes consorciados e do próprio CIMVALPI, apresenta-se indubitavelmente viável.

18) DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO;

Nesse ínterim, o certame licitatório para contratação de empresa especializada na locação de veículos acima especificados para atender demanda do CIMVALPI e Municípios consorciados, apresenta-se como solução mais comum e viável seja do ponto de vista técnico, seja do ponto de vista econômico. Considerando o modelo alternativo, que seria AQUISIÇÃO (compra), dentro do

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 11A4.5H00.251K.E767.1244 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

contexto econômico dos Municípios que integram o Consórcio apresenta-se inviável, posto que além do alto valor inicialmente despendido pelo poder público, advém custos oriundos de manutenção de frota. Dentro do modelo de locação, conforme previsto neste Estudo, os custos e despesas de manutenção e impostos, ficam exclusivamente a cargo do contratante, o que assegura maior economicidade e melhor aproveitamento dos recursos humanos, não havendo necessidade da administração em dispor de mão-de-obra voltada para esta finalidade.

19) DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS;

Tem-se em vista que, com a instituição do procedimento, a gestão CIMVALPI visa preservar o caráter ininterrupto das atividades administrativas e operacionais dos Municípios que demandam pelo serviço e notadamente do próprio Consórcio, agindo de forma planejada, a fim de prevenir riscos e prejuízos ao erário, ambicionando melhorias de gestão – tais como o aumento do poder de barganha e a obtenção de economia de escala.

Noutros passos, com o condão de atender satisfatoriamente as necessidades identificadas, observando as peculiaridades do objeto e para alcançar os resultados pretendidos, é oportuno o emprego de alguns recursos tais como:

a. Publicação do presente Estudo para apresentação e verificação das demandas dos Municípios que demonstrarem interesse; com vistas a estabelecer uma maior margem de negociação no certame e, também, para mensurar, em estimativa aproximada, a dimensão do pleito;
b. Disponibilização dos meios pertinentes, sejam físicos ou eletrônicos, para a realização da pesquisa de mercado e da pesquisa de preços, as quais possibilitam a mensuração da dimensão do pleito e a verificação da aproximação do trabalho às práticas vigentes no mercado;

A presente demanda é proveitosa na medida em que se identifica que o serviço de locação de veículos, de forma a atender satisfatoriamente o Interesse Público, constituem uma necessidade em comum dos Municípios consorciados e do próprio Consórcio. Pelo exposto até aqui, os resultados pretendidos são:

a. O atendimento satisfatório da contratação;
b. O alcance de uma larga racionalização e economia aos gastos públicos;
c. A preservação do caráter ininterrupto das atividades administrativas e operacionais do CIMVALPI;
d. A prevenção de riscos ao Erário; e
e. O alcance de indicadores para a medição e aperfeiçoamento da gestão.

20) PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO;

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 11A4.5H00.251K.E767.1244 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

20.1. A Administração do Consórcio Intermunicipal e Multissetorial do Vale do Piranga, objetivando a necessidade de contratação de empresa especializada em locação de veículos irá licitar o serviço. Após os resultados, será elaborado Termo de Referência, Publicação de Edital, a após os tramites da disputa, celebração de contrato.

20.2. Haverá necessidade de indicar servidores para a correta fiscalização do contrato em tela, evitando-se vícios ou desvios de conduta, bem como garantir o cumprimento das metas de eficiência e eficácia necessárias para o atendimento do objeto dessa contratação.

21) DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL

21.1. Sob inteira responsabilidade da contratante, realizar manutenção preventiva e corretiva dos veículos, de acordo com as recomendações do fabricante, bem como substituição e descarte adequado de pneus, fluidos e lubrificantes.

21.2. Manutenção da regulagem dos veículos para que sejam minimizados os níveis de emissão de poluentes, visando contribuir com o atendimento dos programas de qualidade do ar, observados os limites máximos de emissão de gases, conforme legislação vigente.

22) PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÃO:

O CIMVALPI, no presente momento, se encontra com o plano anual de contratações vigente, conforme IN 30/2024.

23) CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Nos termos do art. 47, inc. II da Lei 14.133/21, a opção pelo critério de julgamento por item é obrigatória e deve ser aplicada sempre que se comprovar técnica e economicamente viável a sua adoção, a fim de ampliar a competitividade sem perda da economia de escala, como no caso em tela, será realizado por meio de pregão eletrônico através de menor preço por item.

Ponte Nova, 16 de maio de 2024.

João Paulo Ferreira
Gerente Administrativo

Hilton Antônio de Oliveira
Responsável pela Revisão

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 11A4.5H00.251K.E767.1244 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://cisancapixaba.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Oficial de Assessoramento Jurídico

Cod. de Autenticidade do Doc.: 11A4.5H00.251K.E767.1244 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Assinaturas do Documento

Documento Assinado Eletronicamente por **HILTON ANTONIO DE OLIVEIRA**, **CPF:** 042.21*.**6-*7 em **23/05/2024 11:13:35**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **1128.2813.2356.V26V.3256**, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.

Documento Assinado Eletronicamente por **JOAO PAULO FERREIRA**, **CPF:** 052.42*.**6-*3 em **23/05/2024 11:00:51**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **11V0.8K00.8517.E363.1012**, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.

Informações do Documento

ID do Documento: **666.604** - Tipo de Documento: **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - RETIFICADO**.

Elaborado por **JOAO PAULO FERREIRA**, **CPF:** 052.42*.**6-*3 , em **23/05/2024 - 11:00:51**

Código de Autenticidade deste Documento: 11A4.5H00.251K.E767.1244

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
https://zeropapel.cimvalpi.mg.gov.br/verdocumento

Cod. de Autenticidade do Doc.: 11A4.5H00.251K.E767.1244 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://cimvalpi.mg.gov.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

MINUTA DE EDITAL

PROCEDIMENTO AUXILIAR DE REGISTRO DE PREÇOS
CONSÓRCIO CIMVALPI

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

1.1.1. Procedimento auxiliar de registro de preços, conforme especificação sumária do objeto constante do Anexo I CEE 01 (cláusula de condição específica do edital CEE 01), observado o detalhamento do objeto constante do termo de referência, anexo IV deste edital.

1.2. DADOS DE AUTUAÇÃO DO PROCESSO

1.2.1. Número do processo administrativo: Anexo I – CEE 1.2.
1.2.2. Data autuação processo administrativo: Anexo I – CEE 1.2
1.2.3. Tipo de procedimento: Procedimento Auxiliar de Registro de Preços
1.2.4. Número do tipo de procedimento: Anexo I – CEE 1.2

1.3. PADRONIZAÇÃO DO EDITAL

1.3.1. Em conformidade com o permissivo do inciso IV do *caput* do art. 19 e §1° do art. 25 da Lei n° 14.133/2021 é adotada minuta padronizada de edital, previamente aprovada pelos órgãos de controle e jurídico do CIMVALPI.
1.3.2. Dado o enquadramento do objeto no conceito inserto no inciso XIII do *caput* do art. 6° da Lei n° 14.133/2021, são estabelecidas no edital as normas padronizadas de caráter uniforme e geral aplicáveis ao certame e no Anexo I as especificidades do processo da licitação e do objeto – CONDIÇÕES ESPECIFICAS DO EDITAL (CEE).

1.4. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

1.4.1. O objeto deste certame possui padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no Anexo IV do edital, se enquadrando no conceito legal de bens e serviços comuns conforme inciso XIII do *caput* do art. 6° da Lei n° 14.133/2021.

1.5. NORMAS APLICÁVEIS

1.5.1. Lei n° 14.133/2021
1.5.2. Lei n° 11.107/2005
1.5.3. Decreto n° 6.007/2007
1.5.4. Estatuto e Contrato do consórcio público
1.5.5. Normas regulamentadoras da lei n° 14.133/2021 expedidas pelo consórcio disponíveis em: www.cimvalpi.mg.gov.br/instrucoes-normativas
1.5.6. Normas específicas aplicáveis ao objeto do certame constantes do Anexo IV

1.6. PRINCÍPIOS APLICÁVEIS

1.6.1. A motivação de atos expedidos e a fundamentação de decisões prolatadas no âmbito do processo administrativo a que se vincula o presente ato convocatório, deverão observar:
1.6.1.1. O princípio do formalismo moderado;
1.6.1.2. Os princípios Insertos no art. 5° da Lei n° 14.133/2021;
1.6.1.3. As disposições constantes do decreto-lei n° 4.657/1942;

Rua Jaime Pereira, n° 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pmsanagustinho.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

1.7. DISPONIBILIZAÇÃO EDITAL

1.7.1. O edital e seus anexos se encontram disponíveis para consulta no endereço eletrônico: https://cimvalpi.mg.gov.br

1.7.2. Os pedidos de esclarecimentos e informações e as impugnações e recursos deverão ser formalizadas conforme Anexo I CEE 03

1.8. INTIMAÇÕES E COMUNICAÇÕES DO PROCESSO

Eventuais comunicações e/ou intimações referentes ao andamento do presente instrumento convocatório serão formalizadas aos licitantes e demais interessados através de publicação no Diário Oficial do Consórcio disponível no endereço: https://diariooficial.cimvalpi.mg.gov.br

1.9. LOCAL, DATA E HORÁRIO DA LICITAÇÃO

1.9.1. A licitação será realizada em meio eletrônico, observadas as condições de segurança, criptografia e autenticação em plataforma eletrônica indicada no Anexo I CEE 04.

1.9.2. A sessão pública será aberta na data e horário indicados no Anexo I CEE 05.

1.9.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do em sentido contrário.

1.9.4. A referência temporal será o horário oficial de Brasília/DF.

2. PARTICIPAÇÃO

2.1. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1.1. Respeitadas as condições normativas próprias e as constantes deste Edital, poderá participar desta licitação o interessado que promova o credenciamento na forma do item 04 deste edital, atenda aos requisitos de habilitação e qualificação constantes do edital e, ainda, de forma complementar, atenda as seguintes condições:

2.1.1.1. Seja pessoa jurídica legalmente estabelecida no País e possua objeto constante de contrato social ou ato constitutivo equivalente compatível com o objeto da licitação;

2.1.1.2. Consórcio, desde que previsto no Anexo I – CEE 06;

2.1.1.3. Empresa estrangeira, desde que apresente decreto de autorização para funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir e, ainda, atenda às exigências de habilitação mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por Tradutor Público e Intérprete Comercial, devendo ter representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

2.2. VEDAÇÕES

2.2.1. Não poderá participar direta ou indiretamente desta licitação o licitante enquadrado em qualquer das seguintes hipóteses:

2.2.1.1. Que esteja impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, na forma do art. 7° da Lei n° 10.520/02 pelo período correspondente ao cumprimento da penalidade;

Rua Jaime Pereira, n° 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://gisamunicipio.com.br/verificador/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

2.2.1.2. Que esteja impedido de licitar ou contratar com os Municípios consorciados e/ou com o Consórcio, nos termos do art. 87, *caput,* inciso III da Lei nº 8666/93 pelo período correspondente ao cumprimento da penalidade;
2.2.1.3. Que tenha sido declarado inidôneo, nos termos do art. 87, *caput,* inciso IV da Lei nº 8666/93 pelo período correspondente ao cumprimento da penalidade;
2.2.1.4. Que esteja de impedido de licitar e contratar ou declarados inidôneos, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 pelo período correspondente ao cumprimento da penalidade ou de reabilitação devidamente comprovada nos termos do art. 163 da citada lei nº 14.133/2021.
2.2.1.5. Empresa proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei n.º 9.605/1998 pelo período correspondente ao cumprimento da penalidade;
2.2.1.6. Empresa proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/1992 pelo período correspondente ao cumprimento da penalidade;
2.2.1.7. Com decretação de falência, em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, exceto se houver decisão judicial específica autorizando sua participação neste certame, e se comprovada a capacidade econômica de arcar com o cumprimento do objeto contratual.
2.2.1.8. Submisso a concurso de credores, em liquidação ou em dissolução;
2.2.1.9. Em que o ramo de atividade não seja pertinente ou compatível com o objeto desta licitação.
2.2.1.10. Nas hipóteses de vedação constantes do art. 14 da Lei nº 14.133/2021.
2.2.1.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.
2.2.1.12. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendido aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.
2.2.2. Nenhum licitante poderá participar desta licitação com mais de uma proposta por lote.
2.2.3. As vedações de que tratam os itens 2.2.1.1 a 2.2.1.6 o item 2.7.4 serão também aplicadas ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
2.2.4. A observância das vedações supra é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

2.3. PARTICIPAÇÃO DIFERENCIADA DE ME´S E EPP´S

2.3.1. A participação do presente certame em relação as ME´s e EPP´s ocorrerá de forma diferenciada conforme respectiva indicação:
2.3.1.1. No Anexo I CEE 07 em relação ao desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional (art. 47 da LC 123/06) se indicado no referido item;
2.3.1.2. No Anexo I CEE 08 em relação a participação ampla ou restrita de ME´s e EPP´s desde que previsto no referido item e na proporção/parcela ali indicada.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pmsanagustinho.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

2.3.1.3. No Anexo I CEE 09 quanto a obrigação de subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno se indicado no referido item.

2.4. DISPOSIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

2.4.1. A participação na presente licitação implica:

2.4.1.1. A aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do procedimento.

2.4.1.2. Autorização de tratamento de dados constantes das propostas apresentadas e dos documentos de habilitação e qualificação da empresa participante, inclusive os eventuais tratamentos de dados pessoais na forma do art. 7°, *caput,* inciso I da lei n° 13.709/2018 mediante divulgação em sítio eletrônico de transparência para fins de reprodução, na íntegra, de todo o processo de licitação instaurado e desenvolvido.

3. ENTE PÚBLICO GERENCIADOR E ENTES PÚBLICOS PARTICIPANTES

3.1. O Ente Público gerenciador da ata de registro de preços é o CIMVALPI sendo que nos termos do art. 86 da Lei n° 14.133/2021 integram o presente ato convocatório, na condição de Entes públicos participantes, os órgãos ou entidades e respectivas indicações, quantidades e valores que se encontram indicados no Anexo I CEE 10.

3.2. O objeto deste ato convocatório, nos termos do art. 181 da Lei n° 14.133/2021, atenderá, por delegação prevista no art. 13 da Lei n° 11.107/2005, os Municípios consorciados que se encontram indicados no Anexo I CEE 11.

4. CREDENCIAMENTO

4.1. O registro de preços será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.

4.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação do registro de preços regulado por este ato convocatório deverão dispor de chave de identificação ou "login" e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do sítio da plataforma eletrônica indicada no Anexo I CEE 04.

4.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao CIMVALPI, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.

4.4. O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao procedimento de registro de preços na forma eletrônica.

4.5. A participação se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.

4.6. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

Rua Jaime Pereira, n° 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://gisamunicipio.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

4.7. É de responsabilidade do licitante cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas/plataforma indicada no Anexo I CEE 04 e mantê-los atualizados, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
4.8. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
4.9. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. Os licitantes deverão encaminhar proposta inicial até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, exclusivamente no sistema eletrônico referido no Anexo I CEE 04, quando se encerrará a fase de recebimento de propostas.
5.2. O licitante deverá apresentar a proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos e/ou informações:
5.2.1. Valor unitário e total do item (sendo consideradas até 02 casas decimais após a vírgula, salvo se o Anexo II indicar número maior);
5.2.2. Marca dos produtos ofertados e respectivo modelo, quando cabíveis.
5.2.3. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência – Anexo IV, indicando, no que for aplicável: modelo, prazo de garantia etc.
5.2.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.
5.3. As propostas deverão ter prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias a contar da data da abertura da licitação.
5.3.1. Se não constar o prazo de validade, entende-se 60 (sessenta) dias.
5.4. A proposta final deverá manter inalteradas as características, bem como a marca e modelo indicados no item 5.2.
5.5. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos no Anexo IV Termo de Referência.
5.5.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Anexo IV Termo de referência.
5.6. No momento do envio da proposta, o licitante deverá prestar, por meio do sistema eletrônico, as seguintes declarações:

- ✓ Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos cumprem plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a minha participação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrência posterior.
- ✓ Declaro para fins do disposto no inciso VI do *caput* do art. 68, da Lei nº 14.133/2021, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://oficinadigital.com.br/verificar com o código D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

✓ Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

✓ Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º, e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.

✓ Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 15 da lei nº 14.133/2021.

✓ Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

✓ Declaro que cumpro os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, se for o caso.

✓ Declaro que assumo o compromisso de guardar todos os documentos originais/autenticados, anexados eletronicamente ou apresentados para digitalização, se for o caso, pelo prazo de 10 (dez) anos, e apresentá-los quando requeridos pelo CIMVALPI.

✓ Declaro que os documentos anexados eletronicamente ou apresentados para digitalização, se for o caso, são fiéis aos originais e válidos para todos os efeitos legais, incorrendo nas sanções legais em caso de declaração falsa, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal.

✓ Autorizo o tratamento de dados constantes das propostas apresentadas e dos documentos de habilitação e qualificação da empresa participante, inclusive os eventuais tratamentos de dados pessoais na forma do art. 7º, *caput,* inciso I da lei nº 13.709/2018 desde que seja efetivado mediante divulgação em sítio eletrônico de transparência para fins de reprodução, na íntegra, de todo o processo de licitação instaurado e desenvolvido.

5.7. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.8.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.8.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pmsanagustinho.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.9. As declarações mencionadas no item 5.6, e nos itens 5.7 e 5.8 conforme o caso, são condicionantes para a participação do certame.

5.10. Nos casos de emissão de declaração falsa, o licitante estará sujeito às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital, sem prejuízo das sanções de caráter penal.

5.11. Após a abertura da sessão, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo resultante de fato superveniente e aceito pelo agente de contratação.

5.12. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital, que forem omissas ou apresentarem irregularidades.

5.13. O preço proposto será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.14. Não será admitida a subcontratação, salvo nos casos em que houver serviço agregado ao fornecimento do bem, limitados ao serviço, desde que previsto no Anexo I – CEE 13 e, ainda, na hipótese do Anexo I CEE 09.

5.15. Os licitantes deverão consignar o valor da proposta, conforme indicado no Anexo I CEE 12, já consideradas inclusas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.16. A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo o licitante pleitear acréscimo após a abertura da sessão pública.

5.17. É de inteira responsabilidade do licitante obter dos órgãos competentes informações sobre a incidência ou não de tributos de qualquer natureza relativos ao objeto desta licitação, nos mercados interno e/ou externo, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária, ou outras correlatas.

5.17.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.17.2. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.17.3. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.18. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

5.19. A fase de habilitação poderá anteceder as fases de apresentação de propostas, lances caso indicado no Anexo I CEE 14.

5.19.1. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item 5.1,

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pmsanagustinho.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto ou retorno econômico.

5.20. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.21. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante (na hipótese de inversão fases – item 5.18), o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.22. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.22.1. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo consórcio ou de sua desconexão.

5.22.2. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.22.3. O licitante deverá comunicar imediatamente qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5.22.4. Deverá ser observado pelo licitante a obrigação constante do item 8.16.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no Anexo I CEE 04 e CEE 05.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o agente de contratação e os licitantes.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://gisa.nsgi.com.br/verificador/ e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://gisa.nsgi.com.br/verificador/ e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

6.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
6.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor respectivo constante do Anexo IV Termo de Referência.
6.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
6.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
6.12. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá observar o Anexo I CEE 15.
6.13. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
6.14. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado indicado no Anexo I CEE 16.
6.15. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
6.16. A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez)** minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **02 (dois)** minutos do período de duração da sessão pública.
6.17. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de **02 (dois)** minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
6.18. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
6.19. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
6.20. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
6.21. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
6.22. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 minutos sendo que após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até **10 (dez) minutos**, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
6.23. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10%

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pmsanagustinho.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

(dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até **05 (cinco)** minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.24. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.25. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até **05 (cinco)** minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.26. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.27. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.28. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.27. Poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.29. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.30. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.31. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.32. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.33. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.34. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.35. No caso de desconexão com o agente de contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.36. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o agente de contratação persistir por tempo superior a **10 (dez)** minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas **24 (vinte e quatro)** horas da comunicação do fato pelo agente de contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.37. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://assinador.iti.br/assinatura/index.xhtml e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://assinador.iti.br/validacao/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

6.38. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial.
6.38.1. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.
6.39. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
6.40. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **05 (cinco)** minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
6.41. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
6.42. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
6.43. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
6.44. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
6.44.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
6.44.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
6.44.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
6.44.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
6.45. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
6.45.1. Empresas estabelecidas no território do CIMVALPI integrado pela soma dos territórios dos Entes consorciados conforme disposto no Anexo I CEE 17;
6.45.2. Em sequência, empresas estabelecidas no estado de Minas Gerais;
6.45.3. Em sequência empresas brasileiras;
6.45.4. Em sequência empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://assinador.com.br/verificar e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://assinador.com.br/verificar/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

6.45.5. E, por fim, em sequência empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
6.46. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
6.47. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
6.48. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
6.49. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
6.50. O agente de contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02 (duas)** horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
6.51. É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
6.52. Após a negociação do preço, o agente de contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta, devendo ser observado o item 8.16.

7. NEGOCIAÇÃO

7.1. Após o encerramento da etapa de lances e da aplicação do empate ficto, se for o caso, o agente de contratação poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, visando a que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento estabelecido, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital.
7.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8. DA ACEITABILIDADE E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. Encerrada a fase de negociação, o agente de contratação procederá a consulta com a finalidade de verificar se o licitante classificado em primeiro lugar não incorre em nenhuma das hipóteses de vedação de participação do certame, conforme redação do item 2.2, especialmente quanto a realização de consulta consolidada do licitante pessoa jurídica disponibilizada pelo Tribunal de Contas da União – TCU quanto licitantes inidôneos (TCU); condenações cíveis por ato de improbidade administrativa e inelegibilidade (CNJ); empresas inidôneas e suspensas (CEIS - CGU) e empresa punidas (CNEP- GCU) através do endereço eletrônico/URL: https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/
8.1.1. Na hipótese de a consulta indicar a existência de fato impeditivo à participação do certame, o licitante será convocado para manifestação pelo prazo

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas, acesse https://assinador.iti.br/assinador/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

mínimo de **30 (trinta)** minutos, e caso não seja apresentada justificativa que permita afastar o impedimento, o licitante será declarado desclassificado por falta de condição de requisito objetivo à participação.

8.2. Atendidas as condições de participação, na forma dos itens precedentes, o licitante classificado em primeiro lugar, por convocação e no prazo definido pelo agente de contratação de, no mínimo **02 (duas) horas**, deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao valor proposto, por meio eletrônico no endereço constante do Anexo I CEE 04.

8.3. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação solicitada, será desclassificado e estará sujeito às sanções previstas neste Edital.

8.4. O agente de contratação poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal e terceirizados do CIMVALPI, para orientar sua decisão.

8.5. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

8.6. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie expressamente à parcela ou à totalidade de remuneração.

8.7. Na verificação da conformidade da melhor proposta apresentada com os requisitos deste Edital, será desclassificada aquela que:

8.7.1. Não atenda às exigências do ato convocatório da licitação, incluídas as especificações contidas no Anexo IV – Termo de Referência, desde que insanável.

8.7.2. Apresentar preços em desacordo com os critérios de aceitabilidade estabelecidos no Anexo I – CEE 18.

8.7.3. Apresentar preços manifestamente inexequíveis não comprovando sua exequibilidade, observados os critérios indicados no Anexo I – CEE 19.

8.8. Em caso de divergência entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso.

8.9. O consórcio concederá ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.

8.10. O agente de contratação poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante a sua demonstração;

8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, o agente de contratação poderá adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

8.11.1. Questionamentos junto ao licitante para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade.

8.11.2. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas.

8.11.3. Verificação de outros contratos que o licitante mantenha com a Administração Pública ou com a iniciativa privada.

8.11.4. Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes.

8.11.5. Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo licitante.

8.11.6. Estudos setoriais.

8.11.7. Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o licitante disponha para o fornecimento.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://assinador.iti.br/assinatura/index.xhtml e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://assinador.iti.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

8.11.8. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.
8.12. Será considerada inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.
8.13. Caso o Anexo IV - Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
8.13.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
8.13.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
8.13.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo agente de contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas no Anexo IV – Termo de Referência, a proposta do licitante será recusada.
8.13.4. Se a amostra apresentada pelo primeiro classificado não for aceita, o agente de contratação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado.
8.13.4.1. Seguir-se-á com a verificação da amostra e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Anexo IV - Termo de Referência.
8.14. Será vencedor o licitante que atender a íntegra do Edital e ofertar o menor preço ou o maior desconto ou retorno econômico, considerando o critério de julgamento previsto no Anexo I – CEE 18.
8.15. A classificação dos lances apresentados, a indicação da proposta vencedora e demais informações relativas à sessão pública constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.
8.16. Concluídas as providências do item 8.15, competirá ao licitante vencedor e aos demais licitantes participantes no cadastro de reserva da ata de registro de preços, providenciar, na plataforma eletrônica do certame, a geração do arquivo em formato PDF referente a proposta final, devendo ainda providenciar pelos próprios meios a assinatura qualificada prevista no art. 4º, caput, inciso III da Lei 14063/2020, encaminhando ao pregoeiro por intermédio da própria plataforma eletrônica de realização do certame.

9. HABILITAÇÃO

9.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
9.2. Documentos Relativos à Habilitação Jurídica:
9.2.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://assinador.iti.br/assinatura/index.xhtml ou verifique em https://verificador.iti.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

9.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
9.2.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
9.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
9.3. Documentos Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:
9.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
9.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, mediante apresentação do comprovante de inscrição ou outro documento hábil expedido pela respectiva fazenda pública que indique o número da inscrição.
9.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede do licitante;
9.3.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
9.3.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
9.4. Documentos Relativos à Qualificação Técnica:
9.4.1. A comprovação de aptidão para o fornecimento do objeto se dará mediante apresentação da documentação constante do Anexo I CEE 20, se indicado.
9.5. Documentos Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:
9.6. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.
9.7. Demais documentos constantes do Anexo I CEE 21.
9.8. A entrega da documentação física original ou autenticada fica dispensada, podendo ser solicitada a qualquer momento em prazo estabelecido pelo agente de contratação, observada a sua guarda pelo agente de contratação pelo prazo de 10 (dez) anos.
9.9. 9. A documentação física original ou autenticada, quando solicitada deverá ser encaminhada ao endereço indicado no Anexo I – CEE 22.
9.10. Na falta de consignação do prazo de validade dos documentos, exceto item 9.2 e subitens, serão considerados válidos pelo prazo de 90 (noventa) dias contados da data de sua emissão.
9.11. Os documentos referentes à habilitação do licitante deverão estar válidos no dia de abertura da sessão pública.
9.12. Caso a data do julgamento da habilitação não coincidir com a da abertura da sessão, e não for possível ao agente de contratação verificar esta condição por meio de consulta a sites oficiais, o licitante será convocado a encaminhar no prazo de no mínimo **02 (duas)** horas, documento válido que comprove sua condição de habilitação na data da convocação, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://assinador.iti.br/assinatura/index.xhtml e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://assinador.iti.br/validacao/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

quanto à comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

9.13. Quando da apreciação dos documentos para habilitação, o agente de contratação procederá ao que segue:

9.13.1. Se os documentos para habilitação não estiverem completos e corretos, ou contrariarem qualquer dispositivo deste Edital, o agente de contratação considerará o licitante inabilitado;

9.13.2. No caso de inabilitação do primeiro classificado, serão retomados os procedimentos, respeitada a ordem de classificação do licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, e assim sucessivamente, até que sejam atendidas as condições do Edital.

9.14. Os licitantes remanescentes ficam obrigados a atender à convocação e a assinar, quando for o caso, a ata de registro de preços e o contrato no prazo fixado pelo consórcio, ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa.

10. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

10.1. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

10.1.1. Os esclarecimentos quanto ao edital poderão ser solicitados ao agente de contratação em até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da licitação, conforme informado no Anexo I – CEE 23.

10.1.2. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.1.2.1. As impugnações ao Edital deverão ser dirigidas ao agente de contratação nos endereços indicados no Anexo I – CEE 24.

10.1.2.2. O licitante que apresentar impugnação deverá encaminhar suas razões fundamentadas ao agente de contratação, que responderá e submeterá à aprovação da autoridade competente.

10.1.2.3. A impugnação feita tempestivamente não impedirá o licitante de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

10.1.2.4. Acolhida a impugnação contra o instrumento convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame, quando da resposta resultar alteração que interfira na elaboração da proposta.

10.1.3. Decairá do direito de impugnação ao Edital ou de solicitar esclarecimento o licitante ou interessando que não se manifestar no prazo e forma estabelecidos nos itens 10.1 e 10.2.

10.1.4. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada na forma do item 1.8 deste edital no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.1.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.1.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://assinador.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

10.2. RECURSOS

10.2.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021 e, de forma complementar, o regulamento expedido pelo CIMVALPI disponível no endereço eletrônico/URL indicado no item 1.5.5.

10.2.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.2.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.2.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

10.2.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

10.2.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.2.5. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema eletrônico/plataforma responsável pela realização do certame.

10.2.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.2.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.2.8. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, na forma do item 1.8 do edital, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.2.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.2.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.2.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico indicado no Anexo I – CEE 25.

11. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do agente de contratação, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

11.2. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

11.3. Os atos de adjudicação e homologação observarão a forma e procedimento estabelecidos nos regulamentos expedidos pelo CIMVALPI disponíveis no endereço eletrônico/URL indicado no item 1.5.5.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://etcm.tcemg.tc.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

12. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATO

12.1. O licitante vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da convocação para assinatura da ata de registro de preços junto ao órgão gerenciador, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de não atendimento da demanda.

12.1.1. O prazo previsto poderá ser prorrogado, por justo motivo, a critério do CIMVALPI, mediante solicitação fundamentada do interessado.

12.2. A assinatura da ata de registro de preços será realizada, preferencialmente, de forma eletrônica, nos termos da lei nº 14.630/2020.

12.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de acordo com o estabelecido no Anexo I – CEE 26.

12.4. O início da vigência da Ata de Registro de Preços será de acordo com o estabelecido no Anexo I – CEE 27.

12.5. A ata de registro de preços observará a minuta constante de Anexo do edital.

12.6. A formalização de contrato observará a minuta consta de Anexo do edital, as disposições constantes neste item 12 e, por fim, o regulamento expedido pelo CIMVALPI disponível no endereço eletrônico/IURL indicado no item 1.5.5.

13. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

13.1. A fiscalização e a gestão da execução do contrato competirão, respectivamente, ao fiscal e ao gestor de contrato indicados no Anexo IV – Termo de Referência ou na Ata de Registro de Preços ou no termo de contrato a ser firmado.

13.2. A fiscalização e a gestão do contrato observarão o regulamento específico fiscalização e de gestão de contratos expedidos pelo CIMVALPI disponível no endereço eletrônico/URL indicado no item 1.5.5 deste edital.

14. ENTREGA DO OBJETO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1. A atividade de recebimento é condição prévia e essencial ao pagamento da contraprestação pelo CIMVALPI do fornecimento do objeto, representando a confirmação de que o objeto do contrato foi efetivamente executado em conformidade com os requisitos qualitativos, quantitativos, bem como o preço, a forma e prazo estipulados.

14.2. O recebimento será realizado com obediência às regras previstas no Anexo IV – Termo de Referência, observadas as seguintes diretrizes:

14.2.1. Em se tratando de compras, locação de equipamentos e bens, serviços profissionais não enquadrados como de engenharia:

14.2.2. Provisoriamente, pelo fiscal designado na ata de registro de preços e/ou no contrato, mediante relatório lançado no documento fiscal ou similar, que ateste a qualidade, especificação e quantidade do material, bem, serviço ou locação e sua aceitação, no prazo estipulado no contrato;

14.2.3. Definitivamente, a cargo do gestor de contrato designado por ato formal expedido pelo CIMVALPI, com base na verificação do trabalho realizado pela fiscalização.

14.3. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://assinador.iti.br/assinatura/index.xhtml ou leia o código QR com seu celular.
Validação deste documento pode ser feita em https://assinador.iti.br/assinatura/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

14.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.
14.5. Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão definidos na ata de registro de preços e/ou no contrato.
14.6. O pagamento será realizado somente após a conclusão da fase de liquidação da despesa.
14.6.1. Na realização dos pagamentos deverão ser observadas as disposições dos arts. 141 a 146 da Lei nº 14.133/2021 e, de forma complementar, os regulamentos expedidos pelo CIMVALPI referentes à fiscalização e gestão de contratos e ao recebimento provisório e definitivo, conforme endereço eletrônico indicado no item 1.5.5.
14.6.2. São documentos para fins de liquidação e pagamento:
14.6.2.1. Nota fiscal;
14.6.2.2. Fatura de locação;
14.6.2.3. Recibo de pagamento autônomo;
14.6.2.4. Nota de liquidação e pagamento;
14.6.3. Os processos de pagamento devem ser instruídos com os documentos que habilitem a correspondente liquidação e pagamento.
14.6.4. Competirá ao gestor de contratos promover junto a autoridade administrativa competente a formalização da liquidação do empenho para fins de pagamento, devendo apurar:
14.6.4.1. A origem e o objeto do que se deve pagar;
14.6.4.2. A importância exata a pagar;
14.6.4.3. A quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação.
14.6.4.4. A comprovação da regular prestação do objeto contratado.

15. REAJUSTAMENTO E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

15.1. O reajustamento da ata de registro de preços e/ou do contrato ocorrerá a cada período de 12 (doze) meses, adotando por referência a data de formalização da proposta.
15.2. O reajustamento adotará o índice indicado no Anexo I – CEE 28 acumulado no período indicado no item anterior.
15.3. O reequilíbrio econômico-financeiro da ata de registro de preços e/ou do contrato, conforme o caso, observará a matriz de riscos indicada no item 16.

16. MATRIZ DE RISCOS

16.1. O contrato poderá identificar os riscos contratuais previstos e presumíveis e prever matriz de alocação de riscos, alocando-os entre contratante e contratado, mediante indicação daqueles a serem assumidos pelo CIMVALPI ou pelo contratado ou daqueles a serem compartilhados.
16.2. A alocação de riscos de que trata o item precedente considerará, em compatibilidade com as obrigações e os encargos atribuídos às partes no contrato,

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://assinador.iti.br/assinador/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

a natureza do risco, o beneficiário das prestações a que se vincula e a capacidade de cada parte para melhor gerenciá-lo.

16.3. Os riscos que tenham cobertura oferecida por seguradoras serão preferencialmente transferidos ao contratado.

16.4. A alocação dos riscos contratuais será quantificada para fins de projeção dos reflexos de seus custos no valor estimado da contratação.

16.5. A matriz de alocação de riscos definirá o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em relação a eventos supervenientes e deverá ser observada na solução de eventuais pleitos das partes.

16.6. Sempre que atendidas as condições do contrato e da matriz de alocação de riscos, será considerado mantido o equilíbrio econômico-financeiro, renunciando as partes aos pedidos de restabelecimento do equilíbrio relacionados aos riscos assumidos, exceto no que se refere:

16.6.1. Às alterações unilaterais determinadas pela Administração.

16.6.2. Ao aumento ou à redução, por legislação superveniente, dos tributos diretamente pagos pelo contratado em decorrência do contrato.

16.7. São aplicáveis a alocação de riscos as normas e regulamentos expedidos pelo CIMVALPI disponíveis no endereço eletrônico/URL indicado no item 1.5.5.

17. GARANTIAS

17.1. A formalização de garantia observará o disposto nos arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021 e, de forma complementar, o regulamento expedido pelo CIMVALPI constante de endereço eletrônico/URL indicada no item 1.5.5.

17.2. A critério do CIMVALPI, poderá ser exigida garantia, mediante indicação no Anexo I – CEE 29.

17.3. Serão admitidas as seguintes modalidades de garantia:

17.3.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

17.3.2. Seguro-garantia;

17.3.3. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

17.4. A garantia observará os seguintes percentuais calculados sobre o valor do contrato:

17.4.1. Até 5% (cinco por cento) nas contratações de serviços e fornecimentos;

17.4.2. Até 10% (dez por cento) nas contratações em que exista justificativa decorrente de complexidade técnica e dos riscos envolvidos conforme indicação constante da matriz de riscos;

17.5. O **CIMVALPI** poderá exigir a prestação de garantia adicional como condição para o pagamento antecipado.

17.5.1. O valor da garantia oferecida corresponderá, em regra, à integralidade do valor previsto como pagamento antecipado na hipótese do item 17.4.

17.6. O valor da garantia poderá ser reduzido com base na matriz de riscos do contrato.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas, acesse https://assinador.iti.br e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar as assinaturas deste documento, acesse https://assinador.iti.br e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

18. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Nos termos dos arts. 155 a 162 da Lei nº 14.133/2021, serão aplicadas as sanções administrativas nas seguintes hipóteses:
18.1.1. Advertência, aplicável ao responsável que der causa à inexecução parcial do contrato quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
18.1.2. Impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, aplicável ao responsável que:
18.1.2.1. Incorrer na inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CIMVALPI, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
18.1.2.2. Incorrer na inexecução total do contrato;
18.1.2.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
18.1.2.4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
18.1.2.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.1.2.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
18.1.3. Declaração de idoneidade para licitar ou contratar, aplicável ao responsável que:
18.1.3.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
18.1.3.2. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
18.1.3.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
18.1.3.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
18.1.3.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013[1];

[1] Lei nº 12.846/2013:
[...]
Art. 5º Constituem atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, para os fins desta Lei, todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas mencionadas no parágrafo único do art. 1º , que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, assim definidos:
I - Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
II - Comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei;
III - comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
IV - No tocante a licitações e contratos:
a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
V - Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.
§ 1º Considera-se administração pública estrangeira os órgãos e entidades estatais ou representações diplomáticas de país estrangeiro, de qualquer nível ou esfera de governo, bem como as pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro.
§ 2º Para os efeitos desta Lei, equiparam-se à administração pública estrangeira as organizações públicas internacionais.
§ 3º Considera-se agente público estrangeiro, para os fins desta Lei, quem, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, exerça cargo, emprego ou função pública em órgãos, entidades estatais ou em representações diplomáticas de país estrangeiro, assim como em pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro ou em organizações públicas internacionais.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas, acesse https://assinaturas.ibpo.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

18.1.3.6. Nas infrações administrativas indicadas no subitem 18.1.2 e subitens que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar.
18.1.4. Multa, a ser aplicada ao responsável que der causa a infrações administrativas será calculada observando o valor mínimo de 0,5% (meio por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor estimado para a licitação, da ata registrada ou do contrato licitado ou celebrado no caso de contratação direta na hipótese do responsável que der causa a infrações administrativas puníveis com as sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade indicadas neste edital, observada a cumulação de aplicação de sanções prevista no §7° do art. 156 da Lei n° 14.133/2021.
18.1.4.1. Sem prejuízo de aplicação do disposto no item 18.1.4, será aplicável a penalidade de multa:
18.1.4.1.1. Igual ou superior a 0,5% (meio por cento) e igual ou inferior a 15% (quinze por cento) para as seguintes infrações administrativas:
18.1.4.1.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
18.1.4.1.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
18.1.4.1.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
18.1.4.1.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
18.1.4.1.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
18.1.4.1.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;
18.1.4.1.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
18.1.4.1.1.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.1.4.1.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
18.1.4.1.2. Superior a 15% (quinze por cento) e inferior ou igual a 30% (trinta por cento) para as seguintes infrações administrativas:
18.1.4.1.2.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
18.1.4.1.2.2. Fraudar a licitação.
18.1.4.1.2.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
18.1.4.1.2.3.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei.
18.1.4.1.2.3.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento.
18.1.4.1.2.3.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
18.1.4.1.2.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
18.1.4.1.2.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.
18.2. A sanção administrativa de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito do CIMVALPI pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

Rua Jaime Pereira, n° 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://assinador.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

18.3. A sanção administrativa de inidoneidade para licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração direta e indireta de todos os Entes públicos da federação pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.
18.4. Se o valor aplicado pela sanção, somado às indenizações cabíveis, ultrapassar o valor de pagamento eventualmente devido pelo CIMVALPI ao contratado, será promovida de forma cumulativa:
18.4.1. A compensação da sanção e eventuais indenizações no valor pendente de pagamento ao contratado;
18.4.2. Eventual diferença não compensada no item anterior seja descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
18.5. A aplicação das sanções administrativas previstas neste ato convocatório não exclui, nem afasta, a obrigação de reparação de integral de eventual dano causado ao CIMVALPI.
18.6. A dosimetria das sanções administrativas e o respectivo processo administrativo de apuração e eventual responsabilização mediante aplicação de sanção administrativa observará o regulamento próprio expedido constante de endereço eletrônico no sítio oficial do CIMVALPI indicado no item 1.5.5

19. DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
19.2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse do CIMVALPI, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação e aos demais princípios indicados no item 1.6 deste edital.
19.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o CIMVALPI não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
19.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, somente se iniciando ou encerrando os prazos em dias de expediente no CIMVALPI.
19.5. Na contagem dos prazos, na hipótese de publicação do ato em mais de um meio, será considerado como parâmetro para a contagem de início do prazo a última publicação realizada.
19.6. É facultado ao agente de contratação ou a autoridade competente, em qualquer fase do processo, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.
19.7. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para fornecimento de produtos, decorrentes desta
19.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
19.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas, acesse https://assinaturas.ibam.org.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

19.10. O agente de contratação, nos processos de licitação em que a modalidade seja o pregão, adotará a indicação/nomenclatura de "PREGOEIRO".
19.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e Anexo I – CEE 25.

20. ANEXOS
20.1. Anexo I – Condições Específicas do Edital – CEE;
20.2. Anexo II – DFD;
20.2.1. Anexo III – Estudo Técnico Preliminar;
20.2.2. Anexo IV – Matriz de Risco
20.2.3. Anexo V – Termo de Referência;
20.3. Anexo VI – Minuta de Ata de Registro de Preços;
20.4. Anexo VII– Minuta de Contrato.

Ponte Nova, xx de xxx de 2024

Richele Ap. Silva de Jesus
Agente de Contratação

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas, acesse https://assinador.iti.br/assinador/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG

CIMVALPI
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA

ANEXO I
CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO EDITAL (CEE)

Cláusula da Condição Específica do Edital (CEE)	Referência	Condição Específica do Edital
CEE 01	Descrição do objeto	Registro de preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos para o transporte de pessoas, materiais, documentos e pequenas cargas, para atender demanda do CIMVALPI e do Município de Dom Silvério.
CEE 02	Dados de atuação do processo	Número do processo administrativo: 07.0098.2024.10 Data autuação processo administrativo: 07/05/2024 Número do tipo de procedimento: Pregão Eletrônico: 010/2024
CEE 03	Pedidos de esclarecimentos, informações, impugnações e recursos	Pedidos de esclarecimentos e informações: https://licitar.digital Impugnações e recursos: https://licitar.digital
CEE 04	Plataforma eletrônica de realização do procedimento	URL da plataforma de disputa: https://licitar.digital
CEE 05	Data e horário sessão pública	Data: XX/XX/2024 Horário: XX:XX h (horário de Brasília)
CEE 06	Empresas participando na forma de consórcio	Pessoas jurídicas poderão participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas contidas no Art. 15 da Lei 14.133/2021.
CEE 07	Desenvolvimento econômico e social local e regional – art. 47 da LC 123/06	Contratação restrita local e/ou regional Não se aplica
CEE 08	Participação ampla e restrita – art. 48, I da LC 123/06	Participação restrita a ME´s e/ou EPP´s: Não se aplica

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG

CEE 09	Subcontratação de ME´s e EPP´s – art. 48, II da LC 123/06	Obrigação de subcontratação de ME´s e EPP´s Não se aplica
CEE 10	Entes Públicos Participantes	Nos termos do art. 86, caput, da Lei n° 14.133/2021: Município de Dom Silvério – MG.
CEE 11	Entes Públicos Consorciados	Se aplica o art. 181 da Lei n° 14.133/2021 visando o atendimento dos seguintes Municípios consorciados: Abre Campo, Acaiaca, Alvinópolis, Amparo do Serra, Araponga, Barra Longa, Cajuri, Canaã, Caputira, Carangola, Coimbra, Congonhas, Desterro de Entre Rios, Diogo de Vasconcelos, Dionísio, Divinésia, Dom Silvério, Guaraciaba, Itabirito, Jequeri, Mariana, Matipó, Oratórios, Ouro Preto, Paula Cândido, Pedra do Anta, Piedade de Ponte Nova, Piranga, Ponte Nova, Porto Firme, Presidente Bernardes, Raul Soares, Rio Casca, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado, Santo Antônio do Grama, São Geraldo, São José do Goiabal, São Miguel do Anta, São Pedro dos Ferros, Sem Peixe, Sericita, Teixeiras, Urucânia, Visconde do Rio Branco e Viçosa.
CEE 12	Formato/descrição da proposta	Menor Preço por Item
CEE 13	Subcontratação	Não será admitida a subcontratação
CEE 14	Inversão fases – Habilitação precedendo apresentação de propostas e lances	Não será aplicada a inversão de fases
CEE 15	Intervalo mínimo de lance	R$ 0,01 (um centavo)
CEE 16	Modo de disputa	Aberto
CEE 17	Território Consórcio	O Território do Consórcio é formado pela soma dos territórios dos seguintes Entes consorciados: Abre Campo, Acaiaca, Alvinópolis, Amparo do Serra, Araponga, Barra Longa, Cajuri, Canaã, Caputira, Carangola, Coimbra, Congonhas, Desterro de Entre Rios, Diogo de Vasconcelos, Dionísio, Divinésia, Dom Silvério, Guaraciaba,

Rua Jaime Pereira, n° 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG

		Itabirito, Jequeri, Mariana, Matipó, Oratórios, Ouro Preto, Paula Cândido, Pedra do Anta, Piedade de Ponte Nova, Piranga, Ponte Nova, Porto Firme, Presidente Bernardes, Raul Soares, Rio Casca, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado, Santo Antônio do Grama, São Geraldo, São José do Goiabal, São Miguel do Anta, São Pedro dos Ferros, Sem Peixe, Sericita, Teixeiras, Urucânia, Visconde do Rio Branco e Viçosa.
CEE 18	Critérios de aceitabilidade de preços	Valor máximo conforme consta no Anexo V - Termo de Referência
CEE 19	Critérios de exequibilidade	A exequibilidade será apurada conforme consta no no item 13.3.1. Anexo V – Termo de Referência
CEE 20	Qualificação Técnica	**Habilitação técnica:** De acordo com as especificaações dos itens 13.7.1.6 a 13.7.1.10 do Anexo V – Termo de Referência
CEE 21	Qualificação econômico-financeira	**a**. Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, observado o prazo de validade da respectiva certidão, considerando tratar-se de haver unidades da federação que dispões de prazos de validade distintos, bem como prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. a.1. Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor. **b**. Balanço patrimonial e demonstração do resultado (DRE) do último exercício social exigível, devidamente assinado pelo responsável legal da empresa e por contador habilitado, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG

		b.1. Para aquelas empresas constituídas a menos de 01 (um) ano ou no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da empresa, devidamente assinados pelo seu representante legal e pelo contador responsável, em cópia autenticada ou via original. **c**. Demonstrações que comprovem a boa situação econômico-financeira da licitante será efetuada com base nos índices e resultados financeiros, extraídos do balanço apresentado na forma acima. a empresa deverá apresentar alternativamente Índice de Liquidez Geral = igual ou superior a 1 (um); Índice de Liquidez Corrente = igual ou superior a 1 (um) ou Comprovação de Patrimônio Líquido ou Capital Social, **com valor igual ou superior a 10% (dez por cento) do total estimado da prestação de serviços para o período de 12 (doze) meses.**
CEE 22	Documentação original ou autenticada	Caso seja necessário, a documentação original ou autenticada deverá ser encaminhada ao seguinte endereço, constando no envelope externo os seguintes dados: ENDEREÇO DE ENCAMINHAMENTO: Rua Jaime Pereira, 127, Bairro Progresso – Ponte Nova – MG CEP: 35.430-186 ENVELOPE DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO/PROPOSTA NÚMERO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO, MODALIDADE E NÚMERO DA MODALIDADE RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE CNPJ OU DOCUMENTO EQUIVALENTE
CEE 23	Esclarecimentos	As solicitações de esclarecimentos exclusivamente de forma eletrônica e deverão ser encaminhadas pela plataforma https://licitar.digital

Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

CIMVALPI
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA

CEE 24	Impugnações	As impugnações ao edital deverão ser encaminhadas da seguinte forma: Eletrônica, através da plataforma https://licitar.digital A impugnação eletrônica deverá conter assinatura que possa identificar o signatário, observado o disposto na Lei nº 14.630/2020. Presencial mediante protocolo no endereço e horário: Rua Jaime Pereira, 127, Bairro Progresso, Ponte Nova – MG CEP:35.430-186
CEE 25	Vista dos autos	A vista dos autos será eletrônica, mediante baixa/download dos arquivos no endereço eletrônico/URL: https://cimvalpi.mg.gov.br/pregao
CEE 26	Prazo de Vigência da Ata de Registro de Preços	O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 meses, podendo ser prorrogada por até mais 12 meses, mediante previa e formal justificativa de interesse Público da manutenção da ata, vantajosidade de preços, e existência de saldo.
CEE 27	Início vigência da ata de registro de preços	A ata de registro de preços vigorará a partir da data de sua publicação.
CEE 28	Índice de reajustamento	Será adotado o índice de reajuste de preço INPC – Índice Nacional de Preços
CEE 29	Garantia	Não será exigida garantia

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Anexo II

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

Setor requisitante: Gerência Administrativa **Responsável pela demanda:** João Paulo Ferreira. **E-mail:** joaopaulo@cimvalpi.mg.gov.br

1 – Objeto:

( ) Serviço não continuado;
(X) Serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra;
( ) Serviço continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra;
( ) Material de consumo;
( ) Material permanente/equipamento;

2 – Justificativa da necessidade da contratação:

Avaliar a viabilidade técnica e financeira para atendimento às necessidades do CIMVALPI e Municípios consorciados com intuito de elaboração e formalização de processo administrativo para a contratação de empresa especializada na locação de veículos leves.

3 – Descrição dos serviços:

- Locação de veículos utilitários que comportem até 5 passageiros; SUV; Sedan ou Sedan Executivo; Veículos utilitários que comportem no mínimo 7 passageiros (minivans); pick-up; e caminhonete 4x4.

4 – Observações gerais

4.1 – Unidade e servidor responsável para esclarecimentos: Gerência Administrativa – João Paulo Ferreira.

João Paulo Ferreira
Gerente Administrativo

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://assinador.iti.br/assinatura/index.xhtml e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://assinador.iti.br/validacao/verificacao.xhtml e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Anexo III
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE LOCAÇÃO DE VÉICULOS

- Setor Responsável pela formalização da demanda: Gerência Administrativa.
- Agente Público da área de licitações responsável pelo acompanhamento da elaboração do ETP: Richele Aparecida Silva de Jesus – Agente de contratação.
- Oficial de Assessoramento Jurídico responsável pela revisão do ETP: Hilton Antônio de Oliveira.

INTRODUÇÃO:

O presente Estudo Técnico Preliminar é requisito necessário para assegurar a viabilidade técnica e econômica da pretensa contratação de empresa especializada em LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, mensurando os riscos e determinar estratégias, fornecendo subsídios para a elaboração do Termo de Referência e, bem como, definir um plano de sustentação para a solução demandada.

O estudo aqui apresentado recai sobre a realização de licitação centralizada, para eventual e futura contratação de serviços de aluguel de veículos, em favor do Consórcio Intermunicipal e Multissetorial do Vale do Piranga – CIMVALPI e Municípios que o integram que demandam por este serviço.

Trata-se de um modelo de serviço adotado de forma comum e habitual pela Administração Pública, tendo obtido bons resultados tanto para o Contratante CIMVALPI, quanto para os Municípios integrantes (consorciados).

Em outras linhas, o presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade avaliar o histórico do modelo de Locação de Veículos atualmente em execução pelos Municípios (consorciados) e pelo próprio CIMVALPI, observando as necessidades do executivo municipal, levantar os requisitos técnicos em consonância com requisitos legais necessários para atender essas necessidades, aferindo as condições que o mercado oferece e, por fim, analisar a viabilidade da contratação sob o prisma da legalidade.

O objetivo aqui é pautar elementos que, fundamentadamente, tem a capacidade e potencial para, em tese, considerando o caso concreto, melhor atender ao Interesse Público.

Assim, a delimitação da solução nos termos e condições estipulados, não é decisão de livre arbítrio deste estudo. Aqui estão pautados elementos que, fundamentadamente, tem a capacidade e potencial para, em tese, considerando o caso concreto, melhor atender ao Interesse Público.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas, acesse https://assinador.iti.br/assinador/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

1) OBJETO:

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objeto à análise prévia e condições de viabilidade para contratação de serviços contínuos de LOCAÇÃO DE VEÍCULOS utilitários que comportem 05 (cinco) passageiros; SUV's; Sedan ou Sedan Executivo; utilitários que comportem 07 (sete) passageiros tipo (minivans); Pick-up que comportem 02 (dois) passageiros e Caminhonete 4x4, sem fornecimento de combustível, incluindo manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças, seguro e/ou proteção veicular, inclusive contra terceiros, para o transporte de pessoas, materiais, documentos e pequenas cargas, com a finalidade de atender demanda do CIMVALPI, bem como dos Municípios que o integram. Tendo em vista a expiração da vigência da atual contratação aliada à caracterização destes serviços como contínuos, dado sua essencialidade, visando atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, de modo que sua interrupção pode comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional do CIMVALPI.

2) ESTIMATIVA DE PRAZO – Vigência e Prorrogação da Contratação

Para a presente contratação, estima-se vigência mínima de 12 (doze) meses, a depender da demanda do Município (demandante), contados do ato da assinatura do contrato, observado a cada exercício financeiro (art. 105 Lei 14.133/21), a disponibilidade de créditos orçamentários. Ainda para efeitos de prorrogação do contrato, poderá ser celebrado por até 05 (cinco) anos, prorrogável sucessivamente pelo prazo máximo de até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133 de 2021.

2.1. - A prorrogação de que trata o parágrafo anterior é condicionada à necessidade da demanda por parte dos Municípios (consorciados), bem como pelo ateste da autoridade administrativa competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para Administração, permitida a negociação mediante o cumprimento das seguintes condições:

2.1.1) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
2.1.2) Anexação de relatório anual que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
2.1.3) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na continuação da realização do serviço;
2.1.4) Haja manifestação expressa da empresa contratada informando o interesse na prorrogação;
2.1.5) Anexação de comprovado que a empresa contratada mantém as condições iniciais de habilitação;
2.1.6) Previsões outras previstas em Edital.

2.2. - A prorrogação do contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas, acesse https://assinador.com.br/verificar/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

2.3. - Na eventual prorrogação do contrato, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.4. - O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação previstas em Lei.

3) - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO EM RAZÃO DA DEMANDA A SER ATENDIDA SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO

3.1 - Justificativa e Necessidade

O presente Estudo Técnico Preliminar foi elaborado em conformidade com as necessidades apresentadas pela Gerência Administrativa através do Documento de Formalização de Demanda. Além disso foram observados os parâmetros qualitativos, (modelos e categorias) de veículos já anteriormente demandados pela Administração Pública dos Municípios (consorciados) e do próprio CIMVALPI.

Conforme já acima mencionado, este modelo de contratação é habitualmente utilizado pela Administração Pública para suprir a necessidade de frota limitada ou inexistente de veículos dentro dos Municípios (consorciados).

Sob pena de inviabilizar a missão institucional do ente público, tendo em vista que, para atender suas demandas operacionais e administrativas, à Administração Pública necessita diariamente deslocar e movimentar pequenas cargas e documentos, servidores e munícipes.

No caso do CIMVALPI, não há frota própria, e seus servidores deslocam-se diariamente para exercer atividades que vão desde fiscalizações, operações e visitas técnicas, eventos profissionais, reuniões e para o transporte de materiais, para dar apoio às diversas atividades desenvolvidas pelo Consórcio.

Ressalte-se, que a forma como os serviços já vem sendo prestados em modelo utilizado pela Administração, o serviço de locação de veículos mantém-se como solução técnica e econômica viável à alternativa, que seria aquisição por meio de compra. Quando o órgão público não conta com estrutura de manutenção de veículos ou quando a locação não se mostra uma opção viável ou ainda, quando a localização do órgão torna inviável a adoção de modelo de contratação diverso.

3.2. - Descrição da Contratação

Tendo em vista a natureza do serviço a ser prestado, o presente estudo observou o disposto no artigo 2º inc. III da Lei 14.133/2021, além dos normativos contidos nas Instruções Normativas 007/2022 e 008/2022 do CIMVALPI, considerando num primeiro momento, que o modelo de locação de veículos para atender demanda do CIMVALPI e dos entes consorciados registra maior vantajosidade para

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://etp.zapsign.com.br/verificar/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar as assinaturas, acesse https://etp.zapsign.com.br/verificar/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

administração, o que será objeto de análise e conclusão apresentadas neste Estudo. Em levantamento realizado pela Diretoria Técnica Administrativa e Setor de Frotas do CIMVALPI do CIMVALPI, constatou-se que os entes consorciados demandam habitualmente por veículos de modelos e características a seguir apresentados:

I) Veículos compactos utilitários que comportem até 05 (cinco) passageiros, incluindo o motorista;
II) Veículos SUV's, com capacidade mínima de até 05 (cinco) passageiros, incluindo o motorista;
III) Veículos Sedan's ou Sedan's Executivos, que comportem até 05 (cinco) passageiros, incluindo o motorista;
IV) veículos utilitários (minivans) que comportem no mínimo 07 (sete) passageiros;
V) Veículos Pick-up's, que comportem no mínimo 02 (dois) passageiros, incluindo o motorista e com capacidade de carga de no mínimo 550 kg;
VI) Veículos Caminhonete 4x4, que comportem até 05 (cinco) passageiros, incluindo o motorista e com capacidade de carga de no mínimo 1.000 kg.

Os órgãos e entidades constitutivos da Administração Pública do Poder Executivo Municipal necessitam para a execução logística de suas atividades, promover o deslocamento de suas autoridades, servidores e terceiros a ela vinculados, além de pequenas cargas, objetos e documentos.

Para tanto, fazem uso de serviços de locação de veículos automotores, visto que a frota própria se apresenta por vezes insuficiente, e em determinados casos inexistente. Desta feita, se torna necessário promover a locação de veículos automotores, para a realização regular das atividades acima referenciadas.

Nesta classificação, por meio de levantamento realizado pela Diretoria Técnica Administrativa e Setor de Frotas do CIMVALPI, foram considerados as categorias de veículos comumente utilizados elencados nos incisos acima, com as seguintes especificidades:

a) Veículos com capacidade de 5 (cinco) passageiros, potência acima de ***75 CV***, direção elétrica ou hidráulica, combustível flex (gasolina/álcool), 04 (quatro) portas, ar condicionado, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis de LED ano de fabricação mínimo 2022;

b) Veículo, Sedan 04 (quatro) portas, motorização mínima de **111 *CV***, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, distância mínima entre os eixos de 2,60 cm, faróis de LED, ano de fabricação mínimo 2022;

c) Veículo, tipo Minivan, motorização mínima ***130 CV,*** com capacidade mínima para 07 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://assinador.com.br/verificar com o código D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis de LED, ano de fabricação mínimo 2022;

d) Veículo, tipo SUV, motorização mínima de ***111 CV***, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis de LED, ano de fabricação mínimo 2022;

e) Veículo, pick-up, mínima de ***75 CV***, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis de LED, ano de fabricação mínimo 2022;

f) Veículo, caminhonete 4x4, cabine dupla, motorização mínima de ***160 CV,*** ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS e AIRBAG, combustível diesel, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis de LED. ano de fabricação mínimo 2022;

A motivação do conjunto de exigências para os veículos acima elencados, se dá pelo fato de que dentro do mercado de locação de veículos, a exigência do consumidor por veículos mais novos e em condições de proporcionar maior conforto e segurança ao condutor e passageiro (s), é condição determinante na hora de fazerem sua escolha.

Não diferente deve ser o posicionamento da administração pública no momento de contratar pelo serviço, buscando da mesma forma assegurar condições mínimas de conforto e segurança para seus servidores e passageiros.

Podemos aqui também pontuar, que a Comissão de Desenvolvimento Econômico da Indústria e Comércio, aprovou proposta que proíbe as locadoras de veículos de usar automóveis com mais de 120 mil quilômetros rodados ou mais e dois anos de uso, daí comunga-se entendimento de ser razoável a exigência de veículos fabricados à partir de 2022.

Pela proposta, ***"(...)a administração pública também deverá seguir a proibição em licitações de transporte e locação de veículos. Até o momento, a PL 1529/2015 encontra-se com a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania"***.[2]

Em relação aos critérios que amparam a exigência de motorização mínima sugerida dentro deste Estudo, as justificativas encontram-se explanadas no subitem a seguir, mas já podemos mencionar que os critérios utilizados buscam assegurar ampla participação, contemplando todas as montadoras de veículos que mormente atuam no mercado nacional, e por conseguinte, os respectivos fornecedores do mercado de locação.

3.3. - Critérios de motorização exigidos:

[2] https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1278737

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://assinador.iti.gov.br/assinador-web/verificador.jsf e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar as assinaturas, acesse https://assinador.iti.gov.br/assinador-web/verificador.jsf e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Durante pesquisa realizada em sites e revistas especializadas no seguimento automotivo, fato não controverso é de que nas últimas décadas houve downsizing no mercado.

A prática de substituir motores maiores e aspirados por propulsores menores e sobrealinhamentados tornou-se possível, por exemplo, fazer um pequeno motor 1.0 de 3 cilindros render quase tanto quanto um motor 2.0 do passado. Por esse motivo, e buscando não restringir a competição entre as diferentes montadoras, o critério de exigência elencado neste Estudo, pauta pelo parâmetro de potência em CV mínima exigida.[3]

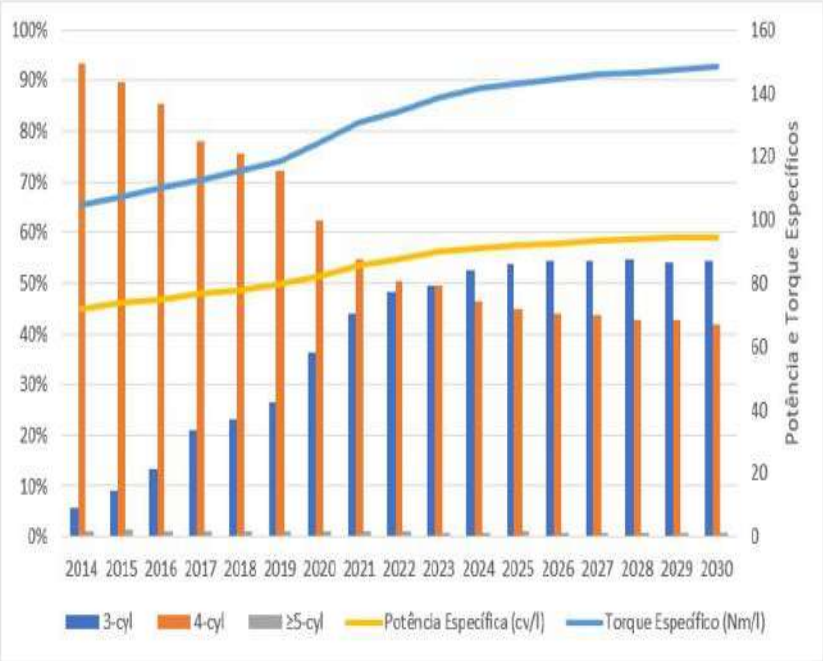
Há, portanto, uma previsão de que mais da metade dos veículos vendidos no Brasil em 2023 sejam equipados com motores de três cilindros e a participação de turbo e injeção direta deve ultrapassar 50% em 2028. Nesse contexto, apesar da redução da cilindrada média, o aumento do uso de turbo e da injeção direta vai fazer com que a potência específica (cavalos por litro) e o torque específico (Newton metro por litro) cresçam 31% e 42%, respectivamente, em 2030 quando comparadas a 2014.

[3] https://motor1.uol.com.br/news/539999/motores-1000-turbo-brasil-tecnologias/
https://pt.linkedin.com/pulse/downsizing-tend%C3%AAncia-automobil%C3%ADstica-do-futuro-jared-rocha/
https://www.webmotors.com.br/wm1/dicas/o-que-e-downsizing
https://autoesporte.globo.com/carros/noticia/2014/11/tecnologia-entenda-porque-dowsizing-nao-significa-menos-potencia.ghtml

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

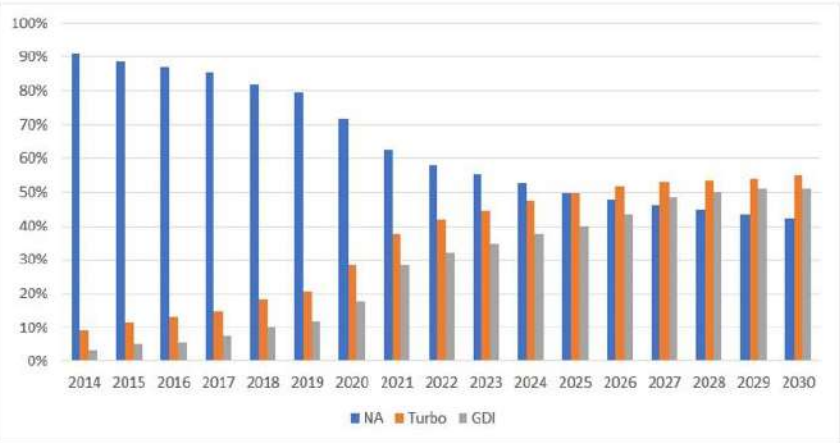
Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://assinador.com.br/verificar com o código D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar as assinaturas, acesse https://assinador.com.br/verificar com o código D440-F4E3-835F-E00A

Evolução da adoção do downsizing x crescimento de potência e torque específicos - Brasil



Fonte: IHS Markit VPaC - Vehicle Performance and Compliance – setembro de 2019

Substituição de motor aspirado por motor turbo e com injeção direta - Brasil



Fonte: IHS Markit VPaC - Vehicle Performance and Compliance – Setembro de 2019

Considerando os vários parâmetros adotados pelas montadoras de veículos, existe uma diversidade de nomenclaturas e pontuações dentro de tipos e modelos de veículos, logo, em suas respectivas motorizações, a exemplo de veículos turbos e aspirados.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://assinador.iti.br/assinatura/index.xhtml e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://assinador.iti.br/validacao/verificacao.xhtml e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

De forma a garantir que haja ampla e irrestrita participação no certame, estabeleceu-se dentro deste Estudo parâmetros mínimos de ***potência em "CV"*** a serem considerados, sem que contudo, deixem de atender as demais especificidades e itens de segurança descritos e previstos neste ETP.

3.4. - Critérios para exigência mínima de ano de fabricação - Itens de segurança obrigatórios e indispensáveis:

A exigência de veículos cujo ano de fabricação não seja inferior a 2022, justifica-se principalmente pela Resolução CONTRAN (567/2015) que trata sobre a obrigatoriedade do controle de estabilidade em veículos produzidos e fabricados a partir do ano de 2020. A regra vale para modelos inéditos, inclusive populares e também para os que passarem por grandes mudanças, como troca de geração. Por estas razões, pensando em garantir a segurança dos condutores e passageiros, além dos itens de segurança obrigatórios mais comuns como freios ABS e Airbag, encontram-se descritos neste estudo, itens de segurança indispensáveis e considerados obrigatórios e inseridos em veículos fabricados à partir de 2020 tais como:

a) Controle de estabilidade

O controle de estabilidade conforme acima mencionado é um item de segurança do carro que passou a ser obrigatório em 2020. O sistema tem o objetivo de detectar quando o carro está prestes a perder o controle e cortar a aceleração do motor, freando uma ou mais rodas. Esse cuidado pode impedir, por exemplo, que o veículo rode ao fazer uma curva.

b) Barras de proteção lateral

As barras de proteção lateral são travessas de aço fixadas entre as colunas do veículo, por dentro das portas, para proteger o motorista e os passageiros em casos de colisão lateral. Apesar de simples, esse tipo de solução é muito efetivo, pois diminui o impacto sofrido pelo ocupante do carro. As barras de proteção lateral passaram a ser obrigatórias somente em 2020, mas muitos veículos do país já contam com esse item de segurança.

c) Freios ABS

Com a *vênia* pela redundância, o sistema ABS — assim como a direção hidráulica e o ar-condicionado, que já foram diferenciais — hoje são itens mais do que mandatórios. Desde janeiro de 2014 os carros novos comercializados no Brasil já saem de fábrica com o sistema ABS de frenagem.

d) Distância mínima entre os eixos de 2,60 cm (Sedan's)

Visto que os veículos Sedan's alugados pelo Consórcio andam quase que diariamente com número máximo de passageiros, tal característica se faz necessária perfazendo maior conforto aos passageiros e maior estabilidade aos veículos.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://assinador.com.br/verificar com o código D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar as assinaturas, acesse https://assinador.com.br/verificar com o código D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

e) Faróis de LED

Quanto a exigência aos faróis de LED, esses são mais eficientes do que os convencionais por algumas razões. Eles consomem menos energia em comparação com as lâmpadas convencionais, como as de halogênio. Portanto, os faróis de LED são mais econômicos em termos de consumo de energia do veículo, o que pode resultar até mesmo em menor consumo de combustível.

Além disso, os LEDs têm uma vida útil mais longa do que as lâmpadas convencionais. Enquanto as lâmpadas halógenas geralmente precisam ser substituídas após algumas centenas de horas de uso, os faróis de LED podem durar até 25.000 horas ou mais, dependendo do modelo. Isso significa que os veículos com faróis de LED não precisam substituí-los com tanta frequência, o que pode resultar em economia de dinheiro e tempo a longo prazo.

Outra vantagem dos faróis de LED é a sua capacidade de proporcionar melhor visibilidade. Eles produzem uma luz mais brilhante e clara em relação às lâmpadas convencionais, algo especialmente útil durante a noite e em condições climáticas adversas, como chuva ou neblina. Os faróis de LED também iluminam a estrada de forma mais eficiente e proporcionam uma melhor percepção de profundidade, o que contribui para a segurança ao dirigir.

Por fim, os faróis de LED têm uma resposta mais rápida em comparação com as lâmpadas tradicionais. Eles ligam e atingem o brilho máximo quase instantaneamente, enquanto as lâmpadas de halogênio precisam de um breve período para aquecer. Essa resposta rápida é particularmente útil ao alternar entre os modos alto e baixo dos faróis ou ao utilizar sistemas de iluminação adaptativa, proporcionando maior conveniência e segurança ao motorista.[4]

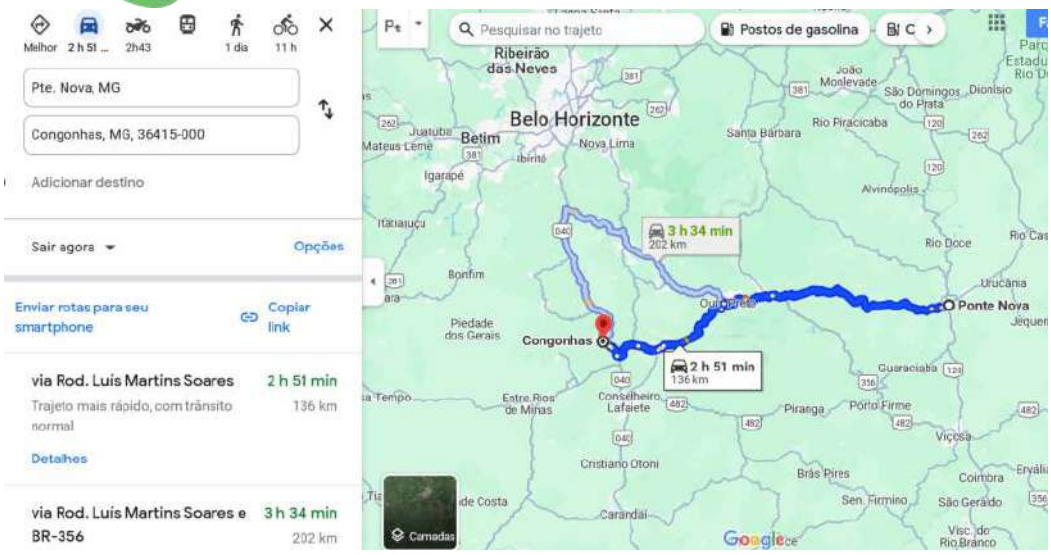
Reiteramos que atualmente o CIMVALPI é composto por 46 (quarenta e seis) municípios localizados principalmente dentro da Zona da Mata Mineira, Vale do Piranga e Região dos Inconfidentes. É justificadamente razoável que haja para além das exigências quanto aos itens de segurança acima apontados, que os veículos fornecidos possuam baixa quilometragem, de forma a garantir a ininterrupta continuidade dos trabalhos realizados pelo CIMVALPI, minimizando contratempos no que se refere a manutenções corretivas decorrente de quebra ou mau funcionamento.

A título meramente exemplificativo, podemos citar o município consorciado de Congonhas/MG, localizado a mais de 130km de distância da sede do CIMVALPI. Os atendimentos realizados não somente a este município, como para tantos outros, demandam deslocamentos quase que semanais, o que deve ser assegurado por veículo em excepcionais condições de segurança e conforto, como a exigência por veículos com faróis de LED, haja visto que em razão das distâncias entre os Municípios, estes veículos certamente retornarão à sede já em horário noturno.

[4] https://www.karvi.com.br/blog/por-que-farois-de-led-sao-mais-eficientes/

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://assinador.ionline.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://assinador.ionline.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A



4) CONTRATAÇÕES CORRELATAS E INTERDEPENDENTES;

A Contratada deverá proceder com a manutenção preventiva e corretiva, incluindo reposição de peças quando necessário, seguro total e/ou plataforma de proteção veicular, inclusive contra terceiros.

Correlata à presente contratação o Processo: 0903217202310 Gerenciamento informatizado de frota de veículos, mediante rede credenciada para fornecimento de combustíveis; manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças e serviços; higienização de veículos.

Esta contratação pospor-se processo licitatório 001/2022, portanto, trata-se de processo cujo objeto e modelo de contrato já possui precedentes dentro do departamento de licitações do CIMVALPI.

5) REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Tendo em vista a natureza do serviço a ser contratado, a previsão da contratação encontra-se inserida no artigo 2º, inc. III da Lei 14.133/2021. Para além deste imperativo legal contido na nova Lei de Licitações, observa-se o disposto na Consolidação do Contrato de Consórcio Público e Consolidação Estatuto CIMVALPI, além das Instruções Normativas 007/2022 e 008/2022 ambas também do CIMVALPI.

Para além na Novel Lei de Licitações e legislação civilista aplicadas no presente Estudo, considerar-se-á como requisitos da contratação todas as demais exigências previstas em Edital e Contrato.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas, acesse https://assinador.iti.br/assinador/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Poderá participar deste processo licitatório empresas do ramo de atividade relacionada ao objeto, que não possuam registro de sanção que impeça sua contratação, bem como estejam devidamente regulares com as Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal, com o FGTS, INSS e com a Justiça do Trabalho.

Os serviços que constituem o objeto deste estudo e eventual contratação, deverão ser executados de acordo com a solicitação da contratante e/ou Município consorciado, por ordem de serviço e orientação/fiscalização da equipe técnica designada pelo CIMVALPI, devendo o veículo estar disponível no período e local, conforme a necessidade apresentada, além das disposições expostas no Termo de Referência, Edital e condições contratuais.

Previamente dispõe-se que na proposta de preço apresentada, deverá ser considerado pela licitante, que o objeto licitado deverá ser fornecido em até 15 (quinze) dias úteis após a data de solicitação.

O veículo em referência, deverá ser entregue na área patrimonial indicada pela contratante e/ou ente consorciado.

Estabelece-se ainda que o custo de mobilização, desmobilização, seguros e todos os demais custos/encargos envolvidos estão a cargo da contratada, ou seja, **na proposta de preço deverá compreender todas as despesas decorrentes da locação.**

Os veículos deverão estar segurados e/ou cobertos por plataformas de proteção veicular devendo o valor de franquia ser apresentado à parte da proposta ou se já inserido na mesma, que seja especificado o percentual de franquia dentro da proposta.

É necessário entender que não existe um valor fixo para a franquia do seguro. Seu valor vai depender de fatores como o perfil do condutor, modelo do carro e outros pontos avaliados durante a cotação.

Além disso, existem diferentes tipos disponíveis de franquias que pode optar na contratação do seguro, ficando a cargo da licitante qual modelo de franquia será utilizada, se reduzida, majorada ou normal.

Como não há no mercado regulamentação acerca de alíquota relativa a valor de franquia em caso de sinistro, será considerado pelo CIMVALPI a proposta que não exceda o valor máximo de 4% (quatro) por cento do valor da tabela fipe em consonância a alíquota de IPVA cobrado dentro do Estado de Minas Gerais.

Deverá ser contemplado as seguintes coberturas:

Seguro:

Danos Corporais a terceiros.....R$100.000,00
Danos Materiais a terceiros.....R$100.000,00

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://assinador.iti.br/assinatura/index.xhtml e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://assinador.iti.br/assinatura/index.xhtml e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Danos Morais a terceiros.....R$10.000,00
Ocorrência de morte.....R$13.500,00
Invalidez permanente e/ou total.....R$13.500,00
Despesas médico hospitalares.....R$2.700,00

O presente serviço será realizado sob demanda, de acordo com a necessidade da administração e dos Municípios interessados na contratação.

Só será efetuado o contrato administrativo em caso de necessidade e em cumprimento ao disposto na Lei nº 14.133/21. Ao final do processo licitatório será realizada a assinatura da ata de registro de preços, válida por 12 meses. Ainda para efeitos de prorrogação do contrato, poderá ser celebrado por até 05 (cinco) anos, prorrogável sucessivamente pelo prazo máximo de até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133 de 2021.

Os requisitos para contratação de empresa especializada em aluguel de veículos, devem seguir os pressupostos pela contratada de comprovar capacidade técnica e operacional, demostrada através de atestados de capacidade técnica profissional, documentação de enquadramento de empresa do ramo de locação de veículos sem motorista e cumpridos os requisitos apresentados neste Estudo.

6) LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DE MERCADO

Neste tópico, urge apresentar as soluções capazes de atender satisfatoriamente os ambientes produtivos, setores de atuação, departamentos e programas da gestão do CIMVALPI, e dos Municípios que o integram – que por sua vez, todos alinhadas aos princípios e regras que regem a Administração Pública.

Nosso estudo tem o condão de identificar empreendimentos possíveis de aproximar as compras públicas da Administração CIMVALPI às práticas adotadas pelo mercado, impondo inovações que se fundamentam no princípio da eficiência, imprimindo um uso racional dos recursos públicos.

Assim, observou-se que, em matéria de soluções para o serviço de transporte, a Administração Pública em geral costuma adotar ao menos dois modelos considerados mais tradicionais para execução deste serviço, são eles:

a) Aquisição de Veículos

No modelo de aquisição de veículos, a Administração Pública adquire o veículo e assume todos os custos dele decorrentes, contratando, de forma independente, motorista em empresa terceirizada ou designando servidor do próprio órgão para a função. É solução adotada em situações específicas como, por exemplo, quando o órgão público conta com estrutura de manutenção de veículos ou quando a locação não se mostra uma opção viável ou ainda, quando a localização do órgão torna inviável a adoção de modelo de contratação diverso.

b) Locação de Veículos

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas, acesse https://assinador.iti.gov.br/assinador-web/verificador.jsf e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar as assinaturas, acesse https://assinador.iti.gov.br/assinador-web/verificador.jsf e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

No modelo de locação de veículos, o serviço consiste na disponibilização de veículos por empresa contratada, a qual se responsabiliza pelos gastos e manutenções advindas da disponibilização do veículo.

O mercado de potenciais prestadores para os serviços de locação de veículos é bastante vasto, contudo, em determinadas situações como no caso em tela, o fracionamento do objeto licitado em vários itens permitirá a participação de um maior número de licitantes e que tal fato democratiza o acesso às contratações públicas. Quanto a tal fato, não resta a menor dúvida. É de fácil constatação, que, não obstante a locação de veículos não sejam objetos tão complexos, no mercado, sob o ponto de vista pragmático há uma grande distinção entre um e outro.

O seguimento de locação de veículos de pequeno e médio porte como veículos utilitários Hatchs, Sedans, SUV's, Pick–ups e Caminhonetes, referem-se às locadoras cujos registros da atividade, no Ministério da Economia, têm enquadramento dos CNAE 7711-0/00 (locação de veículos sem motorista) e CNAE 4923-0/02 (locação de veículos com motorista). São as chamadas locadoras que atuam somente com a atividade de locação de veículos, com CNPJ ativo na Receita Federal e frota registrada nos órgãos competentes de Trânsito. Cumpre esclarecer ainda que, compete à Administração proceder estudo detalhado sobre as características do objeto, modo de comercialização e preços praticados no mercado, a fim de delimitar os procedimentos que serão desenvolvidos na licitação. No caso em apreço, define-se a possibilidade jurídica, e viabilidade técnica e econômica de dividir o objeto em vários itens/lotes, permitindo que um número maior de interessados participe da disputa, o que, em decorrência, aumenta a competitividade e viabiliza a obtenção de melhores propostas

7) ANÁLISE DA POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO DO OBJETO

7.1. Conforme acima elencado, a contratação por item possibilita a participação de um maior número de interessados, independente da categoria de seu produto, desde que atendido as exigências contidas no Estudo. Isto, consequentemente aumenta a competitividade do certame e viabiliza a obtenção de melhores propostas, sem perda da economia de escala. Nesse interim cabe destacar entendimento sumulado pelo Tribunal de Contas da União no Enunciado nº 247, de acordo com o qual sempre que o objeto da contratação for divisível, é obrigatória a sua adjudicação por item, conforme texto abaixo colacionado:

SÚMULA TCU 247:

"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://assinador.iti.br/assinador/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade."

Conforme verificado em pesquisa e discussões do mercado, o nicho de locação de veículos, apresenta variações de acordo com as diferentes categorias de automóveis, o que permite o parcelamento do objeto sem prejuízo à economia de escala.

Na prática, isso permitirá, por exemplo, que locadoras que não tenham determinada categoria de veículo disponível em sua frota, ainda possam participar do certame licitatório e, inclusive, sagrarem-se vencedoras, vez que não estarão obrigadas a apresentar propostas para um lote, mas apenas para os itens que tenham real disponibilidade de fornecer. Assim, no que tange à forma de contratação, é recomendável que o modelo do Registro de Preços seja dividido por itens, visando uma melhor negociação, com estímulo à competitividade, sempre objetivando à obtenção de ganho de escala e economia.

8) REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Requisitos Obrigacionais

Os requisitos obrigacionais mínimos exigidos, deverão atender às disposições contidas no OBJETO deste Estudo, além daqueles previstos em Lei, dos quais podemos destacar: "REQUISITOS DE HABILITAÇÃO" e "REQUISITOS DE REGULARIDADE FISCAL". Mas conforme mencionado, para além disso, deverá ser observado o regramento legal contido na Lei 14.133/21, bem como as exigências contratuais a *posteriori* dispostas em Termo de Referência.

As condições de habilitação, informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante serão divididos em jurídica; técnica, fiscal social e trabalhista; e econômico financeiro, conforme previsto nos artigos 62 e 65 da Lei 14.133/202.

Conforme disposto no § 4º do artigo 69 da nova lei, a Administração CIMVALPI, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio liquido equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contração.

A documentação referida deverá ser apresentada na forma prevista no artigo 70 da Lei 14.133/2021:

> *Art. 70. A documentação referida neste Capítulo poderá ser:*
>
> *I – apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração;*
>
> *II – substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que previsto no edital e que o*

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas, acesse https://assinador.iti.br/assinador/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

registro tenha sido feito em obediência ao disposto nesta Lei;

III – dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Parágrafo único. As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo federal.

8.2. Regularidade Fiscal: O licitante deverá encontrar-se de forma regular perante suas obrigações com a legislação tributária federal, estadual, municipal, seguridade social e o fundo de garantia por tempo de serviço. Cumpre aqui ressaltar que regularidade não implica em quitação. Regularidade é a comprovação de que a empresa atende todas as exigências do fisco.

8.2.1 **-** São os seguintes documentos exigidos por lei que provam sua regularidade fiscal:

8.2.1.1 **- Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoas Física e Jurídica:** Cadastro de Pessoa Física – CPF e Cadastro Nacional de Pessoa Jurídicas – CNPJ. Ambos são expedidos pela Secretaria da Receita Federal

8.2.1.2 **- Prova de Inscrição no cadastro de contribuintes, ICMS/ISS:** Inscrição Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação. A Inscrição Estadual é emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda e Planejamento.

8.2.1.3 **- Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais emitida pela Receita Federal**. Poderá ser solicitada na Agência da Receita Federal, em qualquer localidade do respectivo Estado, cuja validade é de 180 (cento e oitenta) dias. Também poderá ser emitida pelo site www.receita.fazenda.gov.br com validade de 30 (trinta) dias a contar da sua emissão.

8.2.1.4 **- Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual:** Certidão emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual, podendo ser solicitada em qualquer posto de atendimento da Secretaria de Fazenda Estadual. Esta certidão terá validade de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.

8.2.1.5 **- Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal:** Esta certidão deverá ser emitida pela Secretaria Municipal do Município onde o imóvel encontra-se localizado.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://assinador.com.br/verificar com o código D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://assinador.com.br/verificar com o código D440-F4E3-835F-E00A

8.2.1.6 **- Certificado de regularidade do FGTS.**

9) POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA

Em que pese o entendimento sumulado pelo Tribunal de Contas da União, no enunciado nº 281, de acordo com o qual é vedada a participação de cooperativas em certame licitatório quando houver necessidade de subordinação de mão de obra, **verifica-se que tal entendimento não é aplicável ao presente caso, quando a prestação do serviço de locação não demanda a subordinação de mão de obra**. Isso porque, o objeto do presente procedimento licitatório gira em torno da contratação de empresa de locação de veículos (enquadramento dos CNAE 7711-0/00 (locação de veículos sem motorista), não restando caracterizada situação de subordinação, o que afasta a vedação da Corte de Contas.

Ademais, a possibilidade de participação de cooperativa em certame licitatório é matéria de ordem legal e sua vedação, fora dos parâmetros configuraria violação ao disposto no §2º do art. 10 da Lei nº 12.690/12, que dispõe:

> *Art. 10. A Cooperativa de Trabalho poderá adotar por objeto social qualquer gênero de serviço, operação ou atividade, desde que previsto no seu Estatuto Social.*
> *§ 1º [...]*
> ***§ 2º A Cooperativa de Trabalho não poderá ser impedida de participar de procedimentos de licitação pública que tenham por escopo os mesmos serviços, operações e atividades previstas em seu objeto social.***

Assim, sob pena de violação de dispositivo legal, não há óbice à participação de cooperativas no presente certame licitatório, desde que a demanda do objeto não implique na contratação do serviço de locação de veículo, máquina ou equipamento com emprego de mão de obra, e desde que os serviços prestados pela mesma sejam condizentes claramente com o objeto da licitação.

Contudo, é de conhecimento geral a existência de falsas cooperativas, que na prática, são empresas intermediadoras de mão de obra subordinada. A fim de afastar do certame a participação destas entidades, requer-se apresentação de **Modelo de Gestão Operacional, a** fim de comprovar se a proponente detém autonomia, autogestão e não exercício de atividades de sujeição, pessoalidade e habitualidade dos cooperados, reiterando que não será admitida a contratação de cooperativas ou instituições sem fins lucrativos cujo estatuto e objetivos sociais não prevejam ou não estejam de acordo com o objeto contratado.

10) DEMAIS REQUISISTOS DE PARTICIPAÇÃO

10.1. - Além dos requisitos obrigacionais e regularidade fiscal elencados no item 8; subitens 8.1 e seguintes; 8.2 e seguintes; notadamente no subitem 8.2.1.6 – Certificado de Regularidade FGTS, que poder-se-á ser enquadrado como

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://casamagistral.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar as assinaturas, acesse https://casamagistral.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

garantia da regularidade social. A habilitação das licitantes será realizada mediante a apresentação da seguinte documentação complementar:

10.1.1. - Comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor anual estimado da contratação, quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, informados pelo Sicaf, for igual ou inferior a 1;

10.1.2. - Comprovante de inscrição e situação cadastral emitido pela Receita Federal do Brasil que comprove a atividade econômica principal ou secundária como sendo Locação de Automóveis sem Condutor (CNAE);

10.1.3. - Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante;

10.1.4. - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011;

10.1.5. - Um ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove(m):

10.1.6. - Aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com os objetos desta licitação, demonstrando que a licitante gerencia ou gerenciou serviços de locação de veículos, com no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do número de veículos que serão necessários para suprir a demanda em decorrência desta licitação;

10.1.7. - Experiência mínima de 3 (anos) anos na prestação de serviços de locação de veículos, ininterruptos ou não, até a data da sessão pública de abertura do Pregão. Os períodos concomitantes serão computados uma única vez;

10.1.8. - Para a comprovação de tempo de experiência, poderão ser aceitos cópias de contratos ou outros documentos idôneos, mediante diligência da Pregoeira.

10.1.9. - Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica.

10.1.10. - O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica deverá(ão) se referir a serviços prestados, no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária, especificada no contrato social, devidamente registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://assinador.iti.br/assinatura/index.xhtml e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://assinador.iti.br/validacao/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

10.1.11. - As licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados.

10.1.12. - Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do respectivo contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

11) DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS

11.1. - A contratação pretendida tem como objeto a prestação de serviços de locação de veículos, sem motorista e sem combustível, a serem executados na região de abrangência de atuação do CIMVALPI, notadamente em cerca de 46 (quarenta e seis) Municípios, sobretudo na grande região da Zona da Mata, microrregiões do Vale do Piranga e Inconfidentes.

11.2. - Os serviços a serem contratados possuem natureza continuada, de modo que sua interrupção pode comprometer as atividades da Administração e sua necessidade deve se estender por mais de um exercício financeiro.

11.3. - O prazo de vigência do contrato será previsto em Edital, (Art. 105), observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 01 (um) exercício financeiro, estimando-se no presente estudo, vigência inicial de 12 (doze) meses.

11.4. - Será de inteira responsabilidade da contratada todos os encargos relativos ao veículo, como IPVA, seguro obrigatório e taxa de emplacamento, com exceção das multas provenientes de infração às leis de trânsito, previstas no Código de Trânsito Brasileiro, que tenham sido causadas por dolo ou culpa dos prepostos do CIMVALPI e dos MUNICÍPIOS nas locações "sem condutor".

11.5. - Caberá a contratada encaminhar ao CIMVALPI com cópia aos MUNICÍPIOS, dentro do prazo máximo de 03 (três) dias úteis de seu recebimento a notificação de autuação de infração de trânsito referente ao veículo locado para verificação, apuração de responsabilidade e indicação dos dados do condutor infrator, conforme previsto no Código de Trânsito Brasileiro.

11.6. - Os veículos deverão ter seguro e/ou plataforma de proteção veicular contra roubo, furto, danos materiais e pessoais, inclusive contra terceiros, cobertura total para caso de destruição parcial ou total do bem durante todo o prazo de vigência contratual, cabendo à contratante o pagamento da franquia correspondente nos casos em que o sinistro ocorrer por culpa/dolo do preposto por ela designada para condução do veículo.

11.7. - A Contratada responsabiliza-se por todas as despesas decorrentes da utilização dos veículos, como troca de óleo e reparos mecânicos necessários à sua manutenção.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://assinador.iti.br/assinatura/index.xhtml e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://assinador.iti.br/validacao/verificacao.xhtml e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

11.8. - A Contratada deverá realizar manutenção preventiva e corretiva dos veículos, de acordo com as recomendações do fabricante, incluindo os serviços de funilaria, lubrificação, bem como, substituição de pneus, mantendo a regulagem dos veículos para que sejam minimizados os níveis de emissão de poluentes, visando contribuir com o atendimento dos programas de qualidade do ar, observados os limites máximos de emissão de gases, conforme legislação vigente.

11.9. - Manter atualizada e em ordem a documentação relativa ao veículo.

11.10. - Apresentar na sede do CIMVALPI, e quando solicitado pela administração do consórcio, no MUNICÍPIO onde se encontra o veículo, para vistorias iniciais e periódicas.

11.11. - Equipar os veículos com todos os itens de segurança previstos em Lei e exigidos pelo Código Nacional de Trânsito.

11.12. - Os veículos que se encontrarem em situação de impedimento no que se refere ao item anterior, terão o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para regularizar a situação ou substituir o mesmo por outro de características similar.

11.13. - A Contratada deverá prestar os esclarecimentos que lhes forem solicitados e atender prontamente às reclamações sobre seus serviços.

12) ESTIMATIVA DOS ITENS E DE LEVANTAMENTO DE PREÇOS - Da Metodologia aplicada às quantidades estimadas, conforme anexos.

Levantamento realizado junto a Diretoria Técnica Administrativa e Setor de Frotas do CIMVALPI, onde foi demandado pelos respectivos quantitativos e qualificativos (modelos) de veículos:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE FRANQUIA (ANO)	UNIDADE	VALOR MENSAL ESTIMADO
1	Veículo, capacidade de 5 (cinco) passageiros, motorização mínima de 1.0, potência acima de 75 CV, direção elétrica ou hidráulica, combustível flex (gasolina/álcool), 04 (quatro) portas, ar condicionado, vidros e travas elétricas, freio ABS	108	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.090,00 RACHID VEÍCULOS S/A R$2.750,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://assinador.iti.br/assinatura/index.xhtml e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://assinador.iti.br/validacao/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

	e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, ano de fabricação mínimo 2022;			R$3.559,48 M&M ALUGUEL DE CARROS R$3.220,59 LOCALIZA **MÉDIA TOTAL R$3.155,01**
2	Veículo, Sedan ou Sedan Executivo, 04 (quatro) portas, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, distância mínima entre os eixos de 2,60 cm, ano de fabricação mínimo 2022;	108	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.700,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS R$2.989,98 M&M ALUGUEL DE CARROS R$4.648,59 LOCALIZA **MÉDIA TOTAL R$3.779,52**
3	Veículo, tipo Minivan, motorização mínima 130 CV, com capacidade mínima para 07 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros	18	Franquia Mensal (3.000 km)	R$4.150,00 RACHID VEÍCULOS S/A R$6.415,98 M&M ALUGUEL DE CARROS

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://assinador.com.br/verificar e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://assinador.com.br/verificar/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

	e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, ano de fabricação mínimo 2022;			R$4.340,39 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$4.968,79
4	Veículo, tipo SUV, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, ano de fabricação mínimo 2022;	108	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.990,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$4.700,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$2.570,90 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$4.035,19 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.824,02
5	Veículo, pick-up, motorização mínima de 75 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica,	36	Franquia Mensal (3.000 km)	R$4.100,00 RACHID VEÍCULOS S/A

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://assinador.iti.gov.br/assinador-web/verificador.jsf e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar as assinaturas, acesse https://assinador.iti.gov.br/assinador-web/verificador.jsf e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

	combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, ano de fabricação mínimo 2022;			R$3.850,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$3.998,95 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$3.457,39 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.851,58
6	Veículo, caminhonete 4x4, cabine dupla, motorização mínima de 160 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS e AIRBAG, combustível diesel, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, ano de fabricação mínimo 2022;	18	Franquia Mensal (3.000 km)	R$7.990,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$7.500,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$9.789,88 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$9.990,19 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$8.817,51
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:		**R$1.548.733,68**		

As unidades de franquia basearam-se nas quilometragens normalmente utilizadas mensalmente para cada veículo locado. Sendo que no limite da franquia mensal (3.000 km) o quantitativo será abatido. Já em que pese haver excedente de

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://assinador.com.br/verificar e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://assinador.com.br/verificar/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

quilometragem mensal, será feito pagamento proporcional a quilometragem utilizada, o que se dará em caso excepcional, posto que, ao servidor responsável pela fiscalização do contrato, caberá se atentar ao limite da unidade de quilometragem contratada.

O quantitativo das franquias (ano) se estabeleceu visto que como citado em certidão anexa ao processo, o CIMVALPI possui atualmente locado 7 veículos **1.0/1.6**; 6 veículos **Sedan's**; 6 veículos **SUV's**; 1 veículo **4x4**; 1 veículo **4x2**, podendo haver um aumento no número de locação de veículos em razão da ampliação do quadro de funcionários do Consórcio e um possível excedente de quilometragem utilizado. Sendo assim para cada mês vigente do ano foi estimado 1 (uma) franquia, com uma reserva de franquia caso seja necessária para utilização. Vejamos exemplo abaixo:

Veículo, capacidade de 5 (cinco) passageiros: 7 (locados atualmente) x 12 (meses do ano) = 84 (franquias) + 24 (franquias/reserva) = **108 (franquias/ano)**

13) PESQUISA DE PREÇO

As pesquisas de preço foram realizadas conforme estabelecidas pela instrução Normativa 07/2022, âmbito do Consórcio CIMVALPI, que dispõe sobre o procedimento para realização de pesquisa de preços.

A pesquisa de preço foi realizada considerando os parâmetros dispostos no artigo 6º, inciso IV, da IN 07/2022 do Consórcio CIMVALPI. Foram consultados os preços através de pesquisa direta com fornecedores, através de email e celular android com empresas do ramo de locação de veículos, no âmbito do Estado de Minas Gerais, onde se situa o Consórcio e os municípios consorciados, visto que após a realização do Pregão 001/2024, cujo objeto foi o mesmo deste, a licitação se restou com sobrepreço, tendo sido assim analisada pela Diretoria Técnica Administrativa do Consórcio a conclusão de realizar a cotação de preços diretamente com locadoras dos automóveis no Estado de Minas Gerais afim de se buscar preços compatíveis ao mercado.

As locadoras foram escolhidas de maneira aleatória, sendo feito contato com várias do ramo de locação de veículos, findando o balizamento de preços com aquelas que enviaram cotações referente a demanda feita pelo Consórcio.

14) ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Conforme acima apresentado, a estimativa do valor do contrato é de **R$1.548.733,68 (um milhão, quinhentos e quarenta e oito mil, setecentos e trinta e três reais e sessenta e oito centavos).**

15) JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

De início, a possibilidade de parcelamento ou não do objeto da licitação deve ser auferida sempre no caso concreto, essencialmente, deve a Administração prezar acerca da viabilidade técnica e econômica do parcelamento e da divisibilidade

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://assinador.iti.br/assinatura/index.xhtml e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://assinador.iti.br/validacao/verificacao.xhtml e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

do objeto, de conformidade com o pronunciado pelo Tribunal de Contas da União por meio do Acórdão nº 732/2008. Nos termos do art. 47, inc. II da Lei 14.133/21, a opção pelo critério de julgamento por item é obrigatória e deve ser aplicada sempre que se comprovar técnica e economicamente viável a sua adoção, a fim de ampliar a competitividade sem perda da economia de escala. Nesse sentido, por meio do **Acórdão 2529/2021-TCU-Plenário[5], o Tribunal de Contas da União,** onde "empreende-se, pois, da leitura da parte dispositiva do sobredito acórdão que, sob a ótica do TCU, a ausência de parcelamento do objeto da licitação representa, por si só, restrição ao caráter competitivo da disputa, havendo situações, no entanto, em que tal restrição poderia ser devidamente justificada. Estaria assim sujeita à reprimenda da Corte de Contas tão somente a ausência de parcelamento que configurasse injustificada restrição à competitividade do certame.

No caso em análise, considerando a diversidade de modelos de veículos, e ante a pluralidade de fornecedores disponíveis no mercado de locação, torna-se economicamente mais vantajoso o parcelamento do objeto, porquanto pode atrair um maior número de interessados, resultando em melhores preços para a Administração.

Ademais, os itens do presente certame abrangem gêneros de veículos automotores de categorias diferentes, motivo pelo qual a reunião, em lotes, de veículos com especificações distintas, implicaria em restrição à competitividade do certame.

Pelo exposto, a opção por realizar a licitação por item decorre de aspectos técnico-econômicos, com vistas a melhor atender o interesse público, com eficiência e racionalidade dos gastos.

16) ALINHAMENTO CONTRATAÇÃO E PLANEJAMENTO

Diretrizes que nortearam o ETP:

- Lei Federal nº. 14.133/2021;
- Instruções Normativas CIMVALPI nº. 07/2022 e 08/2022;
- Lei 9.503/1997 (CTB)

16.1. A pretensa contratação destes serviços por parte deste ente público, encontra previsão na CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO CIMVALPI, naquilo que concerne a prestação de atividades de planejamento, execução e gestão associada de serviços públicos nas mais diversas áreas, *art. 7º inc. I,* bem como ainda no art. 6º, parágrafo único, inc. I, *alíneas "e,h,k,p,s"* da CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO.

16.2. Em consonância a função institucional para qual o consórcio foi criado, fato não controverso é de que os entes consorciados se depararam com baixa oferta

[5] https://www.migalhas.com.br/depeso/354484/parcelamento-do-objeto-da-licitacao-e-ampliacao-da-competitividade

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://assinador.ciram.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Página 467 de 1137 Pág: 47

de quadros técnicos qualificados, pouca experiência na elaboração das políticas públicas e baixa capacidade de gestão. Nesse contexto, buscando melhorar e aprimorar a gerência na gestão pública dos entes consorciados, o CIMVALPI planeja com a presente contratação objeto deste estudo, trazer benefícios de Redução de custos fixos para os Municípios; Ganho de escala; Fortalecimento da gestão local; Melhora na qualidade dos serviços prestados, dentre outros.

17) POSICIONAMENTO CONCLUSIVO QUANTO A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A conclusão que pode extrair deste Estudo, é que a contratação de empresa especializada em locação de veículos, atende satisfatoriamente demanda existente entre os entes consorciados e o próprio CIMVALPI, posto que, conforme apresentado, os entes consorciados apresentam uma frota deficitária e em alguns casos inexistente.

Ignorar à existência por demanda de veículos por parte da administração, implica em obstaculizar suas atividades dado o essencial atendimento à necessidade pública de forma permanente e contínua. A interrupção deste serviço que resulta na atividade de deslocamento de servidores, munícipes, objetos e cargas pode comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

A contratação pretendida, desde que observados os requisitos de negócio estabelecidos no presente estudo, com a vantagem de permitir melhor adequação dos serviços às efetivas necessidades dos entes consorciados e do próprio CIMVALPI, apresenta-se indubitavelmente viável.

18) DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO;

Nesse ínterim, o certame licitatório para contratação de empresa especializada na locação de veículos acima especificados para atender demanda do CIMVALPI e Municípios consorciados, apresenta-se como solução mais comum e viável seja do ponto de vista técnico, seja do ponto de vista econômico. Considerando o modelo alternativo, que seria AQUISIÇÃO (compra), dentro do contexto econômico dos Municípios que integram o Consórcio apresenta-se inviável, posto que além do alto valor inicialmente despendido pelo poder público, advém custos oriundos de manutenção de frota. Dentro do modelo de locação, conforme previsto neste Estudo, os custos e despesas de manutenção e impostos, ficam exclusivamente a cargo do contratante, o que assegura maior economicidade e melhor aproveitamento dos recursos humanos, não havendo necessidade da administração em dispor de mão-de-obra voltada para esta finalidade.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://etcamapa.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

19) DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS;

Tem-se em vista que, com a instituição do procedimento, a gestão CIMVALPI visa preservar o caráter ininterrupto das atividades administrativas e operacionais dos Municípios que demandam pelo serviço e notadamente do próprio Consórcio, agindo de forma planejada, a fim de prevenir riscos e prejuízos ao erário, ambicionando melhorias de gestão – tais como o aumento do poder de barganha e a obtenção de economia de escala.

Noutros passos, com o condão de atender satisfatoriamente as necessidades identificadas, observando as peculiaridades do objeto e para alcançar os resultados pretendidos, é oportuno o emprego de alguns recursos tais como:

a. Publicação do presente Estudo para apresentação e verificação das demandas dos Municípios que demonstrarem interesse; com vistas a estabelecer uma maior margem de negociação no certame e, também, para mensurar, em estimativa aproximada, a dimensão do pleito;
b. Disponibilização dos meios pertinentes, sejam físicos ou eletrônicos, para a realização da pesquisa de mercado e da pesquisa de preços, as quais possibilitam a mensuração da dimensão do pleito e a verificação da aproximação do trabalho às práticas vigentes no mercado;

A presente demanda é proveitosa na medida em que se identifica que o serviço de locação de veículos, de forma a atender satisfatoriamente o Interesse Público, constituem uma necessidade em comum dos Municípios consorciados e do próprio Consórcio. Pelo exposto até aqui, os resultados pretendidos são:

a. O atendimento satisfatório da contratação;
b. O alcance de uma larga racionalização e economia aos gastos públicos;
c. A preservação do caráter ininterrupto das atividades administrativas e operacionais do CIMVALPI;
d. A prevenção de riscos ao Erário; e
e. O alcance de indicadores para a medição e aperfeiçoamento da gestão.

20) PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO;

20.1. A Administração do Consórcio Intermunicipal e Multissetorial do Vale do Piranga, objetivando a necessidade de contratação de empresa especializada em locação de veículos irá licitar o serviço. Após os resultados, será elaborado Termo de Referência, Publicação de Edital, a após os tramites da disputa, celebração de contrato.

20.2. Haverá necessidade de indicar servidores para a correta fiscalização do contrato em tela, evitando-se vícios ou desvios de conduta, bem como garantir o cumprimento das metas de eficiência e eficácia necessárias para o atendimento do objeto dessa contratação.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://assinador.com.br/verificar e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://assinador.com.br/verificar/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

21) DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL

21.1. Sob inteira responsabilidade da contratante, realizar manutenção preventiva e corretiva dos veículos, de acordo com as recomendações do fabricante, bem como substituição e descarte adequado de pneus, fluidos e lubrificantes.

21.2. Manutenção da regulagem dos veículos para que sejam minimizados os níveis de emissão de poluentes, visando contribuir com o atendimento dos programas de qualidade do ar, observados os limites máximos de emissão de gases, conforme legislação vigente.

22) PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÃO:

O CIMVALPI, no presente momento, se encontra com o plano anual de contratações vigente, conforme IN 30/2024.

23) CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Nos termos do art. 47, inc. II da Lei 14.133/21, a opção pelo critério de julgamento por item é obrigatória e deve ser aplicada sempre que se comprovar técnica e economicamente viável a sua adoção, a fim de ampliar a competitividade sem perda da economia de escala, como no caso em tela, será realizado por meio de pregão eletrônico através de menor preço por item.

Ponte Nova, 23 de maio de 2024.

João Paulo Ferreira
Gerente Administrativo

Hilton Antônio de Oliveira
Responsável pela Revisão
Oficial de Assessoramento Jurídico

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://assinador.iti.br/assinatura/index.xhtml e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://assinador.iti.br/validacao/verificacao.xhtml e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Anexo IV

MATRIZ DE RISCOS		
Risco 01		
Risco:	Definição de exigências desnecessárias, de caráter restritivo no Edital, especialmente no que diz respeito à qualificação técnica.	
Possibilidade:	Baixa	
Impacto:	Médio	
Nível de Risco:	Baixo	
Fase do processo de contratação:	Planejamento da contratação	
Alocação do Risco:	Contratante	
Danos:	Possibilidade de impugnações do edital na fase de seleção do fornecedor ou o certame restar deserto ou fracassado.	
	Atraso no certame e consequentemente, atraso para locação dos veículos.	
Ações preventivas/Setor responsável	Observar o que dispõe a Lei 14.133/2021.	Setor de Licitações/Agente de Contratação.
	Observar as orientações dos órgãos de orientação e fiscalização do CIMVALPI e/ou Municípios.	Setor de Licitações/Agente de Contratação.
Ações de contingência /Setor responsável:	Em caso de impugnação, republicação do certame, com a revisão dos itens de qualificação técnica.	Setor de Licitações/Agente de Contratação.
Risco 02		
Risco:	Impugnações do Edital de licitação, por motivos diversos, principalmente relacionados a erros de planilha e/ou de edital, termo de referência, especificações técnicas etc.	
Possibilidade:	Baixa	
Impacto:	Médio	
Nível de Risco:	Baixo	
Fase do processo de contratação:	Planejamento da contratação	
Alocação do Risco:	Contratante	
Danos:	Possibilidade de impugnações do edital na fase de seleção do fornecedor ou o certame restar deserto ou fracassado.	
	Atraso no certame e consequentemente, atraso para locação dos	

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://etcm.tce.mg.gov.br/autenticidade e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://etcm.tce.mg.gov.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

	veículos.	
Ações preventivas/Setor responsável:	Observar o que dispõe o Art. 19 da Lei 14.133/2021.	Setor de Licitações/Agente de Contratação.
	Observar as orientações dos órgãos de orientação e fiscalização do CIMVALPI e/ou Municípios.	Setor de Licitações/Agente de Contratação.
Ações de contingência /Setor responsável:	Em caso de impugnação, republicação do certame.	Setor de Licitações/Agente de Contratação.
Risco 03		
Risco:	O certame licitatório restar deserto, caso nenhuma empresa se interesse por sua execução ou fracassado, caso nenhuma das propostas apresentadas estejam dentro dos parâmetros estimados pela Administração.	
Possibilidade:	Média	
Impacto:	Alto	
Nível de Risco:	Baixo	
Fase do processo de contratação:	Seleção do fornecedor	
Alocação do Risco:	Contratante	
Danos:	Necessidade da republicação da licitação.	
	Atraso no certame e consequentemente, atraso para entrega dos veículos.	
Ações preventivas/Setor responsável:	Correto planejamento das exigências postas para a contratação.	Setor de Licitações/Agente de Contratação.
Ações de contingência /Setor responsável:	Verificar junto às empresas do ramo de atividade quais seriam os motivos do desinteresse pelo serviço no caso da licitação deserta ou revisão dos valores estimados no caso de licitação fracassada para uma possível repetição do certame.	Setor de Licitações/Setor demandante.
Risco 04		
Risco:	A empresa vencedora do certame quando convocada, não assinar a ata de registro de preço e/ou o termo de contrato.	

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://zeropapel.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Possibilidade:	Baixa	
Impacto:	Alto	
Nível de Risco:	Baixo	
Fase do processo de contratação:	Formalização contratual	
Alocação do Risco:	Contratante	
Danos:	Atrasos para entrega dos veículos.	
Ações preventivas/Setor responsável:	Prever, dentre as cláusulas do Termo de Referência, sanções que contemplem esta situação.	Setor demandante.
	Observar o prazo de validade da proposta apresentada na fase de licitação e enviar o contrato para assinatura dentro do prazo de vigência da proposta.	Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos administrativos.
Ações de contingência /Setor responsável:	Nos termos dos §2º e 4º do Art. 90 da Lei 14.133/2021, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração da ata de registro de preços e/ou contrato.	Setor de Licitações/Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos administrativos.
	Aplicar as sanções previstas na contratação, Art. 90, §5º, da Lei 14.133/2021.	Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos administrativos.
Risco 05		
Risco:	Atrasos na assinatura do contrato ou na entrega das garantias contratuais.	
Possibilidade:	Média	
Impacto:	Baixo	
Nível de Risco:	Baixo	
Fase do processo de contratação:	Execução contratual	
Alocação do Risco:	Contratante	
Danos:	Atrasos para entrega dos veículos.	

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://assinador.com.br/verificar e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://assinador.com.br/verificar/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Ações preventivas/Setor responsável:	Prever, dentre as cláusulas do Termo de Referência, sanções que contemplem esta situação.	Setor demandante.
	Observar os prazos previstos para entrega do contrato assinado e das garantias contratuais e acompanhar a entrega, notificando a contratada caso seja verificada a ocorrência de atrasos.	Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos administrativos.
Ações de contingência /Setor responsável:	Aplicar as sanções previstas na contratação, Art. 90, §5º, da Lei 14.133/2021.	Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos administrativos.
Risco 06		
Risco:	Risco de inadimplência da Contratante.	
Possibilidade:	Baixa	
Impacto:	Alto	
Nível de Risco:	Baixo	
Fase do processo de contratação:	Execução contratual	
Alocação do Risco:	Contratante	
Danos:	Em caso de atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, o Contratado poderá optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.	
Ações preventivas/Setor responsável:	Formalização do contrato para execução da locação dos veículos, preferencialmente com a garantia da disponibilidade do recurso orçamentário, indicada pelo setor competente.	Contabilidade/Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos administrativos.
Ações de contingência /Setor responsável:	Em caso de dificuldades no repasse de recursos orçamentários pelo ente consorciado, planejamento dos pagamentos para evitar a suspensão da execução da locação dos veículos pela Contratada.	Fiscalização técnica/Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos administrativos.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas, acesse https://assinador.iti.br/assinador/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Risco 07		
Risco:	Rescisão ou anulação do contrato, por culpa da Contratada.	
Possibilidade:	Baixa	
Impacto:	Alto	
Nível de Risco:	Baixo	
Fase do processo de contratação:	Execução contratual	
Alocação do Risco:	Contratada	
Danos:	Atrasos para entrega dos veículos.	
	Alteração dos custos inicialmente previstos para execução da entrega dos veículos.	
	Necessidade de realização de nova licitação ou de contratação de remanescente(s).	
Ações preventivas/Setor responsável:	Prever, dentre as cláusulas do Termo de Referência, sanções que contemplem esta situação.	Setor demandante.
Ações de contingência /Setor responsável:	Instaurar processo para aplicação das penalidades à Contratada.	Fiscalização técnica/Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos administrativos.
	Realizar a contratação do(s) remanescente(s), nos termos do Art. 90, §7º, da Lei 14.133/2021 ou realizar novo processo de licitação.	Setor demandante/Diretoria de Administração.
Risco 08		
Risco	Entrega do veículo com qualidade inferior à especificada no Termo de Referência.	
Possibilidade:	Média	
Impacto:	Alto	
Nível de Risco:	Médio	
Fase de processo de contratação:	Execução contratual	
Alocação do Risco:	Contratada	
Danos:	Inexecução do contrato.	
	Ausência de entrega dos itens para atender as necessidades.	
Ações Preventivas/Setor	Fiscalizar continuamente a execução do contrato.	Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://assinador.iti.br/assinatura/index.xhtml e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://assinador.iti.br/validacao/verificacao.xhtml e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

responsável:		administrativos.
	Prever, dentre as cláusulas do Termo de Referência, sanções que contemplem esta situação.	Setor Demandante.
	Fazer a conferência dos veículos solicitados no ato do recebimento, tendo em mãos a descrição dos veículos licitados.	Setor demandante e/ou responsável designado pela fiscalização do contrato.
Ações de contingência/Setor responsável:	Notificar prontamente a Contratada sempre que verificada a necessidade de substituição do veículo a fim de adequar ao descritivo do Termo de Referência.	Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos.
	Aplicação das sanções previstas na contratação.	
Risco 09		
Risco:	Descrição dos itens/objetos incompleta ou muito restritiva.	
Possibilidade:	Baixa	
Impacto:	Alto	
Nível de Risco:	Baixo	
Fase do processo de contratação:	Planejamento da contratação	
Alocação do Risco:	Contratante	
Danos:	Locação de veículos de qualidade inferior à pretendida.	
	A licitação restar-se frustrada ou deserta.	
	Necessidade de republicação do certame ocasionando atraso na aquisição dos produtos.	
Ações preventivas/Setor responsável:	Identificar a necessidade a ser atendida e descrever o objeto de forma clara e suscinta.	Setor demandante.
Ações de contingência /Setor responsável:	Descrição dos itens/objetos mantendo apenas as características essenciais no detalhamento dos veículos, para aumentar a chance de sucesso na locação de um veículo de qualidade.	Setor demandante.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas, acesse https://assinador.iti.br/assinador/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Risco 10		
Risco:	Atrasos no recebimento dos veículos.	
Possibilidade:	Média	
Impacto:	Alto	
Nível de Risco:	Médio	
Fase do processo de contratação:	Execução Contratual	
Alocação do Risco:	Contratada	
Danos:	Ausência de itens indispensáveis para utilização dos veículos.	
Ações preventivas/Setor responsável:	Prever, dentre as cláusulas do Termode Referência, sanções que contemplem esta situação.	Setor demandante.
Ações de contingência/Setor responsável:	Instaurar processo para aplicação das penalidades à Contratada nos termos da *IN CIMVALPI Nº 014/23* e alterações posteriores.	Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos.
Risco 11		
Risco:	Modificação da legislação, regulamentos e normas que causem alterações no item inicialmente contratado.	
Possibilidade:	Baixa	
Impacto:	Baixo	
Nível de Risco:	Baixo	
Fase de processo de contratação:	Execução Contratual	
Alocação do Risco:	Contratante	
Danos:	Alteração dos custos e/ou prazos inicialmente previstos para execução da locação do veículo.	
Ações preventivas/Setor responsável:	Não identificadas.	
Ações de contingência/Setor responsável:	Revisão do escopo da contratação, realizando-se uma alteração contratual de prazo e/ou financeira, a ser analisada no caso concreto.	Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://assinador.iti.br/assinatura/index.xhtml e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://assinador.iti.br/assinatura/index.xhtml e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

ANEXO V

Termo de Referência

1. DA INDICAÇÃO DO OBJETO - Definição, Natureza, Quantitativo, Prazos e Possibilidade prorrogação

1.1. - Contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos para o transporte de pessoas, materiais, documentos e pequenas cargas, para atender demanda do CIMVALPI, bem como do Município de Dom Silvério.

1.2. - No presente caso, o serviço é caracterizado como comum e de natureza continuada. Posto isto, a previsão de vigência do contrato é de 12 meses, a contar da data de sua assinatura, dessa forma, a Ata de Registro de Preços deverá vigorar pelo mesmo período, e expirar-se-á ao término do respectivo exercício financeiro.

1.3. - Ao presente Termo, aplicam-se as estimativas quantitativas, apresentadas no Estudo Técnico Preliminar e replicados no item 3 deste Termo.

1.4. - O presente serviço será prestado sob demanda, de acordo com a necessidade da administração. Só será efetuado o contrato administrativo em caso de necessidade e em cumprimento ao disposto na Lei nº 14.133/21. Ao final do processo licitatório será realizada a assinatura da ata de registro de preços, válida por 12 meses conforme exposto no subitem "1.2". É previsto a possiblidade de sua prorrogação pelo período de até 05 (cinco) anos, prorrogável por até 10 (dez) anos, com amparo legal nos termos do artigo 105 e seguintes da lei 14.133/21.

2. DA JUSTIFICATIVA – Fundamentação e Descrição da necessidade da contratação.

2.1. - Conforme apresentado em DFD expedido pela gerência administrativa do CIMVALPI, no intuito de elaborar estudo prévio para análise de viabilidade técnica, financeira e orçamentária para LOCAÇÃO DE VEÍCULOS utilitários que comportem 05 (cinco) passageiros; SUV's; Sedans; utilitários que comportem 07 (sete) passageiros (tipo minivans); Pick-up que comportem 02 (dois) passageiros e Caminhonete 4x4, sem fornecimento de combustível e sem motorista, incluindo manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças, seguro e/ou proteção veicular, inclusive contra terceiros, para o transporte de pessoas, materiais, documentos e pequenas cargas, com a finalidade de atender demanda do CIMVALPI, bem como dos Municípios que o integram. Ampliou-se desta forma o Estudo, com amplo levantamento das soluções de mercado para atendimento das necessidades tanto do CIMVALPI, quanto para os demais entes consorciados interessados na contratação destes serviços via Consórcio. Com levantamento realizado dentro da Coordenadoria de Planejamento e Direção de Contatos administrativos do CIMVALPI, considerou-se ainda a possibilidade de interesse por

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://assinador.iti.br/assinatura/index.xhtml e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://assinador.iti.br/validacao/verificacao.xhtml e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

parte dos entes consorciados apresentarem demandas durante a fase de publicação da intenção de Registro de Preços.

3. DO QUANTITATIVO E CUSTO ESTIMADO – Especificação, Requisitos de qualidade, durabilidade e segurança

3.1. - Após Consolidada Pesquisas de Preços constante no item 12 do Estudo Técnico Preliminar, dado as especificidades de cada veículo, a metodologia aplicada para a definição da precificação se deu por itens. A média aritmética dos valores obtidos nas pesquisas de preços foram realizadas considerando os parâmetros dispostos no artigo 6º, inciso IV, da IN 07/2022 no âmbito do Consórcio CIMVALPI, que dispõe sobre o procedimento para realização de pesquisa de preços.

3.2. - Foram consultados os preços através de pesquisa direta com fornecedores, através de solicitação via email e celular android com empresas do ramo de locação de veículos, no âmbito do Estado de Minas Gerais, onde se situa o CIMVALPI e os municípios consorciados Insta elucidar que procedimento anterior realizado no Pregão 001/2024, cujo objeto foi o mesmo deste, a licitação resultou em sobrepreço, tendo sido assim, determinado pela Diretoria Técnica Administrativa do Consórcio a realização de novo certame, havendo desta vez a realização de cotação de preços diretamente com locadoras de automóveis no Estado de Minas Gerais afim de se buscar preços compatíveis ao mercado.

As locadoras foram escolhidas de maneira aleatória, sendo feito contato com várias do ramo de locação de veículos, findando o balizamento de preços com aquelas que enviaram cotações referente a demanda feita pelo Consórcio.

3.3. - Através de levantamento realizado junto da Diretoria Técnica Administrativa e Setor de Frotas do CIMVALPI, além de demanda apresentada pelo município de Dom Silvério, apontou necessidade de locação dos respectivos quantitativos e qualificativos (modelos) de veículos:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE FRANQUIA (ANO)	UNIDADE	VALOR MENSAL ESTIMADO
1	Veículo, capacidade de 5 (cinco) passageiros, motorização mínima de 1.0, potência acima de 75 CV, direção elétrica ou hidráulica, combustível flex (gasolina/álcool), 04 (quatro) portas, ar condicionado, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade,	108 (CIMVALPI)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.090,00 RACHID VEÍCULOS S/A R$2.750,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS R$3.559,48

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://assinador.com.br/verificar e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar as assinaturas, acesse https://assinador.com.br/verificar/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

	faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	80 (DOM SILVÉRIO		M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$3.220,59 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.155,01
2	Veículo, Sedan ou Sedan Executivo, 04 (quatro) portas, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, distância mínima entre os eixos de 2,60 cm, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	108 (CIMVALPI)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.700,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$2.989,98 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$4.648,59 LOCALIZA
		50 (DOM SILVÉRIO)		**MÉDIA TOTAL R$3.779,52**
3	Veículo, tipo Minivan, motorização mínima 130 CV, com capacidade mínima para 07 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros	18 (CIMVALPI)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$4.150,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$6.415,98 M&M ALUGUEL DE CARROS

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas, acesse https://assinador.iti.br/assinador/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

	e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;			R$4.340,39 LOCALIZA
		30 (DOM SILVÉRIO)		**MÉDIA TOTAL R$4.968,79**
4	Veículo, tipo SUV, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	108 (CIMVALPI)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.990,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$4.700,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$2.570,90 M&M ALUGUEL DE CARROS
		20 (DOM SILVÉRIO)		R$4.035,19 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.824,02
5	Veículo, pick-up, motorização mínima de 75 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica,	36 (CIMVALPI)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$4.100,00 RACHID VEÍCULOS S/A

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://assinador.iti.br/assinatura/index.xhtml e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://assinador.iti.br/assinatura/index.xhtml e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

	combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;			R$3.850,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$3.998,95 M&M ALUGUEL DE CARROS
		30 (DOM SILVÉRIO)		R$3.457,39 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.851,58
6	Veículo, caminhonete 4x4, cabine dupla, motorização mínima de 160 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS e AIRBAG, combustível diesel, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	18 (CIMVALPI)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$7.990,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$7.500,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
		20 (DOM SILVÉRIO)		R$9.789,88 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$9.990,19 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$8.817,51
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:		**R$2.507.552,18**		

3.4. - Conforme acima demonstrado, a estimativa do valor da contratação é de R$2.507.552,18 (dois milhões, quinhentos e sete mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e dezoito centavos).

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://casamagistrados.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://casamagistrados.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

3.5. - Aplicam-se aos requisitos de qualidade, durabilidade e segurança dos veículos as especificações apresentadas pelo fabricante, e condições de segurança apontadas no item "3.4" do Estudo Preliminar, mormente aos critérios para exigência mínima de ano de fabricação e itens de segurança obrigatórios e indispensáveis, bem como a realização periódica das manutenções preventivas, preditivas e corretivas quanto for o caso.

3.6. - As unidades de franquia basearam-se nas quilometragens normalmente utilizadas mensalmente para cada veículo locado. Sendo que no limite da franquia mensal (3.000 km) o quantitativo será abatido. Já em que pese haver excedente de quilometragem mensal, será feito pagamento proporcional a quilometragem utilizada, o que se dará em caso excepcional, posto que, ao servidor responsável pela fiscalização do contrato, caberá se atentar ao limite da unidade de quilometragem contratada.

3.7. - O quantitativo das franquias (ano) se estabeleceu visto que como citado em certidão anexa ao processo, o CIMVALPI possui atualmente locado 7 veículos **1.0/1.6**; 6 veículos **Sedan's**; 6 veículos **SUV's**; 1 veículo **4x4**; 1 veículo **4x2**, podendo haver um aumento no número de locação de veículos em razão da ampliação do quadro de funcionários do Consórcio e um possível excedente de quilometragem utilizado. Sendo assim para cada mês vigente do ano foi estimado 1 (uma) franquia, com uma reserva de franquia caso seja necessária para utilização. Vejamos exemplo abaixo:

Veículo, capacidade de 5 (cinco) passageiros: 7 (locados atualmente) x 12 (meses do ano) = 84 (franquias) + 24 (franquias/reserva) = **108 (franquias/ano)**

4. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E REGIME DE EXECUÇÃO

O critério de julgamento da proposta será o menor valor unitário por objeto, que consiste no valor necessário para locação de 1 (um) veículo, pelo período de 1 (um) mês. Sendo o regime de execução indireto.

5. LOCAL DE ENTREGA – Regras de Recebimento

5.1. - Os veículos deverão ser entregues na sede do CIMVALPI, situado na Rua Jaime Pereira, nº 127, Bairro Progresso, Ponte Nova/MG e/ou no escritório do Consórcio em Itabirito/MG, situado na Rua Pio XII, nº 109, sala 303, Bairro Centro, e também na sede dos Municípios consorciados, nos locais indicados pela Administração Pública Municipal que contratarem e os solicitarem.

5.2. - Considerando que a contratação por determinado modelo de veículo contemplado em Estudo se dará por demanda de determinado departamento, programa, ou secretaria, tanto para o CIMVALPI, quanto para os Municípios interessados na contratação, a entrega se dará mediante formalização do contrato relativo ao(s) respectivo(s) veículo(s).

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas, acesse https://assinador.iti.gov.br/assinador-web/verificador.jsf e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://assinador.iti.gov.br/assinador-web/verificador.jsf e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

5.3. - O prazo de entrega dos veículos será de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da solicitação. Dentro do mesmo período, o veículo solicitado deverá ser vistoriado na sede do CIMVALPI, ou do Município que o tenha solicitado.

5.4. - O recebimento provisório do objeto, para efeito de posterior verificação da sua conformidade com as especificações, será realizado no ato da vistoria do veículo no local de recebimento. Em se tratando de ente consorciado, a vistoria será acompanhada pelo departamento responsável vinculado à Secretaria de Transportes do Município indicado no pedido, que reportará ao CIMVALPI, as condições de recebimento do veículo, manifestando aceite ou recusa, fundamentando os motivos no segundo caso. Recebido provisoriamente o objeto, o Gestor/Fiscal do Contrato terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para efetuar o recebimento definitivo.

5.5. - Na hipótese de haver concluído através da vistoria que o veículo solicitado atende as especificações exigidas na proposta, reputar-se-á como realizada a entrega, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo indicado no subitem anterior.

5.6. - Os veículos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando solicitado e entregue mais de um item, e havendo desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação à Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.7. - Na hipótese de substituição do item conforme estabelecido no subitem anterior, o prazo do gestor do contrato para o recebimento definitivo elencado no subitem 5.4 será suspenso, passando a correr novamente após a realização da vistoria.

5.8. - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

6.1. - Com a efetiva demanda do CIMVALPI e município de Dom Silvério, a solução para atendimento contempla a contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos. Naquilo que concerne ao ciclo de vida do objeto, caberá à Administração solicitar da empresa contratada relatório trimestral das revisões realizadas em cada veículo, sendo, portanto, 04 (quatro revisões) a cada período de 12 (doze) meses, acompanhado de cópia das notas fiscais e serviços de revisão realizados. Caberá ainda ao gestor do contrato delegar quando for o caso ao servidor responsável pelo gerenciamento da frota dos veículos do CIMVALPI e do Município, informar e reportar ao gestor do contrato as condições relativas à banda de rodagem dos pneus, não podendo em hipótese alguma os pneus apresentarem desgastes além dos limites impostos pelo fabricante, bem como eventuais deformidades como bolhas ou rachaduras.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://assinador.iti.br/assinador/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://assinador.iti.br/assinador/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

6.2. - Os relatórios sugeridos no subitem anterior devem observar as especificações da montadora naquilo que concerne limites de quilometragens e tempo para substituição de óleos, fluidos e lubrificantes, bem como as margens de segurança relativas a banda de rodagem de pneus, promovendo a troca e substituição sempre que necessário, observando neste último caso, a imediata substituição dos pneus, garantindo a segurança dos condutores e passageiros.

6.3. - Conforme previsto em estudo, sugere-se que a contratação se dê mediante realização de Pregão através do Menor Preço, em seu formato eletrônico com procedimento auxiliar de Registro de Preços, uma vez que trata-se de produtos comuns e da existência da inviabilidade de se precisar número exato de contratos a serem celebrados, já que a solicitação se dará por demanda apresentada pelos departamentos e programas do CIMVALPI, e secretarias dos Municípios.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO - Especificação da garantia exigida, Condições de manutenção e Assistência técnica

Além das garantias exigidas quanto aos itens de segurança obrigatórios e indispensáveis apontados em Estudo Preliminar e garantidas exigidas quanto aos serviços de revisão dos veículos, será regiamente observado as disposições contidas no Capítulo IX, Seções I e II da Lei 9.503/1977 que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro.

7.1 - DAS OBRIGAÇÕES

7.1.1. - **São obrigações da Contratante:**

I – Receber o objeto no prazo e condições avençadas neste termo, e pormenorizadas em Edital e seus anexos;

II – Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos itens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

III – Comunicar à Contratada dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, por escrito via e-mail sobre defeitos, imperfeições, mau funcionamento, falhas ou irregularidades verificadas nos veículos fornecidos, para que seja substituído, reparado ou corrigido, bem como do recolhimento dos veículos findo a vigência do contrato ou por quaisquer outros motivos que justifiquem a devolução;

IV – Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/empregado especialmente designado;

V – Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no instrumento contratual e seus anexos;

VI – O CIMVALPI não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas, acesse https://assinador.iti.br e utilize o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade deste documento acesse https://assinador.iti.br e utilize o código D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.1.2. - São obrigações da Contratada:

I – A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no instrumento contratual, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

II – Efetuar a entrega do objeto dentro dos critérios de exigência mínima de ano de fabricação e com todos os itens de segurança obrigatórios e indispensáveis apontados no subitem 3.4 do ETP. A entrega do objeto deverá ocorrer dentro do prazo e no local indicado.

III – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

IV – Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, bem como proceder com o recolhimento dos veículos findo a vigência do contrato ou por quaisquer outros motivos que justifiquem a devolução, devendo proceder ao recolhimento ou substituição dentro do prazo de até 05 (cinco) dias úteis;

V – Comunicar à Administração do CIMVALPI, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

VI – Manter, durante toda a vigência do instrumento contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

VII – Fornecer relatório trimestral informando as eventuais revisões realizadas nos veículos, descrevendo os serviços porventura realizados, descrevendo peças e componentes reparados ou substituídos;

VIII – Com base nas pesquisas no mercado automobilístico os veículos serão franqueados da seguinte forma:

a) **Veículo utilitário de passageiros**, capacidade de 5 (cinco) passageiros, motorização mínima de 1.0, potência acima de 75 CV, direção elétrica ou hidráulica, combustível flex (gasolina/álcool), 04 (quatro) portas, ar condicionado, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED ano de fabricação mínimo 2022, tendo franquia mensal de até 3 (três) mil km rodados, havendo pagamento proporcional para os casos em que ocorrer excedente de quilometragem;

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas, acesse https://assinador.iti.br/assinador/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

b) **Veículo Sedan,** 04 (quatro) portas, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freios ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022, tendo franquia mensal de até 3 (três) mil km rodados, havendo pagamento proporcional para os casos em que ocorrer excedente de quilometragem;

c) **Veículo utilitário de passageiros, tipo Minivan**, motorização mínima 130 CV, com capacidade mínima para 7 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022, tendo franquia mensal de até 3 (três) mil km rodados, havendo pagamento proporcional para os casos em que ocorrer excedente de quilometragem;

d) **Veículo tipo SUV**, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022, tendo franquia mensal de até 3 (três) mil km rodados, havendo pagamento proporcional para os casos em que ocorrer excedente de quilometragem;

e) **Veículo pick-up**, motorização mínima de 75 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022, tendo franquia mensal de até 3 (três) mil km rodados, havendo pagamento proporcional para os casos em que ocorrer excedente de quilometragem;

f) **Veículo caminhonete**, 4x4, cabine dupla, motorização mínima de 160 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS e AIRBAG, combustível diesel, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022, tendo franquia mensal de até 3 (três) mil km rodados, havendo pagamento proporcional para os casos em que ocorrer excedente de quilometragem;

IX – Os veículos deverão ter Seguro Total, com franquia de acordo com valores praticado pelas seguradoras, nos casos de colisão furto ou incêndio ou perda total; e proteção total contra terceiros para danos morais e materiais**.** Deverá ser contemplado as seguintes coberturas:

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://assinador.iti.br/assinatura/index.xhtml e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://assinador.iti.br/assinatura/index.xhtml e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Seguro:

Danos Corporais a terceiros	**R$ 100.000,00**
Danos Materiais a terceiros	**R$ 100.000,00**
Danos Morais a terceiros	**R$ 10.000,00**
Ocorrência de morte	**R$ 13.500,00**
Invalidez permanente e/ou total	**R$ 13.500,00**
Despesas médico hospitalares	**R$ 2.700,00**

X – No caso de problemas mecânicos, acidentes ou outras indisponibilidades, a contratada deverá substituir o veículo por outro com as mesmas especificações ou superior, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, sem nenhum ônus adicional para o CIMVALPI;

XI – Haverá um termo de recebimento e devolução constando a data e o horário, subscrito pelas partes, sendo que tanto para um quanto para o outro, estabelece-se que ambos ocorrerão respectivamente na sede do CIMVALPI ou do ente consorciado.

XII – Quando das revisões recomendadas pelo fabricante ou quando da execução dos serviços de que trata o presente Termo, a contratada, deverá providenciar a retirada e entrega do veículo nas dependências do CIMVALPI ou mesmo do ente consorciado que esteja vinculado;

XIII – No caso de revisões obrigatórias pelo fabricante, a contratada obriga-se a deixar outro veículo similar ou superior no lugar do veículo retirado;

XIV – A administração CIMVALPI, reserva-se o direito de efetuar sempre que for necessário, para verificação do desempenho dos veículos, podendo solicitar da contratada a substituição imediata daqueles veículos que não estejam atendendo ao contrato.

XV – A Contratada deverá colocar os veículos em adequadas condições de uso, correndo por sua conta toda e qualquer despesa com conservação, manutenção, reposição de pneus, peças e acessórios, funilaria e pintura de pequena monta.

XVI – Efetuar o pagamento das multas decorrentes de infrações de trânsito cometidas na condução dos veículos locados e solicitar o reembolso dos valores junto ao CIMVALPI ou do Município, e, este por sua vez, junto ao condutor responsável.

XVII – Responsabilizar-se por todas as despesas dos veículos utilizados na execução dos serviços, tais como licenciamento, seguro total, manutenção e outras que incidam direta ou indiretamente sobre os serviços ora contratados, inclusive acidente, para o que os veículos deverão estar segurados.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://assinador.ionline.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Página 488 de 1137 Pág: 43

XVIII – Manter todas as condições jurídicas, bem como as condições de habilitação e qualificação previstas em ETP e exigidas no Edital durante todo o período da contratação, devendo comunicar à CONTRATANTE, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. - Fica vedado neste ato, à Contratada, transferir, ceder, subcontratar, negociar, utilizar em qualquer hipótese como garantia ou instrumento de fiança ou caução, seja comercial ou bancária, bem como transacionar com terceiros de qualquer personalidade jurídica, as obrigações, responsabilidades e demais cláusulas estabelecidas no instrumento.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. - O modelo de execução do objeto observará o disposto na Lei 14. 133/21, condições dispostas em Edital, Contrato e instrumentos anexos, e naquilo que couber, observará o disposto na Lei nº 8.078, de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor, garantindo providências outras, bem como ainda as normas elencadas na Lei 9.503/1977 que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro.

10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1. - O contrato, quando assinado, deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, as normas da Lei 14. 133/2021, e naquilo que couber as disposições contidas em legislação civilista.

10.2. - Conforme já previsto, estima-se a vigência do contrato em 12 (doze) meses.

10.3. - As comunicações entre o CIMVALPI/MUNICÍPIO e o CONTRATADO, devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagens eletrônicas para este fim.

10.4. - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

10.5. - O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

10.6. - O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

10.7. - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://assinaturas.zeropapel.com.br/verificar/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

10.8. - O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapasse sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

10.9. - O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

10.10. - O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

10.11. - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

10.12. - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

10.13. - O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO PARA PAGAMENTO E REAJUSTE

11.1. - Não será necessária apresentação de garantia de execução contratual, posto que o pagamento é condicionado ao recebimento do objeto, resguardado o direito de responsabilização caso não haja entrega dos veículos nos prazos avençados.

11.2. - A Fatura deverá ser emitida no último dia útil do mês referente à prestação dos serviços e encaminhado ao Gestor do contrato para atesto;

11.3. - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após emissão da Nota Fiscal, devidamente atestada, por servidor designado pela Administração.

11.4. - Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal ou de Faturamento, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas, acesse https://assinador.iti.gov.br/assinador-web/verificacao.xhtml e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

11.5. - O pagamento será efetuado no prazo acima assinalado, de acordo com a quantidade veículos locados, no período, mediante emissão de ordem bancária em favor do contratado, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada, observado os prazos acima descritos.

11.6. - A Nota Fiscal deverá ser apresentada juntamente com o relatório dos serviços realizados, devidamente firmado por servidor competente, documentação hábil para comprovação da despesa.

11.7. - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá no mesmo prazo definido no subitem acima, após a data de sua apresentação válida.

11.8. - Nenhum pagamento isentará a licitante vencedor das responsabilidades contratuais, nem implicará em aprovação definitiva da prestação dos serviços total ou parcial.

11.9. - Não será permitida previsão de sinal, ou qualquer outra forma de antecipação de pagamento na formulação das propostas, devendo ser desclassificada, de imediato, a proponente que assim o fizer.

11.10 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o contratado não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

EM = I x N x VNF

EM= Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originalmente devido

I= Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

I = (1/100)

365

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento.

VNF = Valor da Nota Fiscal ou de Faturamento

12. DA FORMA DE PAGAMENTO

12.1. - Para efeito de pagamento será observada o disposto na Instrução Normativa 017/2023 e artigos 141 a 146 da Lei 14.133/2021.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://assinador.iti.br/assinatura/index.xhtml e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://assinador.iti.br/validacao/verificacao.xhtml e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

12.2. - A atividade de recebimento é condição prévia e essencial ao pagamento, representando a confirmação de que o objeto do contrato foi efetivamente executado em conformidade com os requisitos quantitativos, qualitativos, bem como o preço, a forma e prazo estipulados, tudo conforme previsto em Edital.

12.3. - Em se tratando de locação de bens, o recebimento é condição prévia da contraprestação pelo CIMVALPI/MUNICÍPIO do fornecimento do objeto, representando a confirmação de que o objeto do contrato foi efetivamente executado em conformidade com os requisitos qualitativos, quantitativos, bem como o preço (art. 6º, inc. II alínea "a" IN CIMVALPI 017/2023).

12.4. - Para fins do contrato celebrado, será emitido Nota Fiscal ou Fatura de Locação como documento para liquidação e pagamento com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis do vencimento.

12.5. - Caso os dados do documento de cobrança estejam incorretos, a Administração informará ao fornecedor e este emitirá novo documento de cobrança, escoimada daquelas incorreções, abrindo-se, então, novo prazo de pagamento.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13.1. - Contratação de pessoa jurídica (empresas), que tenha compatibilidade com o objeto quanto à execução do serviço de locação e entrega dos veículos abaixo reiterados:

13.1.1. - Veículo utilitário de passageiros, capacidade de 5 (cinco) passageiros, motorização mínima de 1.0, potência acima de **75 CV**, direção elétrica ou hidráulica, combustível flex (gasolina/álcool), 04 (quatro) portas, ar condicionado, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;

13.1.2. - Veículo Sedan 04 (quatro) portas, motorização mínima de **111 CV**, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, distância mínima entre os eixos de 2,60 cm, ano de fabricação mínimo 2022;

13.1.3. - Veículo utilitário de passageiros, tipo Minivan, motorização mínima **130 CV**, com capacidade mínima para 7 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas, acesse https://assinaturas.facilitagov.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

13.1.4. - Veículo tipo SUV, motorização mínima de **111 CV**, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;

13.1.5. - Veículo pick-up, motorização mínima de **75 CV**, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;

13.1.6. - Veículo caminhonete, 4x4, cabine dupla, motorização mínima de **160 CV**, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS e AIRBAG, combustível diesel, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;

13.2. - Pessoas jurídicas poderão participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas contidas no art. 15 da Lei 14.133/2021.

13.3. - O critério de aceitabilidade de preços será o valor unitário por item, estimado para a contratação.

13.3.1. - O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (Art. 59, §3º da Lei 14.133/2021 e IN CIMVALPI nº 007/2022 - **https://www.cimvalpi.mg.gov.br/phocadownload/instrucao_normativa_007_2022.pdf)**

13.4. - Ultrapassado o atendimento quanto à exigência de Requisitos Descritivos acima elencados, para seleção do fornecedor, deverá ser regiamente observados os Requisitos de Habilitação respectivamente quanto à pessoa jurídica, bem como os Requisitos Obrigacionais sobretudo de regularidade fiscal, incluindo participação de cooperativas conforme a abaixo reiterado:

13.4.1. - **Requisitos Obrigacionais**

Os requisitos obrigacionais mínimos exigidos, deverão atender às disposições contidas no OBJETO deste Estudo, além daqueles previstos em Lei, dos quais podemos destacar: "REQUISITOS DE HABILITAÇÃO" e "REQUISITOS DE REGULARIDADE FISCAL", "REGULARIDADE SOCIAL E FUNDIÁRIA" Mas conforme mencionado, para além disso, deverá ser observado o regramento legal contido na Lei 14.133/21, bem como as exigências contratuais.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas, acesse https://assinador.iti.gov.br/assinador-web/verificacao.xhtml e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
:: D440-F4E3-835F-E00A

As condições de habilitação, informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante serão divididos em jurídica; técnica; fiscal; social; fundiária; trabalhista e econômico-financeiro, conforme previsto nos artigos 62 e 65 da Lei 14.133/202.

Conforme disposto no § 4º do artigo 69 da nova lei, a Administração CIMVALPI, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio liquido equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contração.

A documentação referida deverá ser apresentada na forma prevista no artigo 70 da Lei 14.133/2021.

13.4.2. - **Regularidade Fiscal**: O licitante deverá encontrar-se de forma regular perante suas obrigações com a legislação tributária federal, estadual, municipal, seguridade social e o fundo de garantia por tempo de serviço. Cumpre aqui ressaltar que regularidade não implica em quitação. Regularidade é a comprovação de que a empresa atende todas as exigências do fisco.

São os seguintes documentos exigidos por lei que provam sua regularidade:

a) **Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoas Física e Jurídica:** Cadastro de Pessoa Física – CPF e Cadastro Nacional de Pessoa Jurídicas – CNPJ. Ambos são expedidos pela Secretaria da Receita Federal
b) **Prova de Inscrição no cadastro de contribuintes, ICMS/ISS:** Inscrição Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação. A Inscrição Estadual é emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda e Planejamento.
c) **Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais emitida pela Receita Federal**. Poderá ser solicitada na Agência da Receita Federal, em qualquer localidade do respectivo Estado, cuja validade é de 180 (cento e oitenta) dias. Também poderá ser emitida pelo site www.receita.fazenda.gov.br com validade de 30 (trinta) dias a contar da sua emissão.
d) **Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual:** Certidão emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual, podendo ser solicitada em qualquer posto de atendimento da Secretaria de Fazenda Estadual. Esta certidão terá validade de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.
e) **Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal:** Esta certidão deverá ser emitida pela Secretaria Municipal do Município onde o imóvel encontra-se localizado.
f) **Certificado de regularidade do FGTS.**

13.5. – RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://assinador.iti.br/assinatura/index.xhtml e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://assinador.iti.br/assinatura/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

a. Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, observado o prazo de validade da respectiva certidão, considerando tratar-se de haver unidades da federação que dispões de prazos de validade distintos, bem como prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

a.1. Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

b. Balanço patrimonial e demonstração do resultado (DRE) do último exercício social exigível, devidamente assinado pelo responsável legal da empresa e por contador habilitado, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

b.1. Para aquelas empresas constituídas a menos de 01 (um) ano ou no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da empresa, devidamente assinados pelo seu representante legal e pelo contador responsável, em cópia autenticada ou via original.

c. Demonstrações que comprovem a boa situação econômico-financeira da licitante será efetuada com base nos índices e resultados financeiros, extraídos do balanço apresentado na forma acima. a empresa deverá apresentar alternativamente Índice de Liquidez Geral = igual ou superior a 1 (um); Índice de Liquidez Corrente = igual ou superior a 1 (um) ou Comprovação de Patrimônio Líquido ou Capital Social, **com valor igual ou superior a 10% (dez por cento) do total estimado da prestação de serviços para o período de 12 (doze) meses.** ***(grifo nosso)***

Acerca da indevida exigência cumulatividade de índices de liquidez e capital social, vejamos entendimento da Corte de Contas da União:

REPRESENTAÇÕES. CONCORRÊNCIA. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE PASSAGEIROS. POSSÍVEL RESTRIÇÃO AO CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME E DIRECIONAMENTO DO SEU RESULTADO. CONCESSÃO DE CAUTELAR. OITIVAS. AGRAVO DA ENTIDADE LICITANTE. PERICULUM IN MORA REVERSO. CONHECIMENTO DO RECURSO E SUSPENSÃO DA CAUTELAR ANTERIORMENTE CONCEDIDA. CUMULAÇÃO INDEVIDA DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO E GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL PARA FINS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. PROCEDÊNCIA PARCIAL. DAS REPRESENTAÇÕES. REVOGAÇÃO DA CAUTELAR. PERDA DE OBJETO DO AGRAVO, EM DECORRÊNCIA DA APRECIAÇÃO DO MÉRITO DA MATÉRIA REPRESENTADA. **"Para fins de qualificação econômico-financeira, a Administração pode exigir das licitantes, de forma não cumulativa, capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo ou garantias que assegurem o adimplemento do contrato a ser celebrado, no caso de compras para entrega futura e de execução de obras e serviços"**. Enunciado da Súmula de Jurisprudência do TCU 275.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://assinador.iti.br/assinador/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

(TCU - RP: 02938620144, Relator: MARCOS BEMQUERER, Data de Julgamento: 26/10/2016, Plenário)

Para além disso, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, na Instrução Normativa nº 02/2010, expressamente definiu que, caso o licitante apresente Índice de Liquidez inferior a 01 (um), **lhe é facultada, para comprovação da qualificação financeira, a apresentação do capital mínimo ou do patrimônio líquido mínimo ao atendimento do certame**:[6]

Art. 43. Os atos convocatórios devem conter cláusulas que assegurem o cumprimento das disposições contidas nesta norma, bem como as descritas nos incisos seguintes, de modo a explicitar que: V – a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas (...).

V – a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas (...).

Art. 44. O instrumento convocatório deverá prever, também, que as empresas que apresentarem resultado igual ou menor que 01 (um), em qualquer dos índices referidos no inciso V do art. 43 desta norma, quando da habilitação, deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo...

13.5.1. Os documentos solicitados que não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento serão considerados válidos aqueles que emitidos (ou cujas pesquisas tenham sido realizadas) em data não superior a 60 (sessenta) dias retroativos, a contar da data da sessão pública de abertura deste certame.

13.5.2. Será inabilitada a licitante que não comprovar sua regularidade, deixando de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido em Edital, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

13.5.3. No caso de inabilitação, a Pregoeira retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

13.6. - **Possibilidade de participação de cooperativas -** Em que pese o entendimento sumulado pelo Tribunal de Contas da União, no enunciado nº 281, de acordo com o qual é vedada a participação de cooperativas em certame licitatório quando houver necessidade de subordinação de mão de obra, **verifica-se que tal entendimento não é aplicável ao presente caso, quando a prestação do**

[1] https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas-revogadas/instrucao-normativa-no-02-de-11-de-outubro-de-2010-revogada-pela-in-no-3-de-2018

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://assinador.iti.br/assinatura/index.xhtml e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://assinador.iti.br/validacao/verificacao.xhtml e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

serviço de locação não demanda a subordinação de mão de obra. Isso porque, o objeto do presente procedimento licitatório gira em torno da contratação de empresa de locação de veículos (enquadramento dos CNAE 7711-0/00 (locação de veículos sem motorista)), não restando caracterizada situação de subordinação, o que afasta a vedação da Corte de Contas.

13.7. - DEMAIS REQUISISTOS DE PARTICIPAÇÃO

13.7.1. - Além dos requisitos obrigacionais e regularidade fiscal elencados; notadamente no subitem 13.4.2. – Certificado de Regularidade FGTS, que poder-se-á ser enquadrado como garantia da regularidade social. A habilitação das licitantes será realizada mediante a apresentação da seguinte documentação complementar:

13.7.1.1. - Comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor anual estimado da contratação, quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, informados pelo Sicaf, for igual ou inferior a 1;

13.7.1.2. - Comprovante de inscrição e situação cadastral emitido pela Receita Federal do Brasil que comprove a atividade econômica principal ou secundária como sendo Locação de Automóveis sem Condutor (CNAE);

13.7.1.3. - Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante;

13.7.1.4. - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011;

13.7.1.5. - Um ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove(m):

13.7.1.6. - Aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com os objetos desta licitação, demonstrando que a licitante gerencia ou gerenciou serviços de locação de veículos, com no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do número de veículos que serão necessários para suprir a demanda em decorrência desta licitação;

13.7.1.7. - Experiência mínima de 3 (anos) anos na prestação de serviços de locação de veículos, ininterruptos ou não, até a data da sessão pública de abertura do Pregão. Os períodos concomitantes serão computados uma única vez;

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://casamagistral.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar as assinaturas, acesse https://casamagistral.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

13.7.1.8. - Para a comprovação de tempo de experiência, poderão ser aceitos cópias de contratos ou outros documentos idôneos, mediante diligência da Pregoeira.

13.7.1.9. - Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica.

13.7.1.10. - O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica deverá(ão) se referir a serviços prestados, no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária, especificada no contrato social, devidamente registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB.

13.7.1.11. - As licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados.

13.7.1.12. - Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do respectivo contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

CIMVALPI:

01.01.03.04.122.0001.2012 Locação de Máquinas, Veículos e Equipamentos.
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00104
Fonte: 1.500.000

01.01.01.04.122.0001.2005 Manutenção das Atividades do Fórum dos Prefeitos
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00047
Fonte: 1.703.000

01.01.01.04.122.0001.2007 Manutenção das Atividades dos Serviços Administrativos – Recursos Consórcio
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00060
Fonte: 1.501.000

01.01.01.06.182.0001.2006 Manutenção das Atividades do Corpo de Bombeiros

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://assinador.com.br/verificar e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar as assinaturas, acesse https://assinador.com.br/verificar/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00070
Fonte: 1.500.000

01.01.02.04.122.0001.2008 Manutenção das Atividades da Diretoria Institucional
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00082
Fonte: 1.501.000

01.01.03.04.122.0001.2010 Manutenção das Atividades dos Serviços de Licitações, Contratações e Compras Compartilhadas -
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00098
Fonte: 1.501.000

01.01.03.04.122.0001.2016 Compras compartilhadas (recurso municípios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00114
Fonte: 1.500.000

01.01.04.08.243.0014.2018 Manutenção das Atividades dos Serviços de Acolhimento Institucional provisório para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00129
Fonte: 1.501.000
Fonte: 1.500.000

01.01.05.20.609.0001.2020 Manutenção das Atividades dos Serviços de Fiscalização Industrial e Sanitária
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00148
Fonte: 1.501.000
Fonte: 1.500.000

01.01.06.18.542.0001.2021 Manutenção das Atividades dos Serviços de Resíduos Sólidos Urbanos
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00160
Fonte: 1.501.000
Fonte: 1.500.000

01.01.06.18.542.0001.2022 Manutenção das Atividades dos Serviços de Resíduos Sólidos de Saúde
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00169
Fonte: 1.501.000

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://assinador.com.br/verificar e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar as assinaturas, acesse https://assinador.com.br/verificar/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

01.01.06.18.542.0001.2023 Manutenção das atividades dos serviços ambientais
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Ficha: 00180
Fonte: 1.501.000

01.01.07.15.451.0001.2026 Manutenção das Atividades dos Serviços e Obras Civis de Engenharia.
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00226
Fonte: 1.501.000

01.01.07.22.662.0001.2039 Manutenção da Usina de Asfalto
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00328
Fonte: 1.501.000

01.01.08.25.752.0001.2040 Manutenção Serviço de Engenharia Eletrica
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00342
Fonte: 1.501.000

01.01.09.06.182.0001.2043 Manutenção das Atividades da Defesa Civil
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00361
Fonte: 1.500.000
01.01.11.12.122.0001.2054 Manutenção dos Serviços Administrativos na Educação (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00384
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.361.0001.2047 Manutenção Ensino Fundamental (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00368
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.362.0001.2055 Manutenção Ensino Médio (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00370
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.363.0001.2048 Manutenção Ensino Profissional (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00372
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.364.0001.2049 Manutenção Ensino Superior (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00370

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://assinador.iti.br/assinatura/index.xhtml e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://assinador.iti.br/assinatura/index.xhtml e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.365.0001.2050 Manutenção Ensino Infantil (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00376
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.366.0001.2051 Manutenção Educação de Jovens e Adultos (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00378
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.367.0001.2052 Manutenção Educação Especial (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00380
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.368.0001.2053 Manutenção Educação Básica (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00382
Fonte: 1.500.000

DOM SILVÉRIO:

10.302.0428.2069.3.3.90.39.00 Manutenção da Assistência Médica e Odontológica
Ficha: 431
Fonte: 1.500.000.1002

26.782.0534.2087.3.3.90.39.00 Manutenção das Estradas Vicinais
Ficha: 627
Fonte: 1.500.000.0000

15.452.0323.2078.3.3.90.39.00 Manutenção do Setor de Obras
Ficha: 648
Fonte: 1.500.000.0000

15.452.0575.2089.3.3.90.39.00 Manutenção dos Serviços Urbanos
Ficha: 707
Fonte: 1.500.000.0000

04.122.0021.2077.3.3.90.39.00 Manutenção Atividades Secretaria Obras, Manut. E Agricultura
Ficha: 611
Fonte: 1.500.000.0000

04.122.0021.2007.3.3.90.39.00
Ficha: 96
Fonte: 1.500.000.0000

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://assinador.com.br/verificar e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://assinador.com.br/verificar/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

15. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1. - O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, na forma do Termo de Referência, do Edital de Licitação e da legislação aplicável, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

15.2. - Celebrado o respectivo instrumento contratual, será indicado o servidor responsável pela fiscalização quanto a execução do contrato.

15.3. - A designação do Fiscal do Contrato deverá ser efetuada por meio de Portaria.

15.4. - As responsabilidades atribuídas ao Fiscal do Contrato estão determinadas no artigo 4º , inc. II da IN CIMVALPI 005/2023, da qual deverão acompanhar e fiscalizar o contrato, avaliando a execução do objeto nos moldes contratados aferindo, a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação do objeto em confronto com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, exercendo suas atividades sob a coordenação e subordinação da gestão de contratos.

15.5 - Relativo ao CIMVALPI, durante a vigência deste a gestão do contrato competirá a empregada do CONSÓRCIO Sra. Iderde Graziane Gomes Corcini - GESTORA DE CONTRATOS.

15.6. - Relativo ao CIMVALPI, durante a vigência deste a fiscalização do contrato competirá ao empregado do CONSÓRCIO Sr. Carlos Eduardo Gonçalves da Silva (carloseduardo@cimvalpi.mg.gov.br).

15.7. - Caberá ao município definir seu Gestor/Fiscal do Contrato.

16. DAS SANÇÕES CONTRATUAIS

16.1. - Comete infração administrativa a Contratada que inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação, ensejar o retardamento da execução do objeto, fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

16.2. - Em caso de descumprimento contratual, total ou parcial, qualquer inadimplemento ou infração contratual, ao CONTRATADO, sem prejuízo da responsabilidade civil, e criminal que couber, ficará sujeito às penalidades previstas no artigo 156 da Lei 14.133/2021.

17. RESCISÃO

17.1. - O CIMVALPI/MUNICÍPIO poderá rescindir o Termo de Contrato, sem qualquer ônus, em caso de descumprimento total ou parcial de qualquer cláusula contratual

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://assinador.iti.br/assinatura/index.xhtml e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://assinador.iti.br/validacao/verificacao.xhtml e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

imposta ao Contratante, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, observado o disposto no artigo 137 da Lei 14.133/2021

17.2. - Também constitui motivo para a rescisão do contrato a ocorrência das hipóteses enumeradas nos incisos I, II e VIII do artigo supramencionado.

17.3. - Caso haja razões de interesse público devidamente justificadas nos termos do inciso VIII do artigo 137 da Lei nº 14.133/21.

17.4. - O procedimento formal de rescisão terá início mediante notificação escrita, encaminhada via postal, com aviso de recebimento, ou qualquer meio de notificação previsto em Lei.

17.5. - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

18. DOS CASOS OMISSOS

18.1. - Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste contrato reger-se-ão pelas disposições contidas nas Leis Federais 14.133/21; 8.078/90 e 10.406/2002 que fazem parte integrante deste contrato, independentemente de suas transcrições.

19. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

19.1. - A proposta deverá ser apresentada levando-se em consideração todas as exigências de seguro e encargos com todos os requisitos de habilitação da empresa, devendo ser detalhada com valores unitários em reais, contendo todos os requisitos descritivos dos itens licitados.

19.2. - Poderá ser prorrogado, a qualquer tempo, os prazos para credenciamento, recebimento das propostas ou lances.

19.3. - A presente licitação não importa necessariamente em Contratação, podendo revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato supervenientes comprovados ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

19.4. - A proponente contratante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a ilegalidade ou inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado ou, caso tenha sido vencedor, o cancelamento da ata de registro de preços, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas, acesse https://assinador.iti.br/assinador/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

19.5. - É facultado ao (a) pregoeiro (a) ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

19.6. - Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela pregoeira, sob pena de desclassificação/inabilitação.

19.7. - O não atendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua habilitação e a exata compreensão da sua proposta.

19.8. - As normas que disciplinam este processo serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre proponentes, desde que não comprometam o interesse da administração, a finalidade e a segurança da contratação.

19.9. - Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais

19.10. - A proponente vencedora assumirá integral responsabilidade pelos danos que causar ao Município ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes na execução dos serviços contratados.

Ponte Nova, 16 de maio de 2024.

João Paulo Ferreira
Gerente Administrativo

Hilton Antônio de Oliveira
Responsável pela Revisão
Oficial de Assessoramento Jurídico

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://assinador.ipm.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://assinador.ipm.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

QUANTITATIVO DOM SILVÉRIO PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE FRANQUIA (ANO)	UNIDADE	VALOR MENSAL ESTIMADO
1	Veículo, capacidade de 5 (cinco) passageiros, motorização mínima de 1.0, potência acima de 75 CV, direção elétrica ou hidráulica, combustível flex (gasolina/álcool), 04 (quatro) portas, ar condicionado, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	80 (DOM SILVÉRIO)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.090,00 RACHID VEÍCULOS S/A R$2.750,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS R$3.559,48 M&M ALUGUEL DE CARROS R$3.220,59 LOCALIZA **MÉDIA TOTAL R$3.155,01**
2	Veículo, Sedan ou Sedan Executivo, 04 (quatro) portas, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, distância mínima entre os eixos de 2,60 cm, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	50 (DOM SILVÉRIO)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.700,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS R$2.989,98 M&M ALUGUEL DE CARROS R$4.648,59 LOCALIZA **MÉDIA TOTAL R$3.779,52**

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0093.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
ROBERTA BARCELLOS GUIMARAES: 46974458649 Assinado de forma digital por ROBERTA BARCELLOS GUIMARAES:46974458649 Dados: 2024.05.06 16:29:58 -03'00'
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas, acesse https://assinaturas.serpro.gov.br/validador-ades e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar as assinaturas, acesse https://assinaturas.serpro.gov.br/validador-cades e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

3	Veículo, tipo Minivan, motorização mínima 130 CV, com capacidade mínima para 07 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	30 (DOM SILVÉRIO)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$4.150,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$6.415,98 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$4.340,39 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$4.968,79
4	Veículo, tipo SUV, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, **faróis em LED,** ano de fabricação mínimo 2022;	20 (DOM SILVÉRIO)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.990,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$4.700,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$2.570,90 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$4.035,19 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.824,02

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0093.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://assinador.com.br/verificar e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://assinador.com.br/verificar e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

ROBERTA BARCELLOS GUIMARAES:46974458649 Assinado de forma digital por ROBERTA BARCELLOS GUIMARAES:46974458649 Dados: 2024.05.06 16:30:20 -03'00'

5	Veículo, pick-up, motorização mínima de 75 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	30 (DOM SILVÉRIO)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$4.100,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$3.850,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$3.998,95 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$3.457,39 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.851,58
6	Veículo, caminhonete 4x**4, cabine** dupla, motorização mínima de 160 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS e AIRBAG, combustível diesel, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, **faróis em LED, ano de fab**ricação mínimo 2022;	20 (DOM SILVÉRIO)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$7.990,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$7.500,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$9.789,88 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$9.990,19 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$8.817,51

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0093.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://dioems.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

ROBERTA BARCELLOS GUIMARAES: 46974458649

Praça Presidente Vargas,143 - Centro
Dom Silvério / MG | CEP: 35440-000
Tel.: (31) 3857-1310 / 38571311
www.domsilverio.mg.gov.br
E-mail: gabinete@domsilverio.mg.gov.br

Ofício nº. 096/2024
Assunto: Indicação de Dotações
Serviço: Gabinete do Prefeito
Data: Dom Silvério/MG, 16 de maio de 2024.

Sra. Rozeli Aparecida Irias Contarini
Equipe de Apoio - Setor de Licitação - CIMVALPI

Segue abaixo a dotação visando contratação de serviço de agenciamento de passagens aéreas e terrestre:

Setor	Dotação	Ficha	Fonte
Manutenção do Gabinete	04.122.0020.2004.3.3.90.39.00	27	1.500.000.0000
Manutenção Atividades Secretaria Finanças e Administração	04.122.0021.2007.3.3.90.39.00	96	1.500.000.0000

Segue abaixo as dotações visando contratação de serviços contínuos de locação de veículos:

Setor	Dotação	Ficha	Fonte
Manutenção da Assistência Médica e Odontológica	10.302.0428.2069.3.3.90.39.00	431	1.500.000.1002
Manutenção das Estradas Vicinais	26.782.0534.2087.3.3.90.39.00	627	1.500.000.0000
Manutenção do Setor de Obras	15.452.0323.2078.3.3.90.39.00	648	1.500.000.0000
Manutenção dos Serviços Urbanos	15.452.0575.2089.3.3.90.39.00	707	1.500.000.0000
Manutenção Atividades Secretaria Obras, Manut. e Agricultura	04.122.0021.2077.3.3.90.39.00	611	1.500.000.0000
Manutenção Atividades Secretaria Finanças e Administração	04.122.0021.2007.3.3.90.39.00	96	1.500.000.0000

Assinado digitalmente por:
Jose Braulio Aleixo
CPF: ***.722.006-**
Certificado emitido por AC DOM SILVERIO
Data: 16/05/2024 08:36:11 -03:00

José Bráulio Aleixo
Prefeito Municipal de Dom Silvério

Esse documento foi assinado por Jose Braulio Aleixo. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://portaldeassinaturas.domsilverio.mg.gov.br/validate/MMNLH-C5E4N-D8MSR-2FA63

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas, acesse https://assinaturas.serpro.gov.br e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Página 508 de 1137 Pág: 45

MANIFESTO DE ASSINATURAS

Código de validação: MMNLH-C5E4N-D8MSR-2FA63

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- Jose Braulio Aleixo (CPF ***.722.006-**) em 16/05/2024 08:36

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

https://portaldeassinaturas.domsilverio.mg.gov.br/validate/MMNLH-C5E4N-D8MSR-2FA63

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

https://portaldeassinaturas.domsilverio.mg.gov.br/validate

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://portaldeassinaturas.domsilverio.mg.gov.br/validate/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

ANEXO VI

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - CIMVALPI**, pessoa jurídica de direito público na forma de associação pública, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.738.706/0001-83, com endereço à Rua Jaime Pereira, 127, bairro Progresso, Ponte Nova, Minas Gerais, representado neste ato pelo Diretor Técnico, **Júlio Corrêa Guimarães**, brasileiro, residente e domiciliado na rua Cristóvão Jacques, 367, apto 304 Bairro Imbaúbas, Ipatinga - MG, portador do RG nº 11.063.317 SSP/MG e inscrito no CPF: 012.041.256-00, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, institui a presente ARP - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, decorrente da licitação na modalidade Pregão Eletrônico, sob o número 010/2024 cujo objeto é o o Registro de preços para futura e eventual - Contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos para o transporte de pessoas, materiais, documentos e pequenas cargas, para atender demanda do CIMVALPI e do Município de Dom Silvério, conforme as condições especificadas no Edital, processada nos termos do Processo Administrativo nº 07.0098.2024.10, o qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, à luz da permissão inserta no art. 40, inciso II c/c o art. 78 inciso IV c/c os arts. 82 e 86, todos da Lei nº 14.133/2021 e regulamento do consórcio Instrução Normativa 019/2023 observadas as cláusulas e condições seguintes:

Órgãos gerenciador e participantes

1. A presente ARP é integrada apenas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR identificado no preâmbulo.

Registros formalizados

2. A presente ARP estabelece as cláusulas e condições gerais para o REGISTRO DE PREÇOS referente ao objeto descrito no preâmbulo, cujas especificações, preço, marca/modelo, quantitativo e fornecedor foram previamente definidos por meio do procedimento licitatório supracitado, conforme abaixo descrito resumidamente:

EMPRESA:					
CNPJ:		Telefone:		e-mail:	
Endereço:					
ITEM	QUANT	DESCRIÇAO	MARCA/MODELO	UNID	PREÇO (R$)

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://assinador.iti.br/assinatura/index.xhtml e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://assinador.iti.br/assinatura/index.xhtml e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

01					
VALOR TOTAL -					

2.1. Ao participar do procedimento licitatório, o fornecedor obriga-se ao cumprimento de todos os encargos estabelecidos na presente ARP, nos exatos termos do resultado final obtido no procedimento licitatório, quanto ao preço, a quantidade e as especificações do objeto registrado, integrando e complementado a presente ARP os seguintes documentos, os quais devem ser totalmente observados e cumpridos:
2.2. Termo de Referência (ou Projeto Básico) contendo as especificações técnicas completas e todas as condições gerais de execução do objeto.
2.3. Proposta comercial final com preço ajustado.
2.4. Edital Processo nº 07.0098.2024.10, referente ao Pregão Eletrônico nº 010/2024.

Cadastro reserva de fornecedores

3. Conforme consta no ANEXO A, também fica FORMALIZADO, conjuntamente com a presente ARP, CADASTRO RESERVA de licitante interessado em eventualmente assumir a titularidade do registro de preços, havendo REVOGAÇÃO ou RESCISÃO da ARP e segundo a ordem de classificação final no certame, POR GRUPO DO OBJETO, nos termos fixados no art. 82, inciso VII, e § 5º, inciso VI, da Lei 14.133/2021.
3.1. A formação de CADASTRO RESERVA vincula o licitante ao preço da proposta do titular, obrigando-se a assumir a titularidade em caso de cancelamento do registro do titular, observada a ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO.
3.2. A alteração da titularidade do registro dependerá da comprovação das condições de participação do particular registrado no cadastro reserva, da avaliação da qualidade do objeto indicado na sua proposta e do cumprimento das condições de habilitação, nos termos fixados no edital do certame.
3.3. Caberá ao agente de contratação responsável pelo julgamento do certame para seleção do titular da presente ARP realizar o procedimento de análise dos critérios indicados no item anterior.
3.4. Havendo alteração da titularidade do registro com base no CADASTRO RESERVA, deverá a ARP ser republicada para fins de eficácia.

Vigência da ARP

4. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 meses, podendo ser prorrogada por até mais 12 meses, mediante prévia e formal justificativa de interesse público da manutenção da ata, vantajosidade de preços, e existência de saldo., nos termos permitidos no art. 84 da Lei 14.133/2021.
4.1. A prorrogação da vigência da ARP dependerá da concordância das partes e de comprovação da vantajosidade dos preços.
4.2. A prorrogação da vigência da ARP será registrada mediante termo de prorrogação pactuado pelas partes nos autos de gestão da ARP.
4.3. prorrogação da vigência da ARP deverá ser publicada e divulgada nos termos previstos no item 20 deste documento.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://assinador.com.br/verificar com o código D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar as validades das assinaturas, acesse https://assinador.com.br/verificar com o código D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Contratações futuras

5. As contratações decorrentes da presente ARP poderão ser realizadas diretamente pelo órgão gerenciador, ou por cada um dos participantes (se houver, conforme indicação item 01), observados os quantitativos respectivamente previstos para cada procedimento de licitação, e as demais exigências e formalidades previstas na legislação.
5.1. Poderá haver, a critério do órgão gerenciador e desde que haja expressa concordância dos interessados envolvidos, REMANEJAMENTO DE QUANTITATIVOS previstos na ARP entre os ÓRGÃOS PARTICIPANTES, ou entre este(s) e o ÓRGÃO GERENCIADOR.
5.2. Em caso de licitação com critério de julgamento por GRUPO DE ITENS, as contratações futuras deverão ser realizadas, em regra, de forma proporcional para todos os itens de cada grupo, salvo justificativa técnica e desde que o valor registrado seja igual ou inferior aos preços contidos nas propostas dos demais licitantes e compatíveis com os preços de mercado, nos termos contidos no art. 82, § 2º, da Lei 14.133/2021.
5.3. A contratação decorrente deverá observar as condições fixadas no Edital Do Pregão Eletrônico nº 010/2024 e seus anexos.

Vínculos da ARP

6. A existência desta ARP não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.
7. O titular do registro de preços vincula-se integralmente, durante a vigência da ARP, ao cumprimento das obrigações contidas na ARP, bem como à formalização das contratações dela decorrentes, salvo cancelamento ou rescisão do registro, sob pena de sofrer as sanções administrativas previstas no Termo de Referência anexo.

Adesão de órgão ou entidade pública não participante

8. Desde que devidamente justificada a vantagem, qualquer órgão ou entidade da Administração Pública poderá solicitar a utilização da presente ARP (POR ADESÃO), durante sua vigência, independentemente da participação ou não na licitação sobredita, mediante anuências do órgão gerenciador e do particular titular do registro, nos termos previstos no art. 86, §§ 2º a 5º, da Lei 14.133/2021, desde que observadas as disposições abaixo:
9. O órgão ou entidade pública interessado na adesão deverá consultar prévia e diretamente o fornecedor titular da ARP, visando obter a concordância formal com a contratação pretendida.
9.1. É faculdade do fornecedor titular da ARP, observadas as condições nela estabelecidas, a aceitação ou não da contratação decorrente de adesão, independentemente de qualquer justificativa formal.
9.2. Cabe ao órgão ou entidade aderente encaminhar ao GERENCIADOR a concordância do fornecedor.
10. Proceder à consulta formal ao GERENCIADOR, por meio de ofício ou outro expediente competente, encaminhado para o e-mail institucional licitacao@cimvalpi.mg.gov.br, no qual deverá constar o objeto que interessa contratar, o respectivo quantitativo pretendido e a concordância do fornecedor

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://assinador.iti.br/assinador/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

para fins de análise e manifestação sobre a possibilidade de adesão.

11. O GERENCIADOR poderá recusar a adesão requerida, quer em face do fato de haver a possibilidade de prejuízo ao atendimento de suas próprias contratações, ou de participante da ARP, quer por não cumprimento de um dos requisitos fixados nesta ARP, sempre por intermédio de despacho fundamentado.

13. As contratações adicionais por adesão à presente ARP deverão cumprir rigorosamente os seguintes requisitos:

13.1. Não exceder, por órgão ou entidade pública aderente, a 100% do quantitativo total registrado para o órgão gerenciador e participante(s) (se houver), cumulativamente;

13.2. Não exceder no total das adesões já realizadas a 500% do quantitativo total registrado para o órgão gerenciador e participante(s) (se houver), independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem;

13.3. No caso de ITEM(NS)/GRUPO(S) com participação EXCLUSIVA À ME'S E EPP'S na licitação, o total das contratações decorrente da presente ARP (inclusive por adesões) não poderão totalizar mais que R$ 80.000,00.

13.4. Em caso de licitação com critério de julgamento por GRUPO DE ITENS, a contratação por adesão será realizada, em regra, de forma proporcional para todos os itens do grupo, salvo justificativa técnica e desde que o valor registrado seja igual ou inferior aos preços contidos nas propostas dos demais licitantes e compatíveis com os preços de mercado, nos termos contidos no art. 82, § 2º, da Lei 14.133/2021.

14. Autorizada a utilização da ARP pelo Órgão Gerenciador, o órgão ou entidade pública não participante (aderente) apenas poderá realizar a contratação autorizada, caso estejam presentes os seguintes requisitos temporais conjuntamente:

14.1. Em até 90 DIAS corridos, contados do recebimento da autorização, em razão da caducidade do ato, podendo o prazo ser prorrogado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, desde que solicitado pelo interessado e ainda vigente a ARP; e,

14.2. Apenas durante a vigência da presente ARP.

15. Quando da realização efetiva da respectiva contratação por adesão, deverá o órgão ou entidade aderente enviar ao GERENCIADOR, no prazo máximo de 05 DIAS ÚTEIS, contados da contratação, informar formalmente a contratação para fins de registro definitivo;

16. Caberá ao órgão ou entidade pública aderente a gestão de sua contratação, inclusive aplicando, garantida a ampla defesa e o contraditório, eventual sanção administrativa decorrente de descumprimento das obrigações contratuais, obrigando-se a informar as ocorrências e sanções aplicadas ao GERENCIADOR para fins de registro, observadas as regras e procedimentos fixados no Edital e seus anexos.

Atribuições do gerenciador da ARP

17. O GERENCIADOR promoverá o gerenciamento permanente e formal da presente ARP, inclusive com registro em processo administrativo de gestão de todas as contratações dela decorrentes, como também de todos os demais atos inerentes aos procedimentos de gestão.

17. Cabe ao setor ou servidor designado do ÓRGÃO GERENCIADOR, conforme regulamento operacional interno, as atribuições inerentes ao gerenciamento da presente ARP, particularmente quanto a(ao):

17.1. Providenciar a elaboração e publicação da presente ARP;

17.2. Encaminhar ao(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participantes a presente ARP,

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://casamagalhaes.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

como também suas eventuais e posteriores alterações, devidamente assinadas e publicadas;

17.3. Controlar, de forma permanente, a utilização da ARP para fins de contratações, durante toda sua vigência;

17.4. Receber, analisar, controlar e pronunciar-se quanto à solicitação de contratação interna do ÓRGÃO GERENCIADOR com base na presente ARP, ou em relação à solicitação de ADESÃO realizada por órgão ou entidade não participante desta ARP, inclusive indicando providência complementar necessária ou até recomendando o indeferimento fundamentado, observada a legislação vigente.

17.5. Emitir e encaminhar ofício formalizando a autorização para utilização da ARP por órgão ou entidade aderente, inclusive com a indicação do nome do fornecedor, quantitativos autorizados, valores unitários e totais, prazo de validade da autorização e demais condições de adesão.

17.6. Conduzir eventuais procedimentos de alterações dos preços registrados para fins de adequação às novas condições de mercado, observada a legislação vigente.

17.7. Propor, conduzir e pronunciar-se nos procedimentos de eventuais reajustes e revisões de preços, como também de cancelamentos e rescisões de registro contidos na presente ARP, bem como realizar, nesses casos, a publicação das novas condições da ARP e comunicação aos órgãos e às entidades participantes;

17.8. Propor aplicação, garantida a ampla defesa e o contraditório, de sanções decorrentes do descumprimento das obrigações assumidas na ARP, ou até em relação ao descumprimento das obrigações contratuais, unicamente referentes às contratações realizadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;

17.9. Receber e registrar as contratações efetivamente realizadas pelos órgãos ou entidades aderentes, bem como eventuais sanções por estes aplicadas ao(s) particular contratado(s) por descumprimento das obrigações assumidas na presente ARP;

17.10. Instruir os autos de gestão da presente ARP.

Atribuições do participante

18. Ao órgão ou entidade PARTICIPANTE cabe:

18.1. Tomar conhecimento da ARP, incluindo eventuais alterações, cancelamentos e revogações, a fim de utilizá-la de forma correta;

18.2. Verificar a conformidade das condições registradas na ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas para fins de renegociação ou cancelamento;

18.3. Observar e controlar o quantitativo máximo dos itens registrados em seu interesse, evitando contratações acima do limite permitido, bem como a utilização de itens diversos daqueles para os quais solicitou participação no certame;

18.4. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na ARP, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular;

18.5. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao ÓRGÃO GERENCIADOR.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://casamagalhaes.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Obrigações do fornecedor

19. O FORNECEDOR cujo preço conste registrado na presente ARP obriga-se a:
19.1. Retirar a respectiva nota de empenho ou ordem de fornecimento/serviços, bem como assinar o termo de contrato (se for o caso), no prazo máximo de 05 dias úteis, contados da convocação;
19.2. Indicar, no prazo máximo de 05 dias úteis, a concordância ou não em relação à(s) solicitação de adesão por órgão ou entidade da Administração Pública não participante, indicando expressamente que tal contratação não prejudicaria as obrigações presentes e futuras assumidas para com o ÓRGÃO GERENCIADOR e os participantes;
19.3. Observar rigorosamente todos as especificações técnicas, marcas, modelos, condições e prazos fixados no Termo de Referência (ou Projeto Básico) integrante da presente ARP, como também na sua respectiva proposta de preços, ressalvado prova idônea da ocorrência superveniente de fato impeditivo ou dificultador do cumprimento da obrigação, devidamente aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que justifique o fornecimento de bem de qualidade semelhante ou superior, ou a execução de forma diversa que resulte em igual ou superior resultado à contratante;
19.4. Respeitar as demais condições e obrigações contidas nos documentos indicados no item 2.1 desta ARP, ressalvada a ocorrência de fato(s) superveniente(s), comprovados(s) e aceito(s) pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;
19.5. Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela(s) CONTRATANTE(S) referentes às condições firmadas na presente ARP;
19.6. . Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
19.7. Prover condições que possibilitem o atendimento das obrigações firmadas a partir da data de homologação do procedimento licitatório;
19.8. Ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos contratantes e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na ARP;
19.9. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
19.10. Manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas na proposta, todas as condições de participação e de habilitação exigidas na licitação.

Publicidade e divulgação

20. A formalização da ARP, como também suas possíveis alterações, prorrogações, cancelamento e rescisões, serão publicados e divulgados no PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas, bem como, em forma de extrato, no Diário Oficial do Consórcio.
20.1. Todas as informações do presente registro de preço serão também disponibilizadas, durante sua vigência, no site do Consórcio na internet: https://diariooficial.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://casamagalhaes.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Alterações dos preços registrados

21. Os preços registrados poderão ser REAJUSTADOS, para mais ou para menos, com base na variação anual do INPC (IBGE), ou outro índice que venha a sucedê-lo, desde que decorridos 12 MESES, contados da assinatura da ARP.
22. A qualquer tempo, o preço registrado poderá sofrer REVISÃO em decorrência de comprovado desequilíbrio econômico-financeiro ocorrida no mercado, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR providenciar a pactuação/negociação de novo valor compatível com o de mercado, para cada ITEM/GRUPO do objeto registrado, observada a distribuição do ônus na forma da matriz de riscos, vinculada ao certame que deu origem à presente ARP.
22.1. Caberá a parte prejudicada a demonstração do impacto efetivo nos custos em decorrência da álea econômica extraordinária havida no mercado, não cabendo revisão de preços em casos de variação inflacionária ordinária, observando-se as regras previstas no art. 124 da Lei 14.133/2021.
22.2. Não havendo acordo em relação a pactuação/negociação do preço registrado, será o respectivo registro CANCELADO/REVOGADO, por cada ITEM/GRUPO do objeto registrado, sem aplicação de qualquer sanção ao particular, mantendo-se hígidas e vigentes as contratações já formalizadas ou solicitadas, bem como os demais itens/grupos não afetados pelo desequilíbrio de preços de mercado.
22.3. Em caso do CANCELAMENTO, e havendo CADASTRO RESERVA para o respectivo ITEM/GRUPO, deverão ser realizados os procedimentos previstos no item 4 desta ARP.
22.4. Toda alteração da presente ARP será publicada e divulgada, nos termos fixados no item 20 desta ARP.

Sanções administrativas por descumprimento de obrigações contidas na ARP

23. As empresas com preços registrados nesta ARP e signatárias dos respectivos contratos estarão sujeitas às sanções administrativas previstas no Termo de Referência, sem prejuízo de outras previstas em legislação pertinente e da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem.
23.1. Ao órgão gerenciador caberá a aplicação de sanções administrativas em relação ao descumprimento direto de obrigação contida nesta ARP, como também aos contratos por ele firmados em decorrência do presente registro de preços.
23.2. Cabe a cada órgão ou entidade participante a realização de procedimento para fins de apuração de responsabilidade e aplicação de sanções administrativas nos casos de inadimplemento em suas próprias contratações, comunicando ao gerenciador para fins de registro quaisquer sanções aplicadas.

Cancelamento/revogação e rescisão da ARP

24. O registro de preços poderá ser CANCELADO/REVOGADO, por ITEM/GRUPO, por iniciativa do ÓRGÃO GERENCIADOR, quando:
24.1. Por iniciativa do próprio titular do registro, desde que apresente solicitação formal, bem como haja comprovação de situação que impossibilite o cumprimento das exigências insertas nesta ARP, tendo em vista fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.
25. Presentes razões de conveniência e oportunidade ao interesse público,

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://casamagalhaes.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

devidamente justificadas, o registro de preços poderá ser RESCINDIDO, por iniciativa do ÓRGÃO GERENCIADOR, observada a gravidade da conduta e os reflexos em relação ao interesse público, quando o titular do registro:

25.1. Não executar de forma total ou parcial qualificada as obrigações presentes nesta ARP;

25.2. Recusar-se a retirar e assinar a nota de empenho ou instrumento contratual no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pelo órgão ou entidade Contratante;

25.3. Der causa à rescisão administrativa de dois ou mais contratos firmados com base neste ARP;

25.4. Não mantiver as condições de participação e de habilitação exigidas na licitação, salvo irregularidade temporária e sanável em até 30 DIAS;

25.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/2002;

26. O cancelamento/revogação do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado da autoridade competente do ÓRGÃO GERENCIADOR, mediante registro em termo de cancelamento/revogação assinado pelas partes interessadas.

26.1. Havendo cancelamento/revogação do registro, não caberá a aplicação de qualquer espécie de sanção administrativa ao titular do registro.

27. O cancelamento/revogação do registro desta ARP não poderá ser aceita em prejuízo ao interesse público.

28. A rescisão do registro de preços será determinada em decisão unilateral e fundamentada do ÓRGÃO GERENCIADOR, garantido o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo.

28.1. A rescisão do registro de preços poderá ensejar a abertura de procedimento de apuração da responsabilidade e aplicação de sanções administrativas em face do titular do registro.

Disposições finais

29. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com a legislação vigente, particularmente com a Lei 14.133/2021 e Instrução Normativa 19/2023.

30. Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Foro da Comarca de Ponte Nova – MG.

- CIMVALPI	
TESTEMUNHA:	TESTEMUNHA:
Nome: CPF/CI:	Nome: CPF/CI:

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://casamagalhaes.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

ANEXO VII

MINUTA CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO

Contrato nº _____/2024
Processo Administrativo n° 07.0098.2024.10

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - CIMVALPI, pessoa jurídica de direito público na forma de associação pública, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 19.738.706/0001-83, com endereço à Rua Jaime Pereira, 127, bairro Progresso, Ponte Nova, Minas Gerais, representando neste ato pelo Diretor Técnico **Júlio Corrêa Guimarães**, brasileiro, residente e domiciliado na rua Cristóvão Jacques, 367, apto 304 Bairro Imbaúbas, Ipatinga - MG, portador do RG nº 11.063.317 SSP/MG e inscrito no CPF: 012.041.256-00, denominado CONTRATANTE e [**RAZÃO SOCIAL DO CONTRATADO**], inscrito no CNPJ n° [**NÚMERO CNPJ**], com endereço [**ENDEREÇO COMPLETO**], representado por [**NOME COMPLETO, CPF E CARGO EXERCIDO NA EMPRESA**], tendo em vista o que consta no Processo nº 07.0098.2024.10 e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente de processo administrativo de contratação n° [**NÚMERO DO PROCESSO**], mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA

O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos para o transporte de pessoas, materiais, documentos e pequenas cargas, para atender demanda do CIMVALPI e do Município de Dom Silvério.

1.1. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade

1.2. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
1.2.1. O Termo de Referência anexo ao edital e a proposta final ajustada que embasou a contratação e eventuais anexos;

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://casa.ipm.com.br/portal/validacao com o código D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

2.1. O prazo de vigência da contratação é de até ___ de _____ de 2024, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2022, prorrogável nos termos do art. 107 Lei nº 14.133/2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual será o Regime Indireto.

3.2. A gestão do contrato competirá à servidora Iderde Graziane G. Corcini.

3.3. Os prazos e condições de conclusão, entrega constam do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório de acordo com o previsto no Termo de Referência, Anexo IV do edital.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. PREÇO

5.1.1. O valor total da contratação é de R$ ..... (.....), observados os valores unitários e total por item abaixo indicados:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.1.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos de objeto efetivamente executados, apurados na periodicidade mensal.

5.2. **FORMA DE PAGAMENTO**

5.2.1. O pagamento será realizado através de transferência eletrônica em conta bancária de titularidade da contratada, a ser indicada no documento fiscal ou por outro meio formal.

5.2.1.1 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a transferência eletrônica de pagamento.

5.3. **PRAZO DE PAGAMENTO**

5.3.1. O pagamento será efetuado no prazo até [**XXXXXX**], contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://casamagistral.com.br/verificar com o código D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

5.3.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

5.4. **CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento do objeto mediante ateste por parte do fiscal do contrato e do gestor de contrato.

5.4.2. Quando houver glosa parcial do valor a ser pago, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.4.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) a data da emissão;
b) os dados do contratante;
c) o período respectivo de execução do contrato;
d) o valor a pagar; e
e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.4.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.4.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.4.5.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.4.5.2. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE

O Contratante e a Contratada têm o direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato, em consonância com o disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

6.1. Reajuste de Preços:

6.1.1. Conceder-se-á reajuste de preços após o decurso de prazo de um ano, contado do 1º dia (inclusive) do mês subsequente ao da assinatura de contrato.

6.1.2. O índice de reajustamento será apurado pelo INPC.

6.1.3. Os preços contratuais não serão reajustáveis no caso de atrasos injustificados por parte da CONTRATADA, que impactem no prazo contratual de entrega do objeto.

6.1.4. As condições de reajustamento de preços estipuladas anteriormente poderão vir a ser alteradas, caso ocorra à superveniência de normas federais ou

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://casamagalhaes.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

estaduais que disponham de forma diferente sobre a matéria ou ainda no caso de extinção do índice utilizado como parâmetro.

6.2. Repactuação de Preços:

6.2.1. Ocorrendo fatores que impliquem em desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, considerando as bases pactuadas, poderá o contratado requerer revisão dos valores face ao art. 124, inciso II, alínea "d" da Lei Federal nº 14.133/2021. O equilíbrio econômico–financeiro só será admitido na hipótese de alteração de preços do(s) bem(ns), devidamente comprovada e espelhada a variação, que deve ser apresentada para avaliação do Contratante.

6.2.2. A Repactuação de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal n.º 14.133/2021e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente Instrumento, sendo que:

6.2.2.1. A Empresa Contratada deverá formular ao CIMVALPI requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações por ela contraídas;

6.2.2.2. A comprovação será realizada por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, publicações de data-base, alteração da legislação, alusivas à época da elaboração da proposta ou da última repactuação e do momento do pedido de revisão;

6.2.2.3. Com o requerimento, a Empresa Contratada deverá apresentar planilhas de custos unitários comparativa entre a data da formulação da proposta ou da última repactuação, e do momento do pedido de revisão, contemplando os custos unitários envolvidos, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor item pactuado; e

6.2.2.4. O CIMVALPI examinará o requerimento e, após análise e conferência dos valores, informará à Empresa Contratada quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

6.2.3. Independentemente de solicitação, o CIMVALPI poderá convocar a Empresa Contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o objeto registrado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

6.2.4. Os efeitos financeiros da repactuação de preços serão devidos a contar da data do evento que aumentou/diminuiu os custos, cabendo à parte interessada a iniciativa e o ônus de demonstrar, de forma analítica, o aumento ou redução do custo, observando-se que não serão devidos juros de mora e/ou atualização monetária.

6.2.5. As alterações decorrentes de repactuações e de reajustes de preços serão formalizadas por meio de Aditivos ao contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://casamagalhaes.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

7.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência ou Projeto Básico;
7.3. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
7.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
7.5. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
7.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao objeto executado, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato, conforme cronograma físico-financeiro;
7.7. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato e pelas demais infrações administrativas sujeitas à fiscalização do Contratante;
7.8. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
7.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações, inclusive de restabelecimento do reequilíbrio econômico-financeiro, e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste (Lei nº 14.133/2021, art. 123, caput).
7.10. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21.
7.11. Não praticar atos de ingerência na administração do Contratado, tais como:
7.11.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratado, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
7.11.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar no Contratado;
7.11.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores do Contratado, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;
7.11.4. Considerar os trabalhadores do Contratado como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
7.12. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
7.13. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
7.14. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://casamagalhaes.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

7.15. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
7.16. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1. Cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
8.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
8.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
8.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior.
8.4. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
8.5. Substituir no prazo fixado pelo fiscal do contrato os empregados alocados que não se mostrem adequados para a execução do objeto.
8.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
8.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.
8.8. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
8.9. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.
8.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, salvo na hipótese do §2º do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://casamagalhaes.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

8.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
8.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
8.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
8.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
8.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
8.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
8.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
8.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta.
8.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei nº 14.133/2021).
8.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
8.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.
8.22. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.
8.23. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.
8.24. Garantir o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
8.25. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado.
8.26. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://casamagalhaes.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

8.27. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.
8.28. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
8.29. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
8.30. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
8.31. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
8.32. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
8.33. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
8.34. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.
8.35. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
8.36. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
8.37. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:
8.37.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.
8.37.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.
8.38. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9. CLÁUSULA NONA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://casamagalhaes.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência da garantia da contratação de que tratam o art. 96 da Lei nº 14.133/21, por se tratar de contratação de baixo risco ou complexidade que justifique a exigência de garantia de execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Nos termos dos arts. 155 a 162 da Lei nº 14.133/2021, serão aplicadas as sanções administrativas nas seguintes hipóteses:

11.1.1. Advertência, aplicável ao responsável que der causa à inexecução parcial do contrato quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.1.2. Impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, aplicável ao responsável que:

11.1.2.1. Incorrer na inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CONSÓRCIO, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.2.2. Incorrer na inexecução total do contrato;

11.1.2.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.2.4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.2.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.2.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.1.3. Declaração de idoneidade para licitar ou contratar, aplicável ao responsável que:

11.1.3.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

11.1.3.2. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.3.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.3.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.3.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013[1];

---

[1] Lei nº 12.846/2013:
[...]
Art. 5º Constituem atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, para os fins desta Lei, todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas mencionadas no parágrafo único do art. 1º , que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, assim definidos:
I - prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
II - comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei;
III - comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
IV - no tocante a licitações e contratos:
a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://casamagistral.com.br/verificar com o código D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

11.1.3.6. Nas infrações administrativas indicadas no subitem 11.1.2 e subitens que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar.
11.1.4. Multa, a ser aplicada ao responsável que der causa a infrações administrativas será calculada observando o valor mínimo de 0,5% (meio por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do contrato licitado ou celebrado no caso de contratação direta na hipótese do responsável que der causa a infrações administrativas puníveis com as sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade indicadas neste edital, observada a cumulação de aplicação de sanções prevista no §7° do art. 156 da Lei n° 14.133/2021.
11.1.4.1. Sem prejuízo de aplicação do disposto no item 11.1.4, será aplicável a penalidade de multa:
11.1.4.1.1. Igual ou superior a 0,5% (meio por cento) e igual ou inferior a 15% (quinze por cento) para as seguintes infrações administrativas:
11.1.4.1.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
11.1.4.1.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
11.1.4.1.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
11.1.4.1.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
11.1.4.1.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
11.1.4.1.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;
11.1.4.1.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
11.1.4.1.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
11.1.4.1.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
11.1.4.1.2. Superior a 15% (quinze por cento) e inferior ou igual a 30% (trinta por cento) para as seguintes infrações administrativas:
11.1.4.1.2.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o

---

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
V - dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.
§ 1º Considera-se administração pública estrangeira os órgãos e entidades estatais ou representações diplomáticas de país estrangeiro, de qualquer nível ou esfera de governo, bem como as pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro.
§ 2º Para os efeitos desta Lei, equiparam-se à administração pública estrangeira as organizações públicas internacionais.
§ 3º Considera-se agente público estrangeiro, para os fins desta Lei, quem, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, exerça cargo, emprego ou função pública em órgãos, entidades estatais ou em representações diplomáticas de país estrangeiro, assim como em pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro ou em organizações públicas internacionais.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://casamagalhaes.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
11.1.4.1.2.2. Fraudar a licitação.
11.1.4.1.2.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
11.1.4.1.2.3.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei.
11.1.4.1.2.3.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento.
11.1.4.1.2.3.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
11.1.4.1.2.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
11.1.4.1.2.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.
11.2. A sanção administrativa de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito do CONSÓRCIO pelo prazo máximo de 03 (três) anos.
11.3. A sanção administrativa de inidoneidade para licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração direta e indireta de todos os Entes públicos da federação pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.
11.4. Se o valor aplicado pela sanção, somado às indenizações cabíveis, ultrapassar o valor de pagamento eventualmente devido pelo CONSÓRCIO ao contratado, será promovida de forma cumulativa:
11.4.1. A compensação da sanção e eventuais indenizações no valor pendente de pagamento ao contratado;
11.4.2. Eventual diferença não compensada no item anterior seja descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
11.5. A aplicação das sanções administrativas previstas neste ato convocatório não exclui, nem afasta, a obrigação de reparação de integral de eventual dano causado ao CONSÓRCIO.
11.6. A dosimetria das sanções administrativas e o respectivo processo administrativo de apuração e eventual responsabilização mediante aplicação de sanção administrativa observará o regulamento próprio expedido constante de endereço eletrônico no sítio oficial do CONSÓRCIO.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1 Ressalvada a hipótese de prorrogação contratual prevista no item 2.1, o contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes, sem prejuízo de aplicação das penalidades indicadas na cláusula décima primeira.
12.1 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
12.2 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
12.3 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
12.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
12.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; E
12.3.3 Indenizações e multas

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://casamapisuperior.prove.com.br/verificar/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

INDICAR A DOTAÇÃO ESPECÍFICA DO ÓRGÃO (Conforme item 12 e subitens do Termo de Referência)

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13.3. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, pelas normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento no Diário Oficial do CIMVALPI nos termos e condições previstas no art. 94 c/c o art. 176, ambos da Lei nº 14.133/21.

....., ... de..... de 20.....

_____

Representante legal do CONTRATANTE

_____

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://casamagalhaes.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

CIMVALPI
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA

Assinatura do Documento

Documento Assinado Eletronicamente por **RICHELE APARECIDA SILVA DE JESUS**, **CPF:** 070.67*.**6-*3 em **23/05/2024 15:41:43**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **15H5.4X41.443E.202U.5134**, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.

Informações do Documento

ID do Documento: **66F.C96** - Tipo de Documento: **MINUTA DE EDITAL - RETIFICADO - Nº 9/2024**

Elaborado por **RICHELE APARECIDA SILVA DE JESUS**, **CPF:** 070.67*.**6-*3 , em **23/05/2024 - 15:41:43**

Código de Autenticidade deste Documento: 1528.8641.643U.U86W.6431

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
https://zeropapel.cimvalpi.mg.gov.br/verdocumento

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1528.8641.643U.U86W.6431 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://casamagistral.com.br/verificador e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://casamagistral.com.br/verificador e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE LOCAÇÃO DE VÉICULOS

- Setor Responsável pela formalização da demanda: Gerência Administrativa.
- Agente Público da área de licitações responsável pelo acompanhamento da elaboração do ETP: Richele Aparecida Silva de Jesus – Agente de contratação.
- Oficial de Assessoramento Jurídico responsável pela revisão do ETP: Hilton Antônio de Oliveira.

INTRODUÇÃO:

O presente Estudo Técnico Preliminar é requisito necessário para assegurar a viabilidade técnica e econômica da pretensa contratação de empresa especializada em LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, mensurando os riscos e determinar estratégias, fornecendo subsídios para a elaboração do Termo de Referência e, bem como, definir um plano de sustentação para a solução demandada.

O estudo aqui apresentado recai sobre a realização de licitação centralizada, para eventual e futura contratação de serviços de aluguel de veículos, em favor do Consórcio Intermunicipal e Multissetorial do Vale do Piranga – CIMVALPI e Municípios que o integram que demandam por este serviço.

Trata-se de um modelo de serviço adotado de forma comum e habitual pela Administração Pública, tendo obtido bons resultados tanto para o Contratante CIMVALPI, quanto para os Municípios integrantes (consorciados).

Em outras linhas, o presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade avaliar o histórico do modelo de Locação de Veículos atualmente em execução pelos Municípios (consorciados) e pelo próprio CIMVALPI, observando as necessidades do executivo municipal, levantar os requisitos técnicos em consonância com requisitos legais necessários para atender essas necessidades, aferindo as condições que o mercado oferece e, por fim, analisar a viabilidade da contratação sob o prisma da legalidade.

O objetivo aqui é pautar elementos que, fundamentadamente, tem a capacidade e potencial para, em tese, considerando o caso concreto, melhor atender ao Interesse Público.

Assim, a delimitação da solução nos termos e condições estipulados, não é decisão de livre arbítrio deste estudo. Aqui estão pautados elementos que, fundamentadamente, tem a capacidade e potencial para, em tese, considerando o caso concreto, melhor atender ao Interesse Público.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 0987.7U31.728X.W70A.0368 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cisa.assinadoc.com.br/verificador e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://cisa.assinadoc.com.br/verificador e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

1) OBJETO:

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objeto à análise prévia e condições de viabilidade para contratação de serviços contínuos de LOCAÇÃO DE VEÍCULOS utilitários que comportem 05 (cinco) passageiros; SUV's; Sedan ou Sedan Executivo; utilitários que comportem 07 (sete) passageiros tipo (minivans); Pick-up que comportem 02 (dois) passageiros e Caminhonete 4x4, sem fornecimento de combustível, incluindo manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças, seguro e/ou proteção veicular, inclusive contra terceiros, para o transporte de pessoas, materiais, documentos e pequenas cargas, com a finalidade de atender demanda do CIMVALPI, bem como dos Municípios que o integram. Tendo em vista a expiração da vigência da atual contratação aliada à caracterização destes serviços como contínuos, dado sua essencialidade, visando atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, de modo que sua interrupção pode comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional do CIMVALPI.

2) ESTIMATIVA DE PRAZO – Vigência e Prorrogação da Contratação

Para a presente contratação, estima-se vigência mínima de 12 (doze) meses, a depender da demanda do Município (demandante), contados do ato da assinatura do contrato, observado a cada exercício financeiro (art. 105 Lei 14.133/21), a disponibilidade de créditos orçamentários. Ainda para efeitos de prorrogação do contrato, poderá ser celebrado por até 05 (cinco) anos, prorrogável sucessivamente pelo prazo máximo de até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133 de 2021.

2.1. - A prorrogação de que trata o parágrafo anterior é condicionada à necessidade da demanda por parte dos Municípios (consorciados), bem como pelo ateste da autoridade administrativa competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para Administração, permitida a negociação mediante o cumprimento das seguintes condições:

2.1.1) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
2.1.2) Anexação de relatório anual que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
2.1.3) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na continuação da realização do serviço;
2.1.4) Haja manifestação expressa da empresa contratada informando o interesse na prorrogação;
2.1.5) Anexação de comprovado que a empresa contratada mantém as condições iniciais de habilitação;
2.1.6) Previsões outras previstas em Edital.

2.2. - A prorrogação do contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 0987.7U31.728X.W70A.0368 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

2.3. - Na eventual prorrogação do contrato, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.4. - O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação previstas em Lei.

3) - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO EM RAZÃO DA DEMANDA A SER ATENDIDA SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO

3.1 - Justificativa e Necessidade

O presente Estudo Técnico Preliminar foi elaborado em conformidade com as necessidades apresentadas pela Gerência Administrativa através do Documento de Formalização de Demanda. Além disso foram observados os parâmetros qualitativos, (modelos e categorias) de veículos já anteriormente demandados pela Administração Pública dos Municípios (consorciados) e do próprio CIMVALPI.

Conforme já acima mencionado, este modelo de contratação é habitualmente utilizado pela Administração Pública para suprir a necessidade de frota limitada ou inexistente de veículos dentro dos Municípios (consorciados).

Sob pena de inviabilizar a missão institucional do ente público, tendo em vista que, para atender suas demandas operacionais e administrativas, à Administração Pública necessita diariamente deslocar e movimentar pequenas cargas e documentos, servidores e munícipes.

No caso do CIMVALPI, não há frota própria, e seus servidores deslocam-se diariamente para exercer atividades que vão desde fiscalizações, operações e visitas técnicas, eventos profissionais, reuniões e para o transporte de materiais, para dar apoio às diversas atividades desenvolvidas pelo Consórcio.

Ressalte-se, que a forma como os serviços já vem sendo prestados em modelo utilizado pela Administração, o serviço de locação de veículos mantém-se como solução técnica e econômica viável à alternativa, que seria aquisição por meio de compra. Quando o órgão público não conta com estrutura de manutenção de veículos ou quando a locação não se mostra uma opção viável ou ainda, quando a localização do órgão torna inviável a adoção de modelo de contratação diverso.

3.2. - Descrição da Contratação

Tendo em vista a natureza do serviço a ser prestado, o presente estudo observou o disposto no artigo 2º inc. III da Lei 14.133/2021, além dos normativos contidos nas Instruções Normativas 007/2022 e 008/2022 do CIMVALPI, considerando num primeiro momento, que o modelo de locação de veículos para atender demanda do CIMVALPI e dos entes consorciados registra maior vantajosidade para administração, o que será objeto de análise e conclusão apresentadas

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 0987.7U31.728X.W70A.0368 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/0987-7U31-728X-W70A com o código D440-F4E3-835F-E00A
Página 533 de 1137 Pág: 48

neste Estudo. Em levantamento realizado pela Diretoria Técnica Administrativa e Setor de Frotas do CIMVALPI do CIMVALPI, constatou-se que os entes consorciados demandam habitualmente por veículos de modelos e características a seguir apresentados:

I) Veículos compactos utilitários que comportem até 05 (cinco) passageiros, incluindo o motorista;
II) Veículos SUV's, com capacidade mínima de até 05 (cinco) passageiros, incluindo o motorista;
III) Veículos Sedan's ou Sedan's Executivos, que comportem até 05 (cinco) passageiros, incluindo o motorista;
IV) veículos utilitários (minivans) que comportem no mínimo 07 (sete) passageiros;
V) Veículos Pick-up's, que comportem no mínimo 02 (dois) passageiros, incluindo o motorista e com capacidade de carga de no mínimo 550 kg;
VI) Veículos Caminhonete 4x4, que comportem até 05 (cinco) passageiros, incluindo o motorista e com capacidade de carga de no mínimo 1.000 kg.

Os órgãos e entidades constitutivos da Administração Pública do Poder Executivo Municipal necessitam para a execução logística de suas atividades, promover o deslocamento de suas autoridades, servidores e terceiros a ela vinculados, além de pequenas cargas, objetos e documentos.

Para tanto, fazem uso de serviços de locação de veículos automotores, visto que a frota própria se apresenta por vezes insuficiente, e em determinados casos inexistente. Desta feita, se torna necessário promover a locação de veículos automotores, para a realização regular das atividades acima referenciadas.

Nesta classificação, por meio de levantamento realizado pela Diretoria Técnica Administrativa e Setor de Frotas do CIMVALPI, foram considerados as categorias de veículos comumente utilizados elencados nos incisos acima, com as seguintes especificidades:

a) Veículos com capacidade de 5 (cinco) passageiros, potência acima de ***75 CV***, direção elétrica ou hidráulica, combustível flex (gasolina/álcool), 04 (quatro) portas, ar condicionado, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis de LED ano de fabricação mínimo 2022;

b) Veículo, Sedan 04 (quatro) portas, motorização mínima de **111 *CV***, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, distância mínima entre os eixos de 2,60 cm, faróis de LED, ano de fabricação mínimo 2022;

c) Veículo, tipo Minivan, motorização mínima ***130 CV,*** com capacidade mínima para 07 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 0987.7U31.728X.W70A.0368 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis de LED, ano de fabricação mínimo 2022;

d) Veículo, tipo SUV, motorização mínima de ***111 CV***, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis de LED, ano de fabricação mínimo 2022;

e) Veículo, pick-up, mínima de ***75 CV***, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis de LED, ano de fabricação mínimo 2022;

f) Veículo, caminhonete 4x4, cabine dupla, motorização mínima de ***160 CV,*** ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS e AIRBAG, combustível diesel, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis de LED. ano de fabricação mínimo 2022;

A motivação do conjunto de exigências para os veículos acima elencados, se dá pelo fato de que dentro do mercado de locação de veículos, a exigência do consumidor por veículos mais novos e em condições de proporcionar maior conforto e segurança ao condutor e passageiro (s), é condição determinante na hora de fazerem sua escolha.

Não diferente deve ser o posicionamento da administração pública no momento de contratar pelo serviço, buscando da mesma forma assegurar condições mínimas de conforto e segurança para seus servidores e passageiros.

Podemos aqui também pontuar, que a Comissão de Desenvolvimento Econômico da Indústria e Comércio, aprovou proposta que proíbe as locadoras de veículos de usar automóveis com mais de 120 mil quilômetros rodados ou mais e dois anos de uso, daí comunga-se entendimento de ser razoável a exigência de veículos fabricados à partir de 2022.

Pela proposta, ***"(...)a administração pública também deverá seguir a proibição em licitações de transporte e locação de veículos. Até o momento, a PL 1529/2015 encontra-se com a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania"***.[1]

Em relação aos critérios que amparam a exigência de motorização mínima sugerida dentro deste Estudo, as justificativas encontram-se explanadas no subitem a seguir, mas já podemos mencionar que os critérios utilizados buscam assegurar ampla participação, contemplando todas as montadoras de veículos que mormente atuam no mercado nacional, e por conseguinte, os respectivos fornecedores do mercado de locação.

3.3. - Critérios de motorização exigidos:

[1] https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1278737

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 0987.7U31.728X.W70A.0368 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Durante pesquisa realizada em sites e revistas especializadas no seguimento automotivo, fato não controverso é de que nas últimas décadas houve downsizing no mercado.

A prática de substituir motores maiores e aspirados por propulsores menores e sobrealinhamentados tornou-se possível, por exemplo, fazer um pequeno motor 1.0 de 3 cilindros render quase tanto quanto um motor 2.0 do passado. Por esse motivo, e buscando não restringir a competição entre as diferentes montadoras, o critério de exigência elencado neste Estudo, pauta pelo parâmetro de potência em CV mínima exigida.[2]

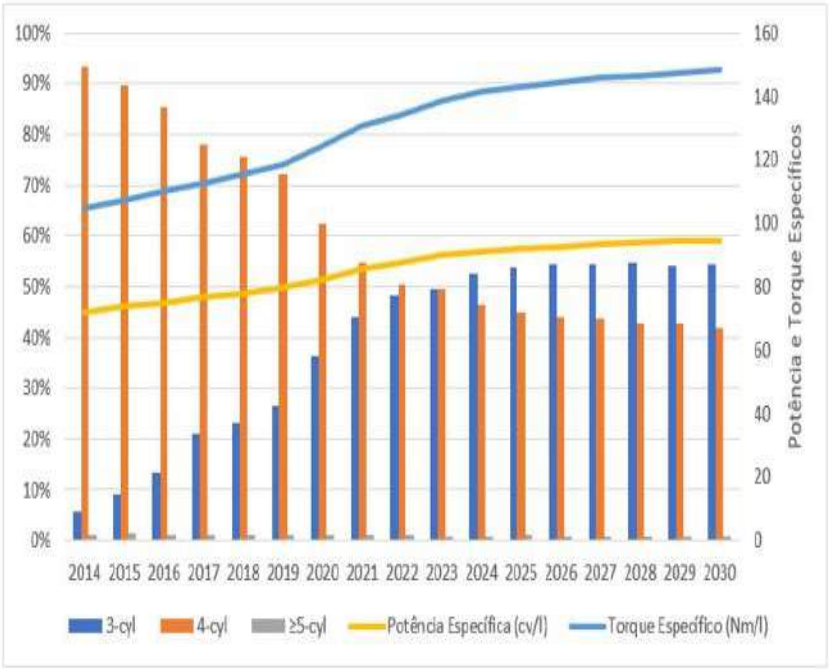
Há, portanto, uma previsão de que mais da metade dos veículos vendidos no Brasil em 2023 sejam equipados com motores de três cilindros e a participação de turbo e injeção direta deve ultrapassar 50% em 2028. Nesse contexto, apesar da redução da cilindrada média, o aumento do uso de turbo e da injeção direta vai fazer com que a potência específica (cavalos por litro) e o torque específico (Newton metro por litro) cresçam 31% e 42%, respectivamente, em 2030 quando comparadas a 2014.

[2] https://motor1.uol.com.br/news/539999/motores-1000-turbo-brasil-tecnologias/
https://pt.linkedin.com/pulse/downsizing-tend%C3%AAncia-automobil%C3%ADstica-do-futuro-jared-rocha/
https://www.webmotors.com.br/wm1/dicas/o-que-e-downsizing
https://autoesporte.globo.com/carros/noticia/2014/11/tecnologia-entenda-porque-dowsizing-nao-significa-menos-potencia.ghtml

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

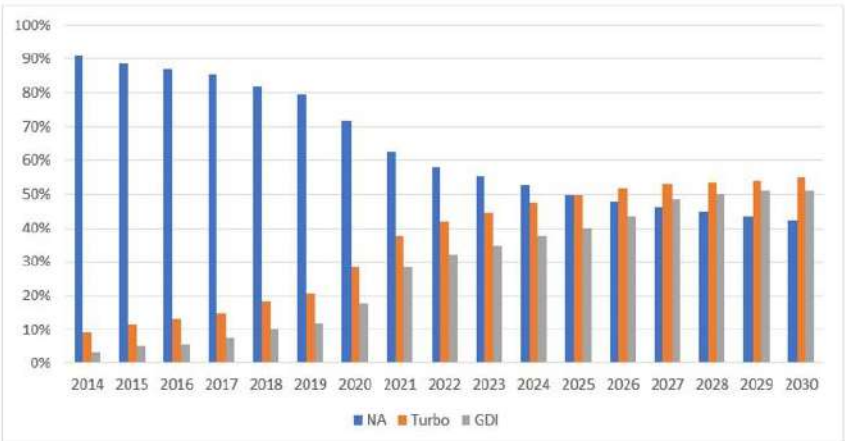
Cod. de Autenticidade do Doc.: 0987.7U31.728X.W70A.0368 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Evolução da adoção do downsizing x crescimento de potência e torque específicos - Brasil



Fonte: IHS Markit VPaC - Vehicle Performance and Compliance – setembro de 2019

Substituição de motor aspirado por motor turbo e com injeção direta - Brasil



Fonte: IHS Markit VPaC - Vehicle Performance and Compliance – Setembro de 2019

Considerando os vários parâmetros adotados pelas montadoras de veículos, existe uma diversidade de nomenclaturas e pontuações dentro de tipos e modelos de veículos, logo, em suas respectivas motorizações, a exemplo de veículos turbos e aspirados.

De forma a garantir que haja ampla e irrestrita participação no certame, estabeleceu-se dentro deste Estudo parâmetros mínimos de ***potência em "CV"*** a

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 0987.7U31.728X.W70A.0368 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

serem considerados, sem que contudo, deixem de atender as demais especificidades e itens de segurança descritos e previstos neste ETP.

3.4. - Critérios para exigência mínima de ano de fabricação - Itens de segurança obrigatórios e indispensáveis:

A exigência de veículos cujo ano de fabricação não seja inferior a 2022, justifica-se principalmente pela Resolução CONTRAN (567/2015) que trata sobre a obrigatoriedade do controle de estabilidade em veículos produzidos e fabricados a partir do ano de 2020. A regra vale para modelos inéditos, inclusive populares e também para os que passarem por grandes mudanças, como troca de geração. Por estas razões, pensando em garantir a segurança dos condutores e passageiros, além dos itens de segurança obrigatórios mais comuns como freios ABS e Airbag, encontram-se descritos neste estudo, itens de segurança indispensáveis e considerados obrigatórios e inseridos em veículos fabricados à partir de 2020 tais como:

a) Controle de estabilidade

O controle de estabilidade conforme acima mencionado é um item de segurança do carro que passou a ser obrigatório em 2020. O sistema tem o objetivo de detectar quando o carro está prestes a perder o controle e cortar a aceleração do motor, freando uma ou mais rodas. Esse cuidado pode impedir, por exemplo, que o veículo rode ao fazer uma curva.

b) Barras de proteção lateral

As barras de proteção lateral são travessas de aço fixadas entre as colunas do veículo, por dentro das portas, para proteger o motorista e os passageiros em casos de colisão lateral. Apesar de simples, esse tipo de solução é muito efetivo, pois diminui o impacto sofrido pelo ocupante do carro. As barras de proteção lateral passaram a ser obrigatórias somente em 2020, mas muitos veículos do país já contam com esse item de segurança.

c) Freios ABS

Com a *vênia* pela redundância, o sistema ABS — assim como a direção hidráulica e o ar-condicionado, que já foram diferenciais — hoje são itens mais do que mandatórios. Desde janeiro de 2014 os carros novos comercializados no Brasil já saem de fábrica com o sistema ABS de frenagem.

d) Distância mínima entre os eixos de 2,60 cm (Sedan's)

Visto que os veículos Sedan's alugados pelo Consórcio andam quase que diariamente com número máximo de passageiros, tal característica se faz necessária perfazendo maior conforto aos passageiros e maior estabilidade aos veículos.

e) Faróis de LED

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 0987.7U31.728X.W70A.0368 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Quanto a exigência aos faróis de LED, esses são mais eficientes do que os convencionais por algumas razões. Eles consomem menos energia em comparação com as lâmpadas convencionais, como as de halogênio. Portanto, os faróis de LED são mais econômicos em termos de consumo de energia do veículo, o que pode resultar até mesmo em menor consumo de combustível.

Além disso, os LEDs têm uma vida útil mais longa do que as lâmpadas convencionais. Enquanto as lâmpadas halógenas geralmente precisam ser substituídas após algumas centenas de horas de uso, os faróis de LED podem durar até 25.000 horas ou mais, dependendo do modelo. Isso significa que os veículos com faróis de LED não precisam substituí-los com tanta frequência, o que pode resultar em economia de dinheiro e tempo a longo prazo.

Outra vantagem dos faróis de LED é a sua capacidade de proporcionar melhor visibilidade. Eles produzem uma luz mais brilhante e clara em relação às lâmpadas convencionais, algo especialmente útil durante a noite e em condições climáticas adversas, como chuva ou neblina. Os faróis de LED também iluminam a estrada de forma mais eficiente e proporcionam uma melhor percepção de profundidade, o que contribui para a segurança ao dirigir.

Por fim, os faróis de LED têm uma resposta mais rápida em comparação com as lâmpadas tradicionais. Eles ligam e atingem o brilho máximo quase instantaneamente, enquanto as lâmpadas de halogênio precisam de um breve período para aquecer. Essa resposta rápida é particularmente útil ao alternar entre os modos alto e baixo dos faróis ou ao utilizar sistemas de iluminação adaptativa, proporcionando maior conveniência e segurança ao motorista.[3]

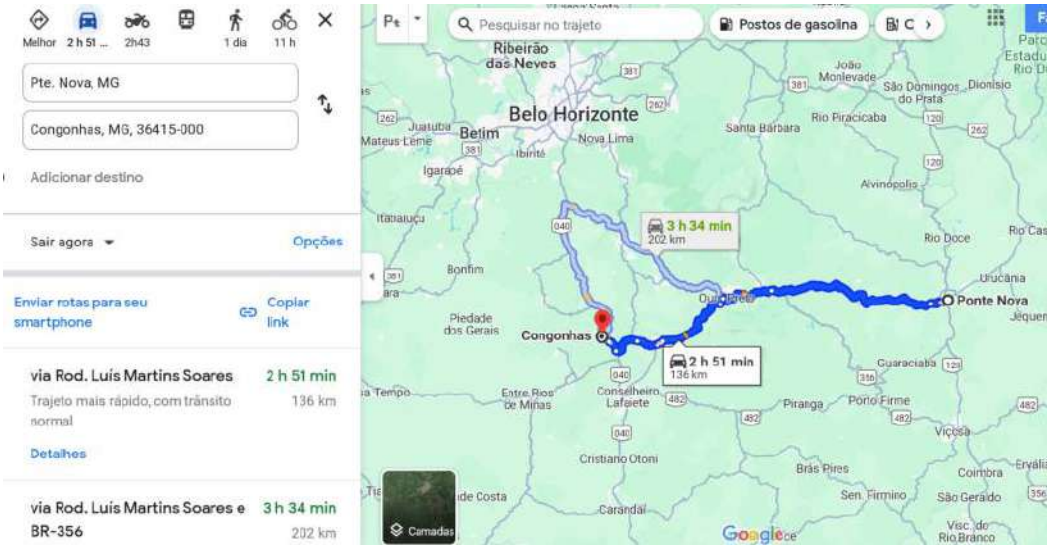
Reiteramos que atualmente o CIMVALPI é composto por 46 (quarenta e seis) municípios localizados principalmente dentro da Zona da Mata Mineira, Vale do Piranga e Região dos Inconfidentes. É justificadamente razoável que haja para além das exigências quanto aos itens de segurança acima apontados, que os veículos fornecidos possuam baixa quilometragem, de forma a garantir a ininterrupta continuidade dos trabalhos realizados pelo CIMVALPI, minimizando contratempos no que se refere a manutenções corretivas decorrente de quebra ou mau funcionamento.

A título meramente exemplificativo, podemos citar o município consorciado de Congonhas/MG, localizado a mais de 130km de distância da sede do CIMVALPI. Os atendimentos realizados não somente a este município, como para tantos outros, demandam deslocamentos quase que semanais, o que deve ser assegurado por veículo em excepcionais condições de segurança e conforto, como a exigência por veículos com faróis de LED, haja visto que em razão das distâncias entre os Municípios, estes veículos certamente retornarão à sede já em horário noturno.

[3] https://www.karvi.com.br/blog/por-que-farois-de-led-sao-mais-eficientes/

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 0987.7U31.728X.W70A.0368 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Página 539 de 1137 Pág: 48



4) CONTRATAÇÕES CORRELATAS E INTERDEPENDENTES;

A Contratada deverá proceder com a manutenção preventiva e corretiva, incluindo reposição de peças quando necessário, seguro total e/ou plataforma de proteção veicular, inclusive contra terceiros.

Correlata à presente contratação o Processo: 0903217202310 Gerenciamento informatizado de frota de veículos, mediante rede credenciada para fornecimento de combustíveis; manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças e serviços; higienização de veículos.

Esta contratação pospor-se processo licitatório 001/2022, portanto, trata-se de processo cujo objeto e modelo de contrato já possui precedentes dentro do departamento de licitações do CIMVALPI.

5) REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Tendo em vista a natureza do serviço a ser contratado, a previsão da contratação encontra-se inserida no artigo 2º, inc. III da Lei 14.133/2021. Para além deste imperativo legal contido na nova Lei de Licitações, observa-se o disposto na Consolidação do Contrato de Consórcio Público e Consolidação Estatuto CIMVALPI, além das Instruções Normativas 007/2022 e 008/2022 ambas também do CIMVALPI.

Para além na Novel Lei de Licitações e legislação civilista aplicadas no presente Estudo, considerar-se-á como requisitos da contratação todas as demais exigências previstas em Edital e Contrato.

Poderá participar deste processo licitatório empresas do ramo de atividade relacionada ao objeto, que não possuam registro de sanção que impeça sua

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 0987.7U31.728X.W70A.0368 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://gisamunicipio.com.br/verificacao/D2A0-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

contratação, bem como estejam devidamente regulares com as Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal, com o FGTS, INSS e com a Justiça do Trabalho.

Os serviços que constituem o objeto deste estudo e eventual contratação, deverão ser executados de acordo com a solicitação da contratante e/ou Município consorciado, por ordem de serviço e orientação/fiscalização da equipe técnica designada pelo CIMVALPI, devendo o veículo estar disponível no período e local, conforme a necessidade apresentada, além das disposições expostas no Termo de Referência, Edital e condições contratuais.

Previamente dispõe-se que na proposta de preço apresentada, deverá ser considerado pela licitante, que o objeto licitado deverá ser fornecido em até 15 (quinze) dias úteis após a data de solicitação.

O veículo em referência, deverá ser entregue na área patrimonial indicada pela contratante e/ou ente consorciado.

Estabelece-se ainda que o custo de mobilização, desmobilização, seguros e todos os demais custos/encargos envolvidos estão a cargo da contratada, ou seja, **na proposta de preço deverá compreender todas as despesas decorrentes da locação.**

Os veículos deverão estar segurados e/ou cobertos por plataformas de proteção veicular devendo o valor de franquia ser apresentado à parte da proposta ou se já inserido na mesma, que seja especificado o percentual de franquia dentro da proposta.

É necessário entender que não existe um valor fixo para a franquia do seguro. Seu valor vai depender de fatores como o perfil do condutor, modelo do carro e outros pontos avaliados durante a cotação.

Além disso, existem diferentes tipos disponíveis de franquias que pode optar na contratação do seguro, ficando a cargo da licitante qual modelo de franquia será utilizada, se reduzida, majorada ou normal.

Como não há no mercado regulamentação acerca de alíquota relativa a valor de franquia em caso de sinistro, será considerado pelo CIMVALPI a proposta que não exceda o valor máximo de 4% (quatro) por cento do valor da tabela fipe em consonância a alíquota de IPVA cobrado dentro do Estado de Minas Gerais.

Deverá ser contemplado as seguintes coberturas:

Seguro:

Danos Corporais a terceiros.....R$100.000,00
Danos Materiais a terceiros.....R$100.000,00
Danos Morais a terceiros.....R$10.000,00
Ocorrência de morte.....R$13.500,00
Invalidez permanente e/ou total.....R$13.500,00

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 0987.7U31.728X.W70A.0368 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pisa.margus.com.br/verificar com o código D440-F4E3-835F-E00A
Página 541 de 1137 Pág: 49

Despesas médico hospitalares.....R$2.700,00

O presente serviço será realizado sob demanda, de acordo com a necessidade da administração e dos Municípios interessados na contratação.

Só será efetuado o contrato administrativo em caso de necessidade e em cumprimento ao disposto na Lei nº 14.133/21. Ao final do processo licitatório será realizada a assinatura da ata de registro de preços, válida por 12 meses. Ainda para efeitos de prorrogação do contrato, poderá ser celebrado por até 05 (cinco) anos, prorrogável sucessivamente pelo prazo máximo de até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133 de 2021.

Os requisitos para contratação de empresa especializada em aluguel de veículos, devem seguir os pressupostos pela contratada de comprovar capacidade técnica e operacional, demostrada através de atestados de capacidade técnica profissional, documentação de enquadramento de empresa do ramo de locação de veículos sem motorista e cumpridos os requisitos apresentados neste Estudo.

6) LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DE MERCADO

Neste tópico, urge apresentar as soluções capazes de atender satisfatoriamente os ambientes produtivos, setores de atuação, departamentos e programas da gestão do CIMVALPI, e dos Municípios que o integram – que por sua vez, todos alinhadas aos princípios e regras que regem a Administração Pública.

Nosso estudo tem o condão de identificar empreendimentos possíveis de aproximar as compras públicas da Administração CIMVALPI às práticas adotadas pelo mercado, impondo inovações que se fundamentam no princípio da eficiência, imprimindo um uso racional dos recursos públicos.

Assim, observou-se que, em matéria de soluções para o serviço de transporte, a Administração Pública em geral costuma adotar ao menos dois modelos considerados mais tradicionais para execução deste serviço, são eles:

a) Aquisição de Veículos

No modelo de aquisição de veículos, a Administração Pública adquire o veículo e assume todos os custos dele decorrentes, contratando, de forma independente, motorista em empresa terceirizada ou designando servidor do próprio órgão para a função. É solução adotada em situações específicas como, por exemplo, quando o órgão público conta com estrutura de manutenção de veículos ou quando a locação não se mostra uma opção viável ou ainda, quando a localização do órgão torna inviável a adoção de modelo de contratação diverso.

b) Locação de Veículos

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 0987.7U31.728X.W70A.0368 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pisa.portalfiorilli.com.br/verificador/ e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

No modelo de locação de veículos, o serviço consiste na disponibilização de veículos por empresa contratada, a qual se responsabiliza pelos gastos e manutenções advindas da disponibilização do veículo.

O mercado de potenciais prestadores para os serviços de locação de veículos é bastante vasto, contudo, em determinadas situações como no caso em tela, o fracionamento do objeto licitado em vários itens permitirá a participação de um maior número de licitantes e que tal fato democratiza o acesso às contratações públicas. Quanto a tal fato, não resta a menor dúvida. É de fácil constatação, que, não obstante a locação de veículos não sejam objetos tão complexos, no mercado, sob o ponto de vista pragmático há uma grande distinção entre um e outro.

O seguimento de locação de veículos de pequeno e médio porte como veículos utilitários Hatchs, Sedans, SUV's, Pick–ups e Caminhonetes, referem-se às locadoras cujos registros da atividade, no Ministério da Economia, têm enquadramento dos CNAE 7711-0/00 (locação de veículos sem motorista) e CNAE 4923-0/02 (locação de veículos com motorista). São as chamadas locadoras que atuam somente com a atividade de locação de veículos, com CNPJ ativo na Receita Federal e frota registrada nos órgãos competentes de Trânsito. Cumpre esclarecer ainda que, compete à Administração proceder estudo detalhado sobre as características do objeto, modo de comercialização e preços praticados no mercado, a fim de delimitar os procedimentos que serão desenvolvidos na licitação. No caso em apreço, define-se a possibilidade jurídica, e viabilidade técnica e econômica de dividir o objeto em vários itens/lotes, permitindo que um número maior de interessados participe da disputa, o que, em decorrência, aumenta a competitividade e viabiliza a obtenção de melhores propostas

7) ANÁLISE DA POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO DO OBJETO

7.1. Conforme acima elencado, a contratação por item possibilita a participação de um maior número de interessados, independente da categoria de seu produto, desde que atendido as exigências contidas no Estudo. Isto, consequentemente aumenta a competitividade do certame e viabiliza a obtenção de melhores propostas, sem perda da economia de escala. Nesse interim cabe destacar entendimento sumulado pelo Tribunal de Contas da União no Enunciado nº 247, de acordo com o qual sempre que o objeto da contratação for divisível, é obrigatória a sua adjudicação por item, conforme texto abaixo colacionado:

SÚMULA TCU 247:

"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 0987.7U31.728X.W70A.0368 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pisa.portaldocumentos.com.br/verificador/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade."

Conforme verificado em pesquisa e discussões do mercado, o nicho de locação de veículos, apresenta variações de acordo com as diferentes categorias de automóveis, o que permite o parcelamento do objeto sem prejuízo à economia de escala.

Na prática, isso permitirá, por exemplo, que locadoras que não tenham determinada categoria de veículo disponível em sua frota, ainda possam participar do certame licitatório e, inclusive, sagrarem-se vencedoras, vez que não estarão obrigadas a apresentar propostas para um lote, mas apenas para os itens que tenham real disponibilidade de fornecer. Assim, no que tange à forma de contratação, é recomendável que o modelo do Registro de Preços seja dividido por itens, visando uma melhor negociação, com estímulo à competitividade, sempre objetivando à obtenção de ganho de escala e economia.

8) REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Requisitos Obrigacionais

Os requisitos obrigacionais mínimos exigidos, deverão atender às disposições contidas no OBJETO deste Estudo, além daqueles previstos em Lei, dos quais podemos destacar: "REQUISITOS DE HABILITAÇÃO" e "REQUISITOS DE REGULARIDADE FISCAL". Mas conforme mencionado, para além disso, deverá ser observado o regramento legal contido na Lei 14.133/21, bem como as exigências contratuais a *posteriori* dispostas em Termo de Referência.

As condições de habilitação, informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante serão divididos em jurídica; técnica, fiscal social e trabalhista; e econômico financeiro, conforme previsto nos artigos 62 e 65 da Lei 14.133/202.

Conforme disposto no § 4º do artigo 69 da nova lei, a Administração CIMVALPI, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio liquido equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contração.

A documentação referida deverá ser apresentada na forma prevista no artigo 70 da Lei 14.133/2021:

> *Art. 70. A documentação referida neste Capítulo poderá ser:*
>
> *I – apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração;*
>
> *II – substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que previsto no edital e que*

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 0987.7U31.728X.W70A.0368 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://gisamunicipio.com.br/verificador/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

o registro tenha sido feito em obediência ao disposto nesta Lei;

III – dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Parágrafo único. As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo federal.

8.2. Regularidade Fiscal: O licitante deverá encontrar-se de forma regular perante suas obrigações com a legislação tributária federal, estadual, municipal, seguridade social e o fundo de garantia por tempo de serviço. Cumpre aqui ressaltar que regularidade não implica em quitação. Regularidade é a comprovação de que a empresa atende todas as exigências do fisco.

8.2.1 **-** São os seguintes documentos exigidos por lei que provam sua regularidade fiscal:

8.2.1.1 **- Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoas Física e Jurídica:** Cadastro de Pessoa Física – CPF e Cadastro Nacional de Pessoa Jurídicas – CNPJ. Ambos são expedidos pela Secretaria da Receita Federal

8.2.1.2 **- Prova de Inscrição no cadastro de contribuintes, ICMS/ISS:** Inscrição Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação. A Inscrição Estadual é emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda e Planejamento.

8.2.1.3 **- Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais emitida pela Receita Federal**. Poderá ser solicitada na Agência da Receita Federal, em qualquer localidade do respectivo Estado, cuja validade é de 180 (cento e oitenta) dias. Também poderá ser emitida pelo site www.receita.fazenda.gov.br com validade de 30 (trinta) dias a contar da sua emissão.

8.2.1.4 **- Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual:** Certidão emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual, podendo ser solicitada em qualquer posto de atendimento da Secretaria de Fazenda Estadual. Esta certidão terá validade de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.

8.2.1.5 **- Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal:** Esta certidão deverá ser emitida pela Secretaria Municipal do Município onde o imóvel encontra-se localizado.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 0987.7U31.728X.W70A.0368 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas vá ao site https://oficinadigital.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://oficinadigital.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

8.2.1.6 **- Certificado de regularidade do FGTS.**

9) POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA

Em que pese o entendimento sumulado pelo Tribunal de Contas da União, no enunciado nº 281, de acordo com o qual é vedada a participação de cooperativas em certame licitatório quando houver necessidade de subordinação de mão de obra, **verifica-se que tal entendimento não é aplicável ao presente caso, quando a prestação do serviço de locação não demanda a subordinação de mão de obra**. Isso porque, o objeto do presente procedimento licitatório gira em torno da contratação de empresa de locação de veículos (enquadramento dos CNAE 7711-0/00 (locação de veículos sem motorista), não restando caracterizada situação de subordinação, o que afasta a vedação da Corte de Contas.

Ademais, a possibilidade de participação de cooperativa em certame licitatório é matéria de ordem legal e sua vedação, fora dos parâmetros configuraria violação ao disposto no §2º do art. 10 da Lei nº 12.690/12, que dispõe:

> *Art. 10. A Cooperativa de Trabalho poderá adotar por objeto social qualquer gênero de serviço, operação ou atividade, desde que previsto no seu Estatuto Social.*
> *§ 1º [...]*
> ***§ 2º A Cooperativa de Trabalho não poderá ser impedida de participar de procedimentos de licitação pública que tenham por escopo os mesmos serviços, operações e atividades previstas em seu objeto social.***

Assim, sob pena de violação de dispositivo legal, não há óbice à participação de cooperativas no presente certame licitatório, desde que a demanda do objeto não implique na contratação do serviço de locação de veículo, máquina ou equipamento com emprego de mão de obra, e desde que os serviços prestados pela mesma sejam condizentes claramente com o objeto da licitação.

Contudo, é de conhecimento geral a existência de falsas cooperativas, que na prática, são empresas intermediadoras de mão de obra subordinada. A fim de afastar do certame a participação destas entidades, requer-se apresentação de **Modelo de Gestão Operacional, a** fim de comprovar se a proponente detém autonomia, autogestão e não exercício de atividades de sujeição, pessoalidade e habitualidade dos cooperados, reiterando que não será admitida a contratação de cooperativas ou instituições sem fins lucrativos cujo estatuto e objetivos sociais não prevejam ou não estejam de acordo com o objeto contratado.

10) DEMAIS REQUISISTOS DE PARTICIPAÇÃO

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 0987.7U31.728X.W70A.0368 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://gisamunicipio.com.br/verificador/ e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

10.1. - Além dos requisitos obrigacionais e regularidade fiscal elencados no item 8; subitens 8.1 e seguintes; 8.2 e seguintes; notadamente no subitem 8.2.1.6 – Certificado de Regularidade FGTS, que poder-se-á ser enquadrado como garantia da regularidade social. A habilitação das licitantes será realizada mediante a apresentação da seguinte documentação complementar:

10.1.1. - Comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor anual estimado da contratação, quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, informados pelo Sicaf, for igual ou inferior a 1;

10.1.2. - Comprovante de inscrição e situação cadastral emitido pela Receita Federal do Brasil que comprove a atividade econômica principal ou secundária como sendo Locação de Automóveis sem Condutor (CNAE);

10.1.3. - Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante;

10.1.4. - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011;

11) DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS

11.1. - A contratação pretendida tem como objeto a prestação de serviços de locação de veículos, sem motorista e sem combustível, a serem executados na região de abrangência de atuação do CIMVALPI, notadamente em cerca de 46 (quarenta e seis) Municípios, sobretudo na grande região da Zona da Mata, microrregiões do Vale do Piranga e Inconfidentes.

11.2. - Os serviços a serem contratados possuem natureza continuada, de modo que sua interrupção pode comprometer as atividades da Administração e sua necessidade deve se estender por mais de um exercício financeiro.

11.3. - O prazo de vigência do contrato será previsto em Edital, (Art. 105), observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 01 (um) exercício financeiro, estimando-se no presente estudo, vigência inicial de 12 (doze) meses.

11.4. - Será de inteira responsabilidade da contratada todos os encargos relativos ao veículo, como IPVA, seguro obrigatório e taxa de emplacamento, com exceção das multas provenientes de infração às leis de trânsito, previstas no Código de Trânsito Brasileiro, que tenham sido causadas por dolo ou culpa dos prepostos do CIMVALPI e dos MUNICÍPIOS nas locações "sem condutor".

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 0987.7U31.728X.W70A.0368 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pisa.signusdocs.com.br/verificar/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

11.5. - Caberá a contratada encaminhar ao CIMVALPI com cópia aos MUNICÍPIOS, dentro do prazo máximo de 03 (três) dias úteis de seu recebimento a notificação de autuação de infração de trânsito referente ao veículo locado para verificação, apuração de responsabilidade e indicação dos dados do condutor infrator, conforme previsto no Código de Trânsito Brasileiro.

11.6. - Os veículos deverão ter seguro e/ou plataforma de proteção veicular contra roubo, furto, danos materiais e pessoais, inclusive contra terceiros, cobertura total para caso de destruição parcial ou total do bem durante todo o prazo de vigência contratual, cabendo à contratante o pagamento da franquia correspondente nos casos em que o sinistro ocorrer por culpa/dolo do preposto por ela designada para condução do veículo.

11.7. - A Contratada responsabiliza-se por todas as despesas decorrentes da utilização dos veículos, como troca de óleo e reparos mecânicos necessários à sua manutenção.

11.8. - A Contratada deverá realizar manutenção preventiva e corretiva dos veículos, de acordo com as recomendações do fabricante, incluindo os serviços de funilaria, lubrificação, bem como, substituição de pneus, mantendo a regulagem dos veículos para que sejam minimizados os níveis de emissão de poluentes, visando contribuir com o atendimento dos programas de qualidade do ar, observados os limites máximos de emissão de gases, conforme legislação vigente.

11.9. - Manter atualizada e em ordem a documentação relativa ao veículo.

11.10. - Apresentar na sede do CIMVALPI, e quando solicitado pela administração do consórcio, no MUNICÍPIO onde se encontra o veículo, para vistorias iniciais e periódicas.

11.11. - Equipar os veículos com todos os itens de segurança previstos em Lei e exigidos pelo Código Nacional de Trânsito.

11.12. - Os veículos que se encontrarem em situação de impedimento no que se refere ao item anterior, terão o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para regularizar a situação ou substituir o mesmo por outro de características similar.

11.13. - A Contratada deverá prestar os esclarecimentos que lhes forem solicitados e atender prontamente às reclamações sobre seus serviços.

12) ESTIMATIVA DOS ITENS E DE LEVANTAMENTO DE PREÇOS - Da Metodologia aplicada às quantidades estimadas, conforme anexos.

Levantamento realizado junto a Diretoria Técnica Administrativa e Setor de Frotas do CIMVALPI, onde foi demandado pelos respectivos quantitativos e qualificativos (modelos) de veículos:

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 0987.7U31.728X.W70A.0368 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pisa.portalfiorilli.com.br/verificador/ e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE FRANQUIA (ANO)	UNIDADE	VALOR MENSAL ESTIMADO
1	Veículo, capacidade de 5 (cinco) passageiros, motorização mínima de 1.0, potência acima de 75 CV, direção elétrica ou hidráulica, combustível flex (gasolina/álcool), 04 (quatro) portas, ar condicionado, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, ano de fabricação mínimo 2022;	108	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.090,00 RACHID VEÍCULOS S/A R$2.750,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS R$3.559,48 M&M ALUGUEL DE CARROS R$3.220,59 LOCALIZA **MÉDIA TOTAL R$3.155,01**
2	Veículo, Sedan ou Sedan Executivo, 04 (quatro) portas, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, distância mínima entre os eixos de 2,60 cm, ano de fabricação mínimo 2022;	108	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.700,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS R$2.989,98 M&M ALUGUEL DE CARROS R$4.648,59 LOCALIZA

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 0987.7U31.728X.W70A.0368 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pisa.portalfacil.com.br/verificar com o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pisa.portalfacil.com.br/verificar com o código D440-F4E3-835F-E00A

				MÉDIA TOTAL R$3.779,52
3	Veículo, tipo Minivan, motorização mínima 130 CV, com capacidade mínima para 07 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, ano de fabricação mínimo 2022;	18	Franquia Mensal (3.000 km)	R$4.150,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$6.415,98 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$4.340,39 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$4.968,79
4	Veículo, tipo SUV, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, ano de fabricação mínimo 2022;	108	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.990,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$4.700,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$2.570,90 M&M ALUGUEL DE CARROS

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 0987.7U31.728X.W70A.0368 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gisamunicipio.com.br/verificador/D440-F4E3-935F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://gisamunicipio.com.br/verificador/D440-F4E3-935F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

				R$4.035,19 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.824,02
5	Veículo, pick-up, motorização mínima de 75 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, ano de fabricação mínimo 2022;	36	Franquia Mensal (3.000 km)	R$4.100,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$3.850,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$3.998,95 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$3.457,39 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.851,58
6	Veículo, caminhonete 4x4, cabine dupla, motorização mínima de 160 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS e AIRBAG, combustível diesel, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, ano de fabricação mínimo 2022;	18	Franquia Mensal (3.000 km)	R$7.990,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$7.500,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$9.789,88 M&M ALUGUEL DE CARROS

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 0987.7U31.728X.W70A.0368 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÃO - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE)
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://gisaman.ilb.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

				R$9.990,19 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$8.817,51
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:		**R$1.548.733,68**		

As unidades de franquia basearam-se nas quilometragens normalmente utilizadas mensalmente para cada veículo locado. Sendo que no limite da franquia mensal (3.000 km) o quantitativo será abatido. Já em que pese haver excedente de quilometragem mensal, será feito pagamento proporcional a quilometragem utilizada, o que se dará em caso excepcional, posto que, ao servidor responsável pela fiscalização do contrato, caberá se atentar ao limite da unidade de quilometragem contratada.

O quantitativo das franquias (ano) se estabeleceu visto que como citado em certidão anexa ao processo, o CIMVALPI possui atualmente locado 7 veículos **1.0/1.6**; 6 veículos **Sedan's**; 6 veículos **SUV's**; 1 veículo **4x4**; 1 veículo **4x2**, podendo haver um aumento no número de locação de veículos em razão da ampliação do quadro de funcionários do Consórcio e um possível excedente de quilometragem utilizado. Sendo assim para cada mês vigente do ano foi estimado 1 (uma) franquia, com uma reserva de franquia caso seja necessária para utilização. Vejamos exemplo abaixo:

Veículo, capacidade de 5 (cinco) passageiros: 7 (locados atualmente) x 12 (meses do ano) = 84 (franquias) + 24 (franquias/reserva) = **108 (franquias/ano)**

13) PESQUISA DE PREÇO

As pesquisas de preço foram realizadas conforme estabelecidas pela instrução Normativa 07/2022, âmbito do Consórcio CIMVALPI, que dispõe sobre o procedimento para realização de pesquisa de preços.

A pesquisa de preço foi realizada considerando os parâmetros dispostos no artigo 6º, inciso IV, da IN 07/2022 do Consórcio CIMVALPI. Foram consultados os preços através de pesquisa direta com fornecedores, através de email e celular android com empresas do ramo de locação de veículos, no âmbito do Estado de Minas Gerais, onde se situa o Consórcio e os municípios consorciados, visto que após a realização do Pregão 001/2024, cujo objeto foi o mesmo deste, a licitação se restou com sobrepreço, tendo sido assim analisada pela Diretoria Técnica Administrativa do Consórcio a conclusão de realizar a cotação de preços diretamente com locadoras dos automóveis no Estado de Minas Gerais afim de se buscar preços compatíveis ao mercado.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 0987.7U31.728X.W70A.0368 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pisa.ponovasp.com.br/verificador.aspx e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pisa.ponovasp.com.br/verificador.aspx e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

As locadoras foram escolhidas de maneira aleatória, sendo feito contato com várias do ramo de locação de veículos, findando o balizamento de preços com aquelas que enviaram cotações referente a demanda feita pelo Consórcio.

14) ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Conforme acima apresentado, a estimativa do valor do contrato é de **R$1.548.733,68 (um milhão, quinhentos e quarenta e oito mil, setecentos e trinta e três reais e sessenta e oito centavos).**

15) JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

De início, a possibilidade de parcelamento ou não do objeto da licitação deve ser auferida sempre no caso concreto, essencialmente, deve a Administração prezar acerca da viabilidade técnica e econômica do parcelamento e da divisibilidade do objeto, de conformidade com o pronunciado pelo Tribunal de Contas da União por meio do Acórdão nº 732/2008. Nos termos do art. 47, inc. II da Lei 14.133/21, a opção pelo critério de julgamento por item é obrigatória e deve ser aplicada sempre que se comprovar técnica e economicamente viável a sua adoção, a fim de ampliar a competitividade sem perda da economia de escala. Nesse sentido, por meio do **Acórdão 2529/2021-TCU-Plenário[4], o Tribunal de Contas da União,** onde "empreende-se, pois, da leitura da parte dispositiva do sobredito acórdão que, sob a ótica do TCU, a ausência de parcelamento do objeto da licitação representa, por si só, restrição ao caráter competitivo da disputa, havendo situações, no entanto, em que tal restrição poderia ser devidamente justificada. Estaria assim sujeita à reprimenda da Corte de Contas tão somente a ausência de parcelamento que configurasse injustificada restrição à competitividade do certame.

No caso em análise, considerando a diversidade de modelos de veículos, e ante a pluralidade de fornecedores disponíveis no mercado de locação, torna-se economicamente mais vantajoso o parcelamento do objeto, porquanto pode atrair um maior número de interessados, resultando em melhores preços para a Administração.

Ademais, os itens do presente certame abrangem gêneros de veículos automotores de categorias diferentes, motivo pelo qual a reunião, em lotes, de veículos com especificações distintas, implicaria em restrição à competitividade do certame.

Pelo exposto, a opção por realizar a licitação por item decorre de aspectos técnico-econômicos, com vistas a melhor atender o interesse público, com eficiência e racionalidade dos gastos.

16) ALINHAMENTO CONTRATAÇÃO E PLANEJAMENTO

Diretrizes que nortearam o ETP:

[4] https://www.migalhas.com.br/depeso/354484/parcelamento-do-objeto-da-licitacao-e-ampliacao-da-competitividade

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 0987.7U31.728X.W70A.0368 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pmsa.ipm.com.br/verificador/0987-7U31-728X-W70A/ e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pmsa.ipm.com.br/verificador/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

- Lei Federal nº. 14.133/2021;
- Instruções Normativas CIMVALPI nº. 07/2022 e 08/2022;
- Lei 9.503/1997 (CTB)

16.1. A pretensa contratação destes serviços por parte deste ente público, encontra previsão na CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO CIMVALPI, naquilo que concerne a prestação de atividades de planejamento, execução e gestão associada de serviços públicos nas mais diversas áreas, *art. 7º inc. I,* bem como ainda no art. 6º, parágrafo único, inc. I, *alíneas "e,h,k,p,s"* da CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO.

16.2. Em consonância a função institucional para qual o consórcio foi criado, fato não controverso é de que os entes consorciados se depararam com baixa oferta de quadros técnicos qualificados, pouca experiência na elaboração das políticas públicas e baixa capacidade de gestão. Nesse contexto, buscando melhorar e aprimorar a gerência na gestão pública dos entes consorciados, o CIMVALPI planeja com a presente contratação objeto deste estudo, trazer benefícios de Redução de custos fixos para os Municípios; Ganho de escala; Fortalecimento da gestão local; Melhora na qualidade dos serviços prestados, dentre outros.

17) POSICIONAMENTO CONCLUSIVO QUANTO A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A conclusão que pode extrair deste Estudo, é que a contratação de empresa especializada em locação de veículos, atende satisfatoriamente demanda existente entre os entes consorciados e o próprio CIMVALPI, posto que, conforme apresentado, os entes consorciados apresentam uma frota deficitária e em alguns casos inexistente.

Ignorar à existência por demanda de veículos por parte da administração, implica em obstaculizar suas atividades dado o essencial atendimento à necessidade pública de forma permanente e contínua. A interrupção deste serviço que resulta na atividade de deslocamento de servidores, munícipes, objetos e cargas pode comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

A contratação pretendida, desde que observados os requisitos de negócio estabelecidos no presente estudo, com a vantagem de permitir melhor adequação dos serviços às efetivas necessidades dos entes consorciados e do próprio CIMVALPI, apresenta-se indubitavelmente viável.

18) DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO;

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 0987.7U31.728X.W70A.0368 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pmsanagustinho.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Nesse ínterim, o certame licitatório para contratação de empresa especializada na locação de veículos acima especificados para atender demanda do CIMVALPI e Municípios consorciados, apresenta-se como solução mais comum e viável seja do ponto de vista técnico, seja do ponto de vista econômico. Considerando o modelo alternativo, que seria AQUISIÇÃO (compra), dentro do contexto econômico dos Municípios que integram o Consórcio apresenta-se inviável, posto que além do alto valor inicialmente despendido pelo poder público, advém custos oriundos de manutenção de frota. Dentro do modelo de locação, conforme previsto neste Estudo, os custos e despesas de manutenção e impostos, ficam exclusivamente a cargo do contratante, o que assegura maior economicidade e melhor aproveitamento dos recursos humanos, não havendo necessidade da administração em dispor de mão-de-obra voltada para esta finalidade.

19) DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS;

Tem-se em vista que, com a instituição do procedimento, a gestão CIMVALPI visa preservar o caráter ininterrupto das atividades administrativas e operacionais dos Municípios que demandam pelo serviço e notadamente do próprio Consórcio, agindo de forma planejada, a fim de prevenir riscos e prejuízos ao erário, ambicionando melhorias de gestão – tais como o aumento do poder de barganha e a obtenção de economia de escala.

Noutros passos, com o condão de atender satisfatoriamente as necessidades identificadas, observando as peculiaridades do objeto e para alcançar os resultados pretendidos, é oportuno o emprego de alguns recursos tais como:

a. Publicação do presente Estudo para apresentação e verificação das demandas dos Municípios que demonstrarem interesse; com vistas a estabelecer uma maior margem de negociação no certame e, também, para mensurar, em estimativa aproximada, a dimensão do pleito;
b. Disponibilização dos meios pertinentes, sejam físicos ou eletrônicos, para a realização da pesquisa de mercado e da pesquisa de preços, as quais possibilitam a mensuração da dimensão do pleito e a verificação da aproximação do trabalho às práticas vigentes no mercado;

A presente demanda é proveitosa na medida em que se identifica que o serviço de locação de veículos, de forma a atender satisfatoriamente o Interesse Público, constituem uma necessidade em comum dos Municípios consorciados e do próprio Consórcio. Pelo exposto até aqui, os resultados pretendidos são:

a. O atendimento satisfatório da contratação;
b. O alcance de uma larga racionalização e economia aos gastos públicos;
c. A preservação do caráter ininterrupto das atividades administrativas e operacionais do CIMVALPI;
d. A prevenção de riscos ao Erário; e
e. O alcance de indicadores para a medição e aperfeiçoamento da gestão.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 0987.7U31.728X.W70A.0368 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://gisamgsuite.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

20) PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO;

20.1. A Administração do Consórcio Intermunicipal e Multissetorial do Vale do Piranga, objetivando a necessidade de contratação de empresa especializada em locação de veículos irá licitar o serviço. Após os resultados, será elaborado Termo de Referência, Publicação de Edital, a após os tramites da disputa, celebração de contrato.

20.2. Haverá necessidade de indicar servidores para a correta fiscalização do contrato em tela, evitando-se vícios ou desvios de conduta, bem como garantir o cumprimento das metas de eficiência e eficácia necessárias para o atendimento do objeto dessa contratação.

21) DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL

21.1. Sob inteira responsabilidade da contratante, realizar manutenção preventiva e corretiva dos veículos, de acordo com as recomendações do fabricante, bem como substituição e descarte adequado de pneus, fluidos e lubrificantes.

21.2. Manutenção da regulagem dos veículos para que sejam minimizados os níveis de emissão de poluentes, visando contribuir com o atendimento dos programas de qualidade do ar, observados os limites máximos de emissão de gases, conforme legislação vigente.

22) PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÃO:

O CIMVALPI, no presente momento, se encontra com o plano anual de contratações vigente, conforme IN 30/2024.

23) CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Nos termos do art. 47, inc. II da Lei 14.133/21, a opção pelo critério de julgamento por item é obrigatória e deve ser aplicada sempre que se comprovar técnica e economicamente viável a sua adoção, a fim de ampliar a competitividade sem perda da economia de escala, como no caso em tela, será realizado por meio de pregão eletrônico através de menor preço por item.

Ponte Nova, 29 de maio de 2024.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 0987.7U31.728X.W70A.0368 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://gisamgsuite.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

João Paulo Ferreira
Gerente Administrativo

Hilton Antônio de Oliveira
Responsável pela Revisão
Oficial de Assessoramento Jurídico

Cod. de Autenticidade do Doc.: 0987.7U31.728X.W70A.0368 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://gisamgsuite.com.br/verificacao/D2421-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

CIMVALPI
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA

Assinaturas do Documento

Documento Assinado Eletronicamente por **HILTON ANTONIO DE OLIVEIRA**, **CPF:** 042.21*.**6-*7 em **29/05/2024 11:33:26**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **11H8.8233.0267.E75K.1575**, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.

Documento Assinado Eletronicamente por **JOAO PAULO FERREIRA**, **CPF:** 052.42*.**6-*3 em **29/05/2024 09:31:28**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **09W1.7931.7288.361U.4146**, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.

Informações do Documento

ID do Documento: **68F.D74** - Tipo de Documento: **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - RETIFICADO**.

Elaborado por **JOAO PAULO FERREIRA**, **CPF:** 052.42*.**6-*3 , em **29/05/2024 - 09:31:28**

Código de Autenticidade deste Documento: 0987.7U31.728X.W70A.0368

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
https://zeropapel.cimvalpi.mg.gov.br/verdocumento

Cod. de Autenticidade do Doc.: 0987.7U31.728X.W70A.0368 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://gisamunicipio.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Termo de Referência

1. DA INDICAÇÃO DO OBJETO - Definição, Natureza, Quantitativo, Prazos e Possibilidade prorrogação

1.1. - Contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos para o transporte de pessoas, materiais, documentos e pequenas cargas, para atender demanda do CIMVALPI, bem como do Município de Dom Silvério.

1.2. - No presente caso, o serviço é caracterizado como comum e de natureza continuada. Posto isto, a previsão de vigência do contrato é de 12 meses, a contar da data de sua assinatura, dessa forma, a Ata de Registro de Preços deverá vigorar pelo mesmo período, e expirar-se-á ao término do respectivo exercício financeiro.

1.3. - Ao presente Termo, aplicam-se as estimativas quantitativas, apresentadas no Estudo Técnico Preliminar e replicados no item 3 deste Termo.

1.4. - O presente serviço será prestado sob demanda, de acordo com a necessidade da administração. Só será efetuado o contrato administrativo em caso de necessidade e em cumprimento ao disposto na Lei nº 14.133/21. Ao final do processo licitatório será realizada a assinatura da ata de registro de preços, válida por 12 meses conforme exposto no subitem "1.2". É previsto a possiblidade de sua prorrogação pelo período de até 05 (cinco) anos, prorrogável por até 10 (dez) anos, com amparo legal nos termos do artigo 105 e seguintes da lei 14.133/21.

2. DA JUSTIFICATIVA – Fundamentação e Descrição da necessidade da contratação.

2.1. - Conforme apresentado em DFD expedido pela gerência administrativa do CIMVALPI, no intuito de elaborar estudo prévio para análise de viabilidade técnica, financeira e orçamentária para LOCAÇÃO DE VEÍCULOS utilitários que comportem 05 (cinco) passageiros; SUV's; Sedans; utilitários que comportem 07 (sete) passageiros (tipo minivans); Pick-up que comportem 02 (dois) passageiros e Caminhonete 4x4, sem fornecimento de combustível e sem motorista, incluindo manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças, seguro e/ou proteção veicular, inclusive contra terceiros, para o transporte de pessoas, materiais, documentos e pequenas cargas, com a finalidade de atender demanda do CIMVALPI, bem como dos Municípios que o integram. Ampliou-se desta forma o Estudo, com amplo levantamento das soluções de mercado para atendimento das necessidades tanto do CIMVALPI, quanto para os demais entes consorciados interessados na contratação destes serviços via Consórcio. Com levantamento realizado dentro da Coordenadoria de Planejamento e Direção de Contatos administrativos do CIMVALPI, considerou-se ainda a possibilidade de interesse por parte dos entes consorciados apresentarem demandas durante a fase de publicação da intenção de Registro de Preços.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09Z7.7V06.715E.W401.2336 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

3. DO QUANTITATIVO E CUSTO ESTIMADO – Especificação, Requisitos de qualidade, durabilidade e segurança

3.1. - Após Consolidada Pesquisas de Preços constante no item 12 do Estudo Técnico Preliminar, dado as especificidades de cada veículo, a metodologia aplicada para a definição da precificação se deu por itens. A média aritmética dos valores obtidos nas pesquisas de preços foram realizadas considerando os parâmetros dispostos no artigo 6º, inciso IV, da IN 07/2022 no âmbito do Consórcio CIMVALPI, que dispõe sobre o procedimento para realização de pesquisa de preços.

3.2. - Foram consultados os preços através de pesquisa direta com fornecedores, através de solicitação via email e celular android com empresas do ramo de locação de veículos, no âmbito do Estado de Minas Gerais, onde se situa o CIMVALPI e os municípios consorciados Insta elucidar que procedimento anterior realizado no Pregão 001/2024, cujo objeto foi o mesmo deste, a licitação resultou em sobrepreço, tendo sido assim, determinado pela Diretoria Técnica Administrativa do Consórcio a realização de novo certame, havendo desta vez a realização de cotação de preços diretamente com locadoras de automóveis no Estado de Minas Gerais afim de se buscar preços compatíveis ao mercado.

As locadoras foram escolhidas de maneira aleatória, sendo feito contato com várias do ramo de locação de veículos, findando o balizamento de preços com aquelas que enviaram cotações referente a demanda feita pelo Consórcio.

3.3. - Através de levantamento realizado junto da Diretoria Técnica Administrativa e Setor de Frotas do CIMVALPI, além de demanda apresentada pelo município de Dom Silvério, apontou necessidade de locação dos respectivos quantitativos e qualificativos (modelos) de veículos:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE FRANQUIA (ANO)	UNIDADE	VALOR MENSAL ESTIMADO
1	Veículo, capacidade de 5 (cinco) passageiros, motorização mínima de 1.0, potência acima de 75 CV, direção elétrica ou hidráulica, combustível flex (gasolina/álcool), 04 (quatro) portas, ar condicionado, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade,	108 (CIMVALPI)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.090,00 RACHID VEÍCULOS S/A R$2.750,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS R$3.559,48

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09Z7.7V06.715E.W401.2336 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

	faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	80 (DOM SILVÉRIO		M&M ALUGUEL DE CARROS R$3.220,59 LOCALIZA **MÉDIA TOTAL R$3.155,01**
2	Veículo, Sedan ou Sedan Executivo, 04 (quatro) portas, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, distância mínima entre os eixos de 2,60 cm, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	108 (CIMVALPI) 50 (DOM SILVÉRIO)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.700,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS R$2.989,98 M&M ALUGUEL DE CARROS R$4.648,59 LOCALIZA **MÉDIA TOTAL R$3.779,52**
3	Veículo, tipo Minivan, motorização mínima 130 CV, com capacidade mínima para 07 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros	18 (CIMVALPI)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$4.150,00 RACHID VEÍCULOS S/A R$6.415,98 M&M ALUGUEL DE CARROS

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09Z7.7V06.715E.W401.2336 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse o link https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

	e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;			R$4.340,39 LOCALIZA
		30 (DOM SILVÉRIO)		**MÉDIA TOTAL R$4.968,79**
4	Veículo, tipo SUV, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	108 (CIMVALPI)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.990,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$4.700,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
		20 (DOM SILVÉRIO)		R$2.570,90 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$4.035,19 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.824,02
5	Veículo, pick-up, motorização mínima de 75 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica,	36 (CIMVALPI)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$4.100,00 RACHID VEÍCULOS S/A

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09Z7.7V06.715E.W401.2336 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/09Z7-7V06-715E-W401 e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

	combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;			R$3.850,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$3.998,95 M&M ALUGUEL DE CARROS
		30 (DOM SILVÉRIO)		R$3.457,39 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.851,58
6	Veículo, caminhonete 4x4, cabine dupla, motorização mínima de 160 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS e AIRBAG, combustível diesel, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	18 (CIMVALPI)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$7.990,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$7.500,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
		20 (DOM SILVÉRIO)		R$9.789,88 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$9.990,19 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$8.817,51
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:		**R$2.507.552,18**		

3.4. - Conforme acima demonstrado, a estimativa do valor da contratação é de R$2.507.552,18 (dois milhões, quinhentos e sete mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e dezoito centavos).

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09Z7.7V06.715E.W401.2336 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

3.5. - Aplicam-se aos requisitos de qualidade, durabilidade e segurança dos veículos as especificações apresentadas pelo fabricante, e condições de segurança apontadas no item "3.4" do Estudo Preliminar, mormente aos critérios para exigência mínima de ano de fabricação e itens de segurança obrigatórios e indispensáveis, bem como a realização periódica das manutenções preventivas, preditivas e corretivas quanto for o caso.

3.6. - As unidades de franquia basearam-se nas quilometragens normalmente utilizadas mensalmente para cada veículo locado. Sendo que no limite da franquia mensal (3.000 km) o quantitativo será abatido. Já em que pese haver excedente de quilometragem mensal, será feito pagamento proporcional a quilometragem utilizada, o que se dará em caso excepcional, posto que, ao servidor responsável pela fiscalização do contrato, caberá se atentar ao limite da unidade de quilometragem contratada.

3.7. - O quantitativo das franquias (ano) se estabeleceu visto que como citado em certidão anexa ao processo, o CIMVALPI possui atualmente locado 7 veículos **1.0/1.6**; 6 veículos **Sedan's**; 6 veículos **SUV's**; 1 veículo **4x4**; 1 veículo **4x2**, podendo haver um aumento no número de locação de veículos em razão da ampliação do quadro de funcionários do Consórcio e um possível excedente de quilometragem utilizado. Sendo assim para cada mês vigente do ano foi estimado 1 (uma) franquia, com uma reserva de franquia caso seja necessária para utilização. Vejamos exemplo abaixo:

Veículo, capacidade de 5 (cinco) passageiros: 7 (locados atualmente) x 12 (meses do ano) = 84 (franquias) + 24 (franquias/reserva) = **108 (franquias/ano)**

4. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E REGIME DE EXECUÇÃO

O critério de julgamento da proposta será o menor valor unitário por objeto, que consiste no valor necessário para locação de 1 (um) veículo, pelo período de 1 (um) mês. Sendo o regime de execução indireto.

5. LOCAL DE ENTREGA – Regras de Recebimento

5.1. - Os veículos deverão ser entregues na sede do CIMVALPI, situado na Rua Jaime Pereira, nº 127, Bairro Progresso, Ponte Nova/MG e/ou no escritório do Consórcio em Itabirito/MG, situado na Rua Pio XII, nº 109, sala 303, Bairro Centro, e também na sede dos Municípios consorciados, nos locais indicados pela Administração Pública Municipal que contratarem e os solicitarem.

5.2. - Considerando que a contratação por determinado modelo de veículo contemplado em Estudo se dará por demanda de determinado departamento, programa, ou secretaria, tanto para o CIMVALPI, quanto para os Municípios interessados na contratação, a entrega se dará mediante formalização do contrato relativo ao(s) respectivo(s) veículo(s).

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09Z7.7V06.715E.W401.2336 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

5.3. - O prazo de entrega dos veículos será de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da solicitação. Dentro do mesmo período, o veículo solicitado deverá ser vistoriado na sede do CIMVALPI, ou do Município que o tenha solicitado.

5.4. - O recebimento provisório do objeto, para efeito de posterior verificação da sua conformidade com as especificações, será realizado no ato da vistoria do veículo no local de recebimento. Em se tratando de ente consorciado, a vistoria será acompanhada pelo departamento responsável vinculado à Secretaria de Transportes do Município indicado no pedido, que reportará ao CIMVALPI, as condições de recebimento do veículo, manifestando aceite ou recusa, fundamentando os motivos no segundo caso. Recebido provisoriamente o objeto, o Gestor/Fiscal do Contrato terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para efetuar o recebimento definitivo.

5.5. - Na hipótese de haver concluído através da vistoria que o veículo solicitado atende as especificações exigidas na proposta, reputar-se-á como realizada a entrega, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo indicado no subitem anterior.

5.6. - Os veículos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando solicitado e entregue mais de um item, e havendo desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação à Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.7. - Na hipótese de substituição do item conforme estabelecido no subitem anterior, o prazo do gestor do contrato para o recebimento definitivo elencado no subitem 5.4 será suspenso, passando a correr novamente após a realização da vistoria.

5.8. - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

6.1. - Com a efetiva demanda do CIMVALPI e município de Dom Silvério, a solução para atendimento contempla a contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos. Naquilo que concerne ao ciclo de vida do objeto, caberá à Administração solicitar da empresa contratada relatório trimestral das revisões realizadas em cada veículo, sendo, portanto, 04 (quatro revisões) a cada período de 12 (doze) meses, acompanhado de cópia das notas fiscais e serviços de revisão realizados. Caberá ainda ao gestor do contrato delegar quando for o caso ao servidor responsável pelo gerenciamento da frota dos veículos do CIMVALPI e do Município, informar e reportar ao gestor do contrato as condições relativas à banda de rodagem dos pneus, não podendo em hipótese alguma os pneus

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09Z7.7V06.715E.W401.2336 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cisa.assinadoc.com.br/verificador e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://cisa.assinadoc.com.br/verificador e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

apresentarem desgastes além dos limites impostos pelo fabricante, bem como eventuais deformidades como bolhas ou rachaduras.

6.2. - Os relatórios sugeridos no subitem anterior devem observar as especificações da montadora naquilo que concerne limites de quilometragens e tempo para substituição de óleos, fluidos e lubrificantes, bem como as margens de segurança relativas a banda de rodagem de pneus, promovendo a troca e substituição sempre que necessário, observando neste último caso, a imediata substituição dos pneus, garantindo a segurança dos condutores e passageiros.

6.3. - Conforme previsto em estudo, sugere-se que a contratação se dê mediante realização de Pregão através do Menor Preço, em seu formato eletrônico com procedimento auxiliar de Registro de Preços, uma vez que trata-se de produtos comuns e da existência da inviabilidade de se precisar número exato de contratos a serem celebrados, já que a solicitação se dará por demanda apresentada pelos departamentos e programas do CIMVALPI, e secretarias dos Municípios.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO - Especificação da garantia exigida, Condições de manutenção e Assistência técnica

Além das garantias exigidas quanto aos itens de segurança obrigatórios e indispensáveis apontados em Estudo Preliminar e garantidas exigidas quanto aos serviços de revisão dos veículos, será regiamente observado as disposições contidas no Capítulo IX, Seções I e II da Lei 9.503/1977 que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro.

7.1. - DAS OBRIGAÇÕES

7.1.1. - **São obrigações da Contratante:**

I – Receber o objeto no prazo e condições avençadas neste termo, e pormenorizadas em Edital e seus anexos;

II – Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos itens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

III – Comunicar à Contratada dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, por escrito via e-mail sobre defeitos, imperfeições, mau funcionamento, falhas ou irregularidades verificadas nos veículos fornecidos, para que seja substituído, reparado ou corrigido, bem como do recolhimento dos veículos findo a vigência do contrato ou por quaisquer outros motivos que justifiquem a devolução;

IV – Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/empregado especialmente designado;

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09Z7.7V06.715E.W401.2336 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

V – Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no instrumento contratual e seus anexos;

VI – O CIMVALPI não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.1.2. - São obrigações da Contratada:

I – A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no instrumento contratual, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

II – Efetuar a entrega do objeto dentro dos critérios de exigência mínima de ano de fabricação e com todos os itens de segurança obrigatórios e indispensáveis apontados no subitem 3.4 do ETP. A entrega do objeto deverá ocorrer dentro do prazo e no local indicado.

III – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

IV – Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, bem como proceder com o recolhimento dos veículos findo a vigência do contrato ou por quaisquer outros motivos que justifiquem a devolução, devendo proceder ao recolhimento ou substituição dentro do prazo de até 05 (cinco) dias úteis;

V – Comunicar à Administração do CIMVALPI, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

VI – Manter, durante toda a vigência do instrumento contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

VII – Fornecer relatório trimestral informando as eventuais revisões realizadas nos veículos, descrevendo os serviços porventura realizados, descrevendo peças e componentes reparados ou substituídos;

VIII – Com base nas pesquisas no mercado automobilístico os veículos serão franqueados da seguinte forma:

a) **Veículo utilitário de passageiros**, capacidade de 5 (cinco) passageiros, motorização mínima de 1.0, potência acima de 75 CV, direção elétrica ou hidráulica, combustível flex (gasolina/álcool), 04 (quatro) portas, ar

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09Z7.7V06.715E.W401.2336 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

condicionado, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED ano de fabricação mínimo 2022, tendo franquia mensal de até 3 (três) mil km rodados, havendo pagamento proporcional para os casos em que ocorrer excedente de quilometragem;

b) **Veículo Sedan,** 04 (quatro) portas, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freios ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022, tendo franquia mensal de até 3 (três) mil km rodados, havendo pagamento proporcional para os casos em que ocorrer excedente de quilometragem;

c) **Veículo utilitário de passageiros, tipo Minivan**, motorização mínima 130 CV, com capacidade mínima para 7 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022, tendo franquia mensal de até 3 (três) mil km rodados, havendo pagamento proporcional para os casos em que ocorrer excedente de quilometragem;

d) **Veículo tipo SUV**, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022, tendo franquia mensal de até 3 (três) mil km rodados, havendo pagamento proporcional para os casos em que ocorrer excedente de quilometragem;

e) **Veículo pick-up**, motorização mínima de 75 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022, tendo franquia mensal de até 3 (três) mil km rodados, havendo pagamento proporcional para os casos em que ocorrer excedente de quilometragem;

f) **Veículo caminhonete**, 4x4, cabine dupla, motorização mínima de 160 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS e AIRBAG, combustível diesel, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022, tendo franquia mensal de até 3 (três) mil km

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09Z7.7V06.715E.W401.2336 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://lisa.superlogica.com/verificador/ e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

rodados, havendo pagamento proporcional para os casos em que ocorrer excedente de quilometragem;

IX – Os veículos deverão ter Seguro Total, com franquia de acordo com valores praticado pelas seguradoras, nos casos de colisão furto ou incêndio ou perda total; e proteção total contra terceiros para danos morais e materiais**.** Deverá ser contemplado as seguintes coberturas:

Seguro:

Danos Corporais a terceiros.....R$ 100.000,00
Danos Materiais a terceiros.....R$ 100.000,00
Danos Morais a terceiros.....R$ 10.000,00
Ocorrência de morte.....R$ 13.500,00
Invalidez permanente e/ou total.....R$ 13.500,00
Despesas médico hospitalares.....R$ 2.700,00

X – No caso de problemas mecânicos, acidentes ou outras indisponibilidades, a contratada deverá substituir o veículo por outro com as mesmas especificações ou superior, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, sem nenhum ônus adicional para o CIMVALPI;

XI – Haverá um termo de recebimento e devolução constando a data e o horário, subscrito pelas partes, sendo que tanto para um quanto para o outro, estabelece-se que ambos ocorrerão respectivamente na sede do CIMVALPI ou do ente consorciado.

XII – Quando das revisões recomendadas pelo fabricante ou quando da execução dos serviços de que trata o presente Termo, a contratada, deverá providenciar a retirada e entrega do veículo nas dependências do CIMVALPI ou mesmo do ente consorciado que esteja vinculado;

XIII – No caso de revisões obrigatórias pelo fabricante, a contratada obriga-se a deixar outro veículo similar ou superior no lugar do veículo retirado;

XIV – A administração CIMVALPI, reserva-se o direito de efetuar sempre que for necessário, para verificação do desempenho dos veículos, podendo solicitar da contratada a substituição imediata daqueles veículos que não estejam atendendo ao contrato.

XV – A Contratada deverá colocar os veículos em adequadas condições de uso, correndo por sua conta toda e qualquer despesa com conservação, manutenção, reposição de pneus, peças e acessórios, funilaria e pintura de pequena monta.

XVI – Efetuar o pagamento das multas decorrentes de infrações de trânsito cometidas na condução dos veículos locados e solicitar o reembolso dos

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09Z7.7V06.715E.W401.2336 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pisa.assinafy.com.br/v/2440-F4E3-835F-E00A/d/2421-F4E3-835F-E00A informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pisa.assinafy.com.br/v/2440-F4E3-835F-E00A/d/2421-F4E3-835F-E00A informe o código D440-F4E3-835F-E00A

valores junto ao CIMVALPI ou do Município, e, este por sua vez, junto ao condutor responsável.

XVII – Responsabilizar-se por todas as despesas dos veículos utilizados na execução dos serviços, tais como licenciamento, seguro total, manutenção e outras que incidam direta ou indiretamente sobre os serviços ora contratados, inclusive acidente, para o que os veículos deverão estar segurados.

XVIII – Manter todas as condições jurídicas, bem como as condições de habilitação e qualificação previstas em ETP e exigidas no Edital durante todo o período da contratação, devendo comunicar à CONTRATANTE, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. - Fica vedado neste ato, à Contratada, transferir, ceder, subcontratar, negociar, utilizar em qualquer hipótese como garantia ou instrumento de fiança ou caução, seja comercial ou bancária, bem como transacionar com terceiros de qualquer personalidade jurídica, as obrigações, responsabilidades e demais cláusulas estabelecidas no instrumento.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. - O modelo de execução do objeto observará o disposto na Lei 14. 133/21, condições dispostas em Edital, Contrato e instrumentos anexos, e naquilo que couber, observará o disposto na Lei nº 8.078, de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor, garantindo providências outras, bem como ainda as normas elencadas na Lei 9.503/1977 que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro.

10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1. - O contrato, quando assinado, deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, as normas da Lei 14. 133/2021, e naquilo que couber as disposições contidas em legislação civilista.

10.2. - Conforme já previsto, estima-se a vigência do contrato em 12 (doze) meses.

10.3. - As comunicações entre o CIMVALPI/MUNICÍPIO e o CONTRATADO, devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagens eletrônicas para este fim.

10.4. - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

10.5. - O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09Z7.7V06.715E.W401.2336 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinador.com.br e utilize o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://assinador.com.br/verificar e utilize o código D440-F4E3-835F-E00A

10.6. - O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

10.7. - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

10.8. - O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapasse sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

10.9. - O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

10.10. - O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

10.11. - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

10.12. - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

10.13. - O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO PARA PAGAMENTO E REAJUSTE

11.1. - Não será necessária apresentação de garantia de execução contratual, posto que o pagamento é condicionado ao recebimento do objeto, resguardado o direito de responsabilização caso não haja entrega dos veículos nos prazos avençados.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09Z7.7V06.715E.W401.2336 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://lisa.margus.com.br/verificador/ com o código D440-F4E3-835F-E00A

11.2. - A Fatura deverá ser emitida no último dia útil do mês referente à prestação dos serviços e encaminhado ao Gestor do contrato para atesto;

11.3. - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após emissão da Nota Fiscal, devidamente atestada, por servidor designado pela Administração.

11.4. - Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal ou de Faturamento, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

11.5. - O pagamento será efetuado no prazo acima assinalado, de acordo com a quantidade veículos locados, no período, mediante emissão de ordem bancária em favor do contratado, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada, observado os prazos acima descritos.

11.6. - A Nota Fiscal deverá ser apresentada juntamente com o relatório dos serviços realizados, devidamente firmado por servidor competente, documentação hábil para comprovação da despesa.

11.7. - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá no mesmo prazo definido no subitem acima, após a data de sua apresentação válida.

11.8. - Nenhum pagamento isentará a licitante vencedor das responsabilidades contratuais, nem implicará em aprovação definitiva da prestação dos serviços total ou parcial.

11.9. - Não será permitida previsão de sinal, ou qualquer outra forma de antecipação de pagamento na formulação das propostas, devendo ser desclassificada, de imediato, a proponente que assim o fizer.

11.10 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o contratado não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

EM = I x N x VNF

EM= Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originalmente devido

I= Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

I = (1/100)

365

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09Z7.7V06.715E.W401.2336 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://lisa.assinafy.com.br/verificar/D2421-F4E3-835F-E00A ou informe o código D440-F4E3-835F-E00A

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento.

VNF = Valor da Nota Fiscal ou de Faturamento

12. DA FORMA DE PAGAMENTO

12.1. - Para efeito de pagamento será observada o disposto na Instrução Normativa 017/2023 e artigos 141 a 146 da Lei 14.133/2021.

12.2. - A atividade de recebimento é condição prévia e essencial ao pagamento, representando a confirmação de que o objeto do contrato foi efetivamente executado em conformidade com os requisitos quantitativos, qualitativos, bem como o preço, a forma e prazo estipulados, tudo conforme previsto em Edital.

12.3. - Em se tratando de locação de bens, o recebimento é condição prévia da contraprestação pelo CIMVALPI/MUNICÍPIO do fornecimento do objeto, representando a confirmação de que o objeto do contrato foi efetivamente executado em conformidade com os requisitos qualitativos, quantitativos, bem como o preço (art. 6º, inc. II alínea "a" IN CIMVALPI 017/2023).

12.4. - Para fins do contrato celebrado, será emitido Nota Fiscal ou Fatura de Locação como documento para liquidação e pagamento com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis do vencimento.

12.5. - Caso os dados do documento de cobrança estejam incorretos, a Administração informará ao fornecedor e este emitirá novo documento de cobrança, escoimada daquelas incorreções, abrindo-se, então, novo prazo de pagamento.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13.1. - Contratação de pessoa jurídica (empresas), que tenha compatibilidade com o objeto quanto à execução do serviço de locação e entrega dos veículos abaixo reiterados:

13.1.1. - Veículo utilitário de passageiros, capacidade de 5 (cinco) passageiros, motorização mínima de 1.0, potência acima de **75 CV**, direção elétrica ou hidráulica, combustível flex (gasolina/álcool), 04 (quatro) portas, ar condicionado, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;

13.1.2. - Veículo Sedan 04 (quatro) portas, motorização mínima de **111 CV**, ar condicionado, trio elétrico, direção

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09Z7.7V06.715E.W401.2336 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://lisan.assinafy.com.br/verificar/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, distância mínima entre os eixos de 2,60 cm, ano de fabricação mínimo 2022;

13.1.3. - Veículo utilitário de passageiros, tipo Minivan, motorização mínima **130 CV**, com capacidade mínima para 7 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;

13.1.4. - Veículo tipo SUV, motorização mínima de **111 CV**, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;

13.1.5. - Veículo pick-up, motorização mínima de **75 CV**, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;

13.1.6. - Veículo caminhonete, 4x4, cabine dupla, motorização mínima de **160 CV**, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS e AIRBAG, combustível diesel, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;

13.2. - Pessoas jurídicas poderão participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas contidas no art. 15 da Lei 14.133/2021.

13.3. - O critério de aceitabilidade de preços será o valor unitário por item, estimado para a contratação.

13.3.1. - O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (Art. 59, §3º da Lei 14.133/2021 e IN CIMVALPI nº 007/2022 - **https://www.cimvalpi.mg.gov.br/phocadownload/instrucao_normativa_007_2022.pdf)**

13.4. - Ultrapassado o atendimento quanto à exigência de Requisitos Descritivos acima elencados, para seleção do fornecedor, deverá ser regiamente observados os Requisitos de Habilitação respectivamente quanto à pessoa

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09Z7.7V06.715E.W401.2336 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gisam.zeropapel.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A informe o código D440-F4E3-835F-E00A

jurídica, bem como os Requisitos Obrigacionais sobretudo de regularidade fiscal, incluindo participação de cooperativas conforme a abaixo reiterado:

13.4.1. - **Requisitos Obrigacionais**

Os requisitos obrigacionais mínimos exigidos, deverão atender às disposições contidas no OBJETO deste Estudo, além daqueles previstos em Lei, dos quais podemos destacar: "REQUISITOS DE HABILITAÇÃO" e "REQUISITOS DE REGULARIDADE FISCAL", "REGULARIDADE SOCIAL E FUNDIÁRIA" Mas conforme mencionado, para além disso, deverá ser observado o regramento legal contido na Lei 14.133/21, bem como as exigências contratuais.

As condições de habilitação, informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante serão divididos em jurídica; técnica; fiscal; social; fundiária; trabalhista e econômico-financeiro, conforme previsto nos artigos 62 e 65 da Lei 14.133/202.

Conforme disposto no § 4º do artigo 69 da nova lei, a Administração CIMVALPI, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio liquido equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contração.

A documentação referida deverá ser apresentada na forma prevista no artigo 70 da Lei 14.133/2021.

13.4.2. - **Regularidade Fiscal**: O licitante deverá encontrar-se de forma regular perante suas obrigações com a legislação tributária federal, estadual, municipal, seguridade social e o fundo de garantia por tempo de serviço. Cumpre aqui ressaltar que regularidade não implica em quitação. Regularidade é a comprovação de que a empresa atende todas as exigências do fisco.

São os seguintes documentos exigidos por lei que provam sua regularidade:

a) **Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoas Física e Jurídica:** Cadastro de Pessoa Física – CPF e Cadastro Nacional de Pessoa Jurídicas – CNPJ. Ambos são expedidos pela Secretaria da Receita Federal
b) **Prova de Inscrição no cadastro de contribuintes, ICMS/ISS:** Inscrição Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação. A Inscrição Estadual é emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda e Planejamento.
c) **Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais emitida pela Receita Federal**. Poderá ser solicitada na Agência da Receita Federal, em qualquer localidade do respectivo Estado, cuja validade é de 180 (cento e oitenta) dias. Também poderá ser emitida pelo site www.receita.fazenda.gov.br com validade de 30 (trinta) dias a contar da sua emissão.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09Z7.7V06.715E.W401.2336 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://lisa.ansi.com.br/verificador/ e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

d) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual: Certidão emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual, podendo ser solicitada em qualquer posto de atendimento da Secretaria de Fazenda Estadual. Esta certidão terá validade de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.

e) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal: Esta certidão deverá ser emitida pela Secretaria Municipal do Município onde o imóvel encontra-se localizado.

f) Certificado de regularidade do FGTS.

13.5. - Relativos À Qualificação Econômico-Financeira

a. Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, observado o prazo de validade da respectiva certidão, considerando tratar-se de haver unidades da federação que dispões de prazos de validade distintos, bem como prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

a.1. Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

b. Balanço patrimonial e demonstração do resultado (DRE) do último exercício social exigível, devidamente assinado pelo responsável legal da empresa e por contador habilitado, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

b.1. Para aquelas empresas constituídas a menos de 01 (um) ano ou no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da empresa, devidamente assinados pelo seu representante legal e pelo contador responsável, em cópia autenticada ou via original.

c. Demonstrações que comprovem a boa situação econômico-financeira da licitante será efetuada com base nos índices e resultados financeiros, extraídos do balanço apresentado na forma acima. a empresa deverá apresentar alternativamente Índice de Liquidez Geral = igual ou superior a 1 (um); Índice de Liquidez Corrente = igual ou superior a 1 (um) ou Comprovação de Patrimônio Líquido ou Capital Social, **com valor igual ou superior a 10% (dez por cento) do total estimado da prestação de serviços para o período de 12 (doze) meses.** ***(grifo nosso)***

Acerca da indevida exigência cumulatividade de índices de liquidez e capital social, vejamos entendimento da Corte de Contas da União:

REPRESENTAÇÕES. CONCORRÊNCIA. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE PASSAGEIROS.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09Z7.7V06.715E.W401.2336 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinador.com.br e utilize o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://assinador.com.br/verificar e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

POSSÍVEL RESTRIÇÃO AO CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME E DIRECIONAMENTO DO SEU RESULTADO. CONCESSÃO DE CAUTELAR. OITIVAS. AGRAVO DA ENTIDADE LICITANTE. PERICULUM IN MORA REVERSO. CONHECIMENTO DO RECURSO E SUSPENSÃO DA CAUTELAR ANTERIORMENTE CONCEDIDA. CUMULAÇÃO INDEVIDA DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO E GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL PARA FINS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. PROCEDÊNCIA PARCIAL. DAS REPRESENTAÇÕES. REVOGAÇÃO DA CAUTELAR. PERDA DE OBJETO DO AGRAVO, EM DECORRÊNCIA DA APRECIAÇÃO DO MÉRITO DA MATÉRIA REPRESENTADA. **"Para fins de qualificação econômico-financeira, a Administração pode exigir das licitantes, de forma não cumulativa, capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo ou garantias que assegurem o adimplemento do contrato a ser celebrado, no caso de compras para entrega futura e de execução de obras e serviços"**. Enunciado da Súmula de Jurisprudência do TCU 275.

(TCU - RP: 02938620144, Relator: MARCOS BEMQUERER, Data de Julgamento: 26/10/2016, Plenário)

Para além disso, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, na Instrução Normativa nº 02/2010, expressamente definiu que, caso o licitante apresente Índice de Liquidez inferior a 01 (um), **lhe é facultada, para comprovação da qualificação financeira, a apresentação do capital mínimo ou do patrimônio líquido mínimo ao atendimento do certame**:[1]

Art. 43. Os atos convocatórios devem conter cláusulas que assegurem o cumprimento das disposições contidas nesta norma, bem como as descritas nos incisos seguintes, de modo a explicitar que: V – a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas (...).

V – a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas (...).

Art. 44. O instrumento convocatório deverá prever, também, que as empresas que apresentarem resultado igual ou menor que 01 (um), em qualquer dos índices referidos no inciso V do art. 43 desta norma, quando da habilitação, deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo...

13.5.1. - Os documentos solicitados que não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento serão considerados válidos aqueles que emitidos (ou cujas pesquisas tenham sido realizadas) em data não superior a 60 (sessenta) dias retroativos, a contar da data da sessão pública de abertura deste certame.

[1] https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas-revogadas/instrucao-normativa-no-02-de-11-de-outubro-de-2010-revogada-pela-in-no-3-de-2018

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09Z7.7V06.715E.W401.2336 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cisamasul.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

13.5.2. - Será inabilitada a licitante que não comprovar sua regularidade, deixando de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido em Edital, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

13.5.3. - No caso de inabilitação, a Pregoeira retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

13.6. - **Possibilidade de participação de cooperativas -** Em que pese o entendimento sumulado pelo Tribunal de Contas da União, no enunciado nº 281, de acordo com o qual é vedada a participação de cooperativas em certame licitatório quando houver necessidade de subordinação de mão de obra, **verifica-se que tal entendimento não é aplicável ao presente caso, quando a prestação do serviço de locação não demanda a subordinação de mão de obra**. Isso porque, o objeto do presente procedimento licitatório gira em torno da contratação de empresa de locação de veículos (enquadramento dos CNAE 7711-0/00 (locação de veículos sem motorista)), não restando caracterizada situação de subordinação, o que afasta a vedação da Corte de Contas.

13.7. - Demais Requisitos De Participação

13.7.1. - Além dos requisitos obrigacionais e regularidade fiscal elencados; notadamente no subitem 13.4.2. – Certificado de Regularidade FGTS, que poder-se-á ser enquadrado como garantia da regularidade social. A habilitação das licitantes será realizada mediante a apresentação da seguinte documentação complementar:

13.7.1.1. - Comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor anual estimado da contratação, quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, informados pelo Sicaf, for igual ou inferior a 1;

13.7.1.2. - Comprovante de inscrição e situação cadastral emitido pela Receita Federal do Brasil que comprove a atividade econômica principal ou secundária como sendo Locação de Automóveis sem Condutor (CNAE);

13.7.1.3. - Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante;

13.7.1.4. - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011;

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09Z7.7V06.715E.W401.2336 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://lisa.margus.com.br/verificador/ com o código D440-F4E3-835F-E00A

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

CIMVALPI:

01.01.03.04.122.0001.2012 Locação de Máquinas, Veículos e Equipamentos.
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00104
Fonte: 1.500.000

01.01.01.04.122.0001.2005 Manutenção das Atividades do Fórum dos Prefeitos
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00047
Fonte: 1.703.000

01.01.01.04.122.0001.2007 Manutenção das Atividades dos Serviços Administrativos – Recursos Consórcio
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00060
Fonte: 1.501.000

01.01.01.06.182.0001.2006 Manutenção das Atividades do Corpo de Bombeiros
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00070
Fonte: 1.500.000

01.01.02.04.122.0001.2008 Manutenção das Atividades da Diretoria Institucional
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00082
Fonte: 1.501.000

01.01.03.04.122.0001.2010 Manutenção das Atividades dos Serviços de Licitações, Contratações e Compras Compartilhadas -
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00098
Fonte: 1.501.000

01.01.03.04.122.0001.2016 Compras compartilhadas (recurso municípios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00114
Fonte: 1.500.000

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09Z7.7V06.715E.W401.2336 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://lisa.assinafy.com.br/verificar/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

01.01.04.08.243.0014.2018 Manutenção das Atividades dos Serviços de Acolhimento Institucional provisório para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00129
Fonte: 1.501.000
Fonte: 1.500.000

01.01.05.20.609.0001.2020 Manutenção das Atividades dos Serviços de Fiscalização Industrial e Sanitária
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00148
Fonte: 1.501.000
Fonte: 1.500.000

01.01.06.18.542.0001.2021 Manutenção das Atividades dos Serviços de Resíduos Sólidos Urbanos
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00160
Fonte: 1.501.000
Fonte: 1.500.000

01.01.06.18.542.0001.2022 Manutenção das Atividades dos Serviços de Resíduos Sólidos de Saúde
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00169
Fonte: 1.501.000

01.01.06.18.542.0001.2023 Manutenção das atividades dos serviços ambientais
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Ficha: 00180
Fonte: 1.501.000

01.01.07.15.451.0001.2026 Manutenção das Atividades dos Serviços e Obras Civis de Engenharia.
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00226
Fonte: 1.501.000

01.01.07.22.662.0001.2039 Manutenção da Usina de Asfalto
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00328
Fonte: 1.501.000

01.01.08.25.752.0001.2040 Manutenção Serviço de Engenharia Eletrica
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00342
Fonte: 1.501.000

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09Z7.7V06.715E.W401.2336 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pisa.assinafy.com.br/v/09Z7-7V06-715E-W401-2336 e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pisa.assinafy.com.br/v/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código 09Z7-7V06-715E-W401-2336

01.01.09.06.182.0001.2043 Manutenção das Atividades da Defesa Civil
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00361
Fonte: 1.500.000
01.01.11.12.122.0001.2054 Manutenção dos Serviços Administrativos na Educação (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00384
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.361.0001.2047 Manutenção Ensino Fundamental (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00368
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.362.0001.2055 Manutenção Ensino Médio (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00370
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.363.0001.2048 Manutenção Ensino Profissional (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00372
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.364.0001.2049 Manutenção Ensino Superior (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00370
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.365.0001.2050 Manutenção Ensino Infantil (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00376
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.366.0001.2051 Manutenção Educação de Jovens e Adultos (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00378
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.367.0001.2052 Manutenção Educação Especial (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00380
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.368.0001.2053 Manutenção Educação Básica (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00382
Fonte: 1.500.000

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09Z7.7V06.715E.W401.2336 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse o link https://pisa.assinafy.com.br/v/09Z7-7V06-715E-W401-2336/p e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pisa.assinafy.com.br/v/09Z7-7V06-715E-W401-2336/p e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

DOM SILVÉRIO:

10.302.0428.2069.3.3.90.39.00 Manutenção da Assistência Médica e Odontológica
Ficha: 431
Fonte: 1.500.000.1002

26.782.0534.2087.3.3.90.39.00 Manutenção das Estradas Vicinais
Ficha: 627
Fonte: 1.500.000.0000

15.452.0323.2078.3.3.90.39.00 Manutenção do Setor de Obras
Ficha: 648
Fonte: 1.500.000.0000

15.452.0575.2089.3.3.90.39.00 Manutenção dos Serviços Urbanos
Ficha: 707
Fonte: 1.500.000.0000

04.122.0021.2077.3.3.90.39.00 Manutenção Atividades Secretaria Obras, Manut. E Agricultura
Ficha: 611
Fonte: 1.500.000.0000

04.122.0021.2007.3.3.90.39.00
Ficha: 96
Fonte: 1.500.000.0000

15. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1. - O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, na forma do Termo de Referência, do Edital de Licitação e da legislação aplicável, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

15.2. - Celebrado o respectivo instrumento contratual, será indicado o servidor responsável pela fiscalização quanto a execução do contrato.

15.3. - A designação do Fiscal do Contrato deverá ser efetuada por meio de Portaria.

15.4. - As responsabilidades atribuídas ao Fiscal do Contrato estão determinadas no artigo 4º , inc. II da IN CIMVALPI 005/2023, da qual deverão acompanhar e fiscalizar o contrato, avaliando a execução do objeto nos moldes contratados aferindo, a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação do objeto em confronto com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, exercendo suas atividades sob a coordenação e subordinação da gestão de contratos.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09Z7.7V06.715E.W401.2336 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pisa.assinafy.com.br/v/09Z7-7V06-715E-W401-2336/2 e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

15.5 - Relativo ao CIMVALPI, durante a vigência deste a gestão do contrato competirá a empregada do CONSÓRCIO Sra. Iderde Graziane Gomes Corcini - GESTORA DE CONTRATOS.

15.6. - Relativo ao CIMVALPI, durante a vigência deste a fiscalização do contrato competirá ao empregado do CONSÓRCIO Sr. Carlos Eduardo Gonçalves da Silva (carloseduardo@cimvalpi.mg.gov.br).

15.7. - Caberá ao município definir seu Gestor/Fiscal do Contrato.

16. DAS SANÇÕES CONTRATUAIS

16.1. - Comete infração administrativa a Contratada que inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação, ensejar o retardamento da execução do objeto, fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

16.2. - Em caso de descumprimento contratual, total ou parcial, qualquer inadimplemento ou infração contratual, ao CONTRATADO, sem prejuízo da responsabilidade civil, e criminal que couber, ficará sujeito às penalidades previstas no artigo 156 da Lei 14.133/2021.

17. RESCISÃO

17.1. - O CIMVALPI/MUNICÍPIO poderá rescindir o Termo de Contrato, sem qualquer ônus, em caso de descumprimento total ou parcial de qualquer cláusula contratual imposta ao Contratante, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, observado o disposto no artigo 137 da Lei 14.133/2021

17.2. - Também constitui motivo para a rescisão do contrato a ocorrência das hipóteses enumeradas nos incisos I, II e VIII do artigo supramencionado.

17.3. - Caso haja razões de interesse público devidamente justificadas nos termos do inciso VIII do artigo 137 da Lei n° 14.133/21.

17.4. - O procedimento formal de rescisão terá início mediante notificação escrita, encaminhada via postal, com aviso de recebimento, ou qualquer meio de notificação previsto em Lei.

17.5. - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

18. DOS CASOS OMISSOS

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09Z7.7V06.715E.W401.2336 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://lisa.ansi.com.br/verificador/ e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

18.1. - Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste contrato reger-se-ão pelas disposições contidas nas Leis Federais 14.133/21; 8.078/90 e 10.406/2002 que fazem parte integrante deste contrato, independentemente de suas transcrições.

19. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

19.1. - A proposta deverá ser apresentada levando-se em consideração todas as exigências de seguro e encargos com todos os requisitos de habilitação da empresa, devendo ser detalhada com valores unitários em reais, contendo todos os requisitos descritivos dos itens licitados.

19.2. - Poderá ser prorrogado, a qualquer tempo, os prazos para credenciamento, recebimento das propostas ou lances.

19.3. - A presente licitação não importa necessariamente em Contratação, podendo revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato supervenientes comprovados ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

19.4. - A proponente contratante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a ilegalidade ou inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado ou, caso tenha sido vencedor, o cancelamento da ata de registro de preços, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

19.5. - É facultado ao (a) pregoeiro (a) ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

19.6. - Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela pregoeira, sob pena de desclassificação/inabilitação.

19.7. - O não atendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua habilitação e a exata compreensão da sua proposta.

19.8. - As normas que disciplinam este processo serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre proponentes, desde que não comprometam o interesse da administração, a finalidade e a segurança da contratação.

19.9. - Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto,

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09Z7.7V06.715E.W401.2336 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://lisa.ansi.com.br/verificador.aspx e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

não mantiver proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais

19.10. - A proponente vencedora assumirá integral responsabilidade pelos danos que causar ao Município ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes na execução dos serviços contratados.

Ponte Nova, 29 de maio de 2024.

João Paulo Ferreira
Gerente Administrativo

Hilton Antônio de Oliveira
Responsável pela Revisão
Oficial de Assessoramento Jurídico

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09Z7.7V06.715E.W401.2336 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pisa.assinafy.com.br/v/2421/d440-f4e3-835f-e00a ou informe o código D440-F4E3-835F-E00A

CIMVALPI
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA

Assinaturas do Documento

Documento Assinado Eletronicamente por **HILTON ANTONIO DE OLIVEIRA**, **CPF:** 042.21*.**6-*7 em **29/05/2024 09:18:05**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **0997.7E18.1057.265U.1062**, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.

Documento Assinado Eletronicamente por **JOAO PAULO FERREIRA**, **CPF:** 052.42*.**6-*3 em **29/05/2024 09:06:15**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **09V7.4A06.315Z.7759.1001**, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.

Informações do Documento

ID do Documento: **68E.B13** - Tipo de Documento: **TERMO DE REFERÊNCIA - RETIFICADO**.

Elaborado por **JOAO PAULO FERREIRA**, **CPF:** 052.42*.**6-*3 , em **29/05/2024 - 09:06:15**

Código de Autenticidade deste Documento: 09Z7.7V06.715E.W401.2336

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
https://zeropapel.cimvalpi.mg.gov.br/verdocumento

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09Z7.7V06.715E.W401.2336 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse o link https://zeropapel.cimvalpi.mg.gov.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

QUANTITATIVO DOM SILVÉRIO PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE FRANQUIA (ANO)	UNIDADE	VALOR MENSAL ESTIMADO
1	Veículo, capacidade de 5 (cinco) passageiros, motorização mínima de 1.0, potência acima de 75 CV, direção elétrica ou hidráulica, combustível flex (gasolina/álcool), 04 (quatro) portas, ar condicionado, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	80 (DOM SILVÉRIO)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.090,00 RACHID VEÍCULOS S/A R$2.750,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS R$3.559,48 M&M ALUGUEL DE CARROS R$3.220,59 LOCALIZA **MÉDIA TOTAL R$3.155,01**
2	Veículo, Sedan ou Sedan Executivo, 04 (quatro) portas, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, distância mínima entre os eixos de 2,60 cm, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	50 (DOM SILVÉRIO)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.700,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS R$2.989,98 M&M ALUGUEL DE CARROS R$4.648,59 LOCALIZA **MÉDIA TOTAL R$3.779,52**

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09Z7.7V06.715E.W401.2336 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0093.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
ROBERTA BARCELLOS GUIMARAES: 46974458649 Assinado de forma digital por ROBERTA BARCELLOS GUIMARAES:46974458649 Dados: 2024.05.06 16:29:58 -03'00'
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pmdomsilverio.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

3	Veículo, tipo Minivan, motorização mínima 130 CV, com capacidade mínima para 07 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	30 (DOM SILVÉRIO)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$4.150,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$6.415,98 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$4.340,39 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$4.968,79
4	Veículo, tipo SUV, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, **faróis em LED,** ano de fabricação mínimo 2022;	20 (DOM SILVÉRIO)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.990,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$4.700,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$2.570,90 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$4.035,19 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.824,02

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09Z7.7V06.715E.W401.2336 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.009/.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pisa.assinafy.com.br/v/2421_f4e3_835f_e00a ou leia o código D440-F4E3-835F-E00A

ROBERTA BARCELLOS GUIMARAES:46974458649 Assinado de forma digital por ROBERTA BARCELLOS GUIMARAES:46974458649 Dados: 2024.05.06 16:30:20 -03'00'

5	Veículo, pick-up, motorização mínima de 75 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	30 (DOM SILVÉRIO)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$4.100,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$3.850,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$3.998,95 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$3.457,39 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.851,58
6	Veículo, caminhonete 4x**4, cabine** dupla, motorização mínima de 160 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS e AIRBAG, combustível diesel, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, **faróis em LED, ano de fab**ricação mínimo 2022;	20 (DOM SILVÉRIO)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$7.990,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$7.500,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$9.789,88 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$9.990,19 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$8.817,51

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09Z7.7V06.715E.W401.2336 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0093.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pmsilverio.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
ROBERTA BARCELLOS GUIMARAES: 46974458649

Praça Presidente Vargas,143 - Centro
Dom Silvério / MG | CEP: 35440-000
Tel.: (31) 3857-1310 / 38571311
www.domsilverio.mg.gov.br
E-mail: gabinete@domsilverio.mg.gov.br

Ofício nº. 096/2024
Assunto: Indicação de Dotações
Serviço: Gabinete do Prefeito
Data: Dom Silvério/MG, 16 de maio de 2024.

Sra. Rozeli Aparecida Irias Contarini
Equipe de Apoio - Setor de Licitação - CIMVALPI

Segue abaixo a dotação visando contratação de serviço de agenciamento de passagens aéreas e terrestre:

Setor	Dotação	Ficha	Fonte
Manutenção do Gabinete	04.122.0020.2004.3.3.90.39.00	27	1.500.000.0000
Manutenção Atividades Secretaria Finanças e Administração	04.122.0021.2007.3.3.90.39.00	96	1.500.000.0000

Segue abaixo as dotações visando contratação de serviços contínuos de locação de veículos:

Setor	Dotação	Ficha	Fonte
Manutenção da Assistência Médica e Odontológica	10.302.0428.2069.3.3.90.39.00	431	1.500.000.1002
Manutenção das Estradas Vicinais	26.782.0534.2087.3.3.90.39.00	627	1.500.000.0000
Manutenção do Setor de Obras	15.452.0323.2078.3.3.90.39.00	648	1.500.000.0000
Manutenção dos Serviços Urbanos	15.452.0575.2089.3.3.90.39.00	707	1.500.000.0000
Manutenção Atividades Secretaria Obras, Manut. e Agricultura	04.122.0021.2077.3.3.90.39.00	611	1.500.000.0000
Manutenção Atividades Secretaria Finanças e Administração	04.122.0021.2007.3.3.90.39.00	96	1.500.000.0000

Assinado digitalmente por:
Jose Braulio Aleixo
CPF: ***.722.006-**
Certificado emitido por AC DOM SILVERIO
Data: 16/05/2024 08:36:11 -03:00

José Bráulio Aleixo
Prefeito Municipal de Dom Silvério

Esse documento foi assinado por Jose Braulio Aleixo. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://portaldeassinaturas.domsilverio.mg.gov.br/validate/MMNLH-C5E4N-D8MSR-2FA63

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09Z7.7V06.715E.W401.2336 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://assinaturas.assinafy.com.br/verificar/0240-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

MANIFESTO DE ASSINATURAS

Código de validação: MMNLH-C5E4N-D8MSR-2FA63

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- Jose Braulio Aleixo (CPF ***.722.006-**) em 16/05/2024 08:36

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

https://portaldeassinaturas.domsilverio.mg.gov.br/validate/MMNLH-C5E4N-D8MSR-2FA63

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

https://portaldeassinaturas.domsilverio.mg.gov.br/validate

Cod. de Autenticidade do Doc.: 09Z7.7V06.715E.W401.2336 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://portaldeassinaturas.domsilverio.mg.gov.br/validate e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Termo de Referência

1. DA INDICAÇÃO DO OBJETO - Definição, Natureza, Quantitativo, Prazos e Possibilidade prorrogação

1.1. - Contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos para o transporte de pessoas, materiais, documentos e pequenas cargas, para atender demanda do CIMVALPI, bem como do Município de Dom Silvério.

1.2. - No presente caso, o serviço é caracterizado como comum e de natureza continuada. Posto isto, a previsão de vigência do contrato é de 12 meses, a contar da data de sua assinatura, dessa forma, a Ata de Registro de Preços deverá vigorar pelo mesmo período, e expirar-se-á ao término do respectivo exercício financeiro.

1.3. - Ao presente Termo, aplicam-se as estimativas quantitativas, apresentadas no Estudo Técnico Preliminar e replicados no item 3 deste Termo.

1.4. - O presente serviço será prestado sob demanda, de acordo com a necessidade da administração. Só será efetuado o contrato administrativo em caso de necessidade e em cumprimento ao disposto na Lei nº 14.133/21. Ao final do processo licitatório será realizada a assinatura da ata de registro de preços, válida por 12 meses conforme exposto no subitem "1.2". É previsto a possiblidade de sua prorrogação pelo período de até 05 (cinco) anos, prorrogável por até 10 (dez) anos, com amparo legal nos termos do artigo 105 e seguintes da lei 14.133/21.

2. DA JUSTIFICATIVA – Fundamentação e Descrição da necessidade da contratação.

2.1. - Conforme apresentado em DFD expedido pela gerência administrativa do CIMVALPI, no intuito de elaborar estudo prévio para análise de viabilidade técnica, financeira e orçamentária para LOCAÇÃO DE VEÍCULOS utilitários que comportem 05 (cinco) passageiros; SUV's; Sedans; utilitários que comportem 07 (sete) passageiros (tipo minivans); Pick-up que comportem 02 (dois) passageiros e Caminhonete 4x4, sem fornecimento de combustível e sem motorista, incluindo manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças, seguro e/ou proteção veicular, inclusive contra terceiros, para o transporte de pessoas, materiais, documentos e pequenas cargas, com a finalidade de atender demanda do CIMVALPI, bem como dos Municípios que o integram. Ampliou-se desta forma o Estudo, com amplo levantamento das soluções de mercado para atendimento das necessidades tanto do CIMVALPI, quanto para os demais entes consorciados interessados na contratação destes serviços via Consórcio. Com levantamento realizado dentro da Coordenadoria de Planejamento e Direção de Contatos administrativos do CIMVALPI, considerou-se ainda a possibilidade de interesse por parte dos entes consorciados apresentarem demandas durante a fase de publicação da intenção de Registro de Preços.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1313.1449.754K.R08W.1123 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

3. DO QUANTITATIVO E CUSTO ESTIMADO – Especificação, Requisitos de qualidade, durabilidade e segurança

3.1. - Após Consolidada Pesquisas de Preços constante no item 12 do Estudo Técnico Preliminar, dado as especificidades de cada veículo, a metodologia aplicada para a definição da precificação se deu por itens. A média aritmética dos valores obtidos nas pesquisas de preços foram realizadas considerando os parâmetros dispostos no artigo 6º, inciso IV, da IN 07/2022 no âmbito do Consórcio CIMVALPI, que dispõe sobre o procedimento para realização de pesquisa de preços.

3.2. - Foram consultados os preços através de pesquisa direta com fornecedores, através de solicitação via email e celular android com empresas do ramo de locação de veículos, no âmbito do Estado de Minas Gerais, onde se situa o CIMVALPI e os municípios consorciados Insta elucidar que procedimento anterior realizado no Pregão 001/2024, cujo objeto foi o mesmo deste, a licitação resultou em sobrepreço, tendo sido assim, determinado pela Diretoria Técnica Administrativa do Consórcio a realização de novo certame, havendo desta vez a realização de cotação de preços diretamente com locadoras de automóveis no Estado de Minas Gerais afim de se buscar preços compatíveis ao mercado.

As locadoras foram escolhidas de maneira aleatória, sendo feito contato com várias do ramo de locação de veículos, findando o balizamento de preços com aquelas que enviaram cotações referente a demanda feita pelo Consórcio.

3.3. - Através de levantamento realizado junto da Diretoria Técnica Administrativa e Setor de Frotas do CIMVALPI, além de demanda apresentada pelo município de Dom Silvério, apontou necessidade de locação dos respectivos quantitativos e qualificativos (modelos) de veículos:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE FRANQUIA (ANO)	UNIDADE	VALOR MENSAL ESTIMADO
1	Veículo, capacidade de 5 (cinco) passageiros, motorização mínima de 1.0, potência acima de 75 CV, direção elétrica ou hidráulica, combustível flex (gasolina/álcool), 04 (quatro) portas, ar condicionado, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade,	108 (CIMVALPI)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.090,00 RACHID VEÍCULOS S/A R$2.750,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS R$3.559,48

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1313.1449.754K.R08W.1123 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

	faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	80 (DOM SILVÉRIO		M&M ALUGUEL DE CARROS R$3.220,59 LOCALIZA **MÉDIA TOTAL R$3.155,01**
2	Veículo, Sedan ou Sedan Executivo, 04 (quatro) portas, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, distância mínima entre os eixos de 2,60 cm, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	108 (CIMVALPI) 50 (DOM SILVÉRIO)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.700,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS R$2.989,98 M&M ALUGUEL DE CARROS R$4.648,59 LOCALIZA **MÉDIA TOTAL R$3.779,52**
3	Veículo, tipo Minivan, motorização mínima 130 CV, com capacidade mínima para 07 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros	18 (CIMVALPI)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$4.150,00 RACHID VEÍCULOS S/A R$6.415,98 M&M ALUGUEL DE CARROS

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1313.1449.754K.R08W.1123 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

	e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;			R$4.340,39 LOCALIZA
		30 (DOM SILVÉRIO)		**MÉDIA TOTAL R$4.968,79**
4	Veículo, tipo SUV, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	108 (CIMVALPI)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.990,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$4.700,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
		20 (DOM SILVÉRIO)		R$2.570,90 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$4.035,19 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.824,02
5	Veículo, pick-up, motorização mínima de 75 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica,	36 (CIMVALPI)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$4.100,00 RACHID VEÍCULOS S/A

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1313.1449.754K.R08W.1123 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

	combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;			R$3.850,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$3.998,95 M&M ALUGUEL DE CARROS
		30 (DOM SILVÉRIO)		R$3.457,39 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.851,58
6	Veículo, caminhonete 4x4, cabine dupla, motorização mínima de 160 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS e AIRBAG, combustível diesel, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	18 (CIMVALPI)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$7.990,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$7.500,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
		20 (DOM SILVÉRIO)		R$9.789,88 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$9.990,19 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$8.817,51
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:		**R$2.507.552,18**		

3.4. - Conforme acima demonstrado, a estimativa do valor da contratação é de R$2.507.552,18 (dois milhões, quinhentos e sete mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e dezoito centavos).

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1313.1449.754K.R08W.1123 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

3.5. - Aplicam-se aos requisitos de qualidade, durabilidade e segurança dos veículos as especificações apresentadas pelo fabricante, e condições de segurança apontadas no item "3.4" do Estudo Preliminar, mormente aos critérios para exigência mínima de ano de fabricação e itens de segurança obrigatórios e indispensáveis, bem como a realização periódica das manutenções preventivas, preditivas e corretivas quanto for o caso.

3.6. - As unidades de franquia basearam-se nas quilometragens normalmente utilizadas mensalmente para cada veículo locado. Sendo que no limite da franquia mensal (3.000 km) o quantitativo será abatido. Já em que pese haver excedente de quilometragem mensal, será feito pagamento proporcional a quilometragem utilizada, o que se dará em caso excepcional, posto que, ao servidor responsável pela fiscalização do contrato, caberá se atentar ao limite da unidade de quilometragem contratada.

3.7. - O quantitativo das franquias (ano) se estabeleceu visto que como citado em certidão anexa ao processo, o CIMVALPI possui atualmente locado 7 veículos **1.0/1.6**; 6 veículos **Sedan's**; 6 veículos **SUV's**; 1 veículo **4x4**; 1 veículo **4x2**, podendo haver um aumento no número de locação de veículos em razão da ampliação do quadro de funcionários do Consórcio e um possível excedente de quilometragem utilizado. Sendo assim para cada mês vigente do ano foi estimado 1 (uma) franquia, com uma reserva de franquia caso seja necessária para utilização. Vejamos exemplo abaixo:

Veículo, capacidade de 5 (cinco) passageiros: 7 (locados atualmente) x 12 (meses do ano) = 84 (franquias) + 24 (franquias/reserva) = **108 (franquias/ano)**

4. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E REGIME DE EXECUÇÃO

O critério de julgamento da proposta será o menor valor unitário por objeto, que consiste no valor necessário para locação de 1 (um) veículo, pelo período de 1 (um) mês. Sendo o regime de execução indireto.

5. LOCAL DE ENTREGA – Regras de Recebimento

5.1. - Os veículos deverão ser entregues na sede do CIMVALPI, situado na Rua Jaime Pereira, nº 127, Bairro Progresso, Ponte Nova/MG e/ou no escritório do Consórcio em Itabirito/MG, situado na Rua Pio XII, nº 109, sala 303, Bairro Centro, e também na sede dos Municípios consorciados, nos locais indicados pela Administração Pública Municipal que contratarem e os solicitarem.

5.2. - Considerando que a contratação por determinado modelo de veículo contemplado em Estudo se dará por demanda de determinado departamento, programa, ou secretaria, tanto para o CIMVALPI, quanto para os Municípios interessados na contratação, a entrega se dará mediante formalização do contrato relativo ao(s) respectivo(s) veículo(s).

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1313.1449.754K.R08W.1123 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

5.3. - O prazo de entrega dos veículos será de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da solicitação. Dentro do mesmo período, o veículo solicitado deverá ser vistoriado na sede do CIMVALPI, ou do Município que o tenha solicitado.

5.4. - O recebimento provisório do objeto, para efeito de posterior verificação da sua conformidade com as especificações, será realizado no ato da vistoria do veículo no local de recebimento. Em se tratando de ente consorciado, a vistoria será acompanhada pelo departamento responsável vinculado à Secretaria de Transportes do Município indicado no pedido, que reportará ao CIMVALPI, as condições de recebimento do veículo, manifestando aceite ou recusa, fundamentando os motivos no segundo caso. Recebido provisoriamente o objeto, o Gestor/Fiscal do Contrato terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para efetuar o recebimento definitivo.

5.5. - Na hipótese de haver concluído através da vistoria que o veículo solicitado atende as especificações exigidas na proposta, reputar-se-á como realizada a entrega, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo indicado no subitem anterior.

5.6. - Os veículos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando solicitado e entregue mais de um item, e havendo desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação à Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.7. - Na hipótese de substituição do item conforme estabelecido no subitem anterior, o prazo do gestor do contrato para o recebimento definitivo elencado no subitem 5.4 será suspenso, passando a correr novamente após a realização da vistoria.

5.8. - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

6.1. - Com a efetiva demanda do CIMVALPI e município de Dom Silvério, a solução para atendimento contempla a contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos. Naquilo que concerne ao ciclo de vida do objeto, caberá à Administração solicitar da empresa contratada relatório trimestral das revisões realizadas em cada veículo, sendo, portanto, 04 (quatro revisões) a cada período de 12 (doze) meses, acompanhado de cópia das notas fiscais e serviços de revisão realizados. Caberá ainda ao gestor do contrato delegar quando for o caso ao servidor responsável pelo gerenciamento da frota dos veículos do CIMVALPI e do Município, informar e reportar ao gestor do contrato as condições relativas à banda de rodagem dos pneus, não podendo em hipótese alguma os pneus

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1313.1449.754K.R08W.1123 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cisa.assinadoc.com.br/verificador e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://cisa.assinadoc.com.br/verificador e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

apresentarem desgastes além dos limites impostos pelo fabricante, bem como eventuais deformidades como bolhas ou rachaduras.

6.2. - Os relatórios sugeridos no subitem anterior devem observar as especificações da montadora naquilo que concerne limites de quilometragens e tempo para substituição de óleos, fluidos e lubrificantes, bem como as margens de segurança relativas a banda de rodagem de pneus, promovendo a troca e substituição sempre que necessário, observando neste último caso, a imediata substituição dos pneus, garantindo a segurança dos condutores e passageiros.

6.3. - Conforme previsto em estudo, sugere-se que a contratação se dê mediante realização de Pregão através do Menor Preço, em seu formato eletrônico com procedimento auxiliar de Registro de Preços, uma vez que trata-se de produtos comuns e da existência da inviabilidade de se precisar número exato de contratos a serem celebrados, já que a solicitação se dará por demanda apresentada pelos departamentos e programas do CIMVALPI, e secretarias dos Municípios.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO - Especificação da garantia exigida, Condições de manutenção e Assistência técnica

Além das garantias exigidas quanto aos itens de segurança obrigatórios e indispensáveis apontados em Estudo Preliminar e garantidas exigidas quanto aos serviços de revisão dos veículos, será regiamente observado as disposições contidas no Capítulo IX, Seções I e II da Lei 9.503/1977 que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro.

7.1. - DAS OBRIGAÇÕES

7.1.1. - **São obrigações da Contratante:**

I – Receber o objeto no prazo e condições avençadas neste termo, e pormenorizadas em Edital e seus anexos;

II – Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos itens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

III – Comunicar à Contratada dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, por escrito via e-mail sobre defeitos, imperfeições, mau funcionamento, falhas ou irregularidades verificadas nos veículos fornecidos, para que seja substituído, reparado ou corrigido, bem como do recolhimento dos veículos findo a vigência do contrato ou por quaisquer outros motivos que justifiquem a devolução;

IV – Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/empregado especialmente designado;

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1313.1449.754K.R08W.1123 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

V – Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no instrumento contratual e seus anexos;

VI – O CIMVALPI não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.1.2. - São obrigações da Contratada:

I – A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no instrumento contratual, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

II – Efetuar a entrega do objeto dentro dos critérios de exigência mínima de ano de fabricação e com todos os itens de segurança obrigatórios e indispensáveis apontados no subitem 3.4 do ETP. A entrega do objeto deverá ocorrer dentro do prazo e no local indicado.

III – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

IV – Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, bem como proceder com o recolhimento dos veículos findo a vigência do contrato ou por quaisquer outros motivos que justifiquem a devolução, devendo proceder ao recolhimento ou substituição dentro do prazo de até 05 (cinco) dias úteis;

V – Comunicar à Administração do CIMVALPI, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

VI – Manter, durante toda a vigência do instrumento contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

VII – Fornecer relatório trimestral informando as eventuais revisões realizadas nos veículos, descrevendo os serviços porventura realizados, descrevendo peças e componentes reparados ou substituídos;

VIII – Com base nas pesquisas no mercado automobilístico os veículos serão franqueados da seguinte forma:

a) **Veículo utilitário de passageiros**, capacidade de 5 (cinco) passageiros, motorização mínima de 1.0, potência acima de 75 CV, direção elétrica ou hidráulica, combustível flex (gasolina/álcool), 04 (quatro) portas, ar

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1313.1449.754K.R08W.1123 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cisa.assinadoc.com.br/verificador e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://cisa.assinadoc.com.br/verificador e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

condicionado, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED ano de fabricação mínimo 2022, tendo franquia mensal de até 3 (três) mil km rodados, havendo pagamento proporcional para os casos em que ocorrer excedente de quilometragem;

b) **Veículo Sedan,** 04 (quatro) portas, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freios ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022, tendo franquia mensal de até 3 (três) mil km rodados, havendo pagamento proporcional para os casos em que ocorrer excedente de quilometragem;

c) **Veículo utilitário de passageiros, tipo Minivan**, motorização mínima 130 CV, com capacidade mínima para 7 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022, tendo franquia mensal de até 3 (três) mil km rodados, havendo pagamento proporcional para os casos em que ocorrer excedente de quilometragem;

d) **Veículo tipo SUV**, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022, tendo franquia mensal de até 3 (três) mil km rodados, havendo pagamento proporcional para os casos em que ocorrer excedente de quilometragem;

e) **Veículo pick-up**, motorização mínima de 75 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022, tendo franquia mensal de até 3 (três) mil km rodados, havendo pagamento proporcional para os casos em que ocorrer excedente de quilometragem;

f) **Veículo caminhonete**, 4x4, cabine dupla, motorização mínima de 160 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS e AIRBAG, combustível diesel, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022, tendo franquia mensal de até 3 (três) mil km

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1313.1449.754K.R08W.1123 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://casadigital.com.br/verificar e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

rodados, havendo pagamento proporcional para os casos em que ocorrer excedente de quilometragem;

IX – Os veículos deverão ter Seguro Total, com franquia de acordo com valores praticado pelas seguradoras, nos casos de colisão furto ou incêndio ou perda total; e proteção total contra terceiros para danos morais e materiais**.** Deverá ser contemplado as seguintes coberturas:

Seguro:

Danos Corporais a terceiros.....R$ 100.000,00
Danos Materiais a terceiros.....R$ 100.000,00
Danos Morais a terceiros.....R$ 10.000,00
Ocorrência de morte.....R$ 13.500,00
Invalidez permanente e/ou total.....R$ 13.500,00
Despesas médico hospitalares.....R$ 2.700,00

X – No caso de problemas mecânicos, acidentes ou outras indisponibilidades, a contratada deverá substituir o veículo por outro com as mesmas especificações ou superior, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, sem nenhum ônus adicional para o CIMVALPI;

XI – Haverá um termo de recebimento e devolução constando a data e o horário, subscrito pelas partes, sendo que tanto para um quanto para o outro, estabelece-se que ambos ocorrerão respectivamente na sede do CIMVALPI ou do ente consorciado.

XII – Quando das revisões recomendadas pelo fabricante ou quando da execução dos serviços de que trata o presente Termo, a contratada, deverá providenciar a retirada e entrega do veículo nas dependências do CIMVALPI ou mesmo do ente consorciado que esteja vinculado;

XIII – No caso de revisões obrigatórias pelo fabricante, a contratada obriga-se a deixar outro veículo similar ou superior no lugar do veículo retirado;

XIV – A administração CIMVALPI, reserva-se o direito de efetuar sempre que for necessário, para verificação do desempenho dos veículos, podendo solicitar da contratada a substituição imediata daqueles veículos que não estejam atendendo ao contrato.

XV – A Contratada deverá colocar os veículos em adequadas condições de uso, correndo por sua conta toda e qualquer despesa com conservação, manutenção, reposição de pneus, peças e acessórios, funilaria e pintura de pequena monta.

XVI – Efetuar o pagamento das multas decorrentes de infrações de trânsito cometidas na condução dos veículos locados e solicitar o reembolso dos

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1313.1449.754K.R08W.1123 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://casadigital.com.br/verificar e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

valores junto ao CIMVALPI ou do Município, e, este por sua vez, junto ao condutor responsável.

XVII – Responsabilizar-se por todas as despesas dos veículos utilizados na execução dos serviços, tais como licenciamento, seguro total, manutenção e outras que incidam direta ou indiretamente sobre os serviços ora contratados, inclusive acidente, para o que os veículos deverão estar segurados.

XVIII – Manter todas as condições jurídicas, bem como as condições de habilitação e qualificação previstas em ETP e exigidas no Edital durante todo o período da contratação, devendo comunicar à CONTRATANTE, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. - Fica vedado neste ato, à Contratada, transferir, ceder, subcontratar, negociar, utilizar em qualquer hipótese como garantia ou instrumento de fiança ou caução, seja comercial ou bancária, bem como transacionar com terceiros de qualquer personalidade jurídica, as obrigações, responsabilidades e demais cláusulas estabelecidas no instrumento.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. - O modelo de execução do objeto observará o disposto na Lei 14. 133/21, condições dispostas em Edital, Contrato e instrumentos anexos, e naquilo que couber, observará o disposto na Lei nº 8.078, de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor, garantindo providências outras, bem como ainda as normas elencadas na Lei 9.503/1977 que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro.

10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1. - O contrato, quando assinado, deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, as normas da Lei 14. 133/2021, e naquilo que couber as disposições contidas em legislação civilista.

10.2. - Conforme já previsto, estima-se a vigência do contrato em 12 (doze) meses.

10.3. - As comunicações entre o CIMVALPI/MUNICÍPIO e o CONTRATADO, devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagens eletrônicas para este fim.

10.4. - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

10.5. - O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1313.1449.754K.R08W.1123 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://casadigital.com.br/verificar e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

10.6. - O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

10.7. - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

10.8. - O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapasse sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

10.9. - O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

10.10. - O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

10.11. - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

10.12. - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

10.13. - O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO PARA PAGAMENTO E REAJUSTE

11.1. - Não será necessária apresentação de garantia de execução contratual, posto que o pagamento é condicionado ao recebimento do objeto, resguardado o direito de responsabilização caso não haja entrega dos veículos nos prazos avençados.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1313.1449.754K.R08W.1123 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://oasis.assinafy.com.br/verificar/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

11.2. - A Fatura deverá ser emitida no último dia útil do mês referente à prestação dos serviços e encaminhado ao Gestor do contrato para atesto;

11.3. - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após emissão da Nota Fiscal, devidamente atestada, por servidor designado pela Administração.

11.4. - Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal ou de Faturamento, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

11.5. - O pagamento será efetuado no prazo acima assinalado, de acordo com a quantidade veículos locados, no período, mediante emissão de ordem bancária em favor do contratado, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada, observado os prazos acima descritos.

11.6. - A Nota Fiscal deverá ser apresentada juntamente com o relatório dos serviços realizados, devidamente firmado por servidor competente, documentação hábil para comprovação da despesa.

11.7. - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá no mesmo prazo definido no subitem acima, após a data de sua apresentação válida.

11.8. - Nenhum pagamento isentará a licitante vencedor das responsabilidades contratuais, nem implicará em aprovação definitiva da prestação dos serviços total ou parcial.

11.9. - Não será permitida previsão de sinal, ou qualquer outra forma de antecipação de pagamento na formulação das propostas, devendo ser desclassificada, de imediato, a proponente que assim o fizer.

11.10 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o contratado não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

EM = I x N x VNF

EM= Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originalmente devido

I= Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

I = (1/100)

365

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1313.1449.754K.R08W.1123 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://oasis.assinafy.com.br/verificar/0240-F4E3-835F-E00A informe o código 0240-F4E3-835F-E00A

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento.

VNF = Valor da Nota Fiscal ou de Faturamento

12. DA FORMA DE PAGAMENTO

12.1. - Para efeito de pagamento será observada o disposto na Instrução Normativa 017/2023 e artigos 141 a 146 da Lei 14.133/2021.

12.2. - A atividade de recebimento é condição prévia e essencial ao pagamento, representando a confirmação de que o objeto do contrato foi efetivamente executado em conformidade com os requisitos quantitativos, qualitativos, bem como o preço, a forma e prazo estipulados, tudo conforme previsto em Edital.

12.3. - Em se tratando de locação de bens, o recebimento é condição prévia da contraprestação pelo CIMVALPI/MUNICÍPIO do fornecimento do objeto, representando a confirmação de que o objeto do contrato foi efetivamente executado em conformidade com os requisitos qualitativos, quantitativos, bem como o preço (art. 6º, inc. II alínea "a" IN CIMVALPI 017/2023).

12.4. - Para fins do contrato celebrado, será emitido Nota Fiscal ou Fatura de Locação como documento para liquidação e pagamento com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis do vencimento.

12.5. - Caso os dados do documento de cobrança estejam incorretos, a Administração informará ao fornecedor e este emitirá novo documento de cobrança, escoimada daquelas incorreções, abrindo-se, então, novo prazo de pagamento.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13.1. - Contratação de pessoa jurídica (empresas), que tenha compatibilidade com o objeto quanto à execução do serviço de locação e entrega dos veículos abaixo reiterados:

13.1.1. - Veículo utilitário de passageiros, capacidade de 5 (cinco) passageiros, motorização mínima de 1.0, potência acima de **75 CV**, direção elétrica ou hidráulica, combustível flex (gasolina/álcool), 04 (quatro) portas, ar condicionado, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;

13.1.2. - Veículo Sedan 04 (quatro) portas, motorização mínima de **111 CV**, ar condicionado, trio elétrico, direção

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1313.1449.754K.R08W.1123 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse o site https://casadigital.pmmg.mg.gov.br/verificador/ e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, distância mínima entre os eixos de 2,60 cm, ano de fabricação mínimo 2022;

13.1.3. - Veículo utilitário de passageiros, tipo Minivan, motorização mínima **130 CV**, com capacidade mínima para 7 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;

13.1.4. - Veículo tipo SUV, motorização mínima de **111 CV**, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;

13.1.5. - Veículo pick-up, motorização mínima de **75 CV**, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;

13.1.6. - Veículo caminhonete, 4x4, cabine dupla, motorização mínima de **160 CV**, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS e AIRBAG, combustível diesel, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;

13.2. - Pessoas jurídicas poderão participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas contidas no art. 15 da Lei 14.133/2021.

13.3. - O critério de aceitabilidade de preços será o valor unitário por item, estimado para a contratação.

13.3.1. - O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (Art. 59, §3º da Lei 14.133/2021 e IN CIMVALPI nº 007/2022 - **https://www.cimvalpi.mg.gov.br/phocadownload/instrucao_normativa_007_2022.pdf)**

13.4. - Ultrapassado o atendimento quanto à exigência de Requisitos Descritivos acima elencados, para seleção do fornecedor, deverá ser regiamente observados os Requisitos de Habilitação respectivamente quanto à pessoa

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1313.1449.754K.R08W.1123 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse o site https://oasam.com.br/verificador/ e utilize o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas, acesse o site https://oasam.com.br/verificador/ e utilize o código D440-F4E3-835F-E00A

jurídica, bem como os Requisitos Obrigacionais sobretudo de regularidade fiscal, incluindo participação de cooperativas conforme a abaixo reiterado:

13.4.1. - **Requisitos Obrigacionais**

Os requisitos obrigacionais mínimos exigidos, deverão atender às disposições contidas no OBJETO deste Estudo, além daqueles previstos em Lei, dos quais podemos destacar: "REQUISITOS DE HABILITAÇÃO" e "REQUISITOS DE REGULARIDADE FISCAL", "REGULARIDADE SOCIAL E FUNDIÁRIA". Mas conforme mencionado, para além disso, deverá ser observado o regramento legal contido na Lei 14.133/21, bem como as exigências contratuais.

As condições de habilitação, informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante serão divididos em jurídica; fiscal; social; fundiária; trabalhista e econômico-financeiro, conforme previsto nos artigos 62 e 65 da Lei 14.133/202.

Conforme disposto no § 4º do artigo 69 da nova lei, a Administração CIMVALPI, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio liquido equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contração.

A documentação referida deverá ser apresentada na forma prevista no artigo 70 da Lei 14.133/2021.

13.4.2. - **Regularidade Fiscal**: O licitante deverá encontrar-se de forma regular perante suas obrigações com a legislação tributária federal, estadual, municipal, seguridade social e o fundo de garantia por tempo de serviço. Cumpre aqui ressaltar que regularidade não implica em quitação. Regularidade é a comprovação de que a empresa atende todas as exigências do fisco.

São os seguintes documentos exigidos por lei que provam sua regularidade:

a) **Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoas Física e Jurídica:** Cadastro de Pessoa Física – CPF e Cadastro Nacional de Pessoa Jurídicas – CNPJ. Ambos são expedidos pela Secretaria da Receita Federal
b) **Prova de Inscrição no cadastro de contribuintes, ICMS/ISS:** Inscrição Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação. A Inscrição Estadual é emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda e Planejamento.
c) **Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais emitida pela Receita Federal**. Poderá ser solicitada na Agência da Receita Federal, em qualquer localidade do respectivo Estado, cuja validade é de 180 (cento e oitenta) dias. Também poderá ser emitida pelo site www.receita.fazenda.gov.br com validade de 30 (trinta) dias a contar da sua emissão.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1313.1449.754K.R08W.1123 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://oficinadigital.com.br/verificador e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

d) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual: Certidão emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual, podendo ser solicitada em qualquer posto de atendimento da Secretaria de Fazenda Estadual. Esta certidão terá validade de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.

e) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal: Esta certidão deverá ser emitida pela Secretaria Municipal do Município onde o imóvel encontra-se localizado.

f) Certificado de regularidade do FGTS.

13.5. - Relativos À Qualificação Econômico-Financeira

a. Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, observado o prazo de validade da respectiva certidão, considerando tratar-se de haver unidades da federação que dispões de prazos de validade distintos, bem como prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

a.1. Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

b. Balanço patrimonial e demonstração do resultado (DRE) do último exercício social exigível, devidamente assinado pelo responsável legal da empresa e por contador habilitado, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

b.1. Para aquelas empresas constituídas a menos de 01 (um) ano ou no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da empresa, devidamente assinados pelo seu representante legal e pelo contador responsável, em cópia autenticada ou via original.

c. Demonstrações que comprovem a boa situação econômico-financeira da licitante será efetuada com base nos índices e resultados financeiros, extraídos do balanço apresentado na forma acima. a empresa deverá apresentar alternativamente Índice de Liquidez Geral = igual ou superior a 1 (um); Índice de Liquidez Corrente = igual ou superior a 1 (um) ou Comprovação de Patrimônio Líquido ou Capital Social, **com valor igual ou superior a 10% (dez por cento) do total estimado da prestação de serviços para o período de 12 (doze) meses.** ***(grifo nosso)***

Acerca da indevida exigência cumulatividade de índices de liquidez e capital social, vejamos entendimento da Corte de Contas da União:

REPRESENTAÇÕES. CONCORRÊNCIA. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE PASSAGEIROS.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1313.1449.754K.R08W.1123 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://casa.ssinatura.com.br/verificar/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

POSSÍVEL RESTRIÇÃO AO CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME E DIRECIONAMENTO DO SEU RESULTADO. CONCESSÃO DE CAUTELAR. OITIVAS. AGRAVO DA ENTIDADE LICITANTE. PERICULUM IN MORA REVERSO. CONHECIMENTO DO RECURSO E SUSPENSÃO DA CAUTELAR ANTERIORMENTE CONCEDIDA. CUMULAÇÃO INDEVIDA DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO E GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL PARA FINS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. PROCEDÊNCIA PARCIAL. DAS REPRESENTAÇÕES. REVOGAÇÃO DA CAUTELAR. PERDA DE OBJETO DO AGRAVO, EM DECORRÊNCIA DA APRECIAÇÃO DO MÉRITO DA MATÉRIA REPRESENTADA. **"Para fins de qualificação econômico-financeira, a Administração pode exigir das licitantes, de forma não cumulativa, capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo ou garantias que assegurem o adimplemento do contrato a ser celebrado, no caso de compras para entrega futura e de execução de obras e serviços"**. Enunciado da Súmula de Jurisprudência do TCU 275.

(TCU - RP: 02938620144, Relator: MARCOS BEMQUERER, Data de Julgamento: 26/10/2016, Plenário)

Para além disso, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, na Instrução Normativa nº 02/2010, expressamente definiu que, caso o licitante apresente Índice de Liquidez inferior a 01 (um), **lhe é facultada, para comprovação da qualificação financeira, a apresentação do capital mínimo ou do patrimônio líquido mínimo ao atendimento do certame**:[1]

Art. 43. Os atos convocatórios devem conter cláusulas que assegurem o cumprimento das disposições contidas nesta norma, bem como as descritas nos incisos seguintes, de modo a explicitar que: V – a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas (...).

V – a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas (...).

Art. 44. O instrumento convocatório deverá prever, também, que as empresas que apresentarem resultado igual ou menor que 01 (um), em qualquer dos índices referidos no inciso V do art. 43 desta norma, quando da habilitação, deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo...

13.5.1. - Os documentos solicitados que não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento serão considerados válidos aqueles que emitidos (ou cujas pesquisas tenham sido realizadas) em data não superior a 60 (sessenta) dias retroativos, a contar da data da sessão pública de abertura deste certame.

[1] https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas-revogadas/instrucao-normativa-no-02-de-11-de-outubro-de-2010-revogada-pela-in-no-3-de-2018

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1313.1449.754K.R08W.1123 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://oficinadigital.com.br/verificar/D440-F4E3-835F-E00A informando o código D440-F4E3-835F-E00A

13.5.2. - Será inabilitada a licitante que não comprovar sua regularidade, deixando de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido em Edital, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

13.5.3. - No caso de inabilitação, a Pregoeira retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

13.6. - **Possibilidade de participação de cooperativas -** Em que pese o entendimento sumulado pelo Tribunal de Contas da União, no enunciado nº 281, de acordo com o qual é vedada a participação de cooperativas em certame licitatório quando houver necessidade de subordinação de mão de obra, **verifica-se que tal entendimento não é aplicável ao presente caso, quando a prestação do serviço de locação não demanda a subordinação de mão de obra**. Isso porque, o objeto do presente procedimento licitatório gira em torno da contratação de empresa de locação de veículos (enquadramento dos CNAE 7711-0/00 (locação de veículos sem motorista)), não restando caracterizada situação de subordinação, o que afasta a vedação da Corte de Contas.

13.7. - Demais Requisitos De Participação

13.7.1. - Além dos requisitos obrigacionais e regularidade fiscal elencados; notadamente no subitem 13.4.2. – Certificado de Regularidade FGTS, que poder-se-á ser enquadrado como garantia da regularidade social. A habilitação das licitantes será realizada mediante a apresentação da seguinte documentação complementar:

13.7.1.1. - Comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor anual estimado da contratação, quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, informados pelo Sicaf, for igual ou inferior a 1;

13.7.1.2. - Comprovante de inscrição e situação cadastral emitido pela Receita Federal do Brasil que comprove a atividade econômica principal ou secundária como sendo Locação de Automóveis sem Condutor (CNAE);

13.7.1.3. - Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante;

13.7.1.4. - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011;

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1313.1449.754K.R08W.1123 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://casa.ssinline.com/verificar.do e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

CIMVALPI:

01.01.03.04.122.0001.2012 Locação de Máquinas, Veículos e Equipamentos.
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00104
Fonte: 1.500.000

01.01.01.04.122.0001.2005 Manutenção das Atividades do Fórum dos Prefeitos
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00047
Fonte: 1.703.000

01.01.01.04.122.0001.2007 Manutenção das Atividades dos Serviços Administrativos – Recursos Consórcio
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00060
Fonte: 1.501.000

01.01.01.06.182.0001.2006 Manutenção das Atividades do Corpo de Bombeiros
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00070
Fonte: 1.500.000

01.01.02.04.122.0001.2008 Manutenção das Atividades da Diretoria Institucional
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00082
Fonte: 1.501.000

01.01.03.04.122.0001.2010 Manutenção das Atividades dos Serviços de Licitações, Contratações e Compras Compartilhadas -
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00098
Fonte: 1.501.000

01.01.03.04.122.0001.2016 Compras compartilhadas (recurso municípios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00114
Fonte: 1.500.000

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1313.1449.754K.R08W.1123 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://oficinadigital.com.br/verificar/0240-F4E3-835F-E00A informe o código 0240-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://oficinadigital.com.br/verificar/D440-F4E3-835F-E00A informe o código D440-F4E3-835F-E00A

01.01.04.08.243.0014.2018 Manutenção das Atividades dos Serviços de Acolhimento Institucional provisório para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00129
Fonte: 1.501.000
Fonte: 1.500.000

01.01.05.20.609.0001.2020 Manutenção das Atividades dos Serviços de Fiscalização Industrial e Sanitária
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00148
Fonte: 1.501.000
Fonte: 1.500.000

01.01.06.18.542.0001.2021 Manutenção das Atividades dos Serviços de Resíduos Sólidos Urbanos
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00160
Fonte: 1.501.000
Fonte: 1.500.000

01.01.06.18.542.0001.2022 Manutenção das Atividades dos Serviços de Resíduos Sólidos de Saúde
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00169
Fonte: 1.501.000

01.01.06.18.542.0001.2023 Manutenção das atividades dos serviços ambientais
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Ficha: 00180
Fonte: 1.501.000

01.01.07.15.451.0001.2026 Manutenção das Atividades dos Serviços e Obras Civis de Engenharia.
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00226
Fonte: 1.501.000

01.01.07.22.662.0001.2039 Manutenção da Usina de Asfalto
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00328
Fonte: 1.501.000

01.01.08.25.752.0001.2040 Manutenção Serviço de Engenharia Eletrica
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00342
Fonte: 1.501.000

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1313.1449.754K.R08W.1123 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://oficinadigital.com.br/verificador e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

01.01.09.06.182.0001.2043 Manutenção das Atividades da Defesa Civil
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00361
Fonte: 1.500.000
01.01.11.12.122.0001.2054 Manutenção dos Serviços Administrativos na Educação (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00384
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.361.0001.2047 Manutenção Ensino Fundamental (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00368
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.362.0001.2055 Manutenção Ensino Médio (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00370
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.363.0001.2048 Manutenção Ensino Profissional (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00372
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.364.0001.2049 Manutenção Ensino Superior (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00370
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.365.0001.2050 Manutenção Ensino Infantil (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00376
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.366.0001.2051 Manutenção Educação de Jovens e Adultos (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00378
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.367.0001.2052 Manutenção Educação Especial (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00380
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.368.0001.2053 Manutenção Educação Básica (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00382
Fonte: 1.500.000

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1313.1449.754K.R08W.1123 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://oficinadigital.com.br/verificar/0240-F4E3-835F-E00A informando o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://oficinadigital.com.br/verificar/0240-F4E3-835F-E00A informando o código D440-F4E3-835F-E00A

DOM SILVÉRIO:

10.302.0428.2069.3.3.90.39.00 Manutenção da Assistência Médica e Odontológica
Ficha: 431
Fonte: 1.500.000.1002

26.782.0534.2087.3.3.90.39.00 Manutenção das Estradas Vicinais
Ficha: 627
Fonte: 1.500.000.0000

15.452.0323.2078.3.3.90.39.00 Manutenção do Setor de Obras
Ficha: 648
Fonte: 1.500.000.0000

15.452.0575.2089.3.3.90.39.00 Manutenção dos Serviços Urbanos
Ficha: 707
Fonte: 1.500.000.0000

04.122.0021.2077.3.3.90.39.00 Manutenção Atividades Secretaria Obras, Manut. E Agricultura
Ficha: 611
Fonte: 1.500.000.0000

04.122.0021.2007.3.3.90.39.00
Ficha: 96
Fonte: 1.500.000.0000

15. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1. - O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, na forma do Termo de Referência, do Edital de Licitação e da legislação aplicável, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

15.2. - Celebrado o respectivo instrumento contratual, será indicado o servidor responsável pela fiscalização quanto a execução do contrato.

15.3. - A designação do Fiscal do Contrato deverá ser efetuada por meio de Portaria.

15.4. - As responsabilidades atribuídas ao Fiscal do Contrato estão determinadas no artigo 4º , inc. II da IN CIMVALPI 005/2023, da qual deverão acompanhar e fiscalizar o contrato, avaliando a execução do objeto nos moldes contratados aferindo, a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação do objeto em confronto com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, exercendo suas atividades sob a coordenação e subordinação da gestão de contratos.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1313.1449.754K.R08W.1123 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://casadigital.com.br/verificar e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

15.5 - Relativo ao CIMVALPI, durante a vigência deste a gestão do contrato competirá a empregada do CONSÓRCIO Sra. Iderde Graziane Gomes Corcini - GESTORA DE CONTRATOS.

15.6. - Relativo ao CIMVALPI, durante a vigência deste a fiscalização do contrato competirá ao empregado do CONSÓRCIO Sr. Carlos Eduardo Gonçalves da Silva (carloseduardo@cimvalpi.mg.gov.br).

15.7. - Caberá ao município definir seu Gestor/Fiscal do Contrato.

16. DAS SANÇÕES CONTRATUAIS

16.1. - Comete infração administrativa a Contratada que inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação, ensejar o retardamento da execução do objeto, fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

16.2. - Em caso de descumprimento contratual, total ou parcial, qualquer inadimplemento ou infração contratual, ao CONTRATADO, sem prejuízo da responsabilidade civil, e criminal que couber, ficará sujeito às penalidades previstas no artigo 156 da Lei 14.133/2021.

17. RESCISÃO

17.1. - O CIMVALPI/MUNICÍPIO poderá rescindir o Termo de Contrato, sem qualquer ônus, em caso de descumprimento total ou parcial de qualquer cláusula contratual imposta ao Contratante, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, observado o disposto no artigo 137 da Lei 14.133/2021

17.2. - Também constitui motivo para a rescisão do contrato a ocorrência das hipóteses enumeradas nos incisos I, II e VIII do artigo supramencionado.

17.3. - Caso haja razões de interesse público devidamente justificadas nos termos do inciso VIII do artigo 137 da Lei nº 14.133/21.

17.4. - O procedimento formal de rescisão terá início mediante notificação escrita, encaminhada via postal, com aviso de recebimento, ou qualquer meio de notificação previsto em Lei.

17.5. - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

18. DOS CASOS OMISSOS

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1313.1449.754K.R08W.1123 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://casadigital.com.br/verificar e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

18.1. - Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste contrato reger-se-ão pelas disposições contidas nas Leis Federais 14.133/21; 8.078/90 e 10.406/2002 que fazem parte integrante deste contrato, independentemente de suas transcrições.

19. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

19.1. - A proposta deverá ser apresentada levando-se em consideração todas as exigências de seguro e encargos com todos os requisitos de habilitação da empresa, devendo ser detalhada com valores unitários em reais, contendo todos os requisitos descritivos dos itens licitados.

19.2. - Poderá ser prorrogado, a qualquer tempo, os prazos para credenciamento, recebimento das propostas ou lances.

19.3. - A presente licitação não importa necessariamente em Contratação, podendo revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato supervenientes comprovados ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

19.4. - A proponente contratante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a ilegalidade ou inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado ou, caso tenha sido vencedor, o cancelamento da ata de registro de preços, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

19.5. - É facultado ao (a) pregoeiro (a) ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

19.6. - Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela pregoeira, sob pena de desclassificação/inabilitação.

19.7. - O não atendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua habilitação e a exata compreensão da sua proposta.

19.8. - As normas que disciplinam este processo serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre proponentes, desde que não comprometam o interesse da administração, a finalidade e a segurança da contratação.

19.9. - Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto,

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1313.1449.754K.R08W.1123 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse o link https://casadigital.com.br/verificar e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas, acesse o link https://casadigital.com.br/verificar e informe o código 1313.1449.754K.R08W.1123

não mantiver proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais

19.10. - A proponente vencedora assumirá integral responsabilidade pelos danos que causar ao Município ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes na execução dos serviços contratados.

Ponte Nova, 03 de junho de 2024.

João Paulo Ferreira
Gerente Administrativo

Hilton Antônio de Oliveira
Responsável pela Revisão
Oficial de Assessoramento Jurídico

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1313.1449.754K.R08W.1123 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://oasaosnet.com.br/verificar.aspx e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

CIMVALPI
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA

Assinaturas do Documento

Documento Assinado Eletronicamente por **HILTON ANTONIO DE OLIVEIRA**, **CPF:** 042.21*.**6-*7 em **03/06/2024 14:13:53**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **14A6.5613.653X.H38E.4740**, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.

Documento Assinado Eletronicamente por **JOAO PAULO FERREIRA**, **CPF:** 052.42*.**6-*3 em **03/06/2024 13:49:54**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **13Z1.4249.754V.210Z.6843**, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.

Informações do Documento

ID do Documento: **69A.6D3** - Tipo de Documento: **TERMO DE REFERÊNCIA - RETIFICADO**.

Elaborado por **JOAO PAULO FERREIRA**, **CPF:** 052.42*.**6-*3 , em **03/06/2024 - 13:49:54**

Código de Autenticidade deste Documento: 1313.1449.754K.R08W.1123

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
https://zeropapel.cimvalpi.mg.gov.br/verdocumento

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1313.1449.754K.R08W.1123 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://zeropapel.cimvalpi.mg.gov.br/verificador com o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://zeropapel.cimvalpi.mg.gov.br/verificador com o código D440-F4E3-835F-E00A

QUANTITATIVO DOM SILVÉRIO PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE FRANQUIA (ANO)	UNIDADE	VALOR MENSAL ESTIMADO
1	Veículo, capacidade de 5 (cinco) passageiros, motorização mínima de 1.0, potência acima de 75 CV, direção elétrica ou hidráulica, combustível flex (gasolina/álcool), 04 (quatro) portas, ar condicionado, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	80 (DOM SILVÉRIO)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.090,00 RACHID VEÍCULOS S/A R$2.750,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS R$3.559,48 M&M ALUGUEL DE CARROS R$3.220,59 LOCALIZA **MÉDIA TOTAL R$3.155,01**
2	Veículo, Sedan ou Sedan Executivo, 04 (quatro) portas, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, distância mínima entre os eixos de 2,60 cm, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	50 (DOM SILVÉRIO)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.700,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS R$2.989,98 M&M ALUGUEL DE CARROS R$4.648,59 LOCALIZA **MÉDIA TOTAL R$3.779,52**

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1313.1449.754K.R08W.1123 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0093.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
ROBERTA BARCELLOS GUIMARAES: 46974458649 Assinado de forma digital por ROBERTA BARCELLOS GUIMARAES:46974458649 Dados: 2024.05.06 16:29:58 -03'00'
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://casadigital.com.br/verificar com o código D440-F4E3-835F-E00A

3	Veículo, tipo Minivan, motorização mínima 130 CV, com capacidade mínima para 07 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	30 (DOM SILVÉRIO)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$4.150,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$6.415,98 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$4.340,39 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$4.968,79
4	Veículo, tipo SUV, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, **faróis em LED,** ano de fabricação mínimo 2022;	20 (DOM SILVÉRIO)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.990,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$4.700,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$2.570,90 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$4.035,19 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.824,02

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1313.1449.754K.R08W.1123 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0093.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://dominio.com.br/verificador.jsp e utilize o código D440-F4E3-835F-E00A

ROBERTA BARCELLOS GUIMARAES:46974458649 Assinado de forma digital por ROBERTA BARCELLOS GUIMARAES:46974458649 Dados: 2024.05.06 16:30:20 -03'00'

5	Veículo, pick-up, motorização mínima de 75 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	30 (DOM SILVÉRIO)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$4.100,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$3.850,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$3.998,95 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$3.457,39 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.851,58
6	Veículo, caminhonete 4x**4, cabine** dupla, motorização mínima de 160 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS e AIRBAG, combustível diesel, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, **faróis em LED, ano de fab**ricação mínimo 2022;	20 (DOM SILVÉRIO)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$7.990,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$7.500,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$9.789,88 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$9.990,19 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$8.817,51

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1313.1449.754K.R08W.1123 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0093.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://oficinadigital.com.br/verificador/ e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
ROBERTA BARCELLOS GUIMARAES: 46974458649

Praça Presidente Vargas,143 - Centro
Dom Silvério / MG | CEP: 35440-000
Tel.: (31) 3857-1310 / 38571311
www.domsilverio.mg.gov.br
E-mail: gabinete@domsilverio.mg.gov.br

Ofício nº. 096/2024
Assunto: Indicação de Dotações
Serviço: Gabinete do Prefeito
Data: Dom Silvério/MG, 16 de maio de 2024.

Sra. Rozeli Aparecida Irias Contarini
Equipe de Apoio - Setor de Licitação - CIMVALPI

Segue abaixo a dotação visando contratação de serviço de agenciamento de passagens aéreas e terrestre:

Setor	Dotação	Ficha	Fonte
Manutenção do Gabinete	04.122.0020.2004.3.3.90.39.00	27	1.500.000.0000
Manutenção Atividades Secretaria Finanças e Administração	04.122.0021.2007.3.3.90.39.00	96	1.500.000.0000

Segue abaixo as dotações visando contratação de serviços contínuos de locação de veículos:

Setor	Dotação	Ficha	Fonte
Manutenção da Assistência Médica e Odontológica	10.302.0428.2069.3.3.90.39.00	431	1.500.000.1002
Manutenção das Estradas Vicinais	26.782.0534.2087.3.3.90.39.00	627	1.500.000.0000
Manutenção do Setor de Obras	15.452.0323.2078.3.3.90.39.00	648	1.500.000.0000
Manutenção dos Serviços Urbanos	15.452.0575.2089.3.3.90.39.00	707	1.500.000.0000
Manutenção Atividades Secretaria Obras, Manut. e Agricultura	04.122.0021.2077.3.3.90.39.00	611	1.500.000.0000
Manutenção Atividades Secretaria Finanças e Administração	04.122.0021.2007.3.3.90.39.00	96	1.500.000.0000

Assinado digitalmente por:
Jose Braulio Aleixo
CPF: ***.722.006-**
Certificado emitido por AC DOM SILVERIO
Data: 16/05/2024 08:36:11 -03:00

José Bráulio Aleixo
Prefeito Municipal de Dom Silvério

Esse documento foi assinado por Jose Braulio Aleixo. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://portaldeassinaturas.domsilverio.mg.gov.br/validate/MMNLH-C5E4N-D8MSR-2FA63

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1313.1449.754K.R08W.1123 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://portaldeassinaturas.domsilverio.mg.gov.br/validate/ com o código D440-F4E3-835F-E00A

MANIFESTO DE ASSINATURAS

Código de validação: MMNLH-C5E4N-D8MSR-2FA63

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- Jose Braulio Aleixo (CPF ***.722.006-**) em 16/05/2024 08:36

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

https://portaldeassinaturas.domsilverio.mg.gov.br/validate/MMNLH-C5E4N-D8MSR-2FA63

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

https://portaldeassinaturas.domsilverio.mg.gov.br/validate

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1313.1449.754K.R08W.1123 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://portaldeassinaturas.domsilverio.mg.gov.br e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

MINUTA DE EDITAL

PROCEDIMENTO AUXILIAR DE REGISTRO DE PREÇOS
CONSÓRCIO CIMVALPI

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

1.1.1. Procedimento auxiliar de registro de preços, conforme especificação sumária do objeto constante do Anexo I CEE 01 (cláusula de condição específica do edital CEE 01), observado o detalhamento do objeto constante do termo de referência, anexo IV deste edital.

1.2. DADOS DE AUTUAÇÃO DO PROCESSO

1.2.1. Número do processo administrativo: Anexo I – CEE 1.2.
1.2.2. Data autuação processo administrativo: Anexo I – CEE 1.2
1.2.3. Tipo de procedimento: Procedimento Auxiliar de Registro de Preços
1.2.4. Número do tipo de procedimento: Anexo I – CEE 1.2

1.3. PADRONIZAÇÃO DO EDITAL

1.3.1. Em conformidade com o permissivo do inciso IV do *caput* do art. 19 e §1° do art. 25 da Lei n° 14.133/2021 é adotada minuta padronizada de edital, previamente aprovada pelos órgãos de controle e jurídico do CIMVALPI.
1.3.2. Dado o enquadramento do objeto no conceito inserto no inciso XIII do *caput* do art. 6° da Lei n° 14.133/2021, são estabelecidas no edital as normas padronizadas de caráter uniforme e geral aplicáveis ao certame e no Anexo I as especificidades do processo da licitação e do objeto – CONDIÇÕES ESPECIFICAS DO EDITAL (CEE).

1.4. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

1.4.1. O objeto deste certame possui padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no Anexo IV do edital, se enquadrando no conceito legal de bens e serviços comuns conforme inciso XIII do *caput* do art. 6° da Lei n° 14.133/2021.

1.5. NORMAS APLICÁVEIS

1.5.1. Lei n° 14.133/2021
1.5.2. Lei n° 11.107/2005
1.5.3. Decreto n° 6.007/2007
1.5.4. Estatuto e Contrato do consórcio público
1.5.5. Normas regulamentadoras da lei n° 14.133/2021 expedidas pelo consórcio disponíveis em: www.cimvalpi.mg.gov.br/instrucoes-normativas
1.5.6. Normas específicas aplicáveis ao objeto do certame constantes do Anexo IV

1.6. PRINCÍPIOS APLICÁVEIS

1.6.1. A motivação de atos expedidos e a fundamentação de decisões prolatadas no âmbito do processo administrativo a que se vincula o presente ato convocatório, deverão observar:
1.6.1.1. O princípio do formalismo moderado;
1.6.1.2. Os princípios Insertos no art. 5° da Lei n° 14.133/2021;
1.6.1.3. As disposições constantes do decreto-lei n° 4.657/1942;

1.7. DISPONIBILIZAÇÃO EDITAL

Rua Jaime Pereira, n° 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

1.7.1. O edital e seus anexos se encontram disponíveis para consulta no endereço eletrônico: https://cimvalpi.mg.gov.br

1.7.2. Os pedidos de esclarecimentos e informações e as impugnações e recursos deverão ser formalizadas conforme Anexo I CEE 03

1.8. INTIMAÇÕES E COMUNICAÇÕES DO PROCESSO

Eventuais comunicações e/ou intimações referentes ao andamento do presente instrumento convocatório serão formalizadas aos licitantes e demais interessados através de publicação no Diário Oficial do Consórcio disponível no endereço: https://diariooficial.cimvalpi.mg.gov.br

1.9. LOCAL, DATA E HORÁRIO DA LICITAÇÃO

1.9.1. A licitação será realizada em meio eletrônico, observadas as condições de segurança, criptografia e autenticação em plataforma eletrônica indicada no Anexo I CEE 04.

1.9.2. A sessão pública será aberta na data e horário indicados no Anexo I CEE 05.

1.9.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do em sentido contrário.

1.9.4. A referência temporal será o horário oficial de Brasília/DF.

2. PARTICIPAÇÃO

2.1. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1.1. Respeitadas as condições normativas próprias e as constantes deste Edital, poderá participar desta licitação o interessado que promova o credenciamento na forma do item 04 deste edital, atenda aos requisitos de habilitação e qualificação constantes do edital e, ainda, de forma complementar, atenda as seguintes condições:

2.1.1.1. Seja pessoa jurídica legalmente estabelecida no País e possua objeto constante de contrato social ou ato constitutivo equivalente compatível com o objeto da licitação;

2.1.1.2. Consórcio, desde que previsto no Anexo I – CEE 06;

2.1.1.3. Empresa estrangeira, desde que apresente decreto de autorização para funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir e, ainda, atenda às exigências de habilitação mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por Tradutor Público e Intérprete Comercial, devendo ter representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

2.2. VEDAÇÕES

2.2.1. Não poderá participar direta ou indiretamente desta licitação o licitante enquadrado em qualquer das seguintes hipóteses:

2.2.1.1. Que esteja impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, na forma do art. 7° da Lei n° 10.520/02 pelo período correspondente ao cumprimento da penalidade;

2.2.1.2. Que esteja impedido de licitar ou contratar com os Municípios consorciados e/ou com o Consórcio, nos termos do art. 87, *caput*, inciso III da Lei n° 8666/93 pelo período correspondente ao cumprimento da penalidade;

Rua Jaime Pereira, n° 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://casamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

2.2.1.3. Que tenha sido declarado inidôneo, nos termos do art. 87, *caput,* inciso IV da Lei nº 8666/93 pelo período correspondente ao cumprimento da penalidade;
2.2.1.4. Que esteja de impedido de licitar e contratar ou declarados inidôneos, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 pelo período correspondente ao cumprimento da penalidade ou de reabilitação devidamente comprovada nos termos do art. 163 da citada lei nº 14.133/2021.
2.2.1.5. Empresa proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei n.º 9.605/1998 pelo período correspondente ao cumprimento da penalidade;
2.2.1.6. Empresa proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/1992 pelo período correspondente ao cumprimento da penalidade;
2.2.1.7. Com decretação de falência, em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, exceto se houver decisão judicial específica autorizando sua participação neste certame, e se comprovada a capacidade econômica de arcar com o cumprimento do objeto contratual.
2.2.1.8. Submisso a concurso de credores, em liquidação ou em dissolução;
2.2.1.9. Em que o ramo de atividade não seja pertinente ou compatível com o objeto desta licitação.
2.2.1.10. Nas hipóteses de vedação constantes do art. 14 da Lei nº 14.133/2021.
2.2.1.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.
2.2.1.12. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendido aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.
2.2.2. Nenhum licitante poderá participar desta licitação com mais de uma proposta por lote.
2.2.3. As vedações de que tratam os itens 2.2.1.1 a 2.2.1.6 o item 2.7.4 serão também aplicadas ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
2.2.4. A observância das vedações supra é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

2.3. PARTICIPAÇÃO DIFERENCIADA DE ME´S E EPP´S

2.3.1. A participação do presente certame em relação as ME´s e EPP´s ocorrerá de forma diferenciada conforme respectiva indicação:
2.3.1.1. No Anexo I CEE 07 em relação ao desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional (art. 47 da LC 123/06) se indicado no referido item;
2.3.1.2. No Anexo I CEE 08 em relação a participação ampla ou restrita de ME´s e EPP´s desde que previsto no referido item e na proporção/parcela ali indicada.
2.3.1.3. No Anexo I CEE 09 quanto a obrigação de subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno se indicado no referido item.

2.4. DISPOSIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

2.4.1. A participação na presente licitação implica:
2.4.1.1. A aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital, bem como a observância dos preceitos legais e

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://cgsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do procedimento.
2.4.1.2. Autorização de tratamento de dados constantes das propostas apresentadas e dos documentos de habilitação e qualificação da empresa participante, inclusive os eventuais tratamentos de dados pessoais na forma do art. 7°, *caput,* inciso I da lei n° 13.709/2018 mediante divulgação em sítio eletrônico de transparência para fins de reprodução, na íntegra, de todo o processo de licitação instaurado e desenvolvido.

3. ENTE PÚBLICO GERENCIADOR E ENTES PÚBLICOS PARTICIPANTES

3.1. O Ente Público gerenciador da ata de registro de preços é o CIMVALPI sendo que nos termos do art. 86 da Lei n° 14.133/2021 integram o presente ato convocatório, na condição de Entes públicos participantes, os órgãos ou entidades e respectivas indicações, quantidades e valores que se encontram indicados no Anexo I CEE 10.
3.2. O objeto deste ato convocatório, nos termos do art. 181 da Lei n° 14.133/2021, atenderá, por delegação prevista no art. 13 da Lei n° 11.107/2005, os Municípios consorciados que se encontram indicados no Anexo I CEE 11.

4. CREDENCIAMENTO

4.1. O registro de preços será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.
4.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação do registro de preços regulado por este ato convocatório deverão dispor de chave de identificação ou "login" e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do sítio da plataforma eletrônica indicada no Anexo I CEE 04.
4.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao CIMVALPI, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.
4.4. O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao procedimento de registro de preços na forma eletrônica.
4.5. A participação se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.
4.6. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.
4.7. É de responsabilidade do licitante cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas/plataforma indicada no Anexo I CEE 04 e mantê-los atualizados, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
4.8. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
4.9. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

Rua Jaime Pereira, n° 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

5. PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. Os licitantes deverão encaminhar proposta inicial até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, exclusivamente no sistema eletrônico referido no Anexo I CEE 04, quando se encerrará a fase de recebimento de propostas.

5.2. O licitante deverá apresentar a proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos e/ou informações:

5.2.1. Valor unitário e total do item (sendo consideradas até 02 casas decimais após a vírgula, salvo se o Anexo II indicar número maior);

5.2.2. Marca dos produtos ofertados e respectivo modelo, quando cabíveis.

5.2.3. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência – Anexo IV, indicando, no que for aplicável: modelo, prazo de garantia etc.

5.2.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.

5.3. As propostas deverão ter prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias a contar da data da abertura da licitação.

5.3.1. Se não constar o prazo de validade, entende-se 60 (sessenta) dias.

5.4. A proposta final deverá manter inalteradas as características, bem como a marca e modelo indicados no item 5.2.

5.5. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos no Anexo IV Termo de Referência.

5.5.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Anexo IV Termo de referência.

5.6. No momento do envio da proposta, o licitante deverá prestar, por meio do sistema eletrônico, as seguintes declarações:

- ✓ Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos cumprem plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a minha participação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrência posterior.
- ✓ Declaro para fins do disposto no inciso VI do *caput* do art. 68, da Lei nº 14.133/2021, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.
- ✓ Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.
- ✓ Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º, e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.
- ✓ Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 15 da lei nº 14.133/2021.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://casamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

✓ Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

✓ Declaro que cumpro os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, se for o caso.

✓ Declaro que assumo o compromisso de guardar todos os documentos originais/autenticados, anexados eletronicamente ou apresentados para digitalização, se for o caso, pelo prazo de 10 (dez) anos, e apresentá-los quando requeridos pelo CIMVALPI.

✓ Declaro que os documentos anexados eletronicamente ou apresentados para digitalização, se for o caso, são fiéis aos originais e válidos para todos os efeitos legais, incorrendo nas sanções legais em caso de declaração falsa, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal.

✓ Autorizo o tratamento de dados constantes das propostas apresentadas e dos documentos de habilitação e qualificação da empresa participante, inclusive os eventuais tratamentos de dados pessoais na forma do art. 7º, *caput,* inciso I da lei nº 13.709/2018 desde que seja efetivado mediante divulgação em sítio eletrônico de transparência para fins de reprodução, na íntegra, de todo o processo de licitação instaurado e desenvolvido.

5.7. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.8.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.8.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.9. As declarações mencionadas no item 5.6, e nos itens 5.7 e 5.8 conforme o caso, são condicionantes para a participação do certame.

5.10. Nos casos de emissão de declaração falsa, o licitante estará sujeito às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital, sem prejuízo das sanções de caráter penal.

5.11. Após a abertura da sessão, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo resultante de fato superveniente e aceito pelo agente de contratação.

5.12. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital, que forem omissas ou apresentarem irregularidades.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

5.13. O preço proposto será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
5.14. Não será admitida a subcontratação, salvo nos casos em que houver serviço agregado ao fornecimento do bem, limitados ao serviço, desde que previsto no Anexo I – CEE 13 e, ainda, na hipótese do Anexo I CEE 09.
5.15. Os licitantes deverão consignar o valor da proposta, conforme indicado no Anexo I CEE 12, já consideradas inclusas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
5.16. A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo o licitante pleitear acréscimo após a abertura da sessão pública.
5.17. É de inteira responsabilidade do licitante obter dos órgãos competentes informações sobre a incidência ou não de tributos de qualquer natureza relativos ao objeto desta licitação, nos mercados interno e/ou externo, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária, ou outras correlatas.
5.17.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
5.17.2. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
5.17.3. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
5.18. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.
5.19. A fase de habilitação poderá anteceder as fases de apresentação de propostas, lances caso indicado no Anexo I CEE 14.
5.19.1. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item 5.1, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto ou retorno econômico.
5.20. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
5.21. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante (na hipótese de inversão fases – item 5.18), o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
5.22. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://casamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

5.22.1. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo consórcio ou de sua desconexão.
5.22.2. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
5.22.3. O licitante deverá comunicar imediatamente qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
5.22.4. Deverá ser observado pelo licitante a obrigação constante do item 8.16.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no Anexo I CEE 04 e CEE 05.
6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
6.3. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
6.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
6.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
6.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
6.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o agente de contratação e os licitantes.
6.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
6.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor respectivo constante do Anexo IV Termo de Referência.
6.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
6.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
6.12. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá observar o Anexo I CEE 15.
6.13. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

6.14. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado indicado no Anexo I CEE 16.
6.15. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
6.16. A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez)** minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **02 (dois)** minutos do período de duração da sessão pública.
6.17. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de **02 (dois)** minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
6.18. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
6.19. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
6.20. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
6.21. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
6.22. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 minutos sendo que após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até **10 (dez) minutos**, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
6.23. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até **05 (cinco)** minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
6.24. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
6.25. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até **05 (cinco)** minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
6.26. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
6.27. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://cgsamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

6.28. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.27. Poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
6.29. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
6.30. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
6.31. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
6.32. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
6.33. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
6.34. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
6.35. No caso de desconexão com o agente de contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
6.36. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o agente de contratação persistir por tempo superior a **10 (dez)** minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas **24 (vinte e quatro)** horas da comunicação do fato pelo agente de contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
6.37. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
6.38. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial.
6.38.1. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.
6.39. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
6.40. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **05 (cinco)** minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
6.41. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://cimamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

6.42. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
6.43. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
6.44. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
6.44.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
6.44.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
6.44.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
6.44.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
6.45. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
6.45.1. Empresas estabelecidas no território do CIMVALPI integrado pela soma dos territórios dos Entes consorciados conforme disposto no Anexo I CEE 17;
6.45.2. Em sequência, empresas estabelecidas no estado de Minas Gerais;
6.45.3. Em sequência empresas brasileiras;
6.45.4. Em sequência empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
6.45.5. E, por fim, em sequência empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
6.46. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
6.47. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
6.48. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
6.49. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
6.50. O agente de contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02 (duas)** horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
6.51. É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

6.52. Após a negociação do preço, o agente de contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta, devendo ser observado o item 8.16.

7. NEGOCIAÇÃO

7.1. Após o encerramento da etapa de lances e da aplicação do empate ficto, se for o caso, o agente de contratação poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, visando a que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento estabelecido, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital.
7.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8. DA ACEITABILIDADE E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. Encerrada a fase de negociação, o agente de contratação procederá a consulta com a finalidade de verificar se o licitante classificado em primeiro lugar não incorre em nenhuma das hipóteses de vedação de participação do certame, conforme redação do item 2.2, especialmente quanto a realização de consulta consolidada do licitante pessoa jurídica disponibilizada pelo Tribunal de Contas da União – TCU quanto licitantes inidôneos (TCU); condenações cíveis por ato de improbidade administrativa e inelegibilidade (CNJ); empresas inidôneas e suspensas (CEIS - CGU) e empresa punidas (CNEP- GCU) através do endereço eletrônico/URL: https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/
8.1.1. Na hipótese de a consulta indicar a existência de fato impeditivo à participação do certame, o licitante será convocado para manifestação pelo prazo mínimo de **30 (trinta)** minutos, e caso não seja apresentada justificativa que permita afastar o impedimento, o licitante será declarado desclassificado por falta de condição de requisito objetivo à participação.
8.2. Atendidas as condições de participação, na forma dos itens precedentes, o licitante classificado em primeiro lugar, por convocação e no prazo definido pelo agente de contratação de, no mínimo **02 (duas) horas**, deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao valor proposto, por meio eletrônico no endereço constante do Anexo I CEE 04.
8.3. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação solicitada, será desclassificado e estará sujeito às sanções previstas neste Edital.
8.4. O agente de contratação poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal e terceirizados do CIMVALPI, para orientar sua decisão.
8.5. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.
8.6. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie expressamente à parcela ou à totalidade de remuneração.
8.7. Na verificação da conformidade da melhor proposta apresentada com os requisitos deste Edital, será desclassificada aquela que:
8.7.1. Não atenda às exigências do ato convocatório da licitação, incluídas as especificações contidas no Anexo IV – Termo de Referência, desde que insanável.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

8.7.2. Apresentar preços em desacordo com os critérios de aceitabilidade estabelecidos no Anexo I – CEE 18.
8.7.3. Apresentar preços manifestamente inexequíveis não comprovando sua exequibilidade, observados os critérios indicados no Anexo I – CEE 19.
8.8. Em caso de divergência entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso.
8.9. O consórcio concederá ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.
8.10. O agente de contratação poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante a sua demonstração;
8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, o agente de contratação poderá adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:
8.11.1. Questionamentos junto ao licitante para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade.
8.11.2. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas.
8.11.3. Verificação de outros contratos que o licitante mantenha com a Administração Pública ou com a iniciativa privada.
8.11.4. Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes.
8.11.5. Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo licitante.
8.11.6. Estudos setoriais.
8.11.7. Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o licitante disponha para o fornecimento.
8.11.8. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.
8.12. Será considerada inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.
8.13. Caso o Anexo IV - Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
8.13.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
8.13.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
8.13.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo agente de contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas no Anexo IV – Termo de Referência, a proposta do licitante será recusada.
8.13.4. Se a amostra apresentada pelo primeiro classificado não for aceita, o agente de contratação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado.
8.13.4.1. Seguir-se-á com a verificação da amostra e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Anexo IV - Termo de Referência.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

8.14. Será vencedor o licitante que atender a íntegra do Edital e ofertar o menor preço ou o maior desconto ou retorno econômico, considerando o critério de julgamento previsto no Anexo I – CEE 18.
8.15. A classificação dos lances apresentados, a indicação da proposta vencedora e demais informações relativas à sessão pública constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.
8.16. Concluídas as providências do item 8.15, competirá ao licitante vencedor e aos demais licitantes participantes no cadastro de reserva da ata de registro de preços, providenciar, na plataforma eletrônica do certame, a geração do arquivo em formato PDF referente a proposta final, devendo ainda providenciar pelos próprios meios a assinatura qualificada prevista no art. 4°, caput, inciso III da Lei 14063/2020, encaminhando ao pregoeiro por intermédio da própria plataforma eletrônica de realização do certame.

9. <u>HABILITAÇÃO</u>

9.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
9.2. Documentos Relativos à Habilitação Jurídica:
9.2.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;
9.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
9.2.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
9.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
9.3. Documentos Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:
9.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
9.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, mediante apresentação do comprovante de inscrição ou outro documento hábil expedido pela respectiva fazenda pública que indique o número da inscrição.
9.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede do licitante;
9.3.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
9.3.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
9.4. Documentos Relativos à Qualificação Técnica:

Rua Jaime Pereira, n° 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

9.4.1. A comprovação de aptidão para o fornecimento do objeto se dará mediante apresentação da documentação constante do Anexo I CEE 20, se indicado.
9.5. Documentos Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:
9.6. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.
9.7. Demais documentos constantes do Anexo I CEE 21.
9.8. A entrega da documentação física original ou autenticada fica dispensada, podendo ser solicitada a qualquer momento em prazo estabelecido pelo agente de contratação, observada a sua guarda pelo agente de contratação pelo prazo de 10 (dez) anos.
9.9. 9. A documentação física original ou autenticada, quando solicitada deverá ser encaminhada ao endereço indicado no Anexo I – CEE 22.
9.10. Na falta de consignação do prazo de validade dos documentos, exceto item 9.2 e subitens, serão considerados válidos pelo prazo de 90 (noventa) dias contados da data de sua emissão.
9.11. Os documentos referentes à habilitação do licitante deverão estar válidos no dia de abertura da sessão pública.
9.12. Caso a data do julgamento da habilitação não coincidir com a da abertura da sessão, e não for possível ao agente de contratação verificar esta condição por meio de consulta a sites oficiais, o licitante será convocado a encaminhar no prazo de no mínimo **02 (duas)** horas, documento válido que comprove sua condição de habilitação na data da convocação, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.
9.13. Quando da apreciação dos documentos para habilitação, o agente de contratação procederá ao que segue:
9.13.1. Se os documentos para habilitação não estiverem completos e corretos, ou contrariarem qualquer dispositivo deste Edital, o agente de contratação considerará o licitante inabilitado;
9.13.2. No caso de inabilitação do primeiro classificado, serão retomados os procedimentos, respeitada a ordem de classificação do licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, e assim sucessivamente, até que sejam atendidas as condições do Edital.
9.14. Os licitantes remanescentes ficam obrigados a atender à convocação e a assinar, quando for o caso, a ata de registro de preços e o contrato no prazo fixado pelo consórcio, ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa.

10. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

10.1. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

10.1.1. Os esclarecimentos quanto ao edital poderão ser solicitados ao agente de contratação em até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da licitação, conforme informado no Anexo I – CEE 23.
10.1.2. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
10.1.2.1. As impugnações ao Edital deverão ser dirigidas ao agente de contratação nos endereços indicados no Anexo I – CEE 24.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

10.1.2.2. O licitante que apresentar impugnação deverá encaminhar suas razões fundamentadas ao agente de contratação, que responderá e submeterá à aprovação da autoridade competente.
10.1.2.3. A impugnação feita tempestivamente não impedirá o licitante de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.
10.1.2.4. Acolhida a impugnação contra o instrumento convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame, quando da resposta resultar alteração que interfira na elaboração da proposta.
10.1.3. Decairá do direito de impugnação ao Edital ou de solicitar esclarecimento o licitante ou interessando que não se manifestar no prazo e forma estabelecidos nos itens 10.1 e 10.2.
10.1.4. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada na forma do item 1.8 deste edital no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
10.1.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
10.1.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.2. RECURSOS

10.2.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021 e, de forma complementar, o regulamento expedido pelo CIMVALPI disponível no endereço eletrônico/URL indicado no item 1.5.5.
10.2.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
10.2.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
10.2.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.
10.2.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
10.2.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
10.2.5. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema eletrônico/plataforma responsável pela realização do certame.
10.2.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
10.2.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
10.2.8. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

divulgação da interposição do recurso, na forma do item 1.8 do edital, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
10.2.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
10.2.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
10.2.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico indicado no Anexo I – CEE 25.

11. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do agente de contratação, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
11.2. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.
11.3. Os atos de adjudicação e homologação observarão a forma e procedimento estabelecidos nos regulamentos expedidos pelo CIMVALPI disponíveis no endereço eletrônico/URL indicado no item 1.5.5.

12. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATO

12.1. O licitante vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da convocação para assinatura da ata de registro de preços junto ao órgão gerenciador, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de não atendimento da demanda.
12.1.1. O prazo previsto poderá ser prorrogado, por justo motivo, a critério do CIMVALPI, mediante solicitação fundamentada do interessado.
12.2. A assinatura da ata de registro de preços será realizada, preferencialmente, de forma eletrônica, nos termos da lei n° 14.630/2020.
12.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de acordo com o estabelecido no Anexo I – CEE 26.
12.4. O início da vigência da Ata de Registro de Preços será de acordo com o estabelecido no Anexo I – CEE 27.
12.5. A ata de registro de preços observará a minuta constante de Anexo do edital.
12.6. A formalização de contrato observará a minuta consta de Anexo do edital, as disposições constantes neste item 12 e, por fim, o regulamento expedido pelo CIMVALPI disponível no endereço eletrônico/IURL indicado no item 1.5.5.

13. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

13.1. A fiscalização e a gestão da execução do contrato competirão, respectivamente, ao fiscal e ao gestor de contrato indicados no Anexo IV – Termo de Referência ou na Ata de Registro de Preços ou no termo de contrato a ser firmado.
13.2. A fiscalização e a gestão do contrato observarão o regulamento específico fiscalização e de gestão de contratos expedidos pelo CIMVALPI disponível no endereço eletrônico/URL indicado no item 1.5.5 deste edital.

14. ENTREGA DO OBJETO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Rua Jaime Pereira, n° 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

14.1. A atividade de recebimento é condição prévia e essencial ao pagamento da contraprestação pelo CIMVALPI do fornecimento do objeto, representando a confirmação de que o objeto do contrato foi efetivamente executado em conformidade com os requisitos qualitativos, quantitativos, bem como o preço, a forma e prazo estipulados.
14.2. O recebimento será realizado com obediência às regras previstas no Anexo IV – Termo de Referência, observadas as seguintes diretrizes:
14.2.1. Em se tratando de compras, locação de equipamentos e bens, serviços profissionais não enquadrados como de engenharia:
14.2.2. Provisoriamente, pelo fiscal designado na ata de registro de preços e/ou no contrato, mediante relatório lançado no documento fiscal ou similar, que ateste a qualidade, especificação e quantidade do material, bem, serviço ou locação e sua aceitação, no prazo estipulado no contrato;
14.2.3. Definitivamente, a cargo do gestor de contrato designado por ato formal expedido pelo CIMVALPI, com base na verificação do trabalho realizado pela fiscalização.
14.3. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.
14.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.
14.5. Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão definidos na ata de registro de preços e/ou no contrato.
14.6. O pagamento será realizado somente após a conclusão da fase de liquidação da despesa.
14.6.1. Na realização dos pagamentos deverão ser observadas as disposições dos arts. 141 a 146 da Lei nº 14.133/2021 e, de forma complementar, os regulamentos expedidos pelo CIMVALPI referentes à fiscalização e gestão de contratos e ao recebimento provisório e definitivo, conforme endereço eletrônico indicado no item 1.5.5.
14.6.2. São documentos para fins de liquidação e pagamento:
14.6.2.1. Nota fiscal;
14.6.2.2. Fatura de locação;
14.6.2.3. Recibo de pagamento autônomo;
14.6.2.4. Nota de liquidação e pagamento;
14.6.3. Os processos de pagamento devem ser instruídos com os documentos que habilitem a correspondente liquidação e pagamento.
14.6.4. Competirá ao gestor de contratos promover junto a autoridade administrativa competente a formalização da liquidação do empenho para fins de pagamento, devendo apurar:
14.6.4.1. A origem e o objeto do que se deve pagar;
14.6.4.2. A importância exata a pagar;
14.6.4.3. A quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação.
14.6.4.4. A comprovação da regular prestação do objeto contratado.

15. REAJUSTAMENTO E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pmamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

15.1. O reajustamento da ata de registro de preços e/ou do contrato ocorrerá a cada período de 12 (doze) meses, adotando por referência a data de formalização da proposta.
15.2. O reajustamento adotará o índice indicado no Anexo I – CEE 28 acumulado no período indicado no item anterior.
15.3. O reequilíbrio econômico-financeiro da ata de registro de preços e/ou do contrato, conforme o caso, observará a matriz de riscos indicada no item 16.

16. MATRIZ DE RISCOS

16.1. O contrato poderá identificar os riscos contratuais previstos e presumíveis e prever matriz de alocação de riscos, alocando-os entre contratante e contratado, mediante indicação daqueles a serem assumidos pelo CIMVALPI ou pelo contratado ou daqueles a serem compartilhados.
16.2. A alocação de riscos de que trata o item precedente considerará, em compatibilidade com as obrigações e os encargos atribuídos às partes no contrato, a natureza do risco, o beneficiário das prestações a que se vincula e a capacidade de cada parte para melhor gerenciá-lo.
16.3. Os riscos que tenham cobertura oferecida por seguradoras serão preferencialmente transferidos ao contratado.
16.4. A alocação dos riscos contratuais será quantificada para fins de projeção dos reflexos de seus custos no valor estimado da contratação.
16.5. A matriz de alocação de riscos definirá o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em relação a eventos supervenientes e deverá ser observada na solução de eventuais pleitos das partes.
16.6. Sempre que atendidas as condições do contrato e da matriz de alocação de riscos, será considerado mantido o equilíbrio econômico-financeiro, renunciando as partes aos pedidos de restabelecimento do equilíbrio relacionados aos riscos assumidos, exceto no que se refere:
16.6.1. Às alterações unilaterais determinadas pela Administração.
16.6.2. Ao aumento ou à redução, por legislação superveniente, dos tributos diretamente pagos pelo contratado em decorrência do contrato.
16.7. São aplicáveis a alocação de riscos as normas e regulamentos expedidos pelo CIMVALPI disponíveis no endereço eletrônico/URL indicado no item 1.5.5.

17. GARANTIAS

17.1. A formalização de garantia observará o disposto nos arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021 e, de forma complementar, o regulamento expedido pelo CIMVALPI constante de endereço eletrônico/URL indicada no item 1.5.5.
17.2. A critério do CIMVALPI, poderá ser exigida garantia, mediante indicação no Anexo I – CEE 29.
17.3. Serão admitidas as seguintes modalidades de garantia:
17.3.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
17.3.2. Seguro-garantia;

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

17.3.3. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
17.4. A garantia observará os seguintes percentuais calculados sobre o valor do contrato:
17.4.1. Até 5% (cinco por cento) nas contratações de serviços e fornecimentos;
17.4.2. Até 10% (dez por cento) nas contratações em que exista justificativa decorrente de complexidade técnica e dos riscos envolvidos conforme indicação constante da matriz de riscos;
17.5. O **CIMVALPI** poderá exigir a prestação de garantia adicional como condição para o pagamento antecipado.
17.5.1. O valor da garantia oferecida corresponderá, em regra, à integralidade do valor previsto como pagamento antecipado na hipótese do item 17.4.
17.6. O valor da garantia poderá ser reduzido com base na matriz de riscos do contrato.

18. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Nos termos dos arts. 155 a 162 da Lei nº 14.133/2021, serão aplicadas as sanções administrativas nas seguintes hipóteses:
18.1.1. Advertência, aplicável ao responsável que der causa à inexecução parcial do contrato quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
18.1.2. Impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, aplicável ao responsável que:
18.1.2.1. Incorrer na inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CIMVALPI, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
18.1.2.2. Incorrer na inexecução total do contrato;
18.1.2.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
18.1.2.4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
18.1.2.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.1.2.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
18.1.3. Declaração de idoneidade para licitar ou contratar, aplicável ao responsável que:
18.1.3.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
18.1.3.2. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
18.1.3.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
18.1.3.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
18.1.3.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013[1];

[1] Lei nº 12.846/2013:
[...]
Art. 5º Constituem atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, para os fins desta Lei, todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas mencionadas no parágrafo único do art. 1º , que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, assim definidos:
I - Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
II - Comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei;
III - comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pmapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

18.1.3.6. Nas infrações administrativas indicadas no subitem 18.1.2 e subitens que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar.
18.1.4. Multa, a ser aplicada ao responsável que der causa a infrações administrativas será calculada observando o valor mínimo de 0,5% (meio por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor estimado para a licitação, da ata registrada ou do contrato licitado ou celebrado no caso de contratação direta na hipótese do responsável que der causa a infrações administrativas puníveis com as sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade indicadas neste edital, observada a cumulação de aplicação de sanções prevista no §7° do art. 156 da Lei n° 14.133/2021.
18.1.4.1. Sem prejuízo de aplicação do disposto no item 18.1.4, será aplicável a penalidade de multa:
18.1.4.1.1. Igual ou superior a 0,5% (meio por cento) e igual ou inferior a 15% (quinze por cento) para as seguintes infrações administrativas:
18.1.4.1.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
18.1.4.1.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
18.1.4.1.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
18.1.4.1.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
18.1.4.1.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
18.1.4.1.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;
18.1.4.1.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
18.1.4.1.1.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.1.4.1.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
18.1.4.1.2. Superior a 15% (quinze por cento) e inferior ou igual a 30% (trinta por cento) para as seguintes infrações administrativas:

IV - No tocante a licitações e contratos:
a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
V - Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.
§ 1º Considera-se administração pública estrangeira os órgãos e entidades estatais ou representações diplomáticas de país estrangeiro, de qualquer nível ou esfera de governo, bem como as pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro.
§ 2º Para os efeitos desta Lei, equiparam-se à administração pública estrangeira as organizações públicas internacionais.
§ 3º Considera-se agente público estrangeiro, para os fins desta Lei, quem, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, exerça cargo, emprego ou função pública em órgãos, entidades estatais ou em representações diplomáticas de país estrangeiro, assim como em pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro ou em organizações públicas internacionais.

Rua Jaime Pereira, n° 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

18.1.4.1.2.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
18.1.4.1.2.2. Fraudar a licitação.
18.1.4.1.2.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
18.1.4.1.2.3.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei.
18.1.4.1.2.3.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento.
18.1.4.1.2.3.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
18.1.4.1.2.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
18.1.4.1.2.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.
18.2. A sanção administrativa de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito do CIMVALPI pelo prazo máximo de 03 (três) anos.
18.3. A sanção administrativa de inidoneidade para licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração direta e indireta de todos os Entes públicos da federação pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.
18.4. Se o valor aplicado pela sanção, somado às indenizações cabíveis, ultrapassar o valor de pagamento eventualmente devido pelo CIMVALPI ao contratado, será promovida de forma cumulativa:
18.4.1. A compensação da sanção e eventuais indenizações no valor pendente de pagamento ao contratado;
18.4.2. Eventual diferença não compensada no item anterior seja descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
18.5. A aplicação das sanções administrativas previstas neste ato convocatório não exclui, nem afasta, a obrigação de reparação de integral de eventual dano causado ao CIMVALPI.
18.6. A dosimetria das sanções administrativas e o respectivo processo administrativo de apuração e eventual responsabilização mediante aplicação de sanção administrativa observará o regulamento próprio expedido constante de endereço eletrônico no sítio oficial do CIMVALPI indicado no item 1.5.5

19. DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
19.2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse do CIMVALPI, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação e aos demais princípios indicados no item 1.6 deste edital.
19.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o CIMVALPI não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
19.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, somente se iniciando ou encerrando os prazos em dias de expediente no CIMVALPI.
19.5. Na contagem dos prazos, na hipótese de publicação do ato em mais de um meio, será considerado como parâmetro para a contagem de início do prazo a última publicação realizada.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

19.6. É facultado ao agente de contratação ou a autoridade competente, em qualquer fase do processo, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.
19.7. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para fornecimento de produtos, decorrentes desta
19.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
19.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
19.10. O agente de contratação, nos processos de licitação em que a modalidade seja o pregão, adotará a indicação/nomenclatura de "PREGOEIRO".
19.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e Anexo I – CEE 25.

20. ANEXOS
20.1. Anexo I – Condições Específicas do Edital – CEE;
20.2. Anexo II – DFD;
20.2.1. Anexo III – Estudo Técnico Preliminar;
20.2.2. Anexo IV – Matriz de Risco
20.2.3. Anexo V – Termo de Referência;
20.3. Anexo VI – Minuta de Ata de Registro de Preços;
20.4. Anexo VII– Minuta de Contrato.

Ponte Nova, xx de xxx de 2024

Richele Ap. Silva de Jesus
Agente de Contratação

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

CIMVALPI
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA

ANEXO I
CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO EDITAL (CEE)

Cláusula da Condição Específica do Edital (CEE)	Referência	Condição Específica do Edital
CEE 01	Descrição do objeto	Registro de preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos para o transporte de pessoas, materiais, documentos e pequenas cargas, para atender demanda do CIMVALPI e do Município de Dom Silvério.
CEE 02	Dados de atuação do processo	Número do processo administrativo: 07.0098.2024.10 Data autuação processo administrativo: 07/05/2024 Número do tipo de procedimento: Pregão Eletrônico: 010/2024
CEE 03	Pedidos de esclarecimentos, informações, impugnações e recursos	Pedidos de esclarecimentos e informações: https://licitar.digital Impugnações e recursos: https://licitar.digital
CEE 04	Plataforma eletrônica de realização do procedimento	URL da plataforma de disputa: https://licitar.digital
CEE 05	Data e horário sessão pública	Data: XX/XX/2024 Horário: XX:XX h (horário de Brasília)
CEE 06	Empresas participando na forma de consórcio	Pessoas jurídicas poderão participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas contidas no Art. 15 da Lei 14.133/2021.
CEE 07	Desenvolvimento econômico e social local e regional – art. 47 da LC 123/06	Contratação restrita local e/ou regional Não se aplica
CEE 08	Participação ampla e restrita – art. 48, I da LC 123/06	Participação restrita a ME´s e/ou EPP´s: Não se aplica

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

CIMVALPI
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA

CEE 09	Subcontratação de ME´s e EPP´s – art. 48, II da LC 123/06	Obrigação de subcontratação de ME´s e EPP´s Não se aplica
CEE 10	Entes Públicos Participantes	Nos termos do art. 86, caput, da Lei n° 14.133/2021: Município de Dom Silvério - MG
CEE 11	Entes Públicos Consorciados	Se aplica o art. 181 da Lei n° 14.133/2021 visando o atendimento dos seguintes Municípios consorciados: Abre Campo, Acaiaca, Alvinópolis, Amparo do Serra, Araponga, Barra Longa, Cajuri, Canaã, Caputira, Carangola, Coimbra, Congonhas, Desterro de Entre Rios, Diogo de Vasconcelos, Dionísio, Divinésia, Dom Silvério, Guaraciaba, Itabirito, Jequeri, Mariana, Matipó, Oratórios, Ouro Preto, Paula Cândido, Pedra do Anta, Piedade de Ponte Nova, Piranga, Ponte Nova, Porto Firme, Presidente Bernardes, Raul Soares, Rio Casca, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado, Santo Antônio do Grama, São Geraldo, São José do Goiabal, São Miguel do Anta, São Pedro dos Ferros, Sem Peixe, Sericita, Teixeiras, Urucânia, Visconde do Rio Branco e Viçosa.
CEE 12	Formato/descrição da proposta	Menor Preço por Item
CEE 13	Subcontratação	Não será admitida a subcontratação
CEE 14	Inversão fases – Habilitação precedendo apresentação de propostas e lances	Não será aplicada a inversão de fases
CEE 15	Intervalo mínimo de lance	R$ 0,01 (um centavo)
CEE 16	Modo de disputa	Aberto
CEE 17	Território Consórcio	O Território do Consórcio é formado pela soma dos territórios dos seguintes Entes consorciados: Abre Campo, Acaiaca, Alvinópolis, Amparo do Serra, Araponga, Barra Longa, Cajuri, Canaã, Caputira, Carangola, Coimbra, Congonhas, Desterro de Entre Rios, Diogo de Vasconcelos, Dionísio, Divinésia, Dom Silvério, Guaraciaba, Itabirito, Jequeri, Mariana, Matipó, Oratórios, Ouro Preto, Paula Cândido,

Rua Jaime Pereira, n° 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG

		Pedra do Anta, Piedade de Ponte Nova, Piranga, Ponte Nova, Porto Firme, Presidente Bernardes, Raul Soares, Rio Casca, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado, Santo Antônio do Grama, São Geraldo, São José do Goiabal, São Miguel do Anta, São Pedro dos Ferros, Sem Peixe, Sericita, Teixeiras, Urucânia, Visconde do Rio Branco e Viçosa.
CEE 18	Critérios de aceitabilidade de preços	Valor máximo conforme consta no Anexo V - Termo de Referência
CEE 19	Critérios de exequibilidade	A exequibilidade será apurada conforme consta no no item 13.3.1. Anexo V – Termo de Referência
CEE 20	Qualificação Técnica	**Habilitação técnica:** Não será exigida
CEE 21	Qualificação econômico-financeira	**a**. Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, observado o prazo de validade da respectiva certidão, considerando tratar-se de haver unidades da federação que dispões de prazos de validade distintos, bem como prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. a.1. Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor. **b**. Balanço patrimonial e demonstração do resultado (DRE) do último exercício social exigível, devidamente assinado pelo responsável legal da empresa e por contador habilitado, que comprovem a boa situação financeira da empresa. b.1. Para aquelas empresas constituídas a menos de 01 (um) ano ou no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

CIMVALPI
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA

		demonstrações contábeis referentes ao período de existência da empresa, devidamente assinados pelo seu representante legal e pelo contador responsável, em cópia autenticada ou via original. **c**. Demonstrações que comprovem a boa situação econômico-financeira da licitante será efetuada com base nos índices e resultados financeiros, extraídos do balanço apresentado na forma acima. a empresa deverá apresentar alternativamente Índice de Liquidez Geral = igual ou superior a 1 (um); Índice de Liquidez Corrente = igual ou superior a 1 (um) ou Comprovação de Patrimônio Líquido ou Capital Social, **com valor igual ou superior a 10% (dez por cento) do total estimado da prestação de serviços para o período de 12 (doze) meses.** ***(grifo nosso)*** Acerca da indevida exigência cumulatividade de índices de liquidez e capital social, vejamos entendimento da Corte de Contas da União: REPRESENTAÇÕES. CONCORRÊNCIA. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE PASSAGEIROS. POSSÍVEL RESTRIÇÃO AO CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME E DIRECIONAMENTO DO SEU RESULTADO. CONCESSÃO DE CAUTELAR. OITIVAS. AGRAVO DA ENTIDADE LICITANTE. PERICULUM IN MORA REVERSO. CONHECIMENTO DO RECURSO E SUSPENSÃO DA CAUTELAR ANTERIORMENTE CONCEDIDA. CUMULAÇÃO INDEVIDA DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO E GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL PARA FINS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. PROCEDÊNCIA PARCIAL. DAS REPRESENTAÇÕES. REVOGAÇÃO DA CAUTELAR. PERDA DE OBJETO DO AGRAVO, EM DECORRÊNCIA DA APRECIAÇÃO DO MÉRITO DA MATÉRIA REPRESENTADA. **"Para fins de qualificação econômico-financeira, a Administração pode exigir das licitantes, de forma não cumulativa, capital social mínimo, patrimônio líquido**

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

CIMVALPI
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA

		mínimo ou garantias que assegurem o adimplemento do contrato a ser celebrado, no caso de compras para entrega futura e de execução de obras e serviços". Enunciado da Súmula de Jurisprudência do TCU 275. (TCU - RP: 02938620144, Relator: MARCOS BEMQUERER, Data de Julgamento: 26/10/2016, Plenário) Para além disso, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, na Instrução Normativa nº 02/2010, expressamente definiu que, caso o licitante apresente Índice de Liquidez inferior a 01 (um), **lhe é facultada, para comprovação da qualificação financeira, a apresentação do capital mínimo ou do patrimônio líquido mínimo ao atendimento do certame**:[2] ***Art. 43. Os atos convocatórios devem conter cláusulas que assegurem o cumprimento das disposições contidas nesta norma, bem como as descritas nos incisos seguintes, de modo a explicitar que: V – a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas (...).*** ***V – a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas (...).*** ***Art. 44. O instrumento convocatório deverá prever, também, que as empresas que apresentarem resultado igual ou menor que 01 (um), em qualquer dos***

[1] https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas-revogadas/instrucao-normativa-no-02-de-11-de-outubro-de-2010-revogada-pela-in-no-3-de-2018

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

CIMVALPI
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA

		índices referidos no inciso V do art. 43 desta norma, quando da habilitação, deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo...
CEE 22	Documentação original ou autenticada	Caso seja necessário, a documentação original ou autenticada deverá ser encaminhada ao seguinte endereço, constando no envelope externo os seguintes dados: ENDEREÇO DE ENCAMINHAMENTO: Rua Jaime Pereira, 127, Bairro Progresso – Ponte Nova – MG CEP: 35.430-186 ENVELOPE DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO/PROPOSTA NÚMERO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO, MODALIDADE E NÚMERO DA MODALIDADE RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE CNPJ OU DOCUMENTO EQUIVALENTE
CEE 23	Esclarecimentos	As solicitações de esclarecimentos exclusivamente de forma eletrônica e deverão ser encaminhadas pela plataforma https://licitar.digital
CEE 24	Impugnações	As impugnações ao edital deverão ser encaminhadas da seguinte forma: Eletrônica, através da plataforma https://licitar.digital A impugnação eletrônica deverá conter assinatura que possa identificar o signatário, observado o disposto na Lei nº 14.630/2020. Presencial mediante protocolo no endereço e horário: Rua Jaime Pereira, 127, Bairro Progresso, Ponte Nova – MG CEP:35.430-186
CEE 25	Vista dos autos	A vista dos autos será eletrônica, mediante baixa/download dos arquivos no endereço eletrônico/URL: https://cimvalpi.mg.gov.br/pregao
CEE 26	Prazo de Vigência da Ata de Registro de Preços	O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 meses, podendo ser prorrogada por até mais 12 meses, mediante previa e formal justificativa de interesse Público da manutenção da ata, vantajosidade de preços, e existência de saldo.
CEE 27	Início vigência da ata de registro de preços	A ata de registro de preços vigorará a partir da data de sua publicação.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

CEE 28	Índice de reajustamento	Será adotado o índice de reajuste de preço INPC – Índice Nacional de Preços
CEE 29	Garantia	Não será exigida garantia

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Anexo II

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

Setor requisitante: Gerência Administrativa **Responsável pela demanda:** João Paulo Ferreira.
E-mail: joaopaulo@cimvalpi.mg.gov.br

1 - Objeto:

( ) Serviço não continuado;
(X) Serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra;
( ) Serviço continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra;
( ) Material de consumo;
( ) Material permanente/equipamento;

2 – Justificativa da necessidade da contratação:

Avaliar a viabilidade técnica e financeira para atendimento às necessidades do CIMVALPI e Municípios consorciados com intuito de elaboração e formalização de processo administrativo para a contratação de empresa especializada na locação de veículos leves.

3 – Descrição dos serviços:

- Locação de veículos utilitários que comportem até 5 passageiros; SUV; Sedan ou Sedan Executivo; Veículos utilitários que comportem no mínimo 7 passageiros (minivans); pick-up; e caminhonete 4x4.

4 – Observações gerais

4.1 – Unidade e servidor responsável para esclarecimentos: Gerência Administrativa – João Paulo Ferreira.

João Paulo Ferreira
Gerente Administrativo

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Anexo III

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE LOCAÇÃO DE VÉICULOS

- Setor Responsável pela formalização da demanda: Gerência Administrativa.
- Agente Público da área de licitações responsável pelo acompanhamento da elaboração do ETP: Richele Aparecida Silva de Jesus – Agente de contratação.
- Oficial de Assessoramento Jurídico responsável pela revisão do ETP: Hilton Antônio de Oliveira.

INTRODUÇÃO:

O presente Estudo Técnico Preliminar é requisito necessário para assegurar a viabilidade técnica e econômica da pretensa contratação de empresa especializada em LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, mensurando os riscos e determinar estratégias, fornecendo subsídios para a elaboração do Termo de Referência e, bem como, definir um plano de sustentação para a solução demandada.

O estudo aqui apresentado recai sobre a realização de licitação centralizada, para eventual e futura contratação de serviços de aluguel de veículos, em favor do Consórcio Intermunicipal e Multissetorial do Vale do Piranga – CIMVALPI e Municípios que o integram que demandam por este serviço.

Trata-se de um modelo de serviço adotado de forma comum e habitual pela Administração Pública, tendo obtido bons resultados tanto para o Contratante CIMVALPI, quanto para os Municípios integrantes (consorciados).

Em outras linhas, o presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade avaliar o histórico do modelo de Locação de Veículos atualmente em execução pelos Municípios (consorciados) e pelo próprio CIMVALPI, observando as necessidades do executivo municipal, levantar os requisitos técnicos em consonância com requisitos legais necessários para atender essas necessidades, aferindo as condições que o mercado oferece e, por fim, analisar a viabilidade da contratação sob o prisma da legalidade.

O objetivo aqui é pautar elementos que, fundamentadamente, tem a capacidade e potencial para, em tese, considerando o caso concreto, melhor atender ao Interesse Público.

Assim, a delimitação da solução nos termos e condições estipulados, não é decisão de livre arbítrio deste estudo. Aqui estão pautados elementos que, fundamentadamente, tem a capacidade e potencial para, em tese, considerando o caso concreto, melhor atender ao Interesse Público.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pmapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

1) OBJETO:

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objeto à análise prévia e condições de viabilidade para contratação de serviços contínuos de LOCAÇÃO DE VEÍCULOS utilitários que comportem 05 (cinco) passageiros; SUV's; Sedan ou Sedan Executivo; utilitários que comportem 07 (sete) passageiros tipo (minivans); Pick-up que comportem 02 (dois) passageiros e Caminhonete 4x4, sem fornecimento de combustível, incluindo manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças, seguro e/ou proteção veicular, inclusive contra terceiros, para o transporte de pessoas, materiais, documentos e pequenas cargas, com a finalidade de atender demanda do CIMVALPI, bem como dos Municípios que o integram. Tendo em vista a expiração da vigência da atual contratação aliada à caracterização destes serviços como contínuos, dado sua essencialidade, visando atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, de modo que sua interrupção pode comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional do CIMVALPI.

2) ESTIMATIVA DE PRAZO – Vigência e Prorrogação da Contratação

Para a presente contratação, estima-se vigência mínima de 12 (doze) meses, a depender da demanda do Município (demandante), contados do ato da assinatura do contrato, observado a cada exercício financeiro (art. 105 Lei 14.133/21), a disponibilidade de créditos orçamentários. Ainda para efeitos de prorrogação do contrato, poderá ser celebrado por até 05 (cinco) anos, prorrogável sucessivamente pelo prazo máximo de até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133 de 2021.

2.1. - A prorrogação de que trata o parágrafo anterior é condicionada à necessidade da demanda por parte dos Municípios (consorciados), bem como pelo ateste da autoridade administrativa competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para Administração, permitida a negociação mediante o cumprimento das seguintes condições:

2.1.1) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
2.1.2) Anexação de relatório anual que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
2.1.3) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na continuação da realização do serviço;
2.1.4) Haja manifestação expressa da empresa contratada informando o interesse na prorrogação;
2.1.5) Anexação de comprovado que a empresa contratada mantém as condições iniciais de habilitação;
2.1.6) Previsões outras previstas em Edital.

2.2. - A prorrogação do contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

2.3. - Na eventual prorrogação do contrato, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.4. - O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação previstas em Lei.

3) - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO EM RAZÃO DA DEMANDA A SER ATENDIDA SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO

3.1 - Justificativa e Necessidade

O presente Estudo Técnico Preliminar foi elaborado em conformidade com as necessidades apresentadas pela Gerência Administrativa através do Documento de Formalização de Demanda. Além disso foram observados os parâmetros qualitativos, (modelos e categorias) de veículos já anteriormente demandados pela Administração Pública dos Municípios (consorciados) e do próprio CIMVALPI.

Conforme já acima mencionado, este modelo de contratação é habitualmente utilizado pela Administração Pública para suprir a necessidade de frota limitada ou inexistente de veículos dentro dos Municípios (consorciados).

Sob pena de inviabilizar a missão institucional do ente público, tendo em vista que, para atender suas demandas operacionais e administrativas, à Administração Pública necessita diariamente deslocar e movimentar pequenas cargas e documentos, servidores e munícipes.

No caso do CIMVALPI, não há frota própria, e seus servidores deslocam-se diariamente para exercer atividades que vão desde fiscalizações, operações e visitas técnicas, eventos profissionais, reuniões e para o transporte de materiais, para dar apoio às diversas atividades desenvolvidas pelo Consórcio.

Ressalte-se, que a forma como os serviços já vem sendo prestados em modelo utilizado pela Administração, o serviço de locação de veículos mantém-se como solução técnica e econômica viável à alternativa, que seria aquisição por meio de compra. Quando o órgão público não conta com estrutura de manutenção de veículos ou quando a locação não se mostra uma opção viável ou ainda, quando a localização do órgão torna inviável a adoção de modelo de contratação diverso.

3.2. - Descrição da Contratação

Tendo em vista a natureza do serviço a ser prestado, o presente estudo observou o disposto no artigo 2º inc. III da Lei 14.133/2021, além dos normativos contidos nas Instruções Normativas 007/2022 e 008/2022 do CIMVALPI, considerando num primeiro momento, que o modelo de locação de veículos para atender demanda do CIMVALPI e dos entes consorciados registra maior vantajosidade para administração, o que será objeto de análise e conclusão apresentadas neste

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Estudo. Em levantamento realizado pela Diretoria Técnica Administrativa e Setor de Frotas do CIMVALPI do CIMVALPI, constatou-se que os entes consorciados demandam habitualmente por veículos de modelos e características a seguir apresentados:

I) Veículos compactos utilitários que comportem até 05 (cinco) passageiros, incluindo o motorista;
II) Veículos SUV's, com capacidade mínima de até 05 (cinco) passageiros, incluindo o motorista;
III) Veículos Sedan's ou Sedan's Executivos, que comportem até 05 (cinco) passageiros, incluindo o motorista;
IV) veículos utilitários (minivans) que comportem no mínimo 07 (sete) passageiros;
V) Veículos Pick-up's, que comportem no mínimo 02 (dois) passageiros, incluindo o motorista e com capacidade de carga de no mínimo 550 kg;
VI) Veículos Caminhonete 4x4, que comportem até 05 (cinco) passageiros, incluindo o motorista e com capacidade de carga de no mínimo 1.000 kg.

Os órgãos e entidades constitutivos da Administração Pública do Poder Executivo Municipal necessitam para a execução logística de suas atividades, promover o deslocamento de suas autoridades, servidores e terceiros a ela vinculados, além de pequenas cargas, objetos e documentos.

Para tanto, fazem uso de serviços de locação de veículos automotores, visto que a frota própria se apresenta por vezes insuficiente, e em determinados casos inexistente. Desta feita, se torna necessário promover a locação de veículos automotores, para a realização regular das atividades acima referenciadas.

Nesta classificação, por meio de levantamento realizado pela Diretoria Técnica Administrativa e Setor de Frotas do CIMVALPI, foram considerados as categorias de veículos comumente utilizados elencados nos incisos acima, com as seguintes especificidades:

a) Veículos com capacidade de 5 (cinco) passageiros, potência acima de ***75 CV***, direção elétrica ou hidráulica, combustível flex (gasolina/álcool), 04 (quatro) portas, ar condicionado, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis de LED ano de fabricação mínimo 2022;

b) Veículo, Sedan 04 (quatro) portas, motorização mínima de **111 *CV***, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, distância mínima entre os eixos de 2,60 cm, faróis de LED, ano de fabricação mínimo 2022;

c) Veículo, tipo Minivan, motorização mínima ***130 CV,*** com capacidade mínima para 07 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pmapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis de LED, ano de fabricação mínimo 2022;

d) Veículo, tipo SUV, motorização mínima de ***111 CV***, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis de LED, ano de fabricação mínimo 2022;

e) Veículo, pick-up, mínima de ***75 CV***, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis de LED, ano de fabricação mínimo 2022;

f) Veículo, caminhonete 4x4, cabine dupla, motorização mínima de ***160 CV,*** ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS e AIRBAG, combustível diesel, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis de LED. ano de fabricação mínimo 2022;

A motivação do conjunto de exigências para os veículos acima elencados, se dá pelo fato de que dentro do mercado de locação de veículos, a exigência do consumidor por veículos mais novos e em condições de proporcionar maior conforto e segurança ao condutor e passageiro (s), é condição determinante na hora de fazerem sua escolha.

Não diferente deve ser o posicionamento da administração pública no momento de contratar pelo serviço, buscando da mesma forma assegurar condições mínimas de conforto e segurança para seus servidores e passageiros.

Podemos aqui também pontuar, que a Comissão de Desenvolvimento Econômico da Indústria e Comércio, aprovou proposta que proíbe as locadoras de veículos de usar automóveis com mais de 120 mil quilômetros rodados ou mais e dois anos de uso, daí comunga-se entendimento de ser razoável a exigência de veículos fabricados à partir de 2022.

Pela proposta, ***"(...)a administração pública também deverá seguir a proibição em licitações de transporte e locação de veículos. Até o momento, a PL 1529/2015 encontra-se com a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania"***.[3]

Em relação aos critérios que amparam a exigência de motorização mínima sugerida dentro deste Estudo, as justificativas encontram-se explanadas no subitem a seguir, mas já podemos mencionar que os critérios utilizados buscam assegurar ampla participação, contemplando todas as montadoras de veículos que mormente atuam no mercado nacional, e por conseguinte, os respectivos fornecedores do mercado de locação.

3.3. - Critérios de motorização exigidos:

[3] https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1278737

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pmamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Durante pesquisa realizada em sites e revistas especializadas no seguimento automotivo, fato não controverso é de que nas últimas décadas houve downsizing no mercado.

A prática de substituir motores maiores e aspirados por propulsores menores e sobrealinhamentados tornou-se possível, por exemplo, fazer um pequeno motor 1.0 de 3 cilindros render quase tanto quanto um motor 2.0 do passado. Por esse motivo, e buscando não restringir a competição entre as diferentes montadoras, o critério de exigência elencado neste Estudo, pauta pelo parâmetro de potência em CV mínima exigida.[4]

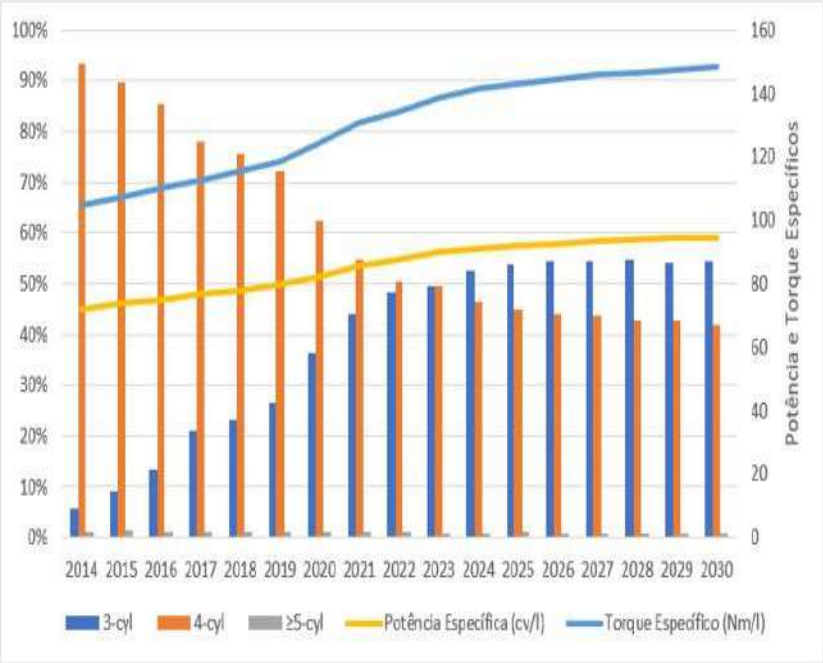
Há, portanto, uma previsão de que mais da metade dos veículos vendidos no Brasil em 2023 sejam equipados com motores de três cilindros e a participação de turbo e injeção direta deve ultrapassar 50% em 2028. Nesse contexto, apesar da redução da cilindrada média, o aumento do uso de turbo e da injeção direta vai fazer com que a potência específica (cavalos por litro) e o torque específico (Newton metro por litro) cresçam 31% e 42%, respectivamente, em 2030 quando comparadas a 2014.

[4] https://motor1.uol.com.br/news/539999/motores-1000-turbo-brasil-tecnologias/
https://pt.linkedin.com/pulse/downsizing-tend%C3%AAncia-automobil%C3%ADstica-do-futuro-jared-rocha/
https://www.webmotors.com.br/wm1/dicas/o-que-e-downsizing
https://autoesporte.globo.com/carros/noticia/2014/11/tecnologia-entenda-porque-dowsizing-nao-significa-menos-potencia.ghtml

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

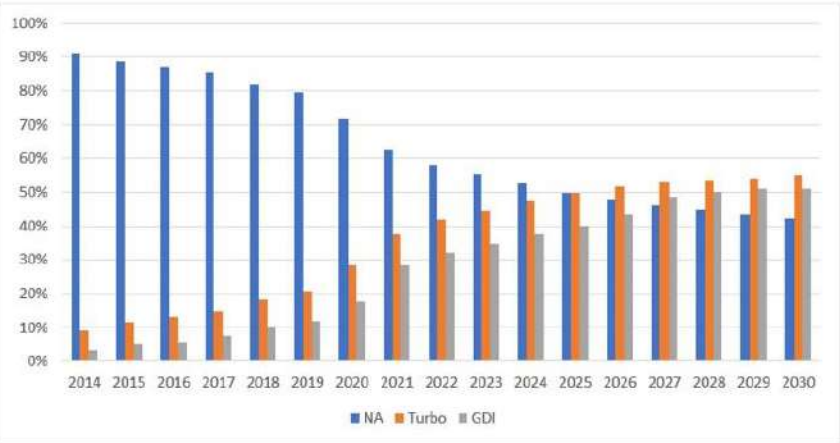
Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Evolução da adoção do downsizing x crescimento de potência e torque específicos - Brasil



Fonte: IHS Markit VPaC - Vehicle Performance and Compliance – setembro de 2019

Substituição de motor aspirado por motor turbo e com injeção direta - Brasil



Fonte: IHS Markit VPaC - Vehicle Performance and Compliance – Setembro de 2019

Considerando os vários parâmetros adotados pelas montadoras de veículos, existe uma diversidade de nomenclaturas e pontuações dentro de tipos e modelos de veículos, logo, em suas respectivas motorizações, a exemplo de veículos turbos e aspirados.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

De forma a garantir que haja ampla e irrestrita participação no certame, estabeleceu-se dentro deste Estudo parâmetros mínimos de ***potência em "CV"*** a serem considerados, sem que contudo, deixem de atender as demais especificidades e itens de segurança descritos e previstos neste ETP.

3.4. - Critérios para exigência mínima de ano de fabricação - Itens de segurança obrigatórios e indispensáveis:

A exigência de veículos cujo ano de fabricação não seja inferior a 2022, justifica-se principalmente pela Resolução CONTRAN (567/2015) que trata sobre a obrigatoriedade do controle de estabilidade em veículos produzidos e fabricados a partir do ano de 2020. A regra vale para modelos inéditos, inclusive populares e também para os que passarem por grandes mudanças, como troca de geração. Por estas razões, pensando em garantir a segurança dos condutores e passageiros, além dos itens de segurança obrigatórios mais comuns como freios ABS e Airbag, encontram-se descritos neste estudo, itens de segurança indispensáveis e considerados obrigatórios e inseridos em veículos fabricados à partir de 2020 tais como:

a) Controle de estabilidade

O controle de estabilidade conforme acima mencionado é um item de segurança do carro que passou a ser obrigatório em 2020. O sistema tem o objetivo de detectar quando o carro está prestes a perder o controle e cortar a aceleração do motor, freando uma ou mais rodas. Esse cuidado pode impedir, por exemplo, que o veículo rode ao fazer uma curva.

b) Barras de proteção lateral

As barras de proteção lateral são travessas de aço fixadas entre as colunas do veículo, por dentro das portas, para proteger o motorista e os passageiros em casos de colisão lateral. Apesar de simples, esse tipo de solução é muito efetivo, pois diminui o impacto sofrido pelo ocupante do carro. As barras de proteção lateral passaram a ser obrigatórias somente em 2020, mas muitos veículos do país já contam com esse item de segurança.

c) Freios ABS

Com a *vênia* pela redundância, o sistema ABS — assim como a direção hidráulica e o ar-condicionado, que já foram diferenciais — hoje são itens mais do que mandatórios. Desde janeiro de 2014 os carros novos comercializados no Brasil já saem de fábrica com o sistema ABS de frenagem.

d) Distância mínima entre os eixos de 2,60 cm (Sedan's)

Visto que os veículos Sedan's alugados pelo Consórcio andam quase que diariamente com número máximo de passageiros, tal característica se faz necessária perfazendo maior conforto aos passageiros e maior estabilidade aos veículos.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pmapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

e) Faróis de LED

Quanto a exigência aos faróis de LED, esses são mais eficientes do que os convencionais por algumas razões. Eles **consomem menos energia** em comparação com as lâmpadas convencionais, como as de halogênio. Portanto, os faróis de LED são mais econômicos em termos de consumo de energia do veículo, o que pode resultar até mesmo em menor consumo de combustível.

Além disso, os LEDs têm uma vida útil mais longa do que as lâmpadas convencionais. Enquanto as lâmpadas halógenas geralmente precisam ser substituídas após algumas centenas de horas de uso, os faróis de LED podem durar até 25.000 horas ou mais, dependendo do modelo. Isso significa que os veículos com faróis de LED não precisam substituí-los com tanta frequência, o que pode resultar em economia de dinheiro e tempo a longo prazo.

Outra vantagem dos faróis de LED é a sua capacidade de proporcionar melhor visibilidade. Eles produzem uma luz mais brilhante e clara em relação às lâmpadas convencionais, algo especialmente útil durante a noite e em condições climáticas adversas, como chuva ou neblina. Os faróis de LED também iluminam a estrada de forma mais eficiente e proporcionam uma melhor percepção de profundidade, o que contribui para a segurança ao dirigir.

Por fim, os faróis de LED têm uma resposta mais rápida em comparação com as lâmpadas tradicionais. Eles ligam e atingem o brilho máximo quase instantaneamente, enquanto as lâmpadas de halogênio precisam de um breve período para aquecer. Essa resposta rápida é particularmente útil ao alternar entre os modos alto e baixo dos faróis ou ao utilizar sistemas de iluminação adaptativa, proporcionando maior conveniência e segurança ao motorista.[5]

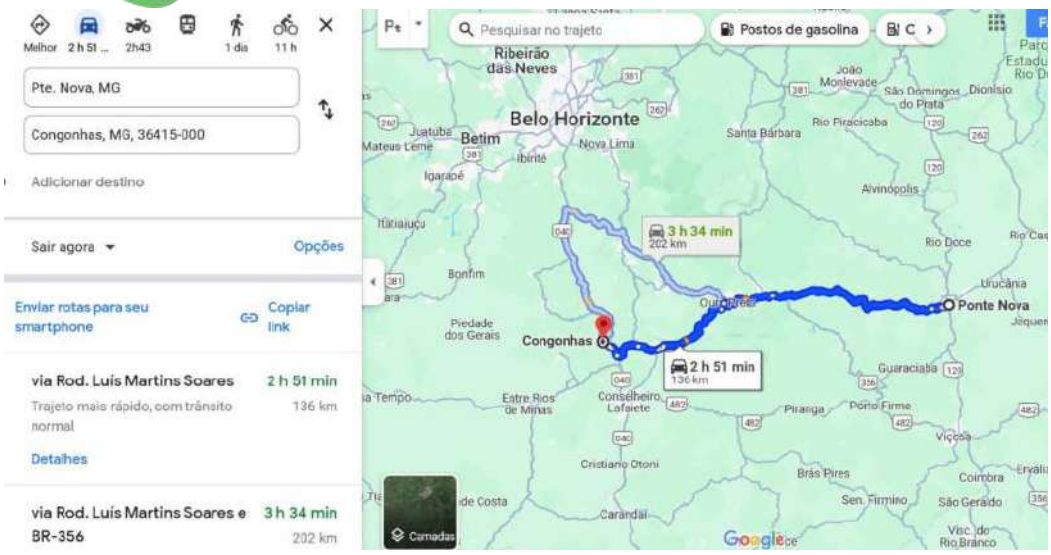
Reiteramos que atualmente o CIMVALPI é composto por 46 (quarenta e seis) municípios localizados principalmente dentro da Zona da Mata Mineira, Vale do Piranga e Região dos Inconfidentes. É justificadamente razoável que haja para além das exigências quanto aos itens de segurança acima apontados, que os veículos fornecidos possuam baixa quilometragem, de forma a garantir a ininterrupta continuidade dos trabalhos realizados pelo CIMVALPI, minimizando contratempos no que se refere a manutenções corretivas decorrente de quebra ou mau funcionamento.

A título meramente exemplificativo, podemos citar o município consorciado de Congonhas/MG, localizado a mais de 130km de distância da sede do CIMVALPI. Os atendimentos realizados não somente a este município, como para tantos outros, demandam deslocamentos quase que semanais, o que deve ser assegurado por veículo em excepcionais condições de segurança e conforto, como a exigência por veículos com faróis de LED, haja visto que em razão das distâncias entre os Municípios, estes veículos certamente retornarão à sede já em horário noturno.

[5] https://www.karvi.com.br/blog/por-que-farois-de-led-sao-mais-eficientes/

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pmapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A



4) CONTRATAÇÕES CORRELATAS E INTERDEPENDENTES;

A Contratada deverá proceder com a manutenção preventiva e corretiva, incluindo reposição de peças quando necessário, seguro total e/ou plataforma de proteção veicular, inclusive contra terceiros.

Correlata à presente contratação o Processo: 0903217202310 Gerenciamento informatizado de frota de veículos, mediante rede credenciada para fornecimento de combustíveis; manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças e serviços; higienização de veículos.

Esta contratação pospor-se processo licitatório 001/2022, portanto, trata-se de processo cujo objeto e modelo de contrato já possui precedentes dentro do departamento de licitações do CIMVALPI.

5) REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Tendo em vista a natureza do serviço a ser contratado, a previsão da contratação encontra-se inserida no artigo 2º, inc. III da Lei 14.133/2021. Para além deste imperativo legal contido na nova Lei de Licitações, observa-se o disposto na Consolidação do Contrato de Consórcio Público e Consolidação Estatuto CIMVALPI, além das Instruções Normativas 007/2022 e 008/2022 ambas também do CIMVALPI.

Para além na Novel Lei de Licitações e legislação civilista aplicadas no presente Estudo, considerar-se-á como requisitos da contratação todas as demais exigências previstas em Edital e Contrato.

Poderá participar deste processo licitatório empresas do ramo de atividade relacionada ao objeto, que não possuam registro de sanção que impeça sua

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

contratação, bem como estejam devidamente regulares com as Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal, com o FGTS, INSS e com a Justiça do Trabalho.

Os serviços que constituem o objeto deste estudo e eventual contratação, deverão ser executados de acordo com a solicitação da contratante e/ou Município consorciado, por ordem de serviço e orientação/fiscalização da equipe técnica designada pelo CIMVALPI, devendo o veículo estar disponível no período e local, conforme a necessidade apresentada, além das disposições expostas no Termo de Referência, Edital e condições contratuais.

Previamente dispõe-se que na proposta de preço apresentada, deverá ser considerado pela licitante, que o objeto licitado deverá ser fornecido em até 15 (quinze) dias úteis após a data de solicitação.

O veículo em referência, deverá ser entregue na área patrimonial indicada pela contratante e/ou ente consorciado.

Estabelece-se ainda que o custo de mobilização, desmobilização, seguros e todos os demais custos/encargos envolvidos estão a cargo da contratada, ou seja, **na proposta de preço deverá compreender todas as despesas decorrentes da locação.**

Os veículos deverão estar segurados e/ou cobertos por plataformas de proteção veicular devendo o valor de franquia ser apresentado à parte da proposta ou se já inserido na mesma, que seja especificado o percentual de franquia dentro da proposta.

É necessário entender que não existe um valor fixo para a franquia do seguro. Seu valor vai depender de fatores como o perfil do condutor, modelo do carro e outros pontos avaliados durante a cotação.

Além disso, existem diferentes tipos disponíveis de franquias que pode optar na contratação do seguro, ficando a cargo da licitante qual modelo de franquia será utilizada, se reduzida, majorada ou normal.

Como não há no mercado regulamentação acerca de alíquota relativa a valor de franquia em caso de sinistro, será considerado pelo CIMVALPI a proposta que não exceda o valor máximo de 4% (quatro) por cento do valor da tabela fipe em consonância a alíquota de IPVA cobrado dentro do Estado de Minas Gerais.

Deverá ser contemplado as seguintes coberturas:

Seguro:

Danos Corporais a terceiros.....**R$100.000,00**
Danos Materiais a terceiros.....**R$100.000,00**
Danos Morais a terceiros.....**R$10.000,00**
Ocorrência de morte.....**R$13.500,00**
Invalidez permanente e/ou total.....**R$13.500,00**

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Despesas médico hospitalares.....R$2.700,00

O presente serviço será realizado sob demanda, de acordo com a necessidade da administração e dos Municípios interessados na contratação.

Só será efetuado o contrato administrativo em caso de necessidade e em cumprimento ao disposto na Lei nº 14.133/21. Ao final do processo licitatório será realizada a assinatura da ata de registro de preços, válida por 12 meses. Ainda para efeitos de prorrogação do contrato, poderá ser celebrado por até 05 (cinco) anos, prorrogável sucessivamente pelo prazo máximo de até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133 de 2021.

Os requisitos para contratação de empresa especializada em aluguel de veículos, devem seguir os pressupostos pela contratada de comprovar capacidade técnica e operacional, demostrada através de atestados de capacidade técnica profissional, documentação de enquadramento de empresa do ramo de locação de veículos sem motorista e cumpridos os requisitos apresentados neste Estudo.

6) LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DE MERCADO

Neste tópico, urge apresentar as soluções capazes de atender satisfatoriamente os ambientes produtivos, setores de atuação, departamentos e programas da gestão do CIMVALPI, e dos Municípios que o integram – que por sua vez, todos alinhadas aos princípios e regras que regem a Administração Pública.

Nosso estudo tem o condão de identificar empreendimentos possíveis de aproximar as compras públicas da Administração CIMVALPI às práticas adotadas pelo mercado, impondo inovações que se fundamentam no princípio da eficiência, imprimindo um uso racional dos recursos públicos.

Assim, observou-se que, em matéria de soluções para o serviço de transporte, a Administração Pública em geral costuma adotar ao menos dois modelos considerados mais tradicionais para execução deste serviço, são eles:

a) Aquisição de Veículos

No modelo de aquisição de veículos, a Administração Pública adquire o veículo e assume todos os custos dele decorrentes, contratando, de forma independente, motorista em empresa terceirizada ou designando servidor do próprio órgão para a função. É solução adotada em situações específicas como, por exemplo, quando o órgão público conta com estrutura de manutenção de veículos ou quando a locação não se mostra uma opção viável ou ainda, quando a localização do órgão torna inviável a adoção de modelo de contratação diverso.

b) Locação de Veículos

No modelo de locação de veículos, o serviço consiste na disponibilização de veículos por empresa contratada, a qual se responsabiliza pelos gastos e manutenções advindas da disponibilização do veículo.

O mercado de potenciais prestadores para os serviços de locação de veículos é bastante vasto, contudo, em determinadas situações como no caso em tela, o

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

fracionamento do objeto licitado em vários itens permitirá a participação de um maior número de licitantes e que tal fato democratiza o acesso às contratações públicas. Quanto a tal fato, não resta a menor dúvida. É de fácil constatação, que, não obstante a locação de veículos não sejam objetos tão complexos, no mercado, sob o ponto de vista pragmático há uma grande distinção entre um e outro.

O seguimento de locação de veículos de pequeno e médio porte como veículos utilitários Hatchs, Sedans, SUV's, Pick–ups e Caminhonetes, referem-se às locadoras cujos registros da atividade, no Ministério da Economia, têm enquadramento dos CNAE 7711-0/00 (locação de veículos sem motorista) e CNAE 4923-0/02 (locação de veículos com motorista). São as chamadas locadoras que atuam somente com a atividade de locação de veículos, com CNPJ ativo na Receita Federal e frota registrada nos órgãos competentes de Trânsito. Cumpre esclarecer ainda que, compete à Administração proceder estudo detalhado sobre as características do objeto, modo de comercialização e preços praticados no mercado, a fim de delimitar os procedimentos que serão desenvolvidos na licitação. No caso em apreço, define-se a possibilidade jurídica, e viabilidade técnica e econômica de dividir o objeto em vários itens/lotes, permitindo que um número maior de interessados participe da disputa, o que, em decorrência, aumenta a competitividade e viabiliza a obtenção de melhores propostas

7) ANÁLISE DA POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO DO OBJETO

7.1. Conforme acima elencado, a contratação por item possibilita a participação de um maior número de interessados, independente da categoria de seu produto, desde que atendido as exigências contidas no Estudo. Isto, consequentemente aumenta a competitividade do certame e viabiliza a obtenção de melhores propostas, sem perda da economia de escala. Nesse interim cabe destacar entendimento sumulado pelo Tribunal de Contas da União no Enunciado nº 247, de acordo com o qual sempre que o objeto da contratação for divisível, é obrigatória a sua adjudicação por item, conforme texto abaixo colacionado:

SÚMULA TCU 247:

"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade."

Conforme verificado em pesquisa e discussões do mercado, o nicho de locação de veículos, apresenta variações de acordo com as diferentes categorias de automóveis, o que permite o parcelamento do objeto sem prejuízo à economia de escala.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Na prática, isso permitirá, por exemplo, que locadoras que não tenham determinada categoria de veículo disponível em sua frota, ainda possam participar do certame licitatório e, inclusive, sagrarem-se vencedoras, vez que não estarão obrigadas a apresentar propostas para um lote, mas apenas para os itens que tenham real disponibilidade de fornecer. Assim, no que tange à forma de contratação, é recomendável que o modelo do Registro de Preços seja dividido por itens, visando uma melhor negociação, com estímulo à competitividade, sempre objetivando à obtenção de ganho de escala e economia.

8) REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Requisitos Obrigacionais

Os requisitos obrigacionais mínimos exigidos, deverão atender às disposições contidas no OBJETO deste Estudo, além daqueles previstos em Lei, dos quais podemos destacar: "REQUISITOS DE HABILITAÇÃO" e "REQUISITOS DE REGULARIDADE FISCAL". Mas conforme mencionado, para além disso, deverá ser observado o regramento legal contido na Lei 14.133/21, bem como as exigências contratuais a *posteriori* dispostas em Termo de Referência.

As condições de habilitação, informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante serão divididos em jurídica; fiscal social e trabalhista; e econômico financeiro, conforme previsto nos artigos 62 e 65 da Lei 14.133/202.

Conforme disposto no § 4º do artigo 69 da nova lei, a Administração CIMVALPI, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio liquido equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contração.

A documentação referida deverá ser apresentada na forma prevista no artigo 70 da Lei 14.133/2021:

> *Art. 70. A documentação referida neste Capítulo poderá ser:*
>
> *I – apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração;*
>
> *II – substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que previsto no edital e que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto nesta Lei;*
>
> *III – dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais).*

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pmapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Parágrafo único. As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo federal.

8.2. Regularidade Fiscal: O licitante deverá encontrar-se de forma regular perante suas obrigações com a legislação tributária federal, estadual, municipal, seguridade social e o fundo de garantia por tempo de serviço. Cumpre aqui ressaltar que regularidade não implica em quitação. Regularidade é a comprovação de que a empresa atende todas as exigências do fisco.

8.2.1 **-** São os seguintes documentos exigidos por lei que provam sua regularidade fiscal:

8.2.1.1 **- Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoas Física e Jurídica:** Cadastro de Pessoa Física – CPF e Cadastro Nacional de Pessoa Jurídicas – CNPJ. Ambos são expedidos pela Secretaria da Receita Federal

8.2.1.2 **- Prova de Inscrição no cadastro de contribuintes, ICMS/ISS:** Inscrição Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação. A Inscrição Estadual é emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda e Planejamento.

8.2.1.3 **- Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais emitida pela Receita Federal**. Poderá ser solicitada na Agência da Receita Federal, em qualquer localidade do respectivo Estado, cuja validade é de 180 (cento e oitenta) dias. Também poderá ser emitida pelo site www.receita.fazenda.gov.br com validade de 30 (trinta) dias a contar da sua emissão.

8.2.1.4 **- Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual:** Certidão emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual, podendo ser solicitada em qualquer posto de atendimento da Secretaria de Fazenda Estadual. Esta certidão terá validade de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.

8.2.1.5 **- Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal:** Esta certidão deverá ser emitida pela Secretaria Municipal do Município onde o imóvel encontra-se localizado.

8.2.1.6 **- Certificado de regularidade do FGTS.**

9) POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA

Em que pese o entendimento sumulado pelo Tribunal de Contas da União, no enunciado nº 281, de acordo com o qual é vedada a participação de cooperativas em certame licitatório quando houver necessidade de subordinação de mão de obra, **verifica-se que tal entendimento não é aplicável ao presente caso, quando a prestação do serviço de locação não demanda a subordinação de mão de obra**. Isso porque, o objeto do presente procedimento licitatório gira em torno da contratação de empresa de locação de veículos

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

(enquadramento dos CNAE 7711-0/00 (locação de veículos sem motorista), não restando caracterizada situação de subordinação, o que afasta a vedação da Corte de Contas.

Ademais, a possibilidade de participação de cooperativa em certame licitatório é matéria de ordem legal e sua vedação, fora dos parâmetros configuraria violação ao disposto no §2º do art. 10 da Lei nº 12.690/12, que dispõe:

> *Art. 10. A Cooperativa de Trabalho poderá adotar por objeto social qualquer gênero de serviço, operação ou atividade, desde que previsto no seu Estatuto Social.*
> *§ 1º [...]*
> ***§ 2º A Cooperativa de Trabalho não poderá ser impedida de participar de procedimentos de licitação pública que tenham por escopo os mesmos serviços, operações e atividades previstas em seu objeto social.***

Assim, sob pena de violação de dispositivo legal, não há óbice à participação de cooperativas no presente certame licitatório, desde que a demanda do objeto não implique na contratação do serviço de locação de veículo, máquina ou equipamento com emprego de mão de obra, e desde que os serviços prestados pela mesma sejam condizentes claramente com o objeto da licitação.

Contudo, é de conhecimento geral a existência de falsas cooperativas, que na prática, são empresas intermediadoras de mão de obra subordinada. A fim de afastar do certame a participação destas entidades, requer-se apresentação de **Modelo de Gestão Operacional, a** fim de comprovar se a proponente detém autonomia, autogestão e não exercício de atividades de sujeição, pessoalidade e habitualidade dos cooperados, reiterando que não será admitida a contratação de cooperativas ou instituições sem fins lucrativos cujo estatuto e objetivos sociais não prevejam ou não estejam de acordo com o objeto contratado.

10) DEMAIS REQUISISTOS DE PARTICIPAÇÃO

10.1. - Além dos requisitos obrigacionais e regularidade fiscal elencados no item 8; subitens 8.1 e seguintes; 8.2 e seguintes; notadamente no subitem 8.2.1.6 – Certificado de Regularidade FGTS, que poder-se-á ser enquadrado como garantia da regularidade social. A habilitação das licitantes será realizada mediante a apresentação da seguinte documentação complementar:

10.1.1. - Comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor anual estimado da contratação, quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, informados pelo Sicaf, for igual ou inferior a 1;

10.1.2. - Comprovante de inscrição e situação cadastral emitido pela Receita Federal do Brasil que comprove a atividade econômica principal ou secundária como sendo Locação de Automóveis sem Condutor (CNAE);

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

10.1.3. - Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante;

10.1.4. - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011;

11) DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS

11.1. - A contratação pretendida tem como objeto a prestação de serviços de locação de veículos, sem motorista e sem combustível, a serem executados na região de abrangência de atuação do CIMVALPI, notadamente em cerca de 46 (quarenta e seis) Municípios, sobretudo na grande região da Zona da Mata, microrregiões do Vale do Piranga e Inconfidentes.

11.2. - Os serviços a serem contratados possuem natureza continuada, de modo que sua interrupção pode comprometer as atividades da Administração e sua necessidade deve se estender por mais de um exercício financeiro.

11.3. - O prazo de vigência do contrato será previsto em Edital, (Art. 105), observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 01 (um) exercício financeiro, estimando-se no presente estudo, vigência inicial de 12 (doze) meses.

11.4. - Será de inteira responsabilidade da contratada todos os encargos relativos ao veículo, como IPVA, seguro obrigatório e taxa de emplacamento, com exceção das multas provenientes de infração às leis de trânsito, previstas no Código de Trânsito Brasileiro, que tenham sido causadas por dolo ou culpa dos prepostos do CIMVALPI e dos MUNICÍPIOS nas locações "sem condutor".

11.5. - Caberá a contratada encaminhar ao CIMVALPI com cópia aos MUNICÍPIOS, dentro do prazo máximo de 03 (três) dias úteis de seu recebimento a notificação de autuação de infração de trânsito referente ao veículo locado para verificação, apuração de responsabilidade e indicação dos dados do condutor infrator, conforme previsto no Código de Trânsito Brasileiro.

11.6. - Os veículos deverão ter seguro e/ou plataforma de proteção veicular contra roubo, furto, danos materiais e pessoais, inclusive contra terceiros, cobertura total para caso de destruição parcial ou total do bem durante todo o prazo de vigência contratual, cabendo à contratante o pagamento da franquia correspondente nos casos em que o sinistro ocorrer por culpa/dolo do preposto por ela designada para condução do veículo.

11.7. - A Contratada responsabiliza-se por todas as despesas decorrentes da utilização dos veículos, como troca de óleo e reparos mecânicos necessários à sua manutenção.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

11.8. - A Contratada deverá realizar manutenção preventiva e corretiva dos veículos, de acordo com as recomendações do fabricante, incluindo os serviços de funilaria, lubrificação, bem como, substituição de pneus, mantendo a regulagem dos veículos para que sejam minimizados os níveis de emissão de poluentes, visando contribuir com o atendimento dos programas de qualidade do ar, observados os limites máximos de emissão de gases, conforme legislação vigente.

11.9. - Manter atualizada e em ordem a documentação relativa ao veículo.

11.10. - Apresentar na sede do CIMVALPI, e quando solicitado pela administração do consórcio, no MUNICÍPIO onde se encontra o veículo, para vistorias iniciais e periódicas.

11.11. - Equipar os veículos com todos os itens de segurança previstos em Lei e exigidos pelo Código Nacional de Trânsito.

11.12. - Os veículos que se encontrarem em situação de impedimento no que se refere ao item anterior, terão o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para regularizar a situação ou substituir o mesmo por outro de características similar.

11.13. - A Contratada deverá prestar os esclarecimentos que lhes forem solicitados e atender prontamente às reclamações sobre seus serviços.

12) ESTIMATIVA DOS ITENS E DE LEVANTAMENTO DE PREÇOS - Da Metodologia aplicada às quantidades estimadas, conforme anexos.

Levantamento realizado junto a Diretoria Técnica Administrativa e Setor de Frotas do CIMVALPI, onde foi demandado pelos respectivos quantitativos e qualificativos (modelos) de veículos:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE FRANQUIA (ANO)	UNIDADE	VALOR MENSAL ESTIMADO
1	Veículo, capacidade de 5 (cinco) passageiros, motorização mínima de 1.0, potência acima de 75 CV, direção elétrica ou hidráulica, combustível flex (gasolina/álcool), 04 (quatro) portas, ar condicionado, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, ano	108	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.090,00 RACHID VEÍCULOS S/A R$2.750,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pmapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

	de fabricação mínimo 2022;			R$3.559,48 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$3.220,59 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.155,01
2	Veículo, Sedan ou Sedan Executivo, 04 (quatro) portas, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, distância mínima entre os eixos de 2,60 cm, ano de fabricação mínimo 2022;	108	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.700,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$2.989,98 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$4.648,59 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.779,52
3	Veículo, tipo Minivan, motorização mínima 130 CV, com capacidade mínima para 07 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e	18	Franquia Mensal (3.000 km)	R$4.150,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$6.415,98 M&M ALUGUEL DE CARROS

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pmamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

	AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, ano de fabricação mínimo 2022;			R$4.340,39 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$4.968,79
4	Veículo, tipo SUV, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, ano de fabricação mínimo 2022;	108	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.990,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$4.700,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$2.570,90 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$4.035,19 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.824,02
5	Veículo, pick-up, motorização mínima de 75 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex	36	Franquia Mensal (3.000 km)	R$4.100,00 RACHID VEÍCULOS S/A

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

	(gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, ano de fabricação mínimo 2022;			R$3.850,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$3.998,95 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$3.457,39 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.851,58
6	Veículo, caminhonete 4x4, cabine dupla, motorização mínima de 160 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS e AIRBAG, combustível diesel, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, ano de fabricação mínimo 2022;	18	Franquia Mensal (3.000 km)	R$7.990,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$7.500,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$9.789,88 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$9.990,19 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$8.817,51
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:		**R$1.548.733,68**		

As unidades de franquia basearam-se nas quilometragens normalmente utilizadas mensalmente para cada veículo locado. Sendo que no limite da franquia mensal (3.000 km) o quantitativo será abatido. Já em que pese haver excedente de quilometragem mensal, será feito pagamento proporcional a quilometragem

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

utilizada, o que se dará em caso excepcional, posto que, ao servidor responsável pela fiscalização do contrato, caberá se atentar ao limite da unidade de quilometragem contratada.

O quantitativo das franquias (ano) se estabeleceu visto que como citado em certidão anexa ao processo, o CIMVALPI possui atualmente locado 7 veículos **1.0/1.6**; 6 veículos **Sedan's**; 6 veículos **SUV's**; 1 veículo **4x4**; 1 veículo **4x2**, podendo haver um aumento no número de locação de veículos em razão da ampliação do quadro de funcionários do Consórcio e um possível excedente de quilometragem utilizado. Sendo assim para cada mês vigente do ano foi estimado 1 (uma) franquia, com uma reserva de franquia caso seja necessária para utilização. Vejamos exemplo abaixo:

Veículo, capacidade de 5 (cinco) passageiros: 7 (locados atualmente) x 12 (meses do ano) = 84 (franquias) + 24 (franquias/reserva) = **108 (franquias/ano)**

13) PESQUISA DE PREÇO

As pesquisas de preço foram realizadas conforme estabelecidas pela instrução Normativa 07/2022, âmbito do Consórcio CIMVALPI, que dispõe sobre o procedimento para realização de pesquisa de preços.

A pesquisa de preço foi realizada considerando os parâmetros dispostos no artigo 6º, inciso IV, da IN 07/2022 do Consórcio CIMVALPI. Foram consultados os preços através de pesquisa direta com fornecedores, através de email e celular android com empresas do ramo de locação de veículos, no âmbito do Estado de Minas Gerais, onde se situa o Consórcio e os municípios consorciados, visto que após a realização do Pregão 001/2024, cujo objeto foi o mesmo deste, a licitação se restou com sobrepreço, tendo sido assim analisada pela Diretoria Técnica Administrativa do Consórcio a conclusão de realizar a cotação de preços diretamente com locadoras dos automóveis no Estado de Minas Gerais afim de se buscar preços compatíveis ao mercado.

As locadoras foram escolhidas de maneira aleatória, sendo feito contato com várias do ramo de locação de veículos, findando o balizamento de preços com aquelas que enviaram cotações referente a demanda feita pelo Consórcio.

14) ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Conforme acima apresentado, a estimativa do valor do contrato é de **R$1.548.733,68 (um milhão, quinhentos e quarenta e oito mil, setecentos e trinta e três reais e sessenta e oito centavos).**

15) JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

De início, a possibilidade de parcelamento ou não do objeto da licitação deve ser auferida sempre no caso concreto, essencialmente, deve a Administração prezar acerca da viabilidade técnica e econômica do parcelamento e da divisibilidade do objeto, de conformidade com o pronunciado pelo Tribunal de Contas da União por meio do Acórdão nº 732/2008. Nos termos do art. 47, inc. II da Lei 14.133/21, a

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

opção pelo critério de julgamento por item é obrigatória e deve ser aplicada sempre que se comprovar técnica e economicamente viável a sua adoção, a fim de ampliar a competitividade sem perda da economia de escala. Nesse sentido, por meio do **Acórdão 2529/2021-TCU-Plenário[6], o Tribunal de Contas da União,** onde "empreende-se, pois, da leitura da parte dispositiva do sobredito acórdão que, sob a ótica do TCU, a ausência de parcelamento do objeto da licitação representa, por si só, restrição ao caráter competitivo da disputa, havendo situações, no entanto, em que tal restrição poderia ser devidamente justificada. Estaria assim sujeita à reprimenda da Corte de Contas tão somente a ausência de parcelamento que configurasse injustificada restrição à competitividade do certame.

No caso em análise, considerando a diversidade de modelos de veículos, e ante a pluralidade de fornecedores disponíveis no mercado de locação, torna-se economicamente mais vantajoso o parcelamento do objeto, porquanto pode atrair um maior número de interessados, resultando em melhores preços para a Administração.

Ademais, os itens do presente certame abrangem gêneros de veículos automotores de categorias diferentes, motivo pelo qual a reunião, em lotes, de veículos com especificações distintas, implicaria em restrição à competitividade do certame.

Pelo exposto, a opção por realizar a licitação por item decorre de aspectos técnico-econômicos, com vistas a melhor atender o interesse público, com eficiência e racionalidade dos gastos.

16) ALINHAMENTO CONTRATAÇÃO E PLANEJAMENTO

Diretrizes que nortearam o ETP:

- Lei Federal nº. 14.133/2021;
- Instruções Normativas CIMVALPI nº. 07/2022 e 08/2022;
- Lei 9.503/1997 (CTB)

16.1. A pretensa contratação destes serviços por parte deste ente público, encontra previsão na CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO CIMVALPI, naquilo que concerne a prestação de atividades de planejamento, execução e gestão associada de serviços públicos nas mais diversas áreas, *art. 7º inc. I,* bem como ainda no art. 6º, parágrafo único, inc. I, *alíneas "e,h,k,p,s"* da CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO.

16.2. Em consonância a função institucional para qual o consórcio foi criado, fato não controverso é de que os entes consorciados se depararam com baixa oferta de quadros técnicos qualificados, pouca experiência na elaboração das políticas públicas e baixa capacidade de gestão. Nesse contexto, buscando melhorar e aprimorar a gerência na gestão pública dos entes consorciados, o CIMVALPI planeja com a presente contratação objeto deste estudo, trazer benefícios de

[6] https://www.migalhas.com.br/depeso/354484/parcelamento-do-objeto-da-licitacao-e-ampliacao-da-competitividade

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Redução de custos fixos para os Municípios; Ganho de escala; Fortalecimento da gestão local; Melhora na qualidade dos serviços prestados, dentre outros.

17) POSICIONAMENTO CONCLUSIVO QUANTO A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A conclusão que pode extrair deste Estudo, é que a contratação de empresa especializada em locação de veículos, atende satisfatoriamente demanda existente entre os entes consorciados e o próprio CIMVALPI, posto que, conforme apresentado, os entes consorciados apresentam uma frota deficitária e em alguns casos inexistente.

Ignorar à existência por demanda de veículos por parte da administração, implica em obstaculizar suas atividades dado o essencial atendimento à necessidade pública de forma permanente e contínua. A interrupção deste serviço que resulta na atividade de deslocamento de servidores, munícipes, objetos e cargas pode comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

A contratação pretendida, desde que observados os requisitos de negócio estabelecidos no presente estudo, com a vantagem de permitir melhor adequação dos serviços às efetivas necessidades dos entes consorciados e do próprio CIMVALPI, apresenta-se indubitavelmente viável.

18) DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO;

Nesse ínterim, o certame licitatório para contratação de empresa especializada na locação de veículos acima especificados para atender demanda do CIMVALPI e Municípios consorciados, apresenta-se como solução mais comum e viável seja do ponto de vista técnico, seja do ponto de vista econômico. Considerando o modelo alternativo, que seria AQUISIÇÃO (compra), dentro do contexto econômico dos Municípios que integram o Consórcio apresenta-se inviável, posto que além do alto valor inicialmente despendido pelo poder público, advém custos oriundos de manutenção de frota. Dentro do modelo de locação, conforme previsto neste Estudo, os custos e despesas de manutenção e impostos, ficam exclusivamente a cargo do contratante, o que assegura maior economicidade e melhor aproveitamento dos recursos humanos, não havendo necessidade da administração em dispor de mão-de-obra voltada para esta finalidade.

19) DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS;

Tem-se em vista que, com a instituição do procedimento, a gestão CIMVALPI visa preservar o caráter ininterrupto das atividades administrativas e operacionais dos

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Municípios que demandam pelo serviço e notadamente do próprio Consórcio, agindo de forma planejada, a fim de prevenir riscos e prejuízos ao erário, ambicionando melhorias de gestão – tais como o aumento do poder de barganha e a obtenção de economia de escala.

Noutros passos, com o condão de atender satisfatoriamente as necessidades identificadas, observando as peculiaridades do objeto e para alcançar os resultados pretendidos, é oportuno o emprego de alguns recursos tais como:

a. Publicação do presente Estudo para apresentação e verificação das demandas dos Municípios que demonstrarem interesse; com vistas a estabelecer uma maior margem de negociação no certame e, também, para mensurar, em estimativa aproximada, a dimensão do pleito;
b. Disponibilização dos meios pertinentes, sejam físicos ou eletrônicos, para a realização da pesquisa de mercado e da pesquisa de preços, as quais possibilitam a mensuração da dimensão do pleito e a verificação da aproximação do trabalho às práticas vigentes no mercado;

A presente demanda é proveitosa na medida em que se identifica que o serviço de locação de veículos, de forma a atender satisfatoriamente o Interesse Público, constituem uma necessidade em comum dos Municípios consorciados e do próprio Consórcio. Pelo exposto até aqui, os resultados pretendidos são:

a. O atendimento satisfatório da contratação;
b. O alcance de uma larga racionalização e economia aos gastos públicos;
c. A preservação do caráter ininterrupto das atividades administrativas e operacionais do CIMVALPI;
d. A prevenção de riscos ao Erário; e
e. O alcance de indicadores para a medição e aperfeiçoamento da gestão.

20) PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO;

20.1. A Administração do Consórcio Intermunicipal e Multissetorial do Vale do Piranga, objetivando a necessidade de contratação de empresa especializada em locação de veículos irá licitar o serviço. Após os resultados, será elaborado Termo de Referência, Publicação de Edital, a após os tramites da disputa, celebração de contrato.

20.2. Haverá necessidade de indicar servidores para a correta fiscalização do contrato em tela, evitando-se vícios ou desvios de conduta, bem como garantir o cumprimento das metas de eficiência e eficácia necessárias para o atendimento do objeto dessa contratação.

21) DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

21.1. Sob inteira responsabilidade da contratante, realizar manutenção preventiva e corretiva dos veículos, de acordo com as recomendações do fabricante, bem como substituição e descarte adequado de pneus, fluidos e lubrificantes.

21.2. Manutenção da regulagem dos veículos para que sejam minimizados os níveis de emissão de poluentes, visando contribuir com o atendimento dos programas de qualidade do ar, observados os limites máximos de emissão de gases, conforme legislação vigente.

22) PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÃO:

O CIMVALPI, no presente momento, se encontra com o plano anual de contratações vigente, conforme IN 30/2024.

23) CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Nos termos do art. 47, inc. II da Lei 14.133/21, a opção pelo critério de julgamento por item é obrigatória e deve ser aplicada sempre que se comprovar técnica e economicamente viável a sua adoção, a fim de ampliar a competitividade sem perda da economia de escala, como no caso em tela, será realizado por meio de pregão eletrônico através de menor preço por item.

Ponte Nova, 29 de maio de 2024.

João Paulo Ferreira
Gerente Administrativo

Hilton Antônio de Oliveira
Responsável pela Revisão
Oficial de Assessoramento Jurídico

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pmamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Anexo IV

MATRIZ DE RISCOS		
Risco 01		
Risco:	Definição de exigências desnecessárias, de caráter restritivo no Edital, especialmente no que diz respeito à qualificação técnica.	
Possibilidade:	Baixa	
Impacto:	Médio	
Nível de Risco:	Baixo	
Fase do processo de contratação:	Planejamento da contratação	
Alocação do Risco:	Contratante	
Danos:	Possibilidade de impugnações do edital na fase de seleção do fornecedor ou o certame restar deserto ou fracassado.	
	Atraso no certame e consequentemente, atraso para locação dos veículos.	
Ações preventivas/Setor responsável	Observar o que dispõe a Lei 14.133/2021.	Setor de Licitações/Agente de Contratação.
	Observar as orientações dos órgãos de orientação e fiscalização do CIMVALPI e/ou Municípios.	Setor de Licitações/Agente de Contratação.
Ações de contingência /Setor responsável:	Em caso de impugnação, republicação do certame, com a revisão dos itens de qualificação técnica.	Setor de Licitações/Agente de Contratação.
Risco 02		
Risco:	Impugnações do Edital de licitação, por motivos diversos, principalmente relacionados a erros de planilha e/ou de edital, termo de referência, especificações técnicas etc.	
Possibilidade:	Baixa	
Impacto:	Médio	
Nível de Risco:	Baixo	
Fase do processo de contratação:	Planejamento da contratação	
Alocação do Risco:	Contratante	
Danos:	Possibilidade de impugnações do edital na fase de seleção do fornecedor ou o certame restar deserto ou fracassado.	
	Atraso no certame e consequentemente, atraso para locação dos veículos.	
Ações	Observar o que dispõe o Art.	Setor de Licitações/Agente de

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

preventivas/Setor responsável:	19 da Lei 14.133/2021.	Contratação.
	Observar as orientações dos órgãos de orientação e fiscalização do CIMVALPI e/ou Municípios.	Setor de Licitações/Agente de Contratação.
Ações de contingência /Setor responsável:	Em caso de impugnação, republicação do certame.	Setor de Licitações/Agente de Contratação.
Risco 03		
Risco:	O certame licitatório restar deserto, caso nenhuma empresa se interesse por sua execução ou fracassado, caso nenhuma das propostas apresentadas estejam dentro dos parâmetros estimados pela Administração.	
Possibilidade:	Média	
Impacto:	Alto	
Nível de Risco:	Baixo	
Fase do processo de contratação:	Seleção do fornecedor	
Alocação do Risco:	Contratante	
Danos:	Necessidade da republicação da licitação.	
	Atraso no certame e consequentemente, atraso para entrega dos veículos.	
Ações preventivas/Setor responsável:	Correto planejamento das exigências postas para a contratação.	Setor de Licitações/Agente de Contratação.
Ações de contingência /Setor responsável:	Verificar junto às empresas do ramo de atividade quais seriam os motivos do desinteresse pelo serviço no caso da licitação deserta ou revisão dos valores estimados no caso de licitação fracassada para uma possível repetição do certame.	Setor de Licitações/Setor demandante.
Risco 04		
Risco:	A empresa vencedora do certame quando convocada, não assinar a ata de registro de preço e/ou o termo de contrato.	
Possibilidade:	Baixa	
Impacto:	Alto	

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Nível de Risco:	Baixo	
Fase do processo de contratação:	Formalização contratual	
Alocação do Risco:	Contratante	
Danos:	Atrasos para entrega dos veículos.	
Ações preventivas/Setor responsável:	Prever, dentre as cláusulas do Termo de Referência, sanções que contemplem esta situação.	Setor demandante.
	Observar o prazo de validade da proposta apresentada na fase de licitação e enviar o contrato para assinatura dentro do prazo de vigência da proposta.	Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos administrativos.
Ações de contingência /Setor responsável:	Nos termos dos §2º e 4º do Art. 90 da Lei 14.133/2021, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração da ata de registro de preços e/ou contrato.	Setor de Licitações/Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos administrativos.
	Aplicar as sanções previstas na contratação, Art. 90, §5º, da Lei 14.133/2021.	Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos administrativos.
Risco 05		
Risco:	Atrasos na assinatura do contrato ou na entrega das garantias contratuais.	
Possibilidade:	Média	
Impacto:	Baixo	
Nível de Risco:	Baixo	
Fase do processo de contratação:	Execução contratual	
Alocação do Risco:	Contratante	
Danos:	Atrasos para entrega dos veículos.	
Ações preventivas/Setor responsável:	Prever, dentre as cláusulas do Termo de Referência, sanções que contemplem esta situação.	Setor demandante.
	Observar os prazos previstos	Coordenação de planejamento e de

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pmamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

	para entrega do contrato assinado e das garantias contratuais e acompanhar a entrega, notificando a contratada caso seja verificada a ocorrência de atrasos.	direção e gestão de contratos administrativos.
Ações de contingência /Setor responsável:	Aplicar as sanções previstas na contratação, Art. 90, §5º, da Lei 14.133/2021.	Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos administrativos.
Risco 06		
Risco:	Risco de inadimplência da Contratante.	
Possibilidade:	Baixa	
Impacto:	Alto	
Nível de Risco:	Baixo	
Fase do processo de contratação:	Execução contratual	
Alocação do Risco:	Contratante	
Danos:	Em caso de atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, o Contratado poderá optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.	
Ações preventivas/Setor responsável:	Formalização do contrato para execução da locação dos veículos, preferencialmente com a garantia da disponibilidade do recurso orçamentário, indicada pelo setor competente.	Contabilidade/Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos administrativos.
Ações de contingência /Setor responsável:	Em caso de dificuldades no repasse de recursos orçamentários pelo ente consorciado, planejamento dos pagamentos para evitar a suspensão da execução da locação dos veículos pela Contratada.	Fiscalização técnica/Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos administrativos.
Risco 07		
Risco:	Rescisão ou anulação do contrato, por culpa da Contratada.	
Possibilidade:	Baixa	

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Impacto:	Alto	
Nível de Risco:	Baixo	
Fase do processo de contratação:	Execução contratual	
Alocação do Risco:	Contratada	
Danos:	Atrasos para entrega dos veículos.	
	Alteração dos custos inicialmente previstos para execução da entrega dos veículos.	
	Necessidade de realização de nova licitação ou de contratação de remanescente(s).	
Ações preventivas/Setor responsável:	Prever, dentre as cláusulas do Termo de Referência, sanções que contemplem esta situação.	Setor demandante.
Ações de contingência /Setor responsável:	Instaurar processo para aplicação das penalidades à Contratada.	Fiscalização técnica/Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos administrativos.
	Realizar a contratação do(s) remanescente(s), nos termos do Art. 90, §7º, da Lei 14.133/2021 ou realizar novo processo de licitação.	Setor demandante/Diretoria de Administração.
Risco 08		
Risco	Entrega do veículo com qualidade inferior à especificada no Termo de Referência.	
Possibilidade:	Média	
Impacto:	Alto	
Nível de Risco:	Médio	
Fase de processo de contratação:	Execução contratual	
Alocação do Risco:	Contratada	
Danos:	Inexecução do contrato.	
	Ausência de entrega dos itens para atender as necessidades.	
Ações Preventivas/Setor responsável:	Fiscalizar continuamente a execução do contrato.	Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos administrativos.
	Prever, dentre as cláusulas do Termo de Referência, sanções que contemplem esta situação.	Setor Demandante.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

	Fazer a conferência dos veículos solicitados no ato do recebimento, tendo em mãos a descrição dos veículos licitados.	Setor demandante e/ou responsável designado pela fiscalização do contrato.
Ações de contingência/Setor responsável:	Notificar prontamente a Contratada sempre que verificada a necessidade de substituição do veículo a fim de adequar ao descritivo do Termo de Referência.	Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos.
	Aplicação das sanções previstas na contratação.	
Risco 09		
Risco:	Descrição dos itens/objetos incompleta ou muito restritiva.	
Possibilidade:	Baixa	
Impacto:	Alto	
Nível de Risco:	Baixo	
Fase do processo de contratação:	Planejamento da contratação	
Alocação do Risco:	Contratante	
Danos:	Locação de veículos de qualidade inferior à pretendida.	
	A licitação restar-se frustrada ou deserta.	
	Necessidade de republicação do certame ocasionando atraso na aquisição dos produtos.	
Ações preventivas/Setor responsável:	Identificar a necessidade a ser atendida e descrever o objeto de forma clara e suscinta.	Setor demandante.
Ações de contingência /Setor responsável:	Descrição dos itens/objetos mantendo apenas as características essenciais no detalhamento dos veículos, para aumentar a chance de sucesso na locação de um veículo de qualidade.	Setor demandante.
Risco 10		
Risco:	Atrasos no recebimento dos veículos.	
Possibilidade:	Média	
Impacto:	Alto	

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Nível de Risco:	Médio	
Fase do processo de contratação:	Execução Contratual	
Alocação do Risco:	Contratada	
Danos:	Ausência de itens indispensáveis para utilização dos veículos.	
Ações preventivas/Setor responsável:	Prever, dentre as cláusulas do Termode Referência, sanções que contemplem esta situação.	Setor demandante.
Ações de contingência/Setor responsável:	Instaurar processo para aplicação das penalidades à Contratada nos termos da *IN CIMVALPI Nº 014/23* e alterações posteriores.	Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos.
Risco 11		
Risco:	Modificação da legislação, regulamentos e normas que causem alterações no item inicialmente contratado.	
Possibilidade:	Baixa	
Impacto:	Baixo	
Nível de Risco:	Baixo	
Fase de processo de contratação:	Execução Contratual	
Alocação do Risco:	Contratante	
Danos:	Alteração dos custos e/ou prazos inicialmente previstos para execução da locação do veículo.	
Ações preventivas/Setor responsável:	Não identificadas.	
Ações de contingência/Setor responsável:	Revisão do escopo da contratação, realizando-se uma alteração contratual de prazo e/ou financeira, a ser analisada no caso concreto.	Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

ANEXO V

Termo de Referência

1. DA INDICAÇÃO DO OBJETO - Definição, Natureza, Quantitativo, Prazos e Possibilidade prorrogação

1.1. - Contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos para o transporte de pessoas, materiais, documentos e pequenas cargas, para atender demanda do CIMVALPI, bem como do Município de Dom Silvério.

1.2. - No presente caso, o serviço é caracterizado como comum e de natureza continuada. Posto isto, a previsão de vigência do contrato é de 12 meses, a contar da data de sua assinatura, dessa forma, a Ata de Registro de Preços deverá vigorar pelo mesmo período, e expirar-se-á ao término do respectivo exercício financeiro.

1.3. - Ao presente Termo, aplicam-se as estimativas quantitativas, apresentadas no Estudo Técnico Preliminar e replicados no item 3 deste Termo.

1.4. - O presente serviço será prestado sob demanda, de acordo com a necessidade da administração. Só será efetuado o contrato administrativo em caso de necessidade e em cumprimento ao disposto na Lei nº 14.133/21. Ao final do processo licitatório será realizada a assinatura da ata de registro de preços, válida por 12 meses conforme exposto no subitem "1.2". É previsto a possiblidade de sua prorrogação pelo período de até 05 (cinco) anos, prorrogável por até 10 (dez) anos, com amparo legal nos termos do artigo 105 e seguintes da lei 14.133/21.

2. DA JUSTIFICATIVA – Fundamentação e Descrição da necessidade da contratação.

2.1. - Conforme apresentado em DFD expedido pela gerência administrativa do CIMVALPI, no intuito de elaborar estudo prévio para análise de viabilidade técnica, financeira e orçamentária para LOCAÇÃO DE VEÍCULOS utilitários que comportem 05 (cinco) passageiros; SUV's; Sedans; utilitários que comportem 07 (sete) passageiros (tipo minivans); Pick-up que comportem 02 (dois) passageiros e Caminhonete 4x4, sem fornecimento de combustível e sem motorista, incluindo manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças, seguro e/ou proteção veicular, inclusive contra terceiros, para o transporte de pessoas, materiais, documentos e pequenas cargas, com a finalidade de atender demanda do CIMVALPI, bem como dos Municípios que o integram. Ampliou-se desta forma o Estudo, com amplo levantamento das soluções de mercado para atendimento das necessidades tanto do CIMVALPI, quanto para os demais entes consorciados interessados na contratação destes serviços via Consórcio. Com levantamento realizado dentro da Coordenadoria de Planejamento e Direção de Contatos administrativos do CIMVALPI, considerou-se ainda a possibilidade de interesse por parte dos entes consorciados apresentarem demandas durante a fase de publicação da intenção de Registro de Preços.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

3. DO QUANTITATIVO E CUSTO ESTIMADO – Especificação, Requisitos de qualidade, durabilidade e segurança

3.1. - Após Consolidada Pesquisas de Preços constante no item 12 do Estudo Técnico Preliminar, dado as especificidades de cada veículo, a metodologia aplicada para a definição da precificação se deu por itens. A média aritmética dos valores obtidos nas pesquisas de preços foram realizadas considerando os parâmetros dispostos no artigo 6º, inciso IV, da IN 07/2022 no âmbito do Consórcio CIMVALPI, que dispõe sobre o procedimento para realização de pesquisa de preços.

3.2. - Foram consultados os preços através de pesquisa direta com fornecedores, através de solicitação via email e celular android com empresas do ramo de locação de veículos, no âmbito do Estado de Minas Gerais, onde se situa o CIMVALPI e os municípios consorciados Insta elucidar que procedimento anterior realizado no Pregão 001/2024, cujo objeto foi o mesmo deste, a licitação resultou em sobrepreço, tendo sido assim, determinado pela Diretoria Técnica Administrativa do Consórcio a realização de novo certame, havendo desta vez a realização de cotação de preços diretamente com locadoras de automóveis no Estado de Minas Gerais afim de se buscar preços compatíveis ao mercado.

As locadoras foram escolhidas de maneira aleatória, sendo feito contato com várias do ramo de locação de veículos, findando o balizamento de preços com aquelas que enviaram cotações referente a demanda feita pelo Consórcio.

3.3. - Através de levantamento realizado junto da Diretoria Técnica Administrativa e Setor de Frotas do CIMVALPI, além de demanda apresentada pelo município de Dom Silvério, apontou necessidade de locação dos respectivos quantitativos e qualificativos (modelos) de veículos:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE FRANQUIA (ANO)	UNIDADE	VALOR MENSAL ESTIMADO
1	Veículo, capacidade de 5 (cinco) passageiros, motorização mínima de 1.0, potência acima de 75 CV, direção elétrica ou hidráulica, combustível flex (gasolina/álcool), 04 (quatro) portas, ar condicionado, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	108 (CIMVALPI)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.090,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$2.750,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
		80 (DOM SILVÉRIO		R$3.559,48 M&M ALUGUEL DE CARROS

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

				R$3.220,59 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.155,01
2	Veículo, Sedan ou Sedan Executivo, 04 (quatro) portas, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, distância mínima entre os eixos de 2,60 cm, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	108 (CIMVALPI)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.700,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$2.989,98 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$4.648,59 LOCALIZA
		50 (DOM SILVÉRIO)		**MÉDIA TOTAL R$3.779,52**
3	Veículo, tipo Minivan, motorização mínima 130 CV, com capacidade mínima para 07 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	18 (CIMVALPI)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$4.150,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$6.415,98 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$4.340,39 LOCALIZA

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

		30 (DOM SILVÉRIO)		**MÉDIA TOTAL R$4.968,79**
4	Veículo, tipo SUV, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	108 (CIMVALPI)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.990,00 RACHID VEÍCULOS S/A R$4.700,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS R$2.570,90 M&M ALUGUEL DE CARROS
		20 (DOM SILVÉRIO)		R$4.035,19 LOCALIZA **MÉDIA TOTAL R$3.824,02**
5	Veículo, pick-up, motorização mínima de 75 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	36 (CIMVALPI)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$4.100,00 RACHID VEÍCULOS S/A R$3.850,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

				R$3.998,95 M&M ALUGUEL DE CARROS
		30 (DOM SILVÉRIO)		R$3.457,39 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.851,58
6	Veículo, caminhonete 4x4, cabine dupla, motorização mínima de 160 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS e AIRBAG, combustível diesel, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	18 (CIMVALPI)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$7.990,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$7.500,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
		20 (DOM SILVÉRIO)		R$9.789,88 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$9.990,19 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$8.817,51
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:		**R$2.507.552,18**		

3.4. - Conforme acima demonstrado, a estimativa do valor da contratação é de R$2.507.552,18 (dois milhões, quinhentos e sete mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e dezoito centavos).

3.5. - Aplicam-se aos requisitos de qualidade, durabilidade e segurança dos veículos as especificações apresentadas pelo fabricante, e condições de segurança apontadas no item "3.4" do Estudo Preliminar, mormente aos critérios para exigência mínima de ano de fabricação e itens de segurança obrigatórios e indispensáveis, bem como a realização periódica das manutenções preventivas, preditivas e corretivas quanto for o caso.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pmapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

3.6. - As unidades de franquia basearam-se nas quilometragens normalmente utilizadas mensalmente para cada veículo locado. Sendo que no limite da franquia mensal (3.000 km) o quantitativo será abatido. Já em que pese haver excedente de quilometragem mensal, será feito pagamento proporcional a quilometragem utilizada, o que se dará em caso excepcional, posto que, ao servidor responsável pela fiscalização do contrato, caberá se atentar ao limite da unidade de quilometragem contratada.

3.7. - O quantitativo das franquias (ano) se estabeleceu visto que como citado em certidão anexa ao processo, o CIMVALPI possui atualmente locado 7 veículos **1.0/1.6**; 6 veículos **Sedan's**; 6 veículos **SUV's**; 1 veículo **4x4**; 1 veículo **4x2**, podendo haver um aumento no número de locação de veículos em razão da ampliação do quadro de funcionários do Consórcio e um possível excedente de quilometragem utilizado. Sendo assim para cada mês vigente do ano foi estimado 1 (uma) franquia, com uma reserva de franquia caso seja necessária para utilização. Vejamos exemplo abaixo:

Veículo, capacidade de 5 (cinco) passageiros: 7 (locados atualmente) x 12 (meses do ano) = 84 (franquias) + 24 (franquias/reserva) = **108 (franquias/ano)**

4. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E REGIME DE EXECUÇÃO

O critério de julgamento da proposta será o menor valor unitário por objeto, que consiste no valor necessário para locação de 1 (um) veículo, pelo período de 1 (um) mês. Sendo o regime de execução indireto.

5. LOCAL DE ENTREGA – Regras de Recebimento

5.1. - Os veículos deverão ser entregues na sede do CIMVALPI, situado na Rua Jaime Pereira, nº 127, Bairro Progresso, Ponte Nova/MG e/ou no escritório do Consórcio em Itabirito/MG, situado na Rua Pio XII, nº 109, sala 303, Bairro Centro, e também na sede dos Municípios consorciados, nos locais indicados pela Administração Pública Municipal que contratarem e os solicitarem.

5.2. - Considerando que a contratação por determinado modelo de veículo contemplado em Estudo se dará por demanda de determinado departamento, programa, ou secretaria, tanto para o CIMVALPI, quanto para os Municípios interessados na contratação, a entrega se dará mediante formalização do contrato relativo ao(s) respectivo(s) veículo(s).

5.3. - O prazo de entrega dos veículos será de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da solicitação. Dentro do mesmo período, o veículo solicitado deverá ser vistoriado na sede do CIMVALPI, ou do Município que o tenha solicitado.

5.4. - O recebimento provisório do objeto, para efeito de posterior verificação da sua conformidade com as especificações, será realizado no ato da vistoria do veículo no local de recebimento. Em se tratando de ente consorciado, a vistoria

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pmapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

será acompanhada pelo departamento responsável vinculado à Secretaria de Transportes do Município indicado no pedido, que reportará ao CIMVALPI, as condições de recebimento do veículo, manifestando aceite ou recusa, fundamentando os motivos no segundo caso. Recebido provisoriamente o objeto, o Gestor/Fiscal do Contrato terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para efetuar o recebimento definitivo.

5.5. - Na hipótese de haver concluído através da vistoria que o veículo solicitado atende as especificações exigidas na proposta, reputar-se-á como realizada a entrega, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo indicado no subitem anterior.

5.6. - Os veículos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando solicitado e entregue mais de um item, e havendo desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação à Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.7. - Na hipótese de substituição do item conforme estabelecido no subitem anterior, o prazo do gestor do contrato para o recebimento definitivo elencado no subitem 5.4 será suspenso, passando a correr novamente após a realização da vistoria.

5.8. - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

6.1. - Com a efetiva demanda do CIMVALPI e município de Dom Silvério, a solução para atendimento contempla a contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos. Naquilo que concerne ao ciclo de vida do objeto, caberá à Administração solicitar da empresa contratada relatório trimestral das revisões realizadas em cada veículo, sendo, portanto, 04 (quatro revisões) a cada período de 12 (doze) meses, acompanhado de cópia das notas fiscais e serviços de revisão realizados. Caberá ainda ao gestor do contrato delegar quando for o caso ao servidor responsável pelo gerenciamento da frota dos veículos do CIMVALPI e do Município, informar e reportar ao gestor do contrato as condições relativas à banda de rodagem dos pneus, não podendo em hipótese alguma os pneus apresentarem desgastes além dos limites impostos pelo fabricante, bem como eventuais deformidades como bolhas ou rachaduras.

6.2. - Os relatórios sugeridos no subitem anterior devem observar as especificações da montadora naquilo que concerne limites de quilometragens e tempo para substituição de óleos, fluidos e lubrificantes, bem como as margens de segurança relativas a banda de rodagem de pneus, promovendo a troca e substituição sempre que necessário, observando neste último caso, a imediata substituição dos pneus, garantindo a segurança dos condutores e passageiros.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

6.3. - Conforme previsto em estudo, sugere-se que a contratação se dê mediante realização de Pregão através do Menor Preço, em seu formato eletrônico com procedimento auxiliar de Registro de Preços, uma vez que trata-se de produtos comuns e da existência da inviabilidade de se precisar número exato de contratos a serem celebrados, já que a solicitação se dará por demanda apresentada pelos departamentos e programas do CIMVALPI, e secretarias dos Municípios.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO - Especificação da garantia exigida, Condições de manutenção e Assistência técnica

Além das garantias exigidas quanto aos itens de segurança obrigatórios e indispensáveis apontados em Estudo Preliminar e garantidas exigidas quanto aos serviços de revisão dos veículos, será regiamente observado as disposições contidas no Capítulo IX, Seções I e II da Lei 9.503/1977 que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro.

7.1. - DAS OBRIGAÇÕES

7.1.1. - São obrigações da Contratante:

I – Receber o objeto no prazo e condições avençadas neste termo, e pormenorizadas em Edital e seus anexos;

II – Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos itens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

III – Comunicar à Contratada dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, por escrito via e-mail sobre defeitos, imperfeições, mau funcionamento, falhas ou irregularidades verificadas nos veículos fornecidos, para que seja substituído, reparado ou corrigido, bem como do recolhimento dos veículos findo a vigência do contrato ou por quaisquer outros motivos que justifiquem a devolução;

IV – Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/empregado especialmente designado;

V – Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no instrumento contratual e seus anexos;

VI – O CIMVALPI não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.1.2. - São obrigações da Contratada:

I – A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no instrumento contratual, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

II – Efetuar a entrega do objeto dentro dos critérios de exigência mínima de ano de fabricação e com todos os itens de segurança obrigatórios e indispensáveis apontados no subitem 3.4 do ETP. A entrega do objeto deverá ocorrer dentro do prazo e no local indicado.

III – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

IV – Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, bem como proceder com o recolhimento dos veículos findo a vigência do contrato ou por quaisquer outros motivos que justifiquem a devolução, devendo proceder ao recolhimento ou substituição dentro do prazo de até 05 (cinco) dias úteis;

V – Comunicar à Administração do CIMVALPI, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

VI – Manter, durante toda a vigência do instrumento contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

VII – Fornecer relatório trimestral informando as eventuais revisões realizadas nos veículos, descrevendo os serviços porventura realizados, descrevendo peças e componentes reparados ou substituídos;

VIII – Com base nas pesquisas no mercado automobilístico os veículos serão franqueados da seguinte forma:

a) **Veículo utilitário de passageiros**, capacidade de 5 (cinco) passageiros, motorização mínima de 1.0, potência acima de 75 CV, direção elétrica ou hidráulica, combustível flex (gasolina/álcool), 04 (quatro) portas, ar condicionado, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED ano de fabricação mínimo 2022, tendo franquia mensal de até 3 (três) mil km rodados, havendo pagamento proporcional para os casos em que ocorrer excedente de quilometragem;

b) **Veículo Sedan,** 04 (quatro) portas, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freios ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022, tendo franquia mensal de até 3 (três) mil km rodados, havendo pagamento proporcional para os casos em que ocorrer excedente de quilometragem;

c) **Veículo utilitário de passageiros, tipo Minivan**, motorização mínima 130 CV, com capacidade mínima para 7 (sete) lugares, ar condicionado, trio

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022, tendo franquia mensal de até 3 (três) mil km rodados, havendo pagamento proporcional para os casos em que ocorrer excedente de quilometragem;

d) **Veículo tipo SUV**, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022, tendo franquia mensal de até 3 (três) mil km rodados, havendo pagamento proporcional para os casos em que ocorrer excedente de quilometragem;

e) **Veículo pick-up**, motorização mínima de 75 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022, tendo franquia mensal de até 3 (três) mil km rodados, havendo pagamento proporcional para os casos em que ocorrer excedente de quilometragem;

f) **Veículo caminhonete**, 4x4, cabine dupla, motorização mínima de 160 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS e AIRBAG, combustível diesel, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022, tendo franquia mensal de até 3 (três) mil km rodados, havendo pagamento proporcional para os casos em que ocorrer excedente de quilometragem;

IX – Os veículos deverão ter Seguro Total, com franquia de acordo com valores praticado pelas seguradoras, nos casos de colisão furto ou incêndio ou perda total; e proteção total contra terceiros para danos morais e materiais**.** Deverá ser contemplado as seguintes coberturas:

Seguro:

Danos Corporais a terceiros.....R$ 100.000,00
Danos Materiais a terceiros.....R$ 100.000,00
Danos Morais a terceiros.....R$ 10.000,00
Ocorrência de morte.....R$ 13.500,00
Invalidez permanente e/ou total.....R$ 13.500,00
Despesas médico hospitalares.....R$ 2.700,00

X – No caso de problemas mecânicos, acidentes ou outras indisponibilidades, a contratada deverá substituir o veículo por outro com as mesmas especificações

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pmapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

ou superior, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, sem nenhum ônus adicional para o CIMVALPI;

XI – Haverá um termo de recebimento e devolução constando a data e o horário, subscrito pelas partes, sendo que tanto para um quanto para o outro, estabelece-se que ambos ocorrerão respectivamente na sede do CIMVALPI ou do ente consorciado.

XII – Quando das revisões recomendadas pelo fabricante ou quando da execução dos serviços de que trata o presente Termo, a contratada, deverá providenciar a retirada e entrega do veículo nas dependências do CIMVALPI ou mesmo do ente consorciado que esteja vinculado;

XIII – No caso de revisões obrigatórias pelo fabricante, a contratada obriga-se a deixar outro veículo similar ou superior no lugar do veículo retirado;

XIV – A administração CIMVALPI, reserva-se o direito de efetuar sempre que for necessário, para verificação do desempenho dos veículos, podendo solicitar da contratada a substituição imediata daqueles veículos que não estejam atendendo ao contrato.

XV – A Contratada deverá colocar os veículos em adequadas condições de uso, correndo por sua conta toda e qualquer despesa com conservação, manutenção, reposição de pneus, peças e acessórios, funilaria e pintura de pequena monta.

XVI – Efetuar o pagamento das multas decorrentes de infrações de trânsito cometidas na condução dos veículos locados e solicitar o reembolso dos valores junto ao CIMVALPI ou do Município, e, este por sua vez, junto ao condutor responsável.

XVII – Responsabilizar-se por todas as despesas dos veículos utilizados na execução dos serviços, tais como licenciamento, seguro total, manutenção e outras que incidam direta ou indiretamente sobre os serviços ora contratados, inclusive acidente, para o que os veículos deverão estar segurados.

XVIII – Manter todas as condições jurídicas, bem como as condições de habilitação e qualificação previstas em ETP e exigidas no Edital durante todo o período da contratação, devendo comunicar à CONTRATANTE, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. - Fica vedado neste ato, à Contratada, transferir, ceder, subcontratar, negociar, utilizar em qualquer hipótese como garantia ou instrumento de fiança ou caução, seja comercial ou bancária, bem como transacionar com terceiros de qualquer personalidade jurídica, as obrigações, responsabilidades e demais cláusulas estabelecidas no instrumento.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. - O modelo de execução do objeto observará o disposto na Lei 14. 133/21, condições dispostas em Edital, Contrato e instrumentos anexos, e naquilo que couber, observará o disposto na Lei nº 8.078, de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor, garantindo providências outras, bem como ainda as normas elencadas na Lei 9.503/1977 que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro.

10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1. - O contrato, quando assinado, deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, as normas da Lei 14. 133/2021, e naquilo que couber as disposições contidas em legislação civilista.

10.2. - Conforme já previsto, estima-se a vigência do contrato em 12 (doze) meses.

10.3. - As comunicações entre o CIMVALPI/MUNICÍPIO e o CONTRATADO, devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagens eletrônicas para este fim.

10.4. - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

10.5. - O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

10.6. - O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

10.7. - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

10.8. - O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapasse sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

10.9. - O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

10.10. - O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

10.11. - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

10.12. - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

10.13. - O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO PARA PAGAMENTO E REAJUSTE

11.1. - Não será necessária apresentação de garantia de execução contratual, posto que o pagamento é condicionado ao recebimento do objeto, resguardado o direito de responsabilização caso não haja entrega dos veículos nos prazos avençados.

11.2. - A Fatura deverá ser emitida no último dia útil do mês referente à prestação dos serviços e encaminhado ao Gestor do contrato para atesto;

11.3. - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após emissão da Nota Fiscal, devidamente atestada, por servidor designado pela Administração.

11.4. - Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal ou de Faturamento, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

11.5. - O pagamento será efetuado no prazo acima assinalado, de acordo com a quantidade veículos locados, no período, mediante emissão de ordem bancária em favor do contratado, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada, observado os prazos acima descritos.

11.6. - A Nota Fiscal deverá ser apresentada juntamente com o relatório dos serviços realizados, devidamente firmado por servidor competente, documentação hábil para comprovação da despesa.

11.7. - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá no mesmo prazo definido no subitem acima, após a data de sua apresentação válida.

11.8. - Nenhum pagamento isentará a licitante vencedor das responsabilidades contratuais, nem implicará em aprovação definitiva da prestação dos serviços total ou parcial.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

11.9. - Não será permitida previsão de sinal, ou qualquer outra forma de antecipação de pagamento na formulação das propostas, devendo ser desclassificada, de imediato, a proponente que assim o fizer.

11.10 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o contratado não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

EM = I x N x VNF

EM= Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originalmente devido

I= Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

I = (1/100)

365

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento.

VNF = Valor da Nota Fiscal ou de Faturamento

12. DA FORMA DE PAGAMENTO

12.1. - Para efeito de pagamento será observada o disposto na Instrução Normativa 017/2023 e artigos 141 a 146 da Lei 14.133/2021.

12.2. - A atividade de recebimento é condição prévia e essencial ao pagamento, representando a confirmação de que o objeto do contrato foi efetivamente executado em conformidade com os requisitos quantitativos, qualitativos, bem como o preço, a forma e prazo estipulados, tudo conforme previsto em Edital.

12.3. - Em se tratando de locação de bens, o recebimento é condição prévia da contraprestação pelo CIMVALPI/MUNICÍPIO do fornecimento do objeto, representando a confirmação de que o objeto do contrato foi efetivamente executado em conformidade com os requisitos qualitativos, quantitativos, bem como o preço (art. 6º, inc. II alínea "a" IN CIMVALPI 017/2023).

12.4. - Para fins do contrato celebrado, será emitido Nota Fiscal ou Fatura de Locação como documento para liquidação e pagamento com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis do vencimento.

12.5. - Caso os dados do documento de cobrança estejam incorretos, a Administração informará ao fornecedor e este emitirá novo documento de

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

cobrança, escoimada daquelas incorreções, abrindo-se, então, novo prazo de pagamento.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13.1. - Contratação de pessoa jurídica (empresas), que tenha compatibilidade com o objeto quanto à execução do serviço de locação e entrega dos veículos abaixo reiterados:

13.1.1. - Veículo utilitário de passageiros, capacidade de 5 (cinco) passageiros, motorização mínima de 1.0, potência acima de **75 CV**, direção elétrica ou hidráulica, combustível flex (gasolina/álcool), 04 (quatro) portas, ar condicionado, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;

13.1.2. - Veículo Sedan 04 (quatro) portas, motorização mínima de **111 CV**, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, distância mínima entre os eixos de 2,60 cm, ano de fabricação mínimo 2022;

13.1.3. - Veículo utilitário de passageiros, tipo Minivan, motorização mínima **130 CV**, com capacidade mínima para 7 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;

13.1.4. - Veículo tipo SUV, motorização mínima de **111 CV**, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;

13.1.5. - Veículo pick-up, motorização mínima de **75 CV**, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;

13.1.6. - Veículo caminhonete, 4x4, cabine dupla, motorização mínima de **160 CV**, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS e AIRBAG, combustível diesel, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;

13.2. - Pessoas jurídicas poderão participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas contidas no art. 15 da Lei 14.133/2021.

13.3. - O critério de aceitabilidade de preços será o valor unitário por item, estimado para a contratação.

13.3.1. - O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (Art. 59, §3º da Lei 14.133/2021 e IN CIMVALPI nº 007/2022 - **https://www.cimvalpi.mg.gov.br/phocadownload/instrucao_normativa_007_2022.pdf)**

13.4. - Ultrapassado o atendimento quanto à exigência de Requisitos Descritivos acima elencados, para seleção do fornecedor, deverá ser regiamente observados os Requisitos de Habilitação respectivamente quanto à pessoa jurídica, bem como os Requisitos Obrigacionais sobretudo de regularidade fiscal, incluindo participação de cooperativas conforme a abaixo reiterado:

13.4.1. - **Requisitos Obrigacionais**

Os requisitos obrigacionais mínimos exigidos, deverão atender às disposições contidas no OBJETO deste Estudo, além daqueles previstos em Lei, dos quais podemos destacar: "REQUISITOS DE HABILITAÇÃO" e "REQUISITOS DE REGULARIDADE FISCAL", "REGULARIDADE SOCIAL E FUNDIÁRIA" Mas conforme mencionado, para além disso, deverá ser observado o regramento legal contido na Lei 14.133/21, bem como as exigências contratuais.

As condições de habilitação, informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante serão divididos em jurídica; fiscal; social; fundiária; trabalhista e econômico-financeiro, conforme previsto nos artigos 62 e 65 da Lei 14.133/202.

Conforme disposto no § 4º do artigo 69 da nova lei, a Administração CIMVALPI, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio liquido equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contração.

A documentação referida deverá ser apresentada na forma prevista no artigo 70 da Lei 14.133/2021.

13.4.2. - **Regularidade Fiscal**: O licitante deverá encontrar-se de forma regular perante suas obrigações com a legislação tributária federal, estadual, municipal, seguridade social e o fundo de garantia por tempo de serviço. Cumpre aqui ressaltar que regularidade não implica em quitação. Regularidade é a comprovação de que a empresa atende todas as exigências do fisco.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

São os seguintes documentos exigidos por lei que provam sua regularidade:

a) **Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoas Física e Jurídica:** Cadastro de Pessoa Física – CPF e Cadastro Nacional de Pessoa Jurídicas – CNPJ. Ambos são expedidos pela Secretaria da Receita Federal
b) **Prova de Inscrição no cadastro de contribuintes, ICMS/ISS:** Inscrição Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação. A Inscrição Estadual é emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda e Planejamento.
c) **Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais emitida pela Receita Federal**. Poderá ser solicitada na Agência da Receita Federal, em qualquer localidade do respectivo Estado, cuja validade é de 180 (cento e oitenta) dias. Também poderá ser emitida pelo site www.receita.fazenda.gov.br com validade de 30 (trinta) dias a contar da sua emissão.
d) **Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual:** Certidão emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual, podendo ser solicitada em qualquer posto de atendimento da Secretaria de Fazenda Estadual. Esta certidão terá validade de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.
e) **Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal:** Esta certidão deverá ser emitida pela Secretaria Municipal do Município onde o imóvel encontra-se localizado.
f) **Certificado de regularidade do FGTS.**

13.5. - Relativos À Qualificação Econômico-Financeira

a. Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, observado o prazo de validade da respectiva certidão, considerando tratar-se de haver unidades da federação que dispões de prazos de validade distintos, bem como prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

a.1. Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

b. Balanço patrimonial e demonstração do resultado (DRE) do último exercício social exigível, devidamente assinado pelo responsável legal da empresa e por contador habilitado, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

b.1. Para aquelas empresas constituídas a menos de 01 (um) ano ou no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da empresa, devidamente assinados pelo seu representante legal e pelo contador responsável, em cópia autenticada ou via original.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

c. Demonstrações que comprovem a boa situação econômico-financeira da licitante será efetuada com base nos índices e resultados financeiros, extraídos do balanço apresentado na forma acima. a empresa deverá apresentar alternativamente Índice de Liquidez Geral = igual ou superior a 1 (um); Índice de Liquidez Corrente = igual ou superior a 1 (um) ou Comprovação de Patrimônio Líquido ou Capital Social, **com valor igual ou superior a 10% (dez por cento) do total estimado da prestação de serviços para o período de 12 (doze) meses.** ***(grifo nosso)***

Acerca da indevida exigência cumulatividade de índices de liquidez e capital social, vejamos entendimento da Corte de Contas da União:

REPRESENTAÇÕES. CONCORRÊNCIA. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE PASSAGEIROS. POSSÍVEL RESTRIÇÃO AO CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME E DIRECIONAMENTO DO SEU RESULTADO. CONCESSÃO DE CAUTELAR. OITIVAS. AGRAVO DA ENTIDADE LICITANTE. PERICULUM IN MORA REVERSO. CONHECIMENTO DO RECURSO E SUSPENSÃO DA CAUTELAR ANTERIORMENTE CONCEDIDA. CUMULAÇÃO INDEVIDA DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO E GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL PARA FINS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. PROCEDÊNCIA PARCIAL. DAS REPRESENTAÇÕES. REVOGAÇÃO DA CAUTELAR. PERDA DE OBJETO DO AGRAVO, EM DECORRÊNCIA DA APRECIAÇÃO DO MÉRITO DA MATÉRIA REPRESENTADA. **"Para fins de qualificação econômico-financeira, a Administração pode exigir das licitantes, de forma não cumulativa, capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo ou garantias que assegurem o adimplemento do contrato a ser celebrado, no caso de compras para entrega futura e de execução de obras e serviços**". Enunciado da Súmula de Jurisprudência do TCU 275.

(TCU - RP: 02938620144, Relator: MARCOS BEMQUERER, Data de Julgamento: 26/10/2016, Plenário)

Para além disso, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, na Instrução Normativa nº 02/2010, expressamente definiu que, caso o licitante apresente Índice de Liquidez inferior a 01 (um), **lhe é facultada, para comprovação da qualificação financeira, a apresentação do capital mínimo ou do patrimônio líquido mínimo ao atendimento do certame**:[7]

Art. 43. Os atos convocatórios devem conter cláusulas que assegurem o cumprimento das disposições contidas nesta norma, bem como as descritas nos incisos seguintes, de modo a explicitar que: V – a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas (...).

V – a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas (...).

[1] https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas-revogadas/instrucao-normativa-no-02-de-11-de-outubro-de-2010-revogada-pela-in-no-3-de-2018

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Art. 44. O instrumento convocatório deverá prever, também, que as empresas que apresentarem resultado igual ou menor que 01 (um), em qualquer dos índices referidos no inciso V do art. 43 desta norma, quando da habilitação, deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo...

13.5.1. - Os documentos solicitados que não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento serão considerados válidos aqueles que emitidos (ou cujas pesquisas tenham sido realizadas) em data não superior a 60 (sessenta) dias retroativos, a contar da data da sessão pública de abertura deste certame.

13.5.2. - Será inabilitada a licitante que não comprovar sua regularidade, deixando de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido em Edital, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

13.5.3. - No caso de inabilitação, a Pregoeira retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

13.6. - **Possibilidade de participação de cooperativas -** Em que pese o entendimento sumulado pelo Tribunal de Contas da União, no enunciado nº 281, de acordo com o qual é vedada a participação de cooperativas em certame licitatório quando houver necessidade de subordinação de mão de obra, **verifica-se que tal entendimento não é aplicável ao presente caso, quando a prestação do serviço de locação não demanda a subordinação de mão de obra**. Isso porque, o objeto do presente procedimento licitatório gira em torno da contratação de empresa de locação de veículos (enquadramento dos CNAE 7711-0/00 (locação de veículos sem motorista)), não restando caracterizada situação de subordinação, o que afasta a vedação da Corte de Contas.

13.7. - Demais Requisitos De Participação

13.7.1. - Além dos requisitos obrigacionais e regularidade fiscal elencados; notadamente no subitem 13.4.2. – Certificado de Regularidade FGTS, que poder-se-á ser enquadrado como garantia da regularidade social. A habilitação das licitantes será realizada mediante a apresentação da seguinte documentação complementar:

13.7.1.1. - Comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor anual estimado da contratação, quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, informados pelo Sicaf, for igual ou inferior a 1;

13.7.1.2. - Comprovante de inscrição e situação cadastral emitido pela Receita Federal do Brasil que comprove a atividade econômica principal ou secundária como sendo Locação de Automóveis sem Condutor (CNAE);

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

13.7.1.3. - Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante;

13.7.1.4. - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011;

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

CIMVALPI:

01.01.03.04.122.0001.2012 Locação de Máquinas, Veículos e Equipamentos.
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00104
Fonte: 1.500.000

01.01.01.04.122.0001.2005 Manutenção das Atividades do Fórum dos Prefeitos
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00047
Fonte: 1.703.000

01.01.01.04.122.0001.2007 Manutenção das Atividades dos Serviços Administrativos – Recursos Consórcio
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00060
Fonte: 1.501.000

01.01.01.06.182.0001.2006 Manutenção das Atividades do Corpo de Bombeiros
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00070
Fonte: 1.500.000

01.01.02.04.122.0001.2008 Manutenção das Atividades da Diretoria Institucional
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00082
Fonte: 1.501.000

01.01.03.04.122.0001.2010 Manutenção das Atividades dos Serviços de Licitações, Contratações e Compras Compartilhadas -
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00098

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Fonte: 1.501.000

01.01.03.04.122.0001.2016 Compras compartilhadas (recurso municípios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00114
Fonte: 1.500.000

01.01.04.08.243.0014.2018 Manutenção das Atividades dos Serviços de Acolhimento Institucional provisório para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00129
Fonte: 1.501.000
Fonte: 1.500.000

01.01.05.20.609.0001.2020 Manutenção das Atividades dos Serviços de Fiscalização Industrial e Sanitária
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00148
Fonte: 1.501.000
Fonte: 1.500.000

01.01.06.18.542.0001.2021 Manutenção das Atividades dos Serviços de Resíduos Sólidos Urbanos
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00160
Fonte: 1.501.000
Fonte: 1.500.000

01.01.06.18.542.0001.2022 Manutenção das Atividades dos Serviços de Resíduos Sólidos de Saúde
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00169
Fonte: 1.501.000

01.01.06.18.542.0001.2023 Manutenção das atividades dos serviços ambientais
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Ficha: 00180
Fonte: 1.501.000

01.01.07.15.451.0001.2026 Manutenção das Atividades dos Serviços e Obras Civis de Engenharia.
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00226
Fonte: 1.501.000

01.01.07.22.662.0001.2039 Manutenção da Usina de Asfalto
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00328
Fonte: 1.501.000

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pmamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

01.01.08.25.752.0001.2040 Manutenção Serviço de Engenharia Eletrica
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00342
Fonte: 1.501.000

01.01.09.06.182.0001.2043 Manutenção das Atividades da Defesa Civil
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00361
Fonte: 1.500.000
01.01.11.12.122.0001.2054 Manutenção dos Serviços Administrativos na Educação (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00384
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.361.0001.2047 Manutenção Ensino Fundamental (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00368
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.362.0001.2055 Manutenção Ensino Médio (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00370
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.363.0001.2048 Manutenção Ensino Profissional (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00372
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.364.0001.2049 Manutenção Ensino Superior (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00370
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.365.0001.2050 Manutenção Ensino Infantil (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00376
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.366.0001.2051 Manutenção Educação de Jovens e Adultos (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00378
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.367.0001.2052 Manutenção Educação Especial (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00380
Fonte: 1.500.000

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

01.01.11.12.368.0001.2053 Manutenção Educação Básica (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00382
Fonte: 1.500.000

DOM SILVÉRIO:

10.302.0428.2069.3.3.90.39.00 Manutenção da Assistência Médica e Odontológica
Ficha: 431
Fonte: 1.500.000.1002

26.782.0534.2087.3.3.90.39.00 Manutenção das Estradas Vicinais
Ficha: 627
Fonte: 1.500.000.0000

15.452.0323.2078.3.3.90.39.00 Manutenção do Setor de Obras
Ficha: 648
Fonte: 1.500.000.0000

15.452.0575.2089.3.3.90.39.00 Manutenção dos Serviços Urbanos
Ficha: 707
Fonte: 1.500.000.0000

04.122.0021.2077.3.3.90.39.00 Manutenção Atividades Secretaria Obras, Manut. E Agricultura
Ficha: 611
Fonte: 1.500.000.0000

04.122.0021.2007.3.3.90.39.00
Ficha: 96
Fonte: 1.500.000.0000

15. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1. - O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, na forma do Termo de Referência, do Edital de Licitação e da legislação aplicável, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

15.2. - Celebrado o respectivo instrumento contratual, será indicado o servidor responsável pela fiscalização quanto a execução do contrato.

15.3. - A designação do Fiscal do Contrato deverá ser efetuada por meio de Portaria.

15.4. - As responsabilidades atribuídas ao Fiscal do Contrato estão determinadas no artigo 4º , inc. II da IN CIMVALPI 005/2023, da qual deverão acompanhar e fiscalizar o contrato, avaliando a execução do objeto nos moldes contratados aferindo, a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação do objeto em confronto com

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, exercendo suas atividades sob a coordenação e subordinação da gestão de contratos.

15.5 - Relativo ao CIMVALPI, durante a vigência deste a gestão do contrato competirá a empregada do CONSÓRCIO Sra. Iderde Graziane Gomes Corcini - GESTORA DE CONTRATOS.

15.6. - Relativo ao CIMVALPI, durante a vigência deste a fiscalização do contrato competirá ao empregado do CONSÓRCIO Sr. Carlos Eduardo Gonçalves da Silva (carloseduardo@cimvalpi.mg.gov.br).

15.7. - Caberá ao município definir seu Gestor/Fiscal do Contrato.

16. DAS SANÇÕES CONTRATUAIS

16.1. - Comete infração administrativa a Contratada que inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação, ensejar o retardamento da execução do objeto, fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

16.2. - Em caso de descumprimento contratual, total ou parcial, qualquer inadimplemento ou infração contratual, ao CONTRATADO, sem prejuízo da responsabilidade civil, e criminal que couber, ficará sujeito às penalidades previstas no artigo 156 da Lei 14.133/2021.

17. RESCISÃO

17.1. - O CIMVALPI/MUNICÍPIO poderá rescindir o Termo de Contrato, sem qualquer ônus, em caso de descumprimento total ou parcial de qualquer cláusula contratual imposta ao Contratante, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, observado o disposto no artigo 137 da Lei 14.133/2021

17.2. - Também constitui motivo para a rescisão do contrato a ocorrência das hipóteses enumeradas nos incisos I, II e VIII do artigo supramencionado.

17.3. - Caso haja razões de interesse público devidamente justificadas nos termos do inciso VIII do artigo 137 da Lei nº 14.133/21.

17.4. - O procedimento formal de rescisão terá início mediante notificação escrita, encaminhada via postal, com aviso de recebimento, ou qualquer meio de notificação previsto em Lei.

17.5. - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

18. DOS CASOS OMISSOS

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

18.1. - Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste contrato reger-se-ão pelas disposições contidas nas Leis Federais 14.133/21; 8.078/90 e 10.406/2002 que fazem parte integrante deste contrato, independentemente de suas transcrições.

19. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

19.1. - A proposta deverá ser apresentada levando-se em consideração todas as exigências de seguro e encargos com todos os requisitos de habilitação da empresa, devendo ser detalhada com valores unitários em reais, contendo todos os requisitos descritivos dos itens licitados.

19.2. - Poderá ser prorrogado, a qualquer tempo, os prazos para credenciamento, recebimento das propostas ou lances.

19.3. - A presente licitação não importa necessariamente em Contratação, podendo revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato supervenientes comprovados ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

19.4. - A proponente contratante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a ilegalidade ou inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado ou, caso tenha sido vencedor, o cancelamento da ata de registro de preços, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

19.5. - É facultado ao (a) pregoeiro (a) ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

19.6. - Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela pregoeira, sob pena de desclassificação/inabilitação.

19.7. - O não atendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua habilitação e a exata compreensão da sua proposta.

19.8. - As normas que disciplinam este processo serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre proponentes, desde que não comprometam o interesse da administração, a finalidade e a segurança da contratação.

19.9. - Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pmapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais

19.10. - A proponente vencedora assumirá integral responsabilidade pelos danos que causar ao Município ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes na execução dos serviços contratados.

Ponte Nova, 29 de maio de 2024.

João Paulo Ferreira
Gerente Administrativo

Hilton Antônio de Oliveira
Responsável pela Revisão
Oficial de Assessoramento Jurídico

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://gisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

ANEXO VI

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - CIMVALPI**, pessoa jurídica de direito público na forma de associação pública, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.738.706/0001-83, com endereço à Rua Jaime Pereira, 127, bairro Progresso, Ponte Nova, Minas Gerais, representado neste ato pelo Diretor Técnico, **Júlio Corrêa Guimarães**, brasileiro, residente e domiciliado na rua Cristóvão Jacques, 367, apto 304 Bairro Imbaúbas, Ipatinga - MG, portador do RG nº 11.063.317 SSP/MG e inscrito no CPF: 012.041.256-00, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, institui a presente ARP - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, decorrente da licitação na modalidade Pregão Eletrônico, sob o número 010/2024 cujo objeto é o o Registro de preços para futura e eventual - Contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos para o transporte de pessoas, materiais, documentos e pequenas cargas, para atender demanda do CIMVALPI e do Município de Dom Silvério, conforme as condições especificadas no Edital, processada nos termos do Processo Administrativo nº 07.0098.2024.10, o qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, à luz da permissão inserta no art. 40, inciso II c/c o art. 78 inciso IV c/c os arts. 82 e 86, todos da Lei nº 14.133/2021 e regulamento do consórcio Instrução Normativa 019/2023 observadas as cláusulas e condições seguintes:

Órgãos gerenciador e participantes

1. A presente ARP é integrada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR identificado no preâmbulo e pelo município de Dom Silvério.

Registros formalizados

2. A presente ARP estabelece as cláusulas e condições gerais para o REGISTRO DE PREÇOS referente ao objeto descrito no preâmbulo, cujas especificações, preço, marca/modelo, quantitativo e fornecedor foram previamente definidos por meio do procedimento licitatório supracitado, conforme abaixo descrito resumidamente:

EMPRESA:					
CNPJ:		Telefone:		e-mail:	
Endereço:					
ITEM	QUANT	DESCRIÇAO	MARCA/MODELO	UNID	PREÇO (R$)
01					
VALOR TOTAL -					

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

2.1. Ao participar do procedimento licitatório, o fornecedor obriga-se ao cumprimento de todos os encargos estabelecidos na presente ARP, nos exatos termos do resultado final obtido no procedimento licitatório, quanto ao preço, a quantidade e as especificações do objeto registrado, integrando e complementado a presente ARP os seguintes documentos, os quais devem ser totalmente observados e cumpridos:
2.2. Termo de Referência (ou Projeto Básico) contendo as especificações técnicas completas e todas as condições gerais de execução do objeto.
2.3. Proposta comercial final com preço ajustado.
2.4. Edital Processo nº 07.0098.2024.10, referente ao Pregão Eletrônico nº 010/2024.

Cadastro reserva de fornecedores

3. Conforme consta no ANEXO A, também fica FORMALIZADO, conjuntamente com a presente ARP, CADASTRO RESERVA de licitante interessado em eventualmente assumir a titularidade do registro de preços, havendo REVOGAÇÃO ou RESCISÃO da ARP e segundo a ordem de classificação final no certame, POR GRUPO DO OBJETO, nos termos fixados no art. 82, inciso VII, e § 5º, inciso VI, da Lei 14.133/2021.
3.1. A formação de CADASTRO RESERVA vincula o licitante ao preço da proposta do titular, obrigando-se a assumir a titularidade em caso de cancelamento do registro do titular, observada a ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO.
3.2. A alteração da titularidade do registro dependerá da comprovação das condições de participação do particular registrado no cadastro reserva, da avaliação da qualidade do objeto indicado na sua proposta e do cumprimento das condições de habilitação, nos termos fixados no edital do certame.
3.3. Caberá ao agente de contratação responsável pelo julgamento do certame para seleção do titular da presente ARP realizar o procedimento de análise dos critérios indicados no item anterior.
3.4. Havendo alteração da titularidade do registro com base no CADASTRO RESERVA, deverá a ARP ser republicada para fins de eficácia.

Vigência da ARP

4. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 meses, podendo ser prorrogada por até mais 12 meses, mediante prévia e formal justificativa de interesse público da manutenção da ata, vantajosidade de preços, e existência de saldo., nos termos permitidos no art. 84 da Lei 14.133/2021.
4.1. A prorrogação da vigência da ARP dependerá da concordância das partes e de comprovação da vantajosidade dos preços.
4.2. A prorrogação da vigência da ARP será registrada mediante termo de prorrogação pactuado pelas partes nos autos de gestão da ARP.
4.3. prorrogação da vigência da ARP deverá ser publicada e divulgada nos termos previstos no item 20 deste documento.

Contratações futuras

5. As contratações decorrentes da presente ARP poderão ser realizadas

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

diretamente pelo órgão gerenciador, ou por cada um dos participantes (se houver, conforme indicação item 01), observados os quantitativos respectivamente previstos para cada procedimento de licitação, e as demais exigências e formalidades previstas na legislação.

5.1. Poderá haver, a critério do órgão gerenciador e desde que haja expressa concordância dos interessados envolvidos, REMANEJAMENTO DE QUANTITATIVOS previstos na ARP entre os ÓRGÃOS PARTICIPANTES, ou entre este(s) e o ÓRGÃO GERENCIADOR.

5.2. Em caso de licitação com critério de julgamento por GRUPO DE ITENS, as contratações futuras deverão ser realizadas, em regra, de forma proporcional para todos os itens de cada grupo, salvo justificativa técnica e desde que o valor registrado seja igual ou inferior aos preços contidos nas propostas dos demais licitantes e compatíveis com os preços de mercado, nos termos contidos no art. 82, § 2º, da Lei 14.133/2021.

5.3. A contratação decorrente deverá observar as condições fixadas no Edital Do Pregão Eletrônico nº 010/2024 e seus anexos.

Vínculos da ARP

6. A existência desta ARP não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

7. O titular do registro de preços vincula-se integralmente, durante a vigência da ARP, ao cumprimento das obrigações contidas na ARP, bem como à formalização das contratações dela decorrentes, salvo cancelamento ou rescisão do registro, sob pena de sofrer as sanções administrativas previstas no Termo de Referência anexo.

Adesão de órgão ou entidade pública não participante

8. Desde que devidamente justificada a vantagem, qualquer órgão ou entidade da Administração Pública poderá solicitar a utilização da presente ARP (POR ADESÃO), durante sua vigência, independentemente da participação ou não na licitação sobredita, mediante anuências do órgão gerenciador e do particular titular do registro, nos termos previstos no art. 86, §§ 2º a 5º, da Lei 14.133/2021, desde que observadas as disposições abaixo:

9. O órgão ou entidade pública interessado na adesão deverá consultar prévia e diretamente o fornecedor titular da ARP, visando obter a concordância formal com a contratação pretendida.

9.1. É faculdade do fornecedor titular da ARP, observadas as condições nela estabelecidas, a aceitação ou não da contratação decorrente de adesão, independentemente de qualquer justificativa formal.

9.2. Cabe ao órgão ou entidade aderente encaminhar ao GERENCIADOR a concordância do fornecedor.

10. Proceder à consulta formal ao GERENCIADOR, por meio de ofício ou outro expediente competente, encaminhado para o e-mail institucional licitacao@cimvalpi.mg.gov.br, no qual deverá constar o objeto que interessa contratar, o respectivo quantitativo pretendido e a concordância do fornecedor para fins de análise e manifestação sobre a possibilidade de adesão.

11. O GERENCIADOR poderá recusar a adesão requerida, quer em face do fato de haver a possibilidade de prejuízo ao atendimento de suas próprias contratações,

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

ou de participante da ARP, quer por não cumprimento de um dos requisitos fixados nesta ARP, sempre por intermédio de despacho fundamentado.

13. As contratações adicionais por adesão à presente ARP deverão cumprir rigorosamente os seguintes requisitos:

13.1. Não exceder, por órgão ou entidade pública aderente, a 100% do quantitativo total registrado para o órgão gerenciador e participante(s) (se houver), cumulativamente;

13.2. Não exceder no total das adesões já realizadas a 500% do quantitativo total registrado para o órgão gerenciador e participante(s) (se houver), independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem;

13.3. No caso de ITEM(NS)/GRUPO(S) com participação EXCLUSIVA À ME'S E EPP'S na licitação, o total das contratações decorrente da presente ARP (inclusive por adesões) não poderão totalizar mais que R$ 80.000,00.

13.4. Em caso de licitação com critério de julgamento por GRUPO DE ITENS, a contratação por adesão será realizada, em regra, de forma proporcional para todos os itens do grupo, salvo justificativa técnica e desde que o valor registrado seja igual ou inferior aos preços contidos nas propostas dos demais licitantes e compatíveis com os preços de mercado, nos termos contidos no art. 82, § 2º, da Lei 14.133/2021.

14. Autorizada a utilização da ARP pelo Órgão Gerenciador, o órgão ou entidade pública não participante (aderente) apenas poderá realizar a contratação autorizada, caso estejam presentes os seguintes requisitos temporais conjuntamente:

14.1. Em até 90 DIAS corridos, contados do recebimento da autorização, em razão da caducidade do ato, podendo o prazo ser prorrogado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, desde que solicitado pelo interessado e ainda vigente a ARP; e,

14.2. Apenas durante a vigência da presente ARP.

15. Quando da realização efetiva da respectiva contratação por adesão, deverá o órgão ou entidade aderente enviar ao GERENCIADOR, no prazo máximo de 05 DIAS ÚTEIS, contados da contratação, informar formalmente a contratação para fins de registro definitivo;

16. Caberá ao órgão ou entidade pública aderente a gestão de sua contratação, inclusive aplicando, garantida a ampla defesa e o contraditório, eventual sanção administrativa decorrente de descumprimento das obrigações contratuais, obrigando-se a informar as ocorrências e sanções aplicadas ao GERENCIADOR para fins de registro, observadas as regras e procedimentos fixados no Edital e seus anexos.

Atribuições do gerenciador da ARP

17. O GERENCIADOR promoverá o gerenciamento permanente e formal da presente ARP, inclusive com registro em processo administrativo de gestão de todas as contratações dela decorrentes, como também de todos os demais atos inerentes aos procedimentos de gestão.

17. Cabe ao setor ou servidor designado do ÓRGÃO GERENCIADOR, conforme regulamento operacional interno, as atribuições inerentes ao gerenciamento da presente ARP, particularmente quanto a(ao):

17.1. Providenciar a elaboração e publicação da presente ARP;

17.2. Encaminhar ao(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participantes a presente ARP, como também suas eventuais e posteriores alterações, devidamente assinadas e publicadas;

17.3. Controlar, de forma permanente, a utilização da ARP para fins de

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

contratações, durante toda sua vigência;

17.4. Receber, analisar, controlar e pronunciar-se quanto à solicitação de contratação interna do ÓRGÃO GERENCIADOR com base na presente ARP, ou em relação à solicitação de ADESÃO realizada por órgão ou entidade não participante desta ARP, inclusive indicando providência complementar necessária ou até recomendando o indeferimento fundamentado, observada a legislação vigente.

17.5. Emitir e encaminhar ofício formalizando a autorização para utilização da ARP por órgão ou entidade aderente, inclusive com a indicação do nome do fornecedor, quantitativos autorizados, valores unitários e totais, prazo de validade da autorização e demais condições de adesão.

17.6. Conduzir eventuais procedimentos de alterações dos preços registrados para fins de adequação às novas condições de mercado, observada a legislação vigente.

17.7. Propor, conduzir e pronunciar-se nos procedimentos de eventuais reajustes e revisões de preços, como também de cancelamentos e rescisões de registro contidos na presente ARP, bem como realizar, nesses casos, a publicação das novas condições da ARP e comunicação aos órgãos e às entidades participantes;

17.8. Propor aplicação, garantida a ampla defesa e o contraditório, de sanções decorrentes do descumprimento das obrigações assumidas na ARP, ou até em relação ao descumprimento das obrigações contratuais, unicamente referentes às contratações realizadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;

17.9. Receber e registrar as contratações efetivamente realizadas pelos órgãos ou entidades aderentes, bem como eventuais sanções por estes aplicadas ao(s) particular contratado(s) por descumprimento das obrigações assumidas na presente ARP;

17.10. Instruir os autos de gestão da presente ARP.

Atribuições do participante

18. Ao órgão ou entidade PARTICIPANTE cabe:

18.1. Tomar conhecimento da ARP, incluindo eventuais alterações, cancelamentos e revogações, a fim de utilizá-la de forma correta;

18.2. Verificar a conformidade das condições registradas na ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas para fins de renegociação ou cancelamento;

18.3. Observar e controlar o quantitativo máximo dos itens registrados em seu interesse, evitando contratações acima do limite permitido, bem como a utilização de itens diversos daqueles para os quais solicitou participação no certame;

18.4. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na ARP, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular;

18.5. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao ÓRGÃO GERENCIADOR.

Obrigações do fornecedor

19. O FORNECEDOR cujo preço conste registrado na presente ARP obriga-se a:

19.1. Retirar a respectiva nota de empenho ou ordem de fornecimento/serviços, bem como assinar o termo de contrato (se for o caso), no prazo máximo de 05 dias

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

úteis, contados da convocação;
19.2. Indicar, no prazo máximo de 05 dias úteis, a concordância ou não em relação à(s) solicitação de adesão por órgão ou entidade da Administração Pública não participante, indicando expressamente que tal contratação não prejudicaria as obrigações presentes e futuras assumidas para com o ÓRGÃO GERENCIADOR e os participantes;
19.3. Observar rigorosamente todos as especificações técnicas, marcas, modelos, condições e prazos fixados no Termo de Referência (ou Projeto Básico) integrante da presente ARP, como também na sua respectiva proposta de preços, ressalvado prova idônea da ocorrência superveniente de fato impeditivo ou dificultador do cumprimento da obrigação, devidamente aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que justifique o fornecimento de bem de qualidade semelhante ou superior, ou a execução de forma diversa que resulte em igual ou superior resultado à contratante;
19.4. Respeitar as demais condições e obrigações contidas nos documentos indicados no item 2.1 desta ARP, ressalvada a ocorrência de fato(s) superveniente(s), comprovados(s) e aceito(s) pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;
19.5. Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela(s) CONTRATANTE(S) referentes às condições firmadas na presente ARP;
19.6. . Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
19.7. Prover condições que possibilitem o atendimento das obrigações firmadas a partir da data de homologação do procedimento licitatório;
19.8. Ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos contratantes e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na ARP;
19.9. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
19.10. Manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas na proposta, todas as condições de participação e de habilitação exigidas na licitação.

Publicidade e divulgação

20. A formalização da ARP, como também suas possíveis alterações, prorrogações, cancelamento e rescisões, serão publicados e divulgados no PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas, bem como, em forma de extrato, no Diário Oficial do Consórcio.
20.1. Todas as informações do presente registro de preço serão também disponibilizadas, durante sua vigência, no site do Consórcio na internet: https://diariooficial.cimvalpi.mg.gov.br

Alterações dos preços registrados

21. Os preços registrados poderão ser REAJUSTADOS, para mais ou para menos, com base na variação anual do INPC (IBGE), ou outro índice que venha a sucedê-lo, desde que decorridos 12 MESES, contados da assinatura da ARP.
22. A qualquer tempo, o preço registrado poderá sofrer REVISÃO em decorrência de comprovado desequilíbrio econômico-financeiro ocorrida no mercado,

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR providenciar a pactuação/negociação de novo valor compatível com o de mercado, para cada ITEM/GRUPO do objeto registrado, observada a distribuição do ônus na forma da matriz de riscos, vinculada ao certame que deu origem à presente ARP.

22.1. Caberá a parte prejudicada a demonstração do impacto efetivo nos custos em decorrência da álea econômica extraordinária havida no mercado, não cabendo revisão de preços em casos de variação inflacionária ordinária, observando-se as regras previstas no art. 124 da Lei 14.133/2021.

22.2. Não havendo acordo em relação a pactuação/negociação do preço registrado, será o respectivo registro CANCELADO/REVOGADO, por cada ITEM/GRUPO do objeto registrado, sem aplicação de qualquer sanção ao particular, mantendo-se hígidas e vigentes as contratações já formalizadas ou solicitadas, bem como os demais itens/grupos não afetados pelo desequilíbrio de preços de mercado.

22.3. Em caso do CANCELAMENTO, e havendo CADASTRO RESERVA para o respectivo ITEM/GRUPO, deverão ser realizados os procedimentos previstos no item 4 desta ARP.

22.4. Toda alteração da presente ARP será publicada e divulgada, nos termos fixados no item 20 desta ARP.

Sanções administrativas por descumprimento de obrigações contidas na ARP

23. As empresas com preços registrados nesta ARP e signatárias dos respectivos contratos estarão sujeitas às sanções administrativas previstas no Termo de Referência, sem prejuízo de outras previstas em legislação pertinente e da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem.

23.1. Ao órgão gerenciador caberá a aplicação de sanções administrativas em relação ao descumprimento direto de obrigação contida nesta ARP, como também aos contratos por ele firmados em decorrência do presente registro de preços.

23.2. Cabe a cada órgão ou entidade participante a realização de procedimento para fins de apuração de responsabilidade e aplicação de sanções administrativas nos casos de inadimplemento em suas próprias contratações, comunicando ao gerenciador para fins de registro quaisquer sanções aplicadas.

Cancelamento/revogação e rescisão da ARP

24. O registro de preços poderá ser CANCELADO/REVOGADO, por ITEM/GRUPO, por iniciativa do ÓRGÃO GERENCIADOR, quando:

24.1. Por iniciativa do próprio titular do registro, desde que apresente solicitação formal, bem como haja comprovação de situação que impossibilite o cumprimento das exigências insertas nesta ARP, tendo em vista fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

25. Presentes razões de conveniência e oportunidade ao interesse público, devidamente justificadas, o registro de preços poderá ser RESCINDIDO, por iniciativa do ÓRGÃO GERENCIADOR, observada a gravidade da conduta e os reflexos em relação ao interesse público, quando o titular do registro:

25.1. Não executar de forma total ou parcial qualificada as obrigações presentes nesta ARP;

25.2. Recusar-se a retirar e assinar a nota de empenho ou instrumento contratual no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pelo órgão

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

ou entidade Contratante;

25.3. Der causa à rescisão administrativa de dois ou mais contratos firmados com base neste ARP;

25.4. Não mantiver as condições de participação e de habilitação exigidas na licitação, salvo irregularidade temporária e sanável em até 30 DIAS;

25.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/2002;

26. O cancelamento/revogação do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado da autoridade competente do ÓRGÃO GERENCIADOR, mediante registro em termo de cancelamento/revogação assinado pelas partes interessadas.

26.1. Havendo cancelamento/revogação do registro, não caberá a aplicação de qualquer espécie de sanção administrativa ao titular do registro.

27. O cancelamento/revogação do registro desta ARP não poderá ser aceita em prejuízo ao interesse público.

28. A rescisão do registro de preços será determinada em decisão unilateral e fundamentada do ÓRGÃO GERENCIADOR, garantido o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo.

28.1. A rescisão do registro de preços poderá ensejar a abertura de procedimento de apuração da responsabilidade e aplicação de sanções administrativas em face do titular do registro.

Disposições finais

29. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com a legislação vigente, particularmente com a Lei 14.133/2021 e Instrução Normativa 19/2023.

30. Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Foro da Comarca de Ponte Nova – MG.

- CIMVALPI	
TESTEMUNHA:	TESTEMUNHA:
Nome: CPF/CI:	Nome: CPF/CI:

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://pisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

ANEXO VII

MINUTA CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO

Contrato nº _____/2024
Processo Administrativo n° 07.0098.2024.10

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - CIMVALPI, pessoa jurídica de direito público na forma de associação pública, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 19.738.706/0001-83, com endereço à Rua Jaime Pereira, 127, bairro Progresso, Ponte Nova, Minas Gerais, representando neste ato pelo Diretor Técnico **Júlio Corrêa Guimarães**, brasileiro, residente e domiciliado na rua Cristóvão Jacques, 367, apto 304 Bairro Imbaúbas, Ipatinga - MG, portador do RG nº 11.063.317 SSP/MG e inscrito no CPF: 012.041.256-00, denominado CONTRATANTE e [**RAZÃO SOCIAL DO CONTRATADO**], inscrito no CNPJ n° [**NÚMERO CNPJ**], com endereço [**ENDEREÇO COMPLETO**], representado por [**NOME COMPLETO, CPF E CARGO EXERCIDO NA EMPRESA**], tendo em vista o que consta no Processo n° 07.0098.2024.10 e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente de processo administrativo de contratação n° [**NÚMERO DO PROCESSO**], mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA

O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos para o transporte de pessoas, materiais, documentos e pequenas cargas, para atender demanda do CIMVALPI e do Município de Dom Silvério.

1.1. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade

1.2. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
1.2.1. O Termo de Referência anexo ao edital e a proposta final ajustada que embasou a contratação e eventuais anexos;

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

2.1. O prazo de vigência da contratação é de até ___ de _____ de 2024, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133/2022, prorrogável nos termos do art. 107 Lei n° 14.133/2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual será o Regime Indireto.

3.2. A gestão do contrato competirá à servidora Iderde Graziane G. Corcini.

3.3. Os prazos e condições de conclusão, entrega constam do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório de acordo com o previsto no Termo de Referência, Anexo IV do edital.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. PREÇO

5.1.1. O valor total da contratação é de R$ ..... (.....), observados os valores unitários e total por item abaixo indicados:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.1.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos de objeto efetivamente executados, apurados na periodicidade mensal.

5.2. **FORMA DE PAGAMENTO**

5.2.1. O pagamento será realizado através de transferência eletrônica em conta bancária de titularidade da contratada, a ser indicada no documento fiscal ou por outro meio formal.

5.2.1.1 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a transferência eletrônica de pagamento.

5.3. **PRAZO DE PAGAMENTO**

5.3.1. O pagamento será efetuado no prazo até [**XXXXXX**], contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

Rua Jaime Pereira, n° 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pmapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

5.3.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

5.4. **CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento do objeto mediante ateste por parte do fiscal do contrato e do gestor de contrato.

5.4.2. Quando houver glosa parcial do valor a ser pago, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.4.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) a data da emissão;
b) os dados do contratante;
c) o período respectivo de execução do contrato;
d) o valor a pagar; e
e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.4.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.4.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.4.5.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.4.5.2. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE

O Contratante e a Contratada têm o direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato, em consonância com o disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

6.1. Reajuste de Preços:

6.1.1. Conceder-se-á reajuste de preços após o decurso de prazo de um ano, contado do 1º dia (inclusive) do mês subsequente ao da assinatura de contrato.

6.1.2. O índice de reajustamento será apurado pelo INPC.

6.1.3. Os preços contratuais não serão reajustáveis no caso de atrasos injustificados por parte da CONTRATADA, que impactem no prazo contratual de entrega do objeto.

6.1.4. As condições de reajustamento de preços estipuladas anteriormente poderão vir a ser alteradas, caso ocorra à superveniência de normas federais ou

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pmapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

estaduais que disponham de forma diferente sobre a matéria ou ainda no caso de extinção do índice utilizado como parâmetro.

6.2. Repactuação de Preços:

6.2.1. Ocorrendo fatores que impliquem em desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, considerando as bases pactuadas, poderá o contratado requerer revisão dos valores face ao art. 124, inciso II, alínea "d" da Lei Federal nº 14.133/2021. O equilíbrio econômico–financeiro só será admitido na hipótese de alteração de preços do(s) bem(ns), devidamente comprovada e espelhada a variação, que deve ser apresentada para avaliação do Contratante.

6.2.2. A Repactuação de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal n.º 14.133/2021e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente Instrumento, sendo que:

6.2.2.1. A Empresa Contratada deverá formular ao CIMVALPI requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações por ela contraídas;

6.2.2.2. A comprovação será realizada por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, publicações de data-base, alteração da legislação, alusivas à época da elaboração da proposta ou da última repactuação e do momento do pedido de revisão;

6.2.2.3. Com o requerimento, a Empresa Contratada deverá apresentar planilhas de custos unitários comparativa entre a data da formulação da proposta ou da última repactuação, e do momento do pedido de revisão, contemplando os custos unitários envolvidos, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor item pactuado; e

6.2.2.4. O CIMVALPI examinará o requerimento e, após análise e conferência dos valores, informará à Empresa Contratada quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

6.2.3. Independentemente de solicitação, o CIMVALPI poderá convocar a Empresa Contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o objeto registrado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

6.2.4. Os efeitos financeiros da repactuação de preços serão devidos a contar da data do evento que aumentou/diminuiu os custos, cabendo à parte interessada a iniciativa e o ônus de demonstrar, de forma analítica, o aumento ou redução do custo, observando-se que não serão devidos juros de mora e/ou atualização monetária.

6.2.5. As alterações decorrentes de repactuações e de reajustes de preços serão formalizadas por meio de Aditivos ao contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pmapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

7.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência ou Projeto Básico;
7.3. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
7.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
7.5. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
7.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao objeto executado, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato, conforme cronograma físico-financeiro;
7.7. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato e pelas demais infrações administrativas sujeitas à fiscalização do Contratante;
7.8. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
7.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações, inclusive de restabelecimento do reequilíbrio econômico-financeiro, e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste (Lei nº 14.133/2021, art. 123, caput).
7.10. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21.
7.11. Não praticar atos de ingerência na administração do Contratado, tais como:
7.11.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratado, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
7.11.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar no Contratado;
7.11.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores do Contratado, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;
7.11.4. Considerar os trabalhadores do Contratado como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
7.12. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
7.13. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
7.14. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

7.15. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
7.16. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1. Cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
8.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
8.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
8.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior.
8.4. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
8.5. Substituir no prazo fixado pelo fiscal do contrato os empregados alocados que não se mostrem adequados para a execução do objeto.
8.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
8.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.
8.8. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
8.9. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.
8.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, salvo na hipótese do §2º do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://bisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

8.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
8.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
8.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
8.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
8.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
8.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
8.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
8.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta.
8.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei nº 14.133/2021).
8.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
8.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.
8.22. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.
8.23. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.
8.24. Garantir o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
8.25. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado.
8.26. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pmapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

8.27. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.
8.28. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
8.29. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
8.30. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
8.31. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
8.32. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
8.33. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
8.34. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.
8.35. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
8.36. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
8.37. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:
8.37.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.
8.37.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.
8.38. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9. CLÁUSULA NONA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pmapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência da garantia da contratação de que tratam o art. 96 da Lei nº 14.133/21, por se tratar de contratação de baixo risco ou complexidade que justifique a exigência de garantia de execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Nos termos dos arts. 155 a 162 da Lei n° 14.133/2021, serão aplicadas as sanções administrativas nas seguintes hipóteses:
11.1.1. Advertência, aplicável ao responsável que der causa à inexecução parcial do contrato quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
11.1.2. Impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, aplicável ao responsável que:
11.1.2.1. Incorrer na inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CONSÓRCIO, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
11.1.2.2. Incorrer na inexecução total do contrato;
11.1.2.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
11.1.2.4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
11.1.2.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
11.1.2.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
11.1.3. Declaração de idoneidade para licitar ou contratar, aplicável ao responsável que:
11.1.3.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
11.1.3.2. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
11.1.3.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
11.1.3.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
11.1.3.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013[8];

[8] Lei n° 12.846/2013:
[...]
Art. 5º Constituem atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, para os fins desta Lei, todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas mencionadas no parágrafo único do art. 1º , que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, assim definidos:
I - prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
II - comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei;
III - comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
IV - no tocante a licitações e contratos:
a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pmapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

11.1.3.6. Nas infrações administrativas indicadas no subitem 11.1.2 e subitens que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar.
11.1.4. Multa, a ser aplicada ao responsável que der causa a infrações administrativas será calculada observando o valor mínimo de 0,5% (meio por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do contrato licitado ou celebrado no caso de contratação direta na hipótese do responsável que der causa a infrações administrativas puníveis com as sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade indicadas neste edital, observada a cumulação de aplicação de sanções prevista no §7° do art. 156 da Lei n° 14.133/2021.
11.1.4.1. Sem prejuízo de aplicação do disposto no item 11.1.4, será aplicável a penalidade de multa:
11.1.4.1.1. Igual ou superior a 0,5% (meio por cento) e igual ou inferior a 15% (quinze por cento) para as seguintes infrações administrativas:
11.1.4.1.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
11.1.4.1.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
11.1.4.1.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
11.1.4.1.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
11.1.4.1.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
11.1.4.1.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;
11.1.4.1.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
11.1.4.1.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
11.1.4.1.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
11.1.4.1.2. Superior a 15% (quinze por cento) e inferior ou igual a 30% (trinta por cento) para as seguintes infrações administrativas:
11.1.4.1.2.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o

---

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
V - dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.
§ 1º Considera-se administração pública estrangeira os órgãos e entidades estatais ou representações diplomáticas de país estrangeiro, de qualquer nível ou esfera de governo, bem como as pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro.
§ 2º Para os efeitos desta Lei, equiparam-se à administração pública estrangeira as organizações públicas internacionais.
§ 3º Considera-se agente público estrangeiro, para os fins desta Lei, quem, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, exerça cargo, emprego ou função pública em órgãos, entidades estatais ou em representações diplomáticas de país estrangeiro, assim como em pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro ou em organizações públicas internacionais.

Rua Jaime Pereira, n° 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://bisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
11.1.4.1.2.2. Fraudar a licitação.
11.1.4.1.2.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
11.1.4.1.2.3.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei.
11.1.4.1.2.3.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento.
11.1.4.1.2.3.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
11.1.4.1.2.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
11.1.4.1.2.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.
11.2. A sanção administrativa de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito do CONSÓRCIO pelo prazo máximo de 03 (três) anos.
11.3. A sanção administrativa de inidoneidade para licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração direta e indireta de todos os Entes públicos da federação pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.
11.4. Se o valor aplicado pela sanção, somado às indenizações cabíveis, ultrapassar o valor de pagamento eventualmente devido pelo CONSÓRCIO ao contratado, será promovida de forma cumulativa:
11.4.1. A compensação da sanção e eventuais indenizações no valor pendente de pagamento ao contratado;
11.4.2. Eventual diferença não compensada no item anterior seja descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
11.5. A aplicação das sanções administrativas previstas neste ato convocatório não exclui, nem afasta, a obrigação de reparação de integral de eventual dano causado ao CONSÓRCIO.
11.6. A dosimetria das sanções administrativas e o respectivo processo administrativo de apuração e eventual responsabilização mediante aplicação de sanção administrativa observará o regulamento próprio expedido constante de endereço eletrônico no sítio oficial do CONSÓRCIO.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1 Ressalvada a hipótese de prorrogação contratual prevista no item 2.1, o contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes, sem prejuízo de aplicação das penalidades indicadas na cláusula décima primeira.
12.1 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
12.2 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
12.3 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
12.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
12.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; E
12.3.3 Indenizações e multas

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pmapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

INDICAR A DOTAÇÃO ESPECÍFICA DO ÓRGÃO (Conforme item 12 e subitens do Termo de Referência)

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13.3. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, pelas normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento no Diário Oficial do CIMVALPI nos termos e condições previstas no art. 94 c/c o art. 176, ambos da Lei nº 14.133/21.

....., ... de..... de 20.....

_____
Representante legal do CONTRATANTE

_____
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:
1-
2-

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pmapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Informações do Documento

ID do Documento: **69D.7EE** - Tipo de Documento: **MINUTA DE EDITAL**.

Juntado por **RICHELE APARECIDA SILVA DE JESUS**, **CPF:** 070.67*.**6-*3 , em **03/06/2024 - 15:15:16**

Código de Autenticidade deste Documento: 15V6.7315.616X.W847.3840

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
https://zeropapel.cimvalpi.mg.gov.br/verdocumento

Cod. de Autenticidade do Doc.: 15V6.7315.616X.W847.3840 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo nº: 07.0098.2024.10
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 010/2024
Objeto: Procedimento auxiliar de registro de preços para eventual e futura contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos para o transporte de pessoas, materiais, documentos e pequenas cargas, para atender a demanda do CIMVALPI e do Município de Dom Silvério, MG.
Finalidade Parecer: Art. 53, da lei nº 14.133/21.

EMENTA: PROCESSO LICITATÓRIO. PREGÃO ELETRÔNICO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. CONTROLE PRÉVIO DE LEGALIDADE. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL LEI FEDERAL 14.133/2021. ANÁLISE JURÍDICA DA FASE PREPARATÓRIA E DA MINUTA DO EDITAL E ANEXOS. APROVAÇÃO.

1. RELATÓRIO

Trata-se de encaminhamento para fins de elaboração de parecer jurídico nos autos do processo administrativo nº 07.0098.2024.10, modalidade pregão eletrônico nº 010/2024, que tem por objeto o procedimento auxiliar de registro de preços para eventual e futura contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos para o transporte de pessoas, materiais, documentos e pequenas cargas, para atender a demanda do CIMVALPI e do Município de Dom Silvério, MG, nos termos do art. 53, §1º, incisos I e II, da Nova Lei de Licitações nº 14.133/21.

Sendo o necessário a relatar, segue a fundamentação no que concerne ao controle prévio da legalidade da fase preparatória e da minuta do edital e anexos da licitação.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1 DA FINALIDADE E ABRANGÊNCIA DO PARECER JURÍDICO

Em atenção a consulta sobre a legalidade do procedimento, cumpre destacar, de início, que o presente parecer jurídico é de natureza opinativa e não vinculante, não adentrando nos critérios de conveniência e oportunidade dos atos administrativos.

A finalidade do presente parecer é proceder o assessoramento da Administração no que tange ao controle prévio da legalidade do procedimento licitatório, em observância ao preconizado no §1º, incisos I e II, da Lei 14.133/21 – Nova Lei de Licitações, transcrito abaixo:

> Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1775.8401.847E.E667.3303 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://casadigital.ponte.mg.gov.br/verificador/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://casadigital.ponte.mg.gov.br/verificador/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

> Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.
>
> § 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:
>
> I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;
>
> II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

Com efeito, o objetivo do presente parecer é o controle prévio da legalidade mediante análise jurídica da futura contratação a ser realizada pela Administração Pública, e sua abrangência limitada a questão jurídica, excluída da análise, portanto, os demais aspectos como de natureza técnica, mercadológica, detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, ou, como dito, de conveniência e oportunidade, que presumem-se terem sido apuradas pelos respectivos setores competentes.

Destarte, o presente parecer cumprirá a finalidade preconizada na Nova Lei de Licitações e, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de correção, se for o caso, e o prosseguimento do processo sem as devidas correções, será de responsabilidade exclusiva da Administração Pública, considerando a não vinculação do parecer jurídico.

2.2 DA FASE PREPARATÓRIA

No que concerne a fase preparatória do processo licitatório, o art. 18 e incisos da Lei 14.133/21, estabelece todos os elementos que devem ser compreendidos nos autos do processo de contratação pública. Vejamos:

> ***Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:***
>
> ***I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;***
>
> ***II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência,***

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1775.8401.847E.E667.3303 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://casadigital.ponte.mg.gov.br/verificador/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Página 737 de 1137 Pág: 68

anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;

IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

V - a elaboração do edital de licitação;

VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1775.8401.847E.E667.3303 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://casadigital.ponte.mg.gov.br/verificador/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Página 738 de 1137 Pág: 68

I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

III - requisitos da contratação;

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1775.8401.847E.E667.3303 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://casadigital.ponte.mg.gov.br/verificador/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://casadigital.ponte.mg.gov.br/verificador/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

> *XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.*
>
> *§ 2º O estudo técnico preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas.*
>
> *§ 3º Em se tratando de estudo técnico preliminar para contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos.*

Pois bem. Estes são os elementos que devem compor a fase prepatória do certame, bem como os requisitos que devem ser observados no estudo técnico preliminar.

No caso concreto da presente licitação, em análise aos documentos que instruem o procedimento, verifica-se que foram observados os requisitos legais na fase preparatória do certame, elencados nos incisos I ao XI do art. 18 acima transcrito, com a descrição da necessidade da contratação e definição do objeto e condições de execução e pagamento, justificativas para contratação, existência de crédito orçamentário, autorização da autoridade competente para a instauração do processo de contratação, o estudo técnico preliminar, a pesquisa mercadológica, o orçamento estimado, o termo de referência, a portaria de designação do agente de contratação e da equipe de apoio, a minuta do Edital e anexos, modalidade de licitação (pregão eletrônico), critério de julgamento (menor preço por item), modo de disputa (aberto) e justificativas da adequação e eficiência dos parâmetros, minuta da ata de registro de preços, contrato administrativo e a matriz de riscos.

Ainda, cumpre registrar que em se tratando de licitação pelo sistema de registro de preços, na fase preparatória houve a observância da publicação de intenção de registro de preços, sendo cumprido o prazo mínimo, conforme preconiza o art. 86 da Lei 14.133/21, com manifestação de interesse do Município de Dom Silvério, MG.

No que tange ao estudo técnico preliminar, verifica-se da análise do mesmo e seu anexo, que todos os elementos transcritos no art. 18, §1º, incisos I ao XIII, e 2º, foram devidamente cumpridos, sendo informado que há o plano de contratações do CIMVALPI para o exercício de 2024, com a previsão da presente contratação.

Ainda, em análise ao termo de referência elaborado a partir do estudo técnico preliminar, verifica-se que o mesmo encontra-se em observância aos termos do art. 6º, inciso XXIII, da Lei 14.133/21, transcrito abaixo:

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1775.8401.847E.E667.3303 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://casadigital.ponte.com.br/verificador e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar as assinaturas acesse https://casadigital.ponte.com.br/verificador e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: ...

XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;

b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;

c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

d) requisitos da contratação;

e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;

f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;

g) critérios de medição e de pagamento;

h) forma e critérios de seleção do fornecedor;

i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;

j) adequação orçamentária; ...

Desse modo, é possível aferir que a fase prepatória do presente certame, encontra-se em consonância com as exigências mínimas preconizadas pela Nova Lei de Licitações – Lei nº 14.133/21, para fins de contratações públicas.

2.3 DA MINUTA DO EDITAL E ANEXOS

Superada a análise da fase prepatória do procedimento licitatório em questão, passa-se a análise da minuta do edital e anexos, no que tange ao controle prévio de legalidade para fins da viabilidade da futura contratação.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1775.8401.847E.E667.3303 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://casadigital.ponte-nova.mg.gov.br/verificador/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://casadigital.ponte-nova.mg.gov.br/verificador/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Com dito alhures, e expresso no inciso V, do art. 18 da Nova Lei de Licitações, a elaboração do edital está compreendida na fase preparatória da licitação, sendo o mesmo um dos elementos da fase interna do certame.

O art. 25 da Lei 14.133/21, que regulamenta a presente licitação, prevê os requisitos a serem observados no instrumento convocatório:

> ***Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.***

No caso concreto, verifica-se da análise realizada por esta assessoria, que o edital e seus anexos, preveem as regras relativas a convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos, penalidades, gestão e fiscalização do contrato, entrega do objeto e condições de pagamento, em consonância com os ditames do art. 25 acima transcrito.

Ainda, no que tange a minuta do contrato administrativo, verifica-se que a mesma observou as claúsulas mínimas exigidas no art. 92 da Lei 14.133/21, com exceção dos incisos X e XI, mas que a lei faculta a inserção ou não.

Fica ressalvado, no que tange a cláusula do contrato de da minuta da ARP, de reajuste encontram-se divergentes, inclusive da minuta padrão já utilizada em outros certames, recomendando a sua reanálise.

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, em atenção ao preconizado no art. 53, da Lei 14.133/21, realizado o controle prévio de legalidade, especialmente das minutas apresentadas, nos limites da análise jurídica e excluídos os demais critérios técnicos, de valor e de conveniência e oportunidade administrativa a ensejar a autorização do procedimento, concluí-se pela aprovação das mesmas, considerando a observação dos ditames da Lei 14.133/21, e opina-se pela possibilidade jurídica do prosseguimento do presente Processo Administrativo nº 07.0098.2024.15, modalidade pregão eletrônico nº 010/2024, com a observância da recomendação expressa no item anterior, e com relação as publicações nos termos do art. 54 e dos prazos mínimos previstos no art. 55, inciso I, alínea "a", ambos da lei 14.133/21.

É o parecer, em caráter opinativo e não vinculativo.

Ponte Nova, MG, 03 de junho de 2024.

Thalita Maria Barcellos da Silva
Assessora Jurídica – CIMVALPI – OAB/MG 123.560

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1775.8401.847E.E667.3303 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://casadigital.ponte.mg.gov.br/verificador/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Assinatura do Documento

Documento Assinado Eletronicamente por **THALITA MARIA BARCELLOS DA SILVA**, **CPF:** 073.11*.**6-*3 em **03/06/2024 17:01:47**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **1740.4U01.247E.E08V.7886**, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.

Informações do Documento

ID do Documento: **6A0.4F7** - Tipo de Documento: **PARECER JURÍDICO**.

Elaborado por **THALITA MARIA BARCELLOS DA SILVA**, **CPF:** 073.11*.**6-*3 , em **03/06/2024 - 17:01:47**

Código de Autenticidade deste Documento: 1775.8401.847E.E667.3303

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
https://zeropapel.cimvalpi.mg.gov.br/verdocumento

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1775.8401.847E.E667.3303 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas vá ao site https://casadanuvem.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://casadanuvem.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

EDITAL

PROCEDIMENTO AUXILIAR DE REGISTRO DE PREÇOS
CONSÓRCIO CIMVALPI

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

1.1.1. Procedimento auxiliar de registro de preços, conforme especificação sumária do objeto constante do Anexo I CEE 01 (cláusula de condição específica do edital CEE 01), observado o detalhamento do objeto constante do termo de referência, anexo IV deste edital.

1.2. DADOS DE AUTUAÇÃO DO PROCESSO

1.2.1. Número do processo administrativo: Anexo I – CEE 1.2.
1.2.2. Data autuação processo administrativo: Anexo I – CEE 1.2
1.2.3. Tipo de procedimento: Procedimento Auxiliar de Registro de Preços
1.2.4. Número do tipo de procedimento: Anexo I – CEE 1.2

1.3. PADRONIZAÇÃO DO EDITAL

1.3.1. Em conformidade com o permissivo do inciso IV do *caput* do art. 19 e §1° do art. 25 da Lei n° 14.133/2021 é adotada minuta padronizada de edital, previamente aprovada pelos órgãos de controle e jurídico do CIMVALPI.
1.3.2. Dado o enquadramento do objeto no conceito inserto no inciso XIII do *caput* do art. 6° da Lei n° 14.133/2021, são estabelecidas no edital as normas padronizadas de caráter uniforme e geral aplicáveis ao certame e no Anexo I as especificidades do processo da licitação e do objeto – CONDIÇÕES ESPECIFICAS DO EDITAL (CEE).

1.4. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

1.4.1. O objeto deste certame possui padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no Anexo IV do edital, se enquadrando no conceito legal de bens e serviços comuns conforme inciso XIII do *caput* do art. 6° da Lei n° 14.133/2021.

1.5. NORMAS APLICÁVEIS

1.5.1. Lei n° 14.133/2021
1.5.2. Lei n° 11.107/2005
1.5.3. Decreto n° 6.007/2007
1.5.4. Estatuto e Contrato do consórcio público
1.5.5. Normas regulamentadoras da lei n° 14.133/2021 expedidas pelo consórcio disponíveis em: www.cimvalpi.mg.gov.br/instrucoes-normativas
1.5.6. Normas específicas aplicáveis ao objeto do certame constantes do Anexo IV

1.6. PRINCÍPIOS APLICÁVEIS

1.6.1. A motivação de atos expedidos e a fundamentação de decisões prolatadas no âmbito do processo administrativo a que se vincula o presente ato convocatório, deverão observar:
1.6.1.1. O princípio do formalismo moderado;
1.6.1.2. Os princípios Insertos no art. 5° da Lei n° 14.133/2021;
1.6.1.3. As disposições constantes do decreto-lei n° 4.657/1942;

1.7. DISPONIBILIZAÇÃO EDITAL

Rua Jaime Pereira, n° 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pmsanagustinho.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

1.7.1. O edital e seus anexos se encontram disponíveis para consulta no endereço eletrônico: https://cimvalpi.mg.gov.br

1.7.2. Os pedidos de esclarecimentos e informações e as impugnações e recursos deverão ser formalizadas conforme Anexo I CEE 03

1.8. INTIMAÇÕES E COMUNICAÇÕES DO PROCESSO

Eventuais comunicações e/ou intimações referentes ao andamento do presente instrumento convocatório serão formalizadas aos licitantes e demais interessados através de publicação no Diário Oficial do Consórcio disponível no endereço: https://diariooficial.cimvalpi.mg.gov.br

1.9. LOCAL, DATA E HORÁRIO DA LICITAÇÃO

1.9.1. A licitação será realizada em meio eletrônico, observadas as condições de segurança, criptografia e autenticação em plataforma eletrônica indicada no Anexo I CEE 04.

1.9.2. A sessão pública será aberta na data e horário indicados no Anexo I CEE 05.

1.9.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do em sentido contrário.

1.9.4. A referência temporal será o horário oficial de Brasília/DF.

2. PARTICIPAÇÃO

2.1. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1.1. Respeitadas as condições normativas próprias e as constantes deste Edital, poderá participar desta licitação o interessado que promova o credenciamento na forma do item 04 deste edital, atenda aos requisitos de habilitação e qualificação constantes do edital e, ainda, de forma complementar, atenda as seguintes condições:

2.1.1.1. Seja pessoa jurídica legalmente estabelecida no País e possua objeto constante de contrato social ou ato constitutivo equivalente compatível com o objeto da licitação;

2.1.1.2. Consórcio, desde que previsto no Anexo I – CEE 06;

2.1.1.3. Empresa estrangeira, desde que apresente decreto de autorização para funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir e, ainda, atenda às exigências de habilitação mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por Tradutor Público e Intérprete Comercial, devendo ter representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

2.2. VEDAÇÕES

2.2.1. Não poderá participar direta ou indiretamente desta licitação o licitante enquadrado em qualquer das seguintes hipóteses:

2.2.1.1. Que esteja impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, na forma do art. 7° da Lei n° 10.520/02 pelo período correspondente ao cumprimento da penalidade;

2.2.1.2. Que esteja impedido de licitar ou contratar com os Municípios consorciados e/ou com o Consórcio, nos termos do art. 87, *caput*, inciso III da Lei n° 8666/93 pelo período correspondente ao cumprimento da penalidade;

Rua Jaime Pereira, n° 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://assinador.ufv.br e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar as assinaturas, acesse https://validar.iti.gov.br e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

2.2.1.3. Que tenha sido declarado inidôneo, nos termos do art. 87, *caput,* inciso IV da Lei nº 8666/93 pelo período correspondente ao cumprimento da penalidade;
2.2.1.4. Que esteja de impedido de licitar e contratar ou declarados inidôneos, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 pelo período correspondente ao cumprimento da penalidade ou de reabilitação devidamente comprovada nos termos do art. 163 da citada lei nº 14.133/2021.
2.2.1.5. Empresa proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei n.º 9.605/1998 pelo período correspondente ao cumprimento da penalidade;
2.2.1.6. Empresa proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/1992 pelo período correspondente ao cumprimento da penalidade;
2.2.1.7. Com decretação de falência, em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, exceto se houver decisão judicial específica autorizando sua participação neste certame, e se comprovada a capacidade econômica de arcar com o cumprimento do objeto contratual.
2.2.1.8. Submisso a concurso de credores, em liquidação ou em dissolução;
2.2.1.9. Em que o ramo de atividade não seja pertinente ou compatível com o objeto desta licitação.
2.2.1.10. Nas hipóteses de vedação constantes do art. 14 da Lei nº 14.133/2021.
2.2.1.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.
2.2.1.12. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendido aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.
2.2.2. Nenhum licitante poderá participar desta licitação com mais de uma proposta por lote.
2.2.3. As vedações de que tratam os itens 2.2.1.1 a 2.2.1.6 o item 2.7.4 serão também aplicadas ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
2.2.4. A observância das vedações supra é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

2.3. PARTICIPAÇÃO DIFERENCIADA DE ME´S E EPP´S

2.3.1. A participação do presente certame em relação as ME´s e EPP´s ocorrerá de forma diferenciada conforme respectiva indicação:
2.3.1.1. No Anexo I CEE 07 em relação ao desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional (art. 47 da LC 123/06) se indicado no referido item;
2.3.1.2. No Anexo I CEE 08 em relação a participação ampla ou restrita de ME´s e EPP´s desde que previsto no referido item e na proporção/parcela ali indicada.
2.3.1.3. No Anexo I CEE 09 quanto a obrigação de subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno se indicado no referido item.

2.4. DISPOSIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

2.4.1. A participação na presente licitação implica:
2.4.1.1. A aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital, bem como a observância dos preceitos legais e

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pmisanagil.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do procedimento.
2.4.1.2. Autorização de tratamento de dados constantes das propostas apresentadas e dos documentos de habilitação e qualificação da empresa participante, inclusive os eventuais tratamentos de dados pessoais na forma do art. 7°, *caput,* inciso I da lei n° 13.709/2018 mediante divulgação em sítio eletrônico de transparência para fins de reprodução, na íntegra, de todo o processo de licitação instaurado e desenvolvido.

3. ENTE PÚBLICO GERENCIADOR E ENTES PÚBLICOS PARTICIPANTES

3.1. O Ente Público gerenciador da ata de registro de preços é o CIMVALPI sendo que nos termos do art. 86 da Lei n° 14.133/2021 integram o presente ato convocatório, na condição de Entes públicos participantes, os órgãos ou entidades e respectivas indicações, quantidades e valores que se encontram indicados no Anexo I CEE 10.
3.2. O objeto deste ato convocatório, nos termos do art. 181 da Lei n° 14.133/2021, atenderá, por delegação prevista no art. 13 da Lei n° 11.107/2005, os Municípios consorciados que se encontram indicados no Anexo I CEE 11.

4. CREDENCIAMENTO

4.1. O registro de preços será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.
4.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação do registro de preços regulado por este ato convocatório deverão dispor de chave de identificação ou "login" e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do sítio da plataforma eletrônica indicada no Anexo I CEE 04.
4.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao CIMVALPI, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.
4.4. O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao procedimento de registro de preços na forma eletrônica.
4.5. A participação se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.
4.6. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.
4.7. É de responsabilidade do licitante cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas/plataforma indicada no Anexo I CEE 04 e mantê-los atualizados, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
4.8. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
4.9. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

Rua Jaime Pereira, n° 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://assinatura.1doc.com.br/verificador/1734-8H10-224U-X40R-3834 e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://assinatura.1doc.com.br/verificador/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

5. PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. Os licitantes deverão encaminhar proposta inicial até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, exclusivamente no sistema eletrônico referido no Anexo I CEE 04, quando se encerrará a fase de recebimento de propostas.

5.2. O licitante deverá apresentar a proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos e/ou informações:

5.2.1. Valor unitário e total do item (sendo consideradas até 02 casas decimais após a vírgula, salvo se o Anexo II indicar número maior);

5.2.2. Marca dos produtos ofertados e respectivo modelo, quando cabíveis.

5.2.3. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência – Anexo IV, indicando, no que for aplicável: modelo, prazo de garantia etc.

5.2.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.

5.3. As propostas deverão ter prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias a contar da data da abertura da licitação.

5.3.1. Se não constar o prazo de validade, entende-se 60 (sessenta) dias.

5.4. A proposta final deverá manter inalteradas as características, bem como a marca e modelo indicados no item 5.2.

5.5. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos no Anexo IV Termo de Referência.

5.5.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Anexo IV Termo de referência.

5.6. No momento do envio da proposta, o licitante deverá prestar, por meio do sistema eletrônico, as seguintes declarações:

- ✓ Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos cumprem plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a minha participação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrência posterior.
- ✓ Declaro para fins do disposto no inciso VI do *caput* do art. 68, da Lei nº 14.133/2021, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.
- ✓ Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.
- ✓ Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º, e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.
- ✓ Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 15 da lei nº 14.133/2021.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pmisanguilo.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

✓ Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

✓ Declaro que cumpro os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, se for o caso.

✓ Declaro que assumo o compromisso de guardar todos os documentos originais/autenticados, anexados eletronicamente ou apresentados para digitalização, se for o caso, pelo prazo de 10 (dez) anos, e apresentá-los quando requeridos pelo CIMVALPI.

✓ Declaro que os documentos anexados eletronicamente ou apresentados para digitalização, se for o caso, são fiéis aos originais e válidos para todos os efeitos legais, incorrendo nas sanções legais em caso de declaração falsa, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal.

✓ Autorizo o tratamento de dados constantes das propostas apresentadas e dos documentos de habilitação e qualificação da empresa participante, inclusive os eventuais tratamentos de dados pessoais na forma do art. 7º, *caput,* inciso I da lei nº 13.709/2018 desde que seja efetivado mediante divulgação em sítio eletrônico de transparência para fins de reprodução, na íntegra, de todo o processo de licitação instaurado e desenvolvido.

5.7. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.8.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.8.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.9. As declarações mencionadas no item 5.6, e nos itens 5.7 e 5.8 conforme o caso, são condicionantes para a participação do certame.

5.10. Nos casos de emissão de declaração falsa, o licitante estará sujeito às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital, sem prejuízo das sanções de caráter penal.

5.11. Após a abertura da sessão, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo resultante de fato superveniente e aceito pelo agente de contratação.

5.12. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital, que forem omissas ou apresentarem irregularidades.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://assinaturas.tce.mg.gov.br/verificar com o código D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

5.13. O preço proposto será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
5.14. Não será admitida a subcontratação, salvo nos casos em que houver serviço agregado ao fornecimento do bem, limitados ao serviço, desde que previsto no Anexo I – CEE 13 e, ainda, na hipótese do Anexo I CEE 09.
5.15. Os licitantes deverão consignar o valor da proposta, conforme indicado no Anexo I CEE 12, já consideradas inclusas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
5.16. A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo o licitante pleitear acréscimo após a abertura da sessão pública.
5.17. É de inteira responsabilidade do licitante obter dos órgãos competentes informações sobre a incidência ou não de tributos de qualquer natureza relativos ao objeto desta licitação, nos mercados interno e/ou externo, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária, ou outras correlatas.
5.17.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
5.17.2. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
5.17.3. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
5.18. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.
5.19. A fase de habilitação poderá anteceder as fases de apresentação de propostas, lances caso indicado no Anexo I CEE 14.
5.19.1. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item 5.1, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto ou retorno econômico.
5.20. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
5.21. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante (na hipótese de inversão fases – item 5.18), o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
5.22. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://assinaturas.zeropapel.com.br/verificar/0D40-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

5.22.1. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo consórcio ou de sua desconexão.
5.22.2. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
5.22.3. O licitante deverá comunicar imediatamente qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
5.22.4. Deverá ser observado pelo licitante a obrigação constante do item 8.16.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no Anexo I CEE 04 e CEE 05.
6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
6.3. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
6.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
6.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
6.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
6.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o agente de contratação e os licitantes.
6.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
6.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor respectivo constante do Anexo IV Termo de Referência.
6.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
6.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
6.12. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá observar o Anexo I CEE 15.
6.13. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://assinador.pscs.com.br/verificador e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://assinador.pscs.com.br/verificador e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

6.14. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado indicado no Anexo I CEE 16.
6.15. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
6.16. A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez)** minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **02 (dois)** minutos do período de duração da sessão pública.
6.17. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de **02 (dois)** minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
6.18. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
6.19. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
6.20. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
6.21. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
6.22. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 minutos sendo que após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até **10 (dez) minutos**, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
6.23. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até **05 (cinco)** minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
6.24. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
6.25. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até **05 (cinco)** minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
6.26. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
6.27. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://zeropapel.com.br/verificar com o código D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

6.28. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.27. Poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
6.29. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
6.30. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
6.31. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
6.32. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
6.33. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
6.34. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
6.35. No caso de desconexão com o agente de contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
6.36. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o agente de contratação persistir por tempo superior a **10 (dez)** minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas **24 (vinte e quatro)** horas da comunicação do fato pelo agente de contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
6.37. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
6.38. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial.
6.38.1. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.
6.39. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
6.40. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **05 (cinco)** minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
6.41. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas, acesse https://pisamagis.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

6.42. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
6.43. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
6.44. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
6.44.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
6.44.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
6.44.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
6.44.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
6.45. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
6.45.1. Empresas estabelecidas no território do CIMVALPI integrado pela soma dos territórios dos Entes consorciados conforme disposto no Anexo I CEE 17;
6.45.2. Em sequência, empresas estabelecidas no estado de Minas Gerais;
6.45.3. Em sequência empresas brasileiras;
6.45.4. Em sequência empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
6.45.5. E, por fim, em sequência empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
6.46. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
6.47. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
6.48. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
6.49. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
6.50. O agente de contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02 (duas)** horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
6.51. É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pmamg.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

6.52. Após a negociação do preço, o agente de contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta, devendo ser observado o item 8.16.

7. NEGOCIAÇÃO

7.1. Após o encerramento da etapa de lances e da aplicação do empate ficto, se for o caso, o agente de contratação poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, visando a que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento estabelecido, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital.
7.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8. DA ACEITABILIDADE E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. Encerrada a fase de negociação, o agente de contratação procederá a consulta com a finalidade de verificar se o licitante classificado em primeiro lugar não incorre em nenhuma das hipóteses de vedação de participação do certame, conforme redação do item 2.2, especialmente quanto a realização de consulta consolidada do licitante pessoa jurídica disponibilizada pelo Tribunal de Contas da União – TCU quanto licitantes inidôneos (TCU); condenações cíveis por ato de improbidade administrativa e inelegibilidade (CNJ); empresas inidôneas e suspensas (CEIS - CGU) e empresa punidas (CNEP- GCU) através do endereço eletrônico/URL: https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/
8.1.1. Na hipótese de a consulta indicar a existência de fato impeditivo à participação do certame, o licitante será convocado para manifestação pelo prazo mínimo de **30 (trinta)** minutos, e caso não seja apresentada justificativa que permita afastar o impedimento, o licitante será declarado desclassificado por falta de condição de requisito objetivo à participação.
8.2. Atendidas as condições de participação, na forma dos itens precedentes, o licitante classificado em primeiro lugar, por convocação e no prazo definido pelo agente de contratação de, no mínimo **02 (duas) horas**, deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao valor proposto, por meio eletrônico no endereço constante do Anexo I CEE 04.
8.3. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação solicitada, será desclassificado e estará sujeito às sanções previstas neste Edital.
8.4. O agente de contratação poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal e terceirizados do CIMVALPI, para orientar sua decisão.
8.5. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.
8.6. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie expressamente à parcela ou à totalidade de remuneração.
8.7. Na verificação da conformidade da melhor proposta apresentada com os requisitos deste Edital, será desclassificada aquela que:
8.7.1. Não atenda às exigências do ato convocatório da licitação, incluídas as especificações contidas no Anexo IV – Termo de Referência, desde que insanável.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pmamg.ibam.org.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

8.7.2. Apresentar preços em desacordo com os critérios de aceitabilidade estabelecidos no Anexo I – CEE 18.
8.7.3. Apresentar preços manifestamente inexequíveis não comprovando sua exequibilidade, observados os critérios indicados no Anexo I – CEE 19.
8.8. Em caso de divergência entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso.
8.9. O consórcio concederá ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.
8.10. O agente de contratação poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante a sua demonstração;
8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, o agente de contratação poderá adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:
8.11.1. Questionamentos junto ao licitante para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade.
8.11.2. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas.
8.11.3. Verificação de outros contratos que o licitante mantenha com a Administração Pública ou com a iniciativa privada.
8.11.4. Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes.
8.11.5. Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo licitante.
8.11.6. Estudos setoriais.
8.11.7. Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o licitante disponha para o fornecimento.
8.11.8. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.
8.12. Será considerada inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.
8.13. Caso o Anexo IV - Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
8.13.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
8.13.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
8.13.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo agente de contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas no Anexo IV – Termo de Referência, a proposta do licitante será recusada.
8.13.4. Se a amostra apresentada pelo primeiro classificado não for aceita, o agente de contratação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado.
8.13.4.1. Seguir-se-á com a verificação da amostra e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Anexo IV - Termo de Referência.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pmapa.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

8.14. Será vencedor o licitante que atender a íntegra do Edital e ofertar o menor preço ou o maior desconto ou retorno econômico, considerando o critério de julgamento previsto no Anexo I – CEE 18.
8.15. A classificação dos lances apresentados, a indicação da proposta vencedora e demais informações relativas à sessão pública constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.
8.16. Concluídas as providências do item 8.15, competirá ao licitante vencedor e aos demais licitantes participantes no cadastro de reserva da ata de registro de preços, providenciar, na plataforma eletrônica do certame, a geração do arquivo em formato PDF referente a proposta final, devendo ainda providenciar pelos próprios meios a assinatura qualificada prevista no art. 4°, caput, inciso III da Lei 14063/2020, encaminhando ao pregoeiro por intermédio da própria plataforma eletrônica de realização do certame.

9. <u>HABILITAÇÃO</u>

9.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
9.2. Documentos Relativos à Habilitação Jurídica:
9.2.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;
9.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
9.2.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
9.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
9.3. Documentos Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:
9.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
9.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, mediante apresentação do comprovante de inscrição ou outro documento hábil expedido pela respectiva fazenda pública que indique o número da inscrição.
9.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede do licitante;
9.3.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
9.3.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
9.4. Documentos Relativos à Qualificação Técnica:

Rua Jaime Pereira, n° 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pmapa.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

9.4.1. A comprovação de aptidão para o fornecimento do objeto se dará mediante apresentação da documentação constante do Anexo I CEE 20, se indicado.
9.5. Documentos Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:
9.6. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.
9.7. Demais documentos constantes do Anexo I CEE 21.
9.8. A entrega da documentação física original ou autenticada fica dispensada, podendo ser solicitada a qualquer momento em prazo estabelecido pelo agente de contratação, observada a sua guarda pelo agente de contratação pelo prazo de 10 (dez) anos.
9.9. 9. A documentação física original ou autenticada, quando solicitada deverá ser encaminhada ao endereço indicado no Anexo I – CEE 22.
9.10. Na falta de consignação do prazo de validade dos documentos, exceto item 9.2 e subitens, serão considerados válidos pelo prazo de 90 (noventa) dias contados da data de sua emissão.
9.11. Os documentos referentes à habilitação do licitante deverão estar válidos no dia de abertura da sessão pública.
9.12. Caso a data do julgamento da habilitação não coincidir com a da abertura da sessão, e não for possível ao agente de contratação verificar esta condição por meio de consulta a sites oficiais, o licitante será convocado a encaminhar no prazo de no mínimo **02 (duas)** horas, documento válido que comprove sua condição de habilitação na data da convocação, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.
9.13. Quando da apreciação dos documentos para habilitação, o agente de contratação procederá ao que segue:
9.13.1. Se os documentos para habilitação não estiverem completos e corretos, ou contrariarem qualquer dispositivo deste Edital, o agente de contratação considerará o licitante inabilitado;
9.13.2. No caso de inabilitação do primeiro classificado, serão retomados os procedimentos, respeitada a ordem de classificação do licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, e assim sucessivamente, até que sejam atendidas as condições do Edital.
9.14. Os licitantes remanescentes ficam obrigados a atender à convocação e a assinar, quando for o caso, a ata de registro de preços e o contrato no prazo fixado pelo consórcio, ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa.

10. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

10.1. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

10.1.1. Os esclarecimentos quanto ao edital poderão ser solicitados ao agente de contratação em até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da licitação, conforme informado no Anexo I – CEE 23.
10.1.2. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
10.1.2.1. As impugnações ao Edital deverão ser dirigidas ao agente de contratação nos endereços indicados no Anexo I – CEE 24.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pmapoiosistemas.com.br/verificador e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar as assinaturas, acesse https://pmapoiosistemas.com.br/verificador e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

10.1.2.2. O licitante que apresentar impugnação deverá encaminhar suas razões fundamentadas ao agente de contratação, que responderá e submeterá à aprovação da autoridade competente.
10.1.2.3. A impugnação feita tempestivamente não impedirá o licitante de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.
10.1.2.4. Acolhida a impugnação contra o instrumento convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame, quando da resposta resultar alteração que interfira na elaboração da proposta.
10.1.3. Decairá do direito de impugnação ao Edital ou de solicitar esclarecimento o licitante ou interessando que não se manifestar no prazo e forma estabelecidos nos itens 10.1 e 10.2.
10.1.4. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada na forma do item 1.8 deste edital no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
10.1.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
10.1.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.2. RECURSOS

10.2.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021 e, de forma complementar, o regulamento expedido pelo CIMVALPI disponível no endereço eletrônico/URL indicado no item 1.5.5.
10.2.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
10.2.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
10.2.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.
10.2.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
10.2.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
10.2.5. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema eletrônico/plataforma responsável pela realização do certame.
10.2.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
10.2.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
10.2.8. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pmamg.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

divulgação da interposição do recurso, na forma do item 1.8 do edital, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
10.2.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
10.2.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
10.2.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico indicado no Anexo I – CEE 25.

11. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do agente de contratação, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
11.2. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.
11.3. Os atos de adjudicação e homologação observarão a forma e procedimento estabelecidos nos regulamentos expedidos pelo CIMVALPI disponíveis no endereço eletrônico/URL indicado no item 1.5.5.

12. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATO

12.1. O licitante vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da convocação para assinatura da ata de registro de preços junto ao órgão gerenciador, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de não atendimento da demanda.
12.1.1. O prazo previsto poderá ser prorrogado, por justo motivo, a critério do CIMVALPI, mediante solicitação fundamentada do interessado.
12.2. A assinatura da ata de registro de preços será realizada, preferencialmente, de forma eletrônica, nos termos da lei n° 14.630/2020.
12.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de acordo com o estabelecido no Anexo I – CEE 26.
12.4. O início da vigência da Ata de Registro de Preços será de acordo com o estabelecido no Anexo I – CEE 27.
12.5. A ata de registro de preços observará a minuta constante de Anexo do edital.
12.6. A formalização de contrato observará a minuta consta de Anexo do edital, as disposições constantes neste item 12 e, por fim, o regulamento expedido pelo CIMVALPI disponível no endereço eletrônico/IURL indicado no item 1.5.5.

13. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

13.1. A fiscalização e a gestão da execução do contrato competirão, respectivamente, ao fiscal e ao gestor de contrato indicados no Anexo IV – Termo de Referência ou na Ata de Registro de Preços ou no termo de contrato a ser firmado.
13.2. A fiscalização e a gestão do contrato observarão o regulamento específico fiscalização e de gestão de contratos expedidos pelo CIMVALPI disponível no endereço eletrônico/URL indicado no item 1.5.5 deste edital.

14. ENTREGA DO OBJETO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Rua Jaime Pereira, n° 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pmg.signusdocs.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

14.1. A atividade de recebimento é condição prévia e essencial ao pagamento da contraprestação pelo CIMVALPI do fornecimento do objeto, representando a confirmação de que o objeto do contrato foi efetivamente executado em conformidade com os requisitos qualitativos, quantitativos, bem como o preço, a forma e prazo estipulados.
14.2. O recebimento será realizado com obediência às regras previstas no Anexo IV – Termo de Referência, observadas as seguintes diretrizes:
14.2.1. Em se tratando de compras, locação de equipamentos e bens, serviços profissionais não enquadrados como de engenharia:
14.2.2. Provisoriamente, pelo fiscal designado na ata de registro de preços e/ou no contrato, mediante relatório lançado no documento fiscal ou similar, que ateste a qualidade, especificação e quantidade do material, bem, serviço ou locação e sua aceitação, no prazo estipulado no contrato;
14.2.3. Definitivamente, a cargo do gestor de contrato designado por ato formal expedido pelo CIMVALPI, com base na verificação do trabalho realizado pela fiscalização.
14.3. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.
14.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.
14.5. Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão definidos na ata de registro de preços e/ou no contrato.
14.6. O pagamento será realizado somente após a conclusão da fase de liquidação da despesa.
14.6.1. Na realização dos pagamentos deverão ser observadas as disposições dos arts. 141 a 146 da Lei nº 14.133/2021 e, de forma complementar, os regulamentos expedidos pelo CIMVALPI referentes à fiscalização e gestão de contratos e ao recebimento provisório e definitivo, conforme endereço eletrônico indicado no item 1.5.5.
14.6.2. São documentos para fins de liquidação e pagamento:
14.6.2.1. Nota fiscal;
14.6.2.2. Fatura de locação;
14.6.2.3. Recibo de pagamento autônomo;
14.6.2.4. Nota de liquidação e pagamento;
14.6.3. Os processos de pagamento devem ser instruídos com os documentos que habilitem a correspondente liquidação e pagamento.
14.6.4. Competirá ao gestor de contratos promover junto a autoridade administrativa competente a formalização da liquidação do empenho para fins de pagamento, devendo apurar:
14.6.4.1. A origem e o objeto do que se deve pagar;
14.6.4.2. A importância exata a pagar;
14.6.4.3. A quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação.
14.6.4.4. A comprovação da regular prestação do objeto contratado.

15. REAJUSTAMENTO E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pisamagis.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

15.1. O reajustamento da ata de registro de preços e/ou do contrato ocorrerá a cada período de 12 (doze) meses, adotando por referência a data de formalização da proposta.
15.2. O reajustamento adotará o índice indicado no Anexo I – CEE 28 acumulado no período indicado no item anterior.
15.3. O reequilíbrio econômico-financeiro da ata de registro de preços e/ou do contrato, conforme o caso, observará a matriz de riscos indicada no item 16.

16. MATRIZ DE RISCOS

16.1. O contrato poderá identificar os riscos contratuais previstos e presumíveis e prever matriz de alocação de riscos, alocando-os entre contratante e contratado, mediante indicação daqueles a serem assumidos pelo CIMVALPI ou pelo contratado ou daqueles a serem compartilhados.
16.2. A alocação de riscos de que trata o item precedente considerará, em compatibilidade com as obrigações e os encargos atribuídos às partes no contrato, a natureza do risco, o beneficiário das prestações a que se vincula e a capacidade de cada parte para melhor gerenciá-lo.
16.3. Os riscos que tenham cobertura oferecida por seguradoras serão preferencialmente transferidos ao contratado.
16.4. A alocação dos riscos contratuais será quantificada para fins de projeção dos reflexos de seus custos no valor estimado da contratação.
16.5. A matriz de alocação de riscos definirá o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em relação a eventos supervenientes e deverá ser observada na solução de eventuais pleitos das partes.
16.6. Sempre que atendidas as condições do contrato e da matriz de alocação de riscos, será considerado mantido o equilíbrio econômico-financeiro, renunciando as partes aos pedidos de restabelecimento do equilíbrio relacionados aos riscos assumidos, exceto no que se refere:
16.6.1. Às alterações unilaterais determinadas pela Administração.
16.6.2. Ao aumento ou à redução, por legislação superveniente, dos tributos diretamente pagos pelo contratado em decorrência do contrato.
16.7. São aplicáveis a alocação de riscos as normas e regulamentos expedidos pelo CIMVALPI disponíveis no endereço eletrônico/URL indicado no item 1.5.5.

17. GARANTIAS

17.1. A formalização de garantia observará o disposto nos arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021 e, de forma complementar, o regulamento expedido pelo CIMVALPI constante de endereço eletrônico/URL indicada no item 1.5.5.
17.2. A critério do CIMVALPI, poderá ser exigida garantia, mediante indicação no Anexo I – CEE 29.
17.3. Serão admitidas as seguintes modalidades de garantia:
17.3.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
17.3.2. Seguro-garantia;

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pisamagis.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar as validades das assinaturas, acesse https://pisamagis.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

17.3.3. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
17.4. A garantia observará os seguintes percentuais calculados sobre o valor do contrato:
17.4.1. Até 5% (cinco por cento) nas contratações de serviços e fornecimentos;
17.4.2. Até 10% (dez por cento) nas contratações em que exista justificativa decorrente de complexidade técnica e dos riscos envolvidos conforme indicação constante da matriz de riscos;
17.5. O **CIMVALPI** poderá exigir a prestação de garantia adicional como condição para o pagamento antecipado.
17.5.1. O valor da garantia oferecida corresponderá, em regra, à integralidade do valor previsto como pagamento antecipado na hipótese do item 17.4.
17.6. O valor da garantia poderá ser reduzido com base na matriz de riscos do contrato.

18. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Nos termos dos arts. 155 a 162 da Lei nº 14.133/2021, serão aplicadas as sanções administrativas nas seguintes hipóteses:
18.1.1. Advertência, aplicável ao responsável que der causa à inexecução parcial do contrato quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
18.1.2. Impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, aplicável ao responsável que:
18.1.2.1. Incorrer na inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CIMVALPI, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
18.1.2.2. Incorrer na inexecução total do contrato;
18.1.2.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
18.1.2.4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
18.1.2.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.1.2.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
18.1.3. Declaração de idoneidade para licitar ou contratar, aplicável ao responsável que:
18.1.3.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
18.1.3.2. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
18.1.3.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
18.1.3.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
18.1.3.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013[1];

[1] Lei nº 12.846/2013:
[...]
Art. 5º Constituem atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, para os fins desta Lei, todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas mencionadas no parágrafo único do art. 1º , que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, assim definidos:
I - Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
II - Comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei;
III - comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pmamg.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar as assinaturas, acesse https://pmamg.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

18.1.3.6. Nas infrações administrativas indicadas no subitem 18.1.2 e subitens que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar.
18.1.4. Multa, a ser aplicada ao responsável que der causa a infrações administrativas será calculada observando o valor mínimo de 0,5% (meio por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor estimado para a licitação, da ata registrada ou do contrato licitado ou celebrado no caso de contratação direta na hipótese do responsável que der causa a infrações administrativas puníveis com as sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade indicadas neste edital, observada a cumulação de aplicação de sanções prevista no §7° do art. 156 da Lei n° 14.133/2021.
18.1.4.1. Sem prejuízo de aplicação do disposto no item 18.1.4, será aplicável a penalidade de multa:
18.1.4.1.1. Igual ou superior a 0,5% (meio por cento) e igual ou inferior a 15% (quinze por cento) para as seguintes infrações administrativas:
18.1.4.1.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
18.1.4.1.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
18.1.4.1.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
18.1.4.1.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
18.1.4.1.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
18.1.4.1.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;
18.1.4.1.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
18.1.4.1.1.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.1.4.1.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
18.1.4.1.2. Superior a 15% (quinze por cento) e inferior ou igual a 30% (trinta por cento) para as seguintes infrações administrativas:

IV - No tocante a licitações e contratos:
a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
V - Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.
§ 1º Considera-se administração pública estrangeira os órgãos e entidades estatais ou representações diplomáticas de país estrangeiro, de qualquer nível ou esfera de governo, bem como as pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro.
§ 2º Para os efeitos desta Lei, equiparam-se à administração pública estrangeira as organizações públicas internacionais.
§ 3º Considera-se agente público estrangeiro, para os fins desta Lei, quem, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, exerça cargo, emprego ou função pública em órgãos, entidades estatais ou em representações diplomáticas de país estrangeiro, assim como em pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro ou em organizações públicas internacionais.

Rua Jaime Pereira, n° 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pscamara.ciplan.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

18.1.4.1.2.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
18.1.4.1.2.2. Fraudar a licitação.
18.1.4.1.2.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
18.1.4.1.2.3.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei.
18.1.4.1.2.3.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento.
18.1.4.1.2.3.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
18.1.4.1.2.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
18.1.4.1.2.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.
18.2. A sanção administrativa de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito do CIMVALPI pelo prazo máximo de 03 (três) anos.
18.3. A sanção administrativa de inidoneidade para licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração direta e indireta de todos os Entes públicos da federação pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.
18.4. Se o valor aplicado pela sanção, somado às indenizações cabíveis, ultrapassar o valor de pagamento eventualmente devido pelo CIMVALPI ao contratado, será promovida de forma cumulativa:
18.4.1. A compensação da sanção e eventuais indenizações no valor pendente de pagamento ao contratado;
18.4.2. Eventual diferença não compensada no item anterior seja descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
18.5. A aplicação das sanções administrativas previstas neste ato convocatório não exclui, nem afasta, a obrigação de reparação de integral de eventual dano causado ao CIMVALPI.
18.6. A dosimetria das sanções administrativas e o respectivo processo administrativo de apuração e eventual responsabilização mediante aplicação de sanção administrativa observará o regulamento próprio expedido constante de endereço eletrônico no sítio oficial do CIMVALPI indicado no item 1.5.5

19. DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
19.2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse do CIMVALPI, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação e aos demais princípios indicados no item 1.6 deste edital.
19.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o CIMVALPI não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
19.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, somente se iniciando ou encerrando os prazos em dias de expediente no CIMVALPI.
19.5. Na contagem dos prazos, na hipótese de publicação do ato em mais de um meio, será considerado como parâmetro para a contagem de início do prazo a última publicação realizada.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pmamg.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

19.6. É facultado ao agente de contratação ou a autoridade competente, em qualquer fase do processo, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.
19.7. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para fornecimento de produtos, decorrentes desta
19.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
19.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
19.10. O agente de contratação, nos processos de licitação em que a modalidade seja o pregão, adotará a indicação/nomenclatura de "PREGOEIRO".
19.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e Anexo I – CEE 25.

20. ANEXOS
20.1. Anexo I – Condições Específicas do Edital – CEE;
20.2. Anexo II – DFD;
20.2.1. Anexo III – Estudo Técnico Preliminar;
20.2.2. Anexo IV – Matriz de Risco
20.2.3. Anexo V – Termo de Referência;
20.3. Anexo VI – Minuta de Ata de Registro de Preços;
20.4. Anexo VII– Minuta de Contrato.

Ponte Nova, 04 de junho de 2024

Richele Ap. Silva de Jesus
Agente de Contratação

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pisamaisdigital.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

CIMVALPI
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA

ANEXO I
CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO EDITAL (CEE)

Cláusula da Condição Específica do Edital (CEE)	Referência	Condição Específica do Edital
CEE 01	Descrição do objeto	Registro de preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos para o transporte de pessoas, materiais, documentos e pequenas cargas, para atender demanda do CIMVALPI e do Município de Dom Silvério.
CEE 02	Dados de atuação do processo	Número do processo administrativo: 07.0098.2024.10 Data autuação processo administrativo: 07/05/2024 Número do tipo de procedimento: Pregão Eletrônico: 010/2024
CEE 03	Pedidos de esclarecimentos, informações, impugnações e recursos	Pedidos de esclarecimentos e informações: https://licitar.digital Impugnações e recursos: https://licitar.digital
CEE 04	Plataforma eletrônica de realização do procedimento	URL da plataforma de disputa: https://licitar.digital
CEE 05	Data e horário sessão pública	Data: 21/06/2024 Horário: 09:00h (horário de Brasília)
CEE 06	Empresas participando na forma de consórcio	Pessoas jurídicas poderão participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas contidas no Art. 15 da Lei 14.133/2021.
CEE 07	Desenvolvimento econômico e social local e regional – art. 47 da LC 123/06	Contratação restrita local e/ou regional Não se aplica
CEE 08	Participação ampla e restrita – art. 48, I da LC 123/06	Participação restrita a ME´s e/ou EPP´s: Não se aplica

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

CIMVALPI
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA

CEE 09	Subcontratação de ME´s e EPP´s – art. 48, II da LC 123/06	Obrigação de subcontratação de ME´s e EPP´s Não se aplica
CEE 10	Entes Públicos Participantes	Nos termos do art. 86, caput, da Lei n° 14.133/2021: Município de Dom Silvério - MG
CEE 11	Entes Públicos Consorciados	Se aplica o art. 181 da Lei n° 14.133/2021 visando o atendimento dos seguintes Municípios consorciados: Abre Campo, Acaiaca, Alvinópolis, Amparo do Serra, Araponga, Barra Longa, Cajuri, Canaã, Caputira, Carangola, Coimbra, Congonhas, Desterro de Entre Rios, Diogo de Vasconcelos, Dionísio, Divinésia, Dom Silvério, Guaraciaba, Itabirito, Jequeri, Mariana, Matipó, Oratórios, Ouro Preto, Paula Cândido, Pedra do Anta, Piedade de Ponte Nova, Piranga, Ponte Nova, Porto Firme, Presidente Bernardes, Raul Soares, Rio Casca, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado, Santo Antônio do Grama, São Geraldo, São José do Goiabal, São Miguel do Anta, São Pedro dos Ferros, Sem Peixe, Sericita, Teixeiras, Urucânia, Visconde do Rio Branco e Viçosa.
CEE 12	Formato/descrição da proposta	Menor Preço por Item
CEE 13	Subcontratação	Não será admitida a subcontratação
CEE 14	Inversão fases – Habilitação precedendo apresentação de propostas e lances	Não será aplicada a inversão de fases
CEE 15	Intervalo mínimo de lance	R$ 0,01 (um centavo)
CEE 16	Modo de disputa	Aberto
CEE 17	Território Consórcio	O Território do Consórcio é formado pela soma dos territórios dos seguintes Entes consorciados: Abre Campo, Acaiaca, Alvinópolis, Amparo do Serra, Araponga, Barra Longa, Cajuri, Canaã, Caputira, Carangola, Coimbra, Congonhas, Desterro de Entre Rios, Diogo de Vasconcelos, Dionísio, Divinésia, Dom Silvério, Guaraciaba, Itabirito, Jequeri, Mariana, Matipó, Oratórios, Ouro Preto, Paula Cândido,

Rua Jaime Pereira, n° 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

CIMVALPI
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA

		Pedra do Anta, Piedade de Ponte Nova, Piranga, Ponte Nova, Porto Firme, Presidente Bernardes, Raul Soares, Rio Casca, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado, Santo Antônio do Grama, São Geraldo, São José do Goiabal, São Miguel do Anta, São Pedro dos Ferros, Sem Peixe, Sericita, Teixeiras, Urucânia, Visconde do Rio Branco e Viçosa.
CEE 18	Critérios de aceitabilidade de preços	Valor máximo conforme consta no Anexo V - Termo de Referência
CEE 19	Critérios de exequibilidade	A exequibilidade será apurada conforme consta no no item 13.3.1. Anexo V – Termo de Referência
CEE 20	Qualificação Técnica	**Habilitação técnica:** Não será exigida
CEE 21	Qualificação econômico-financeira	**a**. Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, observado o prazo de validade da respectiva certidão, considerando tratar-se de haver unidades da federação que dispões de prazos de validade distintos, bem como prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. a.1. Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor. **b**. Balanço patrimonial e demonstração do resultado (DRE) do último exercício social exigível, devidamente assinado pelo responsável legal da empresa e por contador habilitado, que comprovem a boa situação financeira da empresa. b.1. Para aquelas empresas constituídas a menos de 01 (um) ano ou no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

CIMVALPI
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA

		demonstrações contábeis referentes ao período de existência da empresa, devidamente assinados pelo seu representante legal e pelo contador responsável, em cópia autenticada ou via original. **c**. Demonstrações que comprovem a boa situação econômico-financeira da licitante será efetuada com base nos índices e resultados financeiros, extraídos do balanço apresentado na forma acima. a empresa deverá apresentar alternativamente Índice de Liquidez Geral = igual ou superior a 1 (um); Índice de Liquidez Corrente = igual ou superior a 1 (um) ou Comprovação de Patrimônio Líquido ou Capital Social, **com valor igual ou superior a 10% (dez por cento) do total estimado da prestação de serviços para o período de 12 (doze) meses.** ***(grifo nosso)*** Acerca da indevida exigência cumulatividade de índices de liquidez e capital social, vejamos entendimento da Corte de Contas da União: REPRESENTAÇÕES. CONCORRÊNCIA. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE PASSAGEIROS. POSSÍVEL RESTRIÇÃO AO CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME E DIRECIONAMENTO DO SEU RESULTADO. CONCESSÃO DE CAUTELAR. OITIVAS. AGRAVO DA ENTIDADE LICITANTE. PERICULUM IN MORA REVERSO. CONHECIMENTO DO RECURSO E SUSPENSÃO DA CAUTELAR ANTERIORMENTE CONCEDIDA. CUMULAÇÃO INDEVIDA DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO E GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL PARA FINS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. PROCEDÊNCIA PARCIAL. DAS REPRESENTAÇÕES. REVOGAÇÃO DA CAUTELAR. PERDA DE OBJETO DO AGRAVO, EM DECORRÊNCIA DA APRECIAÇÃO DO MÉRITO DA MATÉRIA REPRESENTADA. **"Para fins de qualificação econômico-financeira, a Administração pode exigir das licitantes, de forma não cumulativa, capital social mínimo, patrimônio líquido**

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

CIMVALPI
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA

		mínimo ou garantias que assegurem o adimplemento do contrato a ser celebrado, no caso de compras para entrega futura e de execução de obras e serviços". Enunciado da Súmula de Jurisprudência do TCU 275. (TCU - RP: 02938620144, Relator: MARCOS BEMQUERER, Data de Julgamento: 26/10/2016, Plenário) Para além disso, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, na Instrução Normativa nº 02/2010, expressamente definiu que, caso o licitante apresente Índice de Liquidez inferior a 01 (um), **lhe é facultada, para comprovação da qualificação financeira, a apresentação do capital mínimo ou do patrimônio líquido mínimo ao atendimento do certame**:[2] ***Art. 43. Os atos convocatórios devem conter cláusulas que assegurem o cumprimento das disposições contidas nesta norma, bem como as descritas nos incisos seguintes, de modo a explicitar que: V – a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas (...).*** ***V – a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas (...).*** ***Art. 44. O instrumento convocatório deverá prever, também, que as empresas que apresentarem resultado igual ou menor que 01 (um), em qualquer dos***

[1] https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas-revogadas/instrucao-normativa-no-02-de-11-de-outubro-de-2010-revogada-pela-in-no-3-de-2018

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

CIMVALPI
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA

		índices referidos no inciso V do art. 43 desta norma, quando da habilitação, deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo...
CEE 22	Documentação original ou autenticada	Caso seja necessário, a documentação original ou autenticada deverá ser encaminhada ao seguinte endereço, constando no envelope externo os seguintes dados: ENDEREÇO DE ENCAMINHAMENTO: Rua Jaime Pereira, 127, Bairro Progresso – Ponte Nova – MG CEP: 35.430-186 ENVELOPE DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO/PROPOSTA NÚMERO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO, MODALIDADE E NÚMERO DA MODALIDADE RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE CNPJ OU DOCUMENTO EQUIVALENTE
CEE 23	Esclarecimentos	As solicitações de esclarecimentos exclusivamente de forma eletrônica e deverão ser encaminhadas pela plataforma https://licitar.digital
CEE 24	Impugnações	As impugnações ao edital deverão ser encaminhadas da seguinte forma: Eletrônica, através da plataforma https://licitar.digital A impugnação eletrônica deverá conter assinatura que possa identificar o signatário, observado o disposto na Lei nº 14.630/2020. Presencial mediante protocolo no endereço e horário: Rua Jaime Pereira, 127, Bairro Progresso, Ponte Nova – MG CEP:35.430-186
CEE 25	Vista dos autos	A vista dos autos será eletrônica, mediante baixa/download dos arquivos no endereço eletrônico/URL: https://cimvalpi.mg.gov.br/pregao
CEE 26	Prazo de Vigência da Ata de Registro de Preços	O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 meses, podendo ser prorrogada por até mais 12 meses, mediante previa e formal justificativa de interesse Público da manutenção da ata, vantajosidade de preços, e existência de saldo.
CEE 27	Início vigência da ata de registro de preços	A ata de registro de preços vigorará a partir da data de sua publicação.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

CIMVALPI
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA

CEE 28	Índice de reajustamento	Será adotado o índice de reajuste de preço INPC – Índice Nacional de Preços
CEE 29	Garantia	Não será exigida garantia

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Anexo II

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

Setor requisitante: Gerência Administrativa **Responsável pela demanda:** João Paulo Ferreira.
E-mail: joaopaulo@cimvalpi.mg.gov.br

1 - Objeto:

( ) Serviço não continuado;
(X) Serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra;
( ) Serviço continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra;
( ) Material de consumo;
( ) Material permanente/equipamento;

2 – Justificativa da necessidade da contratação:

Avaliar a viabilidade técnica e financeira para atendimento às necessidades do CIMVALPI e Municípios consorciados com intuito de elaboração e formalização de processo administrativo para a contratação de empresa especializada na locação de veículos leves.

3 – Descrição dos serviços:

- Locação de veículos utilitários que comportem até 5 passageiros; SUV; Sedan ou Sedan Executivo; Veículos utilitários que comportem no mínimo 7 passageiros (minivans); pick-up; e caminhonete 4x4.

4 – Observações gerais

4.1 – Unidade e servidor responsável para esclarecimentos: Gerência Administrativa – João Paulo Ferreira.

João Paulo Ferreira
Gerente Administrativo

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://zeropapel.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar as validades das assinaturas, acesse https://zeropapel.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Anexo III

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE LOCAÇÃO DE VÉICULOS

- Setor Responsável pela formalização da demanda: Gerência Administrativa.
- Agente Público da área de licitações responsável pelo acompanhamento da elaboração do ETP: Richele Aparecida Silva de Jesus – Agente de contratação.
- Oficial de Assessoramento Jurídico responsável pela revisão do ETP: Hilton Antônio de Oliveira.

INTRODUÇÃO:

O presente Estudo Técnico Preliminar é requisito necessário para assegurar a viabilidade técnica e econômica da pretensa contratação de empresa especializada em LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, mensurando os riscos e determinar estratégias, fornecendo subsídios para a elaboração do Termo de Referência e, bem como, definir um plano de sustentação para a solução demandada.

O estudo aqui apresentado recai sobre a realização de licitação centralizada, para eventual e futura contratação de serviços de aluguel de veículos, em favor do Consórcio Intermunicipal e Multissetorial do Vale do Piranga – CIMVALPI e Municípios que o integram que demandam por este serviço.

Trata-se de um modelo de serviço adotado de forma comum e habitual pela Administração Pública, tendo obtido bons resultados tanto para o Contratante CIMVALPI, quanto para os Municípios integrantes (consorciados).

Em outras linhas, o presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade avaliar o histórico do modelo de Locação de Veículos atualmente em execução pelos Municípios (consorciados) e pelo próprio CIMVALPI, observando as necessidades do executivo municipal, levantar os requisitos técnicos em consonância com requisitos legais necessários para atender essas necessidades, aferindo as condições que o mercado oferece e, por fim, analisar a viabilidade da contratação sob o prisma da legalidade.

O objetivo aqui é pautar elementos que, fundamentadamente, tem a capacidade e potencial para, em tese, considerando o caso concreto, melhor atender ao Interesse Público.

Assim, a delimitação da solução nos termos e condições estipulados, não é decisão de livre arbítrio deste estudo. Aqui estão pautados elementos que, fundamentadamente, tem a capacidade e potencial para, em tese, considerando o caso concreto, melhor atender ao Interesse Público.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pmapa.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

1) OBJETO:

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objeto à análise prévia e condições de viabilidade para contratação de serviços contínuos de LOCAÇÃO DE VEÍCULOS utilitários que comportem 05 (cinco) passageiros; SUV's; Sedan ou Sedan Executivo; utilitários que comportem 07 (sete) passageiros tipo (minivans); Pick-up que comportem 02 (dois) passageiros e Caminhonete 4x4, sem fornecimento de combustível, incluindo manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças, seguro e/ou proteção veicular, inclusive contra terceiros, para o transporte de pessoas, materiais, documentos e pequenas cargas, com a finalidade de atender demanda do CIMVALPI, bem como dos Municípios que o integram. Tendo em vista a expiração da vigência da atual contratação aliada à caracterização destes serviços como contínuos, dado sua essencialidade, visando atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, de modo que sua interrupção pode comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional do CIMVALPI.

2) ESTIMATIVA DE PRAZO – Vigência e Prorrogação da Contratação

Para a presente contratação, estima-se vigência mínima de 12 (doze) meses, a depender da demanda do Município (demandante), contados do ato da assinatura do contrato, observado a cada exercício financeiro (art. 105 Lei 14.133/21), a disponibilidade de créditos orçamentários. Ainda para efeitos de prorrogação do contrato, poderá ser celebrado por até 05 (cinco) anos, prorrogável sucessivamente pelo prazo máximo de até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133 de 2021.

2.1. - A prorrogação de que trata o parágrafo anterior é condicionada à necessidade da demanda por parte dos Municípios (consorciados), bem como pelo ateste da autoridade administrativa competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para Administração, permitida a negociação mediante o cumprimento das seguintes condições:

2.1.1) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
2.1.2) Anexação de relatório anual que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
2.1.3) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na continuação da realização do serviço;
2.1.4) Haja manifestação expressa da empresa contratada informando o interesse na prorrogação;
2.1.5) Anexação de comprovado que a empresa contratada mantém as condições iniciais de habilitação;
2.1.6) Previsões outras previstas em Edital.

2.2. - A prorrogação do contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pmamg.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

2.3. - Na eventual prorrogação do contrato, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.4. - O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação previstas em Lei.

3) - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO EM RAZÃO DA DEMANDA A SER ATENDIDA SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO

3.1 - Justificativa e Necessidade

O presente Estudo Técnico Preliminar foi elaborado em conformidade com as necessidades apresentadas pela Gerência Administrativa através do Documento de Formalização de Demanda. Além disso foram observados os parâmetros qualitativos, (modelos e categorias) de veículos já anteriormente demandados pela Administração Pública dos Municípios (consorciados) e do próprio CIMVALPI.

Conforme já acima mencionado, este modelo de contratação é habitualmente utilizado pela Administração Pública para suprir a necessidade de frota limitada ou inexistente de veículos dentro dos Municípios (consorciados).

Sob pena de inviabilizar a missão institucional do ente público, tendo em vista que, para atender suas demandas operacionais e administrativas, à Administração Pública necessita diariamente deslocar e movimentar pequenas cargas e documentos, servidores e munícipes.

No caso do CIMVALPI, não há frota própria, e seus servidores deslocam-se diariamente para exercer atividades que vão desde fiscalizações, operações e visitas técnicas, eventos profissionais, reuniões e para o transporte de materiais, para dar apoio às diversas atividades desenvolvidas pelo Consórcio.

Ressalte-se, que a forma como os serviços já vem sendo prestados em modelo utilizado pela Administração, o serviço de locação de veículos mantém-se como solução técnica e econômica viável à alternativa, que seria aquisição por meio de compra. Quando o órgão público não conta com estrutura de manutenção de veículos ou quando a locação não se mostra uma opção viável ou ainda, quando a localização do órgão torna inviável a adoção de modelo de contratação diverso.

3.2. - Descrição da Contratação

Tendo em vista a natureza do serviço a ser prestado, o presente estudo observou o disposto no artigo 2º inc. III da Lei 14.133/2021, além dos normativos contidos nas Instruções Normativas 007/2022 e 008/2022 do CIMVALPI, considerando num primeiro momento, que o modelo de locação de veículos para atender demanda do CIMVALPI e dos entes consorciados registra maior vantajosidade para administração, o que será objeto de análise e conclusão apresentadas neste

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pmgp.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Estudo. Em levantamento realizado pela Diretoria Técnica Administrativa e Setor de Frotas do CIMVALPI do CIMVALPI, constatou-se que os entes consorciados demandam habitualmente por veículos de modelos e características a seguir apresentados:

I) **Veículos compactos utilitários que comportem até 05 (cinco) passageiros, incluindo o motorista;**
II) **Veículos SUV's, com capacidade mínima de até 05 (cinco) passageiros, incluindo o motorista;**
III) **Veículos Sedan's ou Sedan's Executivos, que comportem até 05 (cinco) passageiros, incluindo o motorista;**
IV) **veículos utilitários (minivans) que comportem no mínimo 07 (sete) passageiros;**
V) **Veículos Pick-up's, que comportem no mínimo 02 (dois) passageiros, incluindo o motorista e com capacidade de carga de no mínimo 550 kg;**
VI) **Veículos Caminhonete 4x4, que comportem até 05 (cinco) passageiros, incluindo o motorista e com capacidade de carga de no mínimo 1.000 kg.**

Os órgãos e entidades constitutivos da Administração Pública do Poder Executivo Municipal necessitam para a execução logística de suas atividades, promover o deslocamento de suas autoridades, servidores e terceiros a ela vinculados, além de pequenas cargas, objetos e documentos.

Para tanto, fazem uso de serviços de locação de veículos automotores, visto que a frota própria se apresenta por vezes insuficiente, e em determinados casos inexistente. Desta feita, se torna necessário promover a locação de veículos automotores, para a realização regular das atividades acima referenciadas.

Nesta classificação, por meio de levantamento realizado pela Diretoria Técnica Administrativa e Setor de Frotas do CIMVALPI, foram considerados as categorias de veículos comumente utilizados elencados nos incisos acima, com as seguintes especificidades:

a) Veículos com capacidade de 5 (cinco) passageiros, potência acima de ***75 CV***, direção elétrica ou hidráulica, combustível flex (gasolina/álcool), 04 (quatro) portas, ar condicionado, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis de LED ano de fabricação mínimo 2022;

b) Veículo, Sedan 04 (quatro) portas, motorização mínima de **111 *CV***, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, distância mínima entre os eixos de 2,60 cm, faróis de LED, ano de fabricação mínimo 2022;

c) Veículo, tipo Minivan, motorização mínima ***130 CV,*** com capacidade mínima para 07 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pmapoio.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar as assinaturas, acesse https://pmapoio.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis de LED, ano de fabricação mínimo 2022;

d) Veículo, tipo SUV, motorização mínima de ***111 CV***, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis de LED, ano de fabricação mínimo 2022;

e) Veículo, pick-up, mínima de ***75 CV***, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis de LED, ano de fabricação mínimo 2022;

f) Veículo, caminhonete 4x4, cabine dupla, motorização mínima de ***160 CV,*** ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS e AIRBAG, combustível diesel, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis de LED. ano de fabricação mínimo 2022;

A motivação do conjunto de exigências para os veículos acima elencados, se dá pelo fato de que dentro do mercado de locação de veículos, a exigência do consumidor por veículos mais novos e em condições de proporcionar maior conforto e segurança ao condutor e passageiro (s), é condição determinante na hora de fazerem sua escolha.

Não diferente deve ser o posicionamento da administração pública no momento de contratar pelo serviço, buscando da mesma forma assegurar condições mínimas de conforto e segurança para seus servidores e passageiros.

Podemos aqui também pontuar, que a Comissão de Desenvolvimento Econômico da Indústria e Comércio, aprovou proposta que proíbe as locadoras de veículos de usar automóveis com mais de 120 mil quilômetros rodados ou mais e dois anos de uso, daí comunga-se entendimento de ser razoável a exigência de veículos fabricados à partir de 2022.

Pela proposta, ***"(...)a administração pública também deverá seguir a proibição em licitações de transporte e locação de veículos. Até o momento, a PL 1529/2015 encontra-se com a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania"***.[3]

Em relação aos critérios que amparam a exigência de motorização mínima sugerida dentro deste Estudo, as justificativas encontram-se explanadas no subitem a seguir, mas já podemos mencionar que os critérios utilizados buscam assegurar ampla participação, contemplando todas as montadoras de veículos que mormente atuam no mercado nacional, e por conseguinte, os respectivos fornecedores do mercado de locação.

3.3. - Critérios de motorização exigidos:

[3] https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1278737

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pmpontenova.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Durante pesquisa realizada em sites e revistas especializadas no seguimento automotivo, fato não controverso é de que nas últimas décadas houve downsizing no mercado.

A prática de substituir motores maiores e aspirados por propulsores menores e sobrealinhamentados tornou-se possível, por exemplo, fazer um pequeno motor 1.0 de 3 cilindros render quase tanto quanto um motor 2.0 do passado. Por esse motivo, e buscando não restringir a competição entre as diferentes montadoras, o critério de exigência elencado neste Estudo, pauta pelo parâmetro de potência em CV mínima exigida.[4]

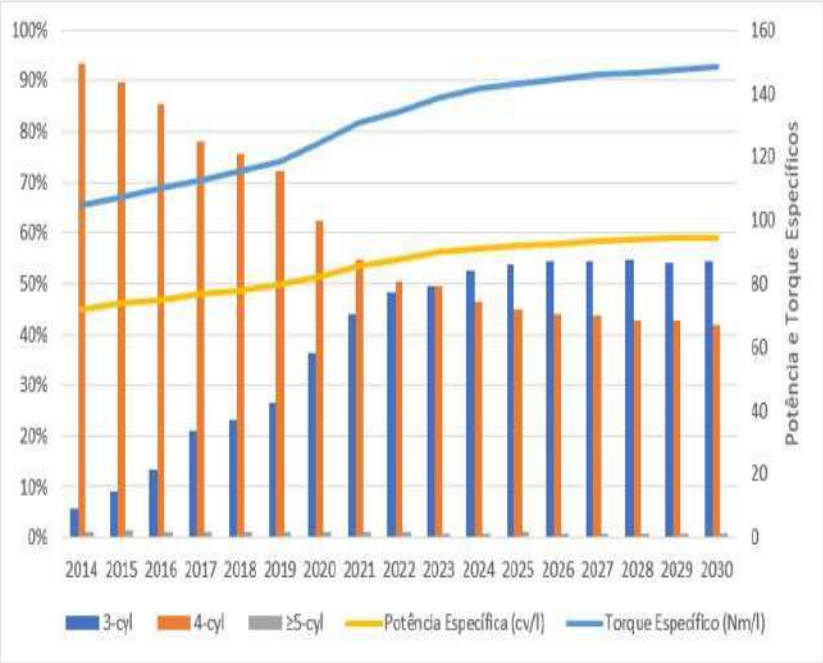
Há, portanto, uma previsão de que mais da metade dos veículos vendidos no Brasil em 2023 sejam equipados com motores de três cilindros e a participação de turbo e injeção direta deve ultrapassar 50% em 2028. Nesse contexto, apesar da redução da cilindrada média, o aumento do uso de turbo e da injeção direta vai fazer com que a potência específica (cavalos por litro) e o torque específico (Newton metro por litro) cresçam 31% e 42%, respectivamente, em 2030 quando comparadas a 2014.

[4] https://motor1.uol.com.br/news/539999/motores-1000-turbo-brasil-tecnologias/
https://pt.linkedin.com/pulse/downsizing-tend%C3%AAncia-automobil%C3%ADstica-do-futuro-jared-rocha/
https://www.webmotors.com.br/wm1/dicas/o-que-e-downsizing
https://autoesporte.globo.com/carros/noticia/2014/11/tecnologia-entenda-porque-dowsizing-nao-significa-menos-potencia.ghtml

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

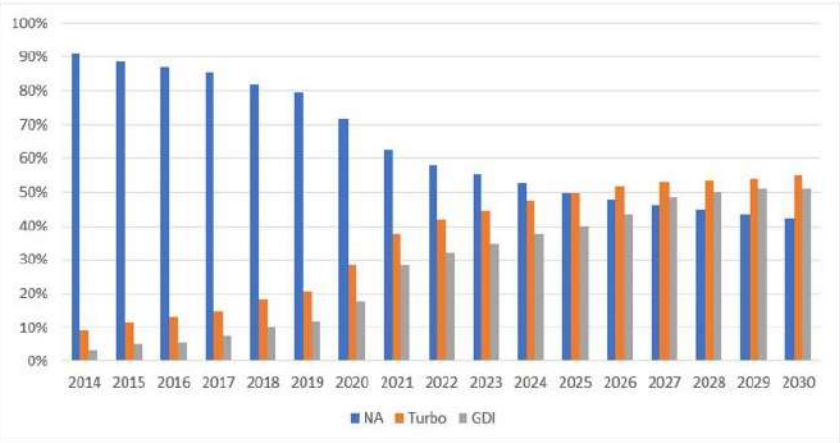
Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pmapa.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Evolução da adoção do downsizing x crescimento de potência e torque específicos - Brasil



Fonte: IHS Markit VPaC - Vehicle Performance and Compliance – setembro de 2019

Substituição de motor aspirado por motor turbo e com injeção direta - Brasil



Fonte: IHS Markit VPaC - Vehicle Performance and Compliance – Setembro de 2019

Considerando os vários parâmetros adotados pelas montadoras de veículos, existe uma diversidade de nomenclaturas e pontuações dentro de tipos e modelos de veículos, logo, em suas respectivas motorizações, a exemplo de veículos turbos e aspirados.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pinamgs.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

De forma a garantir que haja ampla e irrestrita participação no certame, estabeleceu-se dentro deste Estudo parâmetros mínimos de ***potência em "CV"*** a serem considerados, sem que contudo, deixem de atender as demais especificidades e itens de segurança descritos e previstos neste ETP.

3.4. - Critérios para exigência mínima de ano de fabricação - Itens de segurança obrigatórios e indispensáveis:

A exigência de veículos cujo ano de fabricação não seja inferior a 2022, justifica-se principalmente pela Resolução CONTRAN (567/2015) que trata sobre a obrigatoriedade do controle de estabilidade em veículos produzidos e fabricados a partir do ano de 2020. A regra vale para modelos inéditos, inclusive populares e também para os que passarem por grandes mudanças, como troca de geração. Por estas razões, pensando em garantir a segurança dos condutores e passageiros, além dos itens de segurança obrigatórios mais comuns como freios ABS e Airbag, encontram-se descritos neste estudo, itens de segurança indispensáveis e considerados obrigatórios e inseridos em veículos fabricados à partir de 2020 tais como:

a) Controle de estabilidade

O controle de estabilidade conforme acima mencionado é um item de segurança do carro que passou a ser obrigatório em 2020. O sistema tem o objetivo de detectar quando o carro está prestes a perder o controle e cortar a aceleração do motor, freando uma ou mais rodas. Esse cuidado pode impedir, por exemplo, que o veículo rode ao fazer uma curva.

b) Barras de proteção lateral

As barras de proteção lateral são travessas de aço fixadas entre as colunas do veículo, por dentro das portas, para proteger o motorista e os passageiros em casos de colisão lateral. Apesar de simples, esse tipo de solução é muito efetivo, pois diminui o impacto sofrido pelo ocupante do carro. As barras de proteção lateral passaram a ser obrigatórias somente em 2020, mas muitos veículos do país já contam com esse item de segurança.

c) Freios ABS

Com a *vênia* pela redundância, o sistema ABS — assim como a direção hidráulica e o ar-condicionado, que já foram diferenciais — hoje são itens mais do que mandatórios. Desde janeiro de 2014 os carros novos comercializados no Brasil já saem de fábrica com o sistema ABS de frenagem.

d) Distância mínima entre os eixos de 2,60 cm (Sedan's)

Visto que os veículos Sedan's alugados pelo Consórcio andam quase que diariamente com número máximo de passageiros, tal característica se faz necessária perfazendo maior conforto aos passageiros e maior estabilidade aos veículos.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pmpn.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

e) Faróis de LED

Quanto a exigência aos faróis de LED, esses são mais eficientes do que os convencionais por algumas razões. Eles **consomem menos energia** em comparação com as lâmpadas convencionais, como as de halogênio. Portanto, os faróis de LED são mais econômicos em termos de consumo de energia do veículo, o que pode resultar até mesmo em menor consumo de combustível.

Além disso, os LEDs têm uma vida útil mais longa do que as lâmpadas convencionais. Enquanto as lâmpadas halógenas geralmente precisam ser substituídas após algumas centenas de horas de uso, os faróis de LED podem durar até 25.000 horas ou mais, dependendo do modelo. Isso significa que os veículos com faróis de LED não precisam substituí-los com tanta frequência, o que pode resultar em economia de dinheiro e tempo a longo prazo.

Outra vantagem dos faróis de LED é a sua capacidade de proporcionar melhor visibilidade. Eles produzem uma luz mais brilhante e clara em relação às lâmpadas convencionais, algo especialmente útil durante a noite e em condições climáticas adversas, como chuva ou neblina. Os faróis de LED também iluminam a estrada de forma mais eficiente e proporcionam uma melhor percepção de profundidade, o que contribui para a segurança ao dirigir.

Por fim, os faróis de LED têm uma resposta mais rápida em comparação com as lâmpadas tradicionais. Eles ligam e atingem o brilho máximo quase instantaneamente, enquanto as lâmpadas de halogênio precisam de um breve período para aquecer. Essa resposta rápida é particularmente útil ao alternar entre os modos alto e baixo dos faróis ou ao utilizar sistemas de iluminação adaptativa, proporcionando maior conveniência e segurança ao motorista.[5]

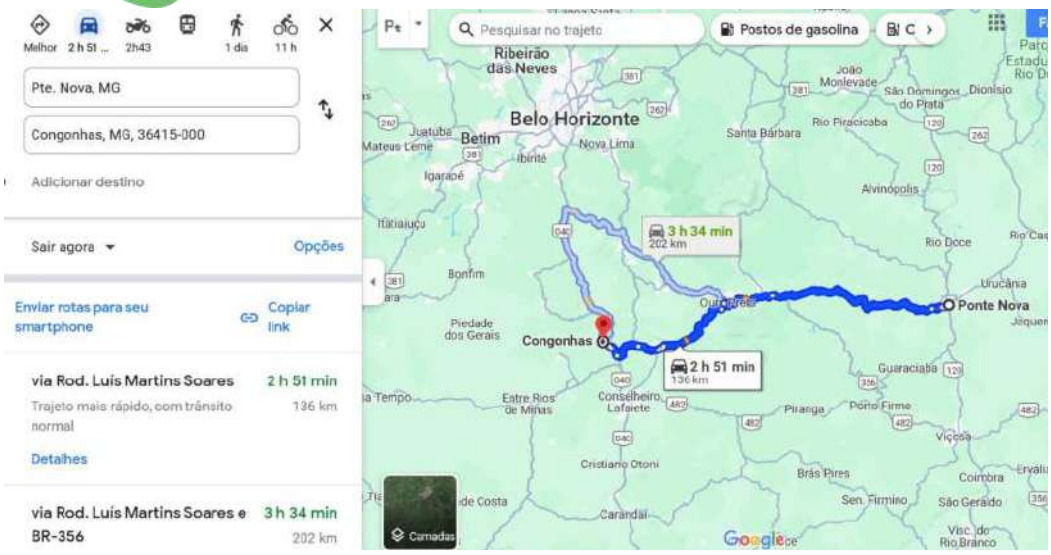
Reiteramos que atualmente o CIMVALPI é composto por 46 (quarenta e seis) municípios localizados principalmente dentro da Zona da Mata Mineira, Vale do Piranga e Região dos Inconfidentes. É justificadamente razoável que haja para além das exigências quanto aos itens de segurança acima apontados, que os veículos fornecidos possuam baixa quilometragem, de forma a garantir a ininterrupta continuidade dos trabalhos realizados pelo CIMVALPI, minimizando contratempos no que se refere a manutenções corretivas decorrente de quebra ou mau funcionamento.

A título meramente exemplificativo, podemos citar o município consorciado de Congonhas/MG, localizado a mais de 130km de distância da sede do CIMVALPI. Os atendimentos realizados não somente a este município, como para tantos outros, demandam deslocamentos quase que semanais, o que deve ser assegurado por veículo em excepcionais condições de segurança e conforto, como a exigência por veículos com faróis de LED, haja visto que em razão das distâncias entre os Municípios, estes veículos certamente retornarão à sede já em horário noturno.

[5] https://www.karvi.com.br/blog/por-que-farois-de-led-sao-mais-eficientes/

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pmamg.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A



4) CONTRATAÇÕES CORRELATAS E INTERDEPENDENTES;

A Contratada deverá proceder com a manutenção preventiva e corretiva, incluindo reposição de peças quando necessário, seguro total e/ou plataforma de proteção veicular, inclusive contra terceiros.

Correlata à presente contratação o Processo: 0903217202310 Gerenciamento informatizado de frota de veículos, mediante rede credenciada para fornecimento de combustíveis; manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças e serviços; higienização de veículos.

Esta contratação pospor-se processo licitatório 001/2022, portanto, trata-se de processo cujo objeto e modelo de contrato já possui precedentes dentro do departamento de licitações do CIMVALPI.

5) REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Tendo em vista a natureza do serviço a ser contratado, a previsão da contratação encontra-se inserida no artigo 2º, inc. III da Lei 14.133/2021. Para além deste imperativo legal contido na nova Lei de Licitações, observa-se o disposto na Consolidação do Contrato de Consórcio Público e Consolidação Estatuto CIMVALPI, além das Instruções Normativas 007/2022 e 008/2022 ambas também do CIMVALPI.

Para além na Novel Lei de Licitações e legislação civilista aplicadas no presente Estudo, considerar-se-á como requisitos da contratação todas as demais exigências previstas em Edital e Contrato.

Poderá participar deste processo licitatório empresas do ramo de atividade relacionada ao objeto, que não possuam registro de sanção que impeça sua

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pmamg.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

contratação, bem como estejam devidamente regulares com as Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal, com o FGTS, INSS e com a Justiça do Trabalho.

Os serviços que constituem o objeto deste estudo e eventual contratação, deverão ser executados de acordo com a solicitação da contratante e/ou Município consorciado, por ordem de serviço e orientação/fiscalização da equipe técnica designada pelo CIMVALPI, devendo o veículo estar disponível no período e local, conforme a necessidade apresentada, além das disposições expostas no Termo de Referência, Edital e condições contratuais.

Previamente dispõe-se que na proposta de preço apresentada, deverá ser considerado pela licitante, que o objeto licitado deverá ser fornecido em até 15 (quinze) dias úteis após a data de solicitação.

O veículo em referência, deverá ser entregue na área patrimonial indicada pela contratante e/ou ente consorciado.

Estabelece-se ainda que o custo de mobilização, desmobilização, seguros e todos os demais custos/encargos envolvidos estão a cargo da contratada, ou seja, **na proposta de preço deverá compreender todas as despesas decorrentes da locação.**

Os veículos deverão estar segurados e/ou cobertos por plataformas de proteção veicular devendo o valor de franquia ser apresentado à parte da proposta ou se já inserido na mesma, que seja especificado o percentual de franquia dentro da proposta.

É necessário entender que não existe um valor fixo para a franquia do seguro. Seu valor vai depender de fatores como o perfil do condutor, modelo do carro e outros pontos avaliados durante a cotação.

Além disso, existem diferentes tipos disponíveis de franquias que pode optar na contratação do seguro, ficando a cargo da licitante qual modelo de franquia será utilizada, se reduzida, majorada ou normal.

Como não há no mercado regulamentação acerca de alíquota relativa a valor de franquia em caso de sinistro, será considerado pelo CIMVALPI a proposta que não exceda o valor máximo de 4% (quatro) por cento do valor da tabela fipe em consonância a alíquota de IPVA cobrado dentro do Estado de Minas Gerais.

Deverá ser contemplado as seguintes coberturas:

Seguro:

Danos Corporais a terceiros.....R$100.000,00
Danos Materiais a terceiros.....R$100.000,00
Danos Morais a terceiros.....R$10.000,00
Ocorrência de morte.....R$13.500,00
Invalidez permanente e/ou total.....R$13.500,00

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pmamg.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Despesas médico hospitalares.....R$2.700,00

O presente serviço será realizado sob demanda, de acordo com a necessidade da administração e dos Municípios interessados na contratação.

Só será efetuado o contrato administrativo em caso de necessidade e em cumprimento ao disposto na Lei nº 14.133/21. Ao final do processo licitatório será realizada a assinatura da ata de registro de preços, válida por 12 meses. Ainda para efeitos de prorrogação do contrato, poderá ser celebrado por até 05 (cinco) anos, prorrogável sucessivamente pelo prazo máximo de até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133 de 2021.

Os requisitos para contratação de empresa especializada em aluguel de veículos, devem seguir os pressupostos pela contratada de comprovar capacidade técnica e operacional, demostrada através de atestados de capacidade técnica profissional, documentação de enquadramento de empresa do ramo de locação de veículos sem motorista e cumpridos os requisitos apresentados neste Estudo.

6) LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DE MERCADO

Neste tópico, urge apresentar as soluções capazes de atender satisfatoriamente os ambientes produtivos, setores de atuação, departamentos e programas da gestão do CIMVALPI, e dos Municípios que o integram – que por sua vez, todos alinhadas aos princípios e regras que regem a Administração Pública.

Nosso estudo tem o condão de identificar empreendimentos possíveis de aproximar as compras públicas da Administração CIMVALPI às práticas adotadas pelo mercado, impondo inovações que se fundamentam no princípio da eficiência, imprimindo um uso racional dos recursos públicos.

Assim, observou-se que, em matéria de soluções para o serviço de transporte, a Administração Pública em geral costuma adotar ao menos dois modelos considerados mais tradicionais para execução deste serviço, são eles:

a) Aquisição de Veículos

No modelo de aquisição de veículos, a Administração Pública adquire o veículo e assume todos os custos dele decorrentes, contratando, de forma independente, motorista em empresa terceirizada ou designando servidor do próprio órgão para a função. É solução adotada em situações específicas como, por exemplo, quando o órgão público conta com estrutura de manutenção de veículos ou quando a locação não se mostra uma opção viável ou ainda, quando a localização do órgão torna inviável a adoção de modelo de contratação diverso.

b) Locação de Veículos

No modelo de locação de veículos, o serviço consiste na disponibilização de veículos por empresa contratada, a qual se responsabiliza pelos gastos e manutenções advindas da disponibilização do veículo.

O mercado de potenciais prestadores para os serviços de locação de veículos é bastante vasto, contudo, em determinadas situações como no caso em tela, o

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pisamagis.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

fracionamento do objeto licitado em vários itens permitirá a participação de um maior número de licitantes e que tal fato democratiza o acesso às contratações públicas. Quanto a tal fato, não resta a menor dúvida. É de fácil constatação, que, não obstante a locação de veículos não sejam objetos tão complexos, no mercado, sob o ponto de vista pragmático há uma grande distinção entre um e outro.

O seguimento de locação de veículos de pequeno e médio porte como veículos utilitários Hatchs, Sedans, SUV's, Pick–ups e Caminhonetes, referem-se às locadoras cujos registros da atividade, no Ministério da Economia, têm enquadramento dos CNAE 7711-0/00 (locação de veículos sem motorista) e CNAE 4923-0/02 (locação de veículos com motorista). São as chamadas locadoras que atuam somente com a atividade de locação de veículos, com CNPJ ativo na Receita Federal e frota registrada nos órgãos competentes de Trânsito. Cumpre esclarecer ainda que, compete à Administração proceder estudo detalhado sobre as características do objeto, modo de comercialização e preços praticados no mercado, a fim de delimitar os procedimentos que serão desenvolvidos na licitação. No caso em apreço, define-se a possibilidade jurídica, e viabilidade técnica e econômica de dividir o objeto em vários itens/lotes, permitindo que um número maior de interessados participe da disputa, o que, em decorrência, aumenta a competitividade e viabiliza a obtenção de melhores propostas

7) ANÁLISE DA POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO DO OBJETO

7.1. Conforme acima elencado, a contratação por item possibilita a participação de um maior número de interessados, independente da categoria de seu produto, desde que atendido as exigências contidas no Estudo. Isto, consequentemente aumenta a competitividade do certame e viabiliza a obtenção de melhores propostas, sem perda da economia de escala. Nesse interim cabe destacar entendimento sumulado pelo Tribunal de Contas da União no Enunciado nº 247, de acordo com o qual sempre que o objeto da contratação for divisível, é obrigatória a sua adjudicação por item, conforme texto abaixo colacionado:

SÚMULA TCU 247:

"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade."

Conforme verificado em pesquisa e discussões do mercado, o nicho de locação de veículos, apresenta variações de acordo com as diferentes categorias de automóveis, o que permite o parcelamento do objeto sem prejuízo à economia de escala.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pmamg.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Na prática, isso permitirá, por exemplo, que locadoras que não tenham determinada categoria de veículo disponível em sua frota, ainda possam participar do certame licitatório e, inclusive, sagrarem-se vencedoras, vez que não estarão obrigadas a apresentar propostas para um lote, mas apenas para os itens que tenham real disponibilidade de fornecer. Assim, no que tange à forma de contratação, é recomendável que o modelo do Registro de Preços seja dividido por itens, visando uma melhor negociação, com estímulo à competitividade, sempre objetivando à obtenção de ganho de escala e economia.

8) REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Requisitos Obrigacionais

Os requisitos obrigacionais mínimos exigidos, deverão atender às disposições contidas no OBJETO deste Estudo, além daqueles previstos em Lei, dos quais podemos destacar: "REQUISITOS DE HABILITAÇÃO" e "REQUISITOS DE REGULARIDADE FISCAL". Mas conforme mencionado, para além disso, deverá ser observado o regramento legal contido na Lei 14.133/21, bem como as exigências contratuais a *posteriori* dispostas em Termo de Referência.

As condições de habilitação, informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante serão divididos em jurídica; fiscal social e trabalhista; e econômico financeiro, conforme previsto nos artigos 62 e 65 da Lei 14.133/202.

Conforme disposto no § 4º do artigo 69 da nova lei, a Administração CIMVALPI, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio liquido equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contração.

A documentação referida deverá ser apresentada na forma prevista no artigo 70 da Lei 14.133/2021:

> *Art. 70. A documentação referida neste Capítulo poderá ser:*
>
> *I – apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração;*
>
> *II – substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que previsto no edital e que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto nesta Lei;*
>
> *III – dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais).*

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pmapas.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Parágrafo único. As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo federal.

8.2. Regularidade Fiscal: O licitante deverá encontrar-se de forma regular perante suas obrigações com a legislação tributária federal, estadual, municipal, seguridade social e o fundo de garantia por tempo de serviço. Cumpre aqui ressaltar que regularidade não implica em quitação. Regularidade é a comprovação de que a empresa atende todas as exigências do fisco.

8.2.1 **-** São os seguintes documentos exigidos por lei que provam sua regularidade fiscal:

8.2.1.1 **- Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoas Física e Jurídica:** Cadastro de Pessoa Física – CPF e Cadastro Nacional de Pessoa Jurídicas – CNPJ. Ambos são expedidos pela Secretaria da Receita Federal

8.2.1.2 **- Prova de Inscrição no cadastro de contribuintes, ICMS/ISS:** Inscrição Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação. A Inscrição Estadual é emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda e Planejamento.

8.2.1.3 **- Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais emitida pela Receita Federal**. Poderá ser solicitada na Agência da Receita Federal, em qualquer localidade do respectivo Estado, cuja validade é de 180 (cento e oitenta) dias. Também poderá ser emitida pelo site www.receita.fazenda.gov.br com validade de 30 (trinta) dias a contar da sua emissão.

8.2.1.4 **- Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual:** Certidão emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual, podendo ser solicitada em qualquer posto de atendimento da Secretaria de Fazenda Estadual. Esta certidão terá validade de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.

8.2.1.5 **- Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal:** Esta certidão deverá ser emitida pela Secretaria Municipal do Município onde o imóvel encontra-se localizado.

8.2.1.6 **- Certificado de regularidade do FGTS.**

9) POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA

Em que pese o entendimento sumulado pelo Tribunal de Contas da União, no enunciado nº 281, de acordo com o qual é vedada a participação de cooperativas em certame licitatório quando houver necessidade de subordinação de mão de obra, **verifica-se que tal entendimento não é aplicável ao presente caso, quando a prestação do serviço de locação não demanda a subordinação de mão de obra**. Isso porque, o objeto do presente procedimento licitatório gira em torno da contratação de empresa de locação de veículos

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pmgp.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar as assinaturas, acesse https://pmgp.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

(enquadramento dos CNAE 7711-0/00 (locação de veículos sem motorista), não restando caracterizada situação de subordinação, o que afasta a vedação da Corte de Contas.

Ademais, a possibilidade de participação de cooperativa em certame licitatório é matéria de ordem legal e sua vedação, fora dos parâmetros configuraria violação ao disposto no §2º do art. 10 da Lei nº 12.690/12, que dispõe:

> *Art. 10. A Cooperativa de Trabalho poderá adotar por objeto social qualquer gênero de serviço, operação ou atividade, desde que previsto no seu Estatuto Social.*
> *§ 1º [...]*
> ***§ 2º A Cooperativa de Trabalho não poderá ser impedida de participar de procedimentos de licitação pública que tenham por escopo os mesmos serviços, operações e atividades previstas em seu objeto social.***

Assim, sob pena de violação de dispositivo legal, não há óbice à participação de cooperativas no presente certame licitatório, desde que a demanda do objeto não implique na contratação do serviço de locação de veículo, máquina ou equipamento com emprego de mão de obra, e desde que os serviços prestados pela mesma sejam condizentes claramente com o objeto da licitação.

Contudo, é de conhecimento geral a existência de falsas cooperativas, que na prática, são empresas intermediadoras de mão de obra subordinada. A fim de afastar do certame a participação destas entidades, requer-se apresentação de **Modelo de Gestão Operacional, a** fim de comprovar se a proponente detém autonomia, autogestão e não exercício de atividades de sujeição, pessoalidade e habitualidade dos cooperados, reiterando que não será admitida a contratação de cooperativas ou instituições sem fins lucrativos cujo estatuto e objetivos sociais não prevejam ou não estejam de acordo com o objeto contratado.

10) DEMAIS REQUISISTOS DE PARTICIPAÇÃO

10.1. - Além dos requisitos obrigacionais e regularidade fiscal elencados no item 8; subitens 8.1 e seguintes; 8.2 e seguintes; notadamente no subitem 8.2.1.6 – Certificado de Regularidade FGTS, que poder-se-á ser enquadrado como garantia da regularidade social. A habilitação das licitantes será realizada mediante a apresentação da seguinte documentação complementar:

10.1.1. - Comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor anual estimado da contratação, quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, informados pelo Sicaf, for igual ou inferior a 1;

10.1.2. - Comprovante de inscrição e situação cadastral emitido pela Receita Federal do Brasil que comprove a atividade econômica principal ou secundária como sendo Locação de Automóveis sem Condutor (CNAE);

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pmamg.ddocs.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

10.1.3. - Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante;

10.1.4. - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011;

11) DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS

11.1. - A contratação pretendida tem como objeto a prestação de serviços de locação de veículos, sem motorista e sem combustível, a serem executados na região de abrangência de atuação do CIMVALPI, notadamente em cerca de 46 (quarenta e seis) Municípios, sobretudo na grande região da Zona da Mata, microrregiões do Vale do Piranga e Inconfidentes.

11.2. - Os serviços a serem contratados possuem natureza continuada, de modo que sua interrupção pode comprometer as atividades da Administração e sua necessidade deve se estender por mais de um exercício financeiro.

11.3. - O prazo de vigência do contrato será previsto em Edital, (Art. 105), observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 01 (um) exercício financeiro, estimando-se no presente estudo, vigência inicial de 12 (doze) meses.

11.4. - Será de inteira responsabilidade da contratada todos os encargos relativos ao veículo, como IPVA, seguro obrigatório e taxa de emplacamento, com exceção das multas provenientes de infração às leis de trânsito, previstas no Código de Trânsito Brasileiro, que tenham sido causadas por dolo ou culpa dos prepostos do CIMVALPI e dos MUNICÍPIOS nas locações "sem condutor".

11.5. - Caberá a contratada encaminhar ao CIMVALPI com cópia aos MUNICÍPIOS, dentro do prazo máximo de 03 (três) dias úteis de seu recebimento a notificação de autuação de infração de trânsito referente ao veículo locado para verificação, apuração de responsabilidade e indicação dos dados do condutor infrator, conforme previsto no Código de Trânsito Brasileiro.

11.6. - Os veículos deverão ter seguro e/ou plataforma de proteção veicular contra roubo, furto, danos materiais e pessoais, inclusive contra terceiros, cobertura total para caso de destruição parcial ou total do bem durante todo o prazo de vigência contratual, cabendo à contratante o pagamento da franquia correspondente nos casos em que o sinistro ocorrer por culpa/dolo do preposto por ela designada para condução do veículo.

11.7. - A Contratada responsabiliza-se por todas as despesas decorrentes da utilização dos veículos, como troca de óleo e reparos mecânicos necessários à sua manutenção.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pisamaisdoc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar as validades das assinaturas, acesse https://pisamaisdoc.com.br/verificacao e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

11.8. - A Contratada deverá realizar manutenção preventiva e corretiva dos veículos, de acordo com as recomendações do fabricante, incluindo os serviços de funilaria, lubrificação, bem como, substituição de pneus, mantendo a regulagem dos veículos para que sejam minimizados os níveis de emissão de poluentes, visando contribuir com o atendimento dos programas de qualidade do ar, observados os limites máximos de emissão de gases, conforme legislação vigente.

11.9. - Manter atualizada e em ordem a documentação relativa ao veículo.

11.10. - Apresentar na sede do CIMVALPI, e quando solicitado pela administração do consórcio, no MUNICÍPIO onde se encontra o veículo, para vistorias iniciais e periódicas.

11.11. - Equipar os veículos com todos os itens de segurança previstos em Lei e exigidos pelo Código Nacional de Trânsito.

11.12. - Os veículos que se encontrarem em situação de impedimento no que se refere ao item anterior, terão o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para regularizar a situação ou substituir o mesmo por outro de características similar.

11.13. - A Contratada deverá prestar os esclarecimentos que lhes forem solicitados e atender prontamente às reclamações sobre seus serviços.

12) ESTIMATIVA DOS ITENS E DE LEVANTAMENTO DE PREÇOS - Da Metodologia aplicada às quantidades estimadas, conforme anexos.

Levantamento realizado junto a Diretoria Técnica Administrativa e Setor de Frotas do CIMVALPI, onde foi demandado pelos respectivos quantitativos e qualificativos (modelos) de veículos:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE FRANQUIA (ANO)	UNIDADE	VALOR MENSAL ESTIMADO
1	Veículo, capacidade de 5 (cinco) passageiros, motorização mínima de 1.0, potência acima de 75 CV, direção elétrica ou hidráulica, combustível flex (gasolina/álcool), 04 (quatro) portas, ar condicionado, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, ano	108	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.090,00 RACHID VEÍCULOS S/A R$2.750,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pmapas.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

	de fabricação mínimo 2022;			R$3.559,48 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$3.220,59 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.155,01
2	Veículo, Sedan ou Sedan Executivo, 04 (quatro) portas, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, distância mínima entre os eixos de 2,60 cm, ano de fabricação mínimo 2022;	108	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.700,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$2.989,98 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$4.648,59 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.779,52
3	Veículo, tipo Minivan, motorização mínima 130 CV, com capacidade mínima para 07 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e	18	Franquia Mensal (3.000 km)	R$4.150,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$6.415,98 M&M ALUGUEL DE CARROS

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pmgp.assinafy.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar as validades das assinaturas, acesse https://pmgp.assinafy.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

	AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, ano de fabricação mínimo 2022;			R$4.340,39 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$4.968,79
4	Veículo, tipo SUV, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, ano de fabricação mínimo 2022;	108	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.990,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$4.700,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$2.570,90 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$4.035,19 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.824,02
5	Veículo, pick-up, motorização mínima de 75 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex	36	Franquia Mensal (3.000 km)	R$4.100,00 RACHID VEÍCULOS S/A

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pisamagic.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

	(gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, ano de fabricação mínimo 2022;			R$3.850,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$3.998,95 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$3.457,39 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.851,58
6	Veículo, caminhonete 4x4, cabine dupla, motorização mínima de 160 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS e AIRBAG, combustível diesel, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, ano de fabricação mínimo 2022;	18	Franquia Mensal (3.000 km)	R$7.990,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$7.500,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$9.789,88 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$9.990,19 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$8.817,51
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:		**R$1.548.733,68**		

As unidades de franquia basearam-se nas quilometragens normalmente utilizadas mensalmente para cada veículo locado. Sendo que no limite da franquia mensal (3.000 km) o quantitativo será abatido. Já em que pese haver excedente de quilometragem mensal, será feito pagamento proporcional a quilometragem

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pinamaconsultoria.com.br/verificador e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar as assinaturas, acesse https://pinamaconsultoria.com.br/verificador e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

utilizada, o que se dará em caso excepcional, posto que, ao servidor responsável pela fiscalização do contrato, caberá se atentar ao limite da unidade de quilometragem contratada.

O quantitativo das franquias (ano) se estabeleceu visto que como citado em certidão anexa ao processo, o CIMVALPI possui atualmente locado 7 veículos **1.0/1.6**; 6 veículos **Sedan's**; 6 veículos **SUV's**; 1 veículo **4x4**; 1 veículo **4x2**, podendo haver um aumento no número de locação de veículos em razão da ampliação do quadro de funcionários do Consórcio e um possível excedente de quilometragem utilizado. Sendo assim para cada mês vigente do ano foi estimado 1 (uma) franquia, com uma reserva de franquia caso seja necessária para utilização. Vejamos exemplo abaixo:

Veículo, capacidade de 5 (cinco) passageiros: 7 (locados atualmente) x 12 (meses do ano) = 84 (franquias) + 24 (franquias/reserva) = **108 (franquias/ano)**

13) PESQUISA DE PREÇO

As pesquisas de preço foram realizadas conforme estabelecidas pela instrução Normativa 07/2022, âmbito do Consórcio CIMVALPI, que dispõe sobre o procedimento para realização de pesquisa de preços.

A pesquisa de preço foi realizada considerando os parâmetros dispostos no artigo 6º, inciso IV, da IN 07/2022 do Consórcio CIMVALPI. Foram consultados os preços através de pesquisa direta com fornecedores, através de email e celular android com empresas do ramo de locação de veículos, no âmbito do Estado de Minas Gerais, onde se situa o Consórcio e os municípios consorciados, visto que após a realização do Pregão 001/2024, cujo objeto foi o mesmo deste, a licitação se restou com sobrepreço, tendo sido assim analisada pela Diretoria Técnica Administrativa do Consórcio a conclusão de realizar a cotação de preços diretamente com locadoras dos automóveis no Estado de Minas Gerais afim de se buscar preços compatíveis ao mercado.

As locadoras foram escolhidas de maneira aleatória, sendo feito contato com várias do ramo de locação de veículos, findando o balizamento de preços com aquelas que enviaram cotações referente a demanda feita pelo Consórcio.

14) ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Conforme acima apresentado, a estimativa do valor do contrato é de **R$1.548.733,68 (um milhão, quinhentos e quarenta e oito mil, setecentos e trinta e três reais e sessenta e oito centavos).**

15) JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

De início, a possibilidade de parcelamento ou não do objeto da licitação deve ser auferida sempre no caso concreto, essencialmente, deve a Administração prezar acerca da viabilidade técnica e econômica do parcelamento e da divisibilidade do objeto, de conformidade com o pronunciado pelo Tribunal de Contas da União por meio do Acórdão nº 732/2008. Nos termos do art. 47, inc. II da Lei 14.133/21, a

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pmgasconsultoria.com.br/verificador/ e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar as assinaturas, acesse https://pmgasconsultoria.com.br/verificador/ e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

opção pelo critério de julgamento por item é obrigatória e deve ser aplicada sempre que se comprovar técnica e economicamente viável a sua adoção, a fim de ampliar a competitividade sem perda da economia de escala. Nesse sentido, por meio do **Acórdão 2529/2021-TCU-Plenário[6], o Tribunal de Contas da União,** onde "empreende-se, pois, da leitura da parte dispositiva do sobredito acórdão que, sob a ótica do TCU, a ausência de parcelamento do objeto da licitação representa, por si só, restrição ao caráter competitivo da disputa, havendo situações, no entanto, em que tal restrição poderia ser devidamente justificada. Estaria assim sujeita à reprimenda da Corte de Contas tão somente a ausência de parcelamento que configurasse injustificada restrição à competitividade do certame.

No caso em análise, considerando a diversidade de modelos de veículos, e ante a pluralidade de fornecedores disponíveis no mercado de locação, torna-se economicamente mais vantajoso o parcelamento do objeto, porquanto pode atrair um maior número de interessados, resultando em melhores preços para a Administração.

Ademais, os itens do presente certame abrangem gêneros de veículos automotores de categorias diferentes, motivo pelo qual a reunião, em lotes, de veículos com especificações distintas, implicaria em restrição à competitividade do certame.

Pelo exposto, a opção por realizar a licitação por item decorre de aspectos técnico-econômicos, com vistas a melhor atender o interesse público, com eficiência e racionalidade dos gastos.

16) ALINHAMENTO CONTRATAÇÃO E PLANEJAMENTO

Diretrizes que nortearam o ETP:

- Lei Federal nº. 14.133/2021;
- Instruções Normativas CIMVALPI nº. 07/2022 e 08/2022;
- Lei 9.503/1997 (CTB)

16.1. A pretensa contratação destes serviços por parte deste ente público, encontra previsão na CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO CIMVALPI, naquilo que concerne a prestação de atividades de planejamento, execução e gestão associada de serviços públicos nas mais diversas áreas, *art. 7º inc. I,* bem como ainda no art. 6º, parágrafo único, inc. I, *alíneas "e,h,k,p,s"* da CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO.

16.2. Em consonância a função institucional para qual o consórcio foi criado, fato não controverso é de que os entes consorciados se depararam com baixa oferta de quadros técnicos qualificados, pouca experiência na elaboração das políticas públicas e baixa capacidade de gestão. Nesse contexto, buscando melhorar e aprimorar a gerência na gestão pública dos entes consorciados, o CIMVALPI planeja com a presente contratação objeto deste estudo, trazer benefícios de

[6] https://www.migalhas.com.br/depeso/354484/parcelamento-do-objeto-da-licitacao-e-ampliacao-da-competitividade

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pmaponline.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar as assinaturas, acesse https://pmaponline.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Redução de custos fixos para os Municípios; Ganho de escala; Fortalecimento da gestão local; Melhora na qualidade dos serviços prestados, dentre outros.

17) POSICIONAMENTO CONCLUSIVO QUANTO A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A conclusão que pode extrair deste Estudo, é que a contratação de empresa especializada em locação de veículos, atende satisfatoriamente demanda existente entre os entes consorciados e o próprio CIMVALPI, posto que, conforme apresentado, os entes consorciados apresentam uma frota deficitária e em alguns casos inexistente.

Ignorar à existência por demanda de veículos por parte da administração, implica em obstaculizar suas atividades dado o essencial atendimento à necessidade pública de forma permanente e contínua. A interrupção deste serviço que resulta na atividade de deslocamento de servidores, munícipes, objetos e cargas pode comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

A contratação pretendida, desde que observados os requisitos de negócio estabelecidos no presente estudo, com a vantagem de permitir melhor adequação dos serviços às efetivas necessidades dos entes consorciados e do próprio CIMVALPI, apresenta-se indubitavelmente viável.

18) DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO;

Nesse ínterim, o certame licitatório para contratação de empresa especializada na locação de veículos acima especificados para atender demanda do CIMVALPI e Municípios consorciados, apresenta-se como solução mais comum e viável seja do ponto de vista técnico, seja do ponto de vista econômico. Considerando o modelo alternativo, que seria AQUISIÇÃO (compra), dentro do contexto econômico dos Municípios que integram o Consórcio apresenta-se inviável, posto que além do alto valor inicialmente despendido pelo poder público, advém custos oriundos de manutenção de frota. Dentro do modelo de locação, conforme previsto neste Estudo, os custos e despesas de manutenção e impostos, ficam exclusivamente a cargo do contratante, o que assegura maior economicidade e melhor aproveitamento dos recursos humanos, não havendo necessidade da administração em dispor de mão-de-obra voltada para esta finalidade.

19) DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS;

Tem-se em vista que, com a instituição do procedimento, a gestão CIMVALPI visa preservar o caráter ininterrupto das atividades administrativas e operacionais dos

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pmamg.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Municípios que demandam pelo serviço e notadamente do próprio Consórcio, agindo de forma planejada, a fim de prevenir riscos e prejuízos ao erário, ambicionando melhorias de gestão – tais como o aumento do poder de barganha e a obtenção de economia de escala.

Noutros passos, com o condão de atender satisfatoriamente as necessidades identificadas, observando as peculiaridades do objeto e para alcançar os resultados pretendidos, é oportuno o emprego de alguns recursos tais como:

a. Publicação do presente Estudo para apresentação e verificação das demandas dos Municípios que demonstrarem interesse; com vistas a estabelecer uma maior margem de negociação no certame e, também, para mensurar, em estimativa aproximada, a dimensão do pleito;
b. Disponibilização dos meios pertinentes, sejam físicos ou eletrônicos, para a realização da pesquisa de mercado e da pesquisa de preços, as quais possibilitam a mensuração da dimensão do pleito e a verificação da aproximação do trabalho às práticas vigentes no mercado;

A presente demanda é proveitosa na medida em que se identifica que o serviço de locação de veículos, de forma a atender satisfatoriamente o Interesse Público, constituem uma necessidade em comum dos Municípios consorciados e do próprio Consórcio. Pelo exposto até aqui, os resultados pretendidos são:

a. O atendimento satisfatório da contratação;
b. O alcance de uma larga racionalização e economia aos gastos públicos;
c. A preservação do caráter ininterrupto das atividades administrativas e operacionais do CIMVALPI;
d. A prevenção de riscos ao Erário; e
e. O alcance de indicadores para a medição e aperfeiçoamento da gestão.

20) PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO;

20.1. A Administração do Consórcio Intermunicipal e Multissetorial do Vale do Piranga, objetivando a necessidade de contratação de empresa especializada em locação de veículos irá licitar o serviço. Após os resultados, será elaborado Termo de Referência, Publicação de Edital, a após os tramites da disputa, celebração de contrato.

20.2. Haverá necessidade de indicar servidores para a correta fiscalização do contrato em tela, evitando-se vícios ou desvios de conduta, bem como garantir o cumprimento das metas de eficiência e eficácia necessárias para o atendimento do objeto dessa contratação.

21) DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pmpn.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

21.1. Sob inteira responsabilidade da contratante, realizar manutenção preventiva e corretiva dos veículos, de acordo com as recomendações do fabricante, bem como substituição e descarte adequado de pneus, fluidos e lubrificantes.

21.2. Manutenção da regulagem dos veículos para que sejam minimizados os níveis de emissão de poluentes, visando contribuir com o atendimento dos programas de qualidade do ar, observados os limites máximos de emissão de gases, conforme legislação vigente.

22) PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÃO:

O CIMVALPI, no presente momento, se encontra com o plano anual de contratações vigente, conforme IN 30/2024.

23) CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Nos termos do art. 47, inc. II da Lei 14.133/21, a opção pelo critério de julgamento por item é obrigatória e deve ser aplicada sempre que se comprovar técnica e economicamente viável a sua adoção, a fim de ampliar a competitividade sem perda da economia de escala, como no caso em tela, será realizado por meio de pregão eletrônico através de menor preço por item.

Ponte Nova, 29 de maio de 2024.

João Paulo Ferreira
Gerente Administrativo

Hilton Antônio de Oliveira
Responsável pela Revisão
Oficial de Assessoramento Jurídico

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pmapa.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

QUANTITATIVO DOM SILVÉRIO PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE FRANQUIA (ANO)	UNIDADE	VALOR MENSAL ESTIMADO
1	Veículo, capacidade de 5 (cinco) passageiros, motorização mínima de 1.0, potência acima de 75 CV, direção elétrica ou hidráulica, combustível flex (gasolina/álcool), 04 (quatro) portas, ar condicionado, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	80 (DOM SILVÉRIO)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.090,00 RACHID VEÍCULOS S/A R$2.750,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS R$3.559,48 M&M ALUGUEL DE CARROS R$3.220,59 LOCALIZA **MÉDIA TOTAL R$3.155,01**
2	Veículo, Sedan ou Sedan Executivo, 04 (quatro) portas, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, distância mínima entre os eixos de 2,60 cm, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	50 (DOM SILVÉRIO)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.700,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS R$2.989,98 M&M ALUGUEL DE CARROS R$4.648,59 LOCALIZA **MÉDIA TOTAL R$3.779,52**

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0093.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pisamagis.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
ROBERTA BARCELLOS GUIMARAES: 46974458649 Assinado de forma digital por ROBERTA BARCELLOS GUIMARAES:46974458649 Dados: 2024.05.06 16:29:58 -03'00'

3	Veículo, tipo Minivan, motorização mínima 130 CV, com capacidade mínima para 07 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	30 (DOM SILVÉRIO)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$4.150,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$6.415,98 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$4.340,39 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$4.968,79
4	Veículo, tipo SUV, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, **faróis em LED,** ano de fabricação mínimo 2022;	20 (DOM SILVÉRIO)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.990,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$4.700,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$2.570,90 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$4.035,19 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.824,02

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0093.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pmsamarco.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar as validades das assinaturas, acesse https://pmsamarco.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

ROBERTA BARCELLOS GUIMARAES:46974458649 Assinado de forma digital por ROBERTA BARCELLOS GUIMARAES:46974458649 Dados: 2024.05.06 16:30:20 -03'00'

5	Veículo, pick-up, motorização mínima de 75 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	30 (DOM SILVÉRIO)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$4.100,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$3.850,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$3.998,95 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$3.457,39 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.851,58
6	Veículo, caminhonete 4x**4, cabine** dupla, motorização mínima de 160 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS e AIRBAG, combustível diesel, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, **faróis em LED, ano de fab**ricação mínimo 2022;	20 (DOM SILVÉRIO)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$7.990,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$7.500,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$9.789,88 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$9.990,19 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$8.817,51

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0093.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pmsamarco.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

ROBERTA BARCELLOS GUIMARAES: 46974458649

Praça Presidente Vargas,143 - Centro
Dom Silvério / MG | CEP: 35440-000
Tel.: (31) 3857-1310 / 38571311
www.domsilverio.mg.gov.br
E-mail: gabinete@domsilverio.mg.gov.br

Ofício nº. 096/2024
Assunto: Indicação de Dotações
Serviço: Gabinete do Prefeito
Data: Dom Silvério/MG, 16 de maio de 2024.

Sra. Rozeli Aparecida Irias Contarini
Equipe de Apoio - Setor de Licitação - CIMVALPI

Segue abaixo a dotação visando contratação de serviço de agenciamento de passagens aéreas e terrestre:

Setor	Dotação	Ficha	Fonte
Manutenção do Gabinete	04.122.0020.2004.3.3.90.39.00	27	1.500.000.0000
Manutenção Atividades Secretaria Finanças e Administração	04.122.0021.2007.3.3.90.39.00	96	1.500.000.0000

Segue abaixo as dotações visando contratação de serviços contínuos de locação de veículos:

Setor	Dotação	Ficha	Fonte
Manutenção da Assistência Médica e Odontológica	10.302.0428.2069.3.3.90.39.00	431	1.500.000.1002
Manutenção das Estradas Vicinais	26.782.0534.2087.3.3.90.39.00	627	1.500.000.0000
Manutenção do Setor de Obras	15.452.0323.2078.3.3.90.39.00	648	1.500.000.0000
Manutenção dos Serviços Urbanos	15.452.0575.2089.3.3.90.39.00	707	1.500.000.0000
Manutenção Atividades Secretaria Obras, Manut. e Agricultura	04.122.0021.2077.3.3.90.39.00	611	1.500.000.0000
Manutenção Atividades Secretaria Finanças e Administração	04.122.0021.2007.3.3.90.39.00	96	1.500.000.0000

Assinado digitalmente por:
Jose Braulio Aleixo
CPF: ***.722.006-**
Certificado emitido por AC DOM SILVERIO
Data: 16/05/2024 08:36:11 -03:00

José Bráulio Aleixo
Prefeito Municipal de Dom Silvério

Esse documento foi assinado por Jose Braulio Aleixo. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://portaldeassinaturas.domsilverio.mg.gov.br/validate/MMNLH-C5E4N-D8MSR-2FA63

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as validades das assinaturas acesse https://pmamg.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

MANIFESTO DE ASSINATURAS

Código de validação: MMNLH-C5E4N-D8MSR-2FA63

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- Jose Braulio Aleixo (CPF ***.722.006-**) em 16/05/2024 08:36

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

https://portaldeassinaturas.domsilverio.mg.gov.br/validate/MMNLH-C5E4N-D8MSR-2FA63

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

https://portaldeassinaturas.domsilverio.mg.gov.br/validate

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pisamaisdigital.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Anexo IV

MATRIZ DE RISCOS		
Risco 01		
Risco:	Definição de exigências desnecessárias, de caráter restritivo no Edital, especialmente no que diz respeito à qualificação técnica.	
Possibilidade:	Baixa	
Impacto:	Médio	
Nível de Risco:	Baixo	
Fase do processo de contratação:	Planejamento da contratação	
Alocação do Risco:	Contratante	
Danos:	Possibilidade de impugnações do edital na fase de seleção do fornecedor ou o certame restar deserto ou fracassado.	
	Atraso no certame e consequentemente, atraso para locação dos veículos.	
Ações preventivas/Setor responsável	Observar o que dispõe a Lei 14.133/2021.	Setor de Licitações/Agente de Contratação.
	Observar as orientações dos órgãos de orientação e fiscalização do CIMVALPI e/ou Municípios.	Setor de Licitações/Agente de Contratação.
Ações de contingência /Setor responsável:	Em caso de impugnação, republicação do certame, com a revisão dos itens de qualificação técnica.	Setor de Licitações/Agente de Contratação.
Risco 02		
Risco:	Impugnações do Edital de licitação, por motivos diversos, principalmente relacionados a erros de planilha e/ou de edital, termo de referência, especificações técnicas etc.	

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pmamg.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar as validades das assinaturas, acesse https://pmamg.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Possibilidade:	Baixa	
Impacto:	Médio	
Nível de Risco:	Baixo	
Fase do processo de contratação:	Planejamento da contratação	
Alocação do Risco:	Contratante	
Danos:	Possibilidade de impugnações do edital na fase de seleção do fornecedor ou o certame restar deserto ou fracassado.	
	Atraso no certame e consequentemente, atraso para locação dos veículos.	
Ações preventivas/Setor responsável:	Observar o que dispõe o Art. 19 da Lei 14.133/2021.	Setor de Licitações/Agente de Contratação.
	Observar as orientações dos órgãos de orientação e fiscalização do CIMVALPI e/ou Municípios.	Setor de Licitações/Agente de Contratação.
Ações de contingência /Setor responsável:	Em caso de impugnação, republicação do certame.	Setor de Licitações/Agente de Contratação.
Risco 03		
Risco:	O certame licitatório restar deserto, caso nenhuma empresa se interesse por sua execução ou fracassado, caso nenhuma das propostas apresentadas estejam dentro dos parâmetros estimados pela Administração.	
Possibilidade:	Média	
Impacto:	Alto	
Nível de Risco:	Baixo	
Fase do processo de contratação:	Seleção do fornecedor	
Alocação do Risco:	Contratante	
Danos:	Necessidade da republicação da licitação.	

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pisamais.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

	Atraso no certame e consequentemente, atraso para entrega dos veículos.	
Ações preventivas/Setor responsável:	Correto planejamento das exigências postas para a contratação.	Setor de Licitações/Agente de Contratação.
Ações de contingência /Setor responsável:	Verificar junto às empresas do ramo de atividade quais seriam os motivos do desinteresse pelo serviço no caso da licitação deserta ou revisão dos valores estimados no caso de licitação fracassada para uma possível repetição do certame.	Setor de Licitações/Setor demandante.
Risco 04		
Risco:	A empresa vencedora do certame quando convocada, não assinar a ata de registro de preço e/ou o termo de contrato.	
Possibilidade:	Baixa	
Impacto:	Alto	
Nível de Risco:	Baixo	
Fase do processo de contratação:	Formalização contratual	
Alocação do Risco:	Contratante	
Danos:	Atrasos para entrega dos veículos.	
Ações preventivas/Setor responsável:	Prever, dentre as cláusulas do Termo de Referência, sanções que contemplem esta situação.	Setor demandante.
	Observar o prazo de validade da proposta apresentada na fase de licitação e enviar o contrato para assinatura dentro do prazo de vigência da proposta.	Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos administrativos.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://zapsign.com.br/verificar e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar as assinaturas, acesse https://zapsign.com.br/verificar e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Ações de contingência /Setor responsável:	Nos termos dos §2º e 4º do Art. 90 da Lei 14.133/2021, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração da ata de registro de preços e/ou contrato.	Setor de Licitações/Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos administrativos.
	Aplicar as sanções previstas na contratação, Art. 90, §5º, da Lei 14.133/2021.	Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos administrativos.
Risco 05		
Risco:	Atrasos na assinatura do contrato ou na entrega das garantias contratuais.	
Possibilidade:	Média	
Impacto:	Baixo	
Nível de Risco:	Baixo	
Fase do processo de contratação:	Execução contratual	
Alocação do Risco:	Contratante	
Danos:	Atrasos para entrega dos veículos.	
Ações preventivas/Setor responsável:	Prever, dentre as cláusulas do Termo de Referência, sanções que contemplem esta situação.	Setor demandante.
	Observar os prazos previstos para entrega do contrato assinado e das garantias contratuais e acompanhar a entrega, notificando a contratada caso seja verificada a ocorrência de atrasos.	Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos administrativos.
Ações de contingência /Setor responsável:	Aplicar as sanções previstas na contratação,	Coordenação de planejamento e de

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pisamaisdoc.com.br/verificar e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar as assinaturas, acesse https://pisamaisdoc.com.br/verificar e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

	Art. 90, §5º, da Lei 14.133/2021.	direção e gestão de contratos administrativos.
Risco 06		
Risco:	Risco de inadimplência da Contratante.	
Possibilidade:	Baixa	
Impacto:	Alto	
Nível de Risco:	Baixo	
Fase do processo de contratação:	Execução contratual	
Alocação do Risco:	Contratante	
Danos:	Em caso de atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, o Contratado poderá optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.	
Ações preventivas/Setor responsável:	Formalização do contrato para execução da locação dos veículos, preferencialmente com a garantia da disponibilidade do recurso orçamentário, indicada pelo setor competente.	Contabilidade/Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos administrativos.
Ações de contingência /Setor responsável:	Em caso de dificuldades no repasse de recursos orçamentários pelo ente consorciado, planejamento dos pagamentos para evitar a suspensão da execução da locação dos veículos pela Contratada.	Fiscalização técnica/Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos administrativos.
Risco 07		
Risco:	Rescisão ou anulação do contrato, por culpa da Contratada.	
Possibilidade:	Baixa	
Impacto:	Alto	

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://zapsign.com.br/verificar e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar as assinaturas, acesse https://zapsign.com.br/verificar e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Nível de Risco:	Baixo	
Fase do processo de contratação:	Execução contratual	
Alocação do Risco:	Contratada	
Danos:	Atrasos para entrega dos veículos.	
	Alteração dos custos inicialmente previstos para execução da entrega dos veículos.	
	Necessidade de realização de nova licitação ou de contratação de remanescente(s).	
Ações preventivas/Setor responsável:	Prever, dentre as cláusulas do Termo de Referência, sanções que contemplem esta situação.	Setor demandante.
Ações de contingência /Setor responsável:	Instaurar processo para aplicação das penalidades à Contratada.	Fiscalização técnica/Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos administrativos.
	Realizar a contratação do(s) remanescente(s), nos termos do Art. 90, §7º, da Lei 14.133/2021 ou realizar novo processo de licitação.	Setor demandante/Diretoria de Administração.
Risco 08		
Risco	Entrega do veículo com qualidade inferior à especificada no Termo de Referência.	
Possibilidade:	Média	
Impacto:	Alto	
Nível de Risco:	Médio	
Fase do processo de contratação:	Execução contratual	
Alocação do Risco:	Contratada	
Danos:	Inexecução do contrato.	

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pisamaisdigital.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar as assinaturas, acesse https://pisamaisdigital.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

	Ausência de entrega dos itens para atender as necessidades.	
Ações Preventivas/Setor responsável:	Fiscalizar continuamente a execução do contrato.	Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos administrativos.
	Prever, dentre as cláusulas do Termo de Referência, sanções que contemplem esta situação.	Setor Demandante.
	Fazer a conferência dos veículos solicitados no ato do recebimento, tendo em mãos a descrição dos veículos licitados.	Setor demandante e/ou responsável designado pela fiscalização do contrato.
Ações de contingência/Setor responsável:	Notificar prontamente a Contratada sempre que verificada a necessidade de substituição do veículo a fim de adequar ao descritivo do Termo de Referência.	Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos.
	Aplicação das sanções previstas na contratação.	
Risco 09		
Risco:	Descrição dos itens/objetos incompleta ou muito restritiva.	
Possibilidade:	Baixa	
Impacto:	Alto	
Nível de Risco:	Baixo	
Fase do processo de contratação:	Planejamento da contratação	
Alocação do Risco:	Contratante	
Danos:	Locação de veículos de qualidade inferior à pretendida.	
	A licitação restar-se frustrada ou deserta.	

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pisamaisdoc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar as validades das assinaturas, acesse https://pisamaisdoc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

	Necessidade de republicação do certame ocasionando atraso na aquisição dos produtos.	
Ações preventivas/Setor responsável:	Identificar a necessidade a ser atendida e descrever o objeto de forma clara e suscinta.	Setor demandante.
Ações de contingência /Setor responsável:	Descrição dos itens/objetos mantendo apenas as características essenciais no detalhamento dos veículos, para aumentar a chance de sucesso na locação de um veículo de qualidade.	Setor demandante.
Risco 10		
Risco:	Atrasos no recebimento dos veículos.	
Possibilidade:	Média	
Impacto:	Alto	
Nível de Risco:	Médio	
Fase do processo de contratação:	Execução Contratual	
Alocação do Risco:	Contratada	
Danos:	Ausência de itens indispensáveis para utilização dos veículos.	
Ações preventivas/Setor responsável:	Prever, dentre as cláusulas do Termo de Referência, sanções que contemplem esta situação.	Setor demandante.
Ações de contingência/Setor responsável:	Instaurar processo para aplicação das penalidades à Contratada nos termos da *IN CIMVALPI Nº 014/23* e alterações posteriores.	Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos.
Risco 11		

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pisamagis.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Risco:	Modificação da legislação, regulamentos e normas que causem alterações no item inicialmente contratado.	
Possibilidade:	Baixa	
Impacto:	Baixo	
Nível de Risco:	Baixo	
Fase de processo de contratação:	Execução Contratual	
Alocação do Risco:	Contratante	
Danos:	Alteração dos custos e/ou prazos inicialmente previstos para execução da locação do veículo.	
Ações preventivas/Setor responsável:	Não identificadas.	
Ações de contingência/Setor responsável:	Revisão do escopo da contratação, realizando-se uma alteração contratual de prazo e/ou financeira, a ser analisada no caso concreto.	Coordenação de planejamento e de direção e gestão de contratos.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pisamaisdigital.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar as validades das assinaturas, acesse https://pisamaisdigital.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Termo de Referência

1. DA INDICAÇÃO DO OBJETO - Definição, Natureza, Quantitativo, Prazos e Possibilidade prorrogação

1.1. - Contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos para o transporte de pessoas, materiais, documentos e pequenas cargas, para atender demanda do CIMVALPI, bem como do Município de Dom Silvério.

1.2. - No presente caso, o serviço é caracterizado como comum e de natureza continuada. Posto isto, a previsão de vigência do contrato é de 12 meses, a contar da data de sua assinatura, dessa forma, a Ata de Registro de Preços deverá vigorar pelo mesmo período, e expirar-se-á ao término do respectivo exercício financeiro.

1.3. - Ao presente Termo, aplicam-se as estimativas quantitativas, apresentadas no Estudo Técnico Preliminar e replicados no item 3 deste Termo.

1.4. - O presente serviço será prestado sob demanda, de acordo com a necessidade da administração. Só será efetuado o contrato administrativo em caso de necessidade e em cumprimento ao disposto na Lei nº 14.133/21. Ao final do processo licitatório será realizada a assinatura da ata de registro de preços, válida por 12 meses conforme exposto no subitem "1.2". É previsto a possiblidade de sua prorrogação pelo período de até 05 (cinco) anos, prorrogável por até 10 (dez) anos, com amparo legal nos termos do artigo 105 e seguintes da lei 14.133/21.

2. DA JUSTIFICATIVA – Fundamentação e Descrição da necessidade da contratação.

2.1. - Conforme apresentado em DFD expedido pela gerência administrativa do CIMVALPI, no intuito de elaborar estudo prévio para análise de viabilidade técnica, financeira e orçamentária para LOCAÇÃO DE VEÍCULOS utilitários que comportem 05 (cinco) passageiros; SUV's; Sedans; utilitários que comportem 07 (sete) passageiros (tipo minivans); Pick-up que comportem 02 (dois) passageiros e Caminhonete 4x4, sem fornecimento de combustível e sem motorista, incluindo manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças, seguro e/ou proteção veicular, inclusive contra terceiros, para o transporte de pessoas, materiais, documentos e pequenas cargas, com a finalidade de atender demanda do CIMVALPI, bem como dos Municípios que o integram. Ampliou-se desta forma o Estudo, com amplo levantamento das soluções de mercado para atendimento das necessidades tanto do CIMVALPI, quanto para os demais entes consorciados interessados na contratação destes serviços via Consórcio. Com levantamento realizado dentro da Coordenadoria de Planejamento e Direção de Contatos administrativos do CIMVALPI, considerou-se ainda a possibilidade de interesse por parte dos entes consorciados apresentarem demandas durante a fase de publicação da intenção de Registro de Preços.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pmamg.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

3. DO QUANTITATIVO E CUSTO ESTIMADO – Especificação, Requisitos de qualidade, durabilidade e segurança

3.1. - Após Consolidada Pesquisas de Preços constante no item 12 do Estudo Técnico Preliminar, dado as especificidades de cada veículo, a metodologia aplicada para a definição da precificação se deu por itens. A média aritmética dos valores obtidos nas pesquisas de preços foram realizadas considerando os parâmetros dispostos no artigo 6º, inciso IV, da IN 07/2022 no âmbito do Consórcio CIMVALPI, que dispõe sobre o procedimento para realização de pesquisa de preços.

3.2. - Foram consultados os preços através de pesquisa direta com fornecedores, através de solicitação via email e celular android com empresas do ramo de locação de veículos, no âmbito do Estado de Minas Gerais, onde se situa o CIMVALPI e os municípios consorciados Insta elucidar que procedimento anterior realizado no Pregão 001/2024, cujo objeto foi o mesmo deste, a licitação resultou em sobrepreço, tendo sido assim, determinado pela Diretoria Técnica Administrativa do Consórcio a realização de novo certame, havendo desta vez a realização de cotação de preços diretamente com locadoras de automóveis no Estado de Minas Gerais afim de se buscar preços compatíveis ao mercado.

As locadoras foram escolhidas de maneira aleatória, sendo feito contato com várias do ramo de locação de veículos, findando o balizamento de preços com aquelas que enviaram cotações referente a demanda feita pelo Consórcio.

3.3. - Através de levantamento realizado junto da Diretoria Técnica Administrativa e Setor de Frotas do CIMVALPI, além de demanda apresentada pelo município de Dom Silvério, apontou necessidade de locação dos respectivos quantitativos e qualificativos (modelos) de veículos:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE FRANQUIA (ANO)	UNIDADE	VALOR MENSAL ESTIMADO
1	Veículo, capacidade de 5 (cinco) passageiros, motorização mínima de 1.0, potência acima de 75 CV, direção elétrica ou hidráulica, combustível flex (gasolina/álcool), 04 (quatro) portas, ar condicionado, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade,	108 (CIMVALPI)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.090,00 RACHID VEÍCULOS S/A R$2.750,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS R$3.559,48

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pmamg.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

	faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	80 (DOM SILVÉRIO		M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$3.220,59 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.155,01
2	Veículo, Sedan ou Sedan Executivo, 04 (quatro) portas, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, distância mínima entre os eixos de 2,60 cm, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	108 (CIMVALPI)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.700,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$2.989,98 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$4.648,59 LOCALIZA
		50 (DOM SILVÉRIO)		**MÉDIA TOTAL R$3.779,52**
3	Veículo, tipo Minivan, motorização mínima 130 CV, com capacidade mínima para 07 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros	18 (CIMVALPI)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$4.150,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$6.415,98 M&M ALUGUEL DE CARROS

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pisamagistrados.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pisamagistrados.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

	e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;			R$4.340,39 LOCALIZA
		30 (DOM SILVÉRIO)		**MÉDIA TOTAL R$4.968,79**
4	Veículo, tipo SUV, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	108 (CIMVALPI)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.990,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$4.700,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$2.570,90 M&M ALUGUEL DE CARROS
		20 (DOM SILVÉRIO)		R$4.035,19 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.824,02
5	Veículo, pick-up, motorização mínima de 75 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica,	36 (CIMVALPI)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$4.100,00 RACHID VEÍCULOS S/A

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://zeramais.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

	combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;			R$3.850,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$3.998,95 M&M ALUGUEL DE CARROS
		30 (DOM SILVÉRIO)		R$3.457,39 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.851,58
6	Veículo, caminhonete 4x4, cabine dupla, motorização mínima de 160 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS e AIRBAG, combustível diesel, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	18 (CIMVALPI)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$7.990,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$7.500,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
		20 (DOM SILVÉRIO)		R$9.789,88 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$9.990,19 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$8.817,51
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:		**R$2.507.552,18**		

3.4. - Conforme acima demonstrado, a estimativa do valor da contratação é de R$2.507.552,18 (dois milhões, quinhentos e sete mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e dezoito centavos).

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pmamg.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

3.5. - Aplicam-se aos requisitos de qualidade, durabilidade e segurança dos veículos as especificações apresentadas pelo fabricante, e condições de segurança apontadas no item "3.4" do Estudo Preliminar, mormente aos critérios para exigência mínima de ano de fabricação e itens de segurança obrigatórios e indispensáveis, bem como a realização periódica das manutenções preventivas, preditivas e corretivas quanto for o caso.

3.6. - As unidades de franquia basearam-se nas quilometragens normalmente utilizadas mensalmente para cada veículo locado. Sendo que no limite da franquia mensal (3.000 km) o quantitativo será abatido. Já em que pese haver excedente de quilometragem mensal, será feito pagamento proporcional a quilometragem utilizada, o que se dará em caso excepcional, posto que, ao servidor responsável pela fiscalização do contrato, caberá se atentar ao limite da unidade de quilometragem contratada.

3.7. - O quantitativo das franquias (ano) se estabeleceu visto que como citado em certidão anexa ao processo, o CIMVALPI possui atualmente locado 7 veículos **1.0/1.6**; 6 veículos **Sedan's**; 6 veículos **SUV's**; 1 veículo **4x4**; 1 veículo **4x2**, podendo haver um aumento no número de locação de veículos em razão da ampliação do quadro de funcionários do Consórcio e um possível excedente de quilometragem utilizado. Sendo assim para cada mês vigente do ano foi estimado 1 (uma) franquia, com uma reserva de franquia caso seja necessária para utilização. Vejamos exemplo abaixo:

Veículo, capacidade de 5 (cinco) passageiros: 7 (locados atualmente) x 12 (meses do ano) = 84 (franquias) + 24 (franquias/reserva) = **108 (franquias/ano)**

4. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E REGIME DE EXECUÇÃO

O critério de julgamento da proposta será o menor valor unitário por objeto, que consiste no valor necessário para locação de 1 (um) veículo, pelo período de 1 (um) mês. Sendo o regime de execução indireto.

5. LOCAL DE ENTREGA – Regras de Recebimento

5.1. - Os veículos deverão ser entregues na sede do CIMVALPI, situado na Rua Jaime Pereira, nº 127, Bairro Progresso, Ponte Nova/MG e/ou no escritório do Consórcio em Itabirito/MG, situado na Rua Pio XII, nº 109, sala 303, Bairro Centro, e também na sede dos Municípios consorciados, nos locais indicados pela Administração Pública Municipal que contratarem e os solicitarem.

5.2. - Considerando que a contratação por determinado modelo de veículo contemplado em Estudo se dará por demanda de determinado departamento, programa, ou secretaria, tanto para o CIMVALPI, quanto para os Municípios interessados na contratação, a entrega se dará mediante formalização do contrato relativo ao(s) respectivo(s) veículo(s).

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pmpn.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

5.3. - O prazo de entrega dos veículos será de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da solicitação. Dentro do mesmo período, o veículo solicitado deverá ser vistoriado na sede do CIMVALPI, ou do Município que o tenha solicitado.

5.4. - O recebimento provisório do objeto, para efeito de posterior verificação da sua conformidade com as especificações, será realizado no ato da vistoria do veículo no local de recebimento. Em se tratando de ente consorciado, a vistoria será acompanhada pelo departamento responsável vinculado à Secretaria de Transportes do Município indicado no pedido, que reportará ao CIMVALPI, as condições de recebimento do veículo, manifestando aceite ou recusa, fundamentando os motivos no segundo caso. Recebido provisoriamente o objeto, o Gestor/Fiscal do Contrato terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para efetuar o recebimento definitivo.

5.5. - Na hipótese de haver concluído através da vistoria que o veículo solicitado atende as especificações exigidas na proposta, reputar-se-á como realizada a entrega, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo indicado no subitem anterior.

5.6. - Os veículos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando solicitado e entregue mais de um item, e havendo desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação à Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.7. - Na hipótese de substituição do item conforme estabelecido no subitem anterior, o prazo do gestor do contrato para o recebimento definitivo elencado no subitem 5.4 será suspenso, passando a correr novamente após a realização da vistoria.

5.8. - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

6.1. - Com a efetiva demanda do CIMVALPI e município de Dom Silvério, a solução para atendimento contempla a contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos. Naquilo que concerne ao ciclo de vida do objeto, caberá à Administração solicitar da empresa contratada relatório trimestral das revisões realizadas em cada veículo, sendo, portanto, 04 (quatro revisões) a cada período de 12 (doze) meses, acompanhado de cópia das notas fiscais e serviços de revisão realizados. Caberá ainda ao gestor do contrato delegar quando for o caso ao servidor responsável pelo gerenciamento da frota dos veículos do CIMVALPI e do Município, informar e reportar ao gestor do contrato as condições relativas à banda de rodagem dos pneus, não podendo em hipótese alguma os pneus apresentarem desgastes além dos limites impostos pelo fabricante, bem como eventuais deformidades como bolhas ou rachaduras.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pinamgsistemas.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

6.2. - Os relatórios sugeridos no subitem anterior devem observar as especificações da montadora naquilo que concerne limites de quilometragens e tempo para substituição de óleos, fluidos e lubrificantes, bem como as margens de segurança relativas a banda de rodagem de pneus, promovendo a troca e substituição sempre que necessário, observando neste último caso, a imediata substituição dos pneus, garantindo a segurança dos condutores e passageiros.

6.3. - Conforme previsto em estudo, sugere-se que a contratação se dê mediante realização de Pregão através do Menor Preço, em seu formato eletrônico com procedimento auxiliar de Registro de Preços, uma vez que trata-se de produtos comuns e da existência da inviabilidade de se precisar número exato de contratos a serem celebrados, já que a solicitação se dará por demanda apresentada pelos departamentos e programas do CIMVALPI, e secretarias dos Municípios.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO - Especificação da garantia exigida, Condições de manutenção e Assistência técnica

Além das garantias exigidas quanto aos itens de segurança obrigatórios e indispensáveis apontados em Estudo Preliminar e garantidas exigidas quanto aos serviços de revisão dos veículos, será regiamente observado as disposições contidas no Capítulo IX, Seções I e II da Lei 9.503/1977 que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro.

7.1. - DAS OBRIGAÇÕES

7.1.1. - **São obrigações da Contratante:**

I – Receber o objeto no prazo e condições avençadas neste termo, e pormenorizadas em Edital e seus anexos;

II – Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos itens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

III – Comunicar à Contratada dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, por escrito via e-mail sobre defeitos, imperfeições, mau funcionamento, falhas ou irregularidades verificadas nos veículos fornecidos, para que seja substituído, reparado ou corrigido, bem como do recolhimento dos veículos findo a vigência do contrato ou por quaisquer outros motivos que justifiquem a devolução;

IV – Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/empregado especialmente designado;

V – Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no instrumento contratual e seus anexos;

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pmamg.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

VI – O CIMVALPI não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.1.2. - São obrigações da Contratada:

I – A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no instrumento contratual, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

II – Efetuar a entrega do objeto dentro dos critérios de exigência mínima de ano de fabricação e com todos os itens de segurança obrigatórios e indispensáveis apontados no subitem 3.4 do ETP. A entrega do objeto deverá ocorrer dentro do prazo e no local indicado.

III – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

IV – Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, bem como proceder com o recolhimento dos veículos findo a vigência do contrato ou por quaisquer outros motivos que justifiquem a devolução, devendo proceder ao recolhimento ou substituição dentro do prazo de até 05 (cinco) dias úteis;

V – Comunicar à Administração do CIMVALPI, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

VI – Manter, durante toda a vigência do instrumento contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

VII – Fornecer relatório trimestral informando as eventuais revisões realizadas nos veículos, descrevendo os serviços porventura realizados, descrevendo peças e componentes reparados ou substituídos;

VIII – Com base nas pesquisas no mercado automobilístico os veículos serão franqueados da seguinte forma:

a) **Veículo utilitário de passageiros**, capacidade de 5 (cinco) passageiros, motorização mínima de 1.0, potência acima de 75 CV, direção elétrica ou hidráulica, combustível flex (gasolina/álcool), 04 (quatro) portas, ar condicionado, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED ano de fabricação mínimo 2022, tendo franquia mensal de até 3 (três) mil km rodados, havendo pagamento proporcional para os casos em que ocorrer excedente de quilometragem;

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pmamg.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

b) **Veículo Sedan,** 04 (quatro) portas, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freios ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022, tendo franquia mensal de até 3 (três) mil km rodados, havendo pagamento proporcional para os casos em que ocorrer excedente de quilometragem;

c) **Veículo utilitário de passageiros, tipo Minivan**, motorização mínima 130 CV, com capacidade mínima para 7 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022, tendo franquia mensal de até 3 (três) mil km rodados, havendo pagamento proporcional para os casos em que ocorrer excedente de quilometragem;

d) **Veículo tipo SUV**, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022, tendo franquia mensal de até 3 (três) mil km rodados, havendo pagamento proporcional para os casos em que ocorrer excedente de quilometragem;

e) **Veículo pick-up**, motorização mínima de 75 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022, tendo franquia mensal de até 3 (três) mil km rodados, havendo pagamento proporcional para os casos em que ocorrer excedente de quilometragem;

f) **Veículo caminhonete**, 4x4, cabine dupla, motorização mínima de 160 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS e AIRBAG, combustível diesel, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022, tendo franquia mensal de até 3 (três) mil km rodados, havendo pagamento proporcional para os casos em que ocorrer excedente de quilometragem;

IX – Os veículos deverão ter Seguro Total, com franquia de acordo com valores praticado pelas seguradoras, nos casos de colisão furto ou incêndio ou perda

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pmamg.ciclogr.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pmamg.ciclogr.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

total; e proteção total contra terceiros para danos morais e materiais**.** Deverá ser contemplado as seguintes coberturas:

Seguro:

Danos Corporais a terceiros.....R$ 100.000,00
Danos Materiais a terceiros.....R$ 100.000,00
Danos Morais a terceiros.....R$ 10.000,00
Ocorrência de morte.....R$ 13.500,00
Invalidez permanente e/ou total.....R$ 13.500,00
Despesas médico hospitalares.....R$ 2.700,00

X – No caso de problemas mecânicos, acidentes ou outras indisponibilidades, a contratada deverá substituir o veículo por outro com as mesmas especificações ou superior, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, sem nenhum ônus adicional para o CIMVALPI;

XI – Haverá um termo de recebimento e devolução constando a data e o horário, subscrito pelas partes, sendo que tanto para um quanto para o outro, estabelece-se que ambos ocorrerão respectivamente na sede do CIMVALPI ou do ente consorciado.

XII – Quando das revisões recomendadas pelo fabricante ou quando da execução dos serviços de que trata o presente Termo, a contratada, deverá providenciar a retirada e entrega do veículo nas dependências do CIMVALPI ou mesmo do ente consorciado que esteja vinculado;

XIII – No caso de revisões obrigatórias pelo fabricante, a contratada obriga-se a deixar outro veículo similar ou superior no lugar do veículo retirado;

XIV – A administração CIMVALPI, reserva-se o direito de efetuar sempre que for necessário, para verificação do desempenho dos veículos, podendo solicitar da contratada a substituição imediata daqueles veículos que não estejam atendendo ao contrato.

XV – A Contratada deverá colocar os veículos em adequadas condições de uso, correndo por sua conta toda e qualquer despesa com conservação, manutenção, reposição de pneus, peças e acessórios, funilaria e pintura de pequena monta.

XVI – Efetuar o pagamento das multas decorrentes de infrações de trânsito cometidas na condução dos veículos locados e solicitar o reembolso dos valores junto ao CIMVALPI ou do Município, e, este por sua vez, junto ao condutor responsável.

XVII – Responsabilizar-se por todas as despesas dos veículos utilizados na execução dos serviços, tais como licenciamento, seguro total, manutenção e outras que incidam direta ou indiretamente sobre os serviços ora contratados, inclusive acidente, para o que os veículos deverão estar segurados.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pmamg.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

XVIII – Manter todas as condições jurídicas, bem como as condições de habilitação e qualificação previstas em ETP e exigidas no Edital durante todo o período da contratação, devendo comunicar à CONTRATANTE, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. - Fica vedado neste ato, à Contratada, transferir, ceder, subcontratar, negociar, utilizar em qualquer hipótese como garantia ou instrumento de fiança ou caução, seja comercial ou bancária, bem como transacionar com terceiros de qualquer personalidade jurídica, as obrigações, responsabilidades e demais cláusulas estabelecidas no instrumento.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. - O modelo de execução do objeto observará o disposto na Lei 14. 133/21, condições dispostas em Edital, Contrato e instrumentos anexos, e naquilo que couber, observará o disposto na Lei nº 8.078, de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor, garantindo providências outras, bem como ainda as normas elencadas na Lei 9.503/1977 que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro.

10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1. - O contrato, quando assinado, deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, as normas da Lei 14. 133/2021, e naquilo que couber as disposições contidas em legislação civilista.

10.2. - Conforme já previsto, estima-se a vigência do contrato em 12 (doze) meses.

10.3. - As comunicações entre o CIMVALPI/MUNICÍPIO e o CONTRATADO, devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagens eletrônicas para este fim.

10.4. - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

10.5. - O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

10.6. - O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

10.7. - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://zapsign.com.br/verificar/ e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar as assinaturas, acesse https://zapsign.com.br/verificar/autenticidade-do-documento/ e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

10.8. - O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapasse sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

10.9. - O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

10.10. - O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

10.11. - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

10.12. - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

10.13. - O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO PARA PAGAMENTO E REAJUSTE

11.1. - Não será necessária apresentação de garantia de execução contratual, posto que o pagamento é condicionado ao recebimento do objeto, resguardado o direito de responsabilização caso não haja entrega dos veículos nos prazos avençados.

11.2. - A Fatura deverá ser emitida no último dia útil do mês referente à prestação dos serviços e encaminhado ao Gestor do contrato para atesto;

11.3. - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após emissão da Nota Fiscal, devidamente atestada, por servidor designado pela Administração.

11.4. - Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal ou de Faturamento, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://zeramagestaodocumental.com.br/verificar/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

11.5. - O pagamento será efetuado no prazo acima assinalado, de acordo com a quantidade veículos locados, no período, mediante emissão de ordem bancária em favor do contratado, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada, observado os prazos acima descritos.

11.6. - A Nota Fiscal deverá ser apresentada juntamente com o relatório dos serviços realizados, devidamente firmado por servidor competente, documentação hábil para comprovação da despesa.

11.7. - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá no mesmo prazo definido no subitem acima, após a data de sua apresentação válida.

11.8. - Nenhum pagamento isentará a licitante vencedor das responsabilidades contratuais, nem implicará em aprovação definitiva da prestação dos serviços total ou parcial.

11.9. - Não será permitida previsão de sinal, ou qualquer outra forma de antecipação de pagamento na formulação das propostas, devendo ser desclassificada, de imediato, a proponente que assim o fizer.

11.10 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o contratado não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

EM = I x N x VNF

EM= Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originalmente devido

I= Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

I = (1/100)

365

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento.

VNF = Valor da Nota Fiscal ou de Faturamento

12. DA FORMA DE PAGAMENTO

12.1. - Para efeito de pagamento será observada o disposto na Instrução Normativa 017/2023 e artigos 141 a 146 da Lei 14.133/2021.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pisamaisdoc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

12.2. - A atividade de recebimento é condição prévia e essencial ao pagamento, representando a confirmação de que o objeto do contrato foi efetivamente executado em conformidade com os requisitos quantitativos, qualitativos, bem como o preço, a forma e prazo estipulados, tudo conforme previsto em Edital.

12.3. - Em se tratando de locação de bens, o recebimento é condição prévia da contraprestação pelo CIMVALPI/MUNICÍPIO do fornecimento do objeto, representando a confirmação de que o objeto do contrato foi efetivamente executado em conformidade com os requisitos qualitativos, quantitativos, bem como o preço (art. 6º, inc. II alínea "a" IN CIMVALPI 017/2023).

12.4. - Para fins do contrato celebrado, será emitido Nota Fiscal ou Fatura de Locação como documento para liquidação e pagamento com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis do vencimento.

12.5. - Caso os dados do documento de cobrança estejam incorretos, a Administração informará ao fornecedor e este emitirá novo documento de cobrança, escoimada daquelas incorreções, abrindo-se, então, novo prazo de pagamento.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13.1. - Contratação de pessoa jurídica (empresas), que tenha compatibilidade com o objeto quanto à execução do serviço de locação e entrega dos veículos abaixo reiterados:

13.1.1. - Veículo utilitário de passageiros, capacidade de 5 (cinco) passageiros, motorização mínima de 1.0, potência acima de **75 CV**, direção elétrica ou hidráulica, combustível flex (gasolina/álcool), 04 (quatro) portas, ar condicionado, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;

13.1.2. - Veículo Sedan 04 (quatro) portas, motorização mínima de **111 CV**, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, distância mínima entre os eixos de 2,60 cm, ano de fabricação mínimo 2022;

13.1.3. - Veículo utilitário de passageiros, tipo Minivan, motorização mínima **130 CV**, com capacidade mínima para 7 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://zapsign.com.br/verificar e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar as assinaturas, acesse https://zapsign.com.br/verificar/autenticidade-do-documento/ e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

13.1.4. - Veículo tipo SUV, motorização mínima de **111 CV**, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;

13.1.5. - Veículo pick-up, motorização mínima de **75 CV**, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;

13.1.6. - Veículo caminhonete, 4x4, cabine dupla, motorização mínima de **160 CV**, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS e AIRBAG, combustível diesel, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;

13.2. - Pessoas jurídicas poderão participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas contidas no art. 15 da Lei 14.133/2021.

13.3. - O critério de aceitabilidade de preços será o valor unitário por item, estimado para a contratação.

13.3.1. - O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (Art. 59, §3º da Lei 14.133/2021 e IN CIMVALPI nº 007/2022 - **https://www.cimvalpi.mg.gov.br/phocadownload/instrucao_normativa_007_2022.pdf)**

13.4. - Ultrapassado o atendimento quanto à exigência de Requisitos Descritivos acima elencados, para seleção do fornecedor, deverá ser regiamente observados os Requisitos de Habilitação respectivamente quanto à pessoa jurídica, bem como os Requisitos Obrigacionais sobretudo de regularidade fiscal, incluindo participação de cooperativas conforme a abaixo reiterado:

13.4.1. - **Requisitos Obrigacionais**

Os requisitos obrigacionais mínimos exigidos, deverão atender às disposições contidas no OBJETO deste Estudo, além daqueles previstos em Lei, dos quais podemos destacar: "REQUISITOS DE HABILITAÇÃO" e "REQUISITOS DE REGULARIDADE FISCAL", "REGULARIDADE SOCIAL E FUNDIÁRIA" Mas conforme mencionado, para além disso, deverá ser observado o regramento legal contido na Lei 14.133/21, bem como as exigências contratuais.

As condições de habilitação, informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante serão divididos em

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pinamagrande.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

jurídica; técnica; fiscal; social; fundiária; trabalhista e econômico-financeiro, conforme previsto nos artigos 62 e 65 da Lei 14.133/202.

Conforme disposto no § 4º do artigo 69 da nova lei, a Administração CIMVALPI, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio liquido equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contração.

A documentação referida deverá ser apresentada na forma prevista no artigo 70 da Lei 14.133/2021.

13.4.2. - **Regularidade Fiscal**: O licitante deverá encontrar-se de forma regular perante suas obrigações com a legislação tributária federal, estadual, municipal, seguridade social e o fundo de garantia por tempo de serviço. Cumpre aqui ressaltar que regularidade não implica em quitação. Regularidade é a comprovação de que a empresa atende todas as exigências do fisco.

São os seguintes documentos exigidos por lei que provam sua regularidade:

a) **Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoas Física e Jurídica:** Cadastro de Pessoa Física – CPF e Cadastro Nacional de Pessoa Jurídicas – CNPJ. Ambos são expedidos pela Secretaria da Receita Federal
b) **Prova de Inscrição no cadastro de contribuintes, ICMS/ISS:** Inscrição Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação. A Inscrição Estadual é emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda e Planejamento.
c) **Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais emitida pela Receita Federal**. Poderá ser solicitada na Agência da Receita Federal, em qualquer localidade do respectivo Estado, cuja validade é de 180 (cento e oitenta) dias. Também poderá ser emitida pelo site www.receita.fazenda.gov.br com validade de 30 (trinta) dias a contar da sua emissão.
d) **Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual:** Certidão emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual, podendo ser solicitada em qualquer posto de atendimento da Secretaria de Fazenda Estadual. Esta certidão terá validade de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.
e) **Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal:** Esta certidão deverá ser emitida pela Secretaria Municipal do Município onde o imóvel encontra-se localizado.
f) **Certificado de regularidade do FGTS.**

13.5. - Relativos À Qualificação Econômico-Financeira

a. Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, observado o prazo de validade da respectiva certidão,

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pmamg.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

considerando tratar-se de haver unidades da federação que dispões de prazos de validade distintos, bem como prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

a.1. Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

b. Balanço patrimonial e demonstração do resultado (DRE) do último exercício social exigível, devidamente assinado pelo responsável legal da empresa e por contador habilitado, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

b.1. Para aquelas empresas constituídas a menos de 01 (um) ano ou no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da empresa, devidamente assinados pelo seu representante legal e pelo contador responsável, em cópia autenticada ou via original.

c. Demonstrações que comprovem a boa situação econômico-financeira da licitante será efetuada com base nos índices e resultados financeiros, extraídos do balanço apresentado na forma acima. a empresa deverá apresentar alternativamente Índice de Liquidez Geral = igual ou superior a 1 (um); Índice de Liquidez Corrente = igual ou superior a 1 (um) ou Comprovação de Patrimônio Líquido ou Capital Social, **com valor igual ou superior a 10% (dez por cento) do total estimado da prestação de serviços para o período de 12 (doze) meses.** ***(grifo nosso)***

Acerca da indevida exigência cumulatividade de índices de liquidez e capital social, vejamos entendimento da Corte de Contas da União:

REPRESENTAÇÕES. CONCORRÊNCIA. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE PASSAGEIROS. POSSÍVEL RESTRIÇÃO AO CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME E DIRECIONAMENTO DO SEU RESULTADO. CONCESSÃO DE CAUTELAR. OITIVAS. AGRAVO DA ENTIDADE LICITANTE. PERICULUM IN MORA REVERSO. CONHECIMENTO DO RECURSO E SUSPENSÃO DA CAUTELAR ANTERIORMENTE CONCEDIDA. CUMULAÇÃO INDEVIDA DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO E GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL PARA FINS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. PROCEDÊNCIA PARCIAL. DAS REPRESENTAÇÕES. REVOGAÇÃO DA CAUTELAR. PERDA DE OBJETO DO AGRAVO, EM DECORRÊNCIA DA APRECIAÇÃO DO MÉRITO DA MATÉRIA REPRESENTADA. **"Para fins de qualificação econômico-financeira, a Administração pode exigir das licitantes, de forma não cumulativa, capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo ou garantias que assegurem o adimplemento do contrato a ser celebrado, no caso de compras para entrega futura e de execução de obras e serviços"**. Enunciado da Súmula de Jurisprudência do TCU 275.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pinamg.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

(TCU - RP: 02938620144, Relator: MARCOS BEMQUERER, Data de Julgamento: 26/10/2016, Plenário)

Para além disso, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, na Instrução Normativa nº 02/2010, expressamente definiu que, caso o licitante apresente Índice de Liquidez inferior a 01 (um), **lhe é facultada, para comprovação da qualificação financeira, a apresentação do capital mínimo ou do patrimônio líquido mínimo ao atendimento do certame**:[1]

Art. 43. Os atos convocatórios devem conter cláusulas que assegurem o cumprimento das disposições contidas nesta norma, bem como as descritas nos incisos seguintes, de modo a explicitar que: V – a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas (...).

V – a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas (...).

Art. 44. O instrumento convocatório deverá prever, também, que as empresas que apresentarem resultado igual ou menor que 01 (um), em qualquer dos índices referidos no inciso V do art. 43 desta norma, quando da habilitação, deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo...

13.5.1. - Os documentos solicitados que não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento serão considerados válidos aqueles que emitidos (ou cujas pesquisas tenham sido realizadas) em data não superior a 60 (sessenta) dias retroativos, a contar da data da sessão pública de abertura deste certame.

13.5.2. - Será inabilitada a licitante que não comprovar sua regularidade, deixando de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido em Edital, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

13.5.3. - No caso de inabilitação, a Pregoeira retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

13.6. - **Possibilidade de participação de cooperativas -** Em que pese o entendimento sumulado pelo Tribunal de Contas da União, no enunciado nº 281, de acordo com o qual é vedada a participação de cooperativas em certame licitatório quando houver necessidade de subordinação de mão de obra, **verifica-se que tal entendimento não é aplicável ao presente caso, quando a**

[1] https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas-revogadas/instrucao-normativa-no-02-de-11-de-outubro-de-2010-revogada-pela-in-no-3-de-2018

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pmamg.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

prestação do serviço de locação não demanda a subordinação de mão de obra. Isso porque, o objeto do presente procedimento licitatório gira em torno da contratação de empresa de locação de veículos (enquadramento dos CNAE 7711-0/00 (locação de veículos sem motorista)), não restando caracterizada situação de subordinação, o que afasta a vedação da Corte de Contas.

13.7. - Demais Requisitos De Participação

13.7.1. - Além dos requisitos obrigacionais e regularidade fiscal elencados; notadamente no subitem 13.4.2. – Certificado de Regularidade FGTS, que poder-se-á ser enquadrado como garantia da regularidade social. A habilitação das licitantes será realizada mediante a apresentação da seguinte documentação complementar:

13.7.1.1. - Comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor anual estimado da contratação, quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, informados pelo Sicaf, for igual ou inferior a 1;

13.7.1.2. - Comprovante de inscrição e situação cadastral emitido pela Receita Federal do Brasil que comprove a atividade econômica principal ou secundária como sendo Locação de Automóveis sem Condutor (CNAE);

13.7.1.3. - Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante;

13.7.1.4. - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011;

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

CIMVALPI:

01.01.03.04.122.0001.2012 Locação de Máquinas, Veículos e Equipamentos.
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00104
Fonte: 1.500.000

01.01.01.04.122.0001.2005 Manutenção das Atividades do Fórum dos Prefeitos

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://zeramais.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00047
Fonte: 1.703.000

01.01.01.04.122.0001.2007 Manutenção das Atividades dos Serviços Administrativos – Recursos Consórcio
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00060
Fonte: 1.501.000

01.01.01.06.182.0001.2006 Manutenção das Atividades do Corpo de Bombeiros
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00070
Fonte: 1.500.000

01.01.02.04.122.0001.2008 Manutenção das Atividades da Diretoria Institucional
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00082
Fonte: 1.501.000

01.01.03.04.122.0001.2010 Manutenção das Atividades dos Serviços de Licitações, Contratações e Compras Compartilhadas -
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00098
Fonte: 1.501.000

01.01.03.04.122.0001.2016 Compras compartilhadas (recurso municípios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00114
Fonte: 1.500.000

01.01.04.08.243.0014.2018 Manutenção das Atividades dos Serviços de Acolhimento Institucional provisório para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00129
Fonte: 1.501.000
Fonte: 1.500.000

01.01.05.20.609.0001.2020 Manutenção das Atividades dos Serviços de Fiscalização Industrial e Sanitária
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00148
Fonte: 1.501.000
Fonte: 1.500.000

01.01.06.18.542.0001.2021 Manutenção das Atividades dos Serviços de Resíduos Sólidos Urbanos
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00160

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pisamaquina.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Fonte: 1.501.000
Fonte: 1.500.000

01.01.06.18.542.0001.2022 Manutenção das Atividades dos Serviços de Resíduos Sólidos de Saúde
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00169
Fonte: 1.501.000

01.01.06.18.542.0001.2023 Manutenção das atividades dos serviços ambientais
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Ficha: 00180
Fonte: 1.501.000

01.01.07.15.451.0001.2026 Manutenção das Atividades dos Serviços e Obras Civis de Engenharia.
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00226
Fonte: 1.501.000

01.01.07.22.662.0001.2039 Manutenção da Usina de Asfalto
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00328
Fonte: 1.501.000

01.01.08.25.752.0001.2040 Manutenção Serviço de Engenharia Eletrica
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00342
Fonte: 1.501.000

01.01.09.06.182.0001.2043 Manutenção das Atividades da Defesa Civil
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00361
Fonte: 1.500.000
01.01.11.12.122.0001.2054 Manutenção dos Serviços Administrativos na Educação (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00384
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.361.0001.2047 Manutenção Ensino Fundamental (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00368
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.362.0001.2055 Manutenção Ensino Médio (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00370
Fonte: 1.500.000

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pisamagisdoc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pisamagisdoc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

01.01.11.12.363.0001.2048 Manutenção Ensino Profissional (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00372
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.364.0001.2049 Manutenção Ensino Superior (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00370
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.365.0001.2050 Manutenção Ensino Infantil (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00376
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.366.0001.2051 Manutenção Educação de Jovens e Adultos (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00378
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.367.0001.2052 Manutenção Educação Especial (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00380
Fonte: 1.500.000

01.01.11.12.368.0001.2053 Manutenção Educação Básica (Municipios)
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00382
Fonte: 1.500.000

DOM SILVÉRIO:

10.302.0428.2069.3.3.90.39.00 Manutenção da Assistência Médica e Odontológica
Ficha: 431
Fonte: 1.500.000.1002

26.782.0534.2087.3.3.90.39.00 Manutenção das Estradas Vicinais
Ficha: 627
Fonte: 1.500.000.0000

15.452.0323.2078.3.3.90.39.00 Manutenção do Setor de Obras
Ficha: 648
Fonte: 1.500.000.0000

15.452.0575.2089.3.3.90.39.00 Manutenção dos Serviços Urbanos
Ficha: 707
Fonte: 1.500.000.0000

04.122.0021.2077.3.3.90.39.00 Manutenção Atividades Secretaria Obras, Manut. E Agricultura

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pmamg.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Ficha: 611
Fonte: 1.500.000.0000

04.122.0021.2007.3.3.90.39.00
Ficha: 96
Fonte: 1.500.000.0000

15. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1. - O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, na forma do Termo de Referência, do Edital de Licitação e da legislação aplicável, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

15.2. - Celebrado o respectivo instrumento contratual, será indicado o servidor responsável pela fiscalização quanto a execução do contrato.

15.3. - A designação do Fiscal do Contrato deverá ser efetuada por meio de Portaria.

15.4. - As responsabilidades atribuídas ao Fiscal do Contrato estão determinadas no artigo 4º , inc. II da IN CIMVALPI 005/2023, da qual deverão acompanhar e fiscalizar o contrato, avaliando a execução do objeto nos moldes contratados aferindo, a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação do objeto em confronto com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, exercendo suas atividades sob a coordenação e subordinação da gestão de contratos.

15.5 - Relativo ao CIMVALPI, durante a vigência deste a gestão do contrato competirá a empregada do CONSÓRCIO Sra. Iderde Graziane Gomes Corcini - GESTORA DE CONTRATOS.

15.6. - Relativo ao CIMVALPI, durante a vigência deste a fiscalização do contrato competirá ao empregado do CONSÓRCIO Sr. Carlos Eduardo Gonçalves da Silva (carloseduardo@cimvalpi.mg.gov.br).

15.7. - Caberá ao município definir seu Gestor/Fiscal do Contrato.

16. DAS SANÇÕES CONTRATUAIS

16.1. - Comete infração administrativa a Contratada que inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação, ensejar o retardamento da execução do objeto, fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

16.2. - Em caso de descumprimento contratual, total ou parcial, qualquer inadimplemento ou infração contratual, ao CONTRATADO, sem prejuízo da

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pisamaisdoc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

responsabilidade civil, e criminal que couber, ficará sujeito às penalidades previstas no artigo 156 da Lei 14.133/2021.

17. RESCISÃO

17.1. - O CIMVALPI/MUNICÍPIO poderá rescindir o Termo de Contrato, sem qualquer ônus, em caso de descumprimento total ou parcial de qualquer cláusula contratual imposta ao Contratante, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, observado o disposto no artigo 137 da Lei 14.133/2021

17.2. - Também constitui motivo para a rescisão do contrato a ocorrência das hipóteses enumeradas nos incisos I, II e VIII do artigo supramencionado.

17.3. - Caso haja razões de interesse público devidamente justificadas nos termos do inciso VIII do artigo 137 da Lei n° 14.133/21.

17.4. - O procedimento formal de rescisão terá início mediante notificação escrita, encaminhada via postal, com aviso de recebimento, ou qualquer meio de notificação previsto em Lei.

17.5. - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

18. DOS CASOS OMISSOS

18.1. - Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste contrato reger-se-ão pelas disposições contidas nas Leis Federais 14.133/21; 8.078/90 e 10.406/2002 que fazem parte integrante deste contrato, independentemente de suas transcrições.

19. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

19.1. - A proposta deverá ser apresentada levando-se em consideração todas as exigências de seguro e encargos com todos os requisitos de habilitação da empresa, devendo ser detalhada com valores unitários em reais, contendo todos os requisitos descritivos dos itens licitados.

19.2. - Poderá ser prorrogado, a qualquer tempo, os prazos para credenciamento, recebimento das propostas ou lances.

19.3. - A presente licitação não importa necessariamente em Contratação, podendo revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato supervenientes comprovados ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

19.4. - A proponente contratante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://zeusamp.ciclogs.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a ilegalidade ou inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado ou, caso tenha sido vencedor, o cancelamento da ata de registro de preços, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

19.5. - É facultado ao (a) pregoeiro (a) ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

19.6. - Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela pregoeira, sob pena de desclassificação/inabilitação.

19.7. - O não atendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua habilitação e a exata compreensão da sua proposta.

19.8. - As normas que disciplinam este processo serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre proponentes, desde que não comprometam o interesse da administração, a finalidade e a segurança da contratação.

19.9. - Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais

19.10. - A proponente vencedora assumirá integral responsabilidade pelos danos que causar ao Município ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes na execução dos serviços contratados.

Ponte Nova, 03 de junho de 2024.

João Paulo Ferreira
Gerente Administrativo

Hilton Antônio de Oliveira
Responsável pela Revisão
Oficial de Assessoramento Jurídico

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pscamara.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

QUANTITATIVO DOM SILVÉRIO PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE FRANQUIA (ANO)	UNIDADE	VALOR MENSAL ESTIMADO
1	Veículo, capacidade de 5 (cinco) passageiros, motorização mínima de 1.0, potência acima de 75 CV, direção elétrica ou hidráulica, combustível flex (gasolina/álcool), 04 (quatro) portas, ar condicionado, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	80 (DOM SILVÉRIO)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.090,00 RACHID VEÍCULOS S/A R$2.750,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS R$3.559,48 M&M ALUGUEL DE CARROS R$3.220,59 LOCALIZA **MÉDIA TOTAL R$3.155,01**
2	Veículo, Sedan ou Sedan Executivo, 04 (quatro) portas, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, distância mínima entre os eixos de 2,60 cm, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	50 (DOM SILVÉRIO)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.700,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS R$2.989,98 M&M ALUGUEL DE CARROS R$4.648,59 LOCALIZA **MÉDIA TOTAL R$3.779,52**

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0093.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pmsamarco.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
ROBERTA BARCELLOS GUIMARAES: 46974458649 Assinado de forma digital por ROBERTA BARCELLOS GUIMARAES:46974458649 Dados: 2024.05.06 16:29:58 -03'00'

3	Veículo, tipo Minivan, motorização mínima 130 CV, com capacidade mínima para 07 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	30 (DOM SILVÉRIO)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$4.150,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$6.415,98 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$4.340,39 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$4.968,79
4	Veículo, tipo SUV, motorização mínima de 111 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, **faróis em LED,** ano de fabricação mínimo 2022;	20 (DOM SILVÉRIO)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$3.990,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$4.700,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$2.570,90 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$4.035,19 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.824,02

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0093.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas, acesse https://pmsilverio.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

ROBERTA BARCELLOS GUIMARAES:46974458649 Assinado de forma digital por ROBERTA BARCELLOS GUIMARAES:46974458649 Dados: 2024.05.06 16:30:20 -03'00'

5	Veículo, pick-up, motorização mínima de 75 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel ou flex (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, faróis em LED, ano de fabricação mínimo 2022;	30 (DOM SILVÉRIO)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$4.100,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$3.850,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$3.998,95 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$3.457,39 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$3.851,58
6	Veículo, caminhonete 4x**4, cabine** dupla, motorização mínima de 160 CV, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS e AIRBAG, combustível diesel, vidros e travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, **faróis em LED, ano de fab**ricação mínimo 2022;	20 (DOM SILVÉRIO)	Franquia Mensal (3.000 km)	R$7.990,00 RACHID VEÍCULOS S/A
				R$7.500,00 HD LOCADORA DE VEÍCULOS
				R$9.789,88 M&M ALUGUEL DE CARROS
				R$9.990,19 LOCALIZA
				MÉDIA TOTAL R$8.817,51

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.009/.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

ROBERTA BARCELLOS GUIMARAES: 46974458649
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://pmsilvio.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Praça Presidente Vargas,143 - Centro
Dom Silvério / MG | CEP: 35440-000
Tel.: (31) 3857-1310 / 38571311
www.domsilverio.mg.gov.br
E-mail: gabinete@domsilverio.mg.gov.br

Ofício nº. 096/2024
Assunto: Indicação de Dotações
Serviço: Gabinete do Prefeito
Data: Dom Silvério/MG, 16 de maio de 2024.

Sra. Rozeli Aparecida Irias Contarini
Equipe de Apoio - Setor de Licitação - CIMVALPI

Segue abaixo a dotação visando contratação de serviço de agenciamento de passagens aéreas e terrestre:

Setor	Dotação	Ficha	Fonte
Manutenção do Gabinete	04.122.0020.2004.3.3.90.39.00	27	1.500.000.0000
Manutenção Atividades Secretaria Finanças e Administração	04.122.0021.2007.3.3.90.39.00	96	1.500.000.0000

Segue abaixo as dotações visando contratação de serviços contínuos de locação de veículos:

Setor	Dotação	Ficha	Fonte
Manutenção da Assistência Médica e Odontológica	10.302.0428.2069.3.3.90.39.00	431	1.500.000.1002
Manutenção das Estradas Vicinais	26.782.0534.2087.3.3.90.39.00	627	1.500.000.0000
Manutenção do Setor de Obras	15.452.0323.2078.3.3.90.39.00	648	1.500.000.0000
Manutenção dos Serviços Urbanos	15.452.0575.2089.3.3.90.39.00	707	1.500.000.0000
Manutenção Atividades Secretaria Obras, Manut. e Agricultura	04.122.0021.2077.3.3.90.39.00	611	1.500.000.0000
Manutenção Atividades Secretaria Finanças e Administração	04.122.0021.2007.3.3.90.39.00	96	1.500.000.0000

Assinado digitalmente por:
Jose Braulio Aleixo
CPF: ***.722.006-**
Certificado emitido por AC DOM SILVERIO
Data: 16/05/2024 08:36:11 -03:00

José Bráulio Aleixo
Prefeito Municipal de Dom Silvério

Esse documento foi assinado por Jose Braulio Aleixo. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://portaldeassinaturas.domsilverio.mg.gov.br/validate/MMNLH-C5E4N-D8MSR-2FA63

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://verificador.iti.gov.br e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

MANIFESTO DE ASSINATURAS

Código de validação: MMNLH-C5E4N-D8MSR-2FA63

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- Jose Braulio Aleixo (CPF ***.722.006-**) em 16/05/2024 08:36

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

https://portaldeassinaturas.domsilverio.mg.gov.br/validate/MMNLH-C5E4N-D8MSR-2FA63

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

https://portaldeassinaturas.domsilverio.mg.gov.br/validate

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://visualizador.domsilverio.mg.gov.br/verificar/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

[QUALIFICAÇÃO COMPLETA DO CONSÓRCIO], doravante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente ARP - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, decorrente da licitação na modalidade [MODALIDADE], sob o número [NÚMERO DO PREGÃO], cujo objeto é [DESCRIÇÃO CONFORME OBJETO DO EDITAL], processada nos termos do Processo Administrativo [NÚMERO DO PROCECESSO], o qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, à luz da permissão inserta no art. 40, inciso II c/c o art. 78 inciso IV c/c os arts. 82 e 86, todos da Lei n° 14.133/2021 e regulamento do consórcio [TIPO E NÚMERO DO REGULAMENTO DO CONSÓRCIO], observadas as cláusulas e condições seguintes:

Órgãos gerenciador e participantes

1. A presente ARP é integrada apenas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR identificado no preâmbulo OU A presente ARP é integrada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e, nos termos do art. 86 e 181 da Lei n° 14.133/2021, pelos seguintes Entes Públicos: [LISTAR ENTES PÚBLICOS PARTICIPANTES DA ARP;.

Registros formalizados

2. A presente ARP estabelece as cláusulas e condições gerais para o REGISTRO DE PREÇOS referente ao objeto descrito no preâmbulo, cujas especificações, preço, marca/modelo, quantitativo e fornecedor foram previamente definidos por meio do procedimento licitatório supracitado, conforme abaixo descrito resumidamente:

EMPRESA:						
CNPJ:		Telefone:		e-mail:		
Endereço:						
GRUPO	ITEM	QUANT	DESCRIÇAO	MARCA/MODELO	UNID	PREÇO (R$)

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://vicenzamais.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

VALOR TOTAL -	

3. Ao participar do procedimento licitatório, o fornecedor obriga-se ao cumprimento de todos os encargos estabelecidos na presente ARP, nos exatos termos do resultado final obtido no procedimento licitatório, quanto ao preço, a quantidade e as especificações do objeto registrado, integrando e complementado a presente ARP os seguintes documentos, os quais devem ser totalmente observados e cumpridos:

3.1. Termo de Referência (ou Projeto Básico) contendo as especificações técnicas completas e todas as condições gerais de execução do objeto.

3.2. Proposta comercial final com preço ajustado.

3.3. Edital nº [NÚMERO DO EDITAL], referente ao Pregão Eletrônico nº [NÚMERO].

Cadastro reserva de fornecedores

4. Conforme consta no ANEXO A, também fica FORMALIZADO, conjuntamente com a presente ARP, CADASTRO RESERVA de licitante interessado em eventualmente assumir a titularidade do registro de preços, havendo REVOGAÇÃO ou RESCISÃO da ARP e segundo a ordem de classificação final no certame, POR GRUPO DO OBJETO, nos termos fixados no art. 82, inciso VII, e § 5º, inciso VI, da Lei 14.133/2021.

4.1. A formação de CADASTRO RESERVA vincula o licitante ao preço da proposta do titular, obrigando-se a assumir a titularidade em caso de cancelamento do registro do titular, observada a ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO.

4.2. A alteração da titularidade do registro dependerá da comprovação das condições de participação do particular registrado no cadastro reserva, da avaliação da qualidade do objeto indicado na sua proposta e do cumprimento das condições de habilitação, nos termos fixados no edital do certame.

4.3. Caberá ao agente de contratação responsável pelo julgamento do certame para seleção do titular da presente ARP realizar o procedimento de análise dos critérios indicados no item anterior.

4.4. Havendo alteração da titularidade do registro com base no CADASTRO RESERVA, deverá a ARP ser republicada para fins de eficácia.

Vigência da ARP

5. A presente ARP tem vigência de [NÚMERO] MESES, contados a partir da data da sua publicação, podendo ser prorrogado para até 24 MESES, nos termos permitidos no art. 84 da Lei 14.133/2021.

5.1. A prorrogação da vigência da ARP dependerá da concordância das partes e de comprovação da vantajosidade dos preços.

5.2. A prorrogação da vigência da ARP será registrada mediante termo de prorrogação pactuado pelas partes nos autos de gestão da ARP.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://oficinadigital.com.br/verificar/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

5.3. A prorrogação da vigência da ARP deverá ser publicada e divulgada nos termos previstos no item 20 deste documento.

Contratações futuras

6. As contratações decorrentes da presente ARP poderão ser realizadas diretamente pelo órgão gerenciador, ou por cada um dos participantes (se houver, conforme indicação item 01), observados os quantitativos respectivamente previstos para cada procedimento de licitação, e as demais exigências e formalidades previstas na legislação.

6.1. Poderá haver, a critério do órgão gerenciador e desde que haja expressa concordância dos interessados envolvidos, REMANEJAMENTO DE QUANTITATIVOS previstos na ARP entre os ÓRGÃOS PARTICIPANTES, ou entre este(s) e o ÓRGÃO GERENCIADOR.

6.2. Em caso de licitação com critério de julgamento por GRUPO DE ITENS, as contratações futuras deverão ser realizadas, em regra, de forma proporcional para todos os itens de cada grupo, salvo justificativa técnica e desde que o valor registrado seja igual ou inferior aos preços contidos nas propostas dos demais licitantes e compatíveis com os preços de mercado, nos termos contidos no art. 82, § 2º, da Lei 14.133/2021.

6.3. A contratação decorrente deverá observar as condições fixadas no Edital de Licitação nº [NÚMERO DA ATA] e seus anexos.

Vínculos da ARP

7. A existência desta ARP não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

8. O titular do registro de preços vincula-se integralmente, durante a vigência da ARP, ao cumprimento das obrigações contidas na ARP, bem como à formalização das contratações dela decorrentes, salvo cancelamento ou rescisão do registro, sob pena de sofrer as sanções administrativas previstas no Termo de Referência anexo.

Adesão de órgão ou entidade pública não participante

9. Desde que devidamente justificada a vantagem, qualquer órgão ou entidade da Administração Pública poderá solicitar a utilização da presente ARP (POR ADESÃO), durante sua vigência, independentemente da participação ou não na licitação sobredita, mediante anuências do órgão gerenciador e do particular titular do registro, nos termos previstos no art. 86, §§ 2º a 5º, da Lei 14.133/2021, desde que observadas as disposições abaixo:

10. O órgão ou entidade pública interessado na adesão deverá consultar prévia e diretamente o fornecedor titular da ARP, visando obter a concordância formal com a contratação pretendida.

10.1. É faculdade do fornecedor titular da ARP, observadas as condições nela estabelecidas, a aceitação ou não da contratação decorrente de adesão, independentemente de qualquer justificativa formal.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://oficinadigital.com.br/verificar/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

10.2. Cabe ao órgão ou entidade aderente encaminhar ao GERENCIADOR a concordância do fornecedor.

11. Proceder à consulta formal ao GERENCIADOR, por meio de ofício ou outro expediente competente, encaminhado para o e-mail institucional [EMAIL PARA SOLICITAÇÃO DE ADESÃO], no qual deverá constar o objeto que interessa contratar, o respectivo quantitativo pretendido e a concordância do fornecedor para fins de análise e manifestação sobre a possibilidade de adesão.

1 2 . O GERENCIADOR poderá recusar a adesão requerida, quer em face do fato de haver a possibilidade de prejuízo ao atendimento de suas próprias contratações, ou de participante da ARP, quer por não cumprimento de um dos requisitos fixados nesta ARP, sempre por intermédio de despacho fundamentado.

13. As contratações adicionais por adesão à presente ARP deverão cumprir rigorosamente os seguintes requisitos:

13.1. Não exceder, por órgão ou entidade pública aderente, a 50% do quantitativo total registrado para o órgão gerenciador e participante(s) (se houver), cumulativamente;

13.2. Não exceder no total das adesões já realizadas a 200% do quantitativo total registrado para o órgão gerenciador e participante(s) (se houver), independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem;

13.3. No caso de ITEM(NS)/GRUPO(S) com participação EXCLUSIVA À ME'S E EPP'S na licitação, o total das contratações decorrente da presente ARP (inclusive por adesões) não poderão totalizar mais que R$ 80.000,00.

13.4. Em caso de licitação com critério de julgamento por GRUPO DE ITENS, a contratação por adesão será realizada, em regra, de forma proporcional para todos os itens do grupo, salvo justificativa técnica e desde que o valor registrado seja igual ou inferior aos preços contidos nas propostas dos demais licitantes e compatíveis com os preços de mercado, nos termos contidos no art. 82, § 2º, da Lei 14.133/2021.

14. Autorizada a utilização da ARP pelo Órgão Gerenciador, o órgão ou entidade pública não participante (aderente) apenas poderá realizar a contratação autorizada, caso estejam presentes os seguintes requisitos temporais conjuntamente:

14.1. Em até 90 DIAS corridos, contados do recebimento da autorização, em razão da caducidade do ato, podendo o prazo ser prorrogado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, desde que solicitado pelo interessado e ainda vigente a ARP; e,

14.2. Apenas durante a vigência da presente ARP.

15. Quando da realização efetiva da respectiva contratação por adesão, deverá o órgão ou entidade aderente enviar ao GERENCIADOR, no prazo máximo de 05 DIAS ÚTEIS, contados da contratação, informar formalmente a contratação para fins de registro definitivo;

16. Caberá ao órgão ou entidade pública aderente a gestão de sua contratação, inclusive aplicando, garantida a ampla defesa e o

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://oficinadigital.com.br/verificar/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

contraditório, eventual sanção administrativa decorrente de descumprimento das obrigações contratuais, obrigando-se a informar as ocorrências e sanções aplicadas ao GERENCIADOR para fins de registro, observadas as regras e procedimentos fixados no Edital e seus anexos.

Atribuições do gerenciador da ARP

17. O GERENCIADOR promoverá o gerenciamento permanente e formal da presente ARP, inclusive com registro em processo administrativo de gestão de todas contratações dela decorrentes, como também de todos os demais atos inerentes aos procedimentos de gestão.

17. Cabe ao setor ou servidor designado do ÓRGÃO GERENCIADOR, conforme regulamento operacional interno, as atribuições inerentes ao gerenciamento da presente ARP, particularmente quanto a(ao):

17.1. Providenciar a elaboração e publicação da presente ARP;

17.2. Encaminhar ao(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participantes a presente ARP, como também suas eventuais e posteriores alterações, devidamente assinadas e publicadas;

17.3. Controlar, de forma permanente, a utilização da ARP para fins de contratações, durante toda sua vigência;

17.4. Receber, analisar, controlar e pronunciar-se quanto à solicitação de contratação interna do ÓRGÃO GERENCIADOR com base na presente ARP, ou em relação à solicitação de ADESÃO realizada por órgão ou entidade não participante desta ARP, inclusive indicando providência complementar necessária ou até recomendando o indeferimento fundamentado, observada a legislação vigente.

17.5. Emitir e encaminhar ofício formalizando a autorização para utilização da ARP por órgão ou entidade aderente, inclusive com a indicação do nome do fornecedor, quantitativos autorizados, valores unitários e totais, prazo de validade da autorização e demais condições de adesão.

17.6. Conduzir eventuais procedimentos de alterações dos preços registrados para fins de adequação às novas condições de mercado, observada a legislação vigente.

17.7. Propor, conduzir e pronunciar-se nos procedimentos de eventuais reajustes e revisões de preços, como também de cancelamentos e rescisões de registro contidos na presente ARP, bem como realizar, nesses casos, a publicação das novas condições da ARP e comunicação aos órgãos e às entidades participantes;

17.8. 8 . Propor aplicação, garantida a ampla defesa e o contraditório, de sanções decorrentes do descumprimento das obrigações assumidas na ARP, ou até em relação ao descumprimento das obrigações contratuais, unicamente referentes às contratações realizadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;

17.9. Receber e registrar as contratações efetivamente realizadas pelos órgãos ou entidades aderentes, bem como eventuais sanções por estes aplicadas ao(s) particular contratado(s) por descumprimento das

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://oficinadigital.com.br/verificar.aspx e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

obrigações assumidas na presente ARP;
17.10. Instruir os autos de gestão da presente ARP.

Atribuições do participante
18. Ao órgão ou entidade PARTICIPANTE cabe:
18.1. Tomar conhecimento da ARP, incluindo eventuais alterações, cancelamentos e revogações, a fim de utilizá-la de forma correta;
18.2. Verificar a conformidade das condições registradas na ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas para fins de renegociação ou cancelamento;
18.3. Observar e controlar o quantitativo máximo dos itens registrados em seu interesse, evitando contratações acima do limite permitido, bem como a utilização de itens diversos daqueles para os quais solicitou participação no certame;
18.4. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na ARP, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular;
18.5. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao ÓRGÃO GERENCIADOR.

Obrigações do fornecedor
19. O FORNECEDOR cujo preço conste registrado na presente ARP obriga-se a:
19.1. Retirar a respectiva nota de empenho ou ordem de fornecimento/serviços, bem como assinar o termo de contrato (se for o caso), no prazo máximo de 05 dias úteis, contados da convocação;
19.2. Indicar, no prazo máximo de 05 dias úteis, a concordância ou não em relação à(s) solicitação de adesão por órgão ou entidade da Administração Pública não participante, indicando expressamente que tal contratação não prejudicaria as obrigações presentes e futuras assumidas para com o ÓRGÃO GERENCIADOR e os participantes;
19.3. Observar rigorosamente todos as especificações técnicas, marcas, modelos, condições e prazos fixados no Termo de Referência (ou Projeto Básico) integrante da presente ARP, como também na sua respectiva proposta de preços, ressalvado prova idônea da ocorrência superveniente de fato impeditivo ou dificultador do cumprimento da obrigação, devidamente aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que justifique o fornecimento de bem de qualidade semelhante ou superior, ou a execução de forma diversa que resulte em igual ou superior resultado à contratante;
19.4. Respeitar as demais condições e obrigações contidas nos documentos indicados no item 2.1 desta ARP, ressalvada a ocorrência de fato(s) superveniente(s), comprovados(s) e aceito(s) pelo ÓRGÃO

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://oficinadigital.com.br/verificar/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

GERENCIADOR;

19.5. Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela(s) CONTRATANTE(S) referentes às condições firmadas na presente ARP;

19.6. . Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

19.7. Prover condições que possibilitem o atendimento das obrigações firmadas a partir da data de homologação do procedimento licitatório;

19.8. Ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos contratantes e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na ARP;

19.9. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

19.10. Manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas na proposta, todas as condições de participação e de habilitação exigidas na licitação.

Publicidade e divulgação

20. A formalização da ARP, como também suas possíveis alterações, prorrogações, cancelamento e rescisões, serão publicados e divulgados no PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas, bem como, em forma de extrato, no Diário Oficial do Consórcio.

20.1. Todas as informações do presente registro de preço serão também disponibilizadas, durante sua vigência, no site do Consórcio na internet: [LINK PARA ACESSO].

Alterações dos preços registrados

21. Os preços registrados poderão ser REAJUSTADOS, para mais ou para menos, com base na variação anual do _____, ou outro índice que venha a sucedê-lo, desde que decorridos 12 MESES, contados da assinatura da ARP.

22. A qualquer tempo, o preço registrado poderá sofrer REVISÃO em decorrência de comprovado desequilíbrio económico-financeiro ocorrida no mercado, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR providenciar a pactuação/negociação de novo valor compatível com o de mercado, para cada ITEM/GRUPO do objeto registrado, observada a distribuição do ônus na forma da matriz de riscos, vinculada ao certame que deu origem à presente ARP.

22.1. Caberá a parte prejudicada a demonstração do impacto efetivo nos custos em decorrência da álea econômica extraordinária havida no mercado, não cabendo revisão de preços em casos de variação inflacionária ordinária, observando-se as regras previstas no art. 124 da Lei 14.133/2021.

22.2. Não havendo acordo em relação a pactuação/negociação do

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://oficinadigital.com.br/verificar/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

preço registrado, será o respectivo registro CANCELADO/REVOGADO, por cada ITEM/GRUPO do objeto registrado, sem aplicação de qualquer sanção ao particular, mantendo-se hígidas e vigentes as contratações já formalizadas ou solicitadas, bem como os demais itens/grupos não afetados pelo desequilíbrio de preços de mercado.

22.3. 3 . Em caso do CANCELAMENTO, e havendo CADASTRO RESERVA para o respectivo ITEM/GRUPO, deverão ser realizados os procedimentos previstos no item 4 desta ARP.

22.4. Toda alteração da presente ARP será publicada e divulgada, nos termos fixados no item 20 desta ARP.

Sanções administrativas por descumprimento de obrigações contidas na ARP

23. As empresas com preços registrados nesta ARP e signatárias dos respectivos contratos estarão sujeitas às sanções administrativas previstas no Termo de Referência, sem prejuízo de outras previstas em legislação pertinente e da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem.

23.1. Ao órgão gerenciador caberá a aplicação de sanções administrativas em relação ao descumprimento direto de obrigação contida nesta ARP, como também aos contratos por ele firmados em decorrência do presente registro de preços.

23.2. Cabe a cada órgão ou entidade participante a realização de procedimento para fins de apuração de responsabilidade e aplicação de sanções administrativas nos casos de inadimplemento em suas próprias contratações, comunicando ao gerenciador para fins de registro quaisquer sanções aplicadas.

Cancelamento/revogação e rescisão da ARP

24. O registro de preços poderá ser CANCELADO/REVOGADO, por ITEM/GRUPO, por iniciativa do ÓRGÃO GERENCIADOR, quando:

24.1. Por iniciativa do próprio titular do registro, desde que apresente solicitação formal, bem como haja comprovação de situação que impossibilite o cumprimento das exigências insertas nesta ARP, tendo em vista fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

25. Presentes razões de conveniência e oportunidade ao interesse público, devidamente justificadas, o registro de preços poderá ser RESCINDIDO, por iniciativa do ÓRGÃO GERENCIADOR, observada a gravidade da conduta e os reflexos em relação ao interesse público, quando o titular do registro:

25.1. Não executar de forma total ou parcial qualificada as obrigações presentes nesta ARP;

25.2. Recusar-se a retirar e assinar a nota de empenho ou instrumento contratual no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pelo órgão ou entidade Contratante;

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://oficinadigital.com.br/verificar/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

25.3. Der causa à rescisão administrativa de dois ou mais contratos firmados com base neste ARP;

25.4. Não mantiver as condições de participação e de habilitação exigidas na licitação, salvo irregularidade temporária e sanável em até 30 DIAS;

25.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/2002;

26. O cancelamento/revogação do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado da autoridade competente do ÓRGÃO GERENCIADOR, mediante registro em termo de cancelamento/revogação assinado pelas partes interessadas.

26.1. Havendo cancelamento/revogação do registro, não caberá a aplicação de qualquer espécie de sanção administrativa ao titular do registro.

27. O cancelamento/revogação do registro desta ARP não poderá ser aceita em prejuízo ao interesse público.

28. A rescisão do registro de preços será determinada em decisão unilateral e fundamentada do ÓRGÃO GERENCIADOR, garantido o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo.

28.1. A rescisão do registro de preços poderá ensejar a abertura de procedimento de apuração da responsabilidade e aplicação de sanções administrativas em face do titular do registro.

Disposições finais

29. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com a legislação vigente, particularmente com a Lei 14.133/2021 e [NORMA REGULAMENTADORA DO CONSÓRCIO].

30. Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Foro da Comarca de Ponte Nova- MG

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://oficinadigital.com.br/verificador e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

Contrato nº _____/2024
Processo Administrativo n° _____/2024

[**RAZÃO SOCIAL CONSÓRCIO**], pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ n° [**NÚMERO CNPJ**] , com endereço sito [**ENDEREÇO COMPLETO**], representando pelo DIRETOR [**NOME COMPLETO DO DIRETOR**], inscrito no CPF n° [**NÚMERO DO CPF**], denominado CONTRATANTE e [**RAZÃO SOCIAL DO CONTRATADO**], inscrito no CNPJ n° [**NÚMERO CNPJ**], com endereço [**ENDEREÇO COMPLETO**], representado por [**NOME COMPLETO, CPF E CARGO EXERCIDO NA EMPRESA**], tendo em vista o que consta no Processo nº 07.0098.2024.10 e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente de processo administrativo de contratação n° 07.0098.2024.10, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos para o transporte de pessoas, materiais, documentos e pequenas cargas, para atender demanda do CIMVALPI e do Município de Dom Silvério.
1.2. , nas condições estabelecidas Termo de Referência anexo ao edital e na proposta final ajustada do contratado anexo, observada a especificação a seguir indicada.
1.3. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade

1.4. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
1.4.1. O Termo de Referência anexo ao edital e a proposta final ajustada que embasou a contratação e eventuais anexos;

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

2.1. O prazo de vigência da contratação é de até ___ de _____ de 2023, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133/2022, prorrogável nos termos do art. 107 Lei n° 14.133/2021.
2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual será o de R**EGIME DE EXECUÇÃO INDIRETO**
3.2. A gestão do contrato competirá ao servidor _____.
3.3. Os prazos e condições de conclusão, entrega constam do termo de referência, anexo a este Contrato.
3.4. Foi apurado risco na execução do contrato na forma disposta no Anexo III do Edital:

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://verificador.iti.gov.br e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://verificador.iti.gov.br e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. **PREÇO**

5.1.1. O valor total da contratação é de R$ ..... (.....), observados os valores unitários e total por item abaixo indicados:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.1.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos de objeto efetivamente executados, apurados na periodicidade [**INDICAR PERIODICIDADE MENSAL, SEMANAL, QUINZENAL etc**].

5.2. **FORMA DE PAGAMENTO**

5.2.1. O pagamento será realizado através de transferência eletrônica em conta bancária de titularidade da contratada, a ser indicada no documento fiscal ou por outro meio formal.

5.2.1.1 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a transferência eletrônica de pagamento.

5.3. **PRAZO DE PAGAMENTO**

5.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até trinta dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

5.4. **CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento do objeto mediante ateste por parte do fiscal do contrato e do gestor de contrato.

5.4.2. Quando houver glosa parcial do valor a ser pago, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.4.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) a data da emissão;
b) os dados do contratante;
c) o período respectivo de execução do contrato;
d) o valor a pagar; e
e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://oficinadigital.com.br/verificar/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

5.4.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;
5.4.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
5.4.5.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
5.4.5.2. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da formalização da proposta, realizada em ___/___/_____.
6.2. Após o interregno de um ano, e desde que formalmente solicitado pelo contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade
6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
7.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência ou Projeto Básico;
7.3. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://oficinadigital.com.br/verificar/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

7.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
7.5. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
7.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao objeto executado, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato, conforme cronograma físico-financeiro;
7.7. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato e pelas demais infrações administrativas sujeitas à fiscalização do Contratante;
7.8. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
7.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações, inclusive de restabelecimento do reequilíbrio econômico-financeiro, e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste (Lei nº 14.133/2021, art. 123, caput).
7.10. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21.
7.11. Não praticar atos de ingerência na administração do Contratado, tais como:
7.11.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratado, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
7.11.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar no Contratado
7.11.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores do Contratado, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;
7.11.4. Considerar os trabalhadores do Contratado como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
7.12. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
7.13. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
7.14. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
7.15. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
7.16. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://verificador.iti.gov.br/ e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://verificador.iti.gov.br/ e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1. Cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto:

8.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

8.2.1 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior

8.4. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

8.5. Substituir no prazo fixado pelo fiscal do contrato os empregados alocados que não se mostrem adequados para a execução do objeto.

8.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

8.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

8.8. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

8.9. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, salvo na hipótese do §2º do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

8.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

8.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

8.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://oficinadigital.com.br/verificar.aspx e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

8.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
8.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
8.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
8.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
8.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta.
8.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei nº 14.133/2021).
8.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
8.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.
8.22. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.
8.23. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.
8.24. Garantir o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
8.25. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado.
8.26. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
8.27. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.
8.28. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
8.29. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
8.30. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
8.31. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://oficinadigital.com.br/verificar/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

8.32. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
8.33. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
8.34. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.
8.35. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
8.36. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
8.37. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:
8.37.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.
8.37.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA n° 01, de 08/03/90, e legislação correlata.
8.38. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.
8.47 Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pelos Contratados, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos.
8.48 A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes neste Termo de Referência e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos.
8.49 Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, o Contratado deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://oficinadigital.com.br/verificar/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

9. CLÁUSULA NONA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

1.1. Nos termos dos arts. 155 a 162 da Lei nº 14.133/2021, serão aplicadas as sanções administrativas nas seguintes hipóteses:

1.1.1. Advertência, aplicável ao responsável que der causa à inexecução parcial do contrato quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

1.1.2. Impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, aplicável ao responsável que:

1.1.2.1. Incorrer na inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CIMVALPI ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

1.1.2.2. Incorrer na inexecução total do contrato;

1.1.2.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

1.1.2.4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

1.1.2.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

1.1.2.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

1.1.3. Declaração de idoneidade para licitar ou contratar, aplicável ao responsável que:

1.1.3.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

1.1.3.2. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

1.1.3.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

1.1.3.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

1.1.3.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013[1];

---

[1] Lei nº 12.846/2013:

[...]

Art. 5º Constituem atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, para os fins desta Lei, todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas mencionadas no parágrafo único do art. 1º , que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, assim definidos:

I - prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II - comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei;

III - comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV - no tocante a licitações e contratos:

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://oficinadigital.com.br/verificador e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://oficinadigital.com.br/verificador e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

1.1.3.6. Nas infrações administrativas indicadas no subitem 18.1.2 e subitens que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar.
1.1.4. Multa, a ser aplicada ao responsável que der causa a infrações administrativas será calculada observando o valor mínimo de 0,5% (meio por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do contrato licitado ou celebrado no caso de contratação direta na hipótese do responsável que der causa a infrações administrativas puníveis com as sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade indicadas neste edital, observada a cumulação de aplicação de sanções prevista no §7° do art. 156 da Lei n° 14.133/2021.
1.1.4.1. Sem prejuízo de aplicação do disposto no item 11.1.4, será aplicável a penalidade de multa:
1.1.4.1.1. Igual ou superior a 0,5% (meio por cento) e igual ou inferior a 15% (quinze por cento) para as seguintes infrações administrativas:
1.1.4.1.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
1.1.4.1.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
1.1.4.1.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
1.1.4.1.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
1.1.4.1.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
1.1.4.1.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;
1.1.4.1.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
1.1.4.1.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
1.1.4.1.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
1.1.4.1.2. Superior a 15% (quinze por cento) e inferior ou igual a 30% (trinta por cento) para as seguintes infrações administrativas:

---

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
V - dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.
§ 1º Considera-se administração pública estrangeira os órgãos e entidades estatais ou representações diplomáticas de país estrangeiro, de qualquer nível ou esfera de governo, bem como as pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro.
§ 2º Para os efeitos desta Lei, equiparam-se à administração pública estrangeira as organizações públicas internacionais.
§ 3º Considera-se agente público estrangeiro, para os fins desta Lei, quem, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, exerça cargo, emprego ou função pública em órgãos, entidades estatais ou em representações diplomáticas de país estrangeiro, assim como em pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro ou em organizações públicas internacionais.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://oficinadigital.com.br/verificador e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://oficinadigital.com.br/verificador e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

1.1.4.1.2.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
1.1.4.1.2.2. Fraudar a licitação.
1.1.4.1.2.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
1.1.4.1.2.3.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei.
1.1.4.1.2.3.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento.
1.1.4.1.2.3.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
1.1.4.1.2.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
1.1.4.1.2.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.
1.2. A sanção administrativa de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito do [CONSÓRCIO] pelo prazo máximo de 03 (três) anos.
1.3. A sanção administrativa de inidoneidade para licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração direta e indireta de todos os Entes públicos da federação pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.
1.4. Se o valor aplicado pela sanção, somado às indenizações cabíveis, ultrapassar o valor de pagamento eventualmente devido pelo [CONSÓRCIO] ao contratado, será promovida de forma cumulativa:
1.4.1. A compensação da sanção e eventuais indenizações no valor pendente de pagamento ao contratado;
1.4.2. Eventual diferença não compensada no item anterior seja descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
1.5. A aplicação das sanções administrativas previstas neste ato convocatório não exclui, nem afasta, a obrigação de reparação de integral de eventual dano causado ao [CONSÓRCIO].
1.6. A dosimetria das sanções administrativas e o respectivo processo administrativo de apuração e eventual responsabilização mediante aplicação de sanção administrativa observará o regulamento próprio expedido constante de endereço eletrônico no sítio oficial do [CONSÓRCIO] .

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1 Ressalvada a hipótese de prorrogação contratual prevista no item 2.1, o contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes, sem prejuízo de aplicação das penalidades indicadas na cláusula décima primeira.
12.1 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
12.2 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
12.3 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
12.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
12.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; E
12.3.3 Indenizações e multas

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://oficinadigital.com.br/verificar/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13.3. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, pelas normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento no Diário Oficial do CIMVALPI nos termos e condições previstas no art. 94 c/c o art. 176, ambos da Lei nº 14.133/21.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

16.1. É eleito o Foro da Comarca de Ponte Nova para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

....., ... de..... de 20.....

_____

Representante legal do CONTRATANTE

_____

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://oficinadigital.com.br/verificador e informe o código D440-F4E3-835F-E00A
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://oficinadigital.com.br/verificador e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Assinatura do Documento

Documento Assinado Eletronicamente por **RICHELE APARECIDA SILVA DE JESUS**, **CPF:** 070.67*.**6-*3 em **04/06/2024 17:10:24**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **17R6.8410.4243.Z18V.7533**, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.

Informações do Documento

ID do Documento: **6A9.050** - Tipo de Documento: **EDITAL DE LICITAÇÃO**.

Elaborado por **RICHELE APARECIDA SILVA DE JESUS**, **CPF:** 070.67*.**6-*3 , em **04/06/2024 - 17:10:24**

Código de Autenticidade deste Documento: 1734.8H10.224U.X40R.3834

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
https://zeropapel.cimvalpi.mg.gov.br/verdocumento

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1734.8H10.224U.X40R.3834 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://zeropapel.cimvalpi.mg.gov.br e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Edital nº 070098/2024

Acessar Contratação

Última atualização 06/06/2024

Local: Ponte Nova/MG **Órgão:** CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA

Unidade compradora: 535 - Unidade Única

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 28, I **Tipo:** Edital **Modo de Disputa:** Aberto

Registro de preço: Não

Data de divulgação no PNCP: 06/06/2024 **Situação:** Divulgada no PNCP

Data de início de recebimento de propostas: 06/06/2024 14:41 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 21/06/2024 09:00 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 19738706000183-1-000032/2024 **Fonte:** Licitar Digital - Plataforma de Licitações Online

Objeto:

Contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos para o transporte de pessoas, materiais, documentos e pequenas cargas, para atender demanda do CIMVALPI, bem como do Município de Dom Silvério

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R$ 2.507.552,18

Itens | Arquivos | Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Detalhar
1	CIMVALPI	108	R$ 3.155,01	R$ 340.741,08	
2	Dom Silvério	80	R$ 3.155,01	R$ 252.400,80	
3	CIMVALPI	108	R$ 3.779,52	R$ 408.188,16	
4	Dom Silvério	50	R$ 3.779,52	R$ 188.976,00	
5	CIMVALPI	18	R$ 4.968,79	R$ 89.438,22	

Exibir: 1-5 de 12 itens Página

Voltar

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1460.4152.1451.3077.1543 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1460.4152.1451.3077.1543 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Informações do Documento

ID do Documento: **6BA.341** - Tipo de Documento: **EXTRATO DE PUBLICAÇÃO**.

Juntado por **RICHELE APARECIDA SILVA DE JESUS**, **CPF:** 070.67*.**6-*3 , em **06/06/2024 - 14:52:45**

Código de Autenticidade deste Documento: 1460.4152.1451.3077.1543

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
https://zeropapel.cimvalpi.mg.gov.br/verdocumento

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1460.4152.1451.3077.1543 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

SUMÁRIO

Contratos de Rateio e Programa
Contratos Administrativos
Intenções de Registro de Preço
Avisos de Editais, Retificações
Recursos, Impugnações e Decisões
Extrato da Ata de Julgamento das Propostas, Habilitação e Adjudicação
Adjudicação, Ratificação e Homologação
Extratos de Ata de Registro de Preços
Extrato de Contratos e Termos Aditivos
Dispensa e Inexigibilidade de Licitação
Instruções Normativas e Resoluções
Leis Complementares e Ordinárias
Decretos e Portarias
Convênios e Congêneres
Outros Atos

Contratos de Rateio e Programa

Contratos Administrativos

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

O Consórcio Intermunicipal Multissetorial do Vale do Piranga - CIMVALPI, torna público o Contrato Administrativo n° 0188/2024, referente Processo nº 070104/2024, junto a empresa UNA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, CNPJ nº 11.985.064/0001-05, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos na área de Engenharia Civil para atendimento da equipe técnica de projetos, orçamentos e cadernos técnicos, prevista na Resolução 046/2024. Valor global R$ 89.280,00 (oitenta e nove mil, duzentos e oitenta reais). Data da Assinatura: 05/06/2024. Vigência: 12 (doze) meses.

Ponte Nova - MG, 05 de junho de 2024.

Júlio Corrêa Guimarães
Diretor Técnico Administrativo

Intenções de Registro de Preço

Avisos de Editais, Retificações

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - CIMVALPI PREGÃO ELETRÔNICO 010/2024-

AVISO DE LICITAÇÃO

O Consórcio Intermunicipal Multissetorial do Vale do Piranga - CIMVALPI, torna pública a abertura do Processo Licitatório n° 07.0092.2024.10- Pregão Eletrônico n° 010/2024. Objeto: Registro de preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos para o transporte de pessoas, materiais, documentos e pequenas cargas, para atender demanda do CIMVALPI e do Município de Dom Silvério. Data da sessão pública: 21/06/2024, às 09:00h, horário de Brasília - DF, no sítio eletrônico www.licitardigital.com.br. O cadastramento de propostas inicia-se quando for publicado na plataforma e encerra-se, automaticamente, na data e hora marcadas para a realização da sessão do pregão. O Edital na íntegra, poderá ser obtido nos sites www.licitardigital.com.br ou www.cimvalpi.mg.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas na sede do CIMVALPI, na Rua Jaime Pereira, 127, ou através do e-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br. Ponte Nova, 05 de junho de 2024.

Richele Ap. Silva de Jesus

Agente de Contratação

Recursos, Impugnações e Decisões

Extrato da Ata de Julgamento das Propostas, Habilitação e Adjudicação

Adjudicação, Ratificação e Homologação

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente constante no preâmbulo do Edital de Concorrência nº 005/2024, Processo Administrativo nº 070080/2024, após análise, conferência e deliberação, resolve HOMOLOGAR o procedimento em epígrafe, nos seguintes termos:

Objeto: Contratação de empresa de engenharia com especialidade em obras públicas, para construção das pontes de Três Barras e Água Limpa, localizadas na Zona Rural do Município de Presidente Bernardes/MG

Resumo

Fornecedor	Estimado	Homologado	Diferença
TRANSFORME SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO E REFORMAS EIRELI - 34.785.199/0001-22 transforme.ec@gmail.com - (31) 98242-2581	680.863,40	678.927,11	1.936,29 Prejuízo (0,28%)
Totais	680.863,40	678.927,11	1.936,29 Prejuízo (0,28%)

Detalhes

Marlon Paulo Figueiredo Silva na condição de Autoridade Competente Homologou o(s) lote(s) em favor de:

A Autenticidade desta publicação poderá ser confirmada acessando https://diariooficial.cimvalpi.mg.gov.br usando o código dkz-cw4

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1626.2709.2391.6277.4031 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Fornecedor: TRANSFORME SERVIÇOS DE CONTRUÇÃO, MANUTENÇÃO E REFORMAS EIRELI - **CPF/CNPJ:** 34.785.199/0001-22

Lote 1 — **Data/Hora da Homologação - 04/06/2024 20:47:10**

Ponte 03 Barras - Presidente Bernardes/MG

Descrição Item	Quantidade	Medida	Unitário	Sub Total
MOBILIZAÇÃO DA OBRA /INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS	1.00	SERVIÇO	25.594.91	25.594.91
INFRAESTRUTURA - FUNDAÇÃO EM ESTACAS	1.00	SERVIÇO	25.755.23	25.755.23
INFRAESTRUTURA - BASE DOS PEGÕES	1.00	SERVIÇO	33.648.13	33.648.13
MESOESTRUTURA - PEGÕES E ALAS	1.00	SERVIÇO	75.749.53	75.749.53
SUPERESTRUTURA - VIGAS METÁLICAS	1.00	SERVIÇO	75.109.08	75.109.08
SUPERESTRUTURA - TABULEIRO	1.00	SERVIÇO	40.050.52	40.050.52
SERVIÇOS COMPLEMENTARES	1.00	SERVIÇO	957.50	957.50
ADMINISTRAÇÃO LOCAL DE OBRA	1.00	SERVIÇO	18.135.08	18.135.08

Lote 2 — **Data/Hora da Homologação - 04/06/2024 20:47:16**

Ponte Água Limpa - Presidente Bernardes/MG

Descrição Item	Quantidade	Medida	Unitário	Sub Total
MOBILIZAÇÃO DA OBRA /INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS	1.00	SERVIÇO	41.407.49	41.407.49
INFRAESTRUTURA - FUNDAÇÃO EM ESTACAS	1.00	SERVIÇO	25.759.91	25.759.91
INFRAESTRUTURA - BASE DOS PEGÕES E ALAS	1.00	SERVIÇO	36.568.66	36.568.66
MESOESTRUTURA - PEGÕES E ALAS	1.00	SERVIÇO	85.034.38	85.034.38
SUPERESTRUTURA - VIGAS METÁLICAS	1.00	SERVIÇO	128.159.93	128.159.93
SUPERESTRUTURA - TABULEIRO	1.00	SERVIÇO	42.345.18	42.345.18
SERVIÇOS COMPLEMENTARES	1.00	SERVIÇO	980.04	980.04
ADMINISTRAÇÃO LOCAL DE OBRA	1.00	SERVIÇO	23.601.34	23.601.34

Licita Digital: Consórcio Intermunicipal Multissetorial da Va ... le do Piranga - ... CIMVALPI

Ponte Nova, 04 de Junho de 2024.

Autoridade Competente: Marlon Paulo Figueiredo Silva

Extratos de Ata de Registro de Preços

Extrato de Contratos e Termos Aditivos

EXTRATOS DE PUBLICAÇÃO

O Consórcio Intermunicipal Multissetorial do Vale do Piranga - CIMVALPI, torna público a assinatura do Contrato de Programa n° 0184/2023 com o Município de CAJURI, representado pelo Exmo. Prefeito Municipal, Sr. RICARDO AUGUSTO DIAS DE ANDRADE, CPF nº 472.043.626-91, assinado em 03 de junho de 2024, com vigência até 31 de dezembro de 2025, cujo objeto é fiscalização industrial e sanitária - SIM.

O Consórcio Intermunicipal Multissetorial do Vale do Piranga - CIMVALPI, torna público a assinatura do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Programa n° 056/2023 com o Município de MARIANA, representado pelo Exmo. Prefeito Municipal, Sr. CELSO COTA NETO, CPF nº 256.195.511-72, assinado em 04 de junho de 2024, com vigência até 31 de dezembro de 2025, cujo objeto é alteração do valor inicial do contrato em razão do reequilíbrio econômico-financeiro.

O Consórcio Intermunicipal Multissetorial do Vale do Piranga - CIMVALPI, torna público a assinatura do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Programa n° 058/2023 com o Município de PEDRA DO ANTA, representado pelo Exmo. Prefeito Municipal, Sr. EDUARDO JOSÉ VIANA, CPF nº 166.919.896-00, assinado em 04 de junho de 2024, com vigência até 31 de dezembro de 2025, cujo objeto é alteração do valor inicial do contrato em razão do reequilíbrio econômico-financeiro.

O Consórcio Intermunicipal Multissetorial do Vale do Piranga - CIMVALPI, torna público a assinatura do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Programa n° 068/2023 com o Município de VIÇOSA, representado pelo Exmo. Prefeito Municipal, Sr. RAIMUNDO NONATO CARDOSO, CPF nº 197.406.386-00, assinado em 05 de junho de 2024, com vigência até 31 de dezembro de 2025, cujo objeto é alteração do valor inicial do contrato em razão do reequilíbrio econômico-financeiro.

O Consórcio Intermunicipal Multissetorial do Vale do Piranga - CIMVALPI, torna público a assinatura do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Programa n° 0008/2024 com o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE VIÇOSA - CISMIV, representado pelo Presidente Sr. Prefeito Municipal de Araponga Sr. Luiz Henrique Macedo Teixeira, CPF nº 077.267.376-46, assinado em 05 de junho de 2024, com vigência até 04 de janeiro de 2025, cujo objeto é alteração do cronograma de desembolso do contrato.

O Consórcio Intermunicipal Multissetorial do Vale do Piranga - CIMVALPI, torna público a assinatura do Contrato de Programa n° 053/2023 com o Município de DESTERRO DE ENTRE RIOS, representado pelo Exmo. Prefeito Municipal, Sr. WAGNO ALMEIDA DUARTE, CPF nº 040.470.746-75, assinado em 05 de junho de 2024, com vigência até 31 de dezembro de 2025, cujo objeto é alteração do valor inicial do contrato em razão do reequilíbrio econômico-financeiro.

Dispensa e Inexigibilidade de Licitação

Instruções Normativas e Resoluções

Leis Complementares e Ordinárias

Decretos e Portarias

Convênios e Congêneres

Outros Atos

A Autenticidade desta publicação poderá ser confirmada acessando https://diariooficial.cimvalpi.mg.gov.br usando o código dkz-cw4

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1626.2709.2391.6277.4031 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG

Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO

Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

CIMVALPI
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA

Assinatura do Documento

Documento Assinado Eletronicamente por **JOAO PAULO FERREIRA**, **CPF:** 052.42*.**6-*3 em **05/06/2024 16:42:16**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **1676.6842.016Z.9349.1848**, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.

Informações do Documento

ID do Documento: **6B1.AA4** - Tipo de Documento: **DIÁRIO**.

Elaborado por **MARCO ANTONIO LOPES MATIAS**, **CPF:** 086.35*.**6-*9 , em **05/06/2024 - 16:09:39**

Código de Autenticidade deste Documento: 1626.2709.2391.6277.4031

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
https://zeropapel.cimvalpi.mg.gov.br/verdocumento

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1626.2709.2391.6277.4031 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cimvalpi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Paraopeba

Prefeitura Municipal

PREGÃO ELETRÔNICO Nº018/2024, PROCESSO Nº039/2024

A Prefeitura Municipal De Paraopeba-MG, por intermédio da Divisão de Compras Licitações, Contratos e Convênios, realizará a Licitação na Modalidade Pregão Eletrônico, em sessão a ser realizada na Plataforma de Licitações Licitar Digital (www.licitardigital.com.br) no dia 19 de junho de 2024, às 09H30 horas. RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: ATÉ AS 09:29 HORAS DO DIA 19/06/2024. Prédio localizado na Rua Américo Barbosa nº 13, Centro, nesta. Refere-se à "Contratação de Empresa para Fornecimento de Material de Escritorio e Expediente". Cópias do edital poderão ser obtidas no endereço supra e nos sites www.licitardigital.com.br e www.paraopeba.mg.gov.br Informações através do telefone: 031-3714-1442, no horário de 13:00 às 17:00 horas e através do email licitacaoparaopebamg@paraopeba.mg.gov.br. Paraopeba/MG 05 de junho de 2024. Aroldo Costa Melo – Prefeito Municipal

Pregão Eletrônico nº043/2024, Processo nº091/2024. A Prefeitura Municipal De Paraopeba-MG, por intermédio da Divisão de Compras Licitações, Contratos e Convênios, realizará a Licitação na Modalidade Pregão Eletrônico, em sessão a ser realizada na Plataforma de Licitações Licitar Digital (www.licitardigital.com.br) no dia 19 de junho de 2024, às 09H30 horas. RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: ATÉ AS 09:29 HORAS DO DIA 19/06/2024. Prédio localizado na Rua Américo Barbosa nº 13, Centro, nesta. Refere-se à "Contratação de Empresa para Fornecimento de Pinceis para Quadro Branco". Cópias do edital poderão ser obtidas no endereço supra e nos sites www.licitardigital.com.br e www.paraopeba.mg.gov.br Informações através do telefone: 031-3714-1442, no horário de 13:00 às 17:00 horas e através do email licitacaoparaopebamg@paraopeba.mg.gov.br. Paraopeba/MG 05 de junho de 2024. Aroldo Costa Melo – Prefeito Municipal

Pregão Eletrônico nº034/2024, Processo nº068/2024. A Prefeitura Municipal De Paraopeba-MG, por intermédio da Divisão de Compras Licitações, Contratos e Convênios, realizará a Licitação na Modalidade Pregão Eletrônico, em sessão a ser realizada na Plataforma de Licitações Licitar Digital (www.licitardigital.com.br) no dia 20 de junho de 2024, às 09H30 horas. RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: ATÉ AS 09:29 HORAS DO DIA 20/06/2024. Prédio localizado na Rua Américo Barbosa nº 13, Centro, nesta. Refere-se à "Contratação de Empresa para Fornecimento de Material de Higiene". Cópias do edital poderão ser obtidas no endereço supra e nos sites www.licitardigital.com.br e www.paraopeba.mg.gov.br Informações através do telefone: 031-3714-1442, no horário de 13:00 às 17:00 horas e através do email licitacaoparaopebamg@paraopeba.mg.gov.br. Paraopeba/MG 05 de junho de 2024. Aroldo Costa Melo – Prefeito Municipal

Pregão Eletrônico nº032/2024, Processo nº058/2024. A Prefeitura Municipal De Paraopeba-MG, por intermédio da Divisão de Compras Licitações, Contratos e Convênios, realizará a Licitação na Modalidade Pregão Eletrônico, em sessão a ser realizada na Plataforma de Licitações Licitar Digital (www.licitardigital.com.br) no dia 20 de junho de 2024, às 09H30 horas. RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: ATÉ AS 09:29 HORAS DO DIA 20/06/2024. Prédio localizado na Rua Américo Barbosa nº 13, Centro, nesta. Refere-se à "Contratação de Empresa para Fornecimento de Itens Não Saneantes". Cópias do edital poderão ser obtidas no endereço supra e nos sites www.licitardigital.com.br e www.paraopeba.mg.gov.br Informações através do telefone: 031-3714-1442, no horário de 13:00 às 17:00 horas e através do email licitacaoparaopebamg@paraopeba.mg.gov.br. Paraopeba/MG 05 de junho de 2024. Aroldo Costa Melo – Prefeito Municipal

12 cm -05 1948870 - 1

Passa Quatro

Prefeitura Municipal

AVISO DE EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2024

Objeto: Registro De Preços Visando O Fornecimento Eventual E Parcelado De Produto Químico. Início do certame dia 20/06/2024 às 09h00m. Informações na Prefeitura, Rua Tenente Viotti,, nº 331. Tel. (35) 3371-5400. Edital no site www.passaquatro.mg.gov.br/governo-licitacoes.php. Carolina Caetano – Pregoeira.

2 cm -05 1948644 - 1

Passos

Prefeitura Municipal

ERRATA II - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 028/2024 – PROC.ADM. Nº090/2024

Fica alterado o Edital e seus anexos, cujo objeto é aquisição de produtos para nutrição enteral e oral, na modalidade Pregão Eletrônico, pelo Sistema de Registro de Preço, do tipo Menor Preço por Item. A Cópia da Errata encontra-se disponibilizada na íntegra no site da prefeitura, no portal da transparência, no link licitações http://passosportaltransparencia.portalfacil.com.br/ e também na plataforma LICITAR DIGITAL através do link www.licitardigital.com.br. A nova data da sessão será às 08h30 da 24/06/2024.Passos, 05 de junho de 2024. Thiago Agnelo de Souza Salum – Secretário Municipal de Saúde.

3 cm -05 1948692 - 1

Patis

Prefeitura Municipal

CONCORRÊNCIA PRES. 001/2024

Proc. Adm. 011/2024 - Concorrência Pres. 001/2024. Objeto: contratação de empresa especializada em engenharia para execução de obra de pavimentação asfáltica. Recebimento das propostas: Até às 08:55h. do dia 27/06/2024. Abertura das propostas: Dia 27/06/2024 às 09:00 h. Infor: (38)3239-8131. Retirada do Edital: Diretamente no site www.patis.mg.gov.br. / Geraldo Augusto Ferreira da Silva - Secretário Municipal de Obras

2 cm -05 1948852 - 1

Pavão

Prefeitura Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 102/2024

Torna público o Extrato do Contrato Nº 102/2024, referente ao Processo Licitatório nº 055/2024, Modalidade: Concorrência Eletrônica nº 004/2024, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para a execução de obra de engenharia, compreendendo a PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM VIAS PÚBLICAS URBANAS EM PMF, no município de Pavão-MG. Adjudicado/ Homologado - Empresa: AGR BOTELHO LTDA, inscrita no CNPJ10.957.855/0001-69.Valor do Contrato: R$ 364.890,22 (trezentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e noventa reais e vinte e dois centavos); Vigência: 04/06/2024 a 04/09/204. Agente de Contratação – Risian Alves dos Santos. – Pavão MG, 04 de junho de 2024.

3 cm -04 1948385 - 1

Peçanha

Prefeitura Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 12/2024- PL 74/2024

Objeto: Registro de preços para aquisição de materiais pré-moldados (bloquetes e Meio- Fio) em concreto. Data de Abertura: 20/06/2024 às 08h30min. Local: https://comprasbr.com.br/ Edital: www.pecanha.mg.gov.br. Informações: E-mail: licitapecanha@gmail.comTel.: (33) 3411-2572 –Pregoeiro: John G.K.O. Santos

2 cm -05 1948677 - 1

Pedra Azul

Prefeitura Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 007/2024

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 035/2024 - Registro De Preços - A Prefeitura de Pedra Azul – MG, TORNA-SE PÚBLICO QUE ESTARÁ REALIZANDO o recebimento das PROPOSTAS DE PREÇOS E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO exclusivamente no formato eletrônico através do site www.licitardigital.com.br do dia 06/06/2024 a 19/06/2024 até as 08h:00 horas/min e às 09:30 horas/min do dia 19/06/2024 TERÁ INÍCIO A SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS, objetivando o registro de preços para futuras e eventuais AQUISIÇÕES DE MEDICAMENTOS para atendimento das demandas de Decisões Judiciais e complementares dos Componentes Básicos da Assistência Farmacêutica. O EDITAL COM AS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES ESTÃO DISPONÍVEIS NO SITE: www.licitardigital.com.br, www.pedraazul.mg.gov.br ou no SETOR DE LICITAÇÕES NO PRÉDIO SEDE DA PREFEITURA localizado à Praça Theopompo de Almeida, nº 250, centro.

Pedra Azul/MG, 04/06/2024
Ricardo Lucas Makê Costa
Agente de Contratação/Pregoeiro

5 cm -05 1948890 - 1

Pedrinópolis

Prefeitura Municipal

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2024

Torna-se público a realização do Processo Licitatório nº 027/2024 na modalidade Concorrência Eletrônica nº 003/2024, cujo objeto trata de contratação de empresa especializada, incluindo o fornecimento de material e mão de obra para execução de rede de esgoto, água potável e drenagem pluvial na "avenida nova" acesso da Avenida Geraldo Catulino até a Rua Abílio Rodrigues neste Município de Pedrinópolis-MG, em atendimento à resolução SEGOV nº 12, de 19 de abril de 2023 (Secretaria de Estado de Governo) – transferência especial – nº indicação 118455, conforme especificações e características constantes no Edital e seus Anexos. Recebimento das propostas por meio eletrônico: A partir das 08 horas do dia 06/06/2024 às 09 horas do dia 21/06/2024. Abertura das propostas por meio eletrônico: Às 09h05min do dia 21/06/2024. Início da Sessão de Disputa de Preços: Às 09h05min do dia 21/06/2024. Modo de Disputa: Aberto. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados no site www.pedrinopolis.mg.gov.br e https://www.licitanet.com.br e ainda na Rua Manoel Severino nº 47 - Sala 05 - Bairro Centro -CEP 38.178-000 - Pedrinópolis/MG. Demais informações pelo telefone (034) 3355.2001 ou 3355.2002. Pedrinópolis 05 de Junho de 2024. LARISSA CHUDEK SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E TRANSPORTE.

5 cm -05 1948650 - 1

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

Torna-se público a realização do Processo Licitatório nº 028/2024 na modalidade Pregão Eletrônico nº 012/2024, cujo objeto trata de contratação de empresa especializada, incluindo o fornecimento de material e mão de obra para realizar a 1ª Etapa da Reforma da Praça Francisco Gomes Pereira situada na Avenida Josefina Ferreira dos Santos, no Município de Pedrinópolis-MG, para atender o Plano de Ação 09032022-017324 - Programa: 09032022, Concedente: Ministério da Economia - Transferência Especial, conforme especificações e características constantes neste Edital e seus Anexos. Recebimento das propostas por meio eletrônico: A partir das 08 horas do dia 06/06/2024 às 09 horas do dia 19/06/2024. Abertura das propostas por meio eletrônico: Às 09h05min do dia 19/06/2024. Início da Sessão de Disputa de Preços: Às 09h05min do dia 19/06/2024. Modo de Disputa: Aberto. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados no site www.pedrinopolis.mg.gov.br e https://www.licitanet.com.br e ainda na Rua Manoel Severino nº 47 - Sala 05 - Bairro Centro -CEP 38.178-000 - Pedrinópolis/MG. Demais informações pelo telefone (034) 3355.2001 ou 3355.2002. Pedrinópolis 05 de Junho de 2024. LARISSA CHUDEK SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E TRANSPORTE.

5 cm -05 1948653 - 1

Perdizes

Prefeitura Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO. PROCESSO Nº 048/2024. CONCORRÊNCIA ELETRONICA Nº 007/2024

Prefeitura Municipal de Perdizes MG, torna público a quem possa interessar, que está aberta licitação modalidade Concorrência Eletrônica Nº 007/2024. Objeto: contratação de uma empresa especializada em engenharia civil para realizar a ampliação e reforma da casa de apoio no município de uberaba - mg. a prestadora de serviços será responsável pelo fornecimento integral de materiais e mão de obra, que tem por finalidade atender a demanda necessária do município de perdizes, de acordo com as especificações mínimas indicadas neste edital. data e horário do recebimento das propostas: Disponível acolhimento das propostas, 07/06/2024, data e horário das disputas: 21/06/2024 às 09:00hs. Disponibilização do edital e informações nos endereços eletrônicos: www.gov.br/pncp; www.licitanet.com.br e www.perdizes.mg.gov.br, editais. Contato (34) 3663 1341 – Setor de Licitação. Perdizes MG, 05 de Junho de 2024. Katiucia Ferreira Aguiar - Agente de Contratação

4 cm -05 1948999 - 1

Pirapetinga

Prefeitura Municipal

AVISO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 132/2024

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 020/2024 (COMPRASNET Nº DA LICITAÇÃO 90020/2024) - O Município de Pirapetinga/MG, na forma da Lei, TORNA PÚBLICO QUE REALIZARÁ LICITAÇÃO - Processo Licitatório nº 132/2024 - Edital de Pregão Eletrônico 020/2024 (COMPRASNET Nº da Licitação 90020/2024).DATA DA LICITAÇÃO: 09:00 hs (nove horas) do dia 03/07/2024.OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para ABASTECIMENTO DA FARMÁCIA DE TODOS, do Município de Pirapetinga..LOCAL DA LICITAÇÃO: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br. O Edital está disponibilizado, na integra, no endereço eletrônico https://pmpirapetinga.publicacao.siplanweb.com.br/licitacoes/pregao-eletronico (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA), e também poderão ser lidos e/ou obtidos no Departamento de Licitações, com endereço na Praça Dirceu de Oliveira Martins, 01, Centro, Pirapetinga/MG, nos dias úteis, no horário das 07:00 (sete horas) às 16:00 (dezesseis horas), mesmo endereço e PERÍODO NO QUAL OS AUTOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO permanecerão com vista franqueada aos interessados.Pirapetinga, 05 de Junho de 2024

5 cm -05 1948511 - 1

Poços de Caldas

Prefeitura Municipal

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 008-SMAGP/24

O Município de Poços de Caldas, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº 14.486/24, torna público que fará realizar no dia 26 de junho de 2024, abertura das propostas e inicio da fase de lances, às 12h e 30 min. do Edital de PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 008-SMAGP/24, referente ao possível Fornecimento de recargas de gás liquefeito de petróleo GLP em botijão de gás P13 para a Secretaria Municipal de administração e Gestão de Pessoas, Secretaria Municipal de Saúde,, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Promoção Social da Prefeitura Municipal de Poços de Caldas.O referido Edital encontra-se à disposição dos interessados nos sites: www.pocosdecaldas.mg.gov.brewww.portaldecompraspublicas.com.br e no Departamento de Suprimentos, situado a Rua Pernambuco,265, Bairro:Centro. CEP 37.701-021, no horário compreendidonas 12às 18h. Informações pelo telefone: 0xx(35) 3697-2290. Poços de Caldas, 03 de junho de 2024.

4 cm -03 1947211 - 1

Pocrane

Prefeitura Municipal

PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 002/2023

A Prefeitura Municipal de Pocrane/MG, através da Secretaria Municipal de Administração e Finanças e outras, torna pública a abertura da Licitação PROCESSO Nº. 023/2024 Modalidade Pregão Eletrônico Sistema de Registro de Preços nº. 002/2023. Tipo Menor Preço por lote, que será regida pela Lei Federal nº. 14.133, de 01 de abril de 2021, pelo Decreto Municipal nº. 12/2023 e Decreto Municipal nº. 02/2023, 07/2023 e 30/2023, que regulamenta as contratações pelo Sistema de Registro de Preços, subsidiariamente pela Lei Complementar nº. 123/2006 e suas alterações, conforme adiante especificada: OBJETO:Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento de gêneros alimentícios para o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica, no ano letivo de 2024, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a serem utilizados nas etapas de ensino de Creche, Pré- Escola, Educação em Tempo Integral, no Município de Pocrane, Minas Gerais, nos termos da Lei 11.947/2009, da Resolução CD/FNDE nº 20, de 02 de dezembro 2020, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar – ETP: Anexo I e no Termo de Referência – TR – Anexo II: Início Rec. Proposta: 07/06/2024 às 08:00. Fim Rec. Proposta: 19/06/2024 às 07:00. Início Disputa: 19/06/2024 às 08:00. Tipo de Lance: MENOR LANCE. Tipo Encerramento: Aberto. Local: Plataforma BLL, por meio do sitewww.bll.org.br. Retirada do Edital: O edital com os dados completos encontra-se disponível aos interessados no endereço acima especificado e no site da Prefeitura Municipalwww.pocrane.mg.gov.br, gratuitamente. Pocrane/MG, 05 de maio de 2024. Renann Marreiro Pereira Secretário Municipal de Administração e Finanças.

7 cm -05 1948605 - 1

Pompéu

Prefeitura Municipal

INEXIGIBILIDADE 009/2024

O Município de Pompéu torna público que fará realizar-se o Processo Licitatório nº 073/2024, Inexigibilidade 009/2024. Objeto: Credenciamento de empresas especializadas para realização de exames especializados em biópsia simples, peças cirúrgicas e citologia oncótica para detectar lesões no paciente e realizar o diagnóstico precoce para posterior tratamento do usuário do SUS. Data de Início do Credenciamento: 12/06/2024às 09:00 hrs.Informações:Tel: (37) 3523 8508. O edital poderá ser obtido noe-mail: licitação@pompeu.mg.gov.brou sitewww.pompeu.mg.gov.br.

3 cm -05 1948700 - 1

Ponte Nova

Consórcio Intermunicipal Multissetorial do Vale do Piranga - CIMVALPI

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO 010/2024

O Consórcio Intermunicipal Multissetorial do Vale do Piranga - CIMVALPI, torna pública a abertura do Processo Licitatório nº 07.0098.2024.10 – Pregão Eletrônico nº 010/2024. Objeto: Registro de preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos para o transporte de pessoas, materiais, documentos e pequenas cargas, para atender demanda do CIMVALPI e do Município de Dom Silvério. Data da sessão pública: 21/06/2024, às 09:00h, horário de Brasília - DF, no sítio eletrônico www.licitardigital.com.br. O cadastramento de propostas inicia-se quando for publicado na plataforma e encerra-se, automaticamente, na data e hora marcadas para a realização da sessão do pregão. O Edital na íntegra, poderá ser obtido nos sites www.licitardigital.com.br ou www.cimvalpi.mg.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas na sede do CIMVALPI, na Rua Jaime Pereira, 127, ou através do e-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br. RICHELE AP. SILVA DE JESUS. AGENTE DE CONTRATAÇÃO E PREGOEIRA. PONTE NOVA, 05 de junho de 2024.

4 cm -05 1948455 - 1

Ponto Chique

Prefeitura Municipal

CREDENCIAMENTO Nº 003/23

PROCESSO nº 034/23, PRORROGAÇÃO DE CREDENCIAMENTO Objeto: Credenciamento para a eventual contratação de serviços artísticos locais e regionais (pessoa jurídica ou pessoa física), interessados na prestação de serviços para apresentações musicais (shows/espetáculos), no âmbito das programações oficiais do município de ponto chique. A prorrogação da vigência do credenciamento se estende ate o dia 31/12/2024. Informações: e-mail: licitacaopontochique2017@gmail.com ou Site. Ponto Chique-Mg, 05/06/2024. José Geraldo Alves de Almeida - Prefeito.

3 cm -05 1948461 - 1

Porteirinha

Câmara Municipal

EXTRATO DE CONTRATO N.º 006/2024

A Câmara Municipal de Porteirinha-MG, tonar público o extrato de Contrato n.º 006/24 - Contratante: Câmara Municipal de Porteirinha. Contratado (A): Aredson Oliveira Santos, CNPJ: 19.349.253/0001-01. Objeto: aquisição de produtos de panificadora, em atendimento à demanda Câmara Municipal de Porteirinha. Valor: R$ 11.314,80 (onze mil trezentos e catorze reais e oitenta centavos). Data da Assinatura: 30/04/2024. Vigência: 31/12/2024 José Carlos dos Santos Presidente da Câmara Municipal – 30/04/2024.

Extrato de Contrato N.º 007/2024 A Câmara Municipal de Porteirinha-MG, tonar público o extrato de Contrato n.º 007/24 - Contratante: Câmara Municipal de Porteirinha. Contratado (A): Maria Hirlene Rocha, CNPJ: 19.351.340/0001-95. Objeto: Aquisição de produtos de panificadora, em atendimento à demanda Câmara Municipal de Porteirinha. Valor: R$ 18.900,00 (dezoito mil e novecentos reais). Data da Assinatura: 30/04/2024. Vigência: 31/12/2024 José Carlos dos Santos Presidente da Câmara Municipal – 30/04/2024.

4 cm -05 1948510 - 1

Pouso Alegre

Prefeitura Municipal

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 10/2023

Processo Administrativo nº 220/2023. Objeto: "Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza urbana, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos no município de Pouso Alegre/MG". Ficam todos os licitantesintimadospara, caso queiram, interpor CONTRARRAZÕES acerca da CLASSIFICAÇÃO e/ou DESCLASSIFICAÇÃO das empresas participantes, obedecendo ao disposto no artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/1993. A CPL informa que conforme Ata de Análise de Documentos da Proposta, realizada em sessão fechada, a licitante vencedora foi a empresa THV SANEAMENTO LTDA, que ofertou o valor de R$ 81.001.272,90 (oitenta e um milhões um mil duzentos e setenta e dois reais e noventa centavos). E que as empresas CORPUS SANEAMENTO E OBRAS LTDA e CONSTRUTORA MARQUISE S/A encontram-se desclassificadas. Ressalta-se que houve a protocolização de recursos por parte das empresas KTM ADMINISTRAÇÃO E ENGENHARIA LTDA e LITUCERA LIMPEZA E ENGENHARIA LTDA. Na ocasião comunico que o processoencontra-se com vistas franqueadas aos interessados. Mais informações: (35) 3449-4023, no site do município ou email: licitapamg@gmail.com. Pouso Alegre/MG, 04 de junho de 2024. Vanessa Moraes Skielka Silva Presidente da CPL.

5 cm -05 1948463 - 1

Documento assinado eletrônicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade, sob o número 32024060521282002l0.

. de Autenticidade do Doc.: 14Z3.8356.325Z.V282.3460 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
:. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas vá ao site https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Informações do Documento

ID do Documento: **6BA.619** - Tipo de Documento: **EXTRATO DE PUBLICAÇÃO**.

Juntado por **RICHELE APARECIDA SILVA DE JESUS**, **CPF:** 070.67*.**6-*3 , em **06/06/2024 - 14:56:25**

Código de Autenticidade deste Documento: 14Z3.8356.325Z.V282.3460

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
https://zeropapel.cimvalpi.mg.gov.br/verdocumento

Cod. de Autenticidade do Doc.: 14Z3.8356.325Z.V282.3460 - Zero Papel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas vá ao site https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - CIMVALPI
PREGÃO ELETRÔNICO 010/2024

O Consórcio Intermunicipal Multissetorial do Vale do Piranga - CIMVALPI, torna pública a abertura do Processo Licitatório n° 07.0092.2024.10– Pregão Eletrônico n° 010/2024. Objeto: Registro de preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos para o transporte de pessoas, materiais, documentos e pequenas cargas, para atender demanda do CIMVALPI e do Município de Dom Silvério. Data da sessão pública: 21/06/2024, às 09:00h, horário de Brasília - DF, no sítio eletrônico www.licitardigital.com.br. O cadastramento de propostas inicia-se quando for publicado na plataforma e encerra-se, automaticamente, na data e hora marcadas para a realização da sessão do pregão. O Edital na íntegra, poderá ser obtido nos sites www.licitardigital.com.br ou www.cimvalpi.mg.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas na sede do CIMVALPI, na Rua Jaime Pereira, 127, ou através do e-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br.

Ponte Nova, 05 de junho de 2024.

RICHELE AP. SILVA DE JESUS
Agente de Contratação

Publicado por:
Richele Aparecida Silva de Jesus
Código Identificador:683CB521

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 06/06/2024. Edição 3783
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/

Cod. de Autenticidade do Doc.: 11V0.4650.0479.X71E.7431 - ZeroPapel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Informações do Documento

ID do Documento: **6C2.FE3** - Tipo de Documento: **EXTRATO DE PUBLICAÇÃO**.

Juntado por **RICHELE APARECIDA SILVA DE JESUS**, **CPF:** 070.67*.**6-*3 , em **07/06/2024 - 11:50:47**

Código de Autenticidade deste Documento: 11V0.4650.0479.X71E.7431

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
https://zeropapel.cimvalpi.mg.gov.br/verdocumento

Cod. de Autenticidade do Doc.: 11V0.4650.0479.X71E.7431 - ZeroPapel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

telefone (31) 3557-6203. Isac Damião Pedro, Agente de Contratação da Câmara Municipal de Mariana. Mariana, 06 de Junho de 2024.

Publicações Consorcio Intermunicipal Multissetorial do Vale do Piranga - CIMVALPI

Publicações Diversas: Extratos de Contratos e Convênios

Publicações Diversas: Extratos de Contratos e Convênios

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - CIMVALPI PREGÃO ELETRÔNICO 010/2024-

AVISO DE LICITAÇÃO

O Consórcio Intermunicipal Multissetorial do Vale do Piranga - CIMVALPI, torna pública a abertura doProcesso Licitatório n° 07.0092.2024.10– Pregão Eletrônico n° 010/2024.
Objeto: Registro de preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos para o transporte de pessoas, materiais, documentos e pequenas cargas, para atender demanda do CIMVALPI e do Município de Dom Silvério. Data da sessão pública: 21/06/2024, às 09:00h, horário de Brasília - DF, no sítio eletrônico www.licitardigital.com.br. O cadastramento de propostas inicia-se quando for publicado na plataforma e encerra-se, automaticamente, na data e hora marcadas para a realização da sessão do pregão. O Edital na íntegra, poderá ser obtido nos sites www.licitardigital.com.br ou www.cimvalpi.mg.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas na sede do CIMVALPI, na Rua Jaime Pereira, 127, ou através do e-mail: licitacao@cimvalpi.mg.gov.br. Ponte Nova, 05 de junho de 2024.

Richele Ap. Silva de Jesus

Agente de Contratação

Publicações Instituto de Previdência dos

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1276.6X03.006W.215A.0636 - ZeroPapel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO
Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Informações do Documento

ID do Documento: **6C3.8FC** - Tipo de Documento: **EXTRATO DE PUBLICAÇÃO**.

Juntado por **RICHELE APARECIDA SILVA DE JESUS**, **CPF:** 070.67*.**6-*3 , em **07/06/2024 - 12:03:06**

Código de Autenticidade deste Documento: 1276.6X03.006W.215A.0636

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
https://zeropapel.cimvalpi.mg.gov.br/verdocumento

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1276.6X03.006W.215A.0636 - ZeroPapel - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - MG
Proc. Adm: 07.0098.2024.10 - LICITAÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES (FILHOTE) - LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar as assinaturas acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N 002/2025

EDITAL Nº 002/2025
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 002/2025
PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇO 002/2025

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO MÉDIO RIO DAS VELHAS-CIMEV**, com sede no(a) R. Benedito Barbosa, 167, Centro, na cidade de Corinto/MG, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 21.314.353/0001-36, neste ato representado(a) pelo(a) Evaldo Paulo dos Reis, Presidente CIMEV, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 02/2025, processo administrativo n.º 02/2025, RESOLVE registrar os preços da empresa e nas quantidade cotada, atendendo as condições previstas no EDITAL 002/2025, PROCEDIMENTO LICITATÓRIO N° 002/2025, PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2025, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em conformidade com as disposições a seguir:

EMPRESA: VIANA LOCADORA DE VEICULOS LTDA

CNPJ: 19.001.883/0001-82

ENDERENÇO: R. CRISTIANO MOREIRA SALES, 42, ESTORIL – BELO HORIZONTE / MG

REPRESENTANTE: LUIZ DANIEL GOULART VIANA, Identidade do Representante Legal MG-11.609.408 SSP/MG CPF: 049.721.596-93

EMAIL: contratos.mg@credicarlocadora.com.br e

TELEFONE: (31) 3309-1575 e ou (31) 97241-4182

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, PARA ATENDER AS

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

NECESSIDADES DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO MÉDIO RIO DAS VELHAS-CIMEV, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos do EDITAL Nº 002/2025, PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 002/2025, PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇO 002/2025 , que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

LOTE 01							
ITEM	**QTD DE VEICULOS**	**VÉICULO**	**QTD MES**	**UNID**	**MARCA/ MODELO/ ANO**	**VLR. UNIT MENSAL**	**VLR. TOTAL ANUAL**
1	37	Caminhão baú	444	MES	MERCEDES BENZ /NOVO ATEGO 1719 /2025	R$ 33.530,00	R$ 14.887.320,00
2	37	Caminhão carroceria	444	MES	MERCEDES BENZ /NOVO ATEGO 1719 /2025	R$ 34.480,00	R$ 15.309.120,00
3	37	Caminhão caçamba basculante	444	MES	MERCEDES BENZ /NOVO ATEGO 1719 /2025	R$ 36.960,00	R$ 16.410,240,00
4	37	Caminhão munk	444	MES	MERCEDES BENZ /NOVO ATEGO 1719 /2025	R$ 42.940,00	R$ 19.065.360,00
5	37	Caminhão espargidor	444	MES	MERCEDES BENZ /NOVO ATEGO 1719 /2025	R$ 44.230,00	R$ 19.638.120,00
6	37	Caminhão abastecimento	444	MES	MERCEDES BENZ /NOVO ATEGO 1719 /2025	R$ 35.340,00	R$ 15.690.960,00
7	37	Caminhão limpa fossa	444	MES	MERCEDES BENZ /NOVO ATEGO 1719 /2025	R$ 48.074,00	R$ 21.344.856,00

Assinado por 1 pessoa: BRUNO COMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

8	37	Caminhão compactador de lixo	444	MES	MERCEDES BENZ /NOVO ATEGO 1719 /2025	R$ 59.840,00	R$ 26.568.960,00
9	47	Caminhão pipa	564	MES	MERCEDES BENZ /NOVO ATEGO 1719 /2025	R$ 40.090,00	R$ 22.610.760,00
10	37	Caminhão plataforma pantográfica	444	MES	MERCEDES BENZ /ACCELO 1017/2025	R$ 33.600,00	R$ 14.918.400,00
11	37	Caminhão Cesto aéreo	444	MES	MERCEDES BENZ /ACCELO 1017/2025	R$ 37.650,00	R$ 16.716.600,00
12	37	Caminhão guincho	444	MES	MERCEDES BENZ /ACCELO 1017/2025	R$ 42.430,00	R$ 18.838.920,00
VALOR TOTAL LOTE: R$ 221.999.616,00 (duzentos e vinte e um milhões e novecentos e noventa e nove mil e seiscentos e dezesseis reais)							**R$ 221.999.616,00**

LOTE 02							
ITEM	**QTD**	**VÉICULO**	**QTD MES**	**UNID.**	**MARCA/ MODELO / ANO**	**VLR. UNIT MENSAL**	**VLR. TOTAL ANUAL**
1	88	Furgão ambulancia	1056	MES	FIAT/DUCATO/ 2025	R$ 24.168,00	R$ 25.521.408,00
2	51	Furgao odontologico	612	MES	FIAT/DUCATO/ 2025	R$ 16.900,00	R$ 10.342.800,00
3	51	Furgãoposto de vacina	612	MES	FIAT/DUCATO/ 2025	R$ 16.870,00	R$ 10.324.440,00
4	48	Furgão castramovel	576	MES	FIAT/DUCATO/ 2025	R$ 16.176,00	R$ 9.317.376,00
5	48	Furgão zoonose	576	MES	FIAT/DUCATO/ 2025	R$ 16.880,00	R$ 9.722.880,00
6	48	Furgão ginecologico	576	MES	FIAT/DUCATO/ 2025	R$ 16.890,00	R$ 9.728.640,00
7	70	Furgão	840	MES	FIAT/DUCATO/ 2025	R$ 15.472,00	R$ 12.996.480,00

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

8	101	Passeio VTR	1212	MES	VW POLO/2025	R$ 5.960,00	R$ 7.223.520,00
9	96	SUV VTR	1152	MES	VW/ TCROSS/ 2025	R$ 9.725,00	R$ 11.203.200,00
10	96	Pick-up cabine simples VTR	1152	MES	GM S10/2025	R$ 14.320,00	R$ 16.496.640,00
11	96	Pick-up cabine dupla VTR	1152	MES	GM S10/2025	R$ 16.890,00	R$ 19.457.280,00
12	96	Furgão base comunitária	1152	MES	FIAT/DUCATO/ 2025	R$ 16.160,00	R$ 18.616.320,00
13	109	Motocicleta VTR	1308	MES	HONDA XRE 300 SAHARA 2025	R$ 3.095,00	R$ 4.048.260,00
VALOR TOTAL LOTE R$ 164.999.244,00 (cento e sessenta e quatro milhões e novecentos e noventa e nove mil e duzentos e quarenta e quatro reais)							**R$ 164.999.244,00**

LOTE 03							
ITEM	**QTD**	**VÉICULO**	**QTD MES**	**UNID.**	**MARCA/ MODELO/ ANO**	**VLR. UNIT MENSAL**	**VLR. TOTAL ANUAL**
1	441	Passeio	5292	MES	VW/POLO/2025	R$ 3.990,00	R$ 21.115.080,00
2	81	SUV	972	MES	VW/TCROSS/ 2025	R$ 6.690,00	R$ 6.502.680,00
3	40	Executivo	480	MES	TOYOTA / COROLLA/ 2025	R$ 7.990,00	R$ 3.835.200,00
4	95	Pick-up	1140	MES	FIAT/STRADA/ 2025	R$ 4.990,00	R$ 5.688.600,00
5	97	Perua 7 lugares	1164	MES	GM/SPIN/2025	R$ 6.490,00	R$ 7.554.360,00
6	228	Pick-up cabine simples	2736	MES	GM/S10/2025	R$ 10.890,00	R$ 29.795.040,00
7	159	Pick-up cabine dupla	1908	MES	GM/S10/2025	R$ 15.710,00	R$ 29.974.680,00
8	224	Furgão	2688	MES	FIAT/DUCATO/ 2025	R$ 15.546,00	R$ 41.787.648,00
9	221	Furgão	2652	MES	FIAT/SCUDO/ 2025	R$ 14.520,00	R$ 38.507.040,00

Assinado por 1 pessoa: BRUNO DOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

10	118	Van 15 lugares	1416	MES	FIAT/DUCATO/ 2025	R$ 18.900,00	R$ 26.762.400,00
11	107	Van 21 lugares	1284	MES	MERCEDES BENZ/SPRINTER /2025	R$ 25.900,00	R$ 33.255.600,00
12	160	Micro onibus	1920	MES	MERCEDES BENZ/LO 916/48 EURO 6	R$ 54.900,00	R$ 105.408.000,00
13	48	Onibus urbano	576	MES	MERCEDES BENZ/OF 1721/59 EURO 6	R$ 69.120,00	R$ 39.813.120,00
VALOR TOTAL LOTE: R$ 389.999.448,00 (trezentos e oitenta e nove milhões e novecentos e noventa e nove mil e quatrocentos e quarenta e oito reais)							**R$ 389.999.448,00**

2.2. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

2.2.1. Início da execução do objeto: O prazo para a entrega do veículo locado pelo Município será de até 20 (vinte) dias uteis para os veículos sem adaptação e de 40 (quarenta) dias uteis para os veículos adaptados, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço.

2.3. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, execução do trabalho:

2.3.1. Manutenção dos veículos e equipamentos:

2.3.1.1. A Contratada se comprometerá a manter os veículos e equipamentos em boas condições operacionais, mecânicas e elétricas, funilaria, pintura e pneus, executando regulagens e reparos necessários e substituindo as peças que, por defeito ou desgaste normal, prejudiquem o seu bom desempenho.

2.3.1.2. A Contratante notificará a Contratada sobre qualquer defeito nos veículos e equipamentos, comprometendo-se a não efetuar regulagens, consertos ou substituições de peças por conta própria ou de terceiros.

2.3.1.3. Os técnicos da Contratada, desde que devidamente identificados, terão livre acesso aos veículos e equipamentos locados para fins de execução de consertos ou substituição de peças.

2.3.1.4. As quebras de veículos e equipamentos (avarias) provenientes de má utilização pelo condutor da Contratante serão ressarcidas

2.3.1.5. Os pneus com desgaste normal deverão ser substituídos pela Contratada no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após a solicitação da Contratante, através de emissão de Ordem de Serviço.

2.3.1.6. A substituição de pneus com cortes e sem possibilidade de recuperação que foram danificados devido à imperícia dos condutores da Contratante serão por ele ressarcidos de acordo com a vida útil restante do pneu em uso.

2.3.1.7. Quando os veículos e equipamentos necessitarem de serviços de manutenção externa, a Contratada será responsável pela sua retirada e devolução.

2.3.1.8. Seguro dos veículos: Todos os veículos locados, deverão ser segurados contra terceiros (Responsabilidade Civil Facultativa - RCF - Danos Materiais e Danos Corporais causados pelo veículo segurado a terceiros).

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

2.3.1.9. A Contratada deverá entregar cópia da apólice ou original de prova inequívoca da efetivação do seguro á Contratante no ato da entrega dos veículos e equipamentos. Sendo que a sua não apresentação implicará a rejeição deles.

2.3.1.10. Nos sinistros onde for comprovada a culpa da Contratante, este ressarcirá a parte, onde serão apuradas as responsabilidades

2.3.1.11. Nos sinistros onde for comprovada a culpa de terceiros, tanto para danos pessoais, quanto materiais, a total responsabilidade é da Contratada, inclusive a franquia.

2.3.1.12. Sistema de Rastreamento e Monitoramento Via Web : A CONTRATADA deverá disponibilizar em até 5 (cinco) dias contados da apresentação dos veículos, ferramentas (software) necessárias para a gestão informatizada para a utilização do sistema de rastreamento e monitoramento via Web.

2.3.1.13. É de responsabilidade da CONTRATADA a total manutenção deste sistema, para que o mesmo esteja sempre atendendo às necessidades.

2.3.1.14. A CONTRATADA deverá providenciar a imediata manutenção do sistema quando informada via correspondência pela CONTRATANTE, e deverá informar por escrito as providências tomadas.

2.3.1.15. A CONTRATADA deverá disponibilizar treinamento sem ônus para a CONTRATANTE para a utilização e operação do Sistema com profissional capacitado, incluindo todos os esclarecimentos necessários sobre as funcionalidades do Sistema, utilização dos aplicativos e aplicação prática dos serviços.

2.3.1.16. Licenciamento dos veículos: A Contratada deverá fornecer sempre no prazo legal, na Gerência de Transportes, Setor de Tráfego, a documentação relativa ao licenciamento dos veículos, quando este for renovado, sob pena do não recebimento dos dias em que o veículo estiver imobilizado nas dependências da Contratante por falta desta providência.

2.3.1.17. Multas e pedágios: A Contratante arcará com as despesas de multas de trânsito, combustível, pedágio, estacionamento e lavagem dos veículos.

2.3.1.18. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os veículos nas quantidades estimadas e qualidades a perfeita execução dos serviços.

2.3.1.19. Os veículos deverão ser novos e ano de fabricação não inferior a 2024.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. As especificações técnicas constantes do PROCEDIMENTO LICITATÓRIO 002/2025, PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS 002/2025, integram esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.

3.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado a partir da assinatura do último signatário necessário, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.3. No caso de prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços, as quantidades registradas poderão ser renovadas. (Enunciado 42 do CJF (2023).

3.4. Fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

3.5. Cada órgão não participante poderá aderir a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, sendo que, o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

3.6. As quantidades previstas para os itens nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos participantes e não participantes do procedimento licitatório ou da contratação direta para registro de preços.

3.7. Os órgãos e as entidades de que trata o caput, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador e ao fornecedor da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

3.8. Observadas as condições estabelecidas na Ata SRP, o Consório poderá deferir a contratação adicional, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.9. Após a autorização do órgão gerenciador e do Fornecedor Beneficiário, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.10. Deverão ser observadas as regras específicas de controle para a adesão à ata de registro de preços previstas nos §§ 4º e 5º do artigo 86 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

4.4.3. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

4.4.4. Mantiverem sua proposta original.

4.4.5. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.5. O registro da formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.4 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.

4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada.

4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 4.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital , casos de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.4. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.5. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

5.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

7.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.5. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1. Por razão de interesse público;

7.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

7.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

8.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

8.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*

9.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Evaldo Paulo dos Reis
Presidente da CIMEV

LUIZ DANIEL GOULART VIANA:04972159693
Assinado de forma digital por LUIZ DANIEL GOULART VIANA:04972159693
Dados: 2025.02.14 12:36:04 -03'00'

Luiz Daniel Goulart Viana
Viana Locadora De Veiculos Ltda

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Rodovia Papa João Paulo II, nº 4001 - Bairro Serra Verde / Belo Horizonte - CEP 31630-901

Versão v.20.09.2020.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2024

Pelo presente instrumento, o Estado de Minas Gerais, entidade de direito público, por intermédio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, ÓRGÃO GERENCIADOR deste Registro de Preços, e os BENEFICIÁRIOS abaixo indicados, sujeitando-se às determinações contidas na Lei Federal nº. 8.666, de 21/06/1993, Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002; Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei Estadual nº. 14.167, de 10 de janeiro de 2002; Lei Estadual nº. 13.994, de 18 de setembro de 2001; Lei Estadual 20.826, de 31 de julho de 2013; pelos Decretos Estaduais nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012; nº 48.012 de 22 de julho de 2020; nº. 46.311, de 16 de setembro de 2013; nº. 47.524, de 6 de novembro de 2018; nº. 47.437, de 26 de junho de 2018; nº. 37.924, de 16 de maio de 1996; pelas Resoluções Conjuntas SEPLAG/SEF/JUCEMG nº 9.576, de 6 de julho de 2016; nº 8.898 de 14 de junho 2013; nº 3.458 de 22 de julho de 2003; com suas alterações posteriores; Resolução SEPLAG nº 93, de 28 de novembro 2018 e as demais normas legais correlatas, pelas condições estabelecidas pelo edital de **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS – PLANEJAMENTO N.º 393/2023,** firmam a presente Ata de Registro de Preços nº 43/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

ÓRGÃO GERENCIADOR: SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SUBSECRETARIA DE COMPRAS PÚBLICAS

ENDEREÇO: CIDADE ADMINISTRATIVA PRESIDENTE TANCREDO NEVES, RODOVIA PAPA JOÃO PAULO II, Nº 4001, EDIFÍCIO GERAIS, 3º ANDAR - BAIRRO SERRA VERDE, BELO HORIZONTE/MG - CEP: 31.630-901.

CNPJ/MF: 05.461.142.0001-70

REPRESENTANTE LEGAL: FERNANDO DE PAULA ÁVILA

BENEFICIÁRIO DOS LOTES 1 E 2 : CS BRASIL FROTAS S.A.

ENDEREÇO: Avenida Saraiva, nº 400, sala 08, Vila Cintra - CEP: 08.745-900 - Mogi das Cruzes/SP

CNPJ/MF: 27.595.780/0001-16

INSCRIÇÃO ESTADUAL: ISENTA

REPRESENTANTE LEGAL: ANSELMO TOLENTINO SOARES JUNIOR - **CPF** ***.449.777-** e JOÃO BOSCO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO - **CPF** ***.780.526-**

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto estabelecer as condições que disciplinarão o Registro de Preços para contratação de serviços de Locação de veículos automotores novos para transporte de pessoas e pequenas cargas, sem condutor, sem fornecimento de combustível, com quilometragem livre, com seguro total sem franquia, e com manutenção preventiva e corretiva, em atendimento às demandas dos órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais e suas unidades, em todo território estadual, para a prestação de serviços públicos permanentes ou de longa duração, mediante contrato ou documento equivalente, conforme especificações e condições previstas no edital e seus anexos, sob demanda, futura e eventual, para Órgãos e Entidades da Administração Pública do Estado de Minas Gerais.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

2.1. Os valores a serem pagos aos Beneficiários serão apurados de acordo com os preços unitários registrados nesta Ata de Registro de Preços a seguir:

Lote	Item	Código SIAD	Especificação	Unidade de Aquisição	Marca/Modelo	Quantidade de meses	Quantidade de Veículos	Quantidade total (numero de veículos x 36 meses)	Valor Unitário mensal	Valor Total (36 meses)
	1	**129470**	VEICULO SERVICO,SEDAN,STANDARD; MIN 997CC,MIN 88CV;05 LUGARES;04 PORTAS,AR CONDICIONADO; MANUTENCAO INCLUSA. MOVIDO A ETANOL/GASOLINA (BICOMBUSTIVEL); COR DA LINHA DE PRODUCAO.	1 MÊS	VOLKSWAGEN VIRTUS TSI 1.0 FLEX 12V 4P MEC 2024	36	293	10.548	R$ 2.229,69	R$ 23.518.770,12

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Lote	Item	Código SIAD	Especificação	Unidade de Aquisição	Marca/Modelo	Quantidade de meses	Quantidade de Veículos	Quantidade total (numero de veículos x 36 meses)	Valor Unitário mensal	Valor Total (36 meses)
1	2	**103942**	VEICULO SERVICO,HATCH,STANDARD;MIN 997CC,MIN 75CV;05 LUGARES;04PORTAS,AR CONDICIONADO; MANUTENCAO INCLUSA, MOVIDO A ETANOL/GASOLINA (BICOMBUSTIVEL); COR DA LINHA DE PRODUCAO.	1 MÊS	FIAT ARGO 1.0 6V FLEX 2024	36	67	2.412	R$ 1.794,26	R$ 4.327.755,12
	3	**103950**	VEICULO SERVICO, MONOVOLUME,STANDARD; MIN 1796CC; 07 LUGARES, MIN 106CV; 04 PORTAS; AR CONDICIONADO; MANUTENCAO INCLUSA, MOVIDO A ETANOL/GASOLINA (BICOMBUSTIVEL); COR DA LINHA DE PRODUCAO.	1 MÊS	CHEVROLET SPIN PREMIER 1.8 8V ECONO.FLEX 5P AUT. 2024	36	204	7.344	R$ 3.106,21	R$ 22.812.006,24
	4	**104035**	VEICULO REPRESENTACAO,SEDAN, PRETO; MIN 1747CC,MIN 120CV; 04 PORTAS;TRIO ELETRICO; AR CONDICIONADO; MANUTENCAO INCLUSA; DIRECAO HIDRAULICA, AIR BAG DUPLO,05 LUGARES, MOVIDO A ETANOL/GASOLINA (BICOMBUSTIVEL); COR LINHA DE PRODUCAO.	1 MÊS	TOYOTA COROLLA GLI 2.0 16V FLEX AUT. 2024	36	98	3.528	R$ 3.566,15	R$ 12.581.377,20
	5	**103969**	VEICULO SERVICO,HATCH,STANDARD;MIN 1297CC, MIN 88CV, 05 LUGARES, 04 PORTAS,AR CONDICIONADO; MANUTENCAO INCLUSA, MOVIDO A ETANOL/GASOLINA (BICOMBUSTIVEL); COR LINHA DE PRODUCAO.	1 MÊS	FIAT ARGO TREKKING 1.3 8V FLEX 2024	36	167	6.012	R$ 2.041,41	R$ 12.272.956,92
2	1	**127817**	CAMINHONETE STANDARD; CARROCERIA ABERTA; ACIMA 0,8 TON; 4 PORTAS; CABINE DUPLA; MIN 1997 CC; MIN 180 CV; 4X4; AR CONDIC.	1 MÊS	MITSUBISHI L200 TRITON GL 2.4 DIESEL0 2024	36	192	6.912	R$ 5.280,56	R$ 36.499.230,72
	2	**103985**	FURGAO,STANDARD,CARROCERIA FECHADA,ATE 0,8TON, MIN 1297CC, MIN 85CV; AR CONDICIONADO; MANUTENCAO INCLUSA, MOVIDO A ETANOL/GASOLINA (BICOMBUSTIVEL); COR LINHA DE PRODUCAO.	1 MÊS	FIAT FIORINO ENDURANCE EVO 1.4 FLEX 8V 2P 2024	36	17	612	R$ 2.500,46	R$ 1.530.281,52
	3	**103993**	VEICULO VAN;03 PORTAS LATERAIS;MIN 1900CC;MIN 127CV; MIN 15 LUGARES,DIESEL, AR CONDICIONADO; MANUTENCAO INCLUSA, COR LINHA DE PRODUCAO.	1 MÊS	FIAT DUCATO MINIBUS 2.2 COMF. 19L DIESEL (E6) 2024	36	58	2.088	R$ 7.343,30	R$ 15.332.810,40
	4	**127876**	CAMINHONETE STANDARD, CARROCERIA ABERTA, ACIMA 0,65 TON; 2 PORTAS LATERAIS, CABINE SIMPLES; MIN 1297 CC; MIN 86 CV; AR;MANUTENCAO INCLUSA, MOVIDO A ETANOL/GASOLINA (BICOMBUSTIVEL); COR LINHA DE PRODUCAO	1 MÊS	VOLKSWAGEN SAVEIRO ROBUST 1.6 TOTAL FLEX 16V 2024	36	28	1.008	R$ 2.078,12	R$ 2.094.744,96

2.1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, não estando obrigada a adquirir uma quantidade mínima, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.1.2. Os quantitativos solicitados são estimados e representam as previsões dos Órgãos e Entidades para as compras durante o prazo de vigência deste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES E NÃO PARTICIPANTES

3.1. O órgão gerenciador será a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, através da Subsecretaria de Compras Públicas (SUBCOMP).

3.2. São participantes deste Registro de Preços, os seguintes órgãos:

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

3.2.1. ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

3.2.2. AG. REG. SERV. ABAST. AGUA E ESGOTAMENTO SANITARIO

3.2.3. AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO DA RMBH

3.2.4. AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO DA RMVA

3.2.5. CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

3.2.6. CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS

3.2.7. DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

3.2.8. ESCOLA DE SAUDE PUBLICA DE MINAS GERAIS

3.2.9. FUND. DE AMPARO A PESQ. DO ESTADO DE MINAS GERAIS

3.2.10. FUNDACAO CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DE MG

3.2.11. FUNDACAO CLOVIS SALGADO

3.2.12. FUNDACAO DE ARTE DE OURO PRETO-FAOP

3.2.13. FUNDACAO DE EDUCACAO PARA TRABALHO DE MINAS GERAIS

3.2.14. FUNDACAO EDUCACIONAL CAIO MARTINS

3.2.15. FUNDACAO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

3.2.16. FUNDACAO EZEQUIEL DIAS

3.2.17. FUNDACAO HELENA ANTIPOFF

3.2.18. FUNDACAO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

3.2.19. FUNDACAO JOAO PINHEIRO

3.2.20. FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA

3.2.21. GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR DO ESTADO DE MG

3.2.22. H. RISOLETA NEVES

3.2.23. INST. EST. DO PATRIMONIO HIST. E ARTISTICO DE MG

3.2.24. INST.DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DO EST.M.GERAIS

3.2.25. INST.PREV.DOS SERV.MILITARES DO ESTADO M.GERAIS

3.2.26. INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO NORTE E NORDESTE MG

3.2.27. INSTITUTO DE METROLOGIA E QUALIDADE DE MG

3.2.28. INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS-IEF

3.2.29. INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUARIA

3.2.30. INSTITUTO MINEIRO DE GESTAO DAS AGUAS

3.2.31. JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

3.2.32. LOTERIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

3.2.33. OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

3.2.34. POLICIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

3.2.35. POLICIA MILITAR DE MINAS GERAIS

3.2.36. SECRET. DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUARIA E ABAST

3.2.37. SECRET. DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

3.2.38. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

3.2.39. SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE

3.2.40. SECRETARIA DE ESTADO DE CASA CIVIL

3.2.41. SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICACAO SOCIAL

3.2.42. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E TURISMO

3.2.43. SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

3.2.44. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO

3.2.45. SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

3.2.46. SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO

3.2.47. SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA

3.2.48. SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO

3.2.49. SECRETARIA ESTADO DE MEIO AMB.DESENV SUSTENTAVEL

3.2.50. TRIBUNAL DA JUSTICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

3.2.51. UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS

3.2.52. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS

3.3. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, outros entes da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional que não tenham participado do certame, mediante prévia anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto Estadual nº 46.311, de 16 de setembro de 2013 e na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

3.4. Caberá ao beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

prestação do serviço, desde que esta prestação não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

3.5. As adesões à ata de registro de preços não excederão, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

3.5.1. As aquisições ou contratações adicionais, por outros órgãos/entidades não poderão exceder, por órgão/entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, improrrogáveis, a contar da data de sua publicação.

4.2. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

5.2. Os preços registrados poderão ser revistos, em decorrência de eventual variação daqueles praticados no mercado, ou de fato que altere o custo dos serviços prestados, conforme dispõe os termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

5.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

5.3.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

5.3.2. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso frustrada a negociação;

5.3.3. Convocar os licitantes detentores de registros adicionais de preços e, na recusa desses ou concomitantemente, os licitantes remanescentes do procedimento licitatório, visando a igual oportunidade de negociação, observada a ordem de registro e classificação.

5.4. A cada pedido de revisão de preço deverá o fornecedor comprovar e justificar as alterações havidas, demonstrando analiticamente a variação dos componentes dos custos devidamente justificada.

5.5. É vedado ao contratado interromper a prestação de serviços enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeito às sanções previstas no Edital Convocatório, salvo a hipótese de liberação do fornecedor prevista nesta Ata.

5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação parcial ou total da Ata de Registro de Preços, mediante publicação no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, e adotar as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa, nos termos do inciso III do §1º do art. 15 do Decreto Estadual nº 46.311, de 16 de setembro de 2013.

5.7. É proibido o pedido de revisão com efeito retroativo.

5.8. Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

6.1. O fornecedor poderá ter o seu registro cancelado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo específico, quando:

6.1.1. Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

6.1.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.1.3. O beneficiário não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

6.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

6.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.2.1. Por razões de interesse público;

6.2.2. A pedido do fornecedor, com a devida autorização da Administração.

6.3. Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES

7.1. A contratação com o fornecedor registrado observará a classificação segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva da licitação que deu origem à presente Ata e será formalizada mediante (a) termo de contrato, (b) emissão de nota de empenho de despesa; ou (c) ordem de serviço; conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666/93, e obedecidos os requisitos pertinentes do Decreto Estadual nº 46.311/13.

7.2. O órgão convocará o fornecedor com preço registrado em Ata para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, (a) efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

7.3. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

7.4. Previamente à formalização de cada nota de empenho, ordem de serviço ou instrumento equivalente, o Órgão participante realizará consulta ao SICAF, CAFIMP e CAGEF para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações, previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei Federal nº

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Estadual n.º 14.167, de 10 de janeiro de 2002, no Decreto Estadual nº 48.012 de 22 de julho de 2020 e no Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

8.1.1. advertência por escrito;

8.1.2. multa de até:

8.1.2.1. 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do objeto não executado;

8.1.2.2. 20% (vinte por cento) sobre o valor da prestação de serviços após ultrapassado o prazo de 30 dias de atraso, ou no caso de não entrega do objeto, ou entrega com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminua-lhe o valor ou, ainda fora das especificações contratadas;

8.1.2.3. 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento das demais obrigações contratuais ou norma da legislação pertinente.

8.1.3. Suspensão do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

8.1.4. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, pelo prazo de até 5 anos (cinco anos), nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e do art. 49 do Decreto Estadual nº 48.012 de 22 de julho de 2020;

8.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

8.2. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nos itens 8.1.1, 8.1.3 e 8.1.5.

8.3. A multa será descontada da garantia do contrato, quando houver, e/ou de pagamentos eventualmente devidos ao INFRATOR e/ou cobrada administrativa e/ou judicialmente.

8.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo incidental apensado ao processo licitatório ou ao processo de execução contratual originário que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, bem como o disposto na Lei 8.666, de 1993 e Lei Estadual nº 14.184, de 2002.

8.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

8.5.1. Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

8.6. A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da CONTRATADA de indenizar integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.

8.7. As sanções relacionadas nos itens 8.1.3, 8.1.4 e 8.1.5 serão obrigatoriamente registradas e publicadas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP e no Cadastro Geral de Fornecedores no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual - CAGEF.

8.8. As sanções de suspensão do direito de participar em licitações e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser também aplicadas àqueles que:

8.8.1. Retardarem a execução do objeto;

8.8.2. Comportar-se de modo inidôneo;

8.8.2.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.8.3. Apresentarem documentação falsa ou cometerem fraude fiscal.

8.9. Durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 2013, e pelo Decreto Estadual nº 46.782, de 2015, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à Controladoria-Geral do Estado, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

9. CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Ficam vinculados a esta Ata, independente de transcrição, o Termo de Referência e o edital de licitação.

9.2. Cabe à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão gerar o extrato e solicitar a publicação da Ata no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, conforme Decreto Estadual nº 46.311 de 16 de setembro de 2013.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Por estarem justas e acertadas, firmam os partícipes o presente instrumento, em meio eletrônico, por meio do Sistema Eletrônico de Informações de Minas Gerais.

FERNANDO DE PAULA ÁVILA
Superintendente Central de Atas e Contratos
Subsecretaria de Compras Públicas
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEPLAG

ANSELMO TOLENTINO SOARES JUNIOR
Representante Legal
CS BRASIL FROTAS S.A.

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

JOÃO BOSCO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO
Representante Legal
CS BRASIL FROTAS S.A.

Documento assinado eletronicamente por **Anselmo Tolentino Soares Junior**, **Usuário Externo**, em 15/03/2024, às 11:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017 .

Documento assinado eletronicamente por **JOÃO BOSCO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO**, **Usuário Externo**, em 15/03/2024, às 11:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017 .

Documento assinado eletronicamente por **Fernando de Paula Ávila**, **Superintendente**, em 15/03/2024, às 13:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **83490254** e o código CRC **FCA4245F**.

Referência: Processo nº 1500.01.0389093/2023-17 SEI nº 83490254

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Compras.gov.br

Relatório de pesquisa de preço

Relatório Detalhado

Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
14/2025	927934	Rascunho	BRUNO GOMIDES CRIVELARO

Título: Contratação de Empresa para Locação de Veículo Tipo Minivan

Observações: Contratação de Empresa para Locação de Veículo Tipo Minivan

Total de itens cotados: 1 **Valor total da pesquisa de preços:** R$ 44.715,0000

Itens cotados

Item: 1

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
4014 - Locação de veículos - leves / pesados	UNIDADE	12

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Média	Mediana	
R$ 2.199,0000	R$ 4.204,8125	R$ 3.726,2500	Coeficiente de Variação: 32,9170% Desvio Padrão: 1.384,0981 Maior Preço: R$ 6.490,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses
UASG (Estado): MG

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	II	Município de Conselheiro Lafaiete - Contratações Similares pela Administração Pública	5		R$ 3.462,5000	06/03/2025	Sim

Data da Cotação
06/03/2025

Informações Adicionais
-

Hora da Cotação
07:59

Endereço Eletrônico
https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:US:441ea9b0-112d-43ab-8b58-7a6305c467c8

Anexos
Van - 5 - 3.462,50.pdf

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	II	CONSONORTE - Contratações Similares pela Administração Pública	20		R$ 5.972,0000	06/03/2025	Sim

Data da Cotação

06/03/2025

Informações Adicionais

-

Hora da Cotação	Endereço Eletrônico	Anexos
08:01	https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:US:4ec9320a-2e0f-4dab-9790-2c57aff9d026	Van - 20 - 5.972,00.pdf

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	II	CIMVALPI - Contratações Similares pela Administração Pública	48		R$ 4.968,7900	06/03/2025	Sim

Data da Cotação

06/03/2025

Informações Adicionais

-

Hora da Cotação	Endereço Eletrônico	Anexos
08:02	https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:US:419ea199-ff43-402d-bc6f-1f6b93691318	Van - 48 - 4.968,79.pdf

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
4	II	CIMEV - Contratações Similares pela Administração Pública	118		R$ 6.490,0000	06/03/2025	Sim

Data da Cotação

06/03/2025

Informações Adicionais

-

Hora da Cotação	Endereço Eletrônico	Anexos
08:06	https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:US:8f0bfa32-7e86-46c6-982c-e0bad314892b	Van - 118 - 6.490,00.pdf

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
5	II	Secretaria do Estado de Planejamento de Gestão MG - Contratações Similares pela Administração Pública	204		R$ 3.106,2100	06/03/2025	Sim

Data da Cotação

06/03/2025

Informações Adicionais

-

Hora da Cotação	Endereço Eletrônico	Anexos
08:07	https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:US:7a3ee47a-bfde-4ef1-897b-5ab6ea17dafe	Van - 204 - 3.106,21.pdf

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
6	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R$ 172.675,0000	25/02/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	N° do Item	Objeto da Compra
92628705900102025	25/02/2025	3	Objeto: Pregão Eletrônico - Locação de caminhões, incluindo 04 (quatro) caminhões 4X2 equipados com cabine suplementar e caçamba basculantede 6m³, 03 (três) caminhões de porte ¾ equipados com cabine adicional e carroçaria de madeira, e 01 (um) caminhão 8X2 equipado com carroceria de madeira aberta e guindaste hidráulico, semmotorista/operador. A contratação visa atenderàs necessidades de todas as áreas da estruturaorganizacional da Autarquia, em atendimento à Diretoria Administrativa.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	926287	SISPP	Pregão

Fornecedor

ALKACON CONSERVACOES CONSTRUCOES E MANUTENCOES LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Locação de Caminhão 8X2, fabricação nacional, na cor branca, fabricado a partir do ano de 2023, equipado com carroceria de madeira aberta e guindaste hidráulico. Fabricação nacional; PBT mínimo de 26.000 kg legal; 4º eixo, sendo os dois primeiros direcionais e os dois últimos com rodagem dupla; motor de 06 cilindros gerenciado por sistema eletrônico, com potência líquida no mínimo de 270 cv; Combustível diesel, cujo tanque tenha a capacidade mínima de 275 litros;Direção hidráulica; Tacógrafo eletrônico com registro diário ou semanal; Cabina avançada; Ar condicionado de fábrica; Rodagem de 275x80x22.5. Conforme especificações no Termo de Referência. PERÍODO 01/07/2025 A 31/12/2025.

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
7	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R$ 322.827,0000	25/02/2025	Não

Id da Compra

92628705900102025

Comprado em

25/02/2025

N° do Item

2

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Locação de caminhões, incluindo 04 (quatro) caminhões 4X2 equipados com cabine suplementar e caçamba basculantede 6m³, 03 (três) caminhões de porte ¾ equipados com cabine adicional e carroçaria de madeira, e 01 (um) caminhão 8X2 equipado com carroceria de madeira aberta e guindaste hidráulico, semmotorista/operador. A contratação visa atenderàs necessidades de todas as áreas da estruturaorganizacional da Autarquia, em atendimento à Diretoria Administrativa.

Esfera

Estadual

UASG

926287

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

ALKACON CONSERVACOES CONSTRUCOES E MANUTENCOES LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

com potência líquida no mínimo de 155cv, 2.200rpm e 600 Newton-metros (Nm); Peso Bruto Total (PBT) mínimo de 9.600 kg homologado; Capacidade de carga útil,mais carroçaria no mínimo de 5.800 kg; Ar condicionado de fábrica; Combustível diesel, cuja capacidade do tanque seja acima de 150 litros; Direção hidráulica; Rodagem 4x2 com pneus 235/75/17.5; Cabina avançada. Conforme especificações no Termo de Referência. PERÍODO 01/07/2025 A 31/12/2025.

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
8	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R$ 508.993,0000	25/02/2025	Não

Id da Compra

92628705900102025

Comprado em

25/02/2025

N° do Item

1

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Locação de caminhões, incluindo 04 (quatro) caminhões 4X2 equipados com cabine suplementar e caçamba basculantede 6m³, 03 (três) caminhões de porte ¾ equipados com cabine adicional e carroçaria de madeira, e 01 (um) caminhão 8X2 equipado com carroceria de madeira aberta e guindaste hidráulico, semmotorista/operador. A contratação visa atenderàs necessidades de todas as áreas da estruturaorganizacional da Autarquia, em atendimento à Diretoria Administrativa.

Esfera

Estadual

UASG

926287

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

ALKACON CONSERVACOES CONSTRUCOES E MANUTENCOES LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Locação de Veículos - Leves/Pesados Locação de Caminhão 4X2, na cor branca, fabricado a partir do ano de 2023, equipado com cabine suplementar e com caçamba basculante de 6m. Fabricação nacional; PBT mínimo de 16.000 kg legal; Motor gerenciado por sistema eletrônico, com potência líquida no mínimo de 205 cv; Combustível diesel, cujo tanque tenha a capacidade mínima de 200 litros; Embreagem com acionamento hidráulico, cujo diâmetro do disco seja no mínimo de 350 mm; Direção hidráulica; Tacógrafo eletrônico com registro diário ou semanal; Cabina avançada; Ar condicionado de fábrica; Rodagem de 275x80x22.5; Freio motorcom acionamento eletropneumático atuante em conjunto com freio de serviço; sistema lona fácil; alarme de caçamba; soprador; horímetro. Conforme especificações no Termo de Referência. PERÍODO 01/07/2025 A 31/12/2025.

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
9	I	MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	2	UNIDADE	R$ 37.000,0000	24/02/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
25703505900852024	24/02/2025	2	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços delocação de veículos sem combustível e motorista, abrangendo os tipos Passeio e Minivan, com oobjetivo de atender às necessidades do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) de Minas Gerais e Espírito Santo (MGES). Condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Editale seus anexos.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	257035	SISPP	Pregão

Fornecedor

D & G COMERCIO, SERVICOS E LOCACOES LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Veículo Novos /Seminovos com até 6 meses de uso (data de uso de 6 meses, referente a data de emplacamento), TIPO PASSEIO, pequeno porte, com capacidade mínima de 5 lugares (4+1), seguro total; - Refrigeração: Ar condicionado; -Cintosde segurança com 3 pontos; - Rádio AM /FM e/ou entrada auxiliar; - Motor: potência mínima de 100 CV; - Combustível: flex (álcool/gasolina); - Cor: Branca; - Portas: 4 portas; - Câmbio: Manual com no mínimo 6 marchas, sendo 5 a frentee 01 marcha ré; - Direção: Hidráulica ou elétrica; - Vidros: elétricos; - Tapetes no piso; - Capacidade de autonomia de no mínimo 450km com 01 tanque de abastecimento completo; - Capacidade do porta malas mínima de 285L; - Cinto de segurança: em todos os bancos e mais os acessórios de segurança exigidos por lei; - Protetor de cárter; e demais equipamentos /acessórios de segurança e sinalização exigidos pelo CONTRAN, inclusive Airbag. Franquia mensal de 6.000 km,72.000 km anual.

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
10	I	MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	2	UNIDADE	R$ 50.899,9000	24/02/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
25703505900852024	24/02/2025	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços delocação de veículos sem combustível e motorista, abrangendo os tipos Passeio e Minivan, com oobjetivo de atender às necessidades do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) de Minas Gerais e Espírito Santo (MGES). Condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Editale seus anexos.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	257035	SISPP	Pregão

Fornecedor

F8 SERVICOS LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Veículo Novos/Seminovos com até 6 meses de uso (data de uso de 6 meses, referente a data de emplacamento), TIPO MINIVAN com capacidade mínima de 7 lugares (6+1), seguro total, - Refrigeração: Ar condicionado; - Cinto de segurança com3 pontos; - Rádio AM /FM e/ou entrada auxiliar; - Motor: Potência mínima de 100 CV; - Combustível: total flex (álcool/gasolina); - Cor: branca; - Portas: 4portas; - Cambio: Manual ou automático; - Direção: hidráulica ou elétrica; - Vidros: elétricos; - Tapetes no piso; - Capacidade de autonomia de no mínimo 450km com 01 tanque de abastecimento completo; - Cinto de segurança: em todos os bancos e mais os acessórios de segurança exigido por Lei; - Protetor de cárter; e demais equipamentos /acessórios de segurança e sinalização exigidos pelo CONTRAN, inclusive Airbag. Franquia mensal de 6.000 km, 72.000 km anual.

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
11	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R$ 97.230,0000	12/02/2025	Não

Id da Compra

98462505900862024

Comprado em

12/02/2025

N° do Item

7

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para serviço de transporte com fornecimento de veículos e equipamentos, sem condutor, sem fornecimento de combustível, incluso as manutenções corretivas e preventivas, reposição de peças e proteção veicular, para atender a demanda da Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente, conforme especificações técnicas e condições comerciais constantes no Termo de Referência e Planilha de quantidades deste Edital.

Esfera

Estadual

UASG

984625

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

LIG & LOKA LOCADORA DE VEICULOS LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO PICK-UP MÉDIA4X4, CABINE DUPLA, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, 4 PORTAS, MÍNIMO 170 CV, COM PLOTAGEM, GAIOLA/CELA DE AÇO, REVESTIDA POR FIBRA EM FORMATO DE CAPOTA COM ABERTURA PARA ENTRADA DE AR, ILUMINAÇÃO INTERNA E LUZ DE EMBARQUE, RÁDIO TRANSCEPTOR DIGITAL, SINALIZADOR VISUAL E ACÚSTICOS FIXOS, ANO DE FABRICAÇÃO A PARTIR DE 2020, INCLUSO MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA E REPOSIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS, SEGURO DE PASSAGEIROS E TERCEIROS, SEM CONDUTOR, SEM FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, QUILOMETRAGEM LIVRE.

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
12	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R$ 168.102,0000	12/02/2025	Não

Id da Compra

98462505900862024

Comprado em

12/02/2025

N° do Item

6

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para serviço de transporte com fornecimento de veículos e equipamentos, sem condutor, sem fornecimento de combustível, incluso as manutenções corretivas e preventivas, reposição de peças e proteção veicular, para atender a demanda da Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente, conforme especificações técnicas e condições comerciais constantes no Termo de Referência e Planilha de quantidades deste Edital.

Esfera

Estadual

UASG

984625

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

LIG & LOKA LOCADORA DE VEICULOS LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE COM FORNECIMENTO DE VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO PICK-UP MÉDIA 4X4, CABINE DUPLA, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, 4 PORTAS, MÍNIMO 170 CV, COM PLOTAGEM, ANO DE FABRICAÇÃO A PARTIR DE 2020, INCLUSO MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA E REPOSIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS, SEGURO DE PASSAGEIROS E TERCEIROS, SEM CONDUTOR, SEM FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, QUILOMETRAGEM LIVRE.

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
13	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R$ 29.032,1000	12/02/2025	Não

Id da Compra

98462505900862024

Comprado em

12/02/2025

Nº do Item

5

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para serviço de transporte com fornecimento de veículos e equipamentos, sem condutor, sem fornecimento de combustível, incluso as manutenções corretivas e preventivas, reposição de peças e proteção veicular, para atender a demanda da Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente, conforme especificações técnicas e condições comerciais constantes no Termo de Referência e Planilha de quantidades deste Edital.

Esfera

Estadual

UASG

984625

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

LIG & LOKA LOCADORA DE VEICULOS LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE COM FORNECIMENTO DE VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO MOTOCICLETA, MOTORIZAÇÃO MÍNIMA 150CC, PARTIDA ELÉTRICA, FREIO A DISCO, ANO DE FABRICAÇÃO A PARTIR DE 2020, COM MANUTENÇÃO, SEGURO, SEM CONDUTOR E SEM FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, QUILOMETRAGEM LIVRE.

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
14	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R$ 31.660,0000	12/02/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98462505900862024	12/02/2025	4	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para serviço de transporte com fornecimento de veículos e equipamentos, sem condutor, sem fornecimento de combustível, incluso as manutenções corretivas e preventivas, reposição de peças e proteção veicular, para atender a demanda da Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente, conforme especificações técnicas e condições comerciais constantes no Termo de Referência e Planilha de quantidades deste Edital.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	984625	SISPP	Pregão

Fornecedor

LIG & LOKA LOCADORA DE VEICULOS LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE COM FORNECIMENTO DE VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO HATCH, CAPACIDADE 5 LUGARES, COM PLOTAGEM, RÁDIO TRANSCEPTOR DIGITAL, SINALIZADOR VISUAL E ACÚSTICO FIXOS, POTÊNCIA MÍNIMA 90 CV, ANO DE FABRICAÇÃO MÍNIMO2020, COM MANUTENÇÃO, SEGURO, SEM CONDUTOR E SEM FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL,QUILOMETRAGEM LIVRE.

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
15	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R$ 307.382,0000	12/02/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98462505900862024	12/02/2025	3	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para serviço de transporte com fornecimento de veículos e equipamentos, sem condutor, sem fornecimento de combustível, incluso as manutenções corretivas e preventivas, reposição de peças e proteção veicular, para atender a demanda da Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente, conforme especificações técnicas e condições comerciais constantes no Termo de Referência e Planilha de quantidades deste Edital.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	984625	SISPP	Pregão

Fornecedor

LIG & LOKA LOCADORA DE VEICULOS LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE COM FORNECIMENTO DE VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO HATCH, CAPACIDADE 5 LUGARES, POTÊNCIA MÍNIMA 90 CV, ANO DE FABRICAÇÃO MÍNIMO2020, COM MANUTENÇÃO, SEGURO, SEM CONDUTOR E SEM FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, QUILOMETRAGEM LIVRE.

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
16	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R$ 32.760,0000	12/02/2025	Não

Id da Compra

98462505900862024

Comprado em

12/02/2025

N° do Item

2

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para serviço de transporte com fornecimento de veículos e equipamentos, sem condutor, sem fornecimento de combustível, incluso as manutenções corretivas e preventivas, reposição de peças e proteção veicular, para atender a demanda da Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente, conforme especificações técnicas e condições comerciais constantes no Termo de Referência e Planilha de quantidades deste Edital.

Esfera

Estadual

UASG

984625

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

LIG & LOKA LOCADORA DE VEICULOS LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE COM FORNECIMENTO DE VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO SEDAN, CAPACIDADE 5 LUGARES, COM PLOTAGEM, RÁDIO TRANSCEPTOR DIGITAL, SINALIZADOR VISUAL E ACÚSTICO FIXOS, POTÊNCIA MÍNIMA 90 CV, ANO DE FABRICAÇÃO MÍNIMO2020, COM MANUTENÇÃO, SEGURO, SEM CONDUTOR E SEM FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL,QUILOMETRAGEM LIVRE.

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
17	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R$ 2.990,0000	12/02/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98462505900862024	12/02/2025	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para serviço de transporte com fornecimento de veículos e equipamentos, sem condutor, sem fornecimento de combustível, incluso as manutenções corretivas e preventivas, reposição de peças e proteção veicular, para atender a demanda da Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente, conforme especificações técnicas e condições comerciais constantes no Termo de Referência e Planilha de quantidades deste Edital.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	984625	SISPP	Pregão

Fornecedor

LIG & LOKA LOCADORA DE VEICULOS LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE COM FORNECIMENTO DE VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO SEDAN, CAPACIDADE 5 LUGARES, POTÊNCIA MÍNIMA 90 CV, ANO DE FABRICAÇÃO MÍNIMO2020, COM MANUTENÇÃO, SEGURO, SEM CONDUTOR E SEM FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, QUILOMETRAGEM LIVRE.

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
18	I	MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS - Compras.gov.br	60	UNIDADE	R$ 4.190,0000	03/02/2025	Não

Id da Compra

98444505902092024

Comprado em

03/02/2025

N° do Item

2

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para locação de veículos 0 km adaptados para transporte funerário, para atender os segmentos de remoções, enterros e viagens, conforme edital e termo de referência.

Esfera

Municipal

UASG

984445

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

LIG & LOKA LOCADORA DE VEICULOS LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

VEICULO UTILITARIO, ADAPTADO PARA SERVICO FUNERARIO DE CORTEJO, DE ACORDO COMLEGISLACAO VIGENTE. SEM MOTORISTA. ZERO KM, 02 PORTAS LATERAIS. COR: PINTURASOLIDA BRANCA. MOTORIZACAO MINIMA: 1.4. NUMERO DE CILINDROS: 04. CARGA: MINIMA: 700 KG. BICOMBUSTIVEL (ETANOL/GASOLINA) TRANSMISSAO MANUAL, COM 05 MARCHAS A FRENTE E UMA A RE. DIRECAO: HIDRAULICA. CINTOS DIANTEIROS RETRATEIS, ENCOSTODE CABECA NOS BANCOS, COM PROTETOR DE CARTER, TAPETES E CALHAS. PELICULA PROTETORA NOS VIDROS LATERAIS E TRASEIRO. Código URBAM I003939

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
19	I	MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS - Compras.gov.br	60	UNIDADE	R$ 9.190,0000	03/02/2025	Não

Id da Compra

98444505902092024

Comprado em

03/02/2025

N° do Item

1

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para locação de veículos 0 km adaptados para transporte funerário, para atender os segmentos de remoções, enterros e viagens, conforme edital e termo de referência.

Esfera

Municipal

UASG

984445

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

LIG & LOKA LOCADORA DE VEICULOS LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

LOCACAO DE VEICULO UTILITARIO COM TRACAO 4X4 - TIPO CAMINHONETE. ADAPTADO PARA SERVICO FUNERARIO DE REMOCAO DE ACORDO COM A LEGISLACAO VIGENTE. ZERO KM, 02PORTAS LATERAIS, SEM MOTORISTA. COR: PINTURA SOLIDA BRANCA MOTORIZACAO MINIMA: 2.8 PONTENCIA MÍNIMA: 180 CV (MINIMO) NUMERO DE CILINDROS: 04 (MINIMO) CARGA: MINIMA: 1.000 KG COMBUSTIVEL: DIESEL TRANSMISSAO MANUAL, COM 05 (CINCO) MARCHAS A FRENTE E UMA A RE. DIREÇÃO: HIDRAULICA CINTOS DIANTEIROS RETRATEIS, ENCOSTO DE CABECA NOS BANCOS, COM PROTETOR DE CARTER, TAPETES E CALHAS. PELICULAPROTETORA NOS VIDROS LATERAIS E TRASEIRO. Código URBAM I003938

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
i 20	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLâNDIA - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R$ 215.400,0000	29/01/2025	Não

Id da Compra

92692206001172025

Comprado em

29/01/2025

N° do Item

1

Objeto da Compra

Locação de veículos tipo pick up leve em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde.

Esfera

Municipal

UASG

926922

Forma

SISPP

Modalidade

Dispensa

Fornecedor

PONTUAL LOC CAR LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

-

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Sem critério de julgamento

Descrição Detalhada

Locação de Veículos - Leves / Pesados Locação de Veículos - Leves / Pesados

Locais de Entrega

UF / Município	Logradouro	CEP	Quantidade
MG/Uberlândia	Avenida Indaiá	38413111	1

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
21	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	6000	UNIDADE	R$ 181,0000	19/12/2024	Não

Id da Compra

16010605900022024

Comprado em

19/12/2024

N° do Item

12

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para possível contratação do serviço locação de Veículos e Equipamentos de Engenharia para os destacamentos do 2º B Fv.

Esfera

Federal

UASG

160106

Forma

SISRP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

AGP ENGENHARIA - SOLUCOES DE MONTAGEM E MANUTENCAO INDUSTRIAL LTDA.

Índice e Valor

-

Ata

Acesse a Ata

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

SERVIÇO DE LOCAÇÃO DO CAMINHÃO COMBOIO DE LUBRIFICAÇÃO, serviço de locação de1 (um) Caminhão comboio de lubrificação, com tanque com capacidade mínima de 5 mil litros de diesel, de ano de fabricação mínima de 2012, com motorista habilitado para dirigir e operá-lo. O serviço de locação será Contado por dia, sendo a carga horária de trabalho de 08 (oito) horas por dia, conforme as leistrabalhistas vigentes. A contratada é responsável pelo transporte do equipamento (entrega e retirada) até o local determinado no item 5.2 deste certame. Sem Motorista

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
22	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4000	UNIDADE	R$ 203,0000	19/12/2024	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
16010605900022024	19/12/2024	11	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para possível contratação do serviço locação de Veículos e Equipamentos de Engenharia para os destacamentos do 2º B Fv.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	160106	SISRP	Pregão

Fornecedor

AGP ENGENHARIA - SOLUCOES DE MONTAGEM E MANUTENCAO INDUSTRIAL LTDA.

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Serviço de locação de Caminhão distribuidor de agregado asfáltico (emulsão) com capacidade de mínimo 10.000 litros, que pulverize emulsão quente e asfalto emulsionado, equipado com todos os itens básicos de série e itens regulamentares de segurança; Documentação em dia e em ordem; Quilometragem livre; Segurototal, em bom estado de conservação, ano mínimo de fabricação 2020. A empresavencedora deverá ter a capacidade de disponibilizar, simultaneamente, no mínimo de 02 (dois) equipamentos de mesmas características, caso o contratante faça necessário. O serviço de locação será contado por mês, 30(trinta) dias, sendo a carga horária de trabalho de 08 (oito) horas por dia, conforme as leis trabalhistas vigentes. A contratada é responsável pelo transporte do equipamento (entrega e retirada) até o local determinado no item 5.2 deste certame. Sem Operador

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
23	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	720	UNIDADE	R$ 212,0000	19/12/2024	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
16010605900022024	19/12/2024	10	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para possível contratação do serviço locação de Veículos e Equipamentos de Engenharia para os destacamentos do 2º B Fv.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	160106	SISRP	Pregão

Fornecedor

AGP ENGENHARIA - SOLUCOES DE MONTAGEM E MANUTENCAO INDUSTRIAL LTDA.

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

SERVIÇO DE LOCAÇÃO DO CAMINHÃO TANQUE PARA TRANSPORTE DE ÁGUA POTÁVEL, serviço de locação de 1 (um) Caminhão tanque para transporte de água potável, com tanque com capacidade mínima de 8 m^3, de ano de fabricação mínima de 2012, com motorista habilitado para dirigir e operá-lo. A empresa vencedora deverá ter a capacidade de disponibilizar, simultaneamente, no mínimo 03 (três) viaturas demesmas característica, caso o contratante faça necessário. O serviço de locação será Contado por dia, sendo a carga horária de trabalho de 08 (oito) horaspor dia, conforme as leis trabalhistas vigentes. A contratada é responsável pelo transporte do equipamento (entrega e retirada) até o local determinado no item 5.2 deste certame. Sem Motorista.

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
24	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	60	UNIDADE	R$ 2.199,0000	12/11/2024	Sim

Id da Compra

98542705900182024

Comprado em

12/11/2024

N° do Item

4

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para futura e eventual prestação de serviços de locação de veículos para atender os diversosSetores da Secretaria Municipal de Saúde.

Esfera

Estadual

UASG

985427

Forma

SISRP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

IDEAL LOCACOES LTDA

Índice e Valor

-

Ata

Acesse a Ata

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Locação de veículos - leves / pesados

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
25	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	60	UNIDADE	R$ 3.450,0000	12/11/2024	Sim

Id da Compra

98542705900182024

Comprado em

12/11/2024

N° do Item

2

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para futura e eventual prestação de serviços de locação de veículos para atender os diversosSetores da Secretaria Municipal de Saúde.

Esfera

Estadual

UASG

985427

Forma

SISRP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

PONTUAL LOC CAR LTDA

Índice e Valor

-

Ata

Acesse a Ata

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Locação de veículos - leves / pesados

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
26	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	120	UNIDADE	R$ 4.590,0000	12/11/2024	Não

Id da Compra

98542705900182024

Comprado em

12/11/2024

N° do Item

1

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para futura e eventual prestação de serviços de locação de veículos para atender os diversosSetores da Secretaria Municipal de Saúde.

Esfera

Estadual

UASG

985427

Forma

SISRP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

PONTUAL LOC CAR LTDA

Índice e Valor

-

Ata

Acesse a Ata

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Locação de veículos - leves / pesados

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
i 27	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO - MG - Compras.gov.br	2	UNIDADE	R$ 3.600,0000	08/10/2024	Não

Id da Compra

98463706000842024

Comprado em

08/10/2024

N° do Item

1

Objeto da Compra

Contratação de serviços de transporte para os atletas atrelados a Secretaria de Esporte Lazer, para disputar campeonato na cidade de São Paulo/SP, com saída do município no dia 30 de setembro e retorno no dia 05 de outubro.

Esfera

Municipal

UASG

984637

Forma

SISPP

Modalidade

Dispensa

Fornecedor

H&J TRANSPORTE E LOCACAO LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

-

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Sem critério de julgamento

Descrição Detalhada

Locação de Veículos - Leves / Pesados Locação de Veículos - Leves / Pesados

Locais de Entrega

UF / Município	Logradouro	CEP	Quantidade
MG/Itabirito	Avenida Queiroz Júnior	35450228	2

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
i 28	I	COMPANHIA DE DESENV. DO VALE DO SAO FRANCISCO - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R$ 17.000,0000	24/09/2024	Não

Id da Compra
19500506000422024

Comprado em
24/09/2024

N° do Item
1

Objeto da Compra
Serviços de transporte de Taiobeiras/ MG para Juruaia e Guaxupé-Participação da Felinju e visita técnica

Esfera
Federal

UASG
195005

Forma
SISPP

Modalidade
Dispensa

Fornecedor
EVT TRANSPORTES LTDA

Índice e Valor
-

Ata
-

Edital
-

Compra
Acesse a compra

Critério Julgamento Item
Sem critério de julgamento

Descrição Detalhada
Locação de Veículos - Leves / Pesados Locação de Veículos - Leves / Pesados

Locais de Entrega

UF / Município	Logradouro	CEP	Quantidade
MG/Montes Claros	Avenida Geraldo Athayde	39400292	1

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
i 29	I	COMPANHIA DE DESENV. DO VALE DO SAO FRANCISCO - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R$ 19.800,0000	24/09/2024	Não

Id da Compra
19500506000432024

Comprado em
24/09/2024

N° do Item
1

Objeto da Compra
Contratação de serviço de transporte - ônibus semi-leito com no mínimo 40 (quarenta) lugares para participação da FELINJU - Feira de Moda Íntima, Praia e Fitness de Juruaia, que será realizada em Juruaia/MG.

Esfera
Federal

UASG
195005

Forma
SISPP

Modalidade
Dispensa

Fornecedor
TRANS TAIOBEIRAS LTDA

Índice e Valor
-

Ata
-

Edital
-

Compra
Acesse a compra

Critério Julgamento Item
Sem critério de julgamento

Descrição Detalhada
Locação de Veículos - Leves / Pesados Locação de Veículos - Leves / Pesados

Locais de Entrega

UF / Município	Logradouro	CEP	Quantidade
MG/Montes Claros	Avenida Geraldo Athayde	39400292	1

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
i 30	I	AGÊNCIA REGUL.SERV.SAN.BASICO DE UBERLÂNDIA - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R$ 17.589,6000	05/09/2024	Não

Id da Compra

93135106000052024

Comprado em

05/09/2024

N° do Item

1

Objeto da Compra

Contratação de empresa especializada na locação de veículos automotores, sob demanda, sem motorista.

Esfera

Municipal

UASG

931351

Forma

SISPP

Modalidade

Dispensa

Fornecedor

MOVIDA LOCACAO DE VEICULOS S.A.

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

-

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Sem critério de julgamento

Descrição Detalhada

Locação de Veículos - Leves / Pesados Locação de Veículos - Leves / Pesados

Locais de Entrega

UF / Município	Logradouro	CEP	Quantidade
MG/Uberlândia	Avenida Anselmo Alves dos Santos	38405167	1

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
i 31	I	COMPANHIA DE DESENV. DO VALE DO SAO FRANCISCO - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R$ 3.800,0000	04/09/2024	Não

Id da Compra

19500506000352024

Comprado em

04/09/2024

N° do Item

1

Objeto da Compra

Serviços de locação de 02 micro-ônibus, com motoristas, para transporte de aproximadamente 50 passageiros nos dias 25 e 26 de janeiro de 2024.

Esfera

Federal

UASG

195005

Forma

SISPP

Modalidade

Dispensa

Fornecedor

GILBERTO JUNIOR FONSECA 04153204617

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

-

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Sem critério de julgamento

Descrição Detalhada

Locação de Veículos - Leves / Pesados Locação de Veículos - Leves / Pesados

Locais de Entrega

UF / Município	Logradouro	CEP	Quantidade
MG/Montes Claros	Avenida Geraldo Athayde	39400292	1

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
i 32	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO - MG - Compras.gov.br	2	UNIDADE	R$ 10.500,0000	02/09/2024	Não

Id da Compra

98463706000642024

Comprado em

02/09/2024

N° do Item

1

Objeto da Compra

Contratação de serviços ônibus de viagem, semileito, com capacidade mínima para 46 passageiros.

Esfera

Municipal

UASG

984637

Forma

SISPP

Modalidade

Dispensa

Fornecedor

AGENCIA DE VIAGENS RAMOS TURISMO LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

-

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Sem critério de julgamento

Descrição Detalhada

Locação de Veículos - Leves / Pesados Locação de Veículos - Leves / Pesados

Locais de Entrega

UF / Município	Logradouro	CEP	Quantidade
MG/Itabirito	Avenida Queiroz Júnior	35450228	2

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
33	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	36	UNIDADE	R$ 3.990,0000	02/09/2024	Sim

Id da Compra

98542105900232024

Comprado em

02/09/2024

N° do Item

2

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para locação de veículos.

Esfera

Estadual

UASG

985421

Forma

SISRP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

NOVA OPCAO LOCADORA DE VEICULOS LTDA

Índice e Valor

-

Ata

Acesse a Ata

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Serviço de Locação mensal de Tipo Mini Van, sem o fornecimento de motorista, sem fornecimento de combustível e com quilometragem livre contendo no mínimo: 07 lugares; 03 Portas no mínimo; Direção elétrica/hidráulica; Ar condicionado;Ano 2023 no mínimo; Carro Flex; Manual; 1.8 no mínimo.

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRISTELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
34	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	60	UNIDADE	R$ 2.100,0000	02/09/2024	Não

Id da Compra

98542105900232024

Comprado em

02/09/2024

N° do Item

1

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para locação de veículos.

Esfera

Estadual

UASG

985421

Forma

SISRP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

NOVA OPCAO LOCADORA DE VEICULOS LTDA

Índice e Valor

-

Ata

Acesse a Ata

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Serviço de Locação mensal de Veículo Tipo Hatch, sem o fornecimento de motorista, sem fornecimento de combustível e com quilometragem livre, contendo no mínimo: 05 lugares; 04 Portas no mínimo; Direção elétrica/hidráulica; Ar condicionado; Ano 2023 no mínimo; Carro Flex; Manual; e 1.0 no mínimo

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
35	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R$ 222.358,0000	30/08/2024	Não

Id da Compra

92628705901512024

Comprado em

30/08/2024

N° do Item

2

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de um novo caminhão pipa, uma pá carregadeira moderna, um caminhão equipado com guindaste hidráulico, uma retroescavadeira compacta e um caminhão plataforma auto socorro sem motorista/operador em atendimento às necessidades de todas as áreas da estrutura organizacional, para a execução das atividades fins desta Autarquia, conformecondições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Esfera

Estadual

UASG

926287

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

COMPASSO SOLUCOES EM PROJETOS DE ENGENHARIA LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Locação de Veículos - Leves / Pesados

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
36	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R$ 177.606,0000	30/08/2024	Não

Id da Compra

92628705901512024

Comprado em

30/08/2024

N° do Item

1

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de um novo caminhão pipa, uma pá carregadeira moderna, um caminhão equipado com guindaste hidráulico, uma retroescavadeira compacta e um caminhão plataforma auto socorro sem motorista/operador em atendimento às necessidades de todas as áreas da estrutura organizacional, para a execução das atividades fins desta Autarquia, conformecondições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Esfera

Estadual

UASG

926287

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

COMPASSO SOLUCOES EM PROJETOS DE ENGENHARIA LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Locação de Veículos - Leves / Pesados

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
37	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	240	UNIDADE	R$ 190,6900	27/08/2024	Não

Id da Compra

92849605900192024

Comprado em

27/08/2024

Nº do Item

1

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preçopara contratação de serviços especializados nalocação de 240 (duzentos e quarenta) horas-trabalho de caminhão Munck, capacidade para 23 toneladas-incluindo operador e combustível, licitação destinada exclusivamente para ME/EPP/MEI, regida pela Lei Federal 14.133/2021 e normas municipais regulamentadoras, conforme especificações e condições constantes do Termo de Referência e do Estudo Técnico Preliminar, anexos a este Edital.

Esfera

Estadual

UASG

928496

Forma

SISRP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

LIDER CONSTRUCAO E SERVICOS LTDA

Índice e Valor

-

Ata

Acesse a Ata

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Locação de Veículos - Leves / Pesados

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
38	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R$ 137.990,0000	22/08/2024	Não

Id da Compra

98464305900582024

Comprado em

22/08/2024

N° do Item

1

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para futura e eventual contratação de empresaespecializada em serviço de locação de caminhão Munck, Prancha e Basculante e locação de escavadeira hidráulica (todos inclusos/ motorista /Operador) para atendimento das necessidade do Município Itaguara.

Esfera

Municipal

UASG

984643

Forma

SISRP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

PRE MOLDADOS BELA VISTA LTDA

Índice e Valor

-

Ata

Acesse a Ata

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

1.1.Locação de Escavadeira Hidráulica (POCLAIN) para uso no perímetro rural eurbano; cabinada; Especificações mínimas: 22 toneladas(300 Horas de locação) 1.2.Locação de Caminhão Prancha para transporte da escavadeira hidráulica (distância de até 10 km considerando a Secretaria de Obras como ponto inicial/Capacidade 23 toneladas.(10 Serviços) 1.3.Locação de Caminhão Prancha para transporte da escavadeira hidráulica distância de até 50 km 23 toneladas (08 Serviços)

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
39	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA - Compras.gov.br	16	UNIDADE	R$ 4.899,0000	22/08/2024	Não

Id da Compra

98464305900582024

Comprado em

22/08/2024

N° do Item

7

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para futura e eventual contratação de empresaespecializada em serviço de locação de caminhão Munck, Prancha e Basculante e locação de escavadeira hidráulica (todos inclusos/ motorista /Operador) para atendimento das necessidade do Município Itaguara.

Esfera

Municipal

UASG

984643

Forma

SISRP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

PRE MOLDADOS BELA VISTA LTDA

Índice e Valor

-

Ata

Acesse a Ata

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Locação de Caminhão Prancha guincho para reboque de máquinas/veículos pesados da Prefeitura em uma distância de até 40 km considerando a Secretaria de Obras como ponto inicial dessa quilometragem; Dimensões mínimas: 7m x 2,6m; Capacidade de carga 14 toneladas.16 Serviços

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
40	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA - Compras.gov.br	16	UNIDADE	R$ 3.799,0000	22/08/2024	Não

Id da Compra

98464305900582024

Comprado em

22/08/2024

N° do Item

6

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para futura e eventual contratação de empresaespecializada em serviço de locação de caminhão Munck, Prancha e Basculante e locação de escavadeira hidráulica (todos inclusos/ motorista /Operador) para atendimento das necessidade do Município Itaguara.

Esfera

Municipal

UASG

984643

Forma

SISRP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

PRE MOLDADOS BELA VISTA LTDA

Índice e Valor

-

Ata

Acesse a Ata

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Locação de Caminhão Prancha guincho para reboque de máquinas/veículos pesados da Prefeitura em uma distância de até 5 km considerando a Secretaria de Obras como ponto inicial dessa quilometragem; Dimensões mínimas: 7m x 2,6m; Capacidade de carga 14 toneladas.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
41	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA - Compras.gov.br	6	UNIDADE	R$ 1.729,0000	22/08/2024	Não

Id da Compra

98464305900582024

Comprado em

22/08/2024

N° do Item

5

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para futura e eventual contratação de empresaespecializada em serviço de locação de caminhão Munck, Prancha e Basculante e locação de escavadeira hidráulica (todos inclusos/ motorista /Operador) para atendimento das necessidade do Município Itaguara.

Esfera

Municipal

UASG

984643

Forma

SISRP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

PRE MOLDADOS BELA VISTA LTDA

Índice e Valor

-

Ata

Acesse a Ata

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Locação de Caminhão Prancha guincho para reboque de máquinas/veículos pesados da Prefeitura em uma distância de até 40 km considerando Secretaria de Obras como ponto inicial dessa quilometragem; Dimensão total mínima: 18m x 3m; Capacidade de carga 23 toneladas.

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
42	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA - Compras.gov.br	6	UNIDADE	R$ 990,0000	22/08/2024	Não

Id da Compra

98464305900582024

Comprado em

22/08/2024

N° do Item

4

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para futura e eventual contratação de empresaespecializada em serviço de locação de caminhão Munck, Prancha e Basculante e locação de escavadeira hidráulica (todos inclusos/ motorista /Operador) para atendimento das necessidade do Município Itaguara.

Esfera

Municipal

UASG

984643

Forma

SISRP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

J.M. CONFECCOES E SERVICOS LTDA

Índice e Valor

-

Ata

Acesse a Ata

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Locação de Caminhão Prancha guincho para reboque de máquinas/veículos pesados da Prefeitura em uma distância de até 5 km considerando a Secretaria de Obras como ponto inicial dessa quilometragem; Dimensão total mínima: 18m x 3m; Capacidade de carga 23 toneladas.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
43	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA - Compras.gov.br	150	UNIDADE	R$ 388,0000	22/08/2024	Não

Id da Compra

98464305900582024

Comprado em

22/08/2024

N° do Item

3

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para futura e eventual contratação de empresaespecializada em serviço de locação de caminhão Munck, Prancha e Basculante e locação de escavadeira hidráulica (todos inclusos/ motorista /Operador) para atendimento das necessidade do Município Itaguara.

Esfera

Municipal

UASG

984643

Forma

SISRP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

PRE MOLDADOS BELA VISTA LTDA

Índice e Valor

-

Ata

Acesse a Ata

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Locação de Veículos - Leves / Pesados

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
44	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA - Compras.gov.br	10000	UNIDADE	R$ 7,4900	22/08/2024	Não

Id da Compra

98464305900582024

Comprado em

22/08/2024

N° do Item

2

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para futura e eventual contratação de empresaespecializada em serviço de locação de caminhão Munck, Prancha e Basculante e locação de escavadeira hidráulica (todos inclusos/ motorista /Operador) para atendimento das necessidade do Município Itaguara.

Esfera

Municipal

UASG

984643

Forma

SISRP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

PRE MOLDADOS BELA VISTA LTDA

Índice e Valor

-

Ata

Acesse a Ata

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Locação de Caminhão Truck (6x4), caçamba basculante com capacidade mínima de 15.000 kg ou 10M³, para prestar serviços de transporte de materiais diversos em estradas pavimentadas e estradas rurais, com as seguintes especificações mínimas: peso bruto 23.000 kg, potência 275 cv e capacidade mínima da caçamba de 12 toneladas .(10.000 Km)

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
45	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R$ 194.256,0000	21/08/2024	Não

Id da Compra

98412305970232024

Comprado em

21/08/2024

N° do Item

19

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é a prestação de serviço de transporte mediante locação mensal de veículos, em caráter não eventual, sem condutores, sem combustível (ver condições de aceitabilidade), com manutenção preventiva e corretiva, seguro total elimite de quilometragem.

Esfera

Municipal

UASG

984123

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

LOCALIZAR SOLUCOES E SERVICOS LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

VIATURA MOTOCICLETA ESTILO: TRAIL; DESCARACTERIZADA; MÍNIMO DE 290 CC

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
46	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R$ 1.748.630,0000	21/08/2024	Não

Id da Compra

98412305970232024

Comprado em

21/08/2024

Nº do Item

17

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é a prestação de serviço de transporte mediante locação mensal de veículos, em caráter não eventual, sem condutores, sem combustível (ver condições de aceitabilidade), com manutenção preventiva e corretiva, seguro total elimite de quilometragem.

Esfera

Municipal

UASG

984123

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

ESTRELA LOGISTICA LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

VIATURA MOTOCICLETA ESTILO: TRAIL; CARACTERIZADA; MÍNIMO DE 290 CC

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
47	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R$ 310.000,0000	21/08/2024	Não

Id da Compra

98412305970232024

Comprado em

21/08/2024

Nº do Item

15

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é a prestação de serviço de transporte mediante locação mensal de veículos, em caráter não eventual, sem condutores, sem combustível (ver condições de aceitabilidade), com manutenção preventiva e corretiva, seguro total elimite de quilometragem.

Esfera

Municipal

UASG

984123

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

PANTANAL LOCADORA DE AUTOMOVEIS LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

VEÍCULO DO TIPO FURGONETA; CARACTERIZADO; TIPO A SIMPLES REMOÇÃO; ADAPTADO PARA AMBULÂNCIA SIMPLES REMOÇÃO

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
48	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R$ 375.000,0000	21/08/2024	Não

Id da Compra

98412305970232024

Comprado em

21/08/2024

N° do Item

14

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é a prestação de serviço de transporte mediante locação mensal de veículos, em caráter não eventual, sem condutores, sem combustível (ver condições de aceitabilidade), com manutenção preventiva e corretiva, seguro total elimite de quilometragem.

Esfera

Municipal

UASG

984123

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

PANTANAL LOCADORA DE AUTOMOVEIS LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

VAN PASSAGEIRO. CAPACIDADE MÍNIMA DE 16 PASSAGEIROS, COM PLOTAGEM DA DEFESA CIVIL

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
49	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R$ 498.960,0000	21/08/2024	Não

Id da Compra

98412305970232024

Comprado em

21/08/2024

N° do Item

13

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é a prestação de serviço de transporte mediante locação mensal de veículos, em caráter não eventual, sem condutores, sem combustível (ver condições de aceitabilidade), com manutenção preventiva e corretiva, seguro total elimite de quilometragem.

Esfera

Municipal

UASG

984123

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

ESTRELA LOGISTICA LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

VEÍCULO; TIPO VAN FURGÃO CARACTERIZADA; COM PLOTAGEM DA DEFESA CIVIL

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
50	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R$ 1.633.370,0000	21/08/2024	Não

Id da Compra

98412305970232024

Comprado em

21/08/2024

N° do Item

12

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é a prestação de serviço de transporte mediante locação mensal de veículos, em caráter não eventual, sem condutores, sem combustível (ver condições de aceitabilidade), com manutenção preventiva e corretiva, seguro total elimite de quilometragem.

Esfera

Municipal

UASG

984123

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

LOCADORA DE VEICULOS SANTA CRUZ LTDA.

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

VEÍCULO DO TIPO VAN PASSAGEIRO COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 16 PASSAGEIROS; CARACTERIZADO;

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
51	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R$ 228.185,0000	21/08/2024	Não

Id da Compra

98412305970232024

Comprado em

21/08/2024

N° do Item

11

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é a prestação de serviço de transporte mediante locação mensal de veículos, em caráter não eventual, sem condutores, sem combustível (ver condições de aceitabilidade), com manutenção preventiva e corretiva, seguro total elimite de quilometragem.

Esfera

Municipal

UASG

984123

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

LOCADORA DE VEICULOS SANTA CRUZ LTDA.

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

PICAPE CABINE DUPLA. CARACTERIZADA COM PLOTAGEM DA DEFESA CIVIL.

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
52	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R$ 223.491,0000	21/08/2024	Não

Id da Compra

98412305970232024

Comprado em

21/08/2024

N° do Item

10

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é a prestação de serviço de transporte mediante locação mensal de veículos, em caráter não eventual, sem condutores, sem combustível (ver condições de aceitabilidade), com manutenção preventiva e corretiva, seguro total elimite de quilometragem.

Esfera

Municipal

UASG

984123

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

LOCADORA DE VEICULOS SANTA CRUZ LTDA.

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

VEÍCULO PICAPE SIMPLES. COM PLOTAGEM DA DEFESA CIVIL;

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
53	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R$ 1.289.950,0000	21/08/2024	Não

Id da Compra

98412305970232024

Comprado em

21/08/2024

N° do Item

8

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é a prestação de serviço de transporte mediante locação mensal de veículos, em caráter não eventual, sem condutores, sem combustível (ver condições de aceitabilidade), com manutenção preventiva e corretiva, seguro total elimite de quilometragem.

Esfera

Municipal

UASG

984123

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

ESTRELA LOGISTICA LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

VEÍCULO DO TIPO CAMINHONETE (CABINE DUPLA) CARACTERIZADO; COM CAPOTA E SEM CELA

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
54	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R$ 485.000,0000	21/08/2024	Não

Id da Compra

98412305970232024

Comprado em

21/08/2024

Nº do Item

6

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é a prestação de serviço de transporte mediante locação mensal de veículos, em caráter não eventual, sem condutores, sem combustível (ver condições de aceitabilidade), com manutenção preventiva e corretiva, seguro total elimite de quilometragem.

Esfera

Municipal

UASG

984123

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

LOCADORA DE VEICULOS SANTA CRUZ LTDA.

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

VEÍCULO DO TIPO CAMINHONETE (CABINE DUPLA) CARACTERIZADO; COM CAPOTA E HABITÁCULO PARA TRANSPORTE DE CÃES.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
55	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R$ 469.999,0000	21/08/2024	Não

Id da Compra

98412305970232024

Comprado em

21/08/2024

Nº do Item

4

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é a prestação de serviço de transporte mediante locação mensal de veículos, em caráter não eventual, sem condutores, sem combustível (ver condições de aceitabilidade), com manutenção preventiva e corretiva, seguro total elimite de quilometragem.

Esfera

Municipal

UASG

984123

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

LOCADORA DE VEICULOS SANTA CRUZ LTDA.

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

Acesse o Edital

Compra

Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

VEÍCULO CARROCERIA HATCH; CARACTERIZADA; MODELO HATCHBACK; DEFESA CIVIL.

Legenda:

⚠ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

ℹ Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Nota Técnica

Consolidação das Pesquisas de Preços

Objeto:
Contratação de Empresa para Locação de Veículo Tipo Minivan.

Demandas a que se aplicam:
Programa VisaCis para atender os municípios incluídos no programa.

Série de preços coletados:
A série de preços coletados consta em anexo a essa nota técnica de análise crítica dos preços.

Método aplicado para a definição do valor estimado:
Média de acordo com a pesquisa no PNCP / ComprasGov.

Caracterização das fontes consultadas:
Para a definição do valor estimado da contratação foram utilizados os parâmetros dos incisos I e II do Decreto nº 05/2022.

Foram priorizadas as consultas ao Portal Nacional de Contratações Públicas e ComprasGov, conforme art. 6º do Decreto nº 05/2022.

O preço estimado para a contratação considerou o mínimo de três cotações, conforme art. 10 do Decreto nº 05 /2022.

Justificativa para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inexeqüíveis, inconsistentes e excessivamente elevados:
Não se aplica.

Memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte:
Consta em anexo a essa nota técnica de análise crítica dos preços.

Listagem dos fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas:
Não se aplica.

Caso não tenha sido identificado nenhum preço no Painel de Preços ou contratações similares de outros entes públicos, justifica-se:
Não se aplica.

Itens em que não foi possível a pesquisa de ao menos 03 (três) preços, justifica-se:
Não se aplica.

Memória de cálculo e conclusão:
O preço estimado da contratação é de R$ 44.715,00 (Quarenta e quatro mil, setecentos e quinze reais), conforme memória de cálculo constante no relatório.
Após a realização da pesquisa de preços em conformidade com o Decreto nº 05/2022, certifica–se que o preço estimado para a presente contratação é compatível com os praticados no mercado.

Identificação do Agente Responsável pela pesquisa de preços:
Bruno Gomides Crivelaro

Esta pesquisa de preços foi feita de modo complementar à pesquisa de preços já existente pelo programa VisaCis.

11/03/2025

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

Bruno Gomides Crivelaro
bruno.gomides@cisamapi.mg.gov.br / 31 9 8418 5824
CISAMAPI - Consórcio Intermunicipal de Saúde da
Microrregião do Vale do Piranga

Item	Objeto	Quant.	Valor	Total
1	Minivan	1	3.726,25	44.715,00

Relatório emitido em 11/03/2025 09:11

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):
- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre $(X-\mu)^2$, onde μ representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt[2]{\frac{\sum_{i=1}^{n}(x-\mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$

Assinado por 1 pessoa: BRUNO GOMIDES CRIVELARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A e informe o código D440-F4E3-835F-E00A

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: D440-F4E3-835F-E00A

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

BRUNO GOMIDES CRIVELARO (CPF 128.XXX.XXX-35) em 11/03/2025 09:21:44 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D440-F4E3-835F-E00A

Data: 14 de março de 2025
Parecer nº 05/2025
Requerente: Central de Compras e Licitações
De: Controle Interno

PARECER DE REGULARIDADE DO CONTROLE INTERNO

Chegou ao Setor de Controle Interno, para manifestação, a documentação de procedimento licitatório objetivando **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO MINIVAN.**

ANÁLISE DE DOCUMENTOS

Levando em consideração os documentos que constam nos autos até a presente data, o exame dos atos realizados no procedimento licitatório demonstrou o que segue:

a) O procedimento licitatório possui Documentos de Formalização de Demanda (DFD);
b) O procedimento licitatório possui ETP (Estudo Técnico Preliminar);
c) Consta no processo a Matriz de Riscos;
d) Consta a Consolidação dos Produtos da Pesquisa de Preços, no qual, descreve o método utilizado para obtenção de preços;
e) Foram priorizadas as consultas ao Portal Nacional de Contratações Públicas e ComprasGov;
f) Verificou-se que os orçamentos foram realizados respeitando os parâmetros do Decreto nº 05/2022.

Após o exame dos itens que compõem a análise do procedimento licitatório, considero que o mesmo está **APTO** para que seja dado prosseguimento as etapas subsequentes.

ADRIANA APARECIDA DE OLIVEIRA
Controle Interno

Assinado por 1 pessoa: ADRIANA APARECIDA DE OLIVEIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0648-16AE-0730-7377 e informe o código 0648-16AE-0730-7377

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 0648-16AE-0730-7377

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

ADRIANA APARECIDA DE OLIVEIRA (CPF 091.XXX.XXX-67) em 14/03/2025 10:00:22 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0648-16AE-0730-7377

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PIRANGA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículo tipo Minivan**,** nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE AQUISIÇÃO	QUANT. MESES	QUANT. VEICULOS	VALOR UNITÁRIO (mensal	VALOR TOTAL (12 meses)
01	4014	Prestação de serviço de locação de veículo, tipo minivan, sem motorista e sem combustível, com quilometragem livre e seguro total, pelo período de 01 (um) ano, motorização mínima 130 CV, com capacidade mínima para 07 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros a travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, ano de fabricação mínima 2022, com manutenção preventiva e corretiva.	Mês	12	01	R$ 3.726,25	R$ 44.715,00
Valor total estimado							**R$44.715,00**

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto CISAMAPI nº 04, de 07 de dezembro de 2022.

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D3F4-5F8A-3FB4-5C91 e informe o código D3F4-5F8A-3FB4-5C91

1.4. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura e publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas.

1.5. O contrato poderá ser prorrogado nos termos do Art. 107 da Lei Federal n°14.133/21 até o limite máximo de 10 (dez) anos, desde que devidamente comprovada que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contrato ou extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

1.6. O termo de contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.7. Nos termos do inciso I do art. 48 da Lei Complementar n° 123, de 2006, e em razão do valor estimado do item ser inferior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), somente poderão participar deste lote pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto desta licitação e que se enquadrem no conceito legal de microempresa e empresa de pequeno porte.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A locação mensal de veículos é necessária para atender às demandas contínuas de transporte da equipe do Programa VISA CIS, otimizando a logística de deslocamento para reuniões, visitas aos municípios e outras atividades. Além disso, busca-se reduzir custos fixos associados à aquisição e manutenção de frota própria, como depreciação, seguro, manutenção e impostos.

4.2. A contratação do serviço de locação mensal de veículos tem como objetivos assegurar a disponibilidade contínua do veículo para as operações do Programa supracitado, reduzir custos operacionais com manutenção, seguro e gestão de frota própria, além de flexibilizar a logística operacional.

4.3. O veículo a ser alugado mensalmente deverá atender a requisitos específicos:

4.3.1. Será necessário um veículo de 07 lugares para deslocamentos na zona urbana e rural;

4.3.2. O veículo deve ter no mínimo 03 anos de fabricação, preferencialmente modelos atuais para maior segurança e conforto;

4.3.3. Deve ser equipado com airbags frontais, freios ABS, cintos de segurança de três pontos em todos os assentos, ar-condicionado, direção hidráulica/elétrica e sistema de som com conectividade Bluetooth;

4.3.4. A locação deve incluir manutenção preventiva e corretiva, com substituição do veículo em caso de falhas mecânicas, seguro total contra roubo, furto, colisão e danos a terceiros, assistência 24 horas e veículo reserva em caso de manutenção prolongada;

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D3F4-5F8A-3FB4-5C91 e informe o código D3F4-5F8A-3FB4-5C91

4.3.5. A franquia de quilometragem deverá ser livre, conforme necessidade operacional;

4.4 A locadora deve garantir a disponibilidade imediata do veículo conforme as necessidades mensais do locatário.

4.5 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.6 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.7 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf

Serviços de Manutenção:

4.8 A locadora deve ser responsável pela manutenção preventiva e corretiva dos veículos, além de garantir que o serviço de manutenção seja realizado de forma ágil.

Seguros:

4.9 Os veículos devem possuir seguro completo (danos a terceiros, furto, incêndio, etc.) que deve ser coberto pela locadora.

Seguro de Responsabilidade Civil:

4.10. A locadora deve apresentar contrato de seguro que cubra danos ao patrimônio público e terceiros durante o uso dos veículos.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega *do automóvel* é de 10 (dez) dias, contados da emissão da ordem de fornecimento, expedida pelo setor de compras do CISAMAPI.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 0*5* (*cinco*) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. O automóvel deverá ser entregue no CISAMAPI, no seguinte endereço: Avenida Ernesto Trivellato, nº 120, Bairro Triângulo, Ponte Nova/MG, no horário de 07:00 às 17:00 horas.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D3F4-5F8A-3FB4-5C91 e informe o código D3F4-5F8A-3FB4-5C91

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7. A fiscalização do contrato será exercida pelo colaborador Almiro Luna Xavier.

Fiscalização Técnica

6.8. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto CISAMAPI nº 003, de 06 de dezembro de 2022);

6.8.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º)

6.8.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.8.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.8.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.8.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D3F4-5F8A-3FB4-5C91 e informe o código D3F4-5F8A-3FB4-5C91

6.9. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.9.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.13. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso

6.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.17. A gestão do objeto licitado será exercida pelas Gestoras de contratos: Patrícia Soares Viana e Aline Lopes Santana.

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D3F4-5F8A-3FB4-5C91 e informe o código D3F4-5F8A-3FB4-5C91

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do objeto

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 02 (dois) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de cinco dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D3F4-5F8A-3FB4-5C91 e informe o código D3F4-5F8A-3FB4-5C91

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será mensal e realizado em 12 (doze) parcelas, efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D3F4-5F8A-3FB4-5C91 e informe o código D3F4-5F8A-3FB4-5C91

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO** por item, modo de disputa **ABERTO**.

8.2. A proposta comercial terá validade mínima de 90(noventa) dias.

Forma de fornecimento

8.3. O fornecimento do objeto será continuado.

Exigências de habilitação

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.5. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D3F4-5F8A-3FB4-5C91 e informe o código D3F4-5F8A-3FB4-5C91

8.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.12. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **Estadual** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **Municipal** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda **Estadual** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D3F4-5F8A-3FB4-5C91 e informe o código D3F4-5F8A-3FB4-5C91

8.21. Prova de regularidade com a Fazenda **Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.22. Verificação da situação do fornecedor ou prestador de serviço selecionado no **Cadastro Informativo da Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas (Cadin-MG)**, no **Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com Administração Pública do Poder Executivo Estadual (Cafimp)** perante Fazenda Pública Estadual.

8.23. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.24. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.25. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.26. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.29.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.29.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.29.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.30. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D3F4-5F8A-3FB4-5C91 e informe o código D3F4-5F8A-3FB4-5C91

8.30.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.30.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.30.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.30.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.30.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.30.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.30.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R$ 44.175,00 (quarenta e quatro mil e cento e setenta e cinco reais), conforme custos unitários aposto na tabela em anexo.

9.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto Federal nº 11.462/2023):

9.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D3F4-5F8A-3FB4-5C91 e informe o código D3F4-5F8A-3FB4-5C91

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do CISAMAPI.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Dotação:01.23.01.10.304.0006.2059-3.3.90.39.00

Ficha: 143

Fonte: 2.621

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Ponte Nova, 25 de março de 2025.

Déniz Aparecida de Almeida Gonçalves
Setor de Compras

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D3F4-5F8A-3FB4-5C91 e informe o código D3F4-5F8A-3FB4-5C91

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: D3F4-5F8A-3FB4-5C91

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES (CPF 098.XXX.XXX-37) em 25/03/2025 10:08:01 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/D3F4-5F8A-3FB4-5C91

Memorando Interno

Data: 17 de março de 2025
Para: Contabilidade
A/C: Bruna Rita Albergaria Lopes Marcelo
De: Central de Compras
Referente: Existência de Crédito Orçamentário e Financeiro

Prezada senhora,

Atendendo à requisição da Coordenadora Programa VISA-CIS do CISAMAPI, solicito que informe as dotações orçamentárias, fichas e saldos financeiros para a **Contratação de empresa de serviço de locação de veículo, para atender às ações do Programa VISA-CIS (Programa de Apoio Técnico as Ações de Vigilância Sanitária Municipal via Consórcio Público de Saúde), seguindo a Deliberação CIB SUS/ MG n° 4.799, de 17 de julho de 2024,** cujo os valores estimados são:

- **Prestação de serviço de locação de veículo, tipo minivan, sem motorista e sem combustível, com quilometragem livre e seguro total, pelo período de 01 (um) ano**: R$ 44.715,00 (Quarenta e quatro mil, setecentos e quinze reais);

Aguardo retorno para dar andamento ao processo.

Gabriel Gustavo Ferraz
Agente de contratação

Assinado por 1 pessoa: GABRIEL GUSTAVO FERRAZ
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/B998-1349-BFB5-3E0E e informe o código B998-1349-BFB5-3E0E

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: B998-1349-BFB5-3E0E

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

GABRIEL GUSTAVO FERRAZ (CPF 068.XXX.XXX-92) em 17/03/2025 10:03:14 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/B998-1349-BFB5-3E0E

Memorando Interno

Data: 18 de Março de 2025.
Para: Central de Compras
A/C: Agente de Contratação
De: Bruna Rita Albergaria Lopes Marcelo
Referente: Dotação Orçamentária

Em resposta à sua solicitação, informo as dotações orçamentárias para contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos para viabilizar o deslocamento da equipe multidisciplinar aos municípios aderidos ao Programa VISA-CIS. . No caso de formalização de contrato, emissão de nota de empenho ou outro instrumento hábil, conforme previsto no art. 95 da lei Federal nº14.133/2021.

Exercício de 2025:

01.23.01.10.304.0006.2059-3.3.90.39.00
Ficha: 143
Fonte : 2.621

Vale ressaltar que no caso dos municípios consorciados, as despesas deverão ser empenhadas ou contratadas mediante utilização de dotação própria de cada município consorciado na época da efetivação das despesas.

Bruna Rita Albergaria Lopes Marcelo
Contador (MG-082877/O)

Assinado por 1 pessoa: BRUNA RITA ALBERGARIA LOPES MARCELO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/433F-A66E-3C16-FC4B e informe o código 433F-A66E-3C16-FC4B

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 433F-A66E-3C16-FC4B

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

BRUNA RITA ALBERGARIA LOPES MARCELO (CPF 013.XXX.XXX-70) em 18/03/2025 11:15:13 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/433F-A66E-3C16-FC4B

Ponte Nova/MG, 25 de Março de 2025

Memorando Interno

Data: 25 de março de 2025.

Para: Presidência do CISAMAPI

A/C: Eder Elói Alves Pena

De: Central de Compras

Referente: Solicitação de Autorização

Senhor Presidente

Considerando requisição da Coordenadora do Visa-Cis, solicito autorização para abertura de procedimento licitatório que terá como objeto a Contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos para viabilizar o deslocamento da equipe multidisciplinar aos municípios aderidos ao Programa VISA-CIS.

Gabriel Gustavo Ferraz

Agente de Contratação

Gabriel
assistente adm

Memorando Interno

Data: 25 de março 2025.
Para: Central de Compras
De: Eder Elói Alves Pena
Referente: Autorização de Abertura

Atendendo à solicitação do setor Central de Compras, autorizo a abertura de procedimento licitatório que tem por objeto a Contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos para viabilizar o deslocamento da equipe multidisciplinar aos municípios aderidos ao Programa VISA-CIS.

Recomendo que sejam observados e respeitados os limites fixados na lei de licitações e contratos administrativos - Lei 14.133/21 e alterações posteriores.

Eder Elói Alves Pena
Presidente do CISAMAPI

Assinado por 1 pessoa: EDER ELOI ALVES PENA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/A52B-BCD8-2D51-9E61 e informe o código A52B-BCD8-2D51-9E61

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: A52B-BCD8-2D51-9E61

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

EDER ELOI ALVES PENA (CPF 105.XXX.XXX-24) em 25/03/2025 15:34:49 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/A52B-BCD8-2D51-9E61

MINUTA - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PIRANGA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 10/2025

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

1.1.1. Procedimento licitatório de bens e/ou materiais e/ou serviços, conforme especificação sumária do objeto constante do Anexo I CEE 01 (cláusula de condição específica do edital CEE), observado o detalhamento do objeto constante do termo de referência, Anexo II deste edital.

1.2. DADOS DE AUTUAÇÃO DO PROCESSO

1.2.1. Número do processo administrativo: Anexo I – CEE 02.
1.2.2. Data autuação processo administrativo: Anexo I – CEE 02
1.2.3. Tipo de procedimento: Pregão
1.2.4. Número do tipo de procedimento: Anexo I – CEE 02

1.3. PADRONIZAÇÃO DO EDITAL

1.3.1. Em conformidade com o permissivo do inciso IV do *caput* do art. 19 e §1° do art. 25 da Lei n° 14.133/2021 é adotada minuta padronizada de edital, previamente aprovada pelos órgãos de controle e jurídico do CISAMAPI.
1.3.2. Dado o enquadramento do objeto no conceito inserto no inciso XIII do *caput* do art. 6° da Lei n° 14.133/2021, são estabelecidas no edital as normas padronizadas de caráter uniforme e geral aplicáveis ao certame e no Anexo I as especificidades do processo da licitação e do objeto – CONDIÇÕES ESPECIFICAS DO EDITAL (CEE).

1.4. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

1.4.1. O objeto deste certame possui padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no Anexo II do edital, se enquadrando no conceito legal de bens e serviços comuns conforme inciso XIII do *caput* do art. 6° da Lei n° 14.133/2021.
1.5. NORMAS APLICÁVEIS
1.5.1. Lei n° 14.133/2021
1.5.2. Lei n° 11.107/2005
1.5.3. Decreto n° 6.007/2007
1.5.4. Estatuto e Contrato do consórcio público
1.5.5. Normas regulamentadoras da lei n° 14.133/2021 expedidas pelo consórcio disponíveis em: **www.cisamapi.mg.gov.br/**
1.5.6. Normas específicas aplicáveis ao objeto do certame constantes do Anexo II

1.6. PRINCÍPIOS APLICÁVEIS

1.6.1. A motivação de atos expedidos e a fundamentação de decisões prolatadas no âmbito do processo administrativo a que se vincula o presente ato convocatório, deverão observar:

1.6.1.1. O princípio do formalismo moderado;
1.6.1.2. Os princípios Insertos no art. 5° da Lei n° 14.133/2021;
1.6.1.3. As disposições constantes do decreto-lei n° 4.657/1942;

1.7. DISPONIBILIZAÇÃO EDITAL

1.7.1. O edital e seus anexos se encontram disponíveis para consulta no endereço eletrônico https://cisamapi.mg.gov.br e www.licitardigital.com.br
1.7.2. Os pedidos de esclarecimentos e informações e as impugnações e recursos deverão ser formalizadas conforme Anexo I CEE 03

1.8. INTIMAÇÕES E COMUNICAÇÕES DO PROCESSO

1.8.1. Eventuais comunicações e/ou intimações referentes ao andamento do presente instrumento convocatório serão formalizadas aos licitantes e demais interessados através de publicação no Diário Oficial do Consórcio disponível no endereço https://www.cisamapi.mg.gov.br/index.php/diario-oficial

1.9. LOCAL, DATA E HORÁRIO DA LICITAÇÃO

1.9.1. A licitação será realizada em meio eletrônico, observadas as condições de segurança, criptografia e autenticação em plataforma eletrônica indicada no Anexo I CEE 04.
1.9.2. A sessão pública será aberta na data e horário indicados no Anexo I CEE 05.
1.9.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do em sentido contrário.
1.9.4. A referência temporal será o horário oficial de Brasília/DF.

2. PARTICIPAÇÃO

2.1. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1.1. Respeitadas as condições normativas próprias e as constantes deste Edital, poderá participar desta licitação o interessado que promova o credenciamento na forma do item 04 deste edital, atenda aos requisitos de habilitação e qualificação constantes do edital e, ainda, de forma complementar, atenda as seguintes condições:
2.1.1.1. Seja pessoa jurídica legalmente estabelecida no País e possua objeto constante de contrato social ou ato constitutivo equivalente compatível com o objeto da licitação;
2.1.1.2. Consórcio, desde que previsto no Anexo I – CEE 06.
2.1.1.3. Empresa estrangeira, desde que apresente decreto de autorização para funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir e, ainda, atenda às exigências de habilitação mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por Tradutor Público e Intérprete Comercial, devendo ter representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

2.2. VEDAÇÕES

2.2.1. Não poderá participar direta ou indiretamente desta licitação o licitante enquadrado em qualquer das seguintes hipóteses:

2.2.1.1. Que esteja impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, na forma do art. 7° da Lei n° 10.520/02 pelo período correspondente ao cumprimento da penalidade;

2.2.1.2. Que esteja impedido de licitar ou contratar com os Municípios consorciados e/ou com o Consórcio, nos termos do art. 87, *caput,* inciso III da Lei n° 8666/93 pelo período correspondente ao cumprimento da penalidade;

2.2.1.3. Que tenha sido declarado inidôneo, nos termos do art. 87, *caput,* inciso IV da Lei n° 8666/93 pelo período correspondente ao cumprimento da penalidade;

2.2.1.4. Que esteja de impedido de licitar e contratar ou declarados inidôneos, nos termos do art. 156 da Lei n° 14.133/2021 pelo período correspondente ao cumprimento da penalidade ou de reabilitação devidamente comprovada nos termos do art. 163 da citada lei n° 14.133/2021.

2.2.1.5. Empresa proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei n.º 9.605/1998 pelo período correspondente ao cumprimento da penalidade;

2.2.1.6. Empresa proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/1992 pelo período correspondente ao cumprimento da penalidade;

2.2.1.7. Com decretação de falência, em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, exceto se houver decisão judicial específica autorizando sua participação neste certame, e se comprovada a capacidade econômica de arcar com o cumprimento do objeto contratual.

2.2.1.8. Submisso a concurso de credores, em liquidação ou em dissolução;

2.2.1.9. Em que o ramo de atividade não seja pertinente ou compatível com o objeto desta licitação.

2.2.1.10. Nas hipóteses de vedação constantes do art. 14 da Lei n° 14.133/2021.

2.2.1.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

2.2.1.12. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendido aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

2.2.2. Nenhum licitante poderá participar desta licitação com mais de uma proposta por lote.

2.2.3. As vedações de que tratam os itens 2.2.1.1 a 2.2.1.6 o item 2.7.4 será também aplicadas ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.2.4. A observância das vedações supra é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

2.2.5. As vedações somente serão consideradas por decisões administrativas e/ou judiciais definitivas das quais não exista recurso pendente de julgamento com a comprovação do trânsito em julgado.

2.3. PARTICIPAÇÃO DIFERENCIADA DE ME´S E EPP´S

2.3.1. A participação do presente certame em relação as ME´s e EPP´s ocorrerá de forma diferenciada conforme respectiva indicação:

2.3.1.1. No Anexo I CEE 07 em relação ao desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional (art. 47 da LC 123/06) se indicado no referido item;

2.3.1.2. No Anexo I CEE 08 em relação a participação ampla ou restrita de ME´s e EPP´s desde que previsto no referido item e na proporção/parcela ali indicada.

2.3.1.3. No Anexo I CEE 09 quanto a obrigação de subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno se indicado no referido item.

2.4. DISPOSIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

2.4.1. A participação na presente licitação implica:

2.4.1.1. A aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do procedimento.

2.4.1.2. Autorização de tratamento de dados constantes das propostas apresentadas e dos documentos de habilitação e qualificação da empresa participante, inclusive os eventuais tratamentos de dados pessoais na forma do art. 7°, *caput,* inciso I da lei n° 13.709/2018 mediante divulgação em sítio eletrônico de transparência para fins de reprodução, na íntegra, de todo o processo de licitação instaurado e desenvolvido.

3. ENTE PÚBLICO DESTINATÁRIO DO CERTAME

3.1. O Ente Público responsável pelo planejamento e execução do certame é o CISAMAPI sendo que nos termos do art. 181 da Lei n° 14.133/2021, o objeto do certame é destinado ao Ente público indicado Anexo I CEE 26.

3.2. O objeto deste ato convocatório, nos termos do art. 181 da Lei n° 14.133/2021, atenderá, por delegação prevista no art. 13 da Lei n° 11.107/2005, os Municípios consorciados que se encontram indicados no Anexo I CEE 11

4. CREDENCIAMENTO

4.1. O pregão será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.

4.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação no pregão regulado por este ato convocatório deverão dispor de chave de identificação ou "login" e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do sítio da plataforma eletrônica indicada no Anexo I CEE 04

4.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao CISAMAPI, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.

4.4. O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao procedimento de pregão na forma eletrônica.
4.5. A participação se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.
4.6. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.
4.7. É de responsabilidade do licitante cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas/plataforma indicada no Anexo I CEE 04 e mantê-los atualizados, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
4.8. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
4.9. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. Os licitantes deverão encaminhar proposta inicial até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, exclusivamente no sistema eletrônico referido no Anexo I CEE 04, quando se encerrará a fase de recebimento de propostas.
5.2. O licitante deverá apresentar a proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos e/ou informações:
5.2.1. Valor unitário e total do item (sendo consideradas até 02 casas decimais após a vírgula, salvo se o Termo de Referência - Anexo II indicar número maior);
5.2.2. Marca dos produtos ofertados e respectivo modelo, quando cabíveis.
5.2.3. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência – Anexo II, indicando, no que for aplicável: modelo, prazo de garantia etc.
5.2.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.
5.3. As propostas deverão ter prazo de validade não inferior a 90 (noventa) dias a contar da data da abertura da licitação.
5.3.1. Se não constar o prazo de validade, entende-se 90 (noventa) dias.
5.4. A proposta final deverá manter inalteradas as características, bem como a marca e modelo indicados no item 5.2.
5.5. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos no Termo de Referência - Anexo II.
5.5.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de referência.

5.6. No momento do envio da proposta, o licitante deverá prestar, por meio do sistema eletrônico, as seguintes declarações:

- ✓ Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos cumprem plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a minha participação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrência posterior.
- ✓ Declaro para fins do disposto no inciso VI do *caput* do art. 68, da Lei nº 14.133/2021, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.
- ✓ Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.
- ✓ Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º, e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.
- ✓ Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 15 da lei nº 14.133/2021.
- ✓ Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- ✓ Declaro que cumpro os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, se for o caso.
- ✓ Declaro que assumo o compromisso de guardar todos os documentos originais/autenticados, anexados eletronicamente ou apresentados para digitalização, se for o caso, pelo prazo de 10 (dez) anos, e apresentá-los quando requeridos pelo CISAMAPI.
- ✓ Declaro que os documentos anexados eletronicamente ou apresentados para digitalização, se for o caso, são fiéis aos originais e válidos para todos os efeitos legais, incorrendo nas sanções legais em caso de declaração falsa, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal.
- ✓ Autorizo o tratamento de dados constantes das propostas apresentadas e dos documentos de habilitação e qualificação da empresa participante, inclusive os eventuais tratamentos de dados pessoais na forma do art. 7º, *caput,* inciso I da lei nº 13.709/2018 desde que seja efetivado mediante divulgação em sítio eletrônico de transparência para fins de reprodução, na íntegra, de todo o processo de licitação instaurado e desenvolvido.

5.7. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema

eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar n° 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1° ao 3° do art. 4°, da Lei n.° 14.133, de 2021.

5.8.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.8.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n° 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.9. As declarações mencionadas no item 5.6, e nos itens 5.7 e 5.8 conforme o caso, são condicionantes para a participação do certame.

5.10. Nos casos de emissão de declaração falsa, o licitante estará sujeito às sanções previstas na Lei n° 14.133, de 2021, e neste Edital, sem prejuízo das sanções de caráter penal.

5.11. Após a abertura da sessão, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo resultante de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

5.12. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital, que forem omissas ou apresentarem irregularidades.

5.13. O preço proposto será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.14. Não será admitida a subcontratação, salvo nos casos em que houver serviço agregado ao fornecimento do bem, limitados ao serviço, desde que previsto no Anexo I – CEE 13 e, ainda, na hipótese do Anexo I CEE 09.

5.15. Os licitantes deverão consignar o valor da proposta, conforme indicado no Anexo I CEE 12, já consideradas inclusas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.16. A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo o licitante pleitear acréscimo após a abertura da sessão pública.

5.17. É de inteira responsabilidade do licitante obter dos órgãos competentes informações sobre a incidência ou não de tributos de qualquer natureza relativos ao objeto desta licitação, nos mercados interno e/ou externo, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária, ou outras correlatas.

5.17.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito

de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.17.2. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.17.3. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.18. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

5.19. A fase de habilitação poderá anteceder as fases de apresentação de propostas, lances caso indicado no Anexo I CEE 14.

5.20. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item 5.1, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto ou retorno econômico.

5.21. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.22. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante (na hipótese de inversão fases – item 5.18), o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.23. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.24. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo consórcio ou de sua desconexão.

5.25. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição

5.26. O licitante deverá comunicar imediatamente qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no Anexo I CEE 04 e Anexo I CEE 05.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor respectivo constante do Anexo II Termo de Referência.

6.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.12. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá observar o Anexo I CEE 15.

6.13. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.14. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado indicado no Anexo I CEE 16.

6.15. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.16. A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez)** minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **02 (dois)** minutos do período de duração da sessão pública.

6.17. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de **02 (dois)** minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.18. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
6.19. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
6.20. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
6.21. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
6.22. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de **10 (dez)** minutos sendo que após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até **30 (trinta)** minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
6.23. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até **02 (dois)** minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
6.24. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
6.25. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até **02 (dois)** minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
6.26. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
6.27. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
6.28. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.27, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
6.29. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
6.30. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante. 6.31. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do

Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.32. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a **10 (dez)** minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas **24 (vinte e quatro)** horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.33. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.34. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial.

6.34.1. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006. 6.35. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.36. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **05 (cinco)** minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.37. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.38. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.39. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.40. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.40.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.40.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.40.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.40.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
6.41. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
6.41.1. Empresas estabelecidas no território do CISAMAPI integrado pela soma dos territórios dos Entes consorciados conforme disposto no Anexo I CEE 17;
6.41.2. Em sequência, empresas estabelecidas no estado de Minas Gerais;
6.41.3. Em sequência empresas brasileiras;
6.41.4. Em sequência empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
6.41.5. E, por fim, em sequência empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
6.42. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
6.43. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
6.44. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
6.45. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório
6.46. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02 (duas)** horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
6.47. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
6.48. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. NEGOCIAÇÃO

7.1. Após o encerramento da etapa de lances e da aplicação do empate ficto, se for o caso, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, visando a que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento estabelecido, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital.
7.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8. DA ACEITABILIDADE E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. Encerrada a fase de negociação, o pregoeiro procederá a consulta com a finalidade de verificar se o licitante classificado em primeiro lugar não incorre em nenhuma das hipóteses de vedação de participação do certame, conforme redação do item 2.2, especialmente quanto a realização de consulta consolidada do licitante pessoa jurídica disponibilizada pelo Tribunal de Contas da União – TCU quanto licitantes inidôneos (TCU); condenações cíveis por ato de improbidade administrativa e inelegibilidade (CNJ); empresas inidôneas e suspensas (CEIS - CGU) e empresa punidas (CNEP- GCU) através do endereço eletrônico/URL: https://certidoeshttps://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/apf.apps.tcu.gov.br/

8.1.1. Na hipótese de a consulta indicar a existência de fato impeditivo à participação do certame, o licitante será convocado para manifestação pelo prazo mínimo de **05 (cinco)** minutos, e caso não seja apresentada justificativa que permita afastar o impedimento, o licitante será declarado desclassificado por falta de condição de requisito objetivo à participação.

8.2. Atendidas as condições de participação, na forma dos itens precedentes, o licitante classificado em primeiro lugar, por convocação e no prazo definido pelo pregoeiro de, no mínimo **02 (duas)** horas, deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao valor proposto, por meio eletrônico no endereço constante do Anexo I CEE 04.

8.3. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação solicitada, será desclassificado e estará sujeito às sanções previstas neste Edital.

8.4. O pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal e terceirizados do CISAMAPI, para orientar sua decisão.

8.5. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

8.6. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie expressamente à parcela ou à totalidade de remuneração.

8.7. Na verificação da conformidade da melhor proposta apresentada com os requisitos deste Edital, será desclassificada aquela que:

8.7.1. Não atenda às exigências do ato convocatório da licitação, incluídas as especificações contidas no Anexo II – Termo de Referência e Anexo III – Estudo Técnico Preliminar, desde que insanável.

8.7.2. Apresentar preços em desacordo com os critérios de aceitabilidade estabelecidos no Anexo I – CEE 18.

8.7.3. Apresentar preços manifestamente inexequíveis não comprovando sua exequibilidade, observados os critérios indicados no Anexo I – CEE 19.

8.8. Em caso de divergência entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso.

8.9. O consórcio concederá ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.

8.10. O pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante a sua demonstração;
8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, o pregoeiro poderá adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:
8.11.1. Questionamentos junto ao licitante para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade.
8.11.2. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas.
8.11.3. Verificação de outros contratos que o licitante mantenha com a Administração Pública ou com a iniciativa privada.
8.11.4. Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como:
Atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes.
8.11.5. Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo licitante.
8.11.6. Estudos setoriais.
8.11.7. Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o licitante disponha para o fornecimento.
8.11.8. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.
8.12. Será considerada inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto desta concorrência.
8.13. Caso o Anexo II - Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
8.13.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
8.13.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
8.13.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas no Anexo II – Termo de Referência, a proposta do licitante será recusada.
8.13.4. Se a amostra apresentada pelo primeiro classificado não for aceita, o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado.
8.13.4.1. Seguir-se-á com a verificação da amostra e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Anexo II - Termo de Referência.
8.14. Será vencedor o licitante que atender a íntegra do Edital e ofertar o menor preço ou o maior desconto ou retorno econômico, considerando o critério de julgamento previsto no Anexo I – CEE 18.
8.15. A classificação dos lances apresentados, a indicação da proposta vencedora e demais informações relativas à sessão pública constarão de ata divulgada no

sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

9. HABILITAÇÃO

9.1. Após o aceite definitivo da proposta vencedora, no prazo mínimo de 02 (duas) horas definido pelo pregoeiro, o licitante será convocado a encaminhar eletronicamente, por meio do sistema em que foi realizada a disputa, os documentos de habilitação abaixo discriminados.

9.2. Documentos Relativos à Habilitação Jurídica:

9.2.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

9.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

9.2.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

9.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

9.3. Documentos Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

9.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

9.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, mediante apresentação do comprovante de inscrição ou outro documento hábil expedido pela respectiva fazenda pública que indique o número da inscrição.

9.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede do licitante;

9.3.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

9.3.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

9.4. Documentos Relativos à Qualificação Técnica:

9.4.1. A comprovação de aptidão para o fornecimento do objeto se dará mediante apresentação da documentação constante do Anexo I CEE 20, se indicado.

9.5. Documentos Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

9.6. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

9.7. Demais documentos constantes do Anexo I CEE 21.

9.8. A entrega da documentação física original ou autenticada fica dispensada, podendo ser solicitada a qualquer momento em prazo estabelecido pelo pregoeiro, observada a sua guarda pelo agente de contratação pelo prazo de 10 (dez) anos.

9.9. 9. A documentação física original ou autenticada, quando solicitada deverá ser encaminhada ao endereço indicado no Anexo I – CEE 22.

9.10. Na falta de consignação do prazo de validade dos documentos, exceto item 9.2 e subitens, serão considerados válidos pelo prazo de 90 (noventa) dias contados da data de sua emissão.
9.11. Os documentos referentes à habilitação do licitante deverão estar válidos no dia de abertura da sessão pública.
9.12. Caso a data do julgamento da habilitação não coincidir com a da abertura da sessão, e não for possível ao pregoeiro verificar esta condição por meio de consulta a sites oficiais, o licitante será convocado a encaminhar no prazo de no mínimo **02 (duas)** horas, documento válido que comprove sua condição de habilitação na data da convocação, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, §1°, da Lei Complementar n° 123/2006.
9.13. Quando da apreciação dos documentos para habilitação, o pregoeiro procederá ao que segue:
9.13.1. Se os documentos para habilitação não estiverem completos e corretos, ou contrariarem qualquer dispositivo deste Edital, o pregoeiro considerará o licitante inabilitado;
9.13.2. No caso de inabilitação do primeiro classificado, serão retomados os procedimentos, respeitada a ordem de classificação do licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, e assim sucessivamente, até que sejam atendidas as condições do Edital.
9.14. Os licitantes remanescentes ficam obrigados a atender à convocação e a assinar, quando for o caso, o contrato no prazo fixado pelo consórcio, ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa.

10. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

10.1. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

10.1.1. Os esclarecimentos quanto ao edital poderão ser solicitados ao pregoeiro em até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da licitação, conforme informado no Anexo I – CEE 23.
10.1.2. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei n° 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.
10.1.2.1. As impugnações ao Edital deverão ser dirigidas ao pregoeiro nos endereços indicados no Anexo I – CEE 24.
10.1.2.2. O licitante que apresentar impugnação deverá encaminhar suas razões fundamentadas ao pregoeiro, que responderá e submeterá à aprovação da autoridade competente.
10.1.2.3. A impugnação feita tempestivamente não impedirá o licitante de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

10.1.2.4. Acolhida a impugnação contra o instrumento convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame, quando da resposta resultar alteração que interfira na elaboração da proposta.
10.1.3. Decairá do direito de impugnação ao Edital ou de solicitar esclarecimento o licitante ou interessando que não se manifestar no prazo e forma estabelecidos nos itens 10.1 e 10.2.
10.1.4. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada na forma do item 1.8 deste edital no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
10.1.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
10.1.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

10.2. RECURSOS

10.2.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021 e, de forma complementar, o regulamento expedido pelo CISAMAPI disponível no endereço eletrônico/URL indicado no item 1.5.5.
10.2.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
10.2.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
10.2.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.
10.2.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
10.2.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
10.2.5. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema eletrônico/plataforma responsável pela realização do certame.
10.2.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
10.2.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
10.2.8. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, na forma do item 1.8 do edital, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.2.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
10.2.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
10.2.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico indicado no Anexo I – CEE 25.

11. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
11.2. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.
11.3. Os atos de adjudicação e homologação observarão a forma e procedimento estabelecidos nos regulamentos expedidos pelo CISAMAPI disponíveis no endereço eletrônico/URL indicado no item 1.5.5.

12. CONTRATO

12.1. O licitante vencedor terá o prazo de **05 (cinco)** dias úteis contados a partir da convocação para assinatura do contrato junto ao órgão de gestão de contratos do consórcio, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de não atendimento da demanda.
12.1.1. O prazo previsto poderá ser prorrogado, por justo motivo, a critério do CISAMAPI, mediante solicitação fundamentada do interessado.
12.2. A assinatura do contrato será realizada, preferencialmente, de forma eletrônica, nos termos da lei n° 14.630/2020.
12.3. A formalização de contrato observará a minuta consta de Anexo do edital, as disposições constantes neste item 12 e, por fim, o regulamento expedido pelo CISAMAPI disponível no endereço eletrônico/IURL indicado no item 1.5.5.

13. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

13.1. A fiscalização e a gestão da execução do contrato competirá, respectivamente, ao fiscal e ao gestor de contrato indicados no Anexo II – Termo de Referência ou no termo de contrato a ser firmado.
13.2. A fiscalização e a gestão do contrato observará o regulamento específico fiscalização e de gestão de contratos expedidos pelo CISAMAPI disponível no endereço eletrônico/URL indicado no item 1.5.5 deste edital.

14. ENTREGA DO OBJETO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1. A atividade de recebimento é condição prévia e essencial ao pagamento da contraprestação pelo CISAMAPI do fornecimento do objeto, representando a

confirmação de que o objeto do contrato foi efetivamente executado em conformidade com os requisitos qualitativos, quantitativos, bem como o preço, a forma e prazo estipulados.
14.2. O recebimento será realizado com obediência às regras previstas no Anexo II – Termo de Referência, observadas as seguintes diretrizes:
14.3. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.
14.4. O pagamento será realizado somente após a conclusão da fase de liquidação da despesa.
14.4.1. Na realização dos pagamentos deverão ser observadas as disposições dos arts. 141 a 146 da Lei nº 14.133/2021 e, de forma complementar, os regulamentos expedidos pelo CISAMAPI referentes à fiscalização e gestão de contratos e ao recebimento provisório e definitivo, conforme endereço eletrônico indicado no item 1.5.5.
14.4.2. São documentos para fins de liquidação e pagamento:
14.4.2.1. Nota fiscal;
14.4.2.2. Fatura de locação;
14.4.2.3. Recibo de pagamento autônomo;
14.4.2.4. Nota de liquidação e pagamento;
14.4.3. Os processos de pagamento devem ser instruídos com os documentos que habilitem a correspondente liquidação e pagamento.
14.4.4. Competirá ao gestor de contratos promover junto a autoridade administrativa competente a formalização da liquidação do empenho para fins de pagamento, devendo apurar:
14.4.4.1. A origem e o objeto do que se deve pagar;
14.4.4.2. A importância exata a pagar;
14.4.4.3. A quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação.
14.4.4.4. A comprovação da regular prestação do objeto contratado.

15. REAJUSTAMENTO E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

15.1. O reajustamento do contrato ocorrerá a cada período de 12 (doze) meses, adotando por referência a data de formalização da proposta.
15.2. O reajustamento adotará o índice indicado no Anexo I – CEE 27, acumulado no período indicado no item anterior.

16. MATRIZ DE RISCOS

16.1. O contrato poderá identificar os riscos contratuais previstos e presumíveis e prever matriz de alocação de riscos, alocando-os entre contratante e contratado, mediante indicação daqueles a serem assumidos pelo CISAMAPI ou pelo contratado ou daqueles a serem compartilhados.
16.2. A alocação de riscos de que trata o item precedente considerará, em compatibilidade com as obrigações e os encargos atribuídos às partes no contrato,

a natureza do risco, o beneficiário das prestações a que se vincula e a capacidade de cada parte para melhor gerenciá-lo.
16.3. Os riscos que tenham cobertura oferecida por seguradoras serão preferencialmente transferidos ao contratado.
16.4. A alocação dos riscos contratuais será quantificada para fins de projeção dos reflexos de seus custos no valor estimado da contratação.
16.5. Sempre que atendidas as condições do contrato e da matriz de alocação de riscos, será considerado mantido o equilíbrio econômico-financeiro, renunciando as partes aos pedidos de restabelecimento do equilíbrio relacionados aos riscos assumidos, exceto no que se refere:
16.5.1. Às alterações unilaterais determinadas pela Administração.
16.5.2. Ao aumento ou à redução, por legislação superveniente, dos tributos diretamente pagos pelo contratado em decorrência do contrato.
16.6. São aplicáveis a alocação de riscos as normas e regulamentos expedidos pelo CISAMAPI disponíveis no endereço eletrônico/URL indicado no item 1.5.5.

17. GARANTIAS

17.1. A formalização de garantia observará o disposto nos arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021 e, de forma complementar, o regulamento expedido pelo CISAMAPI constante de endereço eletrônico/URL indicada no item 1.5.5.
17.2. A critério do CISAMAPI, poderá ser exigida garantia, mediante indicação no Anexo I – CEE 28.
17.3. Serão admitidas as seguintes modalidades de garantia:
17.3.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
17.3.2. Seguro-garantia;
17.3.3. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
17.4. A garantia observará os seguintes percentuais calculados sobre o valor do contrato:
17.4.1. Até 5% (cinco por cento) nas contratações de serviços e fornecimentos;
17.4.2. Até 10% (dez por cento) nas contratações em que exista justificativa decorrente de complexidade técnica e dos riscos envolvidos conforme indicação constante da matriz de riscos;
17.5. O **CISAMAPI** poderá exigir a prestação de garantia adicional como condição para o pagamento antecipado.
17.5.1. O valor da garantia oferecida corresponderá, em regra, à integralidade do valor previsto como pagamento antecipado na hipótese do item 17.4.
17.6. O valor da garantia poderá ser reduzido com base na matriz de riscos do contrato.

18. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Nos termos dos arts. 155 a 162 da Lei n° 14.133/2021, serão aplicadas as sanções administrativas nas seguintes hipóteses:

18.1.1. Advertência, aplicável ao responsável que der causa à inexecução parcial do contrato quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

18.1.2. Impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, aplicável ao responsável que:

18.1.2.1. Incorrer na inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CISAMAPI, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

18.1.2.2. Incorrer na inexecução total do contrato;

18.1.2.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

18.1.2.4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

18.1.2.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.1.2.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

18.1.3. Declaração de idoneidade para licitar ou contratar, aplicável ao responsável que:

18.1.3.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

18.1.3.2. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

18.1.3.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

18.1.3.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

18.1.3.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013[1];

---

[1] Lei n° 12.846/2013:

[...]

Art. 5º Constituem atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, para os fins desta Lei, todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas mencionadas no parágrafo único do art. 1º , que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, assim definidos:

I - prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada; II - comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos nesta
Lei;

III - comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados; IV - no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento
licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

18.1.3.6. Nas infrações administrativas indicadas no subitem 18.1.2 e subitens que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar.
18.1.4. Multa, a ser aplicada ao responsável que der causa a infrações administrativas será calculada observando o valor mínimo de 0,5% (meio por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor estimado para a licitação, da ata registrada ou do contrato licitado ou celebrado no caso de contratação direta na hipótese do responsável que der causa a infrações administrativas puníveis com as sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade indicadas neste edital, observada a cumulação de aplicação de sanções prevista no §7° do art. 156 da Lei n° 14.133/2021.
18.1.4.1. Sem prejuízo de aplicação do disposto no item 18.1.4, será aplicável a penalidade de multa:
18.1.4.1.1. Igual ou superior a 0,5% (meio por cento) e igual ou inferior a 15% (quinze por cento) para as seguintes infrações administrativas:
18.1.4.1.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
18.1.4.1.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
18.1.4.1.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
18.1.4.1.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
18.1.4.1.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
18.1.4.1.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

---

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V - dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

§ 1º Considera-se administração pública estrangeira os órgãos e entidades estatais ou representações diplomáticas de país estrangeiro, de qualquer nível ou esfera de governo, bem como as pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro.

§ 2º Para os efeitos desta Lei, equiparam-se à administração pública estrangeira as organizações públicas internacionais.

§ 3º Considera-se agente público estrangeiro, para os fins desta Lei, quem, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, exerça cargo, emprego ou função pública em órgãos, entidades estatais ou em representações diplomáticas de país estrangeiro, assim como em pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro ou em organizações públicas internacionais.

18.1.4.1.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
18.1.4.1.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.1.4.1.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
18.1.4.1.2. Superior a 15% (quinze por cento) e inferior ou igual a 30% (trinta por cento) para as seguintes infrações administrativas:
18.1.4.1.2.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
18.1.4.1.2.2. Fraudar a licitação.
18.1.4.1.2.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
18.1.4.1.2.3.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei.
18.1.4.1.2.3.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento.
18.1.4.1.2.3.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
18.1.4.1.2.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
18.1.4.1.2.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.
18.2. A sanção administrativa de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito do CISAMAPI pelo prazo máximo de 03 (três) anos.
18.3. A sanção administrativa de inidoneidade para licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração direta e indireta de todos os Entes públicos da federação pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.
18.4. Se o valor aplicado pela sanção, somado às indenizações cabíveis, ultrapassar o valor de pagamento eventualmente devido pelo CISAMAPI ao contratado, será promovida de forma cumulativa:
18.4.1. A compensação da sanção e eventuais indenizações no valor pendente de pagamento ao contratado;
18.4.2. Eventual diferença não compensada no item anterior seja descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
18.5. A aplicação das sanções administrativas previstas neste ato convocatório não exclui, nem afasta, a obrigação de reparação de integral de eventual dano causado ao CISAMAPI.
18.6. A dosimetria das sanções administrativas e o respectivo processo administrativo de apuração e eventual responsabilização mediante aplicação de sanção administrativa observará o regulamento próprio expedido constante de endereço eletrônico no sítio oficial do CISAMAPI indicado no item 1.5.5

19. DISPOSIÇÕES FINAIS
19.1. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse do CISAMAPI, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação e aos demais princípios indicados no item 1.6 deste edital.
19.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o CISAMAPI não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
19.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-seá o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, somente se iniciando ou encerrando os prazos em dias de expediente no CISAMAPI.
19.5. Na contagem dos prazos, na hipótese de publicação do ato em mais de um meio, será considerado como parâmetro para a contagem de início do prazo a última publicação realizada.
19.6. É facultado ao pregoeiro ou a autoridade competente, em qualquer fase do processo, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.
19.7. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para fornecimento de produtos, decorrentes desta
19.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
19.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
19.10. O agente de contratação, nos processos de licitação em que a modalidade seja o pregão, adotará a indicação/nomenclatura de "PREGOEIRO".
19.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e na forma indicada no Anexo I – CEE 25.

20. ANEXOS
20.1. Anexo I – Condições Específicas do Edital - CEE
20.2. Anexo II – Termo de Referência
20.3. Anexo III – Estudo Técnico Preliminar - ETP
20.4. Anexo IV – Minuta de Contrato
20.5. Anexo V – Minuta da Proposta

Ponte Nova, 26 de março de 2025.

Gabriel Gustavo Ferraz
Agente de Contratação

ANEXO I
CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO EDITAL (CEE)

Cláusula da Condição Específica do Edital (CEE)	Referência	Condição Específica do Edital
CEE 01	Descrição do objeto	Contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos para viabilizar o deslocamento da equipe multidisciplinar aos municípios aderidos ao Programa VISA-CIS.
CEE 02	Dados de atuação do processo	Número do processo administrativo: **10/2025** Data autuação processo administrativo: **25/03/2025** Número do tipo de procedimento: Pregão Eletrônico **08/2025**
CEE 03	Pedidos de esclarecimentos, informações, impugnações e recursos	Pedidos de esclarecimentos e informações diretamente pela plataforma de licitações www.licitardigital.com.br Impugnações e recursos: www.licitardigital.com.br
CEE 04	Plataforma eletrônica de realização do procedimento	URL da plataforma de disputa: www.licitardigital.com.br
CEE 05	Data e horário sessão pública	Data: [redacted]**/2025** Horário: **08h30min**
CEE 06	Empresas participando na forma de consórcio	Não será permitida participação de Consórcio:
CEE 07	Desenvolvimento econômico e social local e regional – art. 47 da LC 123/06	Contratação restrita local e/ou regional Não se aplica
CEE 08	Participação ampla e restrita – art. 48, I da LC 123/06	Participação restrita a ME´s e/ou EPP´s: Se aplica.

CEE 09	Subcontratação de ME´s e EPP´s – art. 48, II da LC 123/06	Obrigação de subcontratação de ME´s e EPP´s Não se aplica
CEE 10	Entes Públicos Participantes	Nos termos do art. 86, caput, da Lei nº 14.133/2021 NÃO HÁ Entes públicos participantes.
CEE 11	Entes Públicos Consorciados	Se aplica o art. 181 da Lei nº 14.133/2021 visando o atendimento dos seguintes Municípios consorciados: Abre Campo, Acaiaca, Alvinópolis, Amparo do Serra, Barra Longa, Diogo de Vasconcelos, Dom Silvério, Guaraciaba, Jequeri, Mariana, Oratórios, Piedade de Ponte Nova, Ponte Nova, Raul Soares, Rio Casca, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado, Santo Antônio do Grama, São José do Goiabal, São Pedro dos Ferros, Sem Peixe, Urucânia.
CEE 12	Formato/descrição da proposta	Menor Preço por item
CEE 13	Subcontratação	Não será admitida a subcontratação do objeto licitado
CEE 14	Inversão fases – Habilitação precedendo apresentação de propostas e lances	Não será aplicada a inversão de fases
CEE 15	Intervalo mínimo de lance	R$0,01 (um centavo)
CEE 16	Modo de disputa	Aberto
CEE 17	Território Consórcio	O Território do Consórcio é formado pela soma dos territórios dos seguintes Entes consorciados: Abre Campo, Acaiaca, Alvinópolis, Amparo do Serra, Barra Longa, Diogo de Vasconcelos, Dom Silvério, Guaraciaba, Jequeri, Mariana, Oratórios, Piedade de Ponte Nova, Ponte Nova, Raul Soares, Rio Casca, Rio Doce, Santa Cruz do

		Escalvado, Santo Antônio do Grama, São José do Goiabal, São Pedro dos Ferros, Sem Peixe, Urucânia.
CEE 18	Critérios de aceitabilidade de preços	Valor máximo de R$ 44.715,00 (Quarenta e quatro mil, setecentos e quinze reais), conforme consta no Anexo II - Termo de Referência.
CEE 19	Critérios de exequibilidade	A exequibilidade será apurada conforme consta no Anexo II – Termo de Referência
CEE 20	Qualificação Técnica	A comprovação de aptidão deverá ser efetivada mediante apresentação de documentação complementar na forma, descrição e quantidade indicados no Anexo II – Termo de Referência;
CEE 21	Qualificação econômica-financeira	A comprovação de qualificação econômico-financeira deverá ser efetivada mediante apresentação dos seguintes documentos, conforme o Anexo II – Termo de Referência: • Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples; • Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
CEE 22	Documentação original ou autenticada	Caso seja necessário, a documentação original ou autenticada deverá ser encaminhada ao seguinte endereço, constando no envelope externo os seguintes dados: ENDEREÇO DE ENCAMINHAMENTO: Av. Ernesto Trivellato, nº 120, Bairro Triângulo, Ponte Nova – MG. ENVELOPE DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO/PROPOSTA NÚMERO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO, MODALIDADE E NÚMERO DA MODALIDADE RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE CNPJ OU DOCUMENTO EQUIVALENTE

CEE 23	Esclarecimentos	As solicitações de esclarecimentos exclusivamente de forma eletrônica e deverão ser encaminhadas pela plataforma : www.licitardigital.com.br
CEE 24	Impugnações	As impugnações ao edital deverão ser encaminhadas da seguinte forma: Eletrônica, pela plataforma : www.licitardigital.com.br A impugnação eletrônica deverá conter assinatura que possa identificar o signatário, observado o disposto na Lei n° 14.630/2020. Presencial mediante protocolo no endereço e horário: Av. Ernesto Trivellato, n° 120, Bairro Triângulo, Ponte Nova – MG.
CEE 25	Vista dos autos	A vista dos autos será eletrônica, mediante baixa/download dos arquivos no endereço eletrônico/ URL: https://cisamapi.mg.gov.br
CEE 26	Destinatário do objeto da licitação	O objeto do presente certame tem por finalidade atender aos Munícipios: Abre Campo, Acaiaca, Alvinópolis, Amparo do Serra, Barra Longa, Diogo de Vasconcelos, Dom Silvério, Guaraciaba, Jequeri, Mariana, Oratórios, Piedade de Ponte Nova, Ponte Nova, Raul Soares, Rio Casca, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado, Santo Antônio do Grama, São José do Goiabal, São Pedro dos Ferros, Sem Peixe, Urucânia.
CEE 27	Índice de reajustamento	Será adotado o índice de reajuste de preço INPC – Índice Nacional de Preços
CEE 28	Garantia	Não será exigida garantia

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PIRANGA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículo tipo Minivan**,** nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE AQUISIÇÃO	QUANT. MESES	QUANT. VEICULOS	VALOR UNITÁRIO (mensal	VALOR TOTAL (12 meses)
01	4014	Prestação de serviço de locação de veículo, tipo minivan, sem motorista e sem combustível, com quilometragem livre e seguro total, pelo período de 01 (um) ano, motorização mínima 130 CV, com capacidade mínima para 07 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros a travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, ano de fabricação mínima 2022, com manutenção preventiva e corretiva.	Mês	12	01	R$ 3.726,25	R$ 44.715,00
Valor total estimado							**R$44.715,00**

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto CISAMAPI nº 04, de 07 de dezembro de 2022.

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/1379-B6C1-3C31-60E6 e informe o código 1379-B6C1-3C31-60E6

1.4. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura e publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas.

1.5. O contrato poderá ser prorrogado nos termos do Art. 107 da Lei Federal n°14.133/21 até o limite máximo de 10 (dez) anos, desde que devidamente comprovada que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contrato ou extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

1.6. O termo de contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.7. Nos termos do inciso I do art. 48 da Lei Complementar n° 123, de 2006, e em razão do valor estimado do item ser inferior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), somente poderão participar deste lote pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto desta licitação e que se enquadrem no conceito legal de microempresa e empresa de pequeno porte.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A locação mensal de veículos é necessária para atender às demandas contínuas de transporte da equipe do Programa VISA CIS, otimizando a logística de deslocamento para reuniões, visitas aos municípios e outras atividades. Além disso, busca-se reduzir custos fixos associados à aquisição e manutenção de frota própria, como depreciação, seguro, manutenção e impostos.

4.2. A contratação do serviço de locação mensal de veículos tem como objetivos assegurar a disponibilidade contínua do veículo para as operações do Programa supracitado, reduzir custos operacionais com manutenção, seguro e gestão de frota própria, além de flexibilizar a logística operacional.

4.3. O veículo a ser alugado mensalmente deverá atender a requisitos específicos:

4.3.1. Será necessário um veículo de 07 lugares para deslocamentos na zona urbana e rural;

4.3.2. O veículo deve ter no máximo 03 anos de fabricação, preferencialmente modelos atuais para maior segurança e conforto;

4.3.3. Deve ser equipado com airbags frontais, freios ABS, cintos de segurança de três pontos em todos os assentos, ar-condicionado, direção hidráulica/elétrica e sistema de som com conectividade Bluetooth;

4.3.4. A locação deve incluir manutenção preventiva e corretiva, com substituição do veículo em caso de falhas mecânicas, seguro total contra roubo, furto, colisão e danos a terceiros, assistência 24 horas e veículo reserva em caso de manutenção prolongada;

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/1379-B6C1-3C31-60E6 e informe o código 1379-B6C1-3C31-60E6

4.3.5. A franquia de quilometragem deverá ser livre, conforme necessidade operacional;

4.4 A locadora deve garantir a disponibilidade imediata do veículo conforme as necessidades mensais do locatário.

4.5 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.6 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.7 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf

Serviços de Manutenção:

4.8 A locadora deve ser responsável pela manutenção preventiva e corretiva dos veículos, além de garantir que o serviço de manutenção seja realizado de forma ágil.

Seguros:

4.9 Os veículos devem possuir seguro completo (danos a terceiros, furto, incêndio, etc.) que deve ser coberto pela locadora.

Seguro de Responsabilidade Civil:

4.10. A locadora deve apresentar contrato de seguro que cubra danos ao patrimônio público e terceiros durante o uso dos veículos.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega *do automóvel* é de 10 (dez) dias, contados da emissão da ordem de fornecimento, expedida pelo setor de compras do CISAMAPI.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 0*5* (*cinco*) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. O automóvel deverá ser entregue no CISAMAPI, no seguinte endereço: Avenida Ernesto Trivellato, nº 120, Bairro Triângulo, Ponte Nova/MG, no horário de 07:00 às 17:00 horas.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/1379-B6C1-3C31-60E6 e informe o código 1379-B6C1-3C31-60E6

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7. A fiscalização do contrato será exercida pelo colaborador Almiro Luna Xavier.

Fiscalização Técnica

6.8. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto CISAMAPI nº 003, de 06 de dezembro de 2022);

6.8.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º)

6.8.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.8.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.8.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.8.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/1379-B6C1-3C31-60E6 e informe o código 1379-B6C1-3C31-60E6

6.9. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.9.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.13. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso

6.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.17. A gestão do objeto licitado será exercida pelas Gestoras de contratos: Patrícia Soares Viana e Aline Lopes Santana.

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/1379-B6C1-3C31-60E6 e informe o código 1379-B6C1-3C31-60E6

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do objeto

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 02 (dois) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de cinco dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/1379-B6C1-3C31-60E6 e informe o código 1379-B6C1-3C31-60E6

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será mensal e realizado em 12 (doze) parcelas, efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/1379-B6C1-3C31-60E6 e informe o código 1379-B6C1-3C31-60E6

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO** por item, modo de disputa **ABERTO**.

8.2. A proposta comercial terá validade mínima de 90(noventa) dias.

Forma de fornecimento

8.3. O fornecimento do objeto será continuado.

Exigências de habilitação

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.5. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/1379-B6C1-3C31-60E6 e informe o código 1379-B6C1-3C31-60E6

8.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.12. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **Estadual** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **Municipal** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda **Estadual** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/1379-B6C1-3C31-60E6 e informe o código 1379-B6C1-3C31-60E6

8.21. Prova de regularidade com a Fazenda **Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.22. Verificação da situação do fornecedor ou prestador de serviço selecionado no **Cadastro Informativo da Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas (Cadin-MG)**, no **Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com Administração Pública do Poder Executivo Estadual (Cafimp)** perante Fazenda Pública Estadual.

8.23. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.24. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.25. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.26. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.29.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.29.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.29.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.30. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/1379-B6C1-3C31-60E6 e informe o código 1379-B6C1-3C31-60E6

8.30.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.30.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.30.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.30.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.30.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.30.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.30.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R$ 44.175,00 (quarenta e quatro mil e cento e setenta e cinco reais), conforme custos unitários aposto na tabela em anexo.

9.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto Federal nº 11.462/2023):

9.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/1379-B6C1-3C31-60E6 e informe o código 1379-B6C1-3C31-60E6

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do CISAMAPI.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Dotação:01.23.01.10.304.0006.2059-3.3.90.39.00

Ficha: 143

Fonte: 2.621

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Ponte Nova, 02 de abril de 2025.

Déniz Aparecida de Almeida Gonçalves
Setor de Compras

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/1379-B6C1-3C31-60E6 e informe o código 1379-B6C1-3C31-60E6

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 1379-B6C1-3C31-60E6

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES (CPF 098.XXX.XXX-37) em 02/04/2025 08:31:11 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/1379-B6C1-3C31-60E6

ANEXO III - ETP

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO ETP:

Autoridade responsável pela demanda: **Elis Machado Rodrigues.**

Agente Público da área de licitações responsável pelo acompanhamento da elaboração do ETP: **Fernanda Rodrigues Hermenegildo.**

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O presente Estudo Técnico Preliminar é requisito necessário para assegurar a viabilidade técnica e econômica da pretensa, mensurando os riscos e determinar estratégias, fornecendo subsídios para a elaboração do Termo de Referência e, bem como, definir um plano de sustentação para a solução demandada.

O objetivo aqui é pautar elementos que, fundamentadamente, tem a capacidade e potencial para, em tese, considerando o caso concreto, melhor atender ao Interesse Público.

O presente estudo tem por objetivo a necessidade de deslocamento contínuo para a execução das atividades do Programa VISACIS por meio da RESOLUÇÃO SES/MG N° 9.637, de 17 de Julho de 2024, foi instituído o Programa de Apoio Técnico às ações de Vigilância Sanitária Municipal via Consórcio Público de Saúde. Juntamente com a Deliberação CIB-SUS/MG N° 4.948, de 21 de Outubro de 2024 e Resolução SES/MG N° 9.793, de 21 de Outubro de 2024.

A inovadora política tem como objetivo fortalecer de modo regionalizado, as ações da Vigilância Sanitária dos municípios VISA nos Consórcios de saúde para execução e apoio técnico as ações municipais. E para implantar o programa precisa-se de uma equipe técnica composta por 09 (nove) pessoas que irão realizar visitas inloco aos municípios da macro Leste do Sul para efetivar o que se pede o programa do VISACIS e cumprir seus indicadores.
Sendo assim torna-se imprescindível a locação de um veículo para garantir a mobilidade da equipe técnica.

O programa envolve ações de vigilância em saúde, visitas técnicas, reuniões institucionais e atividades de monitoramento sanitário, muitas vezes em locais de difícil acesso.

De acordo com a Deliberação CIB-SUS/MG N°4.948, de 21 de outubro de 2024 e Resolução SES/MG N° 9.793, de 21 de Outubro de 2024, que estabelece diretrizes para a execução do Programa VISACIS, é fundamental que as equipes de vigilância em saúde disponham de infraestrutura adequada para desempenhar suas funções de forma eficiente. A impossibilidade de deslocamento pode comprometer o cumprimento dos objetivos do programa, impactando diretamente no assistencialismo a esses municípios consorciados e no cumprimento das ações e indicadores do Programa VISACIS.

3. ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO A INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

No CISAMAPI, até no presente momento, não há plano de contratação anual vigente para o exercício de 2025 neste segmento.

Assinado por 1 pessoa: ELIS MACHADO RODRIGUES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/7B17-48B5-B793-F716 e informe o código 7B17-48B5-B793-F716

4. DIRETRIZES QUE NORTEARÃO O ETP

LeiFederal Nº 14.133/2021;
ABNT NBR 14781 (Manutenção, inspeção, reparação e/ou substituição de sistemas de exaustão de veículos rodoviários);
https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A locação mensal de veículos é necessária para atender às demandas contínuas de transporte da equipe do Programa VISA CIS, otimizando a logística de deslocamento para reuniões, visitas aos municípios e outras atividades. Além disso, busca-se reduzir custos fixos associados à aquisição e manutenção de frota própria, como depreciação, seguro, manutenção e impostos.

A contratação do serviço de locação mensal de veículos tem como objetivos assegurar a disponibilidade contínua do veículo para as operações do Programa supracitado, reduzir custos operacionais com manutenção, seguro e gestão de frota própria, além de flexibilizar a logística operacional.

O veículo a ser alugado mensalmente deverá atender a requisitos específicos. Será necessário um veículo de 07 lugares para deslocamentos na zona urbana e rural. O veículo deve ter no máximo 03 anos de fabricação, preferencialmente modelos atuais para maior segurança e conforto. Deve ser equipado com airbags frontais, freios ABS, cintos de segurança de três pontos em todos os assentos, ar-condicionado, direção hidráulica/elétrica e sistema de som com conectividade Bluetooth. A locação deve incluir manutenção preventiva e corretiva, com substituição do veículo em caso de falhas mecânicas, seguro total contra roubo, furto, colisão e danos a terceiros, assistência 24 horas e veículo reserva em caso de manutenção prolongada. A franquia de quilometragem deverá ser livre, conforme necessidade operacional.

A locadora deve garantir a disponibilidade imediata do veículo conforme as necessidades mensal do locatário.

Os serviços descritos são considerados comuns, pois se enquadram nos termos do parágrafo XIII,do art. 6°, da Lei 14.133, de 2021: "Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado". Ainda, o serviço descrito é considerado comum, pois seus requisitos e padrões de desempenho podem ser claramente especificados com base em características usuais no mercado, conforme o parágrafo XIII, do art. 6° da Lei nº 14.133, de 2021. Isso assegura que as especificações sejam objetivas e padronizadas, permitindo ampla competitividade entre fornecedores, sem prejuízo da qualidade requerida.

Dessa forma, assegura-se que a contratação atenda ao princípio da isonomia, promovendo condições equitativas de participação e ampliando a concorrência, o que contribui para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Serviços de Manutenção: A locadora deve ser responsável pela manutenção preventiva e corretiva dos veículos, além de garantir que o serviço de manutenção seja realizado de forma ágil.

Assinado por 1 pessoa: ELIS MACHADO RODRIGUES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/7B17-48B5-B793-F716 e informe o código 7B17-48B5-B793-F716

Seguros: Os veículos devem possuir seguro completo (danos a terceiros, furto, incêndio, etc.) que deve ser coberto pela locadora.

Seguro de Responsabilidade Civil: A locadora deve apresentar contrato de seguro que cubra danos ao patrimônio público e terceiros durante o uso dos veículos.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE AQUISÃO	QUANT. DE MESES	QUANT. DE VEICULOS	Valor unit. (mensal)	Valor total (12 meses)
01	Prestação de serviço de locação de veículo, tipo minivan, sem motorista e sem combustível, com quilometragem livre e seguro total, pelo período de 01 (um) ano, motorização mínima 130 CV, com capacidade mínima para 07 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros a travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, ano de fabricação mínima 2022, com manutenção corretiva e preventiva.	MÊS	12	01	R$3.106,21	R$37.274,52

Assinado por 1 pessoa: ELIS MACHADO RODRIGUES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/7B17-48B5-B793-F716 e informe o código 7B17-48B5-B793-F716

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O presente levantamento de mercado tem como objetivo identificar as opções, fornecedores e condições relacionadas ao aluguel de veículos, com o intuito de atender ao CISAMAPI por soluções de transporte para atender as demandas do Programa VISACIS como: viagens corporativas, transporte de equipe, operações diárias, etc. Este estudo visa oferecer uma análise detalhada das alternativas disponíveis no mercado, com foco na relação custo-benefício, atendendo às necessidades específicas da empresa. A aquisição do veículo geraria custos fixos aumentando assim o orçamento do Programa VISA CIS. Além disso, o aluguel de veículos oferece flexibilidade na gestão de transporte, evitando custos fixos associados à manutenção, seguro e depreciação de frota própria. Essa solução também permite adaptar a quantidade e o tipo de veículo conforme as variações de demanda, promovendo maior eficiência logística.

Outro fator relevante é a necessidade de assegurar a disponibilidade imediata de transporte confiável, especialmente para, minimizar interrupções nas operações e garantindo a continuidade dos serviços prestados pelo Programa VISACIS.

Diante da necessidade do objeto deste estudo, foi realizado a análise de mercado no intuito de prospectar e avaliar soluções para a pretensão contratual, que atendam aos critérios de vantajosidade para a Administração, sob aspectos da conveniência, economicidade e eficiência.

No modelo de locação de veículos, o serviço consiste na disponibilização de veículos por empresa contratada, a qual se responsabiliza pelos gastos e manutenções advindas da disponibilização do veículo.

Outro fator relevante sobre a compra de um veiculo para o Programa VISA CIS e de acordo com a Deliberação CIB-SUS/MG N° 4.799, DE 17 DE JULHO DE 2024 o repasse de Incentivo de Capital não é exíguo para adquirir veiculo e outros serviços relacionados ao mesmo, como: seriços de manutenção, seguros, seguro de responsabilidade civil.

A empresa CISAMAPI possui as seguintes necessidades em relação ao aluguel de veículos:

Quantidade de veículos: Necessidade de 01 minivan para atendimento das operações diárias, viagens e deslocamento da equipe do Programa VISACIS.
Tipos de veículos: Preferência por veículos de médio porte (MINIVAN, 07 lugares) para garantir conforto e eficiência no transporte dos colaboradores**.**
Duração do aluguel: O aluguel será realizado principalmente de forma mensal, com flexibilidade para ajustes conforme necessidade.
Necessidades adicionais: Locadoras que ofereçam assistência 24h, seguro completo e quilometragem ilimitada, visando maior tranquilidade e flexibilidade no uso dos veículos.

Por fim, a contratação busca promover maior controle e previsibilidade dos custos com transporte, possibilitando uma melhor gestão orçamentária e o atendimento às diretrizes de economicidade e eficiência administrativa.

Assinado por 1 pessoa: ELIS MACHADO RODRIGUES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/7B17-48B5-B793-F716 e informe o código 7B17-48B5-B793-F716

8. ESTIMATIVA DO VALOR DO ESTUDO

Visando analisar a viabilidade econômica da contratação, foi realizada pesquisa de preços no Portal Nacional de Contratações Públicas: <https://pncp.gov.br/app/atas?q=&status=vigente&pagina=1>; Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais / Secretaria do Estado de Planejamento e Gestão (MG): <https://www.mg.gov.br/planejamento/pagina/logistica/central-de-compras/atas-de-registro-de-precos>; conforme quadro demonstrativo abaixo e documentos em anexo a este estudo

ITEM	Especificação	PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS – Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião Norte do Rio Doce	PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - Secretaria do Estado de Planejamento e Gestão (MG)	PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS – Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Médio Rio das Velhas	PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS – Município de Conselheiro Lafaiete	MÉDIA DOS PREÇOS OBTIDOS
01	Prestação de serviço de locação de veículo, tipo minivan, sem motorista e sem combustível, com quilometragem livre e seguro total, pelo período de 01 (um) ano, motorização mínima 130 CV, com capacidade mínima para 07 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros a travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, ano de fabricação mínima 2022, com manutenção preventiva e corretiva.	R$5.972,00	R$3.106,21	R$6.490,00	R$ 3.462,50	R$4.757,50

Assinado por 1 pessoa: ELIS MACHADO RODRIGUES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/7B17-48B5-B793-E716 e informe o código 7B17-48B5-B793-E716

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A descrição da solução como um todo abrange a contratação de serviço de locação de veículo, para atender às ações do Programa VISA-CIS (Programa de Apoio Técnico as Ações de Vigilância Sanitária Municipal via Consórcio Público de Saúde), seguindo a Deliberação CIB-SUS/ MG n° 4.799, de 17 de Julho de 2024.
A contratação pretendida tem caráter continuado (prazo de um ano) e é essencial, conforme já exposto no tópico "Descrição da Necessidade da Contratação".

Durante a pesquisa de preços realizada no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais, identificamos melhores condições de valores, economicidade e eficiencia.
Tomando como base os valores encontrados, optou-se pela realização de um pregão eletrônico (Conforme Capítulo III – Das Definições, art. 6º, Inciso XLI, da lei nº14.133/2021).

10. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

O contrato oriundo do presente procedimento terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura e publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas, para prestação de serviço imediato

O contrato poderá ser prorrogado nos termos do Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21 até o limite máximo de 10 (dez) anos, desde que devidamente comprovada que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contrato ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

11. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Não haverá parcelamento da solução uma vez que, trata – se de item único para a pretensão contratual.

12. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação do serviço de aluguel de carros visa alcançar uma série de resultados que contribuam para a eficiência operacional e econômica do Programa VISACIS. Espera-se otimizar a logística e a mobilidade, garantindo a disponibilidade contínua de veículos para atender às demandas de deslocamento de maneira eficiente e pontual. Com isso, pretende-se reduzir o tempo de espera e aprimorar a logística de transporte para a equipe, além de proporcionar maior flexibilidade operacional, permitindo uma adaptação rápida às variações de demanda, como picos sazonais ou eventos específicos, sem a necessidade de investimento em frota própria.

A redução de custos operacionais é um dos principais objetivos da contratação. A eliminação de despesas associadas à posse de veículos, como manutenção preventiva e corretiva, pagamento de seguro, licenciamento, impostos e depreciação, permitirá maior controle

Assinado por 1 pessoa: ELIS MACHADO RODRIGUES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/7B17-48B5-B793-F716 e informe o código 7B17-48B5-B793-F716

financeiro. Com pagamentos fixos e programados, a empresa terá uma previsibilidade orçamentária mais precisa, evitando gastos imprevistos com reparos ou substituição de veículos.

Outro resultado esperado é o aumento da eficiência e da produtividade, facilitando o deslocamento da equipe para reuniões externas, visitas técnicas, eventos e outras atividades operacionais. Isso contribuirá para o melhor aproveitamento do tempo e para a maximização da produtividade da equipe. Além disso, a garantia de veículos modernos e adequados às necessidades específicas de transporte proporcionará conforto e segurança aos colaboradores durante as viagens.

A melhoria na gestão e controle de frotas é um importante resultado a ser alcançado. Com o serviço de aluguel, será possível implementar um controle eficiente do uso do veículo, monitorando a quilometragem, o consumo de combustível e gerando relatórios detalhados de utilização. Essa prática permitirá uma análise mais precisa do desempenho e dos custos operacionais, além de possibilitar a adoção de políticas de uso consciente e responsável do veículo, contribuindo para a sustentabilidade e a redução da pegada de carbono.

A segurança e a confiabilidade também estão entre os resultados pretendidos. O veículo deverá estar em conformidade com as normas de segurança e manutenção preventiva, minimizando o risco de falhas mecânicas e aumentando a confiabilidade no transporte. O contrato de aluguel incluirá suporte 24 horas e a disponibilidade de veículos reserva em casos de emergências, o que evitará interrupções nas operações críticas.

Espera-se, ainda, atender integralmente às normas e diretrizes administrativas, especialmente no que tange à economicidade, eficiência administrativa e transparência nos gastos públicos, em conformidade com as normativas vigentes para contratações públicas ou com a política de compliance da empresa. A contratação do serviço de aluguel de carros também contribuirá para a conformidade com as exigências legais e regulatórias relacionadas ao transporte de pessoas e cargas.

Por fim, busca-se promover a sustentabilidade e a responsabilidade ambiental. A utilização de veículos modernos, preferencialmente com tecnologia flex ou híbrida, reduzirá a emissão de poluentes e contribuirá para uma mobilidade mais sustentável. Alinhando-se às metas de responsabilidade social corporativa, essa contratação reforçará o compromisso do Programa VISACIS com a sustentabilidade ambiental e com a promoção de práticas responsáveis.

Dessa forma, a contratação do serviço de aluguel de carros visa agregar valor às operações, otimizando recursos, aumentando a eficiência logística e contribuindo diretamente para o alcance dos objetivos estratégicos organizacionais.

Assinado por 1 pessoa: ELIS MACHADO RODRIGUES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/7B17-48B5-B793-F716 e informe o código 7B17-48B5-B793-F716

13. IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1. IMPACTOS AMBIENTAIS NEGATIVOS:

- Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE): O uso de veículos movidos a combustíveis fósseis (gasolina e diesel) contribui para a emissão de CO_2 e outros gases poluentes, aumentando o efeito estufa e a poluição atmosférica.

- Modelos menos eficientes emitem maiores quantidades de GEE por quilômetro rodado.

- Poluição do Ar: Emissão de poluentes como óxidos de nitrogênio (NOx) e partículas finas, que afetam a qualidade do ar e a saúde da população.

- Poluição Sonora: O uso intensivo de veículos aumenta o nível de ruído em áreas urbanas, impactando o bem-estar da comunidade.

- Consumo exacerbado de Recursos Naturais: A produção e a manutenção de veículos exigem recursos como água, energia e matérias-primas (metais, plásticos, borracha).

- Resíduos Sólidos: Ao final da vida útil, os veículos geram resíduos sólidos, incluindo baterias, pneus e sucata, que precisam de descarte adequado

13.2. IMPACTOS AMBIENTAIS POSITIVOS:

- **Redução do Número de Veículos em Circulação**: O aluguel otimiza o uso de veículos, evitando a compra de carros próprios, o que pode reduzir a frota total em circulação e, consequentemente, as emissões globais.

- **Renovação Frequente da Frota**: Locadoras geralmente renovam suas frotas com frequência, o que resulta na utilização de veículos mais novos e eficientes, com menor consumo de combustível e menor emissão de poluentes.

- **Uso de Veículos Elétricos e Híbridos**: Algumas locadoras oferecem veículos elétricos ou híbridos, que emitem menos poluentes e têm menor impacto ambiental.

- **Uso Racional e Compartilhamento**: O aluguel promove o uso racional e compartilhado dos veículos, evitando ociosidade e otimizando o transporte.

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

A contratação de serviço de aluguel de carros mostra-se viável, pois oferece flexibilidade e otimização de recursos, eliminando custos com aquisição, manutenção e depreciação de veículos próprios. Além disso, permite a atualização constante da frota, garantindo maior eficiência energética e menor emissão de poluentes, especialmente ao optar por veículos elétricos ou híbridos. Assim, o aluguel atende às necessidades operacionais com menor impacto ambiental e custo-benefício favorável.

Assinado por 1 pessoa: ELIS MACHADO RODRIGUES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/7B17-48B5-B793-F716 e informe o código 7B17-48B5-B793-F716

15. MATRIZ DE RISCOS

Risco 01		
Risco:	Definição de exigências desnecessárias, de caráter restritivo no Edital, especialmente no que diz respeito à qualificação técnica	
Possibilidade:	Baixa	
Impacto:	Médio	
Nível de Risco:	Baixo	
Fase do processo de contratação:	Planejamento da contratação	
Alocação do Risco:	Contratante	
Danos:	Possibilidade de impugnações do edital na fase de seleção do fornecedor ou o certame restar deserto ou fracassado	
	Atrasos para início e, consequentemente, para entrega dos Serviços	
Ações preventivas/Setor responsável	Observar o que dispõe o Art. 67 da Lei n. 14133/2021	Setor de Licitações/Agente de Contratação
	Observar as orientações dos órgãos de orientação e fiscalização da Administração Pública como a Advocacia Geral da União e o Tribunal de Contas da União, em especial o Acórdão nº 2.882/2008 – Plenário e a Súmula nº 263/2011,dentre outros	Setor de Licitações/Agente de Contratação
	Adotar como parâmetro de orientação as considerações feitaspelo órgão Técnico e pelo relator do processo 1141265/TCE/MG	Setor de Licitações/Agente de Contratação
Ações de contingência/Setor responsável:	Em caso de impugnação, republicação do certame, com a revisão dos itens de qualificação técnica	Setor de Licitações/Agente de Contratação
Risco 02		
Risco:	Impugnações do Edital de licitação, por motivos diversos, principalmente relacionados a erros de edital, termo de referência, especificações técnicas, etc.	
Possibilidade:	Baixa	
Impacto:	Médio	
Nível de Risco:	Baixo	
Fase do processo de contratação:	Planejamento da contratação	
Alocação do Risco:	Contratante	

Assinado por 1 pessoa: ELIS MACHADO RODRIGUES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/7B17-48B5-B793-F716 e informe o código 7B17-48B5-B793-F716

Danos:	Possibilidade de impugnações do edital na fase de seleção do fornecedor ou o certame restar deserto ou fracassado	
	Atrasos para início e, consequentemente, para entrega dos serviços	
Ações preventivas/Setor responsável	Observar o que dispõe o Art. 19 daLei n. 14133/2021	Setor de Licitações/Agente de Contratação
	Observar as orientações dos órgãos de orientação e fiscalização do CISAMAPI	Setor de Licitações/Agente de Contratação
Ações de contingência/Setor responsável:	Em caso de impugnação, republicação do certame	Setor de Licitações/Agente de Contratação
Risco 03		
Risco:	O certame licitatório restar deserto, caso nenhuma empresa se interesse por sua execução ou fracassado, caso nenhuma das propostas apresentadas estejam dentro dos parâmetros estimados pela Administração	
Possibilidade:	Média	
Impacto:	Alto	
Nível de Risco:	Médio	
Fase do processo de contratação:	Seleção do fornecedor	
Alocação do Risco:	Contratante	
Danos:	Necessidade da republicação da licitação	
	Atrasos para início e, consequentemente, para entrega dos serviços	
Ações preventivas/Setor responsável	Correto planejamento das exigências para a contratação	Setor de Licitações/Agente de Contratação
Ações de contingência/Setor responsável:	Verificar junto às empresas do ramo de atividade quais seriam os motivos do desinteresse pelo serviço no caso da licitação deserta ou revisão dos valores estimados no caso de licitação fracassada para uma possível repetição do certame	Setor de Licitações/Setor Demandante
Risco 04		
Risco:	A empresa vencedora do certame quando convocada, não assinar a ata de registro de preço e/ou o termo de contrato	
Possibilidade:	Baixa	
Impacto:	Alto	

Assinado por 1 pessoa: ELIS MACHADO RODRIGUES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/7B17-48B5-B793-F716 e informe o código 7B17-48B5-B793-F716

DEFINIÇÕES:

Probabilidade: chance de algo acontecer, não importando se definida, medida ou determinada objetiva ou subjetivamente, qualitativa ou quantitativamente, ou se descrita utilizando-se termos gerais ou matemáticos.

Impacto: resultado de um evento que afeta os objetivos.

Nível de Risco: magnitude de um risco ou combinação de riscos, expressa em termos da combinação das consequências e de suas probabilidades.

Ponte Nova (MG), 01 de abril de 2025.

Elis Machado Rodrigues
Coordenadora Programa VISA-CIS
(Interina)

Assinado por 1 pessoa: ELIS MACHADO RODRIGUES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/7B17-48B5-B793-F716 e informe o código 7B17-48B5-B793-F716

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 7B17-48B5-B793-F716

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

ELIS MACHADO RODRIGUES (CPF 041.XXX.XXX-44) em 01/04/2025 16:19:33 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/7B17-48B5-B793-F716

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO

Contrato nº _____/2025
Processo Administrativo n° __/2025

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PIRANGA - CISAMAPI**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ n° 01.095.667/0001-88, sediado a Av. Ernesto Trivellato, nº 120, Bairro Triângulo, Município de Ponte Nova, Estado de Minas Gerais, CEP: 35.430-141, neste ato representado pelo Presidente em exercício o Sr. **EDER ELOI ALVES PENA**, brasileiro, funcionário público, residente e domiciliado na cidade de Sem-Peixe à Rua Jose Ribeiro Ferreira, n.º S/Nº, Bairro Centro, portador da Carteira de Identidade N.º 16396472 e inscrito no CPF sob o N.º 105.447.386-24, denominado CONTRATANTE e [**RAZÃO SOCIAL DO CONTRATADO**], inscrito no CNPJ n° [**NÚMERO CNPJ**], com endereço [**ENDEREÇO COMPLETO**], representado por [**NOME COMPLETO, CPF E CARGO EXERCIDO NA EMPRESA**], tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente de processo administrativo de contratação n° [**NÚMERO DO PROCESSO**], mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1. O objeto do presente instrumento é o _____, nas condições estabelecidas Termo de Referência anexo ao edital e na proposta final ajustada do contratado anexo, observada a especificação a seguir indicada.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência anexo ao edital e a proposta final ajustada que embasou a contratação e eventuais anexos;

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

2.1. O prazo de vigência da contratação é de até 12 (doze) meses, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133/2022, prorrogável nos termos do art. 107 Lei n° 14.133/2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual será o de regime indireto.

3.2. A gestão do contrato competirá ao servidor (a) Patrícia Soares Viana.

3.3. Os prazos e condições de conclusão, entrega constam do termo de referência, anexo a este Contrato.

3.4. MAPA DE RISCO disposto no anexo V:

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. PREÇO

5.1.1. O valor total da contratação é de R$ ..... (.....), observados os valores unitários e total por item abaixo indicados:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.1.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos de objeto efetivamente executados, apurados na periodicidade mensal;

5.2. FORMA DE PAGAMENTO

5.2.1. O pagamento será realizado através de transferência eletrônica em conta bancária de titularidade da contratada, a ser indicada no documento fiscal ou por outro meio formal.

5.2.1.1 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a transferência eletrônica de pagamento.

5.3. PRAZO DE PAGAMENTO

5.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

5.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento do objeto mediante ateste por parte do fiscal do contrato e do gestor de contrato.

5.4.2. Quando houver glosa parcial do valor a ser pago, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.4.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) a data da emissão;

b) os dados do contratante;

c) o período respectivo de execução do contrato;

d) o valor a pagar; e

e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.4.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.4.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.4.5.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.4.5.2. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da formalização da proposta.

6.2. Após o interregno de um ano, e desde que formalmente solicitado pelo contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice INCP, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência ou Projeto Básico;

7.3. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

7.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.5. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados

eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

7.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao objeto executado, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato, conforme cronograma físico-financeiro;

7.7. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato e pelas demais infrações administrativas sujeitas à fiscalização do Contratante;

7.8. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações, inclusive de restabelecimento do reequilíbrio econômico-financeiro, e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste (Lei nº 14.133/2021, art. 123, caput).

7.10. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21.

7.11. Não praticar atos de ingerência na administração do Contratado, tais como:

7.11.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratado, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

7.11.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar no Contratado

7.11.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores do Contratado, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

7.11.4. Considerar os trabalhadores do Contratado como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

7.12. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

7.13. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

7.14. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

7.15. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por

qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.16. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1. O veículo a ser alugado mensalmente deverá atender a requisitos específicos:

8.2. Será necessário um veículo de 07 lugares para deslocamentos na zona urbana e rural;

8.3. O veículo deve ter no máximo 03 anos de fabricação, preferencialmente modelos atuais para maior segurança e conforto;

8.4. Deve ser equipado com airbags frontais, freios ABS, cintos de segurança de três pontos em todos os assentos, ar condicionado, direção hidráulica/elétrica e sistema de som com conectividade Bluetooth;

8.5. A locação deve incluir manutenção preventiva e corretiva, com substituição do veículo em caso de falhas mecânicas, seguro total contra roubo, furto, colisão e danos a terceiros, assistência 24 horas e veículo reserva em caso de manutenção prolongada;

8.6. A franquia de quilometragem deverá ser livre, conforme necessidade operacional;

8.7. A locadora deve ser responsável pela manutenção preventiva e corretiva dos veículos, além de garantir que o serviço de manutenção seja realizado de forma ágil.

8.8. Os veículos devem possuir seguro completo (danos a terceiros, furto, incêndio, etc.) que deve ser coberto pela locadora.

8.9. A locadora deve apresentar contrato de seguro que cubra danos ao patrimônio público e terceiros durante o uso dos veículos.

8.10. Cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto:

8.11. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

8.2.1 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.12. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior

8.13. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo

os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

8.14. Substituir no prazo fixado pelo fiscal do contrato os empregados alocados que não se mostrem adequados para a execução do objeto.

8.15. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

8.16. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

8.17. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

8.18. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.19. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, salvo na hipótese do §2º do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

8.20. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

8.21. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

8.22. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.23. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

8.24. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
8.25. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
8.26. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
8.27. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta.
8.28. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei nº 14.133/2021).
8.29. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
8.30. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.
8.31. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.
8.32. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.
8.33. Garantir o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
8.34. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado.
8.35. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
8.36. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.

8.37. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
8.38. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
8.39. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
8.40. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
8.41. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
8.42. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
8.43. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.
8.44. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
8.45. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
8.46. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:
8.46.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.
8.46.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.
8.47. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante,

de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

8.48. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pelos Contratados, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos.

8.40. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes neste Termo de Referência e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos.

8.41 Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, o Contratado deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

9. CLÁUSULA NONA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV).

11.1. Nos termos dos arts. 155 a 162 da Lei nº 14.133/2021, serão aplicadas as sanções administrativas nas seguintes hipóteses:

11.1.1. Advertência, aplicável ao responsável que der causa à inexecução parcial do contrato quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
11.1.2. Impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, aplicável ao responsável que:
11.1.2.1. Incorrer na inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CISAMAPI, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
11.1.2.2. Incorrer na inexecução total do contrato;
11.1.2.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
11.1.2.4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
11.1.2.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
11.1.2.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
11.1.3. Declaração de idoneidade para licitar ou contratar, aplicável ao responsável que:
11.1.3.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
11.1.3.2. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
11.1.3.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
11.1.3.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
11.1.3.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013[1];

[1] Lei n° 12.846/2013:
[...]
Art. 5º Constituem atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, para os fins desta Lei, todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas mencionadas no parágrafo único do art. 1º , que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, assim definidos:
I - prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
II - comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei;
III - comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
IV - no tocante a licitações e contratos:
a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

11.1.3.6. Nas infrações administrativas indicadas no subitem 18.1.2 e subitens que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar.
11.1.4. Multa, a ser aplicada ao responsável que der causa a infrações administrativas será calculada observando o valor mínimo de 0,5% (meio por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor estimado para a licitação, da ata registrada ou do contrato licitado ou celebrado no caso de contratação direta na hipótese do responsável que der causa a infrações administrativas puníveis com as sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade indicadas neste edital, observada a cumulação de aplicação de sanções prevista no §7° do art. 156 da Lei n° 14.133/2021.
11.1.4.1. Sem prejuízo de aplicação do disposto no item 11.1.4, será aplicável a penalidade de multa:
11.1.4.1.1. Igual ou superior a 0,5% (meio por cento) e igual ou inferior a 15% (quinze por cento) para as seguintes infrações administrativas:
11.1.4.1.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
11.1.4.1.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
11.1.4.1.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
11.1.4.1.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
11.1.4.1.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
11.1.4.1.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;
11.1.4.1.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
11.1.4.1.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

---

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
V - dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.
§ 1º Considera-se administração pública estrangeira os órgãos e entidades estatais ou representações diplomáticas de país estrangeiro, de qualquer nível ou esfera de governo, bem como as pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro.
§ 2º Para os efeitos desta Lei, equiparam-se à administração pública estrangeira as organizações públicas internacionais.
§ 3º Considera-se agente público estrangeiro, para os fins desta Lei, quem, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, exerça cargo, emprego ou função pública em órgãos, entidades estatais ou em representações diplomáticas de país estrangeiro, assim como em pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro ou em organizações públicas internacionais.

11.1.4.1.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
11.1.4.1.2. Superior a 15% (quinze por cento) e inferior ou igual a 30% (trinta por cento) para as seguintes infrações administrativas:
11.1.4.1.2.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
11.1.4.1.2.2. Fraudar a licitação.
11.1.4.1.2.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
11.1.4.1.2.3.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei.
11.1.4.1.2.3.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento.
11.1.4.1.2.3.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
11.1.4.1.2.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
11.1.4.1.2.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.
11.2. A sanção administrativa de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito do CISAMAPI pelo prazo máximo de 03 (três) anos.
11.3. A sanção administrativa de inidoneidade para licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração direta e indireta de todos os Entes públicos da federação pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.
11.4. Se o valor aplicado pela sanção, somado às indenizações cabíveis, ultrapassar o valor de pagamento eventualmente devido pelo CISAMAPI ao contratado, será promovida de forma cumulativa:
11.4.1. A compensação da sanção e eventuais indenizações no valor pendente de pagamento ao contratado;
11.4.2. Eventual diferença não compensada no item anterior seja descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
11.5. A aplicação das sanções administrativas previstas neste ato convocatório não exclui, nem afasta, a obrigação de reparação de integral de eventual dano causado ao CISAMAPI.
11.6. A dosimetria das sanções administrativas e o respectivo processo administrativo de apuração e eventual responsabilização mediante aplicação de sanção administrativa observará o regulamento próprio expedido constante de endereço eletrônico no sítio oficial do CISAMAPI.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1 Ressalvada a hipótese de prorrogação contratual prevista no item 2.1, o contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas

as partes contraentes, sem prejuízo de aplicação das penalidades indicadas na cláusula décima primeira.

12.1 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; E

12.3.3 Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Dotação:

Ficha:

Fonte:

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13.3. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, pelas normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento no Diário Oficial do Município nos termos e condições previstas no art. 94 c/c o art. 176, ambos da Lei nº 14.133/21.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

16.1. É eleito o Foro da Comarca de Ponte Nova – MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Ponte Nova, ... de..... de 20.....

_____
Representante legal do CONTRATANTE

_____
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:
1-
2-

ANEXO V – MINUTA DA PROPOSTA

MINUTA DE PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos para viabilizar o deslocamento da equipe multidisciplinar aos municípios aderidos ao Programa VISA-CIS.

Razão social:
CNPJ:
Endereço completo:
E-mail: Telefone/Fax:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	CATMAT	UNID	QTD	VALOR UND	VALOR TOTAL

ESTA PROPOSTA TEM VALIDADE DE 90 (NOVENTA) DIAS.

LOCAL E DATA: _____

_____
NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE
DO LICITANTE

Data: 26 de março de 2025
Para: Setor Jurídico
A/C: Jéssica Alvarenga Soares
De: Central de Compras
Referente: Parecer Jurídico Processo Licitatório

Prezada senhora,

Encaminho o Processo de Licitação nº 10/2025 – Modalidade: Pregão Eletrônico nº. 08/2025, bem como a minuta do edital licitatório encaminhada, para que seja analisado e emitido o parecer quanto a regularidade do processo, nos termos do art. 53, parágrafo único da Lei 14.133/21.

Desde já agradeço e aguardo retorno para publicação do edital.

Gabriel Gustavo Ferraz
Agente de Contratação

Assinado por 1 pessoa: GABRIEL GUSTAVO FERRAZ
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/3615-5B9B-7445-8B18 e informe o código 3615-5B9B-7445-8B18

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 3615-5B9B-7445-8B18

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

GABRIEL GUSTAVO FERRAZ (CPF 068.XXX.XXX-92) em 26/03/2025 09:55:34 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/3615-5B9B-7445-8B18

Proc. Administrativo 21- 619/2025

De: Jéssica S. - SE-DJUR

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 20/04/2025 às 22:32:28

Setores envolvidos:

DLCCP-LIC, DLCCP-COMP, SE-DCON, SE-DC, SE-DJUR, PRE, VISA-CIS

Contratação de empresa para locação de veículo tipo minivan

Segue parecer solicitado.

Atencisoamente,

_

Jéssica Alvarenga Soares
DIRETOR JURÍDICO

Anexos:
PARECER_JURIDICO_PREGAO_LOCACAO_VEICULO_VISA_CIS.pdf

Assinado por 1 pessoa: JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/8B83-1EF2-5588-37F7 e informe o código 8B83-1EF2-5588-37F7

PARECER JURÍDICO

Processo Licitatório nº: 010/2025**.**

Modalidade: Pregão Eletrônico n° 008/2025.

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos para viabilizar o deslocamento da equipe multidisciplinar para os municípios aderidos ao Programa VISA-CIS.

I.I – DA VIABILIDADE DE LICITAÇÃO DO OBJETO NA MODALIDADE PREGÃO.

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC):

> *Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.*
>
> *§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:*
>
> *I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;*
>
> *II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica.*

Como se pode observar do dispositivo legal supra, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos,

Assinado por 1 pessoa: JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/8B83-1EF2-5588-37F7 e informe o código 8B83-1EF2-5588-37F7

como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade. Desta forma, é de se ressaltar que sua adoção é de responsabilidade exclusiva do consulente.

Presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público.

Da mesma forma, pressupõe-se em relação ao exercício da competência discricionária pelo órgão assessorado, cujas decisões devem ser motivadas nos autos. De outro lado, cabe esclarecer que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem daqueles já praticados. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

O artigo 18 e incisos da Lei nº 14.133/2021 estabelece todos os elementos que devem ser compreendidos nos autos do processo de contratação pública.

Analisando os documentos que compõe a instrução do processo de contratação, constata-se a presença da definição do objeto e das justificativas para a sua contratação, a autorização da autoridade competente para a instauração do processo de contratação, o estudo técnico preliminar, a pesquisa mercadológica, o termo de referência e a minuta do Edital.

Desta forma, é possível aferir claramente que os autos do processo se encontram devidamente instruídos, atendendo as exigências mínimas legais, ficando evidenciada a solução mais adequada para atendimento da necessidade pública.

Assinado por 1 pessoa: JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/8B83-1EF2-5588-37F7 e informe o código 8B83-1EF2-5588-37F7

Nos termos apresentados na justificativa de contratação, resta evidente a sua necessidade, tendo em vista que a referida contratação atenderá a demanda do CISAMAPI para viabilizar o transporte da equipe multidisciplinar do VISACIS até os municípios que aderiram ao programa.

Ademais, registra-se que resta prejudicada a análise de compatibilidade da contratação com PAC, já que no CISAMAPI não há ainda um PAC vigente e, por não se tratar de ato obrigatório para a realização do certame, uma vez que, o inciso VII, do artigo 12 da NLLC, afere a facultatividade da elaboração do plano anual de contratações, não há impedimento jurídico do prosseguimento do procedimento sem o referido plano, haja vista que restou demonstrado de outra forma que a referida contratação encontra-se alinhada com o planejamento do consórcio.

Seguindo a análise, verifica-se que o termo de referência elaborado a partir do estudo técnico preliminar, contém os seguintes itens: definição do objeto, justificativa, prazo de entrega e condições de execução, condições de pagamento, dotação orçamentária, obrigações da Contratante e da Contratada, fiscalização, extinção do contrato e sanções aplicáveis, contendo, por conseguinte, todos os elementos exigidos pelo inciso XIII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021.

Por sua vez, o estudo técnico preliminar apresentado nos autos possui os seguintes elementos: definição do objeto, necessidade de contratação e justificativa, especificação técnica e quantitativo do objeto, alinhamento ao plano institucional, obrigações mínimas do fornecedor, orçamento, resultados pretendidos e declaração de viabilidade, portanto, encontra-se em harmonia ao mínimo exigido em lei e disposto no §1º e incisos do artigo 18 da NLLC, e após a devida manifestação anterior dessa assessoria, fora devidamente modificado para atender a realidade da demanda em comento.

Assinado por 1 pessoa: JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/8B83-1EF2-5588-37F7 e informe o código 8B83-1EF2-5588-37F7

Desta forma, é possível aferir que a fase preparatória do certame se encontra em consonância com as exigências mínimas da NLLC para fins de contratação nesta nova sistemática de licitações públicas.

I.II – DA MINUTA DO EDITAL E ANEXOS.

Conforme já informado anteriormente, a elaboração da minuta do edital é um dos elementos que devem ser observados na fase interna da licitação pública, tendo aquele sido submetido à análise jurídica contendo cinco anexos, quais sejam: condições específicas do edital, termo de referência, minuta da ata de registros de preços, minuta do contrato e minuta da proposta.

Diante do apresentado, afere-se que os itens da minuta do Edital estão definidos de forma clara e com a devida observância do determinado no artigo 25 da Lei nº 14.133/2021, que assim dispõe:

> *Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.*

Tendo a minuta do contrato as seguintes cláusulas: documentos, objeto, obrigações da Contratante e Contratada, preço, dotação orçamentária, pagamento, entrega e recebimento do objeto, alterações, sanções administrativas, vigência, extinção do contrato, publicações e eleição de foro. Nesta esteira, o artigo 92 e incisos da NLLC, estabelece as cláusulas que são necessárias nos contratos administrativos, no tocante aos itens 8.1 ate 8.9, não vislumbro qualquer impedimento legal na sua inclusão, devendo pois, serem mantidos no contrato.

Assinado por 1 pessoa: JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/8B83-1EF2-5588-37F7 e informe o código 8B83-1EF2-5588-37F7

Portanto, a minuta do contrato encontra-se com as cláusulas mínimas devidamente amparadas na Lei nº 14.133/2021, em especial por se tratar de objeto rotineiro, sem aferição de riscos aparentes para a Administração Pública. Relativamente à minuta do contrato, recomendo que conste cláusula de fiscalização do contrato.

De mais a mais, a minuta do Edital do processo licitatório estabelece a modalidade de licitação para a contratação do objeto como sendo o pregão em sua forma eletrônica, o que se encontra em perfeita correção uma vez que o objeto se enquadra na categoria de bens comuns, com padrões de qualidade e desempenho passíveis de descrição objetiva e usualmente encontrados no mercado, atendendo o disposto nos incisos XIII e XLI, do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021.

Isto posto, o critério de seleção da proposta como sendo o "menor preço por item", do mesmo modo, mostra-se adequado para a modalidade determinada pelo legislador.

E ainda, a minuta do Edital de forma bastante acertada, preconiza as prerrogativas das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais nos termos constantes na Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas alterações, para fins de regência da contratação em comento, tendo em vista o valor da aquisição, e, portanto, sua aplicabilidade, neste caso.

Destaco ainda, que é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e do termo de contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas, no diário oficial eletrônico do CISAMAPI e no diário oficial eletrônico do Ente consorciado de maior nível, conforme determinam o art. 11, III, do Decreto 013/2022 do CISAMAPI.

E, após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos

Assinado por 1 pessoa: JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/8B83-1EF2-5588-37F7 e informe o código 8B83-1EF2-5588-37F7

elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

II- CONCLUSÃO

Em face do exposto, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, opina-se pela possibilidade jurídica do prosseguimento do presente processo.

Ponte Nova, 16 de abril de 2025.

Jéssica Alvarenga Soares

OAB/MG 159.694

Assinado por 1 pessoa: JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/8B83-1EF2-5588-37F7 e informe o código 8B83-1EF2-5588-37F7

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 8B83-1EF2-5588-37F7

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

JÉSSICA ALVARENGA SOARES (CPF 099.XXX.XXX-07) em 20/04/2025 22:32:53 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/8B83-1EF2-5588-37F7

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PIRANGA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 10/2025

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

1.1.1. Procedimento licitatório de bens e/ou materiais e/ou serviços, conforme especificação sumária do objeto constante do Anexo I CEE 01 (cláusula de condição específica do edital CEE), observado o detalhamento do objeto constante do termo de referência, Anexo II deste edital.

1.2. DADOS DE AUTUAÇÃO DO PROCESSO

1.2.1. Número do processo administrativo: Anexo I – CEE 02.
1.2.2. Data autuação processo administrativo: Anexo I – CEE 02
1.2.3. Tipo de procedimento: Pregão
1.2.4. Número do tipo de procedimento: Anexo I – CEE 02

1.3. PADRONIZAÇÃO DO EDITAL

1.3.1. Em conformidade com o permissivo do inciso IV do *caput* do art. 19 e §1° do art. 25 da Lei n° 14.133/2021 é adotada minuta padronizada de edital, previamente aprovada pelos órgãos de controle e jurídico do CISAMAPI.
1.3.2. Dado o enquadramento do objeto no conceito inserto no inciso XIII do *caput* do art. 6° da Lei n° 14.133/2021, são estabelecidas no edital as normas padronizadas de caráter uniforme e geral aplicáveis ao certame e no Anexo I as especificidades do processo da licitação e do objeto – CONDIÇÕES ESPECIFICAS DO EDITAL (CEE).

1.4. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

1.4.1. O objeto deste certame possui padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no Anexo II do edital, se enquadrando no conceito legal de bens e serviços comuns conforme inciso XIII do *caput* do art. 6° da Lei n° 14.133/2021.
1.5. NORMAS APLICÁVEIS
1.5.1. Lei n° 14.133/2021
1.5.2. Lei n° 11.107/2005
1.5.3. Decreto n° 6.007/2007
1.5.4. Estatuto e Contrato do consórcio público
1.5.5. Normas regulamentadoras da lei n° 14.133/2021 expedidas pelo consórcio disponíveis em: **www.cisamapi.mg.gov.br/**
1.5.6. Normas específicas aplicáveis ao objeto do certame constantes do Anexo II

1.6. PRINCÍPIOS APLICÁVEIS

1.6.1. A motivação de atos expedidos e a fundamentação de decisões prolatadas no âmbito do processo administrativo a que se vincula o presente ato convocatório, deverão observar:

Assinado por 1 pessoa: GABRIEL GUSTAVO FERRAZ
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/E090-9DFF-4F7B-46D2 e informe o código E090-9DFF-4F7B-46D2

1.6.1.1. O princípio do formalismo moderado;
1.6.1.2. Os princípios Insertos no art. 5° da Lei n° 14.133/2021;
1.6.1.3. As disposições constantes do decreto-lei n° 4.657/1942;

1.7. DISPONIBILIZAÇÃO EDITAL

1.7.1. O edital e seus anexos se encontram disponíveis para consulta no endereço eletrônico https://cisamapi.mg.gov.br e www.licitardigital.com.br
1.7.2. Os pedidos de esclarecimentos e informações e as impugnações e recursos deverão ser formalizadas conforme Anexo I CEE 03

1.8. INTIMAÇÕES E COMUNICAÇÕES DO PROCESSO

1.8.1. Eventuais comunicações e/ou intimações referentes ao andamento do presente instrumento convocatório serão formalizadas aos licitantes e demais interessados através de publicação no Diário Oficial do Consórcio disponível no endereço https://www.cisamapi.mg.gov.br/index.php/diario-oficial

1.9. LOCAL, DATA E HORÁRIO DA LICITAÇÃO

1.9.1. A licitação será realizada em meio eletrônico, observadas as condições de segurança, criptografia e autenticação em plataforma eletrônica indicada no Anexo I CEE 04.
1.9.2. A sessão pública será aberta na data e horário indicados no Anexo I CEE 05.
1.9.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do em sentido contrário.
1.9.4. A referência temporal será o horário oficial de Brasília/DF.

2. PARTICIPAÇÃO

2.1. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1.1. Respeitadas as condições normativas próprias e as constantes deste Edital, poderá participar desta licitação o interessado que promova o credenciamento na forma do item 04 deste edital, atenda aos requisitos de habilitação e qualificação constantes do edital e, ainda, de forma complementar, atenda as seguintes condições:
2.1.1.1. Seja pessoa jurídica legalmente estabelecida no País e possua objeto constante de contrato social ou ato constitutivo equivalente compatível com o objeto da licitação;
2.1.1.2. Consórcio, desde que previsto no Anexo I – CEE 06.
2.1.1.3. Empresa estrangeira, desde que apresente decreto de autorização para funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir e, ainda, atenda às exigências de habilitação mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por Tradutor Público e Intérprete Comercial, devendo ter representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

Assinado por 1 pessoa: GABRIEL GUSTAVO FERRAZ
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/E090-9DFF-4F7B-46D2 e informe o código E090-9DFF-4F7B-46D2

2.2. VEDAÇÕES

2.2.1. Não poderá participar direta ou indiretamente desta licitação o licitante enquadrado em qualquer das seguintes hipóteses:

2.2.1.1. Que esteja impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, na forma do art. 7° da Lei n° 10.520/02 pelo período correspondente ao cumprimento da penalidade;

2.2.1.2. Que esteja impedido de licitar ou contratar com os Municípios consorciados e/ou com o Consórcio, nos termos do art. 87, *caput,* inciso III da Lei n° 8666/93 pelo período correspondente ao cumprimento da penalidade;

2.2.1.3. Que tenha sido declarado inidôneo, nos termos do art. 87, *caput,* inciso IV da Lei n° 8666/93 pelo período correspondente ao cumprimento da penalidade;

2.2.1.4. Que esteja de impedido de licitar e contratar ou declarados inidôneos, nos termos do art. 156 da Lei n° 14.133/2021 pelo período correspondente ao cumprimento da penalidade ou de reabilitação devidamente comprovada nos termos do art. 163 da citada lei n° 14.133/2021.

2.2.1.5. Empresa proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei n.º 9.605/1998 pelo período correspondente ao cumprimento da penalidade;

2.2.1.6. Empresa proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/1992 pelo período correspondente ao cumprimento da penalidade;

2.2.1.7. Com decretação de falência, em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, exceto se houver decisão judicial específica autorizando sua participação neste certame, e se comprovada a capacidade econômica de arcar com o cumprimento do objeto contratual.

2.2.1.8. Submisso a concurso de credores, em liquidação ou em dissolução;

2.2.1.9. Em que o ramo de atividade não seja pertinente ou compatível com o objeto desta licitação.

2.2.1.10. Nas hipóteses de vedação constantes do art. 14 da Lei n° 14.133/2021.

2.2.1.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

2.2.1.12. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendido aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

2.2.2. Nenhum licitante poderá participar desta licitação com mais de uma proposta por lote.

2.2.3. As vedações de que tratam os itens 2.2.1.1 a 2.2.1.6 o item 2.7.4 será também aplicadas ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.2.4. A observância das vedações supra é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

Assinado por 1 pessoa: GABRIEL GUSTAVO FERRAZ
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/E090-9DFF-4F7B-46D2 e informe o código E090-9DFF-4F7B-46D2

2.2.5. As vedações somente serão consideradas por decisões administrativas e/ou judiciais definitivas das quais não exista recurso pendente de julgamento com a comprovação do trânsito em julgado.

2.3. PARTICIPAÇÃO DIFERENCIADA DE ME´S E EPP´S

2.3.1. A participação do presente certame em relação as ME´s e EPP´s ocorrerá de forma diferenciada conforme respectiva indicação:

2.3.1.1. No Anexo I CEE 07 em relação ao desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional (art. 47 da LC 123/06) se indicado no referido item;

2.3.1.2. No Anexo I CEE 08 em relação a participação ampla ou restrita de ME´s e EPP´s desde que previsto no referido item e na proporção/parcela ali indicada.

2.3.1.3. No Anexo I CEE 09 quanto a obrigação de subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno se indicado no referido item.

2.4. DISPOSIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

2.4.1. A participação na presente licitação implica:

2.4.1.1. A aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do procedimento.

2.4.1.2. Autorização de tratamento de dados constantes das propostas apresentadas e dos documentos de habilitação e qualificação da empresa participante, inclusive os eventuais tratamentos de dados pessoais na forma do art. 7º, *caput,* inciso I da lei nº 13.709/2018 mediante divulgação em sítio eletrônico de transparência para fins de reprodução, na íntegra, de todo o processo de licitação instaurado e desenvolvido.

3. ENTE PÚBLICO DESTINATÁRIO DO CERTAME

3.1. O Ente Público responsável pelo planejamento e execução do certame é o CISAMAPI sendo que nos termos do art. 181 da Lei nº 14.133/2021, o objeto do certame é destinado ao Ente público indicado Anexo I CEE 26.

3.2. O objeto deste ato convocatório, nos termos do art. 181 da Lei nº 14.133/2021, atenderá, por delegação prevista no art. 13 da Lei nº 11.107/2005, os Municípios consorciados que se encontram indicados no Anexo I CEE 11

4. CREDENCIAMENTO

4.1. O pregão será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.

4.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação no pregão regulado por este ato convocatório deverão dispor de chave de identificação ou "login" e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do sítio da plataforma eletrônica indicada no Anexo I CEE 04

4.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao CISAMAPI, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.

Assinado por 1 pessoa: GABRIEL GUSTAVO FERRAZ
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/E090-9DFF-4F7B-46D2 e informe o código E090-9DFF-4F7B-46D2

4.4. O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao procedimento de pregão na forma eletrônica.
4.5. A participação se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.
4.6. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.
4.7. É de responsabilidade do licitante cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas/plataforma indicada no Anexo I CEE 04 e mantê-los atualizados, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
4.8. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
4.9. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. Os licitantes deverão encaminhar proposta inicial até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, exclusivamente no sistema eletrônico referido no Anexo I CEE 04, quando se encerrará a fase de recebimento de propostas.
5.2. O licitante deverá apresentar a proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos e/ou informações:
5.2.1. Valor unitário e total do item (sendo consideradas até 02 casas decimais após a vírgula, salvo se o Termo de Referência - Anexo II indicar número maior);
5.2.2. Marca dos produtos ofertados e respectivo modelo, quando cabíveis.
5.2.3. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência – Anexo II, indicando, no que for aplicável: modelo, prazo de garantia etc.
5.2.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.
5.3. As propostas deverão ter prazo de validade não inferior a 90 (noventa) dias a contar da data da abertura da licitação.
5.3.1. Se não constar o prazo de validade, entende-se 90 (noventa) dias.
5.4. A proposta final deverá manter inalteradas as características, bem como a marca e modelo indicados no item 5.2.
5.5. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos no Termo de Referência - Anexo II.
5.5.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de referência.

Assinado por 1 pessoa: GABRIEL GUSTAVO FERRAZ
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/E090-9DFF-4F7B-46D2 e informe o código E090-9DFF-4F7B-46D2

5.6. No momento do envio da proposta, o licitante deverá prestar, por meio do sistema eletrônico, as seguintes declarações:

- ✓ Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos cumprem plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a minha participação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrência posterior.
- ✓ Declaro para fins do disposto no inciso VI do *caput* do art. 68, da Lei nº 14.133/2021, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.
- ✓ Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.
- ✓ Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º, e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.
- ✓ Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 15 da lei nº 14.133/2021.
- ✓ Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- ✓ Declaro que cumpro os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, se for o caso.
- ✓ Declaro que assumo o compromisso de guardar todos os documentos originais/autenticados, anexados eletronicamente ou apresentados para digitalização, se for o caso, pelo prazo de 10 (dez) anos, e apresentá-los quando requeridos pelo CISAMAPI.
- ✓ Declaro que os documentos anexados eletronicamente ou apresentados para digitalização, se for o caso, são fiéis aos originais e válidos para todos os efeitos legais, incorrendo nas sanções legais em caso de declaração falsa, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal.
- ✓ Autorizo o tratamento de dados constantes das propostas apresentadas e dos documentos de habilitação e qualificação da empresa participante, inclusive os eventuais tratamentos de dados pessoais na forma do art. 7º, *caput,* inciso I da lei nº 13.709/2018 desde que seja efetivado mediante divulgação em sítio eletrônico de transparência para fins de reprodução, na íntegra, de todo o processo de licitação instaurado e desenvolvido.

5.7. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema

Assinado por 1 pessoa: GABRIEL GUSTAVO FERRAZ
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/E090-9DFF-4F7B-46D2 e informe o código E090-9DFF-4F7B-46D2

eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar n° 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1° ao 3° do art. 4°, da Lei n.° 14.133, de 2021.

5.8.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.8.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n° 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.9. As declarações mencionadas no item 5.6, e nos itens 5.7 e 5.8 conforme o caso, são condicionantes para a participação do certame.

5.10. Nos casos de emissão de declaração falsa, o licitante estará sujeito às sanções previstas na Lei n° 14.133, de 2021, e neste Edital, sem prejuízo das sanções de caráter penal.

5.11. Após a abertura da sessão, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo resultante de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

5.12. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital, que forem omissas ou apresentarem irregularidades.

5.13. O preço proposto será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.14. Não será admitida a subcontratação, salvo nos casos em que houver serviço agregado ao fornecimento do bem, limitados ao serviço, desde que previsto no Anexo I – CEE 13 e, ainda, na hipótese do Anexo I CEE 09.

5.15. Os licitantes deverão consignar o valor da proposta, conforme indicado no Anexo I CEE 12, já consideradas inclusas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.16. A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo o licitante pleitear acréscimo após a abertura da sessão pública.

5.17. É de inteira responsabilidade do licitante obter dos órgãos competentes informações sobre a incidência ou não de tributos de qualquer natureza relativos ao objeto desta licitação, nos mercados interno e/ou externo, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária, ou outras correlatas.

5.17.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito

Assinado por 1 pessoa: GABRIEL GUSTAVO FERRAZ
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/E090-9DFF-4F7B-46D2 e informe o código E090-9DFF-4F7B-46D2

de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.17.2. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.17.3. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.18. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

5.19. A fase de habilitação poderá anteceder as fases de apresentação de propostas, lances caso indicado no Anexo I CEE 14.

5.20. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item 5.1, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto ou retorno econômico.

5.21. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.22. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante (na hipótese de inversão fases – item 5.18), o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.23. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.24. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo consórcio ou de sua desconexão.

5.25. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição

5.26. O licitante deverá comunicar imediatamente qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

Assinado por 1 pessoa: GABRIEL GUSTAVO FERRAZ
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/E090-9DFF-4F7B-46D2 e informe o código E090-9DFF-4F7B-46D2

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no Anexo I CEE 04 e Anexo I CEE 05.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor respectivo constante do Anexo II Termo de Referência.

6.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.12. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá observar o Anexo I CEE 15.

6.13. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.14. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado indicado no Anexo I CEE 16.

6.15. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.16. A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez)** minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **02 (dois)** minutos do período de duração da sessão pública.

6.17. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de **02 (dois)** minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

Assinado por 1 pessoa: GABRIEL GUSTAVO FERRAZ
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/E090-9DFF-4F7B-46D2 e informe o código E090-9DFF-4F7B-46D2

6.18. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
6.19. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
6.20. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
6.21. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
6.22. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de **10 (dez)** minutos sendo que após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até **30 (trinta)** minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
6.23. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até **02 (dois)** minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
6.24. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
6.25. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até **02 (dois)** minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
6.26. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
6.27. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
6.28. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.27, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
6.29. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
6.30. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante. 6.31. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do

Assinado por 1 pessoa: GABRIEL GUSTAVO FERRAZ
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/E090-9DFF-4F7B-46D2 e informe o código E090-9DFF-4F7B-46D2

Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.32. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a **10 (dez)** minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas **24 (vinte e quatro)** horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.33. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.34. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial.

6.34.1. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006. 6.35. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.36. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **05 (cinco)** minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.37. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.38. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.39. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.40. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.40.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.40.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.40.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

Assinado por 1 pessoa: GABRIEL GUSTAVO FERRAZ
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/E090-9DFF-4F7B-46D2 e informe o código E090-9DFF-4F7B-46D2

6.40.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
6.41. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
6.41.1. Empresas estabelecidas no território do CISAMAPI integrado pela soma dos territórios dos Entes consorciados conforme disposto no Anexo I CEE 17;
6.41.2. Em sequência, empresas estabelecidas no estado de Minas Gerais;
6.41.3. Em sequência empresas brasileiras;
6.41.4. Em sequência empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
6.41.5. E, por fim, em sequência empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
6.42. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
6.43. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
6.44. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
6.45. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório
6.46. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02 (duas)** horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
6.47. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
6.48. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. NEGOCIAÇÃO

7.1. Após o encerramento da etapa de lances e da aplicação do empate ficto, se for o caso, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, visando a que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento estabelecido, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital.
7.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

Assinado por 1 pessoa: GABRIEL GUSTAVO FERRAZ
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/E090-9DFF-4F7B-46D2 e informe o código E090-9DFF-4F7B-46D2

8. DA ACEITABILIDADE E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. Encerrada a fase de negociação, o pregoeiro procederá a consulta com a finalidade de verificar se o licitante classificado em primeiro lugar não incorre em nenhuma das hipóteses de vedação de participação do certame, conforme redação do item 2.2, especialmente quanto a realização de consulta consolidada do licitante pessoa jurídica disponibilizada pelo Tribunal de Contas da União – TCU quanto licitantes inidôneos (TCU); condenações cíveis por ato de improbidade administrativa e inelegibilidade (CNJ); empresas inidôneas e suspensas (CEIS - CGU) e empresa punidas (CNEP- GCU) através do endereço eletrônico/URL: https://certidoeshttps://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/apf.apps.tcu.gov.br/

8.1.1. Na hipótese de a consulta indicar a existência de fato impeditivo à participação do certame, o licitante será convocado para manifestação pelo prazo mínimo de **05 (cinco)** minutos, e caso não seja apresentada justificativa que permita afastar o impedimento, o licitante será declarado desclassificado por falta de condição de requisito objetivo à participação.

8.2. Atendidas as condições de participação, na forma dos itens precedentes, o licitante classificado em primeiro lugar, por convocação e no prazo definido pelo pregoeiro de, no mínimo **02 (duas)** horas, deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao valor proposto, por meio eletrônico no endereço constante do Anexo I CEE 04.

8.3. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação solicitada, será desclassificado e estará sujeito às sanções previstas neste Edital.

8.4. O pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal e terceirizados do CISAMAPI, para orientar sua decisão.

8.5. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

8.6. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie expressamente à parcela ou à totalidade de remuneração.

8.7. Na verificação da conformidade da melhor proposta apresentada com os requisitos deste Edital, será desclassificada aquela que:

8.7.1. Não atenda às exigências do ato convocatório da licitação, incluídas as especificações contidas no Anexo II – Termo de Referência e Anexo III – Estudo Técnico Preliminar, desde que insanável.

8.7.2. Apresentar preços em desacordo com os critérios de aceitabilidade estabelecidos no Anexo I – CEE 18.

8.7.3. Apresentar preços manifestamente inexequíveis não comprovando sua exequibilidade, observados os critérios indicados no Anexo I – CEE 19.

8.8. Em caso de divergência entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso.

8.9. O consórcio concederá ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.

Assinado por 1 pessoa: GABRIEL GUSTAVO FERRAZ
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/E090-9DFF-4F7B-46D2 e informe o código E090-9DFF-4F7B-46D2

8.10. O pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante a sua demonstração;
8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, o pregoeiro poderá adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:
8.11.1. Questionamentos junto ao licitante para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade.
8.11.2. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas.
8.11.3. Verificação de outros contratos que o licitante mantenha com a Administração Pública ou com a iniciativa privada.
8.11.4. Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como:
Atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes.
8.11.5. Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo licitante.
8.11.6. Estudos setoriais.
8.11.7. Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o licitante disponha para o fornecimento.
8.11.8. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.
8.12. Será considerada inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto desta concorrência.
8.13. Caso o Anexo II - Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
8.13.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
8.13.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
8.13.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas no Anexo II – Termo de Referência, a proposta do licitante será recusada.
8.13.4. Se a amostra apresentada pelo primeiro classificado não for aceita, o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado.
8.13.4.1. Seguir-se-á com a verificação da amostra e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Anexo II - Termo de Referência.
8.14. Será vencedor o licitante que atender a íntegra do Edital e ofertar o menor preço ou o maior desconto ou retorno econômico, considerando o critério de julgamento previsto no Anexo I – CEE 18.
8.15. A classificação dos lances apresentados, a indicação da proposta vencedora e demais informações relativas à sessão pública constarão de ata divulgada no

Assinado por 1 pessoa: GABRIEL GUSTAVO FERRAZ
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/E090-9DFF-4F7B-46D2 e informe o código E090-9DFF-4F7B-46D2

sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

9. HABILITAÇÃO

9.1. Após o aceite definitivo da proposta vencedora, no prazo mínimo de 02 (duas) horas definido pelo pregoeiro, o licitante será convocado a encaminhar eletronicamente, por meio do sistema em que foi realizada a disputa, os documentos de habilitação abaixo discriminados.

9.2. Documentos Relativos à Habilitação Jurídica:

9.2.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

9.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

9.2.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

9.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

9.3. Documentos Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

9.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

9.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, mediante apresentação do comprovante de inscrição ou outro documento hábil expedido pela respectiva fazenda pública que indique o número da inscrição.

9.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede do licitante;

9.3.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

9.3.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

9.4. Documentos Relativos à Qualificação Técnica:

9.4.1. A comprovação de aptidão para o fornecimento do objeto se dará mediante apresentação da documentação constante do Anexo I CEE 20, se indicado.

9.5. Documentos Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

9.6. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

9.7. Demais documentos constantes do Anexo I CEE 21.

9.8. A entrega da documentação física original ou autenticada fica dispensada, podendo ser solicitada a qualquer momento em prazo estabelecido pelo pregoeiro, observada a sua guarda pelo agente de contratação pelo prazo de 10 (dez) anos.

9.9. 9. A documentação física original ou autenticada, quando solicitada deverá ser encaminhada ao endereço indicado no Anexo I – CEE 22.

Assinado por 1 pessoa: GABRIEL GUSTAVO FERRAZ
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/E090-9DFF-4F7B-46D2 e informe o código E090-9DFF-4F7B-46D2

9.10. Na falta de consignação do prazo de validade dos documentos, exceto item 9.2 e subitens, serão considerados válidos pelo prazo de 90 (noventa) dias contados da data de sua emissão.
9.11. Os documentos referentes à habilitação do licitante deverão estar válidos no dia de abertura da sessão pública.
9.12. Caso a data do julgamento da habilitação não coincidir com a da abertura da sessão, e não for possível ao pregoeiro verificar esta condição por meio de consulta a sites oficiais, o licitante será convocado a encaminhar no prazo de no mínimo **02 (duas)** horas, documento válido que comprove sua condição de habilitação na data da convocação, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, §1°, da Lei Complementar n° 123/2006.
9.13. Quando da apreciação dos documentos para habilitação, o pregoeiro procederá ao que segue:
9.13.1. Se os documentos para habilitação não estiverem completos e corretos, ou contrariarem qualquer dispositivo deste Edital, o pregoeiro considerará o licitante inabilitado;
9.13.2. No caso de inabilitação do primeiro classificado, serão retomados os procedimentos, respeitada a ordem de classificação do licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, e assim sucessivamente, até que sejam atendidas as condições do Edital.
9.14. Os licitantes remanescentes ficam obrigados a atender à convocação e a assinar, quando for o caso, o contrato no prazo fixado pelo consórcio, ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa.

10. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

10.1. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

10.1.1. Os esclarecimentos quanto ao edital poderão ser solicitados ao pregoeiro em até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da licitação, conforme informado no Anexo I – CEE 23.
10.1.2. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei n° 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.
10.1.2.1. As impugnações ao Edital deverão ser dirigidas ao pregoeiro nos endereços indicados no Anexo I – CEE 24.
10.1.2.2. O licitante que apresentar impugnação deverá encaminhar suas razões fundamentadas ao pregoeiro, que responderá e submeterá à aprovação da autoridade competente.
10.1.2.3. A impugnação feita tempestivamente não impedirá o licitante de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

Assinado por 1 pessoa: GABRIEL GUSTAVO FERRAZ
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/E090-9DFF-4F7B-46D2 e informe o código E090-9DFF-4F7B-46D2

10.1.2.4. Acolhida a impugnação contra o instrumento convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame, quando da resposta resultar alteração que interfira na elaboração da proposta.
10.1.3. Decairá do direito de impugnação ao Edital ou de solicitar esclarecimento o licitante ou interessando que não se manifestar no prazo e forma estabelecidos nos itens 10.1 e 10.2.
10.1.4. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada na forma do item 1.8 deste edital no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
10.1.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
10.1.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

10.2. RECURSOS

10.2.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021 e, de forma complementar, o regulamento expedido pelo CISAMAPI disponível no endereço eletrônico/URL indicado no item 1.5.5.
10.2.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
10.2.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
10.2.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.
10.2.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
10.2.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
10.2.5. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema eletrônico/plataforma responsável pela realização do certame.
10.2.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
10.2.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
10.2.8. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, na forma do item 1.8 do edital, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

Assinado por 1 pessoa: GABRIEL GUSTAVO FERRAZ
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/E090-9DFF-4F7B-46D2 e informe o código E090-9DFF-4F7B-46D2

10.2.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
10.2.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
10.2.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico indicado no Anexo I – CEE 25.

11. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
11.2. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.
11.3. Os atos de adjudicação e homologação observarão a forma e procedimento estabelecidos nos regulamentos expedidos pelo CISAMAPI disponíveis no endereço eletrônico/URL indicado no item 1.5.5.

12. CONTRATO

12.1. O licitante vencedor terá o prazo de **05 (cinco)** dias úteis contados a partir da convocação para assinatura do contrato junto ao órgão de gestão de contratos do consórcio, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de não atendimento da demanda.
12.1.1. O prazo previsto poderá ser prorrogado, por justo motivo, a critério do CISAMAPI, mediante solicitação fundamentada do interessado.
12.2. A assinatura do contrato será realizada, preferencialmente, de forma eletrônica, nos termos da lei n° 14.630/2020.
12.3. A formalização de contrato observará a minuta consta de Anexo do edital, as disposições constantes neste item 12 e, por fim, o regulamento expedido pelo CISAMAPI disponível no endereço eletrônico/IURL indicado no item 1.5.5.

13. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

13.1. A fiscalização e a gestão da execução do contrato competirá, respectivamente, ao fiscal e ao gestor de contrato indicados no Anexo II – Termo de Referência ou no termo de contrato a ser firmado.
13.2. A fiscalização e a gestão do contrato observará o regulamento específico fiscalização e de gestão de contratos expedidos pelo CISAMAPI disponível no endereço eletrônico/URL indicado no item 1.5.5 deste edital.

14. ENTREGA DO OBJETO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1. A atividade de recebimento é condição prévia e essencial ao pagamento da contraprestação pelo CISAMAPI do fornecimento do objeto, representando a

Assinado por 1 pessoa: GABRIEL GUSTAVO FERRAZ
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/E090-9DFF-4F7B-46D2 e informe o código E090-9DFF-4F7B-46D2

confirmação de que o objeto do contrato foi efetivamente executado em conformidade com os requisitos qualitativos, quantitativos, bem como o preço, a forma e prazo estipulados.
14.2. O recebimento será realizado com obediência às regras previstas no Anexo II – Termo de Referência, observadas as seguintes diretrizes:
14.3. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.
14.4. O pagamento será realizado somente após a conclusão da fase de liquidação da despesa.
14.4.1. Na realização dos pagamentos deverão ser observadas as disposições dos arts. 141 a 146 da Lei n° 14.133/2021 e, de forma complementar, os regulamentos expedidos pelo CISAMAPI referentes à fiscalização e gestão de contratos e ao recebimento provisório e definitivo, conforme endereço eletrônico indicado no item 1.5.5.
14.4.2. São documentos para fins de liquidação e pagamento:
14.4.2.1. Nota fiscal;
14.4.2.2. Fatura de locação;
14.4.2.3. Recibo de pagamento autônomo;
14.4.2.4. Nota de liquidação e pagamento;
14.4.3. Os processos de pagamento devem ser instruídos com os documentos que habilitem a correspondente liquidação e pagamento.
14.4.4. Competirá ao gestor de contratos promover junto a autoridade administrativa competente a formalização da liquidação do empenho para fins de pagamento, devendo apurar:
14.4.4.1. A origem e o objeto do que se deve pagar;
14.4.4.2. A importância exata a pagar;
14.4.4.3. A quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação.
14.4.4.4. A comprovação da regular prestação do objeto contratado.

15. REAJUSTAMENTO E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

15.1. O reajustamento do contrato ocorrerá a cada período de 12 (doze) meses, adotando por referência a data de formalização da proposta.
15.2. O reajustamento adotará o índice indicado no Anexo I – CEE 27, acumulado no período indicado no item anterior.

16. MATRIZ DE RISCOS

16.1. O contrato poderá identificar os riscos contratuais previstos e presumíveis e prever matriz de alocação de riscos, alocando-os entre contratante e contratado, mediante indicação daqueles a serem assumidos pelo CISAMAPI ou pelo contratado ou daqueles a serem compartilhados.
16.2. A alocação de riscos de que trata o item precedente considerará, em compatibilidade com as obrigações e os encargos atribuídos às partes no contrato,

Assinado por 1 pessoa: GABRIEL GUSTAVO FERRAZ
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/E090-9DFF-4F7B-46D2 e informe o código E090-9DFF-4F7B-46D2

a natureza do risco, o beneficiário das prestações a que se vincula e a capacidade de cada parte para melhor gerenciá-lo.
16.3. Os riscos que tenham cobertura oferecida por seguradoras serão preferencialmente transferidos ao contratado.
16.4. A alocação dos riscos contratuais será quantificada para fins de projeção dos reflexos de seus custos no valor estimado da contratação.
16.5. Sempre que atendidas as condições do contrato e da matriz de alocação de riscos, será considerado mantido o equilíbrio econômico-financeiro, renunciando as partes aos pedidos de restabelecimento do equilíbrio relacionados aos riscos assumidos, exceto no que se refere:
16.5.1. Às alterações unilaterais determinadas pela Administração.
16.5.2. Ao aumento ou à redução, por legislação superveniente, dos tributos diretamente pagos pelo contratado em decorrência do contrato.
16.6. São aplicáveis a alocação de riscos as normas e regulamentos expedidos pelo CISAMAPI disponíveis no endereço eletrônico/URL indicado no item 1.5.5.

17. GARANTIAS

17.1. A formalização de garantia observará o disposto nos arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021 e, de forma complementar, o regulamento expedido pelo CISAMAPI constante de endereço eletrônico/URL indicada no item 1.5.5.
17.2. A critério do CISAMAPI, poderá ser exigida garantia, mediante indicação no Anexo I – CEE 28.
17.3. Serão admitidas as seguintes modalidades de garantia:
17.3.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
17.3.2. Seguro-garantia;
17.3.3. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
17.4. A garantia observará os seguintes percentuais calculados sobre o valor do contrato:
17.4.1. Até 5% (cinco por cento) nas contratações de serviços e fornecimentos;
17.4.2. Até 10% (dez por cento) nas contratações em que exista justificativa decorrente de complexidade técnica e dos riscos envolvidos conforme indicação constante da matriz de riscos;
17.5. O **CISAMAPI** poderá exigir a prestação de garantia adicional como condição para o pagamento antecipado.
17.5.1. O valor da garantia oferecida corresponderá, em regra, à integralidade do valor previsto como pagamento antecipado na hipótese do item 17.4.
17.6. O valor da garantia poderá ser reduzido com base na matriz de riscos do contrato.

Assinado por 1 pessoa: GABRIEL GUSTAVO FERRAZ
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/E090-9DFF-4F7B-46D2 e informe o código E090-9DFF-4F7B-46D2

18. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Nos termos dos arts. 155 a 162 da Lei n° 14.133/2021, serão aplicadas as sanções administrativas nas seguintes hipóteses:

18.1.1. Advertência, aplicável ao responsável que der causa à inexecução parcial do contrato quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

18.1.2. Impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, aplicável ao responsável que:

18.1.2.1. Incorrer na inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CISAMAPI, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

18.1.2.2. Incorrer na inexecução total do contrato;

18.1.2.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

18.1.2.4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

18.1.2.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.1.2.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

18.1.3. Declaração de idoneidade para licitar ou contratar, aplicável ao responsável que:

18.1.3.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

18.1.3.2. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

18.1.3.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

18.1.3.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

18.1.3.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013[1];

---

[1] Lei n° 12.846/2013:
[...]
Art. 5º Constituem atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, para os fins desta Lei, todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas mencionadas no parágrafo único do art. 1º , que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, assim definidos:
I - prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada; II - comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos nesta
Lei;
III - comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados; IV - no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento
licitatório público;
b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

Assinado por 1 pessoa: GABRIEL GUSTAVO FERRAZ
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/E090-9DFF-4F7B-46D2 e informe o código E090-9DFF-4F7B-46D2

18.1.3.6. Nas infrações administrativas indicadas no subitem 18.1.2 e subitens que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar.
18.1.4. Multa, a ser aplicada ao responsável que der causa a infrações administrativas será calculada observando o valor mínimo de 0,5% (meio por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor estimado para a licitação, da ata registrada ou do contrato licitado ou celebrado no caso de contratação direta na hipótese do responsável que der causa a infrações administrativas puníveis com as sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade indicadas neste edital, observada a cumulação de aplicação de sanções prevista no §7° do art. 156 da Lei n° 14.133/2021.
18.1.4.1. Sem prejuízo de aplicação do disposto no item 18.1.4, será aplicável a penalidade de multa:
18.1.4.1.1. Igual ou superior a 0,5% (meio por cento) e igual ou inferior a 15% (quinze por cento) para as seguintes infrações administrativas:
18.1.4.1.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
18.1.4.1.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
18.1.4.1.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
18.1.4.1.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
18.1.4.1.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

18.1.4.1.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

---

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V - dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

§ 1º Considera-se administração pública estrangeira os órgãos e entidades estatais ou representações diplomáticas de país estrangeiro, de qualquer nível ou esfera de governo, bem como as pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro.

§ 2º Para os efeitos desta Lei, equiparam-se à administração pública estrangeira as organizações públicas internacionais.

§ 3º Considera-se agente público estrangeiro, para os fins desta Lei, quem, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, exerça cargo, emprego ou função pública em órgãos, entidades estatais ou em representações diplomáticas de país estrangeiro, assim como em pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro ou em organizações públicas internacionais.

Assinado por 1 pessoa: GABRIEL GUSTAVO FERRAZ
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/E090-9DFF-4F7B-46D2 e informe o código E090-9DFF-4F7B-46D2

18.1.4.1.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
18.1.4.1.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.1.4.1.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
18.1.4.1.2. Superior a 15% (quinze por cento) e inferior ou igual a 30% (trinta por cento) para as seguintes infrações administrativas:
18.1.4.1.2.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
18.1.4.1.2.2. Fraudar a licitação.
18.1.4.1.2.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
18.1.4.1.2.3.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei.
18.1.4.1.2.3.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento.
18.1.4.1.2.3.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
18.1.4.1.2.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
18.1.4.1.2.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.
18.2. A sanção administrativa de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito do CISAMAPI pelo prazo máximo de 03 (três) anos.
18.3. A sanção administrativa de inidoneidade para licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração direta e indireta de todos os Entes públicos da federação pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.
18.4. Se o valor aplicado pela sanção, somado às indenizações cabíveis, ultrapassar o valor de pagamento eventualmente devido pelo CISAMAPI ao contratado, será promovida de forma cumulativa:
18.4.1. A compensação da sanção e eventuais indenizações no valor pendente de pagamento ao contratado;
18.4.2. Eventual diferença não compensada no item anterior seja descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
18.5. A aplicação das sanções administrativas previstas neste ato convocatório não exclui, nem afasta, a obrigação de reparação de integral de eventual dano causado ao CISAMAPI.
18.6. A dosimetria das sanções administrativas e o respectivo processo administrativo de apuração e eventual responsabilização mediante aplicação de sanção administrativa observará o regulamento próprio expedido constante de endereço eletrônico no sítio oficial do CISAMAPI indicado no item 1.5.5

19. DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

Assinado por 1 pessoa: GABRIEL GUSTAVO FERRAZ
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/E090-9DFF-4F7B-46D2 e informe o código E090-9DFF-4F7B-46D2

19.2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse do CISAMAPI, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação e aos demais princípios indicados no item 1.6 deste edital.
19.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o CISAMAPI não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
19.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-seá o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, somente se iniciando ou encerrando os prazos em dias de expediente no CISAMAPI.
19.5. Na contagem dos prazos, na hipótese de publicação do ato em mais de um meio, será considerado como parâmetro para a contagem de início do prazo a última publicação realizada.
19.6. É facultado ao pregoeiro ou a autoridade competente, em qualquer fase do processo, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.
19.7. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para fornecimento de produtos, decorrentes desta
19.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
19.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
19.10. O agente de contratação, nos processos de licitação em que a modalidade seja o pregão, adotará a indicação/nomenclatura de "PREGOEIRO".
19.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e na forma indicada no Anexo I – CEE 25.

20. ANEXOS

20.1. Anexo I – Condições Específicas do Edital - CEE
20.2. Anexo II – Termo de Referência
20.3. Anexo III – Estudo Técnico Preliminar - ETP
20.4. Anexo IV – Minuta de Contrato
20.5. Anexo V – Minuta da Proposta

Ponte Nova, 22 de abril de 2025.

Gabriel Gustavo Ferraz
Agente de Contratação

Assinado por 1 pessoa: GABRIEL GUSTAVO FERRAZ
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/E090-9DFF-4F7B-46D2 e informe o código E090-9DFF-4F7B-46D2

ANEXO I
CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO EDITAL (CEE)

Cláusula da Condição Específica do Edital (CEE)	Referência	Condição Específica do Edital
CEE 01	Descrição do objeto	Contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos para viabilizar o deslocamento da equipe multidisciplinar aos municípios aderidos ao Programa VISA-CIS.
CEE 02	Dados de atuação do processo	Número do processo administrativo: **10/2025** Data autuação processo administrativo: **25/03/2025** Número do tipo de procedimento: Pregão Eletrônico **08/2025**
CEE 03	Pedidos de esclarecimentos, informações, impugnações e recursos	Pedidos de esclarecimentos e informações diretamente pela plataforma de licitações www.licitardigital.com.br Impugnações e recursos: www.licitardigital.com.br
CEE 04	Plataforma eletrônica de realização do procedimento	URL da plataforma de disputa: www.licitardigital.com.br
CEE 05	Data e horário sessão pública	Data: **12/05/2025** Horário: **08h30min**
CEE 06	Empresas participando na forma de consórcio	Não será permitida participação de Consórcio:
CEE 07	Desenvolvimento econômico e social local e regional – art. 47 da LC 123/06	Contratação restrita local e/ou regional Não se aplica
CEE 08	Participação ampla e restrita – art. 48, I da LC 123/06	Participação restrita a ME´s e/ou EPP´s: Se aplica.

Assinado por 1 pessoa: GABRIEL GUSTAVO FERRAZ
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/E090-9DFF-4F7B-46D2 e informe o código E090-9DFF-4F7B-46D2

CEE 09	Subcontratação de ME´s e EPP´s – art. 48, II da LC 123/06	Obrigação de subcontratação de ME´s e EPP´s Não se aplica
CEE 10	Entes Públicos Participantes	Nos termos do art. 86, caput, da Lei n° 14.133/2021 NÃO HÁ Entes públicos participantes.
CEE 11	Entes Públicos Consorciados	Se aplica o art. 181 da Lei n° 14.133/2021 visando o atendimento dos seguintes Municípios consorciados: Abre Campo, Acaiaca, Alvinópolis, Amparo do Serra, Barra Longa, Diogo de Vasconcelos, Dom Silvério, Guaraciaba, Jequeri, Mariana, Oratórios, Piedade de Ponte Nova, Ponte Nova, Raul Soares, Rio Casca, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado, Santo Antônio do Grama, São José do Goiabal, São Pedro dos Ferros, Sem Peixe, Urucânia.
CEE 12	Formato/descrição da proposta	Menor Preço por item
CEE 13	Subcontratação	Não será admitida a subcontratação do objeto licitado
CEE 14	Inversão fases – Habilitação precedendo apresentação de propostas e lances	Não será aplicada a inversão de fases
CEE 15	Intervalo mínimo de lance	R$0,01 (um centavo)
CEE 16	Modo de disputa	Aberto
CEE 17	Território Consórcio	O Território do Consórcio é formado pela soma dos territórios dos seguintes Entes consorciados: Abre Campo, Acaiaca, Alvinópolis, Amparo do Serra, Barra Longa, Diogo de Vasconcelos, Dom Silvério, Guaraciaba, Jequeri, Mariana, Oratórios, Piedade de Ponte Nova, Ponte Nova, Raul Soares, Rio Casca, Rio Doce, Santa Cruz do

Assinado por 1 pessoa: GABRIEL GUSTAVO FERRAZ
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/E090-9DFF-4F7B-46D2 e informe o código E090-9DFF-4F7B-46D2

		Escalvado, Santo Antônio do Grama, São José do Goiabal, São Pedro dos Ferros, Sem Peixe, Urucânia.
CEE 18	Critérios de aceitabilidade de preços	Valor máximo de R$ 44.715,00 (Quarenta e quatro mil, setecentos e quinze reais), conforme consta no Anexo II - Termo de Referência.
CEE 19	Critérios de exequibilidade	A exequibilidade será apurada conforme consta no Anexo II – Termo de Referência
CEE 20	Qualificação Técnica	A comprovação de aptidão deverá ser efetivada mediante apresentação de documentação complementar na forma, descrição e quantidade indicados no Anexo II – Termo de Referência;
CEE 21	Qualificação econômica-financeira	A comprovação de qualificação econômico-financeira deverá ser efetivada mediante apresentação dos seguintes documentos, conforme o Anexo II – Termo de Referência: • Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples; • Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
CEE 22	Documentação original ou autenticada	Caso seja necessário, a documentação original ou autenticada deverá ser encaminhada ao seguinte endereço, constando no envelope externo os seguintes dados: ENDEREÇO DE ENCAMINHAMENTO: Av. Ernesto Trivellato, nº 120, Bairro Triângulo, Ponte Nova – MG. ENVELOPE DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO/PROPOSTA NÚMERO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO, MODALIDADE E NÚMERO DA MODALIDADE RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE CNPJ OU DOCUMENTO EQUIVALENTE

Assinado por 1 pessoa: GABRIEL GUSTAVO FERRAZ
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/E090-9DFF-4F7B-46D2 e informe o código E090-9DFF-4F7B-46D2

CEE 23	Esclarecimentos	As solicitações de esclarecimentos exclusivamente de forma eletrônica e deverão ser encaminhadas pela plataforma : www.licitardigital.com.br
CEE 24	Impugnações	As impugnações ao edital deverão ser encaminhadas da seguinte forma: Eletrônica, pela plataforma : www.licitardigital.com.br A impugnação eletrônica deverá conter assinatura que possa identificar o signatário, observado o disposto na Lei n° 14.630/2020. Presencial mediante protocolo no endereço e horário: Av. Ernesto Trivellato, n° 120, Bairro Triângulo, Ponte Nova – MG.
CEE 25	Vista dos autos	A vista dos autos será eletrônica, mediante baixa/download dos arquivos no endereço eletrônico/ URL: https://cisamapi.mg.gov.br
CEE 26	Destinatário do objeto da licitação	O objeto do presente certame tem por finalidade atender aos Munícipios: Abre Campo, Acaiaca, Alvinópolis, Amparo do Serra, Barra Longa, Diogo de Vasconcelos, Dom Silvério, Guaraciaba, Jequeri, Mariana, Oratórios, Piedade de Ponte Nova, Ponte Nova, Raul Soares, Rio Casca, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado, Santo Antônio do Grama, São José do Goiabal, São Pedro dos Ferros, Sem Peixe, Urucânia.
CEE 27	Índice de reajustamento	Será adotado o índice de reajuste de preço INPC – Índice Nacional de Preços
CEE 28	Garantia	Não será exigida garantia

Assinado por 1 pessoa: GABRIEL GUSTAVO FERRAZ
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/E090-9DFF-4F7B-46D2 e informe o código E090-9DFF-4F7B-46D2

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: E090-9DFF-4F7B-46D2

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

GABRIEL GUSTAVO FERRAZ (CPF 068.XXX.XXX-92) em 22/04/2025 08:28:32 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/E090-9DFF-4F7B-46D2

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PIRANGA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículo tipo Minivan**,** nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE AQUISIÇÃO	QUANT. MESES	QUANT. VEICULOS	VALOR UNITÁRIO (mensal	VALOR TOTAL (12 meses)
01	4014	Prestação de serviço de locação de veículo, tipo minivan, sem motorista e sem combustível, com quilometragem livre e seguro total, pelo período de 01 (um) ano, motorização mínima 130 CV, com capacidade mínima para 07 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros a travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, ano de fabricação mínima 2022, com manutenção preventiva e corretiva.	Mês	12	01	R$ 3.726,25	R$ 44.715,00
Valor total estimado							**R$44.715,00**

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto CISAMAPI nº 04, de 07 de dezembro de 2022.

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/1379-B6C1-3C31-60E6 e informe o código 1379-B6C1-3C31-60E6

1.4. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura e publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas.

1.5. O contrato poderá ser prorrogado nos termos do Art. 107 da Lei Federal n°14.133/21 até o limite máximo de 10 (dez) anos, desde que devidamente comprovada que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contrato ou extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

1.6. O termo de contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.7. Nos termos do inciso I do art. 48 da Lei Complementar n° 123, de 2006, e em razão do valor estimado do item ser inferior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), somente poderão participar deste lote pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto desta licitação e que se enquadrem no conceito legal de microempresa e empresa de pequeno porte.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A locação mensal de veículos é necessária para atender às demandas contínuas de transporte da equipe do Programa VISA CIS, otimizando a logística de deslocamento para reuniões, visitas aos municípios e outras atividades. Além disso, busca-se reduzir custos fixos associados à aquisição e manutenção de frota própria, como depreciação, seguro, manutenção e impostos.

4.2. A contratação do serviço de locação mensal de veículos tem como objetivos assegurar a disponibilidade contínua do veículo para as operações do Programa supracitado, reduzir custos operacionais com manutenção, seguro e gestão de frota própria, além de flexibilizar a logística operacional.

4.3. O veículo a ser alugado mensalmente deverá atender a requisitos específicos:

4.3.1. Será necessário um veículo de 07 lugares para deslocamentos na zona urbana e rural;

4.3.2. O veículo deve ter no máximo 03 anos de fabricação, preferencialmente modelos atuais para maior segurança e conforto;

4.3.3. Deve ser equipado com airbags frontais, freios ABS, cintos de segurança de três pontos em todos os assentos, ar-condicionado, direção hidráulica/elétrica e sistema de som com conectividade Bluetooth;

4.3.4. A locação deve incluir manutenção preventiva e corretiva, com substituição do veículo em caso de falhas mecânicas, seguro total contra roubo, furto, colisão e danos a terceiros, assistência 24 horas e veículo reserva em caso de manutenção prolongada;

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/1379-B6C1-3C31-60E6 e informe o código 1379-B6C1-3C31-60E6

4.3.5. A franquia de quilometragem deverá ser livre, conforme necessidade operacional;

4.4 A locadora deve garantir a disponibilidade imediata do veículo conforme as necessidades mensais do locatário.

4.5 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.6 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.7 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf

Serviços de Manutenção:

4.8 A locadora deve ser responsável pela manutenção preventiva e corretiva dos veículos, além de garantir que o serviço de manutenção seja realizado de forma ágil.

Seguros:

4.9 Os veículos devem possuir seguro completo (danos a terceiros, furto, incêndio, etc.) que deve ser coberto pela locadora.

Seguro de Responsabilidade Civil:

4.10. A locadora deve apresentar contrato de seguro que cubra danos ao patrimônio público e terceiros durante o uso dos veículos.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega *do automóvel* é de 10 (dez) dias, contados da emissão da ordem de fornecimento, expedida pelo setor de compras do CISAMAPI.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 0*5* (*cinco*) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. O automóvel deverá ser entregue no CISAMAPI, no seguinte endereço: Avenida Ernesto Trivellato, nº 120, Bairro Triângulo, Ponte Nova/MG, no horário de 07:00 às 17:00 horas.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/1379-B6C1-3C31-60E6 e informe o código 1379-B6C1-3C31-60E6

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7. A fiscalização do contrato será exercida pelo colaborador Almiro Luna Xavier.

Fiscalização Técnica

6.8. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto CISAMAPI nº 003, de 06 de dezembro de 2022);

6.8.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º)

6.8.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.8.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.8.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.8.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/1379-B6C1-3C31-60E6 e informe o código 1379-B6C1-3C31-60E6

6.9. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.9.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.13. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso

6.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.17. A gestão do objeto licitado será exercida pelas Gestoras de contratos: Patrícia Soares Viana e Aline Lopes Santana.

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/1379-B6C1-3C31-60E6 e informe o código 1379-B6C1-3C31-60E6

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do objeto

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 02 (dois) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de cinco dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/1379-B6C1-3C31-60E6 e informe o código 1379-B6C1-3C31-60E6

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será mensal e realizado em 12 (doze) parcelas, efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/1379-B6C1-3C31-60E6 e informe o código 1379-B6C1-3C31-60E6

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO** por item, modo de disputa **ABERTO**.

8.2. A proposta comercial terá validade mínima de 90(noventa) dias.

Forma de fornecimento

8.3. O fornecimento do objeto será continuado.

Exigências de habilitação

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.5. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/1379-B6C1-3C31-60E6 e informe o código 1379-B6C1-3C31-60E6

8.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.12. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **Estadual** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **Municipal** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda **Estadual** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/1379-B6C1-3C31-60E6 e informe o código 1379-B6C1-3C31-60E6

8.21. Prova de regularidade com a Fazenda **Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.22. Verificação da situação do fornecedor ou prestador de serviço selecionado no **Cadastro Informativo da Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas (Cadin-MG)**, no **Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com Administração Pública do Poder Executivo Estadual (Cafimp)** perante Fazenda Pública Estadual.

8.23. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.24. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.25. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.26. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.29.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.29.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.29.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.30. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/1379-B6C1-3C31-60E6 e informe o código 1379-B6C1-3C31-60E6

8.30.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.30.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.30.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.30.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.30.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.30.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.30.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R$ 44.175,00 (quarenta e quatro mil e cento e setenta e cinco reais), conforme custos unitários aposto na tabela em anexo.

9.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto Federal nº 11.462/2023):

9.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/1379-B6C1-3C31-60E6 e informe o código 1379-B6C1-3C31-60E6

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do CISAMAPI.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Dotação:01.23.01.10.304.0006.2059-3.3.90.39.00

Ficha: 143

Fonte: 2.621

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Ponte Nova, 02 de abril de 2025.

Déniz Aparecida de Almeida Gonçalves
Setor de Compras

Assinado por 1 pessoa: DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/1379-B6C1-3C31-60E6 e informe o código 1379-B6C1-3C31-60E6

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 1379-B6C1-3C31-60E6

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

DENIZ APARECIDA DE ALMEIDA GONÇALVES (CPF 098.XXX.XXX-37) em 02/04/2025 08:31:11 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/1379-B6C1-3C31-60E6

ANEXO III - ETP

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO ETP:

Autoridade responsável pela demanda: **Elis Machado Rodrigues.**

Agente Público da área de licitações responsável pelo acompanhamento da elaboração do ETP: **Fernanda Rodrigues Hermenegildo.**

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O presente Estudo Técnico Preliminar é requisito necessário para assegurar a viabilidade técnica e econômica da pretensa, mensurando os riscos e determinar estratégias, fornecendo subsídios para a elaboração do Termo de Referência e, bem como, definir um plano de sustentação para a solução demandada.

O objetivo aqui é pautar elementos que, fundamentadamente, tem a capacidade e potencial para, em tese, considerando o caso concreto, melhor atender ao Interesse Público.

O presente estudo tem por objetivo a necessidade de deslocamento contínuo para a execução das atividades do Programa VISACIS por meio da RESOLUÇÃO SES/MG N° 9.637, de 17 de Julho de 2024, foi instituído o Programa de Apoio Técnico às ações de Vigilância Sanitária Municipal via Consórcio Público de Saúde. Juntamente com a Deliberação CIB-SUS/MG N° 4.948, de 21 de Outubro de 2024 e Resolução SES/MG N° 9.793, de 21 de Outubro de 2024.

A inovadora política tem como objetivo fortalecer de modo regionalizado, as ações da Vigilância Sanitária dos municípios VISA nos Consórcios de saúde para execução e apoio técnico as ações municipais. E para implantar o programa precisa-se de uma equipe técnica composta por 09 (nove) pessoas que irão realizar visitas inloco aos municípios da macro Leste do Sul para efetivar o que se pede o programa do VISACIS e cumprir seus indicadores.
Sendo assim torna-se imprescindível a locação de um veículo para garantir a mobilidade da equipe técnica.

O programa envolve ações de vigilância em saúde, visitas técnicas, reuniões institucionais e atividades de monitoramento sanitário, muitas vezes em locais de difícil acesso.

De acordo com a Deliberação CIB-SUS/MG N°4.948, de 21 de outubro de 2024 e Resolução SES/MG N° 9.793, de 21 de Outubro de 2024, que estabelece diretrizes para a execução do Programa VISACIS, é fundamental que as equipes de vigilância em saúde disponham de infraestrutura adequada para desempenhar suas funções de forma eficiente. A impossibilidade de deslocamento pode comprometer o cumprimento dos objetivos do programa, impactando diretamente no assistencialismo a esses municípios consorciados e no cumprimento das ações e indicadores do Programa VISACIS.

3. ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO A INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

No CISAMAPI, até no presente momento, não há plano de contratação anual vigente para o exercício de 2025 neste segmento.

Assinado por 1 pessoa: ELIS MACHADO RODRIGUES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/7B17-48B5-B793-F716 e informe o código 7B17-48B5-B793-F716

4. DIRETRIZES QUE NORTEARÃO O ETP

LeiFederal Nº 14.133/2021;
ABNT NBR 14781 (Manutenção, inspeção, reparação e/ou substituição de sistemas de exaustão de veículos rodoviários);
https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A locação mensal de veículos é necessária para atender às demandas contínuas de transporte da equipe do Programa VISA CIS, otimizando a logística de deslocamento para reuniões, visitas aos municípios e outras atividades. Além disso, busca-se reduzir custos fixos associados à aquisição e manutenção de frota própria, como depreciação, seguro, manutenção e impostos.

A contratação do serviço de locação mensal de veículos tem como objetivos assegurar a disponibilidade contínua do veículo para as operações do Programa supracitado, reduzir custos operacionais com manutenção, seguro e gestão de frota própria, além de flexibilizar a logística operacional.

O veículo a ser alugado mensalmente deverá atender a requisitos específicos. Será necessário um veículo de 07 lugares para deslocamentos na zona urbana e rural. O veículo deve ter no máximo 03 anos de fabricação, preferencialmente modelos atuais para maior segurança e conforto. Deve ser equipado com airbags frontais, freios ABS, cintos de segurança de três pontos em todos os assentos, ar-condicionado, direção hidráulica/elétrica e sistema de som com conectividade Bluetooth. A locação deve incluir manutenção preventiva e corretiva, com substituição do veículo em caso de falhas mecânicas, seguro total contra roubo, furto, colisão e danos a terceiros, assistência 24 horas e veículo reserva em caso de manutenção prolongada. A franquia de quilometragem deverá ser livre, conforme necessidade operacional.

A locadora deve garantir a disponibilidade imediata do veículo conforme as necessidades mensal do locatário.

Os serviços descritos são considerados comuns, pois se enquadram nos termos do parágrafo XIII,do art. 6°, da Lei 14.133, de 2021: "Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado". Ainda, o serviço descrito é considerado comum, pois seus requisitos e padrões de desempenho podem ser claramente especificados com base em características usuais no mercado, conforme o parágrafo XIII, do art. 6° da Lei nº 14.133, de 2021. Isso assegura que as especificações sejam objetivas e padronizadas, permitindo ampla competitividade entre fornecedores, sem prejuízo da qualidade requerida.

Dessa forma, assegura-se que a contratação atenda ao princípio da isonomia, promovendo condições equitativas de participação e ampliando a concorrência, o que contribui para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Serviços de Manutenção: A locadora deve ser responsável pela manutenção preventiva e corretiva dos veículos, além de garantir que o serviço de manutenção seja realizado de forma ágil.

Assinado por 1 pessoa: ELIS MACHADO RODRIGUES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/7B17-48B5-B793-F716 e informe o código 7B17-48B5-B793-F716

Seguros: Os veículos devem possuir seguro completo (danos a terceiros, furto, incêndio, etc.) que deve ser coberto pela locadora.

Seguro de Responsabilidade Civil: A locadora deve apresentar contrato de seguro que cubra danos ao patrimônio público e terceiros durante o uso dos veículos.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE AQUISÃO	QUANT. DE MESES	QUANT. DE VEICULOS	Valor unit. (mensal)	Valor total (12 meses)
01	Prestação de serviço de locação de veículo, tipo minivan, sem motorista e sem combustível, com quilometragem livre e seguro total, pelo período de 01 (um) ano, motorização mínima 130 CV, com capacidade mínima para 07 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros a travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, ano de fabricação mínima 2022, com manutenção corretiva e preventiva.	MÊS	12	01	R$3.106,21	R$37.274,52

Assinado por 1 pessoa: ELIS MACHADO RODRIGUES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/7B17-48B5-B793-F716 e informe o código 7B17-48B5-B793-F716

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O presente levantamento de mercado tem como objetivo identificar as opções, fornecedores e condições relacionadas ao aluguel de veículos, com o intuito de atender ao CISAMAPI por soluções de transporte para atender as demandas do Programa VISACIS como: viagens corporativas, transporte de equipe, operações diárias, etc. Este estudo visa oferecer uma análise detalhada das alternativas disponíveis no mercado, com foco na relação custo-benefício, atendendo às necessidades específicas da empresa. A aquisição do veículo geraria custos fixos aumentando assim o orçamento do Programa VISA CIS. Além disso, o aluguel de veículos oferece flexibilidade na gestão de transporte, evitando custos fixos associados à manutenção, seguro e depreciação de frota própria. Essa solução também permite adaptar a quantidade e o tipo de veículo conforme as variações de demanda, promovendo maior eficiência logística.

Outro fator relevante é a necessidade de assegurar a disponibilidade imediata de transporte confiável, especialmente para, minimizar interrupções nas operações e garantindo a continuidade dos serviços prestados pelo Programa VISACIS.

Diante da necessidade do objeto deste estudo, foi realizado a análise de mercado no intuito de prospectar e avaliar soluções para a pretensão contratual, que atendam aos critérios de vantajosidade para a Administração, sob aspectos da conveniência, economicidade e eficiência.

No modelo de locação de veículos, o serviço consiste na disponibilização de veículos por empresa contratada, a qual se responsabiliza pelos gastos e manutenções advindas da disponibilização do veículo.

Outro fator relevante sobre a compra de um veiculo para o Programa VISA CIS e de acordo com a Deliberação CIB-SUS/MG N° 4.799, DE 17 DE JULHO DE 2024 o repasse de Incentivo de Capital não é exíguo para adquirir veiculo e outros serviços relacionados ao mesmo, como: seriços de manutenção, seguros, seguro de responsabilidade civil.

A empresa CISAMAPI possui as seguintes necessidades em relação ao aluguel de veículos:

Quantidade de veículos: Necessidade de 01 minivan para atendimento das operações diárias, viagens e deslocamento da equipe do Programa VISACIS.
Tipos de veículos: Preferência por veículos de médio porte (MINIVAN, 07 lugares) para garantir conforto e eficiência no transporte dos colaboradores**.**
Duração do aluguel: O aluguel será realizado principalmente de forma mensal, com flexibilidade para ajustes conforme necessidade.
Necessidades adicionais: Locadoras que ofereçam assistência 24h, seguro completo e quilometragem ilimitada, visando maior tranquilidade e flexibilidade no uso dos veículos.

Por fim, a contratação busca promover maior controle e previsibilidade dos custos com transporte, possibilitando uma melhor gestão orçamentária e o atendimento às diretrizes de economicidade e eficiência administrativa.

Assinado por 1 pessoa: ELIS MACHADO RODRIGUES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/7B17-48B5-B793-F716 e informe o código 7B17-48B5-B793-F716

8. ESTIMATIVA DO VALOR DO ESTUDO

Visando analisar a viabilidade econômica da contratação, foi realizada pesquisa de preços no Portal Nacional de Contratações Públicas: <https://pncp.gov.br/app/atas?q=&status=vigente&pagina=1>; Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais / Secretaria do Estado de Planejamento e Gestão (MG): <https://www.mg.gov.br/planejamento/pagina/logistica/central-de-compras/atas-de-registro-de-precos>; conforme quadro demonstrativo abaixo e documentos em anexo a este estudo

ITEM	Especificação	PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS – Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião Norte do Rio Doce	PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - Secretaria do Estado de Planejamento e Gestão (MG)	PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS – Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Médio Rio das Velhas	PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS – Município de Conselheiro Lafaiete	MÉDIA DOS PREÇOS OBTIDOS
01	Prestação de serviço de locação de veículo, tipo minivan, sem motorista e sem combustível, com quilometragem livre e seguro total, pelo período de 01 (um) ano, motorização mínima 130 CV, com capacidade mínima para 07 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros a travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, ano de fabricação mínima 2022, com manutenção preventiva e corretiva.	R$5.972,00	R$3.106,21	R$6.490,00	R$ 3.462,50	R$4.757,50

Assinado por 1 pessoa: ELIS MACHADO RODRIGUES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/7B17-48B5-B793-E716 e informe o código 7B17-48B5-B793-E716

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A descrição da solução como um todo abrange a contratação de serviço de locação de veículo, para atender às ações do Programa VISA-CIS (Programa de Apoio Técnico as Ações de Vigilância Sanitária Municipal via Consórcio Público de Saúde), seguindo a Deliberação CIB-SUS/ MG n° 4.799, de 17 de Julho de 2024.
A contratação pretendida tem caráter continuado (prazo de um ano) e é essencial, conforme já exposto no tópico "Descrição da Necessidade da Contratação".

Durante a pesquisa de preços realizada no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais, identificamos melhores condições de valores, economicidade e eficiencia.
Tomando como base os valores encontrados, optou-se pela realização de um pregão eletrônico (Conforme Capítulo III – Das Definições, art. 6º, Inciso XLI, da lei nº14.133/2021).

10. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

O contrato oriundo do presente procedimento terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura e publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas, para prestação de serviço imediato

O contrato poderá ser prorrogado nos termos do Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21 até o limite máximo de 10 (dez) anos, desde que devidamente comprovada que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contrato ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

11. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Não haverá parcelamento da solução uma vez que, trata – se de item único para a pretensão contratual.

12. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação do serviço de aluguel de carros visa alcançar uma série de resultados que contribuam para a eficiência operacional e econômica do Programa VISACIS. Espera-se otimizar a logística e a mobilidade, garantindo a disponibilidade contínua de veículos para atender às demandas de deslocamento de maneira eficiente e pontual. Com isso, pretende-se reduzir o tempo de espera e aprimorar a logística de transporte para a equipe, além de proporcionar maior flexibilidade operacional, permitindo uma adaptação rápida às variações de demanda, como picos sazonais ou eventos específicos, sem a necessidade de investimento em frota própria.

A redução de custos operacionais é um dos principais objetivos da contratação. A eliminação de despesas associadas à posse de veículos, como manutenção preventiva e corretiva, pagamento de seguro, licenciamento, impostos e depreciação, permitirá maior controle

Assinado por 1 pessoa: ELIS MACHADO RODRIGUES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/7B17-48B5-B793-F716 e informe o código 7B17-48B5-B793-F716

financeiro. Com pagamentos fixos e programados, a empresa terá uma previsibilidade orçamentária mais precisa, evitando gastos imprevistos com reparos ou substituição de veículos.

Outro resultado esperado é o aumento da eficiência e da produtividade, facilitando o deslocamento da equipe para reuniões externas, visitas técnicas, eventos e outras atividades operacionais. Isso contribuirá para o melhor aproveitamento do tempo e para a maximização da produtividade da equipe. Além disso, a garantia de veículos modernos e adequados às necessidades específicas de transporte proporcionará conforto e segurança aos colaboradores durante as viagens.

A melhoria na gestão e controle de frotas é um importante resultado a ser alcançado. Com o serviço de aluguel, será possível implementar um controle eficiente do uso do veículo, monitorando a quilometragem, o consumo de combustível e gerando relatórios detalhados de utilização. Essa prática permitirá uma análise mais precisa do desempenho e dos custos operacionais, além de possibilitar a adoção de políticas de uso consciente e responsável do veículo, contribuindo para a sustentabilidade e a redução da pegada de carbono.

A segurança e a confiabilidade também estão entre os resultados pretendidos. O veículo deverá estar em conformidade com as normas de segurança e manutenção preventiva, minimizando o risco de falhas mecânicas e aumentando a confiabilidade no transporte. O contrato de aluguel incluirá suporte 24 horas e a disponibilidade de veículos reserva em casos de emergências, o que evitará interrupções nas operações críticas.

Espera-se, ainda, atender integralmente às normas e diretrizes administrativas, especialmente no que tange à economicidade, eficiência administrativa e transparência nos gastos públicos, em conformidade com as normativas vigentes para contratações públicas ou com a política de compliance da empresa. A contratação do serviço de aluguel de carros também contribuirá para a conformidade com as exigências legais e regulatórias relacionadas ao transporte de pessoas e cargas.

Por fim, busca-se promover a sustentabilidade e a responsabilidade ambiental. A utilização de veículos modernos, preferencialmente com tecnologia flex ou híbrida, reduzirá a emissão de poluentes e contribuirá para uma mobilidade mais sustentável. Alinhando-se às metas de responsabilidade social corporativa, essa contratação reforçará o compromisso do Programa VISACIS com a sustentabilidade ambiental e com a promoção de práticas responsáveis.

Dessa forma, a contratação do serviço de aluguel de carros visa agregar valor às operações, otimizando recursos, aumentando a eficiência logística e contribuindo diretamente para o alcance dos objetivos estratégicos organizacionais.

Assinado por 1 pessoa: ELIS MACHADO RODRIGUES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/7B17-48B5-B793-F716 e informe o código 7B17-48B5-B793-F716

13. IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1. IMPACTOS AMBIENTAIS NEGATIVOS:

- Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE): O uso de veículos movidos a combustíveis fósseis (gasolina e diesel) contribui para a emissão de CO_2 e outros gases poluentes, aumentando o efeito estufa e a poluição atmosférica.

- Modelos menos eficientes emitem maiores quantidades de GEE por quilômetro rodado.

- Poluição do Ar: Emissão de poluentes como óxidos de nitrogênio (NOx) e partículas finas, que afetam a qualidade do ar e a saúde da população.

- Poluição Sonora: O uso intensivo de veículos aumenta o nível de ruído em áreas urbanas, impactando o bem-estar da comunidade.

- Consumo exacerbado de Recursos Naturais: A produção e a manutenção de veículos exigem recursos como água, energia e matérias-primas (metais, plásticos, borracha).

- Resíduos Sólidos: Ao final da vida útil, os veículos geram resíduos sólidos, incluindo baterias, pneus e sucata, que precisam de descarte adequado

13.2. IMPACTOS AMBIENTAIS POSITIVOS:

- **Redução do Número de Veículos em Circulação**: O aluguel otimiza o uso de veículos, evitando a compra de carros próprios, o que pode reduzir a frota total em circulação e, consequentemente, as emissões globais.

- **Renovação Frequente da Frota**: Locadoras geralmente renovam suas frotas com frequência, o que resulta na utilização de veículos mais novos e eficientes, com menor consumo de combustível e menor emissão de poluentes.

- **Uso de Veículos Elétricos e Híbridos**: Algumas locadoras oferecem veículos elétricos ou híbridos, que emitem menos poluentes e têm menor impacto ambiental.

- **Uso Racional e Compartilhamento**: O aluguel promove o uso racional e compartilhado dos veículos, evitando ociosidade e otimizando o transporte.

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

A contratação de serviço de aluguel de carros mostra-se viável, pois oferece flexibilidade e otimização de recursos, eliminando custos com aquisição, manutenção e depreciação de veículos próprios. Além disso, permite a atualização constante da frota, garantindo maior eficiência energética e menor emissão de poluentes, especialmente ao optar por veículos elétricos ou híbridos. Assim, o aluguel atende às necessidades operacionais com menor impacto ambiental e custo-benefício favorável.

Assinado por 1 pessoa: ELIS MACHADO RODRIGUES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/7B17-48B5-B793-F716 e informe o código 7B17-48B5-B793-F716

15. MATRIZ DE RISCOS

Risco 01		
Risco:	Definição de exigências desnecessárias, de caráter restritivo no Edital, especialmente no que diz respeito à qualificação técnica	
Possibilidade:	Baixa	
Impacto:	Médio	
Nível de Risco:	Baixo	
Fase do processo de contratação:	Planejamento da contratação	
Alocação do Risco:	Contratante	
Danos:	Possibilidade de impugnações do edital na fase de seleção do fornecedor ou o certame restar deserto ou fracassado	
	Atrasos para início e, consequentemente, para entrega dos Serviços	
Ações preventivas/Setor responsável	Observar o que dispõe o Art. 67 da Lei n. 14133/2021	Setor de Licitações/Agente de Contratação
	Observar as orientações dos órgãos de orientação e fiscalização da Administração Pública como a Advocacia Geral da União e o Tribunal de Contas da União, em especial o Acórdão nº 2.882/2008 – Plenário e a Súmula nº 263/2011,dentre outros	Setor de Licitações/Agente de Contratação
	Adotar como parâmetro de orientação as considerações feitaspelo órgão Técnico e pelo relator do processo 1141265/TCE/MG	Setor de Licitações/Agente de Contratação
Ações de contingência/Setor responsável:	Em caso de impugnação, republicação do certame, com a revisão dos itens de qualificação técnica	Setor de Licitações/Agente de Contratação
Risco 02		
Risco:	Impugnações do Edital de licitação, por motivos diversos, principalmente relacionados a erros de edital, termo de referência, especificações técnicas, etc.	
Possibilidade:	Baixa	
Impacto:	Médio	
Nível de Risco:	Baixo	
Fase do processo de contratação:	Planejamento da contratação	
Alocação do Risco:	Contratante	

Assinado por 1 pessoa: ELIS MACHADO RODRIGUES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/7B17-48B5-B793-F716 e informe o código 7B17-48B5-B793-F716

Danos:	Possibilidade de impugnações do edital na fase de seleção do fornecedor ou o certame restar deserto ou fracassado	
	Atrasos para início e, consequentemente, para entrega dos serviços	
Ações preventivas/Setor responsável	Observar o que dispõe o Art. 19 daLei n. 14133/2021	Setor de Licitações/Agente de Contratação
	Observar as orientações dos órgãos de orientação e fiscalização do CISAMAPI	Setor de Licitações/Agente de Contratação
Ações de contingência/Setor responsável:	Em caso de impugnação, republicação do certame	Setor de Licitações/Agente de Contratação
Risco 03		
Risco:	O certame licitatório restar deserto, caso nenhuma empresa se interesse por sua execução ou fracassado, caso nenhuma das propostas apresentadas estejam dentro dos parâmetros estimados pela Administração	
Possibilidade:	Média	
Impacto:	Alto	
Nível de Risco:	Médio	
Fase do processo de contratação:	Seleção do fornecedor	
Alocação do Risco:	Contratante	
Danos:	Necessidade da republicação da licitação	
	Atrasos para início e, consequentemente, para entrega dos serviços	
Ações preventivas/Setor responsável	Correto planejamento das exigências para a contratação	Setor de Licitações/Agente de Contratação
Ações de contingência/Setor responsável:	Verificar junto às empresas do ramo de atividade quais seriam os motivos do desinteresse pelo serviço no caso da licitação deserta ou revisão dos valores estimados no caso de licitação fracassada para uma possível repetição do certame	Setor de Licitações/Setor Demandante
Risco 04		
Risco:	A empresa vencedora do certame quando convocada, não assinar a ata de registro de preço e/ou o termo de contrato	
Possibilidade:	Baixa	
Impacto:	Alto	

Assinado por 1 pessoa: ELIS MACHADO RODRIGUES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/7B17-48B5-B793-F716 e informe o código 7B17-48B5-B793-F716

DEFINIÇÕES:

Probabilidade: chance de algo acontecer, não importando se definida, medida ou determinada objetiva ou subjetivamente, qualitativa ou quantitativamente, ou se descrita utilizando-se termos gerais ou matemáticos.

Impacto: resultado de um evento que afeta os objetivos.

Nível de Risco: magnitude de um risco ou combinação de riscos, expressa em termos da combinação das consequências e de suas probabilidades.

Ponte Nova (MG), 01 de abril de 2025.

Elis Machado Rodrigues
Coordenadora Programa VISA-CIS
(Interina)

Assinado por 1 pessoa: ELIS MACHADO RODRIGUES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/7B17-48B5-B793-F716 e informe o código 7B17-48B5-B793-F716

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 7B17-48B5-B793-F716

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

ELIS MACHADO RODRIGUES (CPF 041.XXX.XXX-44) em 01/04/2025 16:19:33 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/7B17-48B5-B793-F716

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO

Contrato nº _____/2025
Processo Administrativo n° __/2025

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PIRANGA - CISAMAPI**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ n° 01.095.667/0001-88, sediado a Av. Ernesto Trivellato, nº 120, Bairro Triângulo, Município de Ponte Nova, Estado de Minas Gerais, CEP: 35.430-141, neste ato representado pelo Presidente em exercício o Sr. **EDER ELOI ALVES PENA**, brasileiro, funcionário público, residente e domiciliado na cidade de Sem-Peixe à Rua Jose Ribeiro Ferreira, n.º S/Nº, Bairro Centro, portador da Carteira de Identidade N.º 16396472 e inscrito no CPF sob o N.º 105.447.386-24, denominado CONTRATANTE e [**RAZÃO SOCIAL DO CONTRATADO**], inscrito no CNPJ n° [**NÚMERO CNPJ**], com endereço [**ENDEREÇO COMPLETO**], representado por [**NOME COMPLETO, CPF E CARGO EXERCIDO NA EMPRESA**], tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente de processo administrativo de contratação n° [**NÚMERO DO PROCESSO**], mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1. O objeto do presente instrumento é o _____, nas condições estabelecidas Termo de Referência anexo ao edital e na proposta final ajustada do contratado anexo, observada a especificação a seguir indicada.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência anexo ao edital e a proposta final ajustada que embasou a contratação e eventuais anexos;

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

2.1. O prazo de vigência da contratação é de até 12 (doze) meses, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133/2022, prorrogável nos termos do art. 107 Lei n° 14.133/2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual será o de regime indireto.

3.2. A gestão do contrato competirá ao servidor (a) Patrícia Soares Viana.

3.3. Os prazos e condições de conclusão, entrega constam do termo de referência, anexo a este Contrato.

3.4. MAPA DE RISCO disposto no anexo V:

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. PREÇO

5.1.1. O valor total da contratação é de R$ ..... (.....), observados os valores unitários e total por item abaixo indicados:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.1.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos de objeto efetivamente executados, apurados na periodicidade mensal;

5.2. FORMA DE PAGAMENTO

5.2.1. O pagamento será realizado através de transferência eletrônica em conta bancária de titularidade da contratada, a ser indicada no documento fiscal ou por outro meio formal.

5.2.1.1 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a transferência eletrônica de pagamento.

5.3. PRAZO DE PAGAMENTO

5.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

5.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento do objeto mediante ateste por parte do fiscal do contrato e do gestor de contrato.

5.4.2. Quando houver glosa parcial do valor a ser pago, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.4.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) a data da emissão;

b) os dados do contratante;

c) o período respectivo de execução do contrato;

d) o valor a pagar; e

e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.4.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.4.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.4.5.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.4.5.2. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da formalização da proposta.

6.2. Após o interregno de um ano, e desde que formalmente solicitado pelo contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice INCP, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência ou Projeto Básico;

7.3. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

7.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.5. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados

eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

7.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao objeto executado, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato, conforme cronograma físico-financeiro;

7.7. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato e pelas demais infrações administrativas sujeitas à fiscalização do Contratante;

7.8. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações, inclusive de restabelecimento do reequilíbrio econômico-financeiro, e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste (Lei nº 14.133/2021, art. 123, caput).

7.10. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21.

7.11. Não praticar atos de ingerência na administração do Contratado, tais como:

7.11.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratado, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

7.11.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar no Contratado

7.11.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores do Contratado, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

7.11.4. Considerar os trabalhadores do Contratado como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

7.12. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

7.13. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

7.14. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

7.15. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por

qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.16. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1. O veículo a ser alugado mensalmente deverá atender a requisitos específicos:

8.2. Será necessário um veículo de 07 lugares para deslocamentos na zona urbana e rural;

8.3. O veículo deve ter no máximo 03 anos de fabricação, preferencialmente modelos atuais para maior segurança e conforto;

8.4. Deve ser equipado com airbags frontais, freios ABS, cintos de segurança de três pontos em todos os assentos, ar condicionado, direção hidráulica/elétrica e sistema de som com conectividade Bluetooth;

8.5. A locação deve incluir manutenção preventiva e corretiva, com substituição do veículo em caso de falhas mecânicas, seguro total contra roubo, furto, colisão e danos a terceiros, assistência 24 horas e veículo reserva em caso de manutenção prolongada;

8.6. A franquia de quilometragem deverá ser livre, conforme necessidade operacional;

8.7. A locadora deve ser responsável pela manutenção preventiva e corretiva dos veículos, além de garantir que o serviço de manutenção seja realizado de forma ágil.

8.8. Os veículos devem possuir seguro completo (danos a terceiros, furto, incêndio, etc.) que deve ser coberto pela locadora.

8.9. A locadora deve apresentar contrato de seguro que cubra danos ao patrimônio público e terceiros durante o uso dos veículos.

8.10. Cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto:

8.11. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

8.2.1 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.12. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior

8.13. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo

os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

8.14. Substituir no prazo fixado pelo fiscal do contrato os empregados alocados que não se mostrem adequados para a execução do objeto.

8.15. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

8.16. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

8.17. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

8.18. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.19. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, salvo na hipótese do §2º do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

8.20. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

8.21. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

8.22. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.23. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

8.24. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
8.25. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
8.26. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
8.27. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta.
8.28. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei nº 14.133/2021).
8.29. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
8.30. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.
8.31. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.
8.32. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.
8.33. Garantir o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
8.34. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado.
8.35. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
8.36. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.

8.37. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
8.38. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
8.39. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
8.40. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
8.41. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
8.42. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
8.43. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.
8.44. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
8.45. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
8.46. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:
8.46.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.
8.46.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.
8.47. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante,

de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

8.48. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pelos Contratados, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos.

8.40. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes neste Termo de Referência e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos.

8.41 Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, o Contratado deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

9. CLÁUSULA NONA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV).

11.1. Nos termos dos arts. 155 a 162 da Lei nº 14.133/2021, serão aplicadas as sanções administrativas nas seguintes hipóteses:

11.1.1. Advertência, aplicável ao responsável que der causa à inexecução parcial do contrato quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
11.1.2. Impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, aplicável ao responsável que:
11.1.2.1. Incorrer na inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CISAMAPI, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
11.1.2.2. Incorrer na inexecução total do contrato;
11.1.2.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
11.1.2.4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
11.1.2.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
11.1.2.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
11.1.3. Declaração de idoneidade para licitar ou contratar, aplicável ao responsável que:
11.1.3.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
11.1.3.2. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
11.1.3.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
11.1.3.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
11.1.3.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013[1];

[1] Lei n° 12.846/2013:
[...]
Art. 5º Constituem atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, para os fins desta Lei, todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas mencionadas no parágrafo único do art. 1º , que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, assim definidos:
I - prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
II - comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei;
III - comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
IV - no tocante a licitações e contratos:
a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

11.1.3.6. Nas infrações administrativas indicadas no subitem 18.1.2 e subitens que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar.
11.1.4. Multa, a ser aplicada ao responsável que der causa a infrações administrativas será calculada observando o valor mínimo de 0,5% (meio por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor estimado para a licitação, da ata registrada ou do contrato licitado ou celebrado no caso de contratação direta na hipótese do responsável que der causa a infrações administrativas puníveis com as sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade indicadas neste edital, observada a cumulação de aplicação de sanções prevista no §7° do art. 156 da Lei n° 14.133/2021.
11.1.4.1. Sem prejuízo de aplicação do disposto no item 11.1.4, será aplicável a penalidade de multa:
11.1.4.1.1. Igual ou superior a 0,5% (meio por cento) e igual ou inferior a 15% (quinze por cento) para as seguintes infrações administrativas:
11.1.4.1.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
11.1.4.1.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
11.1.4.1.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
11.1.4.1.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
11.1.4.1.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
11.1.4.1.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;
11.1.4.1.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
11.1.4.1.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

---

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
V - dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.
§ 1º Considera-se administração pública estrangeira os órgãos e entidades estatais ou representações diplomáticas de país estrangeiro, de qualquer nível ou esfera de governo, bem como as pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro.
§ 2º Para os efeitos desta Lei, equiparam-se à administração pública estrangeira as organizações públicas internacionais.
§ 3º Considera-se agente público estrangeiro, para os fins desta Lei, quem, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, exerça cargo, emprego ou função pública em órgãos, entidades estatais ou em representações diplomáticas de país estrangeiro, assim como em pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro ou em organizações públicas internacionais.

11.1.4.1.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
11.1.4.1.2. Superior a 15% (quinze por cento) e inferior ou igual a 30% (trinta por cento) para as seguintes infrações administrativas:
11.1.4.1.2.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
11.1.4.1.2.2. Fraudar a licitação.
11.1.4.1.2.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
11.1.4.1.2.3.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei.
11.1.4.1.2.3.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento.
11.1.4.1.2.3.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
11.1.4.1.2.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
11.1.4.1.2.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.
11.2. A sanção administrativa de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito do CISAMAPI pelo prazo máximo de 03 (três) anos.
11.3. A sanção administrativa de inidoneidade para licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração direta e indireta de todos os Entes públicos da federação pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.
11.4. Se o valor aplicado pela sanção, somado às indenizações cabíveis, ultrapassar o valor de pagamento eventualmente devido pelo CISAMAPI ao contratado, será promovida de forma cumulativa:
11.4.1. A compensação da sanção e eventuais indenizações no valor pendente de pagamento ao contratado;
11.4.2. Eventual diferença não compensada no item anterior seja descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
11.5. A aplicação das sanções administrativas previstas neste ato convocatório não exclui, nem afasta, a obrigação de reparação de integral de eventual dano causado ao CISAMAPI.
11.6. A dosimetria das sanções administrativas e o respectivo processo administrativo de apuração e eventual responsabilização mediante aplicação de sanção administrativa observará o regulamento próprio expedido constante de endereço eletrônico no sítio oficial do CISAMAPI.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1 Ressalvada a hipótese de prorrogação contratual prevista no item 2.1, o contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas

as partes contraentes, sem prejuízo de aplicação das penalidades indicadas na cláusula décima primeira.

12.1 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; E

12.3.3 Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Dotação:

Ficha:

Fonte:

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13.3. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, pelas normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento no Diário Oficial do Município nos termos e condições previstas no art. 94 c/c o art. 176, ambos da Lei nº 14.133/21.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

16.1. É eleito o Foro da Comarca de Ponte Nova – MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Ponte Nova, ... de..... de 20.....

_____
Representante legal do CONTRATANTE

_____
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:
1-
2-

ANEXO V – MINUTA DA PROPOSTA

MINUTA DE PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos para viabilizar o deslocamento da equipe multidisciplinar aos municípios aderidos ao Programa VISA-CIS.

Razão social:
CNPJ:
Endereço completo:
E-mail: Telefone/Fax:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	CATMAT	UNID	QTD	VALOR UND	VALOR TOTAL

ESTA PROPOSTA TEM VALIDADE DE 90 (NOVENTA) DIAS.

LOCAL E DATA: _____

_____
NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE
DO LICITANTE

Edital nº 08/2025

Acessar Contratação

Última atualização 23/04/2025

Local: Ponte Nova/MG **Órgão:** CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA MICROREGIAO DO VALE DO PIRANGA

Unidade compradora: 792 - Unidade Única

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 28, I **Tipo:** Edital

Modo de disputa: Aberto **Registro de preço:** Não

Data de divulgação no PNCP: 23/04/2025 **Situação:** Divulgada no PNCP

Data de início de recebimento de propostas: 23/04/2025 09:35 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 12/05/2025 08:30 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 01095667000188-1-000013/2025 **Fonte:** Licitar Digital - Plataforma de Licitações Online

Objeto:

Contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos para viabilizar o deslocamento da equipe multidisciplinar aos municípios aderidos ao Programa VISA-CIS.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R$ 44.715,00

Itens Arquivos Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado
1	Prestação de serviço de locação de veículo, tipo minivan, sem motorista e sem combustível, com quilometragem livre e seguro total, pelo período de 01 (um) ano, motorização mínima 130 CV, com capacidade mínima para 07 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros a travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, ano de fabricação mínima 2022, com manutenção preventiva e corretiva.	1	R$ 44.715,00

Exibir: 5 | 1-1 de 1 itens | Página: 1

Voltar

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

https://portaldeservicos.gestao.gov.br

0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS

Enap Escola Nacional de Administração Pública

Serpro

Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO CONSÓRCIO D.O.E.C.

Ano II – Edição n° 300 - Página 1 de 1 Ponte Nova, quarta-feira, 23 de abril de 2025

Sumário

Avisos De Editais, Retificações, Processo Seletivo, Recursos, Impugnações e Decisões 1

Extrato da Ata de Julgamento das..... 1

Propostas, Habilitação e Adjudicação..... 1

Adjudicação, Ratificação e Homologação 1

Extratos de Ata de Registro de Preços..... 1

Extrato de Contratos, Credenciamento, Cancelamento, Reequilíbrio e Termos Aditivos..... 1

Dispensa e Inexigibilidade de Licitação 1

Decretos, Portarias e Congêneres 1

Convênios, Resoluções e Intenção de Registro de Preço 1

Outros Atos..... 1

Avisos De Editais, Retificações, Processo Seletivo, Recursos, Impugnações e Decisões

PREGÃO ELETRÔNICO 08/2025

O CISAMAPI torna público a abertura do Pregão Eletrônico 08/2025. Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos para viabilizar o deslocamento da equipe multidisciplinar aos municípios aderidos ao Programa VISA-CIS. Data da sessão pública: 12/05/2025, às 08:30hrs (oito horas e trinta), horário de Brasília - DF, no sítio eletrônico www.licitardigital.com.br. O cadastramento de propostas inicia- se no momento em que for publicado o Edital no Portal de Compras Licitar Digital e encerra-se, automaticamente, na data e hora marcadas para realização da sessão do pregão. O Edital na integra poderá ser obtido nos sites www.licitardigital.com.br ou www.cisamapi.mg,gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas na sede da CISAMAPI, na Av. Ernesto Trivellato, Nº. 120 – Triângulo – Ponte Nova/MG - CEP: 35.430-141, ou através do e-mail: licitacao@cisamapi.mg,gov.br.

Ponte Nova, 22 de abril de 2025.

Extrato da Ata de Julgamento das Propostas, Habilitação e Adjudicação

Adjudicação, Ratificação e Homologação

Extratos de Ata de Registro de Preços

Extrato de Contratos, Credenciamento, Cancelamento, Reequilíbrio e Termos Aditivos

Dispensa e Inexigibilidade de Licitação

Decretos, Portarias e Congêneres

Convênios, Resoluções e Intenção de Registro de Preço

Outros Atos

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PIRANGA-CISAMAPI

CISAMAPI
PREGÃO ELETRÔNICO 08/2025

O CISAMAPI torna público a abertura do Pregão Eletrônico 08/2025. Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos para viabilizar o deslocamento da equipe multidisciplinar aos municípios aderidos ao Programa VISA-CIS. Data da sessão pública: 12/05/2025, às 08:30hrs (oito horas e trinta), horário de Brasília - DF, no sítio eletrônico www.licitardigital.com.br. O cadastramento de propostas inicia- se no momento em que for publicado o Edital no Portal de Compras Licitar Digital e encerra-se, automaticamente, na data e hora marcadas para realização da sessão do pregão. O Edital na integra poderá ser obtido nos sites www.licitardigital.com.br ou www.cisamapi.mg,gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas na sede da CISAMAPI, na Av. Ernesto Trivellato, Nº. 120 – Triângulo – Ponte Nova/MG - CEP: 35.430-141, ou através do e-mail: licitacao@cisamapi.mg,gov.br.

Ponte Nova, 22 de abril de 2025.

Publicado por:
Rakelly Evangelista Georgino
Código Identificador:E422351D

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 23/04/2025. Edição 4005
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/

de material audiovisual, de interesse da Prefeitura/MG. Início da sessão eletrônica dia 29 de abril de 2025 às 08h00min. O Edital e demais anexos encontram-se disponíveis no site: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1 ou portal: https://licitardigital.com.br Informações e esclarecimentos protocoladas ou via e-mail. Haroldo Pereira da Costa - Secretário de Administração.

7 cm -22 2067444 - 1

Peçanha

Prefeitura Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA 9/2025

PL 49/2025- Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos e operacionais destinados à realização de eventos esportivos do tipo trekking, mountain bike e desafio extremo, promovidos pela Prefeitura Municipal de Peçanha-MG. Data da Sessão: 25/04/2025. Local: https://comprasbr.com.br/ Edital: www.pecanha.mg.gov.br. Informações: E-mail: licitapecanha@gmail.comTel.: (33) 3411-2572 –Pregoeiro: John G.K.O. Santos

2 cm -22 2067373 - 1

Pedro Teixeira

Prefeitura Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2025

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2025. A Prefeitura Municipal de PEDRO TEIXEIRA/MG torna público que realizará o processo licitatório através das Propostas e Documentos de Habilitação até o dia 08 de maio de 2025, às 13:00 horas, para a escolha da proposta mais vantajosa para Contratação de pessoa jurídica especializada para fornecimento de pneus, câmaras de ar, protetor de câmara de ar, pelo sistema de registro de preço, conforme condições e especificações contidas neste termo de referência. As informações sobre o edital estão à disposição dos interessados com a CPL, à Rua Prof. João Lins N.º 447, Centro, Pedro Teixeira/MG, através do telefone: (32) 3282-1109 ou (32) 3282 – 1129, site: www.pedroteixeira.mg.gov.br ou no e-mail licitacao@pedroteixeira.mg.gov.br. A licitação será regida pela Lei Federal 14.133/2021, Decreto Municipal 2761/2023 e alterações posteriores, bem como por leis específicas relacionadas ao objeto desta licitação e demais condições fixadas neste edital.

Pedro Teixeira/MG, 22 de abril de 2025.
Gabriel Bruno Moreira Campos
Pregoeiro.

5 cm -22 2067288 - 1

Periquito

Prefeitura Municipal

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025

Aviso de Licitação. O Município de Periquito torna público que fará realizar, às 9 horas, do dia 07 de maio de 2025, licitação pública na modalidade pregão eletrônico visando o Registro de preços para eventual e futura aquisição de ferramentas, produtos e insumos agrícolas, para atender às demandas da secretaria municipal de agricultura em suas frentes de trabalho junto à população. A abertura do certame ocorrerá na Plataforma Licitar Digital - www.licitardigital.com.br. Os interessados poderão retirar o Edital pelo site www.licitardigital.com.br ou www.periquito.mg.gov.br e ainda na sala do Departamento de Licitações na Avenida Senador Getúlio de Carvalho, 271, Centro, Periquito/MG. Informações complementares poderão ser obtidas através dos telefones (33) 3298-3010 / 3298-3013.

3 cm -22 2067304 - 1

Piau

Prefeitura Municipal

CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2025

Processo nº 049/2025. O Município de Piau, torna público a abertura da Chamada Pública nº 01/2025, objetivando a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. A sessão terá início no dia 14/05/2025, às 10h00min, no Setor de Licitações localizado na sede da Prefeitura, onde poderão obter o Edital ou através do e-mail: licitacao@piau.mg.gov.br ou no site: https://www.piau.mg.gov.br/. Piau, 22 de abril de 2025. Edmilson José Rocha de Morais - Agente de Contratação.

3 cm -22 2067473 - 1

Pimenta

Prefeitura Municipal

P.E. Nº 10/25

PL nº 16/25. Objeto: R.P. aquisição de Medicamentos, Material Médico Hospitalar, Material e Equipamento Odontológico para uso da Secretaria de Saúde de Pimenta/MG. Propostas: até 12/05/25 às 08h59min. Sessão: 12/05/25 às 09h00min. Edital no site www.licitanet.com.br, e www.pimenta.mg.gov.br/portalprefeitura/ Informações: (37) 3412-2820. Pimenta/MG, 17/04/25. Allysson J. R. Oliveira - Pregoeiro.

2 cm -17 2067025 - 1

Pingo D'Água

Prefeitura Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 09/2024

Tomada de preço n.º 010/2023, firmado COM FRAGA MARQUES ENGENHARIA LTDA, cujo objetivo e a prorrogação de prazo de execução dos serviços de 12/03/2025 a 11/03/2026. Pingo d'Água 11/03/2025 – Artur Carlos da Silva – Prefeito Municipal.

2 cm -22 2067340 - 1

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 015/2024

Tomada de preço n.º 013/2023. Firmado com a empresa CDN CONSTRUÇÕES LIMITADA, para Execução de obras e serviços na construção de uma UBS Tipo I, Bairro São Sebastião, Pingo d´Água – MG. Objetivo: prorrogação do prazo de execução da obra, por mais 12 (doze) meses. Pingo d´Água 22/04/2025 – Artur Carlos da Silva - Prefeito Municipal.

2 cm -22 2067394 - 1

Piranga

Prefeitura Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO. PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 080/2025

Pregão Eletrônico Nº. 90027/2025, Registro de Preços Nº. 022/2025. Objeto: registro de preços para eventual e futura aquisição de materiais médicos hospitalares, materiais de consumo e instrumentos de odontologia. Data de abertura: 13/05/2025 às 08:00 horas. Edital e informações: pelo e-mail licitacao@piranga.mg.gov.br ou pelo site: https://www.piranga.mg.gov.br/licitacoes.

Piranga/MG, 17/04/2025.
Rodrigo Hebert Dias Maciel
Secretaria de Administração

3 cm -17 2067044 - 1

EXTRATO DE TERMO ADITIVO. PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 045/2025

Pregão Eletrônico nº. 90014/2025, Registro de Preços nº. 014/2025. Objeto: registro de preços para eventual e futura aquisição de combustível diesel S500. Contratada: Cristovam José Silva Lana. Fica revisto o valor do Óleo Diesel S500, passando de R$6,62 para R$6,40; a partir de 18/04/2025.

Piranga/MG, 17/04/2025.
Luis Helvécio Silva Araújo
Prefeito Municipal de Piranga/MG

3 cm -17 2067055 - 1

AVISO DE LICITAÇÃO. PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 078/2025

Pregão Eletrônico Nº. 90025/2025. Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços destinado ao transporte escolar para atender a rota córrego pequeno / venda nova / taquaraçu / cunhas / apae. Data de abertura: 12/05/2025 às 08:00 horas. Edital e informações: pelo e-mail licitacao@piranga.mg.gov.br ou pelo site: https://www.piranga.mg.gov.br/licitacoes.

Piranga/MG, 17/04/2025.
Rodrigo Hebert Dias Maciel
Secretaria de Administração

3 cm -17 2067043 - 1

Piumhi

Prefeitura Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº55/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº004/2025 O Município de Piumhi/MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 16.781.346/0001-04, torna público que realizará a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº004/2025, tipo menor preço por item, cujo objeto visa a aquisição de mobiliários e equipamentos nos termos do Convenio nº 1261000816/2022/SEE, para atender as necessidades das Escolas da Rede Municipal de Ensino, conforme especificações constantes deste edital. A data final de acolhimento das propostas será às 08:59 horas do dia 08/05/2025 e o inicio da sessão de lances às 09:00 horas da mesma data, nos termos da Lei nº14.133/2021 e demais legislações aplicáveis à espécie. Informações através do site: https://licitanet.com.br, ou na sede da Prefeitura de 8:00 às 16:00 horas, pelo telefone (37)3371-9222. Dr. Paulo César Vaz – Prefeito Municipal.

4 cm -16 2066734 - 1

AVISO DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº57/2025

PREGÃO ELETRÔNICO NO REGISTRO DE PREÇOS Nº34/2025 O Município de Piumhi/MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 16.781.346/0001-04, torna público que realizará a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO NO REGISTRO DE PREÇOS Nº34/2025, tipo menor preço por lote, cujo objeto visa o Registro de Preços para a contratação de empresa especializada em serviços de serralheria e solda, incluindo o fornecimento de materiais para atendimento aos diversos setores desta Prefeitura, conforme especificações constantes deste edital. A data final de acolhimento das propostas será às 08:59 horas do dia 12/05/2025 e o inicio da sessão de lances às 09:00 horas da mesma data, nos termos da Lei nº14.133/2021 e demais legislações aplicáveis à espécie. Informações através do site: https://licitanet.com.br, ou na sede da Prefeitura de 8:00 às 16:00 horas, pelo telefone (37)3371-9222. Dr. Paulo César Vaz – Prefeito Municipal.

4 cm -16 2066739 - 1

AVISO DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº54/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº003/2025 O Município de Piumhi/MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 16.781.346/0001-04, torna público que realizará a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº003/2025, tipo menor preço por item, cujo objeto visa a aquisição de mobiliários escolares destinados ao atendimento das escolas da rede pública de ensino, nos termos do Convenio 1261000941/2022/SEE, conforme especificações constantes deste edital. A data final de acolhimento das propostas será às 08:59 horas do dia 07/05/2025 e o inicio da sessão de lances às 09:00 horas da mesma data, nos termos da Lei nº14.133/2021 e demais legislações aplicáveis à espécie. Informações através do site: https://licitanet.com.br, ou na sede da Prefeitura de 8:00 às 16:00 horas, pelo telefone (37)3371-9222. Dr. Paulo César Vaz – Prefeito Municipal.

3 cm -16 2066733 - 1

AVISO DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº58/2025

PREGÃO ELETRÔNICO NO REGISTRO DE PREÇOS Nº35/2025 O Município de Piumhi/MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 16.781.346/0001-04, torna público que realizará a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO NO REGISTRO DE PREÇOS Nº35/2025, tipo menor preço por item, cujo objeto visa o registro de preços para a aquisição de 03(três) caminhões 3/4, zero km, ano/modelo mínimo 2025/2025, conforme especificações constantes no termo de referência (anexo I), para atender as necessidades desta Prefeitura, conforme especificações constantes deste edital. A data final de acolhimento das propostas será às 08:59 horas do dia 13/05/2025 e o inicio da sessão de lances às 09:00 horas da mesma data, nos termos da Lei nº14.133/2021 e demais legislações aplicáveis à espécie. Informações através do site: https://licitanet.com.br, ou na sede da Prefeitura de 8:00 às 16:00 horas, pelo telefone (37)3371-9222. Dr. Paulo César Vaz – Prefeito Municipal.

4 cm -16 2066740 - 1

AVISO DE RETIFICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº49/2025

PREGÃO ELETRÔNICO NO REGISTRO DE PREÇOS Nº31/2025.O Município de Piumhi/MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 16.781.346/0001-04, torna público que fica alterada a data de abertura da licitação na modalidade pregão eletrônico no registro de preços Nº31/2025, tipo menor preço por item, cujo objeto visa o Registro de Preços para a aquisição futura e eventual de adubos e defensivos agrícolas, para atender as necessidades desta Prefeitura, conforme especificações constantes deste edital. A data final de acolhimento das propostas será às 08:59 horas do dia 09/05/2025 e o inicio da sessão de lances às 09:00 horas da mesma data, nos termos da Lei nº14.133/2021 e demais legislações aplicáveis à espécie. Informações através do site: https://licitanet.com.br, ou na sede da Prefeitura de 8:00 às 16:00 horas, pelo telefone (37)3371-9222. Dr. Paulo César Vaz – Prefeito Municipal.

4 cm -16 2066729 - 1

AVISO DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº56/2025

CHAMADA PUBLICA Nº01/2025 O Município de Piumhi/MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 16.781.346/0001-04, torna público que realizará a licitação na modalidade CHAMADA PUBLICA Nº01/2025, tipo menor preço por item, cujo objeto visa a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do empreendedor Familiar Rural destinado ao atendimento da merenda escolar nas Escolas e Creches Municipais de Piumhi-MG, conforme especificações constantes deste edital. A data final de acolhimento das propostas será às 08:30 horas do dia 15/05/2025 e o inicio da sessão de lances às 09:00 horas da mesma data, nos termos da Lei nº14.133/2021 e demais legislações aplicáveis à espécie. Informações através do site: https:// https://prefeiturapiumhi.mg.gov.br/editais/, ou na sede da Prefeitura de 8:00 às 16:00 horas, pelo telefone (37)3371-9222. Dr. Paulo César Vaz – Prefeito Municipal.

4 cm -16 2066736 - 1

AVISO DE RETIFICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº45/2025

PREGÃO ELETRÔNICO NO REGISTRO DE PREÇOS Nº28/2025.O Município de Piumhi/MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 16.781.346/0001-04, torna público que fica alterada a data de abertura da licitação na modalidade pregão eletrônico no registro de preços Nº28/2025, tipo menor preço por lote, cujo objeto visa o registro de preços para a aquisição de LUMINÁRIAS DE LED PARA USO EM ILUMINAÇÃO PÚBLICA de potências variadas em atendimento às necessidades desta Prefeitura, em razão de alterações no descritivo dos itens.A data final de acolhimento das propostas será às 08:59 horas do dia 14/05/2025 e o inicio da sessão de lances às 09:00 horas da mesma data, nos termos da Lei nº14.133/2021 e demais legislações aplicáveis à espécie. Informações através do site: https://licitanet.com.br, ou na sede da Prefeitura de 8:00 às 16:00 horas, pelo telefone (37)3371-9222. Dr. Paulo César Vaz – Prefeito Municipal.

4 cm -16 2066727 - 1

Planura

Prefeitura Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2025

Constitui o objeto desta licitação a aquisição de veículo ambulância "UTI MÓVEL", novo, zero km, por intermédio da secretaria de estado de saúde, resolução SES n° 8218/2022, conforme as condições e especificações contidas no edital e seus anexos. Inicio do recebimento de Propostas: 24/04/2025 às 08H00. Abertura e Julgamento das Propostas: 13/05/2025 às 08H00. Início da Sessão de Disputa de Preços: 13/05/2025 às 09H00. A sessão do Pregão Eletrônico ocorrer através da página eletrônica da Bolsa Nacional de Compras www.bnc.org.br. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS deverão ser encaminhados de forma eletrônica via sistema BNC. Dúvidas através do telefone (34)3427-7014, e e-mail: licitacao@planura.mg.gov.br, no horário das 08h às 11h30min, de segunda a sexta-feira, exceto feriados e ponto facultativo. DOWNLOAD de Editais através dos sites: www.planura.mg.gov.br e www.bnc.org.brErro! A referência de hiperlink não é válida.

Planura/MG, 23 de abril de 2025.
LUIZ FERNANDO GOMES
Pregoeiro.

5 cm -22 2067470 - 1

Poços de Caldas

Prefeitura Municipal

INEXIGIBILIDADE Nº 018-SMAGP/25

Prefeitura Municipal de Poços de Caldas, Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas. Aviso de Credenciamento: Inexigibilidade nº 018-SMAGP/25. O Município de Poços de Caldas, torna público que se encontra aberto no período de 25 de abril a 09 de maio de 2025, o Credenciamento de artistas para realizar ações culturais contínuas voltadas para crianças e adolescentes do Programa Municipal da Juventude e Escola em Tempo Integral – Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura Municipal de Poços de Caldas. As informações sobre o Edital encontram-se à disposição dos interessados no site: www.pocosdecaldas.mg.gov.br ou pelos telefones: (35) 3697-2389/2335. Poços de Caldas, 22 de abril de 2025. Alexander Nicolas Dannias - Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas.

INEXIGIBILIDADE Nº 019-SMAGP/25

Prefeitura Municipal de Poços de Caldas, Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas. Aviso de Credenciamento: Inexigibilidade nº 019-SMAGP/25. O Município de Poços de Caldas, torna público que se encontra aberto no período de 28 de abril a 07 de maio de 2025, o Credenciamento de profissionais artísticos para a realização do 34º festival estudantil de teatro (FET) para atuar na montagem, ensaios e demais processos junto as escolas da rede pública de ensino para apresentações no FET – Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura Municipal de Poços de Caldas. As informações sobre o Edital encontram-se à disposição dos interessados no site: www.pocosdecaldas.mg.gov.br ou pelos telefones: (35) 3697-2389/2335. Poços de Caldas, 22 de abril de 2025. Alexander Nicolas Dannias - Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas.

6 cm -22 2067424 - 1

Ponte Nova

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga - CISAMAPI

PREGÃO ELETRÔNICO 08/2025.

O CISAMAPI torna público a abertura do Pregão Eletrônico 08/2025. Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos para viabilizar o deslocamento da equipe multidisciplinar aos municípios aderidos ao Programa VISA-CIS. Data da sessão pública: 12/05/2025, às 08:30hrs (oito horas e trinta), horário de Brasília - DF, no sítio eletrônico www.licitardigital.com.br. O cadastramento de propostas inicia- se no momento em que for publicado o Edital no Portal de Compras Licitar Digital e encerra-se, automaticamente, na data e hora marcadas para realização da sessão do pregão. O Edital na integra poderá ser obtido nos sites www.licitardigital.com.br ou . Maiores informações poderão ser obtidas na sede da CISAMAPI, na Av. Ernesto Trivellato, Nº. 120 – Triângulo – Ponte Nova/MG - CEP: 35.430-141, ou através do e-mail: licitacao@cisamapi.mg,gov.br. Ponte Nova, 22 de abril de 2025.

4 cm -22 2067123 - 1

Porteirinha

Prefeitura Municipal

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 06/2025

Menor Preço Global. Objeto: Execução de obra de pavimentação em bloquete sextavado e meio fio em trecho da estrada da comunidade de Lajes-Rio Pequeno, zona rural do município de Porteirinha. Motivo: Adequação Orçamentária. Porteirinha/MG, 22/04/2025. Fernando Henrique Mendes Aguiar – Secretário Municipal de Administração.

2 cm -22 2067362 - 1

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA Nº 05/2025

Menor Preço Global. Objeto: Execução de obra de pavimentação em bloquete sextavado e meio fio em trecho da estrada da comunidade de Canafístula, zona rural do município de Porteirinha. Motivo: Adequação Orçamentária. Porteirinha/MG, 22/04/2025. Fernando Henrique Mendes Aguiar – Secretário Municipal de Administração.

2 cm -22 2067361 - 1

AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA Nº 07/2025

Menor Preço Global. Objeto: Contratação de empresa técnica especializada em Engenharia para Execução do projeto intitulado "Capela Nossa Senhora da Soledade de São José do Gorutuba, conforme Termo de Compromisso IEPHA/HABILITAÇÃO 102504339/2024, Instituto do Patrimônio Histórico de Minas Gerais, incluindo mão de obra e materiais, na forma eletrônica, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021. Recebimento da (s) proposta (s): 23/04/2025 às 09:00h até à abertura das propostas. Abertura da (s) proposta (s): 09/05/2025 às 09:00h. Local: Plataforma Licitar Digital, no sítio www.licitardigital.com.br. Edital disponível no sítio https://porteirinha.mg.gov.br e https://www.gov.br/pncp/pt-br. Informações pelo fone (38) 3831-1297 ou e-mail: licitacao@porteirinha.mg.gov.br. Porteirinha/MG, 22/04/2025. Fernando Henrique Mendes Aguiar – Secretário Municipal de Administração.

4 cm -22 2067360 - 1

Poté

Prefeitura Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO (ELETRÔNICO) N° 012/2025

Objeto da licitação: Contratação de empresa, especializada para prestação de serviços de Assessoria de Comunicação/Imprensa/Rede Social, planejamento estratégico das ações de comunicação social internas e externas e da gestão das redes sociais da Prefeitura Municipal de Poté, visando atendimento aos veículos de imprensa, assim como planejamento, produção e publicação de conteúdo. Data e Hora: 9/5/2025 às 08 horas. Interessados poderão retirar o edital no site www.licitardigital.com.br ou www.pote.mg.gov.br. Poté, 22/4/2025. Mário Sérgio Santos, Prefeito do Município

3 cm -22 2067590 - 1

Pouso Alegre

Prefeitura Municipal

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2025

Objeto: Aquisição de ferramentas e equipamentos diversos. A sessão pública será realizada no dia 12 de maio de 2025 as 09h00min. O edital poderá ser consultado e obtido gratuitamente através do Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br) e do site da Prefeitura (www.pousoalegre.mg.gov.br/licitacao). Informações: (35) 3449-4023 ou e-mail licitapamg@gmail.com. Gilbert Pereira Castro - Pregoeiro Municipal. Pouso Alegre 22 de abril de 2025. O Edital poderá ser consultado e obtido gratuitamente, em dias úteis e em horário comercial, mediante apresentação de PEN-DRIVE, para cópia do arquivo na Superintendência de Gestão de Recursos Materiais e pelo site da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre. Informações tel. (35) 3449 - 4023 ou e-mail: licitapamg@gmail.com. Gilbert Pereira Castro – Pregoeiro do Município.

4 cm -22 2067380 - 1

Documento assinado eletrônicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade, sob o número 320250422025540028

02º ADITIVO AO TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO – TCE Nº 10/2024/CMM – ESTAGIÁRIA: LORRAINE COSTA E SILVA OBJETO: prorrogação do referido Termo de Compromisso de Estágio, cujo objeto é proporcionar aos alunos o aprimoramento educacional desenvolvido no ambiente de trabalho da concedente. Período: 180 (cento e oitenta dias), a contar de 14/04/2025. FUND. LEGAL: Lei nº 11.788/2008 e Convênio de Cooperação Mútua firmado em 16/03/2022. Processo Seletivo nº 001/2024. Ediraldo Arlindo de Freitas Ramos, Presidente da Câmara Municipal de Mariana.

02º ADITIVO AO TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO – TCE Nº 02/2024/CMM – ESTAGIÁRIA: LETÍCIA ROSA SANTOS. OBJETO: prorrogação do referido Termo de Compromisso de Estágio, cujo objeto é proporcionar aos alunos o aprimoramento educacional desenvolvido no ambiente de trabalho da concedente. Período: 180 (cento e oitenta dias), a contar de 14/04/2025. FUND. LEGAL: Lei nº 11.788/2008 e Convênio de Cooperação Mútua firmado em 16/03/2022. Processo Seletivo nº 001/2024. Ediraldo Arlindo de Freitas Ramos, Presidente da Câmara Municipal de Mariana.

Publicações Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga - CISAMAPI

Licitações: Pregão Eletrônico

Licitações: Pregão Eletrônico

PREGÃO ELETRÔNICO 08/2025

O CISAMAPI torna público a abertura do Pregão Eletrônico 08/2025. Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos para viabilizar o deslocamento da equipe multidisciplinar aos municípios aderidos ao Programa VISA-CIS. Data da sessão pública: 12/05/2025, às 08:30hrs (oito horas e trinta), horário de Brasília - DF, no sítio eletrônico www.licitardigital.com.br. O cadastramento de propostas inicia- se no momento em que for publicado o Edital no Portal de Compras Licitar Digital e encerra-se, automaticamente, na data e hora marcadas para realização da sessão do pregão. O Edital na integra poderá ser obtido nos sites www.licitardigital.com.br ou www.cisamapi.mg,gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas na sede da CISAMAPI, na Av. Ernesto Trivellato, Nº. 120 – Triângulo – Ponte Nova/MG - CEP: 35.430-141, ou através do e-mail: licitacao@cisamapi.mg,gov.br.

Ponte Nova, 22 de abril de 2025.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CONFIRMAÇÃO DE ENTREGA DA REMESSA DO MÓDULO:
EDITAL

IDENTIFICAÇÃO DA REMESSA

CNPJ do declarante:	**Tipo do órgão:**	**Mês de referência:**
1095667000188	Consorcio Publico Intermunicipal	-
Órgão/Entidade: Consorcio Intermunicipal De Saude Da Microregiao Do Vale Do Piranga		
Exercício:	**Número do protocolo:**	**Data e hora de recebimento:**
2025	12910059999954	12/05/2025 10:54:42
Chave de verificação: 413440069		

A prestação de contas foi recebida pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, porém, só será aceita após a conclusão com sucesso do procedimento dos documentos encaminhados.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CONFIRMAÇÃO DE ENTREGA DA REMESSA DO MÓDULO:
EDITAL

IDENTIFICAÇÃO DA REMESSA

CNPJ do declarante:	**Tipo do órgão:**	**Mês de referência:**
1095667000188	Consorcio Publico Intermunicipal	-
Órgão/Entidade: Consorcio Intermunicipal De Saude Da Microregiao Do Vale Do Piranga		
Exercício:	**Número do protocolo:**	**Data e hora de recebimento:**
2025	29910049999934	29/04/2025 10:34:40
Chave de verificação: 2362585466		

A prestação de contas foi recebida pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, porém, só será aceita após a conclusão com sucesso do procedimento dos documentos encaminhados.

Assunto: Solicitação de Esclarecimento (10/2025)

Data da notificação: 05/05/2025

LOC BH LOCADORA DE VEÍCULOS DE BELO HORIZONTE LTDA.

Esclarecimento para o processo Nº 10/2025, Pregão Nº **08/2025**.

Solicitação: *Prezados, excelente dia. Solicito esclarecimento quanto ao ressarcimento de avarias em caso e mau uso do condutor, solicitado também quanto ao reembolso das multas de infrações de trânsito. Como a contratante irá proceder? O termo de referência também foi omisso quanto ao prazo de substituição de veículos que estiverem em manutenção, qual será o prazo?*

R:

Ressarcimento de avarias em caso e mau uso do condutor

Em caso de acidentes, incêndio, danos ao veículo por mau uso, ou outros casos em que estejam envolvidos os motoristas do consorcio, a responsabilidade inicial pelo conserto e/ou substituição de peças do veículo ou de reparação a terceiros será inicialmente da Contratada, que deverá proceder da seguinte forma para cobrança de tais prejuízos da contratante ou do responsável:

- A contratada deverá relatar o fato, registrando o boletim de ocorrência junto a Polícia Militar, bem como formular laudo técnico formal, evidenciando tanto o prejuízo, como as responsabilidades que entender pertinentes, encaminhando tal documento ao fiscal do contrato, juntamente com pedido de abertura de sindicância para apuração dos fatos, a ser encaminhado ao fiscal do contrato;
- A contratante, representada pelo fiscal do contrato, encaminhará a documentação para comissão de sindicância, para apuração dos fatos, e eventual responsabilização e cobrança do responsável pelo prejuízo para quitação do valor gasto pela contratada.

Infrações de trânsito

Se houver notificação de multa por infração de trânsito, a Contratada deverá informar imediatamente fiscal do contrato, designado pela Contratante, para que se identifique o condutor.

- A Contratante estando ciente da notificação da multa, indicará o nome do condutor para a Contratada.
- A Contratada deverá realizar o procedimento junto ao órgão responsável para que se identifique o condutor responsável.

- Após a devida identificação do condutor, a infração deverá ser entregue para o fiscal do contrato para os devidos procedimentos internos do consorcio.
- O pagamento da infração de trânsito somente será realizado pela Contratante mediante tempo hábil para que se efetive o mesmo, ou seja, a Contratada deverá realizar a identificação de condutor dentro do prazo e posteriormente entregar a infração de trânsito antes da data de vencimento com desconto.
- A Contatada poderá solicitar o devido comprovante de quitação da infração após sua efetivação, ou conforme sua necessidade, quando esta for realizada pela Contratante.

Caso a Contratada, após notificação de irregularidades nos veículos locados não realize os devidos reparos/manutenções, às multas decorrentes de irregularidades no veículo locado (exemplos: pneu em estado ruim, para-brisa trincado, lâmpadas queimadas, etc.) serão de responsabilidade da Contratada.

Prazo de substituição de veículos que estiverem em manutenção

Em caso de manutenção preventiva ou corretiva, avarias ou acidentes, a Contratada deverá providenciar, a imediata manutenção dos veículos, com a substituição do veículo locado em no máximo 24 (vinte e quatro) horas.

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga

CISAMAPI

ATA DE PROPOSTAS ENVIADAS

PREGÃO - CISAMAPI Nº. **08/2025**
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. **10/2025**

Relação de propostas enviadas pelos fornecedores que participaram dos lotes abaixo relacionados.

Lote 1 (Lote Fracassado)

Prestação de serviço de locação de veículo, tipo minivan, sem motorista e sem combustível, com quilometragem livre e seguro total, pelo período de 01 (um) ano, motorização mínima 130 CV, com capacidade mínima para 07 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros a travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, ano de fabricação mínima 2022, com manutenção preventiva e corretiva.

Fornecedor: AUTENTICA COMERCIO E SERVICOS LTDA	**CNPJ/CPF:** 56.432.317/0001-51
Email: autenticacomercioeservico@gmail.com	**Telefone:** (31) 99834-1863
Data/hora de envio 09/05/2025 15:03:15	**Avaliação da proposta:** Desclassificado (Veículo não e tipo minivan)

Descrição Comprador

1 - Prestação de serviço de locação de veículo, tipo minivan, sem motorista e sem combustível, com quilometragem livre e seguro total, pelo período de 01 (um) ano, motorização mínima 130 CV, com capacidade mínima para 07 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros a travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, ano de fabricação mínima 2022, com manutenção preventiva e corretiva.

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
Prestação de serviço de locação de veículo, tipo minivan, sem motorista e sem combustível, com quilometragem livre e seguro total, pelo período de 01 (um) ano, motorização mínima 130 CV, com capacidade mínima para 07 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros a travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, ano de fabricação mínima 2022, com manutenção preventiva e corretiva.	1,00	Ano	60.000,00

Marca: MB **Fabricante:** SPRINTER **Modelo:**

Fornecedor: PHS Comercio Serviços & Locações LTDA	**CNPJ/CPF:** 45.381.737/0001-30
Email: limpelatacado@hotmail.com	**Telefone:** (33) 99116-3456
Data/hora de envio 09/05/2025 11:19:52	**Avaliação da proposta:** Classificado

Descrição Comprador

1 - Prestação de serviço de locação de veículo, tipo minivan, sem motorista e sem combustível, com quilometragem livre e seguro total, pelo período de 01 (um) ano, motorização mínima 130 CV, com capacidade mínima para 07 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros a travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, ano de fabricação mínima 2022, com manutenção preventiva e corretiva.

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto

Assinado por 1 pessoa: GABRIEL GUSTAVO FERRAZ
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/603E-029F-E009-3438 e informe o código 603E-029F-E009-3438

Prestação de serviço de locação de veículo, tipo minivan, sem motorista e sem combustível, com quilometragem livre e seguro total, pelo período de 01 (um) ano, motorização mínima 130 CV, com capacidade mínima para 07 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros a travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, ano de fabricação mínima 2022, com manutenção preventiva e corretiva.	1,00	Ano	130.000,00
Marca: CHEVROLET SPIN **Fabricante:** CHEVROLET **Modelo:**			

Fornecedor: RESERV A CAR LTDA	**CNPJ/CPF:** 25.226.592/0001-95
Email: mmelocaldeira@gmail.com	**Telefone:** (31) 98866-9039
Data/hora de envio 09/05/2025 13:55:53	**Avaliação da proposta:** Classificado

Descrição Comprador

1 - Prestação de serviço de locação de veículo, tipo minivan, sem motorista e sem combustível, com quilometragem livre e seguro total, pelo período de 01 (um) ano, motorização mínima 130 CV, com capacidade mínima para 07 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros a travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, ano de fabricação mínima 2022, com manutenção preventiva e corretiva.

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
Prestação de serviço de locação de veículo, tipo minivan, sem motorista e sem combustível, com quilometragem livre e seguro total, pelo período de 01 (um) ano, motorização mínima 130 CV, com capacidade mínima para 07 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros a travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, ano de fabricação mínima 2022, com manutenção preventiva e corretiva.	1,00	Ano	4.900,00
Marca: CITROEN **Fabricante:** CITROEN **Modelo:** AIRCROOS/FEEL/0112321			

A geração dessa ata só é possível após encerrada a sala de disputa e conhecido o vencedor de todos os lotes.

Homologação Completa: 0 de 0 lote(s).

Documento gerado em 12 de Maio de 2025.

GABRIEL GUSTAVO FERRAZ – Pregoeiro

Assinado por 1 pessoa: GABRIEL GUSTAVO FERRAZ
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/603E-029F-E009-3438 e informe o código 603E-029F-E009-3438

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 603E-029F-E009-3438

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

GABRIEL GUSTAVO FERRAZ (CPF 068.XXX.XXX-92) em 12/05/2025 13:33:13 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/603E-029F-E009-3438

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga

CISAMAPI

ATA DE LOTES FRACASSADOS

PREGÃO - CISAMAPI Nº. **08/2025**
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. **10/2025**

Lote	Descrição	Justificativa	Propostas	Lance Negociação
1	Prestação de serviço de locação de veículo, tipo minivan, sem motorista e sem combustível, com quilometragem livre e seguro total, pelo período de 01 (um) ano, motorização mínima 130 CV, com capacidade mínima para 07 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros a travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, ano de fabricação mínima 2022, com manutenção preventiva e corretiva.	Preço excessivo	3	4.900,00

Homologação Completa: 0 de 0 lote(s).

Documento gerado em 12 de Maio de 2025.

GABRIEL GUSTAVO FERRAZ – Pregoeiro

Assinado por 1 pessoa: GABRIEL GUSTAVO FERRAZ
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/12E0-4863-5FEA-CB0A e informe o código 12E0-4863-5FEA-CB0A

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 12E0-4863-5FEA-CB0A

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

GABRIEL GUSTAVO FERRAZ (CPF 068.XXX.XXX-92) em 12/05/2025 13:38:24 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/12E0-4863-5FEA-CB0A

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente constante no preâmbulo do Edital do **Pregão - CISAMAPI** nº **08/2025**, Processo Administrativo nº **10/2025**, após análise, conferência e deliberação, resolve **ADJUDICAR** o procedimento em epígrafe, nos seguintes termos:

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos para viabilizar o deslocamento da equipe multidisciplinar aos municípios aderidos ao Programa VISA-CIS.

Resumo

Fornecedor	Estimado	Adjudicado	Diferença
Totais	**0,00**	**0,00**	**0,00** **Proveito (0,00%)**

Detalhes

Ponte Nova, 12 de Maio de 2025.

Assinado por 1 pessoa: EDER ELOI ALVES PENA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/8FA0-123F-1C33-9BBC e informe o código 8FA0-123F-1C33-9BBC

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente constante no preâmbulo do Edital de **Pregão - CISAMAPI** nº **08/2025**, Processo Administrativo nº **10/2025**, após análise, conferência e deliberação, resolve **HOMOLOGAR** o procedimento em epígrafe, nos seguintes termos:

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos para viabilizar o deslocamento da equipe multidisciplinar aos municípios aderidos ao Programa VISA-CIS.

Resumo

Fornecedor	Estimado	Homologado	Diferença
Totais	**0,00**	**0,00**	**0,00** **Proveito (0,00%)**

Detalhes

Ponte Nova, 14 de Maio de 2025.

Assinado por 1 pessoa: EDER ELOI ALVES PENA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/8FA0-123F-1C33-9BBC e informe o código 8FA0-123F-1C33-9BBC

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 8FA0-123F-1C33-9BBC

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

EDER ELOI ALVES PENA (CPF 105.XXX.XXX-24) em 15/05/2025 15:43:53 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/8FA0-123F-1C33-9BBC

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga

CISAMAPI

ATA PREGÃO - CISAMAPI

PREGÃO - CISAMAPI Nº. **08/2025**
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. **10/2025**

Às **08:30** do dia **12/05/2025**, reuniu-se o(a) Pregoeiro Oficial deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, em atendimento às disposições contidas na legislação vigente, a fim de realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão - CISAMAPI, Amparo legal Lei 14.133/2021, Art. 28, I, cujo objeto é (Contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos para viabilizar o deslocamento da equipe multidisciplinar aos municípios aderidos ao Programa VISA-CIS.).
Inicialmente, o(a) Pregoeiro abriu a sessão pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas e abrindo a fase de lances. Ao final do prazo previsto no edital, foram encerradas as ofertas de lance e dado prosseguimento aos demais tramites do processo até sua fase de homologação.
As informações dessa ata são dinâmicas, haja vista a possibilidade de alteração das decisões por meio de recurso. Apenas após homologado do processo as informações estarão consolidadas.

Publicação: **22/04/2025**
Limite de impugnação: **07/05/2025 08:30**
Final da Proposta/Início da Sessão: **12/05/2025 às 08:30**

Esclarecimentos e Impugnações

Solicitação	Resposta
Nome: BRUNO SIMOES DA ROCHA PINTO **Esclarecimento:** Prezados, excelente dia. Solicito esclarecimento quanto ao ressarcimento de avarias em caso e mau uso do condutor, solicitado também quanto ao reembolso das multas de infrações de trânsito. Como a contratante irá proceder ? o termo de referencia também foi omisso quanto ao prazo de substituição de veículos que estiverem em manutenção , qual será o prazo ?	**Nome:** GABRIEL GUSTAVO FERRAZ **Resposta:** Boa tarde! Segue em anexo a resposta. Resposta_LOC_BH_LOCADORA_DE_VEICULOS_DE_BELO_HORIZONTE_LTDA.pdf

Lote 1 (Lote Fracassado)

Prestação de serviço de locação de veículo, tipo minivan, sem motorista e sem combustível, com quilometragem livre e seguro total, pelo período de 01 (um) ano, motorização mínima 130 CV, com capacidade mínima para 07 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros a travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, ano de fabricação mínima 2022, com manutenção preventiva e corretiva.

Fornecedor: PHS Comercio Serviços & Locações LTDA	**CNPJ/CPF:** 45.381.737/0001-30
Data/hora de envio 09/05/2025 11:19:52	**Avaliação da proposta:** Classificado

Descrição Comprador

1 - Prestação de serviço de locação de veículo, tipo minivan, sem motorista e sem combustível, com quilometragem livre e seguro total, pelo período de 01 (um) ano, motorização mínima 130 CV, com capacidade mínima para 07 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros a travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, ano de fabricação mínima 2022, com manutenção preventiva e corretiva.

Assinado por 4 pessoas: GABRIEL GUSTAVO FERRAZ, RAKELLY EVANGELISTA GEORGINO, BRUNO GOMIDES CRIVELARO e ANDERSON LUIZ GONZAGA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/17F6-ABD9-5811-DF55 e informe o código 17F6-ABD9-5811-DF55

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
Prestação de serviço de locação de veículo, tipo minivan, sem motorista e sem combustível, com quilometragem livre e seguro total, pelo período de 01 (um) ano, motorização mínima 130 CV, com capacidade mínima para 07 (sete) lugares, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex (gasolina/álcool), vidros a travas elétricas, freio ABS e AIRBAG duplo, controle de tração e estabilidade, ano de fabricação mínima 2022, com manutenção preventiva e corretiva.	1,00	Ano	130.000,00
Marca: CHEVROLET SPIN	**Fabricante:** CHEVROLET	**Modelo:**	

Lances

Lote	Etapa	Fornecedor	Valor do Lance	Data/Hora
Lote 1	Aberta	PHS Comercio Serviços & Locações LTDA 45.381.737/0001-30	120.000,00	12/05/2025 08:57:50
Lote 1	***Negociação***	***PHS Comercio Serviços & Locações LTDA 45.381.737/0001-30***	***120.000,00***	***12/05/2025 09:01:23***

Chat

Apelido	Mensagem	Data/Hora
Sistema	A sessão pública foi **Habilitada**.	12/05/2025 08:30:22
Sistema	As propostas do processo foram abertas e serão analisadas. Aguardem Conectados.	12/05/2025 08:30:29
Pregoeiro	O Fornecedor 3 foi desclassificado no lote **01** . Veículo não e tipo minivan.	12/05/2025 08:37:19
Pregoeiro	Senhores Licitantes, bom dia! Estamos iniciando nossos trabalhos. Meu nome é Gabriel e sou a agente de contratação que irá conduzir este certame.	12/05/2025 08:39:11
Pregoeiro	FORNECEDOR 02: Sua proposta e inexequivel.	12/05/2025 08:40:43
Sistema	Iniciada a fase de lances no lote **01** . Senhores fornecedores deem seus lances!	12/05/2025 08:40:51
Fornecedor 2	O fornecedor **02** solicitou envio de mensagem.	12/05/2025 08:41:51
Fornecedor 2	Bom dia prezado,	12/05/2025 08:42:26
Fornecedor 1	O fornecedor **01** solicitou envio de mensagem.	12/05/2025 08:42:46
Fornecedor 2	O valor mencionado é mensal ?	12/05/2025 08:42:55
Fornecedor 1	senhor pregoeiro esse valor está inexequível	12/05/2025 08:43:27
Pregoeiro	Valor anual	12/05/2025 08:44:02
Fornecedor 2	por isso o erro	12/05/2025 08:44:21
Pregoeiro	pede declínio	12/05/2025 08:44:49
Fornecedor 1	R$ 4.900,00 valor do ano ?	12/05/2025 08:44:49
Sistema	Fornecedor **02** : Solicitamos o declínio do lote **01** . Motivo: Lancei a proposta errada na plataforma	12/05/2025 08:45:14
Pregoeiro	Fornecedor 02: Pede o declínio	12/05/2025 08:45:47
Sistema	Foi deferido o declínio de participação no lote **01** , ao Fornecedor **02** .	12/05/2025 08:45:52

Assinado por 4 pessoas: GABRIEL GUSTAVO FERRAZ, RAKELLY EVANGELISTA GEORGINO, BRUNO GOMIDES CRIVELARO e ANDERSON LUIZ GONZAGA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/17F6-ABD9-5811-DF55 e informe o código 17F6-ABD9-5811-DF55

Sistema	Será repetida a etapa de lances abertos para o lote **01** .	12/05/2025 08:50:58
Fornecedor 1	OK	12/05/2025 08:51:12
Fornecedor 2	ok	12/05/2025 08:51:15
Pregoeiro	Fornecedor 02: Verifica a possibilidade de entrar com um lance dentro da proposta anual	12/05/2025 08:53:53
Fornecedor 2	Vamos realizar a proposta. Estamos desclassificados ou conseguimos enviar ?	12/05/2025 08:56:01
Pregoeiro	Fornecedor 02: não esta desclassificado	12/05/2025 08:56:56
Fornecedor 1	Sr. Pregoeiro so um momento por gentileza	12/05/2025 08:57:43
Fornecedor 2	Quando abrir novamente vou encaminhar proposta	12/05/2025 08:57:54
Pregoeiro	Fornecedor 02: ja estar aberto	12/05/2025 08:59:41
Pregoeiro	Fornecedor 1: Senhor licitante, tem a possibilidade da redução do lote 1 para o valor de R$ 44.715,00 conforme o estipulado no termo de referência?	12/05/2025 09:02:27
Fornecedor 2	o prazo para envio de proposta foi encerrado, não estou conseguindo enviar. E por aqui plataforma não permite que eu envie lance	12/05/2025 09:02:51
Fornecedor 1	Vamos verificar so um momento por gentileza Sr. Pregoeiro	12/05/2025 09:03:01
Fornecedor 1	Estou verificando	12/05/2025 09:03:20
Fornecedor 2	Nao tem como encaminharmos o lance então ?	12/05/2025 09:06:34
Pregoeiro	Fornecedor 02: o tempo terminou	12/05/2025 09:07:18
Fornecedor 2	ok, é porque depois que solicitamos declinio ficamos impedido de enviar lance	12/05/2025 09:08:09
Fornecedor 2	devido ao valor anterior enviado ser inferior	12/05/2025 09:08:28
Fornecedor 1	Sr. pregoeiro .Valor de referência é de um carro de 5 lugares	12/05/2025 09:08:36
Pregoeiro	Fornecedor 01; 7 lugares	12/05/2025 09:09:05
Fornecedor 1	o valor referência da para pagar um veículo de 5 lugares e não de 7	12/05/2025 09:10:34
Pregoeiro	Fornecedor 01: neste caso vou ter que fracassar o lote.	12/05/2025 09:12:21
Fornecedor 1	ok	12/05/2025 09:12:44
Sistema	Lote **01** cancelado/fracassado. Motivo: Valor acima do Termo de Referência	12/05/2025 09:13:32
Sistema	O(s) Lote(s) 1., será(ão) aberto(s) para manifestação de intenção de recurso. A mesma deverá ser feita em até **10** minuto(s) - *(Prazo inicial: 12/05/2025 09:15:00, Prazo final: 12/05/2025 09:25:00)*.	12/05/2025 09:14:08
Fornecedor 1	Sr. pregoeiro, solicite uma nova diligência ou uma nova licitação	12/05/2025 09:15:05
Pregoeiro	Fornecedor 01: Vamos refazer o processo e publicar uma nova licitação.	12/05/2025 09:16:38
Fornecedor 1	ok	12/05/2025 09:17:26
Sistema	O(s) lote(s) 1. **fracassado(s)** foi(ram) **adjudicado(s)**.	12/05/2025 09:27:14
Sistema	A sessão pública foi **Encerrada**.	12/05/2025 13:28:41
Sistema	O(s) lote(s) 1. **fracassado(s)** foi(ram) **homologado(s)**.	14/05/2025 12:22:05

Julgamento de Recursos e Contrarrazões

Não foram apresentados pedidos de recursos ou contrarrazões ao processo.

Assinado por 4 pessoas: GABRIEL GUSTAVO FERRAZ, RAKELLY EVANGELISTA GEORGINO, BRUNO GOMIDES CRIVELARO e ANDERSON LUIZ GONZAGA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/17F6-ABD9-5811-DF55 e informe o código 17F6-ABD9-5811-DF55

Lista de Classificação do Lote 1

LOTE FRACASSADO

Avisos do processo

Data / Hora	Descrição

Status de Adjudicação e Homologação dos Lotes

Lotes	Adjudicação	Homologação
	Data/Hora	Data/Hora
Lote 1	12/05/2025 09:27:15	14/05/2025 12:22:05

A geração dessa ata só é possível após encerrada a sala de disputa e conhecido o vencedor de todos os lotes.

Homologação Completa: 0 de 0 lote(s).

Documento gerado em 15 de Maio de 2025.

_____
GABRIEL GUSTAVO FERRAZ – Pregoeiro

_____
Bruno Gomides - Equipe de Apoio

_____
RAKELLY EVANGELISTA GEORGINO - Equipe de Apoio

_____
Anderson Luiz Gonzaga - Equipe de Apoio

Assinado por 4 pessoas: GABRIEL GUSTAVO FERRAZ, RAKELLY EVANGELISTA GEORGINO, BRUNO GOMIDES CRIVELARO e ANDERSON LUIZ GONZAGA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/17F6-ABD9-5811-DF55 e informe o código 17F6-ABD9-5811-DF55

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 17F6-ABD9-5811-DF55

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- GABRIEL GUSTAVO FERRAZ (CPF 068.XXX.XXX-92) em 15/05/2025 10:14:35 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- RAKELLY EVANGELISTA GEORGINO (CPF 018.XXX.XXX-99) em 15/05/2025 10:59:47 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- BRUNO GOMIDES CRIVELARO (CPF 128.XXX.XXX-35) em 15/05/2025 11:00:32 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ANDERSON LUIZ GONZAGA (CPF 050.XXX.XXX-04) em 15/05/2025 14:03:42 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/17F6-ABD9-5811-DF55

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO CONSÓRCIO D.O.E.C.

Ano II – Edição n° 313 - Página 1 de 1 Ponte Nova, sexta-feira, 16 de maio de 2025

Sumário

Avisos De Editais, Retificações, Processo Seletivo, Recursos, Impugnações e Decisões 1

Extrato da Ata de Julgamento das..... 1

Propostas, Habilitação e Adjudicação..... 1

Adjudicação, Ratificação e Homologação 1

Extratos de Ata de Registro de Preços..... 1

Extrato de Contratos, Credenciamento, Cancelamento, Reequilíbrio e Termos Aditivos..... 1

Dispensa e Inexigibilidade de Licitação 1

Decretos, Portarias e Congêneres 1

Convênios, Resoluções e Intenção de Registro de Preço 1

Outros Atos..... 1

Ponte Nova, 15 de maio de 2025

Avisos De Editais, Retificações, Processo Seletivo, Recursos, Impugnações e Decisões

Extrato da Ata de Julgamento das Propostas, Habilitação e Adjudicação

Adjudicação, Ratificação e Homologação

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga – CISAMAPI, através da Central de compras, torna público o resultado do – Pregão Eletrônico n° 08/2024. Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos para viabilizar o deslocamento da equipe multidisciplinar aos municípios aderidos ao Programa VISA-CIS foi declarada **FRACASSADA**, em 12/05/2025, em virtude de ausência de propostas válidas. Termo de Homologação disponibilizado no endereço: “ www.licitardigital.com.br ”. Inf. das 07:00 às 17:00 horas, pelo tel: (31) 3819-8817, e-mail: licitacao@cisamapi.mg.gov.br, pelo Site: https://www.cisamapi.mg.gov.br/licitacao/todas/processo-licitatorio-n-10-2025-pregao-eletronico-n%C2%B0-08-2025/311.

Extratos de Ata de Registro de Preços

Extrato de Contratos, Credenciamento, Cancelamento, Reequilíbrio e Termos Aditivos

Dispensa e Inexigibilidade de Licitação

Decretos, Portarias e Congêneres

Convênios, Resoluções e Intenção de Registro de Preço

Outros Atos

CISAMAPI
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga – CISAMAPI, através da Central de compras, torna público o resultado do – Pregão Eletrônico n° 08/2024. Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos para viabilizar o deslocamento da equipe multidisciplinar aos municípios aderidos ao Programa VISA-CIS foi declarada **FRACASSADA**, em 12/05/2025, em virtude de ausência de propostas válidas. Termo de Homologação disponibilizado no endereço: “ www.licitardigital.com.br ”. Inf. das 07:00 às 17:00 horas, pelo tel: (31) 3819-8817, e-mail: licitacao@cisamapi.mg.gov.br, pelo Site: https://www.cisamapi.mg.gov.br/licitacao/todas/processo-licitatorio-n-10-2025-pregao-eletronico-n%C2%B0-08-2025/311.

Ponte Nova, 15 de maio de 2025

Publicado por:
Rakelly Evangelista Georgino
Código Identificador:05788D96

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 16/05/2025. Edição 4021
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/